



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX - SUP. "B" AO Nº 59 - TERÇA-FEIRA, 6 DE MAIO DE 2014

SECRETARIA-GERAL DA MESA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA

Atas de Comissões Permanentes do Senado Federal

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 27 Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,68) Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,68) Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107) Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64) Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88) Líder do PSD - 1 Sérgio Petecão (84,87) Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PSOL/PRB) - 26 Líder Humberto Costa - Bloco (115,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,99) Rodrigo Rollemberg (65,98) Inácio Arruda (89,94,117) Líder do PT - 13 Humberto Costa (115,121) Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,102) Paulo Paim (101) Eduardo Suplicy (100) Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,99) Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86) Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (65,98) Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,83) Líder do PCdoB - 2 Vanessa Grazziotin (1,91,116) Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,94,117) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,75) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (36,120)	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM/SD) - 16 Líder Wilder Moraes - Bloco (95,112,118) Vice-Líderes Mário Couto (34,61,122) Jayme Campos (28,106,110,123) Alvaro Dias (73,124) Líder do PSDB - 11 Aloysio Nunes Ferreira (7,62,113) Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73,124) Paulo Bauer (5,35,72,78) Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,44,46,74) Vice-Líder do DEM Wilder Moraes (95,112,118) Líder do SD - 1 Vicentinho Alves (42,54,71,111)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC) - 11 Líder Gim - Bloco (56,58,59) Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,63) Eduardo Amorim (17,47,48,80) Líder do PTB - 6 Gim (56,58,59) Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (126) Mozarildo Cavalcanti (57,125) Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,63) Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,80)	Governo Líder Eduardo Braga - Governo (39) Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,83) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)	PROS - 1 Líder Ataídes Oliveira - PROS (96,108,114)

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE	
Antônio Helder Medeiros Rebouças Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia e Redação de Debates Legislativos

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1.1 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS

Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de março de 2014.....	4
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de março de 2014.....	13
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de março de 2014.....	41
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 20 de março de 2014.....	64
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de março de 2014.....	84
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de março de 2014.....	96

1.1.2 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE

Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2014.....	113
Ata da 9ª Reunião, Ordinária, realizada em 8 de abril de 2014.....	126
Ata da 10ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de abril de 2014.....	146
Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de abril de 2014.....	168
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de abril de 2014.....	185

1.1.3 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de março de 2014.....	208
Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 27 de março de 2014.....	216
Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 31 de março de 2014.....	235
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de abril de 2014.....	255
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2014.....	277

1.1.4 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de fevereiro de 2014.....	302
Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de fevereiro de 2014.....	330
Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de março de 2014.....	357
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de março de 2014.....	399
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 19 de março de 2014.....	403
Ata da 6ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de março de 2014.....	425
Ata da 7ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de abril de 2014.....	455
Ata da 8ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2014.....	460
Ata da 9ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de abril de 2014.....	468

1.1.5 – Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comunicação e Informática – CCT

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 25 de março de 2014.....	484
Ata da 4ª Reunião, Extraordinária, realizada em 1º de abril de 2014.....	504
Ata da 5ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de abril de 2014.....	525

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**ATA DA 5ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLÊNÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.**

Às nove horas e três minutos, do dia doze de março de dois mil e catorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, José Pimentel, Cyro Miranda, e das Senadoras Ângela Portela, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação das Atas das seguintes Reuniões anteriores 1ª, 2ª, 3ª e 4ª de 2014, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Deputado Onofre Santo Agostini. *Obriga a realização do Protocolo de Avaliação do Frênulo da Língua em Bebês.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2013. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2013. **Relatoria:** Senador Eduardo Amorim. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, de 2010 – Não Terminativo – Autoria:** Senadora Rosalba Ciarlini. *Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever tipo penal para a autoridade policial que não adotar as medidas legais cabíveis para a proteção de mulher em situação de violência doméstica, se da omissão resultar lesão corporal ou morte.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2010, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **Relatoria:** Senadora Ângela Portela. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Aécio Neves. *Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **ITEM 4 – MENSAGEM AO SENADO FEDERAL Nº 190, de 2009 – Não Terminativo – Autoria:** Presidente do Supremo Tribunal Federal. *Encaminha ao Senado Federal Relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde.* **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento da Mensagem nº 190, de 2009, da Presidência do Supremo Tribunal Federal. **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Paulo Paim, em substituição ao Senador Paulo Davim. Aprovado Parecer pelo arquivamento da Mensagem nº 190, de 2009. **Relatoria Ad Hoc:** Senador Paulo Paim (em substituição ao Senador Paulo Davim). **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2011 – Terminativo – Autoria:** Senador Ivo Cassol. *Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para permitir o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas médicas e suplementares quando o atendimento da vítima for realizado por serviço próprio, contratado ou conveniado do Sistema Único de Saúde.* **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2011, e da Emenda nº 1-CAE. **Resultado:** A Presidência devolve a Relatoria ao Senador Rodrigo Rollemberg. Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2011. **Relatoria:** Senador Rodrigo Rollemberg. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, de 2012 – Terminativo – Autoria:** Senador Paulo Bauer. *Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do estabelecimento de mecanismos de transparência e de prestação de contas do gestor e do agente operador do FGTS.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2012. **Resultado:** Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Mário Couto. *Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, o saque na hipótese de decretação de estado de calamidade pública ou em situação de emergência decorrentes de eventos climáticos, e dá outras providências.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 396, de 2013, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **EXTRAPAUTA – ITEM 8 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 11, de 2014. – Autoria:** Senadora Ana Amélia. *Em aditamento ao Requerimento nº 1, de 2014-CAS, de minha autoria, que dispõe sobre a realização de Audiência Pública para tratar sobre o sistema regulatório da pesquisa clínica de medicamentos no país, requeira seja incluído o nome do Senhor David Coimbra, Jornalista da Zero Hora, e do Presidente do Hospital de Câncer de Barretos (SP), Senhor Henrique Prata.* **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Mo-

zarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, Cyro Miranda; as Senadoras Ângela Portela, Ana Amélia e Lúcia Vânia; e o Senador **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Há número regimental. Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Reuniões de 2014, já realizadas.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

A presente reunião destina-se à apreciação de sete itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo quatro projetos não terminativos e três terminativos.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 113, de 2013

– Não terminativo –

Obriga a realização do Protocolo de Avaliação do Frênulo da Língua em Bebês.

Autoria: Onofre Santo Agostini

Relatoria: Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2013.

Observações:

– *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Bom dia Sr. Presidente, bom dia a todos da Comissão. Bom dia colegas Senadores.

Sr. Presidente, a justificativa da proposta do Deputado Onofre Santo Agostini ressalta a importância do diagnóstico precoce de problemas relacionados com a anquiloglossia ou anciloglossia, condição anatômica conhecida popularmente como “língua presa”, resultante de anomalia de desenvolvimento do frênulo lingual. Entre tais problemas estariam as dificuldades na sucção, na deglutição, na mastigação e na fala. A dificuldade de sucção, em especial, causaria o desmame precoce e, por conseguinte, o baixo ganho de peso e comprometimento do desenvolvimento do bebê.

Ainda segundo o autor da proposição, o “teste da linguinha”, idealizado pela fonoaudióloga Roberta Lopes Castro Martinelli, identifica precocemente a anquiloglossia, o que possibilita o tratamento imediato e a prevenção dos mencionados problemas.

ANÁLISE

A medida proposta pelo PLC nº 113, de 2013 – tornar obrigatória a realização do “Protocolo de Avaliação do Frênulo da Língua em Bebês” em todos os hospitais e maternidades – configura-se como medida de proteção e defesa da saúde, matéria cujo mérito deve ser apreciado pela CAS, conforme determina o inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Não há, pois, impedimento de natureza regimental para que este colegiado decida sobre a proposição.

Em vista de a apreciação, no âmbito de comissões, ter sido atribuída apenas à CAS, cabe analisar, também, os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa do projeto. O art. 24, inciso XII, da Constituição Federal determina que proteção e defesa da saúde é matéria sobre a qual cabe à União legislar concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal. Ademais, o § 1º desse artigo determina que, no âmbito da legislação dessa natureza, a competência da União limita-se ao estabelecimento de normas gerais, como faz o PLC nº 113, de 2013. No tocante à iniciativa da proposição, não há impedimento constitucional, visto que a matéria em questão não pertence ao rol das que são de iniciativa reservada ao Presidente da República, a teor do que dispõe o art. 61 da Carta Magna. Daí se conclui que não há óbice constitucional à aprovação do projeto.

Em relação à juridicidade, também não identificamos vícios, pois a norma é inovadora, é adequada ao propósito, respeita os princípios da generalidade e da impessoalidade, e o ordenamento jurídico vigente.

Basta dizer que já há sanções previstas para a não observância de suas disposições no inciso XXIX da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.

O projeto respeita, também, os aspectos técnico-legislativos receituados pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Em relação ao mérito, há que considerar que a medida proposta é de grande relevância para a saúde da criança. O frênulo lingual é uma estrutura anatômica que liga o assoalho da boca à parte posterior da língua. Em alguns casos, o frênulo pode apresentar anomalia congênita, geralmente encurtamento ou fixação anteriorizada, ficando assim muito próximo da ponta da língua. No meio científico, a condição é denominada anquiloglossia ou anciloglossia. Popularmente, é conhecida como “língua presa”.

A prevalência da anquiloglossia varia enormemente, segundo os diferentes autores. Em relato de caso, em conjunto com três outros autores, a odontóloga Norma Suely Falcão de Oliveira Melo, doutora em Saúde da Criança e do Adolescente, cita índices de prevalência em torno de 0,33% a 11%, a depender do autor do estudo. Por sua vez, a fonoaudióloga Roberta Lopes de Castro Martinelli e outros afirmam, ao relatarem a metodologia do protocolo em questão, que a falta de consenso em relação aos critérios utilizados para a avaliação e a classificação anatômica do frênulo lingual pode justificar a variação entre 0,88% e 12,8% nos índices citados por diferentes autores.

Quando em grau acentuado, a anquiloglossia prejudica a amamentação e a deglutição nos primeiros dias e meses de vida, etapa importantíssima para o desenvolvimento psicoemocional e físico do bebê. Em etapas posteriores, outras funções, a exemplo da mastigação e da fala, também podem ser prejudicadas. O distúrbio da fala ou da pronúncia (dislalia) pode interferir nas atividades escolares, sociais e familiares da criança, o que ressalta a importância do diagnóstico e do tratamento precoces da anomalia.

O tratamento cirúrgico da anquiloglossia, quando indicado, é a frenectomia, procedimento simples, rápido e que pode ser feito sob anestesia local durante a permanência do bebê no hospital. Em casos de menor gravidade, a cirurgia pode não ser necessária, mas apenas as futuras avaliações feitas por diferentes profissionais – pediatra, fonoaudiólogo, odontólogo e nutricionista – poderão indicar ou dispensar o procedimento.

O protocolo de avaliação do frênulo lingual em bebês é realizado em várias etapas, entre elas a história clínica; a avaliação anatomofuncional; a força da sucção; e a avaliação dos batimentos cardíacos, da saturação de oxigênio do sangue e da respiração do recém-nascido durante a sucção. Todos esses procedimentos são simples, rápidos, indolores e praticamente isentos de risco. O protocolo é, portanto, um precioso recurso de diagnóstico precoce de uma anomalia que pode interferir negativamente no desenvolvimento psicoemocional e físico da criança dela portadora, o que confere inegável mérito ao PLC nº 113, de 2013, e recomenda a sua aprovação.

Voto.

O voto, Sr. Presidente, portanto, em vista do exposto, é pela constitucionalidade, pela juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2013. É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão.

É incomum, não é? Mas eu acho que esse projeto é tão importante, e é uma coisa tão simples de ser feita, mas que muitas vezes não é feita nesse momento. É tão simples, a estrutura ali é tão pequena, é um procedimento simples. Eu nunca vi, mas professores na faculdade... Era comum o pessoal dizer que as antigas parteiras faziam isso quando percebiam que os bebês tinham a chamada língua presa.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Mas as consequências realmente são danosas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim. São danosas. E o projeto fala de um protocolo. Quer dizer, é um projeto muito bem concebido. Você tem um protocolo, você tem uma avaliação. Se se tratar de uma coisa – o projeto de lei eu fiz questão de ler –, maior, mais intensa, que tiver uma ligação maior, aí pedem uma avaliação.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, eu acho que é muito bom o projeto e acho que, se tivermos condição de estabelecer isso nos hospitais, sobretudo nas maternidades, teremos, sem dúvida nenhuma, proveito. Muita gente tem esse problema, que, muitas vezes, na escola traz tanta dificuldade para as crianças a chamada língua presa. Seria um procedimento rotineiro, como é hoje o teste do pezinho, que evita tantas e tantas...

Então, parabéns pelo relatório. Eu acho que essa matéria é muito oportuna.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Presidente, só complementando para os mais curiosos que quiserem se debruçar um pouco mais sobre o assunto: existe, nas redes sociais, um vídeo

da fonoaudióloga Dr^a Roberta Lopes Castro Martinelli – você procura com esse nome – que dá todas as explicações, incidências, todos os detalhes. Muito interessante isso. Eu recomendo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Para discutir e também ganhar tempo para que nós consigamos quórum hoje, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, bom dia. Olha, é da maior relevância esse projeto.

Coincidentemente eu vivo hoje, com um netinho meu, esse problema, que vai ser sanado com fonoaudióloga. Nós vamos fazer com um particular, sem o Governo precisar intervir. Mas e aqueles que não podem? Vão carregar um problema para o resto da vida, com um programa que é sanável. Foi diagnosticado precocemente, exatamente. Depois, pelo clínico. Seria muito mais rápido.

Nós estamos prestando um serviço a esta Casa. V. Ex^a, para ter uma idéia, veja. Lembra daquele projeto obrigando o dentista a estar presente nas UTIs? Esse projeto ainda não foi aprovado no todo, está caminhando. O meu Estado já começou a adotar, porque isso chamou a atenção. Nós nos reunimos com o Secretário, falamos: “há um projeto, isso vai acontecer”. Eles começaram a tomar providências. Então, são coisas óbvias, mas, às vezes, passamos batido.

Então, parabênz autor e relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão. *(Pausa.)*

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir Parecer da Comissão, que é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2013.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da sua tramitação.

Item 2 da pauta: a Senadora Angela Portela pediu a retirada do projeto. Ela, na condição de Relatora, pediu, e a Presidência atendeu.

Item 3: a Senadora Lúcia Vânia, da mesma forma, como Relatora, pediu a retirada da pauta.

(São os seguintes os itens retirados.)

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, de 2010

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para prever tipo penal para a autoridade policial que não adotar as medidas legais cabíveis para a proteção de mulher em situação de violência doméstica, se da omissão resultar lesão corporal ou morte.

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini

Relatoria: Senadora Angela Portela

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, de 2013

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar.

Autoria: Senador Aécio Neves

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) –

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 190, de 2009

– Não Terminativo –

Encaminha ao Senado Federal Relatório da Audiência Pública nº 4, realizada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias 27, 28 e 29 de abril e 4, 6 e 7 de maio de 2009, a qual discutiu questões relativas às demandas judiciais que objetivam o fornecimento de prestações de saúde.

Autoria: Presidente do Supremo Tribunal Federal

Relatoria: Senador Paulo Davim (Substituído por *Ad Hoc*)

Pedi ao Senador Paulo Paim para que fizesse o relatório, como Relator *ad hoc*. O relatório é pelo conhecimento da Mensagem nº 190, de 2009, e posterior arquivamento.

A votação será simbólica. Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir a leitura do relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, como é uma decisão pelo arquivamento, só vou ler a análise, para o conhecimento de todos, porque diminui pela metade a leitura.

A partir dos resultados obtidos com a Audiência Pública nº 4, o Conselho Nacional de Justiça constituiu um grupo de trabalho cujas atividades culminaram na aprovação da Recomendação nº 31, de 30 de março de 2010, que estabeleceu diretrizes aos magistrados no tocante às demandas judiciais que envolvem a assistência à saúde.

Na sequência, o CNJ publicou a Resolução nº 107, que instituiu o Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência à Saúde.

Mais recentemente, após realizar dois encontros nacionais – 8 e 19 de novembro de 2010 e 6 e 7 de dezembro de 2011 –, o Fórum da Saúde ampliou a sua área de atuação para incluir as ações judiciais que envolvem a saúde suplementar e as ações resultantes das relações de consumo.

Enquanto isso, no Congresso Nacional, deu-se andamento à regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, ponto de destaque na grande maioria dos depoimentos prestados na Audiência Pública nº 4.

Tal questão é o cerne da Mensagem nº 190, de 2009, encaminhada pelo Excelentíssimo Presidente do Supremo Tribunal Federal ao Presidente do Senado Federal, *in verbis*:

A síntese dos depoimentos prestados na Audiência Pública nº 4 demonstra a necessidade do trabalho conjunto de todos os órgãos de poder para a superação das dificuldades enfrentadas pela população brasileira nas ações e serviços de saúde. A regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 muito poderá ajudar nessa tarefa, assim como a participação democrática da sociedade na formulação dos orçamentos de saúde. Dessa forma, a atuação do Congresso Nacional é fundamental para consolidar relações de cidadania e, assim, o Estado Democrático de Direito.

Assim, após nove anos da apresentação do primeiro projeto de lei complementar na Câmara dos Deputados – o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 1, de 2003, do Deputado Roberto Gouveia –, o Congresso Nacional aprovou e a Presidente da República sancionou, com vetos, a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

No entanto, o projeto de lei complementar aprovado pelo Congresso Nacional, no tocante ao montante mínimo a ser aplicado em saúde pela União, não contemplou o aporte de recursos que as instituições e os setores da sociedade comprometidos com a construção e o fortalecimento do SUS reivindicavam, vez que manteve a sistemática de repasse de recursos mínimos pela União, que vinha sendo adotada até então, e que já se mostrava insuficiente para cobrir as necessidades do sistema.

Por conseguinte, é possível afirmar que a tão esperada regulamentação da EC 29 não trouxe a solução necessária para a crise de financiamento do SUS.

Por essas razões, como se pode constatar, a atuação do Congresso Nacional ainda continua decisiva para a superação dos graves problemas de financiamento do SUS, problemas estes que estão diretamente relacionados às demandas judiciais que versam sobre o direito à saúde, objeto da Audiência Pública nº 4, de 2009.

Ante as razões expendidas, Sr. Presidente, o voto é pelo conhecimento da Mensagem nº 190, de 2009, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, e por seu arquivamento, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Quero avisar aos que chegaram que o relatório é do Senador Paulo Davim, eu sou relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O relatório é do Senador Paulo Davim, mas foi lido pelo Senador Paulo Paim, como relator *ad hoc*.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o presente relatório queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão pelo arquivamento da Mensagem nº 190, de 2009.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da sua tramitação.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, de 2011

– Terminativo –

Altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para permitir o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde das despesas médicas e suplementares quando o atendimento da vítima for realizado por serviço próprio, contratado ou conveniado do Sistema Único de Saúde.

Autoria: Ivo Cassol

O Relator da matéria é o Senador Rodrigo Rollemberg. Na última sessão o Senador Humberto Costa foi colocado como Relator *ad hoc*, mas o Relator da matéria é o Senador Rodrigo Rollemberg.

Observações:

– Em 26.03.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2011, com a Emenda nº 1-CAE.

– Em 26.02.2014, a Presidência designa Relator *ad hoc* o Senador Humberto Costa, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. Lido o Relatório, é concedido vista coletiva nos termos regimentais.

– A votação é nominal.

Consulto e acho que temos quorum para deliberar.

Consulto os Srs. Senadores se há alguma manifestação decorrente do pedido de vista. E, antes de conceder a palavra ao Senador Cyro Miranda, que quer discutir a matéria, consulto se o Senador Relator Rodrigo Rollemberg quer fazer alguma consideração em relação ao seu relatório.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, muito obrigado. Um bom dia a todos.

Apenas para reavivar a memória dos eminentes Senadores e Senadoras a respeito do parecer desta matéria. Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador Ivo Cassol, autor da iniciativa, pela intenção, que é a melhor possível, mas nosso parecer foi pela rejeição do projeto. Por quê? Porque hoje o DPVAT, 45% do seu valor bruto, já vai para o Fundo Nacional de Saúde para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito e parcela de 5%, ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os outros 50% vão para as companhias seguradoras que administram o DPVAT.

Ou seja, já vemos que 45% dos recursos já são transferidos para o SUS, por meio do Fundo Nacional de Saúde, para cobertura dos gastos com o atendimento médico. Nesse sentido, não cabe ressarcimento, pois já houve pagamento antecipado. É importante ressaltar que o Fundo Nacional de Saúde transfere regularmente recursos para os fundos municipais e estaduais de saúde para aplicação em ações e serviços públicos de saúde, o que inclui o atendimento às vítimas de acidentes de trânsito.

Essa matéria já foi objeto de deliberação do Congresso na Medida Provisória nº 451, de 2008.

Portanto, em função disso, o nosso parecer é pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu fui um dos que pediu vista dentro da vista coletiva, e, conversando com o Senador Humberto Costa, nós procuramos uma saída, já que o projeto é meritório. Mas o Senador Rollemberg fez um relatório muito bem feito. O problema é que se nós destinássemos alguma coisa diferente para o SUS iríamos onerar os Municípios, então estamos fazendo um levantamento...

Há duas questões aqui para as quais já estou entrando com outro projeto, porque um substitutivo ia ficar uma colcha de retalho, não ia dar certo. Então, estamos entrando com outro projeto, primeiro fiscalizando esses 5% que vão para o Denatran, exclusivos para prevenção de acidentes, e nem sempre estão sendo executados. Então, precisamos dar uma reforçada e blindar para que isso realmente vá para lá.

E a outra saída que temos e que consta no nosso projeto é aumentar essa participação dos 45% do Fundo Nacional de Saúde. Por quê? Porque existe realmente um percentual muito grande que é bancado só pelo SUS e que não é reclamado pelo segurado. Então, a maneira que estamos encontrando mais correta seria aumen-

tar um pouco mais esse fundo de participação. E não tinha jeito de fazer isso nesse projeto. Portanto, estamos apresentando um novo projeto que provavelmente será ainda no mês de abril encaminhado a esta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Continua em discussão.

Encerrada a discussão.

Em votação. (*Pausa.*)

A votação é nominal.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu acompanho os dois Relatores da matéria, Senadores Rodrigo Rollemberg e Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Senador Humberto Costa é voto conhecido, pois foi Relator *ad hoc*.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Rodrigo Rollemberg, Relator, voto conhecido. Portanto, voto “sim” ao relatório.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Evidentemente, quem votou com o Relator votou “não” ao projeto.

Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 340, de 2011.

Nos termos do art. 301 do Regimento Interno do Senado Federal, a rejeição do projeto prejudica as emendas a ele oferecidas.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

O item 6 da pauta.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do estabelecimento de mecanismos de transparência e de prestação de contas do gestor e do agente operador do FGTS.

Autoria: Senador Paulo Bauer.

Relatoria: Senadora Ana Amélia.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2012.

Observações:

– *Votação nominal.*

Eu concedo a palavra à Senadora Ana Amélia para proferir a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Para assegurar o quórum, agradecendo ao Senador Rodrigo Rollemberg, eu vou fazer bem sucintamente o relatório, porque a matéria não precisa de muita explicação, de tão óbvia que é.

Na verdade, o projeto de autoria do Senador Paulo Bauer contempla aquilo que a Senadora Marta Suplicy, nossa Ministra da Cultura, havia proposto em parte de um anteprojeto de lei que ela havia apresentado

como relatora da Subcomissão do FGTS desta Comissão de Assuntos Sociais, em que, inclusive, o Senador Paulo Paim trabalhou junto conosco, assim como o Senador Cyro Miranda. A comissão foi encerrada sem que houvesse sido examinada a proposta da Senadora Marta Suplicy. Na verdade, o projeto do Senador Paulo Bauer é aquilo que a Senadora Marta Suplicy havia proposta originalmente nesta Subcomissão da CAS que tratava do FGTS e das alterações propostas.

O projeto de lei do Senador Paulo Bauer trata das questões relacionadas ao Conselho Curador do FGTS e do estabelecimento de mecanismos de transparência e de prestação de contas do gestor e do agente operador do FGTS.

No mérito, sabe-se que hoje o problema que se vislumbra sobre o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) é o baixo rendimento de seus depósitos. A remuneração das contas vinculadas do Fundo corresponde à Taxa Referencial de Juros (TR) mais juros de 3% ao ano, ou seja, menos do que rende a Caderneta de Poupança, pois essa remunera seus aplicadores com TR mais 6% ao ano. Isso torna o FGTS um dos investimentos com a mais baixa remuneração do mercado financeiro brasileiro.

Dessa forma, urge que os gestores e agentes operadores do sistema do FGTS proporcionem à sociedade explicações concretas e plausíveis para que seus cidadãos, especialmente os contribuintes, tenham noção de como seus recursos, insuficientemente remunerados, estão sendo usados. É preciso mais transparência e responsabilização dos órgãos de Governo. É fundamental que a sociedade tenha condições de saber se seu sacrifício está sendo recompensado em forma de bem-estar social, porque parte dos recursos do FGTS vai para financiar importantes programas sociais como o Minha Casa, Minha Vida, Saneamento Básico e outros tantos, tão importantes, relevantes. Também dessa forma. E a remuneração, nesses casos, dos tomadores dos empréstimos, é muito maior do que isso que é dado, que há em conta do FGTS.

Assim, são salutares as mudanças propostas pela presente proposição. As alterações, além de garantirem mais isonomia na composição do Conselho, permitirão que a sociedade acompanhe melhor a aplicação dos recursos do Fundo.

Além disso, será facilitado o exercício da função fiscalizadora por parte do Congresso Nacional sobre isso. Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 49, de 2012.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

E gostaria de pedir aos Srs. Senadores e às Sras Senadoras o apoio a essa matéria tão singela, que está pedindo tão somente um direito assegurados aos contribuintes do FGTS, considerando-se que era uma proposta da Senadora Marta Suplicy.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Com todo respeito ao trabalho realizado, gostaria de pedir vista.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Regimentalmente, pedido de vista do Senador Humberto Costa e do Senador Cyro Miranda, portanto, vista coletiva.

O último item da pauta é da Senadora Lúcia Vânia, mas ela já havia pedido a retirada da pauta do item 7. Aí a pauta nossa ficou resumida a apenas esses quatro projetos.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 396, de 2013

– Terminativo –

Altera o art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, o saque na hipótese de decretação de estado de calamidade pública ou em situação de emergência decorrentes de eventos climáticos, e dá outras providências.

Autoria: Senador Mário Couto

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia)

Senadora Ana Amélia, há um requerimento de V. Exª aqui. Gostaria que fosse colocado ainda em pauta?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu preciso que seja, Senador, gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Tenho verbalmente para...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) –

EXTRAPAUTA

ITEM 8**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 11, de 2014**

Em aditamento ao Requerimento nº 1, de 2014-CAS, de minha autoria, que dispõe sobre a realização de Audiência Pública para tratar sobre o sistema regulatório da pesquisa clínica de medicamentos no país, requeiro seja incluído o nome do Senhor David Coimbra, Jornalista da Zero Hora, e do Presidente do Hospital de Câncer de Barretos (SP), Senhor Henrique Prata.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sim, caro Presidente Waldemir Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – E para encaminhar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria dizer, Presidente Moka... Queria agradecer a V. Exª já ter marcado isso para o dia 18.

O senhor não imagina o número de pessoas, de médicos que estão ligados às pesquisas clínicas da aplicação desse medicamento. Na verdade, são as novas drogas que são submetidas às cobaias, aos pacientes-cobaias, às vezes com doenças que estão em fase terminal, ou seja, a pacientes em fase terminal, a maior parte deles com doenças relacionadas ao câncer, à oncologia.

No Município de Ijuí, essas demandas todas que recebo advêm de iniciativas populares. Essa veio de um paciente que está submetido à experimentação de uma droga. Ele é portador de câncer de pulmão, o Afonso Raz.

Essa pessoa tem 53 anos, escreveu-me uma carta, até falou comigo, chorando. Muito emocionado estava pela iniciativa de V. Exª de ter marcado para o dia 18.

E muitos médicos mais... Fui procurada pela Conitec. Todos vieram falar comigo e estarão presentes aqui, com representação.

Ontem fui procurada por médicos especialistas na área da pesquisa de novos medicamentos, e o interesse... Hoje à tarde, o Secretário de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, Dr. Carlos Gadelha, terá uma reunião comigo sobre essa matéria.

Percebi que ela tem uma grande relevância, meu caro Senador Moka.

Sei também que o senhor – eu também, quando presido as comissões, penso que seis pessoas são um número suficiente. Com esse acréscimo, teremos oito pessoas. Penso que, pela relevância, podemos dar economicidade, limitando o tempo de fala dos expositores, evitando, assim, fazer duas audiências públicas sobre o mesmo tema. Aí concentramos o debate sobre isso.

Mesmo sabendo que, do ponto de vista da efetividade, seis é o melhor, dada a relevância desse tema, queria que V. Exª considerasse oito e que fizéssemos isso.

Então, queria agradecer a V. Exª ter marcado e também dizer isso.

O jornalista David Coimbra escreveu um artigo no jornal *Zero Hora*, “*Ser ‘cobaia’ é uma bênção*”.

Como o jornalista tem capacidade de expor sua expressão e como é uma cobaia – ele é portador de um câncer e está sendo submetido a este trabalho lá, também, em Ijuí, das unidades médicas de Ijuí – eu o convidei para esse depoimento pessoal, de uma pessoa que está sendo submetida a isso e pode dar o depoimento dessa relevância, de agilizar os procedimentos na pesquisa para novos medicamentos.

Então, muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora, tenho a obrigação de dizer que essa questão de seis expositores passou a ser norma regimental, porque foi votada por este Plenário. O que eu acho que é possível fazer é chamarmos. Como eles vão estar aqui na condição daquelas pessoas que fazem um depoimento, falarão, mas não como expositores, porque, senão, Senadora, eu não consigo, depois, regimentalmente, manter aquilo que, para mim, passou a ser uma norma regimental.

Mas eu acho que, dada a importância, eles, logo após a exposição, abrem, dando o depoimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Perfeito. Eu agradeço muito essa alternativa encontrada por V. Exª. Assim, esgotamos. Mas o tema é tão rico que, talvez, será necessário, em outra oportunidade, fazer a segunda audiência, como fizemos sobre câncer..

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – ...e tantas discussões aqui.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim, essa é alternativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Então, mas, de qualquer modo, eu acho que essa alternativa encontrada por V. Exª contempla perfeitamente, porque, às vezes, nem todos têm condições de atender e não vêm. Então, também dependemos disso.

Então, eu agradeço, mais uma vez, a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas ela está marcada para o dia 18. E, aí, eu já aviso que, a partir da semana, vamos fazer as audiências públicas como fizemos o ano passado, toda quinta-feira, às vezes, terça e quinta da mesma semana. Enfim, estamos tomando todas as providências.

Srs. Senadores que aprovam o requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião.

Está encerrada.

(Iniciada às 9 horas e 3 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 41 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 18 DE MARÇO DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS ONZE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e quatro minutos, do dia dezoito de março de dois mil e catorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, José Pimentel, Wellington Dias e Cyro Miranda e das Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Justifica ausência o Senador Humberto Costa. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião de Audiência Pública destinada a tratar “sobre o sistema regulatório da pesquisa clínica de medicamentos no país”, em atendimento ao **Requerimento nºs 1, 8 e 11 de 2014-CAS**, todos de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com a presença dos seguintes oradores: **DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO**, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; **CARLOS AUGUSTO GADELHA**, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; **JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO**, Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde; **ANTÔNIO BRITTO FILHO**, Presidente da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa – Interfarma; **JADERSON SÓCRATES LIMA**, Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, do Departamento de Clínica Médica, representante de **Florentino Cardoso**, Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB; **FÁBIO FRANKE**, Especialista em Oncologia Clínica; **LUCIANA HOLTZ**, Presidente do Instituto Oncoguia; **FLÁVIO CÁRCANO**, Gerente Médico do Departamento de Pesquisa Clínica do Hospital de Câncer de Barretos, representante de **Henrique Duarte Prata**, Diretor-Geral do Hospital de Câncer de Barretos. Justificou a ausência o convidado **DAVID COIMBRA**, Jornalista do Jornal Zero Hora. Usam da palavra a Senadora Ana Amélia, o Senador Casildo Maldaner e o Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 6ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento aos Requerimentos nºs 1, 8 e 11, de 2014, da Comissão de Assuntos Sociais, todos de iniciativa da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de tratar sobre o sistema regulatório da pesquisa clínica de medicamentos no País.

Comunico aos oradores convidados que será concedida a palavra por dez minutos para cada expositor. Porque temos, além dos convidados... E fizemos um acordo, pois temos a norma de serem, no máximo, seis expositores que vão compor a Mesa. Não que os outros expositores não tenham a mesma importância, e, desde já, agradecemos a presença de todos, mas, como não temos lugares suficientes, dois dos expositores falarão durante a abertura.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria apenas aduzir isso – eles sentam aqui do lado. Esse é o lugar reservado aos Senadores. A deferência que faz a Comissão e a Presidência, muito bem conduzi-da por V. Exª, exatamente de manifestar o agradecimento antecipado a todos os que aquiesceram a esse con-vite. E, dada a relevância – como é norma da Comissão – são seis, sempre, os expositores – desse tema, que é a discussão de novos medicamentos para portadores especialmente de doenças que são as mais incidentes no Brasil, como o câncer, e outras doenças raras também, isso chamou a atenção não só da área médica, mas da área das instituições de pesquisa, da área governamental – queria agradecer todo o apoio de todas essas instituições e do setor – e, claro, da indústria farmacêutica, que é parte diretamente envolvida nesse processo.

Então, eu queria agradecer a todos, especialmente ao Dr. Fábio Franke, que foi quem suscitou isso, por-que no Município de Ijuí é que as pesquisas e a aplicação de novas drogas para doenças graves, como o câncer, estão sendo aplicadas, e o resultado tem sido extremamente confortador, animador, uma grande esperança para os portadores de câncer.

Então, eu queria, como requerente desta audiência pública, agradecer a todos pela presença, por estarem aqui dando uma contribuição, porque a nossa preocupação é com a condição e com a qualidade de vida de milhares de brasileiros que aguardam ansiosamente por um novo medicamento que lhes dê um alívio na dor.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecendo a Senadora Ana Amélia, proponente desta audiência pública, eu convido o Dr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). *(Pausa.)*

Convido o Dr. Carlos Augusto Gadelha, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Mi-nistério da Saúde. *(Pausa.)*

Convido o Dr. Jorge Alves de Almeida Venâncio, Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesqui-sa do Ministério da Saúde (Conep). *(Pausa.)*

Convido o ex-Governador do Rio Grande do Sul, amigo desta Casa, Antônio Britto Filho, Presidente da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma). *(Pausa.)*

Convido o Dr. Jaderson Sócrates Lima, Professor-Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Departamento de Clínica Médica, aqui representando o Sr. Florentino Cardoso, Presidente da Associação Mé-dica Brasileira (AMB). *(Pausa.)*

Convido, ainda, o Dr. Fábio Franke, especialista em Oncologia Clínica. *(Pausa.)*

São ainda nossos convidados a Drª Luciana Holtz, Presidente do Instituto Oncoguia; o Dr. Flávio Cárcano, Gerente Médico do Departamento de Pesquisa Clínica do Hospital do Câncer de Barretos, aqui representando o Sr. Henrique Duarte Prata, Diretor-Geral do Hospital do Câncer de Barretos; o Sr. David Coimbra, jornalista do jornal *Zero Hora*, também convidado, justificou a sua ausência aqui, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – O jornalista David Coimbra, que está submetido a um teste – ele é uma cobaia –, escreveu um artigo intitulado “É uma bênção ser cobaia”. Esse foi o motivo para que ele desse um depoimento pessoal, porque as palavras comovem, mas os exemplos arrastam. Então, é um depoi-mento do David Coimbra como paciente e como jornalista, que usa muito bem a palavra.

Eu entendo as razões do profissional que está fazendo esse tratamento também lá em Ijuí. Eu queria, então, agradecer antecipadamente, aceitando as justificativas da ausência do jornalista David Coimbra.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou propor, Senadora Ana Amélia, uma ordem para os expositores, porque penso que as pessoas que representam, de alguma forma, o Governo ou entidades governamentais poderiam deixar para se posicionar por último. Por quê? Porque os questiona-mentos serão feitos para as pessoas que aqui estão. Eu acho que é mais prático. Eu sempre adoto o mesmo critério. Em havendo réplica, eu inverte essa ordem. Sempre foi dessa forma que nós conduzimos.

Eu consulto V. Exª se está de acordo com esse procedimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu tive a alegria de ser procurada pela representação do Governo que está diretamente vinculada a esse setor, especialmente pelo Dr. Jorge Venâncio, do Conep, que é o órgão colegiado que trata dessa matéria.

Combinei com ele porque as maiores queixas são relacionadas à liberação em que o Conep tem um pa-pel relevante. Eu disse a ele, na visita que fizemos, que ele seria o último a falar, porque o foco vai ser muito sobre a questão da morosidade.

Então, se V. Ex^a chamar a Anvisa, a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde. Assim, ele seria o último depois da Anvisa e da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, com o Dr. Gadelha e o Dr. Dirceu Barbano.

Muito obrigada. Foi correto. Apenas porque eu tinha falado em relação a isso.

Obrigada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Presidente da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa, Antônio Britto Filho.

Antes, porém, eu quero avisar a todos os expositores que aquele relógio que está ali mostra os dez minutos de exposição, que é o tempo concedido a todos. No entanto, temos que considerar que são oito palestrantes. Então, só de exposição, serão 80 minutos, portanto, não há como conceder mais do que isso. Não é que não se queira... Marca-se, então, os dez minutos, em contagem regressiva, e quando chegar ao nono minuto, uma campainha vai tocar – não serei eu quem vai tocar a campainha, porque todo mundo fica me olhando –, advertindo o expositor que falta um minuto para o término da exposição, para que quem esteja falando possa concluir no minuto final. Não sou eu. Fui claro.

Então, com a palavra, e recompondo os dez minutos, Antônio Britto Filho.

O SR. ANTÔNIO BRITTO FILHO – Quero agradecer muito esta oportunidade e cumprimentar a proponente desta reunião, a Senadora Ana Amélia, que faz aqui o exemplar exercício de propor a discussão do que é importante, ainda que não seja popular ou conveniente.

Eu queria registrar que, em nossa opinião, duas palavras não deveriam estar em discussão nesta reunião: uma é ética, e a outra, governo.

A ética não deve estar em discussão porque não conheço, e não conhecemos, nem reconhecemos qualquer medida, esforço ou intenção de pretender que o Brasil tenha menos ética, menos rigor, menos cumprimento de tratados, convenções internacionais e, mais do que isso, da nossa obrigação com os cidadãos brasileiros.

A Interfarma tem sempre iniciado as suas manifestações dizendo que gostaria de discutir tudo sobre pesquisa clínica, menos qualquer ideia que ameace, hipoteticamente, ainda que seja, colocar em risco o patrimônio ético e de cuidado ético já obtido no País. Nós queremos discutir burocracia e não ética.

Em segundo lugar, não entendemos que se deva transformar esta reunião, não importa a ordem dos oradores, numa reunião sobre o Governo. A Interfarma não tem por hábito a busca de culpados. Este é um assunto que interessa ao País. Este é um assunto que está parado, malparado, há muito tempo. E este é um assunto em que, justiça se faça, as pessoas do Governo, me refiro, neste caso, ao atual, têm manifestado uma boa intenção.

Talvez a pergunta da reunião não seja como convencer os insensíveis do Governo a acordar para a necessidade da pesquisa clínica, é o que existe atrás desse assunto que nem o pessoal do Governo consegue fazer andar algum tipo de avanço. Essa, talvez, seja uma boa pergunta.

E, por isso, eu quero saudar, na condição de companheiros de vítimas, do que está acontecendo com a pesquisa clínica, o Secretário Gadelha, o Presidente Barbano e o Dr. Jorge Venâncio.

Você me ajuda, Fábio? *(Pausa.)* Solidariedade de gaúcho. Eu falo e o Dr. Fábio manifesta aqui...

Pesquisa clínica é importante do ponto de vista humano, porque é a geração do novo conhecimento. Do ponto de vista econômico, porque ela é hoje um negócio de US\$120 bilhões/ano.

Por que nós temos que discutir isso? Porque o Brasil hoje, infelizmente, não é mais do que 2,32% do número de estudos e 1,4% dos centros de pesquisa clínica no mundo.

Esse quadro mostra que nós estamos em 15º lugar com 3.447 estudos, num percentual muito menor de países que não têm a nossa competência em qualificação científica e não têm as nossas ilhas de excelência.

Pode passar.

Quando a gente “fulaniza” um pouco o percentual de estudos, a gente pode se dar conta do que a gente está perdendo. A indústria não perde nada, quando um estudo não vem para o Brasil. A indústria desenvolve em outro lugar, um dia o medicamento vai chegar aqui. Quem perde com o estudo não realizado é o paciente que dele dependeria e o pesquisador para o seu aperfeiçoamento e para participar do parto do novo. Pesquisa clínica. para mim, que sou jornalista, eu não sou médico, a tradução é: o parto do novo. Nós estamos fora. Câncer: 1,2%; doenças respiratórias: 2,1%. “Ah, mas são doenças chamadas de Primeiro Mundo, como se aquilo fossem comuns”. Vamos ver algumas chamadas não de Primeiro Mundo: malária: há 405 estudos no mundo, zero, no Brasil – dados que são de meses atrás –; tuberculose: 346, só 2% no Brasil.

Os estudos clínicos conduzidos no Brasil, e isso é importante, eles, além de serem poucos, estão, basicamente, na fase menos importante para a geração do conhecimento novo, e essa é uma outra dificuldade que o País tem no campo da pesquisa clínica.

Por que a gente não avança? Não tem nada a ver com ética, porque – repito – ninguém pretende que o Brasil se transforme numa ilha de irresponsabilidade contra a segurança, a qualidade e a eficácia de medicamentos. Não é por falta de cientistas. Este País tem avançado, e muito, na produção de doutores, na produção de algumas ilhas de excelência. Não é por falta de interesse do mundo em realizar pesquisa. O Brasil está sendo incluído, quase que sempre, em toda a proposta inicial de pesquisa, e não é, obviamente, por falta de interesse ou necessidade por parte dos pacientes.

Esta é a evolução do número de doutores no Brasil. Presidente, eu estou tão atento ao tempo. Esta é a evolução do número de artigos científicos. Pegue esse mapa, aqui, por exemplo, pega São Paulo. São Paulo está entre as dez cidades do mundo com a maior capacidade instalada para a realização de estudos clínicos, mas tem uma ociosidade que é maior do que 50%. Então isso mostra onde não está o problema. Não é falta de cientista, não é descuido com a ética, não é falta de interesse mundial, não é falta de capacidade instalada. Quem sabe a gente, aqui, se aproxime da resposta?

Tempo médio de aprovação da pesquisa clínica: Coreia do Sul, 30 dias; Estados Unidos, 45 e 60; Europa, 60 a 75; Austrália 68, e Brasil, 360 dias. Eu já passei da idade de ficar discutindo se são 360, ou 340, ou se são 30 ou 60. O fato é que o tempo brasileiro para a aprovação é, no mínimo, o dobro do tempo mundial.

E como o Brasil é importante, todo mundo inclui o Brasil. Mas o Brasil ainda não é importante para que uma pesquisa nova sobre câncer, por exemplo, comece em 20 países e os 20 esperem pelo Brasil.

Pode passar.

Então, nós estamos perdendo pesquisas por um conjunto de razões. A primeira razão não tem a ver com o Governo, tem a ver com o País. Este é um País que continua pensando que inovação é matéria opcional.

A Coreia fez um plano para investir em pesquisa clínica e, em pouco menos de dez anos, se tornou o quarto ou quinto mercado de pesquisa clínica do mundo, porque existe, culturalmente, a ideia de que, para defender a ética, justifica a burocracia. Você pode ser ético e ser mais rápido, você pode ser ético e ser mais eficiente, porque o Conselho Nacional de Saúde tem uma visão conservadora sobre pesquisa. A própria Declaração de Helsinki, alguns dos documentos fundamentais no mundo recomendam facilitar a pesquisa. Qual? Qualquer uma? Não, a boa. Não é pecado. Se pudesse haver, Senadora Ana Amélia, um projeto de lei com um só artigo: “Fica permitido apoiar a boa pesquisa. Revogam-se as disposições em contrário”.

Tem que se estabelecer claramente, na cabeça do Conselho, do respeitável Conselho Nacional de Saúde, que não é pecado facilitar a pesquisa, a boa, porque, apesar da boa vontade de autoridades do Governo, mudança não é aprovada. Eu estou sentado aqui com pessoas que têm se esforçado, e muito, para tentar aprovar mudanças.

E qual é a mudança fundamental? O País tem um sistema que não existe em outros lugares do mundo. Nós fazemos três a quatro análises que fazem retrabalho, que prolongam demasiadamente o tempo de análise. E aí, então, a gente acaba tendo um número de estudos que caminha, e esse é o dado fundamental e inédito, que trouxe aqui para esta reunião no próximo eslaide.

Pode passar. Mais um, por favor.

Número de estudos perdidos, apenas por 18 empresas no ano passado no Brasil. Foram perdidos 112 estudos; 61 foram cancelados a vontade de se fazer no Brasil; 51 desistiram que viesse ao Brasil. O importante está aqui embaixo, 3.712 pessoas não puderam participar de estudos. Não é a indústria. A indústria depois vai descobrir e se descobrir vai vender, se for registrado e autorizado. Patologias com morte, de apenas 18 empresas: 36 estudos.

Então eu quero, em atenção ao tempo e à severa simpatia do Presidente, registrar o seguinte: só existe um problema, o problema é que, apesar da boa vontade do Governo, o sistema que está montado é um sistema que não tem precedente em outros países. Temos CEPs, mas não se confia no CEP. Então o CEP existe, mas tudo o que passa pelo CEP acaba basicamente tendo que passar pela Conep. E tem-se a Anvisa. E a soma disso gera um tempo que é o dobro do mundo.

Queria terminar com o David Coimbra. Ele não está aqui. Mas, o jornalista David Coimbra teve a coragem de, sendo portador da doença, escrever essas palavras com as quais eu gostaria de encerrar essa breve manifestação.

Por isso, me inscrevi num desses protocolos, que estava em desenvolvimento no Hospital de Caridade de Ijuí. Consistia numa comparação: uma droga novíssima versus outra já disponível no mercado. Havia 50% de chances de eu pegar a droga nova, dependia de uma espécie de sorteio, uma randomização feita por computador. Era uma ou outra. E eu peguei... a outra. A droga mais antiga. Quer dizer, “perdi”. Mesmo assim, continuei no protocolo, usei a droga à disposição (que, aliás, é caríssima) e, por um tempo, deu certo. Participar daquela pesquisa foi muito bom para mim. Agora, pretendo participar de outra. E, aí, quem sabe, tenho mais sorte. Quem sabe me torno uma feliz cobaia desses paladinos da ciência.

Os candidatos a cobaia, que são candidatos à esperança, não querem menos ética; querem mais eficiência, menos retrabalho, menos burocracia. E esta não é uma questão para opor Governo ou quem quer que seja, é para nos unir a todos sob a égide do Senado e sob a liderança do Senador Moka e da Senadora Ana Amélia.

Vamos tentar continuar sendo éticos, mas ser um pouco mais eficientes? Tem gente esperando.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Governador Antônio Britto. Eu tenho dificuldade de me referir ao Governador Antônio Britto sem... É que eu o conheci, não, e é uma pessoa que tenho um profundo respeito.

E eu quero chamá-lo em seguida, mas, antes, agradecer pela compreensão do tempo. Os senhores perceberão no final que o debate ajeita muita coisa. Com a palavra o Dr. Jaderson Sócrates Lima, Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. JADERSON SÓCRATES LIMA – O meu bom dia a todos!

Senador Moka a quem eu dirijo o meu cumprimento, na pessoa de quem cumprimento aos demais presentes, à promotora dessa audiência, Senadora Ana Amélia Lemos, eu estou aqui representando o Dr. Florentino Cardoso, Presidente da Associação Médica Brasileira, que não pôde estar presente obviamente, e que com quem tive a oportunidade de discutir inúmeras vezes o tema e também preparar essa pequena apresentação para os senhores, e que tem o objetivo claro, que é didático, que é de informar um pouco, que é desmistificar um pouco o tema “pesquisa clínica”, contextualizá-lo no Brasil e apontar direções, conforme já ensinou aqui o Governador Antônio Britto. Estou usando os mesmos termos do Presidente da Casa.

Então, para quê que existe pesquisa clínica? Pesquisa clínica é a forma mais singular de se promover saúde e desenvolvimento e é a única forma que se tem de generalizar ou de se aplicar conhecimentos generalizáveis da Medicina através da experimentação em seres humanos. E a humanidade, até hoje, não se conseguiu nenhuma forma de se colocar um medicamento, um dispositivo para a saúde, novo, à disposição dos pacientes sem essa atividade.

Se os senhores olharem a evolução que houve nas últimas décadas com doenças que matavam muito, hoje matam muito menos, por exemplo, doença coronariana. No início da década de 1980 a 2002 houve uma redução de 50% da mortalidade, por força do desenvolvimento desses medicamentos. Acidentes vasculares cerebral, famoso derrame cerebral, que tanto mutila, tanto aniquila vidas, redução de 70% por força da melhoria no tratamento da hipertensão arterial. HIV, AIDS, em que o Brasil é exemplo na provisão de tratamento dos pacientes, redução de 75% na mortalidade em duas décadas. Sarampo, praticamente extinto no mundo e leucemia mieloide crônica, por exemplo, no final da década de 90, apenas 50% de sobrevivência; em 2004, três anos de sobrevivência em 94% da população.

No câncer – e aqui dados recentes que eu recolhi semana passada na Associação Americana de Cancerologia –, a despeito do crescimento do número de diagnóstico do câncer infantil, muito com força também da precisão diagnóstica e da evolução dessas técnicas, se vê, do lado direito da figura, uma redução importantíssima na mortalidade em crianças e adolescentes na idade de zero a 19 anos. Isso por força da pesquisa de desenvolvimento de novos medicamentos.

Quem é beneficiado pela pesquisa clínica? Todos nós, pacientes.

Nós vemos na pesquisa clínica, a literatura mostra isso com abundância, a menor incidência de caso de imperícia, negligência e imprudência, pois os pacientes são acompanhados e monitorados com o fator segurança sendo prioritário. Há uma melhor precisão de diagnóstico e melhor tratamento. Há uma obediência a princípios éticos, aqui referenciados também pelo Antônio Britto. Há acesso a tecnologias de ponta, há acesso a tratamentos especializados, melhores cuidados de enfermagem. Esses pacientes ou sujeitos da pesquisa são acompanhados por equipes qualificadas, segundo a declaração da Associação Médica Mundial e segundo todas as diretrizes e regulamentos vigentes, por equipes preparadas para isso.

Um detalhe: esses fundamentos aplicam-se universalmente aos pacientes, a todos os indivíduos, independentemente de nacionalidade, etnia, gênero e idade. Então, Sr. Senador, se nós verificarmos os princípios do Sistema Único de Saúde de universalidade, equidade e integralidade, os princípios da pesquisa clínica se coadunam perfeitamente com os princípios do Sistema Único de Saúde.

Para os pesquisadores, o Antônio Britto já mencionou aqui: estímulo de novas opções terapêuticas, satisfação de estar participando do estado da arte com os melhores centros de pesquisa do mundo, recompensa financeira, sim, pela qualidade do trabalho especializado, oportunidade de trabalho, oportunidade de treinamento e oportunidade de oferecer aos seus pacientes aquilo que a Medicina ainda não conseguiu oferecer.

Para a prática médica, e aí, dentro dos objetivos da Associação Médica Brasileira: a adoção de treinamento sobre diretrizes para prevenção, diagnóstico e tratamento de doença, com a obtenção de dados qualificados, porque são inspecionados e auditados, sobre essas intervenções terapêuticas. E mais importante ainda: da-

dos esses obtidos no Brasil de pacientes brasileiros. Uma oportunidade única de se fazer gerar, da teoria para a prática, a chamada medicina translacional, com base em evidências.

E para o País: estímulo à modernização, atuação em metas e padrões de qualidade, melhor eficiência de operação, procedimentos padronizados e novas fontes financiadoras.

Portanto, pesquisa clínica é de interesse e beneficia todas as pessoas. Acho que a gente tem que ter um sistema regulatório que ouça todas essas pessoas e que possa se envolver melhor pacientes, comunidade médica e científica, o Governo, as empresas e as instituições de pesquisa. Eu não vou me ater aqui à declaração da importância da pesquisa feita pela Organização Mundial de Saúde, os senhores têm a referência para ter acesso.

Agora, onde se faz pesquisa no mundo? O Governador Antônio Britto mostrou aqui hoje, são dados da semana passada, do *site* clinicaltrials.org. Dos 162 mil estudos, 46% foram e são feitos nos Estados Unidos da América, com uma população de 312 milhões de habitantes; 28%, na União Europeia; 7%, no Canadá, com apenas 33 milhões de habitantes; 3%, na nossa querida América do Sul; 2%, no Brasil, com 202 milhões de habitantes; 1%, no Chile; e 1%, na Argentina. Repare que o Chile tem metade do número dos estudos do Brasil, mas com uma população 12 vezes menor.

Então, onde é que se faz pesquisa clínica, os medicamentos eram, até então, importados do hemisfério norte, vinha um dossiê, o medicamento, os dados sobre os pacientes, e o Brasil, só recentemente, por força de uma regulamentação criada no ano de 1996, mesmo antes da criação da Anvisa – eu acho que aí está um pouco da distorção do sistema –, não esteve presente na Conferência Internacional de Harmonização para saber como pensam os outros países a respeito e como essa regulamentação foi feita.

Como o Governador Antônio Britto mostrou aqui, nós estamos investindo muito na formação de profissionais de saúde, mas eles estão, em mais de 80%, nas universidades e instituições de pesquisa pública, e, nos países desenvolvidos; essa relação é inversa: eles estão no setor privado, empreendendo, fazendo a economia crescer, fazendo o País crescer. E, nos últimos dez anos, perdão, as principais empresas de pesquisa de fármacos e biotecnologia investiram mais de US\$300 bilhões, mas a maioria desses investimentos foi feito infelizmente nos países do hemisfério norte.

Pesquisa clínica é a parte pesquisa e do desenvolvimento que mais concentra esses investimentos. E o desenvolvimento não caminha à margem da descoberta, caminha junto, e o pouco com que o Brasil participa o Governador Antônio Britto já mostrou aqui.

Qual é o problema? É que nós temos um sistema regulatório anacrônico. Esse que se refere à regulação ética em pesquisa padece ainda mais. Nós temos análise dupla, tripla, até quádrupla em casos especiais, e o Governador Antônio Britto já se referiu ao tema, que dispensa maiores comentários.

Mas há um problema. Não há evidência de que quanto maiores os prazos de aprovação menos problemas éticos nós tenhamos para os pacientes ou voluntários de pesquisas e muito menos de segurança – eu lhes disse que é onde há menor incidência de imperícia, negligência e imprudência. Ao contrário: se nós limitamos o acesso à pesquisa, os benefícios da mesma não são obtidos em sua plenitude.

Neste momento, a medicina caminha para o que chamamos de medicina personalizada ou estratificada, e os marcadores de eficácia e segurança têm que ser identificados na população. A pergunta que fazemos é: o Brasil vai continuar importando dados de fora? Para registrar um medicamento, Dr. Dirceu, nós vamos precisar saber se nossas expressões fenotípicas brasileiras estão presentes, ou seja, quem ganha. Nós vamos continuar optando pelo atraso e pela ineficiência?

Essas são declarações sobre ética em pesquisa da Dr^a Marie Charlotte Boissesau, da OMS, e elas são universais, elas se aplicam a todos os comitês de ética de todos os países, ou seja, eficiência, sistema de boa governança, regulamentação harmonizada – nós estamos falando de pesquisas com seres humanos e não há ser humano brasileiro que seja menos ser humano do que um japonês, do que um americano, do que um canadense.

E o que nós queremos? Se o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social é do interesse e da responsabilidade de todos, se a estratégia nacional de ciência, tecnologia e inovação e seus eixos estruturantes são do interesse e da responsabilidade de todos, se os avanços médicos e científicos que norteiam o Sistema Único de Saúde são do interesse e da responsabilidade de todos, a pesquisa com seres humanos é, obviamente, do interesse e da responsabilidade de todos. Portanto, nós queremos mudanças, mudanças essas que se fazem necessárias para criarmos um novo marco regulatório em que todos esses atores, todos os brasileiros, sejam ouvidos para que o País tenha o lugar que merece, não se aquiete com a pequenez em que o colocaram e ofereça a todos os brasileiros essa atividade humana que é singular, plural e que beneficia todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecemos ao Dr. Jaderson Sócrates Lima, Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em seguida, para sua exposição, tem a palavra o Dr. Fábio Franke, especialista em oncologia clínica.

O SR. FÁBIO FRANKE – Em primeiro lugar, eu queria agradecer a esta Comissão, em especial à Senadora Ana Amélia, pela oportunidade, e dizer que eu falo em nome de todos os pacientes e de todos os profissionais de pesquisa clínica do Brasil, que ansiavam muito por esta oportunidade.

Vamos começar falando, então, da doença de que trato, que é o câncer, uma doença que está crescendo como uma epidemia, com a previsão de que devamos passar de 14 milhões para 22 milhões de casos novos e para uma mortalidade que vai chegar a 13 milhões por ano até 2030. Então, trata-se de uma doença que está se tornando uma epidemia mundial e não é exclusividade do Brasil.

No Brasil, a perspectiva é que neste ano nós tenhamos mais de 576 mil casos novos, com mais de 180 mil brasileiros que vão morrer de câncer em 2014. Qual é a realidade brasileira? Os tratamentos mais modernos e eficazes que existem no mundo não estão disponíveis pelo SUS.

Eu atendo num hospital que abrange mais de 90% dos pacientes atendidos pelo SUS, e a falta de acesso aos novos tratamentos, sem dúvida alguma, faz com que pessoas morram ou percam a possibilidade de uma sobrevida maior, pela falta de acesso a esses melhores tratamentos.

Os avanços tecnológicos entram nos países desenvolvidos rapidamente e demoram a ficar disponíveis no Brasil, isso é fato. No Brasil, quando a droga é aprovada, fica acessível primeiro aos clientes da rede privada e dos planos de saúde, depois, aos pacientes do SUS.

O SUS sempre é o último destino. Um exemplo clássico disso é a medicação Herceptin, que foi incorporada à tabela do SUS dez anos depois de sua aprovação e utilização para pacientes privados. E o fato é que, quando não podem receber os remédios mais avançados, os pacientes requisitam essa medicação por via judicial e, então, procuram uma maneira de receber a medicação.

Assim, com a pesquisa clínica, nós podemos proporcionar aos pacientes brasileiros – e vejam bem: principalmente aos do SUS, que são a grande maioria – acesso aos melhores tratamentos. Eu listei rapidamente aqui medicações para câncer de pulmão, de mama, de melanoma, de próstata, que já são utilizados no País por pacientes privados ou pacientes com plano de saúde e que não estão disponíveis pelo SUS, mas que eu, em Ijuí, no meu pequeno centro de pesquisa, consegui oferecer para todos os pacientes, de uma forma uniforme, sem custo. Então, vejam o que a pesquisa clínica proporciona aos pacientes: tratamentos melhores, tratamentos mais modernos, tratamentos mais eficazes, tratamentos que, se não curam, proporcionam que o paciente possa viver mais e melhor.

A pesquisa clínica surge para verificar essa eficácia. Dependendo do caso, ela pode se estender até dez anos. Quem participa vai ter acesso ao melhor tratamento possível. Existem órgãos éticos que regulam isso. E essa não é a discussão de hoje.

Próximo.

As principais classes terapêuticas são a oncologia, a endocrinologia, a cardiologia, porque refletem um padrão mundial de busca por melhores medicamentos para essas doenças que têm uma alta incidência.

Próximo.

Os estudos podem ser de várias fases. O importante aqui é determinar que, de todas essas fases, o Brasil só participa das últimas. Por quê? Porque as primeiras fases, quando nós determinamos qual é a dose dessa medicação, qual é o perfil adequado, precisam de uma aprovação de no máximo 60 dias. Nós temos uma aprovação que ultrapassa um ano, um ano e meio. Então, nós não recebemos nem o convite para participar desses estudos. Esse é o anseio que os pesquisadores brasileiros têm: nós precisamos também ter a mesma oportunidade que o resto do mundo. Por que nós não temos?

Próximo.

Esse quadro mostra a resposta: porque o nosso sistema regulatório ultrapassa, então, infelizmente, para aprovação, mais de um ano. Se eu sou um gerente de um estudo mundial que vou determinar para qual país esse estudo vai, olhando esse quadro, eu perguntaria para qualquer um de vocês para onde eu mandaria esse estudo. Eu mandaria para o Brasil? É óbvio que não.

Próximo.

Nós precisamos mudar esse cenário. Nós estamos classificando a pesquisa clínica hoje como passando por um processo terminal, porque, enquanto, nos Estados Unidos, o tempo médio de aprovação é de três meses e, nos outros países da América Latina, fica em torno de quatro a seis meses, o mesmo processo no Brasil pode ultrapassar um ano. Essa situação prejudica a nossa competitividade, e grande é o número de estudos cancelados, como o Britto mostrou. Ou eles são cancelados, porque vêm para cá, passam para um processo regulatório e não temos tempo de iniciarmos o estudo, porque o recrutamento já fechou – e aí vejam o desperdício de trabalho dos pesquisadores e dos órgãos regulatórios que acabam tendo um trabalho em vão. Ou eles simplesmente nem são oferecidos mais para o Brasil, porque o nosso processo regulatório é lento, e eles requerem agilidade.

Próximo.

O nosso número de estudos clínicos fica abaixo do dos demais países em desenvolvimento. Então, nós perdemos posição nos últimos anos, até mesmo para a China, que também tem um sistema regulatório complicado. Então, o Brasil se torna pouco competitivo por essa demora.

O que nós temos e qual é a realidade da pesquisa no Brasil hoje? Centros reduzindo o número de funcionários, pesquisadores desestimulados sem querer mais trabalhar com pesquisa, estudos sendo cancelados. Semana passada, eu recebi o comunicado de um estudo que foi cancelado no Brasil, porque havia sido aprovado pela Conep e ainda não havia sido liberado pela Anvisa, sendo que o estudo já estava sendo encerrado. Milhares de pacientes – e o fundamental são os pacientes – poderiam receber tratamento de ponta anos antes de estarem disponíveis no Brasil.

A maioria dos estudos, então, concentrada em fases mais avançadas.

Próximo.

Falando, mais uma vez, da velocidade, nós precisaríamos de um tempo máximo de 60 dias. Ou atrasa pela Conep ou atrasa pela Anvisa ou por ambos. Então, nós enfrentamos esses dois problemas.

O importante é que, no Brasil, foi elaborada a Resolução nº 466, que foi reformulada agora, com uma norma operacional, em 2013, que nos coloca que o prazo para a emissão do parecer inicial pela Conep é de 60 dias a partir do aceite da documentação. Esse prazo, se ele fosse respeitado, colocaria o Brasil em condições de competir em igualdade. Por que ele não é cumprido?

Nós estamos sujeitos, então, a uma aprovação que é múltipla. Passa pela aprovação da Conep e passa pela aprovação da Anvisa.

Próximo.

Esse fluxo, então, requer que um centro coordenador local faça a primeira submissão, submeta à Conep, ao mesmo tempo, isso é submetido pela Anvisa e, só depois, então, dessa dupla aprovação e liberação, é que se inicia o ensaio clínico. Então, podemos atrasar porque não temos a aprovação da Conep, ou ela pode demorar, ou podemos ter a liberação da Conep, e isso tem acontecido também, e não temos, então, a aprovação da Anvisa, fazendo com que o nosso trabalho fique em vão.

Próximo.

Existe essa duplicidade de avaliação. No Brasil, o sistema é assim: temos que aprovar por um comitê local e temos que aprovar pela Conep.

Próximo.

É nessa etapa que a demora é maior. Por um grande número de estudos que acaba sendo concentrado num único órgão, então, o Brasil acaba se atrasando. E, às vezes, a gente tem a aprovação e tem a demora da liberação da Anvisa.

É importante reconhecer que tanto a Anvisa e a Conep têm tentado ações para minimizar esses gargalos. Tem-se feito um esforço concentrado para diminuir as filas, criou-se a possibilidade de tramitação simultânea, ou seja, antes, tínhamos que passar, primeiro, pela Conep e, depois, pela Anvisa, agora, pode-se ir ao mesmo tempo, mas, mesmo assim, não conseguimos cumprir um tempo que seja razoável. Então, essas medidas são insuficientes. Por quê? Porque se nós nos organizarmos e voltarmos a ser um País atrativo para tratar os nossos pacientes com câncer, então, é óbvio que essa fila tende a aumentar. Então, temos que criar um sistema regulatório que seja mais ágil, e isso tem que ser a regra.

Como é que funciona em outros países? Não existe um órgão central. Os comitês de ética institucionais são responsáveis pela definição, ou seja, existem vários comitês locais que tornam isso menos concentrado e funcione melhor. Alguns países, até mesmo se isso não for aprovado em tempo regulamentar, o protocolo é dado como aprovado para que não haja prejuízo para os pacientes.

Como avançar? A descentralização seria um meio, e acho que temos que avançar muito nessa discussão de se criar comitês delegados pela Conep, que, então, poderia – próximo – atuar como um órgão consultivo e fiscalizador preparando melhor esses outros CEPs.

Próximo.

Em relação à questão da Anvisa, também solicitamos que os prazos tenham que ser respeitados, para que os serviços, então, dos pesquisadores e da própria Conep não fiquem em vão, tendo protocolos aprovados e que não sejam colocados em prática. Então, acelerar a aprovação da Conep e também um melhor prazo para a própria Anvisa.

Temos regras claras para os pacientes, e potencial para tornar o Brasil uma referência mundial, e a pesquisa clínica é uma maneira simples de enfrentar o câncer. Todos os envolvidos saem ganhando: paciente, investigador, a companhia que desenvolve e, principalmente, o nome do nosso Brasil.

Próximo.

Aqui, mostrando que o problema não é atual. Isso já se discutia em 2010.

Próximo.

Aqui, mostrando, então – próximo –, que o Brasil tem um grande potencial, mas, se não tomarmos cuidado, vamos acabar com a pesquisa clínica brasileira.

E esse último eslaide mostra, então, uma foto das luzes do mundo à noite, e mostra como no Brasil ainda essas luzes estão apagadas. Por quê? Essas luzes, então, podem representar os nossos pacientes que necessitam de tratamentos melhores. Que possamos fazer, então, desta audiência um marco inicial, para que possamos modificar essa realidade e colocar mais luz na vida dos pacientes, que, se não ficam curados, pelo menos, têm a possibilidade de ter uma vida melhor. E muitos são os testemunhos de pessoas que vimos que, com os anos de vida ganhos por esses tratamentos, puderam casar, criar os seus filhos, escrever artigos para jornais e poder dar o seu exemplo de que é possível, sim, com a Ciência poder fazer uma vida melhor para todas as pessoas e todos os pacientes brasileiros.

Então, esse é o pedido do nosso País: que possamos ser mais ágeis para ajudar o ser humano, que é o nosso objetivo final.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Dr. Fábio Franke, especialista em oncologia clínica.

Senadora Ana Amélia, vou já conceder a palavra à Luciana e ao Flávio Cárcano – estou pronunciando seu sobrenome corretamente? – e, aí, abro a palavra para os três finais.

Dr^a Luciana.

A SR^a LUCIANA HOLTZ – Bom dia a todos.

Muito obrigada, Senador Moka, mais uma vez, pelo convite; muito obrigada, Senadora, pela iniciativa, e, mais uma vez, podermos estar aqui juntos brigando por mais um tema que é de tanta relevância para os pacientes com câncer no Brasil.

De novo, acho que, seguindo o que todo mundo já falou um pouquinho, eu começo a minha apresentação também com um depoimento do David, porque, pela primeira vez, realmente, a gente pôde ficar feliz com o uso da palavra “cobaia”. Ele, realmente, fala que ter sido cobaia foi uma benção.

Partindo de um depoimento forte, como o do David, a gente rapidinho, lá no nosso trabalho, no Portal Oncoguia, perguntamos aos nossos usuários se eles participariam ou não de um protocolo de pesquisa clínica. Está aí: aproximadamente 90%, rapidamente, disseram para a gente que sim, que participariam. Tivemos como resposta 100% ao serem perguntados se eles acham que participar de pesquisa clínica contribui para o avanço científico do tratamento do câncer. E 100% disseram que sim. De que maneira? Aumentar o conhecimento científico, possibilidade de cura, melhorar o tratamento, propiciar mais qualidade de vida. Por esses motivos os pacientes com câncer do Brasil esperam poder participar de um estudo.

Pensando um pouco para o nosso paciente com câncer – acho que o Dr. Fábio já falou um pouquinho – o que pode curar esse paciente? Então, o que pode curar é a gente poder garantir a ele detecção precoce, acesso a uma cirurgia rapidamente, radioterapia, tratamento sistêmico. E aí gente, infelizmente, na prática, a situação está bem complicada no Brasil. A gente tem aí uma superdificuldade de garantir um diagnóstico precoce. Em alguns locais do Brasil, o paciente está na fila há seis meses, oito meses, dez meses para conseguir fazer o diagnóstico de um câncer. A gente sabe que, hoje, mais que 50% dos casos diagnosticados estão sendo diagnosticados já num estágio avançado. A gente tem uma opinião dos oncologistas dizendo que o início da cirurgia também está muito demorado. Há 90 mil pacientes que estão na fila este ano ainda para fazer radioterapia. A gente tem, sim, tratamento defasado e obsoleto quando fala das listas dos medicamentos oferecidos pelo SUS no Brasil.

Pesquisa clínica para o paciente. Acho que está dito aqui. Então, é possibilidade de acesso a tratamento inovador. Em alguns casos até no Bras Controle, o que está sendo oferecido no Bras Controle não existe no SUS. É possibilidade de acesso a tratamento, é possibilidade de melhorar a infraestrutura para diagnóstico e tratamento.

Do que a gente está falando, gente? A gente está falando de proporcionar mais qualidade de vida, a gente está falando de prolongar vidas, a gente está falando de salvar vidas. É disso do que a gente está falando.

Só de curiosidade: a gente tem um dado do que há 40 mil novos pacientes por ano e 10% deles participando de pesquisa. E a gente tem um dado do Icesp, que há 12 mil pacientes novos por ano e 0,05% dos pacientes participando de pesquisa. Então, é uma lista de problemas. Eu não vou ler, mas eu acho que todo mundo já discutiu aqui, há bastante coisa para resolver. Porém, se a gente traduz, infelizmente o que fica é burocracia, papel, falta de pessoas, tempo. É disso que a gente está falando.

Por outro lado, a gente tem órgãos superimportantes – a Conep, a Anvisa –, aos quais a gente agradece profundamente, de verdade, que têm como missão proteger, garantir a segurança do paciente, garantir direi-

tos, regulamentar, fazer parte de vigilância e da questão ética. É disso que a gente está falando. E, de verdade, a gente agradece profundamente. A gente também está muito preocupado com isso.

A minha pergunta é: a que preço? Será que a gente está, de fato, olhando para o essencial?

Essa a minha pergunta.

Gente, eles estão esperando; os pacientes estão esperando. Eles estão esperando, porque eles têm a ânsia de tentar se curarem definitivamente, de ajudarem outros pacientes que estão na mesma situação, porque eles desejam “que todos os pacientes com câncer se curem, assim como eu me curei”. “Para ajudar outras pessoas por amor incondicional a qualquer ser”; “para evitar que alguém passe pelo mesmo que eu passei quando eu tive câncer” – esses são depoimentos que a gente recebeu dos pacientes – “para eu poder ajudar outras pessoas e a minha filha, porque eu não gostaria de vê-las passar por tudo que eu passei”.

Gente, o câncer não espera. E se houver um pedido nosso hoje aqui, em nome, sim, de todos os pacientes com câncer no Brasil, vamos focar em diminuir esse tempo e vamos, realmente, aumentar o número de pacientes do Brasil que podem se beneficiar da pesquisa clínica.

E, de novo, eu termino também com o depoimento do David, que não pôde estar aqui, não recebeu o nosso superobrigada. Mas é isso. Acho que ele fala isso sobre se tornar essa feliz cobaia dos paladinos da Ciência. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Dr^a Luciana, Presidente do Instituto Oncoguia.

Por últimos, antes de passar a palavra para o pessoal da Mesa, concedo a palavra ao Dr. Flávio Cárcano, gerente da área de pesquisa clínica do Hospital do Câncer de Barretos.

O SR. FLÁVIO CÁRCANO – Bom dia a todos. Muito obrigado, Senador Moka. Gostaria de parabenizar a Senadora Ana Amélia pela iniciativa e a sensibilidade de enxergar realmente um problema importante. Eu não trouxe nenhuma apresentação. Venho representando o Diretor-Geral, Sr. Henrique Duarte Prata. Mas eu gostaria de colocar aqui meu depoimento e endosso já as palavras e as justificativas dos colegas Jáderson, do Fábio, do Sr. Antônio Britto. Parece que o problema é bem objetivo e é senso comum de boa parte das pessoas que estão aqui.

Eu acho que a experiência do Hospital de Câncer de Barreto é singular. Quem teve a oportunidade de conhecê-lo sabe do que falo. É uma instituição que atende praticamente 100% dos pacientes do SUS. O próprio Sr. Jorge Venâncio teve a oportunidade de conhecer. Sabe que, por esforço do Sr. Henrique Prata, se tenta fazer algo a mais do que o SUS pode oferecer para esses pacientes. Outra singularidade é que esses pacientes, em sua grande maioria, são brasileiros pobres ou da classe média, que encontram ali uma esperança de poder tratar suas doenças e, no caso, o câncer.

É claro que, em relação ao problema da pesquisa clínica, muitos pacientes que sofrem de outras patologias se beneficiarão também com a resolução desse problema. Mas já foi colocado aqui que o câncer é uma questão muito mais sensível, porque para câncer o tempo é vida. A gente tem medidas para pacientes e falamos de meses. Muitas vezes comemoramos quando uma droga nova nos traz uma mediana de sobrevida maior de dois meses. Então, é uma questão extremamente sensível. O que o médico sofre no *front* de batalha nessa questão são os relatos e as angústias desses pacientes que precisam ser tratados.

Quando a gente fala de pessoas que, com muito sofrimento, construíram seus patrimônios e se veem acometidos por essa doença, nós vemos famílias sendo devastadas com esse diagnóstico, porque não é só o paciente que sofre, mas há busca de novas medicações e muitas delas eficazes, mas de altíssimo custo, que o SUS não fornece, promovem verdadeira dilapidação de patrimônio de família que construíram durante toda sua vida. Isso a gente presencia no dia a dia. Ao mesmo tempo, esses depoimentos, como Luciana colocou, quando o paciente diz: “Doutor, não há mais nada a fazer? Quais são as alternativas? Eu preciso ver a minha filha se formar no final do ano”. São esses constrangimentos e questões éticas (nós prometemos não falar de ética, mas essa é um constrangimento ético que a gente sofre no dia a dia e que não temos saída). No fundo, quem de nós, colegas, já não entrou em uma base de dados para consultar e ver que já existe aquele ensaio clínico em algum lugar do mundo, e que é exatamente o perfil daquele paciente que poderia ser beneficiado. Alguns brasileiros vão ter condições de ir a esse país e participar desse ensaio clínico; mas, em nosso Brasil, nem todos poderão.

Então, acho que a mensagem final é comum a todos que aqui fizeram suas colocações: que esse ônus não ser colocado sobre a sociedade. A gente não pede, obviamente, menos ética, isso é bem claro. Pedimos eficiência e que seja revertida em benefício a nossos brasileiros. Se houver algum ônus, que recaia a quem regula esses processos. E a gente não pede uma menor regulação, mas uma regulação mais eficiente.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Dr. Flávio Cárcano, gerente da área de pesquisa clínica do Hospital do Câncer de Barretos.

Na sequência, concedo a palavra ao Dr. Carlos Augusto Gadelha, Secretário de Ciência e Tecnologia, Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.

O SR. CARLOS AUGUSTO GADELHA – Eu entreguei a apresentação, mas eu digo para os senhores que vou fazer mais uma fala. Só vou apresentar o penúltimo eslaide, porque eu quero me ater aos dez minutos.

Queria muito saudar e agradecer ao Senador Moka, à Senadora Ana Amélia. O primeiro recado que quero dar é o seguinte: estamos de porta aberta. A tradição da equipe que está lá na Secretaria é ouvir, ouvir, ouvir para avançar. A gente tem muito que aprender.

Eu vou aproveitar aqui, em seguida o Dirceu Barbano, pela Anvisa, e Jorge Venâncio, pela Conep, vão dar os dados. Acho que a gente tem que ver o filme enquanto estamos avançando. Vou situar todos vocês na política geral e como entra a questão da pesquisa clínica.

O primeiro aspecto é que as pessoas e a trajetória das pessoas que estão à frente da política têm nome e sobrenome, têm história. Então, a gente está com um grupo de pessoas completamente dedicadas, que vêm de um compromisso forte com a pesquisa. Não é para falar da parte pessoal, mas eu era Vice-presidente de Inovação da Fiocruz. A minha questão era como fazer mais pesquisa para o SUS para beneficiar o País, mais vacina, agente para diagnóstico, produtos antirretrovirais e fazer pesquisa clínica no País. Eu tive a honra de poder convidar, para coordenar o Departamento de Ciência e Tecnologia, o Coordenador da Rede Nacional de Terapia Celular, Antônio Carlos, que está aqui presente, que é membro da Academia Nacional de Ciência e da Academia Mundial de Ciência.

O que eu quero marcar, seguindo um pouco o que o Britto mencionou, acho que aqui tem muito mais um ambiente de cooperação, de construção de uma política de Estado e parceria onde não tem um lado contra o outro: um lado que está errado e um lado que está certo. Ou nos irmanamos e estamos juntos ou não conseguimos avançar. Não há política nacional que avançou sem haver uma coalizão do Poder Legislativo, do Poder Executivo e da sociedade.

Então, acho que essa marca eu queria passar para vocês e também dizer que a gente pode aprender e pode melhor. E acho que a gente vem aprendendo.

Alguns pontos que queria destacar. Hoje a saúde entrou – eu queria trazer isso aqui para o Senado – como uma área estratégica do desenvolvimento brasileiro, 35% da pesquisa realizada no Brasil está na saúde. Se somar com as ciências biológicas, 50% representam saúde mais ciências biológicas; representam 10% do emprego qualificado e 105 do nosso PIB.

O mercado farmacêutico brasileiro vai atingir – a previsão é essa –, em 2016, o quarto mercado do mundo, foi a indústria que mais cresceu no mês passado, pelos dados levantados numa conjuntura industrial. É difícil. Ou seja, eu não posso dizer que a gente tem, do ponto de vista do setor produtivo, um ambiente negativo. Os investimentos hoje têm as parcerias com o desenvolvimento produtivo, que são parceria em desenvolvimento com instituições científicas, isso é totalmente inovador, são mais de 100 parcerias para desenvolver 60 medicamentos no Brasil, a oncologia tem forte destaque com 60 empresas privadas participando, sendo 30 empresas de capital estrangeiro. A gente introduziu este ano HPV por conta dessas parcerias, uma parceria da Merck com o Instituto Butantã, usando o marco regulatório, inclusive aprovado no Congresso Nacional.

Do ponto de vista da pesquisa, e a gente tem diversos gargalos que precisam ser avançados no regulatório, estamos juntos nessa luta, mas não podemos deixar de ver que o Brasil tem sido uma área de interesse forte, foi o quarto país do mundo que mais elevou a produção científica em saúde, se eu comparar o período 2009/2013, 2004/2008. Setenta e cinco por cento (75%) de aumento da pesquisa em saúde, como transformamos isso em riqueza? É o que estamos discutindo nessa reunião. É o segundo país do BRICs em termos de pesquisa.

Nas redes de pesquisa, também foram organizadas, e junto com a comunidade científica, oito redes nacionais de pesquisa, sendo a mais importante, com mais de recursos, é a Rede Nacional de Pesquisa Clínica. Dentro da Rede Nacional de Pesquisa Clínica, temos duas sub-redes que é a rede Oncologia e de Acidente Vascular Cerebral. Todas instituídas recentemente e por portaria do Ministro da Saúde e que congregam, tenho aqui os mapas e vou deixá-los para vocês, o território nacional como um todo nessa luta pela pesquisa em saúde.

Se eu pegar os investimentos, em 2002, o Ministério da Saúde investia 15 milhões em pesquisa. Ano passado, bateu o recorde, em parceria, investiu 250 milhões, e não sei nem quantas vezes é, porque aumentou mais de 20 vezes. Ou seja, houve um aumento de 20 vezes para investimento em pesquisa por parte do Ministério. Se eu pegar um investimento privado, anunciado no ano passado, a maior demanda por nova empresa lançada pela Finep foi na área da saúde, e pelo BNDES. Chegou a R\$13 bilhões o investimento da indústria privada neste País, acreditando no Brasil, acreditando que a gente está caminhando numa direção.

Eu avalio a incorporação tecnológica, que é tão cara aos colegas aqui, eu também sou cidadão, eu também tenho questões importantes que me afetam de forma pessoal. Nós triplicamos a média de incorporação de produtos nos últimos três anos desde que a Conitec foi criada. A média era de 15 produtos por ano; passamos a incorporar 45 produtos por ano: todo o pacote da artrite reumatoide, produtos para oncologia como Trastuzumabe, baseado em diagnóstico em medicina molecular, em diagnóstico molecular, entre diversas outras doenças. Ou seja, triplicou – não é o ideal, não chegamos à situação de pleno conforto, mas triplicou. O filme está mostrando uma direção muito clara.

Na assistência farmacêutica, o gasto era de R\$2.8 bilhões, em 2003. No ano passado foi de R\$12 bilhões; ou seja, quadruplicou o gasto, em assistência farmacêutica, do Ministério. Só que a gente acha que não é só remédio. O uso racional é muito importante.

Eu quero também aqui, como vários depoimentos foram dados, dizer que a pessoa que talvez eu seja mais próxima na vida, hoje, o problema que ela tem é o efeito colateral, é o efeito adverso do remédio para tratamento de câncer.

Então, há muita incerteza. A gente tem que colocar na mesa que não temos certezas, não sabemos o que é melhor ou o que é pior, muitas vezes. A gente precisa de estudo científico, que, às vezes, mostra que o tratamento com a droga antiga era superior ao tratamento com a droga moderna, que depois as evidências fazem até que seja retirada do mercado pelas empresas. Então, a gente tem que ter a humildade de dizer que o novo não necessariamente traz melhorias. Mas o novo é importante. Eu estou na Secretaria responsável pela inovação, mas o novo, às vezes, é ter um tratamento holístico para as pessoas. Por exemplo, nesse caso pessoal, o que deu um rumo foi um tratamento fisioterápico, mais do que, depois de um medicamento bem-sucedido, uma nova droga e um novo tratamento. É um tratamento de fisioterapia, que está fazendo a diferença.

Então, eu queria passar para vocês que a gente parte de uma visão em que a ética individual – e isso, como o Britto falou, não está em discussão –, mas eu quero polemizar mais: eu acho que há a ética social e a ética do desenvolvimento. Um país não será desenvolvido se for dependente em pesquisa clínica, Um país não será desenvolvido se tiver um déficit comercial em saúde de US\$13 bilhões. E por isso a gente está investindo no uso do poder de compra do Estado, aliás, o mercado é patrimônio nacional definido pela Constituição brasileira. Não teremos um país desenvolvido se não tivermos redes poderosas de pesquisa, que vão da oncologia às doenças negligenciadas. E hoje temos oncológicos negligenciados, o que eu acho uma vergonha, uma vergonha global a gente ter produtos baratos, de tecnologias difundidas e que estão sendo negligenciados porque não são lucrativos. E a gente está agora com uma lista de mais de 16 oncológicos negligenciados, que ou a gente investe em produtos, porque não têm valor econômico e estão sendo abandonados pelo setor produtivo. E eu vou fazer uma provocação, vamos juntos construir essa agenda com o setor produtivo nacional, estrangeiro e público.

Por fim – e aí o eslaide que eu queria apresentar, o penúltimo eslaide –, o esforço que o Ministério tem feito nessa articulação virtuosa com o Conselho Nacional de Saúde e com a Conep. Eu quero dizer que não é trivial o Conselho Nacional da Saúde ter escolhido a inovação e o desenvolvimento tecnológico como uma das suas cinco prioridades. Isso é uma mudança de paradigma, Britto.

Eu acho que a gente conseguiu, nesse diálogo profícuo – eu queria saudar o Jorge Venâncio nesse processo –, mostrar que não estamos uns contra os outros. E eu quero até falar, porque parecia que o Fábio – eu vou brincar – quase que roubou um pouco da minha fala. O que foi aprovado na nossa nova legislação, no nosso novo marco regulatório para a ética em pesquisa bate exatamente com o que se tem falado. A acreditação do sistema CEP/Conep, eu destaco só três, ou seja, há uma diretriz que neste ano começa uma descentralização com a acreditação do Sistema CEP/Conep, que vai agilizar. E o Jorge Venâncio já vai mostrar os dados de avanço que a gente obteve.

A priorização de pesquisa estratégica para o SUS; ou seja, se é estratégico para o SUS, o Ministério da Saúde pode entrar como copatrocinador da pesquisa, reduzindo os riscos da pesquisa para o setor produtivo e para o cidadão; e também toda a questão da impessoalidade, eficiência e transparência.

Hoje os dados crescentemente estão escancarados na plataforma Brasil. Qualquer um pode ter acesso ao estágio em que está a sua pesquisa, quais são os problemas, quais foram as pendências, enfim, são marcos que eu não posso deixar de destacar.

Há todas essas questões que estão aí nesse eslaide, mas, se eu fosse destacar três marcos, eu acho que, nessa interação do Ministério da Saúde com o Conselho Nacional de Saúde, a gente hoje tem uma bela agenda, que já tem resultados, e estamos avançando para que a saúde seja, de fato, uma das áreas estratégicas no século XXI.

Muito obrigado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu só quero agradecer antes a participação do Dr. Carlos Augusto Gadelha, que é Secretário de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde.

V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu sinto, mas entendo as razões regimentais da transmissão ao vivo da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, em que o Presidente do Banco Central está falando, mas acho que saúde tem mais relevância que economia neste momento. Independentemente do mérito da discussão, que poderia ser polemizada, o número de telefonemas que recebemos agora, porque as pessoas que estão muito interessadas nisso estão sem som. O serviço de comunicação do Senado não está disponibilizando na Internet o som das palestras. Então, eu queria pedir encarecidamente a solução para esta questão, pois, num tema desses, não é possível que a área técnica não resolva esse problema de audiência, e as pessoas estão ligando para cá pedindo isso. A minha assessoria já ligou e um passa para outro, um passa para outro, um passa para outro. Eu acho que a Secretaria da Comissão também. Se há um problema de áudio desta Comissão... Não é possível, pela relevância deste tema, Presidente, nós estarmos enfrentando um dilema tão singelo, na época da comunicação, da transmissão virtual de um tema dessa grandeza e dessa relevância.

Então, peço encarecidamente à área responsável do Senado que resolva o problema imediatamente, sob pena de perdemos um conteúdo tão relevante quanto este. Independente disso, penso que a TV Senado tem agora também a obrigação de reproduzir várias vezes na sua programação todo o conteúdo desta audiência. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, se não for resolvido de imediato, eu vou tomar como um compromisso pessoal e exigir que esta reunião seja reproduzida várias vezes, porque o conteúdo da audiência pública é muito importante.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O fato é muito relevante para a gente ter um problema técnico que impeça que a população possa ouvir. Eu acho que o debate é muito importante.

Concedo a palavra ao Dr. Dirceu Brás Aparecido Barbano, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Obrigado, Senador Moka e Senadora Ana Amélia. É sempre uma honra poder vir aqui, à Comissão de Assuntos Sociais, onde eu fui sabatinado por duas vezes para me tornar Diretor da Anvisa e depois Diretor-Presidente.

Eu vou começar dizendo uma coisa que eu considero importante antes da minha fala. Em 1998, eu trabalhava como administrador de um hospital que trata de câncer de crianças. Era um hospital vinculado ao SUS, mas que oferecia tratamento privado. Nós tivemos a situação de um menino que faleceu, vítima de leucemia. Eu fui receber a conta da mãe do menino e ela parou diante de mim. Como era uma conta alta, a gente fez o recebimento direto. Ela estava preenchendo o cheque no valor determinado, e ela, no meio do preenchimento do cheque, parou, olhou para mim e me perguntou: “O senhor sabe quantos zeros eu colocaria a mais neste cheque para poder ter mais um dia com o meu filho?” Isso me marcou muito. Essa fala serve sempre para aquilo que a gente faz, tentar compreender de fato o quanto que é que importante que as expectativas que nós geramos daquilo que a Ciência é capaz de produzir para as pessoas seja a mais exata possível, porque é importante que todos os cidadãos do nosso País e do Planeta consigam perceber, de fato, o que a medicina, os medicamentos, os esforços conseguem ou não resolver. Eu faço esta introdução porque claro que eu sou obrigado a reconhecer que o modelo regulatório brasileiro traz um impacto importante na questão dos prazos para a liberação de pesquisa no Brasil. São importantes – eu vou falar sobre isso – os esforços que a Anvisa tem feito para reduzir esse prazo, a parceria que temos com a Conep em relação a isso. Mas eu não acho prudente fazer coro e concordar com os argumentos que buscam justificar a necessidade de alterar e melhorar esses prazos ou, ainda, indicar as consequências relativas a esses prazos. Eu acho que não é prudente que o Presidente da Anvisa faça coro aos argumentos e às justificativas que, muitas vezes, são colocadas e que levam a sociedade a uma expectativa que foge à realidade, e é importante que todos nós tenhamos em mente e tenhamos claro o que significa cada uma das coisas.

Acho que tem algumas perguntas que eu faria antes de entrar na apresentação especificamente, que precisam ser respondidas de fato. Por que as pesquisas são importantes? As pesquisas são importantes, primeiro, porque, a partir delas, e não há outro método que foi definido até hoje, os medicamentos conseguem ter a sua comprovação de eficácia e segurança minimamente determinadas. É bem verdade que, depois, muitos produtos chegam ao mercado e fica demonstrado que aquilo que a pesquisa clínica colheu não era suficiente para provar a eficácia e a segurança e, por vezes, a Anvisa retira ou as agências sanitárias retiram produtos do mercado, que passaram por pesquisa clínica. Mas elas são importantes também porque a indústria farmacêutica

tica depende das pesquisas clínicas para colocar os seus produtos no mercado. E elas são importantes também porque elas movimentam de US\$200 a US\$300 bilhões por ano de negócios e não de caridade; de negócios, é importante que isso fique claro.

Quem ganha com as pesquisas? Ganha a humanidade como um todo, porque, de fato, os medicamentos que são lançados no mercado e que conseguem agregar qualidade de vida, agregar diminuição na morbidade ou na mortalidade de determinadas doenças e se beneficiam por isso. Mas ganha, também, o patrocinador da pesquisa, ganham, também, as empresas que colocam produtos no mercado e nem sempre produtos melhores do que aqueles que já existem no mercado. As pesquisas clínicas e as análises sanitárias não são suficientes para dizer que os medicamentos que chegam ao mercado, depois de passarem por pesquisa, são mais custo efetivo do que aqueles que já estão no mercado. Então, é importante que tenhamos isso em mente. As pesquisas clínicas não servem só para colocar dados de eficácia e segurança de produtos que são melhores do que os outros.

E por que é importante e necessário controlar as pesquisas? É importante porque elas envolvem humanos na sua própria execução e não é prudente que coloquemos a vida das pessoas que sejam sujeitos de pesquisa em risco para que se comprove a eficácia e segurança de produtos que, muitas vezes, não estarão acessíveis nem a eles próprios, sujeitos de pesquisa. Então, nós temos de controlar porque há questões sanitárias importantes, precisam de proteção a vida dessas pessoas e há questões éticas relativas à execução de pesquisa. E quem faz o controle? Bom, não há outro modelo no mundo senão atribuir ao Estado esse controle. Aqui, no Brasil, o modelo regulatório implica uma ação do Estado que envolve Anvisa e envolve, também, a Conep.

Então, é importante ter isso em mente, para que tenhamos o cuidado de não acharmos que a pesquisa clínica é uma forma simples de lidar com o câncer. Não é; o que torna possível lidar com o câncer são boas políticas públicas que foquem no diagnóstico, no aumento da capacidade de tratamento e que, porventura, envolvem medicamentos, mas ou menos novos. Então é só para evitar o coro de que nós vamos resolver os problemas de saúde pública do Brasil, ou nós vamos ampliar o acesso a medicamentos pelas pessoas pelo simples fato de fazermos mais pesquisas clínicas no Brasil. Fazer mais é fundamental para diminuir a dependência, para possibilitar que novos produtos cheguem ao mercado, mas não é a solução para os problemas de saúde no País.

Bom, a Anvisa preocupada, aí sim, com a questão do prazo, porque nós temos de melhorar os prazos para melhorar esse ambiente, mas não como uma panaceia de que isso vai resolver o problema do câncer, de que vai resolver os problemas das doenças e os problemas das pessoas. As pessoas precisam de políticas públicas que garantam tratamento, que garantam diagnóstico, que garantam medicamento, e parece-me que o Carlos Gadelha falou de várias coisas que estão sendo feitas em relação a isso.

Nós temos, no Brasil, uma instância ética que cuida, CEP/Conep, e uma instância de vigilância sanitária que cuida, a Anvisa. A Anvisa se preocupa com regulamentação adequada para os ensaios clínicos, garantia de segurança e direitos do sujeito de pesquisa, que os ensaios clínicos sejam adequadamente conduzidos e não gerem mais danos ou risco à saúde dos sujeitos de pesquisa, atua solicitando revisão quando verifica que os protocolos precisam ser adequados para dar mais segurança ao paciente e, ainda, realiza inspeção *in loco* nos centros de pesquisa, avaliando as boas práticas de pesquisa clínica. A Anvisa, naquilo que se aplica à Agência, no acompanhamento, solicita emendas, relatórios e cuida, principalmente, da avaliação dos eventos adversos e ainda faz, como eu disse, as inspeções de boas práticas.

Nós temos um regulamento de 2008, que, na verdade, se preocupou, naquele momento, em colocar de maneira clara quais são os estudos clínicos que dependem de autorização da Anvisa. Dependem de autorização da Anvisa aqueles estudos que estão sendo feitos com vistas a provar eficácia e segurança de um produto que pretende ser registrado na Anvisa, para uma ou mais finalidades de tratamento.

Aqui, o mapa que mostra quantos estudos entram na Anvisa por ano: em roxo, quantos saem; em verde, quantos foram aprovados. O que se verifica é que, na média, nós temos uma atuação que garante que os estudos que entram, em 12 meses, são aprovados dentro do prazo de 12 meses.

(Soa a campanha.)

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Nós temos uma instrução normativa que trata das inspeções, da rotina de informação sobre o andamento dos estudos e ainda atua em caso de denúncias.

O olhar sanitário considera o direito à segurança e ao bem-estar do sujeito, a relação transparente entre o sujeito e o pesquisador. É importante deixar claro para o paciente que ele pode usar uma droga que já existe no mercado. É importante deixar claro para o sujeito de pesquisa que se pode chegar à conclusão de que aquele resultado não foi obtido. É importante nós sabermos que nem todos os pacientes ou sujeitos que são objeto de uma pesquisa clínica serão beneficiados pela pesquisa clínica. Não dá para dizer que, no Brasil, quando 3.700 pacientes não são beneficiados, que todos seriam. Não é automático dizer isso. Pode ser que um grupo utilize a droga que já é utilizada. Aqui, no Brasil, a gente não aceita placebo, mas, no mundo inteiro,

cruza-se o dado do medicamento novo *versus* um placebo, e é fundamental repassar todas essas informações. E cuida a Anvisa de que essas informações existam, como cuida a Conep também.

Ainda, há a questão do consentimento, o armazenamento das informações, e considera aqui como sendo o primeiro passo.

Muito rapidamente, Senador, temos um regulamento que foi revisto em 2008, justamente, já naquela época, visando a melhorar a *performance* e diminuir prazos. Depois, esse regulamento, em 2012, com o objetivo principal de agilizar a avaliação dos processos de pesquisa pela Agência, daqueles que já têm autorização em outras agências. A Anvisa autoriza rapidamente estudos que já foram aprovados nos Estados Unidos, no Japão, no Canadá, na Austrália ou, ainda, na União Europeia.

Mais recentemente, no ano passado, aprovamos uma norma que institui os programas de uso compassivo, de acesso expandido e de fornecimento de medicamentos pós-estudo. O uso compassivo é uma autorização emitida pela Anvisa, para que a indústria execute determinado programa assistencial no Brasil, fornecendo medicamento novo, promissor e ainda sem registro. Isso já é possível. O programa de acesso expandido, a disponibilização de medicamentos ainda em fase de estudo. E há ainda uma modalidade de programa de fornecimento pós-estudos, que prevê a disponibilização gratuita de medicamento aos voluntários que participaram da pesquisa. Isso ainda não é obrigatório, mas a gente entende que deveria ser, porque o ente da pesquisa, o paciente, o objeto da pesquisa foi útil para a empresa durante a fase de pesquisa.

O tema de pesquisa clínica está na agenda regulatória e vai ser revisto ainda neste ano de 2013. E o que está em discussão é a possibilidade de a Anvisa deixar de analisar o desenho do estudo, uma vez que o desenho, exitoso ou não, é responsabilidade de quem está propondo o estudo. Então, uma das discussões que está se propondo é esta. Nós ficaríamos focados na questão da segurança do paciente, e não mais na questão do desenho do estudo, entendendo que a responsabilidade por desenhar bem o estudo cabe a quem está propondo fazê-lo. E se ele é aprovado pela Conep, significa que as questões éticas estão preservadas, e nós trataríamos das questões sanitárias. Se o estudo tiver um desenho precário àquilo que ele pretende provar, naturalmente, o produto não será registrado depois.

O que está em discussão, uma mudança mais substancial, é esse ponto. Os prazos são passíveis de ficarem dentro dos 60 dias, no meu entendimento. A Anvisa está agora convocando já os 180 novos especialistas. Uma parte considerável deles vai para a área de medicamentos e para essa área de pesquisa clínica. E na perspectiva de que ninguém está propondo diminuir o rigor sanitário ou ético, mas melhorar a *performance* do sistema regulatório, nós entendemos que ainda no ano de 2013, tanto pelo que vocês vão ver daqui a pouco, que o Venâncio está apresentando, pelo que tem a Anvisa de planejamento, de revisão de norma e alocação de pessoal, nós terminaremos o ano de 2014 numa situação muito menor.

Ressalto só que eu não acho prudente que nós precisemos tratar a pesquisa clínica como uma panaceia para a solução de problemas, para justificar a necessidade de melhorar os prazos do sistema regulatório. Temos que melhorar os prazos, mas compreender que pesquisa clínica é importante, sim, para determinado ponto de desenvolvimento de novos produtos, mas não como um foco de assistência à saúde das pessoas. As pessoas precisam ser assistidas dentro do sistema, dentro das políticas públicas que existem para isso.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quero agradecer a participação do Dr. Dirceu Barbano, Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O último expositor é o Dr. Jorge Alves de Almeida Venâncio, Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde.

Antes, porém, Senadora Ana Amélia, a minha assessoria – na verdade, a nossa jornalista Andreia – entrou em contato com a TV Senado, o Prodasen, e eles estão tentando resolver o problema com urgência. A audiência está sendo gravada e, evidentemente, como eu disse, nós vamos fazer com que isso seja repetido inúmeras vezes.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu só espero, Presidente, que não seja nenhuma adversária da pesquisa no Brasil que esteja boicotando essa transmissão, porque ao vivo tem muito mais emoção, tem muito mais realismo, tem muito mais participação e interatividade.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero crer que não. Mas, de qualquer forma, fica o registro.

Com a palavra, o Dr. Jorge Alves de Almeida Venâncio.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – A todos eu queria agradecer o convite do nosso Presidente da Comissão de Assuntos Sociais e da Senadora Ana Amélia. Queria agradecer a presença do Senador Maldaner e pedir licença ao Presidente para que fosse distribuído aos membros da Mesa, aos Senadores presentes e a mais alguns presentes que possam receber dois impressos que nós trouxemos, um com a nossa

apresentação e outro com o parecer do Procurador da República do Rio Grande do Sul Dr. Humberto Jacques de Medeiros, que nos parecem relevantes aqui para o nosso debate. É possível? O.k..

Muito obrigado.

Antes de começar ali com o quadro, eu queria dizer o seguinte. Eu fui indicado para coordenar a Conep no mês de junho e assumi na reunião da Conep que aconteceu nos últimos dias do mês. Quer dizer, com isso, pudemos dividir o período entre o primeiro semestre, que estava ainda no período anterior, e o segundo semestre, que já foi sob a nossa condução.

Já no início de julho, apresentei à Conep e ao Conselho Nacional de Saúde um plano de trabalho em que o ponto número um era exatamente zerar a fila que existia na Conep. Parece-nos que uma coisa é se fazer uma análise ética rigorosa que defenda os direitos do participantes de pesquisa; outra coisa é o protocolo ficar dois ou três meses parado antes de ser aberto. Isso não tem nenhuma lógica, ninguém ganha com isso.

Portanto, nos pareceu uma coisa essencial que a fila acabasse. Claro que fila zero não é não ter nenhum protocolo na Conep. Nós analisamos cerca de 130 protocolos/mês, portanto, em dois meses, se nós tivermos 260 na Conep, a situação está dentro da normalidade.

Eu queria mostrar, então, como foi a evolução da fila nesses meses até agora.

Ao analisarmos o total, veremos que, em setembro, tínhamos 831 protocolos na Conep e esse número foi caindo com rapidez e agora nós temos, no início de março, 388.

Esse é o quadro geral de declínio, portanto estamos nos aproximando dos 260, que é a situação de normalidade. Com 388, se estamos apreciando 130 protocolos/mês, isso quer dizer que, em média, já estamos dando resposta em três meses, e vamos chegar aos dois, provavelmente, nós próximos dois meses, no máximo. Esse período é o mais desfavorável, porque há uma entrada maior de protocolos, pelo calendário das universidades e pelas instituições de fomento, mas ainda sim acreditamos que é possível continuar mantendo essa queda nesse período. Acreditamos que até abril ou maio estaremos dando as respostas em dois meses.

Além disso, as respostas a pendências e a recursos já estão com o prazo bem abaixo, na grande maioria dos casos, do que a norma operacional prevê, que é uma resposta em 45. E nós temos um número expressivo de casos em que nós temos respostas a pendências em até dois dias. Tivemos inclusive, recentemente, no mês passado, um protocolo do Dr. Franke, aqui presente, que não me deixa mentir, que foi respondido em uma semana. Então, o quadro é de melhora nítida. Isso é que eu quero chamar a atenção em primeiro lugar.

Identificamos três gargalos na Conep, que estão nas linhas daquela estatística anterior, agora eu estou destacando cada uma delas. A primeira, a elaboração da nota técnica, que era o item que mais demorava. Nós vamos ver em outro eslaide que a média do quarto trimestre do ano passado era de 118 dias o prazo de resposta da Conep. Ainda era uma média perto de quatro meses, agora já estamos em três. Mas nos 118 dias, 60 dias estavam aguardando nota técnica, portanto, a questão chave para se reduzir os prazos estava exatamente em ampliar a equipe que elaborava as notas técnicas e, com o apoio do Ministério, conseguimos um acréscimo de 92% do pessoal técnico, que é altamente qualificado, inclusive grande parte tem doutorado, e que está fazendo um trabalho muito importante para conseguir reduzir esses prazos. Então, aqui registrado, 92% de acréscimo na quantidade de assessores técnicos.

O segundo gargalo, elaboração dos pareceres do relator. Reparem que, apesar de nós termos tido um aumento substancial da elaboração de notas técnicas, a quantidade de protocolos aguardando parecer do relator não teve uma variação substancial. E isso se deu porque nós ampliamos também a quantidade de relatores. Além dos 30 membros da Conep e cinco suplentes, nós chamamos mais 29 relatores *ad hoc* entre os que haviam sido indicados pelo CEPs, e essa lista foi aprovada no Conselho Nacional de Saúde, e nós estamos trabalhando, portanto, hoje, com cerca de 60 relatores permanentemente e com isso conseguindo manter esse fluxo de trabalho nesse nível, ou seja, absorvendo o aumento de produção de notas técnicas sem haver um aumento, um represamento na relatoria.

O terceiro ponto tem a ver com o depois da elaboração do parecer em que o relator quando está aguardando a reunião da Conep. Nós também tivemos aí uma diminuição dos protocolos nessa situação e isso foi feito basicamente com uma divisão permanente da Conep em câmaras técnicas. Estamos trabalhando boa parte do tempo com seis câmaras trabalhando em paralelo e, além disso, uma discussão permanente com os coordenadores de câmaras, para que exatamente se possa ter o aumento da eficiência das câmaras. Temos câmaras que estão conseguindo apreciar 19 protocolos em um dia de trabalho. Então isso está fazendo com que... Reparem aí também a redução de protocolos aguardando a reunião da Conep.

E, por último, o aumento da utilização do recurso do *ad referendum* tanto nas respostas a pendências, quando são todas atendidas, quanto em protocolos que devem ser devolvidos, porque foram equivocadamente para a Conep, e no caso de protocolos que estavam em papel ainda, no sistema anterior, e estão transferidos para a plataforma. Tudo isso não precisa de apreciação ética. Portanto, são protocolos que não precisam passar,

necessariamente, pela plenária ou, no caso das pendências, já foram apreciados pela plenária, e não é necessário que sejam reapreciados desde que as pendências tenham sido consideradas todas atendidas pelo relator.

Com esse quadro, parece que estamos tendo... Aqui, o quadro do peso relativo de cada um dos gargalos. O total de 118 dias ainda no quarto trimestre do ano passado – como disse, já está em cerca de 90: 60 dias aguardando a nota técnica, 32 aguardando relator, 21 aguardando a plenária e cinco na revisão final. Total de 118 dias naquele período anterior.

Aqui, as providências que foram tomadas em cada um desses gargalos.

Aqui, o quadro comparando o primeiro com o segundo semestre. Reparem que, no primeiro semestre, nós tivemos um total de 513 protocolos apreciados, o que, portanto, dá aproximadamente 85 protocolos/mês; e, no segundo semestre, subimos para 987 – portanto, para cerca de 160 protocolos/mês. Se mantivermos essa média no segundo semestre, a fila tenderá a cair até um pouco mais rápido do que eu estava dizendo aqui, porque trabalhei aqui com critérios da média dos dois semestres, portanto, com a média de 130 protocolos/mês. Aqui, o aumento de 83% do segundo semestre sobre o primeiro.

Agora eu queria tocar aqui, rapidamente, no pouco tempo que me resta, nas questões de fundo da discussão ética. Eu ouvi, com muita satisfação, o Dr. Britto dizendo que não há contradições éticas entre a avaliação da Interfarma ao analisar o quadro e a da própria Conep. Acredito que isso é um espaço para que desenvolvamos o diálogo, que já estamos fazendo. Tenho conversado bastante tanto com a Interfarma quanto com diversos laboratórios, com pesquisadores, visitado os CEPs, etc.. Então, esse diálogo nos parece permanente e fundamental para que possamos aprimorar esse debate.

No entanto, eu queria pegar dois pontos básicos que acho que são de mais fácil compreensão e é importante analisarmos, porque nós que recebemos os protocolos de pesquisa e os termos de consentimento que vão ser aplicados aos participantes de pesquisa vemos, muitas vezes, problemas importantes.

Reparem: aqui, no Brasil, os participantes de pesquisa, no fundamental, não são remunerados. E, principalmente, o benefício dos portadores de patologia é exatamente o tratamento quando eles participam de uma pesquisa. Portanto, não nos parece razoável que o tratamento se dê durante a pesquisa e, quando ela acaba, o cidadão seja entregue à sua própria sorte. É uma norma nossa fundamental que esse tratamento continue no período posterior à pesquisa, que é o chamado tratamento pós-estudo.

No entanto, vemos, frequentemente, termos de consentimento que ou não garantem o pós-estudo ou, então, numa forma atenuada de problemas, garantem só depois que o estudo é concluído. Só que, entre o momento que o cidadão conclui a sua participação no estudo e o momento em que o estudo é concluído, há um lapso de tempo muitas vezes importante. E a nossa norma – vamos ter claro – é: “assegurar a todos os participantes ao final do estudo, por parte do patrocinador, acesso gratuito e por tempo indeterminado aos melhores métodos profiláticos, diagnósticos e terapêuticos que se demonstraram eficazes. E o acesso também será garantido no intervalo entre o término da participação individual e o final do estudo”. Ou seja, parece-me que a norma é clara. Não há, digamos, nada nublado nessa colocação. No entanto, a quantidade de termos de consentimento que recebemos sem que esses direitos sejam garantidos ainda é muito grande. Essa é a realidade.

Portanto, acho que esse diálogo para que possamos afinar e realmente ter esse direito efetivamente garantido na prática é muito importante.

Eu queria, inclusive, trazer o caso do parecer do procurador, que é um processo que está correndo na Justiça Federal do Rio Grande do Sul, em que o Procurador Humberto Jacques de Medeiros fez um parecer que eu considerei, com a licença dos senhores, magistral, e por isso achei importante trazê-lo aqui, em que ele faz uma defesa cabal. É um caso de um laboratório que fez uma pesquisa e conseguiu resultados na pesquisa de seu medicamento e, depois de um tempo que garantiu esse tratamento pós-estudo, ele suspendeu o tratamento pós-estudo e disse para o participante da pesquisa que o tratamento passaria a custar a partir daquele momento R\$100 mil por mês.

Isso gerou uma ação na Justiça em que o participante da pesquisa foi vitorioso na primeira instância e na segunda instância o processo ainda está sendo julgado. E o parecer do Procurador Humberto Jacques é exatamente na segunda instância, e por isso eu o trouxe aqui para apreciação dos senhores a fim de sentirem a importância e a gravidade dessa situação e desse problema, em que o tratamento pós-estudo precisa ser assegurado ao participante de pesquisa, sob pena de estarmos tendo vantagem para um lado só no esforço conjunto que está sendo feito para o enfrentamento do problema.

Então, sobre essa questão me parece muito importante que tenhamos consciência que esse problema não está solucionado ainda e, portanto, acredito que com um trabalho conjunto vai ser possível avançarmos bastante nessa questão.

Um segundo ponto, só para concluir o parecer do procurador, ou a abertura dele, está sendo distribuído para os senhores, que vão poder lê-lo com calma, pois é um texto longo.

Por último, em relação à função da Conep. Acho que é muito importante, reparem só, aqui é uma questão que não implica gasto para o patrocinador. É uma questão conceitual no fundamental. Nós encaramos o termo de consentimento como uma espécie de contrato, em que o participante e o pesquisador, no caso representando também o patrocinador e representando a instituição, eles são duas partes desse contrato que estão em igualdade de condições. Portanto, qual é a concepção que a Resolução nº 466 coloca? Termo de consentimento livre e esclarecido deverá ser elaborado em duas vias, rubricado em todas as suas páginas e assinado ao seu término, e por aí vai. Reparem só: está claríssimo: elaborado em duas vias. No entanto, recebemos dezenas de termos de consentimento que ainda dizem que o participante tem apenas direito a uma cópia. Ou seja, ele é uma parte secundária no processo e não está em igualdade de condições com a outra, quando se transforma a via em cópia. Só tem direito a uma cópia, não tem direito a receber uma via.

O pesquisador não deve assinar como pesquisador, mas como pessoa que esclareceu o termo de consentimento. Ora, ele está garantindo direitos quando assina aquele documento. Portanto, ele deve assinar como pesquisador e como representante do patrocinador e da instituição. Essa é a nossa concepção. E isso não é uma questão que implique um centavo sequer de despesa. Apesar disso, nós recebemos dezenas de protocolos com esse tipo de problema ainda, que nós, inclusive, não fazemos disso um cavalo-de-batalha, não estabelecemos pendências só por causa desse problema. Isso quando existe sozinho é motivo de uma recomendação para o próprio CEP resolver. Mas nos parece que existem questões a serem resolvidas nesse terreno, e por isso estou trazendo essas duas questões, porque acho que nós fazemos uma defesa efetiva dos direitos dos participantes de pesquisa é o objetivo mais de fundo da própria existência da Conep e é com esse sentido que a gente está fazendo todo esse trabalho.

Então, em relação à redução da fila vocês têm em nós um aliado que está trabalhando pesado para conseguir zerar a fila da Conep. E estamos perto de atingir isso. Agora, temos que garantir os direitos dos participantes de pesquisa. Isso me parece uma questão fundamental que justifica a existência do sistema CEP/Conep e a existência do sistema de regulação ética no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço a participação do Dr. Jorge Alves de Almeida Venâncio, que é o Coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde.

Vou explicar o procedimento a partir de agora. Concederei a palavra, inicialmente, à Senadora Ana Amélia e depois ao Senador Casildo Maldaner. Em seguida, em função desses questionamentos, inverterei. Claro que se houver necessidade dos questionamentos ou mesmo aquilo que foi colocado aqui... Parece-me que esse questionamento último feito pelo Dr. Venâncio mereceria o posicionamento dos que pensam os demais, principalmente o Brito, que representa... Mas acho importante que possamos responder algumas coisas que vocês julguem necessárias.

Com a palavra, a autora do requerimento da audiência, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Presidente Waldemir Moka, vou dispensar citar o nome de todos os participantes que já foram nominados pelo nosso Presidente, mas agradeço a todos pela valiosíssima colaboração.

Dr. Jorge Venâncio, temos que concentrar na regra e não na exceção. Penso que esse exemplo e essa judicialização, que ocorrem algumas vezes, não podem ser referência, temos que combatê-las, não podem existir. A pesquisa tem de ser feita, tem que ser dado o direito, porque o cobaia está se prestando a um serviço não só para ele, para a saúde dele, mas para o conjunto de pacientes futuros. O instrumento, ou seja, a indústria que está fazendo a pesquisa tem de ter um compromisso social e uma responsabilidade social.

Então, penso que se dermos um destaque a isso, que é relevante, não é absolutamente possível dispensarmos essa avaliação. Mas isso não pode ser regra, temos que examinar, estamos vendo que é uma exceção em um comportamento que não pode ser aceito no procedimento de pesquisa clínica.

Essa é minha modesta avaliação, por estar entrando nesse problema, a partir de uma demanda vinda do meu Estado, com muita honra. Parabéns ao Dr. Fábio Franke pelo que vem fazendo e pelo que está significando.

O nosso Presidente Waldemir Moka, e esta Comissão tem se notabilizado por isso, não termina uma audiência pública deste tamanho sem uma conclusão objetiva. E a conclusão objetiva é que temos, e agradeço a abertura dada pelo Dr. Carlos Gadelha, o Dr. Barbano foi um pouco mais, eu diria, reticente na abertura de espaço para discutirmos, mas o conheço bem, tem sido muito democrata, ele foi um pouco mais, posso estar até equivocada, mas senti um pouco mais de retranca, já que estamos chegando à Copa do Mundo, vamos falar em retranca, pois no futebol todo mundo sabe o que é retranca, todo mundo entende. Ele ficou um pouco mais retrancado. Senador Moka, vamos tratar disso, questão de ordem. E o Dr. Jorge Venâncio, embora tenha falado desse caso, que tem de ser avaliado, mas não pode comprometer, digamos, a imagem do que se está

fazendo. Então, também queria elogiar, porque teve uma pergunta dizendo que o esforço que está sendo feito pelo Conep tem sido inviabilizado pela Anvisa. Vejam que a coisa está pegando.

Queria também dizer que essa ideia de discussão aberta pelo Secretário Gadelha, pelo Dr. Jorge Alves Venâncio e, sem dúvida nenhuma, a Anvisa vai, como já fez e somos testemunhas disso, Senador Moka, encontrar um termo comum para essa matéria, pela relevância que tem.

Esta papelada toda tem mais de 80 mensagens do Brasil inteiro. Evidentemente, mais dos centros que mais estão envolvidos com pesquisa clínica, que estão no Estado de São Paulo. E o que me chama a atenção é que essa matéria envolve instituições públicas de pesquisa. Instituições públicas de pesquisa! Instituições privadas em menor escala. As maiores são entidades públicas de pesquisa. E eu não posso ler. Eu queria agradecer a todos que mandaram. Não há uma mensagem aqui que não pudesse ter sido lida neste momento com grande colaboração, mas é impossível fazer a leitura, sequer, dos nomes das pessoas, porque são muitas mensagens.

Mas selecionei, até pelo fato de serem representativas. Vejam só o que disse o Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia, Dr. Erico Arruda, do Estado do Ceará:

Os infectologistas vivenciam diariamente a disseminação das doenças infecciosas, a reemergência de antigas patologias, o desenvolvimento da resistência aos antimicrobianos, o aumento da população de imunossuprimidos pelos transplantes e pelos quimioterápicos. Esses desafios ensejam a necessidade de novos medicamentos antivirais, novas vacinas e novos antibióticos. Ao mesmo tempo, todo esforço em participar de estudos clínicos, sejam propostos no Brasil, sejam multicêntricos internacionais, demandam um esforço excêntricos internacionais. Demanda um esforço hercúleo em dificuldades burocráticas e demora excessiva na autorização pelos órgãos competentes, dificultando sobremaneira a sua execução, quando não inviabilizando-a.

Quem está tratando disso é o Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia – CE, Presidente Dr. Erico Arruda.

Trago aqui, da Bahia, na mesma área da infectologia, Dr. Carlos Britz.

Sou Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, há 25 anos, e pesquisador em tempo integral na área de infectologia. Minha principal área de atuação é HIV (AIDS), hepatites virais e infecção pelo HTLV.

Desde o início da minha carreira, tenho participado de projetos de pesquisa, notadamente na área de HIV (AIDS), e muitos dos pacientes que sobreviveram àqueles tempos iniciais agradecem pela sua inclusão em projetos de pesquisa com drogas novas, ainda não disponíveis no mercado, que salvaram suas vidas.

Tenho certeza de que essa é uma realidade em várias áreas da Medicina, onde pacientes sem perspectivas terapêuticas obtêm sobrevida significativa através da utilização de drogas experimentais.

Agradeço ao Dr. Carlos Britz.

A Dr^a Raquel Riechelmann, Chefe de Pesquisa Clínica, oncologista, Assistente de Tumores Gastrointestinais do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo, Faculdade de Medicina da USP, fala alguns termos técnicos, que vou traduzir aqui, que são os problemas relacionados à Resolução nº 466.

Item 5: maior burocratização, rubrica em todas as páginas do TCLE (PI e participante). [Tenho certeza de que a Conep e a Anvisa sabem o que é isso]. O V6, patrocinador, custeia 100% da pesquisa.

Eventos adversos não relacionados ao tratamento não deveriam ser custeados.

E o V7, maior cobertura de indenização a qualquer dano relacionado à participação em pesquisa.

Isso vem da USP, da Faculdade de Medicina.

Não posso deixar de falar do nosso Estado, Dr. Frank.

Aqui vem da Luciana Zamprogna:

Tenho pesquisa clínica em oncologia na PUC do Rio Grande do Sul [estudei na Faculdade de Comunicação, sou filha da PUC e pela primeira vez vejo algum trabalho nessa área]. Nosso trabalho é muito gratificante, mas, nos últimos dois anos, perdemos muitos estudos devido à burocracia e à demora na aprovação dos projetos.

Então, a iniciativa dá a perspectiva, neste debate, de melhorar, ampliar.

Também do Rio Grande do Sul, Sérgio Jobim de Azevedo. Ele lembra o papel de projetos de ciência clínica: *[...] eticamente, cientificamente selecionados para a população de pacientes que não têm no SUS os modernos tratamentos elencados na lista de procedimentos da ANS, pela qual estão sendo ofertadas e cobertos no rol de procedimentos da ANS.*

Teoricamente, a pesquisa não deveria ter papel puramente assistencial, embora tenha, na nossa população, essa característica.

Ele é professor do Departamento de Medicina Interna da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Serviço de Oncologia, e também do Hospital de Clínicas de Porto Alegre e do Instituto do Câncer Mãe de Deus.

De Minas Gerais, Dr. Márcio Sclarick Goldner:

O processo regulatório atual – entenda-se por CEP/Conep – faz com que muitas pesquisas sejam perdidas pelo Brasil, acarretando a perda de um montante enorme em recursos financeiros. E o mais importante: deixar de beneficiar milhões de brasileiros com tratamento de última linha.

Procurei resumir os dois principais pontos. Esperamos, fortemente, que o cenário se altere.

Obrigado pelo apoio.

Dr. Márcio Scolarick Goldner, Coordenador e Gerente de Pesquisa do Centro Mineiro de Pesquisa.

Do Paraná, Emerson Cestari Marino:

Sobre a pesquisa clínica, a demora da liberação pela Anvisa e pelo Portal Brasil estão fazendo muitas empresas desistirem de pesquisa por aqui.

Paulo Rossi, também do Paraná:

O Brasil tem perdido a oportunidade de receber verbas para pesquisas vindas do exterior. Isso representa custo zero para as instituições brasileiras.

Os projetos são transferidos para outros países em função da morosidade da tramitação em Brasília.

Precisamos ser mais ágeis e mais eficientes.

De Santa Catarina, Senador Casildo Maldaner, Dr. Mário Coutinho:

Como médico e pesquisador clínico, gostaria de externar a importância desse debate com a aprovação de que estudos clínicos internacionais do Brasil sejam mais ágeis e também mais competentes.

Ele é da Universidade Federal de Santa Catarina, médico.

Agora, outro aspecto não abordado aqui, que foi trazido por Vinícius Righi:

Estão ocorrendo demissões nas empresas privadas, na área da pesquisa clínica pela lentidão do sistema de aprovação do Conep e Anvisa. Estamos indo contra o que está determinando a nossa Constituição Federal, em que o papel do SUS é incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico, e, também, contra a Lei Orgânica da Saúde, Lei nº 80, de 1990, que, em seu art. 46, dispõe: ‘O Sistema Único de Saúde estabelecerá mecanismos de incentivo à participação do setor privado no investimento em ciência e tecnologia e estimulará a transferência de tecnologia das universidades em institutos de pesquisa ou serviços de saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios e as empresas nacionais.’

A atração de novas pesquisas no País tem um impacto não só na inovação na área da saúde, mas, também, econômico, pois muito investimento das indústrias poderiam ser trazidos para o Brasil. Está ocorrendo o inverso, especialmente quando comparados a países como a China, a Coreia do Sul.

E queria dizer, também, que, aqui, veio uma informação falando que, na Argentina, são seis meses e, no Chile, quatro meses para liberação de pesquisas.

Queria, também, encerrando, porque aqui veio uma pergunta de Danilo Lopes:

A ênfase a ser dada é no atraso regulatório do País. A Conep vem fazendo um trabalho muito bom [então, Dr. Jorge, eu disse para o senhor que ia receber um elogio aqui do Danilo Lopes] e percebe-se que estão melhorando. Porém, a Anvisa vem apresentando prazos muito longos para aprovar os projetos e, também, para a aprovação de licença de importação. Além disso, não está havendo cumprimento da Resolução para a análise simplificada dos estudos. A pesquisa beneficia o País de diversas maneiras.

Todos repetem essa situação.

Então, eu deixo de fazer, porque nós estamos com um tempo grande de debate disso, técnico, e a questão ficou muito clara: nós precisamos equacionar a questão da agilidade, mantendo o rigor na questão ética e no direito do paciente. Agilidade com o rigor ético na questão da pesquisa, com direito aos...

Então, tudo que foi dito aqui, eu penso que, junto com a Consultoria do Senado Federal, a quem eu peço e faço um apelo, com a Secretaria Executiva da Comissão de Assuntos Sociais, sob a sua liderança, Senador Moka, nós podemos, a partir desta produtiva audiência pública, realizar juntos, escrever juntos, se, digamos, é mais uma lei ou é mais uma norma, então, vamos trilhar o caminho do mais eficiente, do mais rápido. Que o que já existe seja melhorado, sem que a gente tenha que submeter uma lei em tramitação em todo o Senado Federal, em toda a Câmara.

Nosso objetivo aqui sempre é o de solucionar os problemas. Não é de paternidade de iniciativas, mas de resolver os problemas, preocupados todos que estamos nesta Comissão de Assuntos Sociais com a questão e a defesa do interesse dos pacientes. Esses são os que mais contam nessa nossa iniciativa.

Então, eu, de novo, faço a solicitação a nossa Consultoria Técnica e Legislativa, mas eu acredito, sinceramente, pela disposição demonstrada aqui, que seja possível, num debate construído dentro da Comissão de Assuntos Sociais, encontrar uma solução para esses graves problemas. E nós estaremos disponibilizando, no Youtube, no meu site, e eu queria, mais uma vez, renovar que a TV Senado – a TV Senado – não abra mão de incluir, na programação, a partir de hoje, de repetir esta audiência, várias vezes, caro Senador Waldemir Moka.

Este é o meu posicionamento, agradecendo a todos que participaram, especialmente aqueles que tiveram o trabalho de mandar essas mensagens, as quais eu penso que seria conveniente, também, repassar aos órgãos que aqui foram citados, todos, para um conhecimento das pessoas, porque, assim, elas estarão, também, sendo ouvidas, seja pela Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde, pela Anvisa ou pelo Conep.

Os demais são parte do mesmo discurso aqui contido.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecendo a Senadora Ana Amélia, em rigor eu daria que todos nós nos sentimos representados.

Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Bom, caro Presidente Moka, Senadora Ana Amélia, acho que eu poderia saudar a todos os senhores componentes da Mesa, usando o nome do nosso Governador Britto, até pela convivência de muitos anos, e saudar todos os presentes. Eu meditava: há pouco, houve a transmissão de cargo do Ministro da Agricultura. O Ari Geller, gaúcho de Selbach, passou por Santa Catarina, temos convivência de nossas famílias no oeste catarinense, hoje no Mato Grosso, assume o Ministério da Agricultura. A Ana Amélia passou por lá e, em função do requerimento daqui, ela ficou no início e nós lá permanecemos. Eu comecei a sentir, na manifestação do Ministro Alysson Paulinelli, do Rodrigues, de todos os outros, dos pesquisadores, que o Brasil, no campo da alimentação, destaque do Brasil, Britto, ele precisa avançar. Estamos chegando aos 200 milhões de toneladas de alimentos, de grãos. Aí aquela batida que eu escutava, quando Governador, de Paulo Macarini, que me dizia: “Governador Maldaner, vai chegar o dia em que, no Brasil, cada habitante, produzir uma tonelada de grãos será um negócio extraordinário!” Eis que com o passar dos anos estamos chegando nisso: aos 200 milhões de toneladas, mais ou menos. Mas, a técnica hoje, a batida da alimentação do Brasil, não só para o país, mas para o mundo, é no aperfeiçoamento, é na questão do fitossanitário. Ele estava invocando hoje, na plataforma, antes de a Senhora vir para cá, Senadora Ana Amélia, e eu escutando os temas, na batida de buscarmos o que há de melhor para o nosso produto, dizendo o que há de melhor em pesquisa fitossanitária na Austrália, não sei aonde, de termos de trazer para poder adaptar; as dificuldades para trazer para cá esses produtos; a pesquisa disso, a Embrapa, e vamos avançar. E eu escutava aquela batida. E venho cá e aqui não é o alimento, aqui são as pessoas. E vejo, aqui, neste debate entre essa elite da parte que medita, que pesquisa no sentido de buscarmos a solução para salvarmos vidas; lá é para matar a fome do Brasil e do mundo, uma das grandes reservas do Brasil. E aqui é salvar vidas. Aí, a coisa é mais profunda. Eu vou ficar por aí.

A Senadora Ana Amélia está com um pacote, inclusive incluindo o Brasil inteiro, pesquisando, acompanhando esse debate, passou até pelo Rio Grande, pela PUC, onde ela fez a Comunicação. Incluiu a PUC no seu destaque porque fez Comunicação. Aí veio por Santa Catarina, o Dr. Coutinho, pesquisador da nossa Universidade Federal, na qual tive a honra de estudar, mas passei no campo do Direito, e vem para cá, para o Brasil afora.

No entanto, eu vejo que aqui faltam algumas aproximações nos debates, nos prazos, nos avanços. Eu senti que há alguma coisa, mas há um debate democrático, Senador Moka, e V. Ex^a é médico, muito forte de aproximação, de buscar o consenso. Eu acho que elegeria aqui, o Governador Brito, que tem uma grande responsabilidade nisso, pelo seu trânsito, na sua maneira, não só dos tempos do Rio Grande, mas do tempo do Brasil, onde tem atuado, continua atuando, de buscar esse entendimento, de avançarmos para melhorar no andamento da questão de salvarmos vidas, que envolve o Ministério da Saúde, envolve as pesquisas, os setores todos, a Anvisa. Então, o Dr. Jorge fez um debate extraordinário. Enfim, acho que todos os setores ligados à saúde no Brasil têm que avançar.

E nós, Senadora Ana Amélia, estamos aqui à disposição. Se for necessário mudarmos a legislação, facilitarmos, melhorarmos no sentido de que possamos colocar o Brasil junto aos melhores, buscarmos igualar a saúde do brasileiro com os que são mais avançados no mundo, esse é o nosso papel.

Quero cumprimentá-los por este encontro, por esta audiência pública, de uma grande importância, sem dúvida alguma, porque visa a salvar pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço as referências do Senador Casildo. Tivemos há pouco, já que ele fez referência à agricultura, uma importante atuação de V. Ex^a, de que havia uma iniciativa na Comissão de Assuntos Econômicos para carimbar, tornar impositivo o orçamento para a defesa agropecuária vegetal e animal. Nós temos um problema: o Brasil é protagonista. Então, a defesa sanitária é a saúde das pessoas que consomem os produtos, sejam de origem animal ou vegetal, e contingenciar o que não fosse passível de contingenciamento ao orçamento. Houve um entendimento, o qual V. Ex^a liderou, de que não precisava aprovar, porque havia um compromisso do Governo de que toda verba liberada na Comissão de Assuntos Econômicos ou de Agricultura será acolhida pelo Governo, que reforçará o recurso para esse setor. Grande caminho.

Aqui estamos diante de outro dilema, ou seja, de procedimentos que são feitos mediante resoluções. E as resoluções, lamentavelmente, andam num ciclo de mudanças com muita frequência, e a mudança frequente acaba não ajudando. Se a mudança fosse para melhorar os procedimentos, ótimo; mas elas são para complicar os procedimentos. Então, essas resoluções feitas pelos órgãos vinculados... E existem muitos órgãos, falta uma situação mais... Houve um primeiro objetivo de descentralizar com o CEP, ouvi muito bem do Dr. Jorge, mas isso acabou complicando mais ainda, porque o CEP manda o resultado do trabalho para cá, manda para lá, e não tem autonomia ou fica dependente de outro. Não é muito claro. Então, a mudança que houve, na avaliação da maioria dos pesquisadores, foi um retrocesso.

Se não houver possibilidade de um entendimento para que construamos juntos, com o Governo, com os órgãos: Anvisa, o Conep, e a própria Secretaria de Ciência e Tecnologia, Senador Moka, se não houver a possibilidade de uma construção – e eu acredito nela – para estabelecermos um marco regulatório para esse sistema. Aí o Senado e esta Comissão terão um papel relevante.

Insisto na questão da necessidade deste marco regulatório como forma de dar estabilidade, que seja uma política de Estado, porque os governos passam. O Estado tem que estar a serviço da sociedade. Os governos passam, amanhã vem outra orientação, seja ela filosófica, ideológica. Então, temos que nos preocupar com a estabilidade de uma regra que vai valer para essa área, que é fundamental, respeitadas as diferenças em questões, por exemplo, do acesso, quem vai ter, como vai fazer, como vai disponibilizar, se só o rico vai ter direito ao medicamento caro, ou se só o pobre vai ter direito a esse medicamento do SUS.

Acho que a indústria farmacêutica também tem uma obrigação social importante, de responsabilidade social, porque quando você massifica o consumo daquele medicamento... É como nós fazemos com os produtos eletrônicos que, primeiro, podem ser caros, mas, com a massificação, barateia. Mesmo assim é com o medicamento. Então, há também esse componente a ser considerado. Penso que há disposição de todos de acertar o passo nisso.

Os pacientes brasileiros... Tenho histórias aqui que vieram, Senador Moka, para todos os senhores, de pessoas: uma empregada doméstica; um relato de uma senhora médica querendo fazer, que tem dificuldade de locomoção, e ela foi buscar centro de pesquisa. Quando chegou lá, disseram que a pesquisa para a área dela, de artrose, tinha sido inviabilizada. Então, tem tudo aqui dentro.

Encerro com esse posicionamento: marco regulatório, definindo uma regra de Estado para a pesquisa clínica em nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia, vou dar um encaminhamento de tudo que ouvi. A gente fica, no meu caso, principalmente, que dei aula durante muito tempo de química, aula de fisiologia na faculdade, então, é natural que eu me interesse pelo assunto. Mas quero fazer o papel do Presidente que é o encaminhamento. Parece-me que o encaminhamento mais correto – tive oportunidade de conversar, pelo menos, com o Gadelha, com o Barbano e com o nosso Venâncio – é o seguinte: eles montam um grupo de trabalho – a Anvisa, o Conep e a Saúde – e elegem representantes dos que estão aqui. A Comissão dá um prazo para que eles apresentem, ou podemos nos reunir numa nova audiência pública, ou nem precisa haver uma nova audiência pública. Faríamos como fizemos com os anabolizantes. O Barbano nos disse que já protocolizaram a resposta e estão à disposição.

Então, todas às vezes – quero fazer justiça – que o Barbano foi consultado, ele sempre reagiu positivamente. No tempo que eu estive aqui, tenho que dar esse testemunho, fomos prontamente atendidos. Eu confio na capacidade desse diálogo, até porque nós temos do lado, sem subestimar ninguém, mas temos um *expert* em conduzir, em fazer essas convergências, que o nosso Governador Antônio Britto. Mas eu me proporia a participar. Como Presidente da Comissão, evidentemente, extensivo à Senadora Ana Amélia, que, na verdade, foi quem promoveu isso, e o Casildo Maldaner. Mas eu daria um prazo, vamos dizer, de 30 dias, 60 dias. São suficientes? Isso eu queria ouvir de vocês. Agora, esse encaminhamento não exclui a possibilidade, Senadora, de fazermos tramitar aqui alguma coisa que possa traçar, definitivamente, por uma política pública sobre essa questão. Mas aí, se vocês chegarem a esse consenso, o que vamos fazer? Transformar esse consenso, evidentemente, em um texto legal e fazer a tramitação aqui. Se acordado entre vocês, isso vai tramitar rapidamente pelo Congresso Nacional – imagino eu.

Então, eu coloco isso como encaminhamento e peço, agora, que os participantes, aqueles que quisessem, mas que sejam objetivos, porque esta sala está reservada por um tempo, uma vez que começam outras audiências. Mas eu queria dar oportunidade àqueles – eu inverteria, como já disse – que falaram por último falariam em primeiro lugar.

Começo pelo último inscrito, que foi o Dr. Venâncio, caso queira e ache importante fazer alguma colocação.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Primeiro eu queria esclarecer, talvez tenha um ponto em que eu não me fiz entender, sobre o porquê de eu haver trazido o parecer do procurador. Não é tanto porque essa seja a regra, mas a senhora, talvez, não tenha tido a oportunidade ainda de lê-lo, mas ele deixa claro que o laboratório em questão utiliza os termos do termo de consentimento que, inclusive, não foram os termos que foram aprovados na Conep, para tentar restringir, exatamente, o direito do participante ao tratamento pós-estudo. Então, é exatamente por causa disso que eu achei um exemplo importante para demonstrar que o rigor com que a Conep analisa os termos de consentimento, os termos com que eles são colocados, ele é importante para que esse direito, efetivamente, venha a ser garantido na prática.

Então, é nesse sentido que eu estava colocando, não tanto no sentido de que a judicialização seja um caminho que vá atingir muitas pessoas, seguramente que não. Nisso estamos de acordo. Mas, esse exemplo eu acho que ele é importante para mostrar a relevância do rigor com que nós analisamos os termos do consentimento e que isso tem implicações práticas depois, porque uma eventual brecha que, no caso, não foi nem por uma concessão da Conep, mas foi por uma iniciativa isolada do laboratório, do patrocinador, faz com que, depois, ele vá usar esse argumento no tribunal para dizer que o participante não tinha direito ao tratamento pós-estudo, que ele, portanto, estava no seu direito de interromper e cobrar os R\$100 mil mensais do participante de pesquisa. Esse é um pequeno esclarecimento.

Segundo, há um dado que, no balanço da Conep que eu levei para a Senadora estava incluído, mas que aqui, dada a exiguidade do tempo, eu não toquei, mas que acho importante ter clareza disso. Quer dizer, a quantidade de protocolos que vem para a Conep é uma parte pequena do conjunto de protocolos de pesquisa que tramitam no sistema CEP/Conep – 98,4% dos protocolos de pesquisa passam, exclusivamente, pelos CEPs. A quantidade de protocolos que vêm para a Conep são 1,6% do total, e esse total, inclusive, se reduziu, de 2012 para 2013, com a vigência da 466, caiu de 1,9 para 1,6. Se quiserem os números exatos, o total de protocolos de pesquisa no sistema, 90.014 protocolos e, na Conep, 1.560 apenas. Portanto, o grau de centralização do sistema já é bastante grande – vamos ter clareza disso –, nós não estamos trabalhando com um sistema em que a Conep é que decide todas as coisas. Não é essa a situação já no momento atual.

Nós estamos trabalhando para criar os CEPs acreditados – isso faz parte da Resolução nº 466 – e temos um grupo de trabalho já funcionando em que haverão uma série de CEPs que vão se candidatar a isso, cujos critérios estão sendo definidos. E esses CEPs acreditados vão ter o mesmo poder que a Conep de fazer um trabalho de análise mais detalhada dos protocolos mais desenvolvidos.

Agora, nós temos de ter o cuidado de fazer isso, mantendo um critério unificado no País, porque, se cada CEP que for acreditado sair decidindo a sua própria interpretação das resoluções, aí, nós criamos uma situação muito complicada, porque, em vez de termos um critério nacional, nós vamos passar a ter critérios regionais. Isso já acontece, por exemplo, um pouco na Argentina, e é uma situação muito difícil. Tanto que grande parte das pesquisas na Argentina são feitas exclusivamente na província de Buenos Aires, que tem um critério de província unificado. Mas, nas outras províncias, cada uma tem um critério diferente.

Então, essa questão de como fazer a acreditação de CEPs espalhados pelo País e, ao mesmo tempo, manter um critério unificado é o desafio que está colocado para nós para conseguirmos resolvê-lo bem, sob pena de andarmos para trás ao invés de andarmos para frente. Então essa questão é o segundo ponto.

Quanto à ideia do diálogo que deve ocorrer com o Congresso Nacional, com o Senado e com as instâncias do Ministério e da Anvisa, nós já temos feito isso, em algum nível, conversando com essas instituições da área da saúde e tendo o maior prazer de estarmos hoje aqui conversando também com o Senado. A visita que eu fiz à Senadora Ana Amélia foi exatamente nessa direção. Então, estamos abertos para todas as soluções de diálogo que ajudem a construir um caminho, o que, em princípio, é sempre positivo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Desculpe-me, Dr. Jorge. Eu estou sugerindo um grupo de trabalho entre vocês e os representantes, aqui, dos pesquisadores.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Sim, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aí, o Senado só entraria depois que vocês conversassem e chegassem a um consenso.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Perfeito. O diálogo inclui... E eu tenho conversado com o Dr. Britto, eu tenho visitado os CEPs, eu tenho visitado as instituições de pesquisa e tenho tido o maior prazer em estar conversando, apresentando o nosso trabalho e discutindo as soluções que eles propõem. Isso aí é um trabalho permanente nosso. Não vejo problema algum nisso. Acho que é uma coisa perfeitamente natural que esse diálogo seja permanente.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Pela ordem. Só reforçando.

Pelo que senti do Presidente Moka, o prazo de 60 dias ou coisa que o valha, pela proposta inicial da Senadora Ana Amélia, seria talvez para uma legislação que viesse, vamos supor, a dar uma sustentabilidade, se possível, para aproximar os pensamentos, as ideias.

E o que nós poderíamos fazer, dentro do marco regulatório, seria para dar uma certa estabilidade, que não viesse, depois, ao sabor de... Que tenho um marco regulatório que perdure. Nós sabemos que são as pesquisas, a evolução. O que é que podemos fazer para garantir uma maior estabilidade?

E seria interessante até por um quórum qualificado do Congresso Nacional, para que, daqui a quatro anos, com as mudanças – entra um; sai outro; muda-se o sabor –, nós tenhamos uma coisa mais perene. Mas com essa ideia de se qualificar o quórum... E, aí, então, daríamos aos que vão pesquisar, aos que vão determinar, aos que vão pensar uma garantia jurídica, com uma coisa mais duradoura, que não fique ao sabor do vento sul, do vento nordeste, para que eles possam, com o quórum qualificado, dar uma sustentabilidade.

Parece que essa é uma...

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Senador Maldaner, eu ponderaria a V. Exª o seguinte.

Primeiro, a resolução anterior do Conselho que normatizou essa questão da ética em pesquisa era de 1996; nós ficamos, portanto, 18 anos com uma norma: a Resolução nº 196. E foi todo um pedido de que se atualizasse essa resolução, que foi feito agora; recentemente – em junho do ano passado – saiu publicada a 466.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Não, mas nas questões em que se costuma haver polêmica elas são bastante semelhantes.

Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas, deixe-me interrompê-lo. Assim, nós abrimos.

Eu acho que o grupo de trabalho vai tratar exatamente disso.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, nós vamos abrir um novo debate aqui para ver se o que há aí dá ou não? Em relação a esse trabalho, eu acredito muito em que vocês, reunindo-se em um pequeno grupo, possam ir estabelecendo as convergências naquilo que for possível; no que não for possível, e se o Congresso tiver de intervir, aí, abre-se para uma nova legislação.

Permita-me só essa observação.

Mas V. Exª está com a palavra.

O SR. JORGE ALVES DE ALMEIDA VENÂNCIO – Não, muito obrigado.

Eu não vejo problema algum em conversar, em haver grupos de trabalho; isso aí tudo faz parte do diálogo. Eu pondero só o seguinte: esse é um assunto complexo; nós estamos com um grupo de trabalho da Conep funcionando, desde setembro, para discutir exatamente esse processo de acreditação dos CEPs. Estive ontem almoçando com o Coordenador do CEP do Hospital das Clínicas da USP, exatamente para discutir essa questão. Quer dizer, estamos fazendo contato com os principais CEPs do País exatamente para trabalhar nessa direção. Agora não é um assunto simples, eu não acho muito possível que em 30 dias a gente consiga equacionar o conjunto dos problemas, porque é uma situação... Mas, isso aí vamos ver dentro do trabalho do grupo, não há também necessidade de a gente definir aqui, *a priori*, qual vai ser exatamente o tempo do trabalho. Eu só ponderaria que isso não é uma coisa fácil de fazer, mas estou inteiramente aberto para discutir com todos os interessados na questão, não há problema nenhum nisso aí.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Dr. Barbano, eu vou só pedir objetividade, porque nós já são 13 horas e 20 minutos.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – É claro. Sendo bem objetivo em relação à proposta, Senador, eu acho ótimo. Entendo que é possível, sim; pelo menos vai servir para trocar as impressões sobre aquilo que nós já estamos fazendo, vai servir para trocar as impressões sobre os problemas que nós temos e vai servir para, eventualmente, dizer que nós estamos no caminho certo, é uma questão de tempo, é preciso corrigir aqui ou ali, precisa ou não precisa de um marco de regulação definido em lei. Eu acho que o grupo pode contribuir com o País em relação a isso e, da minha parte, eu não vejo nenhum problema, a Anvisa estará participando.

Só fechando isso e alguns comentários muito rápidos. Senador, eu também sou um filho da PUC. Aí depois eu fui um homenageado da universidade e passaram a dizer que eu... *(Risos.)*

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – Porque a Senadora disse que ela se formou na PUC do Rio Grande do Sul, e ela disse: sou filha da PUC. E eu estou dizendo: eu também sou filho da PUC, fui homenageado depois na Universidade e passei a ser tratado como um grande filho da PUC após a homenagem que eu recebi lá. E, de maneira alguma, ter uma posição de retranca. Nós tivemos oportunidade de dialogar sobre vários assuntos, alguns deles muito complexos...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sou testemunha, Dr. Dirceu.

O SR. DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO – A minha única preocupação aqui, Senadora, foi trazer o debate para um lugar que eu acho que responsabilmente é necessário. Que a Comissão não parta de um ponto enviesado em torno dessa questão de que a pesquisa pode ser ou é uma solução para o problema de saúde das pessoas.

É importante que nós tenhamos uma regulação, sim, foi esse o foco da minha fala. Essa regulação tem como ponto de partida a importância da pesquisa para o País, para o desenvolvimento da indústria, para que nós tenhamos novos medicamentos, mas ela precisa ser muito bem desenhada na cabeça de quem se relaciona com a pesquisa e, fundamentalmente, das pessoas que são sujeitos, que são voluntários da pesquisa. E nós não podemos simplesmente partir do princípio de que é sempre bom ser cobaia. Não é verdade, pode ser que não seja bom, e é fundamental que as pessoas saibam disso.

É fundamental saber que a Anvisa preserva e busca preservar, por exemplo, a origem dos medicamentos que vão ser usados na pesquisa. Eles precisam ser tão bem produzidos quanto os outros que não são objetos da pesquisa. Então, a regulação sanitária tem esse foco: que é saber se o desenho do estudo não vai sujeitar as pessoas a doses de medicamentos que não sejam asseguradas pelos estudos anteriores; é saber em que condições esses medicamentos foram produzidos, que eles vão chegar ao País, que eles vão ser usados. É fundamental que nós tenhamos controle sobre isso. Uma parte é para que o resultado depois tenha consistência sem ter exposto as pessoas a riscos desnecessários e a outra parte é para garantir que a própria pesquisa não gere um dano adicional à saúde de quem se voluntaria a ser um ente da pesquisa clínica. Então, eu acho que é importante isso.

Outra questão que me surge, e acho que é fundamental para a nossa reflexão, foi uma fala do Carlos Gadelha. Nós temos muitos medicamentos hoje, por exemplo, que estão deixando de ser fabricados pelas empresas aqui no Brasil por serem desinteressantes do ponto de vista econômico. A senhora falava aí do pessoal da infectologia, há pouco tempo nós tivemos uma demanda, há um medicamento que chama Foscovir, importantíssimo antiviral, importantíssimo ainda para ter no Brasil, não há mais, não há produção. A Anvisa teve que soltar uma norma semana passada facilitando a importação desse produto.

A *aelias paraginase*, o pessoal da oncologia sabe disso, saiu do mercado brasileiro, porque há uma discussão de preço com um laboratório de fora do País. Ou seja, esses mesmos laboratórios um dia fizeram pesquisas clínicas sobre esses produtos. E esses mesmos laboratórios agora param de produzir porque economicamente não é mais importante. Então, equilibrar o interesse que está colocado de quem desenvolve o produto com os interesses das pessoas que precisam dos medicamentos é outro dever da regulação. E eu entendo que o Senador Moka foi muito feliz em sugerir que nós tenhamos esse olhar mais conjunto para que essas questões sejam colocadas sobre a mesa e, numa eventual regulamentação em lei, essas questões todas sejam levadas em consideração.

Outro ponto – para terminar – também é importante que nós todos saibamos: nem todos os estudos que passam pelo Sistema CEP/Conep vão para a Anvisa. A Anvisa só recebe aqueles estudos clínicos que são feitos para eventual registro de um produto novo na Anvisa ou de uma nova indicação para um produto já existente. Então, nós recebemos uma média de 300 estudos ao ano, na Anvisa, quando a Conep recebe uma média de 1.500 a 1.600 estudos. Nós recebemos 20% daquilo que chega à Conep. E estamos, sim, muito interessados em debater como podemos melhorar.

A nossa experiência tem mostrado que não há muita mágica. Nós temos que ter um marco de regulação que seja o mais enxuto possível para que não seja tratado como burocracia por parte de ninguém, seja compreensivo do ponto de vista do seu impacto, e precisa ter especialista em número suficiente para analisar de 300 a 500 estudos por ano, que é o que deve acontecer quando o número de estudos no Brasil aumentar. Tirando isso, não vai haver caminho mágico. Nós não vamos poder abrir mão, e acho que aí há um consenso de todo mundo, do controle que as pessoas que se sujeitam aos estudos merecem que seja feito. E aí não há como atribuir a outro ente, senão ao Estado fazer esse controle.

Mas estamos à disposição, Senador, e pessoalmente me proponho a fazer parte do grupo e a ajudar no que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Dr. Barbano.

Na sequência, Dr. Gadelha.

O SR. CARLOS AUGUSTO GADELHA – Vou ser bastante sucinto e propositivo.

O que discutimos aqui no fundo, acho que faz parte de uma grande agenda da saúde pública do século XXI. Quem não avançar na ciência e na tecnologia não terá um sistema universal equânime e integral, que é o que propõe a nossa Constituição.

Estamos tratando do centro de uma questão nacional que é se nós vamos implementar a nossa Constituição com essa perspectiva de um estado de bem estar aqui no País.

Com isso, eu queria dizer que aqui nesta mesa não há um fragmento. Acho que talvez tenha passado: está o Ministério, está a Anvisa e está a Conep. A relação com a Conep, hoje, é completamente imbricada. O Ministério da Saúde é Secretaria Executiva da Conep. A Lei Orçamentária hoje tem uma funcional programática no PPA. Isso foi ação do Ministério da Saúde para a ação de ética em pesquisa, e toda essa capacitação de recursos humanos foi viabilizada por essa nova mudança que teve. Não é mais algo que está à parte. Ele está imbricado, respeitando que ele está vinculado à instância de controle social.

Com relação à Anvisa, ela é uma instituição articulada com o Ministério da Saúde. Ela é do Ministério da Saúde. Hoje à tarde vamos discutir o contrato de gestão da Anvisa no âmbito.

Portanto, eu já me ofereço, legitimamente, para a gente auscultar na ideia do grupo de trabalho, para a gente organizar pelo Ministério da Saúde, convidando a Anvisa e a Conep para participarem. Eu vou tomar a liberdade, Senadora, se for possível, acho que a gente tem que chamar as demais associações empresariais envolvidas com a pesquisa clínica para que a gente possa fazer algo bastante plural, tendo aqui no Britto o grande... Na primeira reunião que tive com ele, ele já me falou dessa questão, e tenho certeza de que a gente avançou, talvez não tanto quanto gostaríamos, e eu poderia, então, se houver concordância, organizar esse diálogo envolvendo nós três pelo Ministério da Saúde. Fico eu como ponto focal e o Antonio Carlos como meu suplente, já que ele dirige o Departamento de Ciência e Tecnologia, vem da UFRJ, do Instituto de Cardiologia e da Terapia Celular. Então, acho que é a pessoa que conhece a complexidade do problema, para a gente organizar essa interlocução.

E aí, sobre o que a Senadora mencionou de melhorar o que já existe, eu partiria daí, não excluindo as possibilidades. Eu quero lembrar que a 466 foi aprovada por consenso no Conselho Nacional de Saúde, inclusive com a participação da comunidade científica e do representante dos Sindusfarma, que faz parte do Conselho Nacional de Saúde, por unanimidade.

Então, a gente tem grandes critérios. Eu estava brincando com o Fábio, quando eu coloquei o eslaide, eu ainda não o tinha ouvido. As grandes diretrizes são muito convergentes.

Então, acho que a gente pode, dentro do marco que a gente acabou de mudar, dar sinalização da mudança que está incorporada. Caso a gente perceba, nesse diálogo profícuo, que tem uma agenda legislativa para avançar ainda mais, isso faz parte do processo democrático e do processo de trabalho.

Então, essa é a sugestão que tenho a fazer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu acho que o Gadelha resumiu bem: é exatamente isso. Pelo menos no encaminhamento que fiz é exatamente com esse objetivo.

Na sequência, ouço o Dr. Flávio, a Luciana, o Dr. Fábio Franke e, por último, o Antônio Britto.

A SRª LUCIANA HOLTZ – Só tenho a agradecer.

Pode-se dizer que a gente teve uma discussão super-rica. É muito bacana ouvir que a gente está junto por um bem conjunto, que é conseguir melhorar a situação da pesquisa clínica no Brasil. Então, estamos completamente à disposição, assim como tenho certeza de que todas as outras ONGs que também atuam para que se tente melhorar a situação da pesquisa clínica no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Drª Luciana, pela objetividade. Dr. Flávio Cárcano

O SR. FLÁVIO CÁRCANO – Também agradeço. Em minha opinião foi muito produtivo. Vejo que todos estão na mesma direção. É isso que a gente gostaria mesmo. E acredito que essas angústias por que a gente passa no dia a dia possam ser resolvidas facilmente, mas com um aumento realmente do diálogo, acertando alguns pontos que foram muito bem dimensionados aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu que agradeço.

Fábio Franke.

O SR. FÁBIO FRANKE – Quero agradecer também a oportunidade.

Gostaria de frisar que não temos, infelizmente, como tratar os pacientes sem medicamentos. Então, nós precisamos, sim, de melhores medicamentos e com mais qualidade. Há muito tempo a gente já vem frisando sobre a qualidade de vida do paciente. Não tratar por tratar, mas buscar tratamento que faça a diferença, para que ele possa viver mais e melhor, para que ele possa continuar tendo uma vida em sociedade, uma vida em família.

Então, obviamente, reconhecemos que todo tratamento de câncer tem efeitos colaterais, que os medicamentos experimentais não ficam distantes disso, mas é nossa responsabilidade também poder ofertar aos

pacientes brasileiros tratamentos que hoje infelizmente não estão tendo a possibilidade de receber, porque a gente acaba perdendo tempo hábil para poder oferecê-los.

Que essa ideia não fique aqui. Que a gente possa levar isso adiante. Que esse grupo de trabalho possa efetivamente apontar soluções.

Gostaria de dizer que, se nós conseguirmos zerar a fila da Conep, tornar o Brasil competitivo novamente em estudos clínicos, essa fila tende a aumentar. Por isso a ideia de a gente ter uma descentralização para que essas tarefas não sobrecarreguem tanto os órgãos centrais.

Nós agradecemos, em nome dos pacientes, pela oportunidade. Esperamos que algo possa ser feito em breve.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Dr. Jaderson Lima.

O SR. JADERSON SÓCRATES LIMA – Senador, muito obrigado pela oportunidade.

Em nome da Associação Médica Brasileira, acho que essa decisão de sairmos daqui imbuídos da necessidade de discutirmos o tema com a profundidade que ele merece, para que determinados mitos – eu usei a palavra desmistificação e o Dr. Dirceu Barbano utilizou o termo nas suas anotações –, eu acho que a gente tem de desindustrializar esse tema. Esse tema não é da indústria farmacêutica. Vira e mexe a gente fala da indústria farmacêutica. Então, esse tema interessa ao Brasil.

Dr. Barbano, eu concordo perfeitamente, que a pesquisa clínica não é uma forma de resolver os problemas de saúde das pessoas, não é uma panaceia. Mas se eu tenho evidências de que a menor incidência de imperícia, de negligência e de imprudência ocorre na pesquisa, *a priori*, quem participa de pesquisas é beneficiado, sim, pelo fato de se ter o estado da arte da Medicina aplicado na pesquisa.

Por outro lado, diria que quando a gente tem que desindustrializar e tirar a questão público-privada, que é uma linha demarcatória muito tênue para se analisar essa questão, é que há investimentos públicos. O Secretário Gadelha colocou aqui expressivos investimentos públicos em sua gestão, para que a gente faça pesquisa clínica com financiamento público e nas instituições públicas, como a Senadora acabou de relatar por conta das perguntas. Então, não é uma questão relativa ao setor público ou privado.

Na América do Norte, um terço dos estudos é financiado por instituições públicas, por verbas do Instituto Nacional de Saúde Americana.

O mais importante é que essa discussão se aprofunde com um nível de competência e seriedade tal que questões como, por exemplo, o uso do placebo possam ser discutidas, como a questão do fornecimento gratuito de medicamentos por um tempo indeterminado. Ora, se eu tenho como objetivo de um estudo de patologia cardiovascular medir a morbidade e a mortalidade de 30 dias a um ano, por que vou fornecer produtos que não mostram benefícios, Dr. Dirceu? A pesquisa também é importante para mostrar resultados negativos. O Dr. Gadelha tem razão, nós temos de fazer estudos de efetividade no mundo real para demonstrar, no mundo real, fora do contexto do estudo clínico – que é um pouco artificializado pela ciência, necessariamente, pois é uma ciência regulatória –, para saber se aquelas tecnologias estão sendo efetivamente transformadas em benefícios para a saúde.

De forma que esta Comissão, acredito, trabalhará o tema com o rigor e a amplitude necessários para que pacientes possam ser ouvidos, para que a comunidade científica possa ser ouvida, para que todos possam ser ouvidos. Tenho certeza absoluta – e o Governador Britto já foi convocado para tomar parte disso ativamente – de que chegaremos a um denominador comum. As perguntas são: onde se faz boa pesquisa? Quais os resultados dessas pesquisas? Como é essa regulamentação? Por que a gente não faz parecido, por que a gente não chega próxima a essas pessoas? Por que não vamos nos sentar nos fóruns de discussão internacionais, como recomenda a Organização Mundial de Saúde, para ouvir os japoneses, os americanos, os franceses, os ingleses, quem quer que sejam?

Acho que esta Comissão tem tudo para dar certo e vai dar certo, sob a regência do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado ao Dr. Jaderson. Nosso Governador Antônio Britto.

O SR. ANTÔNIO BRITTO FILHO – O fato novo que registro com muita satisfação é a presença do Senado nesse diálogo. Esse diálogo já vinha ocorrendo com o Governo e sempre houve, da parte do Governo, boa intenção, há medidas em curso, mas acho que tem também um problema e ele tem de ser mencionado até para que a gente possa avançar. Qual é o problema? O Brasil está indo melhor do que ia nesse assunto. Portanto, todos os estudos gráficos, levantamentos sobre a situação apontam esforços no sentido, obviamente, de melhorar o problema.

Diferentemente, por exemplo, de outras áreas, a pesquisa clínica é uma disputa mundial. Portanto, o fato de o Brasil estar indo melhor é relativamente insuficiente se alguém, lá fora, não estiver andando mais rápido. O que os números mostram é que o Brasil dá passos que têm de ser reconhecidos. Agora à tarde vou ver qual

é o telefone da Criméia para sugerir o nome do Dr. Jorge Venâncio para, antes de assumir essa comissão, ficar uma semana tentando resolver a questão de lá. O Dr. Gadelha é meu candidato para, por exemplo, ir para Caracas e fazer o acordo lá da Venezuela. A questão não está aqui; a questão não está em se a Conep é melhor do que a Conep era ou se a Anvisa é melhor do que a Anvisa era. Dizer que caminham na direção contrária seria desconhecer as qualidades pessoais, profissionais e de brasilidade dos Drs. Gadelha e Barbano. O problema é outro: nos colocaram num jogo mundial. Algum dia, vai começar uma pesquisa de câncer. Nesse dia, começa a tentativa de fazê-la em 20 ou 30 países. Definam quem vão ser os pacientes. Apresentam-se 19 países, mas não se apresenta o 20º. A pesquisa segue sem o 20º. E aqui não cabe discutir se o medicamento tem custo e efetividade ou não tem. Isso é um assunto de outra área. Quando e se houver um resultado da pesquisa, haverá um medicamento, e esse medicamento passará por dois novos crivos: o crivo do registro pela Anvisa e a eventual incorporação. Então, cada coisa há seu tempo, até para não complicarmos.

Então, eu gostaria de lembrar que o nosso papel nessa história é o de um brasileiro que não teve a sorte de nascer em Lagoa Vermelha, mas nasceu em Livramento, que gostaria que toda a pesquisa clínica do mundo viesse para o Brasil e que está ouvindo, cada vez mais, a retirada do Brasil do rol dos países para os quais haverá o pedido de inclusão em estudo. Por quê? Por que não gostam do Governo brasileiro? Não. Tanto gostam que participam de iniciativas. Por que não gostam do Brasil? Não. Por que não respeitam a ciência brasileira? Não. É porque, apesar de tudo que está sendo feito e benfeito, os nossos tempos são o dobro do tempo dos outros.

Então, saúdo e agradeço a todos. A essa altura, tão andado na vida, me juvenilizo com a ideia de que o Senado da República possa nos ajudar a ganhar não o jogo do Brasil com o Brasil, mas o jogo do Brasil com o mundo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Dr. Antônio Britto, nosso ex-Governador do Rio Grande do Sul.

Penso exatamente que o grupo de trabalho tem que chegar à seguinte conclusão: é preciso fazer, no menor tempo possível, mas preservando a regulamentação necessária. Nós temos que ter isso muito claro.

Tenho certeza de que o governador foi muito feliz ao dizer que essa é uma disputa mundial. E essa disputa mundial, eu tenho certeza absoluta... Eu ouvi aqui o compromisso dessas pessoas, que é muito grande. Então, no fundo, no fundo, todos nós queremos a mesma coisa. Na hora em que vocês se sentarem e ouvirem os problemas uns dos outros, eu tenho certeza de que vai aparecer a sensibilidade da convergência e acredito muito nisso.

Por que eu tenho confiança nisso? Desde que eu assumi a Comissão de Assuntos Sociais, eu não gosto de audiência pública que não tenha um encaminhamento. Reunir, debater e depois ficar sem uma solução... Por isso, eu quero encerrar, pedindo a gentileza de estabelecermos um prazo. Eu sei que pode não ser muito, mas eu acho que 60 dias – eu gostaria que fosse menos – é um prazo razoável para que esse grupo de trabalho se reúna. Se, em 60 dias, Senadora Ana Amélia, não for possível, esta Comissão, provocada por V. Exª, pelo Casildo ou por mim mesmo, voltaríamos a propor uma nova audiência pública. Mas eu acredito muito, até porque ouvi aqui o Dr. Gadelha chamar à responsabilidade o Ministério da Saúde, dizendo que “nós vamos nos reunir, vamos conversar e vamos chegar a essas convergências”.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu queria agradecer ao Senador Moka o encaminhamento.

Sinto-me muito gratificada não só pela presença de todos aqui, mas também pelo que nós estamos fazendo pelas pessoas que sofrem.

Dr. Dirceu, eu sou uma pessoa de boa-fé em todas as coisas que faço a todos os outros. Então, eu acredito que um médico que faz um juramento de responsabilidade na relação com o paciente vai ter, eticamente, a obrigação de ter um cuidado ao ministrar ou a sugerir a inclusão de um paciente em determinada pesquisa. Então, por isso, por ser uma pessoa de boa-fé, eu não duvido da seriedade que seja aplicada a isso.

Que nenhum risco o paciente corre... Claro que há risco. Claro que há, por isso ele assina um termo. A gente, quando vai fazer qualquer cirurgia com o médico, tem que saber se é portador de alguma alergia, se tem resistência a alguma coisa. A gente faz porque é um risco que é imponderável – nós trabalhamos sob o imponderável. Então, nós fazemos isso, imagina uma pesquisa com isso. Então, eu queria registrar essa minha mensagem de boa-fé.

Há um problema que, dado o adiantado da hora, eu vou falar com o Dr. Jorge Venâncio. Em março, ele mandou uma circular para as instituições que estão trabalhando, para exigir uma forma de tramitação das emendas aos protocolos dos processos. E a emenda tem o mesmo procedimento de como se o processo fosse original, pelo que eu li da sua correspondência. Então, a emenda tem que passar pelo CEP, a emenda tem que passar pelo Conep. Então, é um tema que foi trazido a mim agora, mas que eu penso ser relevante. Então, eu vou agora, pessoalmente, lhe mostrar essa correspondência, para que esse tema também seja considerado. Se nós entramos nessa mudança – que foi agora, no dia 12 de março, enviada para uma instituição de pesquisa clí-

nica, uma instituição hospitalar –, que a gente possa também ver qual é o sentido dessa emenda, que tem que ser submetida a todos esses procedimentos, como se uma pesquisa original, um protocolo de pesquisa fosse feito. Então, eu queria tratar, para não comprometer mais, porque já terminamos aqui, Presidente Moka, com a ideia do grupo de trabalho. Concordo plenamente com os 60 dias. Acho que a disposição é perfeita de todos.

E vamos continuar nessa luta, porque penso que a responsabilidade de todos os brasileiros é exatamente por isto: encontrar o melhor caminho para o País, mas, sobretudo, pelos os nossos pacientes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senhores, agradecendo a presença de todos, nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar a presente reunião. Está encerrada.

(Iniciada às 11 horas e 4 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 46 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 19 DE MARÇO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dez minutos, do dia dezenove de março de dois mil e catorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Cícero Lucena, José Agripino, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Wellington Dias, Cristovam Buarque, Eduardo Braga, Romero Jucá, Benedito de Lira, Aécio Neves, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Armando Monteiro e João Vicente Claudino e das Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Lídice da Mata. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Deputado Arnaldo Faria de Sá. *Altera o art. 110 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2013, com a Emenda de Redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2013, com a Emenda nº 1-CAS (de Redação). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Aécio Neves. *Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013. **Resultado:** Lido o Voto em Separado pelo Senador Humberto Costa, a matéria é retirada de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **TEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Gim. *Dispõe sobre a jornada de trabalho do cirurgião dentista da Administração Pública Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2013, e da Emenda que apresenta. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2013, com a Emenda nº 1-CAS. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em Decisão Terminativa. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 2003 – Terminativo – Autoria:** Senador Paulo Paim. *Altera o § 1º do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho. (Dispõe sobre o adicional de periculosidade).* **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2003. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, de 2012 – Terminativo – Autoria:** Senador Paulo Bauer. *Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do estabelecimento de mecanismos de transparência e de prestação de contas do gestor e do agente operador do FGTS.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2012. **Resultado:** Não houve manifestação decorrente do Pedido de Vista. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2012. **Relatoria:** Senadora Ana Amélia. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2012 – Terminativo – Autoria:** Senador Antonio Carlos Valadares. *Altera o art. 457 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), para instituir o adicional por tempo de serviço aos empregados que recebam salário mensal igual ou inferior a dois salários mínimos.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2012, e das 3 (três) Emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **ITEM 7 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Vital do Rêgo. *Acrescenta § 5º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante e dá outras providências* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de

Lei do Senado nº 88, de 2013, e da Emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senadora Angela Portela *Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o direito de não comparecimento ao trabalho para a realização de exames médicos.* **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2013. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator. **EXTRAPAUTA – ITEM 9 – REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 12, de 2014. Autoria:** Senador Rodrigo Rollemberg e outros. *Em aditamento ao Requerimento nº 7/2014-CAS, de nossa autoria, no qual solicitamos a realização de Audiência Pública “com o objetivo de instruir o PLS 340 de 2012”, requeremos seja convidado para participar dos debates o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA), juiz do Trabalho Paulo Schmidt.* **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra para discutirem as matérias os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Aécio Neves, Cyro Miranda, Paulo Bauer, Armando Monteiro e João Vicente Claudino e das Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Lúcia Vânia e Lídice da Mata e o Senador **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de oito itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo três não terminativos e cinco terminativos.

O item 1 da nossa pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, de 2013

– Não terminativo –

Altera o art. 110 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.

Autoria: Arnaldo Faria de Sá

Relatoria: Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2013, com a Emenda de Redação que apresenta.

Observações:

– *Votação simbólica.*

Eu concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para proferir o seu relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, como percebi aqui que é um projeto simples e há um parecer também favorável por parte do Governo, vou direto à análise.

Nos termos do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito à seguridade social, assistência social, proteção e defesa da saúde, e assuntos correlatos. Dessa maneira, a distribuição desse PL para apreciação desta Comissão está em conformidade com o que dispõe o Regimento, visto que trata de aspectos concernentes à renovação de certificado que atesta o caráter beneficente de entidades sem fins lucrativos que prestam assistência na área da saúde não remunerada pelo SUS.

Pelo fato de a apreciação da matéria ter sido delegada apenas à CAS, devem ser apreciados, além do mérito, os aspectos relativos à constitucionalidade, à juridicidade e à técnica legislativa.

No que respeita à constitucionalidade, não identificamos óbices à aprovação, visto que legislar sobre a matéria básica de que trata o projeto (seguridade social) é de competência privativa da União, conforme determina o art. 22, inciso XXIII, da Constituição Federal. Ademais, a teor do que dispõe o art. 61 da Carta Magna,

a iniciativa de lei que trate da matéria pode ser assumida por parlamentar de qualquer das Casas Legislativas, não sendo, portanto, reservada a outro Poder.

Não há, igualmente, impedimentos quanto à juridicidade, visto que o projeto propõe apenas alterar dispositivo vigente, sem infringir o nosso ordenamento jurídico.

No tocante à técnica legislativa, há que observar que a ementa do PLC nº 125, de 2013, não especifica a finalidade da alteração proposta, fato esse que contraria o disposto no art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Com efeito, esse artigo determina que a ementa da lei explicita, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei que, no caso, é permitir a renovação do Cebas de entidade para fazer jus ao benefício fiscal que o certificado habilita obter. Dessa maneira, proponho emenda de redação destinada a especificar, na ementa, o objeto da lei que o projeto vier a originar.

O mérito da proposição é inquestionável.

A nova redação proposta para o art. 110 da Lei nº 12.249, de 2010, elimina essa restrição, ao não especificar a natureza da assistência prestada pela entidade. Ou seja: substitui, logo no início do artigo, a expressão “entidades da área de saúde certificadas...” por “entidades certificadas...”

As demais alterações propostas pelo projeto, citadas na primeira parte deste relatório, representam, igualmente, aperfeiçoamentos somente no tocante aos requisitos que deverão ser cumpridos pelas entidades candidatas à renovação do Cebas.

Em suma, considero que todas as alterações propostas pelo PLC nº 125, de 2013, devem ser acatadas, pois, além de aperfeiçoar as normas vigentes relativas à assistência complementar à saúde prestada pelo SUS, sanam o lapso legal que impede que instituições que não se dedicam exclusivamente a essa modalidade de assistência, mas que a têm como importante componente das suas atividades, renovem os certificados que as isentam de contribuições para a seguridade social.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2013 (Projeto de Lei nº 2.014, de 2011, na origem), com apenas uma emenda de redação.

É um projeto que não tem grandes repercussões e por isso estamos dando parecer favorável ao projeto do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com o presente relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão que é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2013, com a Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da sua tramitação.

Item 2 da pauta.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, V. Exª passou para os pares desta Comissão a sugestão de política pública da Comissão de Assuntos Sociais.

Primeiramente, quero enaltecer a sua iniciativa – nós a tomamos lá – de tornar isso um processo democrático, que fosse um consenso da Comissão escolher a política pública.

Eu quero dizer a V. Exª que estou encaminhando, de minha parte, as nossas sugestões – e gostaria de fazer um apelo também aos nossos pares –:coloquei inclusive esse último item que achei importante, ou seja, a conscientização do teste da linguinha, obesidade infantil e manter os programas de redistribuição da renda.

Então, vou encaminhar a V. Exª e gostaria que todos assim o fizessem, porque assim sairia desta Comissão um consenso.

Parabenizo novamente o ato democrático de sempre de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Esse ato democrático já encontrei aqui pela administração do Senador Jayme Campos. Na verdade, eu só dei prosseguimento.

Quero informar que estou recebendo sugestões. Já recebi a sugestão do Cristovam, que achei interessante, fala sobre a saúde especial da mulher. Há uma sugestão de transplante de órgãos no cenário nacional, é um tema importante. E temos sempre que lembrar que, no ano passado, tivemos uma subcomissão discutindo financiamento aqui do Sistema Único de Saúde (SUS).

Pretendo, com essas sugestões, na próxima reunião, abrir um debate, e nós vamos optar pelo item que tiver a aprovação da maioria do Plenário. Penso que essa é a forma mais democrática e de envolvimento de toda a Comissão nessa questão.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Eu só gostaria, Presidente, de sugerir que, nesse debate, incluíssemos a assistência social. Acho que trabalhamos bem a saúde aqui, mas precisamos principalmente discutir o programa de erradicação do trabalho infantil. Estamos na iminência de colocar em plenário a votação da redução da maioridade penal, e é preciso que façamos uma análise de como está sendo tratada a nossa criança, principalmente em situação de risco.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está acatada a sugestão.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, de 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar.

Autoria: Aécio Neves

Relatoria: Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013.

Observações:

– Em 19.02.2014, lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais.

– Em 26.02.2014, o Senador Humberto Costa apresenta Voto em Separado concluindo pela rejeição do Projeto.

– A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em Decisão Terminativa.

A votação do projeto é simbólica, mas eu quero pedir, em função da sua importância, autorização para que procedêssemos a uma votação nominal, para que não haja nenhum tipo de “senão”.

Eu concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, para a leitura do voto em separado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, antes da leitura do meu voto em separado, eu gostaria de pedir a V. Exª, na condição de Relator do Item 4, que esse ponto pudesse ser retirado de pauta, porque eu estou na Mesa de um Seminário Internacional do Gopac. É um grupo parlamentar internacional, tem vinculações com a ONU e trata do combate à corrupção. Tanto que eu havia pedido a V. Exª, se fosse possível, até para ter adiado o debate desse projeto que agora vamos discutir. Diante disso, eu peço que retire o Item 4.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois bem. V. Exª será atendido de imediato.

É o seguinte o item retirado:

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 2003

– Terminativo –

Altera o § 1º do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho. (Dispõe sobre o adicional de periculosidade).

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2003.

Relatoria: Senador Humberto Costa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Obrigado.

O Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013, apresentado pelo Senador Aécio Neves, visa incluir na Lei nº 10.836, de janeiro de 2004, norma que criou o Programa Bolsa Família, duas novas regras para tratar do processo de desligamento da família beneficiária na hipótese de alteração da situação de elegibilidade familiar ao Programa.

Para tanto, o Projeto pretende inserir dois parágrafos no art. 2º da referida Lei, para estabelecer que a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família tem caráter temporário, não gera direito adquirido, e a elegibilidade das famílias deverá ser obrigatoriamente revista a cada período de dois anos (§18 do PLS); e, caso a condição de elegibilidade familiar seja alterada nos seis meses que antecedem a revisão, a concessão do benefício estará assegurada por um período adicional de seis meses (§19).

Nesta Comissão de Assuntos Sociais, o PLS nº 458, de 2013, encontrou o apoio da Relatora, Senadora Lúcia Vânia, que emitiu parecer pela aprovação da matéria. De acordo com seu relatório, “da mesma forma que

se deve ter cuidado no momento da seleção dos beneficiários do Programa Bolsa Família, deve-se cuidar para que o desligamento imediato do Programa não propicie o retorno das famílias à situação de pobreza. Afinal, na atual realidade brasileira, se o beneficiário consegue emprego e altera a renda familiar, isso não significa que passa a ter a tão sonhada estabilidade financeira”.

Análise. A premissa que fundamenta o projeto em epígrafe é a da volatilidade da participação da parcela mais pobre da população no mercado de trabalho brasileiro. De acordo com o argumento constante na justificção da proposta, tal volatilidade “faz com que um desempregado consiga uma colocação no mercado de trabalho, mas, infelizmente, não consiga mantê-la por muito tempo”.

Continuando, o autor do PLS sustenta que, quando os cidadãos beneficiários do Bolsa Família conseguem trabalho, são desligados do Programa, em virtude do aumento de sua renda familiar. Contudo, devido à sua situação laboral volátil, em seguida perdem seus empregos, ficando sem a renda do trabalho e sem a transferência de renda da assistência social.

Diante desse quadro, a solução apresentada, por meio do PLS nº 458, de 2013, é fazer constar na Lei a previsão de um período adicional – de seis meses – durante o qual a família beneficiária, mesmo auferindo renda *per capita* maior que aquela definidora da elegibilidade à transferência de renda, poderá benefícios financeiros.

Preliminarmente, deve-se destacar que a premissa que alicerça o PLS nº 458, de 2013, está perfeitamente correta. O mercado de trabalho brasileiro é muito volátil para os cidadãos cujas características socioeconômicas permitem seu enquadramento nos critérios de concessão dos benefícios do Bolsa Família. Segundo pesquisa realizada por docente da Universidade de São Paulo, após dois anos, apenas quatro, de dez contratados formalmente, permanecem empregados. Ao fim de quatro anos, menos de três trabalhadores mantêm seus postos de trabalho.

As causas dessa fragilidade, que representa fonte de insegurança para as famílias afetadas, e uma verdadeira tragédia pessoal para cada um desses cidadãos que dispõem de poucas alternativas para sobrevivência e construção de um futuro digno para seus filhos, são múltiplas. Sobre tudo a baixa escolaridade e a falta de treinamento para o desempenho satisfatório de suas atividades laborais; problemas de saúde, seus e de seus familiares, que levam ao absenteísmo; insuficiente oferta de vagas de educação infantil nas áreas urbanas, entre outras. Esses problemas são enfrentados pelo Governo Federal, não só por intermédio do Programa Bolsa Família, mas, de forma mais sistemática, com a integração de ações e políticas desde a criação, em junho de 2011, do Plano Brasil Sem Miséria.

Este Plano não apenas toma o Programa Bolsa Família como seu eixo de apoio financeiro às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, como resulta do reconhecimento de que a superação da marca da miséria depende da articulação de política de várias áreas com a política de transferência de renda. Como o trabalhador pode manter seu emprego, se não consegue, por falta de qualificação laboral, realizar as tarefas mais básicas, ter iniciativa e assumir responsabilidades frente a seu empregador? Como pode se concentrar no trabalho se seu filho está doente e não há serviço de saúde pública disponível? Como a trabalhadora poderá ser pontual e assídua, se não há creche que receba suas crianças, com segurança, quando ela se dirige ao trabalho? As soluções para as causas desses problemas nem sempre estão no Bolsa Família, e alterar seu desenho na busca de uma resposta pontual pode muitas vezes mais criar dificuldades para o pleno desenvolvimento do programa e empecilhos para as famílias beneficiárias que resolver problemas cujas raízes se encontram fora de seu foco. O conjunto dessas questões, e de muitas outras, é enfrentado pelo Plano Brasil Sem Miséria.

Entre diversas iniciativas que compõem este Plano e que têm impacto direto na ampliação das possibilidades de engajamento produtivo dos adultos beneficiários do Bolsa Família estão: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que oferece gratuitamente cursos de qualificação profissional para o público de baixa renda e que já atingiu mais de 900 mil matrículas, e a suplementação de vitamina A para crianças e a expansão do Programa Saúde na Escola para creches e pré-escolas, já com a adesão de 4.864 Municípios e a ampliação do acesso a creches pelas crianças beneficiárias do Bolsa Família de até 48 meses, que já abrange 380 mil crianças beneficiárias. Melhorando a saúde das crianças e a ofertas de serviços de educação infantil, tal como promovendo a qualificação dos adultos, o Brasil Sem Miséria tanto contribui para ampliar as possibilidades laborais dos adultos mais pobres, quanto para garantir que essas crianças tenham expectativas de inserção produtiva bem melhores do que tiveram seus pais.

Portanto, apesar de a premissa do PLS ser válida, e ainda mais verdadeira no que se refere aos beneficiários do Programa Bolsa Família, a solução indicada na forma do PLS nº 458, de 2013, é equivocada. Prevê o §19 do art. 2º da lei “Caso a condição de elegibilidade familiar seja alterada nos seis meses que antecedem a revisão prevista no §18 deste artigo, a concessão dos benefícios estará assegurada por um período adicional de seis meses”.

O primeiro problema decorrente da proposta pertence ao campo da hermenêutica. O texto dá margem a diferentes interpretações, com impactos diversos. Uma interpretação determina que o período adicional seja computado a partir do momento em que se realizaria a revisão de elegibilidade. Outra leitura, igualmente possível, impõe que o período adicional seja franqueado após a verificação do crescimento da renda, o que, no limite, não acrescentaria um único dia à validade dos benefícios da família: caso a condição de inexistência ocorra exatamente seis meses antes da revisão, o período adicional não teria qualquer efeito prático.

Este aspecto não é irrelevante. Instituições de controle dos atos administrativos federais, como o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal, podem cobrar do Poder Executivo a aplicação da interpretação mais restritiva, o que tornaria inócuo, ou ao menos de efeito muito limitado, o dispositivo do novo §19 do art. 2º da Lei nº 10.836, de 2004.

O segundo problema trazido pelo PLS nº 458, de 2013, é que a proposta impõe uma restrição de direitos dos beneficiários do Bolsa Família em relação ao que já prevê atualmente o conjunto de regulamentos do Programa.

Acerca do mesmo tema, o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, ato que aprova o regulamento do Programa, estabelece – peço a atenção de todos para o que define este Decreto:

Art. 21. A concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família tem caráter temporário e não gera direito adquirido – portanto, igual ao que propõe o PLS –, devendo a elegibilidade das famílias, para recebimento de tais benefícios, ser obrigatoriamente revista a cada período de dois anos. (Redação dada pelo Decreto nº 6.392, de 2008)

§1º Sem prejuízo do disposto nas normas de gestão de benefícios e de condicionalidades do Programa Bolsa Família, a renda familiar mensal *per capita* fixada no art. 18, no período de que trata o *caput*, poderá sofrer variações sem que o fato implique o imediato desligamento da família beneficiária do Programa. (Redação dada pelo Decreto nº 7.013, de 2009)

Portanto, atendendo a preocupação básica do PLS.

O *caput* do art. 21, assentado desde 2008, embasa o processo de revisão cadastral do Programa, por meio do qual, anualmente, o MDS verifica se as famílias cujos registros já tenham completado dois anos ainda mantêm sua elegibilidade.

Reconhecendo a importância da inserção no mercado de trabalho como mecanismo de saída da pobreza e da miséria, o desenvolvimento institucional do Programa Bolsa Família buscou soluções que não criassem desincentivo ao trabalho. É neste contexto que foi introduzida, ainda em 2009, a possibilidade de que a renda *per capita* da família beneficiária pudesse variar, dentro de certos limites, sem que isso acarrete a sua exclusão imediata do Programa. Tais condições de variação da renda foram fixadas pela Portaria nº 617, de 11 de agosto de 2010, que determina que a renda *per capita* familiar poderá crescer até meio salário mínimo – hoje o valor representa R\$ 362,00 – desde que não se mantenha ao longo do tempo (art. 6º da Portaria nº 617, de 2010). O período em que a renda *per capita* pode variar até o limite de meio salário mínimo é fixado a partir da validade do benefício do Bolsa Família, que é de dois anos – portanto, mais amplo do que o proposto pelo PLS.

Esta medida, associada à possibilidade de que a família, ao voluntariamente abrir mão de seus benefícios, pode retornar imediatamente ao Programa, caso volte a se enquadrar em seus critérios de elegibilidade, solidifica o Bolsa Família como uma política de Assistência Social que coexiste, sem conflitos, com a busca das famílias por sua inserção no mercado de trabalho.

Conforme se depreende do mero confronto entre o que atualmente já faz parte dos processos rotineiros de atualização do Cadastro Único e de verificação da elegibilidade das famílias, acima indicados, e a proposta contida no PLS nº 458, de 2013, a aprovação de seu texto representaria um retrocesso, e não um aprimoramento do desenho do Programa Bolsa Família, com reflexos negativos sobre a previsibilidade de rendimentos que o Programa confere aos beneficiários.

Voto.

Pelas razões expostas, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Lido o voto em separado do Senador Humberto Costa, concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para as suas considerações se julgar necessário.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero cumprimentar o Senador Humberto Costa.

Entendo a sua preocupação em relação ao projeto, mas acredito que o seu voto em separado não acrescenta ou altera absolutamente nada do que foi proposto.

O que precisamos entender é que o projeto do Senador Aécio Neves, a exemplo do que foi feito com o benefício da ação continuada...

Quero chamar a atenção dos meus pares para o Senador Paim, que trabalhou o benefício da ação continuada.

De início, quando implementamos o benefício da ação continuada, nós tínhamos limitações enormes, defeitos que são levantados à medida que a gente vai aplicando o projeto.

Antigamente, quando implantamos o benefício, a idade do idoso era de 70 anos. Com o Estatuto, isso veio para 60 anos. E foi uma evolução que nós fizemos. A renda *per capita* era de um quarto de salário mínimo. Nós estamos lutando para que continue sendo assim.

Então, a modificação, o aprimoramento, dos programas sociais se faz necessária na medida em que vamos aplicando e vendo os gargalos que esses programas têm.

Em relação ao projeto do Senador Aécio, quero chamar a atenção dos meus pares para uma justificativa que considero muito importante.

O projeto dá abrigo ao trabalho em dois sistemas de proteção social: no assistencial, na medida em que ele garante renda mínima para atender às necessidades básicas de sobrevivência por meio do Bolsa Família e no seguro contributivo, pois abre a possibilidade de, ingressando no mercado de trabalho celetista, o trabalhador possa contar com o seguro-desemprego em caso de dispensa imotivada.

Foi colocado aqui que o Seguro-Desemprego cobriria esses seis meses, mas na verdade nós sabemos que o contrato temporário, por exemplo, não assegura o pagamento do seguro-desemprego. E, mesmo que assegurasse, se fosse estendido o seguro-desemprego, nós teríamos aí seis meses durante os quais ele poderia ter esse seguro, mas com redução do seu salário, com a redução dos benefícios que ele teria se estivesse empregado.

Em relação ao projeto do Senador Humberto Costa, eu quero chamar a atenção para dois pontos que ele levanta. Eu gostaria de propor para ele o seguinte...

Ele levanta a questão do § 19, dizendo que esse parágrafo é dúbio. Então eu proporia ao Senador uma emenda para deixar isso muito claro. A emenda seria nesse sentido:

Caso a condição de elegibilidade familiar seja alterada nos seis meses que antecedem a revisão prevista no §18 desse artigo de forma a prejudicar o beneficiário [é importante observar, de forma a prejudicar o beneficiário] a concessão dos benefícios estará assegurada por um período adicional de seis meses, havendo nova revisão ao final desse período adicional.

Então, acho que, com esta emenda, eu deixaria bem claro esse ponto levantado pelo Senador Humberto Costa.

Em relação ao outro ponto que ele coloca, a portaria, eu quero dizer que o projeto em nada prejudica a portaria. A portaria continua vigendo da mesma forma. O que estamos evitando, com o projeto, é a informalidade. Esse limite estabelecido na portaria favoreça a informalidade. Então, o objetivo nosso é fazer com que esse beneficiário não vá para a informalidade mesmo com seu emprego assegurado.

Portanto, quero aqui solicitar ao Senador Humberto Costa que avalie a emenda proposta para que possamos fazer desse projeto não uma disputa política, mas, principalmente, fazer dele a cobertura em dois níveis para o trabalhador: dando a cobertura com o Bolsa Família e dando a cobertura no caso de ele se manter empregado e ter os benefícios do emprego com carteira assinada.

Portanto é uma motivação que nos leva a falar que esse projeto vem beneficiar o usuário do Bolsa Família, ele retira o Bolsa Família da disputa política, ele beneficia o usuário em dois níveis, tanto na sua subsistência quanto na eventualidade de um emprego.

Portanto é um projeto sério, que visa corrigir os hiatos que a portaria concede.

E quero aqui dizer que a portaria não substitui o projeto de lei, a portaria é elaborada por um grupo de técnicos que podem emití-la, mas podem também revogá-la a qualquer momento, e a lei nos permite uma estabilidade diante desse programa que, resalto aqui, é um programa da mais alta importância para a família brasileira de baixa renda.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Humberto Costa, a Senadora Lúcia Vânia sugeriu duas emendas no relatório que fez.

A Presidência tem que perguntar a V. Ex^a, na condição de autor do voto em separado. Se V. Ex^a aceitar a emenda, votaríamos só o relatório, mas V. Ex^a já sinalizou que não aceita as emendas, então, eu vou abrir a discussão do voto em separado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Presidente.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria de deixar registrado que o Senador Humberto Costa, apesar de todo respeito que tenho pela sua capacidade de argumentação, deixa claro, com sua posição, que trata esse projeto como um projeto político.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Inscrito o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O que vou fazer? Uma inscrição para todos aqueles que quiserem discutir. Nós vamos abrir a fase de discussão.

Está em discussão tanto o voto em separado como o relatório da Senadora Lúcia Vânia.

Inscrito o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco União e Força/PTB – RR) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, tenho que ser honesto com minha própria consciência.

Prestei atenção ao voto em separado do Senador Humberto Costa. Há muitos pontos positivos como também os tem relatório da Senadora Lúcia Vânia. Então, não tenho condições de votar nem “sim” nem “não”, de acordo com a consciência deste momento.

Prefiro antecipar meu voto, vou ter de sair, abstenho-me de votar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Mozarildo, com todo o respeito, está clara a sua posição, mas a Presidência não tem como colher neste momento o seu voto.

Na sequência, inscrito o Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero parabenizar a Senadora Lúcia Vânia, inclusive pelo segundo momento dessa explicação. E eu tenho sempre a mesma linha que aprendi nesta Casa com o Senador Paulo Paim, com a Senadora Vanessa Grazziotin, de proteger o trabalhador e proteger sempre o mais pobre. E acho que esse projeto vem contemplar isso. Só pediria que a Senadora Lúcia Vânia apresentasse essa emenda de qualquer maneira. Acho que ela pode. Não pode apresentar essa emenda?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não pode, porque a emenda seria... Acho que, nesse momento, não.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – De qualquer maneira, acho que é esclarecedora. Isso foi apenas uma dúvida suscitada pelo Senador Humberto Costa, mas, mesmo não podendo...

Com certeza não pode, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É porque seria outro relatório. Ela já apresentou e foi lido. Aí teríamos que evoluir para um acordo. Quer dizer, o Senador Humberto Costa deveria aceitá-lo.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – De qualquer maneira, esse art. 19 é esclarecedor, acho que esse não seria o ponto.

Quero aqui declarar meu voto favorável à relatoria da Senadora Lúcia Vânia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Inscrita em seguida a Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Então, Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Estou inscrita, Sr. Presidente?

Gostaria também de colocar a minha opinião. Não quero, de forma alguma, tratar essa discussão do ponto de vista político-partidário. Acredito que não seja esse o objetivo desta Comissão. Quero tratar do ponto de vista de uma política de assistência social que tem beneficiado diversas famílias brasileiras.

Confesso, com todo o respeito, que compreendi perfeitamente a intenção do autor do projeto, da Relatora, mas li também atentamente o voto em separado do Senador Humberto Costa; e o relatório em separado, na minha opinião, me contenta bastante por uma razão: porque fiquei me perguntando – confesso que, se eu estiver equivocada, me digam – a real necessidade do projeto apresentado pelo Senador Aécio. Porque ele diz o seguinte – e aí o voto em separado explicita realmente que há várias interpretações, e eu me coloco dentro dessas interpretações –:

“Caso a condição de elegibilidade familiar seja alterada seis meses que antecedem a revisão prevista no §18 desse artigo, a concessão dos benefícios estará assegurada por um período adicional de seis meses.”

Seis meses antes? Se a revisão do benefício é de dois em dois anos, isso não significa que, nesse período, a família beneficiária estará sem apoio, porque a política de assistência social assegura que as famílias beneficiárias são acompanhadas permanentemente pelo CRAs, pelo profissionais de assistência social que vão ajudar essas famílias a buscar a porta de saída, a se qualificar profissionalmente, a se preparar para entrar no mercado de trabalho, para ser inserida na escola – a criança precisa estar na escola. Então, há uma série de condições que estão previstas na lei para que essa família busque sua autonomia, tanto econômica quanto social, enfim.

Se a concessão do benefício seis meses antes tiver essa...Acho que se está inserindo outra avaliação, na minha opinião, desnecessária. Ou seja, na minha opinião, vai criar nessa família uma insegurança muito grande, porque, em vez de ter dois anos para se preparar para o mercado de trabalho, para poder se preparar na

área de educação, ela vai saber que, seis meses antes de encerrar o prazo, estará passando por esse processo de avaliação.

Não entendi o projeto, porque o projeto fala assim:

“Se, em seis meses que antecedem a revisão, ela estiver dentro do quadro de elegibilidade, a concessão será assegurada por mais seis meses”.

Já está garantido por mais seis meses. Eu não entendi.

Então, para mim, é completamente desnecessário, tenho plena concordância com o relatório apresentado pelo Senador Humberto Costa. Acho que é criar confusão na cabeça dos nossos beneficiários. É trazer problemas onde não existe problema. Eu tenho a minha opinião a favor do relatório do Senador Humberto Costa com essas argumentações.

Confesso que, particularmente, não vi a menor necessidade de inserir essa alteração na lei se ela já garante um acompanhamento permanente das famílias, que, no prazo de dois anos, se ela estiver no quadro de elegibilidade, automaticamente, ela não estará mais recebendo o Bolsa Família. E quantas famílias que, por conta própria, quando já se acham em condições de se manter autonomamente, sem precisar do benefício, procuram o próprio CRAs, se apresentam e dizem que não precisam mais do programa? Quantas famílias fazem isso? Então, não vejo a menor necessidade do projeto. Compreendi a preocupação da Senadora Lúcia Vânia, mas esse é o meu ponto de vista.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoría/PSDB – GO) – Posso responder?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª vai falar, está inscrita, não é? Todos vão falar...

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoría/PSDB – GO) – Mas aí perde o sentido...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu sei, Senadora, mas, se a toda argumentação V. Exª quiser responder. Ela está em dúvida, Sr. Presidente.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoría/PSDB – MG) – Presidente, em benefício da discussão...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Olhem, eu vou seguir a minha inscrição, por favor. E eu espero que a gente possa fazer o debate.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoría/PSDB – MG) – Tudo bem, Presidente, a decisão é de V. Exª, mas permita-me apenas um apelo. A Senadora Ana Rita demonstrou ter dúvidas que podem ser esclarecidas em benefício de todos pela relatora. É apenas essa a solicitação. Acho que é algo normal e produtivo para a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador, por favor, Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, eu também tenho algumas dúvidas e alguns questionamentos. Vi que a Senadora Lúcia Vânia, mesmo tendo lido o relatório, depois de ouvido o relatório do Senador Humberto Costa, ela apresentou algumas sugestões. Faço aqui uma indagação se não cabe à Senadora Lúcia Vânia acrescentar ou apresentar um novo relatório para que possamos apreciar, talvez, na próxima reunião da Comissão. Regimentalmente, acho que não há nenhum impedimento para isso. Ela tem, sim, a prerrogativa de acrescentar ou modificar o relatório até que seja votado. É o meu pedido, porque acho que está suscitando muitas dúvidas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Aí é uma situação que é precisa ser colocada com clareza. Se a Senadora Lúcia Vânia quiser fazer a retirada de pauta para propor essas emendas com voto em separado, evidentemente, caberá esse pedido de vista. É uma situação que a Senadora Lúcia Vânia tem que definir. Tem um voto em separado... Por isso, peço aos pares que entendam a posição da Presidência. Eu tenho que conduzir isso da forma mais democrática possível. Essa é uma questão que quero levantar, perguntando à Senadora Lúcia Vânia, ma condição de relatora se ela admite essa possibilidade.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoría/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria de ouvir todos os inscritos para que, depois, eu tomasse uma decisão a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, antes, na hora em que encerrar essa discussão, eu não posso entrar no processo de votação. Aí, a Senadora decide se retira ou não.

Na sequência, Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoría/PSDB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu não me canso de elogiar o mérito da iniciativa do Senador Aécio Neves bem como de reconhecer o conhecimento profundo do assunto que tem a Relatora, Senadora Lúcia Vânia. S. Exª, ao longo da sua experiência pública, inclusive, deu origem – aqui aproveito para fazer justiça a toda a base, todo o alicerce dessa bolsa da família – aos programas sociais que foram criados quando S. Exª tinha a missão de cuidar da área social no Governo Federal.

Pois bem, Sr. Presidente, eu acho que esse assunto...

Às vezes, eu fico a me perguntar por que é que determinados Parlamentares se insurgem quando algo que é um reconhecimento da sua importância e da sua justiça social pode deixar de ficar sob a tutela ou a

oportunidade de humor e prática de alguns governantes em vez de virem a ser, de forma objetiva, de forma clara, uma política de Estado.

Pois bem, eu ressalto, dentro dessa preocupação, que isso é o que entendi de forma muito clara na iniciativa do Senador Aécio Neves, na sua preocupação, a questão de dar melhor segurança àqueles que hoje são beneficiários do Bolsa Família.

Na minha Região Nordeste, que, sem dúvida alguma, é uma das que têm mais inscritos e beneficiários, de uma forma prática, de uma forma vivida, não de forma teórica ou induzida de manipulação de informação, nós temos – e como temos – muitas pessoas, principalmente trabalhadoras domésticas ou de outras atividades, que muitas vezes não querem a sua inscrição, não querem a sua regularização como trabalhador formal com medo de serem demitidas logo em seguida, de não darem certo naquele trabalho do lar e, conseqüentemente, conhecendo como conhecem a burocracia que existe para que seja retomada a oportunidade dos benefícios sociais, preferem ficar no processo da informalidade.

Então eu acho que essa iniciativa esclarece, de uma vez por todas, a essas pessoas que, no período transitório em que perder o emprego temporário, elas terão uma experiência de seis meses garantida para que possam tomar uma decisão sobre se... Os honestos, porque também não vamos passar para a Nação que muita gente vai lá para dizer que não precisa do benefício, até porque tem muita gente que não deveria usar o benefício, e hoje usufrui dele ainda, com todo o processo que se tem de fiscalização. Existe esse tipo de beneficiários. Então, vai dar mais segurança àqueles que querem sair do Bolsa Família para um trabalho formal.

Eu estranho o porquê de não se garantir isso, Senador Eduardo Suplicy, a essas pessoas, para que elas não se sintam vulneráveis, para que elas não se sintam inseguras, porque é esse o objetivo maior da iniciativa do Senador Aécio Neves.

Espero que haja a compreensão de todos e que possamos aprovar, porque o que estamos discutindo aqui é o benefício para aqueles que mais precisam, e não ficar com uma espada sobre a cabeça deles, com medo da insegurança de faltar a sua renda.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu também estava inscrito, mas, como é um tema que temos discutido há muitas reuniões, como é um tema que envolve diretamente 14 milhões de pessoas, 52 milhões indiretamente – é um programa que deu certo –, já que há uma divergência, seja política, seja técnica, eu faria um apelo: eu retiraria a minha inscrição, todos retirariam a sua, vamos votar a matéria e pronto.

Esse é o apelo que eu estou fazendo em questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, V. Exª não vai...

Eu não vou nem colocar em discussão a proposta de V. Exª, porque ela...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – *(Fora do microfone.)*

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ah, só falta essa, Paim!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoria/PSDB – MG) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, imagino, Sr. Presidente Moka, que se alguém nos visitasse, de outra parte do mundo, ou, quem sabe, de outro planeta e pusesse, por alguns minutos, os seus pés aqui nesta Comissão tão bem dirigida por V. Exª, e assistisse a esta discussão ia pensar que alguma coisa de muito diferente vem acontecendo no Brasil e de muito grave. Queria assistir aqui àqueles Parlamentares do Partido dos Trabalhadores que representam os pais, as mães, os avós, os bisavós de todas as bondades que fazem neste País, em especial ao Bolsa Família, impedindo, sabe-se lá por que, que haja, a partir da aprovação desse projeto, segurança e tranquilidade para as famílias beneficiárias desse Programa.

Os argumentos que já ouvimos na última sessão do ilustre Senador Humberto Costa, aqui corroborados por outros Parlamentares, Sr. Presidente, não se sustentam. O que estamos buscando fazer é aperfeiçoar um projeto, e me surpreende a forma pouco generosa para com os beneficiários do Bolsa Família com que o Partido dos Trabalhadores encara essa questão.

Será que, se essa proposta que busca, repito, der serenidade, tranquilidade, segurança aos beneficiários do Bolsa Família, sempre inquieto, sobretudo em períodos pré-eleitorais, Senador Cícero Lucena, digno representante da Paraíba, importante Estado do Nordeste, sabe disso, sempre inquietados pela ação política do PT, que coloca em risco a manutenção desse Programa, se não forem eles os vitoriosos, será que não seria mais adequado que essa discussão se desse fora do ambiente eleitoral para falarmos de avanços? Será que se essa proposta fosse apresentada por um líder, por prócer, por uma eminência do Partido dos Trabalhadores, ela estaria sendo tratada da mesma forma que está sendo tratada aqui, Sr. Presidente? Acredito que não.

Todos sabemos – e a Senadora Lúcia Vânia mais do que qualquer um de nós, porque era ela a Secretária Nacional de Assistência Social quando medidas extremamente revolucionárias importantes foram implementadas no País, como o Benefício de Prestação Continuada, em 1996; como o PETI, tão mal tratado hoje pelo atual Governo – a origem do Programa Bolsa Família, Sr. Presidente.

Lembramos que, quando o PT assumiu o Governo, em 2003, o Fome Zero era o programa social do Governo. Não se sabe onde foi parar. Os programas iniciados no governo do Presidente Fernando Henrique com a participação importante da Senadora Lúcia Vânia, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás, o início do Cadastro Único, foram o embrião, Sr. Presidente, daquilo que hoje se chama Bolsa Família.

Cito aqui apenas para registro histórico, para dizer que não devemos nos preocupar apenas com a paternidade do Programa, mas com a sua eficácia, com os benefícios que efetivamente possa trazer. Lembro-me de que, no ano de 2003, numa grande cerimônia feita pelo Presidente Lula, de lançamento, na verdade, unificação dos programas existentes de transferência de renda, ele dizia o seguinte, e abro aspas em sua homenagem, Senador Cyro Miranda, para o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva:

Quero lembrar aqui – disse o Presidente – o Governador Marconi Perillo, e faça-se justiça, além de ser o Governador do Estado que mais tem política de renda [está dizendo o ex-Presidente], foi o companheiro que, na primeira reunião de governadores que tivemos, sugeriu a ideia da unificação das políticas de assistência social neste País” [fecho aspas para o ex-Presidente da República].

Faço apenas esse registro porque, contra a história, não existe ação política que possa enfrentar. Contra os fatos, contra a realidade não há ação política que possa modificá-los.

Na verdade, Sr. Presidente, quando construímos essa proposta a partir de uma ampla discussão com muitas das figuras que assessoram lá atrás o próprio Presidente Fernando Henrique no lançamento dos programas de transferência de renda, o que buscávamos? Em primeiro lugar, dar segurança e tranquilidade a essas famílias. Trata-se de tirar o Bolsa Família de uma Secretaria de um Ministério com absolutamente nenhuma capilaridade no Brasil para fazer o acompanhamento efetivo dos avanços, das condicionalidades, que são a razão fundamental desse programa, para que ele se possa transformar em programa de Estado.

O beneficiário é o cidadão que recebe o Bolsa Família.

A argumentação primeira contrária a essa proposta é de que a LOAS é uma lei apenas de assistência. Não é verdade. Não vou aqui cansá-los definindo aqui quais são as responsabilidades da LOAS. Apenas cito algumas: a redução de danos, as promoções da integração ao mercado de trabalho, o enfrentamento à pobreza na forma integrada às políticas setoriais, promovendo a universalização dos direitos sociais. Todas essas são orientações que hoje compõem a LOAS, e o PT tem dito na sua argumentação que, se o Bolsa Família for para a LOAS, ele perderá sua relação com as políticas de trabalho, educação e saúde.

Não é verdade, Sr. Presidente. Lá está o PETI, Senadora Lúcia Vânia, para demonstrar isso. Nós sabemos que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil permite que as crianças estudem. Portanto, há o acompanhamento do Ministério da Educação. O Ministério do Trabalho faz, ou pelo menos deveria fazer, ali uma fiscalização e um acompanhamento. O próprio BPC, Benefício de Proteção Continuada, é um programa para que as crianças e os adolescentes, aqueles mais vulneráveis, também estudem. Portanto, há uma integração, uma relação estreita da LOAS com as políticas de trabalho e de educação.

Sr. Presidente, a realidade – chamo a atenção para ela – é que hoje a Senarc, que é a Secretaria responsável pelo Bolsa Família, é uma secretaria isolada dentro do MDS. O que ocorre? Ela não tem, Sr. Presidente, como acabei de dizer, capilaridade, estrutura para acompanhamento e monitoramento dos resultados dos programas.

Todos sabemos que esses programas, por condicionalidades, não foram invenção de nenhum de nós. Talvez a implementação, sim. Foi feita em Campinas, pelo ex-Prefeito do PSDB, pela primeira vez. Mas esse é um conceito antigo da ONU, que define que, com base na política de transferência de renda, se garanta o acesso à escola dos filhos das famílias mais vulneráveis, bem como acompanhamento de saúde dessas famílias. Talvez tenha sido exatamente esse equívoco de manter, Senador Cyro, o Bolsa Família restrito a uma política de governo, dentro de uma secretaria, de um ministério que tenha feito, ilustre Senador – chamo a atenção para esse dado – com que, nos últimos dez anos, R\$11,9 bilhões tenham deixado de ser sacados pelas famílias. Foram disponibilizados, e não foram sacados. E eu pergunto: Por quê? Porque não há acompanhamento, Sr. Presidente. Não se sabe se essas famílias estão vivas ou mortas, se os filhos estão ou não na escola. Esses dados são do Governo Federal. R\$11,9 bilhões, Senador Agripino, não foram sacados por essas famílias, e o Governo não tem resposta para essa questão. Por que não foram sacados? Porque não há o acompanhamento adequado a um programa que é hoje circunscrito a uma secretaria desestruturada. E lembro que o ex-Ministro Patrus Ananias, do meu Estado, Líder importante do PT, dizia, quando Ministro, que não tinha estrutura para fazer o acompanhamento das ações do Programa Bolsa Família. Como não é uma política de Estado, como não se articula com sistemas de proteção à saúde, à educação, esse dinheiro não tem o acompanhamento que precisaria ter.

Portanto, Sr. Presidente, essa é uma das indagações que fica aqui. Talvez os líderes do PT possam explicar por que, nos últimos dez anos, cerca R\$12 bilhões não chegaram às famílias, um desperdício absurdo. Aliás, isso não é uma exceção neste governo.

Outra questão, Sr. Presidente, que me parece extremamente importante e sobre ela quero dissertar. A grande questão colocada até aqui – e, quando nós tratamos a questão do Bolsa Família, é importante, Senadora Lúcia Vânia, que esta questão seja levantada: o Governo do PT é muito competente na sua propaganda. Eu me lembro de que, há pouco tempo, Senador Cyro, nós assistimos – mais uma vez com o dinheiro público, infelizmente – a uma grande festa de comemoração dos dez anos do Bolsa Família. Muito bem. É um programa que o PT, cada vez mais, quer tratar como seu, apesar de sabermos que não foi essa a origem dele.

Lamento que, em 2006, Senadora Lúcia Vânia, quando dez anos eram comemorados do Programa do Benefício de Prestação Continuada ou do próprio PETI, criada por V. Ex^a, não tivemos nenhuma comemoração. Lamento que a Presidente Dilma não tenha comemorado os 15 anos da própria LOAS, que se deram no ao de 2011. A grande questão é que assistimos, mais uma vez, com o dinheiro público, ao Governo, utilizando uma bilionária propaganda, dizer que “agora nós vivemos num Brasil sem miséria” e que, em 2011, todas as famílias que ganhassem R\$70 *per capita* – obviamente, por membro da família – estariam fora da extrema pobreza. Portanto, a partir de um critério da ONU, que define US\$1,25 como limite mínimo diário para que uma família seja considerada acima da linha da extrema, o Governo Federal fez um lançamento pirotécnico, esplêndido, com o País todo emocionado, porque agora se viveria num País sem miséria.

O Brasil Sem Miséria fracassou, Sr. Presidente, porque, se aquele mesmo critério, que é o critério da ONU, de R\$1.25 estivesse vigendo, não seriam mais R\$70,00, *per capita*, necessários para atender e sim R\$88,00, *per capita*.

A grande questão é a seguinte, Sr. Presidente, o Governo não reajustou de R\$70,00 para R\$88,00. O Governo, então, deve a essas famílias do Bolsa Família e à sociedade brasileira uma explicação. Estamos aguardando uma nova convocação em cadeia por parte da Senhora Presidente da República, algo que vem fazendo com enorme frequência, para dizer que, infelizmente, devolveu para a linha da extrema pobreza 16 milhões de famílias que havia retirado, já que precisaria fazer com que esse benefício chegasse a R\$88,00. Na verdade, Sr. Presidente, o Brasil realmente deixou de dever ao FMI para dever hoje aos beneficiários do Bolsa Família.

Portanto, o que nos estamos tratando aqui é, em primeiro lugar, a elevação à LOAS, portanto, ao conjunto da Lei Orgânica da Assistência Social, do Programa Bolsa Família e da garantia, como disse o Senador Cícero, de que aqueles beneficiários que efetivamente encontrarem um espaço no mercado de trabalho – além daquilo que estabelece o decreto de uma margem de variação de meio salário mínimo, independente de qual seja essa margem – possam manter-se recebendo o Bolsa Família por um período de seis meses.

É quase que criminoso tirar desses cidadãos, tirar desses brasileiros, dessa tranquilidade. Basta conviver com a realidade. Nós sabemos que há um temor muito grande hoje, dos cidadãos, dos trabalhadores, de deixarem o Bolsa Família e não conseguirem se manter no trabalho que lhes foi oferecido e terem dificuldades para o retorno ao seio do Bolsa Família. Essa é a grande questão.

A Senadora Ana Rita achou que o meu projeto traria uma confusão muito grande, para repetir suas palavras, “à cabeça dos beneficiários”. Confusão, ilustre Senadora, com todo o respeito, faz a Caixa Econômica Federal quando, de uma forma absolutamente desastrosa, leva à inquietação milhões de famílias no Brasil. Confusão faz uma ilustre correligionária de V. Ex^a ao, de forma irresponsável e leviana, ir para as redes sociais dizer que aquilo era coisa da Oposição. Ali vimos sintetizada a forma como o PT trata essa questão. Se houve um problema é da Oposição. Por quê? Faltou dizer que é a Oposição que quer acabar com o Bolsa Família. Assim, a ex-Ministra – não sei se ainda é Ministra – deu uma demonstração clara sobre qual é o comportamento, o *modus operandi*, daqueles que utilizam os programas sociais em benefício eleitoral.

Portanto, ao apresentar essa proposta... Ao garantir, por exemplo, que um família que está já há dois meses no processo de avaliação encontre um emprego, acho que ela possa, sim, continuar recebendo por quatro meses subsequentes.

A proposta de emenda da Senadora Lúcia por mais que a meu ver – e ao ver da própria Assessoria Legislativa – seja desnecessária, clareia, responde, talvez, à única indagação do Senador Humberto que, de alguma forma, poderia ser avaliada por nós, que é deixar muito claro, explicitado, incluindo ali o termo “havendo nova revisão no final desse período adicional”. A meu ver, o texto da Senadora Lúcia é absolutamente claro e suficiente. Estamos vendo, aqui, uma disputa política.

Espero, Sr. Presidente, espero sinceramente, que nós possamos trazer essa questão para o nível de responsabilidade com que deve ser tratada. Esse programa inicia-se lá atrás, no Governo do Presidente Fernando Henrique, é ampliado no Governo do Presidente Lula, ganha capilaridade, é unificado. Não tenho a menor dificuldade de reconhecer isso, mas não se pode impedir novos avanços, impedir aprimoramentos, impedir

que ele possa ter o acompanhamento que precisa ter do Governo Federal em benefício da sociedade para que desperdícios como esse, de R\$12 bilhões, não ocorram.

É preciso que saibamos, com clareza, qual foi a melhora do desempenho escolar das famílias beneficiárias do Bolsa Família. Não se tem isso. O Governo abandonou as condicionalidades, o controle das condicionalidades, para se preocupar única e exclusivamente em promover esse programa como patrimônio pessoal. Ele não o é. Ele é importante, é definitivo, ele continuará, no futuro Governo do PSDB – que espero Senador Cícero, não demore muito a chegar –, e será mais bem acompanhado. Não permitiremos que continue a haver esse desperdício irresponsável que vem havendo, nos últimos anos, pela falta de controle. Manter o programa do Bolsa Família como um programa de governo, ou de um governo, ou de um partido é muito perverso, é extremamente perverso para boa parte das famílias brasileiras que dele precisam.

Como eu disse aqui, e encerro, Sr. Presidente, na minha última intervenção, todos concordamos com a importância do programa Bolsa Família, mas a grande diferença é que, para nós, do PSDB, ele é apenas o ponto de partida, como assistimos aqui, e para grande parte dos líderes do PT é o ponto de chegada e, mais do que um benefício, é uma peça de propaganda eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Inscrito o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPlicy (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Presidente, Senador Waldemir Moka, acho que é importante, nesta oportunidade, fazer jus, sim, a todos aqueles que colaboraram para os programas de transferência de renda na história brasileira. Quero fazer justiça à Senadora Lúcia Vânia, a todos aqueles que, no governo Fernando Henrique Cardoso, colaboraram, mas é importante que nós, então, Senador Aécio Neves, venhamos a dar aqui o crédito necessário a todos aqueles pensadores que, ao longo da história, colaboraram para que chegássemos ao que é a garantia de uma renda através do programa Bolsa Família, que, hoje, se relaciona às oportunidades de educação e de saúde, mas também que possamos ver quais as perspectivas futuras.

Quero agradecer, Senador Aécio Neves, mais uma vez, a V. Exª e a todos os Senadores, aos 81 de todos os partidos, inclusive os candidatos à Presidência, Randolfe Rodrigues, V. Exª e todos, que assinaram a carta que encaminhei em mãos à Presidenta Dilma Rousseff, para que ela institua um grupo de trabalho que venha a estudar as etapas para colocar em prática o que está previsto na Lei nº 10.835, de 2004, sancionada um dia antes da Lei nº 10.836, que foi de 9 de janeiro de 2003, e que instituirá por etapas a renda básica de cidadania.

Mas permita, Senador Aécio Neves, que nesta oportunidade, eu recorde um pouco alguns dos precursores. Não vou falar desde o início da história da humanidade com Confúcio, Aristóteles, o que está na Bíblia Sagrada, no Alcorão, nos seus seguidores, no budismo, nem aqui, hoje, falarei de Thomas More, Thomas Paine, economistas no mais largo espectro, filósofos como Bertrand Russel, James Tobin, Paul Samuelson e John Kenneth Galbraith, Milton Friedman, Friedrich von Hayek, Oskar Lange, Abba Lerner, Joan Robinson, John Maynard Keynes, todos propuseram garantia de renda à população em seus respectivos países.

Mas, em nosso País, podemos citar Celso Furtado, Milton Santos, Caio Prado Júnior e Josué de Castro, em especial, que era Deputado Federal, Senadora Lúcia Vânia, V. Exª poderá encontrar no discurso que fez em março de 1956, ao tempo do Presidente Juscelino Kubitschek, sobre desníveis de renda, quando ele diz que “eu defendo o direito de todas as pessoas terem o mínimo para a sua sobrevivência como o direito de serem brasileiros.” Ali estava com clareza a defesa da garantia de uma renda para todos.

Em 1975, Antônio Maria da Silveira foi o primeiro economista no meio acadêmico, na *Revista Brasileira de Economia*, a propor a garantia de uma renda mínima através de um imposto de renda negativo.

Em 1978, Edmar Lisboa Bacha e Roberto Mangabeira Unger, em *Participação Salário e Voto: um projeto para o Brasil*, ambos colocaram, com muita clareza, as principais medidas sociais para realizar justiça no Brasil, e a reforma agrária e um programa de garantia de renda mínima, através de um imposto de renda negativo, eram as suas principais propostas.

Nos anos 80, junto à direção nacional do Partido dos Trabalhadores, Paul Singer e eu muito conclamamos a direção a colocar no programa que houvesse a garantia de uma renda mínima. Mas foi em 1990, quando eleito Senador, que eu, então, convidei Antônio Maria da Silveira para colocar um projeto de garantia de renda mínima, que apresentei em abril de 1991. Foi designado relator o Senador Maurício Corrêa, então líder do PDT, depois presidente do Supremo Tribunal Federal, que, ao examinar a proposta, disse que ela seria instituída por oito anos. Estávamos em dezembro de 1991, o Senador Mauro Benevides, presidente do Senado, reuniu os líderes na presidência do Senado e, ali, cada líder apresentou os projetos que deveriam ser colocados em pauta na última semana de trabalhos, que seria em 16 de dezembro, e cada um foi apresentando. Lembro-me de que se prorrogou a Zona Franca de Manaus. Ouvimos o Prof. Roberto Macedo, que era secretário do Ministro da Fazenda, expor novas medidas de incentivo às exportações. Falamos de outros projetos. Foi, então, que precisei dar um tapa na mesa e perguntei: quando é que vamos, no Senado Federal, examinar um projeto

que vai, efetivamente, erradicar a pobreza? Todos concordaram. Marco Maciel era o líder do Governo Fernando Collor de Mello.

E assim, foi colocado em pauta no dia 16 de dezembro de 1991, por quatro horas e meia de debate. Era líder do PSDB em exercício o Senador Fernando Henrique Cardoso. Depois dele ouvir um belo discurso do Senador José Paulo Bisol, dizendo que o Programa de Garantia de Renda Mínima, através de um imposto de renda negativo, ia efetivamente colocar em prática o que estava no art. 3º da Constituição, eis que todos foram gradualmente se dizendo a favor, inclusive o presidente Fernando Henrique Cardoso que, em memorável discurso, disse que o PSDB, mais do que um crédito em dinheiro, considerava a proposta uma utopia realista, com os pés no chão. Por isso o PSDB votou a favor – está nos discursos de Fernando Henrique Cardoso.

Aprovado aquele primeiro Projeto de Garantia de Renda Mínima, eis que foi para a Câmara dos Deputados e o Deputado Germano Rigotto, do PMDB, deu um parecer altamente entusiasta e favorável em muitos debates. Acontece que, em agosto de 1991, na reunião em que o então coordenador do governo paralelo do presidente Lula, Walter Barelli, reúne cerca de 50 economistas na capital mineira, em Belo Horizonte. Ali, depois que eu expliquei a proposta, José Márcio Camargo, professor da PUC do Rio de Janeiro, observa – e é importante esse detalhe, Senador Aécio Neves, se quisermos pensar na origem, a Senadora Lúcia Vânia conhece –: “É muito bom a garantia de uma renda, mas devemos começar pelas famílias carentes, que instam as suas crianças, desde os 7, 8, 9, 10 anos de idade, a trabalharem precocemente. Se provermos a garantia de uma renda às famílias carentes, estaremos colaborando para cortar o círculo vicioso da pobreza.”

Ele escreveu um artigo na *Folha de S.Paulo*, em dezembro de 1991, sobre isso e outro em 1993. Aqui, em Brasília, e é preciso dar o crédito, Cristovam Buarque, então reitor da Universidade de Brasília, professor que em 1994 foi candidato ao governo do Distrito Federal, transmite a mim: “Eduardo, eu quero muito apresentar, como meu programa de governo para governador a garantia de uma renda. Venha participar dos comícios comigo.” Ele assim o fez. Quando começou janeiro de 1995, eleito governador, no Paranoá ele inicia aquilo que ele denominou programa de renda mínima associado à educação ou Bolsa Escola. Ao mesmo tempo, no final de 1994, José Roberto Magalhães Teixeira, prefeito de Campinas, do PSDB, que havia lido os artigos de José Márcio Camargo e elaborado a proposta, me chamou para, em Campinas, conversar com César Nunes, vereador do PT que, em primeira votação, tinha votado contrariamente ao projeto, porque não havia aceito as propostas para colocar conforme a lei do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Tivemos uma longa reunião na sua casa e José Roberto Magalhães Teixeira disse: “Olha, César Nunes, esse é projeto do próprio Senador Suplicy, do PT.” Chegamos ao entendimento, logo no início de 1995, ele iniciou, foi aprovado, inclusive com voto em segunda votação do vereador do PT. Portanto, podemos considerar – e assim considero no meu livro – as iniciativas de Cristovam Buarque, no Distrito Federal, então do PT, e de José Roberto Magalhães Teixeira, aqui em Campinas, como passos pioneiros. Aí, Antonio Palocci, em Ribeirão Preto; Patrus Ananias, em Belo Horizonte; nosso prefeito de Belém, Mundo Novo e tantos outros Municípios que iniciaram. Aqui no Congresso Nacional surgiram seis projetos: de Nelson Marchezan; Chico Vigilante; nosso Deputado Federal de Goiás, que foi prefeito de Goiânia, todos apresentaram projetos na Câmara e aqui Renan Calheiros, José Roberto Arruda e Ney Suassuna apresentaram projetos pelo qual o Governo da União financiaria os Municípios que adotassem programa de renda mínima associados à educação.

Em 1996, vem ao Brasil o fundador da renda básica de cidadania na Europa, Philippe Van Parijs, convidado para debater e apresentar a renda básica incondicional na Universidade de São Paulo, na Universidade do Rio de Janeiro. Eis que, então, o levo para uma audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que reúne Paulo Renato Souza, Nelson Marchezan, que queria muito que fosse aprovado. E Philippe Van Parijs diz ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que o objetivo maior é chegarmos um dia à renda básica incondicional, mas iniciarmos o programa da renda mínima associado à educação é um bom passo.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, que por 50 minutos ouviu Philippe Van Parijs, considerou, então, positivo e deu sinal verde para que o Congresso Nacional, apensando os outros cinco outros projetos que citei ao de Nelson Marchezan voltassem. E aqui, todos partidos, eu do PT, aprovássemos o projeto de Nelson Marchezan, Lei nº 9.533, que iniciava o programa de renda mínima, associado à oportunidade de educação, que também veio se chamar Bolsa Escola. Na primeira etapa, financiaria 50% os Municípios, os primeiros 20% de menor renda *per capita*, até que no quinto ano todos os Municípios passariam a ter.

Mas, no governo de Fernando Henrique Cardoso, Senadora Lúcia Vânia lembra muito bem, em 2001, por medida provisória, Fernando Henrique então estabelece que o Governo Federal financiará em 100% todos os Municípios que adotassem o programa de renda mínima associada à educação. E porque havia falecido José Roberto Magalhães Teixeira, essa lei ganhou o nome do prefeito Grama por ser ele um dos pioneiros ao lado de Cristovam Buarque.

Senador Aécio Neves vai se lembrar bem que Paulo Renato Souza era um potencial candidato à Presidente e também havia um outro no Ministério da Saúde. Avaliou-se, então, que seria bom começar o programa Bolsa Alimentação de responsabilidade do Ministro da Saúde, potencial candidato à Presidência também. Essas coisas acontecem.

E, então, iniciou-se o programa Bolsa Alimentação, pelo qual o mesmo benefício de R\$15,00, R\$30,00 e R\$45,00, que era o que se pagava à época, para uma, duas, três ou mais crianças, seria iniciado para aquelas famílias que tivessem criança até 6 anos de idade e também fossem vacinadas. E então teve o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Auxílio Gás e, em fevereiro e março, eu acompanhei quando foi lançado o Cartão Alimentação de R\$50,00. Eu próprio argumentara que era melhor não ser só para comprar alimentos, mas que fosse para fazer tudo.

Eu apenas quis sintetizar um pouco para dizer que o mérito é de todos, é da humanidade. Não é só do PSDB, do PT... É de todos nós. E eu quero agradecer, eu até quero lhes dar a informação, de que, amanhã às 11h, terei uma reunião com o Ministro Aloízio Mercadante para justamente conversar sobre a proposta que eu formulei à Presidenta Dilma, e ainda estou aguardando a resposta, segunda a qual vai se estabelecer as etapas para um dia chegarmos à renda básica incondicional, para o Senador Aécio Neves, para a Senadora Lúcia Vânia, para mim, para a Xuxa, para o Pelé, para a Presidenta Dilma e o Presidente Aécio Neves, se acontecer de ele ser. A ninguém será negado. Quando vai acontecer? Quem sabe em 2016 o Presidente ou a Presidente vai anunciar ao Brasil.

Assim nós eliminamos totalmente toda a burocracia envolvida e, do ponto de vista da dignidade e da liberdade do ser humano, aquela pessoa que por falta de alternativa não tem outro meio, senão às vezes de vender o seu corpo, de se tornar um aviãozinho da quadrilha de narcotraficantes, com a renda básica, para si e para todos na sua família, ela vai poder ganhar a liberdade e dizer não e não aceitar essa única alternativa que fere a minha dignidade e coloca a vida e saúde em risco.

Agora tem a renda básica que pode me...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Se V. Ex^a puder esperar. Daí eu termino...

Vou terminar...Terminei.

Podem ficar tranquilos...

Logo, logo teremos no Brasil a instituição da renda básica de cidadania. E é isso que eu gostaria de transmitir a todos, mas aqui fazer um relato de como não há dono, senão toda a humanidade, na proposta de uma renda como um direito à cidadania para todos os brasileiros e brasileiras e todos no planeta Terra.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou ouvi-los.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu queria só agradecer ao Senador Supply pela objetividade dele aí nessa pequena retrospectiva que ele fez agora para nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSB – SE) – Sr. Presidente, eu acho que, desculpem os colegas, eu acho que todo mundo tem o direito de se expressar. O debate é salutar, a discussão é salutar, mas acho que também deve haver um tempo, um limite para cada colega. Alguns são mais concisos, outros não, mas sugiro que assim se faça, porque eu só tenho... Eu particularmente só tenho uma dúvida, se a Senadora Lúcia Vânia vai ou não tirar e acrescentar um novo relatório. Se não, vamos ao voto, como disse o Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Eduardo Amorim, é claro que, para quem está fazendo parte... As pessoas fizeram uma inscrição. Eu consultei a Senadora Lúcia Vânia. Ela disse que ouviria primeiro as pessoas, todas as pessoas, e depois ela decidiria.

Sim, tudo bem, mas eu não posso é patrulhar ou cassar a palavra de Senador e não o farei.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Rollemberg. Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agora eu quero alertar aos colegas porque realmente a gente precisa limitar essa questão do tempo, embora eu não tenha mais como fazer porque nós extrapolamos e eu usei o primeiro critério de que eu deixaria o Senador falar. Então, eu também não posso usar critérios diferentes.

Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, eu quero, em primeiro lugar, tranquilizar V. Exª e os demais Senadores desta Comissão de que serei muito breve. Usarei um pouco menos de tempo do que o Senador Suplicy.

Eu quero, inicialmente, cumprimentar o autor da proposta, Senador Aécio Neves, e também o Senador Humberto Costa, autor do voto em separado. E quero registrar que entendo que, na história recente do Brasil, nós temos três ações, três fatos políticos de extrema relevância e que se tornaram patrimônio da população brasileira. O primeiro deles foi a Constituição de 1988, que foi convocada graças à mobilização das forças políticas de oposição, com grande apoio popular. Graças à Constituição de 1988, nós vivemos o maior período de democracia da história brasileira.

Hoje, nenhum partido, nem mesmo aqueles partidos que na origem participaram, vieram da Arena, e que davam sustentação à ditadura, nenhum desses partidos admite a volta da ditadura, porque a democracia passou a ser um bem inegociável da população brasileira, algo como uma cláusula pétrea da população brasileira. Nós temos que reconhecer e entendemos que isto faz parte da honestidade política: reconhecer os feitos positivos, venham de onde vierem.

Eu gostaria de registrar como segundo evento positivo desse período histórico a estabilidade econômica e aqui fazer uma homenagem ao ex-Presidente Itamar Franco e ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que foram os líderes da implementação da estabilidade econômica no Brasil.

Hoje, mesmo aqueles que à época eram contra algumas medidas que propiciaram estabilidade econômica reconhecem que isso virou um patrimônio da população brasileira. Ninguém hoje defende abertamente a volta da inflação ou a retomada daqueles pressupostos que levavam o País a uma instabilidade econômica em que tínhamos índices de inflação estratosféricos corroendo o salário do trabalhador brasileiro. O fato é que isso virou um patrimônio da Nação, e ninguém quer abrir mão desse patrimônio.

A mesma questão, nós temos que reconhecer a liderança do Presidente Lula, que foi capaz de, aproveitando experiências localizadas bem-sucedidas, seja ainda do governo federal passado, seja do prefeito do Campinas, seja a experiência bastante exitosa do Senador Cristovam Buarque quando governador do Distrito Federal, que criou o Bolsa Escola e aliava o instrumento do benefício ao comparecimento à escola, temos que reconhecer que, sob a liderança do Presidente Lula, o Brasil viveu um grande movimento de inclusão social, e o Bolsa Família teve um papel muito importante. A ampliação do Bolsa Família, a transformação do Bolsa Família numa política pública ampla contribuiu para esse movimento de inclusão social. E esse movimento ninguém mais questiona.

Portanto, a iniciativa do Senador Aécio Neves de tornar isso política de Estado ao transformar isso em lei, dando segurança a todos aqueles que recebem o benefício e evitando que essas pessoas sejam objeto de manipulação política, eu entendo como algo positivo.

E quero dizer que é importante que esse projeto não é terminativo nesta Comissão. Ele ainda vai passar pela Comissão de Direitos Humanos. É importante que esse debate seja ampliado. Ele vai para o Plenário. Portanto, eu considero um equívoco para uma Casa como o Senado Federal, que tem obrigação de promover e aprofundar o debate, querer tolher esse debate.

Portanto, eu quero aqui, homenageando o Senador Eduardo Suplicy, que transformou a questão da renda básica de cidadania no objetivo da sua vida, uma luta que o anima e que o faz ser respeitado não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, neste sentido, Senador Suplicy, eu quero aqui, comungando com as suas preocupações – eu tive o privilégio, outro dia, de ouvir um relato minucioso de V. Exª sobre o histórico da renda básica –, me associando às suas preocupações, votar favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner.

Eu quero anunciar que estão inscritos, depois do Senador Casildo Maldaner: a Senadora Vanessa Graziotin, o Senador Humberto Costa e encerra as inscrições a Senadora Lúcia Vânia.

Então, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Serei breve, Sr. Presidente, rápido mesmo.

Nós discutimos essa matéria há pouco dias aqui na Comissão. Houve um pedido de vista e o eminente Senador Humberto Costa está devolvendo a matéria hoje, com uma justificativa.

Eu já expressei aqui uma posição, nos últimos dias, em relação a essa matéria. Quero ser bem sincero.

Após a exposição do eminente Senador Eduardo Suplicy, que respeito bastante, que busca, inclusive no Alcorão, na Bíblia, na pré-história, trazer os que já defendiam a renda mínima, ou pelo menos alguma coisa nesse sentido, no mundo... Aliás, o Senador Eduardo Suplicy é um verdadeiro peregrino, não só no Brasil, pelo mundo, em defesa de uma renda mínima.

Até em homenagem ao Senador, que é um grande amigo nosso, amigo dos catarinenses, para que isso se consolide, para que se torne uma política de Estado, para que se torne alguma coisa perene para os que

precisam, os que necessitam, eu não vejo por que não concordarmos com essa proposta, com esse projeto, que culmina com o Projeto de Lei nº 458, de 2013.

É um projeto que consolida, vem oferecer tranquilidade a este ou àquele governo, a nós todos. E a homenagem ao nosso eterno peregrino Eduardo Suplicy e a todos que lutaram, que fizeram história nesse caminho. Então eu gostaria de expor este meu voto de antemão nessa direção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Senador Casildo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Eu quero só fazer uma proposta para objetivarmos: vamos para o voto. Aqui tem quórum suficiente. Vamos votar a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Minutos atrás, eu pedi para votar, e não aceitaram. Agora estão pedindo para votar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Não, eu acho que seria mais democrático.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por favor, por favor.

Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Quero dizer que faço esta intervenção muito breve, Sr. Presidente e Senador Jayme Campos, em homenagem ao Senador Paim. Ele fez a sugestão minutos atrás, e em resposta ele recebeu muitas risadas aqui do plenário, como se estivéssemos fugindo do debate.

Eu não ia nem falar, eu não ia nem falar, Senador, Jayme, mas me animei muito com a aula do Senador Suplicy, esse pequeno resumo que ele fez aqui, para todos nós, do seu livro, dos seus estudos, da dedicação da sua vida. Como disse o Senador Rollemberg, é a luta pela transferência de renda e o combate à fome e à miséria no País.

Eu quero falar aqui, Senador Suplicy, o que acabo de dizer a V. Exª. Quem prestou atenção ao seu pronunciamento, quem já leu o livro do Senador, percebe que ele inicia a sua exposição a partir da experiência do governo do Distrito Federal, sem falar do Alcorão, dos tempos passados, Senador Maldaner.

Entretanto, eu quero fazer esta observação, e fico muito à vontade, de que, ainda no ano de 1987, o então governador do Amazonas, a quem eu fiz oposição durante a minha vida inteira, estabeleceu lá – e talvez porque seja lá no norte do País, distante dos olhos de uma parcela importante da população e de dirigentes deste País – um cartão tal qual o Bolsa Família, denominado de combate à fome, um programa que passei a minha vida inteira criticando. E depois tive a humildade de fazer uma autocrítica.

Sei que o que mais importa, do que mais necessita a população são mecanismos que a levem a prover o seu sustento e o de sua família, entretanto nós não podemos fugir da realidade da miséria, que ainda, infelizmente, assola uma parcela importante do povo brasileiro.

Pedi para me inscrever também, Senador Moka, porque acho que este debate tem que transcender a questão política. Tem que transcender.

Eu li, Senador Humberto, com muita atenção, o voto em separado de V. Exª – com muita atenção. E V. Exª, como fez a Senadora Ana Rita... A Senadora Lúcia Vânia está ouvindo com muita atenção e vai dizer da sua decisão de retirar ou não o projeto, mas são preocupações procedentes, Senadora.

Eu, neste momento, voto contra o projeto porque concordo integralmente com a análise apresentada pelo Senador Humberto Costa no seu voto em separado. Em determinados momentos, este projeto, que visa, aparentemente, transformar numa política de Estado, propõe medidas e pode estabelecer... Essa, sim, é uma situação de confusão e de retrocesso ao permitir, Senadora Lúcia Vânia, a prorrogação por seis meses sem o estabelecimento de critério e sem dizer, exatamente, a partir de quando será essa prorrogação. Hoje, já está no regulamento. É possível ser prorrogado sim, mas mediante critério também de faixa de renda. Então, por questões técnicas, sobretudo, Senador Humberto Costa, eu fico com V. Exª, até deixando o político de lado – deixando o político de lado. O programa está bem regulamentado hoje – por decreto ou por lei, eu não vejo essa como uma questão central – e, sem dúvida nenhuma, é um dos programas reconhecidos internacionalmente, vide o prêmio recebido no âmbito das Nações Unidas recentemente.

Era isso. Obrigada, Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Permita-me apenas dizer que V. Exª lembra bem o Amazonino Mendes, que deve também ser considerado um dos pioneiros.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por favor, Senador Eduardo Suplicy. Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de mais nada, é importante que cada um que está aqui saiba o que está sendo votado. Aqui se está falando de LOAS. Este aqui não tem nada a ver com a LOAS. O projeto do Senador Aécio Neves que trata da vinculação

do Bolsa Família à LOAS já foi discutido aqui e foi encaminhado ao plenário para definição se ele passará por outras comissões além desta. Então, isto não está em discussão: incluir o Bolsa Família na LOAS.

Segundo, ninguém está usando como argumento aqui para o debate a questão do seguro-desemprego. O seguro-desemprego existe; as pessoas que são contratadas e saem têm direito à recepção do seguro-desemprego.

Nós estamos tratando aqui de duas coisas: a elegibilidade das famílias para receberem o Bolsa Família. Ou seja, quem e em quanto tempo vai ser avaliado se continua com a renda baixa suficiente que justifique a continuidade da sua participação no programa. Essa é a primeira discussão. A segunda discussão é sobre o período de concessão do Bolsa Família.

E a primeira questão que eu deveria colocar é a seguinte: qualquer política de Estado precisa ter, antes de mais nada, previsibilidade. Se há uma política que tem previsibilidade é o Programa Bolsa Família. Ele já é política de Estado. Estão falando aqui em transformá-lo em política de Estado. Ele já tem uma lei específica que o regulamenta. Agora, não é só a lei que o regulamenta. São outros normativos, são decretos, são portarias. E o instrumento utilizado é de acordo com a necessidade maior ou menor de flexibilidade. Ou seja, colocar na lei que a avaliação da elegibilidade será feita a cada dois anos é engessar o programa. Ora, quem estiver no poder pode achar, em determinado momento, que está surgindo um número grande de fraudes, que a fiscalização piorou. Então, em vez de fazer a cada dois anos, vamos fazer a cada ano ou a cada seis meses, sem precisar mandar para o Congresso Nacional um projeto de lei. Isso é uma ação eminentemente administrativa do Executivo e já existe. Está previsto no decreto de regulamentação da lei que criou o Bolsa Família que a avaliação da elegibilidade acontece a cada dois anos. Está lá. Não há nenhuma novidade. Nós estamos discutindo aqui o que já está regulamentado.

A outra questão importante é discutirmos a questão da concessão, o período da concessão. Veja: hoje, quando se concede o Bolsa Família, aquela família terá dois anos para novamente ser avaliada para saber se permanece em condições de continuar recebendo o Bolsa Família. Nesse período de dois anos a renda pode subir, pode descer, que ela está protegida por esse período dos dois anos. Aqui está dito: “Pode-se chegar até uma renda *per capita* de meio salário mínimo e as pessoas continuam recebendo o Bolsa Família”.

Há outro detalhe. Quando a família resolve abdicar do Bolsa Família porque conseguiu uma determinada renda... E não são poucas: mais de um milhão de famílias já pegou seu cartãozinho e o entregou lá dizendo que não precisava mais do Bolsa Família. Agora, suponha que ela tenha feito isso e, dali a seis ou oito meses, o chefe da família perca o emprego, o filho mais velho perca o emprego: ela pode voltar de imediato para o Bolsa Família.

Então, nós estamos discutindo coisas que já existem. Este é o debate político que está sendo colocado aqui, estão tentando desqualificar um programa que tem reconhecimento internacional. Aí se fala: “Não, esse Governo é responsável porque não tem capilaridade”. Eu acho que, mais do que o Bolsa Família, só o Sistema Único de Saúde pode ter mais capilaridade. Quem é que faz o cadastramento? É a prefeitura. A Caixa Econômica valida o cadastramento, mas todas as prefeituras do Brasil estão envolvidas na construção do Bolsa Família no Município e na fiscalização do Bolsa Família.

Foi dito aqui: esse programa não tem fiscalização. Não há, na República brasileira, nenhum programa que tenha sido – e seja – mais fiscalizado do que o Bolsa Família: o conselho municipal fiscaliza, a prefeitura fiscaliza, a Controladoria-Geral da União fiscaliza, o Tribunal de Contas da União fiscaliza, o Ministério Público fiscaliza, a Caixa Econômica fiscaliza, o Ministério do Desenvolvimento Social fiscaliza. Quem mais? E o Governo aceita que outros que queiram fiscalizar fiscalizem, porque não há nada a esconder, porque esse é um programa absolutamente republicano, diferentemente do que acontecia muitos anos atrás, quando, para ter atendimento de saúde, tinha que ser do lado do prefeito, tinha que ser favorável ao governo. Isso acabou.

Outro argumento que foi levantado aqui... Só estou falando isso, Presidente, porque foi dito que estavam fazendo um debate político. Eu estou mostrando que se estava realmente fazendo um debate político, mas um debate político sem base na realidade.

Falou-se aqui da condicionalidade: “Não, não, ninguém sabe o que acontece com essas crianças”. O Ministério do Desenvolvimento Social publica permanentemente o processo de acompanhamento. Este aqui, por exemplo, trata de outubro e novembro de 2013, do acompanhamento da frequência escolar. Por exemplo, entre outubro e novembro de 2013, o acompanhamento correspondeu a 92,2%. Ou seja, nós estamos sabendo, em 92,2% dos casos, se essas crianças estão indo ou não para a escola.

E quando vamos ver os resultados, constatamos que as crianças vinculadas ao Bolsa Família têm menor evasão escolar, melhor rendimento em termos de aprendizagem. Não somos nós que estamos dizendo não: está aqui o Ipea, não é o Governo simplesmente que está dizendo – além de outras avaliações que foram feitas.

Crianças do Bolsa Escola têm mais vacinação em dia do que as que não fazem parte do programa; entre as crianças do Bolsa Escola houve, ao longo do período, uma redução da mortalidade infantil...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoridade/PSDB – MG) – Obrigado pelo Bolsa Escola, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Refiro-me ao Bolsa Família.

Entre as crianças do Bolsa Escola há uma maior redução de mortalidade infantil e de desnutrição em relação às crianças que não fazem parte do Bolsa Família.

Portanto, nós estamos falando aqui de um programa que pode ser aperfeiçoado – não há nada no mundo que não possa ser objeto de aperfeiçoamento. Agora, que seja, de fato, um aperfeiçoamento, que traga qualquer coisa de novo.

Aqui foi falado: “Não, esse programa não tem porta de saída”. Tem sim, está aí o Pronatec: 900 mil vagas para a qualificação profissional técnica de jovens que estão indo para o emprego, mão de obra qualificada. Diz-se que não há porta de saída. Há os créditos especiais para o empreendedorismo, especialmente dirigido para as mulheres. Quem é do Bolsa família tem prioridade para ganhar a casa no Minha Casa, Minha Vida.

Então, gente, vamos criticar, é bom, é justo, oposição é uma coisa absolutamente necessária, mas vamos fazer isso com fundamentação.

Por último: aqui foi falado de R\$12 bilhões de recursos do Bolsa Família que não foram sacados. Como se esse dinheiro, não sendo sacado, tivesse sido roubado, desviado por alguém para outra coisa. Não. Quando não há esse saque, o recurso volta para a União. Além do mais, o que é que faz com que uma pessoa ou uma família deixe de sacar a Bolsa durante três meses? Muito provavelmente ela alcançou uma renda maior, muito provavelmente alguém da família arrumou um emprego.

Então, gente, só para concluir aqui, porque eu não quero mais cansar a paciência dos nossos Senadores e Senadoras. O Bolsa Família precisa ser aperfeiçoado, mas essa proposta, por mais bem intencionada que ela seja – e eu acho que ela é bem intencionada –, por mais que ela esteja preocupada com um aspecto fundamental, que é a volatilidade do emprego no Brasil – e ela está preocupada com isso –, não agrega nada ao programa. O Bolsa Família já tem um amplo processo de regulamentação e tem dado certo no Brasil.

Por isso, eu peço a todos os Senadores e Senadoras que votemos contra esse projeto.

Obrigado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoridade/PSDB – MG) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador, por favor...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoridade/PSDB – MG) – Então, artigo 14, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a palavra como autor do projeto. Fui citado...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Não, não, não, Senador: Senadora Lúcia Vânia e eu vou encerrar.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoridade/PSDB – MG) – Artigo 14, Sr. Presidente, serei bastante breve. Serei bastante breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vou pedir a V. Exª que entenda a minha posição...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoridade/PSDB – MG) – Eu queria fazer uma correção...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoridade/PSDB – MG) – Senador Moka, V. Exª não está cumprindo o Regimento. Eu fui citado pelo Senador Humberto Costa e gostaria de ter um minuto, Sr. Presidente. Isso não vai atrasar o debate, o assunto é extremamente grave.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Lúcia Vânia.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Minoridade/PSDB – MG) – Lamento, Sr. Presidente, a falta de gentileza de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Por favor, Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero aqui evidenciar que, sinceramente, não consigo entender a argumentação do Senador Humberto Costa. Eu não consigo entender a emoção com que ele trata desse tema, uma vez que esse projeto é um projeto extremamente simples e visa exclusivamente proteger o beneficiário do Bolsa Família. É um projeto que visa melhorar, que visa clarear a situação daqueles que são usuários. Não existe aqui outra intenção que não seja esta de deixar claro; eu propus ao Senador, uma vez que, no voto em separado, ele cita o § 19 como dúvida, a clarear isso para afastar qualquer dúvida em relação ao projeto.

Agora, o que o argumento do Senador esconde não é dito aqui. Na verdade, a Portaria nº 617, de 11 de agosto de 2010, prevê o desligamento da família que, durante o período de dois anos, tenha uma elevação de renda de R\$362,00. Isso aí estimula a informalidade, isso aí faz com que a pessoa tenha medo de se desligar do programa.

É preciso que o Senador entenda que não há aqui nenhum intuito político. Há, apenas, a preocupação com o beneficiário.

Quando a Senadora Ana Rita diz que, na verdade, muda o prazo de dois anos, não é verdade. A portaria permanece como está. Muda é a limitação do valor a que me referi agora. Em vez de ele ter esse valor, ele tem seis meses de segurança para saber se ele vai ser estável no trabalho ou não. Não muda, o que muda é não deixar o usuário do Bolsa Família, o beneficiário ir para a informalidade, ir para um emprego, um subemprego.

Então, o objetivo é o mais nobre possível.

Portanto, Senador, ouvindo todas as argumentações, ponderando com os meus pares da necessidade da aprovação desse projeto, no sentido de melhorar, de dar segurança a 13 milhões de famílias, eu peço a V. Ex^a que retire de pauta este projeto, e eu vou incorporar no projeto a emenda que aqui apresentei e não pude incorporá-la, uma vez que há o Voto em Separado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Está concedida a retirada do presente projeto.

Na sequência, à página 46, e eu dizer que nós, hoje, não evoluímos, fizemos só a discussão do item nº 1 e do item nº 2.

Eu gostaria de terminar a nossa pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, de 2013

– Não terminativo –

Dispõe sobre a jornada de trabalho do cirurgião dentista da Administração Pública Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais.

Autoria: Gim

Relatoria: Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2013, e da Emenda que apresenta.

Observações:

– *A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em Decisão Terminativa.*

– *Votação simbólica.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, eu fiz a relatoria dessa matéria e eu acho que uma matéria muito feliz, a iniciativa do Senador Gim, e até porque essa matéria procura corrigir uma distorção que acontece na carga horária dos Odontologistas de instituições federais e fundações.

O médico e outros profissionais de saúde, tanto na esfera de Estado e Municípios, eles têm um vínculo de 20 e 40 horas, o que não acontece com os dentistas, os cirurgiões dentistas da Administração Pública Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. E essa matéria visa corrigir esta distorção.

Portanto, Sr. Presidente, eu passo, feitas as explicações, eu passo direto para a análise.

Cabe a esta Comissão opinar sobre relações de trabalho do Regimento Interno do Senado Federal, devendo, portanto, em razão da matéria, opinar sobre o projeto.

Compartilhamos as preocupações do autor do PLS e consideramos justo o pleito dos cirurgiões dentistas pela equiparação da jornada de trabalho.

Com efeito, trata-se de profissionais com atribuições, formação e responsabilidades assemelhadas às dos médicos. Não se justifica, pois, a diferença nas jornadas.

O Relator que nos procedeu, concluiu pela inconstitucionalidade do PLS em debate, pugnando, assim, pela sua rejeição.

Ocorre que este não é o fórum adequado para discutir a constitucionalidade da proposição, quanto mais considerando que ela ainda será examinada pela CCJ.

Não nos parece correto antecipar um juízo que, por expressa determinação regimental, cabe àquela Comissão fazer.

O exame deste colegiado deve se restringir aos aspectos de mérito relacionados a sua competência temática. E, nesse particular, não há como negar que as disposições do projeto são meritórias e devem converter-se em lei.

Um único reparo fazemos ao texto do PLS. Segundo o § 2º de seu art. 1º, os ocupantes dos cargos efetivos de cirurgião dentista poderão, mediante opção funcional, exercer suas atividades em jornada de oito horas diárias, observada a disponibilidade orçamentária e financeira. O comando explicita, contudo, que, nesse caso, os servidores receberão o dobro da remuneração fixada para quem cumprir a jornada de quatro horas diárias.

Até mesmo para evitar interpretações errôneas da nova lei, consideramos salutar deixar claro que, nessa hipótese, a remuneração percebida corresponderá ao dobro da fixada para a jornada de quatro horas, o que é absolutamente justo e lógico. Não há como ser diferente.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2013, nos termos do art. 133, I, do Regimento Interno do Senado Federal, com a seguinte emenda...

Segue a emenda que já foi explicitada por mim.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir encerro a discussão. *(Pausa.)*

Em votação o relatório do Senador Paulo Davim.

As Sras Senadoras e os Srs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2013, com a Emenda nº 01, da Comissão de Assuntos Sociais.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão que lá será terminativa.

Quanto ao item 4, o Senador Humberto Costa pediu a retirada de pauta.

Do item 05, a Relatora é o da Senadora Ana Amélia, que já leu o relatório. Houve um pedido de vista.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para dispor sobre o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do estabelecimento de mecanismos de transparência e de prestação de contas do gestor e do agente operador do FGTS.

Autoria: Senador Paulo Bauer

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2012.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra a Senadora Ana Amélia, para considerações que julgar necessárias. Agora, quanto ao pedido de vista, alguém quer se manifestar sobre o pedido de vista? *(Pausa.)*

Concedo a palavra a Senadora Ana Amélia. Não temos quórum e o projeto é terminativo. Mas quero encerrar essa discussão, Senadora Ana Amélia, porque, em havendo quórum, eu só submeto à votação, que é nominal.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – É muito singelo, Senador. Até não entendo porque a objeção a este projeto, a não ser a manutenção...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Apenas uma observação. Com a chegada da Senadora Vanessa Grazziotin, temos quórum para votar.

Por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço, Sr. Presidente.

Apenas queria lembrar que esse projeto é muito simples, ele busca coerência com todas as iniciativas legislativas ou até populares no sentido de maior transparências nas ações do Poder Executivo, do Legislativo e do próprio Judiciário.

A Lei da Transparência foi muito clara. Por que temos tanto receio de abrir informações para quem tem direito a elas? O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço é composto pelo dinheiro dos trabalhadores, que pertence aos trabalhadores. Então, ter acesso à informação de onde está, de como está é um direito mínimo que o trabalhador tem. Essa proposta do Senador Paulo Bauer não implica, de forma alguma, gasto, alteração contábil, nada! Apenas pede transparência.

Então, penso que não há óbice, nenhum problema adicional. Não estamos discutindo fonte de receita, porque ele não implica despesa. Nenhuma despesa, tão somente transparência. Eu queria aproveitar para agradecer à Consultoria Legislativa do Senado, ao Fernando, que trabalhou intensamente quando tivemos a Subcomissão que tratou do FGTS.

O Senador Cyro Miranda trabalhou, a nossa Senadora Marta Suplicy também trabalhou, assim como o Senador Paulo Paim. Nós trabalhamos nesse processo. Fomos a Porto Alegre, o Senador Paim e eu. A Senadora Marta foi a São Paulo. O Senador Cyro foi à Goiânia, para debater com as centrais, e o que eles queriam era exatamente isso.

Foi acolhida uma questão relativa à composição do Fundo de Garantia, relacionada ao Conselho Curador. O que diz aqui?

A presidência do Conselho Curador, eleita bienalmente por maioria absoluta, será alternada entre as representações dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, e exercida pelo representante do Ministério do Trabalho e Emprego quando couber à representação do governo.

Está tudo muito claro; não está se alterando, apenas se quer informação.

Hoje, para obter uma informação sobre o voto dentro do Conselho do FGTS, não há acesso a isso. Para se obter é uma novela obter. E esse projeto simplesmente diz que o trabalhador terá direito de saber o voto que foi do Conselho Curador. Simples e cristalino. É apenas a explicação que eu queria dar. E o autor do projeto está aqui. Esse é o voto favorável ao projeto.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Como autor do projeto, quero inicialmente aplaudir e saudar a Senadora Ana Amélia pelo brilhante trabalho que realizou na relatoria do projeto.

Também, quero registrar, aos membros dessa Comissão que se manifestarão em seguida, votando a matéria, que o objetivo e o propósito que moveu a minha decisão de apresentar o projeto era exatamente este que a Senadora Ana Amélia mencionou: transparência, alternância no comando do conselho curador e definição com mais clareza de qual é órgão do governo que deve cuidar dos recursos e da sua aplicação.

Quando o Fundo de Garantia foi criado, ele foi criado muito mais com aspecto social, com aspecto de ajudar, de valorizar o trabalhador pela via da compensação de anos de trabalho que prestou a alguma empresa. Hoje, nós sabemos que o conceito do Fundo de Garantia não é mais um conceito social, já é um conceito de capital, de ele possuir um recurso do qual pode dispor para viver melhor, para construir sua casa, para ter, enfim, uma melhor aposentadoria.

Então, não é mais a característica social que nós queremos que o Fundo de Garantia tenha; ele deve ser considerado como um patrimônio do trabalhador e um patrimônio do País.

E a aplicação desses recursos em obras e financiamento de obras de caráter de infraestrutura, de importância muito grande para o Poder Público e para o País, como nós definimos, sem dúvida vai melhorar – e muito – a sua operacionalização e vai produzir mais resultados em benefício do País e do trabalhador. Por isso, manifesto aqui minha confiança na aprovação da matéria por esta Comissão

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Encerrada a discussão, em votação.

A votação é nominal; o projeto é terminativo.

Como vota o Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Eu acompanho a relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com a Relatora.

Como vota o Senador João Durval?

Vanessa Grazziotin?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM.) – Eu voto com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Casildo Maldaner?

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com a Relatora, elogiando o autor da proposta, Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senadora Ana Amélia é Relatora, voto conhecido, voto “sim”.

Senador Paulo Davim?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN. *Fora do microfone.*) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Com a Relatora.

Senadora Lúcia Vânia?

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda?

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Tendo em vista que torna transparente a proposta, uma vez que o conselho curador terá que prestar contas ao Congresso Nacional, elogiando muito o trabalho da Senadora Ana Amélia, que participou da Subcomissão e conhece bem esses assuntos, voto com a Relatora, parabenizando o autor também.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Uma explicação: o Senador Paulo Bauer não vota porque ele é o autor, mas ele conta, e foi importante porque nós asseguramos o quórum.

Senador Paulo Bauer, portanto, a nossa homenagem e os parabéns. Eu acho importante o projeto.

E como vota o Senador Armando Monteiro? (*Pausa.*)

Voto “sim”.

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2012. Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado Federal*.

Mais uma vez, parabenizamos o autor, Senador Paulo Bauer.

O último item da pauta, se nós garantirmos o quórum, é o item nº 7. O Senador Paulo Paim é o Relator.... Ah, desculpem-me, é o item nº 6.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, este projeto é o do Senador Valadares?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – A pedido do autor, Sr. Presidente, e do Relator, eu ia retirar o projeto de pauta para revisar, inclusive a pedido dele.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – V. Exª tem direito a qualquer momento, como Relator, de pedir a retirada de pauta.

Atendido.

Está retirado de pauta então o item nº 6, cujo Relator é o Senador Paulo Paim. É que o Senador Armando Monteiro tem um voto em separado.

(É o seguinte o item retirado:

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, de 2012

– Terminativo –

Altera o art. 457 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT), para instituir o adicional por tempo de serviço aos empregados que recebam salário mensal igual ou inferior a dois salários mínimos.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2012, e das 3 emendas que apresenta.)

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Então, está retirado de pauta?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – O item nº 6 que eu tenho aqui a relatoria é do Senador Paim. Sim, e a autoria é do Valadares.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sim. O Senador João Vicente Claudino, antes de sair, pediu a mesma coisa: na condição de Relator, a retirada de pauta do item nº 7. O Senador Paulo Paim já havia pedido a retirada da pauta também do item nº 8.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, de 2013

– Terminativo -

Acrescenta § 5º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante e dá outras providências

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2013, e da Emenda que apresenta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2013

– Terminativo -

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o direito de não comparecimento ao trabalho para a realização de exames médicos.

Autoria: Senadora Angela Portela

Relatoria: Senador Paulo Davim

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2013.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, nada mais havendo a tratar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, só um adendo. Há uma audiência pública nossa já marcada para instruir o PL nº 340, e a Anamatra (Associação Nacional de Magistrados do Trabalho), pediu para fazer parte desta audiência. Então, estou pedindo para adendar no sentido de garantir a participação deles. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É um requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, eu preciso colocar em votação. Lembrando que se nós já tivermos seis convidados, aí V. Exª convida para fazer parte aqui, como a solução que nós demos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sim, aí eu faço a adaptação. Eu me lembro; muito bem encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Portanto, em votação o presente requerimento. É um adendo à audiência pública.

EXTRAPAUTA

ITEM

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 12, de 2014

Em aditamento ao Requerimento nº 7/2014-CAS, de nossa autoria, no qual solicitamos a realização de Audiência Pública “com o objetivo de instruir o PLS 340 de 2012”, requeremos seja convidado para participar dos debates o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA), juiz do Trabalho Paulo Schmidt.

Autoria: Senador Rodrigo Rollemberg e outros

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Apenas para registrar que na última quarta-feira, aqui em Brasília, a Associação Médica Brasileira...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS. *Fazendo soar a campainha.*) – Por favor.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – A Associação Médica Brasileira lançou uma página na internet chamada Caixa-Preta. Esta página da Associação Médica Brasileira visa a colher todas as informações, denúncias e reclamações do usuário do Sistema Único de Saúde com o seu atendimento na rede.

Então, todo e qualquer usuário, em qualquer parte do Brasil, no hospital ou unidade básica, que seja atendido e tenha alguma reclamação a fazer pode se reportar a este *site*, que é o www.caixapretadasaude.org.br e mandar o seu vídeo, a sua fotografia ou escrever as suas queixas, as suas reclamações e suas denúncias.

Portanto, essa é uma iniciativa da Associação Médica Brasileira no sentido de trazer a fotografia real do sistema público de saúde do Brasil, porque uma coisa são as denúncias feitas por instituições médicas, que sempre têm um discurso contrário dizendo que é um discurso corporativo. Mas, na hora em que é um discurso e uma denúncia do próprio usuário, essa denúncia terá muito mais credibilidade do que uma denúncia feita pelas entidades médicas, porque incorre nesse argumento contrário.

Era só essa informação que eu gostaria de dar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Feito o registro, que eu acho importante. E não havendo mais nenhum item a ser examinado, o Presidente vai encerrar a presente reunião. Está encerrada.

(*Iniciada às 9 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 19 minutos.*)

ATA DA 8ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE MARÇO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e um minutos, do dia vinte de março de dois mil e catorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka**, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Casildo Maldaner,

Paulo Davim, Mozarildo Cavalcanti, José Pimentel, Wellington Dias e das Senadoras Ana Rita, Vanessa Grazziotin e Ana Amélia. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. A presente Reunião de Audiência Pública destinada a debater o “*assunto relacionado à extinção da profissão de Técnico em Contabilidade*”, em atendimento ao **Requerimento nº 56 de 2013-CAS**, de iniciativa dos Senadores Paulo Paim e Paulo Davim, com a presença dos seguintes oradores: **LUIZ SERGIO DA ROSA LOPES**, Presidente da Federação dos Contabilistas nos Estados do RJ, ES e BA; **OSCAR LOPES DA SILVA**, Professor Universitário Especialista em Contabilidade e em Auditoria; **ZULMIR IVÂNIO BREDÁ**, Contador e Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, representante de **Juarez Domingues Carneiro**, Presidente do CFC de 2010 a 2013; **MARCONE HAHAN DE SOUZA**, Contador e Professor Universitário; **DANIEL SOUZA DOS SANTOS**, Técnico em Contabilidade e Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre – CRC/RS, de 2008 a 2013; **DECLINOU DO CONVITE: REPRESENTANTE** do Ministério do Trabalho e Emprego. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim, José Pimentel e o Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador **Waldemir Moka**, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que, aliás, foi bastante polêmica, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu requeiro a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 56, de 2013, desta Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa dos Senadores Paulo Paim e Paulo Davim, com o objetivo de debater o assunto relacionado à “*Extinção da Profissão de Técnico em Contabilidade*”.

Comunico aos oradores convidados que será concedida a palavra por dez minutos para cada expositor.

Sem mais delongas, já convido para compor a Mesa os ilustres oradores: Dr. Luiz Sergio da Rosa Lopes, Presidente da Federação dos Contabilistas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Convido também o professor universitário especialista em contabilidade e auditoria, Prof. Oscar Lopes da Silva. Convido o contador e Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do Conselho Federal de Contabilidade, representante de Juarez Domingues Carneiro, Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Sr. Zulmir Ivânio Breda. Convido o contador e professor universitário, Sr. Marccone de Souza. O sobrenome do meio eu não vou me arriscar a dizer porque posso cometer alguma impropriedade verbal e acabar ainda... Como é o sobrenome, a pronúncia?

O SR. MARCONE HAHAN DE SOUZA – “Ram”.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Marccone Hahan de Souza. Por último, convido o técnico em contabilidade, Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre, o Sr. Daniel Souza dos Santos.

Então, eu quero informar que nós temos um relógio ali e, quando o orador começa a fala, nós registramos 10 minutos. No nono minuto, toca uma campainha, e eu já vou dizer que não sou eu que toco, porque as pessoas ficam olhando para mim. Mas é para que o orador saiba que ele tem um minuto para concluir a fala.

Claro. Nós temos aqui cinco oradores, temos os Senadores e tem sempre a rodada, porque os questionamentos precisam ser respondidos. De forma que se a gente se estender muito na exposição, depois, prejudicamos o debate e as respostas, que eu acho que é o objetivo da audiência pública. Mas eu quero, antes de passar a palavra para os oradores, conceder a palavra, que é uma tradição da comissão, ao Senador requerente ou proponente da audiência, para que ele possa justificar a audiência, ou, enfim, argumentar o porquê da audiência.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, nós estamos com um problema de tempo, e V. Exª foi muito feliz na abertura. Temos uma sessão no plenário, também, e querem que a gente esteja lá, porque é o Dia Internacional da Síndrome de Down o dia de hoje. Então, nós queremos mais é ouvir,

devido à controvérsia que se deu se, a partir de 2015, se extingue ou não a profissão de técnico na área. Então, de pronto, me coloco à atenção, Senador Pimentel, a ouvi-los.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, eu recebi aqui e consultei os Senadores Paulo Paim e José Pimentel. Essa decisão cabe ao Presidente, mas ela é de comum acordo com todos. O Presidente do Conselho Federal de Contabilidade aqui, o Sr. Zulmir Ivânio Breda, vou colocá-lo como último a expor. Por quê? Porque já vamos aproveitar a fala dos questionamentos que, certamente, virão, porque serão dirigidos, imagino eu, ao Presidente do Conselho Federal de Contabilidade. Agora, na segunda rodada, democraticamente, eu inverte a ordem: quem falar primeiro vai falar por último, e quem falar por último fala primeiro. Essa sempre foi a forma mais correta e democrática que a gente pode ter aqui.

Então, concedo a palavra ao Presidente da Federação dos Contabilistas dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, o Dr. Luiz Sergio da Rosa Lopes.

O SR. LUIZ SERGIO DA ROSA LOPES – Muito bem, Sr. Presidente Waldemir Moka. Eu, quando recebi a convocação, veio na mesma que eu apresentasse o discurso por escrito, e assim o fiz. Parece que vai entrar nos registros do Senado. Então vou procurar me restringir aos 10 minutos. Não fiz essa contagem ao redigi-lo, mas tentei abordar de modo sucinto e abrangente toda a questão.

Como é do conhecimento de todos, esta audiência pública tem o objetivo de discutir a aplicação do §2º do art. 12 do Decreto-Lei nº 9.295, de 27/05/46, introduzido pela Lei nº 12.249, de 11/06/2010, que retira do técnico em contabilidade, a partir de 01/06/2015, o direito de registrar-se nos conselhos da classe, portanto de exercer de forma livre e autônoma sua profissão.

Sem muita erudição, pretendo mostrar a importância e a transcendência do técnico contábil na formação profissional da nossa classe e na sua prática cotidiana.

A contabilidade ou o registro de fatos e atos do cotidiano sempre fizeram parte da história da humanidade. Esteve presente e registrada nas cavernas da antiguidade, através de riscos e rabiscos, que indicavam a contagem de algo, o número de membros da tribo ou coisa similar.

Ao longo dos séculos, foi praticada por aqueles que possuíam uma mente mais racional e dedutiva. Nos tempos mais próximos, ao nosso surgimento como nação, os operadores da contabilidade se tornaram mais presentes e imprescindíveis a mensuração da nossa riqueza – o que Pero Vaz de Caminha fez com brilhante descrição do nosso descobrimento. Observa-se que quatro anos antes ao descobrimento do Brasil, o Frei italiano Luca Pacioli, editou em Veneza – grande centro comercial da época, um livro sobre a forma de escrituração contábil, denominado “partida italiana”, que se consagrou como partida dobrada, espinha dorsal até hoje dos registros contábeis. Frei Luca Pacioli era um religioso que aprendera contabilidade de forma autodidata e contribuiu definitivamente para o futuro da contabilidade.

Durante todo o Brasil colonial e império, a contabilidade, quer a pública quer a privada, foi exercida por pessoas que detinham o conhecimento através de aprendizado com outrem ou observando, como se praticava a arte da escrituração.

No Brasil Colônia, em particular no tempo das capitanias hereditárias, os guarda-livros eram designados pela Coroa, em Portugal, e exercida por pessoas da confiança do rei, independentemente de possuírem algum conhecimento contábil e que aqui se tornaram autodidatas e prestavam conta à Coroa e subsidiariamente aos donatários.

A obrigação legal da escrituração contábil, da forma geral, foi imposta pelo Código Comercial de 1850, de forma minuciosa para a época e de maneira uniforme os procedimentos para os registros contábeis. Em razão deste código, surgiu a necessidade de ampliação do mercado de trabalho, e, portanto, da criação das escolas práticas de comércio, para a formação de pessoal. Deixava de ser apenas uma atividade que se aprenda nas corporações de ofício ou se praticava de forma autodidata.

Já em 1856, publicava-se uma das primeiras obras sobre “Guarda-livros Brasileiros”, de autoria do guarda-livro José Rodrigues Vieira, na sequência de outros autores: “Regras da Escrituração Mercantil”, em 1858; “Noções de Escrituração Mercantil”, em 1864; “Manual Técnico Prático do Guarda-livro”, em 1869; e assim sucessivamente. Até 1899, foram publicadas 16 obras sobre escrituração mercantil, na sua absoluta maioria, produzida por guarda-livros. A obra de maior destaque chama-se “Tratado de Escrituração Mercantil”, de 1887, com 20 edições, fato excepcional na época, escrito por Veridiano de Carvalho, um guarda-livro.

Fundaram-se escolas e academias de comércio no Rio, em São Paulo, em Salvador e em várias capitais do País. Juiz de Fora instalou a primeira academia de comércio, todos para formação de guarda-livros.

O 1º Congresso Brasileiro de Contabilidade, realizado no Rio de Janeiro, de 17 a 27/08/1924, entre outras decisões definiu como prioritário para a profissão: reconhecimento expresso de três funções básicas no campo contábil – o contador; o guarda-livros e o perito; urgência na regulamentação profissional em bases rigorosas; criação das câmaras de contabilidade, hoje conhecidas como conselhos. Posteriormente ao congresso, várias

regulamentações legais sobre a profissão foram emitidas pelo Poder Público, graças à intensa participação do Senador João de Lyra Tavares, operoso Parlamentar que sempre participou das reivindicações da classe e que, inclusive, presidiu o 1º Congresso Brasileiro.

Finalmente, em 27/05/1946 é assinado pelo Presidente Dutra o Decreto Lei nº 9.295, que consolidou a legislação existente e tornou-se a lei de regência da profissão. Esse decreto atenda as aspirações do congresso em 1924, definindo as prerrogativas dos contadores (bacharéis em ciências contábeis) e dos técnicos em contabilidade (antigos guarda-livros). Esse decreto regeu harmoniosamente os dois segmentos da profissão até a malfadada Lei nº 12.249, de 11/06/2010, que rasga a Lei de Regência.

A esdrúxula Lei nº 12.249 é fruto das aberrações legislativas que ocorrem em nosso País, por iniciativa daqueles que querem atender interesses minoritários na nossa sociedade. Ela é produto da conversão da Medida Provisória nº 472, de 2009, que se destinava a tratar de incentivos para a infraestrutura da indústria petrolífera e transformou-se em uma miscelânea suspeita ao incluir mudanças no DL nº 9.295, assim como outros, e até no Programa Minha Casa Minha Vida, na miscelânea se transformou aquela medida provisória.

Esse odioso cerceio da liberdade do exercício da profissão de técnico em contabilidade, perpetrado por esta lei, a ser aplicado a partir de 1º de junho de 2015, agride o interesse da sociedade brasileira, agride e vai contra a própria proposta do Governo de ampliar o ensino técnico, viola uma dos direitos fundamentais do homem, o de poder exercer livremente seu ofício, e rasga a nossa Constituição, que garante o livre trabalho segundo a formação profissional.

No Brasil, hoje, militam como técnicos em contabilidade devidamente registrados em seus conselhos 187.746 brasileiros, dos quais 120 mil homens e 67 mil mulheres, perfazendo ambos 38% do universo de 488 mil profissionais da contabilidade em atividade.

Esses 187.746 não serão substituídos após junho de 2015; estará fechado o acesso a 187.746 brasileiros nos próximos anos ao exercício da profissão de técnico em contabilidade.

A quem interessa esse cerceio? Aos bacharéis em ciências contábeis? Eu sou bacharel, a mim não me interessa. Se for a eles, estão cometendo um grande equívoco, pois o mercado encontrará outros caminhos para suprir a carência dos técnicos e, por consequência, a substituição dos próprios bacharéis. O mercado é dinâmico.

Aos grandes escritórios de contabilidade? Se imaginam sufocar os pequenos escritórios na sua grande maioria dirigidos por técnicos, suprimindo a concorrência para aumentar o faturamento, estão enganados. O mercado encontrará outra solução, até suprimindo a obrigatoriedade da escrituração contábil. Aliás, vem ocorrendo regularmente nos últimos tempos a tentativa de retirar a escrituração contábil, de acabar com a escrituração contábil para micro e pequenas empresas etc.

Aos grandes empresários? Não creio, pois, reduzindo sua oferta de prestadoras de serviço, aumentarão seus custos de administração, pelo aumento dos preços impostos pelo cartel dos bacharéis.

Aos Governos Federal, Estadual e Municipal? Também não creio, pois os contabilistas hoje, como sempre foram, são os maiores e melhores auxiliares do Fisco, concorrendo na melhora da arrecadação tributária e sua compreensão.

A quem interessa então? Interessa a uma minoria de áulicos com representantes de todas as correntes – repito, minoria nos seus próprios segmentos –, que julgam ganhar com a supressão do técnico, tais como pseudo-educadores que faturam alto com suas escolas de nível universitário em contabilidade; medíocres intelectuais da classe que julgam ser a presença dos técnicos fator de depreciação da profissão; grandes empresas de contabilidade que querem, a qualquer custo, centralizar o setor; os sempre insatisfeitos com tudo, os que pugnam pelo quanto pior melhor.

O §2º do art. 12, incluído no DL nº 9.295, pela Lei nº 12.249, é tudo que esses interesses escusos almejavam. E esta não é a primeira tentativa, Senador, de exclusão dos técnicos, mas é a melhor sucedida até o momento.

Em 1982, a extinta Comissão de Enquadramento Sindical do Ministério do Trabalho, decidiu no Processo MTB 320906/81 retirar do técnico de contabilidade a condição de profissional liberal, o que impediria o exercício da profissão como autônomo, limitando sua atuação somente como empregado. O argumento básico era que, não possuindo formação universitária, não poderia ser profissional liberal. Isso em 1982.

Na ocasião, eu presidia o Sindicato dos Contabilistas de Volta Redonda e impugnei a decisão recorrendo ao Ministro do Trabalho, juntamente com a Confederação Nacional das Profissões Liberais, as Federações dos Contabilistas dos Estados de Minas e Goiás, do Rio Grande do Sul, bem como dos sindicatos de contabilistas de Londrina, Caxias do Sul, Paraná e Belo Horizonte. O Ministro Murilo Macedo, Ministro do Trabalho na época, reformulou a decisão e determinou o enquadramento dos técnicos no âmbito da Confederação Nacional das Profissões Liberais.

Como se vê, essas tentativas vêm de longa data, culminando agora com um texto legal aprovado, mas ainda não executado. Temos tempo para corrigir a aberração resultante da aplicação da Lei nº 12. 249, aprovada, como já disse, sub-repticiamente, no projeto de conversão da MP 472, de 2009.

Senadores, temos tempo para corrigir o dano que pode ser perpetrado na vigência do dispositivo citado. O restabelecimento e a garantia do texto constitucional do livre exercício do trabalho não podem ser violados em detrimento dos interesses da sociedade brasileira, impedindo seus cidadãos de exercitarem sua legítima escolha profissional.

É isso, Senador, que eu tinha a dizer. Anexo a este documento, entrego a V. Exª este discurso e também um abaixo-assinado que me foi entregue ontem pelo representante de uma escola técnica da cidade de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Está assinado pelos professores, alunos, familiares dos estudantes do Colégio Estadual Irmã Cecília Jardim, situado a Rua Machado Fagundes, Estrada da Saudade, Cascatinha, Petrópolis. É a única escola técnica em Petrópolis.

Vimos pelo presente abaixo-assinado manifestar nosso apoio à revogação do §2º do art. 12, introduzido pela Lei nº 12.249, que altera e limita até junho de 2015 o direito do técnico de contabilidade se inscrever em conselhos (...)

Está aqui o abaixo-assinado, com 142 assinaturas, um dos primeiros que estão sendo preparados para serem encaminhados a V. Exª e a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Muito obrigado, Presidente da Federação dos Contabilistas dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia.

Peço que coloque na nossa Secretaria.

Passo a palavra ao professor universitário especialista em contabilidade e em auditoria, o Sr. Oscar Lopes da Silva.

O SR. OSCAR LOPES DA SILVA – Bom dia, Senador Moka, demais Senadores, bom dia a todos os presentes.

No meu entender, a profissão de técnico não está extinta. Ela passa, a partir de 1º de junho do ano que vem, a não poder se registrar mais. Há poucos dias, o Conselho Federal revogou a resolução alterando que pudessem os técnicos registrarem, até 2009, sem o exame de suficiência.

Mas quero me ater à questão da implicação na área de técnicos e contadores. Acho que é uma coisa mais grave.

O que existia no cenário da década de 70? Escolas técnicas altamente eficientes, com currículos excelentes, formando altamente bons profissionais na área de técnicos.

O que insistimos com a LDB? A LDB extinguiu o curso de técnico. Na verdade, falta uma organização neste País para mostrar que as escolas estão irregulares, oferecendo cursos de técnico no Brasil. Só que quando o curso de técnico foi extinto, criou-se o curso de gestão. O curso de gestão hoje tem 120 horas que abordam contabilidade, 60 horas de custos e 60 horas de contabilidade. Isso não dá uma formação para uma pessoa chegar ao mercado e trabalhar.

Sou altamente favorável ao técnico. Tenho um escritório de contabilidade também e sinto a necessidade de ter esse profissional. Mas também sinto a questão do mercado que é a seguinte: são profissionais subjugados, que recebem pouco salário e são considerados lá em baixo pelo mercado do trabalho, não são valorizados. Assim como o contador também, em muitos lugares, ainda não é valorizado. Passamos sufocos imensos no mercado.

Vejo, então, que, para reformular essa lei, também tem de reformular a questão da educação na área de técnicos. Não se pode alistar no mercado de trabalho um profissional que não tenha uma qualificação preparada, ao contrário de técnicos que estão no mercado que eu conheço – como o Luiz Sergio, que está aqui – altamente competentes, que vieram de uma era em que o curso técnico era convalidado.

Acredito que precisamos ter uma ênfase e tratarmos melhor a educação nessa área no País.

Também percebo que, quando contratamos um técnico nos escritórios de contabilidade, procuramos uma pessoa que tem uma noção; busco isso e vejo uma dificuldade. Estava conversando com o professor aqui ao meu lado agora, e ele estava me falando que a aula eleva quando há técnicos fazendo cursos de contábeis, no bacharelado. Concordo com isso. É um fato. Mas vejo que muitos técnicos chegam sem preparo ao mercado de trabalho.

Mas voltando para a questão profissional, o que penso? Temos na LDB o custo de tecnólogo no Brasil. E até hoje não foi dada ênfase na área contábil, porque o pessoal sabe que vai cursar e não vai fazer. Quando eu trabalhava na PUC, em 2001, dei aula para 450 alunos, em três anos, do curso sequencial, que eram técnicos que fizeram curso sequencial e melhoraram. Desses 450, tenho o número certinho, 43 foram fazer o bacharelado em Ciências Contábeis.

O Conselho Federal também privilegia... Não posso falar pelo Conselho Federal, pois não estou aqui nessa função, mas eu tenho assistido ao Conselho Federal também privilegiar a formação do aluno, do técnico, isto é, que ele passe a fazer o bacharelado para que ele possa se especializar e estar melhor situado no mercado.

Mas eu vejo assim: nas duas áreas, a profissão é muito pouco reconhecida em termos de valores de mercado, em termos de salários de mercado. Há uma crise, e nós, os contadores, não podemos camuflar isso aqui; não podemos achar que isso não existe, ainda porque nós somos reconhecidos, sim, pela sociedade, fazemos um bom trabalho para a sociedade, mas, na hora de recebermos os honorários pelo trabalho realizado é uma dificuldade imensa. Quem presta serviços sabe disso. Nós pegamos as contas dos nossos clientes e vemos que eles pagam tudo em dia, até a conta de luz, mas o contador é pago lá no final do mês, isso se não passar para o mês subsequente.

Então, existe uma cultura inadequada neste País. Nós camuflamos algumas coisas para poder passar por cima delas sem analisá-las a fundo. Então, se a questão é melhorar a classe contábil, melhorar o nível da classe contábil, precisamos pensar na forma de educar os contadores em nível de bacharelado. Essas pessoas que estão chegando ao mercado não são técnicos. A única desconfiança que eu tenho – e é muito grande – é sobre esses cursos técnicos. E não estou falando mal de nenhum curso técnico; eu conheço cursos técnicos de valor, mas eu vejo que as pessoas não têm as disciplinas ou as estão cursando a distância. Vão lá fazer uma prova num determinado dia que é marcado; se foi alguém fazer a prova por eles, isso nem mesmo é fiscalizado direito em algumas escolas. E, assim, o cara sai com o diploma para competir no mercado em iguais condições com os demais.

Eu não entendo por que foi extinto o técnico em contabilidade. Eu entendo que ele tenha um prazo para se registrar, para se adequar à situação. E também entendo o seguinte: mesmo o técnico, mesmo nós que somos bacharéis em Ciências Contábeis, se não procurarmos nos atualizar, não estarmos atualizados, o mercado não vai mais nos absorver; o mercado vai nos deixar de fora.

E o que eu percebo é o seguinte: na nossa classe – e não estou falando nem de técnico, nem de bacharel, mas em geral –, nós, muitas vezes, ficamos esperando as coisas acontecerem e não vamos atrás de uma formação adequada para atuar no mercado de trabalho. Então, da forma como está, se formos pensar só na questão da profissão, melhor seria não haver o técnico registrando a partir de 2015 mesmo, na verdade. Contudo, para tomar uma decisão como essa, para se pensar nisso, nós temos que formalizar que a busca do conhecimento e a busca da formação dessas pessoas não pode estar como está acontecendo, ainda porque as escolas estão irregulares ao oferecerem cursos técnicos, haja vista que a LDB os extinguiu. A LDB não mais contempla o curso técnico!

São cinco modalidades de cursos que existem, mas, em nível de ensino médio, o único curso que tem alguma coisa que o privilegie é o curso de gestão. Eu não sei se os conselhos têm recebido diplomas de cursos de gestão para registrar técnicos em contabilidade, mas, no início, lá atrás, eu me lembro de que estava acontecendo isso.

Então, a questão é um pouco mais profunda. Não se trata apenas de pensar em voltar com o técnico, pensando apenas em deixar o técnico se registrar. Eu acho que esse problema seria resolvido tranquilamente dessa forma, ou seja, permitindo que se registrassem os técnicos, não é? Mas quem é que nós estamos recebendo no mercado de trabalho? Quem são essas pessoas que estão vindo? Quem são esses formadores? Até porque todos estão na ilegalidade.

Há, inclusive, mandados de segurança impetrados por escolas – e já assisti a isso acontecer em escolas de cursos técnicos – que não oferecem uma formação adequada. Ainda porque o curso técnico antigo, para quem o fez na década de 70, era de 800 horas de contabilidade e 360 horas de formação complementar em cursos na área de gestão. Então, você fazia 1.160 horas de conteúdo; o de tecnólogo, hoje em dia, são 1.800 horas, equivalendo ao curso superior. Enquanto isso, o curso de bacharelado é de 3.000 horas, das quais, mais ou menos, 2.100 horas são de conteúdos ligados a contabilidade, entre eles o TCC, com mais ou menos 300 horas. Então, é preciso pensar nessa formação.

Para se manter uma função apenas por corporativismo, é muito complicado. Mas, para se manter, que todos os órgãos que estão aqui presentes, todos os sindicatos, todas as confederações presentes repensem a forma de reeducar e de educar os profissionais da contabilidade. E estou falando também quanto ao bacharelado; não é só quanto ao técnico, não.

Agora, eu admito que tenho uma imensa dificuldade, hoje em dia, desde o ano passado, em contratar profissionais para a minha área. Por quê? Nós não podemos colocar estudantes a não ser como estagiários. E, aí, eu fico pensando, como Oscar, como ser humano, o que eu estou contratando de um técnico: uma mão de obra barata ou uma mão de obra competente e especializada? Eu já me peguei nesse pensamento, desde outubro, quando me foi solicitado estar aqui. Será que eu estou contratando a mão de obra técnica por ser mais barata ou estou contratando a mão de obra técnica por ser eficiente?

Está é a pergunta que nós temos de fazer. Não basta chegar aqui, como se fez da outra vez, quando se pode ter cometido um erro, talvez, ao extinguir; mas também não se pode pensar em voltar simplesmente

por voltar. Temos de pensar de forma mais amadurecida em algo mais elevado, sobretudo, pensando que, do jeito que está não é compatível.

Eu vou fazer um adendo que, embora não me seja permitido, eu vou fazer. Eu faço parte da Comissão de Exame de Suficiência e, às vezes, me assusto com as respostas que eu vejo nas provas de técnicos. Assustam-me alguns *e-mails* que sou obrigado a responder. Assusta-me conversar com algumas pessoas no Brasil sobre isso.

Então, pensa-se que o técnico virou o coitadinho da história. Não é o coitadinho da história e não pode ser. Nós temos que repensar a nossa postura como pessoas da área, tanto dos sindicatos, das confederações, quanto do Conselho Federal ou dos Conselhos Regionais, onde quer que a gente esteja. Quem é que nós estamos querendo no mercado de trabalho, sejam bacharéis, sejam técnicos? Termos técnicos apenas por ter não vai equivaler a nada; vai continuar na mesmice. Nós só vamos camuflar mais uma vez e passar por cima das coisas e deixar o trabalho dessa forma.

Então, como acredito que a educação é tudo neste País, nós precisamos nos reeducar, rever a nossa postura como cidadãos, de estarmos aqui em uma audiência, trazendo à tona um assunto que é relevante para o País, em especial para os profissionais dessa área – e concordo que são profissionais liberais, que precisam do seu trabalho –, mas repensando em quem é que está ingressando nesse mercado de trabalho e como está ingressando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço ao Prof. Oscar Lopes da Silva, que é professor universitário.

De imediato, passo a palavra ao Contador e Professor universitário Marcone Hahan de Souza.

O SR. MARCONE HAHAN DE SOUZA – Bom dia, Senador Moka, Presidente desta audiência; bom dia, Senadores Paulo Paim, José Pimentel e todos os membros da classe contábil aqui presentes no dia de hoje.

Eu, atendendo solicitação da Comissão, fiz uma apresentação em eslaides, até porque há muitos números, e nós, contadores, gostamos de números.

Eu coloquei o meu currículo aqui não por acaso, mas pelo seguinte: eu terminei a minha formação de técnico em contabilidade e, depois, fiz a faculdade de Ciências Contábeis. Mais tarde, fiz o mestrado. Eu tenho um escritório contábil há 24 anos e trabalho com contadores e técnicos no meu escritório. Por nove anos eu fui Vice-Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre, entidade que congrega tanto contadores como técnicos. Portanto, entendo que tenho condições de falar sobre esse tema, por tudo que vivo da realidade de contadores e técnicos.

Eu queria ver um outro lado dessa questão. O Brasil é um país empreendedor. Nosso País é o segundo no mundo em número de empreendedores. Nós temos, atualmente, 6,3 milhões de empresas. Um dado curioso: essas empresas não são grandes! Sabemos que 99% delas são micro e pequenas empresas. Há pessoas que podem dizer: “Ah, mas às micro e pequenas empresa não é preciso dar muita importância”. Nada disso! Levantamentos apontam que 52% dos empregos não são formados nas grandes empresas, mas, sim, nas pequenas, que representam, hoje, 20% do PIB. Portanto, entendo que nós não podemos desprezar as micro e pequenas empresas. Estão aí e nós temos que observá-las com atenção.

Diga-se de passagem: quase todas as empresas grandes, exceto aquelas que já nasceram da fusão de grandes empresas, Senador Paim – e o senhor que é lá do Sul sabe –, como a Gerdau e a Randon começaram pequenas e, hoje, são grandes. Mas começaram pequenas!

Esses 6,3 milhões de empresas são atendidos por contadores e técnicos. Em números redondos, 300 mil contadores, 187 mil técnicos e 82 mil organizações contábeis, escritórios de contabilidade, que atuam no Brasil para atender essas empresas.

Mas onde é que eles são formados? Vejam só um detalhe curioso: das escolas técnicas, de nível médio, 39% são particulares e 61% são públicas. Já, no ensino superior, dá-se o inverso: 95% das faculdades de Ciências Contábeis, no Brasil, são particulares – ou seja, o aluno tem que pagar mensalidade – e apenas 5% são públicas. E mais: na maioria das escolas públicas, como conhecemos, os cursos não são noturnos, são diurnos, dificultando que as pessoas trabalhem durante o dia para estudar à noite. Então, há poucas opções de cursos noturnos. As pesquisas indicam que 63% dos estudantes fazem o curso durante o dia para trabalhar à noite. Ou seja: nós não temos oferta de faculdades públicas para Ciências Contábeis.

Agora, pessoal, é muito fácil a gente fazer uma legislação pensando em qualquer outro país de primeiro mundo. Na realidade, o Brasil é diferente. A média salarial do pessoal que está na universidade, de 18 a 24 anos, é de R\$961,00. Sabem qual é o valor médio das mensalidades de faculdades particulares? R\$765,00. Não se tem como exigir de um jovem, com idade entre 18 e 24 anos, que gaste 80% do que ganha pagando a mensalidade da faculdade, sem contar que ele tem outros custos, como alimentação, transporte, livros, cópias, além de ter de comprar um computador, de ter acesso à internet. Quem estuda sabe o quanto isso tudo custa. Ou seja:

não dá para exigir que um jovem, com idade entre 18 e 24 anos, consiga pagar a faculdade, ainda porque não existe faculdade pública de contabilidade para todo esse pessoal.

Outro dado interessante: apenas 38% dos que iniciam a faculdade concluem o curso. Não têm dinheiro para pagar! E dos jovens nessa faixa entre 18 e 24 anos – 14 milhões de jovens brasileiros –, 64% estão fora da faculdade. E quais são os motivos de estarem fora da faculdade? Primeiro lugar, falta de dinheiro para pagar.

Agora, eu lhes faço a seguinte colocação: se ele consegue fazer o curso técnico, porque tem a opção – e por isso eu coloquei no eslaide anterior – de fazer na escola pública, começando a aumentar a sua renda... E o professor disse, com muita propriedade, que muitos dos contadores de hoje foram técnicos antes. Então, assim, ele consegue fazer o curso técnico, trabalhar na área – ainda porque não pode trabalhar na área se não for contador ou técnico registrado –, aumentando a sua renda e, com isso, conseguindo pagar a sua faculdade.

Outro detalhe com o qual a gente tem bastante problema: escolha do curso errado. A gente chega a um jovem de 16 ou 17 anos e diz: “Olha, você agora tem que escolher a profissão para o resto da sua vida”. E, em qualquer profissão – médico, dentista, advogado –, o cara pode perceber que está na profissão errada. Uns pararam no meio do curso; outros serão profissionais frustrados pelo resto da vida. Eu entendo que o curso técnico acaba propiciando, para usar uma expressão popular aqui, um *test drive* da profissão. “Gostei da profissão, vou fazer faculdade. Não gostei, vou para outra, pois ainda tenho tempo de corrigir a escolha”.

Outra questão que me chama a atenção: eu disse lá no início – e aquela tela não estava lá por acaso – que 99% das nossas empresas são micro e pequenas. Para ilustrar: é a frutaria da esquina, é a padaria da rua ao lado, é o mercadinho do bairro. Na faculdade de Ciências Contábeis, a gente vê temas muito nobres, tais como “investimentos temporários e permanentes”. Pergunto: no que é que o estudante vai usar esse conhecimento para fazer a contabilidade da frutaria da esquina? Nós estudamos “equivalência patrimonial”, “consolidações das demonstrações contábeis de um grupo empresarial” para fazer a contabilidade do mercadinho do lado?! Não precisamos ter esse... Ou seja: estamos exigindo que ele aprenda um monte de coisas com o que, depois, ele não vai trabalhar. Nós estudamos “fusão, incorporação e cisão de empresas” para fazer a contabilidade da padaria, pessoal?! “Apuração de valor justo a valor presente”, “tributação de lucro no exterior”... Mas ele não conhece o país do lado! Vai saber a tributação lá? Ainda mais: “auditoria contábil”, “perícia contábil”... Portanto, nós exigimos uma formação e, depois, colocamos os profissionais em um mercado de trabalho cujo cenário é totalmente diferente. É aquilo que a gente sempre briga: estuda-se uma coisa e, na prática, é outra. Mas nós estamos exigindo isso na hora em que se quer terminar com o registro dos técnicos em contabilidade.

Uma coisa tem que ficar muito clara: embora as atividades possam ter muitas semelhanças, também há diferenças. Há atividades técnicas na nossa profissão que registram, que elaboram, bem como há atividades mais acadêmicas e científicas, que trabalham com análise, revisão e estudos. Portanto, parece-me claro que as funções, por si só – e o mercado é muito sábio nesse sentido –, vão se separando. Nós precisamos ter alguém para fazer o registro, a elaboração, e me parece que o técnico cai muito bem aqui. Nós precisamos ter alguém para analisar, para revisar, para estudar, e me parece que o contador cabe muito bem nesse papel. Então, por que extinguirmos a profissão do técnico?

Alguém pode dizer – até para fazer um contraponto com o Professor Oscar: “a formação não é boa”. O Exame de Suficiência do qual você faz parte, nas seis edições que aconteceram agora, de 2011 a 2013, apresentou um índice de aprovação de técnicos em contabilidade de 34%. Este é um número aproximado, pois eu não consegui apurá-lo de forma mais precisa. E o dos contadores, de 40%! Então, são números relativamente parecidos. Ou seja, o Conselho de Contabilidade, hoje, já tem um filtro, pelo qual ele só dá registro aos bons técnicos em contabilidade. Então, nós não vamos ter no mercado... A prova quem elabora e aplica é o Conselho Federal e a Fundação Brasileira de Contabilidade, que já filtram. Então, o profissional que obtiveram registro, desde 2011, não é qualquer um; não, senhores! São profissionais aprovados em um exame elaborado pelo próprio Conselho, o que significa que nós temos, hoje, profissionais realmente capacitados e habilitados.

Outro detalhe: qualquer pessoa, inclusive os técnicos em contabilidade, só podem trabalhar em contabilidade, independentemente do título, se assistente, se auxiliar, se tiver o registro do CRC.

Portanto, eu lhe faço a seguinte colocação. E eu até conheço Zulmir, nosso colega do Rio Grande do Sul. Quando saiu a legislação em 2010, ele comentou assim: “Marccone, é uma evolução da profissão”. Eu pergunto: é uma evolução da profissão nós contratarmos um auxiliar de contabilidade e exigirmos dele um contador? Pegarmos o contador e o colocarmos como auxiliar de contabilidade é evolução para o contador? Não é. Desculpe-me, não é evolução isto aqui, não. Não é evolução. Estou pegando um contador e agora ele vai ter que fazer registro, lançar continha de luz, a despesa, o extrato bancário. Pegar o contador e fazer isso não é evolução da profissão; pelo contrário, estamos rebaixando os contadores.

Por último é aquela conversa que tive aqui com o Prof. Oscar. Eu como professor universitário há 12 anos, tenho alunos técnicos de contabilidade e alunos que não são técnicos. Os que atuam na área normalmente

elevam o nível das aulas. Agora, nas nossas faculdades, se nós tirarmos os técnicos fora – porque, sem registro, não há por que fazer técnico –, certamente, nós vamos baixar o nível das nossas aulas, vamos baixar o nível dos nossos contadores formados.

E me desculpem, com relação à extinção, pessoal, é extinção, sim, senhores, o fato de não dar registro.

Eu pergunto a vocês: para tirar a sua carteira de motorista, alguém quer fazer autoescola, exames teóricos, práticos, não sei o que mais, e depois, tudo bem, você pode, mas você não vai ter carteira de motorista? Alguém quer fazer esse curso? Ninguém. Ninguém vai querer estudar contabilidade se não tiver registro. É a mesma situação.

Desde já, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quero agradecer ao Prof. Marcone Hahan de Souza e passar a palavra, de imediato, ao Técnico em Contabilidade e Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre, Sr. Daniel Souza dos Santos.

O SR. DANIEL SOUZA DOS SANTOS – Bom dia a todos. Eu quero só fazer uma pequena correção, já não mais sou Presidente. Agora, o Presidente do Sindicato dos Contabilistas é o Sr. Clésio Luis da Silva, que está conosco aqui; houve mudança de gestão. Mas isso é só um pequeno detalhe. Obrigado.

Bom, como o tempo é curto, vamos...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu só quero pedir desculpas. É que a Comissão desconhecia essa sucessão de vocês.

O SR. DANIEL SOUZA DOS SANTOS – Sem problemas.

Eu vou fazer um pequeno contexto histórico, para ver o que está acontecendo hoje. Vamos sair um pouquinho da esfera comum e ver o que está acontecendo no Brasil hoje.

Passamos por um processo de êxodo industrial, o que infelizmente não nos orgulha. O que significa isso? A indústria está cada vez mais reduzindo a sua participação dentro do PIB brasileiro. Tivemos pico de 27% em outras épocas, mas agora a indústria, infelizmente, está apenas em 13,3%, ao passo que o setor de serviços já responde por 67,4% do PIB. Isso quer dizer, em outras palavras, que todo aquele pessoal que estava alocado nas indústrias e que recebia um salário digno, que é um dos mais bem pagos, o da indústria, está passando para a área de serviços, área esta em que nós nos encontramos. Então, está havendo uma demanda muito grande de pessoas que estão aperfeiçoando os seus estudos para trabalhar na área de serviços.

Aí temos um gráfico demonstrando exatamente isso que vem acontecendo, desde 1947, no setor da indústria. E esse povo migra naturalmente para outras áreas e fortemente para a área de serviços.

Traçado esse visual de cenário brasileiro, vamos agora à questão pela qual nos reunimos hoje aqui para conversar. Tivemos, no passado, como foi falado pelo Sérgio aqui, a questão da resolução, no ano de 2002, que já tentou, de alguma forma, cercear os direitos dos técnicos em contabilidade. Como se tratava de uma resolução, houve uma movimentação forte de parte dos sindicatos e federações e conseguimos então dar um *brake* nessa questão. E isso volta à tona agora, como podemos ver, através da Lei nº 12.249, que já foi citada aqui também. Eu não vou me ater à lei, porque seria redundância, e o tempo urge. Então, eis o parágrafo em questão. Estamos aqui hoje reunidos para ver se conseguimos êxito na sua mudança.

Mas há também uma questão importante. Enquanto tudo isso acontece, há o fortalecimento dos cursos técnicos no Brasil, a gente tem ciência disso, cada vez mais. Na segunda-feira, ouvi A Voz do Brasil, e a Presidente Dilma se orgulhava em dizer que estão entrando hoje 202 mil vagas na área de cursos técnicos, no Brasil. E nós poderemos estar orgulhosos disso, porque o curso de técnico em contabilidade não é diferente disso.

Mas, infelizmente, estamos vendo que isso não é do agrado de todos. Nós também temos, dentro do próprio Pronatec, formação de em contabilidade, cuja carga horária é superior a 200 horas – é muito mais, é perto de 800 horas, porque são dois anos. Não me ative ao tempo, mas são dois anos de formação para quem já possui o segundo grau, no caso.

Então, parece um contrassenso do Governo, na medida em que ele avança para o fortalecimento das escolas técnicas, agora tirar desse cenário os técnicos em contabilidade.

Eu trouxe algumas manifestações de apoio, que depois vou deixar para a Mesa aqui.

Nós conversamos com a sociedade, fizemos um *feedback* com alguns segmentos no Rio Grande do Sul. Nós participamos muito de visitas a escolas técnicas e percebemos que vamos, às vezes, para falar de outra coisa, e que, quando falamos que a profissão está entrando em extinção a partir de junho de 2015, acabamos tendo de parar aquela palestra para fazer a divulgação do Sindicato, porque as pessoas ficam bastante apavoradas com o que está acontecendo. Parece que não sabiam ainda. Não sei que tipo de divulgação foi feita. Aí aquela palestra, que era para ser de determinado assunto, acaba virando a Lei nº 12.249 e suas consequências.

Então, conversamos em alguns segmentos. No Rio Grande do Sul, temos o apoio hoje da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas. Há algumas centrais, que nos apoiam também: a CUT-RS; a CSP está conosco aqui e nos apoia também; a CGTB; e a Federação das Mulheres Gaúchas.

Uma pergunta que fica, já que se falou tanto nesse cenário social: qual seria o benefício social que tal mudança traz à sociedade? Por que isso agora?

Como se falou na área comercial, vou trazer um relato da área pública também, que é muito importante. Estamos esquecendo que este País tem 5,6 mil prefeituras e que, no mínimo, cada uma delas precisa de um profissional técnico em contabilidade e também do contador, evidentemente.

Peguei um panorama no “São Google”, só para deixar bem claro. Busquei o que havia de cursos técnicos, que são os cursos que alavancam a sociedade hoje, como sabemos muito bem, que promovem o desenvolvimento das pessoas que estão hoje entrando no mercado de trabalho, e a área pública é também um excelente cenário para que eles possam ter um crescimento. Então, botei alguns exemplos de concursos que se estão abrindo para técnicos em contabilidade especificamente. Prefeituras, como falei, abrem também.

O interessante, como falamos, é que, como me referi no começo, a indústria era responsável por uma renda de aproximadamente... Não tenho números concretos aqui, mas as indústrias que melhor pagam aos trabalhadores hoje, no cenário, pagam uma média de R\$2 mil a R\$2,5 mil para cada trabalhador. E o curso de técnico em contabilidade, aqueles que forem desenvolver isso na área pública têm uma renda próxima. Não haveria uma queda tão grande no seu *status* social – digamos assim –, porque eles ficariam hoje, nesses concursos todos que estão abrindo, com uma renda de aproximadamente 1,5 salário mínimo a 2,5 salários mínimos.

Então, existe mercado. Estão-se pedindo profissionais, não existe um declínio na busca por técnicos em contabilidade, e é isso que não conseguimos entender.

O que fazer com milhares de estudantes do ensino técnico contábil que adentrarem anualmente o mercado de trabalho e se formarem a partir de junho de 2015? Essa é a grande pergunta, porque, como foi dito, por onde andamos – e olhem que ando bastante por aí, há bastantes pessoas aqui, que me conhecem do meio –, ficamos perplexos com a falta de informação.

As pessoas não estão sabendo do reflexo disso. No caso de muitas escolas, não chegou até elas ainda que, a partir de 1º de junho, não mais será fornecido registro aos técnicos em contabilidade. Para nós, isso é grave do ponto de vista tanto social quanto profissional. Isso nos deixa bastante preocupados, Senador.

Estive no seu gabinete, conversamos a respeito, trago novamente essa questão e agradeço o espaço aqui. Costumo falar rapidamente, falo como se fosse um locutor de rádio esportivo, mas queria deixar bem claro isto: que a questão é deixarmos de olhar para o nosso próprio umbigo, porque outras profissões estão querendo entrar no nosso mercado. Deveríamos também visar isso, deveríamos nos fortalecer.

Há o programa de Educação Profissional Continuada do Conselho Regional de Contabilidade, que está aí para preparar essas pessoas que estão entrando. Nós temos de acreditar também na nossa mudança. Tudo isso foi comentado, e, só para dar uma reforçada no que falou o Marcone, há a questão do filtro do próprio Conselho, que faz a seleção daqueles que estão preparados através de exame de suficiência.

Vou ler apenas uma das cartas de apoio, que recebi – tenho tempo aqui – e que vai ser entregue ao Senador Paulo Paim, da parte do Gabinete da Secretaria Regional do Trabalho do Estado do Rio Grande do Sul.

Prezado e Ex^{mo} Senador Paulo Paim, a Superintendência Regional do Trabalho e do Emprego do Rio Grande do Sul vem manifestar seu apoio ao projeto de revogação das alterações introduzidas pelo art. 76 da Lei nº 12.249, que deu nova redação ao art. 12 e parágrafos do Decreto-Lei nº 9.295, de 1946, determinando que, a partir de junho de 2015, a profissão contábil só poderá ser exercida após o bacharelado, vedando a possibilidade de exercício profissional de técnicos em contabilidade.

O Rio Grande do Sul hoje conta com 149 cursos técnicos de Contabilidade, sendo desses 71 ministrados em escolas públicas e 78 em escolas particulares. Ou seja, são centenas de cidadãos brasileiros [para não dizer milhares], investindo numa formação profissional, prestes a ser extinta.

Assim, temos que a revogação do citado dispositivo é forçosa, pois visa a preservar a existência de um grupo profissional composto por mais de 188 mil cidadãos brasileiros.

Atenciosamente,

Superintendente Regional do Trabalho e do Emprego no Estado do Rio Grande do Sul.

Meu muito obrigado.

Depois deixamos à disposição a palavra.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quero agradecer ao Daniel, ex-Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre.

Daniel, você foi objetivo. Acho importante isso. Aliás, como todos os expositores.

Agora, conforme havíamos combinado – quer dizer, a decisão, claro, foi minha –, passo a palavra ao Contador e Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional e Institucional do Conselho Federal de Contabilidade, aqui representando o Presidente do Conselho Federal de Contabilidade – que, também, do ano passado para cá, mudou.

Então, só para atualizarmos, esses requerimentos foram aprovados ainda no ano passado.

Com a palavra, o Sr. Zulmir Ivânio Breda.

O SR. ZULMIR IVÂNIO BREDÁ – Obrigado, Senador Moka. Bom dia! Bom dia, também, aos colegas da Mesa!

Queria cumprimentar o Senador Paulo Paim, lá do meu Estado, o Rio Grande do Sul – é uma satisfação vê-lo –; o Senador José Pimentel, que tem sido um grande parceiro da classe contábil, nos assuntos que dizem respeito à nossa profissão, aqui, no Congresso, e junto ao próprio Governo Federal.

Queria saudar todos os dirigentes das entidades da classe contábil, presidentes de federações, sindicatos, dirigentes; os meus colegas conselheiros, do Conselho Federal de Contabilidade, que também nos acompanham aqui.

Queria cumprimentar toda a assessoria desta Comissão e dizer que é uma satisfação para nós, do Conselho Federal, estar aqui participando desta audiência. Agradeço o convite.

O nosso Presidente atual, José Martonio Alves Coelho, que é da terra do Senador José Pimentel, lá do Ceará, me incumbiu de fazer esta representação do Conselho.

O Presidente Juarez Carneiro era o Presidente na gestão 2010/2013 e, no final do ano, passou, então, essa função ao Presidente Martonio.

O nosso objetivo aqui é trazer alguns esclarecimentos sobre esse tema, que reputamos da mais alta importância dentro da nossa profissão.

Eu queria dizer, inicialmente, que a nossa lei orgânica, a lei da profissão contábil, é uma lei que data de 1946. Então, ela já, há algum tempo, reclamava uma atualização técnica no seu conteúdo, porque a própria nomenclatura, os termos que são usados na lei já não condizem mais com a realidade dos dias de hoje.

Então, preocupado com essa questão, o Conselho Federal, com outras entidades da classe contábil, já vem, há algum tempo, discutindo alterações nessa lei orgânica.

Isso é verdade, tanto que, há dez anos, por volta de 1995, Senador Moka, foi criado um grupo de trabalho no Conselho Federal, para se debruçar exclusivamente sobre as alterações por que essa lei orgânica da nossa profissão reclamava. E esse grupo de trabalho é que foi, então, responsável por fazer essas proposições, que foram depois submetidas ao Governo Federal, para que pudéssemos propor essa atualização da lei.

Nesse período, diversas audiências públicas foram realizadas em todo o Território brasileiro. Nos 26 Estados do Brasil e no Distrito Federal, foram realizadas audiências públicas, para debater alterações da nossa lei orgânica, a Lei nº 9.295.

Precisamos fazer esse esclarecimento, porque parece ou passa-se a ideia de que eventualmente tenha sido um projeto elaborado em gabinete, que foi encaminhado para o Governo, sem nenhuma discussão. Isso não é verdade. Esse projeto foi amplamente debatido dentro da classe, e de lá é que saiu a proposição.

Também o Conselho Federal, preocupado com essa questão do ensino, já tem, mantém, há muito tempo, uma comissão de especialistas na área de educação para discutir os problemas da formação do técnico em contabilidade e do bacharel em Ciências Contábeis. E esta Comissão também participou com sugestões em diversos momentos da nossa história. Como exemplo, temos, no ano 2000, a proposta do governo de criação dos cursos sequenciais, que eram cursos complementares ao ensino médio, numa preocupação e reconhecimento do próprio governo, na época, de que o ensino médio tinha carências. E isso é reconhecido até hoje. O Pronatec é um exemplo disso.

Então, com essa preocupação foram criados os cursos sequenciais. Já naquele momento, o Conselho Federal de Contabilidade se preocupou com isso, para ver a situação do registro desses profissionais e como seriam tratados esses cursos sequenciais no âmbito das prerrogativas da nossa produção.

Então, para nós, esse não é um assunto novo. De certa forma até nos causa um pouco de surpresa essa discussão estar vindo agora, já depois de quatro anos da lei em vigor, porque tivemos tempo suficiente – e acho sempre oportuno a gente rediscutir as questões legais também –, mas houve, sim, um espaço de discussão dessa matéria no tempo oportuno.

Queria passar aqui, Senador, rapidamente alguns dados também importantes para que possamos nos situar melhor dentro desse universo e entender um pouco mais o que está acontecendo de fato na nossa profissão e o que vai acontecer com essa medida. Volto a frisar e destaco, com bastante ênfase, que não estamos extinguindo o técnico em contabilidade, de maneira alguma. Isso está sendo totalmente preservado no texto da lei. O que se está extinguindo, na verdade, é a possibilidade de que os técnicos em contabilidade que

vierem a concluir o curso depois de junho de 2015 obterem o registro profissional e terem prerrogativas de exercício da profissão.

Aqui são dados da nossa profissão hoje no Brasil. Número de contadores: 300.770; técnicos de contabilidade: 187 mil.

Total de 488 mil profissionais ativos; 82.564 organizações contáveis.

E elas atendem a esse universo de praticamente de seis milhões, arredondados. Seis milhões de micro e pequenas empresas no Brasil; 5.562 prefeituras; 26 Estados; Distrito Federal. A União também tem profissionais da contabilidade que fazem e uma inúmera quantidade de entidades do terceiro setor que são atendidos por esse universo de 488 mil profissionais da contabilidade no Brasil.

Quero mostrar aqui uma pequena evolução do número da quantidade de profissionais que temos hoje, contadores e técnicos em contabilidade, assim começamos a entender um pouco a realidade.

Em 1995, tínhamos cem mil contadores registrados no Conselho. Passados 15 anos, esse número triplicou. Hoje, somos trezentos mil.

De onde veio esse crescimento significativo? Evidentemente da procura maior pelo curso e da expansão do ensino superior no Brasil. Há 15 anos, tínhamos um pouco mais de mil universidades, instituições de ensino superior no Brasil. Hoje, esse número já passa de 2.300. Então, há uma oferta muito maior de curso superior, o que fez com que grande maioria já fosse também cursar o curso superior, inclusive muitos dos técnicos em contabilidade. Isso, inclusive, já foi comentado aqui e contribuiu para a própria qualificação do curso.

Em sentido contrário, os técnicos em contabilidade decresceram nesse período. Baixaram de 218 mil para 187 mil. Ou seja, uma regressão que não tem nada a ver com o texto da lei que foi aprovada. Ela tem outras conseqüências: a redução da oferta dos cursos de técnicos em contabilidade e o próprio reconhecimento do aluno de que esse curso não lhe condições necessárias para exercer a profissão no conjunto das prerrogativas profissionais que ele tem pela lei.

Aqui estão os dados. Do ensino superior no Brasil, hoje temos 2.377 instituições, das quais mais de 1.200 oferecem o curso de bacharelado em Ciências Contábeis no nosso País. Ou seja, há uma oferta expressiva de cursos superiores, o que é incentivado inclusive pelo Conselho para que todos façam o curso superior e detenham as prerrogativas plenas da nossa profissão.

Para vocês terem uma ideia, a grade curricular proposta pelo Conselho Federal de Contabilidade, num modelo padrão de curso superior, propõe 900 horas de formação básica no curso de bacharel em Ciências Contábeis, distribuídos nessas disciplinas ali elencadas.

E propõe 1.680 horas de conteúdo de formação profissional específica, que é o mínimo que entendemos como necessário e compatível para que o profissional possa ter as prerrogativas que ele possui hoje na nossa legislação (Decreto-Lei nº 9.295) e mais 420 horas de formação técnico prática.

Sem essa quantidade de horas, fica muito difícil – eu diria que fica até quase impossível – que ele possa ter as prerrogativas plenas do exercício da profissão.

Quanto aos técnicos em Contabilidade, trago aqui, por exemplo, duas grades curriculares de duas instituições de ensino. Uma delas é de Goiás e oferece o curso de Técnico em Contabilidade com uma carga horária de 1.060 horas. Dentro dessa carga horária, apenas 340 horas são de disciplinas específicas de Contabilidade, ou seja, é um tempo, uma carga horária totalmente insuficiente para que ele tenha condições de assimilar os conhecimentos mínimos para o exercício da profissão no conjunto das suas prerrogativas. Outra escola é do meu Estado, o Rio Grande do Sul, e também oferece o curso de Técnico em Contabilidade com 1.060 horas de carga horária total e com apenas 390 horas de disciplinas específicas de Contabilidade.

Ora, é só fazer uma comparação: se, no curso superior, nós entendemos que é preciso, no mínimo, 1.680 horas de conteúdo específico de matéria contábil para que se tenha o domínio básico da profissão, das prerrogativas da profissão, como é que nós vamos conseguir obter isso dentro de um curso que oferece apenas 390 horas/aula? Ou seja, vamos ver que tipo de formação profissional nós estamos dando para esse aluno do curso Técnico em Contabilidade.

Aqui, há o exemplo de um curso a distância – a gente o buscou na internet – que é oferecido de Técnico em Contabilidade.

(Soa a campainha.)

O SR. ZULMIR IVÂNIO BREDÁ – Chama a atenção o fato de que se diz: “Conclua o curso em apenas três meses.” Gente, três meses para fazer um curso e dar condição de prerrogativas profissionais quase plenas, vamos convir, é muito pouco tempo, é insuficiente.

O próprio Pronatec, do Governo Federal, que é um programa de incentivo aos cursos técnicos e de qualificação dos cursos técnicos, possui 644 opções diferentes para incentivo aos cursos de nível técnico. Pois bem, o nosso curso de Técnico em Contabilidade não está previsto nesses 644 cursos que o Pronatec oferece hoje,

ou seja, não está priorizado pelo próprio Governo como um curso cuja inscrição deveria ser incentivada. Mesmo nas 291 mil vagas que serão oferecidas neste ano de 2014, em 122 cursos que foram selecionados, o curso de Técnico em Contabilidade também não está previsto.

A profissão contábil passou, nos últimos dez anos, por uma transformação substancial. Houve uma quantidade expressiva de normas de Contabilidade editadas, em função do processo de convergência da Contabilidade brasileira ao padrão internacional, o que era uma coisa necessária para colocar nosso País em nível de competitividade com os países estrangeiros, para termos a condição de uma economia desenvolvida. Para isso, foi editado todo esse quantitativo de normas em menos de cinco anos, quantitativo esse que é praticamente impossível que passemos para um aluno num curso em que são oferecidas 390 horas/aula de ensino de Contabilidade.

Vocês poderão dizer, como o colega Marcone disse: “Ah, mas há técnicos em Contabilidade que trabalham só com micro e pequenas empresas e que não utilizam e não precisam conhecer essa legislação.” Gente, quando ele conclui um curso de Técnico em Contabilidade, ele recebe um registro no Conselho que dá prerrogativa para ele assinar o balanço e fazer a contabilidade de qualquer empresa no Brasil, inclusive do Banco do Brasil, da Companhia Siderúrgica Nacional, da Vale do Rio Doce, da Gerdau, da Randon, de todas elas. O técnico em Contabilidade tem a prerrogativa de assinar balanço de qualquer empresa. Então, como é que vou dizer para ele que ele vai sair do curso de Técnico em Contabilidade para assinar balanço só de padaria, como o colega Marcone disse? Eu não posso escrever no diploma dele “sou técnico em Contabilidade para fazer contabilidade de padaria”. Ele sai do curso para fazer a contabilidade da Gerdau, da Vale do Rio Doce, da Companhia Siderúrgica Nacional. Esse é o registro, e ele tem a habilitação legal para fazer isso. Como é que posso fazer essa distinção? Vamos criar categorias diferentes? Isso é impossível. Então, esse conjunto de normativo tem de ser dominado pelo profissional, seja ele técnico em Contabilidade, seja ele contador, porque não sei onde ele vai trabalhar, não tenho ideia disso quando concedo o registro para ele.

Há as habilidades e competências exigidas de um profissional segundo o próprio Conselho Nacional de Educação. Há ali um conjunto elencado de exigências totalmente incompatíveis com a possibilidade de nós passarmos minimamente esse conjunto de conhecimentos naquele quantitativo de horas que um curso de Técnico em Contabilidade oferece para todos os que nele militam.

Não me vou estender, Sr. Presidente, em função do tempo, mas eu queria dizer que nós temos de ter essa preocupação. O Conselho Federal tem uma preocupação quanto à qualificação do ensino no Brasil. Essa qualificação é uma preocupação do Governo Federal, e o Conselho dela compartilha. Agora, o que não conseguimos mais compatibilizar nos dias de hoje é o volume de prerrogativas profissionais que tem o técnico em Contabilidade com a quantidade de horas que o ensino lhe oferece para a realização desse curso.

Há, inclusive, cursos a distância como o que mostrei ali que oferecem a conclusão em três meses. Vamos imaginar: um aluno que faz esse curso a distância em três meses tem condições de assimilar todo o conteúdo técnico, para sair dali com o registro no Conselho de Técnico em Contabilidade que lhe dê condição de fazer a contabilidade de uma grande ou média empresa? Ele não tem condições de fazer isso.

Não somos contra o técnico, de maneira alguma. O Conselho é totalmente a favor do técnico. Há quase 200 mil técnicos em Contabilidade que têm suas prerrogativas totalmente garantidas. Tivemos a preocupação de, no texto da lei que foi discutido à época no Congresso e na Casa Civil, dar esse espaço de cinco anos, para que o mercado se adaptasse a essa realidade e absorvesse todos os técnicos em Contabilidade que se registrassem até aquele momento. A partir daquele momento, sim, então, a gente teria a condição de não mais registrar.

Isso não significa, de maneira alguma, que os cursos de Técnico em Contabilidade no Brasil desapareçam. Pelo contrário, todos eles continuarão a existir. Apenas o formado naquele curso, com seu diploma, não poderá mais ter a prerrogativa legal de exercício da profissão com responsabilidade de técnico, o que é outra situação. Mas todos os demais estão garantidos, os seus direitos estão plenamente assegurados.

Era isso o que eu queria colocar, para esclarecer a questão. Muitas vezes, parece que nós estamos extinguindo o curso. Não! O Conselho nem tem a competência para extinguir cursos de Contabilidade, de maneira alguma. O que nós estamos extinguindo, na verdade, é a possibilidade da obtenção do registro, que fica totalmente aberto, evidentemente, no bacharelado de Ciências Contábeis.

Então, era isso. Eu queria agradecer a todos a presença. Eu queria agradecer a atenção e também me colocar à disposição para responder às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecemos ao Sr. Zulmir Ivânio Breda, que representa aqui o Presidente do Conselho Federal de Contabilidade.

Quero passar a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Quero saudar o nosso Senador Moka, Presidente desta reunião.

Quero saudar nossos convidados e o Paim, nosso companheiro.

Começo registrando que temos o hábito – o Paim nos ensinou isto – de ser muito sinceros com as pessoas, para não vendermos ilusão nem criarmos falsa expectativa. Nós não fazemos isso. A iniciativa de alteração dessa matéria é privativa do Executivo. Há decisões reiteradas do Supremo Tribunal Federal determinando que o Legislativo não pode promover alteração em legislação que trata de conselhos representantes de profissões, de categorias.

Então, o primeiro registro é esse, para que não criemos aqui a expectativa de que, sem o concurso do Executivo, nós vamos fazer alguma coisa. O Supremo Tribunal Federal já decidiu que a competência é do Supremo Tribunal Federal. Quero registrar isso, para que vocês, ao saírem daqui, não criem a expectativa de que o Parlamento pode apresentar projeto de lei sobre essa matéria, porque ele não pode fazê-lo. Se apresentar, será decidido pela inconstitucionalidade.

É bom registrar também que, após a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a competência em relação a essa matéria, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, em 2011, baixou uma resolução no sentido de que qualquer projeto de lei sobre esse tema não seria apreciado. Essa foi uma decisão da CCJ, tomada por unanimidade em 2011.

Faço esse registro, para que possamos ter um diálogo franco, colher sugestões e construir um ambiente em que possamos evoluir, para se chegar à vontade das partes.

A segunda questão que quero registrar é que, como todos nós sabemos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação é de 1996 e que foi ela que tratou dessa matéria, não a de 2010. A Lei de 1996 extinguiu esses cursos técnicos, e foi dado um prazo de adequação. É por isso que o MEC, em 2004, baixou a resolução a partir do Conselho Nacional de Educação, que é uma instituição bipartite, pois são a sociedade e o Governo que tratam desse tema. Entende-se que o Governo aí é formado pelos representantes dos Municípios, dos Estados e do Governo Federal. Vocês conhecem muito bem a composição da sociedade civil dentro do Conselho Nacional de Educação.

Aquela resolução que o Prof. Zulmir aqui apresenta é de 2004 e já disciplina essa matéria. O que foi feito na medida provisória encaminhada pelo Executivo, com esse conjunto de matérias que, é verdade, o Prof. Luiz Sergio aqui registra? Trata-se da Medida Provisória nº 472, de 2009. Até a decisão do Supremo Tribunal Federal em junho de 2011, a medida provisória tratava dos mais variados temas, e não se instalava a comissão mista de apreciação da medida provisória, pois a matéria seguia diretamente para o plenário.

Na Câmara, o Relator dessa matéria foi o Deputado Marcelo Ortiz, do PV de São Paulo. Portanto, foi ele que construiu todo o parecer sobre esse tema na Câmara Federal. E se votou, e, por maioria de voto, foi aprovado. Aqui, no Senado Federal, o Relator revisor – esta foi a segunda Casa a analisar a matéria – foi o Senador Romero Jucá, que também confirmou o que a Câmara tinha aprovado.

Estou colocando essas coisas, para que tenhamos a clareza do processo legislativo, de como se deu esse processo, para tirar aquela imagem que alguns aqui colocaram de que esse foi um golpe feito por baixo do pano. Não o foi. Isso foi feito com um debate franco, direto, com o concurso dos 513 Deputados Federais e dos 81 Senadores.

É evidente que, na época – eu estava resgatando aqui o parecer do Deputado Marcelo Ortiz –, foi construído o prazo de cinco anos. Aqui, não se trata de profissão. Aqui, trata-se de registro. Quem tratou dos cursos foi a Lei de Diretrizes e Bases em 1996. A gente não quer vender aqui uma imagem. O que o Deputado Ortiz e o Senador Romero Jucá fizeram foi tratar do registro e da regulação da profissão, não do conteúdo ou do curso técnico de Contabilidade. Precisamos separar muito bem as coisas.

No debate em torno da atualização da Lei de Regência, que era de 1946 e que aqui sofreu alteração, foram exigidas muitas coisas nas profissões, mas destaco duas coisas básicas: uma delas é o exame prévio; a outra é o registro para o exercício da profissão. O registro para o exercício da profissão vem de 1946. E, aqui, houve uma redefinição da necessidade do exame e, consequentemente, da continuidade do registro.

Nesse período, foi dado um prazo de cinco anos, como aqui já foi registrado, até junho de 2015, para adequar aqueles que renovarão o registro. Aqui, nesta Lei, não se trata da extinção de nenhuma profissão. O que se fez aqui, volto a dizer, foi introduzir a exigência do exame e do registro, como acontece com os advogados. Na verdade, essa matéria tem uma identificação – é uma cópia – com os estatutos da OAB. Antes da Lei de Regência da Advocacia, havia o chamado rábula, o advogado prático, que não tinha frequentado a faculdade e que exercia a atividade. Aí foi introduzida, nos anos 90, a obrigatoriedade do exame da OAB para o exercício da atividade, e tivemos também um embate duro aqui, no Congresso Nacional. Sou advogado, não sou contabilista. Acompanho a contabilidade em face da minha atividade bancária. Tenho a obrigação de ter uma noção sobre isso.

Temos assistido, nos últimos anos, a um crescimento significativo da micro e da pequena empresa. Essa é uma política de governo, por se ter a clareza de que um País continental como o nosso ou estrutura a micro e pequena empresa ou não será desenvolvido. Aí veio a Lei Complementar nº 123, de 2006. Até ali, havia 1,337 milhão de micro e pequenas empresas formadas no Brasil. Fizemos uma alteração muito profunda nessa matéria, e ela só foi possível porque asseguramos a reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele foi reeleito em outubro e criou as condições políticas no Brasil para estruturar a micro e pequena empresa. Em dezembro de 2006, nós aprovamos a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Hoje, há 8,405 milhões – um pouco mais do que estava ali – de micro e pequenas empresas e de empreendedores individuais registrados no Brasil. Terminamos de analisar isso agora, no dia 31 de janeiro de 2014. Há aqueles prazos de migração, e as empresas continuam se formalizando.

Desse público, em torno de 3,5 milhões são empreendedores individuais. Até 2008, o Estado nacional vivia de costas para o pipoqueiro, o borracheiro, o pequeno negócio, e nós temos a clareza de que ninguém nasce grande. Você tem que ter as condições para poder crescer. É por isso que a gente tem muito orgulho desse público, porque é quem gera emprego neste Brasil.

Se pegarmos de 2009 para cá, retirarmos as empresas que estão fora do Simples, nós teríamos crescimento negativo de empregos no Brasil. Em 2013, no último ano, nós deveríamos ter um saldo negativo da ordem de 470 mil empregos. Portanto, a micro, a pequena e o empreendedor individual, que tem direito apenas a um empregado, cobriram os quase 500 mil empregos negativos das empresas do lucro presumido e do lucro real. Cobriram isso e ainda tiveram um saldo de 1,1 milhão de empregos. Então, a micro e a pequena empresa geraram a mais, em 2013, em torno de 1,6 milhão de empregos. Cobriram a média e a grande, e sobrou um saldo positivo de 1,1 milhão. Se você pegar os 260 mil empregos formais a mais, gerados em fevereiro, sobre o saldo de janeiro, veremos que a micro e a pequena empresa e o empreendedor individual são os responsáveis por esse saldo.

É evidente que você tem alguns ramos da atividade econômica que também têm gerado emprego. Um exemplo concreto é a construção civil. São pontuais, mas a regra geral é que o saldo da média e da grande, desde 2010, 2011, final de 2009, é negativo no Brasil, a exemplo do que acontece no Mercado Comum Europeu, no mercado norte-americano, porque esse é um rearranjo do mundo da produção e do consumo.

Nós fizemos isso por ter clareza de que o Brasil precisa criar um forte mercado de consumo e de massas. É por isso que o setor de serviços e o comércio têm crescido mais do que a indústria. Essa forma de fazer está vinculada também ao ganho real da massa salarial, tendo como base o salário mínimo – o nosso Moka e o Paim são dois grandes propositores aqui. Portanto, temos essa política de ganho real. Queremos chegar, por volta dos anos 2030, logo aqui, a um salário mínimo aproximadamente de US\$800. Ele hoje está na casa dos US\$320. Então, é uma política voltada para isso e, junto com isso, a micro e a pequena empresa.

Eu fico muito feliz quando abro os dados das universidades e vejo que o curso de Contabilidade está entre os cinco cursos mais procurados do Brasil. Exatamente por conta desse mercado. Eu tenho visto também que muitos estudantes dos dois últimos anos já estão sendo contratados ou convidados para trabalhar em atividades afins, para, quando terminarem o seu curso, estarem vinculados. Pois é exatamente o contrário: o que nós estamos tendo é uma procura mais por mão de obra. Se assim não fosse, o curso de Contabilidade voltaria aos números de 80 e 90, o que não precisa registrar aqui. Vocês já apresentaram.

Estamos votando também o PNE – Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos. Ele vigorará nos 10 anos seguintes após a sua aprovação. E, ali, estamos fixando a meta de que, no mínimo 40% da sociedade brasileira, entre 18 e 29 anos de idade, terão a graduação ou estarão cursando a graduação.

Estamos fazendo isso para preparar o Brasil para o grande embate de concorrência com o mercado internacional e, ao mesmo tempo, para a formação da mão de obra das nossas famílias. Essa é uma opção do Estado nacional que está sendo aprovada por unanimidade. E, dentro desse desenho, nós deveremos ter 25% dos cursos superiores de graduação públicos e 75% dos cursos de graduação particulares. Nós temos uma leitura aqui, no Congresso Nacional, e no Governo de que a escola pública e a escola particular fazem parte de uma mesma árvore, que é qualificar e formar bem a nossa juventude, e elas se complementam, se fiscalizam, se estruturam e criam esse ambiente. É por isso que resolvemos criar o programa Ciência sem Fronteiras, cujo objetivo é levar nossos jovens para o exterior para estudarem nas melhores escolas que o mundo oferece e depois voltarem a ser cientistas no Brasil, ser professores e, conseqüentemente, nos ajudar nesse novo desenho.

É evidente que, nesse processo, nós não vamos esquecer as famílias nem os trabalhadores. Estamos preparando o Brasil para a realidade que está acontecendo hoje. E queremos que amanhã continue melhorando cada vez mais.

Por isso, sou daqueles que entendem que a audiência é importante, mas quero deixar claro que a competência para modificar essa legislação, por decisão do Supremo Tribunal Federal, é privativa do Executivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço a participação do Senador José Pimentel, Líder do Governo no Senado.

Passo a palavra ao Senador que é proponente da audiência pública, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, e todos os convidados da Mesa. Para ganhar tempo, não vou citar um por um, até porque nós temos desdobramentos ainda no plenário hoje de uma série de reuniões e audiências.

Primeiro, fui procurado para tratar desse tema. Sou meio apaixonado pela audiência pública. Devo ser o Senador que mais fez audiência pública na história do Parlamento brasileiro. E tenho orgulho disso, porque acho que é nesse momento que a controvérsia vai ao debate, e a gente procura buscar caminhos do entendimento, como fizemos aqui em diversas reuniões.

Logo que fui procurado, eu disse: “Eu sei que o tema é polêmico. Eu me disponho a participar, mas quero ouvir todos os lados.” E é isso o que nós estamos fazendo hoje aqui, com a participação, brilhante como sempre, do Senador Pimentel, que é o Líder do Governo. E o Pimentel já me alertava: “Paim, não dá para apresentar projeto porque isso é de iniciativa do Executivo.” Eu disse: “Bom, você coloque lá para que todos fiquem sabendo em que estágio está esse debate, da onde veio, o que podemos efetivamente fazer.” Pelo que percebo aqui, pela exposição inclusive do Pimentel e da Mesa, nós teríamos que achar um outro caminho, mas teria que ser um caminho negociado amplamente com o Executivo, já que este detalhe ele havia me falado: “Coloque lá.” Por isso que pedi para ele falar primeiro, e ele está colocando aqui, com muita competência, que há essa decisão inclusive da CCJ. Nem que apresentássemos um projeto, ele não seria apreciado. Ele iria direto para o Arquivo.

Por isso acho que, neste momento, cabe, nesta audiência pública, ver se há espaço para um entendimento, para algum tipo de negociação que passe por todos os senhores e que passará também por um diálogo no Executivo.

Esse é o quadro que se apresenta.

Volto a palavra à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, conforme eu havia prometido, vou agora inverter a ordem.

Confesso, quero dizer, que o assunto precisa de um novo encaminhamento. Pelo menos esse é o meu sentimento. Acho que o Conselho Federal vai ter que reabrir essa discussão com o pessoal, e a forma mais forte de vocês resolverem isso é vocês iniciarem essa conversa entre o Conselho e os representantes aqui dos técnicos em Contabilidade. Essa é uma opinião pessoal – não é a do Presidente – sobre o encaminhamento que a gente daria. Se vocês tiverem o entendimento de iniciar essa conversa, que eu e o Senador Paulo Paim, com muito prazer, poderíamos fazer – eu teria um enorme prazer –, é claro que aí nós chamaríamos exatamente o Pimentel. É claro que o Conselho tem que permitir isso, porque, se nós chegarmos com uma proposta para o Executivo que represente um consenso, estaremos muito próximos de uma solução. Agora, se vocês não tiverem esse entendimento, dificilmente nós vamos ter condições também de alterar isso. E aí, embora até dizendo que haja decisão do Supremo, evidentemente que imagino que essa matéria vá parar no Judiciário. Não tenho a menor dúvida disso. Pela experiência que tenho aqui, Paim, acho que teríamos que procurar esse encaminhamento.

Sou médico. Dei aula, como professor, durante 15 anos. Mas a minha experiência, experiência longa – é o meu nono mandato; são 32 anos –, foi adquirida aqui. E todas as vezes que esta Comissão se propôs a acompanhar isso, Paim, a gente sempre deu conta de criar um encaminhamento que fosse pelo menos, se não o melhor, mas pelo menos convergente, encaminhando uma solução.

Agora, passo a palavra, de forma invertida, ao representante do Presidente do Conselho Federal de Contabilidade, o Sr. Zulmir Ivânio Breda.

O SR. ZULMIR IVÂNIO BREDÁ – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Sou vou pedir que vocês sejam bem breves mesmo, até porque, conforme o Paim já disse, nós vamos ter uma sessão que se inicia agora ao meio-dia. Não vai iniciar ao meio-dia. Acredito que dá para a gente falar uns três ou quatro minutos cada um, porque, na verdade, trata-se de um encaminhamento final.

O SR. ZULMIR IVÂNIO BREDÁ – Com certeza.

Na verdade, Presidente, o que coloco e reforço é que essa matéria já foi discutida e debatida dentro da classe. Evidentemente que nós jamais nos furtaremos a debatê-la novamente. Isso seria até antidemocrático. Jamais faríamos isso. Vamos debater como estamos debatendo hoje aqui.

Agora, para que esta discussão tenha reinício, digamos assim, nós precisaríamos ter outras partes envolvidas também aqui presentes nesta discussão. E uma delas, que reputo fundamental, é o Ministério da Educação, porque a nossa questão de fundo nesse problema, Senador Paim, diz respeito exatamente à formação

desse técnico em Contabilidade em confronto com as prerrogativas profissionais que ele tem. Com o passar do tempo, a gente percebeu que houve, na verdade, uma certa... degradação, talvez, não seja a palavra correta, porque, na verdade, houve um enxugamento, uma redução da carga horária, e o próprio Prof. Oscar aqui dizia que no mínimo 800 horas de ensino específico deveriam haver no ensino médio para que a gente tivesse condição mínima de ter conhecimentos técnicos compatíveis com as prerrogativas profissionais e legais que a lei autoriza. Os especialistas nessa área já fizeram pareceres a respeito e mencionam que esse curso técnico, para ser compatível com as prerrogativas hoje existentes, teria que ter no mínimo 2.000 horas de duração – hoje ele tem cerca de 1.000, 1.060 –, e, dessas 2.000 horas, 60% delas deveriam ser de conteúdo específico de matéria contábil.

Nós queremos oferecer para a sociedade um profissional que tenha qualificação suficiente para dar conta da demanda que o mercado tem. Esse é o objetivo do Conselho. O Conselho não tem o objetivo de dificultar o exercício profissional. Pelo contrário, nós temos que incentivar, colocar mais profissionais no mercado. Só que profissionais cada vez mais qualificados.

Essa é a nossa busca, a nossa luta.

Nos entendimentos, nas discussões que temos tido ao longo dos anos com o Ministério da Educação, nós não conseguimos avançar nesse aspecto de aumentar a carga horária específica dos cursos técnicos de Contabilidade. Essa foi a grande dificuldade que se teve, Senador Paim. Então, para reabrir esta discussão, precisaríamos chamar também os técnicos do Ministério da Educação para conversarmos a respeito disso. Se esse curso vier a ter, efetivamente, uma outra conotação, uma outra concepção, talvez a gente possa até discutir essa questão nesse ponto.

Era essa a colocação que eu queria fazer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu agradeço a objetividade do Zulmir Ivânio Breda.

Na sequência, passo a palavra ao técnico em Contabilidade e Presidente do Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre, Daniel Souza dos Santos.

O SR. DANIEL SOUZA DOS SANTOS – Obrigado.

Bom, da última vez em que fiz a exposição, não apresentei a última lâmina. Todo mundo mostrou o seu currículo, e eu não mostrei o meu. Então, vou aproveitar esse 1min 30s para falar sobre isso.

Além de ser ex-Presidente, continuo na gestão do Sindicato dos Contabilistas como 2º Vice-Presidente. Sou o Presidente atual da CGTB-RS, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil. Já fui conselheiro da ilustre Casa, conselheiro do CRC, na gestão de 2009 a 2010. Sou empresário contábil também. Atualmente sou conselheiro do Conselho Econômico de Desenvolvimento Social – por isso aquela minha leitura social, porque me preocupa muito isso – do Estado do Rio Grande do Sul. E estudante do 7º semestre do curso de Ciências Contábeis da faculdade de Porto Alegre, FATO.

Bom, só para colocar também outra parte da verdade, que anotei enquanto o Prof. Oscar falava.

Se é verdade que chegam técnicos despreparados no mercado de trabalho, também não é menos verdade o oposto: contadores recém-formados, que passaram quatro anos nos bancos acadêmicos, mesmo assim chegam despreparados.

Não é bem questionar o que o senhor colocou, mas é só trazer essa outra realidade também, que o senhor também comentou. Na condição de empresário e estudante, hoje recebo muitas propostas das pessoas que estão se formando junto comigo porque estão chegando ao fim de uma faculdade e não tem prática, não tem o desenvolvimento da ciência, não tem isso aplicado

Isso também nos preocupa. Como foi dito no início aqui, eu acho que tem que ser feita uma leitura sobre a categoria inteira. Parece que estamos separando o técnico e não estamos preocupados com o ensino de forma geral. Porque, hoje, o ensino é precário, sabemos disso. Então, vamos nos juntar e aproveitar este momento para, quem sabe, rever como está chegando esse profissional no mercado, e não só o técnico, o contador também. O aluno que está se formando também está chegando com deficiência. De repente, é o momento de refletirmos sobre isso, se já não passou o momento, mas nunca é tarde. Que possamos, de repente, aproveitar o ensejo e trazer novamente o técnico. Eu não me lembro de ter sido discutida anteriormente, embora não seja matéria do Conselho, a seguinte questão: “Olha, vamos reformular a grade curricular dos técnicos também. Está errado. Vamos fazer isso. Vamos juntar o MEC, vamos conversar com eles para que seja refeito isso”. Não houve esse esforço, não houve esse interesse. Parece que foi simplesmente: “Bom, o MEC está dizendo que não dá, não deu”. Tomara eu esteja errado, mas a leitura que se tem hoje é justamente essa.

Eu acho que está bom. Já falei o suficiente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Daniel, eu só queria perguntar se, da sua parte, como Presidente do Sindicato, você toparia essa nova discussão. Isso pode ser o início.

O SR. DANIEL SOUZA DOS SANTOS – Sim, claro que sim. É o início. Eu acho que toda porta aberta para o diálogo é necessária, é importante. Temos que abrir esse diálogo, sim, mas, desta vez, como disse o Presidente Breda, trazendo o pessoal da educação, o MEC, a sociedade civil, de forma mais ampla, e as centrais, que também têm interesse nisso porque trabalham diretamente com pessoas dos mais diversos níveis. Por que não? Eu acho que sim.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O professor universitário e contador Marcone Hahan de Souza.

O SR. MARCONE HAHAN DE SOUZA – Bom, vou comentar alguns dados só para que fique bem claro. Com relação ao número de contadores, que aumentou nos últimos anos, é que aumentou o número de universitários, inclusive de contadores.

Quanto aos técnicos, no meu entendimento – desculpe se a palavra é forte – sempre pairou uma nuvem sobre os técnicos, pela sua extinção. Em 1985, o CFC criou um grupo de trabalho; todos sabiam que trataria da extinção dos técnicos. Em 2002, o CRC editou uma resolução, que só foi derrubada judicialmente, que tratava do fim do registro dos técnicos. Em 2010, foi editada a lei definindo uma data final. Em 2015, haverá a lei. Vocês querem que nesses 15 anos aumente o número de técnicos? Não vai aumentar mesmo. Eu pergunto: se eu tivesse um filho hoje na idade de estudar para técnico em contabilidade, por que eu iria incentivá-lo a estudar se eu não sei se vai haver registro ou não? Lógico que vai diminuir esse número.

Outro detalhe sobre esse amplo debate da legislação: a medida provisória – o Luiz Sergio é dessa área – tratava de outro tema. O texto original da medida provisória não falava em contabilidade e em CRC. Não falava. Vocês peguem o texto e olhem. Não falava. Na conversão da lei é que entrou esse detalhe. Pessoal, extinção do registro de técnico em contabilidade, conforme já disse, também é extinção do curso. Não há por que se formar técnico em contabilidade se não há registro.

Mas concordo plenamente, na linha em que estamos indo, com um amplo debate. E vou levantar algumas coisas aqui. Por exemplo, eu entendo que tem de haver uma redefinição. Vai aumentar a carga horária no curso técnico? Isso é possível ou não? O MEC tem que dizer isso. Haverá mais matérias? De repente, o caminho pode se o de tecnólogo. Por que não?

Diferentemente do que o Zulmir falou, entendo até que já existem, hoje, dentro da profissão, definições bem claras. Auditoria o técnico não pode fazer; perícia o técnico não pode fazer. O técnico não pode fazer a análise de um balanço que outra pessoa assinou. Por que não dividir essas funções? Por exemplo, a empresa com faturamento x até y, um faturamento mais baixo, o técnico pode assinar; mais alto, não. Ou por tributação. Simples lucro presumido, assina; lucro real é o contador. Ou pode ser por algumas atividades específicas. Ou seja, podemos criar formas, sim, para que o técnico não seja jogado fora.

Mas existe um problema muito grave, e isso eu acho que temos que deixar claro, uma certidão de óbito assinada e datada: a partir de 1º de junho de 2015 não pode haver mais registro. Isso precisa cair. Nós precisamos definir isso aqui, mas temos que tirar essa certidão de óbito, torná-la sem efeito, pois os técnicos morrem, e os novos não terão registro a partir de 1º de junho de 2015. Vamos pensar, vamos definir. E nós estamos abertos. O Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre, a Federação dos Contabilistas do Rio Grande do Sul, todo mundo está aberto a discutir. Agora, não dá para discutir... Sabemos que o nosso Legislativo...

(Soa a campanha.)

O SR. MARCONE HAHAN DE SOUZA – ... é demorado, às vezes, muitos temas são debatidos nesta Casa. Nós temos que retirar a certidão de óbito. E vamos debater. Quando chegarmos a um consenso, diremos: “Está aqui. A definição foi esta”. Cada um cedendo um pouco, eu acho que chegaremos a um acordo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo a palavra ao Sr. Oscar Lopes da Silva, professor universitário e especialista em contabilidade e auditoria.

O SR. OSCAR LOPES DA SILVA – Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Davim, que, pela primeira vez, está mudando uma concepção muito grande minha como cidadão. O que o senhor fez aqui hoje foi nada mais que o *marketing* da verdade. Escutamos muitas coisas, as pessoas sempre querem postergar ou ser clientelistas, e o senhor fez algo hoje aqui que mudou minha concepção de cidadão em relação ao Senado. Se todos fossem assim, talvez o Brasil fosse melhor. Parabéns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só para ajudar, é o Senador Pimentel. O senhor falou Paulo Davim. Paulo Davim foi quem assinou o requerimento.

O SR. OSCAR LOPES DA SILVA – É isso. Desculpe. Senador José Pimentel.

Mas eu quero lembrar uma coisa: nós estamos vendo cerca de 50 pessoas aqui hoje na plateia, nesta reunião. Eu participei, com o Professor Boarin, falecido, de todas as questões do Pronatec, que à época não se chamava Pronatec. Sem discriminar ninguém, mas eu me lembro que no curso de Maquiagem e Estética havia 39 representantes para lançar o curso; no de Administração havia 31, constantemente; no de Economia, mais 30; no de Contabilidade, eu e o Professor Boarin. Nós estamos atrasados em muitas áreas, esperando as coisas acontecerem para tomar providências em nossa classe. É triste isso. Nessa época, 2001, 2002, mais ou menos, eu saía de Minas e o Professor Boarin de São Paulo. Eu vim de ônibus a Brasília, várias vezes, porque ninguém nos patrocinava nessas reuniões. No Conselho Nacional de Educação eu passei a vergonha de ouvir: “Que importância tem isso? Duas pessoas representando vocês?”. Nenhum sindicato, nenhuma federação, ninguém. Só eu.

Mas eu acho que existe uma coisa em que temos que pensar. Existe uma “camuflagem” muito grande na Contabilidade. Quem tem escritório de contabilidade sabe disto: na área de pessoal pode trabalhar uma pessoa que não seja técnico nem contador. Aproveita os registros, três, quatro, no lugar de pessoal, e a pessoa faz fiscal e faz contábil. Essa é a realidade. Vamos pesquisar e ver que é verdade.

Nós temos que tomar uma providência também para não extinguir uma questão. Eu não sou a favor nem contra, acho que temos que pensar e discutir, como vocês estão dizendo aqui hoje, na plateia, nesta discussão, e ver a realidade do Brasil. Que escritório tem condições de ter cinco, dez, quinze bacharéis trabalhando para ele? Sem pensar que o técnico vai ganhar menos que isso. Devemos ter noção da realidade do que acontece no País. Eu tenho escritório. Já tive escritório. Há empresas de escritórios de contabilidade no Brasil que têm empresas registradas, uma empresa de digitação, por exemplo, em que as pessoas digitam, fazem fiscal e tudo o mais, porque se o Conselho chegar para multar, é uma empresa terceirizada de digitação de serviços contábeis. É mentira minha isso? Eu acho que temos que levantar isso. Na verdade, nós temos que tomar uma decisão e adotar uma postura de discutir isso. Eu não posso falar em termos de nenhum órgão no Brasil, mas eu acho que temos que discutir essa realidade. É isso que acontece no mercado de trabalho. Não podemos fechar os olhos para essa realidade. Ou estou mentindo? Estou falando algum absurdo aqui para vocês? Eu acho que eu não estou falando absurdo. Essa é a realidade de quem tem empresa contábil.

(Soa a campainha.)

O SR. OSCAR LOPES DA SILVA – E eu acho que se nós nos juntarmos para discutir, devemos começar pela educação, de fato. Nós temos que retroceder para perceber o que foi feito com a educação na área contábil. A própria LDB foi muito discutida no Brasil, mas algumas coisas nenhum aluno vai fazer nem quando formar nem daqui a dez anos. Um exemplo: *balanced scorecard*. O aluno de graduação tem que saber fazer isso? O exame de suficiência não cobra isso. O exame de suficiência é bem procedimental. Mas e aí? Será que a graduação também não está formando pessoas erradas, com assuntos errados? O Conselho Federal tem uma proposta curricular, uma estrutura curricular. Então, eu acho que não é pela educação. Eu acho que o Conselho Federal tem o bom senso, o Presidente Marcone tem o bom senso muito grande, de discutir novamente a questão da educação. Para depois chegar a outros campos. E pensar que o mercado camufla muito em termos da nossa área, desculpe a franqueza.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu quero agradecer e de antemão pedir desculpas pela exiguidade do tempo, pois temos dificuldade em conciliar.

O último expositor, Presidente da Federação dos Contabilistas dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, Sr. Luiz Sergio da Rosa Lopes.

O SR. LUIZ SERGIO DA ROSA LOPES – Presidente, eu vou procurar também, aproveitando a deixa do Presidente do Sindicato de Porto Alegre, relatar o meu curto currículo, que não é igual ao do Ivânio Breda, mas certamente se iguala, em termos de formação profissional.

Sou bacharel em Ciências Contábeis; sou pós-graduado em Administração e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro; estudei na PUC, pós-graduação em Administração; sou professor universitário licenciado.

Sempre defendi o técnico em contabilidade, desde os anos 80. Na minha formação, nunca me julguei superior à formação do técnico. Aprendi muito com eles. Aprendi muito com os técnicos em contabilidade. O técnico em contabilidade, Senador Pimentel, para citar o exemplo do seu Estado e do meu Estado, lá do interior, é a única pessoa disponível para dar assistência às pequenas empresas, à quitanda do Seu Joaquim, ao boteco do Seu Manoel, pois não se consegue deslocar para lá um bacharel em Ciências Contábeis. É aquele sujeito...

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Eu sei disso. O que eu não posso é faltar com a verdade.

O SR. LUIZ SERGIO DA ROSA LOPES – Eu sei. Eu sei. Eu entendi.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Foi a LDB que alterou, em 1996. Só para deixar... Eu conheço, na minha região.

O SR. LUIZ SERGIO DA ROSA LOPES – É que lá no interior do seu Estado, assim como no interior do meu, há carência de uma assistência contábil. Como o Marcone afirmou muito bem, não é possível deslocar essa gente para o interior. Existem algumas escolas de Ciências Contábeis no Estado do Rio de Janeiro, e quase todas são particulares. Eu, por exemplo, sou professor de uma, a Escola de Ciências Contábeis de Volta Redonda, e tive um aluno, um excelente aluno, que hoje faz parte do Conselho Regional de Contabilidade, e eu disse a ele, quando terminou o curso: “Por que você não faz doutorado ou mestrado?”. Ele disse: “Professor, se eu colocar na placa do escritório de contabilidade do meu pai, que é técnico em contabilidade, que aqui tem um mestre em contabilidade, não entra mais um cliente aqui, porque todo mundo vai dizer: ‘Esse cobra um absurdo!’, e eu não posso contratar um contador nesse nível financeiro”.

E assim, por todo o interior do meu Estado, os escritórios de contabilidade são todos de técnicos em contabilidade. Esses escritórios não terão substitutos a partir do dia em que eles saírem dos escritórios, se aposentarem, forem sufocados pelos grandes escritórios. Então, a partir de junho de 2015, eles não serão substituídos por aqueles que se formarem depois. Essa é a realidade, é um atestado de óbito que realmente existe no aproveitamento de 187 mil brasileiros a partir de 1º de junho de 2015.

Outro assunto crucial é que nós estamos discutindo o problema educacional.

(Soa a campainha.)

O SR. LUIZ SERGIO DA ROSA LOPES – Ora, hoje, a questão aqui se cinge a esse atestado de óbito que existe e que vai cercear o direito do exercício de uma profissão.

A questão educacional, se ela existe, foi fruto de desleixo ao longo desse tempo todo. Nós não vamos conseguir resolver isso de hoje para amanhã. Nós vamos ter que reformular esses currículos, etc. Nos cursos de Técnico em Contabilidade que existiam, você começava no comercial, fazia quatro anos do comercial, depois fazia três anos de técnico em contabilidade, que era basicamente o curso prático. Estudava-se Matemática Financeira? Não. Estudava-se Sociologia? Não. Estudava-se Análise de Projeto? Não. Isso foi para o curso superior. Mas a pessoa formada nesse curso técnico é que efetivamente era o profissional de contabilidade. Ele me ensinou muita coisa. Eu aprendi contabilidade com um técnico em contabilidade. Eu não aprendi na faculdade. Eu, quando entrei na faculdade, aprendi todo o acessório para ser bacharel, mas o essencial eu já havia aprendido nos escritórios de contabilidade.

Então, veja que é bem diferente isso. Nós temos que resolver essa questão. Eu estou aberto a uma negociação séria, sem dizer: “Ah, isso depende daquilo”. Uma coisa séria, objetiva. Nós temos que resolver e retirar esse atestado de óbito que existe, passado já, para a extinção do profissional a partir de junho. Estou aberto para tentar resolver isso da melhor forma possível. Não podemos deixar que uma grande massa de empresas pequenas comece a carecer de uma assistência profissional adequada ao seu padrão financeiro. Essa é a questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Obrigado, Dr. Luiz Sergio da Rosa Lopes. Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente, na linha da sua fala e conversando com meu amigo Pimentel, parceiro de jornadas aqui no Parlamento, eu acho que aqui nós chegamos ao consenso, consenso do bom senso. Na linha que o Presidente indicou e o Pimentel aqui e disse para falar porque é importante.

É para nós reunirmos o MEC, o Ministério do Trabalho – o Pimentel se prontifica a participar também desta Comissão, eu também – ao Gilberto Carvalho, e com vocês, para nós sentarmos para ver como podemos conduzir essa questão.

Eu até recebi aqui, por torpedo no celular, o que hoje em dia é uma guerra, no tal do WhatsApp: “Paim, entra com o projeto”. Não adianta; é como disse o Pimentel, temos que ser verdadeiros aqui. Entrar por entrar não adianta. Para ser arquivado ali na frente? Aí o Pimentel vai dizer: “Viu? Eu avisei”. *(Risos.)*

Então, aqui nós caminhamos bem. O Presidente foi feliz na sua forma de encaminhar, como sempre. Nós participaríamos de uma reunião com esse grupo e para construir o que for possível. Nós defendemos muito o ensino técnico. Não tenham dúvida disso. Tanto eu como o Pimentel, como o Lula e tantos outros, a Dilma somos apaixonados pelo ensino técnico e podemos achar uma forma coletiva de termos uma saída que atenda a todos.

Agradeço a todos, porque a audiência pública cumpriu o seu objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Veja, Presidente, eu acho que esse desenho que o Paulo Paim está apresentando nos ajudará muito nessas tratativas, porque o projeto de lei irá à Presidência da República e é importante o envolvimento o Secretário da Casa Civil, que é o Gilberto Carvalho, que é quem coordena no Governo todo esse entendimento. E, além das entidades, devemos incorporar o Ministério do

Trabalho, porque tem a ver com esse mundo profissionalizante, e o MEC, que, lá em 1996, teve a aprovação da LDB, e em 2004, o Conselho Nacional de Educação baixou a resolução.

O que me estranha muito é ter deixado passar todo esse período – 18 anos desde 1996. Talvez, se esta lei que aqui estamos tratando com esses adjetivos não tivesse vindo para a pauta, não estivesse em pauta este debate.

Eu diria que esta lei aprovada em 2010 está, na verdade, trazendo para discussão um tema que vinha se arrastando na grade curricular, num conjunto de itens que precisamos adequar. E é evidente que, como o Ministro da Educação é também um gaúcho, é o Henrique Paim – é a vez dos Paim –, nós teremos muito mais facilidade.

Quero registrar que fui o Relator do Plano Nacional de Educação, na Comissão de Assuntos Econômicos, e este tema não apareceu, já agora em 2013. Este tema lá não esteve presente. Então, esta audiência pública contribui também para que a gente possa ver que toda a discussão que o Senado fez em 2013 sobre o novo PNE ainda foi insuficiente, porque uma matéria desta magnitude está fora.

Quando eu fui Ministro da Previdência Social, para trazer o empreendedor individual para formalidade e garantir seus direitos, nós aprovamos a Lei Complementar nº 128. E ali os nossos contabilistas, sejam técnicos ou acadêmicos, se prontificaram a ter uma grande contribuição na formalização do empreendedor individual. É por isso que já há mais de 3,5 milhões. Se não fosse o envolvimento dos nossos contabilistas, nós não teríamos chegado a esse patamar.

Portanto, eu quero aqui registrar o trabalho das entidades da contabilidade, os profissionais, na formalização e na contribuição nesse processo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senhores, para encerrar, até porque estou cobrando de mim mesmo objetividade, acho que a gente deveria estabelecer um prazo.

Daqui para o final de abril, acho que é tempo suficiente para vocês começarem essa conversa, e aí com ajuda. Porque eu entendo também que deva haver a presença do MEC e do Ministério do Trabalho, para trazer uma proposta que possa atender ao conjunto. Eu acho que isso é possível. E vou brigar para que isso se dê.

Agora, começo a dizer para você: é importante que o Conselho Federal de Contabilidade tenha essa abertura para essa nova discussão. E é importante que se possa flexibilizar isso e tentar essa convergência para realmente aproveitar toda essa mão de obra qualificada.

Esta audiência me deixou realmente preocupado com essa questão, que, embora tenha sido votada, eu acho que ela não foi debatida, até porque o tema entrou na medida provisória o tema, e talvez o Congresso não tenha tido tempo suficiente para debater esta questão. Acho que ela precisa, realmente, de um novo entendimento.

Eu coloco à disposição a Comissão, e estão aí o Paim e o Pimentel, para ajudar no encaminhamento dessas questões todas.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a presente reunião.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS NOVE HORAS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e quatro minutos, do dia vinte e seis de março de dois mil e catorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Rodrigo Rollemberg, João Alberto Souza, Paulo Davim, Cícero Lucena, Jayme Campos, Eduardo Amorim, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Romero Jucá, Benedito de Lira, Cyro Miranda, Armando Monteiro, e das Senadoras Angela Portela, Ana Rita, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se à apreciação da Pauta. **ITEM 1 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, DE 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Senador João Durval – *Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, com o objetivo de instituir incentivos e programas para*

implantação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em condomínios residenciais e comerciais. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2013. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da Relatora para reexame do Relatório. **ITEM 2 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 555, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Pedro Taques – *Acrescenta § 2º ao art. 897-A do Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1.943 – Consolidação das Leis do Trabalho -, para estabelecer que os embargos de declaração suspendem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 555, de 2013. **Relatoria:** Senador Mozarildo Cavalcanti (Substituído por *Ad Hoc*). **Relatoria Ad Hoc:** Senador Paulo Davim. **Resultado:** A Presidência designa Relator “ad hoc” o Senador Paulo Davim, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 3 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, de 2013 – Não Terminativo – Autoria:** Senador Aécio Neves. *Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013, com a Emenda que apresenta. **Relatoria:** Senadora Lúcia Vânia. **Resultado:** O Senador Cristovam Buarque apresentou, durante a Reunião, 2 (duas) Emendas ao Projeto. Retirado de Pauta a pedido da Relatora, Senadora Lúcia Vânia, para análise das Emendas. **ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 2003 – Terminativo – Autoria:** Senador Paulo Paim. *Altera o § 1º do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho. (Dispõe sobre o adicional de periculosidade).* **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2003. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2003. – **ITEM 5 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, de 2012 – Terminativo – Autoria:** Senador Paulo Bauer. *Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para estabelecer critério de distribuição do resultado do exercício financeiro para as contas vinculadas dos trabalhadores.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2012. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista ao Senador Humberto Costa, nos termos regimentais. **ITEM 6 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Vital do Rêgo. *Acrescenta § 5º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante e dá outras providências.* **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2013, e da Emenda que apresenta. **Relatoria:** Senador João Vicente Claudino. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. **ITEM 7 – TRAMITAÇÃO CONJUNTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senador Paulo Paim. *Acrescenta § 5º e 6º ao art. 55 e acrescenta § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e aposentadoria especial dos pescadores.* **TRAMITA EM CONJUNTO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, de 2013 – Terminativo – Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 55 e § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os pescadores e trabalhadores em atividades afins; e acrescenta o art. 4º-A e o inciso XVIII ao art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para instituir o salário ambiental durante o período de defeso. **Autoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2013, na forma da Subemenda Substitutiva que apresenta à Emenda nº 1-CMA (Substitutivo); e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2013, que tramita em conjunto. **Relatoria:** Senador Benedito de Lira. **Resultado:** Lido o Relatório na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva nos termos regimentais. **ITEM 8 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 337, de 2013 – Terminativo – Autoria:** Senadora Angela Portela. *Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para instituir o direito de não comparecimento ao trabalho para a realização de exames médicos.* **Relatório:** Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2013. **Relatoria:** Senador Paulo Davim. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. Usam da palavra para discutirem as matérias os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa, João Durval, Paulo Davim, Jayme Campos, Cristovam Buarque, Benedito de Lira, Cyro Miranda e Armando Monteiro, as Senadoras Angela Portela, Lúcia Vânia e Ana Rita, e o Senador **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.**

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação de oito itens, conforme pauta previamente divulgada, sendo três não terminativos e cinco terminativos.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 112, de 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências, com o objetivo de instituir incentivos e programas para implantação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em condomínios residenciais e comerciais.

Autoria: João Durval

Relatoria: Lúcia Vânia

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 112, de 2013.

Observações:

– Em 03.12.2013, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer Favorável ao Projeto.

– A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em Decisão Terminativa.

– Votação simbólica.

A pedido da Relatora, por escrito – é regimental, Senador João Durval –, estou retirando de pauta esse item. Portanto, o item 1 foi retirado de pauta.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 555, de 2013

– Não terminativo –

Acrescenta § 2º ao art. 897-A do Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1.943 – Consolidação das Leis do Trabalho –, para estabelecer que os embargos de declaração suspendem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes.

Autoria: Pedro Taques

Relatoria: Mozarildo Cavalcanti

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 555, de 2013.

Observações:

– A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em Decisão Terminativa.

– Votação simbólica.

Indico o Senador Paulo Davim como Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, para proferir a leitura do relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Pois não, Sr. Presidente.

O Projeto de Lei do Senado nº 555, de 2013, do Senador Pedro Taques, que acrescenta §2º ao art. 897-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para estabelecer que os embargos de declaração suspendem o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes.

A proposição visa acrescentar o §2º ao art. 897-A, para dispor que os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes, renumerando-se o atual parágrafo único para parágrafo primeiro.

Na sua justificação, o autor argumenta essa opção processual que segue a mesma regra do Juizado Especial Cível estampada no art. 50 da Lei nº 9.099, de 1995. Possibilita, assim, opostos os embargos de declaração, a suspensão do prazo para interposição de outros recursos, voltando a transcorrer após o julgamento dos embargos apenas pelo tempo restante.

Destaca que nos efeitos interruptivos (regra predominantemente aplicada), após o julgamento do recurso aclaratório, o prazo para interpor outros recursos começa a transcorrer novamente de forma integral. Note-se, portanto, que a presente proposição busca sanear uma omissão legislativa que se reputa contribuir para a protelação dos processos trabalhistas.

A proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decidir terminativamente sobre a matéria.

Até a presente data, não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 90, I, combinado com o art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS dar parecer sobre o presente projeto de lei.

A alteração que se pretende levar a efeito na CLT está relacionada ao campo do direito do trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta, estando apta a proposição para a sua regular tramitação.

Note-se, ainda, que não se trata de matéria reservada à lei complementar, motivo pelo qual a lei ordinária é o instrumento apto à sua inserção no ordenamento jurídico brasileiro.

Em relação ao mérito, cumpre esclarecer que a matéria não é terminativa nesta Comissão, competindo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ser resolutive quanto ao mérito.

Tem razão o ilustre autor, quando assevera que a celeridade na tramitação dos processos está intimamente ligada à própria efetividade dos direitos sociais contidos no art. 7º da Constituição Federal e os dele decorrentes.

A tradicional singularidade do processo trabalhista manteve-se preservada. Não há supressão de recurso, nem de instância, nem de prazos para as partes.

O que se objetiva é o aproveitamento de um pelo outro, pois está evidente que, durante o transcurso do julgamento dos embargos aclaratórios, as partes podem, sem prejuízo da ampla defesa, articular, se assim entenderem necessário, o recurso subsequente, de tal forma, que a interrupção é substituída pela suspensão do processo, sem que as partes restem prejudicadas.

O processo trabalhista tem suas especificidades e sustenta relativa autonomia e prevalência sobre a regra processual civil geral, sem deixar de com ela se complementar, principalmente no que se refere a uma prestação jurisdicional efetiva, no interesse das partes.

Trata-se de alteração singela, mas com grande repercussão para as partes, advogados, Ministério Público, juízes e serventuários. Todos terão que primar por maior celeridade e maior controle dos prazos em benefício da efetividade dos direitos sociais.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 555, de 2013.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, confesso que estou totalmente inseguro.

A orientação que eu tenho aqui, inclusive, do Ministério do Trabalho e, se não me engano, do Ministério da Justiça também, é para, no mínimo, pedir vista para que a gente aprofunde essa questão.

Para mim, na minha cabeça, quando se fala na palavra embargo significa protelação. É uma forma de protelar uma decisão que, na maioria dos casos, favorece a parte mais fraca, principalmente a Justiça do Trabalho.

E como eu não vi o projeto, não o estudei, fiquei um pouco preocupado que ele venha nesse sentido, já que também o Senador Paulo Davim, na verdade, é o Relator *ad hoc* e está lendo o projeto neste momento.

Então, eu vou seguir a orientação que me foi dada aqui e pedir vista coletiva para votar na semana que vem, para que a gente olhe e vote com consciência. Eu não quero votar inseguro, seja pelo empregado ou pelo empregador.

Eu pediria vista e faço um apelo para que fosse coletiva, para a gente olhar e votar na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Senador Paulo Paim pede vista.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Concedo vista coletiva, nos termos do art. 132 do Regimento.

A matéria retornará à pauta na próxima semana, ficando adiada a discussão.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Eu solicitaria, se possível, a leitura do item 5, do qual sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu consulto o Plenário.

É só uma inversão.

Item 5, então:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, de 2012 – Terminativo –

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para estabelecer critério de distribuição do resultado do exercício financeiro para as contas vinculadas dos trabalhadores.

Autoria: Paulo Bauer

Relatoria: Paulo Davim

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2012.

Observações:

– *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Paulo Davim, para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Pois não, Sr. Presidente.

Eu solicito permissão a V. Exª para começar pela análise.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Acho que não há nenhum óbice.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Pois bem.

Nos termos do que dispõe o art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Assuntos Sociais opinar, entre outros, sobre matérias pertinentes à organização do sistema nacional de emprego, que englobam, assim, os assuntos pertinentes à gestão do patrimônio do FGTS.

A Constituição Federal estabelece competência privativa da União para legislar, entre outras matérias, sobre o Direito do Trabalho e sistemas de poupança, CF, art. 22, incisos I e XIX. A Lei Maior veda, por outro lado, a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa, consoante o art. 167, inciso IX.

O projeto de lei em exame é consentâneo, ainda, com o art. 48, *caput*, da Constituição Federal, que estabelece caber ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União. Por se tratar de projeto de lei ordinária, a iniciativa mostra-se adequada na espécie, na medida em que visa alterar uma lei ordinária.

As proposições também atendem ao requisito de juridicidade e às normas de redação previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Por fim, do ponto de vista formal, a iniciativa parlamentar é admissível, porquanto a matéria não está circunscrita àquelas cuja iniciativa legislativa é reservada ao Poder Executivo ou ao Poder Judiciário.

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, criado pela Lei nº 5.107, de 1966, é constituído essencialmente dos saldos das contas vinculadas e de outros recursos a ele incorporados.

No mérito, importa preliminarmente assinalar que, ao longo dos anos, em razão das mudanças introduzidas na economia pelos planos de estabilização econômica e reformas monetárias, a legislação do FGTS sofreu várias alterações. Assim, a Lei nº 7.839, de 1989, que revogou a citada Lei nº 5.107, de 1966, foi revogada pela Lei nº 8.036, de 1990, diploma esse que atualmente rege a matéria e é objeto de todas as proposições em análise.

Nesse contexto, não é demais ressaltar que a questão do tratamento dado ao patrimônio do FGTS, que é essencialmente patrimônio do trabalhador, nunca foi tão debatida nos últimos anos. No entanto, poucas alternativas foram concretizadas, redundando em um pobre retorno da remuneração dos recursos vinculados às contas do fundo.

O debate é complexo, como todos sabem. Da mesma forma que os depósitos que compõem a caderneta de poupança constituem a principal fonte de recursos para os empréstimos imobiliários do Sistema Financeiro da Habitação, o FGTS também tem a função de prover recursos para o financiamento de investimentos em infraestrutura urbana, saneamento básico e habitação. Mais recentemente, por meio do fundo de investimento instituído pela Lei nº 11.491, de 20 de junho de 2007, a gama de setores passíveis de receber o dinheiro do fundo ampliou-se, abarcando energia e transportes.

Daí a necessidade de se buscar um equilíbrio entre os interesses dos titulares das contas vinculadas e também os dos tomadores de empréstimos lastreados nos recursos do fundo, a fim de que o aumento da remuneração dos depósitos não implique empréstimos mais caros ou mesmo escassez de crédito. Vale lembrar

que estes tomadores incluem tanto o setor público, que assim realiza obras diversas, quanto milhares de famílias, que têm acesso a empréstimos habitacionais mais baratos.

Tal controvérsia fomentou a elaboração do presente projeto de lei, que buscou como alternativa para estancar a pouca valorização das contas vinculadas ao FGTS, distribuindo “percentual não inferior a 60% do resultado positivo apurado do exercício do ano anterior”, a qual deverá ser proporcional aos saldos individuais apurados ao final do exercício a que o resultado se referir.

O autor, na justificação do projeto, enfatiza a busca por uma fórmula que concilie uma remuneração mais justa para o trabalhador com a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do FGTS. Nesse sentido, argumenta que as distribuições de resultados propostas seriam superiores, por exemplo, às alternativas que alteram os índices de remuneração das contas vinculadas, uma vez que essas trazem consigo a necessidade de uma adequação entre operações ativas e passivas, com consequente elevação do custo de financiamento com recursos do Fundo.

Por outro lado, parte da premissa, em princípio correta, de que o Conselho Curador é a instância legítima para mediar as necessidades e obrigações do FGTS perante seus diversos grupos de interesse. Ainda que haja algum entrave naquele Conselho acerca da questão, entendo que o estabelecimento de um piso para a distribuição dos resultados auferidos é uma garantia contra o risco de se optar (I) pela não distribuição ou (II) pela distribuição de montante diferenciado. Nesse caso, entendo bastante pertinente a opção apresentada, revelando que a delegação oferecida pelo Poder Legislativo está estritamente ligada à gestão e operacionalização da distribuição dos resultados.

Por fim, julgo que a alternativa da distribuição dos resultados supera as controvérsias geradas pelos debates sobre possíveis mudanças do cálculo da correção das contas vinculadas ao FGTS, com o mérito de resguardar o equilíbrio de interesses entre detentores dos depósitos e tomadores de empréstimos para a compra da casa própria.

Voto.

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2012.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A matéria está em discussão.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Para discutir, Humberto Costa e depois Cyro Miranda.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, *data venia* o nosso querido Relator, eu gostaria de pedir vista do processo, para melhor analisá-lo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu também queria fazer uma fala muito rápida sobre a questão do Fundo de Garantia, que, de fato, tem de ser mexido.

O Senador Cyro é o Presidente de uma subcomissão fruto do trabalho aqui da nossa Comissão. A hoje Ministra Marta Suplicy foi a Relatora, eu fui um dos Senadores que dela participou e a análise que fizemos, assim percebemos, é de que o resultado do projeto, cuja iniciativa é brilhante, será, para o trabalhador, dois ou três reais a mais. No conjunto do fundo, poderá dar problemas. O que eu... Até porque, hoje pela manhã, eu recebi o Mario Avelino, que escreveu dois ou três livros sobre o tema.

Eu proporia, na linha do que pediu o Senador Humberto e o Senador Cyro também poderia pedir, que – quem sabe? – pegássemos esse projeto, colocássemos junto com todos os outros que já estão encaminhados, faríamos um substitutivo global e passaríamos aqui por uma audiência pública, no momento da votação final. Porque só ler aqui, com todo o trabalho que estamos fazendo lá, parece que destoa do encaminhamento.

Então, eu endossaria o pedido de vista, e que não fosse coletivo. E que nós pudéssemos anexar esse aos outros todos que já estamos discutindo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Bom, regimentalmente, eu tenho que conceder vista ao Senador Humberto Costa. Acho que durante o pedido de vista há tempo suficiente para essa articulação. Agora, de qualquer forma, Senador Paulo Paim, informa-me a assessoria que o pedido para essa junção de projeto é preciso que seja feito no plenário do Senado. Aí V. Exª faria isso. É só para a gente dar o encaminhamento correto.

Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Moka, eu endosso as palavras do Senador Paulo Paim. Também não gostaríamos de tirar a coautoria no resultado do Senador Paulo Bauer, como também a relatoria do Paulo Davim. Mas poderíamos construir... Porque já foi feito esse relatório. Ele está praticamente fechado. É um relatório feito pela, à época, Senadora Marta Suplicy. E ele abrange tudo.

Realmente, seria uma oportunidade de fazermos uma reavaliação geral dessa maneira. Então, eu, inclusive, saindo daqui, vou conversar com o Senador Paulo Bauer para ter essa aquiescência também dele. E que ele se incorpore a esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Então, é concedido o pedido de vista ao Senador Humberto Costa. E não vamos fazer vista coletiva exatamente para que haja esse tempo, imagino eu, suficiente para que V. Ex^{as} possam tratar dessa forma.

Eu quero consultar o Plenário, porque quero ver se conseguimos votar os terminativos.

Do próximo terminativo o Relator é o Senador Humberto Costa.

E eu quero confirmar com o Senador Paulo Davim, porque, do item 7, eu tenho aqui um pedido de retirada de pauta...

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Do item 8.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Item 8. Desculpe.

Agora eu teria que passar para o item 3, Senador Humberto Costa.

A assessoria da Senadora Lúcia Vânia nos informa que eles estão ainda sem contato com a Senadora. Então, nós temos duas alternativas: ou colocamos o Senador Cyro Miranda como Relator *ad hoc*, porque o relatório está aqui, ela enviou o relatório, ou nós começamos o relatório do Senador Humberto Costa, para que a gente possa, talvez, dar tempo de a Senadora chegar. Eu quero fazer isso da forma mais transparente possível, pois sei que o projeto é polêmico e não quero...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Perfeito, perfeito. Fica a inversão, então, para o Senador Humberto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como o Senador Paulo Davim pediu a inversão e eu concedi, consultando o Plenário, da mesma forma, a Presidência está perguntando se podemos fazer a inversão e o Senador Humberto Costa fazer o relatório. (*Pausa.*)

Então, o próximo é o item 4 da pauta. O Relator é o Senador Humberto Costa. Está na p. 62 e a decisão é terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 2003

– Terminativo –

Altera o § 1º do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho. (Dispõe sobre o adicional de periculosidade).

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2003.

Observações:

– Votação nominal.

Eu concedo a palavra ao Senador Humberto Costa para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2003, que altera o §1º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho é de autoria do eminente Senador Paulo Paim.

A proposição visa a elevar o valor do adicional de periculosidade atualmente fixado em 30% sobre o salário para 50%.

Na sua justificação, o autor argumenta que a elevação deste percentual visa a adequar a legislação trabalhista, uma vez que outras proposições que tramitam nesta Casa fixam o adicional de insalubridade em 10%, 20% e 40% sobre a remuneração, o que tornaria o adicional de periculosidade inferior ao de insalubridade.

Ao término da Legislatura anterior, a presente proposição foi arquivada e agora, com a aprovação do Requerimento nº 167, de 2011, do autor, volta a tramitar nesta Comissão, em caráter terminativo.

Até a presente data não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer em caráter terminativo sobre o presente projeto de lei.

A elevação do percentual pago a título de adicional de periculosidade está relacionada ao campo do Direito do Trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta, estando apta a proposição para a sua regular tramitação.

Em relação ao mérito, cumpre esclarecer que o adicional de periculosidade está previsto no art. 193, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, nos seguintes termos:

Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a: (Redação dada pela Lei nº 12.740, de 2012)

I – inflamáveis, explosivos ou energia elétrica; (Incluído pela Lei nº 12.740, de 2012)

II – roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial. (Incluído pela Lei nº 12.740, de 2012)

§ 1º – O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

§ 2º – O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

§ 3º Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo. (Incluído pela Lei nº 12.740, de 2012)

O mesmo adicional também foi concedido pela Lei nº 7.369, de 1985, aos empregados que exercem suas atividades no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade. O valor incide sobre o salário percebido pelo trabalhador. O Decreto nº 93.412, de 14 de outubro de 1986, que regulamenta a referida lei, traz um quadro anexo no qual são discriminadas as atividades e as áreas de risco. Já a Súmula nº 212, do Supremo Tribunal Federal, estendeu esse benefício aos empregados de postos de revenda de combustível líquido.

Apenas para estabelecer o comparativo a que faz referência o insigne autor, o adicional de insalubridade é o acréscimo salarial concedido aos empregados que exerçam seu trabalho nas condições previstas no art. 189 da CLT, onde são consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Por sua vez, o adicional de periculosidade é o acréscimo salarial concedido aos empregados que estão submetidos a atividades que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado ou a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial. Esse adicional também é concedido aos eletricitários, conforme lei já mencionada anteriormente.

Em suma, os dois conceitos estão associados a fatores diferentes. O primeiro pretende compensar o trabalho em condições que prejudicam a saúde; o segundo, o trabalho em situações de risco de acidentes. Ambos são objetos de regulamentação minuciosa do Ministério do Trabalho e do Emprego.

A relação entre os adicionais e o desemprego é praticamente impossível de ser avaliada com exatidão. No que se refere ao adicional de insalubridade, é bem possível que ele sirva de pretexto para o aumento da informalidade. Não há dúvida de que aumento do emprego informal tem seguramente alguma relação com os encargos sociais, mas não nos esqueçamos, muitas empresas são constituídas na informalidade e irão empregar mão-de-obra informal para fugir também de outros encargos por razões as mais diversas.

O acréscimo do adicional de periculosidade, que já é de 30%, tenderá a ser repassado aos preços praticados ou às tarifas públicas. Ocorre que a maior parte dos beneficiários do adicional de periculosidade trabalha com inflamáveis (transporte de combustíveis, postos de gasolina etc.), com energia elétrica (eletricitários), e na segurança pessoal ou patrimonial, daí a preocupação decorrente da expansão deste adicional nos preços e tarifas públicas e seu impacto nas despesas públicas, em prejuízo de outras políticas públicas, como educação, saúde, transporte e segurança pública, dentre outras.

Assim, não se pode pretender dar com uma mão e se retirar com a outra, uma vez que o incremento de custo em setores essenciais como os de energia e de combustíveis praticamente anularia o rendimento líquido auferido com tal incremento percentual do adicional de periculosidade.

Por estas razões, e pelos reflexos macroeconômicos em setores essenciais para as pessoas de baixa renda, é que a matéria deve ser considerada inoportuna, quanto ao mérito, neste momento.

Ressalte-se que o aumento de 66,66% nesse adicional, que passaria de 30% para 50%, não se apresenta razoável. Lembramos que a legislação mudou recentemente, ainda em 2012, para incluir como beneficiários do adicional de periculosidade os vigilantes responsáveis pela segurança pessoal e patrimonial.

Voto.

Em face do exposto, votamos pela rejeição do referido Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, para ajudar no encaminhamento, quero dizer que fui procurado por diversos setores, não só do Governo, mas também representativos de empregados e empregadores, para tratar da possibilidade de se retirar o projeto, que já foi rejeitado anteriormente. E, nesta altura do campeonato, a tendência aqui é pela rejeição. Os vigilantes, por exemplo, estão com uma dificuldade enorme. Eles aprovaram 30%, e grande parte das empresas não paga sequer os 30%.

Então, diante disso, ouvindo aqui os argumentos do Senador Humberto Costa, acho que o melhor caminho seria o de eu mesmo, como autor, acompanhar o Relator, para que nós resolvêssemos a pendenga, sem polêmica.

Como é a frase que o senhor me ensinou?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O senhor conhece aquela máxima, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Olhem a frase dele!

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – “Sabido, quando vê que vai cair, deita.” (Risos.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Então, acompanho o Relator, Sr. Presidente, embora o projeto seja de minha autoria.

A frase é dele, e eu a tenho usado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – “Sabido, quando vê que vai cair, deita.”

Então, a votação é nominal. O projeto é terminativo.

Como vota o Senador Paulo Paim? Vai acompanhar o Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vou acompanhar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O Senador Humberto Costa é o Relator, e seu voto é conhecido.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador João Durval.

O SR. JOÃO DURVAL (Bloco Apoio Governo/PDT – BA) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – S. Exª vota com o Relator.

Senador Paulo Davim.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Deixem-me só atualizar a situação para V. Exªs.

Quanto ao item 5, o Senador Paulo Davim já leu o relatório. Houve pedido de vista.

Quanto ao item 6, o Senador João Vicente Claudino é o Relator. Tenho um pedido do Relator, por escrito, de retirada de pauta do item 6. Evidentemente, tenho de conceder.

Então, vou passar ao item 7, aproveitando o quórum. A relatoria é do Senador Benedito de Lira.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, quero só reforçar aqui a solicitação de retirada de pauta do item 8, para que a matéria seja encaminhada ao gabinete, para que possamos fazer uma discussão com a Senadora Angela Portela, autora da matéria, para o melhoramento da matéria apresentada dentro da proposta.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Apresento o resultado da votação que acabamos de fazer.

Foi rejeitado o Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2003.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal, para a ciência do Plenário e para a publicação no *Diário do Senado Federal*.

Agora, vamos passar ao item 7.

Aqui, assumo um compromisso com V. Ex^{as}: se, até a votação do projeto da relatoria do Senador Benedito de Lira, a Senadora Lúcia Vânia, por algum motivo, não tiver chegado aqui, vou pedir ao Senador Cyro Miranda que proceda, como Relator *ad hoc*, a leitura do relatório.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Sr. Presidente, tenho uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco Maioria/PV – RN) – Fiquei sabendo aqui que foram apresentadas emendas a esse projeto hoje.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – As emendas serão apresentadas, mas cabe fazê-las até a leitura.

Vamos lá!

Vamos ao item 7, da relatoria do Senador Benedito de Lira:

ITEM 7

TRAMITAÇÃO CONJUNTA PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2013 – Terminativo –

Acrescenta § 5º e 6º ao art. 55 e acrescenta § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e aposentadoria especial dos pescadores.

Autoria: Senador Paulo Paim

TRAMITA EM CONJUNTO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 152, DE 2013 – Não terminativo –

Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 55 e § 9º ao art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contagem do período de defeso no âmbito da pesca como tempo de contribuição e definir regras para a concessão de aposentadoria especial para os pescadores e trabalhadores em atividades afins; e acrescenta o art. 4º-A e o inciso XVIII ao art. 19 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para instituir o salário-ambiental durante o período de defeso.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Benedito de Lira.

Relatório: Pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2013, na forma da Subemenda Substitutiva que apresenta à Emenda nº 1-CMA (Substitutivo); e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2013, que tramita em conjunto.

Em 15/10/2013, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprovou parecer favorável ao PL nº 150, de 2013, na forma da Emenda nº 1-CMA, e contrário ao PLS nº 152, de 2013, que tramita em conjunto.

A votação será nominal.

Concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estão em exame nesta Comissão, em decisão terminativa, os Projetos de Lei do Senado nº 150 e nº 152, ambos de 2013, de autoria do Senador Paulo Paim, que têm o objetivo de amparar o pescador no período de defeso e, indiretamente, de proteger o meio ambiente.

Vamos para a análise, Sr. Presidente.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais deliberar, em caráter terminativo, sobre projetos de lei que versem sobre a Previdência Social.

Proposições a esse respeito estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal. A disciplina das matérias é de competência legislativa da União (art. 22, XVI, da Constituição Federal) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal).

No mérito, não há reparos a fazer. Ambos os projetos atendem a antiga reivindicação dos sindicatos de pescadores no que diz respeito à contagem de tempo para fins de aposentadoria; ao pagamento de benefício, durante o período do defeso, aos empregados de estabelecimentos de pesca que lhes garanta a subsistência nesse tempo; e, finalmente, à aposentadoria especial desses trabalhadores, com normas que atendam efetivamente as peculiaridades de sua atividade.

Em relação à alteração proposta ao art. 55 da Lei nº 8.213, de 1991, por ambos os projetos, para considerar o período do defeso como tempo de contribuição, sem que haja o devido recolhimento da contribuição previdenciária, é de se enfatizar que a pretensão é mais do que justa, pois, nesse período, esses trabalhadores ficam impedidos de trabalhar e, conseqüentemente, de recolher as referidas contribuições. Ninguém desconhece que se trata de pessoas, geralmente, carentes, a grande maioria delas residente no interior, com dificuldades até mesmo de se locomover até a instituição bancária, e que passam por graves dificuldades financeiras em razão da interrupção de suas atividades profissionais.

No que concerne às mudanças efetuadas no art. 57 da Lei nº 8.213, de 1991, pelo PLS nº 150, de 2013, e nos art. 57 e 58 da mesma Lei, pelo PLS nº 152, de 2013, para dispor sobre a aposentadoria especial para o pescador, em face das peculiaridades de sua atividade profissional, as proposições estabelecem novos critérios legais que devem preponderar na concessão da aposentadoria desses trabalhadores, levando em conta as condições sob as quais desenvolvem suas atividades.

Quanto à alteração da Lei nº 9.998, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre o pagamento do salário defeso ou salário-ambiental para o pescador e os trabalhadores afins, durante o período do defeso, em substituição ao benefício do seguro-desemprego, é de se salientar que, em decorrência das datas da decretação dos períodos de defeso durante o ano, muitos pescadores profissionais, que trabalham como empregados, não podem receber o benefício do seguro-desemprego, uma vez que não permanecem o tempo limite mínimo de seis meses no emprego. Há casos em que existem dois períodos de proibição da pesca, como, por exemplo, a da sardinha verdadeira, durante o ano, que podem durar sete meses.

Como a regra do recebimento do seguro-desemprego estabelece que o empregado tenha sido demitido sem justa causa e tenha recebido de pessoa jurídica ou pessoa física equiparada à jurídica, no período de seis meses consecutivos, imediatamente anteriores à data de demissão, muitos pescadores profissionais que trabalham como empregados não fazem jus ao benefício.

Por fim, é de suma importância para a sobrevivência desses pescadores poderem exercer outra atividade profissional durante o período de defeso. Não podendo se dedicar à pesca durante esse tempo, muitos pescadores artesanais são obrigados a recorrer a empréstimos, porque, não raras vezes, os estabelecimentos onde percebem as parcelas do benefício ficam longe de suas residências, e, por economia, eles chegam a esperar que se acumulem para recebê-las.

Percebe-se, portanto, uma grande preocupação do autor das proposições, que procura adaptar a legislação pátria às peculiaridades de uma tão laboriosa classe de trabalhadores.

Como vimos, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, ao apresentar Substitutivo, em atendimento ao preceito regimental (art. 260, II, “b”, do Regimento Interno do Senado Federal), aprovou o PLS nº 150, de 2013, por ser o mais antigo. Entretanto, embora formalmente rejeitado, o PLS nº 152, de 2013, também foi aproveitado no texto constante da Emenda nº 1 – CMA (Substitutivo).

Ademais, constata-se que, nesse Substitutivo, foram mantidos os objetivos das proposições, corrigiram-se problemas de redação, e foram sanadas impropriedades quanto à competência privativa do Presidente da República em dar início a leis.

Finalmente, cumpre-nos introduzir um pequeno aprimoramento ao texto desse Substitutivo, especificamente ao art. 2º, que trata da criação do salário-defeso. O dispositivo não diz a fonte de custeio do benefício, que, no caso, deve ser o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), razão pela qual propomos, ao final, subemenda à Emenda nº 1 – CMA (Substitutivo).

Voto.

Pelo exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 2013, e pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 150, de 2013, bem como da Emenda nº 1 – CMA (Substitutivo), na forma da seguinte subemenda.

Quer que eu leia a subemenda?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Sr. Presidente, acho que todos os Srs. Senadores estão de posse do projeto. Logicamente que abduco de fazer a leitura da subemenda, considerando que cada um já a tem em mão e já deve ter conhecimento dela.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Eu gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Regimentalmente, Senador Jayme Campos, concedo vista coletiva.

Então, concedo o pedido vista coletiva nos termos do art. 132 do Regimento.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – A matéria retornará à pauta na próxima semana.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, só para assegurar: é vista coletiva, não é?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Vista coletiva, Senador Jayme Campos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O.k. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Item 3:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 458, de 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para dispor sobre período adicional para o recebimento dos benefícios do Programa Bolsa Família em caso de alteração na situação de elegibilidade familiar.

Autoria: Aécio Neves.

Relatoria: Lúcia Vânia.

Relatório: pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 458, de 2013, com a emenda que apresenta.

Observações:

– em 19.03.2014, o Senador Humberto Costa leu voto em separado, concluindo pela rejeição do projeto.

– em 21.03.2014, a Relatora, Senadora Lúcia Vânia, apresentou novo relatório.

A matéria é não terminativa, e, devido à sua complexidade, esta Presidência já decidiu – hoje, se houver necessidade – votar nominalmente, de forma a dirimir qualquer dúvida quanto à decisão deste Colegiado.

Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia para proferir a leitura do seu novo relatório.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse relatório tem por objetivo fazer alguns ajustes, aqui sugeridos pelo Senador Eduardo Amorim e por outros Senadores que o acompanharam, no sentido de dar uma clareza maior ao §19. No entanto, eu acabo de receber duas emendas do Senador Cristovam Buarque que serão motivo de nova análise, para ver se há possibilidade de atendimento.

Vou ler o relatório, mas parece-me que há uma vontade, pelo menos de alguns Senadores que me procuraram, no sentido de solicitar vista do processo. Então, peço a V. Exª para ler o relatório, e, em seguida, se for esse o desejo da maioria dos Senadores, que lhes seja concedido vista, para que façam uma análise mais profunda do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Regimentalmente, V. Exª tem que fazer primeiro o relatório. Evidentemente é um novo relatório. Se houver um novo pedido de vista, regimentalmente cabe o pedido de vista.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – O.k..

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Só um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Pois não, Senador.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu não entendi bem. Foram apresentadas emendas que serão analisadas ainda?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Ela está dizendo que recebeu agora.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu recebi agora as emendas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Sim, eu sei. É só para ficar claro o seguinte: se ela fizer a leitura hoje, nós vamos pedir vista, obviamente, e se o relatório chegar, na próxima semana, incorporando alguma emenda será novo relatório e nova vista. Pelo menos esse é o meu entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É, realmente, regimentalmente...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu acompanho o Senador Humberto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Talvez, se fosse o caso, devêssemos pedir a retirada de pauta, ela analisa as emendas e já traz um novo relatório.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sem dúvida nenhuma, seria essa uma alternativa também. Eu poderia acolher as emendas. Acho que seria um desrespeito da minha parte não acolher essas emen-

das, uma vez que o Senador Cristovam é um especialista no assunto. Então, eu acolheria as emendas e retiraria de pauta o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Se toda a Comissão concordar.

Vou ser bem objetivo. Nós temos que decidir. Eu já disse isto na reunião passada. Nós temos que retirar um tema, política pública, para avaliação desta Comissão.

Eu pedi, e os Srs. Senadores mandaram – pedi que distribuíssem – sugestões para que pudéssemos ter um tema. Tem que ser um tema só.

Tenho aqui o do Senador Cristovam Buarque: “Política de Assistência Integral à Saúde da Mulher”; do Senador Cyro Miranda: “Obesidade Infantil”; da Senadora Lúcia Vânia: “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)”; da Senadora Lúcia Vânia ainda: “Assistência Social: Idosos, Benefício de Prestação Continuada e Centros de Convivência”; eu tenho uma sugestão: “Financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS)”; da Senadora Ana Amélia: “Política Nacional de Atenção Oncológica”; da Senadora Ana Amélia: “Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência”; da Senadora Ana Amélia: “Polícia Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher”; ainda da Senadora Ana Amélia: “Política Nacional de Saúde do Homem”; da Senadora Ana Amélia: “Programa Mais Médicos”; da Senadora Ana Amélia: “Rede Nacional de Pesquisa Clínica”; do Senador Cyro: “Recursos para a Saúde”, que acho que está dentro do financiamento do Sistema Único de Saúde, “UPA (Unidade de Pronto Atendimento) até 2014”.

A CAS tem como finalidade retirar um desses itens.

Minha sugestão: eu passaria esses itens à Comissão, mandaria aos gabinetes e recolheria para que cada Senador escolhesse três prioridades. É um critério. Dos três itens, aquele que tivesse maior quantidade de votos, a primeira indicação, seria o tema adotado pela Comissão de Assuntos Sociais. Concordam com essa sugestão? Eu vou mandar para cada gabinete todos os itens sugeridos. Cada Senador fará a indicação de três itens: prioridade um, dois e três. O item que tiver maior indicação, de número um, é o que vou adotar. Tudo bem? Pode ser desse jeito? Acho que é o mais democrático possível. Vocês receberão no gabinete e vão me devolver. É claro que cada Senador vai colocar a prioridade e devolver do jeito que quiser.

Muito bem.

A pauta está encerrada.

Nada mais havendo mais a tratar, vou encerrar a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 20 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2014, QUINTA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS, NA SALA FLORESTAN FERNANDES, PLENÁRIO Nº 9, ALA ALEXANDRE COSTA, ANEXO II, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e trinta e nove minutos, do dia vinte e sete de março de dois mil e quatorze, na Sala número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **Waldemir Moka** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Paulo Paim, João Durval, Casildo Maldaner, Cícero Lucena, Mozarildo Cavalcanti, Eduardo Amorim, Benedito de Lira, Cyro Miranda, e das Senadoras Vanessa Grazziotin e Lídice da Mata. Justifica ausência o Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião propondo a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que é dada por aprovada. Passa-se ao início da Audiência Pública destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2013, que “trata da suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira da empresa”, em atendimento ao Requerimento nº 63, de 2013-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Paim, com a presença dos seguintes oradores: **JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO**, Assessor Jurídico da Central Única dos Trabalhadores – CUT, representante de Vagner Freitas de Moraes, Presidente da CUT; **MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD**, Secretário Geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST, representante de José Calixto Ramos, Diretor-Presidente da NCST; **REINALDO FELISBERTO DAMACENA**, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria – CNI, representante de Robson Braga de Andrade, Presidente da CNI; **UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA**, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB; **ALAIN MAC GREGOR**, Advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; **ADRIANA GIUNTINI**, Assessora da Confederação Nacional do Transporte – CNT. Usam da palavra os Senadores Paulo Paim e Cyro Miranda e o Senador **Waldemir Moka**, presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Às doze horas, assume a presidência o Senador Paulo Paim. Em seguida, reassume a presidência o Senador Waldemir Moka. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secre-

tária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Waldemir Moka, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Ata aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 63, de 2013, da CAS, de iniciativa do Senador Paulo Paim, com o objetivo de instruir o PLS nº 62, de 2013, que trata “da suspensão do contrato de trabalho em caso de crise econômica e financeira da empresa”.

Comunico aos senhores oradores que esta Presidência concederá a palavra por dez minutos para cada um dos expositores.

Convido para compor a mesa os ilustres oradores: José Eymard Loguercio, assessor jurídico da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Reinaldo Felisberto Damacena, especialista de política em indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Alain Mac Gregor, advogado da divisão sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Ubiraci Dantas de Oliveira, presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); Adriana Giuntini, assessora da Confederação Nacional do Transporte – a Adriana tem um *lobby* no meu gabinete, que é o da nossa assessora Andrea, nossa jornalista aqui da Comissão, que é muito amiga dela.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Prossigo: Moacyr Roberto Tesch – o outro sobrenome eu vou evitar falar –, secretário-geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).

Paim, há um descendente irlandês, há um descendente italiano, e há um descendente, salvo melhor juízo, alemão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Mas “Dantas” é brasileiríssimo já, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Mas a descendência...

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – É descendência.

Sejam todos muito bem-vindos.

A iniciativa desta audiência pública é do Senador Paulo Paim.

Eu gostaria, antes, Paim, se V. Exª me permitir, de fazer um breve comentário. Esse projeto chegou quase a ser aprovado aqui. Na verdade... É importante que tenhamos clareza de que a intenção é de amenizar, de resolver. É claro que pode haver um equívoco nisso, e penso que o Senador Paulo Paim pediu esta audiência pública exatamente para que possamos esclarecer. Mas posso garantir que não há, na Comissão, nenhuma vontade de querer retirar algum tipo de segurança ou algum tipo de... Enfim, alguma vantagem. Penso assim: acho que isso funcionou, em algum momento, e aí se tentou fazer uma legislação. E nós vamos ouvi-los. A audiência pública é, principalmente, para que o relator, no caso, o Senador Paulo Paim, possa dirimir dúvidas mesmo. De repente, está-se tentando fazer um beija-flor e sai um morcego, não é? Então, temos de ter essa preocupação aqui.

Então, vamos ouvi-los por dez minutos. Eu costumo fazer uma sequência, e, na hora da réplica, inverte a ordem da chamada: quem falou primeiro fala por último, e quem falou por último fala primeiro.

Os dez minutos... Os senhores verão que aquele relógio lá marca os dez minutos. No nono minuto, vai soar uma campainha. E não sou eu que toco, não – o pessoal olha para mim, achando que sou eu. Mas é, exatamente, porque o orador vai ter um minuto para concluir. A experiência que temos aqui é que dez minutos é um prazo suficiente, porque depois o assunto vai entrar em debate.

Então, passo a palavra ao Senador Paulo Paim, que é o autor do requerimento desta audiência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Moka, como temos feito em outras audiências semelhantes a esta – e V. Exª tem feito o encaminhamento com o brilhantismo de sempre –, como relator, quero ouvi-los. É claro que tenho preocupações e, por isso, pedi a audiência pública.

Lembro, eu era Deputado ainda – e acho que esse exemplo é esclarecedor para todos –, que nós tínhamos um problema nos acampamentos dos sem-terra. E lembro que o já falecido Deputado Adão Pretto e outros líderes do Movimento dos Sem-Terra de Santa Catarina apresentaram um projeto sobre a questão das cooperativas de trabalho. Qual o problema deles? Depois de ocupadas as terras, enfim, legalizado tudo, eles tinham

um trabalho, eu diria, quase que socialmente justo: todos trabalhavam, todos ganhavam. Só que alguns desses trabalhadores, depois, começaram a botá-los na Justiça, porque não havia nada legalizado naquele momento. Então, fizemos a tal cooperativa para o local de trabalho. A iniciativa não foi minha, mas entrei no embalo junto. Resultado: o que aconteceu? Todos sabemos que, no futuro, começaram a botar as cooperativas por dentro das empresas, o que não cabia. Aí, o tiro saiu pela culatra, porque não resolvemos lá, no fundo, e ainda abrimos um precedente que existe até hoje.

Então, nesse projeto, em que se vai permitir que, em caso de crise, seja suspenso o contrato de trabalho, queremos ter a redação muito clara, muito limpa e muito nítida, para que não aconteça de a intenção, digamos, ser uma e irmos para outra. Talvez deixe até de fortalecer a negociação em momento de crise, aí vêm férias coletivas, vem redução de jornada...

Eu, quando era sindicalista, fiz, na Massey Ferguson, em um momento de grande crise, redução de jornada com redução de salário. Mas botei uma cláusula de que, se a empresa voltasse ao pico em que estava antes, eles indenizariam os trabalhadores. E a empresa aceitou! Então, naquele momento, por três meses, houve redução de jornada e houve redução de salário. Felizmente, deu certo, a empresa voltou a todo o pique e pagou todo o período. Não houve a redução, aqui neste caso, não houve, então, a redução de nenhum centavo no salário, porque a empresa voltou a todo o pique, e deu certo. Mas foi fruto de uma intensa negociação.

Por isso o cuidado que temos de ter, embora eu conheça o Senador Valdir Raupp e saiba da sua boa intenção. Para terem uma ideia, ele foi relator de um projeto nosso de salário mínimo, foi relator do fim do fator previdenciário, ou seja, ele tem compromisso com essa causa. Então, até com o carinho que tenho ao Senador, quero ouvi-los sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Acho que V. Exª tem razão. O momento é este, e vamos ouvir os oradores.

Pediu-me aqui, em função de um compromisso – consultei o Senador Paulo Paim –, e vou chamar, em primeiro lugar, o Sr. Moacyr Roberto Tesch, que é secretário-geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente, Senador Waldemir Moka, o Senador Paulo Paim, os companheiros das centrais e os empresários aqui à mesa.

Senador, traz-nos bastante estranheza a proposta desse projeto e até certa indignação. Primeiro, porque discutir redução de jornada, redução de direitos sociais e, agora, suspensão de contrato de trabalho por empresa com dificuldade econômica, em um momento em que o Brasil está praticamente em pleno emprego, em que as empresas estão tendo seus faturamentos e, a cada ano, aumentando o seu ganho de capital, faturando bem – e isso é bom para o Brasil, é bom para os trabalhadores, é bom para a sociedade –, vem um projeto desse, limitando e tirando, colocando os trabalhadores em situação difícil.

Aparentemente, parece uma estratégia bastante interessante, porque se diz: bem, não existe isso no Brasil, não estamos em situação que poderá ser ampliada, possivelmente passe até despercebido. Mas, graças aos Senadores que aqui estão, que têm uma visão social, o Senador Paulo Paim, V. Exª e outros Senadores, a luz vermelha acendeu, e esta audiência pública é exatamente para discutirmos essas questões.

A CLT, nos dias de hoje, já prevê a possibilidade de se reduzir até 25% da sua jornada de trabalho e também da sua remuneração, mas por período transitório. E isso é feito, conforme o Senador Paulo Paim falou, através de acordo, convenção, acordo coletivo. É feita uma negociação e, dentro dessa negociação, são colocadas situações de garantia de emprego e outras situações, no momento adequado, e isso é feito através dos trabalhadores.

No projeto, embora ele traga essa questão de que deverá ser feita através de acordo ou convenção coletiva, mas nos estranha o seguinte: primeiro, a proposta tira a questão do Fundo de Garantia, do INSS, todo o processo, vamos supor, fica suspenso tudo, não se recebe nada, nada; e, segundo, não há previsão legal alguma aqui de que, se têm problemas financeiros as empresas, acho que elas devem começar cortando sua própria carne. Quando digo “cortando sua própria carne”, acho que já deveria haver ali, vamos supor, se fosse um projeto bem-intencionado, algo que dissesse: após a diretoria suspender os seus honorários, os pró-labores da sua diretoria, partindo da redução de algumas questões, vamos supor, economicamente, poderiam ser feitos ajustes dentro das empresas. Não; ele vai diretamente no mais fraco, que é o trabalhador.

Então, nós não temos condição alguma de endossar um projeto desse, porque deixa muito aberto. A proposta ali não traz identificadas as causas que poderão ter a crise econômica. Porque, às vezes, a crise econômica é até, muitas vezes, fabricada. Até, muitas vezes, é intencional da empresa deixá-la em situação difícil para ter alguns benefícios. Sabemos disso. Então, ficou muito superficial, ou seja, sem um parâmetro com os pés no chão para que seja analisada essa questão.

Nós da Nova Central fizemos uma avaliação do pedido e da proposta do PLS nº 62 e somos frontalmente contrários. Se houver alguma possibilidade – e isso já tivemos a oportunidade de fazer –, acho que, naquele período, já reduzindo 25% da jornada de trabalho e, inclusive, do próprio salário, discutindo com os trabalhadores, se for bem administrado, se for bem intencionado e se a empresa abrir, efetivamente, a negociação e até a sua própria administração, colocando o próprio trabalhador para ver se não há falcatura no meio, acho bem provável que essa situação seja solucionada, e não deixando essas pessoas por um período, possivelmente de até cinco meses, conforme traz, na angústia.

Imagine V. Exª o que é ficar com a possibilidade de fazer um acordo dessa natureza e, quando chegar às proximidades do término, vamos supor, desse acordo, dizer: “Olha, nós vamos ampliar esse período de dois meses para cinco, porque não houve sustentabilidade financeira da empresa, continuamos em crise, continuamos com dificuldade.” Qual é a situação do ser humano? Saber que amanhã ou depois os carnezinhos da Casas Bahia ele não poderá cumprir; não poderá honrar a prestação da sua casa própria e assim por diante.

Então, fomos radicalmente contrários a esse projeto. Acho que é enormemente maléfico para os trabalhadores, portanto não podemos aceitar esse tipo de coisa.

Senador, esse seria o posicionamento da Nova Central.

Aproveitando – permita-me quebrar o protocolo –, alguns companheiros em São Paulo ficaram sabendo que participaríamos hoje desta reunião e que o Senador Paulo Paim estaria aqui, me fizeram um porta-voz e pediram que pudéssemos entregar a ele um troféu, é o troféu Dom Pedro Casaldáliga, do MSU, Movimento Sem-Universidade. Se V. Exª me permitisse, gostaria de fazer a entrega solenemente ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Na verdade, tinha que ir a São Paulo receber esse prêmio e não pude e o Moacyr conseguiu que o sindicalista de lá recebesse por mim.

Se quiser me entregar agora, agradeço, se o Presidente me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – O momento é oportuno.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vou à Mesa, ao lado do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecemos a participação do Moacyr Roberto Tesch. E, na sequência, passamos a palavra – corrija-me, por favor, se estiver pronunciando seu nome incorretamente – a José Eymard Loguercio, assessor jurídico da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O SR. JOSÉ EYMARD LOGUERCIO – Senador Moka, agradeço, em nome da CUT, o convite para participar da audiência pública, ao Senador Paim, que teve a iniciativa da audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Quero registrar também a presença do Senador Mozarildo Cavalcanti, de Roraima.

O SR. JOSÉ EYMARD LOGUERCIO – Senadores aqui presentes, companheiros de Mesa, de outras centrais e os representantes das confederações patronais, eu gostaria de chamar a atenção para algumas questões, o Moacyr já pontuou muito bem a questão do PL nº 62. Há uma questão com a qual eu gostaria de iniciar – é uma questão simbólica – que é a seguinte: não estamos vivendo um momento de crise da indústria nem de crise propriamente financeira generalizada, que exigisse que o Senado se debruçasse sobre uma legislação de crise. Essa é uma questão importante, é uma questão que denota até certo simbolismo, digamos. Outros países passaram por um momento de crise, e nós mesmos já passamos também por outros momentos de crise; e, em momento de crise, de fato, todo o mundo do trabalho se volta para uma legislação que enfrente a crise. Mas não é o momento em que o Brasil vive.

Nós hoje precisaríamos estar debruçados sobre projetos de lei que ampliassem a proteção social, que combatessem efetivamente o trabalho infantil, que combatessem efetivamente o trabalho escravo, como tem sido feito, como tem sido enfrentado em alguns projetos, em algumas grandes campanhas que têm sido feitas de inclusão de outros trabalhadores para o sistema de proteção.

Acho que isso é uma questão importante. Esse projeto, em sua própria justificativa, diz que ele já foi apresentado e já foi arquivado, inclusive, em 2005; talvez também porque, naquele momento, se vislumbresse que não estamos vivendo um momento que exija simbolicamente que aprovemos uma lei que trate de momento de crise. Quero pontuar e começar por aí para dizer o seguinte: se estivéssemos num momento de crise, esse não seria o projeto para enfrentar um momento de crise. Portanto, acho que isso já nos coloca numa situação para analisar o projeto de lei. Se estivéssemos vivendo um momento de crise, precisaríamos de outros instrumentos, instrumentos até mais amplos que envolvessem a negociação coletiva, que estabelecessem realmente alguns critérios, e não é o que se verifica na atualidade.

Esse projeto trata de uma questão que, para o mundo jurídico, se chama de *layoff*, que é a possibilidade da suspensão do contrato de trabalho por um período num momento em que se verifica que a empresa, em vez de dispensar os trabalhadores, pode suspender contrato de trabalho. Não há novidade, porque a nossa

legislação já prevê a *layoff*. O que se está propondo é uma alteração no art. 46. Quer dizer, uma medida provisória em 2001 introduziu no nosso sistema a *layoff*, que é a possibilidade da suspensão do contrato, de dois a cinco meses, para que o empregado pudesse participar de programa de qualificação. Ora, o que estava por trás daquela proposta da introdução do art. 476-A da CLT era exatamente a possibilidade de que, numa situação concreta de uma empresa, ao invés de dispensar que ela possa promover um programa de qualificação.

Ao longo desses anos, algumas experiências ocorreram em relação à *layoff*. Consultei alguns setores de trabalhadores da indústria, especialmente, que me disseram: “Em alguns momentos, houve negociação, porque houve realmente casos pontuais em empresas em que houve essa experiência.” Portanto, não precisaria haver uma alteração na legislação para introduzir explicitamente, e de forma muito genérica, na minha opinião, que, em razão de crise econômico-financeira, em que não se possa manter nível de produção ou fornecimento de serviço, a utilização do *layoff*. Por quê? Primeiro, porque, como disse, do ponto de vista macro, do ponto de vista do ambiente que vivemos – não vivemos num momento de crise generalizada, ao contrário. Segundo, ele não atinge os objetivos que poderia vir a atingir seja porque não estabelece parâmetro, que significa crise econômico-financeira, que significa manter nível de produção ou fornecimento de serviço. Muitas vezes a empresa não mantém o nível de produção, mas, ainda assim, tem resultados objetivos e, às vezes é por um período muito pequeno; ou mesmo na questão do fornecimento de serviços, às vezes, sabemos que existem períodos em que há realmente uma diminuição de demanda, mas isso não significa uma crise econômico-financeira sistêmica.

Então, a primeira questão que eu gostaria de chamar a atenção é que esse projeto, como já disse o Senador Paim, às vezes começa com uma boa intenção, mas está deslocado do momento em que vivemos. O Senado precisaria, sim, debater rotatividade, como combater a rotatividade, como combater determinadas práticas ilegais que vêm sendo realizadas em nível de terceirização, por exemplo; precisaríamos tratar da questão da redução da jornada de trabalho. Existe uma pauta positiva para os trabalhadores, essa, sim, precisaria ser enfrentada pelo Senado, não essa pauta.

Com todo o respeito, esse projeto não atinge, portanto, o objetivo para o qual se propõe. É muito genérico, não enfrenta as questões que poderiam, num outro momento, num outro contexto, vir de uma negociação mais ampla entre centrais sindicais, confederações. Existe o espaço do Conselho de Relações do Trabalho, onde essas questões também merecem ser debatidas quando nós estamos num contexto efetivo de crise econômica.

Portanto, não há, na nossa visão, sequer oportunidade para que um projeto como esse venha a ser aprovado. Seria uma sinalização simbólica bastante contrária ao momento em que nós vivemos. Portanto, ele está descontextualizado. Esse projeto, volto a dizer, por mais que se tenha uma boa intenção na sua propositura, está descontextualizado do momento econômico, do momento política que nós estamos vivendo e até do momento de maturidade das relações de trabalho.

Segundo, ele não alcança o objetivo, porque, como eu disse, hoje nós já temos – e o Moacyr também já considerou uma outra situação da legislação atual – a nossa legislação. Ela não é uma legislação inflexível para momentos de crise. Ela estabelece, ela tem determinados mecanismos, como o próprio 476-A, como a própria previsão, mais antiga ainda, da possibilidade de redução de jornada e salário. Portanto, é uma legislação adequada sob esse ponto de vista, remetendo sempre para a negociação coletiva, que é o ambiente correto.

Eu queria – já está encerrando o meu tempo – chamar a atenção para outro fato que está relacionado a esse. Muito recentemente, nas chamadas demissões coletivas, nós não tínhamos nenhum instrumento jurídico para enfrentá-las e combatê-las. O Tribunal Superior do Trabalho, julgando aquele famoso dissídio coletivo da Embraer, fixou um parâmetro de aplicação das convenções internacionais da OIT para proteger as chamadas demissões coletivas, exigindo que o assunto previamente fosse negociado com o sindicato.

Isso, sim, é um exemplo de aplicação de uma convenção internacional para a proteção dos trabalhadores em momento de crise. Quer dizer, se há algum tipo de crise, ainda que pontual, ainda que setorial, chama-se a entidade sindical e negocia-se uma saída. E hoje nós já temos os instrumentos necessários para esse combate sem que se precise aprovar esse tipo de projeto, que, sob o nosso ponto de vista, está no momento errado, está equivocado, e a nossa sugestão é que ele seja arquivado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecendo a participação do Sr. José Eymard Loguercio, assessor jurídico da Central Única dos Trabalhadores (CUT), passo a palavra ao Reinaldo Felisberto Damacena, especialista de política e indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O SR. REINALDO FELISBERTO DAMACENA – Bom dia. Em nome do Dr. Robson Braga, Presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), agradeço o convite para participar desta audiência pública. Infelizmente, por questões de agenda, ele não pôde estar presente. Em nome do Senador Moka, cumprimento os demais integrantes da Mesa e todos os presentes.

Bem, pegando o gancho que o Senador Moka iniciou, o espírito deste PLS é exatamente a manutenção dos empregos e não a subtração de direitos. Esse é o espírito desse projeto de lei.

Como todos sabemos, temos uma CLT que atualmente – os que me precederam falaram desta questão – permite certas flexibilizações. Entendemos que não se trata de flexibilização. Entendemos que ela deve ser modernizada. Ela deve ser adequada, adaptada aos tempos atuais, que tanto tem nos preocupado, porque a competitividade, para nós, é muito importante e a manutenção dos empregos é importante.

Portanto, o 476-A já apresenta realmente essas alternativas. O que queremos é exatamente o quê? A inclusão de mais uma faculdade, de mais uma hipótese da suspensão do contrato de trabalho, exatamente prevendo a manutenção do emprego.

Desculpe-me o assessor jurídico da CUT, mas o nosso entendimento é que o momento é oportuno, sim, bastante oportuno para a discussão desse tema, porque os dados que têm sido levantados no País têm demonstrado, claramente, o arrefecimento da empregabilidade. Essa questão de dizer que hoje viemos uma situação de pleno emprego tem que ser vista de uma forma... Essa expressão, essa realidade, ela tem vários pontos de alguns vieses, enfim.

É oportuno por quê? Porque os dados econômicos do País têm apresentado dados preocupantes, que poderão nos levar a momentos de crise, sim. É exatamente pensando no agora para o futuro que afirmamos que este PLS, para nós, é muito importante e que somos convergentes com ele.

O exemplo também dado em relação a momentos de crise – foi feita uma conversa com alguns membros da indústria – é que temos que ressaltar aqui que os momentos de crise não são momentos de crise da indústria, mas momentos de crise do País.

Outro ponto. A gente sabe que hoje o País também vive essa questão da empregabilidade, e a gente tem que ter essa manutenção.

Este PL vai fazer o quê? Atualmente, se não houver essa possibilidade de suspensão do contrato de trabalho em momentos de crise, todos perdem. O Governo perde, os empregadores perdem, os trabalhadores perdem. E é exatamente para evitar essas perdas que somos convergentes com este PLS.

Vejam bem, com este PLS sendo aprovado, as empresas economizarão despesas de contratação e recontração – nós estamos falando aqui de qualificação de mão de obra – e reterão os empregados que já estão capacitados e ajustados às rotinas de trabalho. Por sua vez, os trabalhadores reterão os seus empregos e a certeza de continuarem no mesmo trabalho e de recompor sua renda no momento de retomada. E o Governo economizará recursos do seguro-desemprego e evitará saques do FGTS. Portanto, a manutenção dos empregos ajuda a manter o consumo, os investimentos e a geração de novos empregos.

Daí por que, feitos todos esses comentários aqui, incitamos a todos que tenham uma visão mais ampliada sobre essa questão de momento de crise, para que possamos nos adaptar exatamente a essas questões que estão por vir.

Os dados têm apontado para isso. Tanto é assim, que na Europa, por exemplo, o modelo alemão é um modelo bastante interessante, em que é permitida essa questão da redução da carga horária, da jornada, com algumas contraprestações.

Enfim, o PL, da forma como se apresenta, eventualmente poderá ser aprimorado, sim, poderá ser aperfeiçoado, e nós estamos abertos ao diálogo social, ao tripartismo, ao consenso e a essas discussões. Principalmente, somos a bancada dos empregadores, aqui falando em nome da bancada.

O nosso grande lema realmente é a prevalência da negociação coletiva. A negociação coletiva é muito importante porque ela vai apontar caminhos claros, ela vai apontar exatamente os momentos, aquela relação que existe entre empregado e empregador naquele determinado setor. A negociação tem o poder de identificar especificamente os pontos de dissenso, os pontos conflitantes numa relação empregatícia, principalmente nos momentos de crise. Portanto, privilegiamos a negociação coletiva.

Em razão desses pontos é que pedimos a todos, exatamente aos senhores, que aquiesçam também com este PLS, com o espírito específico da manutenção dos empregos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecendo o Sr. Reinaldo Felisberto Damacena, especialista de política e indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), passo a palavra a Alain Mac Gregor, advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços de Turismo (CNC).

O SR. ALAIN MAC GREGOR – Bom dia, Senador Moka. Primeiramente eu gostaria de agradecer ao convite, em nome da CNC, para participar desta audiência pública sobre um tema tão relevante para o nosso País. Como o Reinaldo falou, não é da indústria, não é dos transportes, é de todos nós, dos trabalhadores e dos empregadores e Governo.

Eu gostaria de cumprimentar o Moacyr, o José Eymard, a Adriana, o Reinaldo, o Ubiraci e o Senador Paulo Paim, que sempre nos convida para as audiências públicas, para fazer essa discussão e aprimorar cada vez mais a nossa legislação brasileira.

Este PLS se iniciou realmente em 2005, através do Senador Jefferson Peres. E ele teve a sua continuidade, foi caminhando, até que infelizmente nós perdemos o nosso Senador, e, no fim da Legislatura, arquivou-se o processo, que, agora, está sendo reapresentado pelo Senador Valdir Raupp.

Qual é a diferença deste projeto de lei para o que já existe? Este projeto de lei é específico para momentos de crise. Aqui se falou que, no momento, o Brasil não enfrenta crise. O Senado e a Câmara dos Deputados têm que se preocupar em fazer proposições não oportunistas e, sim, preventivas, porque, depois que pegou fogo, não adianta jogar água. Então, a gente tem que prever o que está por vir.

O Brasil passou por um momento de pleno emprego e agora está demonstrando que não está mais nessa situação. A situação já está começando a ficar preocupante, e nós temos que prezar pelo emprego e não pelo pleno emprego; prezar pelo emprego porque, para o empregador, o emprego é o que existe de mais importante. Quanto mais emprego o empregador gerar, melhor ele está, melhor está a sua situação. Então, nós buscamos a proteção do emprego, e este projeto de lei visa exatamente a isto: proteger o emprego.

O Moacyr levantou uma questão importante. É lógico que é um projeto de lei sobre o qual está se iniciando a discussão. A gente pode aprimorar. O Moacyr levantou algo importante neste projeto de lei que é a situação do trabalhador. Fala-se aqui no projeto de lei da suspensão do contrato de trabalho.

Quando se suspende um contrato de trabalho, você tem uma suspensão total, o trabalhador não recebe nada, não tem nenhum benefício financeiro, nenhuma contrapartida. Ele não trabalha, mas fica em casa sem receber. E isso nem o empregador nem os trabalhadores querem. A gente quer um modelo que permita que o trabalhador, mesmo com o contrato suspenso, tenha algum repasse de alguma receita.

Baseado nisso – e até com relação ao que o José Eymard falou da suspensão do contrato de trabalho para a qualificação –, naquele modelo da qualificação, existe uma previsão na Lei 7.998, que trata do seguro-desemprego, do FAT e do abono salarial, de, nesse período em que o trabalhador estiver afastado para qualificação profissional e tiver o seu contrato suspenso, existir um repasse para aquele trabalhador naquele período.

Então, seria interessante fazer, por analogia, como é um caso de suspensão, e essa é uma suspensão mais grave porque naquela situação o trabalhador está empregado e está se qualificando. Nessa outra, a empresa está em crise, está colocando em risco todos os empregos daquele setor. Então, eu acho mais emergencial proteger esse momento do que uma eventual qualificação. É melhor você proteger o emprego que já está em andamento.

Nesse ponto, vale destacar que, para o empregador, demitir é a pior coisa que existe, demitir é caríssimo. Isso porque não é só o custo da demissão, não é só pagar a multa de 40%, o aviso prévio, férias vencidas. Há todo um investimento que foi feito naquele trabalhador, que, se amanhã ele precisar retomar as suas atividades, ele vai ter que fazer todo esse investimento novamente, e leva-se um tempo para poder preparar aquele novo trabalhador para as rotinas, para o circuito da empresa. Então, demitir é algo que o empregador não deseja de forma alguma.

Por conta disso é que a gente está tentando, neste projeto de lei, uma proteção para que aquele momento que poderia ser breve e solucionado com alguma solução passe e que se garanta o emprego. Não se joga assim: “Vamos fechar a porta da empresa.” Se fechar a porta da empresa, você está colocando um monte de trabalhador na rua. Até o trabalhador se recolocar no trabalho, há toda uma questão de cunho pessoal, ele vai ficar deprimido, vai ter as contas atrasadas porque a receita dele vai realmente ser ceifada. Então, este projeto de lei está tentando evitar uma situação dessas. É lógico que merece ajuste; é lógico que a gente tem que discutir. O José Eymard lembrou também o CRT. É um fórum forte para discutir isso.

A gente tem avançado muito. Hoje em dia, os empregadores e trabalhadores estão conseguindo consensos onde, antigamente, era tão difícil. E hoje em dia a gente está conseguindo avançar nisso. O próprio Senador Paim, em várias audiências públicas aqui, parou o projeto para a gente tentar compor, e conseguimos avançar.

Então, dentro dessa mentalidade de construção que o Senado tem, este projeto de lei é um pontapé inicial para um momento de crise que está por vir. A gente não está falando que já estamos na crise. A gente está projetando uma futura crise. A gente tem que ter mecanismos hábeis para poder passar pelas crises.

Dentro desses mecanismos hábeis, tanto o Moacyr, quanto o José Eymard levantaram duas questões importantes, que o projeto é muito genérico. Mas ele tem uma razão para ser genérico. Porque ele remete tudo para a negociação coletiva. Então, tudo o que for acordado entre as partes – a forma como vai ser, o que se considera crise, como vai ser feito – a gente está remetendo para a negociação coletiva e está fortalecendo o tripartismo. Está fortalecendo o Governo, os empregadores e os trabalhadores. Os trabalhadores e empregadores em especial, porque a nossa Constituição já previu o reconhecimento da negociação coletiva no inciso

XXVI do art. 7º. E isso nada mais é do que reforçar a autonomia que as entidades têm, que os representantes legítimos dos empregadores e dos trabalhadores têm de negociar.

Antes de se chegar a essa situação da suspensão do contrato de trabalho, houve, previamente, uma negociação ampla, bem discutida e com todos os requisitos necessários para que se possa aplicar essa alteração do 476-A.

Essa proteção não vai vir pela lei, vai vir pela negociação. Os requisitos não vão vir pela lei, vão vir pela negociação. Por que pela negociação? Porque a negociação vai analisar o caso concreto, vai ver caso a caso. Para o comércio os requisitos podem ser x; para a indústria os requisitos podem ser y. Isto, a negociação da indústria, a negociação do comércio, é que vai ver o que é melhor para cada setor.

Então é nesse espírito de construção, de discussão, do diálogo social que vem essa proposta hoje apresentada pelo Senador Valdir Raupp. É lógico, como eu falei, que nada é perfeito. A gente pode aprimorar a redação. Estamos abertos à discussão, sempre abertos. A CNC está sempre aberta a melhorar não só a nossa legislação, mas o próprio País. A gente está aqui buscando a melhora para o nosso País.

Este Senado vem atuando de forma veemente nesse sentido, e acredito que nesse sentido vale a pena a gente observar com carinho esse PLS 62 e eventualmente o aprovar.

Esse é o nosso posicionamento. Como eu falei, estamos sempre abertos a discutir para construir. “Ah, não me serve, e eu quero afastar.” Não, alguma coisa aqui serve para alguém, e vamos aproveitar e construir isso da melhor forma possível para todos.

Então, é isso, Senador Moka.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecendo ao Alain Mac Gregor, que é advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), eu passo a palavra ao Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Primeiro, agradecer o convite feito pelo Presidente da CAS, o Senador Moka, e me permita saudar aqui o nosso querido amigo, companheiro, metalúrgico, o Senador Paulo Paim, porque, onde tem confusão contra trabalhador, ele está no meio, nos ajudando; qualquer uma que for, em defesa do Brasil e dos trabalhadores. Então, muito obrigado. E estou dizendo isso porque, inclusive neste caso, objetivamente eu fui falar com ele lá no gabinete dele, que falou: “Isso aqui é confusão”.

Companheiros, vamos cair no nosso Brasil real. Dia 9 de abril, vamos realizar uma marcha em São Paulo com mais de 80 mil trabalhadores. Para comemorar o quê? Para falar que se está em pleno emprego, para falar que está um espetáculo o crescimento? Não é verdade! Senão, vejamos: estamos lá com uma série de itens na pauta – redução de superávit primário, redução das taxas de juros, fator previdenciário – e por que está acontecendo isso?

Quero dizer para vocês que, com uma taxa de juros de 10,75% – quase 11% – é impossível uma indústria se desenvolver. O câmbio a R\$2,32 como está hoje é o seguinte: você facilita as importações e o componente é comprado lá fora. Se o componente é comprado lá fora, o que acontece com a indústria nacional? É o que está acontecendo agora: o 28º mês consecutivo de desemprego na indústria nacional. Então, esse *marketing* de falar que está pleno emprego é conversa, não é verdade.

Fui lá falar com o Dr. Robson, há três semanas, sobre a situação que está me preocupando, a indústria de máquina está afundando. Não sou eu que falo, não sou eu que estou falando, são as pessoas que estão falando, a Abimaq etc. e tal. Calçado, roupa, confecção, e a situação se degradingando. Acho que essa política econômica que está colocada aí prejudica o desenvolvimento do Brasil, prejudica a indústria e prejudica os trabalhadores. Isso está mais ou menos claro. Aí dá espaço para algumas agências internacionais rebaixarem o Brasil, dá espaço para isso.

Desafio aqui os empresários e os trabalhadores a reeditarmos a grande marcha que fizemos em São Paulo, botamos 90 mil pessoas na Assembleia Legislativa, pela redução das taxas de juros. Sabe qual foi o resultado? Reduziu naquele dia; depois de cinco altas consecutivas, reduziu. Não podemos pegar a bacia, a água, e o neném jogarmos fora.

Por que falo isso? Esse projeto não ajuda empresa, senhores, ele tira direitos objetivamente. O que ajuda empresa é unirmos as mãos e exigirmos a redução imediata dessa taxa de juros, fazer o câmbio acabar com esse negócio de estar indo para lá e para cá e equilibrar esse câmbio a R\$2,7, a R\$2,8, por aí, está certo?, e há quem diga até R\$3,00 para você poder dar pujança, porque não existe desenvolvimento sem indústria forte. Essa é a nossa opinião.

Queria dizer a vocês, por exemplo, o investimento no nosso Brasil, na época do querido e saudoso Lula, quando o Fernando Henrique baixou para 18, ele subiu para 19,3 – quase 20 –, ele subiu, agora está caindo de novo. E fica fazendo uma misturada que o governo de...

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO. *Fora do microfone.*) – Está subindo.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Senhor?

Não, o dado que tenho concretamente é que não chegou no patamar ainda... Mas naquela patamar não chegou. Dado é dado! Então está prejudicando o investimento público está sendo prejudicado, isso que estou querendo dizer.

A Presidenta falou que ia para 25, ela falou no CDS, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a 25. Então não podemos viver com a formação bruta de capital fixo nesse patamar que está, porque não se consegue investimento para a economia brasileira, para a indústria nacional.

Não sou patrão, sou operário metalúrgico, mas acho que temos que nos unirmos para defender o Brasil e defender o emprego, a indústria, o salário dos trabalhadores.

O Brasil despendeu no ano passado, senhores, R\$248 bilhões para pagar juros. Aí vejo o Paim, na capa do jornal *Hora do Povo*, falando o seguinte: os Estados e Municípios não aguentam o rompimento do acordo que foi feito com relação a essa dívida. Em São Paulo, na capital, se se mantiver o acordo, vão sobrar R\$3 bilhões do orçamento, segundo o prefeito de lá, para botar mais corredores de ônibus, porque um trabalhador demora três horas para ir e três horas para voltar, dependendo do lugar em que ele mora, para ir trabalhar.

Então, chamo a atenção dos senhores empresários, já fizemos trabalho junto. Vamos fazer uma reunião na CNI com as centrais sindicais para discutir a situação. Acho que o senhor está certo. Está uma calma por cima, mas embaixo está borbulhando, senhores, está borbulhando. E é bom nos prevenirmos para depois não sofrermos.

O que o velho Lula fez quando tentaram derrubá-lo? Quando a elite branca azeda tentou derrubá-lo? Nós fomos para as ruas. Ele foi para as ruas, foi para o povo. Fechamos nossas portas e fomos defender o governo popular, está certo? O Lula disse: "Comprem!". Deu crédito para o povo, e passamos batidos pela crise, em 2008. Diziam que ele era operário, que era burro, não sei o quê. Ele se mostrou um dos melhores presidentes que o País já teve, na minha opinião, porque trabalhava em conjunto com todo mundo, recebia todo mundo, ouvia todo mundo, tinha sensibilidade, firmeza e segurança.

O que estou querendo dizer é que a lei que aí está, lei que o Fernando Henrique enviou, no ano de 2001, já é ruim, mas do jeito que está aqui, piora a situação. Porque, da forma como está, quem fizer uma assembleia para aprovar redução de 25% – não é o que você disse, Moacyr? – é capaz de levar um pau. Pode ter certeza, porque a situação não está fácil, senhores.

Eu chamo a atenção para esse fato e acho muito procedente esta reunião, Senador Moka, para expormos os dados. Isso é muito importante.

Eu estava na reunião do Consea. A Ministra Tereza Campello disse que não houve corte no Orçamento. Ora, houve contingência, houve corte, etc., para quê? Para fazer caixa para o superávit primário. São essas questões que os dirigentes de sindicatos têm que pegar, estudar, aprender e desenvolver, para num debate apresentar os dados que tentamos aqui apresentar, dando a nossa contribuição.

Eu acho que trabalhar no sentido de retirar direitos... É ou não retirar direitos suspender por seis meses o contrato de trabalho do trabalhador? Ora, é como demitir. Suspender contrato de trabalho é como deixar a pessoa desempregada, objetivamente. Não há erro. Acaba com Fundo de Garantia, com férias etc. Retira objetivamente direitos; eu não estou inventando. Então, vamos trabalhar uma solução que facilite a vida do empresário, principalmente da empresa nacional, da empresa brasileira, pois a base do emprego no Brasil está nas micro, pequenas e médias empresas, que é onde os trabalhadores estão empregados, e não na Volks ou na Ford, mas nas micro, pequenas e médias empresas pelo Brasil afora.

Meus queridos amigos, companheiros, eu acho que não devemos jogar... O Senador fez uma brincadeira interessante, em relação ao beija-flor e ao morcego. Eu diria que não é beija-flor nem morcego, mas um Frankenstein, que vai nos assustar e nos prejudicar. Por isso chamo a atenção para essa questão. Considero que este debate pode nos levar a conclusões mais amplas, porque não vai prejudicar nem o trabalhador nem o empresário. Vai desenvolver o Brasil, reduzindo as taxas de juros, aumentando o investimento público substancialmente, com redução do superávit primário, que é um bolo de dinheiro que vai para fora, em prejuízo da Nação, incentivando a mobilidade urbana, saúde e educação para o nosso povo com recursos próprios do País.

Eu queria agradecer muito ao Presidente Moka e ao companheiro Paim, que, para mim, é um companheiro. Sempre que houver eleição em seu Estado, eu vou ajudá-lo, porque é um alicerce para nós, é um porto seguro de que nossas opiniões serão pelo menos debatidas e aprofundadas no Congresso Nacional, no Senado e na Câmara dos Deputados.

Eu agradeço sinceramente aos senhores. Meu objetivo aqui é apresentar uma saída que não seja a de ficarmos batendo a cabeça no prego. Não. Que encostemos a cabeça no travesseiro e levemos a luta adiante. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecendo ao Sr. Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), passo a palavra à Sr^a Adriana Giuntini, Assessora da Confederação Nacional do Transporte.

A SR^a ADRIANA GIUNTINI – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Permita-me, Adriana. Eu quero registrar a presença do Senador Cyro Miranda, Senador pelo Estado de Goiás.

A SR^a ADRIANA GIUNTINI – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Senador Moka, o Senador Paulo Paim, o Senador que acabou de chegar à reunião, os representantes dos trabalhadores, dos empregadores e todos aqui presentes.

Para falar sobre este projeto de lei, é importante fazer uma análise do cenário econômico brasileiro.

Temos a deterioração das contas públicas, a perspectiva de um baixo crescimento, a piora do déficit das transações com o exterior, um aumento dos juros e da inflação, que já foi comentado aqui pelo nosso colega.

Nesta semana, também houve o rebaixamento da nota do Brasil pela agência de classificação de risco, a S&P, que é um importante termômetro para o mercado e tem um impacto sobre o custo da dívida de países e empresas.

Outro fator importante neste cenário, e mais ainda para o setor de transporte, foi o aumento do *diesel*, de 15,62%, que representa 40% do custo operacional das empresas de transporte. Portanto, uma inflação maior que outros setores da economia.

Tanto a indústria quanto o comércio se utilizam do serviço de transporte. Neste cenário econômico, a confederação fez uma pesquisa com os transportadores de todos os modais e identificou que a expectativa dos transportadores é a manutenção do volume de cargas e passageiros transportados. Isso é muito ruim.

Diante dessa expectativa de manutenção do ritmo das atividades, apenas 33% dos empresários planejam contratar empregados em 2014. Isso indica um ano pouco dinâmico, sem grandes oportunidades e sem uma expansão. E afeta diretamente os demais setores da economia.

Em anos anteriores, houve um registro do crescimento de contratação de mão de obra, o que não se vai verificar nos próximos anos.

Com relação ao mercado de trabalho, o setor de transporte é muito intensivo em mão de obra e muito sensível, portanto, com relação a essas questões. Porque não se pode substituir o motorista, o condutor ferroviário, muito menos o aquaviário.

Outro fator muito importante a ser considerado é a escassez de mão de obra qualificada: 85,9% dos empresários entrevistados revelaram que têm dificuldade na contratação de mão de obra qualificada.

O problema se agrava ainda mais nos setores aquaviários e ferroviários. Não resta dúvida de que todos perdem com o desemprego. Perde o trabalhador, que tem uma diminuição da renda e insegurança com relação ao futuro. Perde o empregador, porque perde o pessoal treinado e de difícil contratação nessa retomada. E também perde o governo, porque ele tem um aumento expressivo com o seguro-desemprego.

Muitas empresas terão que fazer uma dispensa coletiva, o que é muito ruim. A aprovação deste PL que prevê um mecanismo de proteção ao emprego, para as horas de dificuldade, é de suma importância. Então, somos pela aprovação deste projeto.

Agora, respondendo ao Senador Paim, na sua preocupação de que se esta seria uma medida adequada, eu trago aqui uma reportagem fazendo um comparativo entre a França e a Alemanha. Em duas cidades vizinhas, na fronteira entre a França e a Alemanha, a cidade francesa conta com um desemprego de cerca de 8%; na vizinha, na cidade alemã, o desemprego é inferior a 3%.

Por que essa disparidade, uma com desemprego de 8%, e a outra com desemprego de 3%? É que essa, na Alemanha, como a gente sabe, adotou medidas que flexibilizam e tratam da proteção do emprego, como essas propostas pelo Senador.

Então, gostaria de agradecer e dizer que é uma medida muito importante para o País.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu vou passar a palavra aos Senadores Paulo Paim e Cyro Miranda, e, logo em seguida, em havendo questionamento...

O que eu costumo fazer é dar um encaminhamento, Senador, mas eu quero ouvi-lo.

Eu achei aqui que as posições são muito antagônicas para se tentar um texto de consenso. V. Ex^a pode tentar, mas eu acho que aqui nós vamos ter que evoluir para um...

V. Ex^a tem agora raios X de corpo inteiro. Percebeu-se que a indústria, o comércio, o transporte defendem o projeto de lei; e os representantes das centrais são frontalmente contra. Pelo menos é a impressão que a Presidência teve.

Então, fazer uma rodada para chegar a consenso eu acho difícil. Assim, acho que V. Exª pode, eventualmente, ouvi-los *de per si*, ou um bloco aqui, um bloco ali, e evoluir para o relatório.

Claro que o projeto de lei vai ser votado. E a Comissão, soberanamente... Porque vai ser votado numa Comissão. Mas isso vai tramitar. Até chegar ao Plenário do Senado, nós temos muito tempo. Pode acontecer de ele ser rejeitado aqui nesta Comissão. Aí a tramitação realmente estaria prejudicada.

Concedo a palavra ao Senador Cyro Miranda.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Sr. Presidente Moka, senhores convidados.

Senador Paim, eu quero elogiar muito a sua iniciativa, porque essa é a maneira de a gente ser instruído para a decisão de um projeto.

Eu ouvi a todos com atenção, Senador Moka, as posições ficaram extremamente claras, mas a que mais me chamou a atenção foi a do nosso amigo Ubiraci, com quem concordo plenamente.

O primeiro viés: nós temos que nos unir? Sim, contra a redução das taxas de juros, contra o câmbio alto, contra o crédito que foi dado excessivamente – hoje o brasileiro é um dos mais endividados; ninguém pode comprar um carro para pagar em 80 meses; é irresponsabilidade.

Nós temos que trabalhar contra a gasolina cara, contra o desmando da Petrobras, que está resultando, nesse caso de Pasadina, no bolso do brasileiro.

Nós temos que lutar contra o endividamento nosso.

Nós temos que lutar contra os R\$30 bilhões que estão sendo gastos na Copa do Mundo, enquanto o orçamento foi de R\$17 bilhões. Isso é dinheiro do povo brasileiro. Esses desvios prejudicam totalmente. Nessa luta, nós temos que estar juntos.

Contra os financiamentos das empresas estrangeiras feitas pelo BNDES, que não colocam seu dinheiro aqui. Quanto dinheiro – R\$1 bilhão – nós demos a Cuba para fazer o Porto de Mariel! Enquanto isso, eu, que sou paulista, conheço a realidade do Porto de Santos, que é uma vergonha e precisa de investimentos.

O senhor tem toda a razão. Eu estou irmanado com o senhor, eu sairia na rua hoje com o senhor.

O perdoar a dívida de Estados, quando nós temos tanta necessidade de saúde, de educação e de segurança pública.

Quarenta Ministérios: Ministério da Pesca da Lagosta, da Flor de Lis? Isso é brincadeira. Inchaço!

Este Congresso, nos últimos dois anos, aprovou, a pedido desse Governo, dar mais de 12 mil empregos – favorecimentos. Sem número de agências. Qual será o resultado? Uma crise.

Dessa forma, eu acho que nós precisamos dar as mãos – o senhor tem toda a razão –, sairmos juntos numa luta, porque as coisas estão acontecendo. Ninguém vai mais investir no País desse jeito. Fomos rebaixados por uma empresa, Sr. Ubiraci, que é contratada pelo próprio Governo Federal, a Standard & Poor's (S&P). Ela foi contratada em 2008 pelo Governo Lula e permanece até hoje. Então, ela tem credibilidade, sim, porque o Governo permanece.

Assim, primeira coisa: essa conta desse jeito não fecha. É dinheiro do trabalhador, e o dinheiro do trabalhador é o da empresa! É o mesmo! É o dinheiro seu que vai para o Fundo de Garantia e é desviado.

Então, primeiro, nós temos que colocar as coisas no trilho. Mas, enquanto isso não acontece e se uma crise vier, o que estou vendo é uma proteção. Por quê? Aqui o que mais me chama a atenção é o seguinte: não se trata de uma imposição do empregador, uma vez que as condições para suspensão do contrato de trabalho deverão ser livremente negociadas, no âmbito de convenção ou acordo coletivo de trabalho, assegurando, portanto, a participação da representação profissional na definição de cláusulas de instrumentos normativos sobre esse tema.

Muito bem; o que isso significa? Preservar o emprego, porque, se eu tenho uma crise que vai durar cinco ou seis meses, se eu não tiver outro instrumento, vai ser a mesma coisa. O senhor ganha R\$5 mil por mês. Aí, se a sua despesa estiver acima desse limite, o que o senhor vai ter de fazer? Vai chamar a sua patroa, os seus filhos e dizer: "Nós vamos ter que fazer economia. Então, turma, onde é que nós podemos cortar? Nós vamos ter que cortar os gastos, porque o pai só ganha R\$5 mil e nós estamos gastando R\$6 mil".

E, de outro lado, o que vai fazer o empresário? Ele não pode faltar com o pagamento da folha; ele tem que fazer cortes. Primeiro, eu acho que, por dever de consciência, ele tem que corar o seu *pro labore*, diminuir o seu lucro e, por último, ele teria que cortar na folha. Se isso acontecer, ele vai ter que demitir.

Agora, o que vai acontecer no pós-crise ou quando a crise passar? Os postos de trabalho serão ofertados normalmente ao mercado. E o que acontece com aquele que detinha aquele posto? Ele vai disputar a colocação com outros tantos que ficaram também fora do mercado de trabalho. Então, vai piorar a situação dele, uma vez que será lenta e gradual a retomada no pós-crise.

Nós já vivemos tantas! Até a estabilização da moeda, nós tivemos uma crise depois da outra. Sabemos que a recuperação é lenta. Então, vai ficar um número grande de desempregados. E a pior coisa, para mim, é ver uma pessoa desempregada. Isso é o que mais me dói no coração; não tem imposto não tem nada. A dignidade do trabalhador ao chegar em casa com o seu salário não tem preço.

Então, eu não vejo esse projeto como algo que venha a agredir de nenhuma maneira.

Meu nome é Cyro Miranda; sou do PSDB de Goiás e independente. Há ações do governo que eu aplaudo de pé, ações em que sou parceiro do meu amigo Paulo Paim e relator na maioria dos casos. Ele é uma das pessoas que eu mais admiro, porque, quando ele vê que a coisa, às vezes, tem até uma vontade de fazer, mas há impossibilidades de várias naturezas, ele é o primeiro a dizer: “eu retiro; eu cedo”. Assim, é uma pessoa por quem eu tenho a maior admiração; é um dos Senadores mais sérios desta Casa e dos mais trabalhadores que já vi aqui.

Eu falo de peito aberto, de coração, o que eu estou vendo. Nós temos dois trabalhos a fazer: um é não deixar que o Brasil entre em crise, que é tudo aquilo que o senhor disse; outro é nos prevenirmos em alguns casos durante a crise. Agora, pode melhorar? Pode. Vamos conversar, vamos ver. Eu não sou o autor do projeto. O projeto veio da base aliada ao governo; foi ressuscitado. É de autoria do Senador Valdir Raupp, uma pessoa por quem eu tenho um respeito muito grande. A intenção dele foi justamente a de proteger o emprego nisso que eu estou dizendo, nessa vacância de cinco ou seis meses. Se ficar desempregado, quando a vaga for novamente ofertada, o candidato ao posto terá que concorrer não com o um, mas com 10, 15 ou 20 pessoas para aquele mesmo posto que era seu, e já que a negociação é livre.

Então, eu não sei, ainda, como a gente pode melhorar, mas acho que podemos melhorar e chegar a um denominador comum. Se não for possível, rejeita-se o projeto; não tem problema. Agora, tem outro viés de consequência. O senhor concorda? Nós não somos irresponsáveis; nós não podemos emitir, dentro de casa, notas ou fabricar notas e títulos e vender; eu tenho que pagar as minhas contas com o que eu tenho. Quando eu não tenho mais dinheiro, eu vou diminuindo, diminuindo, até que um dia eu quebro.

Então, é essa a minha posição.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradeço a participação do Senador Cyro Miranda.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu não vou entrar no tema da forma como o meu querido amigo, colega e parceiro Cyro Miranda entrou, pois, senão, nós vamos avançar além do escopo do nosso projeto. Mas eu também tenho que dizer que eu não sou daqueles que diz que nós estamos vivendo aqui o apocalipse, porque não é verdade. Se nós olharmos para o mundo hoje, o Brasil está até em uma posição privilegiada

Temos que ter preocupação? Temos. Mas, se olharmos a taxa de desemprego em nível internacional, somos uma das menores do mundo. E vocês, mais do que ninguém, têm os dados. Não vou eu citar dados porque acho que não é necessário.

E também no Brasil sempre houve um discurso muito longo. Estou há 28 anos no Parlamento, mas, desde que eu era sindicalista a crise estava chegando, e tínhamos flexibilizar. O Brasil, por resistência do movimento sindical principalmente, não flexibilizou e não desempregou. E ainda mais: elegemos um sindicalista Presidente da República. Então, no mínimo, o movimento sindical não estava tão errado na sua visão e concepção da economia, do social, enfim. Nesse período, tiramos da miséria absoluta em torno de 40 milhões de pessoas, então, em alguma coisa acertamos.

Se olharmos o campo do ensino técnico... E olhem que sou um defensor do Sistema S, é muito claro para todos aqui. Inclusive, não assinei a CPI do Sistema S e explico o porquê: aperfeiçoar uma coisa que querem destruir, um sistema do qual eu fui estudante? Eu me formei no Sistema S e, para mim, foi fundamental, tanto que hoje estou hoje no Parlamento. Mas não quero entrar nesses detalhes, vou entrar direito no projeto.

Por que me preocupou o projeto?

Primeira questão cinco ou seis meses, ou quatro meses, para não haver demissão, o sindicato aceita esse afastamento. Quem paga esses seis meses? Quem vai bancar? Porque eles não podem ficar sem nada, eles têm que viver. Eles ficam parados no seguro-desemprego? O Governo vai ter condições de bancar milhares e milhares de trabalhadores a mais do que os que já estão hoje? E sabemos nós, também, que existe uma indústria – não é indústria empresária – de falcatriuas, que pactuam, às vezes, empregado e empregador, para entrarem no seguro-desemprego. E o cara ainda volta a trabalhar, de forma informal, e recebe o seguro-desemprego. Temos que, naturalmente, não aceitar isso tanto da parte do empregado como do empregador, porque, como sempre digo, a Previdência é nossa, temos que saber como estamos trabalhando com ela. Como eu fico? Como é que

fica? Eu sempre me ponho aqui no Parlamento, como operário metalúrgico, como se estivesse trabalhando lá na fábrica. Como eu fico nesses seis meses? Eu tenho a segurança de que eu vou voltar para o emprego? Não tenho. Eu vou procurar outro emprego? Não sei. Eu vou ficar dependendo de uma ajuda de X ou Y daqui para lá? Não sei. E, se quando eu voltar, eles me demitirem?

Houve um empresário, não vou dizer o nome, até tenho uma relação de muito carinho e respeito por ele, que teve que demitir, se não me engano, em um universo de quatro mil trabalhadores, uns 500 ou 600, mas ele não teve alternativa. Eu sentei com os sindicatos e com ele. Demitiu e mandou procurar os direitos na Justiça. Não pagou nada, ele não tinha para onde correr.

Então, o que seria feito no caso dele? Aplica-se em uma situação como essa, e o trabalhador não pode nem procurar o direito na Justiça. Ele foi franco, ele disse: “olha, não tenho, vou ter que fazer isso para não ter que fechar as minhas empresas todas”. E ele mesmo aconselhou: “procurem a Justiça, vou pagar lá mediante o acordo, enfim”.

Então o projeto, em si, é muito bem-intencionado.

Conta para efeito de aposentadoria? Vai contar esse período que eu não pago, quando a legislação diz que são as 80 maiores contribuições de 94 para cá? E como fica? O Fundo de Garantia será depositado? Alguma coisa será depositada ou não será? Provavelmente não. Não há nada claro na legislação.

Eu gostei da fala de todos, porque vi que todos aqui entraram em uma linha de reflexão sobre o projeto, refletiram sobre o projeto. Claro, alguns falaram de forma mais incisiva, que é o papel mesmo do movimento, mas os outros todos, pelo que percebi, querem refletir sobre o projeto. Ninguém aqui pediu: “olhem, tem que aprovar já como está, porque isso é fundamental para todos nós”

Eu, depois de ouvir a todos naturalmente, vou construir o meu relatório buscando aquilo que entendo mais viável para o momento, mas o projeto deixa de fato, o projeto tem que envolver o Governo, porque, queiramos ou não, alguém vai pagar a conta, como a gente fala.

O Luís Roberlo Ponte, como vocês conhecem, é um grande empresário, um grande empresário. Sabe o que ele me dizia sempre? “Paim, bota na tua cabeça, tudo que tu colocar aí vai para o preço final”. Tudo que for colocado alguém vai pagar. Gente fina, ele fez 80 anos e me convidou para o aniversário. Eu não pude ir, mas estou aqui fazendo homenagem para ele, porque a frase dele é correta. Alguém vai pagar, e tudo vai para o preço final se você aumentar demais. Ele falava muito da carga tributária, enfim.

Por isso, acho que esse projeto tem que ficar em *stand by*. Ficar parado, é *stand by*, não é? Eu só sei dizer que é ficar parado, engavetado.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Senador Paim, só um aparte.

O senhor já começou a dar uma luz a esse projeto. Por exemplo, ter a garantia da volta do emprego, ter um pagamento mínimo, certo? Ter a segurança, pelo menos, por um período...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ...de algum tipo de seguro.

O SR. CYRO MIRANDA (Bloco Minoridade/PSDB – GO) – ...algum tipo de seguro, em que empresa participe, um misto. Eu acho que o INSS não pode ser interrompido, então, algumas coisas podem ser feitas. Há alguma coisa que se pode fazer, sei lá, ele realmente não pode ficar ao léu, é lógico. Então, V. Exª começou a dar uma luz a isso aí. De repente, começamos a construir alguma coisa que seja interessante, e tem a liberdade de aceitar ou não.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Claro, envolvendo as centrais sindicais. Quero deixar muito claro isso porque não faríamos nada sem conversar com elas. Será igual ao direito de greve do servidor público, de que sou relator, V. Exª me indicou. Eu disse: “vamos trabalhar juntos, construir juntos, passando depois para a redação final em uma audiência pública em que haja entendimento”.

Eu acho que, neste momento, o que eu poderia dizer é: vamos segurar o projeto, vamos segurar, conversar, dialogar com todos os setores. Eu conversei com o Senador Valdir Raupp. Conheço o Senador e tenho certeza de que a intenção dele foi das melhores, ele quis já mostrar uma luz e, no mínimo, suscitar o debate: “em época de crise, o que fazemos?” Tomara que não venha a crise, vamos torcer para que não venha.

Presidente, eu quero agradecer a todos. Para mim, foi importantíssimo ouvi-los aqui. Eu sempre digo que a cada audiência pública, por incrível que pareça, entramos de uma forma e, no mínimo, saímos com mais experiência.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Normalmente é aquilo que falei: normalmente, o encaminhamento é o que as partes...só que, nesse momento, se alguém pode estabelecer um texto convergente, esse alguém é V. Exª. Conversar com o Senador Cyro Miranda, Armando Monteiro, mas principalmente com o autor, que é o Valdir Raupp. Além disso e principalmente, se for possível, construir um texto em que as centrais possam entender que ali há um avanço. Seria uma coisa de extrema necessidade, mas não

se abriria, ou melhor, se resguardaria ou guardaria essa questão de haver algum anho nesse período, não se interromperia o recolhimento do Fundo de Garantia.

Tudo isso precisa ser rediscutido, porque eu não acredito sinceramente que o projeto, o texto, do jeito que está, possa passar aqui. É uma expectativa, eu pessoalmente não acredito nisso. Mas já construímos alguns acordos, inclusive aquele projeto do Figueró, que V. Exª intermediou com os dois segmentos e acabamos produzindo um texto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – *(Fora do microfone.)*. Mas quero deixar isto: que o Senador Paulo Paim pudesse intermediar, e, enquanto isso, o projeto está sobrestado mesmo, porque ele só virá a Plenário depois da audiência pública e quando V. Exª apresentar o seu relatório.

Eu vou pedir a V. Exª que assuma a Presidência e proceda de forma inversa do jeito que eu chamei.

Eu só quero atender, já estão há uma hora me esperando. Atendo e retorno para encerrarmos a nossa audiência pública.

Eu pediria ao Paim e explico que começamos com o Moacyr Roberto Tesch, que foi o primeiro a falar, então, ele tem que ser o último. E a última a falar foi a Adriana, e ela tem que ser a primeira. Então, V. Exª vai começar daqui para lá deixando o Moacyr por último. Esse é o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Fala Moacyr.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Quero comunicar, no início que tenho um compromisso ao meio-dia e então peço desculpas a todos e licença para me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, o Sr. Moacyr se sente contemplado com o debate, abre mão das suas considerações finais porque ele tem um vôo, se não me engano, agora.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Os companheiros das centrais sindicais estão à altura.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem!

Então, foi combinado que começa com Adriana.

Muito bem, Adriana, que fala pela Confederação Nacional do Transporte.

Eu vou dar cinco minutos para cada, mas com direito a uma tolerância se assim for necessário.

A SRª ADRIANA GIUNTINI – O debate é sempre muito importante, e o Senador Cyro Miranda se posicionou acerca da importância de haver um mecanismo de proteção do emprego.

Como o Senador Moka e o senhor também mencionaram, acho que precisamos aprimorar. Nós já construímos outras legislações bem mais complicadas só no setor de transporte.

Mas este é o caminho: do diálogo com setores interessados, porque, sem esse diálogo, não há qualquer projeto. Se nós, trabalhadores, e os empregadores nos sentarmos, isso é o que vai dar maior legalidade no cumprimento e na busca de soluções dos problemas que enfrentamos, que o País vai enfrentar.

Então, muito rapidamente, reforço a importância desse projeto e a importância do diálogo na construção de um texto que seja bom para todos. E coloco-me à disposição, a Confederação, para qualquer discussão, para o aprimoramento desse projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, essa foi a Adriana Giuntini, assessora da Confederação Nacional do Transporte. Conforme orientação do Presidente Moka, está com a palavra Ubiraci Dantas de Oliveira, o Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Quero agradecer aqui ao Presidente em exercício, Paulo Paim, porque, como falei, onde há coisa que envolve os trabalhadores brasileiros, os negros, os idosos, os índios, os aposentados, está lá o Senador Paulo Paim na batalha. Isso, para mim, é valioso, Senador, porque só vitória temos tido nesses embates que temos tido aqui dentro do Congresso Nacional. E eu considero, eu sei que o Senhor trabalha para todos, para o Brasil, sei disso, mas eu considero o senhor um amigo, um companheiro, um representante nosso.

O senhor é metalúrgico eu já fui ao sindicato de Canoas, lá na sua base, falamos lá, conversamos lá, e toda vez que for necessário eu vou lá para garantir que você fique mais 28 anos aqui para nos defender aqui, certo? Penso dessa forma e, quando penso, eu falo o que está dentro da minha mente, do meu coração, da minha alma. Eu expresso.

O Senador Cyro Miranda falou da Copa do Mundo. Eu só quero dizer o seguinte: sou corintiano, sou brasileiro, gosto de um futebol que não é mole, sou a favor da Copa do Mundo no Brasil e vou torcer para o Brasil ganhar. Independentemente de política de quem está, eu vou torcer muito para que o Neymar arrebente a boca do balão e faça um monte de gols para ganharmos a Copa, certo?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E o Felipão, que é gaúcho...

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Mas que “bá, tchê”. É isso aí.

Então, eu só queria dizer e insistir em uma questão: toda a vez que se avizinha uma crise, que vem um problema, há sempre aqueles que jogam nas costas dos trabalhadores a conta. Nós não aguentamos mais.

Eu pedi a união entre empresários e trabalhadores, como já aconteceu em 2011, lá na Assembleia Legislativa, onde colocamos, senhores, mais de 90 mil trabalhadores e empresários, defendendo, naquela época, principalmente a redução da taxa de juros. E o Governo brasileiro atendeu. Não se pode, quando há problemas, colocar um bode na sala, ficar aquela confusão, tal, tira-se o bode da sala, e o problema fica resolvido. Não foi resolvido, não foi.

Propor suspender um contrato de trabalho por seis meses de um trabalhador envolve aquelas questões que o Paim levantou: não só a necessidade de comer, de pagar aluguel, de pagar a casa, todas as necessidades de um ser humano, de um pai de família, ou de uma mãe de família, já temos muitas mulheres que são mães e chefes de família.

Aliás, quero homenagear as trabalhadoras e as mulheres de todo o Brasil pelo seu dia 8 de março e pelo seu mês, para terem o salário igual, o trabalho igual, acabar com a violência, com a ignorância e tal, e dar oportunidade para que elas possam utilizar a sua capacidade para se desenvolverem no País e contribuam para o desenvolvimento do Brasil, e não as prenderem, impedirem de se desenvolver. Então, parabéns a todas as companheiras.

Quero dizer o seguinte para os senhores: é necessário, Relator, Senador Paulo Paim, pensar na possibilidade... Digo para o senhor, volto a dizer: não estamos querendo que chegue aqui, mas a crise está se avizinando. A situação está clara. Não adianta o Ministro Mantega chegar na televisão e falar que está tudo bem, porque não está. Ele é que está subindo as taxas de juros, a equipe econômica, desse jeito indo para 11%, certo?

(Soa a campanha.)

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA – Temos aqui a formação bruta de capital fixo, o envio de recurso para fora, enquanto vocês estão vendo como está a situação da saúde. Achei o Mais Médicos da hora, por exemplo. Achei! Achei legal; em contradição ao que o Senador falou, eu achei, achei um espetáculo, como eu acho também que alíquota do ICMS não pode ser equiparada a quatro por quatro, porque vai ter empresa que vai se utilizar disso e vai mandar 30 mil caras embora como lá em Pernambuco, se não me engano com a Azaleia. Então, eu fico preocupado com essas questões e fico em defesa do País e dos trabalhadores.

Então, confio no Senador Paulo Paim, certo? Só peço que a gente não faça confusão: de 2003 para 2010, quando o Governo terminou com 7,5% de crescimento econômico – 7,5% do velho Lula, meu querido companheiro – e no ano seguinte foi 0,9% do crescimento econômico, entendeu? Eu não estou torcendo para que isso aconteça, eu conversei com a nossa Presidenta, eu levantei essas questões, com muito respeito, para ela, eu tenho respeito por sua trajetória e por sua luta, pela democracia e pelo Brasil. Eu a respeito profundamente, mas eu não posso deixar de dizer o que penso sobre essas questões.

Então, para terminar, estivemos com ela, vamos falar dessas questões, vamos para rua dia 9, e vamos para a rua, pesado! E vamos com as reivindicações comuns de todas as centrais sindicais para podermos mudar um pouco do rumo, ir para dentro do crescimento, do desenvolvimento.

Uma coisa – não podemos misturar – é o que aconteceu de 2003 a 2010; outra coisa é o que está acontecendo. O Governo começou 2011 com a greve de três meses de funcionalismo público, Senador. Não foi mole, para negociar ali foi tal. Outra coisa: perdemos o Campo de Libra por 12 bilhões, e era um negócio que valia um trilhão, e iria sobrar dinheiro para nós.

Então, vamos pensar, vamos refletir nisso, quero contribuir. Não sou sectário, quero contribuir, quero ajudar, ajudar a todos, não ajudar só um lado e deixar um lado capenga.

Muito obrigado. Boa sorte no trabalho e que faça um excelente relatório a benefício da Nação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Ubiraci Dantas de Oliveira, Presidente da CGTB.

Agora passamos a palavra ao Advogado da Divisão Sindical da Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviços e Turismo, CNC, Dr. Alain Mac Gregor.

O SR. ALAIN MAC GREGOR – Bem, Senador primeiramente eu gostaria de agradecer novamente o convite. Muito se falou, e se falou que as posições são antagônicas, mas eu tenho uma visão diferente: eu acho que é possível construir algo bom em cima desse Projeto de Lei. Eu acho que ninguém melhor do que o senhor, com toda sua experiência, para saber fazer essa construção, ouvindo as partes. Acho que são ajustes, aprimoramentos que são necessários, mas que a gente não pode deixar essa oportunidade passar. Acho que é importantíssima, tanto para os trabalhadores, quanto para os empregadores e para o Governo, uma legislação sobre momentos de crise, esteja ela acontecendo ou não. Acho que nós temos que ter mecanismos, estar aparelhados legalmente para enfrentar momentos de crise. Eu acho que seria um avanço, seria algo muito, muito, muito promissor para o desenvolvimento do nosso País.

A gente tem exemplos, a Adriana falou, o Reinaldo falou da Alemanha. Na Alemanha não é uma suspensão; o que ocorre é uma redução da jornada. O procedimento que é feito na Alemanha tem um sucesso indiscutível, tanto para os trabalhadores quanto para os empregadores e principalmente para o governo, porque o modelo alemão permite a redução – vou falar brevemente do modelo alemão, é de conhecimento de todos – de jornada, em que o empregador arcaria com 50% do valor do salário. Os outros 50%, correspondentes ao que o trabalhador não vai trabalhar, o governo assumiria um aporte de 60%. Então, o governo pagaria 60% dos 50% restantes que o trabalhador não está trabalhando, ele está em casa. E, nesse período, a empresa vai ter a mão de obra. No entanto, nesse projeto de lei, estamos falando da suspensão do contrato de trabalho, onde não há trabalho.

Aqui não existe o trabalho, não existe a prestação do serviço, é simplesmente a suspensão total. E no modelo alemão, você tem o trabalho, é lógico que com uma jornada reduzida, onde a empresa vai ter o fôlego para poder continuar, passar por aquele momento, e posteriormente voltar ao *status quo* e permitir o pleno emprego do seu trabalhador. E, nesse período, a perda do trabalhador – é lógico que há uma perda – é um pouco amenizada pela atuação governamental. Então, acho importante trazer esse modelo.

Se pudermos fazer inclusão de algumas questões desse modelo alemão nesse projeto de lei, seria primordial para a melhoria, para o seu aprimoramento. E o senhor, como Relator, hoje o dono do projeto, tem todas as condições.

A CNC está à disposição de discutir, de contribuir, as centrais, a CNI, a CNT, todos nós estamos aqui com a intenção de construir, como eu falei no meu pronunciamento. O nosso objetivo é construir.

(Interrupção do som.)

O SR. ALAIN MAC GREGOR – A gente não quer retirar direitos, a gente quer, muito pelo contrário, proteger o emprego. Protegendo o emprego, estamos protegendo a empresa, protegendo todo o sistema, toda a cadeia produtiva. É isso que a nossa função maior aqui, nosso objetivo maior, é esse, proteger o nosso País, a cadeia produtiva do nosso País, com uma opção legislativa que, em algum momento, possa ser utilizada para solução a problemas. Então nós estamos aqui de peito aberto, de coração aberto para oferecer nossa contribuição. Assim que o senhor solicitar, a gente vem e traz, traz maiores informações, para que o seu relatório seja o mais rico possível e possa fazer esses ajustes e aprimoramentos necessários na proposição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Na sequência, eu concedo a palavra ao Sr. Reinaldo Felisberto Damacena.

O SR. REINALDO FELISBERTO DAMACENA – Bem, eu acho, a impressão que levo desta audiência pública é exatamente que conseguimos debater bem esse tema, que é um tema muito importante.

Muito embora as posições pareçam antagônicas, eu confio e creio, sim, que todos aqui têm o mesmo interesse na empregabilidade, na manutenção da empregabilidade do País, e conseguirmos reduzir ainda mais as taxas de desemprego. Isso é o que queremos; entretanto, o Ubiraci fez uma analogia que achei muito apropriada. Você não disse exatamente essa analogia, eu estou fazendo: a questão do vulcão: está ali borbulhando; alguma hora vai entrar em erupção. E sabemos que temos de ser, portanto, vanguardistas. Não podemos aguardar acontecer, entrarmos num período de crise, enfim, temos que criar mecanismos capazes de nos dar esse fôlego, capazes de efetivamente manter a economia do País nos trilhos, procurando sempre, claro, aumentar esses dados econômicos, que infelizmente, no presente momento, são muito desalentadores.

Realmente, não estamos vivendo aqui o inferno de Dante, não é bem isso, mas os dados apontam para um crescimento menor ainda, fomos rebaixados pela Standard & Poor's, e isso afeta sim a empregabilidade, afeta a produtividade no País. E queremos então, temos de ser, como já falei, vanguardistas, não podemos aguardar, dormir em berço esplêndido.

E, Senador Paim, por meio da assessoria parlamentar da CNI, quero deixar aqui à disposição do senhor, para a elaboração do seu relatório, se o senhor assim necessitar, dados, números, e inclusive essa questão do modelo alemão, que o nosso colega Alain bem discorreu aqui. Parece-nos um modelo bastante interessante e que pode ser, de alguma forma, aproveitado, em sua essência, para dirimir toda essa questão que se apresenta para nós, enfim.

E finalmente reafirmo exatamente o nosso compromisso, o compromisso da bancada dos empregadores com o diálogo social, com o tripartismo e com o consenso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Agradecendo o Dr. Reinaldo Felisberto Damacena, passo a palavra, é o último orador, ao Sr. José Eymard Loguércio, que é o assessor jurídico da Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

O SR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO – Bom, Senador, nós ouvimos aqui todas as posições. O Senador Paim fez um belo relato final ali, levantando questões muito concretas em relação ao projeto. Só essas já dariam aí, em todas elas, um enorme debate.

Eu queria só pontuar algumas questões. Eu me lembro de que, na década de 1980, a grande coqueluche era o modelo italiano. Nós só falávamos do modelo italiano, de representação sindical, de contratação coletiva. Hoje a coqueluche é o modelo alemão. Acho importantes as experiências internacionais, todas elas são importantes, e nós temos que compatibilizar com a cultura e com as necessidades do País, dentro do que ele requer.

Portanto, eu retomo só a linha do meu discurso inicial: este não é um projeto com a urgência e a necessidade para o enfrentamento de uma crise, digamos, que se avizinha ou que pode acontecer um dia. Se nós tivermos que discutir uma legislação de crise, aí sim, aí há um acordo inclusive com os demais colegas que falaram aqui, de que temos que examinar experiências sim, temos que examinar situações que deram certo e que não deram certo em outros países.

O projeto, portanto, é tímido para uma situação de crise, porque teríamos que enfrentar todas essas questões, não é? Então ele não atinge esse objetivo. Seria enfrentar um modelo de crise. Aí sim, nós precisaríamos tomar sim os exemplos, os bons exemplos de alguma legislação comparada, a própria experiência da OIT, enfim.

Mas eu acho e estou convencido de que o nosso sistema, estamos sempre dispostos a modernizar, discutir, atualizar, mas o nosso sistema não é um sistema endurecido para os momentos de crise. Eu tenho certeza absoluta que se uma empresa hoje, com uma situação pontual de crise, ela tem elementos jurídicos suficientes para enfrentar seja porque, como eu disse, muito importante o posicionamento do TST, de dizer que aquela norma, que as normas internacionais que tratam de demissão coletiva e que incentivam a negociação coletiva são válidas no País. E portanto, qualquer empresário que se veja numa situação como essa, a primeira coisa que ele tem que fazer é dialogar com o movimento sindical, para encontrar uma saída específica. E algumas têm sido encontradas, quando há esse diálogo, têm sido encontradas.

O nosso modelo já permite, como lembrou aqui, tanto o Alain, quanto o Reinaldo, já permite, por exemplo, a redução da jornada de trabalho, a redução do salário em momento de crise. Permite, portanto, que se faça um acordo coletivo específico para uma situação de crise. Então, assim, nós temos instrumentos hoje, não precisaríamos de uma legislação, que poderia levar a tantos questionamentos, como essa, desde que nós privilegiemos o modelo de negociação coletiva.

Então eu pergunto: a legislação atual proíbe que uma empresa faça ou se utilize do *lay-off* num momento de crise? Não. Não há vedação, não há impedimento. Então eu preciso de uma legislação como essa? Não, eu não preciso de uma legislação como essa. Agora, podemos começar a trabalhar, como tem sido feito em outros fóruns, em outros momentos, uma legislação que numa eventualidade de crise, possa estar mais adequada, que incentive a negociação coletiva, que incentive os mecanismos de proteção, que esses mecanismos de proteção deem atenção para...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ EYMARD LOGUÉRCIO – ... a proteção à relação de trabalho e não ao desemprego, a colocar aquelas pessoas, sim, isso nós podemos fazer.

Então, Senador, lembrando aqui, para encerrar, o Paulinho da Viola: “Faça como o velho marinheiro, que durante o nevoeiro, leva o barco devagar.” Esse projeto não precisa de urgência nenhuma.

Então, agradecendo novamente a participação, encerro a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Paim, eu acho que você tem posições aí, é o que eu tentei conversar, e são extremamente, na minha avaliação, divergentes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu acho que com legitimidade aqui, a CUT se posiciona. Para eles, esse projeto não tem razão de ser. Eu acho que aí, quando estamos diante de uma situação como essa, temos dois caminhos: eu pedi para vocês conversarem. A minha experiência diz que não há espaço entre eles. Quer dizer, é preciso que alguém, no caso o Relator, tente estabelecer diálogo, e se possível, o texto.

Agora, eu não vou iludir vocês, não pensem que isso aqui vai ficar engavetado porque não vai. Em algum momento, o Senador Paulo Paim será cobrado a...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Se obriga a votar, tem que votar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – ... colocar o texto aqui. Quer dizer, achar que isso, aqui na Comissão, vai ficar o resto do ano e não será votado, ele vai vir a voto. Em algum momento a Comissão vai votá-lo.

Minha opinião: do jeito que está, ele não passaria aqui; é preciso construir, avançar no texto para que haja alguma possibilidade de a gente conseguir uma legislação que possa eventualmente ajudar num momento de crise. Eu não quero mais me estender e peço que V. Ex^a encerre os trabalhos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu me sinto contemplado na sua fala.

Só há uma coisinha que eu fiquei aqui incomodado. Pensei: “falo? Não falo?”, mas eu vou ter que falar, porque na verdade é o meu ponto de vista, e na época em que ouvi essa frase, eu também contestei. E casualmente é contigo, Bira, meu parceiro, meu irmão.

Sabe por que, Bira? Eu sou o autor da lei que combate – o Estatuto da Igualdade Racial – o racismo. E toda vez que eu entro nesse debate – vou te falar com muito carinho, viu, Bira, que seja aqui um gesto de carinho com você –, sempre digo que, quando falamos de uma lei de combate ao preconceito e ao racismo, é para negros e brancos. É para todos. Se o camarada chegar e disser na minha frente: “esse branco sujo!”, eu o enquadrado na Lei do Racismo. Se o cara disser para mim: “esse negro azedo!”, eu o enquadrado na Lei do Racismo. E ao Bira, sem querer, com o carinho que ele tem – e ele é militante do movimento negro, e eu também pergunto: posso tirar essa palavrinha “azedo” dos Anais? E fica “a elite branca” e “a elite negra”, ponto, só isso.

Presidente, muito obrigado a todos aí.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB – MS) – Eu acho que é oportuna a fala do Paim, não quis polemizar esse assunto, porque eu achei que não... Mas de qualquer forma, acho que V. Ex^a agiu corretamente. É importante que a gente retire dos Anais, até com a permissão de quem falou. Está certo?

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente audiência.

(Iniciada às 10 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 24 minutos.)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2014.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia dois de abril de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Paulo Paim**, e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, João Alberto Souza, Ana Amélia, Cyro Miranda, Maria do Carmo Alves, Vanessa Grazziotin, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp, Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Capiberibe, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Paulo Bauer, José Agripino, Armando Monteiro e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 14/2014-CE, de autoria dos Senhores Cristovam Buarque e Paulo Paim, destinados a realizar a Audiência Pública para debater “**As novas fronteiras do conhecimento**”. Como expositor, comparece à Audiência Pública o **Senhor José Luis Cordeiro, Cientista e Professor da Singularity University – NASA**. Neste momento, a presidência registra a presença para acompanhar a presente reunião do Senhor Eratóstenes Araújo, professor da Universidade de Brasília – UnB; Senhor Wagner Martins, Coordenador de Gestão da Fundação Osvaldo Cruz – Fiocruz; Senhora Stela Maris Carmona, Doutora em Educação e Comunicação e Mestre em Tecnologia na Educação; Senhor André Amorim Alencar, Chefe do Departamento de Estudos Técnicos da Confederação Nacional dos Municípios; Senhor Heitor Gurgulino de Souza, presidente da Academia Mundial de Arte e Ciência e ex-reitor da Universidade da ONU; Senhora Maria Elenita M. Nascimento, professora pesquisadora do Núcleo do Futuro da Universidade de Brasília – UnB; e Senhor Marcondes de Araújo, analista do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI. Logo após, o Senhor Presidente Eventual, Senador Paulo Paim, passa a presidência dos trabalhos ao Senhor Senador Cyro Miranda. Finda a apresentação do expositor, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Cyro Miranda. Logo após, a presidência passa a palavra aos presentes. Usam da palavra o Senhor Eratóstenes Araújo, professor da Universidade de Brasília – UnB e o Senhor Heitor Gurgulino de Souza, presidente da Academia Mundial de Arte e Ciência e ex-reitor da Universidade da ONU. Após as considerações finais do expositor, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida

publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às dezesseis horas e vinte e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e sua aprovação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 14, de 2014, desta Comissão, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque e Paulo Paim para a realização de audiência pública destinada a ouvir o Prof. José Luis Cordeiro, sobre o tema “As novas fronteiras do conhecimento”.

Dando início à audiência pública, solicito ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe o convidado para tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Nosso querido convidado já presente, cientista, professor da Nasa, Prof. José Luis Cordeiro.

Antes de ouvi-lo, informo que a audiência e a sua fala, consequentemente, têm a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e, ainda, pela internet, www.senado.gov.br/tvcanal2. Esta reunião também contará com a utilização dos serviços de interatividade aqui da Casa, que permite o encaminhamento de perguntas e comentários destinados ao convidado por meio das plataformas tempo real, portal Alô Senado, Facebook, Twitter e atendimento Alô Senado, acessados através do endereço www.senado.leg.br/ecidadania.

Júlio, nosso Secretário, lembra que só não está conosco neste momento o Presidente Cyro porque ele estava presidindo a sessão do Plenário do Senado. Eu estava em uma sessão dos autistas, porque sou meio que autor da lei. Um projeto que surgiu aqui no Brasil mediante uma reunião que fizemos com os pais dos autistas. Eles me apresentaram a proposta, entraram na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nós entabulamos o projeto, e hoje é lei.

Então, nós estávamos lembrando hoje, dia 2. Lembro a todos que, hoje à noite, o Congresso vai estar em azul, todas as luzes do Congresso, no Dia Internacional do Autista. Estavam lá os familiares dos autistas, as crianças autistas. Estávamos lá com a Senadora Ana Rita recebendo-os, assim como o Senador Wellington Dias. Foi uma sessão bem interessante.

Nós estamos aqui para ouvi-lo, senão o pessoal que está aqui vai dizer “mas o Paim vai ficar falando e o convidado não fala... O Paim, a gente ouve todo dia.” Então, de imediato, vamos ouvir nosso querido professor, que aceitou esse convite para falar de um tema tão importante: “As novas fronteiras do conhecimento”.

Com a palavra o cientista e professor José Luis Cordeiro.

O SR. JOSÉ LUIS CORDEIRO – Boa tarde. Para mim, é um prazer estar aqui no Brasil. Eu gosto muito do Brasil. Eu tenho o meu irmão, que mora em São Paulo e tenho uma sobrinha que é brasileira, nascida em São Paulo. Então, estou aprendendo a falar português com a minha sobrinha. Por isso falo português como uma criança. Mas eu compreendo tudo. É mais difícil ler, falar, mas compreendo.

Sou originalmente venezuelano, mas estou trabalhando agora em uma nova universidade, que foi fundada no ano de 2009, na Califórnia, no Vale do Silício, Silicon Valley, e também sou diretor, pela Venezuela, do Millennium Project, Projeto do Milênio, que nasceu como parte das Nações Unidas, no ano de 1996, e que ajudou o desenvolvimento dos objetivos do milênio, que vocês, provavelmente, conhecem, que, no ano de 2015, serão renovados. Mas uma visão ainda mais integrada dos processos do crescimento, do desenvolvimento dos países.

Eu quero falar do futuro, das coisas incríveis que vão haver nos próximos anos, que vão parecer magia mas que são tecnologias avançadas. Com o Projeto do Milênio, nós trabalhamos ao redor do mundo e temos colaboradores nos diferentes países. Aqui, no Brasil, temos um grupo muito grande na PUC (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), o Núcleo de Estudos do Futuro, para ver as tendências nos próximos anos no Brasil, na América Latina, no mundo.

Igualmente, em diferentes partes do planeta, a cada ano, publicamos relatórios sobre o futuro. No ano passado, publicamos um relatório chamado Latino-América 2030, com quatro cenários sobre o futuro, as possibilidades para a América Latina, possibilidades boas e possibilidades malucas, do futuro.

Apresentamos isso em diferentes países da América Latina e temos contribuições de diferentes personalidades, como o ex-Presidente brasileiro, Fernando Henrique Cardoso; o atual Presidente do México, Enrique Peña Nieto; eu estive programas em CNN; eu trouxe canais de televisão internacionais. Eu apresentei, ano passado, o relatório em The World Economic Forum, com as tendências para a América Latina. Está disponível em Amazon.com, e, no Millennium Project, nós vemos as tendências, prognósticos, projeções para os próximos anos e produzimos um sistema de inteligência global sobre o futuro e trabalhamos em projetos específicos.

Há alguns anos, quatro anos, publicamos um estudo para a educação no ano 2030, como seria a educação no ano 2030. Tivemos um painel internacional de mil pessoas de todo o mundo, da África, da Europa, da Ásia, da América Latina, dos Estados Unidos e estudamos uma gama de possibilidades, como vocês podem ver; programas nacionais para melhorar a inteligência coletiva, conhecimento, aprendizagem, *just in time*, e muitas coisas, que vocês podem ver no relatório para o ano 2030, no setor educativo.

Também trabalhamos com os diferentes países nas comissões do futuro. Depois da criação da primeira comissão do futuro parlamentar no mundo, que foi na Finlândia, temos trabalhado com outros países recentemente. Depois da Finlândia, há 20 anos, uma amiga, que trabalha no Senado da Finlândia, vai vir ao Brasil no mês de outubro, então, deveremos coordenar para ser uma coisa muito boa, porque os finlandeses têm, verdadeiramente, uma visão em longo prazo. Como o mundo poderia mudar nos próximos anos.

Uma dessas pessoas, a segunda mulher da esquerda, a mulher do meio, virá aqui no mês de outubro, o.k.? **Paula** Tiihonen o seu nome. Também trabalhamos no Chile para a criação da Comissão do Futuro. No ano de 2011, tivemos um evento internacional, que o Senado chileno organizou com três prêmios Nobel. Foram 25 convidados internacionais. Eu estou lá mas tivemos gente de todo o mundo; algo verdadeiramente incrível que o governo do Chile preparou para a criação da Comissão do Futuro. No ano passado, foi transformada em comissão permanente do Senado do Chile.

A iniciativa começou com ex-Presidente e Senador do Chile, Eduardo Frei. Eduardo Frei criou um grupo com o Senador Guido Girardi Lavin, que convidou o Senador brasileiro Cristovam Buarque para conhecer as coisas que os chilenos estão preparando do ponto de vista legal, porque as novas tecnologias precisam de regulações, intervenções estatais, etc.

No ano passado, essa comissão foi feita de forma permanente, constante no Governo do Chile, como existe na Finlândia. Por isso estou contente de estar aqui com vocês em Brasília, nessa Comissão do Futuro.

Mas eu quero falar dos temas do futuro. Além do The Millennium Project, que eu represento pela Venezuela, eu também trabalho como professor fundador de uma nova universidade que foi criada no ano de 2009, na Califórnia, no centro do Vale do Silício, criada, financiada pelo Google e pela Nasa. Eu acho que aqui todos vocês conhecem Google e Nasa, duas instituições muito futuristas, trabalhando para a inteligência artificial, colonização do espaço, etc.

Eu sou professor na área de energia e de meio ambiente, ecologia, mas todas as aulas são fascinantes, medicina, neurociência, melhoramento humano, inteligência artificial e robótica, coisas interessantes.

O nome da universidade tem a ver com o conceito da singularidade, que nós estimamos que vai acontecer, no mais tardar, no ano 2045.

Vocês sabem o que significa, o que quer dizer a singularidade? Singularidade Tecnológica? Alguém quer ser voluntário? (*Pausa.*)

A ideia da singularidade tecnológica é o momento em que a inteligência artificial vai alcançar a inteligência humana. Nós estimamos que isso vai acontecer entre o ano 2029 e o ano 2045, no mais tardar.

A revista *Time* publicou o ano de 2045, para não assustar as pessoas, mas nós cremos que no ano de 2029 vamos ter inteligência artificial igual à inteligência humana, e depois, imediatamente, superior à inteligência humana. Uma das consequências é que, no ano de 2045 – o título foi *The Year Man Becomes Immortal* – os homens, poderemos ser imortais, e para as damas aqui, as mulheres também. Seremos todos imortais.

Mas essa é só uma das muitas consequências da singularidade tecnológica.

A universidade depois da fundação, com Google e Nasa, cresceu, agora temos sócios corporativos, como Nokia, Cisco e muitas outras companhias.

Temos diferentes aulas começando com o primeiro tema: 1. Estudos do Futuro e Prognósticos (Futures Studies & Forecasting); 2. Policy, Law & Ethics. Isso é fundamental, o tema político, o tema legal, o tema ético, porque essas tecnologias vão mudar a humanidade, e ainda mais importante do que mudar a humanidade: vão mudar a nós humanos, nós vamos mudar radicalmente com as novas tecnologias.

Esses são programas que temos para o verão, três meses, começando com aulas, depois visitando companhias no Vale do Silício, depois trabalhando com *team projects*.

Nós temos bolsas para muitos países do mundo. Na quarta-feira da semana próxima, 9 de abril, vamos anunciar o ganhador de uma bolsa aqui no Brasil, uma bolsa completa, para que um brasileiro venha estudar

conosco. Fazemos isso em muitas partes do mundo. Na semana passada, fizemos em Israel, daqui a duas semanas vamos fazer na Rússia, depois em Colômbia, Chile, Argentina e México.

Nós temos estudantes de todo o mundo. Tivemos até agora 35 brasileiros, principalmente de São Paulo, Rio de Janeiro. Mas gostaríamos também de ter brasileiros aqui de Brasília para que conheçam essas tecnologias e as coisas que fazemos no Vale do Silício.

Tive o grande prazer de estar com o meu amigo Marcos Formiga, na Universidade de Brasília, ontem, e falar de Darcy Ribeiro, porque o primeiro livro que li em Português foi esse. Comprei, há 20 anos, na Livraria Cultura, em São Paulo: *O Povo Brasileiro* e também *O Processo Civilizatório*.

Darcy Ribeiro foi um homem incrível, com uma visão do passado e do futuro de um gênio; uma pessoa que conhecia o passado e queria ver o futuro. Ele falou de diferentes revoluções tecnológicas, começando com a revolução agrícola. Agora, temos a revolução termonuclear e, ainda mais importante, a revolução genética e a revolução da inteligência artificial cognitiva etc.

A ideia da singularidade foi popularizada pelo engenheiro Ray Kurzweil, que estudou na minha *alma mater* também, o MIT (Massachusetts Institute of Technology). E ele escreveu este livro: *The Singularity is Near*. Ele falava, precisamente, que, entre o ano 2029 e o ano 2045, teremos computadores com uma inteligência equivalente à inteligência humana; depois, superior à inteligência humana.

Agora, vocês se perguntarão: como podemos saber se vamos ter inteligência artificial quase igual à inteligência humana? Uma maneira de saber é comparar o número de neurônios que temos no cérebro com o número de transistores que os computadores têm. Neste momento, os computadores estão crescendo exponencialmente, e cada computador tem mais e mais transistores, que são equivalentes a neurônios atualmente. Continuaremos agora e, nos próximos 20, 30 anos, teremos computadores com mais transistores do que o nosso cérebro tem de neurônios. Isso se chama Lei de Moore – por Gordon Moore, que foi o fundador da Intel, a companhia que faz os *chips*.

Para a gente jovem... Porque, aí, alguns jovens aqui não se lembram, mas, 30 anos atrás, nós utilizávamos isto para programar os computadores, e as memórias dos computadores eram assim. Este era o cartão da IBM, e nós fazíamos buracos para a informação. Este tem 10 filas por 100 colunas – 10 por 100 fazem 1000. Isso era 1000 bytes de informação, 1 kilobyte; 1 kilobyte de informação. O problema é que você não podia mudar depois que fazia buracos – que eram estes buracos.

Então, foram inventadas as memórias eletromagnéticas, como esta. Esta memória você podia mudar, você podia reprogramar, mas também era de 1kB. Mas esse kB eletromagnético era melhor que este kB mecânico, porque este kB você não podia trocar. Mas, 30 anos atrás, tínhamos 1kB mecânico e 1kB eletromagnético. Quanto é 1kB e 1kB? Não são 2kB; é uma “caca”. Há 30 anos, tínhamos uma “caca” de memória. Isso foi aumentando exponencialmente, graças à Lei de Moore, e passamos a este *floppy-disk* de 5”1/4 (cinco polegadas e um quarto), que tinha 512 “cacas” de memória. Depois, passamos a este de 3”1/2 (três polegadas e meia), que tem 1,4 mega. E, hoje, temos *pendrives*, como este, de 128 giga. Aquele era de uma “caca”; este é de 128 giga. Este é 128 milhões de vezes aquele.

Agora, quero que vocês visualizem o futuro. O que acham vocês que vamos ter nos próximos 30 anos? Vamos ter ainda muito mais que isso. E vocês vão lembrar-se de mim e da “caca”. Mas, em 30 anos, este vai ser a “caca”. Teremos memórias muito mais poderosas que o nosso cérebro, em 30 anos. A evolução é verdadeiramente incrível, como temos passado pelos diferentes tipos de memórias.

Aqui está um outro exemplo das memórias também externas de 128 megabytes a 128 gigabytes. É a mesma coisa com diferentes aparelhos. Hoje um telefone inteligente tem computador, tem vídeo, tem câmera, tem uma quantidade de coisas incríveis, mas isso é uma “caca”, comparado com o que vamos ter em 20 anos. Em 20 anos, vamos ter aparelhos muito mais poderosos que o cérebro humano.

Então, é interessante ver isso em perspectiva histórica também na área da saúde. Eu gosto de mostrar o meu genoma humano. Fui um dos primeiro latino-americanos que sequenciou seu genoma humano cinco anos atrás.

Comercialmente, a sequência do genoma humano começou há cinco anos. Era muito, muito caro, mas quando você sequencia o seu genoma, posso garantir que todos aqui, nos próximos cinco anos ou, mais tarde, em dez anos, vão sequenciar seu genoma e vão saber, por exemplo, as probabilidades de doenças. Qual é a probabilidade de diferentes doenças? O meu caso é para ter degeneração macular, doenças celíacas, psoríases, diabetes, câncer de próstata e muitas outras coisas que eu não mostro. Qual é a probabilidade de que eu vou ter Alzheimer ou Parkinson? Tudo isso está no seu genoma, e vocês vão ter a sequência do seu genoma nos próximos cinco a dez anos, o mais tardar.

Vocês também vão saber suas características pessoais, a cor dos olhos, toda essa informação com um aparelho como este. Este é um *gen chip*, um chip para sequenciar o genoma. Vocês, nos próximos anos, vão se-

quenciar seu genoma e saberão a cor de seus olhos, se vocês não sabiam. Ou vocês saberão de que vão morrer. Isso é muito interessante, mas vão saber de que vão morrer para que não morram disso, porque a medicina, graças à Genômica, vai mudar totalmente. A medicina no futuro não vai ser uma medicina curativa, mas preventiva e personalizada. Para cada pessoa, você vai ter uma medicina preventiva. Isso é incrível. A medicina vai mudar totalmente. A medicina é uma arte maluca hoje. A medicina do futuro vai ser uma ciência exata. Isso é incrível. Vocês vão saber tudo sobre vocês e também sua história familiar.

Aqui vocês podem ver a minha linha paterna, 500 anos atrás, os descendentes do meu pai vieram da Espanha até a Ásia Mongólia, e você pode mesmo correlacionar com gente famosa como Gengis Khan. O meu pai está relacionado geneticamente com Gengis Khan.

Agora vou mostrar a linha materna, 500 anos atrás, e vocês podem ver que a minha mãe está relacionada com Maria Antonieta. Eu venho de uma família muito aristocrática entre Maria Antonieta e Gengis Khan. Todos aqui vão ter essa informação nos próximos cinco a dez anos, quando isso for barato. Vocês poderão reconstruir sua árvore genealógica e verificar se seu pai é realmente seu pai.

É interessante ver atrás, mas ainda é mais interessante ver adiante, e, nos próximos anos, vamos criar nossas crianças como queremos, com os genes que nós queremos.

Aqui, eu mostro um experimento que fiz com uma de minhas alunas, compartilhando genes. Nós compartilhamos genes – claro, isso é um experimento teórico – para ver a probabilidade das diferentes características físicas e selecionar os genes que vocês querem.

Eu penso que, nos próximos dez anos, vai ser ilegal e criminalizado ter filhos como temos hoje. Somos a última geração de humanos não desenhados. No futuro nós vamos desenhar os descendentes, as crianças, como queremos, com as características que nós queremos. E não somente de duas pessoas. Você vai poder misturar, se você gosta, os cabelos de uma pessoa, os olhos de outra pessoa, as pernas de outra pessoa, o cérebro, etc. Você pode juntar todos os genes para criar uma pessoa como você quer.

Você pensa que isso é caro. Isso foi caríssimo antes. O primeiro genoma humano começou no ano 1990 e terminou no ano 2003. Demorou 13 anos para sequenciar um só genoma humano e custou US\$1 bilhão.

A expectativa é que, no ano de 2020, a sequência de genoma vá custar menos de US\$100,00 e se vá fazer em uma hora. Isso é incrível.

Vocês se lembram da “caca”? Isso é mais incrível do que a “caca” ou do que se está passando em biotecnologia. E vamos fazer câmbios, mudanças ainda mais incríveis na área de nanotecnologia. As ciências do futuro estão mudando exponencialmente.

Eu vi essa imagem e gostei muito, de um camponês brasileiro falando: “Agora o povo se encontra no WhatsApp, namora pelo Skype, bota chifre no Facebook, termina o namoro via SMS. Daqui a alguns anos, vai casar via Pen Drive, fazer filho via Bluetooth, e os filhos vão nascer pela impressora.” Mesmo no Brasil essas tecnologias estão avançando muito rápido.

Para falar do futuro, eu adoro a argentina Mafalda, a grande filósofa argentina. Quando ela foi perguntada de como será o futuro, ela respondeu: “O futuro já não é o que era antes.” Muito profundo, muito argentino.

Para falar do futuro, eu quero ver as mudanças das companhias, das sociedades. Aqui tenho o exemplo da maior companhia da Venezuela, Petróleos de Venezuela Sociedad Anonima, que vocês não conheciam. Eu estou seguro que aqui ninguém conhecia o logo da PDVSA. Mas aqui todos conhecem o logo do Mickey Mouse, que vende tanto sua companhia, Walt Disney, como todo o petróleo da Venezuela. Walt Disney vende tanto quanto todo o petróleo venezuelano. E por isso eu admiro tanto Mickey Mouse. Eu acho que Mickey Mouse é um exemplo da “mentefatura” – a criatividade, a imagem, a imaginação. A troca, a mudança de manufatura a “mentefatura”.

Eu gosto tanto de Mickey Mouse, que vou mostrar a vocês o meu gorro do Mickey Mouse, que está feito todo de petróleo. Este gorro está feito de petróleo. O plástico da sua orelha vem do petróleo. A fibra sintética vem do petróleo. A pintura acrílica vem do petróleo. Todo o gorro está feito de petróleo. Provavelmente, petróleo venezuelano.

Se vocês vão para Orlando, para a Disney World, quantos dólares vocês creem que vale um gorro do Mickey Mouse? Quantos dólares?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ LUIS CORDEIRO – US\$2,00, US\$5,00; US\$10,00. Quem dá mais? Está entre US\$2,00 e US\$20,00, depende do tamanho das orelhas. Quem falou US\$2,00 comprou um Mickey Mouse muito pequeno. Quem falou US\$20,00 comprou um Mickey Mouse muito grande. Este é um gorro médio do Mickey Mouse de US\$10,00, ou, como os americanos falam, de US\$9,99. Este gorro está feito todo de petróleo. Um barril de petróleo é grande assim. E quanto custa um barril de petróleo hoje? Custa US\$100,00, número redondo. E quantos gorros de Mickey podemos fazer de um barril de petróleo? O número redondo é mil. Mil gorros. E cada gorro custa

US\$10,00. Então, são US\$10.000. E o barril do petróleo custa? US\$100,00. Onde está o negócio? O negócio está nos gorros; não está na matéria prima. A matéria prima nunca é importante; o importante é o valor agregado.

Aqui tenho um outro exemplo de outro país. Vocês conhecem este homem aqui? Alguém conhece? *(Pausa.)*

Este é o símbolo das exportações colombianas. Para as pessoas que não conhecem, eu vou explicar. Este é o colombiano com a mula e com os sacos brancos. Quando eu falo do colombiano com mulas e sacos brancos as pessoas pensam que é cocaína, mas não é cocaína, é café. E os colombianos estão muito orgulhosos do café colombiano. Nos anos melhores, os colombianos exportam US\$2 bilhões em café. Mas vocês sabem quanto vendem a Starbucks? E aqui todos conhecem a Starbucks, há? Não conheciam o colombiano, mas conhecem a Starbucks. O.k. Starbucks vende mais de US\$10 bilhões de dólares.

De novo. O ponto importante é que a matéria prima não é suficiente, é agregar valor à matéria prima. Então, como no caso do petróleo, o petróleo não é importante, é o plástico o produto de valor agregado. O mesmo com o café. O importante não é o café, mas o valor agregado, a mercadoria com valor agregado, o *marketing*, etc.

Mesmo com cocaína, a matéria prima não é tão importante, o mais importante é a distribuição da cocaína. Então, tudo é valor agregado.

Os futuristas falamos de quatro maneiras de ver o futuro, começando com a maneira passiva, como os avestruzes, que não querem ver o futuro e escondem a cabeça. Então, essa é a maneira passiva.

Um pouco ao meio é ser reativo como o bombeiro. O bombeiro se prepara para o fogo de uma maneira reativa. Melhor é ser pré-ativo, que você se prepara para os problemas, como quando você compra um seguro. Mas a melhor maneira é ser pró-ativo, criar o futuro.

Nós podemos agora visualizar cenários futuros, cenários bons e cenários malucos. Tratar de chegar aos cenários bons e evitar os cenários malucos.

Então, espero que aqui não haja avestruzes. Mas se houver avestruzes, que sejam avestruzes tecnológicas. Que utilizem a tecnologia para o futuro.

Dez anos atrás, eu fui visitar um dos grandes futuristas do mundo. Eu estive falando agora com o Senador Cristovam Buarque e ele também visitou a Arthur C. Clarke, que foi um engenheiro elétrico britânico, mas ele foi conhecido mais pela ciência da ficção. Ele escreveu o livro, *2001: Uma Odisseia no Espaço*. E como nós, vamos colonizar o espaço. Mas Arthur C. Clarke, que tragicamente morreu há três anos, escreveu as três leis do futuro. Ele falou, há meio século – meio século –, as três leis do futuro.

Primeira lei: quando um cientista famoso diz que uma coisa é possível provavelmente está certo, mas quando ele diz que uma coisa é impossível provavelmente está errado.

Segunda lei do futuro: a única maneira de descobrir os limites do possível é ir além dos limites, fazê-lo impossível.

E terceira lei: qualquer tecnologia suficientemente avançada, não se diferencia da magia. E agora vamos ver tecnologias que parecem magia, coisas incríveis.

Trinta anos atrás não existiam computadores pessoais. Eu fiz a minha tese no Massachusetts Institute of Technology, trinta anos atrás, e não existiam computadores pessoais. Eu utilizei uma tecnologia primitiva chamada máquina de escrever. Talvez vocês conheçam. Uma “cacatecnologia” chamada máquina de escrever.

Vinte anos atrás começaram a popularizar os telefones celulares, os telefones móveis. Dez anos atrás, companhias como Google, como Facebook, como Wikipédia, começaram a aparecer.

Mas o que vai acontecer nos próximos dez anos, nos próximos 20 anos, nos próximos 30 anos? Coisas incríveis que vão parecer magia hoje, para nós.

Uma dessas coisas é isso: o controle do envelhecimento. Um dos professores da minha universidade está trabalhando no controle do processo de envelhecimento. Ele fala que o envelhecimento é uma doença, mas uma doença curável que vamos a curar nos próximos 20 a 30 anos. Nós, aqui, somos parte da última geração de humanos mortais e os mais jovens – eu acho que as pessoas que têm menos de 30 anos – formam parte da primeira geração humana de imortais. Mas, claro, se vocês se cuidam, esse nó... Cai um piano em sua cabeça, se cair um piano em sua cabeça você fica pianizado. Mas o que vai acontecer nos próximos 30 anos é que vamos controlar o processo de envelhecimento. A gente não vai envelhecer mais, os que não querem envelhecer.

Esse professor que trabalha na minha universidade criou uma fundação chamada Matusalém, Fundação Matusalém, que está trabalhando com ratos, para criar ratos que vivam mil anos, como Matusalém. É muito fácil fazer experimentos com ratos porque os ratos são muito baratos e ninguém se enamora de um rato exceto uma rata e os ratos vivem muito pouco tempo. Os ratos vivem um ano e meio, no máximo dois anos. Então, você pode fazer muitos experimentos com ratos.

Se você faz experimentos com humanos você morre no meio do experimento, mas com ratos você pode fazer muitas coisas. E, agora, eles têm ratos que vivem três vezes a expectativa de vida normal de um rato.

Com outras espécies mais simples, como mosquitos os resultados até agora são quatro vezes a expectativa e, com formas ainda mais básicas como vermes, temos vermes que vivem seis vezes sua expectativa de vida e vivem em boa condição. Não são ratos paráliticos, em cadeira de roda; são ratos em perfeita condição mesmo em condição sexual, fazendo amor aos 300 anos, no equivalente aos humanos

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ LUIS CORDEIRO – Como o Mickey, exatamente. Mas Mickey só tem 80 anos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ LUIS CORDEIRO – É só tem uma namorada, sim. Isto aconteceu nos últimos dez anos.

Eu quero perguntar a vocês o que acham que vai acontecer nos próximos dez anos? Nos próximos dez anos vamos ver coisas incríveis, coisas que parecem magia.

Google anunciou, no mês de outubro do ano passado, a criação de uma nova subsidiária do Google que vai curar o envelhecimento, o mais tardar em 30 anos. E vocês podem ler – está tudo na internet – o plano de Google para curar o envelhecimento para sempre.

Nós vamos ver que a morte vai ser opcional. Vamos ver a morte da morte nos próximos 30 anos, mas, repito, vai ser opcional. Se você quer morrer, não tem problema. Morra. Você pode morrer, mas a maioria das pessoas achamos que vai querer viver, especialmente porque vai viver em boa condição. Você vai viver mil anos não com a idade biológica de mil anos; ainda melhor, você vai viver indefinidamente a 20 anos de idade, e isso começou o Google, que criou uma companhia e, duas semanas atrás, outro de nossos professores da Universidade da Singularidade criou uma outra companhia com o mesmo objetivo: nos próximos 20 ou 30 anos controlar e deter completamente, para sempre, o processo de envelhecimento. Isso está acontecendo agora. Essas são realidades. Companhias como o Google não é uma pequena companhia, é uma grande companhia com visão do futuro.

Eu fiz uns documentários para o History Channel. Vocês podem buscar o meu nome no History Channel. Eu fiz um programa chamado Vida Eterna. Está em português, em espanhol e em inglês. Os vídeos estão passando no History Channel agora e vocês podem também buscar em YouTube. Você vai poder ver o meu vídeo falando bom português, porque foi feita uma tradução. Não é a minha voz, mas está bem falado o português. Então eu recomendo. Eu tenho programas com o History Channel, com o Discovery Channel e com a CNN sobre o tema do envelhecimento. Porque repito: nós estamos convencidos, estamos trabalhando para curar o envelhecimento nos próximos vinte a trinta anos.

Eu quero falar rapidamente das quatro tecnologias do futuro, segundo a National Science Foundation, que é como o Ministério da Ciência e da Tecnologia, mas com muito dinheiro. Eles trabalham quatro áreas: “nano”, que estuda os átomos; “bio”, que estuda as células; “info”, que estuda os bits; e “cogno”, que estuda os neurônios. Eu vou falar rapidamente dessas quatro tecnologias.

A nanotecnologia é fazer coisas átomo-átomo. Aqui, um exemplo: o menor motor que nós poderíamos fazer, feito de átomos. Cada cor é um átomo distinto: oxigênio, carbono, cálcio, etc. Um motor que gira. Com a nanotecnologia, nós vamos eliminar o problema de poluição, de contaminação, porque não vai haver desperdício, não existirá o lixo no futuro. Mesmo o conceito de lixo vai desaparecer. Não existe lixo, só matéria prima no lugar errado. E com a nanotecnologia, vamos utilizar os átomos quando quisermos, para pôr nos lugares perfeitos. Então não haverá contaminação ou poluição com a nanotecnologia.

Segunda tecnologia: a biotecnologia. Aqui vocês podem ver uma espécie transgênica: os peixes-zebra com o gene fluorescente da medusa. Esses peixes são fluorescentes, especialmente desenhados para o Brasil, com os apagões. Esses peixes brilham continuamente, mesmo sem eletricidade. Um estudante meu na Califórnia criou uma companhia chamada Glowing Plants, que são plantas que brilham. Ele começou com a maconha. Vocês podem ver, ele buscava financiamento com o Kickstarter, que é uma das formas novas de financiamento pela internet. Ele queria US\$65 mil, mas quando ele falou da maconha fluorescente, ele recebeu US\$325 mil. E agora está começando a produzir maconha fluorescente. Isso não é uma piada, vocês podem ver ali: maconha fluorescente. Isso é o começo de novas espécies que vamos criar. Essa é ainda melhor que a maconha normal.

Uma outra coisa incrível é o processo de desextinção. Vamos voltar à vida novas espécies. O governo da Rússia está trabalhando com os governos do Japão e da Coreia do Sul para recriar os mamutes. Os mamutes, que morreram há 5 mil anos na Sibéria, temos os genomas dos mamutes congelados. E agora os cientistas estão utilizando esses genomas com elefantes. E nos próximos cinco anos, esperamos ter mamutes de volta à vida. Provavelmente vocês conhecem o filme Jurassic Park (Parque Jurássico), e isso é como o Parque Jurássico, mas isso é realidade. Nos próximos cinco anos, vamos ter mamutes.

A clonagem. Em Cingapura há experimentos, e há um centro chamado Biópolis, para clonar animais. Se você quiser clonar o seu cachorro, se você quiser clonar um gato, você pode ir lá e clonar seu animal. Na Índia também estão trabalhando na clonagem. Eu acho que a Índia é muito interessante, porque é uma cultura

distinta, muito diferente, que está trabalhando em criar mesmo três cabeças, se você precisar. Seria muito interessante ter três cabeças: uma cabeça que trabalha, outra cabeça que se diverte, outra cabeça que dorme. Tudo ao mesmo tempo.

Uma nova disciplina chamada biologia sintética criou vírus artificiais há dez anos, bactérias artificiais há dois anos, e nos próximos vinte anos, vamos criar seres humanos artificiais. O genoma humano tem 3 gigabytes de informação. toda a nossa informação biológica são 3 gigabytes.

Toda a nossa informação biológica são 3 gigabytes; este *pen drive* que eu mostrei é de 128 gigabytes. Quantos humanos entram aqui? Se um genoma é 3 gigabytes e aqui entram 128 gigabytes, 128 dividido por 3 é 42,666. Aqui você pode colocar o genoma de 42 brasileiros e um pequeno argentino. (*Risos.*)

Esse é o primeiro número que eu quero que você aprenda de memória. Essa é a complexidade do *hardware* humano. Agora, eu vou falar da complexidade do *software* humano, rapidamente.

Três gigabytes é o *hardware* humano. Agora, é o *software*.

O *software* tem a ver com infotecnologia. É a conexão da tecnologia com internet. O presidente do diretório do Google, Eric E. Schmidt, anunciou, no ano passado, que o mundo, o planeta inteiro vai ter internet grátis, banda larga, no ano 2020.

Eu estou ansioso para isso, porque ontem eu estive no Aeroporto de Guarulhos, e não funcionava a internet, no Aeroporto de Guarulhos. Mas, graças ao Google, vamos ter internet grátis, banda larga, no planeta inteiro: no Amazonas, no Oceano Pacífico. Mas não é só o Google que trabalha nisso. Também Mark Zuckerberg, do Facebook, anunciou mais tarde, no mês de agosto do ano passado, também programa do Facebook para ter internet grátis.

Há umas semanas, estudantes meus anunciaram um terceiro programa para ter internet grátis, chamado Outernet. Outernet é internet *outside*, porque é com microsátélites orbitando a terra.

Eu não sei se os estudantes vão ganhar ou se vai ganhar o Facebook ou se vai ganhar o Google, mas eu sei que, até o ano 2020, vamos ter internet grátis em todo o planeta Terra, mesmo no Aeroporto de Guarulhos. (*Risos.*)

Também a inteligência artificial está aumentando incrivelmente. Um computador Watson ganhou dos experts nos jogos de conhecimento. Também outro computador chamado Deep Blue ganhou ao experto campeão mundial de xadrez. Temos o Google Glass e muitas outras tecnologias que vão conectar os humanos com mais computadores.

E assim chegamos à última tecnologia, que é a “cognotecnologia”, ciências cognitivas, o cérebro.

O cérebro é o órgão mais complexo que existe; e, por isso, é o único órgão que ainda não reproduzimos artificialmente. Ainda mais essa estrutura que é a mais complexa do universo conhecido. Não existe nada no universo mais complexo que o cérebro até agora. Talvez amanhã, venham os marcianos com cérebros mais complexos que o nosso. Mas até agora não conhecemos nada mais complexo que o cérebro humano. O cérebro humano vamos criar artificialmente nos próximos vinte anos.

No Japão eles estão trabalhando em como o cérebro evoluiu biologicamente. Com a sequência do genoma humano, vocês vão poder verificar que os chimpanzés são 99% iguais a nós. Nós somos 99% iguais aos macacos. Então, se alguém chamar você de macaco, você diz “você também”. Nós somos macacos evoluídos 1% mais. E comparados com os ratos, compartilhamos 90% do cromossomo.

Então, se somos 1% acima dos chimpanzés e 10% acima do rato, imaginem agora, 1% acima dos humanos ou 10% acima dos humanos. É isso que vamos criar nos próximos anos. No Governo do Japão, eles estão trabalhando para criar cérebros artificiais no ano 2018.

Então, se alguém aqui não tem cérebro, não há problema. Você vai a Tóquio e, em cinco anos, você pode comprar um cérebro novo, zero quilômetro.

O Governo da União Europeia anunciou, no ano passado, um projeto continental chamado The Human Brain Project, que recebeu 1 bilhão de euros para criar cérebros artificiais na Europa. Pouco tempo antes, o Presidente Barack Obama anunciou, nos Estados Unidos, na Casa Branca, Brain Initiative, e também 1 bilhão de dólares nos próximos dez anos, para criar cérebros artificiais. Eu não sei se vão ser os japoneses, ou os europeus, ou os americanos, mas eu sei que, em dez anos, vamos ter cérebros artificiais equivalentes aos cérebros humanos.

E aqui está o segundo número que deve ser memorizar. Qual é a complexidade do *software* humano? O *software* humano, que é o cérebro, o processamento do cérebro, tem dez relações de neurônios – esses são os neurônios que temos no cérebro. Cada neurônio tem mil conexões com outros neurônios – chamam-se sinapses. Nós temos de 10 a 14 sinapses, e cada sinapse computa 1000Hz. Nosso cérebro mais rápido computa 1000Hz – 1kHz. Então, o poder computacional do *software* humano é de 10 a 17 operações por segundo. Então, se não falamos da mente, do espírito ou da alma, esse é o poder do processamento de um cérebro. É claro

que há cérebros menores, mas não há cérebros maiores, porque não há capacidade de haver mais neurônios. Há capacidade de haver menos, mas não mais.

Agora, vamos conectar isso com um cérebro que o Google está trabalhando, um cérebro global. Como vamos conectar nossos cérebros a computadores? Agora, existem mecanismos para jogos do cérebro diretamente, e eu gosto muito de mostrar essa tecnologia que utilizo com meus estudantes na Califórnia. Isto é um leitor da mente, a primeira geração. Você conecta isto a seu cérebro. Isto vai ler os impulsos cerebrais do lóbulo frontal do cérebro, e, depois, você transmite, com uma conexão *bluetooth* a um computador ou a outra pessoa que tenha um aparelho similar, as coisas que está pensando.

Nós próximos dez anos, nós vamos nos comunicar assim, não vamos falar. Falar é uma tecnologia muito primitiva; isto que estamos fazendo aqui é muito primitivo. Eu poderia, em um segundo, através de telepatia, transmitir todas as coisas que eu quero falar, porque tudo isso está no meu cérebro, mas eu não posso comunicar, porque falar é muito primitivo – é uma “caca” tecnologia. Falar é uma “caca” tecnologia, palavra por palavra por palavra. Vocês têm que ouvir palavra por palavra por palavra, quando tudo que eu quero falar está aqui no meu cérebro. Mas eu não posso transmitir, porque falar é uma banda estreita, e não uma banda larga; é uma tecnologia primitiva. Nos próximos dez anos, vamos transmitir de mente a mente. Vamos ter banda larga de transmissão de informação e vamos passar a tecnologias de comunicação avançadas. E toda esta reunião de uma hora nós poderíamos terminar em um segundo.

O que estão vendo é o trabalho com os meus estudantes. Temos agora dispositivos com 14 eletrodos. Nos próximos anos, teremos aparelhos de cem eletrodos, de mil eletrodos, de um milhão de eletrodos, e poderemos transmitir todos os nossos pensamentos de mente a mente, diretamente.

Um cientista brasileiro, Miguel Nicolelis – um cientista muito conhecido não só no Brasil, mas também nos Estados Unidos e no mundo –, e candidato ao Prêmio Nobel escreveu o livro *Muito Além do Nosso Eu: a nova neurociência que une cérebro e máquina – e como ela pode mudar nossas vidas*. Ele está trabalhando também para a abertura da Copa do Mundo de Futebol em São Paulo. Vou falar sobre isso, porque é incrível. É um brasileiro.

Há experimentos, agora, de comunicação de rato a rato: os ratos podem passar informação de um rato a outro rato. Você pode gravar como um rato descobriu o queijo num labirinto e passou a informação a outro rato, que nunca esteve no labirinto. Ele aprende, por telepatia, onde está o queijo. Fazem-se experimentos com ratos e também com macacos. Miguel Nicolelis, particularmente, trabalha com macacos, porque nós e os macacos somos muito parecidos – há 99% do genoma.

Vamos ter conexões e vamos nos conectar com os robôs. Esses são os últimos 15 anos de Asimo, da Honda. Agora, imaginem os próximos 15 anos da Honda. Os robôs, em 15 anos, vão ser mais humanos que os humanos, com qualidades absolutamente incríveis e com sentimentos. No Massachusetts Institute of Technology, minha universidade, estão trabalhando com os sentimentos dos robôs.

Como estamos aqui no Senado do Brasil, vou falar o que está acontecendo agora no Senado da Coreia do Sul. Em Seul, Coreia do Sul, os Senadores estão discutindo uma lei que dá direitos humanos aos robôs. Na Coreia do Sul, agora, eles estão discutindo dar direitos humanos aos robôs. Não sei o que discutem vocês aqui no Senado brasileiro, mas eu posso falar: conheço os Senadores trabalhando para dar direitos humanos aos robôs porque os robôs, nos próximos dez anos, vão ter capacidades quase humanas. Depois, capacidades super-humanas. Eles vão querer seus direitos. A discussão, no Senado da Coreia é a de que os direitos não deveriam ser humanos, deveriam ser direitos robóticos superiores aos direitos humanos. Está acontecendo agora no Senado da Coreia.

Os robôs vão ser incríveis, essas robotas maravilhosas. É para as mulheres também. Vamos ter supermachos robôs com a vantagem adicional de que não vão se cansar nunca.

Infelizmente, no mundo ocidental, pensamos que os robôs são malucos. Aqui está Terminator, Arnold Schwarzenegger, depois de fazer Terminator 4, foi Governador da Califórnia. A minha universidade Singularity University, fica na Califórnia, no Vale do Silício. Arnold Schwarzenegger inaugurou a universidade. Ele falou, no ano 2009, quando a minha universidade começou, magnificamente: “Finalmente, uma universidade que está preparando o mundo para o futuro, porque a ciência ficção de hoje, é a ciência real do amanhã.” Tragicamente, no Ocidente, pensamos que os robôs são malucos, também as robotas são malucas. Mesmo os robôs *sexies* são malucos. São os robôs malucos ou bons? Isso depende de onde mora você. Se você mora aqui, provavelmente, os robôs são malucos. Se você mora no Japão, os robôs são bons.

Ainda é mais interessante, pois os robôs são melhores do que os humanos. Quando um robô tem um problema, quem ajuda o humano? Os robôs. Todas as companhias japonesas, chinesas e coreanas estão trabalhando em robôs agora. Toyota, Fuji, Mitsubishi, Honda, todas estão trabalhando em robôs agora. Mas isso não é máquinas contra humanos, isso é máquinas e humanos juntos. Aqui está o primeiro *cyborg* humano, nas Olimpíadas de Londres. No ano 2016, no Rio de Janeiro, vamos ter ainda mais *cyborgs*.

E, como falei, em 13 de junho, vamos ter uma paraplégica paulistana que, graças às tecnologias desenvolvidas por Miguel Nicolelis e outros cientistas, vai ter conectado o seu cérebro a um exoesqueleto. Ela vai levantar-se e dar o primeiro chute da Copa do Mundo de Futebol, em São Paulo, aqui no Brasil. Isso está começando. Agora, estão preparando para o ano 2016 as primeiras Olimpíadas para *cyborgs*, em paralelo com as Olimpíadas do Rio de Janeiro.

Nós próximos anos não vamos ter doenças. Os paraplégicos vão ser curados nos próximos dez anos, graças às pesquisas com células-tronco. Não vamos ter essas terríveis enfermidades, doenças. Não teremos, em 20 anos, casos de Parkinson, de Alzheimer, não teremos mais envelhecimento. Vamos ter a morte da morte, nos próximos 30 anos. Mas isso tem sempre, como os chineses falam, o *ying* e o *yang*, o lado escuro da força. Temos de ver o lado maluco disso.

Por isso, mostro aqui o mundo à noite. Essa é a famosa foto da Nasa. É uma foto velha, porque vocês podem ver o Brasil antes dos apagões. Aqui, quero mostrar a Coreia. Há duas Coreias: uma Coreia rica e uma Coreia pobre. São os mesmos coreanos, mas aqui é uma Coreia avançada na ciência, na tecnologia, na educação, no futuro. Aqui está uma Coreia atrasada pobre, sem educação, sem futuro, mas os mesmos coreanos. Então, temos de pensar que o mundo é um. Temos que meditar muito sobre o futuro.

E termino com esta palavra chinesa. Eu morei três anos no Japão. Eu ainda vou sempre para o Japão, Coreia e China. Eu aprendi a escrever muitos caracteres chineses. Antes, eu escrevia ao revés ou de lado, mas, agora, sei escrever bem. Esta palavra é chinesa, japonesa, coreana, vietnamita, que significa crise. Crise, em chinês, coreano, japonês, têm duas partes. A primeira parte é perigo, mas a segunda parte é oportunidade. Nós estamos vivendo no tempo mais incrível da história humana – mais incrível! Nos próximos 20 anos, vai haver mais mudanças que nos 2 mil anos passados. Em 20 anos, comparados aos 2 mil anos passados, haverá um período incrível da civilização humana.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Prof. José Luis Cordeiro, primeiro, eu peço escusas pelo meu atraso, mas eu recepcionava, fazia parte da comitiva que recebia uma conterrânea do senhor, a Maria Corina Machado, ex-Deputada da Venezuela, que está na Comissão de Relações Exteriores agora, fazendo uma rica palestra e ilustrando os nossos colegas. Então, peço desculpas, porque ela também se atrasou.

Quero lhe dizer que fiquei, realmente, impressionado. Perdi a primeira meia hora, mas foi muito rico o que vi.

E o que sentimos é que não tem mais limites. Essa fronteira é ilimitável, não tem mais limites. Se eu falasse – hoje, tenho mais de 60 – para a minha avó que, um dia, iria falar em um telefone sem fio, olhando para a pessoa, e ela para mim, ela, provavelmente, me internaria e diria: esse meu neto é louco. Se percebêssemos quantas empresas não estiveram atentas para a evolução... O senhor falou aqui de uma retórica de máquina de escrever muito antiga.

O SR. JOSÉ LUIS CORDEIRO (*Fora do microfone.*) – “Caca” tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – “Caca” tecnologia. Mas vou mais atrás, eu trabalhava e operava com telex.

Agora, como a Olivetti, que dominava na época, não percebeu essa evolução? Ela perdeu o bonde da história. A Olivetti e a Remington foram líderes no mercado de máquina de escrever. Parece uma coisa tão fácil, mas, na verdade, ela passa imperceptível para algumas coisas. Quando nos está remetendo ao futuro, com tantas coisas, hoje, já começamos a dizer: isso vai acontecer agora.

Agora, como a humanidade vai lidar com isso ainda é uma interrogação. Quer dizer, nós vamos trazer benefícios, mas vamos trazer muitos problemas. Se nós formos, como diria um ex-ministro aqui, “imorríveis”, vai ficar uma situação bem difícil. Ninguém morre. Então, vamos ter que ir lá atrás e falar que ninguém nasce também, porque, senão, esse negócio vai explodir.

Prepararam-me aqui algumas perguntas e sugestões que eu passaria, primeiro, a V. S^a. Depois, eu gostaria – estamos em uma audiência pública que não é engessada, que é bem tranquila – de também abrir para algumas perguntas aos senhores que aqui estão na plateia.

Até quero saudar a presença dos Srs. Eratostenes Araújo, Professor da Universidade de Brasília (UnB); Wagner Martins, Coordenador de Gestão da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); Stela Maris Carmona, Doutora da Educação e Comunicação e Mestre em Tecnologia da Educação; André Amorim Alencar, Chefe do Departamento de Estudos Técnicos da Confederação Nacional de Municípios; Heitor Gurgulino de Souza, Presidente da Academia Mundial de Arte e Ciência e ex-Reitor da Universidade da ONU; Maria Elenita Nascimento, Professora e Pesquisadora do Núcleo do Futuro da UnB; Marcondes de Araújo, Analista do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI). Veja que temos aqui uma plateia extremamente qualificada.

Eu vou deixar os microfones abertos para as perguntas de V. S^{as}.

Primeiro, tenho uma indagação aqui: de que maneira o senhor acredita que países como o Brasil podem atuar como construtores do futuro, no que diz respeito às novas tecnologias, considerando o atual estágio de desenvolvimento das pesquisas nos países precursores dos avanços tecnológicos?

No cenário contemporâneo, conhecimento cresce em ritmo cada vez mais acelerado. Com o aumento da complexidade, com tendências para rápida obsolescência e considerando a incapacidade humana de se dar atenção a toda informação disponível, qual o prognóstico do senhor para que a inteligência artificial atinja ou ultrapasse os níveis de inteligência humana? Em tal cenário da chamada singularidade, o senhor acredita que a inteligência artificial será capaz de tornar obsoleta a inteligência humana? Ainda, qual seria o papel da educação em tal contexto?

Uma última que me chamou atenção: como a comunidade científica tem tratado dos problemas filosóficos que surgem, por exemplo, com a previsão de que as máquinas superarão os humanos? Existe a preocupação com a possibilidade de os criadores serem subjugados pelas criaturas? Assuntos que envolvem a ética são debatidos também pelos futurólogos?

O senhor acredita que já é hora de os Paramentos dos diversos países começarem a debater a questão da ética nas relações entre humanos e robôs? V. S^a até falou agora da Coreia, a exemplo do código de ética para robôs, que vem sendo discutido na Coreia do Sul.

Então, essas são algumas indagações. Eu gostaria de ouvi-lo e depois passar para os presentes, para que possam também fazer suas colocações.

O SR. JOSÉ LUIS CORDEIRO – Falando do Brasil, um país que conheço e quero muito, acho que tem um futuro incrível. Há cientistas brasileiros. E trago isso para mostrar um brasileiro, que está trabalhando no Brasil e nos Estados Unidos, nos temas de mente a mente, como a transmissão do pensamento poderia ser feita. Há outros brasileiros incríveis, como também apresentei antes, Darcy Ribeiro, foi dele o primeiro livro que li em português. Há brasileiros incríveis, que estão trabalhando na fronteira do conhecimento.

Então, tenho muitas expectativas positivas sobre o futuro do Brasil e, graças ao Brasil, para o futuro da América Latina, sem nenhuma dúvida. Certamente há muitos problemas, mas problemas, sempre tivemos, sempre existirão problemas, mas os brasileiros estão na fronteira de muitas tecnologias em universidades tão importantes como a Universidade de São Paulo, e mesmo aqui, na Universidade de Brasília, estão fazendo pesquisas de ponta.

Também estão trabalhando com cientistas em Natal, no Nordeste brasileiro, em diversas partes. Na próxima semana estarei em Porto Alegre, onde estão fazendo coisas incríveis, em diferentes áreas científicas. Então, não tenho dúvida de que o papel do Brasil vai ser muito importante no futuro da humanidade.

A inteligência artificial não vai substituir a inteligência humana, mas complementar, expandir e melhorar a inteligência humana. Esses aparelhos não substituem nossa inteligência, nosso cérebro, mas ajudam a conhecer mais, a fazer mais, a aumentar nossa capacidade. Então, não vamos ser substituídos. Estamos criando essas tecnologias para trabalhar conosco, para fazer coisas conosco.

Quanto à terceira pergunta, sobre o tema ético-filosófico, claro, são questões muito profundas, éticas, políticas, legais. Falei que, na Universidade da Singularidade, temos aulas sobre a disciplina Policy, Law & Ethics, porque todas essas tecnologias têm implicações políticas, legais e éticas muito profundas. Temos que discutir, temos que falar sobre essas coisas, como no caso dos robôs na Coreia. Outra coisa é a complementariedade com as máquinas, com o *cyborgs*, não uma substituição, mas uma complementariedade.

Mas, certamente, vamos ter mudanças tecnológicas incríveis, nos próximos anos, com implicações éticas. Por isso, eu falei do *yin-yang*, como os chineses falam, porque sempre há problemas, o lado escuro da força.

Temos que estar preparados também para os problemas, mas eu sou positivo, eu acho que as oportunidades são incríveis, que vamos viver mais, vamos viver melhor, com muitas capacidades incríveis.

Como eu falei, no ano 2020, vamos ter internet de banda larga grátis no planeta Terra inteiro. Isso vai revolucionar a civilização humana. Mesmo as pessoas mais pobres, não no meio da Amazônia, mas, no meio da África, no Oceano Pacífico, vão ter internet grátis. Isso vai mudar a humanidade, a democratização do conhecimento humano inteiro. O futuro é incrível, de possibilidades quase ilimitadas.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Eu lembro quando eu desisti no segundo ano de Engenharia e depois fui fazer Administração. Mas eu trabalhava com régua de cálculo. Eu acho que pouca gente aqui deve conhecer ou lembrar o que é régua de cálculo. Era uma maneira de você achar seno, cosseno, tangente. E hoje com um equipamento qualquer você consegue fazer isso. Veja, era uma coisa que não imaginávamos como íamos sair daquela situação.

Eu franqueio a palavra...

O SR. JOSÉ LUIS CORDEIRO – Mas régua de cálculo é moderno, porque um século atrás não se utilizava régua de cálculo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Mas eu não sou tão velho assim, também! (Risos.) Eu não sou do século... Calma.

Pois não. Por favor diga o nome e se identifique, por gentileza.

O SR. ERATOSTENES RAMALHO DE ARAÚJO – Boa tarde, eu inicialmente... Meu nome é Eratostenes Ramalho de Araújo. Fui e ainda sou do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e também da UnB e sempre manteve interesse no futuro.

Tenho olhado um pouco, mais recentemente, para o impacto de tudo que se desenvolve, das novas tecnologias especialmente, nas questões maiores da população, da sociedade. Eu enxergo... Quer dizer, a sua palestra traz bastantes caminhos no que diz respeito à área de saúde.

A minha indagação, eu gostaria de ouvir algo nesse sentido, é no que diz respeito pelo menos à educação para ficarmos em apenas um tema. Como veríamos o futuro da educação? A isso eu me reporto por quê? No caso do Brasil, com quase 200 milhões de habitantes, temos constatado que a evolução da educação não tem acompanhado, não tem sido... Em termos quantitativos até que sim, mas qualitativos não, e não é um problema só do Brasil, evidentemente, mas é uma questão que traz uma desigualdade imensa entre os povos do mundo inteiro. As inovações tiveram grande impacto na educação, na pedagogia, desde a escrita, depois a imprensa e mais recentemente a questão das tecnologias de formação, em que se diz que essas tecnologias... Quer dizer, há uma necessidade de uma revolução na pedagogia por conta das novas tecnologias.

Então, se fosse possível, eu gostaria que, dentro desse espectro de convivência que o senhor faz no mundo inteiro, pudesse apontar alguma coisa mais ou menos, como foi feito para área de saúde, na medicina. No caso, para a educação, se possível.

O SR. JOSÉ LUIS CORDEIRO – Duas coisas. Na área educativa, eu falei de um relatório que nós fizemos com o Projeto do Milênio, há quatro ou cinco anos, e das mudanças incríveis na área educativa daqui para o ano 2030.

Amanhã, eu vou para Maceió, onde teremos o Congresso Brasileiro de Educação Superior Particular para falar das tecnologias educativas.

Então, há mudanças incríveis no setor educativo, e, como eu falei, eu não sei ainda se vocês podem compreender: vamos ter internet grátis de banda larga em seis anos, no mais tardar. No mais tardar, isso vai revolucionar todo o sistema educativo do mundo. Completamente. As pessoas vão ter acesso a todo o conhecimento humano. Isso é incrível, isso é algo que era impossível visualizar, mesmo dez anos atrás. Imaginem que todo o conhecimento da humanidade inteira vai ser grátis, disponível, a qualquer pessoa do mundo. Grátis! Um aparelho como esse vai ser mil vezes mais poderoso, em seis anos, e não vai custar R\$50,00. Essa é uma “caca” de tecnologia, comparada com as coisas que teremos nos próximos seis anos.

Não haverá limites para o conhecimento. Um brasileiro pobre vai ter acesso à melhor educação do mundo. Falando da área da saúde, porque é uma das áreas em que vai haver mais mudanças.

Falei do genoma humano. Todos aqui lembram-se de mim, porque eu falo isso com conhecimento. Sou engenheiro do MIT. Estou trabalhando com cientistas nessas coisas. Todos aqui terão seus genomas sequenciados – eu garanto isso – de cinco a dez anos. Todos. Porque isso vai custar menos de US\$100,00. Eventualmente serão US\$5,00.

Vocês se lembram do primeiro número que eu falei? Eu falei dois números: o *hardware* e o *software*. Qual é a complexidade do *hardware* humano, vocês se lembram? São 3GB. Quanto são 3GB hoje? Esse é uma “merda”, esse é pequeno. Vamos poder sequenciar 3GB por menos de US\$10,00 em 10, 15 anos. Mas se as pessoas puderem sequenciá-lo por US\$100,00, vão fazê-lo. Por quê? Porque você vai querer saber se você vai morrer de leucemia, de câncer, de Parkinson. Não para não morrer, mas justamente para prevenir.

A medicina vai mudar totalmente, porque a Medicina hoje é uma arte maluca. A medicina é uma “merda” hoje. A medicina, nos próximos 10 anos, vai ser uma ciência exata, baseada no seu genoma, e vai ser uma medicina preventiva e personalizada. Uma mudança total de paradigma: de medicina ruim para uma medicina científica, exata. Então, as pessoas terão acesso a todo esse conhecimento.

Eu falei do computador Watson, da IBM. O primeiro aplicativo do Watson, de IBM, é para a medicina. Fazer médicos que vão ler todos os livros de medicina do mundo em russo, em chinês, em português. Vocês creem que existem médicos que podem ler só os livros que existem de medicina em português? Não existe, mas um computador vai ler os livros em todos os idiomas. Vai ler todos os casos médicos, todos os históricos e vai saber mais de medicina do que todos os médicos juntos da humanidade. Vai poder prever o que vai acontecer com você de acordo com o seu genoma. Medicina preventiva personalizada.

Então, vamos fazer uma revolução total na medicina, uma coisa incrível. E repito: não haverá limites para o conhecimento, não haverá limites para a melhor saúde do mundo aqui no Brasil, com internet grátis de banda larga.

Por isso sou tão otimista. Mesmo se o Governo não funciona, o Governo cada vez será mais irrelevante, porque a tecnologia vai permitir que as pessoas no meio da Amazônia tenham acesso ao conhecimento.

Então, sou muito, muito otimista na área educativa e na área de saúde.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ LUIS CORDEIRO – Agora a medicina não é nem sequer uma “caca”. É uma “merda” total! *(Risos.)*

A medicina de hoje, verdadeiramente, é um desastre. Não é uma ciência. É ainda pior que os economistas. A medicina não tem quase base científica hoje. A medicina do futuro vai estar baseada nos seus genes. E vai ser uma coisa totalmente distinta. No futuro, a medicina vai ser como a Informática: precisa, exata.

O SR. ERATOSTENES RAMALHO DE ARAÚJO – Teremos isso também na educação?

O SR. JOSÉ LUIS CORDEIRO – Talvez isso seja mais difícil, porque depende muito das motivações pessoais. Se você quer educar, terá a melhor educação do mundo. MIT, minha *alma mater*, abriu os cursos para todo o mundo no ano 2000. MIT criou OpenCourseWare. Todos os cursos hoje, todos, do MIT estão grátis na internet, mesmo os exames, os *quizzers*, as notas, os professores todos. Tudo está aberto. Infelizmente, poucas pessoas se utilizam, mas o conhecimento está lá. Então, eu acho que o papel dos professores, dos mestres do futuro não será transmitir conhecimento, porque um mestre nunca vai saber mais que um estudante que queira saber. Se uma criança quer saber de cachorros Chihuahua, ela vai saber mais que qualquer professor, porque a criança vai buscar o conhecimento que é grátis e ilimitado na internet. Então, a função do mestre do futuro é facilitar e motivar as pessoas para que queiram aprender, porque não haverá limites para o conhecimento, mas você terá de ter o interesse, a motivação pessoal para aprender.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Professor. Mais alguém gostaria de falar? Nós estamos na era da “caca”. *(Risos.)*

O SR. HEITOR GURGULINO DE SOUZA – Eu me chamo Heitor Gurgulino de Souza, brasileiro, formado em Matemática e trabalhei em física muitos anos. Trabalhei na América Latina inteira. Quando estávamos visitando o Equador, um colega me disse: “Por que você não vai visitar o Vale de Vilcabamba? Você notará uma coisa fantástica.” Hoje – não daqui a 20 anos – as pessoas estão vivendo mais de 100 anos. Não sei se vocês estiveram lá. Não sei se José Cordeiro, que está trabalhando na fronteira do conhecimento, se analisaram a experiência de Vilcabamba. Acho que, em um de seus vídeos, você mostra a população de lá, quando alguém pergunta a um dos senhores, bem velhinho: “O senhor fuma?” “Não.” “O senhor bebe?” “De vez em quando.” “Faz sexo?” “Agora não; mas fazia.” *(Risos.)* Depois perguntou: “O que o senhor faz?” “Eu me levanto cedo todos os dias, venho trabalhar no campo, cuido de minhas plantas e, enquanto Deus me der vida, vou continuar vivendo.”

Eu sei que a experiência e a visão da Singularity University talvez deva olhar esse caso e ver que lições devemos tirar dessa experiência de Vilcabamba.

O SR. JOSÉ LUIS CORDEIRO – Efetivamente, no documentário de History Channel, que vocês podem ver gratuitamente pelo YouTube, buscando pelo título Vida Eterna, History Channel, vocês me verão falando em português, estudamos o caso de Vilcabamba. Para mim, é interessante, fascinante. Há pessoas que, efetivamente, vivem mais de 100 anos. Mas vivem como pessoas de 100 anos. No futuro, será mais radical. No futuro, viveremos 100 anos com idade biológica de 20 anos. É uma transformação muito mais incrível.

O objetivo da tecnologia de agora é parar o envelhecimento. Você poderá viver 500 anos, 1000 anos, a idade que você deseje. Então, é distinto, mas efetivamente é importante compreender o que está se passando em Vilcabamba e em outras populações onde as pessoas vivem muito tempo. Também há no Japão comunidades de centenários, também nas montanhas do Cáucaso, ao sul da Rússia. O que vem ainda é mais radical: viver indefinidamente como jovem.

Vocês poderão ver no YouTube: Vida Eterna, History Channel, hoje à noite. Muito interessante e vocês poderão ver Vilcabamba, cidade que já visitei.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Alguém mais? Professor, eu mudarei, depois de ouvi-lo, o título de nossa audiência, que aqui está: “As Novas Fronteiras do Conhecimento”. Eu diria: “O conhecimento sem fronteira”. Não tem fronteira. Isso não tem mais limite.

Ao encerrar esta audiência pública, eu gostaria de falar aos meus pares que não puderam estar aqui presentes que eles perderam, e perderam muito.

O SR. JOSÉ LUIS CORDEIRO – Vão morrer. As pessoas que não vieram vão morrer. Mas vocês são imortais. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nós somos “imorríveis”, como dizia o ex-Ministro Magri.

O SR. JOSÉ LUIS CORDEIRO – “Imorríveis” está mal falado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Um ex-ministro que usou uma expressão e que ficou hoje incorporada ao dicionário.

Mas nós não vamos contar para quem não veio como é que nós vamos nos perpetuar. (*Risos.*)

Agradecemos a presença de todos e a gentileza do Prof. José Luis Cordeiro.

Esta Casa estará aberta tantas vezes quantas puder vir, principalmente a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a qual veio contribuir, e muito.

Isto para nós é um choque, de certa maneira, porque às vezes nos detemos no nosso dia a dia e conseguimos enxergar um ou dois palmos. Mas quando você vê que não há limite, que o horizonte... E olhamos um pouquinho, por um retrovisor, o quanto evoluímos.

Agora, o que mais nos chama atenção é que nós levamos um tempo muito grande para evoluir, e agora a coisa acontece num piscar de olhos. Quer dizer, o que nós levamos 100 anos, provavelmente, vamos fazer em uma semana daqui a uns tempos.

Então, mais uma vez, eu encerro esta audiência pública...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Estaremos discutindo, daqui a pouco, o pós-digital?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Exatamente.

Então, agradeço, mais uma vez, a presença de todos.

Prof. José Luis, caso o senhor queira fazer as suas considerações finais, o nosso muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ LUIS CORDEIRO – Verdadeiramente, para mim é um prazer estar aqui falando dos temas do futuro. Eu tenho muita esperança positiva para o futuro do Brasil e para o futuro da humanidade inteira. Mas eu acho que o Brasil tem potencialidades incríveis como líder da América Latina. Então, eu desejo as melhores coisas para o Brasil como exemplo de liderança.

Eu estou esperando a Copa do Mundo para ver o exemplo da tecnologia brasileira para o mundo inteiro, para que o mundo veja que no Brasil estão acontecendo coisas incríveis, magia. A magia do futuro poderia nascer aqui no Brasil. Então, eu desejo as melhores coisas para o Brasil e para o mundo.

Eu tenho uma sobrinha brasileira, tenho interesses aqui no Brasil também. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Professor, mais uma vez. Os nossos aplausos e agradecimentos. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 14 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 23 minutos.*)

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 2014.

Às onze horas e trinta e oito minutos do dia oito de abril de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda**, e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ana Rita, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque, João Alberto Souza, Ana Amélia, Benedito de Lira, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro, Vanessa Grazziotin, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Eduardo Amorim, João Vicente Claudino e Antonio Carlos Rodrigues, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, faz um pronunciamento lamentando o falecimento do ator e diretor José Wilker, ocorrido no último fim de semana e requer, oralmente, a inclusão extra-pauta de Requerimento de Pesar, o que é aprovado (**ver Extra-Pauta: Item 15**). Logo após, a presidência faz a leitura do seguinte comunicado: “Comunico aos Senhores Senadores o recebimento do convite, de autoria do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, Henrique Paim, para a solenidade de posse da reitora Raimunda Nonata Monteiro, da Universidade Federal do Oeste do Pará. O evento ocorrerá no dia 9 de abril, quarta-feira, às 14h30, na Sala de Atos, 9º andar, edifício-sede do Ministério da Educação, Brasília”. O convite vai ao arquivo. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, inicia a deliberação da Pauta pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para a deliberação dos projetos terminativos. **Item 8: Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 264, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Emília Fernandes, que “Acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer favorável, com a Emenda de Redação nº 1-CE, é aprovado. **Item 5: Projeto de Lei do Senado nº 302, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Anibal Diniz, que “Permite que sejam deduzidos do Imposto sobre a Renda devido os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a associações desportivas que mantenham equipe de futebol profissional nas séries C ou D do campeonato brasileiro”. A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o parecer é favorável. A ma-

téria é retirada de pauta atendendo à solicitação da relatora. **Item 3: Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que “Dispõe sobre a celebração de convênios entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, em face da realização de eventos de grande repercussão”. O relator designado é o Senador Alvaro Dias e o parecer é favorável, com uma emenda oferecida. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 9: Projeto de Resolução do Senado nº 83, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Pedro Taques, que “Institui o evento Hackathon – Senado Federal e dá outras providências”. O relator designado é o Senador João Vicente Claudino e o parecer favorável, com a Emenda nº 1-CE (Substitutivo), é aprovado. Neste momento, a presidência passa a ordem original da pauta, uma vez que há quórum para votação de projetos terminativos. **Item 1: Projeto de Lei do Senado nº 284, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Blairo Maggi, que “Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a residência pedagógica para os professores da educação básica”. O relator é o Senador Cyro Miranda e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CE, aprovada por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 2: Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão de gratificação aos técnicos dos atletas beneficiados pelo programa”, **que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui o Bolsa-Atleta, para ampliar o número de atletas a serem contemplados pelo benefício”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2009, é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), com voto contrário da Senadora Ana Rita, rejeitando o Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2010, que tramita em conjunto. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 4: Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Marcelo Castro, que “Dispõe sobre o adiamento dos feriados”, **que tramita em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Milton Monti, que “Dispõe sobre a comemoração de feriado e dá outras providências”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 2009, na forma do substitutivo oferecido, rejeitando a emenda apresentada pela Senadora Maria do Carmo Alves, e pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 108, 2009, que tramita em conjunto, assim como, da emenda apresentada pelo Senador Antonio Carlos Valadares. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 6: Projeto de Lei da Câmara nº 165, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Lobbe Neto, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de exames oftalmológicos e auditivos nas escolas de ensino fundamental da rede pública”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer é favorável, na forma da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo). É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 5 (cinco) dias. **Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Deputada Luci Choinacki, que “Institui o ano de 2013 como o Ano Nacional do Esporte Feminino”. A relatora designada é a Senadora Ângela Portela e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, na forma da emenda substitutiva nº 1-CE. Em virtude da aprovação do substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 300, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Vicentinho, que “Dispõe sobre a oficialização no território nacional do Hino à Negritude”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 18, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “Cria o acervo do Museu de Brasília, no Centro Cultural da República, e dá outras providências”. A relatora designada é a Senadora Ana Amélia e o projeto é rejeitado por 14 (quatorze) votos. **Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que “Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Alvaro Dias e a declaração de prejudicialidade do projeto é aprovada por 14 (quatorze) votos, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2003**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Altera e acrescenta parágrafos ao artigo 2º da Lei nº 9424, de 24 de dezembro de 1996 (Dispõe sobre a aplicação e distribuição dos recursos do FUNDEF para erradicação do analfabetismo, a manutenção e desenvolvi-

mento do ensino fundamental e de valorização do magistério)". O relator designado é o Senador Armando Monteiro e a declaração de prejudicialidade do projeto é aprovada por 14 (quatorze) votos, nos termos do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal. Neste momento, a presidência passa à deliberação do Requerimento incluído extra-pauta. **Extra-Pauta, Item 15: Requerimento nº 18, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Cyro Miranda, João Vicente Claudino, Paulo Paim, Ana Rita, Maria do Carmo Alves, Paulo Bauer, Cristovam Buarque e Armando Monteiro, que requerem "... nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento do ator José Wilker, ocorrido no último dia 5 de abril, a ser encaminhado à família do falecido, pelos serviços prestados à cultura brasileira". O Requerimento é aprovado. Fica adiada a seguinte matéria: **Item 7: Projeto de Lei do Senado nº 79, de 2013**. Logo após, a presidência determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda**, encerra a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a proposta de dispensa de leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma.

As Sras Senadoras e Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Como Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, manifesto pesar pelo falecimento do ator e diretor José Wilker, ocorrido no último final de semana.

O Brasil perde um dos artistas mais talentosos e atuantes da televisão, do teatro e do cinema brasileiro.

Ator, diretor, produtor, comentarista e escritor, José Wilker agradeceu os brasileiros com sua arte e será sempre lembrado pelos seus personagens inesquecíveis.

Em nome de todos os Senadores e Senadoras, membros desta Comissão, os nossos sinceros sentimentos à família Wilker.

Faço também uma proposição de apreciação extrapauta de um requerimento de voto de pesar subscrito por todos os Senadores desta Comissão.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que concordam que o requerimento seja colocado extrapauta permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Faço a leitura, então, do voto de pesar:

Requeiro, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do ator José Wilker, ocorrido no último dia 5 de abril, a ser encaminhado à família do falecido, pelos serviços prestados à cultura brasileira.

Sala da Comissão, 8 de abril de 2014.

Senador Paulo Paim, Senador João Vicente Claudino, Senadora Ana Rita, Senadora Maria do Carmo e Senador Cyro Miranda.

Coloco em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

Comunico às Sras e aos Srs. Senadores o recebimento do convite de autoria do Exmº Sr. Ministro de Estado da Educação, Henrique Paim, para a solenidade de posse da Reitora Raimunda Nonata Monteiro, da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

O evento ocorrerá no dia 9 de abril, quarta-feira, às 14h30min, na Sala de Atos, no 9º andar do Edifício-Sede do Ministério da Educação, em Brasília.

O convite vai ao Arquivo.

Também quero lembrar a todos que amanhã, às 10h, estaremos recebendo o Ministro Henrique Paim, em audiência pública, para que façamos com ele não um questionamento, mas, sim, um debate das propostas e, também, de tudo aquilo que foi discutido, desde o Plano Nacional de Educação. Inclusive já antecipei ao Mi-

nistro José Henrique Paim que aqui nós não temos nenhuma pegadinha, nem vamos fazer nada que venha a constrangê-lo. Não, muito pelo contrário, até porque o Ministro Henrique Paim é merecedor de todo respeito nosso como profissional. Hoje é ministro, mas é uma pessoa extremamente dedicada há anos e anos no Ministério da Educação. Todos os ministros que ali estiveram receberam suporte do Ministro Paim.

Então, queremos aqui ter um diálogo no campo das ideias, do que nós achamos. Muita gente aqui hoje vê a necessidade de que o ensino fundamental seja realmente revisto, recebendo a importância, a prioridade que merece, porque estamos vendo que as coisas no segundo andar, no terceiro andar, estão começando a ficar muito debilitadas em função de não termos um ensino de base; a nossa base tem que ser reconstruída, revistas as grades.

Recebo nesta Comissão, quase toda semana, um pedido para fazer a inclusão de uma nova matéria como grade. É impossível! É impossível levarmos isso para o ministério, porque não temos horário, tempo útil de hora-aula para que se joguem todas essas matérias.

Então, acho que com o ministério, Senador Paulo Paim, podemos fazer um estudo dessas grades e readequá-las. Eu acho que faz muito tempo que precisamos fazer uma audiência pública envolvendo todas as áreas, como fizemos no PNE, para ouvir a sugestão dos professores, dos diretores, de todas as entidades organizadas. Às vezes, a gente fica muito tempo sem fazer uma revisão, e ficam coisas que não têm mais necessidade e outras como prioridades.

Concedo a palavra, com muito prazer, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Presidente Cyro Miranda, primeiramente, quero cumprimentar V. Exª pela iniciativa de que o Ministro Paim esteja conosco aqui para essa reflexão. Como V. Exª disse, não haverá nenhuma pegadinha, mas, sim, analisar, refletir e debater todo o tema. Eu queria também aproveitar para cumprimentar – tenho acompanhado essa menina, essa jovem guerreira, que todos nós na Casa conhecemos – a Julliene, na questão da Gama Filho. Naturalmente, amanhã também esse assunto entrará na pauta. Eu a cumprimentava e perguntei como estava. Ela disse que está muito difícil, não é isso, Julliene? Está muito difícil, muito sem resposta ainda. Amanhã, naturalmente, vamos dialogar também sobre a questão da Gama Filho, dando uma luz para tantos estudantes que ficaram numa situação praticamente desesperadora.

Então, tudo veio combinar. O jogo é combinado, tudo vem somar, para que tenhamos aqui o Paim nosso. V. Exª é amigo dele, sou também amigo dele, e ele vai ter um ambiente bem acolhedor. Vamos dialogar sobre os temas que envolvem a educação brasileira com a maior tranquilidade.

Parabéns a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Paim, obrigado. Antecipou a minha fala em relação à Julliene, que eu tinha anotado aqui. Ela é nossa convidada da Comissão justamente para esse encontro com o Ministro.

Eu tenho quase diariamente conversado por WhatsApp, por mensagem, com a Julienne, acompanhando esse problema.

Fui ao Ministro Paim há questão de três semanas e a trouxe justamente para que possamos ter um diálogo, porque o ministério está com a maior boa vontade. Estão fazendo das tripas coração para a transferência assistida dar certo, mas muita coisa escapa, e algumas coisas já antecipei. Ele sabe, inclusive, da presença da Julliene, que hoje está representando aqui 14 mil alunos que ficaram de repente, do dia para a noite, sem uma faculdade. Muitos com os diplomas, inclusive, Senadora Ana Rita, prestes a serem validados, sem poderem.

Algumas coisas aconteciam, por exemplo, como na área de Odontologia, em que determinada faculdade queria trazer o aluno que estava no sexto período para o segundo período novamente. Então, são acertos que acontecem pelo volume, de como ocorreram as coisas assim não tão desprevenidas para o MEC. Mas o MEC ficou sem instrumento legal para fazer uma intervenção. Nisso eu tenho que concordar. Conversei muito com o Ministro Aloizio Mercadante. Até no começo... Depois é que eu mudei de ideia, porque eu estava contra, estava criticando, mas ele não tinha e não tem instrumento legal.

Eu acho que cabe a este Parlamento verificar isso – e já há um projeto na Câmara –, porque isso é como o Banco Central. O Banco Central autoriza o funcionamento de um banco, mas fica monitorando, faz intervenção; tem a propriedade, inclusive, de, antes que aconteçam as coisas, articular a venda, para não deixar os seus clientes, do dia para a noite, perdendo dinheiro. A mesma coisa na educação.

O que hoje nos preocupa muito – e eu tenho conversado muito nesta Comissão, conversei muito com o Senador Paulo Paim e aqui também com o Senador Cristovam – é que estão fazendo da educação um mercantilismo, uma *commodity*. Veja: a Universidade Gama Filho era uma universidade tradicional, tinha mais de 70 anos, mas, de repente, começaram as gerações que foram entrando, Senadora Maria do Carmo, a tomar aquilo como um negócio.

Uma das coisas que nós verificamos em audiência pública aqui, bem lá atrás, no ano passado, V. Exª se lembra, foi que tiraram o prédio que era da Gama Filho, passaram para os seus sócios, e passaram a cobrar aluguel – R\$300 mil de aluguel por mês. Quer dizer, isso é uma forma de esvaziar e de você começar...

Depois, fizeram outra coisa, que é um problema hoje no programa de transferência assistida. Na transferência assistida, os alunos têm que ir para essas outras faculdades com a mesma mensalidade que eles pagavam. Eles estão bem abaixo da mensalidade média. Por quê? A Gama Filho queria fazer dinheiro. Não estava pagando os professores, não estava pagando os impostos, devia à União, devia ao Estado. E, com isso, ela hoje criou um problema, porque essas faculdades estão tendo que subsidiar. Por exemplo, um curso de Direito, que em média custa de R\$800,00 a R\$900,00, estava por cerca de R\$600,00, R\$620,00.

Quer dizer, a condição de aceitar esse aluno é essa, mas veja que há uma série de desdobramentos. E, amanhã, nós vamos ouvir muito aqui do Ministro Paim, que vai trazer inclusive a pessoa da área, e eles estão com a maior boa vontade. Estão enfrentando a única coisa que os alunos queriam e que também era desejo nosso, que fosse federalizado, mas não tinha a menor condição de federalizar 14 mil alunos com vários cursos. O problema maior é com o curso de Medicina, porque em Medicina você tem que ter os leitos. Quer dizer, há toda uma série de pré-requisitos, sendo difícil passar para outra universidade.

Enfim, é sofrido. Vai ser um semestre muito pesado. Muitos alunos perderão este semestre, e o que eu quero é que nós, aqui desta Comissão, tiremos desse doloroso erro por que eles estão passando uma lição para que isso não aconteça com outras faculdades ou universidades, no ensino; que o MEC realmente tenha o poder de fazer a intervenção.

Eu me lembro do Banco Central. Quantas vezes ouvimos falar que banco tal estará sob intervenção? Retirava-se toda aquela diretoria, e vinham auditores do Banco Central intervir. Na maioria das vezes, eles conseguiam que esse banco se reerguesse, ou fosse vendido, fosse viável, enfim. E esse instrumento não existe no MEC.

Então, eu gostaria também de comunicar a V. Exªs que nós estamos ao vivo pela TV Senado, pela Rádio e Agência Senado nos acompanhando. Pela Rádio Senado também, interagindo com os nossos ouvintes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar também... Eu sei que os Senadores todos querem cumprimentar V. Exª pelo voto de pesar do grande artista, um homem que tinha uma visão clara, nítida, transparente; tranquilo. O seu papel como artista era uma referência para outros tantos artistas. Honestíssimo, firme, claro. Não é porque morreu, é porque ele passava isso para nós todos, independente do papel que ele fizesse, fosse de mocinho ou bandido, que às vezes o ator tem de fazer, mas sempre com muita firmeza e sempre com uma expressão, no fundo, de otimismo. Ele passava muito isso, para quem via os papéis de José Wilker. Por isso, quero também – claro que assinamos juntos – deixar esse pequeno depoimento. Eu era admirador dele, e não é porque ele morreu; nem todos aqueles que morrem a gente admira. Tem muita gente que morre, e a gente diz que já deveria ter ido muito antes.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – É bem oportuno. A gente viu a comoção no meio artístico e entre o público: como ele era querido!

O artista tem de ser realmente hábil porque é muito fácil fazer o papel do bonzinho, o que nos é agradável, mas aquele bom artista é o que nos faz sentir raiva dele no momento daquele papel, seja no teatro, seja nas novelas. E o José Wilker era realmente um mestre, como também Lima Duarte e outros tantos, Fernanda Torres, que estão escrevendo a história. E esses jovens que estão aí em formação que recebam esse aprendizado e tomem isso como uma maneira de ser, uma linha de conduta na vida de artista, que, no passado, também era muito criticada.

Lembro, lá atrás, quando se falava em um artista de televisão ou de cinema, na época ainda da Vera Cruz, eram criticados. Faz tempo... Eu era bem pequeno, mas tenho uma memória muito boa, Senador Paim. Mas eram criticados. A gente não via; a família tinha com o artista um certo preconceito naquela época, porque, de repente, estava numa novela, beijava um, beijava outro; tinham, no passado, uma ideia errônea. E são pessoas hoje em que a arte imita a vida, e eles imitam a arte.

Fica aqui o voto de pesar de todos as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores.

Vou passar à pauta, já pedindo, no item 3, cujo Relator é o Senador Alvaro Dias, ao Senador Paim que seja o Relator *ad hoc*.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, de 2013 – Não terminativo –

Dispõe sobre a celebração de convênios entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, em face da realização de eventos de grande repercussão.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.

Observações:

1 – *Matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.*

2 – *A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 25/3/14 e 1/4/14.*

Pergunto ao Senador Paim se pode ser o Relator *ad hoc*.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sr. Presidente, sabe aquela história de o juiz se sentir impedido? Eu gostaria muito de relatar, mas só não relatarei, mas não vou obstruir – eu pelo menos não vou obstruir –, porque a orientação que recebo é pela rejeição do projeto.

Então, se é pela rejeição, e o projeto é pela aprovação, seria uma... É a orientação que estou recebendo aqui...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Faz a leitura, e alguém pede vista. Pode ser? *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não quer ler? Leia, a gente pede vista; depois, alguém apresenta um substitutivo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu posso ler, e eu mesmo, como Relator *ad hoc*, peço...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pede. Senador Paim, vou lhe dizer uma coisa que fiz uma vez como Relator *ad hoc*. Eu mudei o relatório na hora e fui pela rejeição. O senhor é o Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu peço vista... Não, eu faço a leitura e peço para tirar de pauta. Está O.K.?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeito. Mas, se quiser também mudar pela rejeição, a gente põe em votação. O senhor é o Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não farei isso. Sem ler com profundidade, não farei, até em respeito ao Senador Alvaro Dias. Aqui, a questão não é de oposição ou não; aqui, é um projeto, e eu vou analisar. Como a recomendação é pela rejeição, vou analisar o projeto antes de dar o meu parecer final.

Vou à leitura, então. O relatório é uma folha e meia.

Encontra-se sob exame desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2013, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que, com o objetivo mencionado na ementa, por meio do seu art. 1º, acrescenta art. 50-A à Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012.

O *caput* do dispositivo acrescentado estatui que a União tomará a iniciativa de celebrar convênios com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, com o objetivo de estabelecer o funcionamento e a atuação efetiva de órgãos administrativos e judiciais nos locais onde sejam realizados eventos de repercussão nacional.

Seu parágrafo único, de outra parte, assevera que o disposto no *caput* se aplica a eventos esportivos, artísticos, religiosos, culturais e de lazer, entre outros, e se destina a garantir a segurança e o bem-estar dos participantes.

O art. 2º do PLS contém a cláusula de vigência da lei, que é a data de sua publicação.

Na justificação do projeto, o autor destaca os importantes eventos de nível internacional que o Brasil já recebeu e ainda receberá, eventos que promovem grandes concentrações de pessoas, o que demanda medidas por parte do Poder Público no sentido de garantir a segurança e a tranquilidade de todos os que participam dessas atividades.

Explica, ainda, que os Municípios onde concretamente ocorrem esses eventos em regra não têm estrutura suficiente e nem mesmo a competência legal para lidar com todas as suas circunstâncias. Contudo, apesar da autonomia político-administrativa dos entes estatais que compõem a Federação brasileira, somos uma Federação cooperativa, na qual as competências da União, Estados e Municípios se complementam.

Nesse sentido, argumenta o autor pela importância de deixar previsto na lei pertinente que a União tomará a iniciativa de celebrar convênios com os demais entes estatais para que o Poder Público se faça efetivamente presente por ocasião da realização de grandes eventos no País. Cita, ainda, como exemplo, a hipótese de que, em sendo da Justiça Estadual a competência para estabelecer juizados especiais para examinar e julgar eventuais fatos ocorridos no curso desses eventos, a União poderia proporcionar condições materiais e administrativas que estimulasse e favorecesse essa solução.

Não foram apresentadas emendas à matéria, que, após análise nesta Comissão, deverá seguir à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nesta última, em decisão terminativa.

Análise. A matéria se insere no rol de competências desta Comissão, nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Consideramos a iniciativa do autor bastante louvável, uma vez que, embora não esteja propriamente inovando no mundo jurídico – tendo em vista que tais convênios já são possíveis –, o dispositivo vem fomentar a iniciativa da União na celebração dos respectivos instrumentos de cooperação nas áreas que menciona.

Sobre se há ou não violação do princípio constitucional da separação dos poderes, melhor dirá a CCJ, porque para lá ele irá, quando opinar dentro das suas competências regimentais.

No que respeita à técnica legislativa, acreditamos que a ementa, embora reflita adequadamente o objeto da proposição, deveria fazer referência à lei que pretende alterar, consoante regramento da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Por essa razão, apresentamos emenda de redação que, em nosso juízo, harmoniza a proposição, sem contudo lhe alterar o mérito.

Voto. Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2013, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CE (DE REDAÇÃO)

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2013, a seguinte redação:

Acrescenta art. 50-A à Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, para dispor sobre a celebração de convênios entre a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, em face da realização de eventos de grande repercussão.

Sr. Presidente, esse é o relatório. O Senador Alvaro Dias dá o parecer favorável. O projeto é do Senador Alfredo Nascimento.

Como Relator *ad hoc* e tendo outra orientação que recebi, para rejeição da matéria, eu peço que V. Ex^a o retire de pauta. É regimental. Retira-se de pauta e, na próxima reunião, eu já dou o meu parecer final, aceitando o parecer do Relator ou fazendo alguma alteração, dialogando sempre com o autor da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Agradecendo ao Senador Paulo Paim, a matéria fica retirada de pauta, para reexame.

Eu tenho aqui o item 8, que é relatoria da Senadora Maria do Carmo Alves e, em seguida, uma outra relatoria do Senador João Vicente Claudino.

Então, vamos ao item 8.

ITEM 8

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, de 1999

Acrescenta §§ 3º e 4º ao art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Autoria: Senadora Emília Fernandes

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.

Observações:

1 – Matéria terminativa no Plenário

2 – Na reunião do dia 15/5/2001, o PLS 264/1999 foi aprovado na Comissão em caráter terminativo

3 – Na reunião dia 18/3/14, a matéria foi retirada de pauta, atendendo à solicitação da relatora.

Concedo a palavra à Relatora, eminente Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu vou me ater à análise da matéria.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que tenham por objeto diretrizes e bases da educação brasileira. Assim, é regimental a sua atribuição para apreciar a matéria, tal como ocorreu quando da tramitação do PLS original, ainda no ano de 2001.

A propósito, foi em decisão terminativa desta Comissão que o §3º do art. 80 da LDB, inicialmente proposto no PLS nº 264, de 1999, foi desdobrado em dois dispositivos. Com isso, o §3º passou a ser usado para tratar das condições de realização dos estudos de mestrado e doutorado a distância. O novo §4º, por sua vez, abrigou as disposições sobre o reconhecimento e o registro dos diplomas referentes a tais estudos expedidos por universidades estrangeiras.

Impõe-se destacar, adicionalmente, que, ao compulsar as decisões ao longo da tramitação do PLS nº 264, de 1999, verifica-se que a inovação concebida e aprovada por esta Comissão, a despeito de ter sido acolhida na Casa revisora por meio de emenda substitutiva, remanesceu praticamente intacta em seu conteúdo. Por essa

razão, até poderíamos dispensar nova análise de mérito. Nada obstante, em reconhecimento à aguçada percepção da Senadora Emília Fernandes na área educacional, cumpre-nos enfatizar a atualidade de sua proposição.

Nos últimos 15 anos, em paralelo aos avanços da tecnologia educacional, a educação a distância teve significativa expansão na educação superior em nosso País, mormente na graduação e na pós-graduação *lato sensu*. Contudo, a legislação ordinária pátria remanesce silente e, por isso mesmo, impeditiva à adoção da modalidade na oferta de pós-graduação *stricto sensu*, ressalvada a oferta de poucas disciplinas em um número de programas considerado ainda bastante restrito. Felizmente, uma inflexão nessa realidade parece estar sendo gerada no âmbito das universidades federais, que têm anunciado uma articulação para implementar ambicioso programa de pós-graduação *stricto sensu* a distância, na área de gestão pública. Nada mais oportuno, portanto, que delimitar os requisitos que garantam a qualidade dos títulos oriundos dessa modalidade de ensino, como pretende a matéria.

Por fim, registramos que a ementa do SCD, ao omitir sua finalidade, mostra-se inadequada sob a ótica da boa técnica legislativa. Com efeito, para aprimorá-la em relação a esse quesito, apresentamos emenda que contorna a falta, meramente redacional, sem qualquer prejuízo ao posterior envio do projeto à sanção presidencial.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação da matéria com o substitutivo de redação. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB – GO) – Desculpe, Senadora Maria do Carmo. Nós estamos aqui, torcendo pelo quórum. Faltam apenas dois Senadores. Acho que nós vamos alcançar. É a única comissão em funcionamento e ao vivo. Agora é um momento bom para mostrar a força desta Comissão.

Coloco em discussão esse projeto, de relatoria da Senadora Maria do Carmo, que é bastante ousado já pela época. Em 1999 já se falava em ensino a distância, principalmente citando o mestrado e o doutorado a distância.

Em discussão o projeto relatado pela Senadora Maria do Carmo Alves. *(Pausa.)*

Não tendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Aprovado.

A matéria é terminativa no Plenário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB – GO) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia, nossa querida Vice-Presidente desta Comissão.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu sou relatora de dois itens. Um já foi lido, que é terminativo. E sou relatora também do Item 5, que não é terminativo.

Para dar atenção a uma demanda do Governo e do próprio autor do projeto, Senador Anibal Diniz, o projeto de que sou relatora, que estava aprovando inclusive, permite sejam deduzidos do imposto sobre a renda devido os valores despendidos a título de patrocínio ou doação no apoio direto às associações desportivas que mantenham equipe de futebol profissional na Série C ou D do campeonato brasileiro.

É uma matéria agora... Tem a luz da Copa do Mundo, do que representa o futebol profissional em nosso País.

Mas, a pedido do Governo e não estando o autor presente, eu a retiro de pauta para um entendimento a mais, porque isso tem impacto sobre receita. E não há dúvida de que eu tenho responsabilidade para entender.

Então, peço a retirada de pauta do Item 5, caro Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB – GO) – V. Exª será atendida. Fica o Item nº 5 retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 302, de 2013

– Não Terminativo –

Permite que sejam deduzidos do Imposto sobre a Renda devido os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a associações desportivas que mantenham equipe de futebol profissional nas séries C ou D do campeonato brasileiro.

Autoria: Senador Anibal Diniz

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Favorável

Observações:

1 – Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoría/PSDB – PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoría/PSDB – GO) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoría/PSDB – PR) – Eu sou Relator do Item 3.

Estive no Supremo Tribunal Federal, por isso não foi possível chegar no início desta reunião, mas, se V. Ex^a permitir, estou à disposição para apresentar o meu parecer ao projeto que corresponde ao Item 3.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pois não.

Consulto o Senador Paulo Paim, a quem meio que impus a relatoria. Acho que vai ficar extremamente satisfeito com a devolução.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Sem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, nós devolvemos a relatoria ao Senador...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – O relatório é do Senador. De minha parte não há problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – ...ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Sr. Presidente, eu agradeço ao Senador Paulo Paim a gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Concedo a palavra então ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – O projeto é do Senador Alfredo Nascimento e dispõe sobre a celebração de convênios entre a União, os Estados e Municípios e o Distrito Federal, em face da realização de eventos de grande repercussão.

Portanto, é um projeto da atualidade, em razão de grandes eventos como a realização da Copa do Mundo e, obviamente, as Olimpíadas.

Certamente, o projeto não gerará efeitos relativamente à Copa do Mundo, mas, sem dúvida, o momento é adequado para essa discussão.

Na justificação do projeto, o autor destaca os importantes eventos de nível internacional que o Brasil já recebeu e ainda receberá, eventos que promovem grandes concentrações de pessoas, o que demanda medidas por parte do Poder Público no sentido de garantir a segurança e a tranquilidade de todos que participam dessas atividades.

Explica que os Municípios onde concretamente ocorrem esses eventos, em regra, não têm estrutura suficiente, nem mesmo a competência legal para lidar com todas as suas circunstâncias.

Contudo, apesar da autonomia político-administrativa dos entes estatais que compõem a Federação brasileira, somos uma Federação cooperativa, na qual as competências da União, Estados e Municípios se complementam.

Nesse sentido, o autor argumenta pela importância de deixar previsto na lei pertinente que a União tomará a iniciativa de celebrar convênios com os demais entes estatais para que o Poder Público se faça efetivamente presente por ocasião da realização de grandes eventos no País. Cita, ainda, como exemplo, a hipótese de que, em sendo da Justiça estadual a competência para estabelecer juzizados especiais para examinar e julgar eventuais fatos ocorridos no curso desses eventos, a União poderia proporcionar condições materiais e administrativas que estimulassem e favorecessem essa solução.

Não foram apresentadas emendas. Apresentei uma emenda apenas com o objetivo de explicitar na emenda do projeto a norma jurídica do projeto que ele pretende alterar, no caso, a Lei nº 12.663, de 2012.

Em face dessa justificativa, o nosso parecer é pela aprovação.

Sobre se há ou não violação do princípio constitucional da separação dos poderes, a CCJ opinará; melhor dirá a CCJ, quando opinar dentro das suas competências regimentais. Nós estamos tratando aqui apenas do mérito da matéria.

No que diz respeito à técnica legislativa, acreditamos que a emenda, embora reflita adequadamente o objeto da proposição, deveria fazer referência à lei que pretende alterar, e, por isso, apresentamos esta emenda.

É o nosso parecer, portanto, favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ele já tinha sido lido pelo Senador Paulo Paim. Como nós o devolvemos – e é regimental, com a aquiescência do Relator *ad hoc* –, então eu ia pedir, se possível, um resumo. Mas também eu não fiz muita questão, Senadora, porque falta um Senador para dar quórum. Eu estou também levando um pouquinho o tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ele é não terminativo, exato. Então, agora, o direito de vista do projeto.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero pedir vista, Presidente.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Houve pedido de vista?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Isso.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Que seja coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Vista coletiva – Senadora Ana Rita, Senador Paulo, Senador José Agripino.

Eu concedo a palavra para a leitura do relatório do Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 83, de 2013

– Não terminativo –

Institui o evento Hackathon – Senado Federal e dá outras providências.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador João Vicente Claudino

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Observações:

1 – A matéria será encaminhada à Comissão Diretora, para decisão final.

Concedo a palavra ao eminente Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em atendimento ao comando do inciso I, conjugado com o inciso VI, ambos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Resolução do Senado nº 83, de 2013, de autoria do Senador Pedro Taques, que institui o evento Hackathon – Senado Federal e dá outras providências.

A proposição trata da realização de evento que reúna amadores e profissionais identificados com a área de tecnologia da informação, essencialmente, com o objetivo de desenvolver projetos de acessibilidade digital destinados ao aprimoramento e ao aumento da transparência pública relativas às atividades desenvolvidas pelo Senado Federal, em particular quanto ao processo legislativo.

Para tanto, propõe a constituição de comissão organizadora composta por profissionais que atuem nas áreas de processo legislativo, transparência de informações públicas e participação popular, colhidos entre servidores da Casa e representantes da sociedade e de outros órgãos públicos, com a incumbência de promover a realização, a divulgação e a avaliação das propostas e dos projetos.

As propostas poderão ser individuais ou coletivas, no limite de até três integrantes, e deverão ser inscritas em formulário específico disponível no portal do Senado Federal, de que constem: a) a identificação do proponente e, no caso de projeto coletivo, do membro responsável pela equipe; b) uma síntese do projeto de desenvolvimento de solução web, mediante a utilização preferencial de dados do Senado Federal.

O Projeto de Resolução do Senado dispõe que os proponentes deverão ser brasileiros, com idade mínima de 18 anos, e não poderão ser membros da comissão organizadora, nem servidores ou prestadores de serviços ao Senado Federal.

Serão selecionados até 50 projetos, de acordo com avaliação da comissão organizadora, que levará em conta os critérios interesse público, criatividade e qualidade técnica.

O critério interesse público considerará o potencial da proposta para a obtenção de melhor entendimento da sociedade acerca do processo legislativo e da atuação parlamentar; o critério criatividade levará em conta a apresentação de solução inovadora para determinado problema apurado pelo proponente. Já o critério qualidade técnica avaliará os seguintes quesitos:

- 1 – possibilidade de compartilhamento, cópia, alteração e remixagem;
- 2 – existência de código liberado na rede;
- 3 – viabilidade de reaplicação e de reprodução livres;
- 4 – documentação na rede.

Cada critério receberá, de cada membro da Comissão, notas variáveis de zero a dez. Serão declarados vencedores os projetos que obtiverem os três maiores somatórios. Havendo empate em quaisquer das colocações, o desempate será declarado, em primeiro lugar, pelo somatório das notas referentes a interesse público, seguido de qualidade técnica. Persistindo o empate, será realizado, finalmente, sorteio.

O resultado da seleção será divulgado no portal do Senado Federal.

A proposição estabelece, ainda, que o Senado arcará com todas as despesas dos participantes residentes fora do Distrito Federal, decorrentes de deslocamento aéreo, hospedagem, alimentação e traslados, e que as apresentações deverão ser realizadas perante a comissão organizadora, em local acessível ao público, com a utilização de equipamentos próprios de cada concorrente.

Poderá ser impetrado recurso, em formulário específico disponível no portal do Senado, contra a decisão da comissão organizadora, que será por ela julgado.

Às três propostas vencedoras será conferido prêmio financeiro, cujo valor será definido em regulamento, nos termos de ato da Comissão Diretora, colegiado competente também para a solução dos casos omissos.

Na justificação do projeto, o autor argumenta que “o Hackathon – Senado Federal objetiva reunir as melhores mentes do País para desenvolver soluções que visem ao aumento da transparência na divulgação de informações públicas, por meio de tecnologias digitais, e busquem melhorias do processo legislativo e do trabalho do Senado Federal”.

Após a manifestação da Comissão de Educação, o projeto seguirá para a análise da Comissão Diretora, nos termos do que preceitua o inciso IV do art. 98 do Regimento Interno do Senado Federal.

Não foram oferecidas emendas, até o momento, ao presente projeto.

Análise. Trata o projeto de resolução em exame de mecanismo já experimentado em instituições públicas e privadas para proporcionar facilidades de acesso a informações de importância, por um lado, ao exercício da cidadania e, por outro, à defesa do interesse econômico-financeiro.

Em 2011, a Câmara dos Deputados dos Estados Unidos realizou evento voltado a estimular o desenvolvimento de mecanismos destinados a fornecer à sociedade facilidades no entendimento do processo legislativo.

No Brasil, a Câmara dos Deputados sediou seu hackathon, mediante acordo de cooperação com o Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União, evento também apoiado pela Escola de Administração Fazendária.

No primeiro semestre de 2013, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) realizou, em parceria com a Fundação Lemann, o 1º Hackathon Dados da Educação Básica.

Em síntese, a promoção sugerida no projeto em comento se identifica plenamente com o conceito de transparência, exigível num ambiente das relações democráticas que deve haver entre o Estado e a sociedade.

As soluções para a prática efetiva desse conceito muitas vezes encontram dificuldade de execução, principalmente devido à exiguidade de propostas que as viabilizem. E essa escassez de ideias se deve, e em muito, à falta de estímulo à criatividade.

É o que o PLS nº 83, de 2013, propõe: estimular a sociedade, usuária especial das ações do Poder Legislativo – em particular quanto às atividades do Senado Federal –, na propositura de mecanismos de fácil acesso público a informações de seu próprio interesse.

Convoca, para tanto, a participação de programadores, desenvolvedores de sistemas e inventores, para que proponham sugestões destinadas ao aprimoramento da transparência na divulgação de informações públicas por meio de tecnologias digitais e as melhorias do processo legislativo do trabalho do Senado Federal.

O projeto é, por conseguinte, portador de indiscutível mérito. Cabem, no entanto, reparos quanto à consistência de algumas de suas disposições e quanto à técnica legislativa, que deve ser aperfeiçoada, o que nos leva a sugerir a apresentação da emenda a seguir formulada.

Sr. Presidente, não vou ler o substitutivo, mas só destacar que o mérito permanece o mesmo do projeto.

Fizemos algumas modificações conceituais, aqui no parágrafo único do art. 1º, quando faz a definição dos participantes do projeto. No art. 2º, fizemos uma modificação, criando uma comissão permanente, pois antes era uma comissão por evento. No art. 6º incluímos, dentro dos critérios a serem analisados, a qualidade técnica. No art. 5º nos retiramos a limitação de inscrição. Incluímos o art. 14 e renumeramos todo o restante.

Então, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 83, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador João Claudino.

Quero avisar que nós temos quórum. Além de estarmos ao vivo, nós temos quórum. Então, vamos limpar a pauta, porque todos os terminativos foram lidos.

Coloco em discussão o Projeto de Resolução do Senado nº 83, que acaba de relatar o Senador João Vicente Claudino. *(Pausa.)*

Não tendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Comissão Diretora para decisão final.

Vamos colocar, então, em votação os terminativos já lidos.

Primeiro Item da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a residência pedagógica para os professores da educação básica.

Autoria: Senador Blairo Maggi

Relatoria: Senador Cyro Miranda

Relatório: Favorável, com a emenda oferecida.

Observações:

Na reunião de 18/2/14, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

Em votação.

Votação nominal.

Como votam as Sras e os Srs. Senadores?

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está aprovada, por unanimidade.

Pergunto às Sras e aos Srs. Senadores se manteremos a votação para a emenda oferecida. (Pausa.)

Aprovada.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 332, de 2009

– Terminativo –

Altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão de gratificação aos técnicos dos atletas beneficiados pelo programa.

Autoria: Senador Expedito Júnior

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável ao presente projeto, na forma do substitutivo oferecido e pela rejeição do PLS nº 134/10, que tramita em conjunto.

Observações:

Na reunião de 11/2/14, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

Encerro a discussão.

A matéria está em votação.

Votação nominal.

Como votam as Sras e os Srs. Senadores?

Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, estou com uma orientação aqui do Ministério do Planejamento pela rejeição. Então, voto pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela rejeição.

Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Voto com o Relator, pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela aprovação do projeto.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador da educação, Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Sim, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com um voto só de rejeição – o voto contrário da Senadora Ana Rita – e com os demais favoráveis, a matéria está aprovada.

A matéria será incluída em pauta na próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Item 4:

ITEM 4

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 296, de 2009

– Terminativo –

Dispõe sobre a comemoração de feriado e dá outras providências.

Autoria: Deputado Milton Monti.

Relatoria: Senador Cássio Cunha Lima, substituído pelo Senador Flexa Ribeiro, Relator *ad hoc*.

Relatório: Favorável ao presente Projeto, na forma do Substitutivo oferecido, rejeitando a emenda apresentada pela Senadora Maria do Carmo Alves, em PLC 296/2009 e pela prejudicialidade do PLC 108, de 2009, que tramita em conjunto, e da emenda apresentada pelo Senador Antonio Carlos Valadares ao mesmo.

Observações: Sendo aprovado, o Substitutivo da matéria será incluído em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Na reunião de 11/02/2014, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

Para discutir.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, esta matéria traz bastantes dúvidas, e eu queria saber, rapidamente, quais são as emendas da Senadora Maria do Carmo e do Senador Valadares. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A emenda do Senador Valadares:

A presente emenda visa a permitir que o dia 12 de outubro, declarado feriado nacional, consagrado à Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, e o Dia de Corpus Christi sejam comemorados nessas datas e não sejam transferidos como pretende o presente Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009.

Esse é a emenda do Senador Valadares.

A emenda da Senadora Maria do Carmo foi rejeitada. Então, não foi...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Ele acolheu essa?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ele não acolheu.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não acolheu nenhuma das duas?

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não, ele acolheu o Substitutivo, em que engloba...

A emenda da Senadora Maria do Carmo ele rejeitou:

A proposição em questão é de iniciativa louvável, mas deixou de lado dois feriados que devem ser excepcionados da regra de antecipação. Diante desse fato, ponderamos pela alteração do art. 1º para incluir os feriados de Nossa Senhora Aparecida, no dia 12 de outubro, e o de Corpus Christi.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu pergunto se, regimentalmente, é possível um pedido de vista, mesmo tendo iniciado. Se for possível, eu gostaria de pedir vista a este projeto, porque, embora tardiamente, muitas demandas vieram a respeito desta matéria. Ela tem impacto sobre todo o setor econômico brasileiro. Então, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Regimentalmente, há direito a vista. E, também, como é uma matéria que tem turno suplementar, ainda cabe emenda.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Então, pedido de vista.

Pergunto se há pedido de vista coletiva para esta matéria. *(Pausa.)*

Vista coletiva, Senador José Agripino.

Item 5:

Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2009.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – O item 5 não; ele foi retirado de pauta. É o item 6.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ah, não, ele foi retirado de pauta. Perdão. Item nº 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 165, de 2010

– Terminativo –

Dispõe sobre a obrigatoriedade de exames oftalmológicos e auditivos nas escolas de ensino fundamental da rede pública.

Autoria: Deputado Lobbe Neto.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Relatório: Favorável, na forma da emenda nº 2 substitutiva, oferecida pela Comissão de Assuntos Sociais.

Observações:

1 – Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 – Na reunião do dia 11/02/14, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

(PROJETO DE LEI APRESENTADO PELA “DEPUTADA JOVEM” MARTHA RAMIRES OLIVEIRA SACHSER DE SOUZA, DE MINAS GERAIS, NA 1ª EDIÇÃO DO PARLAMENTO JOVEM BRASILEIRO, REALIZADO EM 2004 NA CÂMARA DOS DEPUTADOS).

Pergunto se algum dos Srs. Senadores ou alguma das Srªs Senadoras deseja discutir. *(Pausa.)*

Para discutir, Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, na verdade, não é para discutir. Mas me parece que há um desencontro de informações a respeito deste projeto por parte de alguns ministérios, em particular do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde. Então, vou solicitar vista para maiores esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Regimentalmente, V. Exª tem todo o direito.

Concedida a vista.

Pergunto se alguém quer pedir vista coletiva. *(Pausa.)*

Senador Flexa Ribeiro.

Item nº 10.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, de 2013

– Terminativo –

Institui o ano de 2013 como o Ano Nacional do Esporte Feminino.

Autoria: Deputada Luci Choinacki

Relatoria: Senadora Angela Portela

Relatório: Favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Observações:

1 – *Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.*

2 – *Na reunião do dia 25/02/14, a matéria foi lida e iniciada a discussão.*

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Votação nominal.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Embora o ano de 2013 já tenha passado, eu voto com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está aprovada por unanimidade. Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, só para dizer que me parece que a Relatora, Senadora Angela Portela, fez emenda atualizando o projeto. É bom esclarecer isso porque não estão votando algo que não vai ter aplicabilidade. Há um substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Há um substitutivo. Eu li aqui que tem o turno suplementar. Então, ainda cabem emendas.

Aprovado, por unanimidade.

Vamos ao item esperado.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 300, de 2009 – Terminativo –

Dispõe sobre a oficialização no Território Nacional do Hino à Negritude.

Autoria: Deputado Vicentinho

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Favorável.

Observações:

1 – Na reunião do dia 18/03/14, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Votação nominal.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com o Relator.

Que susto, Senador Paulo Paim! Nessa suspirada...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu não ia aqui votar contra o Vicentinho, que é o Líder do PT na Câmara, e contra o Relator, que sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Paim, voto conhecido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator e com o autor e com a minha amiga Roseli.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com a Negritude, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Aliás, parabéns. O senhor hoje deu um show na presidência da Comissão.

Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está aprovada.

Nós gostaríamos, Senador Paulo Paim, de tê-la aprovado lá atrás, para que, naquele dia em que foi a Plenário outro projeto de V. Ex^a, caminhasse junto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Lembrando, agora, o 13 de Maio, faremos a festa.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ótimo.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, de 2009 – Terminativo –

Cria o acervo do Museu de Brasília, no Centro Cultural da República, e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo

Relatoria: Senadora Ana Amélia

Relatório: Pela rejeição.

Observações:

1 – Na reunião do dia 11/02/14, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

Em discussão a matéria.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Sr. Presidente, gostaria de explicar aos colegas e às colegas que este é um projeto de competência exclusiva da Presidência da República, porque trata de um patrimônio federal. É simples. Existem dois museus, e é para criar o Museu Federal, mas isso só após a Presidente...

Então, regimentalmente, pela rejeição do projeto, embora louvável a iniciativa inovadora do ex-Senador Raimundo Colombo, atual Governador de Santa Catarina.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ao Senador Raimundo Colombo, não há nenhum motivo aqui de perseguição, conforme já explicado pela Senadora.

Em votação.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com a Relatora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia, voto conhecido. Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SR^a MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco Minoria/PSDB – PA) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com a Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria foi rejeitada.

Penúltimo item.

Item nº 13.

ITEM 13**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, de 2004****– Terminativo –**

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

Autoria: Senador Demóstenes Torres

Relatoria: Senador Alvaro Dias

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações:

1 – Na reunião do dia 18/2/14, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

Em discussão a matéria.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – É simples. Propõe alteração de normas da Lei Pelé, mas essas normas já foram alteradas. Então, o projeto fica prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Com as devidas explicações, encerro a discussão.

Em votação.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Voto vencido.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Neste não, estamos conhecendo agora o voto. Com o voto conhecido agora, “sim”.

Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – O Senador Alvaro Dias, voto conhecido. Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRª MARIA DO CARMO ALVES (Bloco Minoria/DEM – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria está prejudicada.

Último item.

Item 14.

ITEM 14**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, de 2003****– Terminativo –**

Altera e acrescenta parágrafos ao artigo 2º da Lei nº 9424, de 24 de dezembro de 1996 (Dispõe sobre a aplicação e distribuição dos recursos do Fundef para erradicação do analfabetismo, a manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério).

Autoria: Senador Valdir Raupp

Relatoria: Senador Armando Monteiro

Relatório: Pela prejudicialidade.

Observações:

1 – Na reunião do dia 11/2/14, a matéria foi lida e iniciada a discussão.

Para discutir.

Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, o relatório já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Já.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Já é de conhecimento de todos. De maneira que eu posso...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – V. Exª quer apenas justificar a prejudicialidade?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Não, foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Já foi lido.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco União e Força/PTB – PE. *Fora do microfone.*) – Já foi incorporado...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Perfeito.

Então, encerro a discussão e coloco em votação.

Como vota a Senadora Ana Rita?

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Minoria/PSDB – PR) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Minoria/PSDB – SC) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senadora Maria do Carmo Alves. (*Pausa.*)

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Minoria/DEM – RN) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Armando Monteiro. Voto conhecido.

Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador João Vicente Claudino.

O SR. JOÃO VICENTE CLAUDINO (Bloco União e Força/PTB – PI) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A matéria, por unanimidade, foi prejudicada. Pela prejudicialidade.

Agradecendo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Pela ordem, Senador Armando Monteiro... Não, Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Sr. Presidente, esta Comissão aprovou na penúltima reunião um requerimento de minha autoria para fazermos uma audiência nesta Comissão, para discutirmos o futebol brasileiro e as reivindicações do Movimento Bom Senso Futebol Clube.

V. Exª já marcou essa audiência em boa hora para o próximo dia 16. Quero cumprimentar V. Exª pela celeridade.

Matéria saída, neste último sábado, no jornal *Folha de S. Paulo* prova a necessidade e a urgência dessa audiência. Não quero acreditar que a reação da CBF tenha sido uma reação à nossa iniciativa, porque me parece que é isso. O caderno de Esportes da *Folha de S. Paulo* traz uma matéria que diz o seguinte: “Para CBF, protestos ferem as regras; Bom Senso nega.” E existe aqui uma recomendação da parte da CBF para que os árbitros, no reinício do Campeonato Brasileiro de Futebol, passem a punir os clubes e os jogadores que se manifestarem ou realizarem manifestações de reação às regras draconianas e de reação ao comportamento de clubes e da CBF, que são contra, que o Bom Senso reclama, quaisquer direitos mínimos que os jogadores de futebol estão reclamando.

Sr. Presidente, essa reação despropositada por parte dessa entidade do futebol nacional, dirigida por este fiapo da ditadura militar, que é o Sr. Marin... Não há outra definição para ele: o Sr. Marin é um fiapo da ditadura militar; é o resquício da pior página da história brasileira o Sr. Marin. Lamentavelmente, o Governo brasileiro encontra-se cumpliciado com ele para realizar neste País um campeonato mundial de futebol, e não há outra definição. Esse é um tipo de reação de uma confederação de futebol dirigida por um fiapo de um regime autoritário: tentar impedir a livre manifestação de cidadãos! Eu não vou falar de jogadores de futebol. É o livre direito de manifestação de cidadãos. É isso o que eles estão tentando impedir. Isso não existe em nenhum Estado democrático de direito. Isso é direito básico, direito civil, consagrado no art. 5º da Constituição: o direito à livre manifestação. Só uma mente pequena, doentia e autoritária, vinda de um regime autoritário, repito, de um fiapo do autoritarismo, poderia tentar impedir que cidadãos quisessem manifestar-se no campo de futebol.

Então, em boa hora, Sr. Presidente, eu queria cumprimentar e fazer esse registro, de que só poderia vir de resquícios, de restos do arbítrio – a CBF lamentavelmente é isso, restos do arbítrio. Esses senhores são perpetuados no poder, conduzidos por federações corruptas. Muitas fichas dos presidentes dessas federações são estudos de casos de Código Penal. São federações que mantêm sob a direção um senhor que é resquício, fiapo, do regime militar, e só podem vir da parte deles ignomínias desse tipo: tentar impedir o livre direito de manifestação de jogadores de futebol.

Ainda bem, Sr. Presidente, que o senhor dará a esta Comissão a possibilidade, na próxima quarta-feira, se não me engano, dia 16, de termos aqui uma audiência pública com o jornalista Juca Kfoury, com representantes do Bom Senso – provavelmente será o jogador Alex –, de aqui escutarmos as reivindicações desse cidadão movimento. E eu espero que esta corrupta entidade do futebol nacional se faça presente aqui para dialogar, como se faz em um mundo democrático e civilizado: sentar à mesa para dialogar, no mundo democrático e civilizado, e que não reaja de forma arbitrária ao que os jogadores do principal esporte nacional querem reivindicar diante deles.

Desculpe-me, Sr. Presidente, pelos excessos das palavras, mas só esse tipo de reação se pode ter a um absurdo como este, que é tentar impedir o livre direito de manifestação em uma democracia. Repito: só aqueles que são fiapos do autoritarismo podem reagir desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Senador Randolfe Rodrigues, dia 16, às 10h da manhã, a reunião será realizada, e espero com a maior audiência que podemos ter aqui. Vou, inclusive, pedir, nesse dia, a vênua do nosso Senador Lindbergh para que seja transmitida ao vivo.

A reação dessa entidade vem só comprovar que o senhor está no caminho certo. V. Exª, ao fazer esse requerimento, provocou uma ira descabida. Então, veja o quanto V. Exª está no caminho certo, porque, se fosse uma coisa que não iria incomodá-los... Mas eles não vêm à mesa para discussão, e aqui é o fórum de debates.

Parabéns, e eu não fiz mais nada nesta Comissão do que agilizar.

Então, nós vamos requerer a interatividade para que todos possam participar. O senhor vai ver como haverá aqui uma audiência externa e de perguntas que vão deixar essa turma muito mais preocupada do que eles imaginam.

Parabéns a V. Exª e a esta Casa. Esta Comissão só cumpriu a vontade merecida de V. Exª de ter celeridade. Agradeço a presença de todos.

Convoco para amanhã, às 10h, reunião de audiência pública com o Ministro José Henrique Paim, com quem teremos oportunidade de discutir a educação em todos os seus segmentos: a educação fundamental, os problemas das universidades, os problemas do ensino médio.

Hoje, a reunião começou parecendo que não iria ter quórum para abertura e culminou com quórum total, para que pudéssemos votar todas as matérias terminativas.

Muito obrigado, mais uma vez, a todas as Srs. Senadoras, aos Srs. Senadores, aos colaboradores desta Comissão e aos senhores participantes.

Declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.)

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE ABRIL DE 2014.

Às dez horas e quarenta minutos do dia nove de abril de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda e com a presença dos Senhores Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, João Alberto Souza, Ana Amélia, Maria do Carmo Alves, Vanessa Grazziotin, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Cícero Lucena e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Randolfe Rodrigues, Ângela Portela, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Paulo Bauer, José Agripino, Armando Monteiro e Gim. O Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 1/2014-CE, de autoria da Senhora Senadora Ana Amélia; nº 4/2014-CE, de autoria do Senhor Senador Cristovam Buarque; e nº 7/2014-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, destinados a ouvir o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, José Henrique Paim Fernandes, sobre “As diretrizes e prioridades do Ministério da Educação para o ano de 2014”, “A situação dos estudantes da Universidade Gama Filho e do Centro Universitário da Cidade – UniverCidade” e “A atual situação das instituições de ensino superior privado e a sua fiscalização pelo MEC”. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Pedro Chaves dos Santos Filho, suplente do Senador Delcídio do Amaral; Senhor Deputado Federal Nelsinho Metalúrgico (PT/RS); Senhor Jorge Rodrigo Messias, Secretário da Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação – Seres/MEC; Senhor Romeu Caputo, Presidente do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE; Senhora Maria Beatriz Luce, Secretária da Educação Básica – SEB/MEC; Senhor Rivadavia Severo Filho, Assessor Especial do Ministro da Educação; Senhor Ivan Nunes, Consultor Jurídico do Ministro da Educação; Senhor João Paulo Bachur, Assessor Especial do Ministro da Educação; Senhora Rafaella Bandeira Cabral Cunha, Assessora do Ministro da Educação e Senhora Juliene Cabral Salviano, representante dos alunos da extinta Faculdade Gama Filho. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Educação, José Henrique Paim Fernandes. Finda a exposição do Ministro, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Ana Amélia e Cyro Miranda, autores do Requerimento, e o Senhor Senador Paulo Paim. Após as considerações finais do Senhor Ministro, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, encerra a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cyro Miranda**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Sras Senadoras e Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2014, desta Comissão, de autoria da Srª Vice-Presidente da Comissão, Senadora Ana Amélia; nº 4, de 2014, desta Comissão, também de autoria do Senador Cristovam Buarque; e nº 7, de minha autoria e da Senadora Ana Amélia, destinado a ouvir o Exmº Sr. Ministro de Estado da Educação, José Henrique Paim.

Dando início à audiência pública, solicito à nobre Senadora e Vice-Presidente desta Comissão, Ana Amélia, que acompanhe o Exmº Sr. Ministro para tomar assento à mesa.

Informo que esta audiência tem cobertura da TV Senado, Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e ainda, pela internet, www.senado.gov.br/tvcanal2.

Exmº Ministro José Henrique Paim e amigo desta Casa, é um prazer muito grande tê-lo aqui conosco. Obrigado por aceitar o nosso convite e estamos fazendo isso em acordo da época em que V. Exª nos pediu algumas semanas para que pudesse trazer já o resultado de várias ações que a sua Pasta tem desenvolvido.

Esta audiência nós combinamos que ela deve ser bem *soft*.

Bom estar aqui. Cumprimento a Senadora Ana Rita, parceira desta Comissão, sempre assídua aqui.

Hoje, como nós combinamos, o Ministro vai fazer uma exposição, e depois nós vamos para um bate-papo. Quer dizer, nós vamos interagir com o Ministro. O Ministro vai nos dizer o que nós podemos fazer. Nós vamos levar ao Ministro algumas preocupações de uma maneira bem *soft*, bem *light*. Não é porque o Ministro está ligado a um governo ou a outro que nós vamos aqui ficar fazendo algum tipo de jogo. Não! Nós temos aqui, sim, a consciência da necessidade de rumos que a educação precisa e que estão sendo tomados.

Então, com muito prazer, eu passo a palavra a S. Exª o Ministro José Henrique Paim.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Cumprimento todos que estão aqui presentes. Gostaria de cumprimentar o Senador Cyro Miranda, que é um grande parceiro do Ministério da Educação; ao longo desses anos em que eu estou no Ministério, tem apoiado muito o Ministério da Educação, seja aqui na Comissão de Educação do Senado, seja também na condição de, como foi, Relator setorial do orçamento. Naquela ocasião, demonstrou um grande espírito público, uma relação muito transparente com o Ministério e apoiou toda a construção do orçamento, que resultou num conjunto de ações que nós vamos apresentar aqui. Então, eu queria agradecer muito o convite do Senador.

Quero cumprimentar também a Senadora Ana Amélia Lemos que, além de ser minha conterrânea, também acompanha muito as ações da educação há vários anos, mesmo antes de ser Senadora. É uma satisfação também atender a esse convite, a pedido da Senadora.

A Senadora Ana Rita acompanha também de perto as questões da educação. Eu estive recentemente lá no Espírito Santo com ela, fazendo uma formatura do Pronatec, inaugurando já o prédio na Universidade Federal do Espírito Santo. É uma satisfação estar aqui.

Eu vou fazer uma apresentação bem rápida, Senador, para depois abrimos para a discussão.

Primeiro, nós temos, no âmbito do Ministério da Educação, na política educacional, já há algum tempo, insistido em quanto é importante, do ponto de vista conceitual, nós trabalharmos com uma visão sistêmica da educação. Essa visão sistêmica significa dizer que a educação brasileira, para que ela possa melhorar tanto em acesso – porque nós temos ainda alguns gargalos de acesso na educação no Brasil –, quanto em qualidade – que é o grande desafio que nós temos –, é preciso que nós tenhamos, então, um conjunto de ações, que nós falamos que vai da creche à pós-graduação. E o Ministério da Educação tem atuado nessa direção.

É importante dizer que todas essas ações são ações cujos desafios refletem, na verdade, a história da educação brasileira, a dívida educacional que o Brasil tem, o passivo que o Brasil tem na área de educação. Realmente nós precisamos recuperar o tempo perdido a partir desse trabalho que a gente vem fazendo no Ministério da Educação. Por quê? Porque o despertar para a questão educacional no Brasil foi um despertar tardio. Até que o Brasil entendesse que a educação é o passaporte, é o caminho para que a gente possa construir uma nação desenvolvida, nós demoramos muito tempo.

Eu sempre chamo a atenção para a própria criação do Ministério da Educação, que ocorreu em 1930. Então, na verdade, uma ação mais organizada, mais ordenada em torno da questão educacional começou a partir de 1930, com a criação do Ministério da Educação. E nós temos toda uma história que demonstra que, tanto em termos de investimento, quanto em termos de política, nós não tivemos realmente, por muitos anos, a prioridade necessária para que a gente pudesse atingir níveis educacionais que fossem satisfatórios.

O que nós tivemos ao longo desses anos foi exatamente personagens, pessoas importantes na educação do Brasil, que tiveram um papel importante e fizeram que a gente conseguisse avançar em algum ponto ou outro. Mas, realmente, o que nós vimos nos últimos anos, desde a Constituição de 1988, foi uma preocupação muito grande com a questão educacional – agora, sim. E recentemente este Governo tentando, então, recuperar esse tempo perdido.

Por isso, nós vamos mostrar aqui que essas ações são ações que vão da creche à pós-graduação e é importante que se tenha essa abordagem, porque existe uma relação entre educação básica, educação superior e educação profissional. São eixos todos relacionados. E, na verdade, são eles que vão fazer que o Brasil possa mudar.

Eu queria destacar também a importância que tem o Plano Nacional de Educação, porque, na educação, a gente sabe que a mudança é feita a partir de um processo, e é fundamental que o Brasil tenha um planejamento para que isso ocorra. E a aprovação do PNE é muito importante; já passou por esta Casa.

Nós queremos que, agora, na Câmara – hoje está prevista a votação –, haja essa votação também do Plano Nacional de Educação, para que a gente possa avançar e, a partir do Plano Nacional de Educação, ter um

horizonte para os próximos dez anos, para que o Brasil possa alcançar todas as metas que estão lá previstas. É exatamente nessa direção que nós estamos falando.

Na questão das creches, o que tem ocorrido? Nós avançamos muito. A nossa taxa de atendimento, pelo Censo do IBGE, é de 23,6%, saindo de 9,4%. Em dez anos, nós conseguimos avançar muito. Também os dados da PNAD demonstram essa evolução, mas, aqui, estamos falando do Censo do IBGE.

Quero destacar um dado importante: a taxa de atendimento em creches que atendem crianças de 0 a 3 anos, considerando o estrato dos 20% mais ricos, é de 36%. Se eu considerar os 20% mais pobres, essa taxa é de 12,2%. Então, a política de atendimento na creche e de expansão e construção de escolas e de creches públicas, na verdade, também combate a desigualdade. Sabemos o quanto é importante para uma criança frequentar a creche para que ela tenha mais chances de concluir a educação básica e de fazer um itinerário formativo que possa levá-la, inclusive, à formação profissional e à educação superior.

Então, a essência dessa política de creches é exatamente a de combater a desigualdade existente, é exatamente a de diminuir essa diferença. O PNE vai na direção de que, nos próximos dez anos, haja um atendimento de 50% das crianças de 0 a 3 anos. Mas é importante que a gente dê ênfase às camadas mais pobres. Por isso, estamos investindo na construção de creches.

Na pré-escola, há o mesmo cenário também. Para vocês terem uma ideia, há um crescimento importante, com um atendimento de 80,1%. E, se observamos a camada da população mais rica e a mais pobre, veremos que também há uma diferença expressiva.

Por isso, a nossa política e a meta que a Presidenta Dilma estabeleceu de construção de seis mil creches e pré-escolas vão nessa direção. Precisamos construir mais creches, para que possamos reduzir a desigualdade. Por quê? Porque, quanto ao atendimento dessas crianças, a prioridade que o Ministério da Educação tem dado a essas seis mil creches se dá exatamente onde há mais necessidade, nas camadas mais pobres. Se juntamos a isso a ação Brasil Carinhoso, que justamente coloca recursos adicionais ao Fundeb naquelas creches onde há mais de 50% de matrículas de crianças oriundas do Bolsa Família, estamos fazendo também uma política de melhoria e de redução da desigualdade.

Temos feito um esforço grande. O País, o Ministério da Educação e os Municípios não estavam acostumados a executar obras de construção de creches no País. Então, o esforço é muito grande. Há 5.534 creches já contratadas. Vamos contratar, neste ano, mais mil creches pelo menos. Qual o esforço que está sendo feito? Hoje, 4.481 creches e pré-escolas estão sendo construídas ou já estão concluídas no período de 2011 a 2014. Então, há um esforço muito grande do Brasil no sentido de construir essas creches.

Mostramos também os dados referentes a matrículas. Houve um crescimento de 72% de matrículas em creches de 2007 a 2013, o que demonstra justamente esse esforço que o Brasil tem feito na busca da evolução e da ampliação de matrículas em creches, o que é o ponto mais importante, porque a desigualdade educacional começa exatamente na educação infantil. Quem faz a educação infantil tem mais chance de concluir a educação básica. Por isso, essa prioridade é importante.

O Senador Paim está chegando aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Chegou o seu primo.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – O Senador Paim é meu amigo, mas não é meu parente. Sempre digo que eu gostaria muito que ele o fosse.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não é nepotismo, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E eu trouxe um reforço aqui, que é o Deputado Estadual Nelsinho Metalúrgico.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Está bom!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele disse: “Com dois Paim, sou obrigado a estar lá também.” Ele veio para cá. É o Deputado Estadual pelo PT do Rio Grande do Sul Nelsinho Metalúrgico.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Seja bem-vindo!

Outra ação importante que tem a ver também com a preocupação de reduzir a desigualdade e de permitir que as crianças tenham mais chance de concluir a educação básica é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Esse é um dos maiores problemas que o Brasil tem. Nós, ao longo desses anos, detectamos esse problema da alfabetização, crianças que não conseguem se alfabetizar até os 8 anos, nós temos números dados pelo IBGE, demonstrando que, em alguns Estados, esse número chega a 35% das crianças que não estão se alfabetizando até os 8 anos.

Então, tivemos que fazer um grande programa que acaba corrigindo alguns problemas que nós temos, tanto de gestão pedagógica, em relação à questão da alfabetização, como o professor conduz uma turma de alfabetização, como o diretor da escola prioriza a questão da alfabetização na escola, até a própria formação do professor, porque, na verdade, quando nós estamos fazendo um programa como esse, em que há 314 mil

professores hoje fazendo formação continuada em alfabetização, nós estamos corrigindo um problema que aconteceu lá atrás da formação inicial desse professor.

Então, esse professor, hoje, recebe uma orientação e uma formação nas melhores universidades públicas do País, são mais de 40 universidades federais envolvidas nessa formação, e, a cada mês – isso é um aspecto importante –, esse alfabetizador encaminha ao Ministério da Educação, passando pelo diretor da escola, pelo coordenador do programa, pelo secretário municipal de educação, um relatório do andamento da sua turma.

Então, o Ministério da Educação hoje sabe qual é o andamento que há em todas as turmas de alfabetização do País: quantas crianças estão lendo, quantas crianças conseguem escrever o nome, qual é o grau de evolução de cada uma dessas crianças; e, aí, a partir da avaliação que nós fizemos no ano passado, que conseguimos fazer de forma universal, com cada escola de educação básica nas turmas de alfabetização do terceiro ano, fazer uma avaliação dessas crianças, para ver qual é a situação delas em termos de alfabetização.

Nós fizemos a Prova Brasil da alfabetização. Então, nesse ano, nós vamos ter os dados para saber qual o progresso de cada uma dessas turmas, qual o progresso de cada uma dessas crianças, para que, no próximo ano, neste ano, na verdade, nós tenhamos a nova avaliação e possamos, então, comparar qual o grau de evolução dessas turmas. Com isso, nós vamos conseguir verificar se nós vamos atingir a meta de fazer com que todas as crianças se alfabetizem até os 8 anos de idade. Vamos fazer essa correção de rumo, e vai ser um instrumento importante para que a rede possa direcionar todo o seu trabalho em torno da alfabetização. Então, esse é um grande esforço, e nós estamos falando de 314 mil alfabetizadores, isso é fundamental para todo o Brasil.

Além disso, nós estamos encaminhando material didático específico. Nós alteramos o programa do livro didático, fazendo com que o material fosse um material por ciclo de alfabetização, que, na verdade, envolvesse todos os três anos da alfabetização numa coleção única, para que não houvesse também descontinuidade na escolha pelo professor, pela escola do material de alfabetização, porque, muitas vezes, no primeiro ano, é escolhido um material, no segundo ano, outro, e isso é um trabalho que foi feito, que é muito importante. Além disso, um conjunto de materiais de apoio, livros de literatura, cantinhos de leitura em cada sala de aula. Todas as turmas de alfabetização receberam, a partir do Programa Nacional Biblioteca na Escola, material específico, jogos e tecnologias educacionais, para que a gente pudesse avançar na questão da alfabetização. E as avaliações de que eu já falei aqui que a gente vem fazendo. Então, é uma ação muito importante e fundamental.

Outra questão que eu gostaria de destacar é o esforço que o Brasil está fazendo em torno da ampliação da jornada, especialmente no ensino fundamental e também no ensino médio, que a gente vai falar um pouquinho mais adiante. No ensino fundamental, a partir do Programa Mais Educação – Tempo Integral, o que a gente tem feito é incentivar as escolas, as secretarias municipais de educação e algumas secretarias estaduais de educação, para que nós possamos, mesmo considerando a estrutura que nós temos da escola existente, conseguir fazer uma ampliação de jornada, fazer com que estudantes daquela escola possam ter uma jornada igual ou superior a sete horas. Esse esforço vem sendo feito há algum tempo.

Nós temos uma grande satisfação, inclusive eu escrevi um artigo na *Folha de São Paulo* sobre isso, quando nós divulgamos os dados do censo da educação básica de 2013, demonstrando que, no período 2010 a 2013, nós tivemos um crescimento de 139% nas matrículas com jornada igual ou superior a 7 horas em todo o País. Só do ano de 2012 para 2013, o crescimento foi de 45% e, mais importante, praticamente todo esse crescimento que ocorreu foi na educação básica nas escolas públicas de todo o Brasil.

Esse foi um avanço importante, que eu gostaria de destacar. E vocês vão perguntar: “Como se afere esse crescimento de matrículas?” Nós temos um censo da educação básica por aluno. Então, todo ano a escola cadastra aluno por aluno, com todas as informações, o nome do pai, o nome da mãe, o endereço da criança. Todos esses dados são atualizados anualmente. A partir desses dados cada escola entra e diz que ampliou a jornada daquele aluno. Isso é um aspecto muito importante, porque nos dá segurança em relação a essas informações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem, Presidente. Somente para não perder a oportunidade, Ministro, esse crescimento é compartilhado em todas as regiões do País? Porque média nacional não reflete às vezes a realidade de uma Região, seja a do Sul, a do Centro-Oeste, a do Nordeste, a do Norte.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Sim. Nós temos alguns Estados em que talvez a gente não tenha esse crescimento, porque isso é uma média, mas verificamos que em todo o Brasil há um esforço significativo de crescimento em todas as regiões do País. Talvez uma região ou outra não tenha tido um crescimento de forma significativa, mas houve crescimento em todos os Estados do País nas matrículas em tempo integral, num esforço grande que tem sido feito.

O Ministério da Educação coloca R\$ 2 bilhões por ano nesse programa, tanto em recursos para alimentação escolar, como em recursos para a própria escola, para que ela possa se preparar para isso. Nós temos um orgulho muito grande em dizer que avançamos muito. Para os senhores terem uma ideia, tínhamos, em 2010, 3% das matrículas em educação em tempo integral. Com esse último dado, chegamos a 12%. O Plano

Nacional de Educação já estabelece que temos de chegar a 25% das matrículas. Então, nos próximos dez anos temos de mais que dobrar esse total. Pelo prazo que levamos, pelo tempo que levamos, acreditamos que seja factível cumprirmos essa meta do Plano Nacional de Educação e até crescermos um pouco mais, em função desses resultados que tivemos. Então, essa é uma informação importante.

No ensino fundamental, ainda, estamos vendo os dados do Ideb, só para ilustração. Vamos ter, este ano, a divulgação do Ideb de 2013, demonstrando que o Brasil tem melhorado do ponto de vista da qualidade, porque o Ideb, na verdade, é uma composição entre proficiência em português e matemática e o fluxo, ou seja, a questão da aprovação e da reprovação do aluno na escola. Essa composição nos dá o Ideb. O que a gente tem observado é essa melhoria, especialmente nos anos iniciais. Os anos iniciais têm tido essa estabilidade. Dados recentes, por exemplo, do Saresp, em São Paulo, demonstram que, dos anos iniciais, nós estamos evoluindo mesmo, do ponto de vista da qualidade. Estamos bem encaminhados, em relação aos anos iniciais, e essa ação da alfabetização na idade certa vai ajudar muito a que a gente cresça ainda mais, do ponto de vista da qualidade dos anos iniciais.

Qual é a questão que envolve os anos finais e que envolve também o ensino médio? Quando nós passamos dos anos iniciais para os anos finais, nós temos como coincidência o que a gente chama de “conteúdo interdisciplinar”. Geralmente, nesse caso, as aulas começam a ocorrer com mais de uma disciplina e com mais professores. O grau de complexidade é muito maior. Existe um aspecto importante, porque, quando entramos no interdisciplinar, exige uma formação de professor também muito mais complexa, muito mais detalhada, que é exatamente onde queremos nos debruçar. O grande desafio do Brasil hoje é como tratar essa questão interdisciplinar, como podemos tratar esse conjunto de disciplinas, tanto dos anos finais do ensino fundamental quanto na questão do ensino médio, porque aqui eu tenho o desafio que é a questão do professor dando aula, sem, muitas vezes, ter a formação adequada. Por exemplo: um professor formado em Pedagogia dando aula de Física. Então, são pontos que a gente vem tratando e que vou discutir aqui mais à frente.

É importante dizer que existe uma unanimidade no Brasil de que a gente precisa melhorar o ensino médio. Não é uma novidade esse diagnóstico. Só que o nosso problema no ensino médio, na realidade, é um problema de qualidade, mas ainda é um problema de inclusão. Nós temos cumprido a meta de qualidade do ensino médio, sem dúvida. Agora, nós precisamos avançar mais em termos de qualidade e, para isso, precisamos, obviamente, de um esforço muito grande do País e um esforço que já vem sendo empreendido. É importante destacar que, em relação ao ensino médio, há um esforço muito grande de inclusão.

O Brasil foi um dos países que mais incluíram na educação básica. Se pegarmos os dados da OCDE, vamos ver que talvez, no último resultado que tivemos, o Brasil foi o segundo país que mais incluiu, só perdendo para o Paquistão, em termos de inclusão, nos últimos dez anos.

Se nós pegarmos de 1997 para cá, tivemos uma inclusão de quase cinco milhões de alunos no ensino médio. Fazer essa inclusão com qualidade é o grande desafio que a gente tem. Precisamos avançar mais ainda em inclusão.

É importante dizer o seguinte também: ao longo desses anos, temos feito um esforço grande em relação ao ensino médio de pelo menos fazer com que a assistência, o financiamento, o atendimento à escola fosse equiparado ao atendimento que nós tínhamos no ensino fundamental.

Somente em 2008, nós conseguimos fazer com que programas como Dinheiro Direto na Escola, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa Nacional do Livro Didático, Programa Nacional Biblioteca na Escola, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar fossem estendidos ao ensino médio e que as políticas do modelo padrão nosso de financiamento da educação básica no Brasil fosse também estendido para o ensino médio a partir do Fundeb.

No caso do Fundeb, ele começou a ser pleno a partir de 2011, porque teve uma fase de implantação, que levou quatro anos, com a complementação da União parcial e as matrículas parciais sendo incluídas no ensino médio da educação infantil.

Então, só conseguimos entrar num pleno financiamento do ensino médio a partir de 2011, no Fundeb, e, no salário-educação, a partir de 2008, que nós conseguimos incluir...

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Ministro, permita só um aparte. Ainda é no ensino médio que há a maior evasão?

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Nós temos a maior evasão no ensino médio, a maior reprovação é no ensino médio, é onde nós temos os maiores problemas no Brasil. O nosso grande desafio no Brasil é a questão do ensino médio, porque isso tem como reflexo a questão da formação de professores, a questão da inclusão, tudo isso reflete no ensino médio, onde nós temos os maiores gargalos do País, e nós vamos abordar isso agora.

O que o Ministério vem fazendo em relação à questão do ensino médio? Primeiro, a partir dessa parceria com os Estados e com as escolas, fazendo com que, a partir do Ensino Médio Inovador, que é uma ação que pactuamos com os Estados, que algumas escolas desses Estados pudessem, com o financiamento do MEC, implantar metodologias inovadoras em torno da questão do ensino médio.

O que significam essas metodologias inovadoras? Fazer com que a escola, o Estado possa implementar currículos diferenciados para o ensino médio, levantando algumas questões que estão sendo tratadas pelo Ministério da Educação, agora de forma global, com as secretarias estaduais de Educação, para que possamos construir um redesenho curricular, pactuado com essas secretarias.

O Ensino Médio Inovador foi exatamente o embrião para que a gente pudesse fazer essa discussão curricular do ensino médio. Então, nós temos, hoje, um conjunto de escolas que estão fazendo a implantação de novos currículos, de novas metodologias para o ensino médio, e isso é muito importante para o País. Nós temos 5 mil escolas – queremos chegar a 10 mil escolas neste ano – que estão fazendo este trabalho: um currículo com, por exemplo, ênfase em algumas áreas; um currículo que envolva também a integração com a educação profissional, currículos que trabalhem a relação com a comunidade, uma série de trabalhos estão sendo feitos nessa direção.

Recentemente, em São Paulo – não sei se o nosso Presidente chegou a participar daquela discussão –, o James Heckman esteve aqui, discutindo habilidades socioemocionais. Nós temos as competências cognitivas, que são muito importantes, mas temos as não cognitivas também. E algumas escolas estão trabalhando essas questões, como, por exemplo, a perseverança, o controle emocional, uma série de aspectos importantes que estão inseridos nos valores que a família e a escola passam. Algumas escolas, hoje, estão trabalhando isso diretamente.

Nós já temos, no Rio de Janeiro, escolas que estão no Ensino Médio Inovador e, a partir dele, começaram a discutir essa discussão, por exemplo, das habilidades socioemocionais no ensino médio. Então, estou dando um exemplo dessa porta que foi aberta a partir do Ensino Médio Inovador com os Estados. Isso tem ocorrido já em um conjunto de escolas.

E, a partir dessa experiência do Ensino Médio Inovador, nós passamos a construir o que chamamos de Pacto Nacional pelo Ensino Médio. Esse pacto começa pela questão da formação de professores nos mesmos moldes que estamos fazendo na alfabetização, ou seja, fazer com que os professores – nós somos em torno de 600 mil professores no ensino médio; alguns atuam no ensino médio e nos anos finais do ensino fundamental – tenham uma formação adequada para o ensino médio e uma orientação de como conduzir as suas turmas, já trabalhando a partir de áreas de conhecimento, trabalhando muito bem essa questão de como fazer com que o jovem consiga permanecer mais no ensino médio. Porque sabemos que, por exemplo, no primeiro ano do ensino médio, 30% – esse é o número que temos de 2012 – dos estudantes são reprovados.

Então, a evasão está relacionada a isso: se ele é reprovado, sai da escola, gera abandono, gera evasão. Então, isso tem que ser trabalhado e fazer com que, no ensino médio, tenhamos um currículo e um projeto pedagógico da escola que façam com que ele permaneça na escola e consiga adquirir os conhecimentos necessários.

Obviamente que, em relação ao ensino médio, nós estamos trabalhando nessa pactuação. Hoje, a maior parte dos Estados já fez a adesão. E nós queremos avançar mais ainda em relação à questão do ensino médio.

Eu vou falar mais adiante um aspecto importante, para que possamos avançar... A Câmara criou uma comissão especial para discutir a questão do ensino médio, um projeto de lei. Nós queremos participar desse debate e propor também algumas alterações para que possamos avançar e conseguir cumprir esse grande desafio do ensino médio. Mas, neste momento, pelo menos 25 Estados já fizeram a sua adesão e outros Estados – seis, pelo menos, até o último momento, pela informação que tive – já começaram a trabalhar nessa direção do Pacto Nacional pelo Ensino Médio.

Eu vou falar aqui ainda de uma questão importante, que é exatamente a inclusão. Quer dizer, nós temos que avançar na qualidade, no acesso à educação, mas temos que ter um olhar específico para a questão da inclusão.

Uma parte importante – há outras questões que não vou abordar aqui – é exatamente a educação no campo. Temos o Pronacampo, que vem trabalhando nessa direção, envolvendo a gestão, envolvendo formação de professores, envolvendo material didático específico – nós criamos um livro específico para a educação no campo dentro da programação do livro didático, que é importante, é uma novidade importante – e a melhoria da infraestrutura.

Nós vimos aquela matéria no Fantástico sobre as escolas no campo e a nossa realidade. Eu, inclusive, dei uma entrevista para o Fantástico, porque nós chamamos aqueles Municípios que apareceram na matéria para entender o que estava ocorrendo. Nós vimos que há um conjunto de apoio dos Ministérios para aqueles Mu-

nícipios, mas o apoio não foi suficiente para que aquelas escolas que ainda estão sendo trabalhadas tenham melhoria.

E nós temos uma questão importante no campo, que é exatamente o dilema entre manter a escola próxima da comunidade e ter uma escola de qualidade.

Então, esse é um grande dilema que temos de cumprir. Ao mesmo tempo em que respeitamos e sabemos que a comunidade tem de ser ouvida, para qualquer mudança que ocorrer na questão da educação no campo – e o Congresso aprovou recentemente, nesta Comissão, uma alteração na LDB, dizendo que, para fechar uma escola, tem de ser ouvida a comunidade, têm de ser ouvidos o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Estadual de Educação –, nós sabemos também que muitas vezes a quantidade grande de escolas não permite que o gestor faça com que aquela escola seja de qualidade.

Então, esse é um dilema que temos de enfrentar. E nós o estamos enfrentando na medida do possível, seja com o apoio direto para a Secretaria Municipal de Educação, seja com o apoio direto para a escola, para que essa possa fazer as pequenas melhorias, desde a instalação de água até uma pequena reforma, uma pequena melhoria, para que se tenha um ambiente melhor de educação no campo também.

Precisamos aproximar as condições de infraestrutura que há na cidade às do campo, e esse é um desafio permanente do Ministério da Educação.

Aqui, é a quantidade de obras que temos apoiado, financiado, para a melhoria das escolas do campo: 1.447. Se considerarmos o número de escolas que temos, verificamos que é pequeno, mas, se formos ver a evolução... Tínhamos de fazer um esforço muito grande, porque essas escolas tinham o problema de dominialidade. Muitas vezes o Ministério não precisava financiar, e tínhamos de alterar a legislação de apoio financeiro do Ministério da Educação, para poder apoiar a construção dessas escolas.

Hoje há mais de 30 mil escolas apoiadas com recurso do Dinheiro Direto na Escola, para que haja alguma melhoria nessa questão de infraestrutura no campo.

A questão da alfabetização de adultos e da educação de jovens e adultos é um desafio que o Brasil ainda tem. E, lá atrás, quando falamos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, vamos ver o quê? O esforço que o Brasil tem feito, nos últimos anos, é exatamente o de fechar a torneira do analfabetismo. Então, se formos ver, na faixa de 15 a 29 anos estamos reduzindo; praticamente não há hoje analfabetos. Então, o Brasil resolveu, fechou a torneira.

O nosso problema está onde? Se olharmos na faixa de 30 a 49 anos, também há uma redução. Agora, se formos ver a faixa de 50 anos ou mais, ela revela exatamente a história, o passivo, a dívida educacional que o Brasil tem. E, para chegar a essas pessoas, não é só uma questão educacional. Isso envolve outros aspectos, inclusive de saúde, porque a pessoa precisa de óculos para estudar, precisa de uma série de questões, e temos feito esforço com os Estados e Municípios para avançar. Mas eu diria que é um desafio importante que o Brasil tem, ainda, na questão da alfabetização.

A educação de jovens e adultos também é outro desafio. Nós estamos vendo o quê? Uma redução de matrículas na educação de jovens e adultos. Essa redução de matrícula é uma questão que nos preocupa muito.

O que estamos discutindo neste momento? E a oportunidade de discutir um projeto de lei do ensino médio talvez vá trazer também um momento em que possamos refletir na educação de jovens e adultos no ensino médio. É exatamente como construímos um projeto de educação de jovens e adultos, que atraia esses jovens e adultos para voltar a estudar, porque também sabemos que, lá atrás, nessa questão da alfabetização, o grande problema é que o Brasil passou por várias campanhas de alfabetização de adultos, como o Mobral e várias outras, e a consequência foi qual? Nós não conseguimos ter o resultado que queríamos, especialmente porque, se eu alfabetizar o adulto e ele não tiver continuidade na Educação de Jovens e Adultos, com certeza ele voltará para o problema dele de alfabetização.

Então, se não houver uma educação de jovens e adultos estruturada, não adianta todo o esforço que faço de levar o adulto para a alfabetização, se não consigo fazer com que ele tenha continuidade na Educação de Jovens e Adultos.

Então, acho que o Brasil vai ter de se debruçar fortemente nessa questão, e nós estamos trabalhando nessa direção. E, no ensino médio, aproveitando o projeto de lei que está sendo discutido na Câmara e que virá para o Congresso, de melhoria do ensino médio, queremos também discutir essa questão da educação de jovens e adultos.

Bem, a educação profissional, na realidade, pode ser também a saída tanto para a questão do ensino médio, quanto para a questão da educação de jovens e adultos. Nós sabemos que, quanto à educação profissional, o Brasil tem a situação, comparando-o a outros países, de tê-la relegado a segundo plano por muitos anos. Então, nós demos muita importância para a questão da educação superior, que tem crescido muito nos últimos anos, e acabamos deixando de lado essa questão.

Então, vamos ver países da Alemanha, por exemplo, onde mais de 50% dos estudantes do ensino médio hoje cursam educação profissional para o ensino médio. No Brasil, nós tínhamos algo em torno de 3%, hoje, está em torno de 8%, e nós queremos avançar mais com o ensino médio integrado, mas é importante que possamos oferecer cada vez mais oportunidades na educação profissional, integrada ao ensino médio, concomitante, subsequente, para que possamos avançar na formação de educação profissional no País.

E aqui temos um grande esforço que está sendo feito a partir do Pronatec, que é um programa que trabalha todas as questões envolvendo a educação profissional, a formação profissional no Brasil.

E esse programa, na verdade, envolve um conjunto de ações. O que nós temos? Temos a expansão da rede federal. É um esforço que temos feito, gigantesco, em termos de criação de novas unidades de educação profissional em todo o País, com a nossa rede federal em todo o País, com a nossa rede federal, com os institutos federais.

Nós saímos de 140 unidades em 2002 e vamos chegar até o final de 2014 com 562 unidades. São 214 unidades no governo do Presidente Lula e 208 no Governo da Presidenta Dilma, sendo que nós já temos 152 unidades já em funcionamento na rede federal. Esse é um esforço importante que está sendo feito...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me apenas uma contribuição, que não é minha. É uma pergunta a V. Ex^a.

O número de alunos que envolvemos hoje, é possível ter esse número?

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Sim. No caso da rede federal, já chegamos a um total de 1 milhão de matrículas. Se eu considerar todas as modalidades oferecidas pelos institutos federais. Houve um crescimento muito grande de matrículas nos últimos anos na rede federal.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu perguntei, porque houve uma atividade na Ulbra, em Canoas – e eu recebi até uma homenagem do MEC pelo meu trabalho no ensino técnico – e lá um representante do MEC dizia que nós rapidamente iríamos chegar a 1 milhão.

Então, já chegamos a 1 milhão?

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Sim, já chegamos a 1 milhão.

Então, o que é o Pronatec? É uma sistematização de todas as ações de educação profissional, no sentido de fazer com que nós tenhamos a reunião de todos os ofertantes de educação profissional que tenham qualidade, com universidades federais que têm as suas escolas técnicas; os institutos federais; as escolas e redes estaduais de educação profissional; o Sistema S, o Senai, o Senac, o Senar, o Senat, que são instituições que têm tradição na educação profissional, juntamos todas esses ofertantes de educação profissional, fizemos um grande investimento. Até 2014, vamos investir R\$14 bilhões, para que tenhamos uma ampliação de vagas até o final do ano de 2014, chegando a 8 milhões de vagas. Nós já chegamos a 6,2 milhões de matrículas, em 3.800 Municípios.

Então, esse arranjo do Pronatec foi uma grande invenção nossa para que pudéssemos expandir essa questão das matrículas de educação profissional em todo o Brasil. Exatamente reunindo todo esse esforço que existe de formação no País, fazendo com que a educação profissional pudesse chegar em vários Municípios ao mesmo tempo. Até o final desse ano, queremos chegar a mais de 4 mil Municípios.

Então, todas essas ações, o Brasil Profissionalizado, e-Tec, Educação à distância, o acordo do Sistema S, a rede federal, o Bolsa Formação, tudo isso para que chegássemos aqui a 6,2 milhões de matrículas.

É um esforço gigantesco que estamos fazendo.

Na educação superior, vocês vão ver aqui a evolução das matrículas. O País tem feito um esforço muito grande, de 2003 para cá, no crescimento de matrículas. Temos dados até 2012, na metade do ano teremos até 2013. Mas vocês vão ver aqui esse esforço que está sendo feito, que é muito grande, seja na rede pública, que tem crescido bastante, seja na rede privada.

E esse esforço todo, na verdade resulta da expansão da rede federal, desse crescimento que tivemos também na rede federal. Chegamos também a 1 milhão de educação superior na rede federal. Quase dobramos esse número de 2013 para cá e com a implantação de novos *campi*. O Senado sabe o quanto é importante a chegada de uma instituição de ensino superior, de uma universidade pública federal no interior do Brasil, o quanto representa isso.

Eu estou aqui, na minha equipe que eu trouxe – eu não apresentei todos aqui –, com a Prof^a Maria Beatriz Luce, que foi reitora da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e que é a nossa nova Secretária da Educação Básica. Ela implantou a Universidade Federal do Pampa e viu o quanto aqueles Municípios, aqueles dez *campi*, quanto cada uma daquelas cidades mudaram a partir da implantação dessas instituições. (*Palmas.*)

Então, essa questão da interiorização é um aspecto muito importante da expansão da rede federal das universidades.

Temos o ProUni, que foi o início de tudo, em termos de inclusão. E nós temos a Lei de Cotas para as universidades federais, da qual a Senadora Ana Rita inclusive foi Relatora. E essa alteração toda, no sentido de ter

uma política afirmativa de inclusão, não só de estudantes de escola pública, mas também racial proporcional à população de cada Estado, começou como? Começou a partir do ProUni, que abriu, desbravou essa questão da inclusão de estudantes de escolas públicas, de negros, de índios. E nós já temos aqui 1.273.000 bolsas do ProUni ocupadas em todo País – bolsas parciais e bolsas integrais. Então, esse foi um aspecto muito importante.

O Fies foi uma mudança importante que nós fizemos a partir de 2010 e que resultou hoje na nova fronteira de expansão da educação superior. Nós chegamos a um determinado ponto, na educação superior, com esses 7 milhões de matrículas – e o Plano Nacional de Educação aponta para que nós tenhamos um crescimento muito importante na Meta 12 de expansão da educação superior –, que só vai ser cumprido porque, cada vez mais, quem está ingressando na universidade é a população de baixa renda.

Então, se eu não tiver ação governamental, seja através do ProUni, seja através do Fies, essa população não vai conseguir ingressar numa universidade, ou vai ingressar e não vai conseguir se manter. Então, o apoio governamental passou a ser um passo decisivo, seja através da expansão pública, com as cotas, seja através do ProUni, seja através do Fies, nós precisamos criar as condições para que essa população mais pobre possa ascender, porque nós sabemos que a educação é a porta para promoção social dessas camadas mais pobres, e nós precisamos dar essa oportunidade.

E o Fies, nós saímos aqui de 76 mil contratos – nós tínhamos antes, com o modelo antigo do Fies, 30 mil contratos/ano – para 500 mil contratos no ano passado. Neste ano, devemos chegar também a 500 mil, e já estamos com mais de 1,5 milhão de contratos concedidos pelo Governo Federal. Então, isso demonstra exatamente esse esforço que a gente está fazendo em torno da questão da educação superior – um esforço gigantesco.

Obviamente que isso tem um custo para o Governo Federal, porque ele tem que bancar esse subsídio, porque uma taxa de juros de 3,4% ao ano, considerando-se a taxa Selic, tem um subsídio governamental envolvido. Financiar 100% das ações, o fundo garantidor também, que quebrou um paradigma porque permite que o estudante que não tem fiador possa fazer o Fies, tudo isso são ações que, na verdade, envolvem, por trás disso, um grande esforço do Governo Federal, um grande subsídio do Governo Federal, para que a gente pudesse chegar a isso.

E há uma ênfase, claro, na licenciatura e na medicina. Os estudantes que fazem medicina e que fazem licenciatura, se eles forem para a rede pública de saúde e de educação, não vão pagar esse curso na medida em que eles forem prestando serviço público ao longo dos anos, para abater todo esse recurso, amortizar essa parcela.

Há o Proies, que já passou aqui pela Casa e agora está na Câmara, que é importante também, porque algumas instituições, como, por exemplo, a Ulbra, estão conseguindo se viabilizar das dificuldades que vem passando exatamente porque nós fizemos um refinanciamento de dívida diferenciado para as instituições de ensino superior, permitindo que elas pudessem trocar essa dívida por bolsa. Isso vai fazer com que nós tenhamos, no futuro, um crescimento do ProUni, porque todas essas bolsas do Proies vão para o ProUni. Então, nós temos uma grande expectativa que, a partir do Proies, desse refinanciamento, a gente possa fazer isso.

Entrando na pós-graduação, nós temos um desafio importante, que é o Ciência sem Fronteiras, que é um programa que a Presidenta criou, foi a mentora desse programa, e nós chegamos a 60 mil bolsas concedidas. Queremos chegar a 100 mil. A parte pública, que são 75 mil bolsas, já está garantida com as últimas concessões que nós estamos fazendo. Mas nós estamos fazendo um esforço grande para que a gente chegue a cem mil bolsas concedidas ainda este ano, em todo o Brasil. Isso representa, na verdade, um ponto importante, porque qual é o desafio da educação superior no Brasil, além do acesso, além da questão da qualidade? Vou falar mais adiante sobre o Insaes – está aqui o Secretário da Regulação, o Messias –, mas um desafio importante que a gente tem é exatamente a internacionalização da educação superior brasileira, é fazer com que as nossas universidades, as universidades que são referência, possam se transformar em universidades de classe mundial. Para que isso ocorra no Brasil, para que a gente possa aumentar, inclusive, a nossa produção científica internacional, é fundamental que a gente possa mandar cada vez mais estudantes ao exterior. No futuro, estamos, na verdade, plantando uma semente para que o Brasil possa avançar em termos de internacionalização. Esse é um ponto fundamental e essa política tem sido elogiada por todos os países do mundo como uma política fundamental de cooperação do Brasil com o exterior.

Outro aspecto que eu gostaria de abordar é a questão da formação de professores. Estou encerrando aqui, Senador, mas eu queria destacar um ponto importante. Se nós considerarmos a questão dos programas todos que temos na área de formação – e posso destacar alguns aqui: a Universidade Aberta do Brasil, a expansão da rede federal, o ProUni, o Fies –, são programas que permitem que professores da educação básica possam fazer uma segunda licenciatura ou possam fazer a licenciatura que não fizeram anteriormente e se capacitarem para atender melhor a nossos estudantes. No Censo da Educação Básica de 2012 e no Censo da Educação Superior de 2012, temos hoje no sistema 268 mil professores, quase 269 mil professores, fazendo um curso superior. Hoje eu tenho condições. Como os dois censos são por aluno, e é um cadastro, cruzando

esses dois, em 2012, havia quase 270 mil professores fazendo um curso superior. Desses, 83,5% fazendo curso de licenciatura. Isso demonstra o quê? Que todo esforço que a gente tem feito de acesso à educação superior está relacionado também à questão da formação dos professores. Estamos avançando na formação dos professores em função daquelas oportunidades todas que estamos dando.

Aí temos a Universidade Aberta do Brasil, que tem um conjunto de polos e também tem um papel importante na interiorização da educação superior no Brasil. Boa parte disso é para a formação de professores. Algumas ações da Capes, como o Parfor, com mais de 70 mil professores matriculados; o Pibid, que tem um papel importante, que é exatamente a questão da iniciação à docência, fazendo com que o estudante que está cursando hoje consiga ter uma aproximação a mais com a escola, e, a aproximação com a escola estimule o interesse dele em dar aula e faça com que o aprendizado dele seja voltado para ensinar. Nesse programa hoje já temos 90 mil bolsas, ou seja, 90 mil estudantes fazendo o programa de iniciação à docência, com resultados muito positivos em torno dessa questão da formação dos professores, que é exatamente o grande desafio que temos hoje na formação de professores: fazer com que essa formação de professores seja voltada para a aprendizagem, voltada para fazer com que o estudante tenha o benefício da formação do professor, para que, no futuro, ele não precise ter programas de formação continuada que tenham que corrigir essa formação inicial.

Então, o Pibid é um programa que vai exatamente nessa direção, para que aqueles que estão ingressando na carreira pública do magistério tenham já essa formação, tenham esse contato já na sua formação com a escola, cada vez mais forte.

Eu queria dizer, antes de entrar na questão da regulação, da transferência assistida e falar um pouco sobre o caso da Gama Filho, que o que estamos construindo na educação hoje, considerando toda essa dívida, toda essa história que temos que recuperar, o tempo perdido que estamos recuperando, na verdade, o que a gente tem dito é que estamos querendo fazer com que, cada vez mais, a gente tenha oportunidades para o Brasil, seja na educação profissional, seja na educação superior, de modo que o jovem, aquele que faz o Enem, que está em busca de uma oportunidade – é claro que o Enem não existe só para a questão do acesso, ele tem um papel importante também em relação à questão do currículo, ao processo pedagógico como um todo. Ele reflete diretamente no processo pedagógico. E esse é um efeito importante que o Enem tem, mas, sem dúvida alguma, ele é uma porta de acesso. Então, nós queremos fazer com que esse jovem ou que esse adulto que faz o Enem tenha um conjunto de oportunidades que vai desde a educação profissional – Pronatec, Sisutec, que a gente tem lançado, que é o ensino técnico subsequente –, até o estudante que chega ao Ciência sem Fronteiras.

Então, o aspecto fundamental da nossa política é essa questão das oportunidades que nós construindo com esse caminho da educação.

Bom, dentro do convite que eu recebi, havia uma preocupação com essa questão da Gama Filho, da transferência assistida, que foi um processo novo que o Ministério da Educação empreendeu. Então, eu queria rapidamente passar para vocês alguns aspectos. Este processo está aqui. O Messias, que todos aqui conhecem. Está aqui o Romeu, que é o Presidente do FNDE, que é bastante conhecido já de todos aqui, porque trabalhou na Secretaria de Educação Básica, na Secretaria Executiva do MEC e hoje está na Presidência do FNDE.

Bom, nós temos aqui uma cronologia dessa questão da transferência assistida desde 14 de janeiro de 2014. Foi um trabalho bastante exaustivo que o Ministério da Educação teve que fazer. Nós tínhamos já uma experiência, mas o desafio era muito grande dado o conjunto de estudantes que nós tínhamos tanto na Gama Filho como na UniverCidade. Então, nós tivemos que rapidamente construir uma saída para essa situação. E foi fundamental que teve ser feito pela Secretaria de Regulação da Educação Superior, uma Secretaria nova, justamente tentando encontrar uma saída. Então, nós tivemos, desde 14 de janeiro, os despachos que foram feitos de transferência assistida, a reunião com os representantes. Nós tivemos um processo de ocupação lá do Ministério da Educação. Eu, particularmente, fiquei três horas discutindo com os estudantes e, a partir dali, criamos uma comissão de acompanhamento de todo esse processo, que foi fundamental. Depois, nós criamos outra comissão dos formandos, que também tem se reunido permanentemente com o Ministério da Educação.

Então, na verdade, esse processo de transferência assistida não foi só construído pelo MEC, mas a várias mãos: pelo Ministério da Educação, pelo conjunto dos estudantes, pelo próprio Congresso, que acompanhou isso diretamente. O Senador Cyro Miranda esteve várias vezes, no Ministério da Educação, discutindo conosco.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me, Ministro. V. Ex^a vai entender mais do que ninguém e o Cyro vai entender também e dizer: “Não, fica aqui”. Eu tenho que ir ali na CCJ votar a questão das CPIs. Vou e volto aqui.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Muito bem.

Então, foi um grande esforço que o Ministério da Educação fez. E aí há a cronologia de todo esse processo, desde a publicação dos despachos até os editais, o resultado do edital, a portaria que autorizou as vencedoras

a expedir diplomas e outros documentos acadêmicos para aquelas instituições que foram descredenciados – foi um aspecto importante também de muita atenção que nós tivemos que resolver.

Foi um processo longo que nós achamos que, até aqui, embora nós tenhamos algum problema aqui ou ali, tem tido um resultado bastante satisfatório.

Nós fizemos com que houvesse um compromisso das instituições que foram vencedoras do edital de transferência assistida, que tipo de compromisso que elas tiveram que assumir. As vagas para a transferência de todos os estudantes vinculados cursando ou matrículas trancadas de todos os cursos de ambas as instituições de ensino, tanto da Gama Filho quanto da UniverCidade; a manutenção dos valores de mensalidade; a garantia integral das políticas de desconto – isso foi um aspecto que colocamos no edital e que vem sendo cumprido –; o aproveitamento 100% das bolsas próprias concedidas pelas instituições descredenciadas, além das bolsas do ProUni e dos contratos do Fies; a proposta de aproveitamento dos estudos adequado e satisfatório como garantia e expectativa de conclusão do curso; e instalações próprias e adequadas e campo de prática para o internato, no caso da medicina. Essas são as condições que nós estabelecemos no edital e são condições que nós queremos que sejam cumpridas e que a gente vem acompanhando permanentemente para que elas sejam cumpridas.

Então, essa relação com os estudantes e a manutenção desta Comissão fazendo o acompanhamento é que vai fazer com que o Ministério da Educação tenha as informações necessárias para agir, caso a gente tenha qualquer tipo de problema nesse processo de transferência assistida, que é um processo bastante complexo, como vocês sabem, e com o qual o Ministério da Educação vive diariamente.

Mas eu queria só demonstrar, Senador, para encerrar, que, desses 10.915 alunos a serem transferidos, hoje, 9.795 estudantes já estão matriculados nas outras instituições. Isso significa dizer que, do ponto de vista numérico, do ponto de vista de efetividade, nós conseguimos chegar a um resultado bastante razoável. Agora, o que nós temos que fazer é acompanhar esse processo para ver se conseguimos ter um resultado do ponto de vista também de qualidade do processo. Mas é um processo muito novo, e o Ministério da Educação está à disposição dos Senadores, dos estudantes, para que a gente possa discutir e aperfeiçoar esse processo cada vez mais.

Esperamos, porque não temos outras experiências desse tipo, mas eu diria que essa foi uma grande lição para o Ministério da Educação, não só do ponto de vista de política, de transferência, mas ao mesmo tempo também em relação à questão jurídica e a outros aspectos. Está aqui o nosso Consultor Jurídico, o Ivan, justamente criando jurisprudência em torno dessa questão da transferência assistida.

Eu queria, então, agradecer mais uma vez. Dizer que fizemos aqui uma abordagem bastante resumida de tudo o que a gente está fazendo. Eu poderia ficar muito tempo aqui, mas a combinação foi de que a gente faça esta discussão mais rapidamente.

Queria mais uma vez agradecer o convite e dizer que esse esforço todo que tem sido feito de melhoria da educação do País é um esforço que envolve não só o Ministério da Educação, que dizer, é um esforço que tem sido feito pela sociedade como um todo, pelo Congresso Nacional, que tem ajudado muito a construir essas políticas.

Sem dúvida alguma, é uma grande satisfação estar aqui, no Senado Federal. Eu estive aqui tantas vezes como Secretário Executivo, como Presidente do FNDE, então, para mim, é uma grande satisfação estar aqui, no Senado, conversando com os senhores.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado, Ministro Paim. Já no passado, principalmente a Senadora Ana Amélia e eu sempre o chamamos de um “Ministrinho”. Era um Ministro que estava sempre atento, e a sua demonstração do conhecimento da Pasta nos é muito importante.

Antes de passar a palavra à primeira requerente, que é a ilustre Senadora Ana Amélia, quero saudar as pessoas ilustres, as presenças ilustres: a do Prof. Pedro Chaves dos Santos Filho, que é Senador suplente do Senador Delcídio do Amaral; Nelsinho Metalúrgico, Deputado Estadual do PT pelo Rio Grande do Sul, já nominado aqui; nosso amigo Jorge Rodrigo Messias, Secretário da Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres); Sr. Romeu Caputo, Presidente do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE); Srª Maria Beatriz Luce, Secretária da Educação Básica – é um prazer tê-la aqui! –; Sr. Rivadavia Severo Filho, Assessor Especial do Ministro da Educação; Ivan Nunes, Assessor Jurídico do Ministro da Educação; João Paulo Bachur, Assessor Especial do Ministro da Educação; Rafaella Bandeira Cabral Cunha, Assessora do Ministro da Educação; como também a Srtª Juliane Cabral Salviano da Silva, que representa aqui os alunos da extinta Faculdade Gama Filho.

A todos vocês, obrigado pela presença.

Então, pela nossa ordem, a primeira requerente é a Senadora Ana Amélia, a quem concedo a palavra para as suas dúvidas e questionamentos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Caro Presidente, Cyro Miranda, eu queria cumprimentá-lo, porque compartilhei com V. Exª da iniciativa do convite desse requerimento.

Eu queria agradecer muito ao Ministro José Henrique Paim, que, além de conhecer profundamente a área educacional, que está vinculada a toda a sua carreira no setor público, ganhou o posto por méritos. É muito relevante o compromisso dele com a educação. E, na sua pessoa, eu saúdo todos os seus assessores e auxiliares diretos, como os Secretários do MEC. No caso aqui particular, faço referência ao Secretário Jorge Messias, que, em relação ao tema da transferência assistida de universidades com problemas, foi muito presente, muito atencioso.

Dito isso, eu acompanhei com atenção suas palavras, talvez com a visão jornalística da força das palavras. Eu o ouvi dizer “nós temos contratado”, quando falou das creches. Eu entendo que “nós” é o Governo Federal ou o MEC. Mas creche e ensino básico e infantil são responsabilidade dos Municípios.

Visitei agora o Município de Canela, onde tenho casa e de onde é meu título eleitoral, e acompanhei o Prefeito. No Município, havia uma carência muito grande em relação a creche, e esse é um compromisso do Governo. Eu acho ótima essa pressão para que o programa saia do papel. O Prefeito fez uma parceria público-privada para atender à demanda. Para se construir uma escola, uma creche para abrigar crianças, há uma série de exigências. O que ele fez? Casas residenciais com boa divisão são utilizadas para essa finalidade.

Então, quando o senhor diz “Nós temos contratado”, é em que medida? Quanto por cento de dinheiro uma prefeitura municipal gasta com o ensino infantil, básico? E quanto é dele e quanto é do Governo Federal? Isto é muito importante: quanto é dele e quanto é do Governo Federal.

Hoje, pela lei, em relação à saúde, os Municípios teriam de aplicar 15%; os Estados, 12%, e a União, cerca de 6%. Mas, em razão de os Estados não estarem cumprindo a lei, os Municípios estão aplicando uma média de 22%, ou seja, bem mais. Ele deixa de aplicar em outras coisas porque tem de se concentrar no que é emergencial, que é a saúde pública. Com a educação, não é diferente nesse aspecto. Esta é a questão: quanto cabe aos Municípios em relação a esse sistema?

Quanto ao ensino médio e ao ensino do Proinfância, foram criadas, por uma resolução de 2007 – uma aceitação para reduzir o prazo de execução das obras –, novas metodologias, que utilizam concreto/PVC. Essas novas metodologias foram criticadas até por uma revista nacional – não a *Veja*, mas a *IstoÉ* –, que disse que as estruturas não têm fundações profundas e apresentam paredes construídas por chapas de PVC e vidro, o que seria inadequado para a realidade de muitas regiões do Brasil, em função até das questões do clima. Alega-se, ainda, que, em caso de incêndio, as instalações construídas dentro desses novos padrões, emitem fumaça tóxica. Além disso, afirma-se que testes realizados não são suficientes, impondo-se a análise de muitas variáveis que, antes, utilizavam tais tecnologias.

Fala inclusive no nosso Rio Grande do Sul, Ministro Paim, onde problemas de estrutura afetam mais de 10% das escolas, no caso, estaduais. Então, como essa questão está sendo abordada.

Ainda em relação ao ensino médio, o senhor falou do pacto pelo ensino médio e mencionou o que vários Estados fizeram. Quero saber que Estados fizeram e se o Rio Grande do Sul já fez.

Na abordagem da questão rural, eu queria saber se o Sistema S está operando em parceria para resolver os problemas, no caso específico, da área rural, com o Senar, mas também nas outras áreas de formação profissional ou mesmo de alfabetização de jovens e adultos, se o Sistema S está sendo convocado ou chamado para trabalhar nisso.

Antes de abordar a questão dos alunos da Gama Filho e da Alvorada, que é uma das razões do convite para vir aqui, eu queria uma informação mais atualizada sobre o curso de Medicina em Ijuí, onde haveria uma licitação. Como está caminhando esse projeto do curso de Medicina de Ijuí?

Agora, as questões específicas sobre as quais o Secretário Jorge Messias pode falar.

Eu recebi dois questionamentos. Um vem do Rio Grande do Sul, da Bruna Martins da Silva. Vou ler exatamente como ela colocou o problema, porque fica muito mais tranquilo. Ela é aluna de Odontologia da Gama Filho e diz:

Em uma ligação para o MEC, com Protocolo nº 15919916, no dia 20 de março, me informaram que deveria retirar meus documentos originais na Universidade Veiga de Almeida. Meu pai foi à universidade, e a pró-reitora falou que o MEC não entregou nenhum documento; somente um CD com informações que não são reconhecidas nem pelo MEC. Preciso dessa documentação com urgência, pois a universidade para que pedi transferência, no Rio Grande do Sul, onde resido agora, exige a entrega dos originais para iniciar meus estudos, e essa universidade informou que aceitaria cópia, se estivessem autenticadas pela Universidade Veiga de Almeida, mas não há liberação do MEC.

Em outra ligação para o MEC, Protocolo nº 1596173, me informaram que não poderiam fazer nada e, como estou sendo lesada, me indicaram o Procon, onde já há uma causa coletiva aberta, e não mudou nada até agora. Não posso perder mais tempo. Preciso de uma solução. Como devo proceder? Vou perder mais um período?

Então, é o que fala a Bruna Martins da Silva, aluna de Odontologia da Gama Filho.

Agora vou ler a comunicação feita por dois alunos que nos procuraram agora de manhã, alunos da Faculdade Alvorada de Brasília:

Em 20/07/2013, houve o despejo da universidade. Em 09/09/2013, o credenciamento da Alvorada. A transferência assistida não contemplou todos os alunos. A faculdade apagou o histórico dos alunos. Mais de três mil estão sem documentação.

Os alunos Bruno Reis e Samir Souza estão acompanhando esta audiência aqui.

O que o MEC vai fazer para regularizar a situação? Os alunos reclamam também que não foi garantida a manutenção dos valores das mensalidades daqueles que obtiveram a transferência assistida.

Então, essas são as colocações. E também, se puder, gostaria que o Ministro Henrique Paim nos fizesse um balanço do que aconteceu em relação a essa transferência assistida no caso da Gama Filho, da UniverCidade, e em relação às faculdades Estácio de Sá, Veiga de Almeida e Senac/Rio de Janeiro, que é o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, onde houve essas alterações.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia.

Como eu sou o segundo requerente, já vou fazer as minhas colocações e, depois, se os Senadores voltarem – há votação na CCJ, coincidindo com a nossa audiência.

Mas quero comunicar à Senadora Ana Amélia que o resultado na CCJ foi de 13 a 10, resultado apertadíssimo, em relação à CPI. Então, já é um ponto a menos. Viu, Senadora Ana Amélia? Só para comunicar o resultado da CCJ: por 13 a 10, aprovaram o relatório do Senador Jucá. Mas foi um resultado até surpreendente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – O escore é interessante.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Exatamente.

Ministro, eu como Senador...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Quem sabe chegará lá.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Não sou qualificado para tanto, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – A qualidade é ótima, recomenda. É a marca, a grife é muito forte.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nesse período destes quatro anos, nós estreitamos a relação do Senado. Foi gratificante. E quero comunicar, mais uma vez, a V. Exª que vou fazer parte novamente do Orçamento e, provavelmente, a relatoria setorial da Educação, Cultura e Esporte venha para nós. Aí, faremos da mesma maneira: vamos sentar, porque ninguém mais entende das necessidades da Educação do que o Ministério. É o Ministério que vive isso no dia a dia, recebe as críticas de fora. Então, seria uma incoerência a gente fazer sem a participação e o peso majoritário do Ministério.

Mas eu vou aqui, rapidamente, pelos tópicos do seu início, já eliminando alguns que a Senadora colocou. Alfabetização até os oito anos: ainda não é satisfatório, mas é o que eu sinto hoje que é possível.

Eu fui até contrário, porque o mundo todo alfabetiza aos seis anos. Mas a herança nossa da educação não é problema do Ministro atual, nem dos últimos ministros: é uma herança que vem das nossas raízes. Aliás, eu ouvi de um historiador que a grande diferença entre nós e os americanos foi na colonização, quando um profissionalizava, e o outro catequizava. Isso se arrastou.

Então, tínhamos que dar um dinamismo, e eu acho que, com certeza, nós vamos atingir no PNE, antes ainda da conclusão do PNE... Como ele está atrasado, eu tenho certeza de que a gente depois pode reformular, quando faltarem uns dois anos, essa matéria.

Ensino fundamental. Essa é a grande preocupação desta Casa. É o alicerce. Nós estamos vendo que a qualidade do ensino tem caído tremendamente no que se refere ao topo. Isso não é culpa do Ministério, porque aí nós estamos envolvendo a área privada nessa história. E a área privada, as escolas privadas poderiam estar num desenvolvimento, pois o próprio orçamento dessas escolas não está atrelado a norma alguma, a decisão alguma. Então, para o fundamental é que nós estamos dando uma ênfase muito grande. E pedimos que o Ministério seja focado, porque, se nós não tivermos essa base, nós vamos destruir tudo lá para cima. E nós temos alguns exemplos que depois eu cito aqui.

Foi aprovado nesta Casa um projeto, originalmente do ex-Senador Marco Maciel e, depois, reativado pelo Senador Blairo Maggi, que é a residência em Pedagogia. Nós fizemos algumas audiências públicas lá atrás e vimos a sua necessidade. Nem todos saem de uma faculdade de Pedagogia de um nível de excelência. Então, essa residência vai dar um conforto. Muitas vezes, nós estamos jogando esses professores numa fria, numa tremenda fria, porque eles não têm a experiência da sala de aula, eles não têm a experiência dos problemas de ligação familiar dos pais desses alunos. Nós temos tido problemas seriíssimos.

A regulamentação vai passar pelo Ministério, é lógico. Mas eu gostaria que também fosse discutido e não negado... Num primeiro instante, parece que o Governo teve algum... Nós tivemos alguns problemas de interpretação. Mas o que precisar ser feito e ser regulamentado será feito pelo Ministério.

Ensino de tempo integral. Sr. Ministro, todos os dias vem alguém aqui com uma sugestão para aumentar a grade. É impossível a gente aceitar isso. Não é possível porque nós temos uma hora-aula muito pequena. Então, só é permissível fazer uma revisão total da grade no sentido, de expurgar muita coisa que hoje não é mais necessária, como foi na nossa época, Senadora Ana Amélia, em que nós tínhamos 11 matérias no ginásio. Nós tínhamos História Geral, História do Brasil, Geografia Geral, Geografia do Brasil, Latim, Espanhol, Trabalhos Manuais, Educação Física, tudo isso num mesmo ano. Quer dizer, as coisas têm que ser adequadas muito mais para a prática.

Gostaria que V. Ex^a dissesse alguma coisa, e V. Ex^a não me disse nada sobre ensino a distância, porque isso vem em relação ao campo, vem em relação aos nossos Estados, que têm uma geografia diferente.

O profissionalizante. O profissionalizante, para mim, é uma questão que o Ministério encarou de frente. Parabeno-o por isso, e acho que ele tem que ir numa velocidade muito maior. Quando nasce um cidadão brasileiro, ele é formado com a seguinte mentalidade: “Você vai ter um diploma de curso superior”. Aí, ele não tem. Ele estuda 12 anos e não tem qualificação para nada. No passado, nós dizíamos que nós sabíamos todas as capitais das ilhas gregas, os peixes de profundidades que cercam a Ilha de Fernando de Noronha, os nomes de cima a baixo, e, de repente, aos 19 anos, você ficava incapacitado de continuar os seus estudos e ia para o mercado de trabalho. O que você tinha? Zero.

Isso reflete a comparação que aquele historiador fez entre a colonização americana e a nossa. Um foi profissionalizar – então, você tinha uma profissão; outro foi catequizar. Quer dizer, as diferenças foram grandes.

Hoje, a título de sugestão para o Governo Federal, quando nós falamos dos problemas assistenciais, eles são importantes, sim, mas não vemos se criar uma porta de entrada. Eu faria uma sugestão ao Governo. Eu diria o seguinte: “Eu vou lhe dar uma bolsa por um ano e vou lhe dar a oportunidade de um curso profissionalizante, como o de chaveiro, de marceneiro, de vidraceiro. Quando terminar esse ano, você terá uma profissão e estará fora da bolsa. Entra outra turma agora”. Não é inteligente ficar dando peixe a vida inteira. Não vai haver peixe para todo mundo.

Então, nessa questão da profissionalização, Ministro, continue investindo maciçamente. A gente vê que o Sistema S tem uma contribuição muito grande. Quanto ao ensino superior, quando o senhor fala do grande ingresso, isso me preocupa um pouco, porque, em passado não muito distante, foram dadas outorgas para inúmeras faculdades, sem a fiscalização do MEC. E o que acontece hoje? Já passei para V. Ex^a um dado da OAB quanto ao Exame da Ordem: há faculdades por este Brasil afora que, há mais de quatro anos, não aprovam um aluno na Ordem. Aí, acho que é a hora de o MEC intervir.

Então, por falar em intervenção, vou para o caso da Gama Filho, que foi o que nos motivou a fazer várias reuniões. Quero agradecer muito ao Sr. Messias a interação que tivemos.

Primeiro, o que esta Casa pode e deve fazer para que não aconteça mais problemas como esse? Participei desse processo desde o início, com o Ministro Aloizio Mercadante. Cheguei a ficar até irritado, mas entendi que, juridicamente, o Ministério estava amarrado, tanto é que, sem tomar as atitudes que gostaríamos que fossem tomadas, eles entraram com uma ação de bilhões. Quer dizer, isso não tem fundamento. O Ministério vai ganhar todas as ações, sem sombra de dúvida, porque aquilo não se efetivou. Não pode haver um sistema... Para mim, isso pode ser comparado com o Banco Central, pois é o mesmo que conceder a licença de funcionamento de um banco e virar as costas. O Banco Central tem a monitorização, intervém, faz a troca e não vai deixar seus clientes amanhã com prejuízo. E, na educação, na concessão dessas licenças, V. Ex^{as} estão amarrados.

Há um projeto lá que não anda. Eu gostaria de ouvi-lo sobre isso. Quanto ao processo sofrido da Gama Filho, quero dizer ao Ministro e ao nosso amigo Messias que o Ministério está imbuído de toda a boa vontade, mas, do que foi elencado aqui, muita coisa não está sendo observada.

Quando o Ministério vira as costas, eles começam a dificultar algumas coisas. Como exemplo, cito o caso da mensalidade, em que a Gama Filho cometeu um deslize muito grande. Como ela não estava pagando os professores e os impostos, ela jogou a mensalidade para baixo. Agora, nessa transferência assistida, fez-se um pacto no sentido de que esses estudantes continuariam pagando a mesma mensalidade. O estudante nada tem a ver com isso. O pacto foi feito, mas a gente sente que há uma dificuldade muito grande em eles aceitarem isso. Alguns alunos têm de comprovar. Aqueles que tinham bolsa, por exemplo, não tinham comprovante algum dessa bolsa, atestando a má-fé da Gama Filho. Hoje, também concordo, pois a Estácio de Sá vai perguntar: “Quem me garante que você tinha essa bolsa? Cadê o documento?” Eles não o têm. Então, vocês precisam chegar junto.

A Julliene Salviano traz aqui algumas perguntas. Elas não foram feitas pela internet, mas, sim, ao vivo. E eu as faço aqui. Visto o ocorrido na Universidade Gama Filho e no Centro Universitário da Cidade, o MEC tem algum levantamento da situação das universidades brasileiras? Se sim, os Parlamentares e o povo podem ter acesso a ele? Quais as providências que o MEC vem tomando e quais ele tomará para evitar que isso volte a acontecer? Isso faz parte da minha pergunta aqui. Segundo o posicionamento do Ministério, o Insaes (Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior) seria imprescindível para o controle e a fiscalização do ensino superior privado. Se este é tão relevante para o ensino superior privado, onde fica o papel do MEC até os dias de hoje? Por que isso não foi feito antes? Conforme o MEC, o Insaes seria a única saída para o ensino superior privado. O Insaes não seria uma afirmação da impossibilidade de o MEC gerenciar o ensino privado? Se nós não conseguíssemos fazer isso através do Insaes, não teríamos outra maneira de colocar o ensino superior e todas as escolas sob a supervisão do MEC?

Então, rapidamente, são essas as colocações, para a gente ir dialogando.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Como só há V. Ex^a, como último inscrito, a gente fecharia aqui. Se houver alguma pergunta, o Ministro já responderia a todos, e nós entraríamos na discussão.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Pela ordem.

Eu só queria acrescentar algo, aproveitando, com a licença do Senador Paim.

V. Ex^a falou da ênfase em se dar prioridade à educação básica. Eu queria introduzir nas minhas questões ao Ministro Paim – e o faço em nome do nosso querido colega e ex-Ministro Cristovam Buarque, que também é autor – algo a respeito do debate, pois foi até instalada uma comissão ontem para a federalização do ensino fundamental. Qual é a posição de MEC ou do Governo sobre essa iniciativa ou esse movimento, se isso prospera? Quais as conveniências ou inconveniências para essa tese da federalização do ensino fundamental?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Eu aproveito, Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Paim, não! O senhor falou Senador Paim. A palavra é comigo agora!

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – A grife é forte. Ele vai acabar aqui na Casa!

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoridade/PSDB – GO) – Eu tenho a impressão de que o senhor está vindo muito aqui, conversando muito com o Paim. Eu acho que vai ficar fácil até para a imprensa, porque vai dizer assim: “O Ministro Paim continua dizendo...”

Perdão! Ministro, quero pedir desculpas pelo Senador Cristovam. Ele lamenta muito. Hoje ele gostaria muito de estar aqui, mas tem uma reunião importantíssima do Partido dele, para ver se apoiam ou não a reeleição da Presidente Dilma. Como ele faz parte da Executiva, pediu desculpas.

Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Cyro Miranda, Presidente da nossa Comissão, umas das comissões mais importantes da Casa; Senadora Ana Amélia e meu querido Ministro, vou pular o “J” e o “H” e vou dizer “Ministro Paim”! Eu gosto desse nome!

Ministro, primeiro, seria bom que esta Comissão estivesse lotada. Às vezes, a gente tem aqui na Casa um debate meio que mostrando que a gente não está dando o valor devido para a educação. E os números, os dados que o senhor me trouxe aqui foram muito gratificantes, em todos os sentidos.

Então, primeiro, quero cumprimentá-lo pelo seu trabalho.

Vou tomar a liberdade: eu tive, a convite da Presidenta e do Ministro, Senador Cyro Miranda, a felicidade de viajar com eles para Caxias, naquele evento. Para mim foi muito bom, porque um dos temas mais debatidos durante a viagem, conversado e debatido com a Presidenta e com o Ministro, foi a questão da educação, em toda a sua amplitude. Falamos sobre o ensino técnico, como avançamos mais, enfim.

Quero dizer que fui testemunha daquela conversa e gostei muito. Gostei muito tanto da posição da Presidenta quanto da de V. Ex^a.

Ministro, vou fazer uma pergunta pontual, muito pontual.

Há muito tempo, trabalhamos para que a verdadeira história do povo negro fosse contada na sala de aula. Eu apresentei o projeto pela primeira vez aqui, no Congresso. Aprovei-o na Câmara, e aqui, no Senado, ele foi arquivado. Não entendi até hoje por quê. Mas, enfim, depois a nossa querida Deputada Esther Grossi e o querido Ben-Hur reapresentaram o projeto, com a minha parceria, o meu apoio, e o projeto, enfim, virou lei.

Mas nós percebemos, Ministro, que a verdadeira história da participação do povo negro na formação do povo brasileiro grande parte dos Municípios ainda não adota. Eu sei que isso não é culpa do Ministério, porque a lei está aí, e queremos que eles a adotem. Você está lá com o Thiago, que trabalhou comigo – não sei se

o Thiago está aí –, que é um militante da causa. Eu queria saber se existe alguma estratégia, enfim, montada pelo Ministério, para que essa verdadeira história da formação do Brasil, tanto com a participação de negros quanto com a de índios, seja realmente contada nas salas de aula.

Por que eu levanto isso? Porque acho que isso é comum a todos nós. Nós temos notado que, ultimamente, essa questão do preconceito nos estádios de futebol, por exemplo, tem aflorado, e eu só acredito que nós vamos combater o preconceito de raça, por cor, por etnia, por procedência, por origem, por gênero, enfim, a partir da educação.

Eu estou convicto, porque, como disse Nelson Mandela, a criança não é preconceituosa. Ele até disse uma frase que repito sempre: como é hediondo, como é vergonhoso você querer ensinar uma criança a odiar outra pela cor da pele, por exemplo. Percebi com a política de cotas que os meninos e meninas brancas e jovens acolheram a comunidade negra, ao contrário do que alguns diziam, e tive a alegria de ser relator daquela política de cotas na Comissão de Direitos Humanos e também aqui na Comissão de Educação, por indicação do meu querido amigo Cyro Miranda. Como houve esse acolhimento, percebo que a criança, levando essa imagem para casa, pode transformar a cabeça dos pais, em matéria de integração e de combate a todo tipo de preconceito. A minha pergunta é muito pontual.

Você sabe que eu sou apaixonado pelo ensino técnico. Eu só não tenho nível superior porque naquela época não havia os institutos no formato em que há hoje. Naquele período, eu tinha o curso e depois tinha que ir para fábrica. Acabou. Eu voltei para a fábrica, estudava à noite no chamado ginásio, mas, se naquela época, tivéssemos formação como é hoje, eu podia entrar lá como aluno-aprendiz, saía como técnico e já fazia a minha universidade. Então, quero cumprimentá-lo pela iniciativa e também sou um fã do Pronatec.

Sabe que eu trabalhei muito aqui com o Fundep, mas me senti contemplado depois com o Pronatec. O que importa é isso. O Pronatec contemplou essa visão mais ampla, e também queria que V. Ex^a pudesse falar um pouquinho mais sobre aqueles alunos que entram pela política de cotas, mas não têm como se manter, a chamada bolsa assistência...

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Bolsa Permanência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Bolsa Permanência.

Eu me sinto muito contemplado porque, em minha última campanha, falei muito nessa história de uma bolsa para aqueles que não têm como se manter, e grande parte dos brasileiros não sabe ainda que existe a Bolsa Permanência.

Eu acho que a Bolsa Permanência foi um grande lance social do Governo e ao que se tem de dar destaque. Eu considero a Bolsa Permanência o lance no bom sentido, uma iniciativa tão positiva quase como o Bolsa Família, porque, sem a Bolsa Permanência, filho de pobre não tem como ficar na universidade.

Seria isso, e, no mais, cumprimentá-lo mais uma vez pelo trabalho que vem fazendo. Fiquei muito feliz quando houve sua indicação. Eu tive a alegria de acompanhar a sua trajetória. Um Ministro dos mais brilhantes da República do nosso País.

Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Quero agradecer aqui as manifestações e as perguntas todas.

Primeiro vou responder às questões da Senadora Ana Amélia explicando o seguinte: a questão das creches é que elas, na verdade, são escolas de educação infantil – creches e pré-escolas. O que o Governo Federal vem fazendo é, em primeiro lugar, financiar investimento, ou seja, a construção de creches em todo o País. Então, quando falamos de 5.584 creches contratadas significa contratos de financiamento do Governo Federal. São recursos não reembolsáveis que o Governo Federal repassa para os Municípios, para que eles possam construir as suas escolas de educação infantil.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Esse dinheiro só pode ser para construção de escolas?

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Só pode ser para a construção de escola. Por que é feito isso? Porque sabemos o quanto precisamos construir de escolas de educação infantil para que possamos ampliar essa taxa de atendimento.

Como mostrei aqui, temos um atendimento de 23,6% pelo Censo. Nós precisamos chegar, pelo PNE, a 50%. Como vamos fazer para alcançar essa meta? Construindo mais escolas de educação infantil, e é importante que ela seja uma escola financiada pelo Governo e pública, porque vai permitir exatamente a questão de que falei aqui, que é reduzir as desigualdades.

Agora, nós temos também a nossa política de apoio aos Municípios para a questão da manutenção. Como isso é feito? Com custeio. Temos o Fundeb que, na verdade, é um fundo que faz uma redistribuição de recursos de acordo com a matrícula: na medida em que os Municípios vão ampliando a sua matrícula em creche, isso significa dizer que mais recursos vão para aquele Município porque, como a distribuição do recurso é feita via matrícula, se eu amplio o número de matrículas daquele Município, ele vai receber mais recursos. Além disso,

eu tenho a complementação da União para aqueles Estados que têm menor valor/aluno, que hoje são nove Estados. Esses Estados recebem uma complementação da União, para que possam ampliar o financiamento também para as creches.

Ocorre, a partir de uma iniciativa da Presidenta Dilma, em primeiro lugar, que aquele Município que constrói e inaugura a creche, no período de um ano, não consegue ter o recurso do Fundeb, que é de acordo com a matrícula. Como a matrícula tem defasagem de um ano – informo a matrícula e, no ano seguinte, todo o financiamento é pela matrícula –, o Município entra no sistema do Ministério, solicita a antecipação desse custeio para o primeiro ano, e o Ministério da Educação repassa o recurso para esse custeio do primeiro ano.

Além disso, quando a creche atende crianças do Bolsa Família, que é um financiamento permanente, além do recurso do Fundeb, recebe 50% a mais daquele valor para a criança que é do Bolsa Família. Aliás, para aquela escola que tem matrículas do Bolsa Família. Recebe um recurso adicional para o custeio, que é de 50%, recurso repassado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, para que tenha um reforço na questão do custeio.

Sem dúvida alguma, esse é um grande desafio para os Municípios. Pela nossa Constituição, no caso da educação, nosso modelo de financiamento e as vinculações são bem mais definidas: o Município tem que cumprir com 25% da receita de impostos; os Estados, com 25%; e a União, com 18%. No caso da União, por exemplo, há aqueles 18% vinculados. Ao longo dos últimos anos, temos cumprido 22,5%. Isso ocorreu, por exemplo, em 2013. Nós estamos colocando mais recursos do que seria a vinculação. Há um esforço grande. Vários Municípios no País fazem isto e colocam mais do que 25% para se manter.

E há uma pressão, temos uma meta, no caso de quatro, cinco anos, da pré-escola. A Constituição e a LDB foram alteradas na direção de que, até 2016, nós temos que ter atendimento universal de quatro e cinco anos. Então, há um esforço grande do Município. E o que o Governo faz? Ele tem criado mecanismos para ajudar também no custeio, não é só para investimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Só para ilustrar o que o senhor acaba de dizer. O Município de Sarandi, no Rio Grande do Sul, tem creches para crianças de seis meses a seis anos, doze meses por ano. Chegam às 6h e saem às 18h. E com atendimento exemplar. Apenas para confirmar que existem áreas de excelência e que o ideal seria que todos os Municípios... Se pudessem, eu tenho certeza de que os prefeitos fariam isso de bom grado, porque esse atendimento muda o conceito e o próprio comportamento da criança no ambiente familiar. É a constatação do que acontece lá.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – É exatamente esta preocupação que o Governo tem. Quer dizer, de investir muitos recursos na construção dessas creches. Nós vamos ter, provavelmente até o final deste ano, R\$9 bilhões investidos em construção de creches em todo o País, para que tenhamos...

A senhora citou o Município de Canela, que está utilizando uma alternativa. Mas nós queremos que essa alternativa seja provisória; que mais tarde haja uma escola com todas as condições, para que as crianças que estão na escola pública tenham as mesmas condições das crianças que estão em escolas privadas.

A senhora tocou em um ponto importante da matéria da *IstoÉ*. Eu não sei como classificar a matéria, que adjetivo posso usar – não gosto muito de usar adjetivos, é minha característica. Não tenho como dar aqui um adjetivo porque, na verdade, é totalmente inverídica essa matéria. Completamente. Tanto que, no dia 2 de abril, nós mandamos uma carta para a revista, que acabou publicando, mas, infelizmente, sem a mesma divulgação da matéria. Todas as informações que estão ali não são verdadeiras. Primeiro, porque cita uma escola que não é uma escola financiada e não tem a metodologia inovadora. Segundo, não existe nenhum tipo de situação de escola de plástico; não é assim que funciona.

Só para a senhora ter uma ideia, o Ministério trabalhou durante dois anos para chegar a esse modelo que nós chamamos de metodologia inovadora. Nós pegamos o Inmetro, o Instituto Falcão Bauer, que é um instituto que há em São Paulo. Esse instituto certifica todos os métodos construtivos do País. Isso vale para Caixa Econômica Federal. Todas as ações de construção civil no País são certificadas por essas instituições. Então, nós reunimos Inmetro, Falcão Bauer, definimos uma especificação para cada uma dessas creches.

A partir de um projeto padrão do MEC, nós fizemos o que nós chamamos de transposição desse projeto. E cada metodologia utilizada – temos PVC com cimento, cimentício com aço, as placas de lâ de vidro, equipamentos isolantes e uma série de coisas –, para cada um desses projetos, existe uma certificação. Essa certificação foi feita pela Falcão Bauer, para que houvesse uma comprovação de que essas escolas teriam conforto acústico, conforto térmico, estanquicidade, que é exatamente evitar que nós tenhamos qualquer tipo de alagamento que venha a afetar a escola, prevenindo ainda a questão de ventos, de incêndio. Tudo isso foi testado.

Recentemente, inaugurei uma escola aqui em Aparecida de Goiânia com essa metodologia do PVC com cimento. E estive em Alagoas, visitando outra escola com outra metodologia, e, claramente, verifica-se que nós temos, muitas vezes, mais conforto nesse tipo de escola do que propriamente numa escola de metodologia convencional. Então, esta é uma matéria que não se conhece. Eu a convido. Eu queria convidá-la...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não. Eu apenas, Ministro, acho que a pergunta permite ao senhor explicar para um número muito maior de pessoas do que apenas os leitores da revista; que explique isso e esclareça, e para mim também. Então, eu fico feliz, como jornalista que fui, de corrigir um equívoco de informação. Penso que o universo para que V. Exª fala, numa audiência pública como esta, permite esse esclarecimento, que é um direito da sociedade, que é o acesso à informação correta. E V. Exª está aí dando a informação correta.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – E eu queria, inclusive, convidá-la. Se a senhora tiver interesse, nós temos próximo daqui, em Aparecida de Goiânia, uma escola dessas pronta. E a senhora tem condições de visitá-la e conhecer uma escola...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu proporia, inclusive, convidar a revista *IstoÉ*.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Podemos convidar também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Para eles, de uma vez por todas, verem que falaram bobagem.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – E, só para a senhora ter uma ideia do cuidado que o Ministério da Educação tem com essa questão da metodologia inovadora, hoje nós temos, no nosso sistema – acompanho aqui no meu *tablet*, diariamente –, o conjunto de todas as obras que estão sendo executadas com a metodologia inovadora. Empresa por empresa, metodologia por metodologia, acompanhando *pari passu* – o FNDE faz isso –, exatamente para que não haja nenhum problema de segurança. Então, é uma grande responsabilidade do Ministério da Educação fazer a implantação de uma metodologia dessas...

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Só para corroborar com a Senadora Ana Amélia: esta audiência pública será passada na íntegra na TV Senado, que tem hoje uma grande audiência. Então, este esclarecimento será dado para um público muito, muito maior do que os leitores da revista.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Eu agradeço, inclusive, esta oportunidade de esclarecer esses pontos todos.

Em relação à questão que a senhora coloca do ensino médio, eu acho que é um grande desafio que nós temos. Eu acabei de receber a informação de que hoje todos os Estados já fizeram a adesão ao pacto. O Rio Grande do Sul foi um dos primeiros a fazer – para o seu interesse –, mas tinha... Foi o primeiro, estão dizendo. Mas tinha...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Não, para interesse nosso; meu – como gaúchos, eu e o Senador Paim também.

Acho que os últimos Estados foram São Paulo e Rondônia a fazerem a adesão. A partir dessa adesão, agora, eles começam a fazer a implementação. Já temos seis ou sete Estados que começaram a fazer essa implementação e, na verdade, claro, como tudo em educação, esse é um processo. Nós vamos ter de trabalhar muito fortemente para que possamos avançar.

A senhora coloca a questão da alfabetização, a parceria com o Sistema S. Nós estamos trabalhando com o Sistema S, entabulando uma proposta, para que haja o que, na verdade, foi uma modalidade criada, o Proeja, para exatamente conseguirmos juntar a questão da educação profissional com a educação de jovens e adultos. Esse é um elemento importante que a gente está trabalhando neste momento, para que a gente possa avançar nessa direção.

Em relação a Ijuí, que é uma pergunta específica, já existe o edital, que teve a aprovação do Município. E, agora, estamos concluindo as visitas a esses Municípios, para comprovar que todas as condições de internato que serão utilizadas, realmente, condizem com aquilo que foi apresentado pelos Municípios. E, posteriormente a essa visita, nós vamos, então, confirmar esses Municípios. Esperamos confirmar Ijuí, que conta com uma infraestrutura de saúde importante e que atende a região. E, se confirmado, nós passamos para a segunda etapa, que trata exatamente do edital das instituições que vão poder se instalar no Município de Ijuí. Essa é uma conquista importante, um avanço importante que temos pela frente.

Antes de entrar na questão específica dos estudantes, já que a senhora fez uma pergunta a respeito da questão levantada pelo Senador Cristovam sobre a federalização, eu queria, primeiro, destacar que o Senador Cristovam, que não está presente aqui, mas é uma pessoa que eu respeito muito. Tenho uma relação muito fraterna com ele há muitos anos. Eu o admiro muito pela sua luta pela melhoria da educação no Brasil. Esta proposta que ele faz eu considero importante, porque levanta uma preocupação no País em relação às condições das escolas e à condição da educação básica brasileira. Agora, isso tem de ser enxergado, obviamente, à luz da nossa estrutura educacional, à luz de como construímos a educação no Brasil, que foi exatamente a partir do sistema federativo.

O grau de descentralização existente hoje é muito grande. Cada Município representa um sistema de ensino, e cada Estado representa um sistema de ensino. Então, na realidade, há 5.570 Municípios com seu sistema próprio de ensino, com sua carreira própria de ensino, com sua própria rede de ensino. Em cada Estado, há a mesma situação. E como se pensou exatamente a integração de tudo isso, a articulação de tudo isso? A partir do regime de colaboração. A União, no caso da educação básica, presta apoio técnico e financeiro para os Estados e para os Municípios, e os Estados e Municípios têm de cooperar, para que o estudante que sai de uma escola municipal possa ter um bom desempenho numa escola estadual.

Então, é muito complexo esse processo. Mas, ao mesmo tempo, como se pode reverter toda essa dinâmica? Como se viabiliza a reversão de toda essa dinâmica? Como reverter as carreiras e as redes em cada um dos Municípios? Como se reverte isso? Esse é o grande desafio. Como se faz a reversão disso? Como faço a equalização dessas carreiras? Como faço a equalização da remuneração desses professores? Esse é o ponto. Como a gente traduz essa preocupação que o Senador tem com relação à qualidade da educação? A gente vem fazendo um esforço muito grande para propiciar a realidade desse sistema.

Então, o que o Ministério da Educação tem feito para que possa haver maior articulação entre esses sistemas e a própria União? O que nós temos feito? Qual é a palavra chave? A palavra chave é avaliação, é a avaliação que fazemos em cada uma dessas escolas. Agora, inclusive, há a questão da alfabetização e do Enem. Queremos também – isto está sendo discutido no Congresso – que haja a avaliação por escolas. Convertendo a prova do Enem, para que ela seja feita nos moldes da Prova Brasil – para isso, é preciso fazer algumas alterações na matriz –, vou ter condições de também fazer a avaliação por escola no ensino médio.

Então, na medida em que há a avaliação por escola, há uma avaliação por sistema municipal e estadual e uma avaliação da educação no Brasil como um todo. O que podemos fazer a partir disso?

Estabelecer metas, como estamos estabelecendo, para cada uma dessas escolas, para cada um desses sistemas, para o País. E, na medida em que essas metas vão sendo cumpridas, a gente vai apoiando esse sistema e apoiando aquelas escolas que têm dificuldade de atingir as suas metas.

Ter essa radiografia é o mais importante para que a gente possa ter essa cooperação entre os sistemas. E é esse o esforço que o Brasil está fazendo para que a gente possa ter algum tipo de controle e possa avançar na qualidade da educação. Esse é o grande desafio que a gente tem. E eu acho que esse é mais viável, porque depende de um sistema que já existe.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – E o senhor aí preserva o princípio federativo, que é uma coisa fundamental. Quer dizer, a Federação brasileira sai fortalecida com os Municípios, que são os primos pobres da Federação, e os Estados da mesma forma, até com esse pacto pelo ensino médio, que é da responsabilidade e da competência dos Estados.

Desculpe-me, Presidente, mas é para fortalecer a ideia, que é assim que nós entendemos também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ministro, permite-me?

Infelizmente, eu vou ter que me retirar e não vou poder ouvir suas respostas, porque eu tenho duas reuniões agora, da Bancada e da Base, para discutir a questão da renegociação da dívida dos Estados. E é fundamental para o Rio Grande do Sul. Eu vou ter que ir lá. Eles estão me aguardando agora,...

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Mas se o Senador Cyro permitir, eu já respondo...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – ...e ainda vou ter uma reunião com os ministros para discutir a questão do Aerus; convocaram-me há minutos para tentar construir o acordo do Aerus. Eu estou em vigília com eles há 40 dias. Então, eu vou ter que me retirar...

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Mas eu só, então...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Eu acho que o Ministro pode responder, porque só há uma pergunta minha, mas a...

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Eu queria lhe dizer o seguinte: eu, obviamente, não só pela minha origem afrodescendente, mas também pelo histórico que conhecemos da educação brasileira, sei o quanto a questão da escravidão pesa hoje nesse passivo educacional que temos. E, sem dúvida alguma, a Lei nº 10.639 tem um papel importantíssimo. E, como todos os Senadores aqui sabem, a aprovação da lei não necessariamente significa que ela vá ser implementada. Esse é um processo longo.

Nós tivemos a oportunidade, recentemente, de fazer a tradução de um material riquíssimo da Unesco, que é a História Geral da África; fizemos uma tradução para o Brasil de todo esse material. Recentemente, nós fizemos uma síntese desse material. Foi a Conselheira Nilma do CNE, que hoje é reitora da Universidade Luso-Afro-Brasileira, lá no Ceará, que ajudou a fazer esse trabalho todo, inclusive levando essa questão da Lei nº 10.639 para a educação infantil, e a Universidade Federal de São Carlos ajudou a fazer essa tradução, que foi muito importante.

Mas o que eu acho que pode ajudar muito mesmo para que a gente possa fazer com que esse tema seja tratado na escola permanentemente, não só a partir do material – porque eu concordo que a origem de todo esse processo de redução da questão do preconceito e da discriminação passa pela escola –, é com a formação de professores. Nós temos que apostar fortemente na questão da formação de professores, para fazer com que o professor possa traduzir isso para a escola, começando, inclusive, pela educação infantil.

Esse material foi desenvolvido agora, recentemente, pelo Ministério para formação de professores da educação infantil para a questão vinculada à Lei nº 10.639. Então, eu acho que estamos dando um passo importante para isso e, sem dúvida alguma, o esforço todo do MEC vai ser nessa direção, para que a gente possa avançar ainda mais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Só uma falinha sobre o Bolsa Permanência. Eu acho que a gente tem de ouvir um pouquinho – não é nem para mim. Eu acho fundamental esta audiência para eles entenderem a importância do Programa de Bolsa Permanência.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – O Bolsa Permanência é fundamental. Obviamente, para o Bolsa Permanência, tanto no ProUni quanto nas nossas universidades federais, nós tivemos que definir um escopo de atendimento. Porque, como estamos mudando a radiografia, a fotografia das universidades hoje, porque nós estamos colocando dentro das universidades pessoas oriundas de escola pública, pessoas de baixa renda, negros e indígenas, certamente, se nós formos fazer uma política muito ampla de Bolsa Permanência, nós vamos ter que atender 50%, 60%, 70% dos estudantes brasileiros.

Então, o que nós fizemos? Nós fizemos o seguinte: todo estudante beneficiado por cotas, que tenha origem em escola pública e que tenha uma jornada superior a cinco horas – ou seja, ele não pode estudar – recebe uma bolsa permanência, seja no ProUni, seja nas universidades federais públicas. Essa bolsa é de R\$400,00.

Então, esse é um ponto importantíssimo, e, além disso, todas as nossas universidades federais têm um programa, que é o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil), que atende a outras necessidades, como, por exemplo, moradia estudantil, restaurantes universitários. Estamos fazendo um grande esforço para consolidar porque, de fato, nós temos uma mudança importante nas universidades, pois pessoas que vêm de baixa renda começam a ter acesso e necessitam dessa assistência estudantil, dessa permanência, que é fundamental, que é tão importante quanto o acesso. Se nós não tivermos a permanência, vamos ter um problema de evasão lá na frente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Ministro.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Agradeço muito a V. Exª e vou correr para as outras duas reuniões.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Está certo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Paim, depois me...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Darei o relato, com certeza. E a senhora nos representa aqui.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – As duas matérias são fundamentais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – E trate bem o meu Ministro aí.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Não, ele sempre foi bem tratado.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Tenho certeza disso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Seu primo. Com esse sobrenome aí...

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Então, concluindo as questões da Senadora Ana Amélia, em relação ao processo de transferência assistida, a senhora está trazendo aqui o caso de uma estudante, a Bruna, do curso de Odontologia. Nós sabemos que, nesse caso, a Universidade Veiga de Almeida Assumiu esses estudantes. E eu pediria então, se for possível, que a senhora me passasse o contato dessa estudante, que depois eu vou fazer com que a nossa Secretaria de Regulação faça contato direto com ela e veja qual é o ponto que precisa ser resolvido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Ótimo. Perfeito.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Em relação à Faculdade Alvorada, foi o primeiro processo de transferência assistida, e nós sabemos que alguns pontos ainda precisam ser ajustados. Sabemos também que vários desses pontos estão relacionados à forma como foi conduzido o processo educacional nessa instituição.

Com relação a alguns cursos, por exemplo, não conseguimos fazer a transferência assistida porque são cursos que se encontram em situação irregular. Cursos, por exemplo, que não têm a jornada mínima para aquele tipo de curso. Então, quando se vai fazer a transferência assistida, nós não conseguimos fazê-la, porque simplesmente aquele curso, que deveria ter uma jornada de cinco anos, tem apenas quatro anos. E não existe

curso de quatro anos, por exemplo, de Engenharia. Como é que eu faço uma transferência assistida para uma instituição? Como é que ela aceita um estudante nessa condição?

Então, são temas que nós estamos tratando, e, se houver qualquer problema de diálogo entre o Ministério da Educação e esses estudantes... Porque também, nesse caso, nós tivemos uma dificuldade muito grande com a instituição. Temos um problema sério, porque a instituição não está cumprindo as determinações judiciais em relação ao acervo. Não cumpre. Nós estamos tentando trabalhar exatamente nessa direção de ela cumprir as decisões judiciais. Nós sabemos o quanto a gente precisa trabalhar para avançar – mais adiante, vou falar na pergunta do Senador Cyro Miranda – na questão da regulação, e que o MEC precisa desses instrumentos para poder intervir, para ter mais ação direta em relação a esses acervos.

Agora, só para dar um exemplo, o que nós fizemos dessa diferença?

No caso da Gama Filho e da UniverCidade, já considerando a experiência da Faculdade Alvorada, nós nos antecipamos em relação ao acervo. Nós fizemos um *back-up*. Antes de fazer todo o processo de transferência, nós já tínhamos um *back-up*, mandamos uma equipe do MEC lá, a partir da sugestão do próprio Secretário Messias, de modo que, quando nós fomos fazer a transferência da Universidade Gama Filho, nós já tínhamos esse acervo. E a utilização desse acervo foi autorizada depois pela Justiça, inclusive para resolver o caso do pessoal que já estava formado. Mas foi um aprendizado a partir da primeira experiência. Agora, hoje, eu não tenho acesso ao acervo da Alvorada. Nós estamos trabalhando para ter, e isso depende de medida judicial também.

Então, o que eu queria dizer...

Quanto a esses dois casos também, se a senhora quiser me passar os contatos, nós vamos fazer contato com cada um desses estudantes para ver o que está ocorrendo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Ministro Paim, já que o senhor concluiu, eu queria agradecer muito porque o senhor não deixou de responder a nenhuma questão, mesmo as mais, eu diria, politicamente complicadas, porque comentar a respeito de uma proposta de um ex-Ministro da Educação, como é o caso do Senador Cristovam, eu o fiz em homenagem a ele, pela dedicação que ele tem aqui a este tema. Acho que ele tem um papel muito relevante nisso. O debate é sempre democrático. Então, quero agradecer a V. Exª.

Eu vou passar ao Secretário, Jorge Messias, aqui o *e-mail* da Bruna, o endereço dela da internet. E peço à Barbara que os dois jovens, Bruno Reis e Samir Souza, se ainda estão aqui, como vieram hoje aqui sabendo da informação da audiência pública, entrem em contato para saber pessoalmente, porque aí esclarecem melhor a situação.

No mais, quero agradecer imensamente, meu caro Presidente, Senador Cyro Miranda. Ela foi extremamente valiosa para esclarecer. Temos especialmente essa informação equivocada a respeito dos materiais novos. Parabéns pelo controle.

V. Exª disse uma coisa aqui que me encanta muito: avaliação. Digamos, é relevante construir muito mais escolas? É! Agora, se nós não avaliamos a qualidade dessa escola, o serviço prestado por ela, porque a educação é um serviço público fundamental, então, isso é muito importante. Eu fico muito satisfeita com todas as informações, especialmente com o atendimento lá das boas informações sobre o caso de Ijuí, que é realmente importante, com mais médicos. Acho que uma boa faculdade de Medicina vai ajudar também no programa para atendimento.

Muito obrigada, Ministro Paim. Muito obrigada.

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Senador Cyro Miranda, eu acho que eu poderia começar por essa questão do Insaes (Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior), porque eu acho que, sem dúvida alguma, o senhor tocou no ponto.

O senhor vem falando já há bastante tempo em relação a isso. Agora, temos de entender, e o senhor sabe também, porque tem muita experiência na área de administração, já conversamos sobre isso, que na verdade a implantação de um sistema de regulação no País envolve todo um processo e que isso se dá ao longo do tempo.

Nós tivemos um marco importante nessa questão da regulação e da avaliação no País, que foi a Lei do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), que conseguiu, de alguma forma, estabelecer um marco legal para essa questão da supervisão, regulação e avaliação no País. A partir dessa lei, nós temos um conjunto de normas, decretos, portarias do Ministério da Educação, que conformam, na verdade, um marco legal importante para essa questão da regulação, da supervisão e da avaliação.

O que nós temos de fazer, o grande desafio agora é implementar a gestão desse processo. E o que a gente tem feito nessa direção? No primeiro momento, nós tínhamos, no Ministério da Educação, três secretarias e mais uma autarquia que cuidavam desse processo todo. Então, era a Secretaria de Educação Superior, Secretaria de Educação a Distância e a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. E o Inep, fazendo a parte da avaliação.

O que nós fizemos já, inicialmente, que não dependia de lei, de alteração legal, para melhorar esse processo? Criamos a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres). O que fizemos? Juntamos as três Secretarias do MEC, todas as atribuições que se referiam a essas três secretarias que envolviam um marco regulatório de supervisão, regulação e avaliação e jogamos numa estrutura só. Criamos a Seres, que tem feito um trabalho muito importante de estruturação desse processo. E mandamos para o Congresso Nacional a criação de um instituto, para que possa fortalecer, ainda mais, essa questão desse macroprocesso regulatório.

E, obviamente, como envolve a criação de uma carreira, porque nós queremos ter uma instituição especializada nessa questão, e precisa criar carreira para isso, precisa criar cargos, tem que passar pelo Congresso Nacional. E algumas atribuições têm que constar em lei, para que a força da regulação seja maior a partir dessa instituição. Então, nós mandamos um projeto de lei, que está tramitando há um ano e quatro meses aqui, justamente...

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Aqui na Casa?

O SR. JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES – Na Câmara. Aqui que eu digo é no Congresso. E vai chegar ao Senado. Nós contamos muito com a contribuição desta Comissão para quando chegar aqui.

E o Senador, eu tenho que fazer justiça, tem cobrado permanentemente isso, porque quer exatamente apoiar isso, para que a gente possa ter uma tramitação célere, para que realmente ocorra como ocorreu em outras áreas do Ministério da Educação. O Ministério da Educação tem um modelo organizacional que vai nessa direção. Temos o Ministério da Educação, que tem um papel de articulação, de formulação de políticas, de mobilização; e temos as autarquias do Ministério da Educação, que têm um papel de braço operacional, de execução das políticas, de implementação das políticas.

Então, temos o FNDE, que é quem faz a execução das ações na educação básica e, agora, também na educação superior; é um braço operacional para o financiamento da educação, para a gestão na área da educação. Temos a Capes, na área de formação, tanto para a educação superior como para a educação básica; é uma instituição já reconhecida internacionalmente. O Inep, que tem um papel importantíssimo, não só na aplicação de provas, mas nas estatísticas educacionais; é um órgão extremamente respeitado.

Ontem, estivemos... O novo presidente, que é o Chico Soares, acho que vai estar aqui hoje à tarde. O Luiz Cláudio, que é o secretário executivo, passou por lá também – vai fazer um trabalho brilhante. Mas demonstrando o quê? Que temos hoje uma instituição estruturada. Ontem, a Enap (Escola Nacional de Administração Pública) colocou a experiência do Enem como uma inovação na gestão pública, em segundo lugar, nesse evento que eles fazem anualmente, de premiação das práticas inovadoras na gestão pública. Então, eu diria que estamos avançando muito também nessa direção.

Há a Ebserh, que é recente, uma instituição que vai cuidar da gestão dos hospitais.

E o braço que vai cuidar da avaliação, da regulação e da supervisão da educação superior é o Insaes. É importante a criação do Insaes, para que possamos avançar do ponto de vista de gestão. Então, acreditamos muito que o Insaes vai dar esse diferencial. E, obviamente, a implantação do Insaes também é um processo. Vai levar tempo para que tudo isso ocorra, e é fundamental.

Então, estou aqui já respondendo as questões da Julliane, explicando como funciona esse processo. Na verdade, começamos com a questão da alteração interna, do arranjo do Ministério, com a criação da Seres; vamos passar à criação do Insaes e, a partir daí... Porque o Insaes vai pertencer ao Ministério da Educação. Então, o Ministério da Educação vai ter essa força regulatória para que possamos avançar nessa direção.

O senhor falou aqui sobre a questão da alfabetização. Nós concordamos em relação a isso. Nós sempre falamos que é até oito anos. Não estamos fixando aqui se são seis anos, sete anos ou oito anos; estamos falando “até oito anos”. Se o sistema fizer um esforço, cada um desses sistemas, e conseguir fazer essa alfabetização antes, melhor. Mas a criança... Temos de respeitar também o tempo da criança, o tempo de cada um desses professores e o tempo da escola para que ela possa avançar. Mas estamos sempre falando “até oito anos”, que é a meta.

A questão da residência em Pedagogia é uma preocupação do Ministério. Quer dizer, toda a discussão em torno do currículo dos cursos de Pedagogia, dos cursos de licenciatura é na direção de termos maior prática na formação. A residência em Pedagogia, a residência nas licenciaturas é fundamental para que isso ocorra. Só que o que queremos fazer, nessa questão da formação, além de organizar todo o sistema de formação, que é um desafio importante, é fazer com que não seja a partir da criação de um programa que se resolva esse problema. Nós queremos entrar no âmago mesmo, que é a questão do currículo; discutir com as instituições formadoras como vamos trabalhar essa prática, exatamente, usando um pouco a referência que temos na área de saúde para essa questão também da formação de professores.

Então, esse é um tema que estamos tratando. A Profª Maria Beatriz Luce está vindo; o Prof. Chico Soares também, do Inep. Eles estão ajudando, junto com as universidades, para que possamos avançar nessa direção.

A questão da educação em tempo integral o senhor já destacou aqui; a revisão do currículo; a questão dos conteúdos novos... Esse é um tema que lá, no Projeto de Lei do Ensino Médio, está sendo tratado. Os Deputados estão dizendo que, talvez, esses temas tenham de entrar de forma transversal, para que não tenhamos novos conteúdos entrando a cada dia na questão do currículo. Esse é um aspecto importante que o senhor está falando.

A questão da EAD é um desafio grande, porque o Brasil, para cumprir a meta do PNE de ampliação – chegarmos a 36% de taxa de escolaridade, de taxa líquida, e 50% na bruta, nós vamos ter que expandir mais ainda o sistema. E, sem dúvida, a EAD é importante, mas, para isso acontecer, nós precisamos também do Insaes. Precisamos ter um marco regulatório claro, porque nós não podemos expandir a EAD sem qualidade. Então, a preocupação nossa é esta: ter um marco regulatório para poder expandir, e o Insaes vai ter um papel fundamental, para que a gente possa avançar nessa direção.

O senhor falou aqui da questão da educação profissional e da sua preocupação com a questão da assistência. Vou trazer uma notícia importante: desses 6,2 milhões de matrículas, 1 milhão – e era uma meta do programa, nós a atingimos em março – é de pessoas oriundas do Bolsa Família, que, na verdade, estão fazendo a porta de entrada a partir dessa formação profissional. Então, nós temos vários casos de sucesso já nessa direção que o senhor falou.

A questão da OAB, dos cursos de Direito, é um tema que o Secretário Messias vem tratando. Nós tivemos uma longa discussão sobre esse tema, e a última promessa que ele me fez é de que, em junho, nós já vamos ter uma proposta concreta em relação à questão dos cursos de Direito. Nós não podemos mais ter essa situação que o senhor levanta, da aprovação nas provas da OAB. Nós precisamos também, ao mesmo tempo, ter um sistema do Ministério da Educação que possa apurar essa questão toda da qualidade dos cursos de Direito. Então, nós, em breve, vamos ter uma proposta concreta. Assim como nós estamos tendo agora na Medicina, com as diretrizes, que já foram aprovadas pelo CNE e vão para homologação do Ministério, nós queremos ter uma proposta também nessa área do Direito, que é uma grande preocupação que a gente tem.

Bom, no mais, eu queria agradecer muito aqui o convite, mais uma vez, me colocar sempre à disposição desta Comissão, quando for necessário, e que a gente possa fazer um debate aqui com o senhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cyró Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Nós é que agradecemos, Sr. Ministro Henrique Paim, a sua disponibilidade e o seu conhecimento. Agradecemos a toda a sua equipe, que também tem nos recebido assim de uma forma muito carinhosa e sempre solícita.

Faça desta Casa um braço do seu Ministério. É nossa obrigação ajudá-los, nossa obrigação não é criticar por criticar, não. Nós recebemos do lado de cá uma avalanche de preocupações, de críticas. É, para mim, uma das pastas mais complexas que há, porque envolve a educação, envolve a formação e a característica do seu povo.

Nós estamos herdando uma coisa que não é nossa, talvez nem da minha geração. Então, é um problema que não se resolve do dia para a noite. Mas, quando a gente começa a ver que há os trilhos, e a gente vai colocando um após o outro, que a gente consegue estar no caminho certo, isso para nós já é um grande alento. E aí nós vamos acelerando. Conte sempre com esta Casa. Nosso agradecimento profundo.

Eu sei que não é fácil, às vezes, resolver anseios que são do dia para a noite, como é o caso da Gama Filho. Não há coisa mais importante para o estudante do que o seu diploma. Quando ele vê aquilo ameaçado, ele entra em pânico. E o Ministério não tem instrumentos para, do dia para a noite, resolver aquilo. Mas, num processo de diálogo e de conciliação, nós vamos resolvendo. E acho que todos têm uma maneira de cooperar, em todas as áreas.

Então, eu agradeço a todos os presentes, a essa equipe, a V. Ex^a, aos Senadores e Senadoras que aqui estiveram, a todos os nossos colaboradores e às pessoas que estão aqui, sempre interessadas na educação, que para nós é o ponto primordial deste País.

Eu declaro encerrada esta audiência pública e convoco para a próxima terça-feira, às 11h da manhã, numa... Ah, não, na próxima terça-feira, nós teremos a Ministra Marta Suplicy, em andamento com os nossos encontros com os nossos Ministros.

Muito obrigado mais uma vez, Ministro.

(Iniciada às 10 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.)

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2014.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e dez minutos do dia dez de abril de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), **sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Cristovam Buarque**, e com a presença dos Senhores Senadores Vanessa Grazziotin, Rodrigo Rollemberg, Cícero Lucena

e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Ângela Portela, Ana Rita, Paulo Paim, Randolfe Rodrigues, Lídice da Mata, Inácio Arruda, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Ana Amélia, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Cyro Miranda, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino, Armando Monteiro e Gim. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 75/2013-CE, de autoria do Senhor Senador Cristovam Buarque, destinado a realizar a Audiência Pública para debater **“As bases legais para a conceituação da Biblioteca como centro de gestão do conhecimento fundamental para a preservação da cultura humana e como instrumento essencial para construção dos saberes”**. Como expositores, comparecem à Audiência Pública o **Senhor José Castilho Marques Neto, Secretário Executivo do Programa Nacional do Livro e da Leitura do Ministério da Cultura – MinC; Senhora Regina Céli de Sousa, Presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia – CFB; Senhora Angélica C. D. Miranda, Pró-Reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande – FURG e Senhora Marta Lúcia Pomim Valentim, Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Marília – SP – Unesp**. Neste momento, a presidência registra a presença para acompanhar a presente reunião da Senhora Helena Celeste R. L. Vieira, Coordenadora da Biblioteca do Senado Federal; Senhora Rosa Maria Paganine, Diretora da Biblioteca da Câmara dos Deputados; Senhora Helen Beatriz Frota Rozados, Representante da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação – ABECIN; Senhor Professor Antonio Agenor Briquet de Lemos, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Profissionais da Informação – **ABRAINFO**; Senhora Iza Antunes, Representante da **Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições – FEBAB**; Senhora Shirley Lopes, Representante do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibict; Senhora Elisa Machado, Coordenadora do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Ministério da Cultura – SNBU/Minc; Senhora Maria Cristina Santos, Diretora do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado da Bahia; Senhor Yuri Guimarães, Diretor da Biblioteca Nacional de Brasília; Senhor Jayme Leiro, Coordenador do Curso de Biblioteconomia da Faculdade Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB; Senhor Antonio José da Silva, Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da Região 1 (Distrito Federal); Senhora Maria Herbênia Costa, Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da Região 3 (Ceará); Senhor Marcos Paulo Viana, Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da Região 5 (Bahia); Senhor Marcos Miranda, Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da Região 7 (Rio de Janeiro); Senhor Ilson José Rodrigues, Representante do Conselho Regional de Biblioteconomia da Região 8 (São Paulo); Senhora Marta Siena, Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da Região 9 (Paraná); Senhora Lorena Nelza, Diretora da Biblioteca do Ministério das Comunicações; Senhora Silvia Alves da Silva, Bibliotecária do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM; Senhora Isaura Lima Maciel Soares, Chefe da Biblioteca do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e Conselheira Federal de Biblioteconomia; Senhora Lucimar Oliveira Silva, Bibliotecária da Prefeitura Municipal de Salvador e Conselheira Federal de Biblioteconomia; Senhora Sandra Maria Dantas Cabral, Bibliotecária do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Ceará – CREA-CE e Conselheira Federal de Biblioteconomia; Senhora Kátia Lúcia Pacheco, Bibliotecária da Universidade Federal de Minas Gerais – Escola de música e Conselheira Federal de Biblioteconomia; Senhora Francisca Rosaline Leite Mota, Vice-Diretora do Instituto de Humanas, Comunicação e Artes da Universidade Federal de Alagoas e Conselheira Federal de Biblioteconomia; Senhor Wander Filho, Diretor do Sistema de Bibliotecas Públicas do Distrito Federal; Senhor Williams Jorge Corrêa Pinheiro, Diretor da Universidade federal do Pará e Conselheiro Federal de Biblioteconomia; Senhora Maria Raimunda de Sousa Sampaio, Docente da Universidade Federal do Pará e Conselheira Federal de Biblioteconomia; Senhora Rosana Chaves Abatti, Bibliotecária do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Conselheira Federal de Biblioteconomia; Senhor Raimundo Martins de Lima, Docente da Universidade Federal do Amazonas e Conselheiro Federal de Biblioteconomia; Senhora Elaine Lourdes da Silva Moro, Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Conselheira Federal de Biblioteconomia; Senhora Adelaide Ramos e Côrte, Conselheira Federal de Biblioteconomia; Senhora Bernadete Santos Campelo, Professora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; e Senhora Dalgisa Andrade Oliveira, Professora da UFMG; Senhor André Elias, Coordenador de Acompanhamento do Processo Legislativo – MinC. Finda a apresentação do expositor, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Cristovam Buarque. Logo após, a presidência passa a palavra aos presentes. Usam da palavra o Senhor Professor Antonio Agenor Briquet de Lemos, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Profissionais da Informação – **ABRAINFO**; **Senhora Bernadete Campello, Professora Titular da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais –**

UFMG; Senhora Elisa Machado, Coordenadora do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas; e Senhora Cecília Monteiro, bibliotecária. Após as considerações finais dos expositores, o Senhor Presidente Eventual, Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Cristovam Buarque**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um bom dia a cada uma e a cada um. É um prazer estar aqui presidindo esta audiência, que eu pedi e que adiamos tanto – acho que deveríamos tê-la feito já há meses ou anos –, para ver como é que o Senado pode colaborar no fortalecimento do sistema de bibliotecas deste País – biblioteca é a igreja da cultura – e como é que podemos ajudar a biblioteconomia, bibliotecários e bibliotecárias, sem os quais a igreja não funciona. Vocês são os padres, e a biblioteca é a igreja, é o templo.

Vou convidar as pessoas a abrir a reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior. *(Pausa.)*

Está aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, atende ao Requerimento nº 75/2013 desta Comissão para a realização de audiência pública destinada a debater as bases legais para a conceituação da biblioteca como centro de gestão do conhecimento fundamental para a preservação da cultura humana e como instrumento essencial para a construção dos saberes.

Dando início à audiência, solicito à Secretária adjunta da Comissão, Adriana Nunes Gomes, que acompanhe os convidados para tomarem assento à mesa.

Enquanto isso, informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços dos seguintes canais de interatividade com o cidadão: o Alô Senado, através do telefone 0800-612211; e o e-Cidadania, através do portal www.senado.gov.br/ecidada-nia, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet. A população poderá acessar, ainda, o Facebook e o Twitter do Senado Federal para participar desta audiência.

Muito obrigado pela presença de vocês. Estou satisfeito que tenham podido estar aqui conosco.

Temos o José Castilho Marques Neto, velho amigo, que é Secretário Executivo do Programa Nacional dos Livros e da Leitura, do Ministério da Cultura; D. Regina Céli de Sousa, Presidenta do Conselho Federal de Biblioteconomia; Angélica Miranda, Pró-Reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande; Marta Lígia Valentim, professora do departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, no *campus* de Marília.

Vou passar a palavra na ordem que eu falei: o José Castilho, a Regina Céli, a Angélica Miranda e a Maria Lígia Valentim...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Onde é que está errado? Ah, “Marta”! Desculpe. É a falta dos óculos, a tentativa de parecer jovem. O “t” e o “i” ficam iguaizinhos aos meus olhos aqui.

Nós vamos ter um problema: vamos ter que terminar esta audiência ao meio-dia, por diversos outros compromisso nesta Casa e uma viagem. Então, vou começar pedindo que cada um fale dez minutos. É possível ou não? *(Pausa.)* Se for preciso, a gente estende um pouquinho para, depois, termos o mínimo de debate e de comentários.

Prof. José Castilho, com a palavra.

O SR. JOSÉ CASTILHO MARQUES NETO – Bom dia, Senador Cristovam Buarque, velho amigo e, seguramente, uma das vozes mais importantes do Brasil na defesa da educação e da cultura.

Eu queria pedir licença à Regina, que é a Presidente do CFB, mas gostaria de cumprimentar todos os bibliotecários e as bibliotecárias presentes na figura do nosso amigo Briquet de Lemos, que está aqui conosco, e queria dizer a todos e a todas que, antes de mais nada, é um prazer e é um dever estar aqui.

Estamos trabalhando, Senador Cristovam Buarque, em uma retomada do Plano Nacional do Livro e Leitura desde junho do ano passado. E essa retomada do Plano Nacional do Livro e Leitura tem, indubitavelmente, como diz o próprio texto do plano, no seu primeiro eixo, dos quatro, o eixo talvez mais importante, dadas as condições históricas, sociais e de acesso à cultura no Brasil. O primeiro eixo do plano é justamente a democratização do acesso à leitura.

E nós entendemos, deixando claro já desde o princípio, aqui nesta audiência pública, que a democratização do acesso à leitura do povo brasileiro não se dará se não tivermos um forte sistema de bibliotecas públicas, de bibliotecas de acesso público no Brasil. Isso significa bibliotecas públicas, bibliotecas escolares, bibliotecas formadas pelas comunidades. Entendemos que bibliotecas de acesso público são algo que ou realizamos ou não conseguiremos concretizar o Eixo 1 do Plano Nacional do Livro e Leitura, que é exatamente a democratização do acesso.

Ainda somos um país com grandes dificuldades de acesso privado ao livro, ainda somos um país que tem enormes dificuldades na aquisição de bens culturais, e, seguramente, este não é um cenário que se resolverá em curto espaço de tempo. Além disso, entendemos que a leitura coletiva, a leitura feita em torno da biblioteca é algo fundamental para a constituição, de fato, de um leitor pleno.

Entendemos, por outro lado, também, que não basta haver biblioteca; há necessidade de termos profissionais nessas bibliotecas, capacitados não apenas para dar à biblioteca o seu sentido pleno, mas que seja também a biblioteca que possa cumprir o Eixo 2 do Plano Nacional do Livro e Leitura, que é exatamente a formação e o incentivo à mediação da leitura, porque o bibliotecário também é um mediador de leitura. Ele necessita ser um mediador de leitura.

São esses dois eixos, que entendo sejam talvez os eixos principais do Plano Nacional do Livro e Leitura, que estamos perseguindo com muita força e com muito empenho nessa retomada do Plano Nacional do Livro e Leitura. E esse empenho se dá hoje, principalmente, do ponto de vista do Governo Federal, em torno do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, que todos conhecem e que é comandado pela Elisa Machado, bibliotecária que está aqui conosco e que saúdo também neste evento.

A nossa disposição, Senador e caros amigos das bibliotecas, é exatamente trabalhar um período. E, assim que resolvi atender à solicitação da Ministra Marta Suplicy e do então Ministro Mercadante para retornar ao comando do Plano Nacional do Livro e Leitura, no ano passado, foi justamente em um compromisso que entendo ser histórico para o Brasil. É um compromisso histórico porque nós perdemos a mão ou o bonde da história há anos, quando as instituições do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas também se perderam com a extinção do Instituto Nacional do Livro e de todas as instituições que se sucederam.

Desde então, e já se vão quase 30 anos, o Brasil tem batido em várias portas, e a política do livro e da leitura, a política pública do livro, da leitura e das bibliotecas tem batido também nessas portas de maneira errática, ao sabor de quem está governando. E nós não podemos construir um país de leitores se não tivermos a institucionalidade necessária, a firmeza de uma política de Estado – permanente, portanto – que nos vá dar as diretrizes para que tenhamos cidadãos leitores, plenos leitores, e não apenas os 26% de leitores plenos que temos no País hoje, conforme os últimos dados do Inaf; faixa de 26% que permanece inalterada desde que se começou a pesquisa. Aumentamos o índice de alfabetizados, mas a faixa de leitores plenos continua inalterada. São só 26% da população alfabetizada.

Então, Senador, estamos em bom momento para discutir essa proposta do Conselho Federal de Biblioteconomia. Entendo que este momento é de institucionalização; de aplicarmos, nos marcos legais, leis, medidas de permanência de boas práticas de todos os elos: do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas. Ou, como sempre me cobram, em particular uma amiga do Conselho Federal de Biblioteconomia: das bibliotecas, do livro, da leitura e da literatura. Com o “b” na frente!

Essa é uma disposição da atual gestão do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação e traduz-se em uma medida, que deve chegar ao Congresso Nacional ainda no início do próximo mês – está em fase final de tramitação em ambos os ministérios –, que é um projeto de lei que cria o Plano Nacional do Livro e Leitura, que foi instituído, inicialmente, como portaria interministerial; na sequência, como decreto da Presidente Dilma; mas que, hoje, entendemos, não só do ponto de vista do plano e dos órgãos de governo, mas todos os envolvidos, toda a cadeia de autoria, de produção, de distribuição, de mediação da leitura entende que a Lei do Plano Nacional do Livro e Leitura é vital para esse processo de institucionalidade e para que tenhamos a esperança de, pelo menos em médio prazo, termos delineada uma política de Estado, permanente, para o livro, a leitura, a literatura e as bibliotecas no Brasil.

Nesse sentido, a Lei do Plano Nacional do Livro e Leitura seria a nossa diretriz, como o plano tem sido, um consenso espetacular.

No Brasil, fala-se muito de pacto social. Poucos foram realizados. E posso afirmar, sem medo de errar, que o Plano Nacional do Livro e Leitura é um verdadeiro pacto social. Discutido no Brasil todo, presencialmente, com todos os Estados, com todos os segmentos; reiterado e reformulado, duas vezes, por duas conferências nacionais de cultura, uma recentemente; colocado entre as 20 prioridades da cultura na última conferência, entre as mais de 700 que foram apresentadas, o plano reflete, de fato, um pacto social neste País. E é necessário dar a ele a legitimidade de uma lei aprovada nesta Casa.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ CASTILHO MARQUES NETO – Então, nesse sentido, digo que a “lei geral”, vamos chamar assim – entre aspas, muitas aspas –, que possibilita ao Brasil entrar no campo da política de Estado para a área da leitura de maneira geral, vê, com muito bons olhos, a entrada em cena do Conselho Federal de Biblioteconomia e dessa discussão que se apresenta hoje nesta audiência pública, em que se trabalharia com um projeto, em que não vou entrar, porque, certamente, Regina vai expor a todos, a respeito de uma futura lei das bibliotecas.

Precisamos, agora, da lei da diretriz permanente da política de Estado, cada vez mais afinando e reforçando as bases estruturantes dessa política. E, como já afirmei no início da minha fala, para deixar muito clara a nossa posição, a biblioteca, seguramente, é a principal delas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado pela mensagem, que nos passa certa satisfação, certo alívio até e entusiasmo.

Passo a palavra, agora, à Profª Regina Céli de Sousa.

A SRª REGINA CÉLI DE SOUSA – Bom dia a todos e a todas.

O Conselho Federal de Biblioteconomia, neste ato representado por sua presidente, pelos conselheiros federais, membros da 16ª gestão, e pelos conselheiros regionais de Biblioteconomia, agradece a presença de todos, que não mediram esforços para estar aqui neste momento político e histórico para as bibliotecas e o ensino da Biblioteconomia no Brasil.

Agradecemos, em especial, ao Senador Cristovam Buarque, autor do requerimento, e ao Sr. Ivônio Barros, que tem orientado na condução do processo; do Senador Alfredo Nascimento, que provocou a discussão sobre o conceito de biblioteca, com a apresentação do Projeto de Lei nº 156.

Destacamos que a Profª Maria Alice Guimarães não está presente por motivos de saúde.

O Brasil vive um momento de reflexão ímpar no que se refere à legislação sobre biblioteca. As ações do Conselho Federal em prol do fomento dessas reflexões estão sendo decisivas para mudar os rumos da educação e da cultura do País. Um dos maiores passos nesse sentido foi a promulgação da Lei nº 12.244, em 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares, das bibliotecas e instituições de ensino no País.

Contudo, ainda carecemos de uma orientação legal que disponha sobre o que venha a ser a instituição biblioteca e que caracterize suas tipologias. Dizer que a biblioteca é importante é uma verdade de la Palice. É inegável que a temática merece um olhar mais atento dos governantes sobre questões legais que possam vir a nortear e, sobretudo, regular a existência, constituição e funcionamento desse tipo de instituição.

As bibliotecas devem, independentemente de sua tipologia ou natureza, pública ou privada, prestar um serviço de excelência, garantindo aos seus usuários o acesso à informação e ao conhecimento, bem como o acesso aos bens culturais, formação e educação continuada, possibilitando avanços no processo de democratização e fomento à cidadania.

As bibliotecas integram o campo sociocultural educativo, condição que as submete às influências dos valores culturais hegemônicos desde o início da colonização brasileira.

Sua existência no País está intimamente relacionada com os avanços e os retrocessos das políticas públicas de cultura e de educação no País.

A educação no Brasil, como prática sociocultural, teve início com a chegada dos padres jesuítas em 1549. Foram esses padres que organizaram as primeiras bibliotecas escolares em nosso País, mesmo que nessa época a motivação não fosse a formação cultural, a democratização da cultura ou a emancipação social e política da população por elas atendidas.

Naquela época, o objetivo era essencialmente a formação de quadros religiosos, a afirmação de conhecimentos, para impedir que o ideal da reforma protestante avançasse sobre os novos domínios de Portugal, e a disseminação da língua portuguesa no cotidiano dos nativos, por meio de ensino e da catequese, para facilitar a conquista e a expansão dos territórios coloniais portugueses.

Observe-se, contudo, que nessa época não havia qualquer regulamentação sobre a existência e o funcionamento dessas bibliotecas pelo Estado português ou pelos padres jesuítas, prevalecendo as ações dirigidas à formação dos seus acervos.

Note-se ainda que, em relação a esse tema da educação ou instrução pública, denominação da época, as ordens religiosas atuantes no Brasil, não só os jesuítas, gozavam de total autonomia, vindo a perdê-la a partir de 1757, com o fim do regimento das missões e a aprovação do regimento do diretório. Mas nem essas mudanças, tomadas em decorrência da expulsão dos jesuítas dos domínios de Portugal, que aconteceu em 1759, tampouco as reformas promovidas na instrução pública pelo Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Portugal, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, regulamentavam a existência e a organização das bibliotecas escolares, visando a um estágio de desenvolvimento que aproximasse a economia de Portugal em relação à Inglaterra e à França.

Ao contrário, cuidavam de orientar os representantes portugueses nas colônias de Portugal para coibirem a livre circulação dos livros com vistas a evitar a entrada das “ideias perniciosas” de liberdade defendidas pela Revolução Francesa.

Pensando apenas no Estado brasileiro, a primeira legislação que regulamentou, de forma parcial, a existência de biblioteca escolar foi o Decreto 7.247, de 1879, ainda no período imperial. Elaborada em sintonia com o ideário liberal-iluminista, essa reforma abarcou todos os níveis de ensino da província da Corte (Rio de Janeiro), indo do primário ao superior, estendendo-se por todas as províncias do Império do Brasil. Entre outras providências, essas reformas permitiam ao governo imperial fundar ou auxiliar bibliotecas e museus pedagógicos em todas as províncias onde funcionasse uma escola normal. Mas, especificamente com respeito aos aspectos relativos às suas organizações e funcionamentos, só indica a categoria funcional do servidor que deveria ficar responsável pelas suas atividades...

(Soa a campanha.)

A SRª REGINA CÉLI DE SOUSA – ... sem detalhá-las: o amanuense (ou escrivão ou escrevente). Como se observa, alguém com pleno domínio dos atos de ler, escrever e interpretar, e não qualquer servidor administrativo e até auxiliar de serviço, como ocorre na contemporaneidade.

Depois dessa legislação imperial, a regulamentação mais remota da biblioteca escolar no Brasil só veio a acontecer em 2010, com a aprovação da Lei 12.244, referenciada anteriormente, que dispôs sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, e mesmo assim também de forma parcial. Note-se que, além de definir a biblioteca escolar como coleção de livros e outros materiais, não faz referência às condições materiais que permitiram a sua estruturação para vislumbrar a realização dos seus projetos técnicos – ações instrumentais de organização, tratamento e controle de documentos e informações –; políticos – ações relacionadas aos ideais de reprodução e transformação das realidades sociais concretas –; e sociais – práticas sociais geradoras de condutas civilizadas ou de atos de regressão à barbárie. Isso porque as Constituições Federais brasileiras, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a legislação delas decorrente, especialmente os Parâmetros Curriculares Nacionais, o Plano Nacional de Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Fundamental não tratam desse tema, a não ser de forma indireta.

Mesmo que explicitamente os seus dispositivos nada expressem sobre a filosofia de atuação da biblioteca e suas responsabilidades, os programas elaborados a partir deles, ao reduzirem as suas existências à mera distribuição de livros às bibliotecas, orientam-se pela ideia rasa de que biblioteca é só um armazém de livros ou um depósito de acervo bibliográfico. Por essa visão, havendo uma coleção de livros e um espaço físico pequeno, sem pessoal qualificado para transformar os seus conteúdos em bens culturais a serem ofertados contínua e sistematicamente aos seus usuários, por meio dos serviços de consulta e empréstimo, para o Governo Federal ainda assim ela será quantificada como uma biblioteca. Isso porque, sob a lógica dos números absolutos, não interessa relativizar que as práticas sociais ambientadas nessas bibliotecas não contribuem para a democratização dos bens culturais, a formação cultural dos cidadãos, a qualidade da construção do conhecimento e para as necessidades de informação das comunidades, aspectos que tornam as suas práticas sem significado e sentido para as classes desfavorecidas, usuárias preferenciais das bibliotecas públicas, mas o mesmo não acontece em relação às classes dominantes, cuja formação cultural independe dos serviços dessas bibliotecas.

Há de se registrar que o Brasil conta com uma legislação que contempla os aspectos relacionados ao livro e à leitura.

(Soa a campanha.)

A SRª REGINA CÉLI DE SOUSA – Mais um minutinho.

Ao todo, conforme a Câmara dos Deputados, são 17 leis e 10 decretos promulgados que abordam a temática. Registra-se que, além da Lei 12.244, nenhuma outra lei, do rol das 17 existentes, abarca aquilo que podemos chamar de *heart of the matter* quando tratamos das bases legais para institucionalização das bibliotecas em nosso País.

O Conselho Federal de Biblioteconomia, no sentido de avançar e transformar a realidade atual, iniciou a busca de elaboração de um texto para subsidiar a criação da Lei da Biblioteca no Brasil, a exemplo da Lei do Livro, que foi promulgada em 2003. A Lei da Biblioteca tem como objetivo estabelecer os conceitos de biblioteca, segundo cada uma de suas tipologias, para facilitar a compreensão desses conceitos por parte dos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no âmbito federal, estadual, municipal, e da população em geral, bem como favorecer tanto as suas inclusões nos manuais do Direito Administrativo brasileiro quanto as suas aplicações no cotidiano da sociedade nacional. A inexistência de uma legislação esclarecedora com esse alcance tem levado alguns legisladores menos afeitos a esses conceitos e às terminologias da nossa área a entender, por exemplo...

(Soa a campanha.)

A SRª REGINA CÉLI DE SOUSA – ... que toda biblioteca da Administração Pública é uma biblioteca pública, desconsiderando particularidades como as funções, os acervos e os serviços das demais bibliotecas existentes, entre elas a pública.

Muito embora seja possível argumentar que países de Primeiro Mundo não carecem de legislação específica devido ao patamar de desenvolvimento, é necessário dizer que leis são fundamentais para o fortalecimento de todo e qualquer país.

Posto isso, torna-se necessária uma legislação que ofereça as diretrizes mínimas sobre o que é a biblioteca, especialmente nos processos de criação, de organização, de estruturação e de funcionamento da mesma. A biblioteca deve ser um organismo vivo na sociedade e não uma instituição estática.

A biblioteca deve ser considerada como serviço e não como instrumento. Deve ser entendida como pertencente a uma instituição social ou à União, aos Estados e aos Municípios. Implica que as bibliotecas não existem por si nem para si. Por isso, não são serviços independentes ou autônomos, e deve ficar entendido que toda a existência e o funcionamento dessas bibliotecas devem se pautar pelas missões e objetivos da instituição onde elas estão inseridas, a quem caberá sempre o provimento das condições infraestruturais, tendo em vista a organização dos serviços técnicos e culturais à sua comunidade preferencialmente, com a qualidade presumida.

Quais são os danos que a inexistência da legislação conceitual de bibliotecas tem causado à população? Podemos considerar como dano a penalização das suas comunidades de usuários reais e potenciais que muitas vezes têm um espaço físico com um acervo (depósitos de livros ou recurso bibliográfico e tecnológico), mas não recebem os serviços que deveriam receber para atender às suas necessidades informacionais. E mesmo quando o responsável pela biblioteca busca encontrar na legislação local ou nacional, não as encontra, para orientar a criação, a organização, a estruturação e um funcionamento da biblioteca.

Não há respaldo legal e orientações para qualificação dos serviços, pois não existe legislação pertinente. Sem a existência da legislação, prevalece a fragilização da sociedade, pois as bibliotecas ficam à mercê do gestor. Se esse gestor for uma pessoa esclarecida, ele pode ser capaz de organizar uma biblioteca que cause menos prejuízo à coletividade, mas, ao contrário, se for um gestor sem esse esclarecimento, a biblioteca acaba sendo estruturada de uma forma a não garantir os serviços adequados à comunidade. Mais que isso, nessas condições, na primeira dificuldade, a falta de convicção sobre o que é biblioteca e o que ela pode oferecer à população, ela acaba sendo desativada.

Além disso, os documentos atuais das políticas públicas de educação e de cultura se limitam a registrar ou projetar a existência das bibliotecas sem levar em consideração o conhecimento técnico e científico que o Estado reconheceu como necessário ao regulamentar a profissão do bibliotecário.

É importante afirmar que a existência de bibliotecas que prestem serviços de qualidade favorece o desenvolvimento...

(Soa a campanha.)

A SRª REGINA CÉLI DE SOUSA – ... social – faltam dois parágrafos – e econômico (compreendendo todos os setores da economia, desde o setor primário ao quaternário), científico, tecnológico, cultural e político, abrangendo desde os grandes centros urbanos, as periferias e as zonas rurais.

Ante o exposto, justifica-se a necessidade de uma legislação conceitual que regule a criação, a existência, a estruturação e o funcionamento da biblioteca brasileira, que abra a perspectiva para a construção de uma sociedade acessível, inclusiva e mais cidadã. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigada, Professora.

Passo a palavra agora, pela ordem combinada, à Pró-Reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande Angélica Miranda.

Lembrando que se pudermos ter o tempo apertado...

A SRª ANGÉLICA CONCEIÇÃO DIAS MIRANDA – Senhoras e senhores, bom dia. Cumprimento o Senador Cristovam Buarque por essa iniciativa, dizendo que a nossa classe sente-se orgulhosa por estarmos aqui reunidos, debatendo um tema que é de interesse nacional.

Cumprimento as autoridades presentes nesta Mesa e a oportunidade de estar aqui para falarmos acerca de bibliotecas.

Bibliotecas são instituições milenares, guardam a memória e dão acesso ao que é produzido. Bibliotecas não é algo que estamos inventando hoje ou que existem neste século. Bibliotecas existem há muito mais tempo do que possamos imaginar. A mais antiga de que se tem conhecimento é a Biblioteca de Alexandria, que foi criada no século III antes de Cristo. Seu objetivo principal era a reunião dos livros de todos os povos da Terra. Já era a ideia da reunião do conhecimento produzido. E essa biblioteca foi destruída mil anos depois, mas, nesse momento em que se fala, de Biblioteca de Alexandria, o cunho era muito mais elitizado, era uma biblioteca que queria guardar o que se produzia, e hoje a biblioteca à qual nós nos referimos é uma biblioteca que pensa na sociedade, exclusivamente aberta para a sociedade, que precisa do acesso à informação. É a biblioteca a que nós nos referimos.

Como exemplo, nós podemos citar um morador de rua do Recife que, após morar na rua e estudar na biblioteca, foi aprovado em um concurso público. Esse cidadão hoje, pelo que me consta nas minhas pesquisas nas redes, trabalha em um órgão público, está cursando um curso superior e tem família. Ele alega que, se ele teve oportunidade de melhorar suas condições culturais e educacionais, foi graças a uma instituição que estava com as portas abertas, que não lhe perguntou a sua formação ou seu interesse, mas permitiu que ele, como cidadão, exercesse o direito que nós temos que dar a todos: acesso à informação, para mudar o nosso estado.

E, pensando em informação, nós podemos dizer que o conhecimento é o único bem humano que, quanto mais nós dividimos, mais nós multiplicamos, e as bibliotecas têm essa percepção de que todos os que lá vão buscam alguma coisa, ou seja, nós não temos somente um depósito de livros, como foi muito bem colocado pela nossa Presidente Regina Céli, um depósito, uma sala com livros. Mas, se nós olharmos do ponto de vista humano, cognitivo, emocional, situacional, se pensarmos nas pessoas que precisam de informação, do acesso a um livro, do acesso a uma informação da Constituição, e que não sabem como encontrar, a biblioteca lá está com as portas abertas. Independente de raça, cor, credo, qualquer cidadão tem acesso a essa informação.

No Brasil, nós podemos destacar que o quadro geral das bibliotecas públicas não é o que nós gostaríamos, porque indica a fragilidade de uma instituição que não tem investimento, que é vista como um depósito. Por vezes, muitos gestores acreditam que, colocando os livros naquela sala, vão ocupar menos espaço. “Deixa os livros lá guardados; aqui eles estão tirando o espaço que nós precisamos para alguma outra finalidade.” Eles não dão às bibliotecas o valor devido que elas merecem, não as enxergam como equipamentos sociais e culturais, e, sim, como mero depósito.

Passou-se o tempo em que bibliotecas eram elitizadas, que guardavam conhecimento, em que poucos poderiam entrar. Passou o tempo em que eram considerados templos do saber. Hoje, bibliotecas são equipamentos, são instituições que permitem que todos possam acessar. E eu lembro ainda o caso de países do exterior que têm bibliotecas públicas com acesso à rede mundial de computadores, todos podem entrar, moradores de rua passam todos os dias para verificar seus *e-mails*, suas informações, e as bibliotecas lá estão. E elas não são lugares fechados em que entra pouca luminosidade, ar; são lugares de muita vida, muito envolvimento, de pessoas inspiradas, que querem resolver o maior dos problemas do ser humano, que é a falta de informação para obter conhecimento.

Hoje, no Brasil, acreditamos que, sem as bibliotecas, nós não teríamos acesso à cultura. Onde é que está a cultura deste País? A cultura está em cada região. Em um país como o nosso, de um tamanho continental, é praticamente impossível nós termos conhecimento de todas as regiões. Aqui eu sempre faço essa referência, que eu sou da Universidade Federal do Rio Grande, porque é muito normal as pessoas confundirem Furg com UFRGS. Sinto-me privilegiada quando pensam que eu sou da UFRGS, porque é uma instituição de que eu gosto muito e é referência, mas eu sou da Furg, mais ao sul do País. Então, um país como o nosso, desse tamanho, onde os nomes das instituições se parecem, onde nós confundimos muitas informações, que tem muita cultura, onde é que está a nossa cultura? Como é que nós vamos buscar essa informação? Eu não sei como é que funciona, como é a cultura de Belém do Pará, um Estado que eu amo muito, que é o Pará, mas eu tenho uma noção. E onde eu vou buscar essa informação? É na biblioteca. E nas escolas, onde é que uma criança vai buscar a informação? E hoje, nos cursos de educação a distância, onde se busca a informação? A informação está nas redes, mas, acima de tudo, nós precisamos de informação organizada, reunida e sistematizada.

Quisera todos os estudantes soubessem onde e como encontrar informações. Somos privilegiados; nós, bibliotecários, temos o privilégio de saber o caminho das informações, informação de qualidade, e é somente a informação que muda o estado de conhecimento de alguém. Conhecimento é algo que nós podemos adqui-

rir de acordo com o que nós recebemos, é o que nós fazemos com o que nós recebemos, e as portas abertas de instituições que possam promover esse acesso farão diferença. Não podemos falar em educação, em pactos, na formação continuada, em assuntos que hoje eu percebo, e estou envolvida com eles diretamente, que pensam e promover a melhoria da educação de nosso País. Não falaremos nunca na melhoria da educação se não atentarmos para a base dessa educação, que é leitura. E onde buscamos a leitura? Sim, nas redes mundiais com certeza, mas nós buscamos a leitura também nas bibliotecas, porque sabemos que a maioria dos nossos cidadãos brasileiros não têm como comprar livro todos os meses ou não têm como comprar aquele livro de que eles precisam. E onde é que está esse livro? Está na biblioteca.

Cultura e leitura é o que nós precisamos para mudar e precisamos essencialmente ter memória; um povo sem memória não tem futuro. A memória é o nosso passado, a memória é o que nós temos do presente, mas é através da memória que nós vamos planejar o nosso futuro, e eu tenho certeza de que, trabalhando com a memória das bibliotecas, nós temos muito a ganhar, porque são elas que farão a diferença no processo educativo do nosso País. As bibliotecas permitem acesso ao conhecimento produzido, porque lá está reunido, e permitem também o exercício da cidadania. A Constituição brasileira é clara: todos nós nascemos cidadãos, e a diferença está em exercer ou não a nossa cidadania. Mas como eu vou exercer algo a que eu não sei que eu tenho o direito? Fontes de informação, acesso à informação, é isso que nós queremos.

Mas por que o nosso País precisa de uma lei para bibliotecas? Nós fizemos uma discussão em vários Estados e trazemos aqui algumas reflexões que nós recebemos de profissionais, professores, alunos, de pessoas que entendem o que a biblioteca significa para a nossa sociedade, e somente ela poderá permitir ao cidadão o seu direito de acesso à informação; somente ela, como um espaço de cultura e conhecimento que garante um acesso igualitário.

Sim, a cultura está em todos, em todos os momentos, em todos os lugares, mas nós queremos um lugar que possa ter isso reunido e dar acesso ao povo. Nós queremos também contribuir, queremos ser parte da responsabilidade do País de melhorar os nossos índices.

(Soa a campanha.)

A SRª ANGÉLICA CONCEIÇÃO DIAS MIRANDA – A biblioteca é um local de aprendizagem, produção e difusão do conhecimento, porque ela propicia o encontro de pessoas de diferentes camadas sociais, ela é um centro cultural que atende à diversidade. São centros que fomentam o aprendizado, o acesso a novas tecnologias da informação, porque elas contribuem para a democratização e, principalmente, para a diminuição do analfabetismo digital. Ter computador em casa não significa dizer que as pessoas sabem utilizá-lo. As pessoas sabem acessar o Google, e lá procuram informação. Nós queremos mais: queremos um país voltado para a leitura, para a cultura, para que nós possamos melhorar, e melhorar muito mais.

No Egito, as bibliotecas eram chamadas de tesouro dos remédios da alma. De fato, é nela que nós curamos a maior de todas as ignorâncias, é onde nós podemos contribuir para um país melhor. Essa é nossa contribuição, e acreditamos que, com essa reflexão, possamos dar um passo muito importante em nosso País para a valorização das bibliotecas, não lugares fechados, empoeirados, mas centros que permitam ao cidadão estar presente e conhecer seus direitos.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Profª Angélica.

Passo a palavra para a Profª Marta Lígia Valentim.

A SRª MARTA LÍGIA POMIM VALENTIM – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Cristovam. É com muita alegria que eu venho participar desta audiência pública, para falar um pouquinho sobre uma coisa tão importante para o País.

Ontem, eu até conversava com algumas pessoas que é incrível que tenhamos que vir ao Senado para dizer da importância das bibliotecas para o País, da importância das bibliotecas para a educação, da importância das bibliotecas para a cultura. Isso é o óbvio, mas infelizmente, temos que vir ao Senado falar: “Gente, nós precisamos de legislação que regule essas questões que são extremamente importantes para o País.” Falar isso aqui, ao mesmo tempo em que eu me sinto bem, porque, afinal é uma audiência para discutir isso que está querendo levar essa discussão à frente, regularizar e trazer diretrizes para que todos os Estados, todos os Municípios, os gestores, enfim, possam, de algum modo, trabalhar isso, que é tão importante, por outro lado, me deixa muito triste, porque nós estamos em 2014, século XXI, e temos que falar o óbvio. Gente, por favor, nós precisamos de legislação que regule essas questões.

Eu trouxe alguns conceitos, eu trouxe algumas coisas, mas não vai dar tempo. Eu vou enxugar. Vamos lá.

Eu trouxe este conceito que está presente no manifesto da Unesco. A Unesco é uma instituição internacional que tem trabalhado fortemente para a educação, para a cultura, para o desenvolvimento humano no mundo, e esse manifesto é especificamente das bibliotecas públicas. Eu vou ler. Diz o seguinte:

A liberdade, a prosperidade e o desenvolvimento dos indivíduos da sociedade são valores humanos fundamentais, mas somente serão alcançados por meio de cidadãos bem informados, com capacidade para exercerem seus direitos democráticos e terem, de fato, um papel ativo na sociedade. A participação construtiva e o desenvolvimento da democracia dependem tanto de uma educação satisfatória quanto de um acesso livre, ilimitado à informação, ao conhecimento, ao pensamento e à cultura.

Essa introdução do manifesto da Unesco já dá conta do que é a biblioteca para uma sociedade. Eu acho que dispensa comentários.

No material, eu também trouxe alguns materiais produzidos pela Biblioteca Nacional, mas eu vou pular e vou para outro conceito também da Unesco, do manifesto da Unesco, que vai falar da biblioteca escolar. Da biblioteca escolar, nesse manifesto, nesse documento, diz o seguinte:

Proporciona informação e ideias que são fundamentais para a atual sociedade, baseada em conhecimento, desenvolve nos estudantes competências para a aprendizagem ao longo da vida e desenvolve a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis.

O que é importante desses dois conceitos dos manifestos para biblioteca pública e biblioteca escolar da Unesco? Existem diferenças nesses conceitos, mas o que traz é a importância da atuação da biblioteca para o desenvolvimento social. E, no caso da biblioteca escolar, como nós vamos ter cidadãos críticos, cidadãos que façam uma reflexão sobre a sua própria realidade e que possam, de fato, contribuir de uma maneira efetiva, se eles não têm competências para usar essa informação, para reconhecer a informação, para saber o que ela de fato vale, qual é a fidedignidade de uma informação, saber avaliar o que é uma informação que foi ali plantada com objetivos outros, seja ideológico, político, econômico, e saber fazer um discernimento claro sobre aquilo? Ele não vai conseguir fazer isso se não houver uma ação não só da biblioteca, mas das escolas, dos professores e de outros profissionais nesse sentido, nessa direção. A biblioteca é fundamental.

E, também pulando, vamos lá. Outro conceito aqui de biblioteca universitária é este que foi produzido por uma comissão de especialistas, que trabalhou um pouquinho as questões da biblioteca universitária no conjunto de atividades que o Conselho Federal de Biblioteconomia vem desenvolvendo junto ao Inep. E aí, resumidamente, a biblioteca, no caso, universitária, “é uma unidade de informação que integra a realidade acadêmica e administrativa de uma instituição de ensino superior, espaço que é alicerce participativamente da construção e apropriação do conhecimento, propiciando a mediação da informação necessária à consolidação do processo ensino-aprendizagem, sendo a base do ensino pesquisa e extensão, voltados às demandas da sociedade”.

Esses três conceitos são inter-relacionados, obviamente, mas têm diferenças. O objetivo de trazer os conceitos é justamente para mostrar que nós temos tipologias de biblioteca com missões diferentes, com objetivos diferentes e que isso deve, obviamente, constar de uma diretriz nacional, até para que os gestores saibam a diferença. Uma biblioteca pública não é igual a uma biblioteca escolar. Aliás, no Brasil, como nós não temos bibliotecas públicas na maior parte deste País, as bibliotecas públicas acabam assumindo um pouco esse papel das bibliotecas escolares porque alguém tem de fazer isso. Então, ela não é uma biblioteca pública e não é uma biblioteca escolar. O que é péssimo, porque você não atende à sociedade como biblioteca pública, trabalhando o direito do cidadão, e você não atende ao estudante, porque, afinal de contas, o objetivo ali é outro, ou seja, nós temos problemas no Brasil sérios em relação a isso. Nós precisamos resolver. Por onde a gente começa? Por diretrizes legais, por marcos legais, nós precisamos disso.

Então, eu acho assim, Senador Cristovam, o senhor que é um defensor da educação no Brasil, uma das vozes fortes que nós temos aqui – eu admiro muito seu trabalho –, nós precisamos disto: de gente no Senado e na Câmara que batalhem por isso. Nós estamos juntos. O Castilho está aqui com um trabalho também maravilhoso, pensando livro e leitura, e a biblioteca faz parte disso. Então, ou a gente junta esforços, vamos juntos, ou a sociedade brasileira vai ficar do jeito que está com esses problemas que são milenares... Sei lá, por esse tempo que já temos esses problemas aqui. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Essa última frase, Profª Marta, resume muito: ou a gente faz o que é preciso ou o Brasil está condenado.

Ontem, estive aqui em uma audiência também sobre o financiamento da educação. Mas o financiamento não para continuar do jeito que está, mas para dar o salto que o Brasil precisa fazer. O Brasil precisaria de R\$450 bilhões, o que não chega a 7% do PIB. Seria perfeitamente possível. Só que vai ter de tirar de algum lugar. Quando a gente começa a analisar de onde vai tirar o dinheiro... Faço assim porque tinha um quadro ali que coloquei, ninguém quer...

Por exemplo, nós gastamos, no ano passado, R\$170 bilhões de redução de impostos para automóveis. Acha que eles vão querer abrir mão dessa redução de preço que o Governo fez para colocar na educação? Só para dar um exemplo, mas há diversos, mas vai ter que tirar de algum lugar. Por isso, no final, Profª Marta, até houve gente pessimista que disse que tudo ficaria como está, porque ninguém vai querer abrir mão de nada! E

aí todo mundo fica sem nada, porque o futuro fica feio, fica triste. O mesmo vale para esse detalhe fundamental da educação que é a biblioteca. O centro da escola é claro que é o professor, mas o professor sem biblioteca é como um cavaleiro sem cavalo. Ele é incompleto, não há como ele ser completo sem uma biblioteca por perto. Raras de nossas 200 mil escolas têm biblioteca. Dessas, quase nenhuma tem uma bibliotecária, um bibliotecário para cuidar. E aí vira depósito de livros. Por isso, a importância de nós estarmos aqui.

Eu, antes de fazer umas perguntas, eu quero dizer que uma vez estava em um debate com adolescentes, e um deles me perguntou como eu via que é o céu? Uma pergunta dessas que tomam a gente de surpresa. Na hora, eu não sei, porque lhe disse: “Olha, o céu para mim é um lugar onde a gente tem a eternidade na vida e todo o tempo livre.” E é dentro de uma biblioteca onde os anjos são bibliotecários. *(Risos.)* A gente não tem o perigo de não achar um livro. Mas aí eu pensei uma coisa triste: se esse for o céu, nossos 13 milhões de analfabetos não entrariam, bem como nossos milhões de meninos e meninas que abandonam a escola antes de terminar o ensino médio. Poucos entrariam, porque a maioria não adquire o gosto pela leitura, mesmo sabendo ler, ou seja, nós somos um País condenado às pessoas não entrarem nesse céu metafórico que seria uma grande biblioteca.

E eu não tenho visto, nas conversas entre os bibliotecários e bibliotecárias, a ideia de uma revolução na educação de base. Eu não tenho visto como compromisso do Conselho Federal de Biblioteconomia, por exemplo, uma campanha pela erradicação do analfabetismo. Vocês estão deixando de ter 13 milhões no Brasil que não sabem o bê-a-bá. Eu não sei quantos, mas falam em porcentagem, mas 40% da população é analfabeta funcional, ou seja, sabem o bê-a-bá, mas não entram em uma biblioteca, porque não são capazes de ler. É preciso que o movimento de bibliotecários e bibliotecárias, a meu ver, entre em um grande movimento pela leitura. Isso significa educação. Nossa educação não fabrica leitores; então, para que biblioteca.

Aliás, eu me lembro da história que me contou um amigo. Ele me disse que, um dia, conversando com sua trabalhadora, ela perguntou o que era biblioteca. Veja bem, ela não sabia o que era. Ele disse que é o lugar onde a gente guarda os livros todos organizados. Ela disse: “Então, não serve para nada. Eu não sei ler!” Biblioteca é um desperdício se o povo não sabe e não gosta de ler. Então, o primeiro passo ao lado de uma lei das bibliotecas é um programa pela erradicação do analfabetismo e a educação de todas as crianças do Brasil dentro de uma educação que passe o gosto pela leitura. Esse é o primeiro passo, o que não quer dizer que a gente vai esperar isso para fazer a Lei das Bibliotecas, de jeito nenhum! Porque, de qualquer maneira, há 20% que leem, e há crianças na escola, uma maneira também de passar o gosto.

Mas eu queria chamar a atenção para vocês da necessidade dessa revolução educacional no Brasil. Para mim, essa educação, essa revolução não virá se nós não fizermos a federalização da educação de base. Enquanto a educação estiver nas mãos dos pobres e desiguais prefeitos, porque alguns têm renda e outros não, a gente não vai ter a escola que deve. Os prefeitos hoje não pagam os salários bons aos professores não porque não querem, mas porque não há dinheiro, não há mesmo! Pode ser que alguns gastem dinheiro em outras coisas. Mas, mesmo que tire esse dinheiro de outras coisas para o professor, não vai dar para dar aumento substancial. A União tem de assumir isso. E tem de assumir as bibliotecas, por exemplo, das escolas. Não para as bibliotecas estaduais, municipais, particulares, não! Mas incluir as bibliotecas das escolas como uma questão nacional, não como uma questão estadual e municipal.

Bem, dito isso, eu queria ouvir alguns comentários. Aí, já na conclusão. Se tivermos tempo – não é praxe aqui abrir a palavra, a não ser para Senadores que ficam aí e hoje não veio nem um –, pois há um prazo bem fixo para terminarmos.

Eu quero fazer umas perguntas. Primeira: nessa Lei das Bibliotecas, como é que vocês tratam ou não tratam, porque não precisa, essas bibliotecas alternativas que estão sendo criadas. Aqui, por exemplo, há um senhor chamado Luiz Amorim que tem um açougue que não apenas tem uma biblioteca, mas também ele coloca livros, como em bibliotecas, em paradas de ônibus. A gente considera esse tipo de coisa na lei, não considera, por ser marginal ou deve impedir – se é que há alguém que pense nisso. Eu sou admirador dessa experiência.

Segunda: como é que a gente vai trabalhar na lei as bibliotecas digitais? Hoje eu tenho quase mil livros aqui dentro. Eu digo mil livros comprados, não falo de livros que se distribuem por aí. Uma angústia minha é o que fazer com esses livros. Os livros de minha casa, que são muitos, eu vou doar para algum lugar. É fácil. Mas, isto aqui, a gente doa? Como a gente faz? Como esses livros entram na biblioteca?

Terceira: como a lei trata as doações? É uma questão difícil. Um amigo meu quis doar uma biblioteca para uma universidade e não pôde, pois tinha de pagar imposto sobre quanto ele declarou que esses livros valiam na declaração de Imposto de Renda.

E o último, não é mais uma pergunta, mas o que falei no começo: como vocês pensam o problema da relação da Lei das Bibliotecas com a educação ou será que não precisa confluir por serem coisas paralelas?

Esses são os quatro pontos. Eu vou passar na ordem, pedindo – mais uma vez – tempo curto, porque vi que duas pessoas pediram a palavra aqui, um deles o Briquet, que eu não gostaria que saíssem sem falar. Vocês preferem? Eu acho que é uma boa ideia.

Prof. Briquet.

O SR. ANTONIO AGENOR BRIQUET DE LEMOS – Obrigado.

Eu fico me coçando sempre que ouço comentários a respeito das chamadas bibliotecas comunitárias, que são as feitas por particulares, com as melhores intenções, mas que têm como objetivo simplesmente cobrir uma lacuna, preencher um vazio, atender a uma demanda que o Estado, que é o principal responsável por isso, não pôde atender ou não quis atender. Então, biblioteca não é apenas juntar livros que são doados por viúvas ou viúvos nos momentos em que a casa chega a ficar muito cheia de livros e eles são descarregados em uma biblioteca pública.

A biblioteca pública tem uma missão também de servir aos interesses de uma comunidade com livros escolhidos segundo os interesses dessa comunidade. O Amorim, do açougue, é genial! É um *marketing* muito bom que ele faz, com apoio, inclusive, de instituições públicas brasileiras, mas aquilo não é uma biblioteca pública e jamais o será. Os seus compromissos não são com a comunidade. Então, suas bibliotecas são formadas aleatoriamente. Encontrar um exemplar, uma coleção da Enciclopédia Britânica, última edição, ainda em papel, em um ponto de parada de ônibus em Brasília, não é prova de nossa cultura, mas simplesmente do desleixo do Estado e de sua incapacidade de entender o que seja uma biblioteca pública. É simples!

Eu me lembro que D. Pedro I, quando abriu a Assembleia Constituinte, do Império, que iria elaborar nossa primeira Constituição, ele mencionava a compra de livros para a Biblioteca da Corte. Em 1823! De lá para cá, qual foi o Presidente da República que, em discurso sobre os Estados da União, como diriam os norte-americanos, mencionou a biblioteca pública? Então, é uma questão muito séria a que nós abrimos mão.

Outra coisa... O senhor fez outra pergunta... Ou seja, minha conclusão: biblioteca comunitária ou seu equivalente não deve ser preocupação da lei. A lei tem de se preocupar com aquilo que o Estado – com E maiúsculo – tem poder de interferir, não na iniciativa particular, seja do falecido Mindlin ou do Amorim, de criar bibliotecas para A, B ou C. Não é esse o terreno. Nosso terreno é a ação do Estado. Com relação à questão da educação, se é paralelo ou não, eu acredito que é melhor deixar que elas corram paralelamente. Eu não colocaria todos os ovos na mesma gamela. Quando a educação for por brejo, a biblioteca iria junto. Não! Vamos separá-las. Quem sabe, criam-se mecanismos de cooperação e de colaboração que permaneçam a sobrevivência delas.

Outro ponto... Só para mencionar... O senhor não perguntou isso, mas eu gostaria de lembrar. Precisamos sair um pouco da valorização da biblioteca por meio de valores que são extremamente subjetivos e muito abertos à discussão. Eu queria chamar a atenção à biblioteca e instituições semelhantes para a economia do País. A biblioteca ou uma rede de bibliotecas que comprem livros, não que os peça a editores por doação, ela fortalece, sem dúvida alguma, a indústria editorial. Que ela compre livros segundo interesses das comunidades a que servem, não segundo interesses de burocratas, sediados aqui ou ali, que fazem seleções aleatórias. Então, ela é importante como fundamento da indústria editorial, seja ela do livro em papel, seja ela do livro digital que abre, então, uma outra discussão.

Outra questão é que a biblioteca não é apenas um lugar de memória, não! É um lugar onde nós construímos a memória social e individual também. Foi mencionado aqui – e isso é muito importante – que ela é um local de encontro. Claro! Ela é um local de encontro, ela é um local de diálogo, um local onde as pessoas constroem não só suas memórias individuais, mas também sua memória social. Então, não há esse conceito estático de memória, de algo que está lá e deve servir para preservar a nossa identidade social. Não! É algo mais. É preciso trazer a questão para uma discussão bem terra a terra.

Há outro detalhe.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ANTONIO AGENOR BRIQUET DE LEMOS – Preocupa-me muito a inércia das terminologias. Todos os dicionários de qualquer língua que se prezam se caracterizam por serem extremamente dinâmicos, hoje mais ainda com a internet.

Então, se aprovarmos uma lei que dê definições, essas definições poderão ser seguidas até quando? Há uma mudança: a biblioteca pública de hoje não é a biblioteca pública de 20 anos atrás. Não são 20 séculos, são 20 anos. Então, se não houver mecanismos de constante avaliação dessas definições, dessas preocupações, nós sempre estaremos, certamente, a reboque dos acontecimentos.

Então, nesse projeto, penso que seria muito importante que houvesse algum mecanismo, para que, sem a necessidade de se recorrer constantemente ao Legislativo, você pudesse oferecer aos interessados não só mecanismos de atualização conceitual, mas também mecanismos que mostrem como vamos agir nesse território.

Desculpem-me, mas acho que são pontos importantes que devem ser considerados. (*Palmas.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Nós é que lhe agradecemos.

Com a palavra, a Profª Bernadete.

A SRª BERNADETE CAMPELLO – Sou Bernadete Campello, professora titular... (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por favor, fale ao microfone, porque estamos gravando tudo.

Quero dizer para vocês que esta reunião vai passar inteiramente na televisão. Ela está sendo gravada, não está sendo transmitida ao vivo, porque há outras Comissões que são consideradas mais importantes. Mas ela vai passar ao vivo. Então, mesmo que não haja Senadores aqui, eles, provavelmente, vão assistir a esta reunião. E, depois, ainda são feitas as transcrições de tudo isto. Por isso, peço que fale ao microfone.

A SRª BERNADETE CAMPELLO – Sou Bernadete Campello, professora titular da Escola de Ciência da Informação da UFMG e coordenadora do Grupo de Pesquisa em Biblioteca Escolar da mesma Universidade.

Assino embaixo de tudo que o Prof. Briquet falou. Gostei muito, Senador, daquele chamamento que o senhor faz à classe, para nós assumirmos a nossa responsabilidade.

Acho que as bibliotecas – isto não foi falado aí nas belas palavras a respeito da biblioteca – surgiram, na maioria dos países adiantados, em consequência do apreço que aquelas sociedades tinham pela educação e pela cultura. Fico pensando que, talvez, este seja o momento de nós, como bibliotecários, liderarmos isso. Quem sabe pode acontecer o contrário? As bibliotecas podem ser espaços de estímulo à educação e à cultura. Essa é uma coisa em que precisamos pensar muito.

Agora, com relação ao conceito, de que fala o Prof. Briquet, não acredito, em hipótese alguma, numa lei que vá simplesmente definir biblioteca.

(*Soa a campainha.*)

A SRª BERNADETE CAMPELLO – Nós temos uma vastíssima literatura sobre biblioteca de todos os tipos, de todas as formas. Aconselho para quem quiser se atualizar nisso, embora não seja tão novo, a leitura de um capítulo de um livro que publicamos na nossa Escola, escrito pelo Prof. Briquet, que faz, de maneira primorosa, essas definições.

Não acredito em definições, acredito em padrões. Mais do que dizer como funciona, acredito em padrões que digam realmente o que é uma boa biblioteca. O nome “biblioteca” não pode aparecer sem um adjetivo. Por isso, na outra gestão do Conselho, meu grupo de pesquisa elaborou os padrões para as bibliotecas escolares. Aqui, nós dizemos exatamente quantos computadores devem existir numa biblioteca, quantos livros têm de existir numa biblioteca, para isso ser chamado de biblioteca. Aí nós saímos daquela situação equivocada em que, por exemplo, o Inep nos coloca quando coleta dados sobre bibliotecas e salas de leitura separadamente. Pretensamente, a biblioteca é aquela que tem um bibliotecário, e, na hora em que vão apresentar os dados no Censo, nos relatórios e nos resumos técnicos, eles juntam esses dados. Então, nós nunca sabemos o que é uma biblioteca.

Então, mais do que definições belas, bonitas, que aparecem nos documentos – o senhor mesmo faz uma muito bonita –, acho que precisamos de padrões, de números, para dizer: “Esta é uma boa biblioteca.” Hoje, nós estamos trabalhando, Professor, não mais com o conceito de que a biblioteca faz isto ou aquilo. Não! Nós estamos trabalhando com indicadores objetivos, dizendo que uma boa biblioteca tem influência na aprendizagem dos alunos. O que é preciso existir dentro de uma boa biblioteca? Não é qualquer coisa, não! Não é a decoração que faz efeito, não. É haver a presença de um bibliotecário. Não de um bibliotecário que fica só lá catalogando livro, não. Um bibliotecário que investe na educação. Aí aparece a nossa força na educação.

Então, é isso. Não adianta dizer “uma biblioteca”. Vai acontecer isso que o Prof. Briquet está falando. Nós vamos fazer uma lei hoje e, na semana que vem, nós vamos ter que mudar, porque é um conceito escorregadio. Nós sabemos o que é uma biblioteca. Nós temos que dizer o que é uma boa biblioteca. E é claro que a boa biblioteca não é a biblioteca que está lá, como em Belo Horizonte, onde existe uma biblioteca na cabeleireira com a qual eu também colaborei muito, aprecio e admiro, mas não é disso que estamos falando agora.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu agradeço e estou de acordo. Biblioteca tem que ser biblioteca. Não existe céu imperfeito. Da mesma maneira que eu não gosto quando se diz “uma escola boa, uma escola ruim”. Se é ruim, não é escola; se é escola, não precisa dizer que é boa. Nós precisamos dizer que ela tem características pedagógicas tais ou tais, especialização. Há bibliotecas com especialidades. Mas, ou é boa, ou não é biblioteca, ainda que, não havendo uma boa, a gente crie alguma coisa, mesmo que não se chame de biblioteca, onde se coloquem os livros. Eu sou favorável. Mesmo que não se chame de biblioteca, para substituir, para preencher lacuna, como falava o Briquet. Ainda bem que existe quem preenche lacuna, se não seria pior ainda.

Professora. Depois passarei a palavra para a Mesa.

A SRª ELISA MACHADO – Obrigada por abrir este espaço.

Sou Elisa Machado, coordeno o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, sou professora da Unirio e coordeno também um grupo de pesquisa sobre bibliotecas públicas.

Primeiro, quero dar os parabéns e dizer que concordo com grande parte do que foi falado aqui, principalmente o que foi falado pelo Prof. Briquet e pela Profª Bernadete agora.

O que eu queria só ressaltar é o seguinte: apesar de ser a nossa realidade o fato de a maioria dos nossos Municípios ter uma biblioteca que não é uma biblioteca dentro dos padrões e dentro das diretrizes, eu acredito que nós avançamos um pouco nesses últimos anos e acho que isso tem que ser reconhecido aqui por todos nós também.

Não sei se vocês conheceram a biblioteca do Estado do Rio de Janeiro, que acaba de ser inaugurada. É uma biblioteca que seguiu todas as diretrizes que o Governo vem dando, o Ministério da Cultura, e que levou seis anos para ser construída. Tudo está muito difícil, é muito difícil dentro do Governo. A burocracia é impressionante e inviabiliza muitas vezes esses investimentos em bibliotecas.

(Soa a campanha.)

A SRª ELISA MACHADO – Mas nós temos tido, sim, um histórico de investimentos e teremos a abertura da biblioteca de Maceió, do Acre, de vários lugares. São bibliotecas exemplares no nosso País, porque não ouço isso. Parece que no Brasil não tem nada. E tem, sim. É pouco? Sem dúvida é muito pouco, mas tem.

Isso é uma coisa. Outra coisa é que eu também não acredito que a gente deva trabalhar a questão conceitual, mas, sim, diretrizes e parâmetros que o sistema vem, muito timidamente, tentando realizar, porque não temos infraestrutura adequada no Governo, mas a gente pode somar esforços – e deve somar esforços – com o Ministério da Cultura e com o Ministério da Educação para enfrentar essa questão, que é problemática.

Acredito que a biblioteca não é só para a pessoa alfabetizada. Quero que todo brasileiro seja alfabetizado, mas ela não é só para o alfabetizado. Ela é para o analfabeto também.

Então, apesar de termos que lutar, com certeza, pela melhoria do nível de alfabetização, a gente ainda não pode olhar a biblioteca como aquele espaço em que só entra o leitor. Não. É para o não leitor, e esse não leitor vai lá dentro muitas vezes se transformar em leitor.

Além das diretrizes, acho que o que mais nós precisamos dentro de uma lei é estabelecer parâmetros orçamentários. Não existe biblioteca com autonomia, gestão de biblioteca, se não houver recursos. Além do dinheiro na escola, será que não é o caso de se fazer dinheiro na biblioteca? E assim por diante. Não dá para ensinar gestão, administração de biblioteca, se o bibliotecário não possui recursos, não possui orçamento. Para quê? Na verdade, ele vai ter que pedir o favor do Secretário de Cultura para receber um lápis. Não há recursos, muito menos para a compra de livros.

Para encerrar, o problema que nós mais enfrentamos, entre tantos, é que as prefeituras não sabem fazer licitação para a compra de livros. Elas sabem fazer para comprar cadeiras, para comprar móveis, mas não sabem fazer para comprar livros. Elas não têm a mínima ideia, porque têm que selecionar, e há todo um procedimento.

Sem dúvida, precisamos continuar esta discussão, e é ótimo que estejamos começando, ou continuando, pois eu não acho que começamos do zero.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Há mais duas perguntas. Eu vou passar a palavra e pedir que a Mesa, no fim, seja bem rápida em suas conclusões.

Professora.

A SRª CECÍLIA MONTEIRO – Senador, o senhor fala que só vai haver mudanças quando se iniciar a revolução, por necessidade, por meio dos bibliotecários.

Senador, eu sou bibliotecária e estou acompanhada aqui de uma professora. Somos funcionários da rede estadual e da rede municipal e viemos solicitar uma intervenção nessas redes, que desconsideram a biblioteca escolar como uma instituição. Somos fruto daquela greve do ano passado, em que solicitávamos uma reforma pedagógica e fomos tratados a bomba.

Hoje, nós solicitamos uma intervenção. Queremos uma biblioteca escolar de qualidade, queremos políticas claras, queremos um projeto de biblioteca que nos reconheça como bibliotecários, como professores. Que haja uma coordenação, que haja toda uma especialidade, e que seja também ouvida pelo Conselho Regional e pelos sindicatos que aqui representamos, o Sepe e o Sindib.

Por favor, nós solicitamos uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu fico à disposição, esperando qual deve ser meu papel nessa intervenção, como Senador. Está bem?

A SRª CECÍLIA MONTEIRO – Sim. E fortalecer laços, de forma que haja a institucionalização da biblioteca escolar nas duas redes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF. *Fazendo soar a campainha.*) – Está bom. Estou à disposição de vocês.

Há mais uma pessoa que pediu. (*Pausa.*)

Então, eu vou passar a palavra, primeiro, a José Castilho, pedindo que faça os comentários finais e que comente o que foi dito aqui.

O SR. JOSÉ CASTILHO MARQUES NETO – Perfeito, Senador.

Em primeiro lugar, eu queria dizer que as intervenções aqui feitas estão plenamente de acordo com o que estamos discutindo. Não apenas discutindo, mas implementando no Plano Nacional do Livro e Leitura. Eu acho que as ponderações são importantes.

Quero ressaltar principalmente a questão das chamadas bibliotecas comunitárias. Realmente, são assuntos quase paralelos, mas que devem ser tratados da maneira aqui mencionada pela Profª Bernadete, pois as bibliotecas comunitárias são importantes para o conjunto das ações de leitura no País. Como também são importantes as ações de todos os segmentos da cadeia do livro, da leitura, da literatura, das bibliotecas. Quando falamos no Plano Nacional do Livro e Leitura, estamos falando de um aspecto amplo, que visa à formação leitora no País.

Eu gostaria, Senador Cristovam, de ressaltar uma observação sua a respeito do Plano Nacional do Livro e Leitura, que estamos querendo colocar como uma espécie de foco de atenção de toda essa cadeia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ CASTILHO MARQUES NETO – Não apenas dos bibliotecários ou dos livreiros ou dos professores ou dos autores. Há vários “ous” dentro dessa grande cadeia do livro, da leitura, da literatura, das bibliotecas. Hoje, mais do que nunca, precisamos focar no leitor e no não leitor, porque é exatamente nesse leitor que se vai concentrar e nesse não leitor – eu diria talvez principalmente. Pelos nossos índices de alfabetização, de leitura, é principalmente no não leitor que nós deveríamos focar as nossas atenções e fazer com que todas as reivindicações setoriais, todas as demandas setoriais, que não são apenas legítimas, elas são necessárias para esse projeto geral, sejam consideradas, realmente, de maneira muito séria, muito adequada, mas que o foco não seja perdido. E o foco qual é? Nós precisamos de um Brasil leitor, de leitores plenos, leitores conscientes. Nós precisamos ultrapassar urgentemente esse índice que o Inaf nos dá, de que apenas 26% daqueles alfabetizados no Brasil compreendem plenamente um texto.

Como o Prof. Briquet lembrou muito bem, são razões objetivas que nos levam a isso, não é apenas um sonho, que é legítimo também. E talvez o mais objetivo de todos é termos uma nação democrática, uma nação de cidadania plena, uma nação em que as coisas possam se resolver com liberdade, com diálogo e ouvindo o outro de maneira plena.

A nossa percepção é que essas objetividades da democracia se traduzem também na economia criativa, no desenvolvimento da compreensão leitora para o desenvolvimento pleno do País como a economia.

Então, a nossa perspectiva hoje – lembrando a vocês que deve chegar a esta Casa de leis, no mês que vem, a Lei do Plano Nacional do Livro e Leitura – é inaugurar, com isso, uma série de reivindicações, de marcos legais, como disse a Marta, porque há necessidade, o País precisa disso, a democracia do País precisa disso, o Estado brasileiro precisa pensar a longo prazo e não por conveniências governamentais. É essa a ideia pela qual estamos brigando. É essa a ideia que é consenso dos dois ministérios gestores do Plano Nacional do Livro e Leitura – Ministério da Cultura e Ministério da Educação – e é para isso que o debate público é tão necessário, não esquecendo que, para que isso seja possível, é fundamental a participação da sociedade. E é por isso, exatamente por isso, que o Plano Nacional do Livro e Leitura trabalha com seu primeiro passo, seu primeiro alicerce, sua pedra fundamental, Estado e sociedade juntos pela leitura no País, cultura e educação juntas pela leitura no País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Passo a palavra à Profª Regina.

A SRª REGINA CÉLI DE SOUSA – Com relação às suas perguntas sobre as bibliotecas alternativas, eu comungo com o posicionamento do Prof. Briquet e da Profª Bernadete.

Com relação à parte de doações, também o Prof. Briquet fala que nós podemos receber doações, mas nós temos que saber identificar o que a nossa comunidade precisa. Nós precisamos, sim, de bibliotecas atualizadas, com investimento. E, quando o senhor diz na sua fala, Senador, que a União deve assumir as bibliotecas, eu acho que seria o ideal, porque nós não precisaríamos ficar dependendo das pequenas verbas dos Municípios, com a remuneração muito baixa dos profissionais. Eu vejo como uma excelente alternativa e que nós batalhássemos para que isso fosse concretizado.

Com relação aos livros digitais, nós temos hoje várias bibliotecas que já os possuem, inclusive emprestam o aparelho, o *tablet*. Já há algumas bibliotecas que fazem isso. Ou seja, a biblioteca tem o material impresso e tem também desse tipo. Ou seja, as bibliotecas trabalham com diversos tipos de material, e não só com impressos.

Outro item desenvolvido também pelo Conselho Federal de Biblioteconomia e pelos Conselhos Regionais: nós vamos realizar, neste ano ainda, seminários que tratam da biblioteca escolar, da biblioteca pública nas Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul. O primeiro acontecerá agora em maio, em Manaus, e nós estamos fazendo parceria com instituições, vamos discutir isso também nas assembleias legislativas, com secretários municipais, porque nós queremos bibliotecas com bibliotecários e que a sociedade tenha serviços de qualidade, porque dessa forma nós estaremos contribuindo para o desenvolvimento social, econômico, científico, tecnológico, cultural, abrangendo desde os centros urbanos às periferias e às zonas rurais.

Então, nós queremos uma sociedade forte, uma sociedade leitora.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, professora.

Passo a palavra à Profª Angélica, da Universidade do Rio Grande.

A SRª ANGÉLICA CONCEIÇÃO DIAS MIRANDA – Quanto a bibliotecas alternativas, creio que foi muito bem colocado pelo professor, com cuja opinião, com cuja ideia comungamos.

Quanto à questão das doações, queremos lembrar que as bibliotecas necessitam de recursos, recursos humanos, recursos materiais, que elas não são organismos estáticos da sociedade que somente servem como depósito, pois há pessoas que trabalham lá e que devem prezar pela qualidade dos serviços prestados e pelos produtos que lá estão.

Em relação à biblioteca digital, mais precisamente ao *e-book*, Senador, creio que sua colocação é muito feliz, porque hoje nós temos acesso a uma grande gama de informação na rede, mas essa informação ainda é privilégio de poucos que podem comprar os *e-books*. Nós precisamos, então, que as bibliotecas tenham aparatos para que possam dar conta da informação no suporte material e imaterial. Ou seja, os livros impressos são tão importante quanto os *e-books*, e as bibliotecas precisam, então, desse recurso para se organizarem e possibilitarem aos cidadãos o acesso à informação. Já existe, em diversas bibliotecas de nosso País, o empréstimo de *e-books*. As pessoas recebem os arquivos e fazem a leitura. Não há devolução, mas o acesso ao arquivo tem validade por certo tempo.

Ainda quanto à questão das bibliotecas, nós precisamos compor bibliotecas abertas para todos com todo tipo de informação.

Em relação às bibliotecas para educação, acredito que há leitura como lazer, há leitura como cultura e há acesso à informação. É esse apoio que as bibliotecas podem dar.

Eu gostaria de dizer que, no Rio Grande do Sul, nós já estamos na 41ª reunião do Fórum das Bibliotecas Públicas Escolares, que conta com o apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da nossa querida Profª Eliane Moura, aqui presente, da Universidade Federal do Rio Grande, do Instituto Goethe, da RBE, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, da nossa querida Profª Lisandra, que são profissionais que se engajaram nessa campanha pelo Estado.

Nós costumamos fazer reuniões itinerantes em todo o Estado, discutindo, ouvindo, apoiando, sensibilizando, mas também ouvindo as boas práticas, porque nós devemos mostrar as coisas boas que nós temos. Então, é a 41ª reunião do Fórum. Amanhã ela estará acontecendo no Instituto Goethe. Lá estarão sendo apresentadas as experiências das nossas bibliotecárias que estiveram na Alemanha conhecendo experiências de bibliotecas escolares. Então, creio que é uma boa prática, são coisas boas que nós estamos fazendo, que devem ser destacadas e lembradas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Professora Marta.

A SRª MARTA LÍGIA POMIM VALENTIM – Bem, sobre as questões que foram levantadas, em primeiro lugar, acho que a federalização da educação no ensino fundamental e das bibliotecas escolares é fundamental. O Governo Federal precisa assumir, tem que assumir isso, por conta das nossas diferenças. Não há como. Se nós tivéssemos um país com uma condição mais igualitária, seria mais tranquilo, mas realmente não dá. Nós precisaríamos que o Governo Federal assumisse isso. E acho que a sua fala tem que ser ouvida, precisa ser ouvida. Isso é muito importante, porque ou nós trabalhamos a educação fundamental, o ensino fundamental e as bibliotecas inseridas nesse contexto para mudar essa sociedade... Isso é fundamental, é essencial. Acho que o Brasil, sim, teria um ganho, acho que isso seria um avanço extremo. Então, eu penso que esse talvez seja o melhor. Nós da área pensamos que o digital é uma questão natural, porque as tecnologias estão evoluindo cada vez mais. Amanhã, eu não sei o que vai ser. E as bibliotecas, obviamente, estão caminhando com essas

atualizações. A gente tem bibliotecas que já prestam serviços no ambiente *web*, enfim, com todo o material digital, não só livros, mas outros materiais, com áudio.

Nesse ponto, eu colocaria a questão da acessibilidade a portadores de necessidades especiais, o que toda biblioteca deve ter – e, claro, essa é uma coisa que as bibliotecas têm que ter. O que acontece é que, justamente, por nós termos essas diferenças incríveis, nós temos situações de excelência, como a Elisa comentou, em São Paulo, Rio, Brasília etc., e nós temos outras situações em que as pessoas não têm sequer um lápis para escrever. Por isso, essa ideia da federalização, creio, vai ao encontro do que a gente está querendo.

Doação de livros em postos.

Bom; eu acho que, quando a gente tem uma legislação que regula, que define, que dê indicadores, que proponha padrões, junto com isso pode ser discutida essa questão, até porque, claro, cada biblioteca tem que servir à comunidade na qual está inserida. Mas, sem dúvida alguma, são acervos ricos que podem se transformar em coleções importantes para aquela comunidade, e, muitas vezes, a legislação impede que isso aconteça. Então, é algo que pode vir no bojo desse marco legal.

A lei das bibliotecas em relação à educação.

A convergência é total. Não há como falar em educação sem falar em biblioteca; não há como falar em cultura sem falar em biblioteca. Isso é absolutamente convergente em todos os aspectos. Agora, quanto a definir o marco legal, se é junto ou separado, é lógico que temos de pensar coletivamente o que é melhor, tanto para a educação quanto para a biblioteca. Todavia, que são coisas absolutamente imbricadas não há dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado.

Antes de terminarmos, apesar do pouco tempo, eu quero ler aqui uma lista de pessoas que nos deram o privilégio e a honra de estarem presentes. Eu vou citá-las sem olhar, até para ganhar tempo.

São elas:

- Helen Beatriz Frota Rozado, da Associação Brasileira de Educação e Ciência da Informação;
- Professor Antonio Agenor Briquet de Lemos, Presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Profissionais da Informação;
- Iza Antunes, representante da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições;
- Shirley Lopes, do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT);
- Elisa Machado, Coordenadora do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Ministério da Cultura;
- Maria Cristina dos Santos, Diretora do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado da Bahia;
- Yuri Guimarães, Diretor da Biblioteca Nacional de Brasília;
- Jayme Leiro, Coordenador do Curso de Biblioteconomia da Faculdade de Ciência da Informação da UnB;
- Maria Hermínia Costa, Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 3ª Região (Ceará);
- Marcos Paulo Viana, Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 5ª Região (Bahia);
- Marcos Miranda, Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 7ª Região (Rio de Janeiro);
- Marta Sena, Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia da 9ª Região (Paraná);
- Lorena Neuza, Diretora da Biblioteca do Ministério das Comunicações;
- Isaura Lima Maciel Soares, Chefe da Biblioteca do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Conselheira Federal de Biblioteconomia;
- Lucimar Oliveira Silva, Bibliotecária da Prefeitura Municipal de Salvador e Conselheira Federal de Biblioteconomia;
- Sandra Maria Dantas Cabral, Bibliotecária do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Ceará e Conselheira Federal de Biblioteconomia;
- Kátia Lúcia Pacheco, Bibliotecária da Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Música, Conselheira Federal de Biblioteconomia;
- Francisca Rosaline Leite Mota, Vice-Diretora do Instituto de Humanas, Comunicação e Artes da Universidade Federal de Alagoas e Conselheira Federal de Biblioteconomia;
- Wander Filho, Diretor do Sistema de Bibliotecas Públicas do DF;
- Williams Jorge Corrêa Pinheiro, Diretor da Universidade Federal do Pará e Conselheiro Federal de Biblioteconomia;
- Maria Raimunda de Souza Sampaio, Docente da Universidade Federal do Pará e Conselheira Federal de Biblioteconomia;
- Rosana Chaves Abatti, Bibliotecária do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Conselheira Federal de Biblioteconomia;
- Raimundo Martins de Lima, Docente da Universidade Federal do Amazonas e Conselheiro Federal de Biblioteconomia;

- Elaine Lourdes da Silva Moura, Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Conselheira Federal de Biblioteconomia;
- Adelaide Ramos e Côrte, Conselheira Federal de Biblioteconomia;
- Bernadete Santos Campello, Professora da UFMG;
- Adalgisa Andrade Oliveira, Professora da UFMG e André Elias, Coordenador de Acompanhamento do Processo Legislativo do MIC.

Essa é a lista que me foi passada. Espero ter falado o nome de todos. Vocês veem que foi uma audiência de alta representatividade do mundo bibliotecário brasileiro.

Fiquem certos de que nós, aqui, eu e certamente outros Senadores, estamos à disposição de vocês para fazer do Brasil, como disse José Castilho, um Brasil leitor. Um Brasil leitor passa pela escola para todos, com a máxima qualidade para fechar essa torneirinha que pinga todos os dias, todas as horas, todos os minutos: adultos que não leem. Enquanto a gente fez esta audiência, eu poderia até fazer a conta para vocês, mas não é tão simples. Quantos adolescentes chegam aos 15 anos sem serem leitores? Quantos, em duas horas? Então, é preciso fechar essa torneirinha e ter a esperança ainda de que os 13 milhões de adultos ainda sejam capazes não apenas de aprender a ler, porque disso eles são, mas de se transformarem em leitores. E que eles possam contar com bibliotecas, sem as quais não adianta tanto assim ser leitor, porque fica restrita a leitura aos livros que a gente compra, que sempre são poucos, comparados com o que há em disponibilidade, felizmente, no mundo cultural de hoje.

Agradeço muito a vocês em meu nome e em nome do Senado. Fiquem certos de que nós vamos trabalhar para que o Brasil tenha uma lei das bibliotecas.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2014.

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e dois de abril de dois mil e quatorze, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senhor Senador Cyro Miranda e com a presença dos Senhores Senadores Randolfe Rodrigues, Ângela Portela, Ana Rita, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Ana Amélia, Armando Monteiro, Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin, Flexa Ribeiro e Mozarildo Cavalcanti, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, Inácio Arruda, João Capiberibe, José Sarney, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Eunício Oliveira, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Kátia Abreu, Alvaro Dias, Paulo Bauer, Maria do Carmo Alves, José Agripino e Gim. O Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 5/2014-CE, de autoria do Senhor Cristovam Buarque e nº 7/2014-CE, de autoria dos Senhores Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, destinados a ouvir a Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Cultura, Marta Suplicy, sobre “As diretrizes e prioridades do Ministério da Cultura para o ano de 2014” e “A situação dos Museus no Brasil”. Logo após, a Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Deputado José Augusto Maia (PROS/PE), da Senhora Ana Cristina da Cunha Wanzeler, Secretária Executiva do Ministério da Cultura – MinC; Senhora Jurema Machado, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan; Senhora Márcia Rollemberg, Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do MinC; Senhor Marcos André, Secretário da Economia Criativa do MinC; Senhor Kleber Rocha, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do MinC; Senhora Anna Lopes, Assessora Especial da Ministra da Cultura; Senhor Pedro Henrique Di Martino, Chefe da Assessoria Parlamentar do MinC; Senhor Ângelo Oswaldo, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus, Ibram; Senhor Fabiano Santos, Diretor do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas da Fundação Biblioteca Nacional; Senhor Bernardo Machado, Secretário de Articulação Institucional do MinC; Senhor Marcos Souza, Diretor de Direitos Intelectuais do MinC; Senhora Célia Corsino, Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan; Senhor Andrey Shlee, Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Iphan; Senhor Robson Almeida, Diretor do Projeto de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas do Iphan; Senhor Luiz Torelly, Diretor de Articulação e Fomento do Iphan; Senhor José Francisco de Araújo Lima, Diretor de Relações Institucionais, Regulação e Novas Mídias das Organizações Globo; e Senhor Jorge Vinhas, Chefe da Assessoria Parlamentar do Iphan. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Cultura Marta Suplicy. Finda a exposição da Ministra, a palavra é

franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Ana Amélia e Cristovam Buarque, autores dos Requerimentos. Neste momento, o Senhor Presidente, Senador Cyro Miranda, passa a presidência dos trabalhos à Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia. Prosseguindo, a presidência convida para compor à Mesa o Senhor Ângelo Osvaldo, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus, Ibram, para um breve pronunciamento a respeito dos questionamentos feitos pelos Senhores Senadores sobre patrimônio histórico e artístico. Logo após, usam da palavra os Senhores Senadores Eduardo Suplicy (não membro), Randolfe Rodrigues e Ana Rita. Após as considerações finais da Senhora Ministra, a Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos da sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Vice-Presidente, Senadora Ana Amélia, encerra a reunião às treze horas e dois minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senadora **Ana Amélia**, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário proposta de dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma.

As Sras Senadoras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a proposição permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião, convocada na forma de audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nº 5, de 2014, desta Comissão, de autoria do Senador Cristovam Buarque, e nº 7, desta Comissão, de minha autoria e de autoria da Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Ana Amélia, é destinada a ouvir a Exma Srª Ministra de Estado da Cultura Marta Suplicy sobre as diretrizes e prioridades do Ministério da Cultura para o ano de 2014 e a situação dos museus no Brasil.

Dando início à audiência pública, solicito à Vice-Presidente desta Comissão, Senadora Ana Amélia, que acompanhe a Exma Srª Ministra para tomar assento à mesa. *(Pausa.)*

Agradecendo, em primeiro lugar, a presença da Ministra, Senadora e amiga desta Comissão, informo que esta audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e ainda da internet. Estamos, sempre, nessas audiências, interagindo pelo www.senado.gov.br/tv, canal 2.

Aproveito, também, para agradecer e registrar as presenças da Srª Ana Cristina, Secretária Executiva do Ministério da Cultura; da Srª Jurema Machado, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Iphan; da Srª Márcia Rollemberg, Secretária da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura; do Sr. Marcos André, Secretário da Economia Criativa do Ministério da Cultura; do Sr. Kleber Rocha, Secretário de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura; da Srª Anna Lopes, assessora especial da Ministra; do Sr. Pedro Henrique Di Martino, chefe da Assessoria Parlamentar; do nosso amigo Angelo Oswaldo, Presidente do Instituto Brasileiro de Museus, Ibram, e do Sr. Fabiano Santos, Diretor do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas da Fundação Biblioteca Nacional.

Hoje deve ser feriado no Ministério porque estão todos aqui. *(Risos.)*

Agradeço, inclusive, pelo prestígio desta Comissão.

Dando início à nossa audiência pública, passo, com muito prazer, a palavra à nossa Ministra Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUP LICY – Bom dia a todos.

Primeiro, quero agradecer este convite, Senador Cyro Miranda, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e dizer da minha alegria de estar aqui, no Senado, para prestar contas do ano de 2013, no exercício do Ministério da Cultura.

Primeiramente, tenho de agradecer à Câmara, mas, principalmente ao Senado, pela agilidade com que aprovou projetos muito importantes na cultura e que estavam há muitos anos aqui parados. Isso fez com que o Ministério da Cultura pudesse realmente começar a sua estruturação. Foi bastante proveitoso o ano.

Coloquei em Power Point, pois foi bastante coisa que a gente fez, para não esquecer nada e ter um resumo.

Estou falando do ano passado. Esse foi o recurso que nós tivemos. Pode-se ver que é um Ministério que tem bastante pouco recurso. E o limite orçamentário disponibilizado foi R\$2,650 bilhões e mais alguma coisa. E o recurso empenhado foi de pouco mais de R\$2,304 bilhões.

Este ano, que não está ali colocado, nós tivemos como aprovado na LOA menos recursos: de R\$2,650 bilhões, fomos para R\$2.170.875.164, mas nós tivemos como despesas discricionárias... Quer dizer, o limite foi maior. Vocês podem ver que, em 2013, o limite era de R\$762.462.559,00. Este ano, nós vamos poder gastar, há um limite financeiro um pouco maior, de R\$833.900.000,00.

Então, isso fez diferença nesse sentido, apesar de o orçamento realmente do Ministério ser bastante pequeno.

O nosso programa mais importante, que considero pode ser uma marca do Ministério, é o Vale-Cultura. Nós atingimos agora meio milhão de trabalhadores beneficiados pelo programa. Então, realmente, nós conseguimos dar um salto. Esse programa, que já foi bastante discutido, estabelece R\$50,00 na mão para o trabalhador que ganha até cinco salários mínimos, e o potencial é gigantesco: 42 milhões de trabalhadores poderão ser beneficiados; 36 milhões ganham até cinco salários mínimos, e podem ser injetados R\$25 bilhões por ano na cadeia produtiva da cultura. E temos 23 operadoras habilitadas a emitir o cartão Vale-Cultura, o que foi uma surpresa. Nós imaginávamos que fôssemos conseguir umas cinco ou seis; conseguimos tantas. Mas que as que estão realmente à frente do processo, organizadas, são seis, que estão indo mais rapidamente.

É interessante ver o que as pessoas podem gastar, porque dá a ideia da dimensão. Num ano de Vale-Cultura na mão do trabalhador, ele pode comprar 28 livros, ou ele pode ir 40 vezes ao cinema, ou ele pode ir 35 vezes ao teatro, a 12 *shows* musicais, ou ele pode ter 1.350 minutos de atividade cerebral – não entendi bem o que é isso. Atividade cerebral a gente tem todo o tempo. (*Risos.*) Essa tinha passado despercebida. Não sei o que é. Deve ser algo interessantíssimo, mas baratinho, porque dá 1.350. (*Risos.*)

Bom, fora isso, nós tivemos um verdadeiro périplo pelo País. Fomos à CUT, a outras centrais sindicais também, a Minas Gerais, na Federação das Indústrias, a São Paulo, ao Rio Grande do Sul, sempre com a intenção de levar ao empresariado o que é o Vale-Cultura.

Depois, nós tivemos uma entrega simbólica no Banco do Brasil, na Caixa Econômica e na livraria Saraiva.

Quando o programa foi feito, a Presidenta determinou a todas as estatais para entrarem. Cada uma delas está entrando no seu ritmo. Umas têm de fazer licitação com a operadora, atrasa um pouco, mas o Banco do Brasil e a Caixa Econômica foram as mais rápidas, e os Correios, também. Então, os carteiros já têm Vale-Cultura, o que dá uma capilaridade grande, porque, na hora em que entra um Banco do Brasil, isso dá uma capilaridade também enorme, assim como a Caixa. Algumas áreas foram mais rápidas do que as outras. Por exemplo, essa livraria conseguiu rapidamente colocar as suas cento e poucas livrarias com o Vale-Cultura. Outras também já conseguiram e estão conseguindo mobilizar isso na internet.

Agora, é muito interessante também a repercussão internacional que está havendo. Temos viajado bastante para tratar do *soft power* brasileiro e acabamos falando do Vale-Cultura. E, agora, depois dessa última viagem, a Bolívia vai ser o primeiro país a adotar o Vale-Cultura, já como uma repercussão do trabalho que está sendo feito.

Eu diria que, com relação ao Vale, nós enfrentamos algumas dificuldades, que são principalmente a falta de agilidade das operadoras, que às vezes demoram para fazer o credenciamento da empresa que quer ser credenciada, e também ver todos os estabelecimentos que gostariam de estar credenciados. Mas, ao mesmo tempo, sei que esse não é um trabalho rápido de se fazer. Você não instala um Vale-Cultura em um país do dia para a noite, assim como o tíquete-alimentação, o Vale-Alimentação, também não foi instalado assim. Então, é devagar.

Quanto aos R\$50,00 que muita gente dizia “Ah! mas é pouco”, a média do brasileiro para gastar em cultura é de R\$35,00. Então, com R\$50,00 vocês já viram o que se pode comprar e é muito mais do que o que o brasileiro médio acaba gastando.

Bom, o outro carro-chefe do Ministério são os CEUs, que são os Centros de Artes e Esportes Unificados, e aí há um trabalho que ficou bastante interessante. Os CEUs não são escolas. Eles são centros abertos à comunidade, de que idade for, e há também um centro esportivo. O que aconteceu é que nós começamos a perguntar aos prefeitos qual era a vocação, e os prefeitos demoravam a responder qual era a vocação. Depois, nós percebemos, nos que já foram inaugurados, que, às vezes, na prefeitura, pela carência da própria prefeitura, porque são cidades pequenas, o que tem para colocar muitas vezes pode ser melhorado. Então, nesses primeiros seis meses, nós conseguimos colocar um recurso para ajudar essas prefeituras a fazerem *master classes*, a fazerem algumas coisas que elas aproveitassem mais, com mais qualidade. Mas, para chegar a isso tudo, nós começamos a fazer um mapeamento sociocultural dos territórios de vivência, a ativar o tecido sociocultural desse território de vivência e a monitorar e apoiar os CEUs já inaugurados.

E isso está bem interessante porque mostra onde eles estão. Então, vocês podem ver que os Pontos de Cultura são esses clarinhos. Com relação aos Pontos de Cultura, nós conseguimos dar a eles um incremento bastante grande. Houve um esforço grande do Ministério, com a Secretária responsável, a Márcia Rollemberg,

à frente. E nós conseguimos realmente colocar isso até em lugares onde nós não sabíamos que não havia, que eram impensáveis de não haver, como na cidade de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro, em que o Ministério não estava presente nos Pontos de Cultura. Eles têm hoje uma distribuição que ainda precisa melhorar, mas que é muito forte. Acho que os Pontos de Cultura são um dos programas muito fortes do Ministério.

Também nós temos na outra cor ... Os CEUs são essas bolinhas azuis, pequenininhas. Como vocês podem ver, eles também vão preencher o Brasil todo.

Agora, eu vou falar do Mapeamento do Território de Vivência e vou usar uma cidade como demonstração, que é o CEU de Abaetetuba, no Pará.

Esse é o território dessa cidade e nesse território, como vocês podem ver, nós temos por faixa de renda, o mais escuro é acima de R\$5 mil; não há isso nesse território; o mais baixo, o mais clarinho, clarinho é até R\$510,00; e o amarelinho seguinte é de R\$510,00 a R\$1.020,00. Então, vocês podem perceber que os Pontos de Cultura são em lugares desse amarelinho até R\$ 1.000,00, e o CEU, também, é num lugar bastante carente.

Esse mapeamento tem dado um retorno interessante para nós, porque ele dá o mapa sociocultural do território de Abaetetuba. Nós temos as áreas de pesquisa nesse território, a área de saúde, os equipamentos de saúde, o comércio, o que é da comunidade, e a área cultural, o que nós conseguimos mapear de existente no território. Então, é interessante perceber como às vezes, numa cidade pequena, imagina-se que a cultura seja não existente, mas ela é muito forte. O que nós vemos é que, apesar de muitas vezes o prefeito ficar meio sem condição, atrapalhado, de dizer para o que a cidade é vocacionada, com esse mapa nós sabemos exatamente para o que a cidade é vocacionada. Por exemplo, na cidade de Abaetetuba, do Pará, identificamos que tem forte música, cultura negra nos quilombos, ribeirinhos, artesanato em Miriti e barro.

O que quer dizer isso?

Que podemos ajudar nas áreas mais importantes, indo diretamente ao que a comunidade já faz. Então, nós vamos iniciar não em todos os CEUs, mas nos CEUs que tenham interesse e nos quais nós tenhamos pernas para chegar, as aulas de música, mas é um programa que irá além dos CEUs, a pedido dos maestros. Nós começamos com 11 maestros, que foram fazer uma imersão na Venezuela, no *El Sistema*, que é um dos programas mais conhecidos e exitosos do mundo. Depois, foram agregados mais 11 maestros, que vão ensinar. Por exemplo, não adianta tentar levar esse maestro, que já pertence a uma universidade ou tem uma orquestra, para ele morar na cidade do CEU, que é deste tamanho. Você pega o maestro e ele pega os CEUs que estão perto de uma região para onde ele possa voar ou ir de automóvel e se apropria daquele CEU para fazer o curso, capacitar o maestro da cidade. Aí, ele faz a supervisão. Acho que isso vai funcionar muito bem.

Depois, nós temos outras *master classes*. Estamos agora colocando os editais para essas *master classes*, que demoramos para fazer, porque, evidentemente, é uma coisa cara, pois você pega, por exemplo, uma Ligia Cortez, um teatro, um Ivaldo Bertazzo, que podem fazer um papel importante de capacitação, que são programas com muita musculatura, mas caros também.

Nós vamos fazer, mas vamos começar com os primeiros CEUs inaugurados e, depois, vamos aprimorando para os seguintes. Também temos o Livro, Leitura e Literatura nas bibliotecas do CEU e, com o Lab Mídia, aconteceu uma coisa engraçada. Nós fomos inaugurar os primeiros, e eu já tinha a experiência de inaugurar CEU em São Paulo 10, 12 anos atrás. Inauguravam-se os telecentros, e as pessoas que eu via no Telecentro tinham 14, 15 anos, e umas pessoas de 40 querendo aprender, e a gente tinha de pôr professor, porque, nessa ocasião, as pessoas na periferia não tinham computador, e era muita gente querendo, muita disputa. Nós fomos inaugurar os telecentros. No segundo ou terceiro inaugurado, eu achei esquisito, porque não havia pessoas de 14, 15 anos nem de 40, mas tinha muita criancinha de 5 ou 6 anos – provavelmente não tinham acesso a computador em suas casas. Aí, percebemos que estávamos um pouquinho atrasados, porque hoje um telecentro é uma coisa antiga, e os jovens e adolescentes, as pessoas adultas, querem lab mídia, onde eles podem fazer *games* e criar programas, coisas desse tipo. Então, agora, temos de arrumar os que já inauguramos e fazer os próximos de outra forma. Obviamente, nós não temos o dinheiro, ainda, para fazer isso, mas estamos em conversa com o Ministério da Ciência e Tecnologia. Acho que vai dar certo uma parceria, para que façamos um *upgrade* nisso.

Depois, tivemos um edital da Funarte, preocupação do Celso, que vai contemplar 80 projetos de ocupação com R\$100 mil, por um período de seis meses. Era o que eu estava falando: que as *master classes* vão treinar as pessoas locais, já que vão ficar com esse dinheiro por seis meses, podendo aprimorar-se.

Aí, nós temos as emendas para os novos CEUs. Nós tivemos R\$38 milhões em 2013; em 2014, R\$54 milhões. Há várias liberadas, mas nem todas liberadas. Então, são processos que independem de nós próprios. Muitas vezes, queremos o recurso e não arrumamos o recurso para fazer as liberações nem para as medições da Caixa, de CEUs que estão prontos. Então, temos de ir mais devagar. Alguns correm até o risco de parar porque a gente não tem recurso financeiro para pagar a Caixa, para pagar a medição, e a obra continuar. Esse é um processo que tem atrasado bastante nossa agilidade.

Outra coisa importante do Ministério – diria que é sua parte mais estruturante – é o Sistema Nacional de Cultura, que o Congresso Nacional conseguiu aprovar e que vai fazer toda diferença. Foi a última relatoria que aprovei no Senado, com o apoio de todos os Senadores e Senadoras. Nós estamos indo muito bem. O Sistema Nacional de Cultura recebeu a adesão de 2.289 Municípios, 41,1%. Quando a gente entrou, não havia quase nada. A meta é implementar tudo até 2020. Se estamos lá há dois anos e já conseguimos quase a metade, acho que conseguimos arrumar até antes. A coisa boa é que todos os Estados entraram.

Fiquei muito feliz que todos os Estados tenham entrado, mas a situação não é tão simples, porque, para aderir é fácil: basta o governador ou prefeito pedir a possibilidade de adesão, e eles aderem. Só que, para ser incorporado, ele tem de ter uma série de processos, como criar um conselho paritário com a sociedade civil e a prefeitura; criar um fundo; e ter um plano de cultura, que é o principal. O plano de cultura é que obriga a cidade a discutir cultura, porque é isso o que dá dinamismo às cidades: discutir cultura, e o prefeito, depois, ter de executar o plano de cultura.

Estava muito animada com os resultados – eu tenho esse número alto de todos os Estados brasileiros –, mas percebi que não era bem assim, pois eles aderem, mas não aderem... Aí, para fazer um estímulo, nós tiramos desse minguado orçamento R\$30 milhões. Teremos de repassar do Fundo Nacional sempre para o Sistema Nacional de Cultura, mas não teríamos de passar agora, porque ainda não está pronto. Mas, para estimular, nós vimos os Estados que já tinham aprovado – Acre, Bahia, Ceará, Rio Grande do Sul, Rondônia e Paraíba – e resolvemos passar R\$30 milhões para esses Estados, para ver se os outros se animam a fazer realmente a adesão.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – A contrapartida administrativa que eles tinham de dar...

A SRª MARTA SUPLICY – Não, não... Isso nós vamos dar.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu sei... Mas para ajudá-los a dar essa contrapartida administrativa.

A SRª MARTA SUPLICY – É que não é nenhuma, Cyro! Não é nenhuma! Eles só têm de montar o plano... Não é financeiro! Mas nem assim eles estão fazendo.

Mas os que fizeram – achei interessante até essa distribuição no Brasil – vão ter os R\$30 milhões divididos. Eles serão distribuídos por meio de três eixos, e o Estado irá dizer como vai colocar o dinheiro: em diversidade cultural, fomento à produção e circulação dos bens culturais, ou implantação e instalação e modernização de espaços e equipamentos culturais. Então, isso vai ser uma boa injeção de recursos para os Estados.

Vamos agora para a pauta legislativa.

Aqui nós fomos bem. Aprovamos o Ecad. Sobre o Ecad, tenho a dizer que serão votados amanhã, na Comissão de Justiça, oito cargos para o Ecad. Esses cargos são os que faltam para completar. Nós temos sido cobrados pelos artistas para começarmos a fiscalização. Nós já temos 24 cargos aprovados que estão trabalhando, mas os oito cargos, mais qualificados, vão ser postos em votação. Não sei se está com a Senadora Ana Amélia. Por acaso está com a Senadora? Com quem ficou? Com quem está, Aninha?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY – Ah, não podia ficar contigo, pois não estava na CCJ, mas ele vai ser votado amanhã, e nós completamos os quadros no Ecad, que é para começar a fazer... No Ecad não. Vai começar a ser feita a fiscalização do Ecad dentro do Ministério da Cultura.

A primeira ideia era fazer uma instituição, porque isso vai ser o futuro. Será necessário fiscalizar os outros órgãos, Senador. Vai ter que fiscalizar quando for feita a Associação dos Roteiristas. Há várias associações que querem também ter o seu direito de arrecadação. Hoje é muito complicado isso, e está na Lei do Direito Autoral.

Mas, por enquanto, estamos começando pequenos dentro do Ministério. Depois, provavelmente, vai crescer e vai expandir-se.

A PEC da Música foi outra aprovada no Legislativo e foi bastante importante. E tivemos muitos projetos promulgados, que foram a destinação de bens de valor histórico, a meia-entrada, os cargos para o Iphan, que foram muito necessários. E a Presidenta do Iphan aqui presente, Jurema, realmente ficou com uma condição um pouco melhor de trabalho, porque está com o PAC das Cidades Históricas; não tem todos os cargos, mas isso já foi um passo muito importante.

Depois, nós tivemos a III Conferência Nacional de Cultura, que foi bastante dinâmica aqui, com 953 delegados, 162 convidados, 391 observadores, uma representatividade bastante razoável. Ali está a pizza da representatividade, bastante grande do Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, e menor do Norte e do Sul.

E tivemos destaques de diretrizes aprovadas. A primeira coisa que aprovaram foi a proposta de emenda constitucional, que é a famosa PEC nº 150, onde pelo menos 10% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal serão para a cultura; fortalecimento do Fundo Nacional de Cultura; fortalecimento das cadeias dos setores criativos com intercâmbios. E o MinC levará 100 empreendimentos para participar do Mercado de Indústrias Culturais

dos Países do Mercosul – Micsul, entre 15 e 18 de maio – já foram. E o Centro Cultural Matadero, na Espanha – isso é bem recente – abriu espaço para residência artística de quatro brasileiros, com passagem, alojamento e verba para produção. Isso também é bem recente.

Aproveito que a gente está na televisão para dizer que se você é artista entre no *site* do MinC, que é www.cultura.gov.br, para ver se pode ir, porque essa instituição espanhola é realmente algo excepcional, e a oportunidade é muito boa.

Depois, criamos vários programas para dar conta do que a Rouanet não dá conta. Então, por exemplo, fizemos editais para criadores e produtores negros que não têm acesso; ou, quando conseguem entrar na Rouanet, depois não conseguem captar. E tivemos muita gente inscrita, o que mostra que é um programa que tem musculatura para permanecer e ser até aumentado. Criamos também um programa para a Amazônia Cultural.

Em todos esses, para confessar, nós apanhamos bastante, porque, no dos negros, no começo, nós não conseguíamos ter interessados. Até percebermos que os interessados obviamente não iam entrar no Ministério da Cultura para ver o que tinha, mas nós tínhamos que ir às comunidades. Assim, acabamos tendo mais de 2.700 inscritos. E, na Amazônia Cultural, foi a mesma coisa: apesar de acharmos que teríamos condições, demorou muito mais tempo, porque, até chegar a informação – vai de barco, não vai, aí não tem banda larga –, é muito complicado. Então, agora, melhoramos, ampliamos. Prorrogamos o prazo e temos de colocar um 0800 para que as pessoas possam fazer a inscrição por telefone, já que de outro jeito é muito mais difícil.

E fizemos diferente para os índios. Fizemos um prêmio das culturas indígenas, que é mais fácil do que ter que preencher aquela papelada e tudo o que é um edital, que é mais complicado ainda para chegar. E esse foi muito bem também.

Tivemos um Prêmio Mulheres nas Artes Visuais e um Prêmio Carmen Santos, que é um prêmio também para cinema, para as mulheres. Então, tentamos aí fazer algumas ações de inclusão social no Ministério.

O Museu Afro está caminhando. Nós vamos fazer o edital pelo IAB. Eu acho que eu já tive a oportunidade de falar dos 10 milhões de escravos que saíram da África, 5 milhões vieram para o Brasil. Para vocês terem uma ideia, 350 mil para os Estados Unidos. Por isso, as nossas histórias são bastante diferentes, as histórias dos dois países e a condição dos negros nos dois países. Esse Museu vai, realmente... Aí há a divisão para onde foram os negros escravizados: o Brasil foi muito mais na frente do que o Caribe britânico, que também teve uma população muito grande de escravos.

Qual é o objetivo do Museu? É desvelar a presença africana nas representações de cultura nacional, mas, mais que tudo, é um museu que vai contar a história não contada, a história de dor, a história da vinda e, depois, ter também o resgate da autoestima, mostrando o lugar do negro no papel civilizatório brasileiro, como na introdução da forja, do tear, tudo isso que hoje passa batido. Nós somos 52% de afrodescendentes no País. O que brancos e negros neste País mais gostam de comer descende do afro, o que a gente gosta de dançar também, e a música que a gente gosta de escutar também.

Então, essa realidade faz com que nós tenhamos tomado a decisão de fazer esse museu em Brasília, porque aqui é a capital do País e aqui que tem de estar o coração da civilização e da matriz nossa. Esse é um museu que também vai incentivar a pesquisa temática, e a gente quer que seja uma referência de história afrodescendente com uma narrativa museológica. Vai ser um museu moderno, um museu tipo da Língua Portuguesa, uma museu *hightech*.

Bom, vamos à Copa agora. Da Copa, a gente escuta muita coisa, mas alguns dados me impressionaram, como o preço dos estádios terem chegado a R\$8 bilhões. Muito na rua você escuta: “Por que isso não vai para a saúde e para a educação?”

Quando você sabe os números, tudo fica um pouco ridículo. O último dado que eu tinha era de 2012. Na educação, se não me engano, foram R\$74 bilhões e, na saúde, R\$94 bilhões. Para a Copa, para os estádios, R\$8 bilhões. Então, fica muito relativizado esse recurso todo.

Na Copa das Confederações, nós já temos os dados de quanto entrou. Entraram R\$9,7 bilhões no Brasil na Copa das Confederações, que foi só em seis cidades. Fora isso, nós temos já previsão da Getúlio Vargas de que a Copa vai movimentar três vezes mais esse valor: uma previsão de R\$30 bilhões. Segundo estudo da GV, o campeonato mundial vai injetar R\$142 bilhões na economia brasileira de 2010 a 2014.

Além disso, há o índice de emprego, que vocês podem pensar também: quanta gente já foi arregimentada para construir estádio e quanta gente não começou já a trabalhar em função dessa Copa? Aqui está falando que a Copa das Confederação, que foi em 2013, gerou 303 mil empregos, de acordo com a Fipe, e, durante a Copa, só no setor de turismo, serão gerados 47,9 mil vagas. Isso é bastante.

Há um dado interessante, que é de Brasília. O Governador colocou que o Estádio de Brasília já está com lotação esgotada de *shows*, neste ano, e quase esgotada já no ano que vem. As pessoas também falam muito que os estádios vão ser elefantes brancos, mas esquecem que lugares onde não havia arena... Hoje, por exem-

plo, os próprios grandes empresários de *shows* têm me procurado, pois cidades, por exemplo, do porte de São Paulo não têm mais arenas como esses artistas internacionais querem ter. Eles não fazem mais os *shows* nos lugares que a gente quer. Eles exigem determinada configuração que, por exemplo, esse estádio de Brasília e alguns outros talvez – eu não conheço detalhes de todos eles – já têm para os grandes *shows* internacionais. Aliás, já foram feitos em Brasília. Acho que Elton John foi um deles. Então, eles vão ser usados como arena de música e também para futebol.

Agora temos os concursos que nós fizemos para a Copa. Nós selecionamos 144 em editais, atrações artísticas. O orçamento foi de 15 milhões do Fundo Nacional. Fizemos também as Vitrines Culturais, que são um pouco diferentes. Essa parte foi responsabilidade da Secretaria de Economia Criativa, para comercializar só artesanato brasileiro. Vão estar nas seguintes cidades: Belo Horizonte, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Depois, nós vamos ter os espaços de cultura, que são temporários nas 12 cidades-sede e que serão destinados à realização de atividades contratadas pelo Concurso Cultura 2014 e as vitrines. Temos os *flash mobs*, para os quais temos um pequeno orçamento, que são megaeventos de dança, mas aí nós dependemos de as prefeituras darem o local, a praça. E as prefeituras ficam, às vezes, um pouco temerosas; outras dizem que estão organizando. Então, vamos ver, quando chegar mais perto, o que vai ser disponibilizado. Nós já temos os grupos separados para fazer os espetáculos. Isso é feito pela internet. Eles são chamados, e as pessoas participam daquele enorme evento.

Agora, vamos a outro assunto, que é alguma coisa à qual nos dedicamos bastante este ano, que é *soft power* brasileiro, que é a imagem do Brasil no exterior. Nós tivemos, no final do ano passado, o Ano do Brasil em Portugal: foram dez meses de atração, 2.140 artistas brasileiros se apresentaram. Isso obteve enorme importância, porque permitiu muitos se projetarem também em outros países, fazendo excursões por outros países, conhecendo outras culturas e também tendo outro tipo de interação, mas principalmente levando o Brasil àqueles locais. Foram inúmeras peças de teatro, de música, exposição de artesanato que permitiram que se conhecesse, em Portugal, uma grande gama e variação das nossas atrações.

Depois, tivemos a Feira do Livro de Frankfurt, que foi a maior feira do setor que teve o Brasil como o país homenageado. Foram 70 autores, atrações de diversas linguagens artísticas. O pavilhão brasileiro recebeu mais de 60 mil visitantes nos cinco dias, e foram apresentados 561 eventos realizados em Frankfurt e arredores.

Eu fiquei muito impactada com essa feira, principalmente com o que aconteceu na cidade de Frankfurt. O Brasil tomou a cidade. Você não conseguia andar um quarteirão que não houvesse um gigantesco grafite extremamente original em algumas das paredes. Até o Deutsche Bank teve um grafite gigantesco, que era um dragão. E isso foi curadoria dos alemães, que escolheram dez grafiteiros do Brasil, excepcionais. Além disso, todos os museus de Frankfurt tiveram exposição de artistas brasileiros. Então, foi realmente uma exposição enorme.

Tivemos alguns sabores que a imprensa noticiou muito mais aqui do que lá, mas o interessante é que foi até uma feira comercial para vender. Nós nunca vendemos tantos livros. Não está escrito, mas nós traduzimos muitos livros brasileiros, a Biblioteca Nacional, para levar para levar para essa feira. Foi muito forte. Mas eram um deslumbre esse pavilhão. Foi a Daniela Thomas que fez. Era excepcionalmente bonito e original. E o resultado comercial para os nossos autores foi muito bom. Gente que nunca tinha sido traduzida foi traduzida, e gente que nunca tinha sido comprada por editoras foi comprada.

Também tivemos – isso foi uma coisa muito boa que está na Casa Civil e eu tenho pedido para o Ministro Aloizio Mercadante agilizar – que é a assinatura do tratado que facilitará o acesso a obras em formato acessível para deficiente visual. Essa foi uma *performance*, diria, excepcional do Itamaraty junto com os técnicos do Ministério, para conseguirmos aprovar na Ompi (Organização Mundial da Propriedade Intelectual), que é a associação comercial internacional, a possibilidade de o livro para cegos aparecer gratuito na internet.

E V. Ex^{as} podem imaginar o quanto quebrar isso foi difícil. Foi um sucesso, e o Brasil liderou esse tratado. Mas, para ele valer, tem de ser aprovado no Senado de 20 países. Agora, estamos tentando que o nosso Senado o aprove rapidamente, para que possamos, pelo menos, começar a ligar para os outros países, porque, sem ter o nosso aprovado, não posso me mexer.

Depois, há a internacionalização da cultura brasileira, continuando. Houve agora, recentemente, o Festival Ibero-Americano de Teatro de Bogotá. E posso dizer que a nossa presença foi muito forte, porque levamos sete grupos brasileiros, artistas e tudo o mais que se apresentaram lá – tivemos uma ajuda muito boa da Colômbia, que deu alimentação, toda a hospedagem, inclusive excesso de bagagem para a cenografia, quando necessário.

E, durante o festival, fizemos algo que foi para nós inovador: lançamos em espanhol um livro com 14 obras de dramaturgos brasileiros, não estreantes – todos já eram razoavelmente conhecidos e havia até alguns premiados. E essa obra vamos publicar, agora, em inglês, para ver se vai ao Festival de Edimburgo; em francês, para ir ao Festival d'Avignon; e, em mandarim, para levar a esses outros encontros. Todas as peças foram ence-

nadas, mas os atores eram todos ou estudantes de arte dramática, ou atores já colombianos, e isso possibilitou uma interação e uma divulgação enorme do nosso teatro em Bogotá. Foi bastante importante essa iniciativa, e um aprendizado, para sabermos que, se fizermos assim, há uma repercussão muito maior.

Depois, fomos à Feira do Livro Infantil e Juvenil de Bolonha, em que o Brasil foi também o país homenageado. Nessa feira, apresentamos 50 ilustradores. Foi uma feira em que levamos os ilustradores, e, dessa vez, conseguimos ter o maior prêmio, que é o equivalente ao Nobel, que é o prêmio Hans Christian Andersen, que foi conquistado por Roger Mello.

Depois, fizemos também intercâmbio interessante com a Universidade de Bolonha. Não sei se os Senadores já estão a par, mas vamos ter, agora, o Cultura sem Fronteiras – finalmente, demorou um pouco para essa conquista, que ainda é pequena em termos de recurso, mas abrimos a primeira porteira. Vai ser com a Universidade de Bolonha, na Itália, que toma conta do Ciência sem Fronteiras. Então, entramos bem e fizemos um acordo bastante interessante.

E fizemos um acordo com a Federculture também com a Economia Criativa, que é uma Secretaria muito nova ainda no Ministério, mas que está começando a produzir frutos. Inclusive, já criamos uma e vamos inaugurar em maio, no Rio de Janeiro, a segunda; vão ser 13, no decorrer deste ano, centros de economia criativa.

Depois, teremos a Teia Nacional da Diversidade, que vai acontecer agora, de 19 a 24 de maio, em Natal. São 2.600 participantes, quase uma convenção dos Pontos de Cultura e dos destaques da vida cultural brasileira. A cultura gosta muito disso – V. Ex^{as} já devem ter percebido –, de fazer as reuniões, de trocar, e isso é muito enriquecedor.

E vai haver as mostras artísticas, Feira da Economia Solidária, oficinas, fóruns, seminários temáticos, mostras de produção dos Pontos de Cultura. Estamos fazendo um esforço para que os Pontos de Cultura entrem no Vale-Cultura, porque vai dar uma sustentabilidade para eles, o que é bastante importante.

O objetivo da Teia é fortalecer o exercício dos direitos culturais e promover a atuação cultural em rede e também o diálogo, a parceria com a sociedade civil, com gestores, com instituições de ensino. Isso vai ser algo bastante grande.

Na semana retrasada, houve algo bastante inovador, que foi o Curto Circuito da Juventude. Quando houve a Conferência de Cultura, percebemos que deveria haver alguma coisa para o jovem. E aí fizemos com as pessoas que lá estavam e com quem se interessou uma espécie de dramatização, travamos uma conversa sobre o que poderia ser feito para o jovem. As pessoas não eram tão jovens porque não estavam ali por serem jovens, mas a discussão reforçou o fato de que tínhamos de partir para alguma coisa com os jovens. Começamos a formular isso quando veio a história de rolezinho e tudo o mais. E aí achamos que realmente estávamos no caminho certo e fizemos o primeiro encontro, que ocorreu em Brasília. E 70 jovens foram selecionados. O mais difícil foi encontrar uma forma de chegar aos jovens que não eram tão organizados. É claro que colocamos ali jovens organizados, da Ubes, da UNE, jovens de setores organizados que indicaram uma ou duas pessoas, como os jovens de terreiro. Havia vários jovens de organizações, mas conseguimos encontrar uma parcela que produzia cultura, mas que não estava em canto algum.

É riquíssimo o que eles querem. O que ficou evidente é que eles querem protagonismo, eles querem mostrar o que eles fazem, eles querem sair dos lugares onde vivem e exhibir as suas mais diferentes artes.

Então, havia gente do Rio de Janeiro, onde a dança chamada “passinho” já existe há muito tempo. Os meninos contaram, por exemplo, que essa dança nasceu na favela, mas se expandiu. Então, houve depoimentos do tipo: “Sendo adolescente, eu não posso entrar em outra favela, pois sou morto. Mas, se sou do ‘passinho’, se digo que sou do ‘passinho’ e, se o pessoal do ‘passinho’ da outra favela me reconhece, somos todos amigos. A gente se dedica a isso.” Afora isso, essa dança é linda.

Foi muito interessante poder entender o papel social da dança, a criatividade em torno da dança e a possibilidade que eles precisam ter de se mostrar ao mundo. Estou até falando para eles entrarem no edital do Matadero, para ver se eles conseguem ir para a Espanha. Também pudemos ver o pessoal do *funk*. Houve várias manifestações. Havia muita gente de teatro e muita gente de quilombo também, com muitas reivindicações.

Então, nós, agora, estamos finalizando o relatório. Vou ter de pegar esse recurso do Ministério da Cultura, um recurso focado. Como a gente fez para o criador negro, para o índio, deve haver um recurso focado em ações para a juventude. Essa juventude já está toda conectada e apresenta demandas sem parar para os secretários que lá estavam presentes. Eles estão muito ativos. E nós estamos achando extremamente positivas as ideias. Estamos tentando contratar vários jovens para as manifestações da Copa, para que possam entrar nos *shows*. Conversamos com a Ambev para saber se alguns já podem entrar. Estamos tentando ampliar isso, para que eles possam ter a visibilidade que gostariam de ter.

Caros Senadores e Senadoras, essa é a nossa prestação de contas de 2013. De novo, agradeço a colaboração de todos. Se não tivesse havido essa colaboração, nós não poderíamos fazer metade do que foi feito.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Muito obrigado.

Senadora e Ministra Marta Suplicy, é com prazer que nós recebemos esse relato. Acho que nunca se trabalhou tanto – pelo menos, esta é a minha vivência perto do Ministério – como agora. Lembro direitinho que, no ano passado, veio aqui e apresentou os projetos, e eles não ficaram no papel, não. Está aqui a demonstração dos CEUs, de tudo aquilo que foi dito.

Parabéns ao Ministério, à senhora e a todos os colaboradores do Ministério!

Realmente, nós achamos que a reunião está tão dinâmica, que, pela primeira vez nesta Comissão, há quatro emendas de comissão. E havia, no máximo – às vezes, nem sempre –, uma para cultura. Neste ano, fizemos duas para cultura, uma para educação e uma para esporte. (*Palmas.*)

E vamos fazer, novamente, neste ano.

E com prazer conseguimos aprovar. Pena que pedimos R\$600 milhões para a Funarte, e o Congresso aprovou R\$20 milhões. Para o CEU, pedimos R\$500 milhões, aprovaram R\$100 milhões. Agora precisamos do esforço de todos os nossos pares, principalmente dos Senadores da base aliada, para um movimento para a liberação desses recursos. Do contrário, ficarão no papel, e será muito difícil.

Mas veja que esta Comissão está atendida com V. Ex^a. E parabéns, parabéns mesmo, pelo trabalho executado, e ainda há muita coisa para ser feita.

Também quero participar e agradecer a presença do Deputado José Augusto Maia, do PROS de Pernambuco. Seja bem-vindo.

Senadora Ana Amélia, autora do primeiro requerimento, a quem passo a palavra para as suas perguntas.

Depois, vou ter que dar uma breve saída e vou pedir que a minha Vice-Presidenta me substitua por um momento.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Maioria/PP – RS) – Com muito prazer.

Caro Presidente Cyro Miranda e cara colega Senadora e Ministra Marta Suplicy, é sempre bom renovar o agradecimento por sua disposição de, sempre que convidada, estar aqui conosco. É bastante completa sua exposição sobre as doações desde que assumiu o Ministério da Cultura. V. Ex^a já mostrou um serviço extremamente relevante.

Eu digo que 86% do orçamento executado é uma façanha. Com o contingenciamento que há em todas as áreas, penso que 86% é um percentual que se deve à sua boa relação com a área do Tesouro, da Fazenda, com quem tem a chave do cofre. Então, a senhora está muito bem, porque 86% é realmente bastante expressivo, a meu ver.

Eu até aduziria, Ministra Marta, já que estamos em um ano eleitoral, em que medida o ano eleitoral pode afetar a execução orçamentária do Ministério da Cultura. Até porque existe uma projeção – a senhora deu foco na Copa do Mundo – não especificamente para a questão cultural, mas sobre o legado da Copa para o País, citando números, para acabar com essa ideia de que não há dinheiro para a Saúde, mas há para a Copa.

Em meados do ano passado, seu Ministério lançou um edital com programação para mais de 1.200 eventos da Copa do Mundo, além da revitalização de equipamentos culturais. Na época, foram anunciados investimentos de R\$18 milhões para a ampliação da programação das 12 cidades-sede, inclusive Porto Alegre, e R\$17,5 milhões para a revitalização de equipamentos culturais. Repito: R\$18 milhões para a programação e os R\$17,5 milhões para a revitalização dos equipamentos.

Nesse edital, deverão ser contempladas mais de 200 propostas, resultando no esforço de no mínimo 1,2 mil apresentações durante a atividade, de 10 de junho a 15 de julho de 2014, o que deverá ser o maior festival cultural das Américas, em parceria com os Governos dos Estados e dos Municípios, as prefeituras, com programação ininterrupta. Agora que estamos a menos de 60 dias do início dos jogos, a Sr^a Ministra poderia nos informar sobre o andamento desse projeto também como legado da Copa ou para turistas que vêm do exterior e para os próprios brasileiros? Que recursos já foram aplicados e quanto ainda falta para ser executado nesse projeto?

Eu farei todas as perguntas, como o Senador Cyro pediu.

A propósito de projetos culturais para a Copa do Mundo, o Ministério da Cultura possui algum programa ou projeto de incentivo a eventos culturais nas cidades e capitais próximas às cidades-sede, que, apesar de não receberem jogos, poderão atrair turistas nacionais e estrangeiros durante o mundial?

A senhora se referiu à Feira de Frankfurt e à de Bolonha, se não me engano. Uma feira importante é a Feira do Livro do México. Digo isso porque, recentemente, fui muito bem acolhida naquele país pelo nosso Embaixador Marcos Raposo. A nossa Embaixada no México é muito ativa. Então, eles levaram inclusive jovens escritores para essa Feira do Livro do México, e com grande sucesso para incrementar os novos talentos. Então, gostaria de saber sobre essa questão.

Há uma questão, Ministra Marta, sobre a qual recebi muitas mensagens aqui, pelo fato de ser Vice-Presidente da Comissão. Trata-se do Decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta os museus e as obras de arte. Entre os principais receios na declaração de interesse público, está o que impõe obrigações e restrições a proprietários de bens culturais declarados de interesse público pelo Instituto Brasileiro de Museus – cujo presidente está aqui, nosso ex-Prefeito de Ouro Preto. Segundo os críticos, as novas regras podem criar entraves para o mercado de arte, ao restringir por demais a circulação de obras brasileiras – embora nós defendamos aqui, sim, esses patrimônios, mas a questão são as medidas de como preservar o patrimônio e dar a liberdade aos artistas. No encontro com os representantes do setor no final do ano passado, o presidente do Ibram, Dr. Angelo Oswaldo de Araújo Santos, reconheceu que há campos – abre aspas – “que podem criar entendimentos confusos” – fecha aspas – e comprometeu-se a editar uma Instrução Normativa mudando o decreto.

Cara Ministra, a senhora também já fez declarações, garantindo não ser intenção do Governo intervir no mercado de arte, e afirmou que, com pequenos ajustes, a lei ficará adequada. Sendo assim, cara Ministra, a senhora pode informar quais as providências que o Ministério está tomando nesse sentido? Quais pontos do decreto poderão ser alterados para acalmarem os receios dos profissionais?

Eu até lembro aqui que a questão diz respeito não apenas aos proprietários, mas eu fico muito preocupada com os próprios artistas, com nossos talentosos artistas plásticos em relação a um eventual risco. A gente está vendo hoje que alguns artistas têm obras e produções plásticas de discutível qualidade. Eu falaria no Romero Britto, mas ele está produzindo nos Estados Unidos. É um artista brasileiro, pernambucano, da terra do nosso querido Senador Armando Monteiro, do nosso querido Senador Cristovam Buarque, mas ele está produzindo lá e talvez gerando divisas lá, com essa arte que é produzida lá, e pagando lá os tributos.

Nessa matéria, várias instituições, inclusive a OAB lá em São Paulo, manifestaram-se no ano passado. A OAB anunciou estar estudando a possibilidade de entrar com uma medida judicial, sob a alegação de que o referido decreto fere o direito de propriedade privada, ao proibir a venda de obras de arte para o exterior. Por isso foi que eu me lembrei do Romero Britto. Além disso, a entidade também alega que, ao se tratar de coleções privadas, o decreto extrapola a Lei 11.904, de 2009, objeto da regulamentação.

Por outro lado, em palestra na SP-Arte deste ano, a representante da casa de leilões britânica Sotheby's, Gabriela Palmieri, afirmou, baseada em reportagens publicadas na mídia internacional, que o Brasil poderá se tornar a próxima grande atração no mercado de arte internacional. Diante disso, ainda que possa argumentar que a proibição de venda para o exterior de obras de arte declaradas de interesse público justifica-se como forma de proteção e preservação do patrimônio nacional, a Srª Ministra não acredita que essa medida poderá causar retração no mercado de arte brasileiro, como ocorreu em relação aos artistas que podem sair daqui?

Uma última questão é a seguinte: eu sei que o Museu do Ipiranga não é do MinC, não é do Ibram; é da USP, de São Paulo, mas é um museu, eu acho, emblemático. E São Paulo – a senhora é paulista quatrocentona – vai ser cidade-sede de jogos. Então, eu queria saber se o MinC, de alguma maneira, ou se a USP trataram de fazer uma interface entre o Ministério e a universidade, porque esse museu tem significado, e, durante a Copa, os estrangeiros poderiam querer conhecer um pouco da história do Brasil, mesmo, claro, que não esteja entre os museus, digamos, de maior valor no seu acervo em relação à coleção brasileira.

Essas são as minhas questões, cara Ministra Marta Suplicy. Agradeço pela gentileza.

A SRª MARTA SUPLICY – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cyro Miranda. Bloco Minoria/PSDB – GO) – Eu vou passar a palavra ao Senador Cristovam, que é o outro Senador requerente, porque, assim, V. Exª pode responder aos dois.

Por gentileza, Senador Cristovam.

E eu peço neste momento a substituição na Mesa pela minha Vice-Presidente, porque eu vou ter que me ausentar por alguns minutos. Quero voltar para o encerramento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Srª Ministra, é um grande prazer mais uma vez tê-la aqui, nossa colega, Senadora também.

A sua apresentação tem um defeito: a gente fica sem ter saudade da senhora, porque vê que está fazendo um bom trabalho lá, provavelmente mais útil até, pelo menos imediatamente, do que o que nós Senadores fazemos aqui. Eu fique bastante impressionado com as realizações, não com os planos.

Mas eu queria trazer aqui a ideia de planos. Eu gostaria de saber, porque eu não senti a presença e sei que sempre há um melindre com outro Ministério, o que o Ministério pode fazer ou está pensando em fazer sobre levar cultura às escolas. Nós trabalhamos muito com a cultura como uma coisa separada, mas, se não levarmos cultura para dentro das escolas, ficaremos sem, Senadora Ana Amélia, desenvolver um espírito, nas nossas crianças e depois nos adultos, de prática, de gosto estético. E, nesse sentido, eu queria pedir o seu apoio, porque nesta semana ou na próxima devemos estar finalmente aprovando definitivamente aqui – já passou pela Câmara – o projeto que coloca a obrigatoriedade de passar cinema brasileiro nas escolas do Brasil. Eu

gostaria de pedir o seu apoio para que a Presidenta Dilma sancione isso o mais rapidamente possível, porque os cineastas brasileiros estão ansiosos pela a execução desse projeto.

E a outra pergunta – fiz uma pergunta sobre cultura das escolas, como podemos fazer isso, um pedido de apoio – é sobre museus. Eu creio até que fui eu que coloquei a palavra “museu” na convocação. Eu senti falta de mais atenção ao que podemos fazer para evitar desastres que, de vez em quando, vemos em um ou outro museu, para evitar desgastes que não são desastres visíveis, mas há uma degradação que percebemos em alguns museus do Brasil. E também qual é a política de expansão dos aspectos museológicos no Brasil, através do Ministério da Cultura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Cara Ministra, com a palavra para as respostas aos questionamentos dos requerentes desta audiência, e se a senhora em algum momento precisar das informações da área técnica, como é da Casa, nós até achamos que o Regimento pode ser quebrado para isso. Então, fique à vontade. Se quiser, o Sr. Oswaldo ...

A SRª MARTA SUPLICY – Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – ... estará à sua disposição.

A SRª MARTA SUPLICY – Inclusive, eu coloquei pouca coisa de museu, porque, como estava no requerimento do Senador e da senhora a questão dos museus, achei que ninguém melhor do que ele para responder, porque é bastante amplo, há muitos detalhes, e acho que é uma coisa que está pouco publicizada. Então, eu vou pedir depois, quando eu terminar de falar, para o Presidente do Ibram vir explicar tudo que foi colocado, porque acho que as respostas são interessantes; há muitas carências, mas é importante que os Senadores possam entender o que se passa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – O Dr. Angelo está convidado já para vir à mesa, sentar aqui.

A SRª MARTA SUPLICY – Bom, primeiro, em relação à Senadora Ana Amélia, confesso que não fiquei nada satisfeita com a execução ...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Foi 100%, não é?

A SRª MARTA SUPLICY – No ano passado, conseguimos até mais, quase noventa e poucos por cento. Por quê? E quero agradecer principalmente à equipe financeira que está ali: ao Fiadeiro, que foi o grande trator nessa execução e ao ex-Secretário, que foi o Marcelo Pedroso, que agora foi fazer as Olimpíadas decolarem, que ajudou as nossas Secretarias a fazerem a execução.

Há uma dificuldade em todos os Ministérios, não é só no meu, porque o sistema se fecha. Então, tínhamos muita coisa pronta, que podia ter sido executada e não foi executada. Então, essa é outra característica que prejudica bastante, mas que entendemos ser devido à situação que, muitas vezes, é referente à economia e a outras situações, mas que prejudica os Ministérios e os ministros que conseguem ter as coisas mais preparadas para execução. Porque, depois, no outro ano, se você não executa X, vem menos recursos porque você não executou, só que você podia ter executado. Então, isso deixa certa frustração.

Em relação ao que a Senadora, muito cuidadosa, perguntou acerca do edital, é verdade. Tínhamos R\$18 milhões e só executamos R\$15 milhões. Isso foi uma decisão nossa porque tivemos que fazer um corte no Ministério inteiro, e, aí, tiramos R3 milhões do edital da Copa e acabamos, então, em vez de selecionar tantos projetos quanto queríamos, selecionamos somente 144, mas acabei de ser informada que o edital está pronto hoje. Não sei onde pus o papelzinho do... Bom, estão sendo publicados hoje os resultados. Então, foi esse o motivo.

Nas cidades próximas, Senadora, como V. Exª viu, tivemos nem perna para fazer em todos os lugares, então, espero que talvez o Turismo tenha conseguido preparar. Lembro-me de que, quando fui Ministra do Turismo, já lidava com essa questão e sabíamos que as pessoas que visitam uma sede deslocam-se até três horas do local. Então, essas cidades têm que estar preparadas, restaurante, hotel e algum evento interessante que a cidade possa fazer.

Em relação aos museus, o Presidente Angelo Oswaldo, depois, vai colocar, mas eu queria pedir auxílio aos Senadores. Não sei se isso é lei, talvez seja lei, não seja lei, preciso ver, mas não tenho sucesso nisso, que é a questão dos impostos nas artes. É o que mais ouço de galeristas, de artistas, de todos.

V. Exª colocou, por exemplo, Romero Britto, que trabalha lá fora, para trazer é difícil porque paga um enorme imposto. V. Exª falou. É. Temos, por exemplo, os irmãos Campana. Lembro-me de que, viajando na Itália, vi um sofá maravilhoso, fui olhar, o sofá era deles, e, para vir para o Brasil, pagaria uma fortuna porque o imposto é gigantesco. A Varejão, uma das nossas maiores artistas, Adriana, agora, trabalha na Europa para vender suas produções, porque, se ela pintar aqui e levar para a Europa, o que ela paga é uma fortuna. E, se ela pintar lá e quiser trazer para cá, também não pode. Isso é insano.

Por que não fazemos uma lei que, pelo menos, permita trazer produção nacional que esteja lá fora, pintores e artistas nacionais virem para o Brasil? Pelo menos, isso, se não querem diminuir o imposto. O imposto

de entrada ou de saída de obra de arte no Brasil é absolutamente desmesurado se comparado com os outros países. E não tem por que ser assim. Inclusive, como V. Ex^a mencionou, uma importante pessoa do mundo artístico disse que o Brasil pode ser a bola da vez nas artes. Pode mesmo, pode mesmo, basta ver como a SP Arte, tanto do Rio, quanto a de São Paulo tem aumentado de tamanho e tudo o mais. Mas o problema em relação aos impostos não faz ir para frente essa tendência.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Bom, Ministra, com essa resposta, eu queria pedir ao Júlio Linhares, o Secretário da Comissão, ajuda, porque passará a ser dever de casa da Comissão elaborar, com apoio da área técnica do seu Ministério, um projeto, uma proposta para o Legislativo, uma iniciativa legislativa no sentido de facilitar o ingresso desse patrimônio artístico, desse *soft power*, desse patrimônio, seja no caso do *design*, do mobiliário, como os dos irmãos Campana, que a senhora citou bem. Ainda temos Adriana Varejão e outros artistas plásticos, que são de renome internacional, brasileiros que venham para cá.

Até lembrei, a propósito, do Miguel Nicolelis, que colocou num projeto que vai ter uma repercussão muito grande no mundo, a ciência pura trabalhada com a bandeira do Brasil ao fundo, financiado pelo Brasil, feito nos Estados Unidos com cientistas brasileiros. Acho que a vontade de dar esse *soft power* em todos os campos é realmente uma coisa notável.

A SR^a MARTA SUPLICY – É, seria interessantes.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Então, vamos trabalhar junto com o...

A SR^a MARTA SUPLICY – O Presidente do IPHAN tem uma proposta que poderia talvez ser encaminhada para cá, para pensarmos juntos. Mas talvez fosse mais efetivo todos juntos falarmos com o Ministro Guido Mantega, porque isso, numa canetada dele, muito simples, com bom estudo, resolveria. Eu acho que enviamos o estudo para a Senadora, aqui a Comissão analisa, porque é mais rápido.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Ministra, pela nossa experiência, sempre que começamos, o Governo apressa e faz. Se a gente não passa, é mais difícil.

A SR^a MARTA SUPLICY – Então, vamos fazer assim, está ótimo.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – A gente começa, o Governo faz.

A SR^a MARTA SUPLICY – Então, está combinado. Amanhã estará aqui um projeto em suas mãos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – É uma norma de tomar conta das iniciativas.

A SR^a MARTA SUPLICY – É verdade.

Em relação ao Museu Ipiranga, que realmente é muito bonito e está muito maltratado, não fizemos nenhuma iniciativa, que eu saiba, porque não temos condições de fazê-lo. Nós temos os museus federais em que nos esforçamos muito para conseguir investir. Na própria crise do Masp, abrimos algumas portas para tentarmos resolver problemas dentro do Ministério da Cultura. Até aí vai. Mais que isso, dos aportes não dispomos. Mas isso talvez o Presidente do IPHAN possa responder.

Em relação ao Senador Cristovam, há uma notícia interessante. Fizemos um programa em parceria com o MEC. Esse recurso deveria vir até para nós. São R\$100 milhões. Para nós, é bastante recurso. Para o MEC, não é muita coisa, mas para nós é. Mas achamos melhor que ficasse no MEC porque não temos condições de atingir escolas. Quem tem condições de atingir escolas é o MEC. Então, foi feita uma parceria nossa, e o MEC está pagando as quatro mil escolas já selecionadas pelo FNDE agora. E, no dia 3 de abril, foram anunciadas no nosso site, que é o que eu mencionei – www.cultura.gov.br –, as últimas mil escolas e iniciativas culturais selecionadas, totalizando cinco mil escolas.

Mas eu diria a V. Ex^a que acho pouquíssimo. Acho que é um primeiro momento. Deu muito certo. São as diretoras. Foi limitado pelo MEC que seriam só as escolas do Bolsa Família, porque há mais gente do Bolsa Família e que têm o período integral. Essas escolas é que vão ser beneficiadas. São crianças mais carentes em termos culturais também. Achei boa a ideia. Só que cinco mil escolas ainda é muito pouco para o número de escolas que entraram e que foram aprovadas. Então, temos que ampliar isso muito. E as diretoras escolhem, dentro do território da escola, daquele que mapeamos. Dentro desse território, elas têm liberdade de escolher esse projeto e têm o recurso para pagar esse projeto para os seus alunos. Eu acho que temos que começar, sim, mas, agora, a avaliar os projetos, ver como caminhar, para ampliar. É uma ideia.

Mas, Senador, muitas vezes, eu fico pensando... Eu, como Ministra da Cultura, não podia nunca dizer isso. Separou-se educação de cultura, e eu acho isso complicado porque fica a cultura com muito pouco recurso. E a cultura é ligada à educação em quase tudo, não em tudo, mas em quase tudo. E eu acho que temos que ampliar, e muito, com a educação, porque é a entrada direta, pois você vai aprender a apreciar, ter olhos para a arte, ter prazer com a arte, ter o seu potencial viabilizado pela arte se você tem educação. Tem mais chance. Os grandes gênios conseguem mesmo se não têm. Mas, para todos os seres humanos, se têm acesso desde pequeno... E a gente sabe que isso ainda é muito pouco nas escolas. Eu concordo plenamente.

Bom, a outra questão do Senador, é o cinema nas escolas. A ideia é boa. É uma faca de dois gumes se não for com recurso. Eu não li o projeto de V. Ex^a, mas tem que ter a origem do recurso, e não ponha na cultura, porque nós não temos. É uma coisa que, se disserem na escola, esse recurso tem que ser do MEC, porque senão vai acontecer que eu vou ser obrigada a pôr nas escolas, e as escolas não têm aparelhamento, têm que comprar os filmes. Então, tem ser uma parceria MEC, como fizemos nesse programa cujo conteúdo cultural das escolas quem escolhe é o MEC e faz pagamento. Mas esse recurso era nosso, que ficou lá. Agora no cinema nós não temos como fazer isso. Eles vão ter que escolher de novo as escolas, e nós podemos escolher os filmes. Isso é nosso, mas teria de estar no orçamento, senão teríamos de, de novo, tentar fazer e, em poucos meses, o Ministério Público nos cobraria o que o que não teríamos condições de fazer. Então, se pudesse ser colocado isso no projeto, eu agradeceria.

Acerca da parte de museus, que V. Ex^a diz que quer mais informações, passo agora...

Pois não, Senador...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Permita-me duas coisas. Primeiro, sobre o cinema. Hoje, muitas escolas já têm condições de passar cinema. Cinema hoje é barato para passar. É caro fazê-lo. Mas, para passá-lo, há muitas escolas que têm os equipamentos, e são passados por meio de DVD.

Eu temo que, se em função de não ter recursos para as 200 mil escolas, nós vetarmos, interrompermos, o projeto, levaremos uns 10 a 15 anos para ter um projeto desse. Faz sete anos ou oito anos que ele está andando muito devagar. Então, não vejo por que ficarmos esperando ter recursos para transformar esse projeto em universal. Começemos, então, com aquilo que for possível. Então, é esse o apelo que lhe faço. Foi um grande avanço chegarmos até aqui.

A SR^a MARTA SUPLICY – Acho importante.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E muitas já podem fazê-lo. E não custa tanto, na medida em que for sendo feito.

Agora, quanto à escola, eu gostaria de ver – e estou à disposição da senhora, se for o caso – como ter uma política para a cultura ser levada à escola. Aí, sinceramente, se não for o Ministério da Cultura, vamos ter dificuldades, por duas razões: uma, o MEC é tão envolvido na gestão que tem pouca capacidade de formular políticas.

A SR^a MARTA SUPLICY – Porque é gigante... É verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Segundo, porque a educação é tão municipalizada no Brasil – falo em educação de base – que o MEC cruza os braços, geralmente. O MEC considera que o problema dele são as universidades e as escolas técnicas e não se envolve para valer. Eu creio que a liderança disso poderia ser do Ministério da Cultura. Como compatibilizar? Pode-se criar um fórum dos dois Ministérios, um conselho interministerial que, aliás, será a melhor maneira, porque, hoje em dia, voltar o Ministério da Cultura para dentro do MEC não seria uma coisa positiva; mantê-los separados tampouco. O jeito é casar os dois.

A SR^a MARTA SUPLICY – Casar e morar em casas separadas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É um conselho interministerial funcionando como uma casa para os dois, ainda que temporariamente. Eu gostaria de ver o Ministério formulando a política de como levar cultura para 50 milhões de crianças no Brasil.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque.

A SR^a MARTA SUPLICY – Eu gostei muito dessa ideia do Conselho Interministerial e vou ver como viabilizar. Pode ser um casamento mais forte do que hoje, pois estamos muito distantes. É uma ideia ótima que agradeço.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Passo a palavra, Sr^a Ministra Marta Suplicy, ao Dr. Angelo Oswaldo que é Presidente do Instituto Brasileiro de Museus, Ibram.

O SR. ANGELO OSVALDO – Saudação à Presidente, Senadora Ana Amélia; à Ministra da Cultura, Senadora Marta Suplicy; à Senadora Ana Rita e demais Senadores; companheiros do Ministério da Cultura que acompanham a Ministra nesta audiência. É com muito prazer que toda nossa equipe aqui se encontra, por ser um momento muito grato de prestação de contas e de enriquecimento de nossos debates sobre os desafios da cultura brasileira.

Eu começaria a lembrar, dentro da colocação do Senador Cristovam Buarque, que temos alguns programas educativos especiais, no âmbito do Ministério da Cultura, que são relevantes e que têm proporcionado uma interação entre cultura e educação. Não se pode falar em museu sem um programa educativo do museu. Todo museu hoje tem um setor educativo e, dentro da política brasileira de museus, das recomendações do Estatuto de Museus e do decreto regulamentador, o programa educativo é fundamental nos museus.

Da mesma forma, o IPHAN desenvolve a educação patrimonial. Sempre se fala em programa educativo que é irradiado na preservação do patrimônio cultural brasileiro a fim de que as escolas sejam verdadeiras oficinas, laboratórios, para a compreensão dessas demandas do patrimônio e das responsabilidades de cada cidadão.

Então, nós temos, no âmbito do Ministério, seja no Ibram (Instituto Brasileiro de Museus), seja no IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), além dos programas das Secretarias do Ministério da Cultura, 22 os programas educativos de grande relevância.

Em relação à questão do risco, que foi colocada, nós temos um programa que se chama gestão de riscos. Estamos lançando, esta semana, em Brasília, uma cartilha para a gestão de riscos, feita com recursos do Ibram e do Programa Ibermuseus, que congrega 22 países ibero-americanos e tem a presidência do Brasil até o próximo ano, 2015, porque, ao administrar um museu, os senhores podem perceber o risco de incêndio, o risco de furto, o risco de vazamento, o risco de goteiras, o risco dos termitas e dos cupins. Administrar um museu comporta mesmo essa expressão que já está reconhecida e oficializada da gestão de riscos. É um programa especial dentro da administração dos museus. Então, temos nos preocupado muito com isso.

A Ministra Marta Suplicy deu uma ênfase enorme aos museus, vendo que havia necessidade de investimentos especiais. Nós conseguimos recursos do PAC Cidades Históricas da ordem de R\$134 milhões, que serão investidos em 39 instituições museológicas brasileiras. É um recurso suplementar que veio do PAC Cidades Históricas, liberado no ano passado pela Presidente Dilma Rousseff. Isso foi uma injeção de recursos que trouxe um novo alento para o campo museal no nosso País, uma vez que demandávamos esses investimentos. Além disso, o Fundo Nacional da Cultura concorre também com recursos para a revitalização de museus. E a Ministra Marta Suplicy estabeleceu com a Petrobras um programa especial da ordem de R\$20 milhões, que estão, neste momento, sendo investidos na revitalização e na melhoria dos museus brasileiros, pensando até na Copa do Mundo. São programas especiais nas cidades-sede ou próximas a elas. A Ministra acertou isso com a Petrobras. Esses recursos foram investidos para que os nossos museus possam cumprir o seu papel.

No ano passado, houve uma constatação muito interessante. A Embratur patrocinou uma pesquisa durante a Copa das Confederações, analisando os comportamentos dos fluxos estrangeiros e nacionais de turistas que estavam no País durante o certame. E foi verificado que 50% desses turistas, entre estrangeiros e brasileiros, optaram pelos museus como local de emprego do tempo. Depois dos estádios, eles iam aos museus. Isso trouxe também um interesse muito especial porque, como tudo era pauta do esporte, nós conseguimos, pelos esportes também, matricular outra vez os museus em prioridade junto aos patrocinadores brasileiros, porque viram que os museus, realmente, são um grande atrativo.

Nós temos programas que têm garantido mais investimentos, pela Lei Rouanet, por patrocinadores, em museus. É um momento extremamente positivo, Senadora.

Começamos no Rio Grande do Sul com investimentos importantes nas Missões. É um trabalho conjunto do Ibram e do IPHAN. Nós temos ali o Museu de São Miguel, onde cerca de R\$20 milhões serão investidos. Eu estive lá, recentemente, com a Presidente Jurema Machado, do IPHAN, e com o Prefeito de São Miguel. Isso envolve, inclusive, o planejamento urbano, porque a cidade de São Miguel, que conhecia, há muitos anos, como uma vila que pertencia a Santo Ângelo, é hoje uma cidade estuante, com grande movimento e com museu no meio, que não é apenas um conjunto de ruínas, mas um espaço, um território cultural e museológico. Ainda, recentemente, descobriram uma fonte...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANGELO OSWALDO – Ah, sim. E foi descoberta uma fonte por um trabalho arqueológico que se realizou ali.

Então, para dar um exemplo de investimento em museus, R\$20 milhões estão destinados ao Museu das Missões.

Em Porto Alegre, estamos colaborando com o MARGS (Museu de Arte do Rio Grande do Sul), um dos museus mais importantes do País. A Ministra Marta Suplicy pediu à Receita Federal a cessão do prédio histórico da Receita naquele conjunto da Praça da Alfândega de Porto Alegre, para ampliação do anexo do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, mas com possibilidade de acolhermos também ali a coleção Carlito Moura, que é uma belíssima coleção de artes e ofícios do Rio Grande do Sul e conta toda a história do trabalho dos imigrantes europeus do século XIX até o início do Século XX.

E temos o Museu Iberê Camargo que conta, pela Lei de Incentivo à Cultura, com todo o apoio do Ministério, e comemora este ano o centenário de nascimento de Iberê Camargo em 18 de novembro. Aliás, dia do bicentenário da morte de Aleijadinho é o centenário do nascimento de Iberê Camargo.

Por todo o País, temos essa situação, e posso dizer que vivemos um momento muito significativo na trajetória dos museus. Há cinco anos, com duas leis, tivemos a criação do Ibram (Instituto Brasileiro de Museus), que era um departamento do IPHAN. Os museus cresceram tanto que ganharam um estatuto próprio, uma ins-

tituição autárquica para gerir uma política brasileira de museus. Essa era uma antiga reivindicação que começou em 2003, com o Ministro Gilberto Gil e o Presidente Lula, com a criação do Departamento de Museus, que nem existia dentro do IPHAN, e depois em 2009, com a criação do Instituto e da legislação específica do estatuto.

Essa legislação só foi regulamentada agora em 17 de outubro do ano passado, quando a Presidente Dilma Rousseff assinou esse decreto. Esse decreto logo foi interpretado de maneira muito radical. O radicalismo que está nos comentários, observações e ilações a partir desse decreto não corresponde à realidade do texto.

Então, o que procuramos fazer nesses últimos meses de outubro até agora foi um pouco desmontar a bomba-relógio que muitos galeristas estavam montando no próprio negócio deles. Eu dizia que não compreendo como um comerciante de arte, um proprietário de galeria, um *marchand* de arte dá tiro no pé quando ele começa a interpretar equivocadamente uma legislação só em desfavor de si próprio. Porque, na verdade, o que o decreto fez? Regulamentou uma lei que já existe desde 2009.

Um decreto não tem poder de ser inconstitucional, a lei sim. Porque o decreto é baseado na lei. E a nossa Constituição, no art. 216, diz que o cidadão e a cidadã, a sociedade, o Estado, o Poder Público têm o dever de promover a salvaguarda e a proteção do patrimônio cultural brasileiro por todos meios, por tombamento, por registro, e a declaração de interesse público prevista pelo decreto é um registro, por inventariação. A Constituição teve o requinte de descer a esses detalhes de lei ordinária para dizer o que se tem que fazer com preservação de patrimônio.

O Brasil talvez seja um dos únicos países do mundo que, na sua Carta Magna, tem um artigo dedicado a patrimônio cultural. Além do artigo sobre a cultura *lato sensu*, ele tem um artigo que desce a todas essas especificações referentes à proteção do patrimônio cultural.

Então, tudo o que está no Estatuto de Museus e no decreto regulamentar está também na Constituição Federal. Eu digo que esse artigo pode ter todos os defeitos, mas ele não pode ser acusado de inconstitucionalidade porque a nossa Constituição é claríssima no seu art. 216.

Passemos a explicar o que é a declaração de interesse público. É um ato que pode ser praticado apenas pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico que acabamos de instalar agora no dia 11 de abril com personalidades representativas da cultura brasileira – 13 personalidades convidadas, e oito representantes de instituições. Além do mais, se o Conselho decidir declarar um bem ou uma coleção musealizados ou musealizáveis como de interesse público haverá ainda homologação pela Ministra da Cultura, pelo titular do Ministério da Cultura.

Portanto, o que se deseja é a proteção, é a salvaguarda, é a memória brasileira protegida. Não se impedirá a venda porque não estamos discutindo propriedade. Não se vai interferir no mercado porque nós também não estamos restringindo a comercialização. Pode-se vender para o exterior um bem declarado de interesse público, desde que haja uma comunicação ao Ibram. Porque o nosso interesse, Presidente, é exatamente proteger essa memória. Quantas coleções brasileiras já não foram disparatadas. A diáspora de acervos nesse País faz com que muitos colecionadores já falecidos, se nascessem hoje, nem em 200 anos eles iam conseguir restabelecer a coleção porque hoje esses bens circulam velozmente e não há registro, não há referência.

Então, o que nós queremos saber é se um determinado bem, que é de alto interesse para a memória brasileira, para os museus brasileiros, onde está esse bem. Se ele está sendo bem conservado e se ele está localizado em algum lugar a que possamos ter acesso à informação sobre ele. Esse é que é o problema.

A SRª MARTA SUPLYCY – Posso dar uma... Agora, quando o Presidente estava falando, eu lembrei. Quantas exposições não tenho visitado que são feitas com colecionadores privados. Isso, no Brasil, quase que não se tem condição de fazer porque você não sabe onde estão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Eu agradeço muito a explicação. Eu só não me baseei muito nas perguntas, na opinião dos *marchands* de arte ou nos próprios artistas, mas num artigo feito por um professor de Direito, que é a vista da legalidade. Professor de Direito e autor de um livro chamado *Direito Administrativo para Céticos*, Doutor Carlos Ari Sundfeld. Ele escreveu um artigo no início do mês de março, num *site*, com a seguinte indagação, mas o senhor explicou aí: “É de regulação e punição que os museus brasileiros precisam?”

Pela sua explicação, é apenas ajustar aos termos constitucionais a regulamentação dessa matéria.

E, como Senadora, acho que a iniciativa da Ministra Marta Suplicy, ao pedir que o senhor dialogue com todos os protagonistas desse processo, é o caminho mais adequado quando as dúvidas se sobressaem num debate tão relevante para a cultura brasileira quanto esse dos museus, da regulamentação.

Eu, antes de passar a palavra aos Senadores. Vamos fazer um bloco agora.

O SR. ANGELO OSWALDO – Gostaria de dizer mais uma palavra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Pois não. Pois não, Dr. Angelo. Por favor. Isso, sim.

O SR. ANGELO OSWALDO – Sobre a questão da desoneração da obra de arte brasileira, um ponto importantíssimo que foi colocado aqui pela Ministra. De fato, há uma grande expectativa, e eu não sei até em que medida se usou esse tipo de alarme contra o decreto como um instrumento de pressão para que tenhamos rapidamente essa providência da parte do Governo. E não apenas do Governo Federal porque esse ônus também é praticado pelos Estados, com ICMS. Mas um artista que produz uma obra de arte no exterior, um artista brasileiro – e muitos hoje, com a globalização, moram no exterior –, quando ele vai trazer essa obra de arte para o Brasil, ela é taxada, até podemos reconhecer que abusivamente, como declaram todos os artistas. Então, já estamos promovendo estudos nesse sentido por recomendação da Ministra.

A Secretária, Marcos André, Secretário da Economia Criativa, promoveu uma reunião com a Apex, que tem estudo sobre isso.

Nós chamamos a Associação Brasileira de Galeristas, que está ligada ao mercado de arte. Já tivemos várias reuniões em Brasília, preparamos uma grande documentação, que está com a Ministra hoje. Nós estamos encaminhando e esperamos que haja uma mudança – e o apoio do Senado será importantíssimo para isso – porque não é justo que o artista brasileiro, produzindo sua obra no exterior, ao trazê-la para o Brasil, tenha que pagar um imposto tão grande. Isso impede que a obra de arte entre no País, fragiliza, enfraquece, diminui o nosso mercado de arte.

A gente pode ter um campo muito maior. E até a tributação será compensada depois, com a circulação dessas obras no País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Às vezes, estimula a ilegalidade via contrabando.

O SR. ANGELO OSWALDO – Além disso, não é?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Temos que ser reais e claros que isso pode abrir uma porta para o indesejável, que é exatamente o contrabando.

São três os Senadores inscritos. Vamos fazer o bloco dos três Senadores. Eu queria também registrar a presença aqui de pessoas não citadas: Dr. Bernardo Machado, Secretário de Articulação Institucional do Ministério da Cultura; Dr. Marcos Souza, Diretor de Direitos Intelectuais do Ministério da Cultura; Drª Célia Corsino, Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN; Andrey Shlee, Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN; Dr. Robson Almeida, Diretor do PAC Cidades Históricas do IPHAN; Dr. Luiz Torelly, Diretor de Articulação e Fomento do IPHAN; Dr. José Francisco de Araújo Lima, Diretor de Relações Institucionais, Regulação e Novas Mídias das Organizações Globo; e, também, Jorge Vinhas, Chefe da Assessoria Parlamentar do IPHAN.

De imediato, passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy; em seguida, ao Senador Randolfe Rodrigues e à Senadora Ana Rita, que se inscreveram para fazer questionamentos à Ministra Marta Suplicy.

Com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, prezada Ministra Marta Suplicy, Sr. Angelo Oswaldo, Presidente do Instituto Brasileiro de Museologia, quero cumprimentá-la, e ao senhor também, pela exposição aqui realizada sobre os feitos e objetivos do Ministério da Cultura até o presente e dizer o quão importante que esteja sendo tão bem dinamizada a área da cultura e bem relacionada à área da educação.

No que diz respeito aos museus, eu gostaria de considerar que avalio como muito importante a iniciativa de construir o Museu da Memória Afrobrasileira, sobretudo tendo em conta que esta proporção de pessoas que foram arrancadas de sua terra natal, na África, entre 1501 e 1866, conforme V. Exª mostrou, representaram 45% dos africanos aqui escravizados, algo como cinco milhões de pessoas. Por isso, o Brasil tem uma responsabilidade muito grande em trazer essa memória, essa tradição, inclusive para que possamos resgatar e superar toda a problemática causada pela escravidão.

Agradeço se puder nos informar se já há o lugar escolhido, aqui em Brasília, para este museu; qual é a previsão de sua construção e realização; se há um orçamento previsto; e qual o grau de colaboração com os países africanos, assim como com as organizações relacionadas às entidades afrobrasileiras que está se pretendendo organizar. Formulo essas perguntas porque justamente considero essa iniciativa de grande relevância para o Brasil e para o sentido maior de fraternidade com os países africanos de onde vieram esses povos.

Considero muito importante o esclarecimento que V. Exª aqui nos transmitiu relativamente aos benefícios que haverá com a Copa do Mundo. Agradeço se puder, ainda, dar uma explicação mais detalhada sobre este ponto, porque V. Exª está tendo a oportunidade de falar, neste instante, ao vivo, pela TV Senado, para todo o Brasil, e é importante que possa transmitir aos jovens, inclusive àqueles que fazem parte das manifestações, tais como Vamos Parar a Copa, que a realização da Copa do Mundo trará benefícios significativos para que o Brasil possa, inclusive, melhorar muito os investimentos nas áreas de educação, saúde, transporte público, e todas essas questões que têm sido objeto das preocupações desses jovens, inclusive nas áreas mais carentes.

Acho que, também, são muito importantes as iniciativas, como V. Ex^a mostrou, que permitem aos jovens expor e praticar arte, dança, música, e todas as suas manifestações. Na medida em que as pessoas que estão realizando essas manifestações perceberem que espaços estão sendo criados para os exemplos, como V. Ex^a mostrou, isso será muito positivo.

V. Ex^a mencionou que, quando esteve nos telecentros, inclusive durante o tempo em que foi Prefeita de São Paulo, mas também como Ministra da Cultura, notou que nem sempre as pessoas na faixa dos catorze anos, ou dos quarenta anos, mas, eram, sobretudo, crianças, que ali estavam aprendendo.

Gostaria de fazer um registro porque tenho ficado impressionado sobre como as crianças estão a nos ensinar. Vou dar o exemplo da nossa querida Laurinha, a nossa neta, que completou onze anos na semana passada. Pois bem, tive a oportunidade de passar três dias com ela, e o que ela me ensinou para postar no Facebook, com uma velocidade que eu não saberia... (*Risos.*) E colocando: “Ô, vovô, é assim, assim e assado...” Foi uma coisa que me impressionou muito. Então, que bom que as crianças estejam aprendendo tanto com a internet, com os instrumentos todos, como o Facebook, o Twitter, e tudo mais que a internet, hoje, nos proporciona.

Estamos votando, nesta semana, o Marco Civil da Internet, e é tão importante que tenhamos uma legislação que vai assegurar a todos nós brasileiros podermos utilizar tão bem isso. Obviamente, para a área da cultura, é de extraordinária relevância.

Meus cumprimentos.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Suplicy.

Na verdade, estamos diante de uma geração digital que fez com que o próprio Ministério, pela exposição da Ministra, tivesse trocado o projeto para fazer o Lab, o Mídia Lab, porque a criança vai lá para produzir trabalhos digitais de qualidade, como os novos aplicativos e coisas que, às vezes, pode representar... Toda essa gama de ferramentas digitais foram colocadas, exatamente, por jovens, e a criança, hoje, está, como mencionou no seu depoimento o Senador Suplicy, absolutamente, digamos, sintonizada com esse mundo.

Não é só o seu caso, Senador, pode ter certeza. A nossa geração patina bastante nisso, e eles são os nossos mestres, os nossos professores, e ficam muito orgulhosos quando dizemos: “Nossa, como você sabe coisas!” (*Risos.*) Eles ficam cheios de orgulho por isso.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Senadora Ana Amélia, Presidenta.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT – SP) – Que, embora tão moço, já é avô também. (*Risos.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Pois é.

Senadora Ana Amélia, querida, caríssima Ministra Marta, tenho um amigo que diz que há pessoas que são talhadas para realizar, para fazer. Imagino que tenha sido um incômodo seu o Senado, o Legislativo, porque o Legislativo, por excelência, tem o incômodo de não realizar de imediato. Imagino que a senhora tenha uma vocação pela realização. Assim foi na Prefeitura de São Paulo, e, assim, aqui está meu testemunho, tem sido no Ministério da Cultura. É o meu testemunho que, desde a criação do Ministério da Cultura, na redemocratização, no governo do Presidente José Sarney, sua gestão no Ministério tem sido até agora, sem dúvida alguma, a gestão, a administração que mais realizou.

E posso dizer isso pelas realizações que têm ocorrido até agora. É de sua gestão a aprovação, somente aqui na Casa, do Vale-Cultura, da PEC da Música e – eu reitero e insisto sempre em dizer – da Lei nº 12.853, que é a modificação da gestão coletiva do direito autoral, e me cumplicio de ter contribuído com essa aprovação. Eu acho que o conjunto de realizações da sua gestão faz, de longe, da sua gestão a que mais realizou no Ministério da Cultura desde 1985.

Foi com muita felicidade que, nesse sentido, eu abri o caderno Ilustrada da *Folha de S.Paulo* de ontem e, aí, vi, primeiro com susto, a manchete do caderno “Dedo na Garganta”, uma matéria com alguns dos melhores nomes da nossa música popular brasileira – Ney Matogrosso, José Machline, João Bosco e Zélia Duncan. Chamou-me a atenção a manchete “Dedo na Garganta”, que, em seguida, dizia o seguinte: “Livres das gravadoras e trabalhando como nunca, João Bosco, Ney Matogrosso e Zélia Duncan veem melhoras na gestão de direitos autorais e a política brasileira em seu pior momento.”

Em seguida, as declarações. Eu detalho a declaração do Ney, que diz o seguinte:

O Ecad me pagava por trimestre algo como R\$30. “Estão debochando de mim, não é possível”, pensava. Agora, após esses entreveros [essas investigações que tiveram aí, esse negócio de lei para fiscalizar a entidade e briga judicial, esses entreveros que tiveram lá pela Câmara, pelo Senado, contra TVs, por mais direitos e tal], mandam R\$2.000. Melhorei, hein?

Pois é. E ele nem sabe o quanto ainda vai melhorar. Mais adiante, em contrapartida, Senadora Ana Amélia, o mesmo Ney – eu estava comentando sobre isso com o Senador Cristovam – dá a seguinte declaração: “Tenho asco da política e dos políticos. Olho essa gente e tenho vontade de meter o dedo na garganta.”

Bom, por um lado, Ney dá uma declaração de que a vida dele melhorou, mas melhorou devido a uma atuação do Congresso Nacional e, em especial, de uma Ministra da Cultura que é política, que é Senadora. Quero testemunhar isto: foi uma CPI que tomou a primeira iniciativa de melhorar a gestão coletiva do direito autoral, mas, se não fosse a Ministra Marta, Senadora Marta no Ministério da Cultura, nós não alteraríamos a máfia instalada no Ecad, não derrubaríamos. O *lobby* instalado no Ecad é poderosíssimo – era e é, porque ainda está em processo de transição; Marta muito bem sabe disso. É poderosíssimo. Se não fosse a decisão política de termos uma Senadora com vontade política no Ministério da Cultura, não alteraríamos.

Eu conversava aqui com o Senador Cristovam, fazíamos uma reflexão. Essa reflexão dos artistas deve servir de reflexão para nós. É verdade. Mas os artistas também são formadores de opinião. Eles não são uns quaisquer, eles olham a cena política, eles também têm que assistir ao noticiário político e têm que participar da cena política. Ora, travou-se uma luta sem quartel neste Senado da República, em que Marta – me desculpe, Ministra –, a Ministra Marta esteve ao nosso lado para modificar a Lei de Direitos Autorais, luta que ainda não acabou. Houve uma audiência pública agora no Supremo Tribunal Federal. Era importante, por exemplo, todos os artistas, inclusive eles, participarem. Ou seja, os políticos, alguns destes, não todos, mas alguns destes estavam participando.

Eu dou razão para eles fazer a mistura; eu dou razão para a pessoa comum misturar, mas o que eu não dou razão é para aquelas pessoas que têm acesso às informações e que têm a oportunidade de ter as informações, fazer a mistura. E mais, as pessoas que têm possibilidade de intervir na cena política, tendo acesso às informações, não intervirem. Ainda está sendo travada uma luta sem quartel para democratizar o direito autoral no Brasil. Houve, há um mês, uma audiência pública no Supremo Tribunal Federal porque há resistência para a alteração.

Então, é uma generalização que, no meu entender, parece-me, despolitiza a política, não faz bem à política, é um tanto autoritária, não faz bem. Eu acho que o que faz bem à política, o que faz bem à democracia é que, principalmente aqueles que têm acesso à informação contribuam para fazer a separação do joio e do trigo.

Portanto, nós ficamos felizes e eu quero parabenizá-la, Ministra Marta, porque foi por políticas, como V. Ex^a, que fazem a separação do joio e do trigo, que os músicos brasileiros podem dar testemunhos. E eu fico com a primeira parte do testemunho do Ney Matogrosso. A primeira parte do testemunho dizia: olha, melhorei, não é; não tenho do que reclamar. Melhorou porque aqui houve uma decisão política de democratizar a gestão coletiva do direito autoral, e isso só foi possível porque a senhora está à frente do Ministério da Cultura.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Senador Randolfe Rodrigues, esse depoimento-desabafo de V. Ex^a é extremamente oportuno porque, como diz V. Ex^a, é preciso separar o joio do trigo, reconhecer a ação política de quem faz o bem pensando no coletivo.

Esta Comissão, durante 12 anos, debateu a questão do direito autoral; 12 anos. E, certamente, seria conveniente que as pessoas, os protagonistas desse processo tenham acompanhado as resistências que V. Ex^a, na CPI que foi feita sobre o Ecad, enfrentou para realizar e encerrar com uma conclusão absolutamente adequada e realista; não foi demagogia feita pelo seu trabalho. Foi um trabalho profundo, sério e consistente ao ponto de a Ministra ter abraçado esta causa e ela própria ter introduzido essas modernas técnicas de gestão para evitar um prejuízo enorme aos nossos artistas em qualquer área da música popular brasileira.

Eu penso que a imprensa faz essa abordagem também. Esta semana a revista *Época* colocou “agenda positiva”, reconhecendo – isso é o que abre a matéria – que, a despeito dessas mazelas que nós vivemos na área política, existe uma agenda positiva em andamento. E a revista *Época* aborda vários temas: uma iniciativa do Governador Jaques Wagner, na Bahia; uma iniciativa de uma prefeitura do meu Estado, lá do Rio Grande do Sul, em Sarandi, na área de educação, com creches 12 meses por ano para crianças de seis meses a seis anos de idade; iniciativas em todo o Brasil que são positivas no campo político.

Portanto, eu penso que essa reflexão que V. Ex^a faz, permita-me a Ministra Marta, eu assino embaixo, porque estamos diante de uma Ministra-Senadora, e de uma política que, na execução, como executiva, está realmente levando e preservando esses valores. Então, cumprimento V. Ex^a pela defesa da instituição e do papel que nós desempenhamos aqui.

Passo a palavra agora à Senadora Ana Rita, para concluir a série de perguntas à Ministra Marta Suplicy.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Quero cumprimentar nossa querida amiga, companheira, Senadora Marta Suplicy, Ministra da Cultura, cumprimentar também o Angelo, Presidente do Ibram, que tem feito um trabalho importante frente aos museus, e parabenizá-los pela atuação.

Na verdade, Senadora Ana Amélia, não vou fazer perguntas, mas quero aqui fazer algumas afirmações que considero importantes.

Primeiro, quero dizer que eu comungo perfeitamente das reflexões feitas pelo Senador Randolfe Rodrigues. Determinadas afirmações, quando vêm da população de modo geral, do senso comum, são admissíveis; mas determinadas afirmações, quando vêm de pessoas que têm acesso às informações e que têm o poder também de influenciar nas decisões, não são admissíveis.

Quero, a partir deste ponto, fazer um destaque do Ministério. É uma prática dos nossos governos democráticos a realização de conferências, em níveis nacional, estaduais e municipais. Sabemos o quanto essas conferências são importantes para a sociedade, de modo geral, que são um instrumento altamente necessário de participação efetiva da sociedade na construção de políticas públicas. Às vezes, as conferências produzem muito, mas o resultado, na prática, acaba nem sempre repercutindo aquilo que se discutiu nas conferências.

Aqui, quero fazer um destaque do esforço que o nosso Governo, que alguns Ministérios têm feito para transformar aquilo que foi discutido nas conferências em políticas efetivas. Um exemplo é o Ministério da Cultura, que, além de estar colocando em prática ações efetivas, debatidas, discutidas nas conferências, tem feito muito mais do que isso. Quero destacar a importância da construção do Sistema Nacional de Cultura. Faz parte do Sistema Nacional de Cultura o Plano Nacional de Cultura. Recebemos aqui hoje, inclusive, uma cartilha que orienta Estados e Municípios a como elaborar seus planos de cultura.

Lamentavelmente, a cultura não é uma política prioritária de boa parte dos governos estaduais nem municipais. Com a desculpa de que não há recursos suficientes, deixa-se de valorizar a cultura. Às vezes, é possível fazer muita coisa sem tanto recurso financeiro, é só valorizar o que existe na cidade, naquela localidade. Com poucos recursos, faz-se muita coisa, valoriza-se muita coisa que a própria sociedade faz. Então, quero fazer esse destaque. Os conselhos de cultura, assim como os conselhos de saúde, os conselhos de educação e outros conselhos, são espaços importantes onde se reúnem o Poder Público e a sociedade para fazer o debate, não só para propor, mas também para avaliar, para fazer o controle social, enfim, para ajudar as políticas públicas a avançarem.

Então, quero parabenizar o Ministério da Cultura, parabenizar a Ministra e toda sua equipe por estarem colocando em prática aquilo que foi debatido nas conferências, principalmente na III Conferência, que tem dado resultado, conforme nós vimos aqui, além do Plano Nacional de Cultura, dos planos territoriais, dos planos setoriais que estão propostos na elaboração do Plano de Cultura.

Outra coisa que quero destacar é o que a Ministra acabou de apresentar para nós: os territórios de cultura, os CEUs, a experiência vivenciada na Prefeitura de São Paulo. Hoje, a experiência acumulada pela Ministra, à época prefeita, traz para dentro da cultura uma experiência inovadora de transformar espaços em espaço de cultura, que as pessoas podem acessar, principalmente, das classes populares. Além disso, também destaco aqui o Vale-Cultura. Ampliou-se o Vale-Cultura através da medida provisória que tive a alegria de poder relatar a pedido da Ministra Marta e que nos trouxe outras conquistas na área do esporte, que nós tivemos também de ampliar.

Mas eu quero ainda dizer do caráter social que as políticas de cultura têm tido nesta gestão. Eu não tinha a dimensão, Ministra, da importância, da abrangência que as políticas de cultura têm tomado, tanto na inclusão social de negros, de quilombolas, das mulheres, da juventude, dos indígenas, da interface com a economia solidária. São todas áreas de atuação extremamente necessárias, e a cultura trabalha com todos esses viés de inclusão social.

Além de valorizar grandes nomes da cultura; além de valorizar grandes eventos, a política da cultura hoje do ministério valoriza particularmente a inclusão de setores da sociedade, que sempre foram excluídos e que têm potenciais e que precisam ter espaços para expressar isso. E a política desenvolvida hoje pelo Ministério possibilita isso, além de garantir que atividades culturais das áreas populares sejam contempladas pela política da cultura.

Então, Ministra, quero aqui parabenizar o trabalho, porque esse trabalho que tem sido feito pelo Ministério da Cultura contribui na redução da pobreza, contribui na inclusão social, contribui no enfrentamento da violência contra mulheres, contra a juventude, contra as nossas crianças. Ele contribui para o nosso desenvolvimento econômico das pessoas. Isso possibilita às pessoas também se empoderarem um pouco mais, em particular as mulheres. Muita coisa boa tem acontecido.

Quero aqui parabenizar e dizer da nossa satisfação, da nossa alegria de poder compartilhar nesta manhã de hoje de toda essa experiência, dessa prestação de contas que o Ministério faz.

Quero parabenizar também o Ibram, que tem sido uma grande referência para os museus. Sabemos da importância que os museus têm em manter a nossa história, em manter a nossa cultura e a nossa memória, que

muitas vezes vai se perdendo por falta de investimento. O Ibram tem prestado esse valioso serviço no sentido de estimular e de apoiar os museus que existem em nossos Estados, espalhados pelo Brasil afora.

Parabéns a vocês! Quero desejar um ano de 2014 com muitas outras realizações. Quero dizer que não só a Comissão de Educação, mas o Congresso Nacional, e particularmente o Senado Federal, está sempre à disposição para colaborar com o Ministério. Parabéns e boa sorte, Ministra!

Uma coisa que me chamou atenção nas fotos: a sua presença pessoal nos eventos, escutando os jovens, escutando as pessoas. Isso faz uma diferença imensa. Então, V. Ex^a não é uma Ministra de gabinete; é uma Ministra que está presente no dia a dia da cultura e, particularmente, tem a preocupação de escutar o que a nossa população tem a dizer. Parabéns, Ministra, pelo seu trabalho. Você – e me permita chamá-la de você –, nossa querida Ministra, além de ser uma grande companheira, é uma pessoa que nos ensina muito. Parabéns pelo seu trabalho, parabéns também ao Angelo e a toda equipe que está aqui presente.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senadora Ana Rita.

De imediato, passo a palavra à Ministra Marta Suplicy.

Depois de tantas referências como esta, eu acho que a senhora virá todo mês aqui ou toda semana...

A SR^a MARTA SUPLICY – Quando é que... (*Risos.*)

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Quando estiver querendo dar uma “alegrada”, aqui se recupera, alimenta-se a autoestima imediatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Não é todo Ministro que sai assim daqui.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Isso é verdade. Alguns têm de ser convocados, Ministra.

A senhora foi convidada. Eles são convocados. (*Risos.*)

A SR^a MARTA SUPLICY – Muito obrigada, Senadora, Senadores e Senadora aqui presentes por tantas referências tão simpáticas.

Bom, primeiro, respondendo ao Senador Suplicy, está indo bem o Museu Afro Brasil. Nós temos um terreno, estamos bem adiantados com o IAB. Iríamos lançar o edital, mas talvez tenhamos uma oportunidade de outro terreno bem maior e mais interessante. Então, nós estamos ainda sem falar nada, no sentido de que isso ainda não está decidido, nos atrasa um pouco com o IAB, o que é ruim, mas se conseguirmos esse outro terreno será uma coisa tão importante que vale a pena ter essas tratativas.

Em relação a como foi montada a ideia do Ministério, nós não tínhamos assim... Quer dizer, nós até tínhamos, mas achamos que quem estaria mais qualificado para fazer um estudo seria a Fundação Casa de Rui Barbosa, pela sua tradição, pelas pessoas que poderia chamar para pensar, junto com a Fundação Palmares, que participou de tudo também, como seria a narrativa. Aí ficou na responsabilidade do Presidente da Rui Barbosa a chamada dos historiadores para contar a história não contada. E isso foi feito já há vários meses e nos possibilitou dar alguns andamentos já e ter mais claro o que nós queremos do museu.

V. Ex^a perguntou sobre a colaboração com os países africanos. Ainda não entramos nesse momento porque nós temos que, primeiro, ver o prédio, depois reestruturar toda essa colaboração. Aí chamaremos, com certeza, os países africanos, que terão muito a colaborar, como também os nossos Estados. Em algumas visitas que fiz aos Estados não com esse propósito, mas, a partir do momento que os Secretários sabiam do museu, vários Estados, Senadora Ana Amélia, têm documentos importantíssimos da época da escravidão. E nós temos que digitalizá-los, porque nós não vamos tirá-los do Estado, mas como vai ser um museu interativo e digitalizado e de alta interatividade, nós temos que digitalizar esses documentos. Então, começamos a fazer esse trabalho e também a documentar os quilombos, parte com depoimentos, porque as pessoas falecem e nós não temos os depoimentos. E a gente viu quão é importante são os depoimentos nos museus que eu visitei, o do Holocausto, por exemplo, como as pessoas conseguem entender mais quando os sobreviventes conseguem colocar. Então, nós estamos agora também focados nisso, que é alguma coisa que a gente pode adiantar já.

Em relação à Copa do Mundo, eu diria o seguinte: há três aspectos que eu acho que, para nós, não só do Ministério da Cultura, mas também como brasileira, são importantes. Primeiro, eu falo tanto nesse Ministério sobre *soft power*. A gente se esforça tanto para mostrar quem somos no exterior, além da beleza das nossas praias, o nosso Carnaval fascinante e o futebol, que isso nós temos. Os países se esforçam também para ter a sua imagem. Os Estados Unidos têm muito da sua imagem interessante vindo de Hollywood e de seus filmes. A Itália, do seu cinema, da sua gastronomia, dos seus grandes autores; a França a mesma coisa. E nós temos algo que não foi tão difícil, porque praia, carnaval não foi tão difícil de...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Estava pronto...

A SRª MARTA SUPLICY – Mais ou menos. Para o Carnaval houve certo esforço, porque não fizemos o investimento que esses países fizeram há séculos. Está na hora de fazer. Só que isso não vem naturalmente. Tem que ter investimento. Tem que investir nessas feiras de literatura para mostrar a nossa literatura. Tem que investir no teatro, para mostrar o nosso teatro. Tem que traduzir os nossos livros para ajudar que eles corram o mundo... Então, são muitos investimentos.

Agora nós fizemos um grande investimento, que vai ser dia 6 de maio, que nós vamos expor Guerra e Paz, no Salão Nobre do Grand Palais, que é uma coisa muito difícil de conseguir, durante três meses. Será agora 6 de maio. Então, vai ser algo muito importante para nós, numa vitrine como o Grand Palais, poder fazer isso. Então, nós estamos assim fazendo esse esforço.

Só que uma Copa do Mundo ela é mais que qualquer coisa que a gente possa ter sonhado ou feito, porque as pessoas às vezes têm dificuldade em entender por que o Presidente Lula suou tanto a camisa para conseguir trazer a Copa e a Olimpíada. Por que ele gosta de futebol? Acho que também tem um pouco, mas não é isso. É que é uma chance única, porque os países todos querem a Copa e a Olimpíada, porque é uma oportunidade de *soft power* daquele país que não tem preço que pague isso. O que nós vamos ter disposição de mídia, o que já deve estar acontecendo lá fora de exposição das nossas belezas, dos nossos filmes, com repórteres que vêm e já contam o que viram, o que não viram, o que está acontecendo, o que este País tem, isso é único.

Nós todos temos a experiência da África do Sul: muita gente não tinha ideia do que a África do Sul tinha, e, de repente, com a Copa, todos nós passamos a ter muita vontade de ir à África do Sul, para ver as coisas lindas que a África do Sul tem.

Essa é uma oportunidade não só turística, de atrair mais turistas, mas de trazer investimento para o País. Claro que, na verdade, tudo se resume a negócios, mas simpatia também funciona. Eu acredito que o Brasil tem a simpatia do mundo. E podemos aumentar isso mostrando mais e dando mais vontade para que esse investimento venha, para que aquele executivo queira vir morar aqui. São coisas que não são ditas, é o tal do *soft power*. É isso que temos de mostrar. Na medida em que vemos pessoas fazendo arruaças na rua, brigando, quebrando banco, fazendo vandalismo, dá... Eu tenho viajado – por exemplo, agora, fui à feira de Bogotá – e eu falei muito da feira da nossa literatura, mas as pessoas só querem saber da Copa. Só querem saber da Copa. Ao mesmo tempo, elas perguntam das coisas ruins que saem, porque do bom...

Eu lembro, quando eu era Ministra do Turismo, Senadora, que tínhamos um mapa de onde saíam as notícias vermelhinhas ou verdinhas. As verdinhas eram as coisas positivas que estavam saindo, as vermelhinhas eram alerta de que havia notícia ruim. Nosso mapa era muito pouco povoado de verdinhas, mesmo que as coisas boas pudessem estar acontecendo. Se houvesse um assassinato em Copacabana, o mapa ficava vermelho na hora. Então, eu imagino o que deve estar acontecendo no mapa agora no turismo. O que isso faz? A pessoa pensa que vai ser assaltada na rua, vai levar pedrada, vai levar paulada. Imagem, gente! O que custa para o Ministério do Turismo conseguir colocar uma notícia positiva e o que custa para um país desmanchar uma dessas manifestações que saíram universalmente é gigantesco.

Em relação à Copa, principalmente, temos de entender que ela é uma vitrine do Brasil, uma oportunidade única que temos de mostrar este País maravilhoso, com essa diversidade de povo e de cultura, porque nós somos únicos mesmo. Essa miscigenação... Claro, nós temos todos os nossos problemas, mas nós temos a riqueza da criação que é vinda disso. Que país tem essa *melting pot*, essa fusão que dá essa criação que nós temos? Todos nós, brancos e negros, adoramos todas essas coisas que nós somos. Isso é a nossa força. Isso nós temos de mostrar.

Eu acho que nós realmente temos sido muito atrapalhados por isso tudo que está acontecendo. Inclusive, a Presidenta tem essa percepção. Ela está tentando mostrar o que estou falando também.

A questão da segurança está muito bem organizada na Copa. Eu gostaria muito de colocar isso aqui. Está com começo, meio e fim. Eu acredito que nós vamos ter uma forma de repressão, porque é necessário também, civilizada, mas eficaz.

Em relação à outra questão, respondendo ainda ao Senador Suplicy, de que se fala da Copa: “Ah, mas não está pronto, não ficou pronto, não vai ficar”, aí, eu acho que muita coisa não vai ficar mesmo, mas há uma coisa que eu conto de experiência própria: quantas coisas eu fiz no turismo que agora eu vejo? Às vezes, eu visito um lugar e falam: “Ah, inauguramos no ano passado” ou não sei o quê. Eu achava que nem tinha saído, porque demorou tanto. Então, eu acho que seria ótimo se ficasse tudo inaugurado muito rápido e junto – vamos ter de aprender a ser mais eficientes –, mas eu tenho também a percepção de que o que está programado para sair vai sair. Pode não sair tudo na Copa, mas o que está programado em mobilidade urbana – falo de experiência própria – não sairia se não houvesse Copa, porque não seria prioridade, não haveria recurso alocado para sair. Então, quando se fala em metrô que está sendo construído, em VLT, todas as cidades da Copa vão dar um sal-

to de mobilidade. Eu não diria neste ano necessariamente, mas, em um ou dois anos, vão dar. Isso se deve à Copa. É bom lembrar isso também.

A outra questão, de que também não se fala, é a geração de empregos. Muitos empregos estão sendo gerados. Quando se constrói essa montanha de estádios e há essa montanha de obras, isso também é muito bom para o País. No momento em que há dificuldades econômicas e o mundo inteiro enfrenta dificuldades com o desemprego, nós não. Isso também é muito positivo.

Senador Randolfe, eu gostei muito do seu alerta à classe artística. O senhor tem toda a razão: é o caminho para a despolitização e para a demonização da classe política. O que vamos fazer então? Fechar o Congresso? Acabar com os políticos? Parece que a alternativa é esta: vamos adotar uma ditadura, que é melhor.

Temos que ter outras possibilidades de ação política. Mas o que percebo é que, muitas vezes, há uma despolitização na própria classe artística. Porque artista é artista. Sabe, ouve, mas são poucos os que digerem a política, entendem de política e percebem a política. Existem alguns que têm esse interesse inclusive, mas acho que declarações como a que V. Exª relatou fazem mal não só à política do Brasil, mas à despolitização, que é coisa mais séria, que leva, depois, ao vandalismo por achar que reclamam de alguma coisa cujo preço para o Brasil eles não fazem a conta. Se fizessem a conta, o dano na imagem do Brasil é gigantesco, comparado com aquilo por que estão reclamando ou que acham que pode estar sendo feito de forma inadequada.

Em relação ao Ecad, eu sigo também de perto. Acompanho a sua preocupação e acho que o seu trabalho e o de todos os Senadores na CPI foi fundamental. Não teria prosseguimento isso se não tivesse chegado a mim o resultado do que foi a CPI. Ao mesmo tempo, não está encerrado. Aquela audiência pública no Supremo mostrou que ainda existe um balanço para todos os lados. Há desinformação na classe artística. Poucos participaram, estão em melhor informados, mantiveram a sua posição. O restante não entende bem o que está acontecendo.

Ainda precisamos terminar o quadro do Ministério que vai tomar conta dessa questão. Conseguimos mais vinte e quatro funcionários. Amanhã, serão votados aqui no Senado os oito funcionários mais graduados, que vão entrar para que fechemos o quadro dos que vão fiscalizar o Ecad. Porque uma coisa é ser aprovado, tudo bem. Mas se não houver um quadro operante de alto nível e qualidade para fiscalizar o Ecad, é um vexame. Lutou-se muito. E peço aos Senadores que, por favor, cuidem da aprovação rápida amanhã. Não sei quem é, me digam quem é o relator. Quem é o relator?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª MARTA SUPLICY – Ah, Humberto Costa. S. Exª provavelmente vai dar parecer favorável, mas preciso que vocês ajudem a passar, favoravelmente, muito rápido.

Não posso terminar a resposta ao Senador Randolfe sem falar na questão do direito autoral.

Em relação do Ecad, foi uma parte. Do Marco Civil da Internet, nós retiramos, pela posição do Ministério da Cultura, o direito autoral curto. Por quê? Porque se já estava confuso, como estava, para passar, se tivesse direito autoral, era para nunca. Então, foi retirado. O projeto de direito autoral feito pelo Ministério está prontinho, há meses na Casa Civil. E nós gostaríamos de vê-lo aprovado em algum momento.

Claro que não pode ser votado junto com o Marco Civil. Mas temos que começar a pensar que tem que ser votado, porque é muito importante para as bibliotecas. A própria Biblioteca Nacional, nós a estamos digitalizando. São 9 milhões de exemplares. Imagine, Senador, como é isso. Só que o que está digitalizado não pode ser posto a público porque o direito autoral ainda é vigente, e não há uma posição. Isso atrapalha muito, ainda mais no mundo da internet. Nós temos que regulamentar isso. E sabemos que isso é para meses de discussão, porque não é tarefa fácil.

Em relação à Senadora Ana Rita, também quero agradecer as palavras, isso nos dá muito estímulo de continuarmos fazendo as coisas, de conseguirmos os apoios necessários aqui sempre, agradeço novamente. Quanto ao Plano Nacional de Cultura, acho que ele é bastante importante, mas há algumas coisas do Plano Nacional de Cultura – sei que o adiantado da hora já não me permite mais falar muito sobre isso –, existe a PEC nº 150, relacionada ao orçamento do Ministério, e, no que foi aprovado, já até conseguimos mexer, porque estavam aprovados 2% do orçamento bruto, e isso seria... Não gosto de lidar com coisa que não dá para fazer, temos orçamento 0,11%. Como é que vamos aumentar para 2% na situação de hoje? Não dá, então, mudamos para líquido, conversamos com os relatores, para ver se conseguíamos fazer um escalonamento em anos que chega a 2%, mas do líquido. E que seja um pouquinho por ano, isso acho uma coisa mais sensata!

Em relação ao Procultura, está no plenário da Câmara, virá para o Senado. Mas queria dizer que tenho bastante preocupação, porque o Pro cultura vai, realmente, dar um salto grande na Rouanet, porque a Rouanet é uma lei de 22 anos, uma lei que ficou defasada, há vários problemas hoje, e ele vai solucionar grande parte dos problemas. Mas ele tem algo que estamos enfrentando, uma certa dificuldade: ele passou na Comissão de Tributação e na de Justiça, mas foi ao plenário, por causa dessa dificuldade, que é a questão de que aumenta o incentivo fiscal de 1,6 bilhão para 3 bilhões. E isso faz parte, por incrível que pareça, do orçamento do Ministério, e não deveria fazer no sentido de que não é política de Estado, é o que chega para nós, que ali podemos

analisar e, se está tudo certo, dizemos: “Vai e capta o que você pode”, mas não é política de Estado necessariamente, e não podemos também deixar de aprovar, se está tudo certo, para pessoa poder captar.

É um assunto sempre muito delicado essa questão da Rouanet. E agora, com o Procultura, vamos ter condição de pontuação diferente, também privilegiando os Estados do Norte e do Nordeste, o que me parece que é adequado, porque hoje o Norte capta 1% da Rouanet; o Nordeste capta um pouco mais, acho que é 6%, mas ainda é muito pouco comparado com o Sul, o Sudeste e o Centro-Oeste também. Mas o melhor do Procultura é que desse 1,6 bilhão que é pleiteado na lei para 3 bilhões, a lei diz que o Fundo Nacional não pode ser menor do que o incentivo fiscal. E hoje é totalmente menor, acho que chega a 300 milhões, mais ou menos, o Fundo Nacional para tudo o que V. Ex^{as} veem que temos que fazer, é o dinheiro que temos.

Provavelmente, se conseguirmos de 1,6 bilhão para 3 bilhões, 1,5 bilhão certamente poderá vir para o Fundo e fazer – estou vendo ali o Bernardo –, a política do Sistema Nacional de Cultura. Como podemos ter a responsabilidade sobre o Sistema Nacional de Cultura, de passar os recursos para os Estados e para os Municípios que temos, que vamos ter que fazê-lo, quando ficar pronto, com 300 milhões para todo o Ministério? (Risos.) Então, vamos ver se conseguimos sensibilizar a Câmara, mas virá para o Senado, e espero que, quando chegar ao Senado, também possamos contar com esse apoio.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Sr^a Marta Suplicy, em nome do Presidente desta Comissão, o Senador Cyro Miranda, e dos demais Senadores e Senadoras que integram a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, queremos lhe agradecer. V. Ex^a foi extremamente transparente, responsável até na abordagem muito clara e muita segura sobre a segurança que a Copa do Mundo terá. Como esta é uma Comissão de Educação, Cultura e Esporte – e esporte é cultura, o *soft power* é a revelação e a confirmação disso –, queria agradecer-lhe também, porque essa matéria transitou na Comissão, o relatório da Lei Geral da Copa saiu daqui.

E, aproveitando a forma como a senhora tratou desse assunto, com a transversalidade necessária, mostrando a posição do Governo em relação a isso, vou manifestar, em nome da Comissão, o reconhecimento a uma figura que nós perdemos nesse final de semana, Luciano do Valle, pelo que esse profissional da comunicação fez em favor do esporte brasileiro. Então, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte transmite à Rede Bandeirantes, a última família profissional de Luciano do Valle, as condolências pela perda irreparável e muito sentida de uma pessoa que teve um papel muito, muito importante em todas as modalidades do esporte.

Em segundo lugar, quero dizer que nós todos da Comissão, Senadora – o Presidente é da oposição –, temos o desejo de que a Copa do Mundo de 2014 seja uma Copa que orgulhe todos os brasileiros. Não tenha dúvida a respeito desta posição, que é uma responsabilidade, eu diria, institucional de todos nós Senadores. (Palmas.)

E, por fim, não menos importante, Senadora Marta – falou aqui há pouco, com a sua juventude e o seu entusiasmo, o Senador Randolfe Rodrigues, de um partido de oposição ao Governo; na Comissão, há Senadores do seu Partido, o PT; o Senador Cyro Miranda é de um partido de oposição; e eu sou de um partido que é da Base do Governo, mas tenho atuado com muita independência aqui –, eu quero dar um depoimento pessoal sobre a forma plural como a senhora trata todos os partidos políticos representados no Congresso Nacional. A senhora não faz discriminação. Penso que essa é uma atitude republicana de uma Ministra de Estado, que, claro, como Senadora, entende melhor essa circunstância. Mas há também alguns ministros que foram Parlamentares e que não têm a mesma atitude de protagonismo e de responsabilidade. Então, faço esse depoimento, como uma Senadora independente aqui, sobre como a senhora tem agido.

Penso que o que disse o Senador Randolfe é a prova absolutamente clara do que dizem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Apoio Governo/PSOL – AP) – Apoiado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Maioria/PP – RS) – Obrigada, Senador Randolfe Rodrigues.

Queria renovar que a reunião de hoje foi convocada, na forma de audiência pública, em atendimento aos Requerimentos nº 5, de 2014, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Cristovam Buarque, e nº 7, também deste ano, de autoria do nosso Presidente Cyro Miranda e de minha autoria, como Vice-Presidente da Comissão, destinada a ouvir a Ex^{ma} Sr^a Ministra de Estado da Cultura, Senadora Marta Suplicy, nossa colega, sobre as diretrizes e prioridades do Ministério da Cultura para o ano de 2014 e a situação dos museus no Brasil.

Eu queria agradecer, mais uma vez, à senhora, ao Dr. Angelo Oswaldo e, na pessoa dele, a todos os colaboradores, à representação do IPHAN e a todos os seus colaboradores do Ministério da Cultura e dizer que esta Comissão continua de portas abertas a todas as questões relacionadas ao seu interesse.

Saímos com um dever de casa: preparar o projeto, porque, com o projeto, o Governo faz alguma coisa.

Obrigada, Ministra. (Palmas.)

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 2 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS, NA SALA Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e doze minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e quatorze, no Plenário número sete, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Ângela Portela, Eduardo Suplicy, Humberto Costa, João Durval, Paulo Davim, Vanessa Grazziotin, Sérgio Petecão e João Vicente Claudino. A Senhora Presidente declara aberta a presente Reunião, propõe a dispensa da leitura e aprovação das atas da 12ª a 14ª Reuniões da CDH, que são dadas por aprovadas. Passa-se à apreciação da Pauta. **Pauta Deliberativa. Item 1. Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2009** – Terminativo – que altera os §§ 3º, 6º, 7º e 8º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 1993, com o propósito de eliminar entraves burocráticos à concessão do benefício de 1 (um) salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso. Autoria: Senador Raimundo Colombo. Relatoria: Senador Anibal Diniz. Relatório: Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 78, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que “dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências”, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”, para dispor sobre o direito à moradia das pessoas com deficiência. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senadora Ana Rita (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad Hoc*: Senador Eduardo Suplicy. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as 5 Emendas aprovadas na CDR. **Resultado:** Adiado. **Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CE. **Resultado:** Adiado. **Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo “situação de vulnerabilidade temporária” de que trata o seu art. 22. Autoria: Senador Humberto Costa. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 81, de 2012** – Terminativo – Altera a ementa e o art. 1º e acrescenta o art. 2º-A à Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para estender o benefício aos portadores de doenças graves ou incapacitantes, nas condições que especifica, e dá outras providências. Autoria: Senador Eduardo Lopes. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 379, de 2012** – Terminativo – Altera o art. 39 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 541, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, dispondo sobre a acessibilidade nos passeios públicos. Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4-CDR. **Resultado:** Adiado. **Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 651, de 2011** – Terminativo – Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir na modalidade de educação de jovens e adultos a política de atenção educacional e social aos idosos. Autoria: Senador Gim. Relatoria: Senador Cristovam Buarque. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2012** – Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para instituir medidas destinadas à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes. Autoria: Senadora Angela Portela. Relatoria: Senador Humberto Costa. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS. **Resultado:** Adiado. **Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2012** – Terminativo – Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para tratar do fornecimento, pelas instituições financeiras e operadoras de cartão de crédito, de serviços ao consumidor portador de deficiência visual. Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Se-

nador Gim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo). **Resultado:** Adiado. **Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 221, de 2012** – Não Terminativo – Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para regulamentar o processo de escolha dos conselheiros tutelares. Autoria: Senador João Vicente Claudino. Relatoria: Senador Paulo Davim. Relatório: Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2013** – Não Terminativo – Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para fixar a parcela dedutível do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) relativa aos rendimentos de pensão por morte paga a filhos e equiparados a filhos. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Roberto Requião. Relatório: Pela rejeição do Projeto. **Resultado:** Retirado de Pauta a pedido da autora, Senadora Vanessa Grazziotin. **Item 13. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 26, de 2014.** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para discutir o “Analfabetismo na ótica dos Direitos Humanos”. Autoria: Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. **EXTRAPAUTA. Item 14. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 27, de 2014.** Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas para que sejam ouvidas autoridades públicas, lideranças sociais e intelectuais para consolidar argumentos e posições que possam embasar o relatório que a mim coube fazer para voto de parecer sobre Sugestão nº 8/2014, que trata da regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha. Autoria: Senador Cristovam Buarque. **Resultado:** Aprovado. **Item 15. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 28, de 2014.** Requeiro, nos termos Regimentais, realizar diligência desta Comissão no Estado do Espírito Santo para proceder a estudo sobre o extermínio da Juventude Negra. JUSTIFICAÇÃO: A realização desta diligência justifica-se pelo fato de o Espírito Santo ser o segundo Estado onde matam jovens no País, de acordo com o Mapa da Violência – Os jovens do Brasil – realizado pelo Instituto Sangari. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **Item 16. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 29, de 2014.** Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o Programa de Aquisição de Alimentos e seus impactos na qualidade de vida de pequenos agricultores e assentados da reforma agrária. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Representante da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB; 5. Representante do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. **Item 17. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 30, de 2014.** Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, realização de diligência ao Estado do Espírito Santo para desenvolvimento de estudo acerca da situação, causas e soluções para o crescente aumento dos assassinatos contra as mulheres em todo o Estado. JUSTIFICAÇÃO: A realização desta importante diligência justifica-se pelo fato de o Espírito Santo ser o Estado com maior taxa de mortes de mulheres em razão da violência doméstica no Brasil, segundo levantamento divulgado pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Autoria: Senadora Ana Rita. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Cristovam Buarque e Vanessa Grazziotin. Às onze horas e vinte e cinco minutos, assume a Presidência o Senador Cristovam Buarque; devolve às onze horas e trinta e quatro minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa ordinária da 54ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 12ª a 14ª reuniões da Comissão de Direitos Humanos.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Presidenta, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Tenho que me ausentar para uma viagem, sairei daqui às 11h30, e eu gostaria de pedir inversão de pauta para duas coisas: um, o Projeto nº 8, do Senador Gim, de que sou Relator; já foi lida a matéria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E a outra para um requerimento que tenho de uma audiência.

Mas o do Gim é terminativo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – É isso que estamos vendo aqui, Senador Cristovam.

Estamos aguardando a chegada... Temos quórum para iniciar a reunião, mas não temos quórum para votar os terminativos, porque uma boa parte dos Senadores ainda se encontram na Comissão de Constituição e Justiça. Se V. Exª puder aguardar um pouquinho...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Posso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Podemos apreciar agora o requerimento de V. Exª.

Então, consulto se podemos inverter a pauta, para apreciar o item nº 13, requerimento de autoria do Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Não havendo nenhuma objeção, então, vamos apreciar o item 13, o requerimento que está na p. 269:

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para discutir o “Analfabetismo na ótica dos Direitos Humanos.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Concedo a palavra, para os encaminhamentos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora Ana Rita, fui movido a pedir essa audiência pelo fato de que temos tratado o analfabetismo, e de maneira até muito lenta no Brasil, sob a ótica da educação. Na verdade, o analfabetismo é uma questão de direito humano. O analfabeto adulto é um homem que sofre uma tortura diária, porque vivemos num mundo letrado. Se ele fosse de um mundo não letrado, como um grupo indígena, isso não seria nenhum problema, mas, num mundo letrado como o nosso, ser analfabeto é uma forma de tortura, é a retirada dos direitos mais fundamentais, salvo o direito de ir e vir, salvo o direito de não ser torturado fisicamente, mas é uma tortura mental.

Por isso, a ideia de chamar filósofos, a própria Secretaria, o Ministério, de Direitos Humanos para a gente discutir se o analfabetismo fere os direitos humanos e como tratá-lo, caso seja um problema de direitos humanos.

Essa é a intenção da audiência.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Senador Cristovam Buarque.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Senador Cristovam, esse é um tema muito importante e vamos buscar agendar o mais cedo possível, para fazer o debate sobre esse assunto.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só mais uma coisa.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim, Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Aproveitando, então, embora fosse bom que houvesse um quórum maior, eu gostaria de discutir a proposta que conversamos ontem de um ciclo de audiência para discutir a proposta vinda da sociedade civil de regulamentação do uso da maconha.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, Senador Cristovam, acho que é possível sim, mas, antes, quero colocar em discussão um item extrapauta.

Consulto as Sras Senadoras e aos Srs. Senadores se concordam com a inclusão de um requerimento extrapauta também de autoria do Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O requerimento de autoria de V. Ex^a, Senador Cristovam:

“Nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiências públicas para que sejam ouvidas autoridades públicas, lideranças sociais e intelectuais para consolidar argumentos e posições que possam embasar o relatório que a mim coube fazer para voto de parecer sobre a Sugestão nº 8, de 2014, que trata da regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha.”

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Concedo a palavra ao autor, por estar relacionada ao tema sobre o qual V. Ex^a acabou de se manifestar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora Ana Rita, em primeiro lugar, quero agradecer a confiança que V. Ex^a teve por me indicar para ser o Relator dessa Sugestão nº 8.

Esse é um tema fundamental; é um tema fundamental do mundo moderno a droga. E eu fico feliz de ter recebido essa tarefa, apesar de todas as dificuldades e de todos os riscos, inclusive, que há, pela polarização das ideias a favor e contra.

E acho que a sua escolha teve um dado positivo: de fato, eu sou um Senador que não tenho posição definida sobre o assunto.

Por um lado, eu reconheço que não dá para continuar no atual sistema; nós estamos perdendo a guerra contra a droga. Por outro lado, eu temo ainda que a regulamentação possa trazer um agravamento do problema da dependência, mesmo reduzindo o problema da violência. A droga, hoje, tem dois problemas: o problema da dependência, que aniquila algumas pessoas, sobretudo de alguns tipos de drogas, claro que não de todas; e o problema da violência embutida no fato de ser proibida.

A regulamentação muito provavelmente diminuirá a violência, mas pode aumentar o problema que a droga causa nos dependentes. Por isso, é um tema que precisa de muito cuidado ao ser analisado, pela responsabilidade de o Senado ao tomar uma decisão sobre o assunto.

É nesse sentido que eu apresentei uma lista muito extensa. Talvez nunca aqui, no Senado, tenha havido uma lista tão extensa de pessoas a serem consultadas em audiências públicas. E eu gostaria que esta Comissão, no sentido de poder completar a tarefa que V. Ex^a me deu, pudesse ouvir – não diria todas, porque muitas nem vão poder vir ou até nem foram consultadas; salvo uma ou outra, a maior parte não foi consultada – os dois lados, contra e a favor.

Eu dividi em diversos grupos: o grupo de quem é contra, especificamente daqueles que têm manifestações de ordem moral, de ordem cultural contrárias; daqueles que têm uma posição e um conhecimento sobre o impacto da droga na violência e na saúde, como, por exemplo, os que defendem o uso da maconha como instrumento medicinal, o que se vê muito hoje; e pedi para ouvir as pessoas que tratam dos aspectos legais que implicaria isso.

Então, esse conjunto de pessoas, a meu ver, poderá permitir tomarmos uma decisão, uma proposta, uma recomendação minimamente de credibilidade ou com o máximo de credibilidade, como vou tentar fazer.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cristovam Buarque, eu quero dizer que fiquei feliz quando V. Ex^a apresentou a proposta sobre como se deve dar o debate, sob esses vários aspectos, porque realmente é uma decisão muito importante e muito séria. Mas é preciso que a Comissão de Direitos Humanos esteja suficientemente embasada para emitir um parecer sobre essa questão.

É claro que este assunto também vai ser debatido em outras Comissões, porque o projeto, com certeza, vai tramitar na Comissão de Assuntos Sociais, onde há uma subcomissão da saúde; deve tramitar na Comissão de Educação, possivelmente; e em outras Comissões. Mas, em particular, a Comissão de Direitos Humanos tem um peso muito grande ao emitir uma opinião a respeito desse assunto. E V. Ex^a, de forma muito sábia, produziu aqui uma proposta de debates, de audiências públicas, envolvendo pessoas que têm toda condição política e social de emitir uma opinião a respeito do assunto.

É claro que o debate vai nos ajudar a ir formando uma opinião, não só a Comissão de Direitos Humanos, mas também quem tem interesse nesse assunto.

Então, eu considereei essa proposta bastante sábia, muito prudente e de um peso muito grande, porque diversos profissionais, e muitos bastante conhecidos nacionalmente, se aceitarem o nosso convite, poderão estar aqui conosco nos ajudando nas reflexões e no debate desse tema, que é de interesse da sociedade: pela aceitação, para alguns; ou pela rejeição, para outros, da proposta.

Mas para quem vai tomar uma decisão, a favor ou contra, precisa ter os elementos necessários, e elementos que venham de pessoas que estudam isso, que tenham conhecimento e que tenham a experiência nessa área também.

Então, parabéns ao Senador Cristovam Buarque, que conseguiu aqui produzir uma proposta de reflexão de debate, nesta Comissão de Direitos Humanos, proposta que permitirá também que outros Parlamentares que não são desta Comissão participem e contribuam a fim de formarem suas opiniões.

Coloco em votação o requerimento apresentado pelo Senador Cristovam Buarque.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Senador Cristovam Buarque, depois, nós vamos construir um calendário, porque serão muitas as audiências públicas – eu entendo que, aqui, no mínimo, umas oito ou dez, talvez até mais – para que possamos realmente dar condição de fazer um debate a contento. Então, vamos construir conjuntamente esse calendário para que possamos ter a presença de V. Exª na condução dessas audiências públicas.

Agradeço ao Senador Cristovam Buarque.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 27, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas para que sejam ouvidas autoridades públicas, lideranças sociais e intelectuais para consolidar argumentos e posições que possam embasar o relatório que a mim coube fazer para voto de parecer sobre Sugestão nº 8/2014, que trata da regulamentação do uso recreativo, medicinal ou industrial da maconha.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.)

Senador Cristovam Buarque, faço um apelo a V. Exª que presida esta reunião, uma vez que há alguns requerimentos, extrapauta, de minha autoria. Então, peço a V. Exª que presida.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Com a palavra, a Senadora Ana Rita.

Consulto as Sras Senadoras e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta. *(Pausa.)*

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Passo a palavra à Senadora Ana Rita.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cristovam Buarque, Presidente desta Comissão neste momento, um dos requerimentos que apresento é no sentido de requerer, de acordo com os termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência ao Estado do Espírito Santo para o desenvolvimento de estudo sobre o extermínio da juventude negra.

O extermínio da juventude negra no Estado do Espírito Santo é muito alto. Nós sabemos que, no Brasil, este tema também é bastante complexo e necessita cada vez mais de diálogo e da busca de construção de políticas públicas de enfrentamento ao extermínio dos nossos jovens.

O Espírito Santo está em segundo lugar em extermínio da juventude, e nós sabemos que é de jovens negros.

Queremos fazer uma diligência para entender, de fato, o que está acontecendo no Estado do Espírito Santo e, assim, verificar melhor o que está sendo feito ou o que é preciso ser feito para que possamos superar essa chaga da violência contra os nossos jovens.

Então, eu solicito aqui o apoio da Comissão de Direitos Humanos para que possamos fazer essa diligência no Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Está aberta a discussão. *(Pausa.)*

Não havendo Senador ou Senadora que queira se pronunciar, encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 28, de 2014

Requeiro, nos termos Regimentais, realizar diligência desta Comissão no Estado do Espírito Santo para proceder a estudo sobre o extermínio da Juventude Negra.

JUSTIFICAÇÃO: A realização desta diligência justifica-se pelo fato de o Espírito Santo ser o segundo Estado onde matam jovens no País, de acordo com o Mapa da Violência – Os jovens do Brasil – realizado pelo Instituto Sangari.

Autoria: Senadora Ana Rita.)

A Senadora Ana Rita continua com a palavra, com outro requerimento.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cristovam Buarque, outro requerimento que apresentei também tem como objetivo realizar audiência pública para discutir o Programa de Aquisição de Alimentos e seus impactos na qualidade de vida de pequenos agricultores e assentados da reforma agrária.

Estou propondo, para esta audiência pública, a presença de representantes do Movimento dos Pequenos Agricultores, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do Movimento de Mulheres Camponesas.

O objetivo da audiência é justamente fazermos um debate sobre a importância dessa política pública na vida dos pequenos agricultores, dos trabalhadores assentados e, em particular, das mulheres trabalhadoras rurais. Por isso, este debate com o MDA e com a Conab, para que essa política seja fortalecida e efetivada em nosso País.

Essa é uma demanda que me foi trazida pelos agricultores familiares e por camponeses, que sentem certa dificuldade, no dia a dia, de um apoio logístico para que a política seja de fato implementada. O objetivo da audiência pública é justamente o fortalecimento dessa política na vida dos pequenos agricultores, assentados, camponeses e mulheres camponesas, que sobrevivem da produção dos alimentos destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos, para atender à demanda de alimentação das escolas públicas do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento da Senadora Ana Rita.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 29, de 2014

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o Programa de Aquisição de Alimentos e seus impactos na qualidade de vida de pequenos agricultores e assentados da reforma agrária. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; Representante da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB; 5. Representante do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC.

Autoria: Senadora Ana Rita.)

Com a palavra ainda a Senadora Ana Rita, com mais um requerimento.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sr. Presidente, também por uma demanda vinda do meu Estado, o Espírito Santo, e das mulheres, solicito a esta Comissão a realização de diligência ao Estado do Espírito Santo para o desenvolvimento de estudo acerca da situação, causa e soluções para o crescente aumento dos assassinatos contra as mulheres em nosso Estado.

Sr. Presidente, só neste ano, diversas mulheres foram assassinadas. Recordo-me de uns quatro casos de mulheres que morreram de forma muito brutal. Uma delas foi assassinada na região onde eu moro pelo seu marido, pelo seu companheiro. No caso dessa mulher, depois de assassiná-la dentro de casa, o marido pegou um táxi, foi até a Terceira Ponte, que é uma ponte bastante alta, e se suicidou. Em outro caso, o amante de uma moça, ao passar pela ponte, esfaqueou-a e matou-a. Como não conseguiu retirar o corpo do carro e jogar no mar, ele também se jogou no mar, suicidando-se. Em outro caso, agora, na semana passada, uma mulher foi assassinada e teve a cabeça decepada, que foi encontrada a muitos quilômetros de distância do corpo. Em outro caso, a própria mãe envenenou a filha, uma menina de poucos anos de idade, uns nove anos de idade, e também se suicidou. Então, são casos muito especiais, eu diria, muito graves. E há outros casos de homicídios contra mulheres. Todos os dias, os jornais do nosso Estado trazem notícias de assassinatos de mulheres. E o Mapa da Violência do Instituto Sangari mostra que, há muitos anos, há uma década, o Espírito Santo se encontra em primeiro lugar em homicídios contra as mulheres. Então, são casos em que precisamos continuar aprofundando.

A CPMI esteve no Espírito Santo, realizou audiência pública. O relatório aponta diversas iniciativas que deverão ser tomadas pela Justiça, pelo Poder Executivo e pelo Governo Federal. Algumas dessas iniciativas já foram adotadas, é importante que se diga, mas, infelizmente, não estão reduzindo a violência. Precisamos continuar refletindo sobre o que está acontecendo. Sabemos, ainda, que o número de equipamentos é insuficiente. Mas houve uma melhora, houve a contratação de defensores públicos; houve a instalação do botão do pânico, pelo Tribunal de Justiça, que tem dado um resultado, até onde sei, positivo; as delegacias especializadas foram melhor equipadas. Mas o quadro de violência contra as mulheres continua muito grave.

Entendo que a diligência ao Estado do Espírito Santo é muito importante, para que possamos continuar dialogando não só com as autoridades, mas também com os familiares e com os movimentos de mulheres, a fim de buscar saídas que realmente deem respostas mais efetivas.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Obrigado, Senadora Ana Rita. Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Sr. Presidente, eu gostaria de concordar com o que relata a Senadora Ana Rita. Providências como as que S. Exª sugere são muito importantes até mesmo para que se minimize um pouco a situação. E que outros homens que têm essa atitude possam ver que serão alvo não só da Justiça, não só da polícia, mas também do Parlamento brasileiro. Eu cumprimento a Senadora Ana Rita, Senador Cristovam.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Em votação o requerimento. As Sras e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovado.

(É o seguinte o item aprovado:

EXTRAPAUTA

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 30, de 2014

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, realização de diligência ao Estado do Espírito Santo para desenvolvimento de estudo acerca da situação, causas e soluções para o crescente aumento dos assassinatos contra as mulheres em todo o Estado.

JUSTIFICAÇÃO: A realização desta importante diligência justifica-se pelo fato de o Espírito Santo ser o Estado com maior taxa de mortes de mulheres em razão da violência doméstica no Brasil, segundo levantamento divulgado pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Autoria: Senadora Ana Rita.)

Não há mais requerimentos.

Eu agradeço a possibilidade de exercer a Presidência. E quero aqui fazer uma brincadeira. É que sou tão chamado de Cristóvão Colombo, que às vezes eu chamo a Ana Rita de Ana Amélia e a Ana Amélia de Ana Rita. Peço desculpas.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cristovam, não há problema. Aqui no Senado, não é somente o senhor que às vezes troca os nomes, é bastante comum essa troca de nomes. Eu gosto muito da Senadora Ana Amélia, então não vejo o melhor problema. Eu me sinto feliz.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Mas eu já chamei a Ana Amélia de Ana Rita. Agora, eu tenho a desculpa: é o Cristóvão Colombo que me persegue desde menino. Eu passo a Presidência à Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque. Retomando a nossa pauta, os itens de 1 a 10 já foram lidos. São todos projetos terminativos.

O Senador Paulo Davim ainda não está aqui presente, está na CCJ. S. Exª é Relator do item 11. Vamos aguardá-lo.

O Senador Requião é Relator do item 12.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Senadora, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Sim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu gostaria de pedir vista ao projeto da Senadora Vanessa, item 12.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Item 12. O senhor está pedindo vista?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – É.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Para pedir vista é preciso fazer a leitura do relatório. Eu vou nomear o senhor... Mas se ele for *ad hoc*...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu não vou ter tempo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – E se retirar de pauta? Retire de pauta, é melhor.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu acho que é melhor retirar de pauta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pronto. Perfeito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Porque, para pedir vista, Senadora Vanessa, teria que fazer a leitura do relatório. O Senador Requião não está presente, e eu, pelo nosso regulamento, não quero indicar Relator *ad hoc* porque é a primeira vez que a matéria entra na pauta.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está bem. V. Exª é autora do projeto, então tem prerrogativa regimental para pedir a retirada de pauta.

Obrigada, Senadora Vanessa.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2013

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para fixar a parcela dedutível do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) relativa aos rendimentos de pensão por morte paga a filhos e equiparados a filhos.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin.)

Antes de prosseguir, quero aqui fazer a leitura de uma denúncia de tortura que chegou à Comissão de Direitos Humanos. São várias denúncias, três denúncias. Trago uma síntese delas.

A Comissão foi instada a acompanhar as investigações de atos infracionais supostamente praticados pelo adolescente Marcos Antony Candido, filho de Cristina Ilana Carneiro. Segundo a mãe do adolescente, a polícia teria confundido seu filho com outra pessoa conhecida como Jaquetinha, acusada de homicídio. Jaquetinha teria assassinado Adriano Alves Borges. A mãe também afirma que seu filho foi submetido a práticas de tortura na Delegacia de Polícia e que possivelmente teria assinado depoimentos que não condizem com a verdade.

Dada a gravidade das denúncias, esta Comissão instaurou procedimento regimental com a finalidade de acompanhar a apuração dos fatos. A Comissão de Direitos Humanos foi até o local em que o adolescente encontra-se detido para verificar se de fato sofreu tortura. Solicitamos à Juíza Vanessa Christina Garcia Lemos, da Comarca de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás, que encaminhe a este Colegiado Parlamentar cópia de todos os procedimentos judiciais em tramitação naquela Comarca, tanto aquele em desfavor do adolescente como os que foram instaurados para apurar a possível prática de tortura cometida por policiais.

Não é a primeira vez que a Comissão de Direitos Humanos recebe denúncias de prática de tortura por policiais dessa região. Por isso a nossa preocupação com relação à denúncia feita pela mãe de Marcos Antony Candido, Cristina Ilana Carneiro. Assim que recebermos da Comarca de Santo Antônio do Descoberto as informações solicitadas à Juíza, informaremos a todos vocês.

A Comissão de Direitos Humanos recebeu e encaminhou cópia da Moção nº 1, de 2014, de autoria do Vereador Gervásio Batista Pozza, da Câmara Municipal de Hortolândia, São Paulo, ao Conselho Nacional de Justiça. Trata-se de apelo para que seja feito um mutirão com a finalidade de promover o desencarceramento nos presídios da região de Campinas, em especial de Hortolândia. Segundo o Vereador, o número de presos supera três vezes o número de vagas, o que representa real possibilidade de rebelião.

Essa é uma realidade do Município de Hortolândia, que não é muito diferente de outros lugares do nosso País, de outros presídios, em que há superlotação, muitas vezes porque os processos não andam, não há agilidade nos processos. Nós sabemos que são poucos os juízes, há poucos profissionais, e os processos vão se acumulando, com presos cumprindo pena além do necessário, o que pode causar rebeliões. É preciso evitar isso, dando agilidade aos processos.

Ainda, a Comissão encaminhou cópia da nota de repúdio do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro contra declarações da jornalista Raquel Sheherazade, do SBT, ao Sr. Márcio Fernando Elias Rosa, Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, solicitando a instauração do competente procedimento para investigar e responsabilizar a jornalista Raquel Sheherazade, pois afirmou achar que “num país que sofre de violência endêmica, a atitude dos vingadores é até compreensível”. Ela se referia a um grupo de rapazes que, em 31 de janeiro de 2014, prendeu um adolescente acusado de furto e, após acorrentá-lo a um poste, o espancou, filmou e divulgou as imagens na internet.

Então, nós fizemos aqui o encaminhamento da nota de repúdio.

Conforme todos sabem, a Comissão de Direitos Humanos está acompanhando o caso do Sr. Antônio, aqui de Brasília, também do Município de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, de onde recebemos a denúncia da mãe Cristina Ilana Carneiro sobre o menino que está preso de forma equivocada; segundo ela, no lugar de uma outra pessoa. Esse caso do Sr. Antônio é um caso que nós já estamos acompanhando; fizemos algumas reuniões com o Secretário de Segurança do DF. Estamos acompanhando o caso bem de perto e, hoje, a Comissão de Direitos Humanos vai se reunir com a Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para tratar do assunto.

A Comissão de Direitos Humanos tem dialogado de forma mais permanente com a família, com o advogado da família e, como já disse, conversamos com o Secretário de Segurança e, hoje, vamos ter uma reunião com a Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Eu quero também aproveitar este momento para fazer aqui algumas colocações a respeito dos 50 anos do Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana.

Em primeiro lugar, quero dizer da minha satisfação de, hoje à tarde, participar de uma audiência em que estará reunida a Comissão de Direitos Humanos do Senado com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, para que possamos, juntamente com a Ministra Maria do Rosário, fazer aqui uma homenagem aos 50 anos do Conselho Nacional de Defesa da Pessoa Humana. Esta atividade acontecerá hoje à tarde, às 14h30, na Câmara dos Deputados. Faço aqui fazer este registro, porque, para nós, é uma satisfação muito grande.

Nós queremos também aproveitar o momento para agradecer à Ministra Maria do Rosário pela sua atuação frente à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que em breve deixará para reassumir o seu mandato como Deputada Federal. Então, aproveitando a ocasião, faremos também uma homenagem ao trabalho da Ministra Maria do Rosário.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 44)

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2014, QUINTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 9 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e sete de março de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Humberto Costa, João Cabiberibe e Vanessa Grazziotin. O Senador Cristovam Buarque justifica sua ausência, conforme Memo GSCB Nº04-041/2014, recebido em 02/04/2014. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 44 de 2013-CDH, de autoria dos Senadores Humberto Costa e Paulo Paim, aprovado em 13/06/2013, para debater o tema: **“Internação Compulsória de Dependentes Químicos em Unidades Terapêuticas”**. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. Às nove horas e trinta e três minutos passa a presidência para o Senador Humberto Costa. O Senhor Presidente Humberto Costa cumprimenta os senhores convidados e, em suas considerações iniciais, situa os presentes acerca do tema e elabora questionamentos para serem respondidos pelos expositores. Em seguida, o Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, nesta ordem: Márcia Landini Totugui, Representante do Conselho Federal de Psicologia – CFP; Roberto Tykanori, Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde e Vitore André Zílio Maximiano, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça. O Senhor Presidente concede a palavra aos Senhores Senadores para fazerem suas indagações. Fazem uso da palavra o Senador Humberto Costa e a Senadora Ana Rita. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 44, de 2013, da CDH, de autoria do Senador Humberto Costa e do Senador Paulo Paim, aprovado em 13 de junho de 2013 para debater o tema: “Internação Compulsória de Dependentes Químicos em Unidades Terapêuticas”.

A audiência pública terá caráter interativo, garantindo a participação popular ao vivo com perguntas, opiniões e comentários por meio do Portal e-Cidadania. O endereço é <http://bit.ly/CDHInternaçãoCompulsória> e do telefone Alô Senado 0800-612211, conforme aparece aqui na tela.

Então, para quem nos acompanha pela TV Senado, podem interagir conosco através do Portal e-Cidadania e também do Alô Senado. Nós já temos aqui, inclusive, uma pergunta de uma cidadã, a Anna Flávia Schmitt, e, posteriormente, nós faremos a leitura da pergunta.

Eu quero já fazer o convite aos nossos convidados para que possam compor a Mesa.

A Srª Márcia Landini Totugui, representante do Conselho Federal de Psicologia.

Seja bem-vinda, Márcia, é um prazer recebê-la aqui.

Também o Sr. Roberto Tykanori, Coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde.

Seja bem-vindo, Dr. Roberto, muito obrigada pela presença.

Também o Dr. Vitore André Zilio Maximiano, Secretário Nacional de Política sobre Drogas do Ministério da Justiça.

Antes de conceder a palavra ao Senador Humberto Costa, que irá presidir esta audiência pública, eu vou fazer uma breve introdução apenas para contextualizar este debate que vamos fazer agora a respeito da internação compulsória de dependentes químicos.

Nós vamos, certamente, discutir hoje um dos temas mais complexos da nossa sociedade: como lidar com as pessoas com dependência química. A dependência química é um dos fenômenos de mais difícil resolução da humanidade. De um lado, temos a existência da droga, do outro, temos a melhoria do sistema de ensino, o fortalecimento do papel familiar, a diminuição da pobreza, a inserção do dependente em atividades esportivas, lazer, trabalho, habitação, justiça e outros fatores. Qual o caminho a seguir? Tentar uma solução nos trilhos das melhorias apontadas ou adotar a medida da internação, seja compulsória, seja voluntária?

Este é o debate posto. Penso que o tema deve ser discutido em várias perspectivas. O tráfico, o fácil acesso às drogas, o desemprego e a violência pedem intervenções mais amplas e em diversas áreas. A dependência química acarreta ou aflora inúmeras consequências negativas ao corpo humano, inclusive as chamadas comorbidades, doenças psiquiátricas associadas como psicose, paranoia, esquizofrenia, manias, bipolaridade, entre outras. A consequência mais notória é a agressão ao sistema neurológico, provocando problemas cognitivos e, em alguns casos, oscilação de humor.

O isolamento do doente mental ou dependente químico em manicômios ou unidades de internação para muitos deve ser a regra, afastando o problema dos olhos da sociedade. Para outros, com a luta antimanicomial e com o processo de humanização do sistema de saúde, a internação deve constituir e ser exceção.

No entendimento de muitos, quando a situação fática dos mais de 2 milhões de usuários apresenta um cenário degradado e insustentável, lançados na sarjeta à própria sorte, medidas como internação compulsória ou involuntária podem ser plenamente adotadas dentro de um Estado de direito em que todos são iguais perante a lei, garantidos o direito à vida e à liberdade.

A privação da liberdade de ir e vir faz-se essencial para que se vislumbre alguma possibilidade de devolver dignidade a alguns dependentes químicos, inconsistentes e largados à sua própria sorte, nas ruas de muitas cidades do País. Para aqueles que assim se posicionam, não há que se falar em ofensa ao princípio da dignidade humana, quando nada resta de dignidade à situação dessas pessoas. Não há que se falar em medida higienista, um dos pilares sustentados pelos críticos da política de internação à força. Quando direitos como a vida, a saúde e a dignidade são diuturnamente aviltados, o Estado deve, sim, adotar medidas que protejam os cidadãos dependentes químicos.

Deve-se, então, ser a favor da internação compulsória?

Para muitos segmentos da sociedade, o debate não deve ser norteado apenas no campo teórico, somente diante do caso concreto. Excepcionalmente, e como único recurso, a internação será indicada como uma etapa necessária do processo de reabilitação do dependente.

Certamente, há, ainda, os que não admitem a internação em hipótese alguma.

Diante das diferentes compreensões, audiências públicas como esta, de iniciativa do Senador Humberto Costa e também do Senador Paulo Paim, fazem-se necessárias para que nós, legisladores, tenhamos o co-

nhecimento, os subsídios necessários para propor e aprovar a melhor legislação possível para a sociedade e, especialmente, para os beneficiários.

Quero, portanto, cumprimentar o Senador Humberto Costa pela iniciativa e convidá-lo a presidir, aqui, os trabalhos desta audiência pública de hoje. Diante disso, eu vou passar a palavra ao Senador Humberto Costa, para que ele possa prosseguir com a audiência pública, e, ao mesmo tempo, agradecer a todos os nossos convidados: a Sr^a Márcia Landini Totugui, o Dr. Roberto Tykanori e o Dr. Vitore André Maximiano. Obrigada pela presença de todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes, Senadores e Senadoras, representantes da sociedade civil, nossos convidados: a Dr^a Márcia Totugui, do Conselho Federal de Psicologia; Dr. Roberto Tykanori, da Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde; e o Dr. Vitore Maximiano, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu gostaria apenas de situar um pouco a discussão, até para que nós possamos fazer uma audiência mais objetiva, e que possa, também, trazer-nos luz em relação a alguns temas que são importantes.

É do conhecimento de todos que há, hoje, no Senado Federal, um amplo debate sobre essa questão. Estamos aqui, na Comissão de Direitos Humanos, com um projeto de lei originalmente de autoria do ex-Senador Demóstenes Torres e estamos, também, na Comissão de Constituição e Justiça, neste momento... Depois, deverá vir à Comissão de Direitos Humanos, um outro projeto que é originário da Câmara dos Deputados. Trata-se do PLC 37, de autoria do Deputado Osmar Terra, sob relatoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que, inclusive, concluiu um relatório preliminar, depois de um trabalho de intensa ausculta de diversos segmentos da sociedade. O Senador elaborou um texto radicalmente diferente daquele que veio da Câmara dos Deputados, ainda que possa haver alguns questionamentos.

Até o presente momento, nós não tomamos a iniciativa de promover o apensamento dessas duas propostas porque tivemos como estratégia daqueles que defendem, digamos, uma visão mais centrada na política de saúde, na questão dos direitos humanos, em como lidar com o tema da drogadição, que tivéssemos duas alternativas para termos o debate aqui, no Congresso Nacional. Muito provavelmente esses projetos serão apensados, até porque o próprio projeto que estamos avaliando aqui já sofreu algumas modificações expressivas na Comissão de Assuntos Sociais, quando a Senadora Ana Amélia veio a ser a sua Relatora.

Então, o que estou querendo dizer com isso é que não são duas discussões isoladas. Pretendo, inclusive, poder extrair de vocês aqui algumas opiniões sobre questões que podem resultar em proposições lá.

Tivemos, ontem, o Relator Antonio Carlos Valadares comunicando que o relatório dele havia sido apresentado, que haviam sido apresentadas várias emendas, várias delas restaurando o teor do texto inicial que veio da Câmara, e uma contribuição do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em nome de uma organização não governamental da qual ele é parte, que levantava vários temas relevantes para discussão: a temática da regulamentação das comunidades terapêuticas, a temática dos critérios de separação entre usuário e traficante, abrindo um debate extremamente complexo, polêmico, mas extremamente atual também, que é o da descriminalização do uso das drogas leves. Então, ele tomou por bem a atitude de pedir mais tempo para votação do seu relatório, propondo a realização de uma audiência pública, mais uma audiência pública, principalmente em torno do tema descriminalização, e também a fim de que pudesse avaliar as emendas que haviam sido apresentadas e outras que, eventualmente, podem surgir.

Então, é provável que, ainda neste primeiro semestre, tenhamos a votação desse relatório da Comissão de Constituição e Justiça que deverá ser, posteriormente, enviado para a Comissão de Assuntos Sociais e vai chegar aqui também. E, aí, ao longo desse processo, poderemos avaliar essa necessidade ou não de promover o apensamento dos dois projetos.

Eu gostaria de, obviamente, dar toda a liberdade de colocação para os nossos expositores, mas acharia interessante, se pudéssemos, de certa forma, opinar sobre alguns temas. O primeiro tema é o que diz respeito a se é necessária ou não uma mudança, uma modificação da legislação atual que trata desse tema nos diversos aspectos, seja do ponto de vista penal, seja do ponto de vista da forma de abordagem dos direitos do dependente, usuário de drogas, enfim, do ponto de vista da política de saúde mental. Acho que essa é uma primeira questão importante.

A segunda questão importante é à medida que também vamos discutir a que área especificamente, ou centralmente, ou principalmente essa temática deve se subordinar. No meu entendimento, a preocupação principal deve ser a questão saúde. O problema das drogas, no meu entendimento, é um problema de saúde pública. Então, ouvi um pouco essa abordagem também.

Em sendo de saúde, estaria, vamos dizer assim, bem situados temas como tratamento da pessoa que tem drogadependência em uma lei que trata de aspectos muito mais amplos da política sobre as drogas, como

definição de internação voluntária, involuntária, compulsória. E aí eu trago uma questão que eu acho muito relevante, e dessa questão dependerá, inclusive, a apresentação ou não que eu possa fazer de algumas emendas, tanto ao projeto que está sendo relatado pelo Senador Antonio Carlos Valadares quanto desse próprio projeto de que eu sou Relator aqui. Ou seja, seria um equívoco, ao invés de nós regulamentarmos essas questões especificamente para a drogadependência e, em uma lei que é muito mais ampla, regulamentarmos questões como tratamento, direitos do pacientes, temas como internação involuntária, internação voluntária, ou seria mais prudente que essa temática pudesse ser tratada na própria lei de reforma da atenção psiquiátrica no Brasil?

Posicionamento, também, sobre o tema da descriminalização ou não, ou de uma maior caracterização da diferenciação entre o usuário, o dependente e o traficante.

Eu mencionaria, por último, um outro tema importante, que é todo esse que diz respeito à questão penal. Uma coisa que eu gostaria de colocar, só para imediatamente passar a palavra para todos vocês, é uma opinião, e eu gostaria de ouvir, também, sobre essa opinião.

Obviamente que existem posições muito cristalizadas de acúmulo, de discussões ao longo do tempo, de posicionamentos, inclusive do ponto de vista ideológico, mas existe uma realidade concreta, que, de certa forma, leva àquela primeira pergunta que eu fiz, e, fatalmente, do meu ponto de vista, essa questão será objeto de decisão do Congresso Nacional. Eu não vejo como fugir desse debate, mesmo que seja porque se pense que não há muito o que mexer no que aí está, a não ser para avançar para temas como uma maior diferenciação entre o usuário e traficante, sobre o tema da descriminalização ou não.

Mas, inevitavelmente, em temas como regulamentação de comunidades terapêuticas, no tema da internação voluntária ou da internação involuntária, quanto a isso, obrigatoriamente, o Congresso Nacional vai se posicionar, mesmo que seja porque, de um lado, haja quem pense que não se deve mexer nisso, dentro da disputa de ideias políticas e ideológicas. Enfim, não se conseguiu construir uma hegemonia, e aí, de certa forma, o senso comum, nos seus vários graus, hoje está se impondo.

Então, em uma situação como essa, em uma visão mais antimanicomial, mais da reforma psiquiátrica, como devem se portar todos aqueles nesse posicionamento? Nós vamos simplesmente ignorar e brigar para que não haja lei nenhum, ou nós vamos tentar fazer, como popularmente se diz, do limão uma limonada? Acho que o Senador Antonio Carlos Valadares já fez, pelo menos, uma meia jarra de limonada. Precisamos ver qual é o próximo passo.

Não sei se me fiz entender, mas eu acho que deu para ver o que seria relevante nessa discussão. Então, sem mais delongas, vou passar a palavra à Dr^a Márcia Totugui, do Conselho Federal de Psicologia.

Cada um dos convidados e a convidada têm dez minutos para fazer a sua exposição, naturalmente prorrogáveis, mas, na medida em que possamos nos firmar nisso, acredito que teremos uma conversa mais objetiva.

Então, passo a palavra à Dr^a Márcia Totugui.

A SR^a MÁRCIA LANDINI TOTUGUI – Bom dia, Senadores; bom dia, Dr. Vitore; Tykanori; bom dia a todos. Eu estou aqui representando a Dr^a Mariza Borges, que é Presidenta do Conselho Federal de Psicologia. Vou tentar, ao máximo, fazer uma explanação breve, embora seja um tema que não dá para deixar de falar de alguns pontos extremamente importantes.

Eu gostaria de começar falando sobre o posicionamento do Conselho Federal de Psicologia.

O Conselho Federal de Psicologia é contrário à internação compulsória de usuários ou dependentes de substâncias psicoativas – e vou dizer por quê –, principalmente em comunidades terapêuticas ou unidades terapêuticas, não importa o nome, sabemos que estamos falando de um perfil de uma instituição.

Vou explicar agora por que o Conselho Federal de Psicologia se posiciona contrário a isto, tanto à internação, principalmente à internação compulsória, e dentro de comunidades terapêuticas. Um dos maiores riscos do cenário nacional é o da interrupção do processo de construção do sistema público de saúde mental brasileiro, inclusive tido como exemplar por representantes da Organização Mundial da Saúde, para populações volumosas como em países como a Índia e a China. A exemplo, a lei argentina de saúde mental é baseada na nossa legislação de saúde mental, na Lei nº 10.216, com a diferença de que a internação compulsória lá é decidida pela família e por uma equipe interdisciplinar. No Brasil, em sua maior parte, é pela assinatura do médico.

Não podemos dissociar, falando de internação compulsória, a reorientação do modelo de atenção à saúde no Brasil da sua vertente histórico-política, construída de uma forma democrática, com base nas redes, com base em atenção e cuidados de base territoriais e comunitárias. A substituição das práticas hospitalocêntricas e institucionalizantes pelas práticas territoriais e comunitárias surgiu para garantir práticas que vão além da estrita medicalização do sintoma físico e mental, o que dirá o sintoma social.

É impossível deixar de falar sobre o trabalho de atenção psicossocial. Precisamos falar sobre um modelo de atenção psicossocial ao falarmos de internação compulsória, porque esse modelo proposto pelo SUS, de base territorial e comunitária, é uma resposta complexa e processual e não procedimental, é uma resposta

política e social a um fenômeno vivido durante anos e anos, Senadores, com a desassistência, reclusão e exclusão institucional.

Outro dia, atendi um caso, quer dizer, há uns dois anos, de um menino que iniciou com o uso de maconha em 1983, mais ou menos, 1984. Ele teve, em 13 anos, 47 internações. Ele não passou um ano sem estar internado. Quando ele saiu, 13 anos depois, ele dizia que mal sabia como se sentar em uma cadeira de sala de aula.

O modelo de cuidado e atenção psicossocial de base territorial e comunitário vem para diminuir o distanciamento entre os diferentes dispositivos das políticas públicas, construído, repito, de forma horizontal, de forma democrática, com a participação dos movimentos sociais de toda a sociedade civil.

Esse atendimento, esse modelo de atenção e cuidado psicossocial vem para diminuir, inclusive, o processo de desfiliação social que passa nas entranhas, que marca o perfil dos nossos dependentes de drogas no Brasil.

Enfim, um modelo que algumas autoridades querem tecnicamente tratar entre quatro paredes.

A eficácia do campo da atenção psicossocial pode ser verificada nos efeitos produzidos na população e nas comunidades territoriais, associações de bairro, associações de vizinhanças, enfim. Vocês podem verificar a significativa redução da internação nesses territórios onde há implantação do modelo de atenção psicossocial com base na territorialidade e de base comunitária. Vocês verifiquem as diferentes formas de sustentação de laços sociais, antes impensáveis entre usuários de drogas. Vocês verifiquem a elevação do nível de atendimento, de entendimento, de inclusão dentro dessas comunidades em que os usuários vivem.

A pergunta que não quer calar é: por que o apoio a instituições de isolamento em meio fechado como recurso para a internação de dependentes de drogas, quando, simultaneamente, ao longo dos anos, nós construímos uma política nacional de tratamento pautada na atenção psicossocial, que preconiza o tratamento em comunidades territoriais, baseadas em tratamento em rede, onde há corresponsabilização por parte de todas as áreas – educação, saúde, assistência social, Justiça, conselho tutelar, etc., e associações de bairros, líderes comunitários, enfim.

Os chamados CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), tão criticados ainda hoje, têm se constituído, cada vez mais, em serviços de 24 horas de funcionamento, com internações programadas, que dão conta, internações temporárias e programadas, integradas a serviço de emergência e mostrando, não só em relação à questão do uso de drogas, mas à saúde mental como um todo, que a internação é cada vez mais dispensável.

Além desses serviços, é possível se fazer saúde mental nos mais recônditos locais, por meio da parceria de equipes especializadas, como a Saúde da Família, construída ao longo dos anos, podendo inclusive atender casos graves sem recorrermos a internação, o que dirá internação compulsória.

Hoje, a ideia é cuidar desses casos sem internação, desconstruindo tratamentos fechados e atendendo às crises nos bairros, melhorando a reabilitação das pessoas com grave sofrimento psíquico.

Por que o Conselho Federal de Psicologia é contra a internação compulsória? Primeiro, o tratamento compulsório não é ético. Vejam, levanta-se o argumento de que o usuário não está em condições mentais de decidir o que ele quer. Não é verdade! E quem é que está? Nós estamos?

Quando sugerimos que ele vai se tratar porque faz uso de drogas e se encontra em condições de vulnerabilidade intensa, o que é que nós oferecemos a eles? Um tratamento num lugar supostamente protegido entre quatro paredes, sabendo que, ao sair, não importa se após sete, oito, dez meses, ele vai se deparar com os mesmos fatores que o levaram ao uso? O que o Estado tem oferecido a essas pessoas? O que nós queremos? Em que lugar nós queremos colocar essas pessoas? O que nós estamos ofertando? Trabalho? Moradia? Porque até nós dos CAPS já estamos vendo que não bastam intervenções psicoterapêuticas. É preciso, sim, intervenções voltadas para o trabalho, para a moradia, para a aceitação social. Para diminuir o processo de desfiliação social é necessário principalmente uma intervenção maior, uma participação maior no processo educacional. Porque de onde saíram essas trinta crianças que vocês encontram às três, quatro horas da manhã, no centro do Plano Piloto?

Eu sempre costumo dizer que transtorno de aprendizagem leva à dependência química, aos poucos, mas leva. Por quê? Todas essas lalias que a gente encontra, dislexia, dislalia, discalculia, que não são acolhidas – não é por má vontade, mas não conseguem ser acolhidas pelo sistema educacional –, causam evasão escolar. E nós aqui falando em internação compulsória.

(Soa a campanha.)

A SRª MÁRCIA LANDINI TOTUGUI – O que é que nós estamos oferecendo em termos de processo educacional? Um processo educacional nos moldes tradicionais, que deixa uma parcela significativa da nossa população fora.

Eu estava comentando com o Dr. Vitore o curso de prevenção sobre drogas para professores da rede pública, Senador. Nós estamos fazendo uma pesquisa de avaliação, na Universidade de Brasília, e levantamos dados dos professores. Eu acho que, aproximadamente, posso até estar enganada, mas pelo menos uns 70, 80

ou 90 mil professores da rede pública de todo o Brasil já fizeram esse curso. A resposta deles em relação aos fatores de risco voltados ao uso de drogas, sabe qual é? Em sua maioria, eles colocam em blocos. Eles dividem: dentro da instituição, em relação aos fatores pessoais dos usuários de drogas e em relação às famílias. A primeira coisa que eles colocam é o sistema educacional, as estruturas institucionais, a forma com que ocorre o processo educacional...

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Só para efeito do nosso tempo, estou concedendo mais cinco minutos. Pode acompanhar por ali. Haverá mais flexibilidade, mas só também para a gente não exagerar demais. O.k.

A SRª MÁRCIA LANDINI TOTUGUI – Está certo. Então, o Conselho não é contra a internação compulsória. Isso não significa... Aliás, ele é contra a internação compulsória, o que não significa dizer ser a favor de abandonar o dependente de drogas à própria sorte, como bem disse a Senadora. Mas isso significa dizer que nós precisamos oferecer um processo educacional mais digno e adequado, que abarque uma parcela significativa da população, ao invés de pensarmos no resultado final, que é guardar essa população significativa que não está conseguindo permanecer no sistema educacional.

Nós precisamos oferecer um processo de subjetivação longe do assédio da pobreza e da miséria, pelo qual passam esses usuários. Um ambiente familiar que minimamente se corresponsabilize pelas suas demandas, um processo de inclusão social que amenize a privação social, desumana e paralisante, interminável, pela qual passam esses usuários.

Há muito vem se falando de epidemia de drogas, mas o que a gente vê são visões unilaterais, reducionistas e imediatistas. Fala-se em procedimentos, mas para um fenômeno que é complexo e que exige um processo, ele é processual, e não procedimental.

O usuário de drogas quer casa sim. É engano nosso acharmos que ele não quer tratamento e que ele não quer casa. Antes de tudo, ele quer casa, ele quer condições, ele quer passar por um itinerário de vida mais humano, mais digno, e nós não estamos sabendo oferecer isso. As políticas públicas não estão conseguindo se articular para oferecer isso. Essa é a questão, a articulação dessas políticas.

Só para terminar, o Conselho Federal de Psicologia é contra o isolamento desses usuários em instituições de tratamento, e eu faço questão aqui – me foi pedido para enfatizar – de colocar como ênfase os princípios de um cuidado em meio aberto, humanizado, como é oferecido pelo Sistema Único de Saúde, e colocar e lembrar a todos aqui que a IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial, ocorrida em 2010, e a 14ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida há pouco tempo, reafirmaram quase que em sua integralidade os princípios e ações no campo de atenção psicossocial e pela ampliação de redes de serviços substitutivos. O Congresso Internacional sobre Drogas, em Brasília, ocorrido em 2013, reunindo mais de 700 participantes, inclusive internacionais, também fez uma moção contra esse tipo de tratamento e nesse tipo de instituição, em desfavor do modelo de atenção psicossocial criado pelo Sistema Único de Saúde, com ajuda, antes de tudo, não se esqueçam, de toda a sociedade civil, dos movimentos sociais, legitimamente.

O Conselho Federal de Psicologia, para terminar, lembra que o papel de recuperação e cuidado, que as chamadas comunidades terapêuticas ou unidades terapêuticas e outras instituições de internação cumprem para os usuários, não apenas de *crack*, mas também de outras drogas...

(Soa a campanha.)

A SRª MÁRCIA LANDINI TOTUGUI – ... é bastante controverso, e o Conselho Federal de Psicologia entregou ao Ministério da Saúde o relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos sobre os locais de internação para esses usuários nessas comunidades, contendo várias denúncias de irregularidades encontradas pelo Conselho, utilização de mão de obra não remunerada, a desvinculação com o próprio sistema, a rede do Sistema Único de Saúde, de base comunitária. Enfim, a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal inspecionou 68 unidades em 24 Estados e no Distrito Federal. O relatório foi entregue ao Ministério da Saúde, ao Ministério Público e também apresentado na 14ª Conferência Nacional de Saúde, que eu acabei de citar.

Enfim, o Conselho Federal acredita na ampliação da rede de cuidados, com a implementação dos equipamentos preconizados em lei e a fiscalização do uso de verbas públicas em projetos criados pelas equipes que atuam no atendimento direto a esses cidadãos, oferecido pelo Sistema Único de Saúde através da Rede de Atenção Psicossocial aos seus usuários.

(Soa a campanha.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Essa campanha não sou eu que toco não, ela é automática, viu?

Vou passar a palavra ao Dr. Roberto Tykanori.

Queria até pedir tanto ao Dr. Roberto quanto ao Dr. Vitore que, se puderem, abordem um pouco esse debate que surgiu recentemente em São Paulo por conta das diferentes abordagens em relação à atenção àqueles usuários de *crack*. Seria interessante.

O SR. ROBERTO TYKANORI – Bom dia a todas, bom dia a todos.

Queria cumprimentar e me congratular com o Senador Paulo Paim e com o Senador Humberto Costa pela realização desta sessão e agradecer à Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão, por acolher esse tema, que acho que é um tema bastante complexo e importante nos dias atuais na sociedade brasileira.

Em função do tempo de que dispomos, vou tentar ser sucinto ao tentar colaborar no sentido de apresentar sugestões de como enfrentar essa situação.

A meu ver, nesses últimos três anos, desde que assumi no Ministério da Saúde, estamos numa situação bastante confusa na sociedade no que diz respeito a esse debate. Andei refletindo sobre essa questão. Então, em termos metodológicos...

Quando se fala de drogas, nós temos hoje a dimensão do comércio, uma relação que é comercial. Comércio legal? Ilegal? É um debate. Há as consequências sociais do comércio. Isso tem a ver com economia, isso tem a ver com o processo de acumulação de capital, distribuição, comércio. Essa questão e seus efeitos formam um aspecto da discussão.

Isso é importante, porque, quando analisamos aspectos isolados, temos maior clareza de entendimento. O difícil, depois, é encostar os outros temas. Então, quando pensamos do ponto de vista comercial, vemos que há inúmeros economistas que defendem a legalização – essa é uma das posições –, porque eles veem mais benefícios econômicos do que prejuízos. Existem inúmeras demonstrações econômicas no sentido de que uma sociedade se beneficiaria mais se legalizasse o comércio do que se o mantivesse ilegal. Mas esse é um raciocínio neste canal estrito.

Há outra dimensão, que é a da violência, que é o que incomoda maiores parcelas da sociedade, particularmente da comunidade mais pobre, particularmente da comunidade mais vulnerável.

Hoje, no Brasil, nós temos indicadores precisos de quem morre pela violência. Hoje são os homens, os jovens e os negros que lideram as estatísticas, e são mortes em quantidades absurdas proporcionalmente em relação a qualquer lugar do mundo. Então, o tema das drogas está ligado à questão da violência, mas – também temos que colocar isto com clareza – a violência não é uma consequência das drogas, é um fenômeno correlacionado.

Por quê? Aí as coisas começam a se complicar: porque está ligada à disputa comercial. Não é a droga que aumenta a violência, é a disputa comercial sobre as drogas, sobre os pontos de venda, que aumenta a violência. Essa é uma questão importante. Por quê? Isso traz luz para o seguinte debate: como pensar o problema da violência se ela está ligada, na verdade, a questões econômicas?

Um terceiro eixo, uma terceira vertente do debate, diz respeito às consequências, à relação dos indivíduos no consumo de drogas e à relação com a sociedade dessas pessoas, que nós vamos discutir na relação... Isso faz mal para os indivíduos que consomem e não consomem.

E quanto à pessoa que usa drogas: que relação estabelece com seus pares, com as pessoas, com seu entorno? Isso não é simples. Ela é tendencialmente problemática. Mas são temas distintos.

Agora, uma coisa clara e que vai se tornando um consenso, inclusive mundial, é que essas três dimensões – o comércio, a violência e os transtornos – estão apoiadas num tema geral, que é a questão da desigualdade. Então, tanto a questão comercial quanto a questão da violência, a questão do consumo de substâncias e a consequência do consumo de substâncias estão ligadas ao tema geral da desigualdade social.

O Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime tem um documento muito interessante que correlaciona violência, drogas e aids – os três problemas são o foco desse escritório – e aponta que políticas de vida sustentável são essenciais para que se tenha eficácia nas ações específicas. Quer dizer, a ação específica de droga, a ação específica de violência e a ação específica para o enfrentamento da aids ganham eficácia só quando você também trabalha uma política ampla de sustentabilidade da vida, ou seja, o enfrentamento da desigualdade. Isso é um alerta interessante, porque o Estado, que investe de forma separada e isolada, acaba gastando recursos que se perdem ao longo do tempo porque falta essa base de sustentabilidade.

Acho que essa é uma lógica importante que precisamos começar a clarear, aperfeiçoar, melhorar o debate. Precisamos clarear as dúvidas em relação a essas dimensões, desenvolver, avançar no debate, dimensão por dimensão, sem tentar se perder, porque o debate é complexo. Quando um argumento é economicamente, o outro puxa para o campo da saúde. Quando começa a falar da saúde, o outro puxa para o campo da violência. E aí a retórica é sempre de destruição do argumento do outro, e não de enfrentar essas questões reais em cada dimensão.

Então, acho que essa é uma questão de metodologia para o debate importante para que possamos, realmente, avançar. E não ele levanta o argumento econômico, e o outro diz que não serve porque tem problemas no campo da violência. Aí começa: não, mas a violência se resolve... Ah, não, mas isso tem consequências no campo comercial. Isso é problemático. As estratégias do debate têm sido pouco produtivas por causa dessa dinâmica. Então, essa é uma questão de método. E acho que vai ficando mais evidente a discussão da desigualdade como questão fundamental.

Vou aproveitar a dica do Senador Humberto Costa e comentar o que vem acontecendo em São Paulo, nos últimos dois meses e meio, que é o chamado programa De Braços Abertos. O que acontece em São Paulo? Eu, para não ficar falando especificamente em prefeitura, vou falar “o Estado”. O Estado entra em relação com uma parte da comunidade que está marginalizada, ocupando de forma ilegal e atrapalhando a vida em um bairro da cidade. Eles fizeram uma pequena favela em uma rua e ocuparam a quadra inteira. O Estado dialogou com essas pessoas e fez uma enquete sobre quais as necessidades daquelas pessoas, que eram: moradia, trabalho, proteção e curativos. O Estado fez uma reunião grande com eles e um acordo: vocês desmontam seus barracos, e nós lhes ofereceremos um local digno, decente para morar. Vocês querem trabalho, nós vamos criar frente de trabalho. Uma das questões também era educação, oportunidade de educação. Então, a terceira coisa ofertada foram alguns cursos de formação, cursos de aprimoramento profissional.

Essa relação permitiu que a favelinha que havia na rua Helvétia...

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO TYKANORI – ... fosse desmontada pelos próprios moradores. Eles mesmo desmontaram, com apoio da Prefeitura, e foram ser acolhidos em hotéis. A Prefeitura negociou com os pequenos hotéis da região que eles estariam sendo acolhidos nesses hotéis.

Então, a Prefeitura paga o hotel, garante alimentação, oferece uma frente de trabalho, na qual as pessoas recebem R\$15,00 por dia. O pagamento é semanal.

Atualmente, em torno de 380 pessoas estão neste programa, que deixaram as ruas e que trabalham de forma irregular, uns trabalham à noite, outros trabalham pouco, mas vem sendo mantida constante a frequência. Ou seja, não é todo dia que trabalham muito, mas vem se mantendo.

Primeiro, a rua foi esvaziada. Voltou a ter circulação. O primeiro interesse geral da sociedade: abriu-se a circulação na cidade, naquela rua.

Havia um receio: o que eles vão fazer com esse dinheiro?

Na primeira semana, o pagamento foi feito na sexta-feira, a expectativa é a de que eles iam correr para as bocas e consumir droga. Para surpresa de todos, a corrida foi para supermercado, cabeleireiro, coisas assim. Foram comprar roupa, chinelo, bermuda, xampu – as moças –, perfume. E todos falaram assim: “Mas um pouquinho eu guardo para usar droga.” Mas é para mostrar: primeiro, têm discernimento ou não têm discernimento?

A relação dentro dos hotéis.

É óbvio, sempre tem bate-boca, não sei o quê, porque em todo o lugar tem. Mas não houve nenhum problema maior. E aos poucos, foram se acomodando. Vem-se entrando numa rotina. Então, vivem como num hotel mesmo: eles entram, dormem e tal. Saem, deixam a chave; voltam, todo mundo é identificado.

Eu estive lá duas vezes já, e é bastante estável o processo.

O mais impressionante é que a tendência de todos os usuários é dizer assim: “Olha, eu fumava 20, 25 pedras por dia. Hoje, eu estou fumando 4, 5.” Por quê? Porque quando eu estou trabalhando, não tem por que fumar; quando eu estou comendo, não tem por que fumar; quando eu estou fazendo outra coisa, não tem por que fumar. Isso é uma constante geral. Reduziu-se a um quinto do que estava se consumindo antes.

Aqueles que não aderiram, que não estavam na rua, o chamado fluxo – chama-se fluxo o núcleo de uso, comércio, troca – reduziu a um décimo do que tinha há dois anos.

O que é interessante? Se fizermos o cálculo da questão, tentando fazer uma somatória, esse programa custa R\$1.100 por mês para a Prefeitura, com comida, moradia, por pessoa. É mais ou menos, por exemplo, o que o Ministério da Saúde paga se fosse internar em uma comunidade terapêutica. Ou é próximo daquilo que a Senad paga. Qual é a diferença? Desses R\$1.100, R\$450,00 vai direto para o bolso do trabalhador. Com esse recurso, com esses R\$450,00, ele transita pelo bairro, comercia e participa da vida comercial.

Eis uma cena interessante. Um cara falou assim: “Olha, antes, eu tentava pedir água, eles me expulsavam do bar. Hoje eu passo e me oferecem café, porque estou vestido de uniforme, eu trabalho, e me reconhecem como pessoa. E eu tenho dinheiro para comprar também.”

Uma parte do recurso que a Prefeitura paga desses R\$1.100 vai para os donos dos hotéis. É claro. Ou seja, reativou um comércio de uma forma legal. Aqueles hotéis lá estavam todos ilegais, sem registro, não pagavam imposto; eram para a prostituição, para droga, para isso, para aquilo. Esses hotéis muito populares foram legalizados e organizados.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO TYKANORI – Vou encerrar.

Essa aritmética, pelo mesmo custo, primeiro, as pessoas já estão há dois meses e meio nesse processo e vêm se mantendo estáveis. Interessante: nas duas primeiras semanas, ninguém queria tratamento, além de curativo, cortar unha, coisas muito simples, ninguém quis tratamento. Na terceira semana, 60% das pessoas estavam em tratamento, psicológico, médico, psiquiátrico, nesse sentido. A pesquisa mostrou, foi feita uma enquete: desses 380, eles nunca tinham aceitado, na verdade, nenhuma abordagem sanitária. Embora houvesse equipes de rua, consultórios de rua, eles recusavam atendimento. Hoje... Já faz mais tempo, os dados atuais não tenho, mas com certeza na quarta semana, 60% estavam em tratamento, voluntariamente.

Então, eu acho que é um exemplo de uma ação concatenada que pega essas três dimensões: a questão do comércio, a questão da violência, a questão dos transtornos, do cuidado. E fundamentalmente toma como base enfrentamento da questão da desigualdade.

A pesquisa que a Senad desenvolveu nos últimos três anos, o Vitore deve comentá-la, aponta exatamente para isso. A maior parte das pessoas que consomem drogas nas ruas hoje, que são o alvo da nossa preocupação maior, que trazem maior problema para a nossa sociedade, o seu perfil socioeconômico é de extrema desvantagem. Pessoas que não conseguiram terminar o ensino fundamental, pessoas que nunca tiveram qualificação profissional, que estão separados de seus grupos familiares há muito tempo. Então, traduzindo: pessoas de baixa empregabilidade, pessoas com improvável contratualidade com a sociedade.

Eu acho que a grande estratégia que o Estado brasileiro teria que ter para enfrentar essa questão da desigualdade dessas pessoas é fazer essa equação: nós precisamos ser capazes de criar condições de contrato social para quem não tem essas condições. Ou seja, usando essa terminologia, para quem tem muito pouco capital, que tipo de contrato é possível a gente fazer? Só é possível fazer um contrato com muito pouca exigência. Se a gente eleva a exigência, a pessoa rompe o contrato e a gente marginaliza novamente, porque o mecanismo é esse.

Então, a única forma de a gente recuperar de fato uma relação social estável, sustentável, é criar dispositivos em que as pessoas podem participar de relações contratuais que sejam cumpríveis, que as pessoas tenham condições de cumprir.

Finalizando, a questão da moradia. Eles moram em hotéis populares, simples. Não tem nenhuma proposta de propriedade, de comprar, financiar. É uma relação de contrato diário, quase. Trabalha, respeita regras mínimas e paga – a Prefeitura que está pagando, mas na verdade é tirado do pago geral.

Trabalha poucos horas, quatro horas por dia só. Se falta... E esse foi um debate interessante lá no grupo que desenvolvia, a primeira tendência foi dizer: se faltar tem que descontar. Depois do debate, falou-se assim: se faltar, a gente tem que ver por que faltou. Porque supor que as pessoas tenham as mesmas práticas, disciplinas, condições psíquicas e físicas que nós temos, de aguentar um ritmo de trabalho regular e tal, é um equívoco. A gente tem que supor o contrário. Se não veio é, antes de mais nada, porque faltam a ele condições. Então, vamos ver quais as condições que estão faltando. E não partir imediatamente para a punição. É assim que as pessoas não estão abandonando essa relação. Falta um dia, falta outro, a assistência social, psicólogo vai conversar para saber o que aconteceu, o porquê disso: “Ah, não consegui. Não dormi. Fui ver a minha mãe.”

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO TYKANORI – Coisas desse gênero.

Então, resumindo, acho que é isso: precisamos pensar políticas que enfrentem a desigualdade de forma inteligente e que sejam capazes, como eu disse, de trazer de volta para a relação social, para a relação de contrato, para a relação de responsabilidade, que é a única forma de garantir a liberdade das pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Obrigado, Dr. Tykanori.

Vamos, agora, ouvir o Dr. Vitore, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça. Obrigado.

O SR. VITORE ANDRÉ ZILIO MAXIMIANO – Bom dia a todos e todas.

Inicialmente, cumprimento a iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aqui do Senado Federal. Esta é uma Comissão absolutamente importante para a Casa, porque debate temas dos mais relevantes, como, nesta manhã, a questão da internação compulsória. E cumprimento, igualmente, o Senador Humberto Costa pela iniciativa de trazer este tema a debate no âmbito da Comissão. O Senador Humberto Costa é uma referência para todos nós em muitos outros temas caros para o País, mas, especialmente, nesta matéria. Nós temos acompanhado o diálogo e o interesse de V. Ex^a em acompanhar de perto todos esses temas. Já tivemos oportunidade de debater com o Senador Humberto Costa o PLC 37 e tantos outros temas da política de drogas do País. Então, mais uma vez, o Senador traz este debate, dando transparência, colhendo as

impressões de alguns especialistas da opinião pública brasileira, na medida em que o debate é acompanhado pelos telespectadores da TV Senado e também pela rede social.

E, claro, aqui é o foro adequado para se travarem debates em torno da política de drogas, como a questão da internação compulsória ou outros temas relacionados a este assunto.

Além da análise dos debates, ou melhor, além da análise dos projetos de lei que aqui tramitam, o Senador mencionou dois projetos. Este é um tema palpitante na sociedade brasileira: a questão das drogas como um todo, e aqui é o foro mais legítimo para este debate, em que está representada, por meio dos Deputados e Senadores, toda a sociedade brasileira. E a realização de audiências públicas é sempre muito bem-vinda.

Quero também fazer uma saudação muito especial ao Roberto Tykanori, meu colega de Governo à frente da Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde, e à Márcia Totugui, do Conselho Federal de Psicologia. Eles trouxeram excelentes contribuições para este debate.

Se me permitir, Senador, também quero cumprimentar a Prof^a Fátima Sudbrack aqui presente, Professora da UnB, nossa Coordenadora do Curso de Educadores, um dos principais cursos que temos na área de prevenção. Aliás, estamos começando, agora, neste mês de abril, a 6ª edição do curso, voltado para 70 mil professores de todo o País, numa estratégia importante. É um curso de 180 horas, com duração de oito meses, capacitando, talvez, um dos profissionais mais estratégicos na área de prevenção que são justamente os professores do ensino fundamental e do ensino médio da rede pública deste País. A Prof^a Fátima Sudbrack, pela UnB, coordena este curso, realizado em parceria com a Senad, do Ministério da Justiça, e o Ministério da Educação.

Eu começo, Senador Humberto Costa, Senadora Ana Rita, trazendo um dado da pesquisa que realizamos e cujos resultados foram apresentados em 2013, pesquisa essa realizada pela Fiocruz e financiada pela Senad.

Esse dado revelou, entre tantos achados da pesquisa – nós obtivemos esta menção –, que 80% de quem faz uso regular de *crack* têm o interesse de buscar tratamento. Isso mostra, rigorosamente, que o debate em torno da internação compulsória é um debate quase, quase que desnecessário, hoje, diante desse dado absolutamente revelador em que a grande maioria, a imensa maioria, no caso do uso dessa droga, que tem causado, que tem provocado enormes debates na sociedade brasileira, evidentemente há várias aflições e sofrimento para muitas famílias, mas esse dado foi absolutamente revelador, em que a grande maioria das pessoas que estão fazendo uso regular desse tipo de droga, que é o *crack*, manifesta o desejo de buscar tratamento.

Rigorosamente, se nós olharmos para esse universo, aumenta, de fato, a nossa responsabilidade em oferecer serviços de acolhimento, serviços dignos, serviços de tratamento para esse universo de pessoas e também, no mesmo sentido, serviços ativos. Nós temos uma boa experiência no País, no âmbito do Programa Crack, que são os consultórios na rua para tentar convencer esses 20% restantes a buscarem, sim, tratamento.

Essas equipes que fazem o contato ativo na busca de formação de vínculo têm produzido bons resultados. Nós temos dados importantes que indicam que não só aqueles que buscam os serviços, mas também aqueles que estão em cenas de uso e que são abordados por equipes com esse compromisso, com essa missão de fazer o contato ativo em busca de criação de vínculo com os usuários regulares de drogas, essa é uma ação que também produz bons resultados.

Isso é uma característica de uso muito própria de uma situação como no Brasil e também nos países vizinhos. O uso de *crack* e cocaína fumada como um todo hoje está muito concentrado, está muito presente, sobretudo na América Central e no continente sul-americano. Como boa parte de nós sabe, tivemos um uso muito elevado de *crack*, sobretudo na década de 80, nos Estados Unidos, mas houve uma queda acentuada naquele país quanto ao uso da cocaína fumada. Ainda assim, existe hoje, em alguns locais mais pobres dos Estados Unidos, a presença dessa droga, assim como na Europa. Mas, sobretudo, no Brasil e nos países da América do Sul, nós temos uma grande presença da cocaína fumada.

Tanto é assim que faço este registro: nós realizaremos, na semana que vem, nos dias 2 e 3, em São Paulo, um evento da Comissão de Drogas da OEA, com países do Cone Sul. Haverá presença, portanto, além do Brasil, de representantes de países como o Uruguai, o Paraguai, a Argentina e o Chile nesse encontro, na semana que vem, em São Paulo, para debater justamente a cocaína fumada, os seus efeitos e de que maneira devemos tratar os usuários regulares dessa droga.

Entrando no tema, propriamente, ousou dizer que o Brasil hoje, felizmente, tem usado pouco a chamada internação compulsória. Nós também defendemos a sua extinção. Nós achamos que a internação compulsória tem pouco a contribuir para o sistema de tratamento. Eu falo daquela internação tal como estabelece a Lei Antimanicomial, a internação que é decretada por um juiz a pedido de quem quer que seja. Esta, repito, tem sido pouco utilizada no País.

De outro lado, nós temos, sim, algumas sentenças judiciais, algumas não, várias sentenças judiciais determinando ao Estado a oferta de tratamento à pessoa, não necessariamente a internação, especialmente em locais onde ainda não conseguimos estruturar uma rede de tratamento, lembrando que...

(Soa a campanha.)

O SR. VITORE ANDRÉ ZILIO MAXIMIANO – ... na política de drogas, a rede de tratamento é de responsabilidade compartilhada entre União, Estados, Municípios e, claro, a própria sociedade civil brasileira. Mas nós não podemos confundir a ordem de internação sem critério, e esta deve ser duramente combatida, com uma decisão judicial, obrigando o Estado brasileiro a tratar de uma pessoa que não encontrou serviços na rede pública em razão de algumas lacunas que ainda encontramos em alguns Municípios brasileiros.

Mas eu falo disso, especialmente no tocante à rede de cuidados, à rede de tratamentos, com otimismo, Senador Humberto Costa e Senadora Ana Rita, porque, seja por meio de iniciativas, como a da Presidenta da República, seja a do Governo Federal, a iniciativa do Programa “Crack, é possível vencer”, assim como iniciativas locais de vários Estados e Municípios, integradas ao Programa Crack, ou não, o fato é que o País tem ampliado a sua rede de cuidados. O Tykanori certamente tem números aqui de cabeça, mas apresento um dado: CAPS AD 24 horas, até o final de 2011, antes do início do Programa Crack, nós tínhamos cinco no País; nós temos hoje em torno de 60. Isso revela que, nos últimos anos, o País tem tido um esforço, com todas as suas dificuldades orçamentárias, para ampliar essa rede. E é compreensível que nós estejamos neste momento estruturando essa rede, porque a mudança de paradigma para a abordagem do Estado brasileiro para a dependência química deu-se justamente em 2006, quando nós tivemos a mudança da legislação atual.

Até há pouco, de fato, a abordagem que o Estado brasileiro fazia aos usuários e dependentes era uma abordagem de polícia. O sistema era o sistema policial, era o sistema carcerário, e nós estamos tentando agora, sob duras dificuldades, com a vida dura como ela é no âmbito da Administração Pública, na oferta de serviços e na formação de uma política estruturante, mudar essa ordem de coisas para oferecer, de fato, um sistema de saúde e um sistema de assistência social.

E aqui complemento. É evidente que o Brasil, seguindo esta tendência mundial, ao ofertar serviços de saúde cumpre o dever de casa, cumpre um papel fundamental, cumpre um papel determinante, mas, especialmente em relação ao uso do *crack* nós estamos absolutamente convencidos de que não bastam tão somente os serviços de saúde; nós precisamos também dos serviços sociais. Porque, sobretudo, o usuário de *crack*, em vista dos resultados da pesquisa que confirmam aquilo que, empiricamente, nós constatávamos, é alguém submetido a uma vulnerabilidade social ainda maior que aquela vulnerabilidade social a que está submetido quem faz uso regular de droga.

Os dados dessa pesquisa, de 2013, da Fiocruz e Senad revelam que 40% de usuários de *crack* estão em situação de rua; 80% nem sequer concluíram o ensino fundamental; a imensa maioria, 90%, sem trabalho formal, vivendo de pequenos bicos, de pequenas atividades, ou, na maioria dos casos, na condição de desempregado. E 40% em situação de rua agrava, sobretudo, a condição desse usuário regular desse tipo de droga, que é o *crack*, indicando claramente que os equipamentos de saúde devem estar absolutamente combinados com os equipamentos sociais. Tanto assim que, no âmbito do Programa Crack, no eixo de cuidados, nós temos ofertas de serviços do Ministério da Saúde com os CAPS, os leitos em hospitais gerais, os consultórios na rua, que também têm uma vertente social muito forte, mas também os equipamentos do próprio Ministério de Desenvolvimento Social com os CRAS, CREAS e Centros POP, e neste universo também se inserem as comunidades terapêuticas aqui colocadas para debate.

(Soa a campanha.)

O SR. VITORE ANDRÉ ZILIO MAXIMIANO – Eu trago, para encerrar, alguns dados sobre comunidades terapêuticas, na medida em que a Senad, dentro do Programa Crack, tem trabalhado com este eixo. Além das ações de prevenção, nós também trabalhamos com essa política de financiamento de vagas em comunidades terapêuticas.

Mas, Senadora Ana Rita, a abordagem com comunidades terapêuticas não prevê só o financiamento das vagas. Nós temos hoje seis ações envolvendo comunidades terapêuticas sob a compreensão de que as comunidades terapêuticas têm muito a contribuir dentro de uma rede suplementar. O carro-chefe da política, sem dúvida, é a rede pública, sem dúvida é a rede pública. E as comunidades devem se integrar, dentro de uma rede suplementar, de forma regulamentada, para que haja essa oferta de serviços de cunho social, especialmente para as pessoas que estão com seus vínculos familiares e com os vínculos com suas comunidades bastante fragilizados. Nós temos visto isso em todo o País: pessoas em situação de rua fazendo uso regular de *crack*, cocaína inalada e de outras drogas, do próprio álcool. Lembro que o usuário de *crack* é um multiusuário, pois faz uso de várias drogas.

O fato é que, seja por meio das unidades de acolhimento – que são um equipamento público, que também têm sido ampliadas em todo o País com bons resultados a partir da execução dessa política – ou também por meio de comunidades terapêuticas, desde que devidamente regularizadas, fiscalizadas, possamos colher bons resultados dessas ações.

Mas já partindo, então, para essa abordagem final, só queria fazer esse registro. O Programa Crack não faz apenas o financiamento das vagas. A nossa intervenção, no que toca às comunidades terapêuticas, se dá em seis modalidades. Além do financiamento, nós temos realizado a fiscalização. Nós temos, Márcia, um cadastro, um trabalho que foi feito no ano de 2009, 2010, quando foram identificadas 1.800 comunidades terapêuticas no País. Estimo que esse número tenha crescido. Até o momento nós contratamos em torno de 300 comunidades. A fiscalização tem sido feita por equipes da própria Senad e também hoje por equipes do Estado. Estamos transferindo essas vagas para a rede local. A única contrapartida que nós estamos pedindo aos Estados e aos Municípios, em vista das transferências dessas vagas financiadas em comunidades terapêuticas, é a fiscalização mensal dessas comunidades, seja no tocante ao gasto público, seja no tocante à qualidade da vaga.

Além da fiscalização, queremos e estamos trabalhando para que as vagas estejam inseridas na rede local. Nós estamos construindo esse conceito de que quem deve encaminhar para a comunidade terapêutica é o próprio CAPS, a partir da leitura de que aquele paciente precisa de um apoio social não encontrado na rede pública local, portanto, pode-se valer dessa rede suplementar. Já temos boas experiências, como aqui no Distrito Federal, de comunidades terapêuticas referenciadas pelo CAPS. Portanto, o tratamento no CAPS continua, o paciente é levado à comunidade que cumpre esse apoio social e o tratamento médico continua dentro do CAPS numa interface, numa integração bastante interessante. Acho que contribui para os bons resultados e, reitero, para aquele paciente com seus vínculos familiares e sociais em sua comunidade bastante fragilizados, com pouco apoio da sua comunidade, da sua família.

Então, eu disse que eram seis as intervenções, não vou me alongar. Citei o financiamento, a fiscalização, a regulação dessas vagas dentro da rede local, a regulamentação. Entendemos importante a edição de uma legislação que trate disso. Não é possível que acompanhem a proliferação de comunidades terapêuticas sem um marco regulatório. Enquanto não tivermos uma legislação própria... O Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas já se debruça sobre o tema, tanto que acabou de constituir um grupo de trabalho para buscar a regulamentação no âmbito administrativo dentro dos parâmetros legais que, combinado com a RDC nº 29, que é a regulamentação da Anvisa, combinada essa regulamentação da Anvisa com uma possível resolução futura do Conad, do Conselho Nacional, teremos, no âmbito administrativo, esse marco regulatório tão importante sob a ótica garantista de quem é acolhido nas comunidades.

Acrescento a capacitação. Nós iniciamos um curso para dez mil vagas, um curso a distância, voltado a profissionais e voluntários que atuam nas comunidades terapêuticas, justamente para capacitação. Esse curso é executado...

(Soa a campainha.)

O SR. VITORE ANDRÉ ZILIO MAXIMIANO – ... como todos os demais cursos da Cenad, por uma universidade pública brasileira. Iniciou-se em dezembro de 2013 e está nesse momento sendo executado.

E, por fim, a nossa sexta e última intervenção é justamente um olhar científico para a abordagem que as comunidades têm feito. Precisamos compreender mais detidamente, justamente para permitir a qualificação desse debate, trazendo luzes a essa forma de intervenção.

Vamos, sim, contratar um órgão, já iniciamos as tratativas com o Ipea, se eventualmente não der certo com o Ipea, vamos contratar uma universidade pública, Senadora Ana Rita, para ter esse olhar detalhado de como tem sido essa abordagem realizada pelas comunidades terapêuticas, com um pressuposto muito claro: as comunidades terapêuticas fazem tão somente acolhimento voluntário, sem qualquer privação de liberdade a quem quer que seja. Não se faz ali a internação compulsória, não se faz internação involuntária e, a rigor, temos sustentado isso, não se faz internação. Internação é uma abordagem qualificada por meio de um equipamento de saúde e, especialmente, para um processo de desintoxicação, ou para pacientes que também apresentam comorbidades. A intervenção de uma comunidade terapêutica é algo mais simples, buscando a reorganização da vida para aqueles que necessitam dessa abordagem social.

A política de drogas se estrutura por meio de tratamento ambulatorial. É esse o norte, é essa a premissa, é assim que se constrói uma política em qualquer lugar do mundo, uma política consistente para a política de drogas, por meio do tratamento ambulatorial; a internação, sobretudo de forma voluntária, é para os casos graves, para o processo de desintoxicação ou para o processo de quem enfrenta comorbidades. A internação involuntária necessita de maiores parâmetros para a sua aplicação. Para casos graves, quando solicitado pela família, desde que uma breve intervenção, temos acompanhado isso de maneira excepcional, mas reconhecemos a necessidade de maiores balizas para a internação involuntária, sob a ótica garantista de quem é submetido a essa modalidade de intervenção.

Mas o fato é o compromisso que devemos celebrar, em torno da política de drogas do País, é uma oferta de serviços de qualidade, de serviços amplos, com a instalação de CAPS em todas as principais regiões do País, com leitos de internação para retaguarda em hospitais gerais, para esses casos graves e casos de comorbidades;

os consultórios nas ruas para a busca ativa, o contato ativo de pessoas em situação de vulnerabilidade social acentuada; o Programa Braços Abertos, aqui tão bem exposto pelo Tykanori, é a resposta tal como colocada na pesquisa que realizamos em 2013. O tratamento desejado pelos usuários tem absolutamente o perfil que oferece o Programa Braços Abertos. Então, é mais um serviço que se integra a uma rede ampla que deve ser ofertada à sociedade brasileira para, de fato, diminuir o sofrimento de tantas famílias às voltas com a dependência química do álcool, da cocaína inalada, da cocaína fumada e outras drogas.

É essa a abordagem inicial que eu gostaria de fazer, enaltecendo, uma vez mais, a iniciativa da Comissão de Direitos Humanos de trazer à luz esse debate tão importante para a sociedade brasileira.

Coloco-me, uma vez mais, à disposição, para seguir com o debate.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Vitore. Quero também agradecer profundamente ao Dr. Roberto, à Drª Márcia.

Essa audiência é muito esclarecedora. Eu tenho opinião a respeito da internação compulsória, de que realmente não deve acontecer, mas vocês trazem elementos novos, que nos ajudam a formular, inclusive, questões sobre esse tema para serem debatidas com a sociedade, porque a internação compulsória acaba sendo uma coisa que a sociedade, de um modo geral, praticamente defende, por falta, muitas vezes, de informação.

Então, esse debate tem como objetivo justamente trazer esclarecimentos, dar luz a esse tema tão importante, que orienta políticas públicas, inclusive para que possamos dar uma resposta também à sociedade brasileira e às pessoas que sofrem com familiares que têm problema com drogas.

Eu queria apenas, aqui, Dr. Vitore... Vou passar a palavra ao presidente, mas quero fazer um questionamento, Senador Humberto.

Primeiro, quero retomar o que o Senador Humberto disse no início, quando faz um resgate dos projetos que estão tramitando nesta Casa, para vermos como o debate ajuda a ter outra visão a respeito do tema, porque o primeiro projeto apresentado aqui pelo Senador Demóstenes previa prisão do usuário. Imagine, se todo usuário de droga fosse preso, o que iria acontecer. Mas foi uma tentativa também de buscar uma resposta.

Posteriormente, a Senadora Ana Amélia, na Comissão de Assuntos Sociais, apresenta um substitutivo da internação compulsória, que é o tema do debate aqui hoje.

E o Senador Humberto, buscando avançar cada vez mais nessa reflexão, sugere a realização desta audiência pública.

Então, o debate com profissionais da área, que estão no dia a dia, na reflexão desses assuntos, que têm a responsabilidade, inclusive, de propor políticas públicas, nos ajuda muito nesse sentido.

Mas eu gostaria aqui de fazer uma pergunta, mas, antes da minha pergunta, quero dizer que há duas opiniões de internautas; uma delas chegou no dia de ontem. É claro que, após este debate, possivelmente a pessoa poderá ter mudado de opinião.

Diz a Ana Flávia: “Sou a favor da internação compulsória para salvar a vida do dependente químico e de quem convive com ele.”

A outra afirmação é da Bruna Surdi: “Sou contra a internação compulsória. Acredito na valorização do usuário como um sujeito de direitos, inclusive à liberdade e à escolha do seu tratamento. Digo isso como profissional da saúde em formação, atuando diariamente com essa realidade. Essa medida fere os direitos humanos.”

É uma afirmação importante, aqui, também.

Eu faria a seguinte pergunta aos nossos convidados, porque ouvimos falar muito sobre a redução de danos, sobre a política de redução de danos. Eu queria que vocês esclarecessem o que é redução de danos e qual é a opinião de vocês sobre redução de danos nesses casos, para que possamos ter isso claro. Ou seja, sobre o que é de fato redução de danos? Como se aplica isso? Vocês têm acordo com a redução de danos nesse caso do tratamento de pessoas usuárias de drogas?

Vou passar a Presidência ao Senador Humberto Costa. Tem a palavra V. Exª para presidir esta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Bem, eu queria só reforçar algumas questões que coloquei no início, sobre as quais gostaria de ter uma resposta.

Primeiro, ao Dr. Tykanori: na lei que consolidou, que institucionalizou a política da reforma psiquiátrica, existe a prevenção da internação involuntária e da internação compulsória.

O próprio relatório do Senador Valadares não faz qualquer referência à internação compulsória, essa que exigiria a intermediação da Justiça ou a determinação judicial. O Dr. Vitore também coloca claramente não só o desuso, mas também o posicionamento de que essa não é uma alternativa razoável. No entanto, temos a definição, tanto no relatório do Senador Antonio Carlos Valares, quanto também no que argumenta a própria Secretaria, em relação à internação voluntária, que consta da própria lei da reforma psiquiátrica.

Eu pergunto: não seria o caso de nós aproveitarmos este debate e regulamentarmos a internação voluntária na Lei da Reforma Psiquiátrica e tirarmos esse assunto relativo à saúde de um tema que trata fundamentalmente de várias coisas, entre elas coisas que – apesar de terem uma inter-relação – tratam de assuntos diferentes. Eu não consigo imaginar discutirmos tratamento em uma lei que fala de pena, que fala... Obviamente, eu acho que as ações de assistência social, de acolhimento...

Esse é um ponto.

O outro ponto é que o debate sobre – aí vale para os três – a questão das chamadas comunidades terapêuticas, um tema também do projeto original, que veio da Câmara para o relatório que está sendo apresentando pelo Senador Antonio Carlos Valadares, mudou bastante. A ideia que vem da Câmara é uma instituição reconhecida como de tratamento com a possibilidade de realizar internações, inclusive involuntárias, com uma prioridade, do ponto de vista da utilização do serviço do SUS, para homologar ou legitimar essas prioridades. De certa forma há ainda, no relatório do Senador Valadares, referências a uma certa prioridade de acordo com a organização dos serviços e tal. Mas esse é um tema que, sob o meu ponto de vista, precisa ser muito bem-equacionado com o princípio da equidade do Sistema Único de Saúde. Então, minha pergunta é no sentido de que... Até porque eu tenho uma opinião de que, pelo próprio aspecto de que a dependência, os transtornos mentais têm uma multicausalidade, são problemas de ordem psicológica, social e biológica – digamos assim de forma bem rasteira –, as formas também de abordar o tema são diferenciadas. Eu não sou contra. Pelo contrário. Acho que, se bem-articulados, esses outros instrumentos da sociedade podem ser instrumentos de apoio, de suporte à reinserção social, até mesmo para o tratamento, eu diria assim.

Então, eu queria ouvir, na medida em que o atual relatório, que ainda não foi apresentado – quer dizer, foi apresentado formalmente, mas não foi votado –, apresenta essas mudanças em relação ao 37, o que vocês observam? É algo que tem de ser frontalmente abandonado? É possível inserir, nesse contexto geral que é a política como um todo, ou não, com as coisas que foram colocadas no relatório agora, que proíbe a internação, que garante o direito à liberdade de crença, enfim, a uma série de coisas como estão colocadas. Eu queria ouvir a opinião de vocês.

Podemos começar ao contrário. O senhor prefere falar antes, Dr. Vitore?

O SR. VITORE ANDRÉ ZILIO MAXIMIANO – Tanto faz. Pode ser.

Eu vou tentar aqui seguir a ordem. A Senadora Ana Rita pergunta sobre a política de redução de danos.

Primeiro, a política de redução de danos está prevista na Lei nº 11.343. Não há nenhuma inovação de nossa parte. Redução de danos, *grosso modo*, é uma forma de abordagem em que o tratamento não exige uma contrapartida de abstinência. Então, é possível tratar, considerando o uso e visando à redução, o uso controlado, ou até mesmo por meio de drogas substitutas. Aqui, no Brasil, nós não temos a adoção de drogas substitutas na política de redução de danos, mas há abordagens em que se promove um tratamento buscando um uso controlado por parte daquele paciente que vinha até há pouco fazendo uso abusivo.

Eu faço aqui um registro importante. Uma das políticas mais bem-sucedidas no mundo, quanto ao uso de droga tida como pesada, foi uma política de redução de danos. O tratamento da heroína em países como os Estados Unidos e a Europa, que é uma droga pesada, uma droga injetável, com graves consequências à saúde do usuário e à desorganização da sua vida, um dos tratamentos mais exitosos para o processo de recuperação do consumo de heroína foi a aplicação de uma outra droga, que é a metadona, com bons resultados para esses pacientes. Com o uso controlado, evidentemente, porque a metadona também é uma substância psicoativa que causa dependência.

Então, os serviços de saúde desses países utilizou a metadona para reduzir o consumo de heroína, e esse foi um processo muito exitoso, com bons resultados. Dentro do espectro de política pública, a redução de danos tem que permanecer, porque ela pode dar uma contribuição importante. Em alguns locais do País, tem dado essa contribuição importante.

Eu insisto nisso, tal como fiz na minha fala final, de que é necessário, sempre com a marca dos direitos humanos e de forma regulamentada, que tenhamos o maior número possível de serviços para o tratamento da dependência química.

Eu já ouvi relatos de pessoas que conseguiram o seu processo de recuperação – e faziam uso abusivo e regular de drogas – em grupos de autoajuda. Então, desde o grupo de autoajuda até leitos para os casos graves, desde que de forma regulamentada, com respeito aos direitos das pessoas, é possível, sim, que nós tenhamos serviços regulamentados em todos esses espectros.

Senador Humberto Costa, a questão de tratar de aspectos de saúde na Lei nº 11.343 também seria uma novidade, não é? As modalidades de internação hoje estão previstas na Lei Antimanicomial, que é a Lei nº 10.216. Tal como apresentado na Câmara, buscou-se também regulamentar a forma de tratar por meio da Lei de Drogas.

O espaço mais adequado, se é na Lei de Drogas ou se é a na Lei Antimanicomial, talvez seja um debate que cabe muito mais ao Senado de que maneira aprofundar isso. A nosso ver, é muito importante que nós tenhamos avanços frente ao processo de 2001, um processo que teve uma participação tão importante de V. Ex^a, que é um especialista, que acompanhou e acompanha de perto a luta antimanicomial, talvez haja possibilidade de avanços, de balizas mais claras.

Eu dou um exemplo. A internação, em qualquer das suas modalidades, não tem prazo máximo previsto na lei. E hoje, para desintoxicação, já há quase um consenso entre os especialistas que essa intervenção deve durar duas, três, no máximo, quatro semanas. Então, é importante estabelecer alguns novos parâmetros a partir da nova realidade hoje vivida aqui no Brasil e em vários locais do mundo.

No tocante às comunidades terapêuticas, que o senhor aqui também nos provoca, acho fundamental esta premissa: as comunidades terapêuticas só devem fazer acolhimento de forma voluntária. É inconcebível um modelo de comunidade terapêutica com internação. Inconcebível! Sobretudo internação involuntária ou compulsória, porque as comunidades terapêuticas devem trabalhar com as suas portas abertas, sob fiscalização, sob presença dos órgãos de controle social, os órgãos de saúde, a fiscalização diuturna.

Então, salvo engano, Senador Humberto Costa, o texto da Câmara já estabelecia essa premissa do acolhimento tão somente voluntário. E aqui, no voto do Senador Valadares, que também dialogou com os representantes das comunidades terapêuticas, tal como ali colocado, eu acho que nós temos avanços. Há aspectos bastante positivos neste ponto.

São as contribuições que eu trago.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Humberto, deixe-me aproveitar só para fazer uma pergunta ao Dr. Vitore. No caso, parece-me que o PLC nº 37 prevê um prazo de 90 dias para internação involuntária.

Segundo nossa Assessoria, no Uruguai, são dois dias. Vocês têm uma opinião sobre isso? Qual seria o prazo ideal para internação involuntária, se for o caso?

O SR. VITORE ANDRÉ ZILIO MAXIMIANO – O Roberto Tykanori é mais especialista do que eu nessa área. Você prefere responder, Tykanori? (*Pausa.*)

Os especialistas brasileiros têm indicado: para desintoxicação, bastam duas, três, no máximo, quatro semanas. O prazo na versão aprovada pela Câmara já seria – aspas – um “avanço” frente à legislação atual, que simplesmente não estabelece prazo algum. O Senado, com toda sua evidente legitimidade, se buscar condensar mais esse prazo, restringir mais esse prazo, a meus olhos, acho que é uma boa medida, essa de diminuir ainda mais esse prazo, tendo em vista que, quando nós falamos de internação, dificilmente alguém ficará internado por 90 dias. O prazo, de fato, deverá ser menor no processo, porque a internação busca tão somente o processo de desintoxicação ou o tratamento de outras comorbidades.

O SR. ROBERTO TYKANORI – Gostaria de comentar um pouco a questão de redução de danos.

As pessoas têm dúvidas com relação à questão de redução de danos, mas, em rigor, redução de danos traduz um aforismo médico milenar, o aforismo médico *primum non nocere*, que quer dizer “antes de tudo, não fazer mal”.

Por que eu digo isso? Porque existe um entendimento equivocado, a meu ver, que considera o seguinte: a pessoa recebe o tratamento “se” deixar de usar. A pessoa recebe algum benefício “se” deixar de usar. A pessoa recebe algum direito “se” deixar de usar. Ou seja, condiciona-se a pessoa a receber alguma coisa, alguma política “se” ele deixar de usar. Condiciona a pessoa à abstinência. Acontece que há pessoas que não querem ou não conseguem deixar de usar. Essas pessoas que não querem ou não conseguem deixar de usar estarão cerceadas da possibilidade de cuidado, da possibilidade de tratamento, da possibilidade de direitos, da possibilidade de garantias porque não querem deixar de usar? Então, elas estariam largadas ao abandono. Essa atitude causa mais mal do que tratar. A ideia de condicionar qualquer acesso a um benefício a partir de uma situação de abstinência *a priori* é que leva mais mal do que bem, porque a pessoa fica abandonada à própria sorte.

Então, a tradução prática de redução de danos para os dias de hoje é ter uma atitude, como eu disse, hipocrática, que diz respeito à profunda posição do atendimento médico, dessa posição médica pela qual o tratamento e cuidado deve ser incondicional, conforme o juramento que fazemos. Não se vê a classe, não se vê a cor, não se vê nada. Nós temos que cuidar. Se o maior criminoso, se o maior assassino do mundo chegar ao hospital, nós temos que cuidar dele, nós temos que salvar a vida dele. Não é condicional: “Ah, este aqui, como já está devendo muito para a sociedade, nós vamos descontar agora e não vamos cuidar dele. Vamos tratar dele só se ele disser que, daqui para frente, não vai mais ser bandido”. É impeditivo para nós, eticamente, fazermos esse tipo de condicionalidade para o atendimento.

Então, *primum non nocere* é milenar, é uma questão da tradição médica.

Quanto à questão involuntário/voluntário, no jargão simples, a questão é: as pessoas podem ou não ser internadas forçadamente? Existem estas modalidades de internação: voluntária, involuntária e compulsória. O termo involuntário consta na lei dentro de um princípio médico, de um princípio de saúde de que, muitas vezes, uma pessoa sob risco não está tendo naquele momento condições de optar. Então um médico pode e deve, na verdade, atuar por um período em nome da pessoa.

Isso não é regulamentado em lei, isso está mais na tradição. Acho que não há uma questão em lei, provavelmente no código de ética, por exemplo, há o conceito de omissão de socorro. Sei que a pessoa está ali, vai morrer, está na minha frente, está inconsciente ou está tonto, então a gente é obrigado eticamente a atendê-la, mesmo que ela não queira. Essa é uma ideia.

Analisando essa situação, ela é transitória e de curtíssimo prazo. Por quê? Porque ela incorre, de fato, numa situação de sobreposição de um sujeito sobre outro, mas a tradição médica permite que isso seja feito dentro de um certo contexto, em um contexto que é um consenso limitado. Depois que a pessoa saiu, inclusive, muitas vezes, o médico pode ser processado. A pessoa diz: “Ah, eu não queria fazer isso.” Mas a ética nos impele a tomar uma medida nesse caso, para resolver essa situação transitória, pontual, em que o sujeito não está podendo optar.

Na lei consta a ideia de internação compulsória, na Lei nº 10.216, e, a rigor, ela é estranha, porque ela não faz menção a mais nada. No debate histórico de onde surgiu no processo da construção da lei, isso é apenas uma menção, na verdade, a um dispositivo legal existente no Código Penal. E é o único texto legal onde existe o termo internação compulsória.

Como se dá a internação compulsória? Tem que haver um delito; a pessoa passar por julgamento; ao final do delito a pessoa chega numa situação de ser considerado inimputável; uma vez inimputável, por razões psiquiátricas, uma das formas de tratamento – um tratamento obrigatório, um tratamento forçado – seria a internação, mas pode não ser através de internação. Mas é um tratamento que se chama forçado em decorrência de ser considerado inimputável.

Não há outro texto legal em que consta internação compulsória. A única internação compulsória é decorrente de um processo criminal, em que a pessoa é considerada inimputável. Fora disso, não existe esse dispositivo.

Então, quando se está falando de internação compulsória hoje em dia, é um mau uso do termo, porque o que tem sido feito por muitos juízes é uma judicialização da saúde – na coisa concreta é isso. Um juiz, na sua citação, decide para tentar, de alguma forma no seu entendimento, garantir um atendimento de saúde. Assim, quando diz que tem tomado medidas no sentido de garantir o fornecimento de medicamento, fazer cirurgia, ele decide que a pessoa vai ser internada. Como num análogo, é de uma judicialização de uma decisão em que a família pede: “Olha, quero que ele seja tratado, não consigo.” Então o juiz toma essa medida, força o Executivo a receber, sem uma indicação médica, sem uma indicação profissional, essa decisão – o que é muito problemático.

Eu compreendo a pressão de uma situação fática que tem uma família, uma situação complexa, e o juiz toma essa decisão. Da mesma forma, analogamente, em relação a situações de medicação, em que uma pessoa pede uma medicação e o juiz toma medidas em que o SUS é obrigado a pagar remédios específicos, hoje existe um entendimento no Conselho Nacional de Justiça de que esse tipo de medida individual não faz justiça; gera privilégio. Por quê? Porque, ao incidir de forma separada e individual sobre o SUS... Por exemplo, uma pessoa ganha o direito de receber um medicamento que só existe em Marte, custa uma fortuna. Aquele indivíduo pode ser beneficiado do ponto de vista estrito, mas ele causa, na verdade, um desequilíbrio para todo o sistema e para todos os brasileiros. Então, o juiz está induzindo a uma injustiça para o resto.

Então, qual é a orientação que o CNJ tem colocado? Se há carências, os juízes devem enfrentar do ponto de vista estrutural. Devem acionar o Executivo, para que o Executivo, de fato, por exemplo, se falta rede, implante-se rede. Obriga-se o Executivo municipal, estadual ou federal a implantar a rede. Se não está havendo o serviço, que se faça o serviço, mas não responda pontualmente a uma situação, porque isso estaria induzindo a uma desordem no sistema, e gerando privilégios e injustiça.

Analogamente, eu entendo isso. Quando há uma decisão de um juiz para fazer esse tipo de internação judicial, embora ele possa estar pontualmente resolvendo aquela situação, ele acaba gerando confusão no sistema, gera privilégios para uns e, na verdade, muitas vezes, toma decisões sem nenhuma base técnica. Então, acho que essa é uma questão. A rigor, não seriam internações compulsórias, seriam judicializações de decisões sanitárias.

Eu entendo que, do ponto de vista sanitário, a internação involuntária é suficiente. Não há outra necessidade. Em relação se deve ser legislada, como o Senador colocou, eu entendo que é difícil a tarefa dos Senadores, porque muitas vezes se confundem. Desculpem a crítica. O Senado vai legislar exatamente o quê? Às vezes, há a tendência a querer legislar questões de procedimentos técnicos. Acontece que procedimentos técnicos

são historicamente mutáveis. O remédio que é melhor hoje poderá não sê-lo amanhã. A técnica cirúrgica que é melhor hoje poderá não sê-la mais amanhã. Então, focar a lei no sentido de garantir isso ou aquilo, do ponto de vista técnico, me parece um excesso de legislação, que, inclusive, obrigaria, depois, a ter mudanças na lei.

Então, a ideia é assim: sobre o que legislar? Acho que é na questão de princípios, de direitos. Legislar o acesso é uma questão; legislar qual a técnica, qual instrumento confunde, porque torna a lei muito frágil. Inclusive, no campo técnico, há múltiplas divergências – mesmo a melhor cirurgia tem exceções, tem isso, tem aquilo.

Então, eu entendo que internação involuntária é um problema de ordem técnica. Se for para ser colocado em termos de lei, deve ser focado no sentido de garantir os direitos das pessoas, e não a questão técnica, preservar a relação de direitos, tanto do indivíduo quanto dos familiares – é esse o equilíbrio legal –, mas não a técnica – em que condições, quantos dias, quantos dias não.

Eventualmente, a questão do tempo não é um problema técnico, é um problema político. Por quanto tempo a pessoa pode ter os seus direitos suspensos? Porque quando a gente faz uma internação involuntária, nós estamos no mandato de Estado brasileiro – o médico tem um mandato do Estado brasileiro –, suspende-se os direitos do sujeito de escolher enquanto ele estiver tomando essa decisão. Naquele período, o sujeito está sob custódia do Estado.

Quanto tempo nossa sociedade admite essa suspensão de direitos? Esse é um debate político, não é um debate técnico.

A meu ver, se formos seguir hoje a nossa Constituição, a qual foi agregada à Declaração de Direitos das Pessoas com Deficiência, a rigor, é muito, muito reduzido esse tempo. A Declaração de Direitos das Pessoas com Deficiência coloca inclusive problemas para nós na questão do Código Civil em relação à própria figura da interdição, o princípio de que as pessoas são sujeitos de direitos, são cidadãos, *stricto sensu*, até o limite da não possibilidade de expressão. O Estado poderia assumir uma decisão por ele somente no extremo limite de quando a pessoa não consegue ter uma expressão.

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO TYKANORI – Sobre a comunidade terapêutica, serei sucinto. Entendo que as comunidades terapêuticas são uma situação histórica: depende muito da condição histórica do nosso País.

Na Europa, quando houve esse grande flagelo, que foi a questão da heroína, as comunidades terapêuticas cresceram muito em quantidade. Hoje existem poucas, mas têm um outro papel, uma outra função. De fato, a introdução da metadona mudou o cenário. Agora, mudou o cenário por que as pessoas deixaram de usar droga? Não, ao contrário. A metadona é uma droga, e elas continuam usando, só que é uma droga que viabiliza a permanência no jogo social. O sujeito consome metadona diariamente, duas, três, quatro vezes...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO TYKANORI – ... mas, ele trabalha, ele respeita as leis, ele cumpre os seus contratos, ele permanece como sujeito ativo na relação social.

Então, o que de fato fez a diferença é a possibilidade de se criar essas condições. Não é que foi eliminada a dependência; eles são dependentes. Conheço pessoas que usam metadona. O que é muito interessante é que elas falam que quando estão num período da vida em que estão muito empenhadas em projetos, estão animadas, têm bastante coisas envolvidas, elas reduzem muito o consumo. Quando a vida está chata, não tem o que fazer, estão desempregadas, estão ameaçadas por alguma situação de medo, de insegurança pela perda do emprego ou por coisas do gênero, aí elas começam a usar mais.

Então, novamente, a discussão do foco das políticas...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO TYKANORI – ... está em como estabelecer essas condições de participar do jogo social. Acho que é isso o que temos de tentar desenvolver.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Passo a palavra a Sr^a Márcia Landini Totugui.

A SR^a MÁRCIA LANDINI TOTUGUI – Acho que há uns 35 anos, mais ou menos, eu trabalho nessa área de dependência, a Fátima sabe disso.

Eu me considero uma redutora de danos, porque o redutor de danos é aquele que trabalha tanto intra quanto extramuros. Tem o trabalho de campo, o trabalho dentro das instituições no atendimento... Então, eu me considero uma clínica, eu sou essencialmente clínica, embora já tenha trabalhado na gestão, inclusive com Tykanori, no ensino, na pesquisa, mas, antes de mais nada, sou essencialmente clínica. Os meus 35 anos na área me autorizam a falar sobre isso. Até 15 anos atrás, eu me posicionava muito desfavoravelmente à questão da redução de danos, mas a vida, o cotidiano clínico, principalmente com uma população como a nossa, desprovida, sócio e economicamente, me ensinou e fez com que eu mudasse a minha visão. Além de, claro, o encontro com a teoria sistêmica, a teoria da complexidade.

Então, o que me fez mudar? Há 15 anos, mais ou menos, 20 anos, quando eu estava no Hospital Universitário, pelo SUS, que, hoje, inclusive, é essencialmente 100% SUS, fui percebendo que se eu mandasse, se eu só atendesse à população que não fizesse uso de drogas, que se colocasse em abstinência, que se eu exigisse o modelo da abstinência – e não sou contra esse modelo, por favor, quem escolhe não sou eu, é ele quem escolhe, é ele quem sabe das possibilidades dele –, eu percebi que se só atendesse nessas condições teria de mandar 90% da população daquele hospital para as ruas, eu não ia atender, porque eles não tinham estrutura psíquica, social, familiar para deixar de usar. Aliás, era a única coisa que eles tinham: o uso, a droga, para amenizar uma série de questões. E isso me fez mudar veementemente a minha postura em relação à forma com que eu passei a atender usuários e dependentes de substâncias psicoativas – e aí eu coloco ilícitas e lícitas, principalmente.

Por quê?

A questão da redução de danos, ela me permitiu a ajudar as pessoas a diminuir o uso e a diminuir também aos poucos, paulatinamente, embora ele não possa, ele esteja – e a gente que trabalha com redução de danos, a gente se sente, apesar de toda a legislação, portarias do Ministério da Saúde remanejando recursos para ações de redução de danos nos CAPS –, a gente se sente, às vezes, trabalhando dentro da clandestinidade, ao aceitar, ao ver que o usuário não vai parar de usar. E a gente tem que lidar com isso, a gente que lidar com a nossa impotência diante disso e, aos poucos, ajudando ele a construir qualidade de vida – qualidade de vida, a redução de danos. Quem trabalha com redução de danos, nós redutores de danos, não importa onde a gente esteja, se dentro das instituições ou fora, a gente vai em busca de promoção da saúde, de qualidade de vida física, psíquica, e, principalmente, social, que é o que mais pega os nossos dependentes. Então, é trabalhar aos poucos, é você ir trabalhando com as comorbidades físicas, psíquicas e, principalmente, sociais. E trabalhar de forma que ele, aos poucos, consiga – e, como disse muito bem o Tykanori, ele vai diminuindo o uso e vai colocando, inserindo outras questões na vida, vai melhorando a qualidade de vida dele. Isso é redução de danos.

Redução de danos não é apologia, não é favorecimento. Eu tenho ética, eu tenho anos de profissão. Eu não favoreço o uso de drogas de ninguém.

(Soa a campainha.)

A SRª MÁRCIA LANDINI TOTUGUI – Muito pelo contrário. Chega uma pessoa que pede ajuda, o redutor de danos, o profissional que trabalha sob a ótica de redução de danos simplesmente vai acatar e vai tentar construir um projeto de vida com aquela pessoa, usando ou não usando. A gente vai apenas trabalhando e, aos poucos, da melhor forma, construindo vários tipos de alternativas, seja pela substituição de uma droga pesada por uma droga menos pesada, menos nociva, enfim, diminuição da frequência, colocando outras questões que vão realmente consolidar, dar àquele sujeito qualidade de vida, promover vida para ele. Isso é redução de danos, não é apologia.

Como eu vim – como disse a vocês –, há 15, 20 anos...

(Soa a campainha.)

A SRª MÁRCIA LANDINI TOTUGUI – ... trabalhar com a população que recorre ao Sistema Único de Saúde, é uma população extremamente desfavorecida. Se já na rede privada a gente trabalha com redução de danos, o que dirá dentro do Sistema Único de Saúde.

Então, redução de danos é isso: é você trabalhar em prol da qualidade de vida do sujeito. É tentar construir, é promover saúde, saúde de diversas formas: psíquica, mental, física, social, trabalho. É envolver vida. E isso não se faz sozinho, senhores – não se faz sozinho. Nenhum redutor de danos trabalha sozinho. Trabalha-se em rede. Porque o fenômeno do uso de drogas é complexo, não cabe visões unilaterais reducionistas. Quem trabalha com redução de danos trabalha em rede, é um trabalho interdisciplinar, corresponsabiliza vários atores da sociedade, órgãos públicos, enfim, são diversas áreas.

Com relação à internação, o Conselho Federal de Psicologia, eu vejo assim, tenho visto uma posição bem clara por parte do Conselho... Acho que a internação proposta pela política de atenção e cuidados, de atenção psicossocial do SUS, voltada para a saúde mental, é muito clara. Ela é nova. E precisamos tomar cuidado para não cairmos numa postura imediatista de querermos resultados imediatos. Gente, o Brasil não é do tamanho da Itália! E nós temos uma cultura, um histórico cultural que até desfavorece a compreensão desse conjunto que foi montado, dessa rede que foi montada, a rede de atenção psicossocial, pelo SUS para lidar com essa questão do uso de drogas – da saúde mental e, no caso, do uso de drogas.

Então, a internação é muito clara. A internação do SUS é programada, ela é temporária. Ela é para crise. Internação, gente, hospital é para crise! É para crise! Antes de chegar lá, nós precisamos ter uma rede que trabalha esses diversos fatores que determinam o uso de drogas. E a nossa rede está sendo construída sim. Ela está sendo construída. A cada vez está aumentando.

O DF, até a gestão passada, estava no último lugar da rede de atenção à saúde mental. Hoje o DF está crescendo. Quer dizer, a rede está crescendo.

É preciso que a gente saia dessa postura imediatista e tenha paciência para que os resultados apontem. Por quê? Porque, para a questão do uso de drogas, não basta simplesmente dar um remédio e acabar com o sintoma físico. O sintoma social é gravíssimo e precisa de tempo.

Essa rede de atenção psicossocial, que foi construída inclusive balizada pelos movimentos sociais – há 15, 20 anos vem-se trabalhando para isso –, acolhe a internação programada, específica para atender à crise. E que ela seja em hospitais gerais, e não em leitos psiquiátricos. Que esses leitos sejam em hospitais gerais. Isso condiz com a gama de fatores que envolvem a questão da dependência de drogas, que tem que ser tratada em hospitais gerais.

Nós temos que aprender – isso é muito difícil, mas nós, da saúde mental, nós que estamos lá na ponta, nós, da clínica, aos trancos e barrancos apanhamos bastante, mas conseguimos desenvolver –, nos estamos tentando ensinar vocês, a sociedade, que pouco conhecimento tem em relação aos fatores que envolvem o uso de drogas, a não serem imediatistas. Essa rede de atenção psicossocial que vem sendo construída há anos e que foi favorecida bastante com esse plano de enfrentamento ao uso do *crack*, precisamos ter paciência para que ela aponte os seus resultados.

Sintomas sociais não podem ser tratados... A gente não pode esperar os mesmos resultados que se espera ao tomar uma medicação para dor de cabeça, para uma gripe. É moroso, sim. A gente tem que ter essa paciência. Não podemos sair por aí judicializando os nossos sintomas, porque são nossos também.

Se aquele menino de que falei para vocês no início, se aquela criança que está debaixo da rodoviária está fora da escola, eu tenho papel importante nisso também. De alguma forma todo mundo tem. É um fenômeno complexo. Não podemos ficar esperando respostas unilaterais, respostas reducionistas.

Só para fechar, em relação à internação, há um mecanismo importante, e precisamos ter paciência para esse mecanismo se firmar na rede. Refiro-me às unidades de acolhimento construídas pelo Ministério da Saúde, pela Coordenação de Saúde Mental, que trabalha em conjunto com a atenção básica.

Outra coisa importante: em vez de discutir especificamente internação compulsória, temos que discutir um pouco mais sobre essa rede que foi montada, que está sendo construída e que precisa de um tempo para mostrar os seus efeitos. São efeitos sólidos, são efeitos bons. Aproximar a saúde mental da atenção básica, por exemplo, é uma coisa importantíssima em que ainda estamos a passos lentos, mas precisa ser mais implementada.

Nós temos unidades de acolhimento para internação temporárias, porque nós que trabalhamos na saúde, principalmente na saúde mental e nessa área de drogas, sabemos, Senadores...

(Soa a campanha.)

A SRª MÁRCIA LANDINI TOTUGUI – ...que a questão da dependência física é tratável. Se for entre quatro paredes, é facilíma, mas a grande questão é quando sai das quatro paredes.

É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Ao agradecer a presença de todos os convidados, eu indago se alguém aqui presente gostaria de fazer um acréscimo rápido ao que foi colocado agora ao final. *(Pausa.)*

Então, eu quero, mais uma vez, agradecer as presenças da Drª Márcia Landini Totugui, do Dr. Roberto Tykanori, da Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde, e do Dr. Vitore, da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça; agradecer também a presença...

O SR. ROBERTO TYKANORI – Eu queria fazer uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Pois não. Rápida.

O SR. ROBERTO TYKANORI – Eu queria sugerir que a Comissão convidasse o Prefeito Haddad para relatar a experiência do De Braços Abertos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Acho que é uma boa ideia.

O SR. ROBERTO TYKANORI – É uma experiência que está sendo visitada por vários lugares do mundo, porque ela é, realmente, muito inovadora e surpreendente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – Na verdade, a minha intenção é não desenvolver um processo paralelo à discussão existente lá na própria CCJ. Como ainda vamos ter pelo menos uma audiência pública – acho que foi isso que ficou acertado ontem –, vamos ver se enquadramos a apresentação dessa experiência lá. Caso não seja possível, fazemos aqui. Acho que é muito interessante ter conhecimento mesmo.

Eu quero agradecer as presenças de todos e as contribuições. Se alguém, eventualmente, trouxe algum documento por escrito para nós, agradecemos.

(Interrupção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Apoio Governo/PT – PE) – É por causa do horário. Eu vou viajar agora. Não tenho como... Poderemos convidá-la, em outro momento, para fazer o debate e, inclusive, compor a nossa Mesa.

Então, eu quero, mais uma vez, agradecer a todos e dizer que as notas taquigráficas estarão à disposição. Peço que as mesmas sejam encaminhadas ao meu gabinete.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 33 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE 2014, SEGUNDA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e cinquenta e cinco minutos do dia trinta e um de março de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Randolfe Rodrigues e Vanessa Grazziotin. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 105 de 2013-CDH, de autoria da Senadora Ana Rita, aprovado em 20/11/2013, para debater o tema: **“Desaparecidos da Democracia”**. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. Em seguida, a Senhora Presidenta passa a palavra aos convidados, nesta ordem: Haman Tabosa de Moraes e Córdova, Defensor Público-Geral Federal; André Fagundes Mendes, Coordenador-Geral de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; Armando Quadros Neto, Coordenador da Rede INFOSEG do Ministério da Justiça. A Senhora Presidenta faz suas indagações aos expositores e franqueia a palavra aos senhores senadores para fazerem o uso da palavra. Às dez horas e oito minutos a Senhora Presidenta interrompe os debates, anuncia a chegada do convidado Aurélio Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal e o convida a sentar-se à mesa e fazer sua exposição por quinze minutos mais cinco minutos se necessário. Em seguida, a Senhora Presidenta concede a palavra aos convidados, para suas considerações finais. Fazem uso da palavra a Senadora Ana Rita e os Senadores Cristovam Buarque e João Capiberibe. A Senhora Presidenta faz o seguinte encaminhamento: realização de parceria entre o Ministério da Justiça e os canais de TV públicos, tais como TV Senado, TV Câmara e TV Justiça, para que eles divulguem fotos e dados de pessoas desaparecidas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e três minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, da CDH, de minha autoria, Senadora Ana Rita, aprovado em 20 de novembro de 2013, para debater sobre o tema “Os desaparecidos da democracia”.

Quero aqui dizer que esse é um tema altamente importante e necessário. Foi uma solicitação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado do Rio de Janeiro, que também convidamos para aqui estar conosco, ainda não chegaram, creio que em função do trânsito, mas nós vamos iniciar com os convidados aqui presentes, até porque, mais tarde, nós teremos uma sessão solene e queremos dela participar desde o início.

Convido, para compor a Mesa o Dr. Haman Tabosa de Moraes e Córdova, Defensor Público-Geral Federal; Dr. André Fagundes Mendes, Coordenador-Geral de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; Dr. Armando Quadros Neto, Coordenador da Rede Infoseg do Ministério da Justiça. Muito obrigada pela presença. Sejam todos bem-vindos.

Antes de iniciarmos com os nossos convidados, cuja presença agradeço, vou fazer algumas considerações iniciais a respeito do tema, até para contextualizar a realização desta audiência pública.

Inicialmente, quero lembrar que estamos celebrando, particularmente hoje, os 50 anos do golpe militar e civil no Brasil, em um momento em que a sociedade brasileira retoma forte debate sobre o tema. Logo mais, às 11 horas, teremos uma sessão especial no plenário desta Casa, por iniciativa do Vice-Presidente desta Comissão de Direitos Humanos, Senador João Capiberibe. Portanto, ao terminar nossos trabalhos aqui, vamos ao plenário para participar dessa importante atividade.

Quero aproveitar para reforçar o convite para que tenhamos presença expressiva, massiva durante os trabalhos da sessão especial que terá início às 11 horas – repito –, no plenário do Senado Federal.

Esta audiência pública foi proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio de Janeiro, que, no ano passado, lançou a campanha “Desaparecidos da democracia – pessoas reais, vítimas invisíveis.”

A campanha tem como principal objetivo esclarecer mortes registradas como autos de resistência em operações das polícias.

A audiência é oportuna porque está pronto o Projeto de Lei nº 4.471, de 2012, para ser votado no plenário da Câmara e, em breve, aqui no Senado Federal. O projeto estabelece que os termos “autos de resistência” e “resistência seguida de morte” deverão ser trocados por “lesão corporal decorrente de intervenção policial” e “morte decorrente de intervenção policial”.

Esses casos serão investigados por meio da instauração de inquérito policial específico. A instauração do inquérito deve ser imediatamente comunicada ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao órgão correcional para controle da atividade policial.

Quando a ação policial resultar em feridos, os agentes deverão chamar uma equipe de resgate do Samu, em vez de tomar a iniciativa de remover as vítimas.

Portanto, nosso debate tem o objetivo de fortalecer a campanha e, quem sabe, levá-la para o âmbito nacional; além de já colher sugestões para eventuais emendas ao projeto de lei que virá ao Senado Federal.

E mais: queremos dar visibilidade aos casos de desaparecimento de pessoas. Tenho dito que o desaparecimento de pessoas é mais dolorido do que a própria morte, porque o desaparecimento traz a dor das incertezas sobre as circunstâncias que cercam o desaparecimento.

Também quero aproveitar o momento para saudar a Ministra Maria do Rosário, que, por meio do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, editou resolução em 21 de dezembro de 2012, recomendando que policiais deixassem de usar em seus registros, boletins de ocorrências, inquéritos e notícias de crimes, designações genéricas para as mortes e lesões ocorridas durante ações policiais. A resolução também recomenda, entre outras providências, a abertura de inquéritos para investigação de homicídios ou de lesão corporal.

Infelizmente nem todos os Estados receberam a resolução. Por isso é importante que a Câmara e o Senado Federal envidem todos os esforços para a aprovação da lei com a maior brevidade possível, para que o País disponha de um instrumento legal que obrigue as autoridades competentes a seguir as recomendações da referida resolução.

Fazendo essas considerações iniciais, quero apenas registrar que a Comissão de Direitos Humanos tem procurado acompanhar alguns casos que têm chegado a esta Comissão de desaparecidos, como o caso do Sr. Antônio, aqui do DF, cujo corpo foi encontrado seis meses após o seu desaparecimento. Os últimos contatos que ele teve antes de desaparecer foram justamente com policiais. Então, há indícios fortes de envolvimento de policiais no seu desaparecimento. O corpo ainda não foi sepultado, porque a família mantém a posição de que só vai sepultá-lo quando os fatos forem devidamente esclarecidos. Então, casos como esse do Sr. Antônio existem muitos em nosso País, aos quais chamamos de “desaparecidos da democracia”. São pessoas que desaparecem e de que os familiares não têm notícias. E, em plena democracia brasileira, não podemos continuar convivendo com esse tipo de realidade.

Esse debate de hoje tem como objetivo aprofundar esse tema e colaborar com a Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio de Janeiro, que já faz uma campanha sobre isso, em função da morte do Amarildo, lá no Estado do Rio de Janeiro. E nós queremos colaborar, a pedido da OAB, para que esta campanha seja ampliada a todos os Estados brasileiros e que a Ordem dos Advogados do Brasil também colabore no sentido de ajudar no debate desse tema. Enfim que esse tema ganhe, de fato, espaço nacional, para que as pessoas e as autoridades públicas possam se empenhar no sentido de buscar não só assegurar a aprovação do projeto de lei que tramita aqui no Congresso Nacional, mas que esse debate realmente possa conquistar outros espaços além do espaço do Legislativo.

Fazendo essas considerações iniciais, eu quero novamente agradecer a presença aqui dos nossos convidados e já solicitar ao Defensor Público Federal que inicie a sua fala, Dr. Haman Tabosa de Moraes e Córdova, que tem um prazo de 15 minutos. Se houver necessidade, podemos prorrogar por mais 3 minutos. Fique bastante à vontade.

Obrigada pela presença.

O SR. HAMAN TABOSA DE MORAES E CÓRDOVA – Bom dia a todos. Bom dia, Senadora Ana Rita.

Primeiramente quero cumprimentar os colegas de Mesa, Dr. André Fagundes e Dr. Armando Quadros, do Ministério da Justiça, que estão aqui seguramente para colaborar com esse tema que é de extrema relevância para o nosso País.

Acho que comemorar não é bem a expressão que se deve utilizar, mas são 50 anos do aniversário do golpe militar de 64 hoje, 31 de março, então, acho que é um dia bastante simbólico.

Eu me recordo que esta audiência pública foi marcada, num momento anterior, para o dia em que estava sendo iniciada a instrução do processo criminal do Amarildo no Rio de Janeiro. Então, já seria um momento para se debater esse tema aquela oportunidade. Hoje, então, com mais razão ainda entendo que há todo um simbolismo nessa discussão, porque se passam 50 anos do golpe militar e de toda a história vivida pelos brasileiros a partir da instalação daquela ditadura naquele momento.

Bom, na verdade, primeiro agradeço à Senadora Ana Rita e à CDH por incluir a Defensoria Pública nos temas de direitos humanos. A instituição Defensoria Pública tem por objetivo, tem por missão proteger e defender os direitos humanos. Então, quanto mais inserirmos a Defensoria Pública nesse tema, seguramente teremos condições de contribuir para um Estado democrático melhor, com nossos agentes da Defensoria Pública prontos para atuar imediatamente nos casos de violação. Assim, agradeço a inclusão, o convite à Defensoria Pública, que a cada dia se insira mais no tema de proteção dos direitos humanos.

O tema “Os desaparecidos da democracia” por si só é uma contradição em si mesmo – não é, Senadora? –, porque é inconcebível que você veja um estado que, em pleno ambiente democrático, permita que pessoas desapareçam por obra de agentes do Estado. Isso é bastante grave. Não há como aceitar esse tipo de situação justamente porque se naquela época já não era possível se justificar dentro de uma ditadura o desaparecimento de pessoas, o que dizer em pleno regime democrático! Então, ter casos como o do Amarildo, que é um caso emblemático, para a gente é uma situação bastante vergonhosa de se ver ainda num Estado como o nosso. Eu sei que a nossa democracia é relativamente recente, mas não temos como deixar passar despercebida uma agressão tão grande como essa.

Notadamente, Senadora, no Estado do Rio de Janeiro, em que nós vimos que, durante muitos anos, o Estado se fez ausente, principalmente nessas comunidades, nas favelas, só subia a segurança pública para tentar coibir o tráfico, tentar coibir aquela zona cinzenta onde imperava a lei do medo. E o Estado reagiu, depois de muito tempo omisso em relação a isso, subiu, conseguiu introduzir as UPPs nos grandes morros do Rio de Janeiro, ou seja, o Estado começou a tomar conta daquela situação, retomar o poder de proteger as pessoas e conseguiu fazer com que voltassem a chegar outros serviços do Estado nessas comunidades. Passou a chegar não só a segurança pública, não só a polícia, mas também começa a chegar agora – assinamos recentemente a casa de direitos lá no Rio de Janeiro – a Defensoria Pública, que se faz presente hoje em alguns morros onde a gente faz atendimento. A partir do momento em que o Estado retoma o controle, você permite que chegue educação, que chegue saúde, enfim.

Quando o Estado passa a mostrar para aquela comunidade que está retomando o poder, que está, enfim, permitindo que a sociedade funcione regularmente, com um serviço do Estado chegando para todo mundo como deve ser, acontece uma falha, um tropeço do Estado como esse. Claro que não estamos aqui prejudgando, vamos esperar o resultado do processo criminal. O que acontece é que as pessoas passam a confiar novamente naqueles agentes, que só chegavam à bala nas comunidades, e agora chegam para fazer a proteção, aqueles unidades de polícia pacificadora, e, no entanto, desaparece uma pessoa por obra dos agentes que ali estão para fazer a própria segurança, para passar confiança àquela comunidade que passou anos a fio, repito, sob a lei do silêncio, sob a criminalidade. Então, é muito grave presenciar uma situação como essa e ver que o Estado continua falhando em situações de absoluta implantação do nosso Estado democrático.

São 50 anos desse período, há 50 anos tivemos o Golpe de 1964, mas, se pararmos para pensar e fazer uma conta matemática bastante simples, foram 21 anos de regime militar, vamos completar ainda 26 anos de democracia reinstalada e tivemos algo em torno de dois anos de transição, que foram as Diretas Já, em 1986, a Constituinte em 1987 e, na sequência, a promulgação da Carta em 1988.

É um período relativamente novo de democracia, e 21 anos de regime militar para 26 de democracia é quase 50/50, ou seja, quase 50% para cada um. Em tese, não tem tanto tempo assim que estamos respirando novamente ares de liberdade. Quando retomamos temas como esse e continuamos enfrentando situações como essa, vemos que isso nos envergonha a todos, porque é o Estado novamente cometendo as atrocidades que sabemos que ocorreram também em pleno regime ditatorial, regime militar. Então, até quando vamos realmente permitir que isso aconteça? Há o caso do Amarildo no Rio de Janeiro, há o caso do Antonio Araújo aqui, no Distrito Federal, enfim, quantos casos mais há que não sabemos? Há uma grande repercussão quando acontece na capital do País, quando acontece no Rio de Janeiro, por conta desse histórico de UPPs, de reto-

mada da liberdade nas grandes comunidades, mas quantos outros casos não acontecem que não sabemos? Até quando vamos achar isso normal ou até quando vamos pensar que, já que não é com a gente, é mais um caso? Não é esse o papel do Estado e não é esse o papel das autoridades do nosso País. Temos que enfrentar esse tema com bastante seriedade.

A partir do momento em que se tem um Estado democrático de direito funcionando, não é possível que, em plena democracia, portanto, continuemos aceitando esse tipo de situação.

Dentro desse mesmo Estado democrático de direito, a verdade é que, se o Estado falhou, o próprio Estado tem que consertar imediatamente para mostrar à sociedade que os próprios agentes do Estado também têm condições de mostrar, de dar uma resposta enérgica, uma resposta à altura, a uma falha que outros agentes do Estado praticaram. Então, é por isso que, no fundamento do Estado democrático de direito temos, no art. 37 §6º, a responsabilidade do Estado. Assim, imediatamente ao erro do Estado, o próprio Estado – temos mecanismos na nossa Constituição Federal – tem que corrigir um erro praticado por um dos seus agentes. Temos ali a possibilidade de o próprio Estado corrigir, e aí seria uma ação contra o próprio Estado, tendo em vista que seus agentes praticara atrocidades como essa. Na sequência, o Estado pode até voltar regressivamente a esse mesmo agente pelos danos ao Erário, eventualmente, que ele tiver que pagar em termos de indenização para a família seja do caseiro Amarildo, seja desse outro, o Antonio Araújo, auxiliar de serviços gerais.

Reza o art. 37, §6º, que as pessoas jurídicas de Direito Público e as de Direito Privado, prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes nessa qualidade, ou seja, na condição de agentes de Estado de segurança pública, no caso, causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos caso de dolo ou culpa.

E, se estamos falando de homicídio, de desaparecimento, não há dúvida de que há o dolo, há o homicídio, o dolo de matar. Então, o Estado tem que agir imediatamente, não só sendo acionado para reparar o dano causado a essa família – se comprovado o efetivo desaparecimento por força de agente do Estado –, como indenizando essas famílias pelo que foi feito. E aí vamos estender isso aqui para todo e qualquer cidadão brasileiro. Nós não podemos esquecer que, uma vez falhando, o Estado imediatamente tem que corrigir. O Estado, sendo visto como um corpo só, não interessa se agentes de segurança tenham falhado. Imediatamente temos o Ministério Público, temos a Defensoria, temos o Poder Judiciário para reagir a uma falha do Estado, consertar, apontar os erros e, acima de tudo, não permitir que isso novamente aconteça.

Então, temos instituições prontas para agir, para demonstrar que o Estado brasileiro tem condições de manter esse Estado democrático. Temos a OAB, que foi a grande provocadora deste debate, a OAB-RJ, temos o Ministério Público Federal, que a princípio também virá para debater – não é, Senadora? –, temos a Defensoria Pública, temos o Ministério da Justiça, o próprio Parlamento, através de suas Casas. Enfim, não podemos permitir que, mais uma vez, nos reunamos em audiências públicas para debater novos casos e isso se tornar apenas um mero ato formal da nossa sociedade organizada. Nós temos que, na verdade, com base em uma audiência pública como esta, exigir que tais situações não aconteçam mais para que não precisemos debater novamente novos desaparecidos da democracia.

Eu gostaria, então, só de tecer essas breves palavras, sem prejuízo de novos debates que venham a ocorrer nesta audiência pública, e agradecer novamente o convite feito a essa Defensoria Pública para poder, de alguma forma, contribuir com o debate.

Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem, Dr. Haman Tabosa de Moraes e Córdova, que é Defensor Público Geral Federal, pela presença. O Dr. Haman já esteve aqui outras vezes. A presença do senhor aqui hoje é muito importante porque nos ajuda a fazer a reflexão sobre esse assunto que é de uma importância tão grande.

Eu convido agora o Dr. André Fagundes Mendes, Coordenador Geral de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Mas quero, antes, lembrar que também foram convidados para esta audiência pública o Dr. Aurélio Rios, o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal – pelo que eu sei já foi confirmada a sua presença – e o Dr. Felipe Santa Cruz, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional do Rio de Janeiro.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Recebi a informação agora que ele não vai poder vir. Então, no debate, com certeza, não haverá a presença da OAB do Rio de Janeiro, que foi quem nos solicitou esta audiência pública. Mas, de qualquer maneira, o debate vai acontecer entre nós.

Então concedo a palavra ao Dr. André Fagundes Mendes. Por favor, Dr. André, também pelo tempo de 15 minutos. Fique bastante à vontade. Aqui é uma audiência pública, mas também um diálogo entre nós, portanto, podemos ir dialogando, o que vai nos ajudar.

O SR. ANDRÉ FAGUNDES MENDES (Fora do microfone.) – A minha complementa-se com ele. Podemos fazer em conjunto se a senhora permitir.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O Dr. André está pedindo para falar depois. É isso, Dr. André?

O SR. ANDRÉ FAGUNDES MENDES (Fora do microfone.) – Em conjunto com ele.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ah, em conjunto. Sim. Depois, em seguida, o Dr. Armando Quadros Neto. Então os dois vão falar conjuntamente, porque todos dois estão aqui representando o Ministério da Justiça, a Drª Regina Miki que os encaminhou para cá. E eu quero aqui aproveitar para agradecer a Drª Regina, que tem sido uma grande parceira nossa nesses debates relacionados à questão da segurança pública. Ela é uma referência para todos nesse debate, inclusive já esteve no Espírito Santo algumas vezes. Então eu quero aqui aproveitar a oportunidade também para agradecer a Drª Regina.

Então, Dr. André e, em seguida, Dr. Armando.

O SR. ANDRÉ FAGUNDES MENDES – Perfeito.

Bom dia a todos. Gostaria de saudar a Mesa e parabenizar a pessoa da Senadora Ana Rita, a quem trago um abraço caloroso, Senadora Ana Rita, da nossa Secretária Nacional de Segurança Pública, Drª Regina Miki. Como a senhora comentou agora, é uma grande parceira, e é admiradora da senhora também.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. ANDRÉ FAGUNDES MENDES – Hoje, no Ministério da Justiça, falamos não mais em cadastro de desaparecidos, e sim, num sistema. Então, através do nosso Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da nossa Secretária Nacional de Segurança Pública, em conjunto com a SDH (Secretaria de Direitos Humanos), a gente vêm alterando... Hoje o Armando Quadros dará continuidade aqui. A gente têm o Infoseg e também os cadastros de menores, mas a gente vêm fazendo alteração com o Sinesp. O que o Sinesp é? É a Lei nº 12.681, na qual vamos ter o maior sistema de segurança pública da América Latina. Nesse sistema, no que se refere a esse ponto de desaparecidos, vamos ter um registro, Senadora, no Oiapoque e no Chuí. Vai ser um único registro, ocorrência policial única. Então, ele se consolida junto com a ocorrência dos Estados; é uma forma transparente de fazer tanto análises criminais, investimentos em segurança pública, como todo um molde também no que é tratado hoje aqui, que são os desaparecidos da democracia.

Dessa forma, teremos transparência de quantos desaparecidos temos no Brasil hoje, de que forma sanar isso, de que forma trabalhar diretamente no caso. Então, por ordem da nossa Secretária, estamos trabalhando com afinco nisso. O Sinesp fica dentro da inteligência também, hoje, sempre ligado e acompanhado pessoalmente pelo Ministro e pela Secretária.

Quadros, acho que você pode complementar.

O SR. ARMANDO QUADROS NETO – Bom dia a todos. Cumprimento a Senadora Ana Rita, é uma honra estar aqui falando do tema; cumprimento o Dr. Haman e o Dr. André; bom dia a todos e todas.

Início a minha fala em complemento à do Dr. André. Farei uma apresentação também sobre o tema. Dr. Haman, Senadora, em 26 anos de democracia e 10 anos de Rede Infoseg, é a primeira vez que teremos dados de pessoas desaparecidas sendo divulgados no sistema da Rede Infoseg.

A Rede Infoseg foi criada pelo Decreto nº 6.138, de 2007, que instituiu a integração de informações criminais em todo o Território nacional. Todavia, o decreto, em nenhum artigo, trata da divulgação de pessoas desaparecidas. E nós temos, no Brasil, esse sistema da Rede Infoseg sendo demandado mensalmente por servidores de segurança pública, justiça e fiscalização, em média, com 2 milhões de consultas/mês. Complementando a fala do Dr. André, nós temos, por exemplo, um cadastro de crianças e adolescentes desaparecidos, instituído pela Lei nº 12.127, de 2009, que demanda, aproximadamente, 10 mil consultas por mês.

Então, a ideia foi inserir dados de crianças e adolescentes desaparecidos e pessoas desaparecidas, adultos, também na Rede Infoseg, enquanto o Sinesp está sendo construído, como bem falou o Coordenador a respeito da Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012.

E o Sinesp prevê, no seu art. 6º, inciso IV, a divulgação de dados de pessoas desaparecidas.

Mas nós temos uma demanda social muito forte, Dr. Haman e Senadora, pela divulgação dessas informações de forma nacional. Não podemos permitir que um registro de uma ocorrência, de um desaparecimento fique somente dentro do Estado da origem desse boletim de ocorrência. Então, através da Rede Infoseg, lançamos um primeiro ato, primeiro passo de divulgação nacional, que será complementado, concretizado a partir do Sinesp, que entrará em produção no início de 2015, integrando, de forma nacional, todos os boletins de ocorrência do País.

Enquanto isso, Senadora, aproveitamos a Rede Infoseg, que, hoje, em produção, é o único sistema que pode integrar informações de justiça, fiscalização e informações criminais, e aproveitamos a sua capilaridade,

com atualmente 60 mil usuários, demandando dois milhões de consultas por mês, para que, então, possamos divulgar essas informações de forma nacional.

Eu preparei uma apresentação junto com o Dr. André e vou explicar como essas informações chegam ao sistema nacional e como os policiais, os servidores de Justiça e fiscalização em todo o Território nacional podem ter acesso. Inclusive já posso falar aqui que, futuramente, essas informações também serão consultadas por servidores da Argentina e do Uruguai, dentro de uma integração que estamos trabalhando nos países que compõem o Mercosul.

Então, eu vou iniciar a apresentação. Ela é breve, mas eu acredito que todas as senhores e os senhores terão uma noção de como nós poderemos ajudar a encontrar essas pessoas através desse sistema.

Uma coisa, Dr. Haman, Senadora, é a investigação, o acompanhamento – eu o divido em três pilares – e a divulgação. Então, eu acredito que a Rede Infoseg, hoje, e futuramente o Sinesp, pelo qual ela será incorporada, tem um motor de busca eficiente, que pode, sim, ajudar, e muito, a encontrar essas pessoas.

Vamos lá.

Esta é a tela inicial – para quem não conhece – da Rede Infoseg. O Infoseg trata, como eu falei e vou ratificar, de informações criminais – seu escopo principal – e de fiscalização. Só para as senhoras e os senhores terem uma noção, atualmente o Infoseg possui cerca de 14 milhões de informações sobre inquéritos, processos, termos circunstanciados, mandados de prisão. São 7 milhões de veículos roubados e furtados disponíveis para consulta. Nós temos um banco, uma integração com os sistemas do Denatran, Renach e Renavam. Nós temos 55 milhões de condutores disponíveis para consulta e mais 77 milhões de veículos, totalizando a frota no Brasil hoje. Além disso, temos acesso específico, por perfil, a dados cadastrais da Receita.

Vocês podem acompanhar que, hoje, no Sisme – a Senadora fala do Sisme –, nós temos integrações com toda a frota da Argentina e do Uruguai, disponíveis também para consulta, o que pretendemos ampliar para as pessoas desaparecidas, para que as autoridades desses países possam consultar em seus sistemas as pessoas, os brasileiros que porventura venham a ser abordados ou localizados nesses países. E temos também o sistema da Interpol, pelo qual também estamos integrando todas as difusões. Atualmente, estamos na vermelha e pretendemos ampliar também para a difusão de pessoas desaparecidas.

Eu agora estou passando para a tela referente à consulta de indivíduos, que é a consulta mais demandada. De 2 milhões de consultas/mês, nós temos aproximadamente 1,5 milhão referente a consultas de indivíduos. São as consultas que ocorrem agora: enquanto estamos aqui debatendo, os policiais, os servidores estão fazendo consultas no Infoseg. Então, é a consulta mais demandada.

Por isso, Senadora, Dr. Haman, nós entendemos que, ao inserir boletins de ocorrência, informações, nessa consulta, há uma probabilidade muito maior de encontrar pessoas pelo seguinte motivo, como o Dr. André bem falou e como a Dr^a Regina também costuma falar: um cadastro é uma ilha, e não há uma conexão com outros sistemas. Então, eu volto a falar que o cadastro de criança, de adolescente desaparecido foi demandado em janeiro deste ano por 10 mil consultas/mês. Portanto, fica muito difícil comparar um cadastro específico, com um sistema dessa capilaridade, que demanda 2 milhões de consultas/mês.

Então, nós identificamos Santa Catarina como um Estado para chamarmos para o projeto-piloto, por ter uma delegacia especializada, criada recentemente no âmbito da Polícia Civil, e um projeto muito interessante realizado pela Polícia Militar, que é o SOS Desaparecidos. Haja vista esses dois programas, entendemos que seria um grande parceiro e integramos, então, os registros de boletins de ocorrência referentes a pessoas desaparecidas. Hoje todos os registros estão incorporados ao Infoseg.

Eu vou mostrar agora para vocês isso na prática.

Quando um servidor vai fazer uma consulta, ele coloca o nome da pessoa e seleciona o item “desaparecido” para agregar essa base que está sendo interoperada pelo sistema da Polícia Civil de Santa Catarina. Ao fazer a pesquisa, por Joice Iara Veiga Garcia, por exemplo, o Infoseg encontrou. Depois de encontrar, passa a uma tela que chamamos de “lista”. Há a possibilidade de se fazer o detalhamento. Então, se houver o registro de desaparecido, o sistema exibe lista com alguns dados, como nome, data de nascimento e uma lupa, que é um *link* para abrir o detalhamento dessa ocorrência. É importante também que, nessas informações, está a imagem da pessoa desaparecida. Isso é muito importante. Então, temos dados como o nome, a unidade em que foi feito o registro do boletim de ocorrência, a data de nascimento, o nome da mãe, o nome do pai, a data da geração de registro, a data do fato, a hora do fato – ali não consta, por um pequeno erro de tabulação –, o Município do fato onde foi vista pela última vez, a unidade da Federação, Santa Catarina, e o Município da delegacia.

Quando essa pessoa é encontrada – aí vem o diferencial, não basta só informar –, há uma comunicação com a delegacia que registrou essa ocorrência. Isso é muito importante. Os senhores podem perceber que há o ícone “informar localização do desaparecido”, que, ao ser acessado, remete a uma tela onde o agente vai des-

crever como encontrou a pessoa, em que condições encontrou essa pessoa. Então, há novamente um resumo dos dados do boletim de ocorrência.

Nós temos três opções que o sistema deixa claro:

1) O desaparecido é adulto e manifestou interesse em ser localizado pela família ou pelo comunicante do BO;

2) O desaparecido é adulto e não deseja ser localizado; e

3) O desaparecido é criança ou adolescente – e aí, nesse caso, a comunicação da localização é obrigatória e o sistema não disponibiliza as duas primeiras opções.

Aí, temos então, para agregar ao resumo do fato – e isso é muito importante para a estatística, para a produção do conhecimento futuro, para a própria investigação –, o tipo da localização. Foi encontrado em óbito? Foi encontrado preso ou detido? Em trânsito? Residindo ou hospitalizado?

Iniciamos com esses tipos de localização, porque no Brasil ainda não temos uma lei, Senadora, de pessoas desaparecidas. Temos de crianças e adolescentes desaparecidos, que é a Lei nº 12.127, de 2009, mas não temos ainda. Inclusive há uma minuta de projeto de lei do Deputado Valdir Colatto, do PMDB de Santa Catarina, justamente para compor o que entendemos ser uma lacuna a ser preenchida.

No caso de criança e adolescente, a comunicação é imediata. Por quê? Porque o adulto pode ter na sua vida uma mudança e buscar sair de um Estado e tentar fazer a sua em outro Estado, Dr. Haman. E aí entendemos que a divulgação de imagem, de boletim de ocorrência dessa pessoa é importante, mas o retorno para quem registrou o fato depende da conformidade dessa pessoa. Nesse caso, a desaparecida manifestou a vontade de ter a sua localização informada à família. Nesses casos, o que ocorre? Há uma comunicação, e esse é o fator mais interessante no complemento desse sistema, à delegacia. Então, a delegacia fica sabendo, Senadora, primeiro, da pesquisa. Mesmo que o agente público não informe, há uma informação de que a Joice foi pesquisada pelo servidor fulano, matrícula tal, pertencente ao órgão tal. Há uma possibilidade de a delegacia que está investigando o caso fazer uma comunicação com esse servidor, esse usuário da Rede Infoseg e questioná-lo sobre a pesquisa da Joice, se encontrou Joice, mesmo que ele não informe isso. Então, diante disso, entendemos que, se conseguirmos agregar os registros de todos os Estados dentro desse sistema, teremos uma probabilidade muito maior de encontrar pessoas desaparecidas.

Vou prosseguir.

Esta é a tela: *e-mail* enviado com sucesso para dppd-sc@pc.sc.gov.br, que é a delegacia especializada em encontrar pessoas desaparecidas em Santa Catarina.

Acredito, Senadora, Dr. Haman, Dr. André, que é o idealizador dessa funcionalidade no Infoseg, junto com a Dra Regina Miki e nosso chefe de gabinete Dr. Marcelo Barros, que, em 26 anos de democracia e 10 anos de Rede Infoseg, pela primeira vez, o Infoseg não está tratando somente de informações criminais e de fiscalização. É uma demanda social muito importante.

Por que antecipamos isso diante do Senasp? Em função dessa demanda de famílias que nos procuram diariamente, de entidades, de ONGs, cobrando efetivamente que o Estado faça mais, que não faça mais do mesmo, que faça diferente, faça algo a mais por essas famílias. Realmente, a dor de uma família que tem um ente querido desaparecido é muito grande. Tive oportunidade, Senadora, Dr. Haman, de participar de várias reuniões, tanto na SDH como no Ministério da Justiça e pelo Brasil, e me comovi muito com a dor dessas famílias. Entendo que nós, Governo Federal, devemos fazer algo diferente, devemos ir para a frente. Não basta somente divulgarmos, Senadora, informações criminais, informações de caráter fiscalizatório, e, sim, também informações sobre pessoas desaparecidas.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. André Fagundes e também Dr. Armando.

Gostaria de ter algumas questões aqui mais esclarecidas.

Primeiro, gostaria de perguntar se, na Rede Infoseg – pelo que entendi me parece que não, mas me corrijam se estou fazendo uma pergunta que já foi respondida –, ao fazer esse registro, existe algum espaço para desaparecidos após abordagem policial, por exemplo. Estou me referindo a isso porque o que nos motivou a abraçar essa campanha da OAB e também uma das razões que nos levou a fazer esta audiência pública foi esse desaparecimento pós-abordagem policial, como é o caso do Amarildo e do Sr. Antônio aqui do Distrito Federal. Pelo que entendi, a Rede Infoseg faz o registro dos desaparecidos de modo geral, crianças, adolescentes e adultos, mas não especifica, não há um espaço à parte com relação à abordagem policial. Gostaria que vocês abordassem isso. Se não tem, há espaço para isso? Está previsto pensar sobre isso?

Gostaria também que vocês pudessem nos dizer qual o perfil das pessoas desaparecidas. Dos dados que o sistema tem, qual o perfil das pessoas desaparecidas? E por que as pessoas desaparecem? Quais são as razões?

Nós sabemos, por exemplo, de alguns casos em que crianças desaparecem, saem de casa porque em casa são vítimas de maus-tratos. Então, uma das razões das crianças saírem é justamente essa. Mas esse é um dado relevante ou insignificante? Existem outras razões para esses desaparecimentos, no caso de crianças e adolescentes?

E no caso de adulto? Por que as pessoas estão desaparecidas? Aí lembro-me de alguns casos. Há pessoas que têm algum problema de saúde mental, saem de casa e se perdem, a família busca e dá aquela pessoa como desaparecida, porque tem um quadro clínico, de saúde, que levou essa pessoa a sair de casa.

Então, gostaria de saber, de um modo geral, qual o perfil dessas pessoas desaparecidas, sejam elas crianças ou adolescentes, sejam elas adultas.

Também pergunto: é possível evitar esses desaparecimentos? Que tipo de reflexão ou de contribuição o Ministério da Justiça pode nos oferecer, se é possível oferecer? Aí volto a citar o exemplo do caso do Amarildo e do Antônio. É possível evitar isso? No caso do Amarildo há um envolvimento real de policiais; no caso do Antônio há indícios de envolvimento. É possível evitar isso?

Há dados sobre o número de pessoas desaparecidas que foram localizadas por meio da Rede Infoseg? Gostaríamos que vocês detalhassem um pouco isso.

A partir da experiência, do trabalho realizado pelo Ministério da Justiça, quais os dados que vocês poderiam nos fornecer aqui agora?

O SR. ANDRÉ FAGUNDES MENDES – Senadora, especificamente, a primeira pergunta, na qual a senhora retrata o cadastro após as abordagens, o nosso cadastro, a princípio, é realizado pelo solicitante, que é a vítima, a mãe da criança ou do maior, que vai a uma delegacia de polícia. Isso não está nacionalmente pronto, porque vai ser feito pelo Sinesp. Lá vai ser consolidado. Porém, o número após a abordagem não temos.

No caso do Amarildo, especificamente, que é a grande preocupação da Mesa, se a família soubesse que o Amarildo foi abordado – que é o caso – ficaria fácil. Se a família não souber que o Amarildo ou o João ou qualquer outro cidadão brasileiro tenha sido abordado, no registro do desaparecimento ela não saiba disso, vai ser registrado. E caso haja boletim de ocorrência ou boletim de acompanhamento policial ou haja algum indício, far-se-á a conexão. Mas em princípio não tem essa conexão. Por quê? O policial que faz essa abordagem obrigatoriamente tem um registro de que fez a abordagem, com o quantitativo de pessoas. Se ele faz uma condução normalmente, ele também faz um BO – é BO, não é, Quadros, o nome correto?

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Boletim de Ocorrência?

O SR. ANDRÉ FAGUNDES MENDES – Não é de ocorrência, porque é militar. Usa-se o BOP, que é o transcurso daquele cidadão até a unidade para averiguação, por n motivos, naquele local em que a guarnição está em diligência.

Então, o registro, o pós-saber não vai ser feito via conexão, mas não porque... Quando o cidadão for ali registrar uma ocorrência, vai ser feita a conexão, mas se ele não souber vai demorar um pouquinho mais essa informação para chegar. É feita, sim, mas isso será consolidado não hoje. Isso vai ser consolidado agora, que já tem produção, pelo Sinesp, como um banco, um sistema nacional, como eu citei antes, que é o maior sistema de segurança pública do País.

Por favor, Quadros.

O SR. ARMANDO QUADROS NETO – Senadora, Dr. Haman, prezados, o que nós acabamos de observar aqui é um primeiro passo, uma tentativa. Como o Dr. André falou, o Sinesp virá para englobar, encampar todos os registros de ocorrência do País e padronizar também os boletins de ocorrência dos Estados, que não possuem um padrão.

O que observamos aqui, na apresentação, é um extrato do boletim de ocorrência. Dr. Haman, acho que o senhor também não conseguiu perceber ali o resumo, o fato, o como, e, sim, onde, quando, quem. As perguntas básicas que são importantes, Dr. Haman, durante a abordagem, certo? Para maiores informações, há o número da delegacia especializada, o e-mail de contato do delegado responsável.

Então, identificamos duas demandas: uma, para a ação imediata, e outra, mediata. A mediata é o Sinesp, a Lei 12.681; a imediata é essa ação que estamos fazendo dentro da Rede Infoseg. Inclusive, Dr. Haman, o Estado do Rio de Janeiro celebrou um acordo de cooperação técnica para integrar, da mesma forma que Santa Catarina também celebrou um acordo de cooperação técnica, assim como Sergipe e Espírito Santo, e já estamos tratando com o Paraná, Alagoas e Goiás, por quê? Porque os Estados identificaram que essa forma de ação imediata pode trazer resultados.

Como integramos as informações de Santa Catarina em dezembro de 2013, muito recentemente, não tenho, Senadora, um dado para trazer sobre a eficiência dessa busca dentro da Rede Infoseg, mas tenho certeza de que, após um período, até o final deste ano, por exemplo, teremos bons resultados sim. Estamos fazendo,

agora, um trabalho de divulgação e tentando fazer com que outros Estados celebrem acordos de cooperação técnica com a Senasp, para que possam ratificar o envio dessas informações.

Então, temos ali um extrato do boletim de ocorrência, informações pontuais para que haja essa comunicação entre o agente que, por exemplo, está lá na fronteira do Acre, abordando um veículo, com quatro femininas e um motorista, e elas, sob ameaça, por exemplo. Ao consultar a Rede Infoseg, ele pode, de repente, encontrar, dentro desse veículo, uma desaparecida de Santa Catarina, o que, antes, não era possível, Senadora. Não tínhamos uma interoperabilidade dos sistemas para fazer esse tipo de comunicação. Assim como fizemos com Santa Catarina, então, pretendemos fazer com todos os Estados até a integração junto ao Sinesp.

Da abordagem o Dr. André tratou.

O pós-abordagem, Senadora, é essa comunicação do agente público ou da delegacia que inseriu os dados no Infoseg.

Perfil. Senadora, trabalhei na construção do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes desaparecidos da Lei 12.127, em parceria com a Secretaria dos Direitos Humanos. O Cadastro, hoje, possui aproximadamente 500 crianças e adolescentes desaparecidos. Foi inaugurado em 25 de março de 2012. Então, veja só, é um Cadastro que já tem dois anos e possui somente, aproximadamente, 500 crianças e adolescentes desaparecidos. Por que isso ocorre? Porque não se comunica com os outros sistemas, depende de uma inserção à parte, e isso é uma perda de tempo, isso não é eficiente, não é eficaz. Demanda que o agente público faça duas consultas: uma, na Infoseg, que é a plataforma mais usada hoje, e, depois, ele abra um *site*, vá fazer pesquisas, que também não são tão eficientes, quando a Infoseg possui motor de busca fonética e outras funcionalidades que agregam valor durante a pesquisa. Por isso, precisamos agregar tudo numa única plataforma. Esse é o objetivo do Sinesp. Mas ratifico, Senadora, Dr. Haman, não podemos esperar. Não podemos esperar. Precisamos fazer algo. E isso está sendo feito pelo Ministério da Justiça, através da Rede Infoseg. É a ação que digo imediata.

Voltando a falar de crianças e adolescentes desaparecidos, Senadora, o sistema foi concebido, e vou falar rapidamente agora, em vários campos. A introdução era sobre o desaparecimento da criança e do adolescente. Ele tinha um campo muito específico, que é a situação pela qual se acredita que essa criança ou adolescente desapareceu. Quando chegava o retorno, porque algumas crianças e adolescentes foram encontradas através do Cadastro –, fazia-se a pergunta à criança, ao adolescente sobre por que desapareceu, e mudava-se o motivo aparente para maus-tratos.

Então, o que nós temos? Eu não estou mais na gestão do Cadastro, ele está sendo integralmente administrado pela Secretaria de Direitos Humanos, mas eu posso falar para a senhora, com toda a certeza: quando a criança é encontrada e é entrevistada pelo Conselho Tutelar, ela acaba revelando, Senadora, que sofria maus-tratos e, por isso, abandonou o lar, fugiu.

Mas esse retorno nós estamos implementando agora na Rede Infoseg e vai ser contemplado também pelo Sinesp.

Senadora, nós temos todos os registros de Santa Catarina, e agora, como eu disse à senhora, o Estado do Rio de Janeiro, o Estado do Espírito Santo, Sergipe celebraram acordo de cooperação técnica, com interesse também de colocar informações de crianças, adolescentes e adultos dentro do Infoseg. Goiás, Ceará, Alagoas e Paraná também já estão conversando com a Rede Infoseg, para que possam integrar essas informações à nossa plataforma,

O SR. ANDRÉ FAGUNDES MENDES – Senadora, só para complementar, é uma preocupação do Governo Federal como um todo, em todas as suas políticas, através da SDH e do Ministério da Justiça, conseguir consolidar e fazer esse mapeamento dos motivos pelos quais tanto crianças quanto adultos são desaparecidos, principalmente para dar uma resposta imediata com as políticas ideais, tanto sociais, no caso de uma criança desaparecida por maus-tratos, quanto de forma pontual, como fazemos na parte criminal. É preciso transformar isso – que não deixa de ser criminal, quando se trata de maus-tratos – em políticas públicas pontuadas, como trabalhamos, em parte criminal, manchas criminais. Mas com trabalhos efetivos e direcionados para aquelas áreas, de acordo com o índice de desaparecidos por região.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito bem.

Quero aqui agradecer.

Eu gostaria ainda de fazer mais alguns questionamentos, mas antes quero registrar a presença do Senador Cristovam Buarque, que é membro desta Comissão de Direitos Humanos e tem sido grande parceiro.

Senador Cristovam Buarque, nós estamos aqui discutindo um pouco o tema dos desaparecidos da democracia, em função dos autos de resistência, em função de alguns fatos ocorridos recentemente dos quais a Comissão de Direitos Humanos tem feito o acompanhamento. Então, nós estamos debatendo esse tema.

V. Exª gostaria de se manifestar agora? Se não, eu iria fazer outra pergunta.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Pode fazer.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Todos já se manifestaram. Então, eu gostaria de ouvir também a opinião do Dr. Haman, do Dr. André e do Dr. Armando.

Quando nós falamos na questão dos autos de resistência, eu tenho uma opinião sobre isso. Mas eu gostaria de ouvir a opinião de vocês a respeito disto: deveria haver modificação legal no tratamento do auto de resistência?

Eu me lembro aqui agora, por exemplo, do caso da Cláudia, uma mulher que foi abordada por policiais – aliás, nem foi abordada: foi vista, recebeu tiros, foi colocada no porta-malas de um carro da polícia e, depois de cair do porta-malas, foi arrastada. Esse caso todo mundo conhece. Mas a questão é que não houve nem diálogo entre a Cláudia e os policiais. Isso se chama auto de resistência? Qual é a concepção de auto de resistência que a polícia tem e que nós temos? Eu queria ouvir a opinião de vocês, a opinião da Defensoria Pública a respeito disso e também a opinião do Ministério da Justiça.

O SR. HAMAN TABOSA DE MORAES E CÓRDOVA – Bom, Senadora, em 2007, houve alteração no Código de Processo Penal para inserir a obrigatoriedade de defensor público nos autos de flagrante. Então, eu acho que, no caso dos autos de resistência, com mais razão ainda, a Defensoria Pública, como esses casos acontecem com mais frequência com pessoas carentes... Quem tem condições de contratar um advogado naturalmente está bem inserido na sociedade e, rapidamente, se houver um problema com a polícia, imediatamente pega o telefone, o celular, liga para o seu advogado e imediatamente o advogado está na delegacia.

Essa não é uma realidade das pessoas pobres do nosso País, que necessitam de Defensoria Pública. É claro que falar em nome próprio é suspeito, mas não consigo ver... Não temos defensores públicos em quantidade suficiente para, quando ocorrerem situações como essa, imediatamente ser acionada a Defensoria para chamar um profissional qualificado e apto a ver como se deu esse auto de resistência e em que circunstâncias.

Então, assim como foi feito em 2007 com o Código de Processo Penal, no que diz respeito aos flagrantes, às prisões em flagrante, acho que também poderia e deveria ser alterado o Código de Processo Penal para também exigir a presença da Defensoria Pública nos casos em que basicamente é a palavra do agente público contra a palavra daquela pessoa que supostamente está resistindo a uma agressão ou a algum ato do Estado.

A minha colaboração seria nesse sentido de que nós possamos ter mais defensores públicos no País. Nós da Defensoria Pública da União atuaríamos perante as delegacias da Polícia Federal, e os defensores públicos estaduais perante as delegacias de Polícia Civil.

O SR. ANDRÉ FAGUNDES MENDES – Senadora, essa é uma grande preocupação em nível principalmente do Ministério da Justiça, tanto que estou com um relatório aqui que foi feito na semana passada exatamente dessa demanda que a senhora traz.

Nesse relatório, como cada Estado tem sua independência e temos que respeitar isso pelo Pacto Federativo, hoje, na questão de nomenclatura de registro de ocorrência policial, temos 12 Estados que não estão adequados ainda. Eles citam, por exemplo: “Resistência seguida de morte. Auto de resistência seguido de morte.” Mas nós temos também todos os demais Estados que já registram como homicídio esse fato ocorrido.

E também, consequentemente, a gente trabalha no fortalecimento das corregedorias, que é uma forma, um mote mais preciso de você punir esse profissional que está sendo leviano. Em vez de ele estar protegendo a sociedade, que é nossa grande meta, ele a está desprotegendo.

Então trabalhamos nestas duas frentes: alterações de nomenclatura e sistematização. E sistematicamente volta para o Sinesp, como comentamos antes. Então estão sendo feitas as nomenclaturas padronizadas pelo Sinesp. Faltam 12 Estados ainda a serem padronizados. E as corregedorias estão sendo fortalecidas sistematicamente também, com investimentos tanto de capacitações quanto investimentos financeiros nas suas estruturas em nível nacional.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Srª Presidente, o simples fato de chamar a atenção para esse assunto nesta Comissão já justifica a existência dela.

Além disso, a fala dos diversos palestrantes, que tive a oportunidade de assistir pela assessoria e pela televisão, mostra que a gente precisa esclarecer, cada vez mais, a população sobre esses desaparecidos da democracia por força do Estado, que é, sobretudo, o que vocês falaram.

Mas eu queria falar também em outros desaparecidos. Os desaparecidos mesmo, que evaporam, sobretudo crianças e adolescentes, adultos e idosos, não por força do Estado, mas o Estado tem obrigação de participar da localização, da reinserção dessas pessoas.

É nesse sentido que queria ouvir uma opinião sobre um projeto de lei que tenho que obriga as televisões, no horário nobre, durante um minuto, a colocar fotos de desaparecidos. Não sei se a gente vai conseguir aprovar, porque vão calcular quanto custa um minuto para a televisão. É capaz de quererem cobrar do Governo

esse um minuto, vão dizer que é outra Voz do Brasil, mas eu gostaria de ouvir a opinião, se isso teria um impacto, um efeito no caso da identificação, da localização dos desaparecidos, sobretudo crianças.

É muito dura a perda de uma criança por morte, mas é igualmente dura a perda de uma criança por desaparecimento, como a gente vê todos os dias acontecendo. Da maior parte dos casos, a gente nem toma conhecimento, não sabe; fica uma coisa restrita à família e aos amigos, que sofrem ao longo de anos, décadas, às vezes, para sempre, sem saber onde está o seu filho, o seu irmão, o seu parente.

Então, eu gostaria de saber a opinião sobre o projeto, se isso traria algum impacto, algum efeito: todo dia, durante um minuto – não precisa mais do que isso; pelo menos isso; claro, se quiserem colocar mais também –, colocarem fotos de crianças e adultos desaparecidos. Essa é a minha pergunta.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Ministério da Justiça, Dr. André.

O SR. ANDRÉ FAGUNDES MENDES – Senador, eu falarei aqui pelo Ministério da Justiça e em minha opinião pessoal também: fantástico. É maravilhosa a proposta. Esse índice de divulgação em massa, não conheço nada mais eficaz. Maravilhoso. Excelente, a proposta.

O SR. ARMANDO QUADROS NETO – Voltando, como bem falou, V. Exª acompanhou a nossa apresentação inicial, com certeza, Senador, se nós tivermos um repositório único onde as informações das pessoas – crianças, adolescentes, adultos e idosos – forem interoperadas por sistemas de massa e divulgação nos principais veículos de comunicação, como o Senador bem coloca, um minuto na televisão, nos principais canais, na Rede Infoseg...

Como eu falei inicialmente, em 26 anos de democracia, em 10 anos de Rede Infoseg, pela primeira vez, o Governo Federal coloca informações de pessoas desaparecidas num sistema que demanda 2 milhões de consultas por mês. Eu acredito, Senador, com toda a certeza, que esse seria o próximo passo. Primeiro, divulgamos informações de pessoas desaparecidas através do maior sistema que temos hoje de informações de segurança pública; futuramente, no Sinesp. Certo?

É evidente que o cidadão não tem acesso ao Infoseg. Então, nós precisamos divulgar essas informações também. Nos casos, para pessoas adultas são autorizadas as divulgações dessas informações. No caso de crianças e adolescentes desaparecidos, pela Lei nº 12.127, a publicidade desse dado é primordial, fundamental para a própria divulgação.

Então, Senador, eu posso dizer com toda a certeza que o projeto seria um sucesso, pois nós atingiríamos dois pilares: as pessoas que não têm acesso ao Infoseg, que não fazem parte do corpo de servidores do Infoseg, que hoje são 60 mil após o cadastramento, e também a divulgação nos veículos de comunicação em massa.

Por que eu digo isso? Porque, voltando a falar do cadastro de crianças e adolescentes desaparecidos da Lei nº 12.127, de 2009, que atualmente tem 500 crianças cadastradas em dois anos de funcionamento – somente em Santa Catarina nós já temos cadastradas mais de 2 mil crianças e adolescentes desaparecidos, só em Santa Catarina, enquanto o cadastro é nacional da SDH –, nós estamos agora num trabalho com a SDH, que se iniciou semana passada, passando as informações, Senadora, de todas as crianças e adolescentes desaparecidos para agregar ao cadastro da criança referente à Lei nº 12.127.

Por que eu digo isso? Porque há a necessidade de termos um repositório único, Senador. Há necessidade de o sistema, enfim... Eu penso tecnicamente, certo? Vamos supor: uma emissora que venha a divulgar essas informações tem que ir a um repositório único. Então, hoje, ela iria ao Infoseg, pegaria as informações das crianças e adolescentes desaparecidos e dos adultos cujos dados for autorizada a divulgação, e divulgaríamos na televisão, nos jornais, na conta de luz, como temos aqui na CEB, no Distrito Federal, e na Celesc, em Santa Catarina.

Há a necessidade de um repositório único. Para quê? Quando houver o encontro dessa pessoa desaparecida, serem informadas as causas, as condições em que ela foi encontrada e dada a baixa, para que ela saia automaticamente de todos os veículos de divulgação, da televisão. Então, no dia seguinte, no horário nobre, dentro desse minuto, não apareceria mais o registro daquele cidadão que foi encontrado. No Infoseg, também não mais, e no sistema local do Estado também não mais.

Então, o que nós identificamos, dois anos trabalhando nesta pasta, com a parte de desaparecidos, são vários cadastros de entidades, de ONGs, que não se comunicam, que duplicam, que triplicam informações divergentes, porque quando você tem uma baixa no sistema do Estado, você não tem uma baixa no cadastro da ONG. Então, há um certo atropelamento de informações que não são eficientes para divulgação; não digo nem para investigação, mas para divulgação, para encontrar pessoas.

Senador, eu acompanhei o trabalho e dor dessas mães. A principal reivindicação delas era justamente isto: uma ação mais efetiva do Governo Federal na divulgação e no acompanhamento. Bem, o acompanhamento e a investigação eu entendo seja um pilar – certo? –, e a divulgação, um outro, justamente porque a Rede Infoseg não tem essa competência. A competência dela é para divulgar informações. Então, volto a falar: em dez anos de Rede Infoseg, é a primeira vez, desde dezembro do ano passado, que nós estamos divulgando.

Santa Catarina foi escolhido como Estado-piloto em função do trabalho que faz, que é muito bom, assim como Paraná também e outros Estados, mas escolhemos Santa Catarina em função de um trabalho realizado pela PM e pela Polícia Civil, em conjunto, o que é até um pouco difícil de a gente encontrar em outros Estados. Então, pretendemos, agora, ampliar para outros Estados: Rio de Janeiro, aqui representado pelo Dr. Haman – o Secretário Beltrame já assinou um acordo de cooperação técnica com a Senasp –; Espírito Santo e Sergipe, porque entenderam que essa ação imediata pode trazer resultados; e temos aí também Goiás, Ceará e Alagoas já estudando uma forma de integrar as informações de pessoas desaparecidas no Infoseg.

Então, eu acredito que o seu projeto de lei é excelente e vem justamente para dar o segundo passo numa divulgação. Primeiro, a divulgação aos agentes públicos de todo o País. É inconcebível, Senador, que um registro de pessoa desaparecida feito em Santa Catarina, ou no Rio de Janeiro, ou em Sergipe, ou Espírito Santo não possa ser acessado em outro Estado da Federação, não possa ser acessado, por exemplo, por um policial rodoviário federal que está fazendo o patrulhamento em uma rodovia federal, no Estado do Acre, não possa ter acesso, ao abordar um veículo com femininas dentro dele que, de repente, poderiam estar sendo levadas para fora do País para exploração sexual, que ele não possa identificar que uma delas tenha, sim, um registro de ocorrência de desaparecimento lavrado pela Polícia Civil de Santa Catarina.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E não pode, por quê? Por razões técnicas?

O SR. ARMANDO QUADROS NETO – Antes, por razões técnicas. Agora, por esse trabalho da Dr^a Regina e do Dr. André, nós estamos conseguindo conversar com os Estados. Começamos isso no segundo semestre de 2013. Já temos quatro acordos de cooperação técnica celebrados. Há uma dificuldade técnica, Senador, eu preciso falar isso. Até a própria Rede Infoseg sente muito isso, com relação à atualização de dados criminais dos Estados por suas deficiências técnicas. E aí eu posso dizer que os Estados das Regiões Norte e Nordeste, por exemplo, atualmente, apresentam certa dificuldade de comunicação dos dados criminais e também, futuramente, com relação a dados de desaparecidos. Mas nós estamos trabalhando, Senadora, ajudando os Estados, fornecendo condições tecnológicas para que eles possam abraçar a causa e integrar essas informações. Então, não estamos fazendo mais do mesmo. Realmente, há uma inserção de informações novas.

Nós entendemos que as informações de pessoas desaparecidas, neste momento, é primordial. E, com o seu projeto de lei, eu entendo que seria um segundo passo fantástico, mas com um detalhe: um repositório único. Essa, no meu entendimento, é a chave da questão. Nós precisamos ter esse repositório no Governo Federal e as ONGs, as entidades acessando essas informações e divulgando aquelas de direito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Só uma pergunta...

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Cristovam Buarque, antes, eu quero convidar para compor a Mesa o Dr. Aurélio Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal.

Seja bem-vindo, Dr. Aurélio. *(Pausa.)*

Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Duas coisas: a primeira é que, ao ouvir essa apresentação, me fica claro como é importante termos uma secretaria nacional para a criança. Nós temos secretaria dos negros, das mulheres, temos a Funai para os indígenas e não temos a da criança. Não há nenhum órgão do Governo Federal preocupado diretamente com a criança. Na hora de enfrentar o problema da prostituição infantil, é a Polícia Federal, é o Ministério do Trabalho, Direitos Humanos, tudo perdido e misturado. Não tem uma pessoa a quem a Presidenta possa chegar e dizer: “Eu quero resolver esse problema”. Ela não tem.

Eu me lembro de que, no começo do Governo Lula, eu sugeri, até chamei de xerife: escolha uma pessoa e diga que em seis meses é para resolver esse problema, se não resolver, ponha outro depois. A ideia é criar uma secretaria especial para a criança.

Segundo, uma pergunta: que órgão vocês recomendariam que fornecesse para as televisões essa lista? No caso do horário eleitoral, o TRE e o TSE mandam, mas, no caso da lista de desaparecidos, que órgão prepararia a lista?

O SR. ARMANDO QUADROS NETO – Senador, como foi explicado anteriormente pela Lei 12.681, de 2012, do sistema Sinesp, o qual nos pertence, seria o nosso sistema de segurança pública da América Latina. Nele vão ser consolidadas todas as ocorrências nacionais. Então, do Oiapoque ao Chuí, por exemplo, se a vítima, a família registrou a ocorrência, nesse sistema vai estar tudo consolidado. A gente pode trabalhar pelo conselho gestor do Sinesp esse melhor percurso. Nele estarão consolidados todos os desaparecidos do Brasil. Através dele também nós vamos ter um número real confirmado, inclusive da entrada, e a proposta é que... Muitas vezes também a família, quando encontra seu ente querido, não volta ali para dizer que encontrou. Então, fica ali aquela malha suja. E a ideia é que o cidadão comece a também fazer a parte educacional pela própria natureza

e fale: “Minha filha foi encontrada”. Dentro desse sistema, é a única forma mais transparente de ser baixada. Aí seria feita através de ONGs, há várias formas. Mas o conselho gestor traria essa forma mais transparente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Porque no projeto de lei está escrito: “Art. 3. As emissoras e os canais de televisão utilizarão material institucional produzido especificamente com essa finalidade.” Eu não coloquei quem produziria esse material. Talvez seja uma falha que no processo seja preenchida. Então, na sua ideia seria o Sinesp.

O SR. ARMANDO QUADROS NETO – O Sinesp.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – E todos estão de acordo?
Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque.

Vou conceder a palavra agora ao Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público, Dr. Aurélio Rios, para que faça também uma exposição a respeito desse tema que a Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado se propôs a debater, considerando a campanha que a OAB do Rio de Janeiro já lançou lá no Estado, está em execução, e nós queremos dar amplitude a esse debate, que é uma campanha a respeito dos desaparecidos da democracia, pessoas reais, pessoas invisíveis. Aqui, Dr. Aurélio, já conversamos um pouco a respeito dos desaparecidos adultos, crianças e adolescentes, mas o centro desse debate também é referente aos autos de resistência. Então, nós gostaríamos de que V. Sª, se possível, também abordasse esse tema para que tenhamos aqui uma reflexão também a respeito desse assunto.

O SR. AURÉLIO RIOS – Muito obrigado, Senadora Ana Rita.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – O senhor terá 15 minutos. Se houver necessidade, nós poderemos ampliar.

O SR. AURÉLIO VEIGA RIOS – Eu agradeço. Peço desculpas mais uma vez. Tive outro compromisso um pouco mais cedo. Agradeço e parabeno pela oportunidade, Senadora Ana Rita, desse encontro. Queria também cumprimentar o Senador Cristovam Buarque, um dos poucos na Casa que eu posso dizer que é meu Senador, porque sou eleitor em Brasília e foi um dos votos que dei na campanha sem nenhum favor. Queria também já cumprimentar os demais membros da Mesa.

Este tema: “Os Desaparecidos da Democracia” remete a uma questão muito importante: o quanto a ditadura militar, o quanto o Estado autoritário fincou raízes fortes no País. Joaquim Nabuco já falava a mesma coisa da escravatura: que o regime de escravidão no Brasil entranhou-se de tal modo na alma e no proceder dos brasileiros que demoraria muito tempo para que as marcas da escravidão se afastassem do País. E ele tinha absoluta razão. Estamos, ainda hoje, discutindo cotas, a integração da população negra. Estamos falando de violência e falamos de uma população que majoritariamente é vítima da violência, que são jovens de 18 a 25 aos, quase todos negros, quase todos moradores de periferia. Isso mostra que, além da desagregação social, essas formas culturais de demonstração de violência se mostram em todas as instituições.

Por mais que se avançou na questão da segurança pública, não podemos nos esquecer de que ela também está baseada em um sistema autoritário, e a estrutura, especialmente das polícias militares, reproduz muito o funcionamento dos órgãos de repressão da ditadura, inclusive com a ideia que se vê agora, nas manifestações de rua, de tratar os manifestantes primeiro como vândalos, depois como terroristas.

Não é nada diferente do discurso de 50 anos atrás, se voltarmos e virmos como as pessoas tratavam os manifestantes que estavam no famoso comício da Central do Brasil. É a mesma coisa, não mudou muito o discurso. Também, as instituições, especialmente na parte da segurança pública, não avançaram com a velocidade que imaginávamos. E essa crítica tem que ser feita, porque precisamos avançar muito mais.

Nós não só temos os desaparecidos, mas temos as pessoas que são executadas sumariamente pela Polícia, que exerce quatro papéis: de investigador, de promotor, eles mesmo fazem o papel de defensor, juiz e executor, inclusive de uma pena proibida pela Constituição, que é a pena de morte. Isso, Senadora, gera obviamente problemas graves.

E a questão dos desaparecidos se deve não só às crianças e adolescentes, mas também a adultos, especialmente adultos em situação de vulnerabilidade, como ocorreu e tem ocorrido com uma frequência irritante no Estado de Goiás, o que gerou a propositura do IDC nº 3 (Incidente de Deslocamento de Competência nº 3) exatamente em razão do número de pessoas desaparecidas. Acerca de alguns desaparecidos, havia relatos e testemunhos de pessoas que viram como essas pessoas desapareceram dizendo que elas entraram em um camburão da Polícia Militar e nunca mais foram vistas. Então, esse modelo de desaparecimento também não é diferente disso. O que muda é o *status*, estamos falando de desaparecidos na democracia.

Temos que fazer um debate sobre a qualidade da nossa democracia e a intensidade das mudanças institucionais que foram ou não foram feitas e que levam a esse processo. E esse processo também só se reproduz com intensidade na medida em que ele é legitimado pela prática e pela impunidade. A partir do momento

em que não se punem efetivamente, especialmente os grupos paramilitares ligados a esse tipo de desaparecimento, isso complica muito.

A questão dos autos de resistência entra nesse ponto. Quer dizer, criou-se a ideia de que a vítima, quando está em confronto com a polícia ou morre em razão do confronto, passa a ter um procedimento simplificado. Então, os autos de resistência dispensam perícia, dispensam toda prova, dispensam testemunhas. A pessoa morreu, e se fazem aqueles autos como se ela tivesse resistido a isso.

O curioso é que, quase sempre, esses autos de resistência, naqueles poucos casos em que se consegue fazer perícia, mostram que, na verdade, se trata de execução sumária. Como é que uma pessoa resiste levando um tiro na nuca a um ou dois metros de distância? Que resistência foi essa? Então, do ponto de vista ontológico, já temos uma imensa dificuldade de compreensão disso. Depois, o instrumento é o da impunidade, porque essas pessoas que participaram fazem duas crueldades: a primeira é transformar a vítima em bandido; e, sendo bandido, especialmente traficante, pode ser assassinado, pode ser executado. E essa é a raiz de grande parte da violência que estamos vendo, ou seja, o processo de criminalização posterior da vítima, ainda que não haja nenhum registro criminal em relação a isso e, obviamente, o tratamento diferenciado que as polícias dão nas *blitze* e mesmo no cumprimento de mandato judicial. Aliás, mandato judicial só serve para uma determinada categoria ou grupo social de pessoas. Provavelmente em nossas casas, se formos ter alguma invasão policial, ela será antecedida de um mandato judicial. Estou seguro disso. A classe média tem essa proteção.

Hoje o Estado democrático de direito funciona seletivamente, mas não é assim que a polícia age na favela. Não é assim que ela entra na casa das pessoas na periferia. Ela não presume a boa-fé como quer a Constituição e esta ideia de já chegar atirando, de tratar o tráfico como guerra tem gerado vítimas, que se conta a centenas.

Isso também gera outro problema para a própria polícia, como já se verifica: a revolta e a violência maior também por parte da população em relação às autoridades públicas. Isso também mina a autoridade que, em um Estado democrático, você tem que ter para as pessoas que exercem legitimamente o poder.

A questão dos autos de resistência talvez seja o exemplo clássico dessa separação: de que nós temos duas categorias de investigação. Uma investigação cometida fora de um confronto ou de uma situação de resistência da pessoa com relação à atuação da polícia e o inquérito policial para os outros indivíduos em que não há a intervenção direta da polícia.

Então o CDDPH, ao baixar a Resolução nº 8 – da qual tenho orgulho de ter sido o relator –, recomendamos a extinção de todos os autos de resistência no País, determinando que a perícia seja feita de forma independente. Esse é outro ponto. Não podem ser os policiais que participaram da operação os peritos para averiguar isso. Imediatamente essas pessoas têm que ser recolhidas, afastadas, as armas têm que ser periciadas, o local do crime tem que ser preservado para que seja feita a perícia e, evidentemente, se essas pessoas puderem ser removidas pelo Samu, por uma ambulância, é muito melhor do que ser removidas por camburão.

Agora mesmo se verificou neste triste caso da cidadã Cláudia, lá no Rio de Janeiro, que os policiais que participaram disso já respondiam a vários autos de resistência e continuaram operando do mesmo modo, porque não houve nenhuma consequência.

Então a ideia de que o primeiro socorro deve ser prestado pelo camburão pode ser outro problema. A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo baixou a Resolução nº 5, que também acolhe a recomendação do CDDPH, afastando os policiais desse primeiro socorro, no sentido de que, sempre que for possível, o melhor é que as pessoas sejam levadas para o hospital, depois de feridas em combate ou resistindo, por meio de uma ambulância. Até porque muitas das pessoas morrem curiosamente com trajetos muito interessantes. Às vezes o confronto se dá a dez minutos do hospital mais próximo e se leva uma hora, uma hora e meia para se chegar ao hospital. E se chega exatamente no último suspiro, quando já não se pode fazer mais nada e aí, pronto, já se desmontou o cenário do crime.

Em princípio, prestou-se socorro e ao médico só caberá fazer o registro de óbito, ficando as consequências para os familiares, que terão que fazer dois grandes trajetos. O primeiro, reconstruir a história do morto, do seu parente, do seu irmão, do seu filho. Recontar a história significa eu dizer: meu filho não é bandido. Meu filho nunca teve ocorrência. Meu filho tinha carteira de trabalho, tinha um emprego. Porque, a partir do momento em que ele morre nessa situação, ele é um traficante. E nós temos que lembrar que os traficantes podem ser mortos. E são mortos e sem nenhuma investigação nem sobre a condição verdadeira deles nem se nós, de algum modo, autorizamos a pena de morte, que foi banida pela Constituição brasileira.

Então a ideia da extinção completa do auto de resistência tem que ser contaminada no País inteiro; ela tem que se incorporar às práticas policiais, porque ela não só é autoritária como também é um instrumento de impunidade e da violência estatal sobre o cidadão. E nós estamos aqui falando da questão clássica. Toda ideia da Constituição nasce, primeiro, de uma questão tributária, de limitar o poder do Estado de tributar ou criar taxas excessivas em cima do cidadão. E a outra questão importantíssima, que veio logo depois, é a declaração

de direitos civis, direitos de que a cidadania se dá e se completa para além do Estado, e que nenhuma força policial, nenhum agente do Estado pode ter mais poder, em princípio, do que o próprio cidadão.

O cidadão não é menos cidadão do que um Senador, do que um Procurador da República, do que um funcionário público, por mais graduado que ele seja. Essa ideia da isonomia acompanha as constituições clássicas, a declaração dos direitos do homem, do cidadão.

Então, essa ideia de que nós empoderamos certas forças policiais ou forças de segurança pública e as deixamos sem controle tem levado a centenas de mortes e é um processo de memória e verdade em que todas essas famílias têm que recontar sua história. Primeiro, para que possa moralmente redimir a sua pessoa querida, que foi morta dentro desse confronto e, segundo, porque é quase impossível fazer com que haja um inquérito para investigar a autoria desse delito e tentar, então, buscar a punição por parte daqueles agentes responsáveis, o que raríssimas vezes ocorre, até porque a cena do crime foi completamente modificada. O que era uma resistência, depois, quando vier o laudo, já não terá como ser dito, não há testemunha de nada.

A ideia de que nós no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana tivemos foi a de chamar a atenção. Essa recomendação, por força da lei, que dá ao Conselho de Defesa dos Direitos Humanos talvez mais um poder simbólico e moral, mas é um poder importante de alertar a sociedade e dirigir essa ideia para os sistemas de segurança pública de que nenhum policial está acima da lei.

A questão do auto de resistência tem que acabar porque qualquer morte, qualquer ferimento, qualquer crime de ação penal pública incondicionado demanda, por parte do Estado, uma investigação feita por peritos independentes, que, se possível, e que obviamente não podem ser os mesmos da operação. E o desdobramento disso significará fazer com que o inquérito aconteça, que as pessoas que testemunharam possam ter a liberdade de fazer isso.

Hoje, não se presta depoimento porque as pessoas têm medo. Quem testemunha um auto de resistência, um confronto entre um policial e um cidadão, em que ele é morto, não vai falar. As medidas de retaliação são claras, porque não raras vezes eles também executam essas pessoas, exatamente para que não haja prova delas. E obviamente essas pessoas têm que ser identificadas e imediatamente afastadas. Esse é o ponto, Senadora, que eu acho importante.

(Soa a campanha.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Não pode continuar.

O SR. AURÉLIO RIOS – Não pode continuar.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Mais cinco minutos.

O SR. AURÉLIO RIOS – Eu nem queria tanto, mas o que eu acho importante salientar em relação a isso são os desdobramentos.

Uma outra coisa importante: nós temos que parar de celebrar e comemorar os policiais que executam, que assassinam pessoas na rua. Nós não podemos dar uma medalha de mérito de reconhecimento ao trabalho prestado.

Muitas vezes essas pessoas, que são as mais truculentas, as mais violentas, que agem, evidentemente, à margem da lei, que aplicam uma pena abolida e proibida pela Constituição, são as pessoas que virão a ser promovidas. Então, essa ideia da cultura da violência está institucionalizada.

Na Resolução nº 5, do CDDPH, nós afastamos esta possibilidade: que não se promova essas pessoas. Tem que ser afastado até se determinar se houve, mesmo, a resistência.

E aqui eu quero fazer um parêntese: não se quer deixar que o policial não reaja em situação em que ele é agredido e em que ele venha inclusive a sofrer... Enfim, está no meio de um tiroteio, a agressão vem, não se nega essa possibilidade. Agora, vamos verificar se houve mesmo um confronto ou se houve uma execução.

Infelizmente, os dados que temos, que chegam para nós todos que trabalhamos na área dos direitos humanos dentro do Estado, seja na Defensoria Pública ou no Ministério Público, são de que a maior parte desses confrontos escondem, na verdade, uma execução; e uma execução sumária. E isso, obviamente, não pode ser aceitável. Não é só porque essas pessoas são titulares de direitos; isso gera uma espiral de violência que volta para toda sociedade. Por mais que tenhamos avançado, Senadora, em diminuir a nossa desigualdade, em dar emprego – hoje temos uma situação de quase pleno emprego –, por mais que tenhamos melhorado os indicadores socioeconômicos, não melhoramos as estatísticas policiais. O número de violência, de atentado à integridade física das pessoas, especialmente das mulheres, das crianças e dos adolescentes, aumenta de forma assustadora. Quer dizer, nós não diminuimos a violência.

Esse é um ponto sobre o qual precisamos refletir: por que isso não muda mesmo com indicadores socioeconômicos melhores nos últimos dez anos? É preciso outra reflexão: a de que nós não fizemos o nosso processo de memória e verdade das instituições.

Especialmente as instituições que hoje estão funcionando no arcabouço da segurança pública nos Estados se comunicam muito pouco. Acho que melhorou muito, mas, principalmente, continuam a estimular no subterrâneo – isso não é mais feito de forma explícita como na ditadura, quando havia o regimento interno do DOI-Codi, secreto, mas funciona como uma ordem silenciosa. As execuções continuam sendo feitas, e o sistema se protege, as pessoas se protegem, especialmente os policiais que cometeram as execuções e os desaparecimentos.

Os desaparecimentos também estão ligados às mesmas pessoas que são vítimas da execução. São todas elas moradores de rua, quase sempre são pessoas desagregadas de um modelo social e, principalmente, estão à margem de qualquer tipo de proteção do Estado. Isso, Senadora, precisa acabar não só para evitar que tantas Marias e Clarisses venham a chorar pelos novos mortos, mas principalmente para que a gente tente reduzir ou inverter essa espiral de violência que evidentemente gera não só o clima de insegurança, mas contamina totalmente as relações entre o cidadão e as forças policiais.

Obrigado, Senadora. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Aurélio Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, pela exposição, feita de forma bastante clara também.

Eu quero aproveitar para registrar a presença do Senador João Capiberibe, Vice-Presidente desta Comissão de Direitos Humanos.

Enquanto o Dr. Aurélio falava, lembrei-me de tantos casos, inclusive do meu Estado. Falo de casos não recentes, casos antigos, de pessoas que nós conhecíamos – eu os conheci, inclusive – e que, em pleno trabalho foram executadas a mando de outros, não diretamente por policiais; mas, no decorrer do processo, todas as testemunhas foram mortas, e mortas por policiais. Realmente a queima de arquivos nesses casos é muito grande. Então, acho que essa é uma das causas da impunidade no nosso País. Muitas vezes a Justiça... Os autos de resistência, como foi dito pelo Dr. Aurélio, existem para a classe média, mas não existem para a classe popular, ou seja, para entrar em uma residência é preciso ter o mandado; no caso das classes populares, isso não acontece na maior parte dos casos. E sabemos que o auto de resistência foi criado exatamente para dar proteção policial, só que isso se reverteu contra a população, sendo usado de forma indevida, inadequada, levando à morte tantos e tantos do nosso País, sem que haja, de fato, uma investigação, porque as provas acabam sendo totalmente mascaradas, desvirtuadas, e os processos não chegam ao final. Não é verdade?

Então, há uma questão que eu gostaria de perguntar para saber a opinião de vocês. Há um mês, estive aqui, pela Comissão de Direitos Humanos, fazendo uma visita à Polícia Federal do DF, conversando com o Diretor-Geral da Polícia Federal sobre outras questões. Em nosso diálogo, um dos assuntos foi justamente sobre pessoas desaparecidas. Eu quero saber de vocês a respeito do DNA. Esse foi um dos temas que abordamos. Existe alguma iniciativa sobre a criação do banco de dados de desaparecidos por DNA? Se existe alguma iniciativa, qual a opinião de vocês acerca disso? Porque, pelo que entendi da Polícia Federal, uma das grandes dificuldades na apuração, ao encontrar um corpo após muito tempo desaparecido, é justamente com relação ao DNA. Existe um banco de dados a respeito disso? Ou seja, quando a pessoa desaparece, busca-se construir esse banco de dados do DNA para que, ao localizar o corpo, se possa saber exatamente que aquela pessoa encontrada faz parte daquele banco de DNA. Foi mais ou menos o que conversamos. Eu quero saber a opinião de vocês a respeito disso.

O SR. ARMANDO QUADROS NETO – Senadora, a Secretaria de Direitos Humanos, em parceria com o Departamento da Polícia Federal, está realizando essa integração no que tange a crianças e adolescentes desaparecidos. Então, já existe, respondendo a sua pergunta, uma iniciativa, que está em construção, para que possa ser integrado um banco de DNA com amostras das crianças e adolescentes desaparecidos para o cadastro de crianças e adolescentes desaparecidos em atenção à Lei nº 12.127.

Com relação aos adultos, isso será contemplado junto ao Sinesp. Então, o Sinesp, através da Senasp, fará uma parceria com a Polícia Federal nos mesmos moldes que está sendo realizado com a SDH.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Então, com a implementação do Sinesp, o banco de dados de DNA poderá existir.

O SR. ARMANDO QUADROS NETO – Sim, senhora. Está previsto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Está previsto a implementação do banco de DNA.

Dr. André.

Está contemplado? (*Pausa.*)

Eu perguntaria ao Dr. Aurélio e ao Dr. Haman se gostariam de falar sobre isso, porque, agora, vamos para as considerações finais. Estamos em um processo...

Senador João Capiberibe, gostaria de se manifestar? (*Pausa.*)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Sim.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Por favor.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Muito obrigado, Srª Presidente. Meus cumprimentos a V. Exª, oportunidade em que cumprimento os convidados a participarem de um debate preocupante da sociedade brasileira: a violência contra os mais pobres.

A democracia criou uma proteção a segmentos, digamos, de renda mais alta da nossa sociedade. Mas os pobres, que são a maioria da sociedade brasileira, ainda não têm esse sistema de proteção, suas casas são invadidas, enfim, continuam os desaparecimentos. Temos o caso emblemático do pedreiro Amarildo, que até hoje não se sabe. Esse é um caso que termina simbolizando milhares e milhares de desaparecidos na democracia, depois que recuperamos as liberdades individuais. E é necessário, porque 50 anos depois as consequências estão aí.

Considero que a violência do Estado, praticada pelas forças de Estado, é consequência da violência política praticada há tantos anos e que ficou na impunidade.

A ditadura institucionalizou o sequestro, a tortura, o assassinato, o desaparecimento de corpos e os que praticaram esses crimes ficaram impunes. Isso terminou tendo consequências até o dia de hoje. As forças policiais, as forças repressivas continuam praticando tortura, continuam desaparecendo com as pessoas. É preciso que haja uma revisão dessa Lei de Anistia. Acho que esse acerto da sociedade brasileira passa pela revisão da Lei de Anistia. Aqueles que praticaram crimes como sequestro, que é crime imprescritível, que eles finalmente sejam punidos e que se retire essa proteção aos criminosos, àqueles que agiram em nome do Estado, assassinando brasileiras e brasileiros, que a Lei de Anistia protegeu.

É necessário entender que, em 1979, o Brasil ainda estava em pleno regime ditatorial; era uma democracia, digamos, mutilada, e quem impôs a Lei de Anistia... Havia uma pressão popular muito forte, mas a lei possível naquele momento foi a que protegeu os criminosos e protegeu os torturadores, antes mesmo de garantir a liberdade das vítimas, porque aqueles que reagiram à ditadura, seja através das mobilizações políticas, mesmo aqueles que pegaram em arma, pagaram por isso – pagaram com a vida, pagaram com tortura, pagaram com anos de prisão –, e os criminosos, os torturadores, aqueles que agiram em nome do Estado permanecem na impunidade. E isso, evidentemente, é um péssimo exemplo para a sociedade brasileira. Nós não vamos coibir, impedir que as forças da repressão continuem agindo dessa forma se nós, então, não fizermos uma clara revisão da Lei de Anistia, que, inclusive, hoje goza do apoio da sociedade brasileira.

Aproveito para anunciar, Srª Presidente, que a Anistia Internacional está iniciando, a partir de amanhã, os “50 dias contra a impunidade”, uma coleta de assinatura pedindo a revisão da anistia. Tenho convicção de que, a partir das informações... Pela primeira vez na nossa história, as informações sobre os crimes da ditadura estão chegando à população. Algumas revisões feitas são muito importantes, como, por exemplo, o pedido de desculpa da Rede Globo. Esse pedido de desculpa está tendo uma consequência: finalmente, tanto o jornal quanto as redes de emissoras da Globo estão cobrindo com fidelidade os crimes da ditadura. A *Folha de S. Paulo* também pediu desculpas. Agora, não basta só pedir desculpas, tem que mostrar o que de fato aconteceu para as gerações do presente.

Portanto, eu gostaria de pedir total engajamento da nossa Comissão nesta campanha da Anistia Internacional que começa amanhã, de coleta de assinaturas *on-line*, pedindo a revisão da Lei de Anistia.

E também gostaria de convidar para a sessão especial que teremos daqui a pouco, no plenário, exatamente lembrando os 50 anos do golpe militar.

Parabenizo, evidentemente, a iniciativa de fazer esse debate sobre os desaparecidos da democracia, porque há uma relação muito próxima entre uma coisa e outra. Faço parte de uma geração que lutou e que sofreu enormes consequências. E, durante esses anos todos, é a primeira vez que estou vendo o País discutir, debater com liberdade o que aconteceu no passado. Para se ter uma ideia, até 2011, se comemorava, nos quartéis, a dita revolução. A ordem do dia nos quartéis era louvar a quebra da institucionalidade, louvar o golpe. Foi preciso a Presidenta Dilma acabar com isso, mas é preciso ainda muita coisa para a gente se livrar desse passado autoritário, violento.

Ainda hoje eu vi no jornal *O Globo*, que traz uma matéria – e é muito importante essa revisão que *O Globo* está fazendo – mostrando que o Colégio Militar ainda ensina em livros escritos de História falando de revolução, sem explicar a quebra da institucionalidade, sem dizer nada sobre a violência praticada contra a sociedade brasileira.

Fica aqui nosso apelo para que a gente participe ativamente dessa campanha da Anistia Internacional e que a sociedade, de fato, nesse caso, a gente sabe que só funciona com muita pressão.

É necessário que a sociedade civil, que a sociedade brasileira agora começa a tomar consciência da gravidade, principalmente das consequências desastrosas geradas pela ditadura, consequências econômicas, institucionais, culturais, sociais... A ditadura atrasou o País, no mínimo, 50 anos. Essa que é a realidade.

Obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Senador João Capiberibe, que é Presidente também da Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça da Comissão de Direitos Humanos e que tem trabalhado muito esse tema durante esse período em que nós estamos à frente da Comissão de Direitos Humanos. Então muito obrigado, Senador João Capiberibe. Parabéns também pelo seu trabalho. Daqui a pouco, estaremos na sessão solene.

Vou conceder a palavra agora, para as considerações finais – faltam 15 minutos para o início da sessão solene, mas eu gostaria de conceder um tempo necessário para as considerações finais –, inicialmente ao Dr. Armando Quadros Neto, Coordenador da Rede Infoseg.

Dr. Armando, pelo menos, três minutos para as considerações finais.

O SR. ARMANDO QUADROS NETO – Senadora, Sr^{as} e Srs. Membros da Mesa, sinto-me muito honrado em compor esta Mesa e trazer informações daquilo que o Ministério da Justiça e a Secretaria Nacional de Segurança Pública têm feito para a sociedade. Então eu ratifico a frase do início da minha fala: em 26 anos de democracia, em 10 anos de Rede Infoseg, somente em dezembro de 2013 conseguimos colocar dentro da Rede Infoseg informações sobre pessoas desaparecidas. Portanto, é nítido, Senadora, demais membros da Mesa, que algo diferente está sendo feito tanto na parte política como na parte técnica.

Hoje, ao sentarmos aqui para discutir o tema “Os desaparecidos da democracia”, pudemos observar ações do Governo Federal, em especial do Ministério da Justiça, da Secretaria de Direitos Humanos também, mas em especial da Senasp, ações voltadas para esse tema. Nossa intenção, Senadora e demais membros da Mesa, é poder integrar, pelo Infoseg e pelo Sinesp, todos os registros de pessoas desaparecidas e deixar isso muito claro, transparente tanto para os agentes de segurança pública, justiça e fiscalização como também para os cidadãos. Essa é a nossa missão.

Não vou me alongar muito. Agradeço mais uma vez. Foi uma honra, um prazer poder falar aqui para as senhoras e senhores do trabalho do Ministério da Justiça dentro desse tema, que é um tema sensível, um tema importante, um tema que tem agregado muita dor e esperança. Eu vejo que, com o trabalho da Senasp e do Ministério da Justiça, estamos dando um passo a mais, uma esperança a mais.

Fico muito feliz em ver a manifestação do Senador Cristovam Buarque em função desse projeto de lei que ele está levantando. Eu acredito que aí, sim, nós daremos um passo maior ainda. Não basta somente divulgar as pessoas desaparecidas – crianças, adolescentes e adultos – dentro de sistemas fechados do Governo Federal. Há necessidade também de divulgar essas informações para toda a sociedade.

Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Armando.

Dr. Armando, antes de o Dr. André se manifestar, eu gostaria aqui de propor uma iniciativa importante, talvez o senhor pudesse também aproveitar o tempo. Antes que nós tenhamos uma legislação que obrigue os canais de televisão da rede aberta fazer a divulgação – parece-me que ela existe, mas não de forma muito intensificada – de pessoas desaparecidas, de crianças, adolescentes e adultos, seria muito interesse se o Ministério da Justiça – pode ser que haja já essa iniciativa, mas quero aqui reforçar essa proposta – fizesse uma parceria com as redes de televisão, tanto a TV Senado, TV Câmara, TV Justiça – que possivelmente já faça esse trabalho –, para fazer a divulgação dos desaparecidos.

Eu gostaria que o senhor falasse sobre isso. Eu queria colocar isso como um encaminhamento. Enquanto nós não temos ainda uma legislação que obrigue todos os canais a fazer essa campanha – divulgar o nome, a foto, enfim, das pessoas desaparecidas –, que houvesse, pelo menos na rede TV Senado, TV Câmara e outras TVs públicas que possam fazer essa divulgação. Acho que seria um grande serviço prestado à sociedade, em particular às famílias que tanto sofrem com as pessoas desaparecidas.

O SR. ARMANDO QUADROS NETO – A sua ideia é muito interessante e importante. Acredito que ela dá um encaminhamento àquilo que nós estamos planejando, Senadora, e é altamente possível.

Nós temos dados que podem ser interoperados pelos meios de comunicação – TV Senado, TV Câmara, TV Justiça –, então não há problema algum. É aquilo que eu defendo sempre – e a Senasp também –: um repositório único, que acontecerá com o Sinesp, mas, de forma imediata, nós já temos dados do Estado de Santa Catarina e teremos do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, de Sergipe e também do Ceará, de Goiás e de Alagoas. Pretendemos integrar todo o País e fazer essa integração técnica muito tranquilamente.

Coloco-me à disposição para conversar e fazer realmente acontecer.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Penso que é quase que uma obrigação nossa.

O SR. ARMANDO QUADROS NETO – Com certeza.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Fazer com que os meios de comunicação públicos realmente prestem esse tipo de serviço à sociedade.

Concedo a palavra ao Dr. André.

O SR. ANDRÉ FAGUNDES MENDES – Gostaria de parabenizar a Comissão, da qual me orgulho de estar fazendo parte hoje. Nesta hora, nós nos orgulhamos também de ser brasileiros, de saber que nós estamos ajudando a fazer a construção de um País melhor. Esta ideia que V. Exª trouxe agora eu achei fantástica. Nós estamos com um serviço público contribuindo para a melhoria dos serviços públicos.

Gostaria de aproveitar a oportunidade também e apresentar – acho que o meio de comunicação aqui é fantástico para isso – o Sinesp Cidadão, que está em tela.

O que seria o Sinesp Cidadão? É a forma de chegarmos direto à sociedade. Nós temos hoje mais de 800 mil *downloads*, tem dois meses de criação esse sistema, por meio do qual o cidadão comum faz a verificação de um carro roubado, que é o CheckPlaca, com vários aplicativos ligados a ele.

Acredito que deva estar sendo lançado já no mês de abril o aplicativo dos mandados de prisão, já em parceria com o CNMP, do CNJ, dentro do qual também vem um outro aplicativo, que é o dos desaparecidos, totalmente a ver com esta pauta.

Vimos também com a questão estatística e mais algumas ferramentas agregadas, levando à sociedade diretamente informações de segurança pública.

Fecho aqui, Senadora Ana Rita, realmente feliz em participar, hoje, desta Comissão. Deixo o nosso compromisso, como Governo Federal, do nosso Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da nossa Secretária Nacional de Segurança Pública com a busca de melhorias na segurança pública como um todo, em relação à qual ouço o nosso amigo Aurélio comentando, por exemplo, sobre os autos de resistência, que são uma preocupação que temos como um todo. Antes até de o senhor chegar, expus aqui a nomenclatura de fortalecimento da Corregedoria que tínhamos feito, semana passada, que é extremamente importante para a consolidação em massa da nossa segurança pública e traz para a sociedade também melhorias. Eu acho que essa meta está aqui sendo buscada por todos.

Meus parabéns, Senadora, a V. Exª em especial, pela condução muito benfeita desta Comissão aqui.

Obrigado pela oportunidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. André.

Nós também agradecemos ao Ministério da Justiça, que tem sido um grande parceiro desta Comissão de Direitos Humanos. Sempre que convidados, estão presentes, colaborando aqui nas reflexões.

Eu concedo a palavra agora ao Dr. Haman Tabosa de Moraes, Defensor Público-Geral Federal.

O SR. HAMAN TABOSA DE MORAES E CÓRDOVA – Senadora Ana Rita, eu vim com uma fala muito específica em relação à questão ligada aos casos de abusos de agentes do Estado. E fui surpreendido, até positivamente, porque o debate se ampliou e mostrou-se a situação das pessoas desaparecidas em geral. Mas eu acho que é importante focarmos, por óbvio, sem desconsiderar a dor de todos os familiares que têm pessoas desaparecidas e toda a seriedade que esse tema exige, na questão da intolerância que temos que ter com agentes do Estado que praticam essas atrocidades.

Então, a minha fala inicial foi muito alinhada com a sua, Dr. Aurélio, no sentido de trabalhar cada vez mais para evitar esse tipo de abuso por parte dos agentes. Estamos falando aqui dos maus policiais, dos maus agentes de segurança pública e enaltecendo, de outro lado, aqueles que arriscam suas vidas por nós. O que é preciso ser dito aqui – e foi bem colocado também pelo Dr. Aurélio – é essa necessidade que nós temos de enaltecer a boa segurança pública do nosso País, mas, por outro lado, sem qualquer tipo de piedade também em fazer o apontamento dos atos absurdos causados pelos maus agentes.

Fomos muito coincidentes no que diz respeito à classe baixa sendo o alvo principal desses maus agentes, principalmente a periferia e a favela têm sido alvo dessas atrocidades. A péssima resposta que o Estado dá; a mensagem que o Estado passa à sociedade quando um dos seus agentes comete esse tipo de ato. Isso, realmente, gera uma indignação na sociedade e uma perda da credibilidade com o próprio Estado, o que é bastante perigoso para um Estado democrático de direito como o nosso.

Então, parabenizo aqui o Ministério da Justiça pelo excelente trabalho que tem sido feito no sentido do diálogo entre o Estado Federal e os 27 entes federativos, para que haja uma rede de comunicação para localizar essas pessoas, para ver o trabalho sério que está sendo feito pelo Ministério da Justiça.

Parabenizo aqui o Ministro José Eduardo Cardozo pelo trabalho à frente do Ministério da Justiça, e a Drª Regina Minc, da Senasp.

Novamente, quero falar aqui que, para nós, é um prazer muito grande ver a Defensoria Pública ser introduzida nesses debates relativos à proteção de direitos humanos. Gostaria de colocar à disposição à institui-

ção, não só para debates em audiências públicas, mas também para que sejam lembrados na elaboração das leis, inserindo a Defensoria Pública como mais um agente do Estado a serviço da sociedade, a serviço de um País mais justo. Então, colocamos aqui nossos defensores e a Defensoria Pública à disposição, agradecendo à Senadora pelo convite.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Obrigada, Dr. Haman. Eu digo a mesma coisa. A Defensoria Pública, seja federal, seja estadual, seja municipal, tem prestado um grande trabalho, tem sido parceira na luta pelos direitos humanos de adolescentes, mulheres, idosos. Quero aqui agradecer, publicamente, todo o apoio que vocês têm dado ao trabalho desta Comissão de direitos Humanos.

Eu concedo a palavra ao Dr. Aurélio Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal.

O SR. AURÉLIO RIOS – Muito obrigado, Senadora Ana Rita. Eu queria, mais uma vez, parabenizá-la pela iniciativa e pela condução da Comissão de Direitos Humanos do Senado, que é importantíssima, assim como a da Câmara, que retomou agora o seu trabalho, depois de um ano muito difícil. Então, é importante esse diálogo de reconstruir não só com a sociedade civil, mas também com o Senado.

É importante também estabelecer o papel de cada instituição que está aqui dentro. Eu tenho enorme respeito pelo trabalho do Ministro José Eduardo Cardozo, com o que está sendo feito na Secretaria Nacional de Segurança Pública, mas é meu papel, hoje, como Procurador Federal de Direitos do Cidadão, a exemplo do Haman, apontar os problemas, as dificuldades e a deficiência do sistema, especialmente em relação à Secretaria de Segurança Pública. Não se combate a criminalidade com efeitos especiais. Isso aqui não é um filme de Spielberg, que você vai criando: “Olha, acabou, vamos fazer UPP, vamos fazer...”. Ótimo, mas se mostra claramente que é insuficiente isso, se não mudar as condições e a cultura da violência.

Por isso essa discussão sobre o mau ou o bom policial é importante, é óbvio, enaltecer as boas práticas, àquela Secretaria de Segurança ou as corporações policiais que já incorporaram verdadeiramente o sentido da Constituição de 1988 e de tratar o cidadão com respeito e presumir a boa-fé do cidadão, em vez de tratá-lo como inimigo. Mas eu quero apontar que a cultura de violência está, infelizmente, presente nas corporações policiais militares. E ainda que possamos agir posteriormente, é importante que se faça a divulgação pelos meios de imprensa como um serviço concedido pelo Estado, ter responsabilidade social de apresentar isso, nós temos que investir na prevenção. Nós temos que investir muito fortemente no fim dos desaparecimentos e das execuções sumárias no País. E isso não será possível, meus prezados André e Armando, sem uma atuação muito forte do Estado. E eventualmente de repressão econômica por parte daqueles Estados, que continuam a manter as piores práticas. Porque isso tem se voltado, sim, contra a sociedade. Como grande parte desses desaparecidos e mortos se dá dentro da periferia, para muitos de nós isso é uma coisa invisível, a gente não vê muito isso. Mas você tem centenas de famílias destruídas por conta disso. Aquela pessoa que morreu, que foi ali qualificada como traficante, era pai de família, era o cara que dava sustentação econômica, tinha nome, tinha sobrenome. Muitas vezes, esses meninos tinham também filhos.

Então, assim, é muito grave o que se passa, porque nós estamos construindo uma sociedade de ódio. E esse rancor acumulado por essas famílias vai, sim, voltar contra os agentes de Estado e a própria sociedade.

Isso se vê muito claramente em relação ao sistema prisional: quanto pior nós tratarmos os presos, pior a sociedade será tratada, e com mais violência. Ou nós assumimos verdadeiramente o compromisso de pacificar também a polícia, não só pacificar as favelas. A unidade de pacificação é um nome bacana, mas eu também quero que a pacificação seja ampla, geral e irrestrita. Ela não pode ser dada apenas dentro dos nichos de miséria do País. Até porque, se nós não formos capazes de fazer uma reconstrução, diminuir a desigualdade e dar a sensação aos cidadãos de que, de fato, há igualdade, igualdade não é retórica, não é um efeito especial, mas as pessoas estão vendo, podem perceber que o Estado está trabalhando a favor delas, isso muda as coisas. Porque, a partir do momento em que as pessoas não confiam mais nas instituições, no Estado, e só vê o Estado como elemento repressor, elemento de violência e de desagregação familiar, obviamente nós não vamos construir País nenhum.

Então, acho que a ideia de celebrarmos a democracia exatamente no dia em que, nesta Casa, vai haver um ato simbólico dos 50 anos do Golpe, é importante lembrar que a democracia é um processo em construção. E nada neste País está pronto e acabado. Isso precisa de um esforço coletivo, e o Senado da República, o Congresso, tem um papel importantíssimo.

Então, mais uma vez, Senadora, eu parabeno esta e outras tantas iniciativas que eu sei que a senhora terá para manter viva a chama da justiça, da memória e da verdade.

Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Muito obrigada, Dr. Aurélio.

Quero dizer que o Ministério Público tem colaborado muito com a Comissão de Direitos Humanos. A reflexão que o senhor traz aqui realmente qualifica este debate, debate que não se encerra nesta audiência pública de hoje. Nós queremos continuar aprofundando esse tema, até porque há um projeto tramitando na Câmara, de iniciativa de diversos Parlamentares, o Projeto de Lei nº 4.471, de 2012, que, após aprovação – ele deve ser votado ainda este ano, está pronto para ser votado no plenário –, chegará aqui ao Senado Federal. Existem outras iniciativas de projeto de lei que também tramitam nesta Casa e que nós precisamos aprofundar.

Então, esta audiência pública abre este debate com relação aos autos de resistência, com relação aos desaparecidos da democracia, mas não se encerra aqui hoje, Dr. Aurélio. Então, todos vocês, com certeza, serão convidados de novo, futuramente, para outras oportunidades, para que possamos continuar aprofundando essa questão.

Quero aqui agradecer muito a todos vocês – agradecer ao Dr. Aurélio Rios, agradecer ao Dr. Haman Tabosa, agradecer ao Dr. André e ao Dr. Armando – pela presença de vocês, pela colaboração, pelas reflexões que aqui trouxeram, e nos colocar sempre à disposição.

Antes de encerrar esta audiência pública, convido todos os presentes para participarem da sessão solene, que vai acontecer daqui a pouco, sobre os 50 anos da ditadura militar.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigada.

Um bom dia a todos!

(Iniciada às 8 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 3 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 1º DE ABRIL DE 2014, TERÇA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e quarenta minutos do dia primeiro de abril de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras Ana Rita, João Capiberibe, Paulo Paim, Vanessa Grazziotin e Eduardo Suplicy. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos dos Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nºs 6 e 22, de 2014, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Ana Rita, respectivamente, aprovados em 12/02/2014 e 19/03/2014, para debater o tema: **“A violência contra os profissionais da comunicação”**. A Senhora Presidenta anuncia que a Audiência Pública ocorre em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por meio do Portal e-Cidadania – link: <http://bit.ly/CDHViolenciaJornalistas> e do Alô Senado, pelo número 080061-2211. A Senhora Presidenta apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa e faz suas considerações iniciais. Às oito horas e quarenta e nove minutos, a Senhora Presidenta passa a presidência dos trabalhos para o Senador Paulo Paim. Em seguida, o Senhor Presidente eventual Senador Paulo Paim faz suas considerações iniciais e passa a palavra aos convidados, nesta ordem: José Carlos Torves, Diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ; Théo Rocheford, Diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; Paulo Henrique da Silva Santarém, Representante do Movimento Passe Livre; Aurélio Virgílio Veiga Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, representando o Ministério Público Federal; Cled Pereira, representante do Movimento Passe Livre; Ricardo Pedreira, Jornalista, Diretor Executivo da Associação Nacional de Jornais – ANJ; Marcello Barros, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. O Senhor Presidente faz suas indagações aos expositores e franqueia a palavra aos senhores senadores para fazerem o uso da palavra. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra aos convidados, para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes encaminhamentos: 1. Adoção de um protocolo de segurança dos Jornalistas como o Protocolo da OEA que regula a relação entre empresa e jornalistas (solicitação ao Ministério do Trabalho e Emprego, por meio de ofício); 2. Reavaliação dos cursos de formação dos policiais militares (solicitação ao Ministério da Justiça e às Secretarias de Segurança Pública dos Estados, por meio de ofício); 3. Instituição do observatório da Violência contra comunicadores (Ofício ao Ministério da Justiça e à Secretaria de Direitos Humanos); 4. Treinamento para qualificação da atuação da policial (Ofício ao Ministério da Justiça); 5. Padronização e análise das estatísticas de violência contra a imprensa por meio de um observatório, formado por segmentos da sociedade (Ofício ao Ministério da Justiça e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República); 6. Regulamentação das armas não letais (Ofício ao Ministério da Justiça); 7. Apoio à criação de corregedorias independentes no âmbito das Polícias (Ofício ao Ministério da

Justiça); 8. Desmilitarização das polícias militares (Ofício ao Ministério da Justiça e às Secretarias de Segurança Pública dos Estados); 9. Treinamento e regulamentação direcionada e exclusiva da ação policial em manifestações (Ofício ao Ministério da Justiça e às Secretarias de Segurança Pública dos Estados). Fazem uso da palavra a Senadora Ana Rita e os Senadores Paulo Paim e João Capiberibe. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e dois minutos, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senadora **Ana Rita**, Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 6, de 2014, da Comissão de Direitos Humanos, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 12 de fevereiro de 2014, para debater o tema: “A violência contra os profissionais da comunicação”.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, do *link* <http://bit.ly/cdhviolenciajornalistas>, conforme aparece na tela, e do Alô Senado, através do número 0800-612211. Portanto, quem está nos acompanhando pela TV Senado poderá obter o endereço que está na tela para encaminhar perguntas, questionamentos, manifestações através do portal e-Cidadania.

Quero de antemão agradecer o Senador Paulo Paim, autor do requerimento.

Vou convidar os nossos palestrantes para que venham compor a nossa Mesa. Em seguida, passarei a palavra ao Senador Paulo Paim.

Convido o Sr. José Carlos Torves, Diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Sejam bem-vindo, Sr. José Carlos! É um prazer recebê-lo aqui.

Convido também o Sr. Théo Rocheford, Diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). Acho que ele está dando uma entrevista.

Convido também o Sr. Paulo Henrique da Silva Santarém, representante do Movimento Passe Livre. Obrigada, Paulo Henrique, pela presença!

Convido também o Sr. Ricardo Pedreira, jornalista, Diretor-Executivo da Associação Nacional de Jornais (ANJ). Seja bem-vindo!

Convido também o Sr. Marcello Barros, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Seja bem-vindo, Sr. Marcello!

O Paulo Henrique da Silva Santarém vai dividir sua fala com Cled Pereira, a quem convido para compor a Mesa ao lado do Paulo Henrique da Silva Santarém. Cled Pereira também é do Movimento Passe Livre. São dois representantes que irão dividir o tempo.

Senador Paulo Paim, vou fazer aqui uma breve introdução para contextualizar esta audiência pública. Posteriormente, passei a palavra a V. Exª.

Hoje, reunidos nesta audiência, vamos debater um assunto que tem preocupado vários setores da sociedade, em especial os profissionais de comunicação, cada vez mais vitimados por atos de violência no exercício de sua profissão, tão cara à democracia. Hoje, dia 1º de abril de 2014, “descomemoramos” – para alguns é comemorar – os 50 anos do golpe militar, que instalou a censura opressora e ceifou a vida de tantos e tantas colegas em luta por liberdade de expressão. Mas será que após 29 anos do final da ditadura, a violência parou de fazer vítimas entre os defensores da democracia, os comunicadores? Não é o que dados apontam.

Levantamento da ONG internacional Repórteres sem Fronteiras aponta que cinco jornalistas foram mortos em 2013 no Brasil, superando o México, tornando-se o país nas Américas com maior número de profissionais mortos no exercício do jornalismo.

Em contraponto, reflexões são levantadas em torno de momentos como o das grandes manifestações de 2013, em que, infelizmente, perdeu a vida o cinegrafista da Rede Bandeirantes de Televisão Santiago Andrade.

Sem equipamentos de proteção, viu-se numa linha de fogo cruzado entre policiais e manifestantes e acabou alvejado por um rojão que lhe atingiu a cabeça, disparado por manifestantes mascarados. Sem capacete ou qualquer proteção, Andrade deixou a vida, esposa, filhas e a profissão que amava.

Mas seriam as máscaras que trouxeram o perigo?

Segundo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em 2013, houve aumento do número de agressões contra profissionais de comunicação, chegando a 83 jornalistas agredidos, alguns por mais de uma vez. Três em cada quatro casos eram vítimas de agressões da própria Polícia.

A audiência de hoje visa a avaliar essas questões e também o papel das empresas, que contratam e enviam seus correspondentes a cenários de conflito. Não buscamos apontar meros culpados, mas construir soluções consistentes e evitar que mais famílias sejam destruídas, como no caso de Santiago Andrade e para reafirmar que períodos como a ditadura, que levou a vida de grandes jornalistas – a exemplo de Vladimir Herzog e tantos outros –, não retornem, nem impeçam o papel fiscalizador da imprensa, necessário para manter o equilíbrio democrático em nosso País.

Eu faço essas minhas considerações iniciais para esta audiência pública e quero, mais uma vez, parabenizar o Senador Paulo Paim que fez essa proposta muito apropriada, muito adequada para este momento em que realizamos, no Brasil, diversos atos em “descomemoração” aos 50 anos da ditadura militar. É momento muito adequado, muito propício para fazermos esse debate aqui a respeito da violência praticada contra jornalistas. Nós sabemos que o período da ditadura ceifou a vida de muitos profissionais de comunicação e ainda hoje profissionais continuam perdendo suas vidas em pleno exercício de suas profissões.

Então eu convido, aqui, o Senador Paulo Paim para presidir esta audiência pública. Quero parabenizá-lo mais uma vez por esta iniciativa e agradecer profundamente a presença de vocês comunicadores, responsáveis por diversos meios de comunicação e representantes do Movimento Passe Livre. Obrigada pela presença assim como a do próprio Ministério da Justiça. Muito obrigada pela presença de todos vocês.

Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Recebi algumas informações, como, por exemplo, essa de que, de acordo com a ONU, um jornalista é morto por semana no mundo, simplesmente por praticar o seu trabalho. Os ataques vão desde a invasão de computadores, assassinatos, todo tipo de assédio, sequestro e detenções ilegais.

Por isso, diante do último caso, a morte do cinegrafista...

Inclusive, na Câmara, foi apresentado um projeto de lei que recebi agora do Sindicato dos Jornalistas, quando entrava aqui: a Lei Santiago Andrade, que trata da segurança para os jornalistas.

É fato, é real e sobre um tema como este nós temos que aprofundar o debate aqui no Senado e na Câmara dos Deputados e nos demais órgãos do Estado brasileiro.

Todos sabem o motivo desta audiência, por tudo que aqui já foi colocado. Eu queria agradecer muito a todos os convidados, tanto os representantes do Movimento Passe Livre, como todos já aqui citados – e não vou repetir – pela Senadora Ana Rita.

Claro que estamos neste momento falando para todo o Brasil, é importante que o Brasil se posicione claramente diante do que vem acontecendo e sobre o que fazer. Não simplesmente passando a responsabilidade para um ou para outro, mas respondendo efetivamente como a gente pode assegurar mais segurança – porque segurança total nós sabemos que é impossível – para os profissionais que atuam na imprensa, sem que, com isso, alguém pense, equivocadamente, que nós queremos inibir os movimentos sociais. Pelo contrário, sou daqueles contra a criminalização dos movimentos sociais, como prega uma vertente hoje no Brasil. Sou totalmente favorável às manifestações, mas sou contra a violência. Acho que ninguém, em sã consciência, pode ser defensor de uma política de agressão de um sobre o outro pelo que pensa ou diz ou tipo de manifestação.

No caso dos profissionais da imprensa, eles estão lá trabalhando, eu diria até nos protegendo. E quando eu falo isso é porque eu fiz muita passeata, muita greve, muita passeata. Até contei que, em plena ditadura, eu fui de Canoas a Porto Alegre a pé, saí com 5 mil homens e cheguei com 30 mil. E não pisamos nos jardins. A história mostra isso. E quando entramos pela Avenida Farrapos, a população jogava confete, papel picado, até em frente ao Palácio. Havia uma turma que queria invadir o Palácio, cortaram o som e, sem o som, eu dizia: “Não à provocação! Não à invasão!” E não invadimos o Palácio e fizemos uma negociação. Você é daquele tempo. Você estava lá.

Quantas e quantas vezes – e dou esse depoimento porque é importante as pessoas entenderem –, em greves de que eu participava, quem me salvava era o cinegrafista, quem me salvava era o fotógrafo, era o jornalista, que estava ali focando e dizendo: “Se baterem nele, nós vamos registrar aqui e vai sair.” E outro profissional ficava tomando nota. Falo isso de coração, não dá para mostrar, mas com certo arrepio, lembrando a história.

Então, esses profissionais que estão lá para divulgar o nosso movimento, que é um movimento de protesto, que tem que continuar – e isso ajuda quem está dentro Parlamento –, não podem ser covardemente agredidos. Eu até diria que eles têm lado: o lado é levar a informação. Pronto, é isso. E, se eles levam a informação, eles protegem a todos. Este é o papel do profissional que está ali: ele está ali para coletar as informações, para tomar nota, para fotografar, para filmar e, depois, o País saber o que aconteceu naquele momento.

Então, um profissional desses sempre considere um aliado, isso não significa que sempre gostei de cada vírgula que é colocada na redação final. Aí, é outro debate. E me dou o direito também de continuar, assim como o profissional e a emissora. Agora não querer a mídia cobrindo as manifestações, para mim, é um equívoco histórico com que não podemos concordar. A mídia cumpre um papel fundamental na divulgação. Podemos até discordar às vezes, não gostar de alguma coisa, mas isso faz parte da democracia, assim como é democrático também os movimentos sociais irem para as ruas, protestarem, e cobrarem e exigirem, como estão exigindo muito bem.

Escrevi um livro cinco anos atrás, que chamei O rufar dos tambores, onde eu dizia que saudade dos movimentos nas ruas. Então, quando eles voltaram, fui um daqueles que sempre bati palma, mas não à violência. Violência não!

Bom, quem tem que falar são os senhores. A Senadora Ana Rita já fez uma bela introdução e eu vou passar, seguindo aqui a ordem, para o Diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas, Fenaj, Sr. José Carlos Torves, nosso querido Torves, gaúcho, lá do Rio Grande, que foi sujeito direto de parte da história que aqui falei.

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Bom dia a todos.

Primeiramente, parabeno o Senador Paulo Paim por esta iniciativa. Meus cumprimentos, também, à Senadora Ana Rita, aos demais integrantes aqui da Mesa e aos presentes aqui, nesta audiência pública, para discutir um tema que é importante que não fique reservado apenas aos jornalistas e às empresas de comunicação, como, praticamente durante a vida inteira, foi assim que se tratou.

O problema da área de comunicação sempre foi problema entre o jornalista e o dono da empresa; a sociedade nunca se envolveu. Com isso, quero dizer que uma boa parte dos problemas que estamos vivendo hoje, no Brasil, é por conta dessa cultura que se criou no Brasil de não se discutir o comportamento da mídia ou os conteúdos dos veículos de comunicação. Isso vem mostrar, por exemplo, que o número de registro das agressões contra jornalistas não reflete o número de agressões que há a comunicadores, pois há blogueiros, radialistas, jornalistas independentes, e temos registro apenas dos jornalistas.

Houve 25 agressões feitas por manifestantes de junho do ano passado para cá, 72 agressões feitas por policiais militares, e seis por outras pessoas, políticos, pessoas que detêm cargos públicos, que cometeram agressões contra jornalistas, contabilizadas em 2013.

Então, sobre a agressão feita por manifestantes queremos registrar que isso está, também, na cultura brasileira de não discutir o papel da mídia, a questão dos conteúdos, a responsabilidade de toda a sociedade brasileira, e o jornalista acaba sendo confundido com o dono do veículo. Aí, se não se agrada do que é veiculado num determinado veículo, a agressão ocorre diretamente ao profissional que está ali fazendo a cobertura. Esse é um grande equívoco gerado pela falta de conhecimento e pela falta de envolvimento com o que é publicado nos jornais, como pelo comportamento da mídia de análise de mensagem. É fundamental que tenhamos esse discernimento. Isso inibiria, de certa forma, essas agressões que são feitas pelos movimentos sociais.

Quanto às polícias militares, nós achamos que essas agressões por policiais militares, com apreensão, inclusive, de câmeras fotográficas, câmeras cinematográficas que vêm ocorrendo, ainda são por conta de uma formação ruim que há nas polícias militares. Já levei esta manifestação da Federação Nacional dos Jornalistas no sentido de que os cursos para policiais militares precisam de um aprimoramento.

O comportamento continua sendo o mesmo do período da ditadura militar. Se o policial militar vê uma câmera fotográfica ou alguém filmando um determinado movimento, o primeiro movimento que faz é agredir o jornalista e apreender o equipamento. Isso é o que vem ocorrendo; ocorreu durante todo o período da ditadura militar e continua ocorrendo hoje. Em qualquer manifestação com meia dúzia de pessoas, se aparece um fotógrafo, ele é agredido ou tem apreendido seu material de trabalho.

Então, são questões que nós precisamos discutir seriamente. Achamos que é fundamental um protocolo de segurança tomando como modelo o protocolo da OEA, que não só recomenda uma reavaliação desses cursos das polícias militares, como também um protocolo que estabeleça, entre as empresas de comunicação e os jornalistas, equipamentos de segurança, que são fundamentais para a cobertura de conflitos.

Nós tivemos, ano passado, o assassinato de um jornalista. Houve também mais assassinatos de radialistas e outros comunicadores. Mas houve o de um jornalista e, este ano, o do Santiago, da Bandeirantes.

Essas mortes poderiam ter sido evitadas se os profissionais estivessem com equipamentos de segurança.

E, além disso, o que ocorre normalmente é, por exemplo: vem ocorrendo de um cinegrafista ir para essas coberturas isolado, sozinho. Quer dizer, é preciso que a equipe de reportagem esteja completa, com repórter, com cinegrafista, com auxiliar e com motorista com curso de direção defensiva. Várias situações ocorrem em que apenas o cinegrafista ou o fotógrafo está abandonado no conflito, não tem nem um carro disponível para sair, num momento de emergência, daquele local. Então, isto é fundamental, que haja uma equipe de apoio.

Por exemplo, tanto o caso do Santiago quanto o do repórter cinematográfico da Bandeirantes que morreu ano passado, em uma cobertura policial em uma favela do Rio, ocorreram porque eles estavam sozinhos no local de conflito, sem possibilidade de sair. Aí, o cinegrafista ou o fotógrafo, além de estar isolado no local de conflito, também é o motorista do carro, ele dirige o carro. Isso é muito comum, mesmo nas equipes de grandes grupos de comunicação. O jornalista ou o cinegrafista ou o repórter dirige o carro, pois ele está ali sozinho, quer dizer, sem nenhum tipo de apoio.

Então, é preciso um protocolo de segurança que, além dos equipamentos – capacete, colete à prova de balas –, também tenha apoio, motorista com capacidade de direção defensiva, e também todo o pessoal que completa uma equipe de reportagem. Não é possível estar num local de conflito isolado e sozinho. Essas questões são fundamentais.

Outra questão que também nós consideramos importante é a federalização da investigação dos crimes contra jornalistas. Nós temos acompanhado, no País, a falta de apuração de crimes contra jornalistas. Então, é preciso – há um projeto de lei tramitando na Câmara – federalizar a investigação dos crimes. O que ocorre? O jornalista é assassinado, a Polícia Militar local engaveta o processo e não se tem uma solução. Isso vai gerando a impunidade, e a impunidade incentiva que haja mais crimes contra jornalistas. Isso tem ocorrido no Brasil inteiro. Então, nós precisamos acabar também com a impunidade, porque essa é geradora de mais violência no País.

Em vários Estados, precisa-se estabelecer um prazo mínimo de 30, 60 dias, e, caso a polícia local não apresente resultados significativos à investigação, que esse caso passe a ser divulgado pela Polícia Federal, para tirar a investigação daquele poder local, porque, às vezes, há um envolvimento ou de policiais militares, ou do empresariado local, ou do comandante político daquela localidade onde acontece o crime. E isso não acontece só nas grandes cidades. Ocorre com mais frequência, inclusive, no interior do País.

Em cidades pequenas, tivemos vários assassinatos. Fizemos audiência pública este ano no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, no Maranhão, em vários lugares onde existem crimes contra comunicadores – não é só jornalista; também radialista, blogueiro. Vários foram assassinados no interior do Brasil, e os processos todos estão engavetados sem apuração.

Por essa razão é fundamental que nós tenhamos a federalização. Se a polícia local não apresentar resultados significativos, tem que passar para a Polícia Federal investigar, o que também retira daquele poder local, porque, às vezes, é o que contribui para que não haja investigação dos crimes contra jornalistas.

Enfim, estas são as questões mais importantes: um protocolo de segurança, uma reavaliação da formação dos policiais militares, a federalização da investigação dos crimes contra jornalistas e, por final, é importante um observatório da violência contra comunicadores, não só jornalistas; radialistas e todas as pessoas que trabalham em comunicação, porque a divulgação desses crimes é fundamental para que a sociedade tome conhecimento e para que haja uma reação a esse tipo de agressão que vem ocorrendo no País. Que o observatório da violência seja feito, como foi proposto já pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Então, já existe essa proposta. Esperamos que ela aconteça, porque é fundamental para inibir a violência contra os jornalistas.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o José Carlos Torres, Diretor de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

Eu só peço à Secretaria que, dentro do possível, que de todas as propostas colocadas pelos convidados a gente faça um resumo para apresentar no final e dar os devidos encaminhamentos.

Antes de chamar o próximo convidado, que é o Théo, quero já passar a algumas considerações feitas pelos telespectadores.

A Anna Flávia Schmitt Baranski diz: “Toda a América Latina deveria se unir para criar um cadastro único de jornalistas desaparecidos, e também criar um canal de comunicação entre os países para monitorar a violência e proteger os profissionais de imprensa e auxiliares.” Depois também diz: “Com o advento da internet os blogueiros devem tornar-se alvo de proteção do Estado Brasileiro e dos países.” Por fim: “Deveriam oportunizar mais bolsas de estudos para professores que desejam trabalhar com autistas. Sugiro que bolsas, como tantas outras, venham a ser disponibilizadas para professores independentemente do regime jurídico de contrato.”

Aqui, está aproveitando o momento, porque amanhã é o Dia Internacional do Autista – inclusive, o Congresso estará com as luzes em azul, fazendo uma homenagem a essa luta dos autistas –, e ela já aproveita aqui para sugerir alguma coisa nesse sentido.

Neste momento, convido para compor a Mesa o Procurador Aurélio Virgílio Veiga Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, representando o Ministério Público Federal.

E já convido para usar a palavra o Diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Sr. Théo Rocheford.

O SR. THÉO ROCHEFORD – Bom dia a todos.

Agradeço a oportunidade à Senadora Ana Rita e ao Senador Paulo Paim.

Vou fazer uma breve apresentação, começando pelo que é a Abert. A entidade foi fundada em 1962, representa cerca de três mil emissoras de rádio e televisão comerciais...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me: são 10 minutos, com mais 5 minutos, se necessário, para todos.

O SR. THÉO ROCHEFORD – Certo.

A ampla maioria dessas rádios associadas é de pequeno e médio porte, e elas estão situadas no interior do País.

Desde 2007, a Abert elabora um relatório que é resultado de um monitoramento dos casos de violência contra jornalistas e contra veículos. Esse relatório inclui casos de assassinatos, sequestros, agressões, intimidações e medidas judiciais que imponham censura, de alguma forma, a veículos ou profissionais.

Para vocês terem uma ideia, eu trago em alguns números só de mortes: em 2010, registramos duas; em 2011, seis; em 2012, sete; em 2013, quatro; e, neste ano, registramos já quatro mortes, que incluem a morte do cinegrafista da TV Bandeirantes, Santiago Andrade, e outras três, todas no interior do Brasil, na maioria, de radialistas. As razões desses outros três casos estão sendo investigadas ainda e não há conclusão.

A gente identifica que as principais ameaças vêm do narcotráfico e do crime organizado. Um dado que observamos é a disparidade de números de estatísticas entre as organizações que acompanham esses casos. Eu gostaria de esclarecer que, para incluirmos os casos no nosso relatório, nós partimos da repercussão da imprensa e da apuração do caso na medida da nossa possibilidade. E isso, na prática, inclui até contato com delegacia de polícia. Às vezes, o contato é difícil. Há casos, por exemplo, no interior da Amazônia, e obter de Brasília algumas informações sobre casos complexos como muitos desses é difícil, mas a gente se cerca de todas as precauções para que haja a maior correção de dados possível.

Em 2013, nós observamos um crescimento de 166% nos casos de violência, de ataque a profissionais e a veículos. E aí eu incluiria – essa é uma mudança no nosso relatório – casos de blogueiros, jornalistas independentes e outros cidadãos que estejam registrando ou comunicando de alguma forma, seja em manifestações e eventos públicos, seja no dia a dia, enfim, um blogueiro que tenha sido vítima, alvo de uma medida judicial, de uma decisão judicial que o impede de seguir comunicando. Não estamos mais restritos a casos que atentem contra emissoras de rádio e televisão. Isso, pelo princípio da defesa da liberdade de expressão.

Então, registramos um aumento de 166% em relação ao período anterior, o que, evidentemente, tem a ver com o fenômeno das manifestações; os protestos que se iniciaram legítimos, protestos pacíficos, mas que descambaram, no final, para atos de violência, vandalismo inclusive, ataques a veículos e, inclusive, a prédios, mas, principalmente, a jornalistas, a comunicadores, não só profissionais.

Aí vem o caso Santiago Andrade. Quando da morte desse cinegrafista, a Abert, juntamente com a ANJ e com a Aner, recorreram ao Ministro da Justiça, muito preocupadas com a tendência de agravamento dessa violência, muito em função também da Copa do Mundo e do período eleitoral, que se aproximam.

O Ministro atendeu prontamente ao apelo das entidades. Fomos defender algumas questões, como novos procedimentos para atuação das polícias. E, aqui, destaco: dos casos de agressão que nós registramos, desses 136 casos, a ampla maioria é agressão policial. Não há dúvida disso. Então, uma das principais reivindicações que levamos é essa mudança de postura das polícias e também o treinamento para os profissionais das emissoras, no caso.

O Ministério da Justiça respondeu rapidamente e em três frentes: uma, a elaboração de um projeto de lei, que me parece que está pronto; a criação de um manual, que foi sugerido pelo Ministro da Justiça aos secretários estaduais da Segurança; e a organização de um curso para treinamento, que já aconteceu, neste último fim de semana, salvo engano.

Para concluir, eu gostaria de pontuar aqui três questões.

Uma, a necessidade de trabalharmos para reduzir a impunidade. Não é possível que casos corriqueiros, casos regulares, vamos dizer, de violência – seja uma simples agressão, seja um assassinato ou um sequestro – fiquem perdidos, sem nenhuma conclusão. Isso só reforça a ideia de que é bom e vale a pena defender os seus interesses da forma mais violenta possível no Brasil. E um dos caminhos nós defendemos que seja a federalização um dos caminhos para mudar isso.

Outra, a atuação mais qualificada das polícias. É inconcebível que as polícias sigam com a sua conduta de violência, que vem desde o regime militar. Quer dizer, vivemos outro momento no Brasil. E, se já era inconcebível antes, hoje é completamente descabido. Não podemos concordar com isso. E aí não só nos grandes eventos, mas é preciso qualificar as nossas polícias.

Por último, a necessidade de padronizar e analisar, permanentemente, as estatísticas de violência contra a imprensa. Isso também não é feito no fenômeno da violência em geral, que eu colocaria como um fenôme-

no do País, quer dizer, um fenômeno que atenta contra todo mundo. Mas, especificamente, aqui, sugiro uma padronização, que pode ser através de um observatório; seria uma medida importante.

Agradeço e fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Théo Rocheford, que também enfatiza, principalmente, a sua preocupação quanto à questão da Polícia. Ficou bem destacado na sua fala.

Paulo Henrique da Silva Santarém, representante do Movimento Passe Livre.

Eu vou dar tempo igual a todo mundo, inclusive aos dois do Passe Livre. Como convidados, darei o tempo igual a todos. Você tem dez minutos com mais cinco e o Cled também terá depois dez minutos com mais cinco.

O SR. PAULO HENRIQUE DA SILVA SANTARÉM – Bom dia a todos e a todas. Eu me chamo Paíque, sou militante do Movimento Passe Livre. Estamos aqui hoje, claramente no dia 1º de abril – isso já foi citado várias vezes –, quando há alguns anos uma das piores verdades da história brasileira aconteceu. E se a gente está aqui hoje falando em alguma medida sobre esses atos, é fruto de uma série de lutas legais ou não que ocorreram nesses últimos 50 anos em defesa da democracia.

Então, se somos chamados como sociedade civil e como setor que não é propriamente produtor de mídia – apesar de produzirmos mídia independente, mas não estamos sendo chamados aqui para isso, mas sim com a interlocução da sociedade civil –, é porque essa liberdade de ocorrer evento como este foi conquistada nas ruas e é sobre essas ruas então, pelo nome delas, que nós queremos falar aqui algumas coisas hoje.

E aí, uma primeira coisa que a gente quer colocar é a nossa solidariedade a todos os profissionais que estão nas ruas durante mobilizações e manifestações que sofrem com a violência do Estado, que é quem detém o uso legítimo da violência, detém a legitimidade e a propriedade sobre o uso a violência na sociedade. Todas pessoas que são agredidas – tanto jornalistas quanto trabalhadores da limpeza urbana, porteiros de prédios, taxistas, feirantes e uma série de outros profissionais que estão presentes no cotidiano das mobilizações – e que são alvo da violência policial têm nossa plena solidariedade. E nós acreditamos que se tem que avançar contra esse tipo de agressão.

E aí, nós queremos colocar algumas coisas, em especial sobre a nossa situação nesse processo, que é de quem está realizando manifestações e vencendo esse cotidiano de manifestações.

A primeira questão especial que queremos colocar de forma mais envolvida é a defesa do anonimato como forma legítima de manifestação política na nossa sociedade, o anonimato como um tipo de manifestação fundamental para que a democracia possa ser exercida e ampliada no Brasil hoje. Por quê? Gostaria de começar com a forma mais propagandeada e por muitos meios defendida como a principal forma de participação política – não por nós do Movimento Passe Livre, mas por amplos setores da sociedade –, defendida como a principal fonte de participação política na sociedade de hoje, é uma forma que necessariamente só pode ter lisura se for anônima, que é o voto. O voto nas eleições só pode existir, só pode ter credibilidade se ele for anônimo. E por que ele só pode ter credibilidade se for anônimo? Porque nós vivemos ainda numa sociedade desigual, numa sociedade violenta, numa sociedade em que a participação política plena das pessoas não pode ser pública sob o risco de coerção, em que as pessoas não podem votar em determinadas pessoas publicamente, se o fizerem têm que ser por profissão de fé, mas têm que ter a liberdade de votar em secreto para que não sofram coerção no seu trabalho, não sofram coerção na sua rua, não sofram coerção familiar, não sofram coerção de grupos de extermínio, não sofram coerção da polícia. Esse tipo de anonimato é fundamental nessa sociedade desigual. Nós estamos numa sociedade hoje que tem inúmeros casos de pessoas que por manifestarem livremente seus pensamentos – seja em redes sociais, seja nas ruas, seja por meio de cartas, seja por meio de vestuário, seja em manifestações culturais, expressões culturais – são reprimidas no seu trabalho, são demitidas, são reprimidas na sua família, são reprimidas em espaços como este do Parlamento, são reprimidas pela polícia, são reprimidas por grupos que – esses sim – atuam de forma obscura para ameaçar e exercer coerção sobre as pessoas. Nesse sentido, o ataque anonimato que tem sido articulado por diferentes setores da nossa sociedade, ao contrário de ampliar os direitos democráticos, ataca uma possibilidade de questionamento da ordem atual, de problemas da ordem atual, quando restringe a possibilidade de as pessoas se expressarem e amplia a possibilidade de a coerção ser exercida pelos setores mais poderes da sociedade de hoje. Então, a nossa posição em relação ao anonimato – e, tratando de anonimato, nós estamos falando propriamente do uso de máscaras na rua, o uso de balaclava –, a expressão pública desse ponto de vista da nossa situação atual e do ponto de vista da nossa própria legislação, é que nós acreditamos que ele não pode ser criminalizado. Nós podemos discordar ou concordar e podemos discuti-lo, mas não sob a prerrogativa da criminalização. A prerrogativa da criminalização, na verdade, é um avanço autoritário e não um avanço democrático.

Feita essa consideração, nós temos que ter clareza de um outro princípio democrático, que é o da desobediência civil. Temos que saber que esse princípio existe, que hoje é um princípio garantido pelos direitos

humanos e por uma série de convenções das quais o Brasil é signatário. Então, vamos nos recordar disso ao pensar esse processo que nós vivemos nas ruas.

Feitas essas primeiras considerações sobre a situação da sociedade civil nas ruas, gostaria de comentar um pouco o tema oculto desse processo, que são as táticas empregadas pela sociedade civil nas ruas. Em especial, uma delas tem sido criminalizada e tem sido alvo da parte pelo todo, da metonímia, da utilização da parte pelo todo como argumentação, que não é muito inteligente, não é muito complexa e, por isso, redundante em respostas políticas frágeis e ineficazes para o que se propõe e, por outro lado, muito eficazes para ampliar a repressão.

Se nós temos divergência com um setor da sociedade – e é legítimo que tenhamos –, nós devemos estudá-lo e compreendê-lo e não estereotipá-lo. Existe uma tática empregada no Brasil massivamente, há um ou dois anos, conhecida em junho – apesar de ter sido em algumas questões esporádicas –, e empregada em outros países no mundo, pelo menos desde a década de 70, chamada Black Bloc. Podemos discordar dessa tática. Nós não estamos apresentando aqui sequer uma posição do Movimento Passe Livre favorável ou contrária a ela; nós estamos querendo apresentar uma história dessa tática para que a gente possa compreendê-la.

Essa é uma tática necessariamente constituída em todas as suas gerações – nós já estaríamos na terceira geração dela e há uma série de estudos que apresentam isso – e, em todas elas, como forma de resistência à repressão policial, como forma de utilização do anonimato nessa perspectiva de não viver com coerção nas ruas. E necessariamente constituída por meio do consenso de que ataque a pessoas é necessariamente danoso, de que qualquer ataque realizado a seres humanos tem que ser combatido, tem que ser evitado, inclusive o ataque policial a outros seres humanos. Por isso, as táticas de reação à violência policial exercida por esses setores não buscam agredir outros seres humanos. E há uma série de casos que podem ser buscados, inclusive em matérias da imprensa, de pessoas que estavam tentando apedrejar bancos onde havia gente dentro realizando saques etc. e que sofreram coerção; diferentes casos em que os Black Blocs – que fizeram muitas coisas que podem ser condenáveis também, mas estes casos têm que ser citados – intercederam contra brigas que estavam ocorrendo dentro das manifestações entre setores com tendências políticas antagônicas. Então, é importante a gente compreender esse ponto de vista material. E também o fato de que muitas pessoas utilizam máscaras e não estão nem um pouco vinculadas a Black Blocs.

Hoje eu estou de azul e, se eu colocar uma máscara, não sou um Black Bloc. *Black* é preto em inglês, então, teria que ser preto. Ou seja, essas pessoas que estão vinculadas a essa tática estão necessariamente vestidas de preto e vinculadas a uma forma de expressão pública, mas existe um consenso, nessa e em todas outras táticas de movimentos sociais urbanos, de rejeição a ataque a pessoas e de se organizar para que cada vez menos pessoas sofram qualquer tipo de violência.

Não estou falando isso com base em documentos secretos, mas com base em qualquer documento público que nós procuramos sobre essa tática, que é a tática que vem sendo criminalizada.

Uma vez que existe essa posição pública, por meio dessa tática, e que possa haver quaisquer, digamos, ações que não são de consenso por parte do conjunto de manifestantes, eu queria passar agora – e daí encerro a minha fala – para o tópico de quem gera tensão nas ruas, quem gera essa necessidade de reação e quem expressa melhor essa desigualdade social que nós temos no País, essa desigualdade de exercício de poder que nós temos no País e que, em geral, nós responsabilizamos pelo conjunto das atrocidades que acontecem nas ruas do Brasil hoje, que é um órgão oriundo da ditadura, mas também oriundo do colonialismo brasileiro, criado para matar pretos fugidos da escravidão e que até hoje existe, matando pretos fugidos do sistema racista brasileiro: um órgão chamado Polícia Militar.

Esse órgão, reformado na ditadura, distinto da Polícia Civil, há 120 anos ou mais – não me recordo ao certo o ano da criação das Forças militares brasileiras, na forma republicana –, atua matando negros e negras todos os dias. Esse órgão atua realizando coerção contra pessoas, e por uma função institucional; não pelo deleite ou pelo prazer de qualquer um de seus membros, mas pela sua função institucional. E é essa que nós temos que questionar.

Atua realizando violência com arma de fogo nas periferias das nossas cidades.

Esse órgão atua gerando tensão, realizando baculejos, coerção contra diferentes pessoas que habitam os centros da cidade e as áreas ricas da cidade, se não estão no padrão ideal concebido pela nossa sociedade.

Esse órgão ataca mulheres. Atacando sua própria constituição, homens realizam assédio sexual ou violência sexual – propriamente estupro – contra mulheres; realiza violência contra crianças em situação de rua; realiza violência contra crianças durante manifestações, gerando ampla tensão e rejeição social.

Esse órgão joga bombas de gás lacrimogêneo em manifestações, balas de borracha e inicia, em geral, um processo de violência estrutural nas manifestações, e não um processo de tumulto, que pode ser razoavelmente controlado.

Esse órgão, estranhamente, tem recebido mais investimento público e mais amplitude de suas ações violentas nos últimos dois, três anos na República brasileira, ao contrário de um setor da população cujos membros têm, historicamente, precarizados seus direitos, além de ser precarizada sua possibilidade de exercício da cidadania, ser precarizada sua possibilidade de exercício da livre expressão pública, ser precarizada, ser atacada a garantia dos seus direitos básicos – educação, saúde, transporte coletivo, saneamento, moradia. Esse é o setor que tem sofrido coerção institucional por meio de leis antimanifestação, antiterrorismo, etc.

Esse foco estranho que temos vivenciado na democracia brasileira é o que nós queremos denunciar.

Nós não somos contra o debate público e amplo da manifestação e do amadurecimento da sociedade brasileira sobre as formas de se manifestar publicamente. Nós somos contra a atenção institucional direcionada a um setor minoritário e marginal no exercício de violência – e muitas vezes o faz como resposta, uma resposta que pode ser descabida, mas como resposta; por outro lado, é dada pouca atenção ao setor que impulsiona essa violência, que gera tensão urbana, que joga bomba de gás lacrimogêneo e que já matou três pessoas que nós conhecemos só no Brasil hoje: uma pessoa que saiu correndo na mesma manifestação do Santiago, por conta da bomba de gás lacrimogêneo, um idoso, que foi atropelado na rua; uma gari, que morreu por asfixia, por bomba de gás lacrimogêneo; e um cinegrafista...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Um minuto para concluir.

O SR. PAULO HENRIQUE DA SILVA SANTARÉM – ... que estava na manifestação como militante, como ativista, e que foi intoxicado pela bomba de gás lacrimogêneo, tinha alergia àquilo e faleceu no hospital alguns dias depois.

É isso que pode gerar uma unidade na nossa discussão do problema da segurança pública; não é a aleatoriedade de um jornalista, de repente, se irritar por uma provocação e agredir ou falar um palavrão para manifestante, ou de um manifestante se irritar pela cobertura da mídia – que, como foi dito aqui, tem que separar os produtores dos seus padrões – e gritar alguma coisa para a imprensa ou cometer algum desvio contra a imprensa, mas sim um setor que há 120 anos não sofre uma reforma política, não sofre uma reforma institucional, de forma a ser mais democrático, e sim, mais autoritário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Paulo Henrique da Silva Santarém, representante do Movimento Passe Livre, que inclusive expressou aqui, democraticamente, seu ponto de vista sobre a questão das máscaras, do lenço no rosto. Esse é um tema polêmico, e, claro, a Mesa vai debater sobre isso.

Há tempos e tempos – não é, Paulo? –, e no meu tempo não se usava. Era o tempo da ditadura, e te confesso que participei de centenas e centenas de confrontos e nunca usamos; naquela época, não se usava. Mas tudo tem seu tempo, e o debate aqui vai ser muito rico, tenho certeza disso.

Passo a palavra, agora, ao Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, representando o Ministério Público, o Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios.

O Cled Pereira vai usar a palavra, mas vamos intercalando, até para que vocês tenham ouvido o contraditório. Então, depois do Dr. Aurélio, é que vou dar a palavra para o Cled.

O SR. AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS – Bom dia ao Senador e a toda a Mesa. Eu queria cumprimentar, especialmente, a Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, com quem tivemos também oportunidade, ontem, de estar aqui tratando do tema desaparecidos na democracia.

Verifico alguma semelhança com que o nosso representante da Abert falou, quando destaca que grande parte da violência cometida contra os profissionais de imprensa é causada pela polícia ou por abuso policial. Isso, também, de algum modo, casa com o que o representante do Movimento Passe Livre, na sua crítica muito mais incisiva, em relação à polícia militar e à forma de repressão a esses movimentos.

A nossa contribuição, aqui, pode ser dada de dois modos: a primeira é botar um pouco de sal nessa discussão da federalização. Em vários movimentos em que se discute relação de direitos humanos, sempre aparece a ideia da federalização, a tal ponto que, se formos federalizar todos esses casos, vamos cair no mesmo problema que temos hoje. Então, a federalização tem que ser feita em casos concretos em que se verifique realmente a impossibilidade da polícia, do Ministério Público e dos juízes de atuarem de forma independente e imparcial.

Tenho uma certa dificuldade de aceitar que todas as situações que envolvam crimes comuns... Porque é isso, independente de ser contra jornalista, contra médico, contra advogado, contra juiz ou promotor, quer dizer, qualquer ato de violência é dado dentro dos critérios normais de distribuição de competência. O que ocorre é que, eventualmente, há situações sintomáticas em que em determinados lugares, por determinadas circunstâncias, esses eventos ocorrem com uma frequência irritante e não há, por parte do Poder Judiciário, ou mesmo do Ministério Público, uma ação efetiva e enérgica no sentido de coibi-los. Há também problemas

graves de investigação, graves na persecução criminal e, obviamente, a falta de condenação que leva, inevitavelmente, à impunidade.

Então, penso que a federalização pode ser uma solução em casos concretos, onde se verifique uma situação própria dentro daquilo que o Superior Tribunal de Justiça já determinou; não pode ser o remédio para todo e qualquer tipo de violação de direitos humanos, porque isso também acaba por esconder um problema grave, que é o funcionamento da Justiça do Estado e a questão das investigações policiais. E, aí, sim, está uma parte significativa do problema.

A investigação policial, como o próprio nome diz, é feita pela polícia. A polícia, não muitas vezes, é a responsável direta pelos ataques ou pelo abuso, seja em relação aos manifestantes, seja em relação aos profissionais da imprensa. Daí, já dissemos ontem, a necessidade de haver perícia independente e uma separação entre os peritos que vão ao local do crime fazer o exame de corpo de delito daqueles policiais que operam na repressão, e especialmente que não possam estar sob o mesmo comando. Isso, invariavelmente, como mostra a triste história dos autos de resistência, tem levado à impunidade. Quando não se tem uma perícia independente, não se chega a lugar algum.

Ainda que eu possa concordar que alguns casos exigem um olhar mais atento em relação a esse crescimento da violência contra jornalistas e as atividades de imprensa, o que nos preocupa muito. Eu lembro, inclusive, Senador Paim, que fui com a Ministra Maria do Rosário pelo CDDPH a Ipatinga, na apuração de casos muito graves de violação, todas elas vinculadas a denúncias de grupos de extermínio, e, no caso desses grupos de extermínio, quem estava por trás eram, invariavelmente, policiais militares. E, aí, tivemos praticamente uma intervenção na Justiça Estadual, via Belo Horizonte. Não foi preciso ser feita a federalização, mas apenas com um delegado deslocado e um grupo de Promotores se conseguiu desvendar e resolver aquele caso. Essa, talvez, seja uma prática importante para se colocar em relação a situações como essa.

Esse é o primeiro ponto: nos Estados, em determinadas situações onde se verifica a contumácia de ações a jornalistas, para a qual não se está tendo uma pronta resposta, esses são os casos possíveis de serem levados ao STJ numa eventual situação de federalização. Mas nós temos de crer e de apostar que os sistemas habituais possam funcionar.

Eu repito isso como um mantra: a polícia de investigação e a perícia criminal não podem estar sob o mesmo comando da polícia que faz a repressão. Isso é fundamental! Grande parte da nossa impunidade se dá pela péssima qualidade dos inquéritos; e a péssima qualidade da investigação está ligada especialmente à falta de técnica, de inteligência e, principalmente, de interesse político na investigação. Quando há tem agentes qualificados, como nós temos, e peritos que, em termos de qualidade pessoal e profissional, nada estão a dever a qualquer outro perito do Planeta, mas que não têm os meios necessários para atuar nem a independência e a imparcialidade para produzir o seu laudo, obviamente, aí, nós temos um caldo propício para fermentar a impunidade que se escancara em todas as situações.

Quanto à questão do aumento da violência contra jornalistas, esse é um dado que particularmente a mim não me assusta, por duas razões: nós tivemos um aumento generalizado da violência em relação a todos os aspectos; tivemos um aumento da criminalidade em relação ao patrimônio, com o aumento de furtos, de roubos; tivemos um aumento significativo do número de assassinatos; tivemos um número assustador de atos de violência contra a mulher, contra a criança e contra o adolescente. Enfim, nós vivemos em um país extremamente violento. Contra aquela ideia que se tinha da cordialidade brasileira, nós somos uma sociedade violenta, e o aparato estatal reproduz essa violência e a reproduz contra todos. O jornalista é uma das partes visadas dentro desse processo.

Não vou repetir a crítica que ontem já fiz ao sistema de segurança pública – a questão da polícia militar. E, aí, eu me agrego e me solidarizo ao Movimento Passe Livre, pois acho que parte da reação violenta também se deve à atuação extremamente violenta e opressiva da polícia. Isso precisa mudar! Dizíamos ontem que a grande parte das execuções sumárias e desaparecimentos de pessoas, mesmo no período da democracia, segue um rito muito parecido ao que acontecia durante a ditadura. Isso não mudou! Então, nós temos que desencarnar esse passado e dar um salto adiante.

Eu acho que, inegavelmente, com os avanços socioeconômicos que o País teve nos últimos anos, com a diminuição da taxa de desemprego, com o controle da inflação, havia uma expectativa de que, com essa melhoria dos indicadores socioeconômicos, os índices de criminalidade baixariam, mas isso não aconteceu; e não aconteceu automaticamente não apenas por conta desses índices, mas porque nós temos uma cultura de violência, uma violência que funciona em espiral. E, se nós não controlarmos esse processo, alcançaremos níveis insuportáveis.

Nós não podemos nos acomodar com 50 mil pessoas assassinadas por ano no País. É um índice absolutamente fora de propósito. E desse índice de pessoas assassinadas pouquíssimas pessoas são investigadas, de

modo que essa ideia que a Abert trouxe, de uma investigação, precisa ser aproveitada, porque grande parte da investigação, das grandes investigações, dos grandes casos foi resolvida com a ajuda da imprensa. A imprensa, quando quer servir como auxílio da investigação, presta um grande serviço, como, de outro lado, presta um péssimo serviço quando serve para alimentar a exclusão, a discriminação, a homofobia, com programas de reportagens de baixíssimo nível, expondo a pessoa do preso. Então, a imprensa tem os dois lados. Quando ela trabalha a favor do Estado democrático de direito, da investigação, da cobrança, ela funciona muito bem.

Por fim, acho que não podia deixar de falar alguma coisa sobre o anonimato. Aí também a minha concordância com o Movimento do Passe Livre. Eu acho que há uma grande confusão hoje no país ao se confundir manifestantes com vândalos. Vândalos podem estar em todos os lugares. Pessoas violentas, que não passaram pelo Estado Democrático de Direito têm, inclusive, no Congresso Nacional. Há um Deputado específico aqui que usa da violência não apenas verbal, mas faz inclusive a defesa da pena de morte, do esquadrão. Então, temos pessoas que defendem a violência em todos os lugares e que agem de forma violenta. Agora, a manifestação e a manifestação das ruas têm de ser garantida. A liberdade de expressão, obviamente, serve não somente para que a gente escute o que a gente deseja, mas principalmente para que a gente possa escutar o que não gostaria de ouvir. O que os movimentos sociais fazem é absolutamente legítimo. O que tem de ser separado são, obviamente, os atos de depredação, de violência extrema, cuja identificação demanda inteligência da polícia. Essa questão do anonimato também serve, principalmente para quem conhece como funciona os subterrâneos da Polícia Militar, para proteger os manifestantes e sua família, porque não raras vezes a exposição leva à retaliação explícita por parte dos agentes do Estado. Isso não pode ser escondido neste debate.

É claro que não estou aqui, como Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, defendendo a violência. É óbvio que não! O que estou entendendo é que para essas pessoas têm de haver uma investigação, prisão e, obviamente, dentro do processo democrático, daquilo que chamamos de devido processo legal, com direito à defesa. Agora, cercear o movimento e as manifestações por conta de excessos desse ou daquele grupo, seja de esquerda ou de direita, não me parece que funcione em favor da democracia. Agora, certos grupos terão de ser monitorados, não importando se eles funcionam como torcidas organizadas dentro de estádio de futebol ou se aproveitam a manifestação para a prática de crimes comuns. Isso tem de ser identificado, isso tem de ser investigado, isso tem de ser colocado. Então, acho que esse é um ponto importante.

Por último – e agora termino mesmo, Senador –, eu tenho muitas dúvidas a respeito de discutir projetos que qualifiquem atos de manifestação violenta como atos de terrorismo. O terrorismo é outra coisa. As manifestações, ainda que violentas, estão em outro patamar. Eu tenho uma certa preocupação pelo fato de se discutir, no Congresso Nacional, projetos de lei da mais alta importância, sobre um certo estrupido midiático também de direita, me permitam a franqueza, de tentar criminalizar os movimentos sociais e de tratar os manifestantes todos como terroristas. Isso é um completo absurdo, isso é incompatível com o Estado democrático de direito. O que temos de ter é uma polícia que aja com transparência, que aja com inteligência, que seja capaz de separar o joio do trigo, que garanta os espaços democráticos para livre manifestação e para que os manifestantes do Passe Livre ou de qualquer movimento possam fazer o que quiserem, protestarem contra o que desejarem. Acho que esse equilíbrio tem de ser buscado pelo Estado e, obviamente, pelos próprios movimentos da sociedade democrática.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Aurélio Virgílio Veiga Rios, Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, representante do Ministério Público Federal, que também vai na linha de ser contra, e eu tenho também essa posição, radicalmente contra, criminalizar os movimentos sociais, que têm que ter a liberdade total de manifestação.

Como havia dito, passamos a palavra agora, pelo mesmo tempo de dez minutos mais cinco, ao Cled Pereira, que é também representante do Passe Livre. Terá o mesmo tempo que os outros tiveram.

O SR. CLED PEREIRA – Bom dia a todos e a todas. Espero não usar esse tempo todo.

A minha fala hoje – estamos aqui com dois representantes – é muito específica. Eu brinco que hoje, como militante e como profissional, sou mascarado dos dois lados, porque eu sou repórter cinematográfico, sou profissional de imprensa e sou um militante de movimento social. Hoje, máscara para mim, como trabalho e manifestação, é um utensílio de segurança, desde a última grande manifestação aqui, na Esplanada dos Ministérios, onde eu fui atingido por gás de pimenta da polícia, direcionado aos profissionais de imprensa.

Acho que uma coisa é importante dizer, reiterando o que o Paíque já disse, é que existe uma tensão entre população e polícia. Essa tensão só se agrava durante as manifestações. Hoje, para os manifestantes, a máscara é um utensílio de manutenção de segurança.

Eu cito o caso do dia 11 de julho. Em São Paulo, um policial foi agredido durante uma manifestação por vários manifestantes. Uma pessoa, um manifestante que assistiu à agressão e que não estava mascarado – há vídeos que mostram que ele não agrediu o policial – foi a única pessoa indiciada pela agressão desse policial.

Há pesquisas que mostram que, hoje, metade da manifestação usa máscaras. Então, esse anonimato é importante para a segurança das manifestações hoje.

Outra coisa importante a dizer – citando por identificação o caso do Santiago, que foi uma fatalidade – é que toda vez que um profissional, principalmente cinegrafistas, no geral, são atingidos em manifestações, eu sempre penso que poderia ser eu. Potencialmente, sou eu em todos os momentos ali. Eu penso que um utensílio de segurança básico, como o capacete, poderia ter evitado o caso Santiago.

Mas, ao mesmo tempo, a gente tem que ponderar que é muito diferente a besteira que aqueles garotos fizeram: a ideia imbecil de jogar um rojão numa manifestação, claramente sem intenção de matar alguém. Eles fizeram uma coisa bem impensada, bem impulsiva, que é muito diferente da agressão que é causada por profissionais da violência, que é o caso da polícia, treinada.

Cito também o caso da jornalista da *Folha* que foi atingida por uma bala de borracha. E eu fiquei me perguntando na época: se o policial a atingiu sem querer, é porque tem alguma coisa errada: se atingiu a cabeça de alguém com uma bala de borracha sem querer, a polícia precisa ser mais bem treinada; e se ele agiu, conversando com os policiais, por instinto, digamos assim, como eles sempre agem, atirar na cabeça também é um problema.

Existe hoje todo um movimento institucional pela criminalização das manifestações. Está aqui a tipificação de vandalismo e do uso de máscaras no Rio de Janeiro, que está caminhando lá na Câmara dos Vereadores. Então, vai virar crime usar máscaras nas manifestações.

A gente pode até dizer, no caso dos Black Blocs, que não batem em pessoas, quebram vidraças. Eles têm um conceito de violência e uma ética muito próprias: violência é só o que você pratica contra outros seres vivos; não existe violência contra esta mesa, não existe violência contra uma vidraça. Isso não é violência. Violência é o que você pratica contra outro ser vivo, o que é muito diferente. Você pode até não concordar com quebrar vidraça ou não, mas para o os Black Blocs isso não é violência. Violência é outra coisa.

A gente vê que avança muito, institucionalmente, a ideia de se regular muito as manifestações e muito pouco a polícia nesse sentido. No manual da polícia que lida com distúrbios urbanos em São Paulo vem escrito para não se identificarem, para tirar a identificação. Isso é um problema. Enquanto a gente força hoje, massivamente, os manifestantes, tornando crime que eles não se identifiquem, os manuais da polícia dizem para eles não se identificarem.

Então, nesse sentido, seria interessante uma regulação das armas menos letais, já que foi comprovado que não são armas não letais, são armas menos letais; corregedorias da Polícia independentes, porque hoje as corregedorias são uma piada, uma coisa que existe para cumprir tabela.

E quero falar que os veículos de comunicação têm uma responsabilidade sobre os seus profissionais nas manifestações. Existe muita solidariedade de classe entre as pessoas que estão em manifestações; a gente se ajuda muito durante as manifestações, mas isso não é algo institucionalizado pelas empresas de comunicação. Na última vez, eu fui salvo por um fotógrafo do *Correio*, que me ajudou com o vinagre que ele carregava. Então, as empresas têm que dar condições para a gente trabalhar nas ruas.

E acho que, no final é isso. Eu penso hoje que a maioria das tensões, dos distúrbios que a gente acompanhou em manifestações foi causada por uma ação da Polícia, e as piores, as que descambaram mais, foram feitas por uma ação da Polícia. Então, dentro desta Casa é onde a gente tem meios de conseguir regular a Polícia ou não, afinal a Polícia está abaixo daqui.

Era isso, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Cled Pereira, do Movimento Passe Livre, expressando o seu ponto de vista e explicando inclusive por que eles entendem que o instrumento que eles usam – alguns setores do movimento –, a máscara, é uma forma proteção, mas tenho certeza de que nenhum deles concorda com a violência, e esse é o debate que nós faremos aqui, depois, com o Plenário.

Acho que ninguém, ninguém em sã consciência, com máscara ou sem máscara, porque eu não quero entrar no debate da máscara ou sem máscara, mas tenho certeza de que ninguém é favorável a quebra-quebra, a quebrar banco, a quebrar loja, a quebra a lojinha do sicrano, como houve nas ruas de Porto Alegre, seja policial ou manifestante, que vá agredir alguém, levando à morte as pessoas. Isso eu duvido que alguém em sã consciência defenda.

E eu tenho que expressar esse meu ponto de vista, porque eu não posso ser falso. Na tribuna do Senado, eu digo isso, e, se eu digo lá, eu tenho que dizer aqui, senão, eu tenho um discurso lá e outro aqui. Então, o meu discurso, primeiro: sou radicalmente contra criminalizar o movimento, não tenho nenhuma dúvida quanto a isso.

Quando à lei do terrorismo quero deixar bem claro também que criaram uma confusão. Eu fui o Senador que não deixou que votassem, que exigiu que ela viesse para cá. Ela não chegou aqui ainda. Está o requerimento lá, senão teriam votado lá a lei do terrorismo. Como eu fiz o requerimento, dizendo que tem que passar pela CDH, eu barrei a votação da lei do terrorismo, mas sabendo qual é que era o objetivo. Agora, o Congresso está discutindo isso e tem que debater mesmo.

Eu sempre defendi os movimentos sociais, as manifestações. Quero deixar isso muito claro aqui para vocês. Vou continuar defendendo com a mesma empolgação, com a mesma alma, mas sou contra a violência, seja do policial, seja do manifestante. Não sei se é porque eu venho de uma escola mais inspirada em Gandhi e Mandela. Este ficou no cárcere, saiu de lá para libertar o seu povo e conseguiu a conciliação; ele é uma referência mundial, apesar de morto. E Gandhi libertou o seu país do Império Britânico com caminhadas pela paz. Eu sei que são momentos da história, mas eu venho dessa história, então, eu não consigo...

No tempo da ditadura, eu fui Secretário e Vice-Presidente da CUT nacional. Tive inúmeros confrontos, fui preso, mas fazia parte do processo. Cada momento da história é o seu momento. Mas sempre quando eu ocupava, como ocorreu no Conjunto Guajuviras, em que acho que hoje tem mais de 50 mil pessoas morando lá... E eu mandei ocupar o conjunto. Eu disse: "Entrem, ocupem as suas casas. Ninguém vai espancar vocês, mas vocês não vão pisar na grama nem vão arrancar uma flor." Isso foi feito. Eles estão assistindo, com certeza, esta audiência neste momento, lá em Canoas, na nossa cidade. Todos entraram e estão lá, nas suas casas, até hoje.

Então, a minha preocupação é que, até para o movimento social – porque eu vim do movimento social, eu digo que sou filho do movimento social – ganhar a opinião pública cada vez mais e continuar protestando e manifestando, quer seja contra o Executivo, contra o Legislativo, contra o Judiciário e contra setores também da iniciativa privada, porque agora não é só contra os poderes constituídos, tem que continuar, sim, fazendo esse movimento belíssimo que eu sempre elogiei e a que eu chamo de "jornada de junho e de julho", mas que começou em junho. Mas tenho dito na tribuna do Senado que sou contra qualquer tipo de violência, seja contra um homem, contra uma mulher, contra uma criança, contra um cinegrafista, contra um manifestante. Venha de onde vier sempre terá em nós alguém que não concorda com isso. Para mim, é difícil mudar de opinião, porque, ao mesmo tempo em que quebra o banco do banqueiro, quebra a lojinha também do vendedor de flores.

Eu gosto muito daquela música que diz eu queria ser "o vendedor de flores, para ensinar os meus filhos a escolher seus amores". É isso aí o que diz mais ou menos a música.

Então, eu, que sou adepto, olho para o pequeno e olho para o grande. Por isso, tenho que expressar aqui, para o nosso bom debate que vamos fazer, que não tenho dois discursos. O discurso que tenho na tribuna tenho nas ruas, tenho nos palanques, tive em frente ao Congresso quando estavam aqui umas 30 mil pessoas, num belo movimento. Naquela ocasião, eu, o Suplicy, o Rollemberg, se não me engano, o Cristovam, fomos lá dialogar; não havia clima para dialogar, voltamos, mas fomos lá de cara limpa, tranquilos, para conversar com quem estava ou não mascarado.

Vamos continuar o nosso debate. Passo a palavra agora ao Dr. Ricardo Pedreira, jornalista, Diretor Executivo da Associação Nacional de Jornais. Por último, o Sr. Marcelo Barros, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça.

Dr. Ricardo, por favor, jornalista, Diretor Executivo da Associação Nacional de Jornais, a ANJ.

O SR. RICARDO PEDREIRA – Bom dia, muito obrigado, Senador Paulo Paim, pelo convite. Bom dia, Senadora Ana Rita.

Em relação a esse assunto da violência contra os jornalistas, a ANJ – Associação Nacional de Jornais acompanha já há bastante tempo, de forma geral, os casos contra a liberdade de imprensa, não necessariamente apenas casos de violência. A gente tem relatórios anuais em que a gente procura, na medida das nossas possibilidades, identificar algum caso que tenha sido um desrespeito ao princípio constitucional da liberdade de imprensa, ao livre exercício do jornalismo. Infelizmente, o que a gente tem registrado, nesse período todo, é que os casos de violência contra jornalistas têm crescido muito. Concorro com o que o Procurador disse, isso está dentro do contexto da violência geral no País, da impunidade. Agora, sob o nosso ponto de vista – e esse é o nosso papel –, é importante porque a gente gosta sempre de observar que a violência contra o jornalista, além de ser uma violência contra a integridade física, contra a pessoa humana, é também, tem sempre esse sentido subjacente de ser uma violência contra a sociedade, contra o direito da sociedade de ser livremente informada.

Então, realmente, a gente tem observado casos de violência de todo tipo: grupos locais, como foi citado aqui; o narcotráfico; às vezes, grupos políticos; e, nos últimos meses, ficou evidente para toda a sociedade brasileira essa questão da violência nas manifestações populares. Na opinião da ANJ, isso está inserido na questão da impunidade, de forma geral, agora também no caso dessas manifestações, e, sobretudo, como foi dito aqui, da falta de preparo das forças policiais, das polícias militares.

A gente acredita que o direito de manifestação é absolutamente líquido e certo, é do nosso processo democrático. Bom que seja assim, as pessoas têm que se manifestar, agora aqueles que são representantes do Estado, da sociedade, em última análise, com a tarefa de dar segurança a essas manifestações, têm que estar preparados para isso, tanto no que se refere à atuação dos profissionais de jornalismo, para que eles possam estar ali para fazer o seu trabalho de transmitir as informações para a sociedade, quanto do ponto de vista dos próprios manifestantes.

Nesse sentido, eu gostaria, porque acho que as questões mais relevantes já foram ditas, sobretudo, de assinalar a questão da falta de preparo das polícias militares. A gente está integrando um grupo de trabalho do Ministério da Justiça, que está tratando dessa questão. Nesse fim de semana, o Ministério da Justiça fez um trabalho interessante de exercício de simulação de manifestação, para entender como é a melhor forma de encaminhar isso, como a polícia deve se comportar, como os próprios jornalistas devem trabalhar, para que a polícia entenda qual é o papel dos jornalistas ali, como eles trabalham.

Então, de forma muito objetiva, nesse ponto em particular, que é o objeto desta audiência pública, a violência contra os jornalistas nas manifestações populares, pontuamos algumas sugestões que vou ler para os senhores. As sugestões são dirigidas ao Poder Executivo Federal, no sentido de que as manifestações continuem a acontecer, em plena liberdade, que a sociedade possa ser bem informada, que a polícia atue, que cumpra seu papel e que os jornalistas possam trabalhar sem serem agredidos. Como foi dito aqui pelo Torves e pelo Théo, existem diversos acompanhamentos feitos pela Fenaj pela ANJ, pela Abert e pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Todos esses levantamentos indicam claramente que, em relação a nós, profissionais de comunicação, cerca de 70% das agressões contra jornalistas partem da violência das polícias militares.

De forma bem objetiva, as sugestões para que o Poder Federal possa cuidar dessa questão da melhor forma possível são as seguintes:

Primeiro, que sejam adotadas as medidas cabíveis, com o objetivo de facilitar e agilizar a compra de equipamentos de proteção para os profissionais de imprensa. Coletes balísticos e outros tipos de dispositivos resistentes a tiros só podem ser adquiridos com a anuência dos órgãos federais de segurança. É um processo muito lento e altamente burocratizado. A simplificação desse processo permitirá às empresas jornalísticas colocarem esses equipamentos à disposição de suas equipes, dos profissionais que eventualmente farão esse tipo de cobertura, não apenas no caso de manifestações, mas também em situações de operações policiais, etc.

Uma segunda questão: que se promova o treinamento das forças policiais de maneira a habilitá-las para a proteção dos jornalistas e de seu material de trabalho – câmeras e máquinas fotográficas, por exemplo, assim como dos veículos empregados nas reportagens –, a fim de que tais profissionais não sejam tratados de forma hostil, como tem ocorrido em diversas situações de manifestações recentes.

Um terceiro ponto – isso foi prometido, e imaginamos que vai ser cumprido, pelo Ministério da Justiça, é muito importante –: que seja definido um protocolo nacional de atuação das Polícias Militares, digamos, para que as forças policiais, nas manifestações populares, atuem da melhor forma, tanto em relação aos manifestantes como em relação aos profissionais de imprensa.

Na mesma linha – já foi citado –, nesse final de semana, foi realizada, pelo Ministério da Justiça, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, junto com a Força Nacional de Segurança Pública, a simulação de manifestações. Essa simulação aconteceu em Brasília – que seja feita em outras capitais –, com o objetivo de difundir entre os profissionais de imprensa as formas mais seguras de cobrir os eventos que envolvam alguma situação de risco; e para que os oficiais que comandam as unidades policiais, por sua vez, se familiarizem com a atuação das equipes de reportagem. É muito importante que as partes envolvidas saibam o que é que cada parte está fazendo, de forma que isso ocorra da maneira mais pacífica e eficiente possível.

Por fim, que se promovam encontros e *workshops* – eu sei que isso está na agenda do Ministério da Justiça, da Secretaria Nacional de Segurança Pública – entre oficiais das polícias e profissionais de imprensa, para que ambos tenham a compreensão mais adequada das condições operacionais de cada um em manifestações e eventos potencialmente conflitivos.

Então, eu acho que se atacarmos, se as partes envolvidas atacarem essas questões objetivamente, a gente vai conseguir melhorar o quadro que hoje se apresenta de forma preocupante.

Em relação à questão da federalização, a tendência da ANJ é concordar com o que colocou aqui o Procurador. Eu acho que, no caso dos jornalistas, da atuação dos profissionais, quando as coisas, enfim, justificam-se muito claramente, isso deve ser feito.

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO PEDREIRA – Mas os jornalistas da ANJ não reivindicam nenhum tipo de tratamento diferenciado, porque concordam que a raiz mais profunda disso está na impunidade, na falta de eficiência das

polícias, no inquérito, no encaminhamento do inquérito, às vezes até mesmo do Poder Judiciário, na demora do julgamento. Então, acho que isso tem que ser visto com cuidado.

Acho que basicamente são essas as contribuições que, no momento, a gente poderia oferecer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Ricardo Pedreira, jornalista, Diretor Executivo da Associação Nacional de Jornais, que deixa uma série de contribuições.

Sem sombra de dúvida, deixou claro o seu ponto de vista, no sentido de que um dos maiores problemas é o despreparo da polícia. Foi isso que entendi da sua análise, deixando aqui uma série de contribuições.

Por fim, Dr. Marcello Barros, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça.

O SR. MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA – Senador Paim, obrigado pelo convite; Senadora Ana Rita. Bom dia a todos.

O que a gente percebe é que o País vive um momento diferente depois de junho do ano passado, sobretudo. As manifestações no País obrigaram o Poder Público a olhar com mais cuidado aquilo que estava acontecendo na rua. Após, principalmente, aquela grande manifestação em junho, os próprios comandantes das polícias militares procuraram o Ministro da Justiça para que a gente pudesse ter um grupo de estudo para avaliar o que aconteceu e propor a criação de um protocolo nacional de atuação das polícias.

Vale lembrar que a polícia está na rua para garantir a proteção e os direitos dos manifestantes, dos profissionais de comunicação. Então, cabe a ela, essencialmente, muitas vezes, dizer “não”. É evidente que o Ministério da Justiça não concorda com qualquer tipo de violência, seja contra manifestante, seja contra o profissional de comunicação ou contra o próprio policial. O que a gente espera é que a manifestação ocorra.

Não existe nenhuma discussão para que a gente possa, sob a ótica do Ministério, criminalizar movimentos sociais. Isso de maneira alguma surgiu, apesar de ter sido ventilado em algumas oportunidades.

No fundo, o Ministro buscou três eixos para poder discutir a questão dos movimentos sociais, as manifestações e as manifestações violentas.

O primeiro, com esse grupo de trabalho, que definiu um protocolo mínimo de atuação das polícias, definindo essa questão da identificação, se o policial tem ou não que estar identificado. Ele tem que estar identificado, dotando-o de equipamentos que ele teria que utilizar. Um deles, por exemplo, que está previsto é que ele esteja utilizando uma câmera, em que se vai filmar não só a ação dos manifestantes, mas a própria atuação dele naquele evento, porque, além de tudo, ele também precisa da segurança em relação ao que ocorre naquela manifestação.

O segundo eixo foi uma discussão de propostas de alteração legislativa, não sob a ótica de tornar crime ou criar um novo tipo penal para as manifestações, mas que a gente pudesse ter algum tipo de qualificação, por exemplo no crime de dano – e isso está sendo discutido –, para que a atuação da polícia, do Ministério Público e do Judiciário pudesse atender à necessidade daquilo que a gente viu acontecer no País inteiro. Isso visa, contudo, a garantir o direito à propriedade, como bem falou o Senador. Quebrou o banco, mas também quebrou uma loja, quebrou uma banca de jornal, destruiu veículos. A gente não defende nenhum tipo de atuação que seja violenta.

Essas são as propostas do Ministério com relação à alteração legislativa.

E o terceiro eixo foi a criação de um grupo de trabalho para discutir a segurança dos profissionais de comunicação. Quando a gente fala em garantir a segurança, ela não é plena, porque a gente sabe que ele está no movimento, que pode ocorrer um conflito, mas ele tem que ter o mínimo de proteção e isso tem que estar pactuado. É evidente que às vezes há uma resistência, porque haverá uma despesa para comprar um equipamento de segurança, mas todos trabalhadores que se envolvem em atividade de risco – como na construção civil, – têm que estar dotado de equipamentos de proteção. E se o profissional – e os números apontam isso – de comunicação está exposto e os números levam à discussão nesse caminho, é evidente que vão ter que estar pactuados, vão ter que estar discutido pelo menos padrões mínimos de proteção.

Esse grupo de trabalho foi dividido com duas reuniões e um exercício simulado, que aconteceu nesse final de semana. Setenta jornalistas participaram de um exercício, juntamente com a Força Nacional de Segurança Pública, num modelo de imersão. Então, eles ficaram dois dias inteiros trabalhando situações que envolvem manifestações, gerenciamento de crise, posicionamentos, condutas.

Em que pese o pedido da ANJ para que a gente consiga ampliar esse curso para o País inteiro, a gente sabe que nossa capacidade de execução para todos jornalistas do País seria difícil. Então, a nossa proposta é, ao final disso, a discussão sendo validada no exercício, validada depois numa próxima reunião, que isso produza um documento e que esse documento seja feito na forma de uma cartilha a ser distribuída não só aos profis-

sionais de educação, mas para os profissionais de segurança pública, porque eles também precisam entender como é a atuação da imprensa.

Todos dois são muito necessários. A gente tinha uma discussão no começo que entrou sob a ótica de que: “Ah, vocês querem tratar de forma diferenciada os jornalistas?” Não! Garantir a cobertura da imprensa é garantir o acesso da sociedade à informação. Então, eu preciso que aquele profissional tenha a plena garantia de que ele vai poder cobrir aquela manifestação, mas que ele tenha noção das condutas que ele deve adotar. Isso é feito no mundo inteiro, esse protocolo, esse GT foi construído sob a ótica dos protocolos da ONU, da UNESCO; não foi simplesmente pensado na Secretaria, algo militarizado, algo nesse sentido e foi amplamente debatido. A gente vai ter uma nova reunião e espero que esse documento esteja pronto, essa cartilha, já para a Copa do Mundo, já para todas as manifestações que vão ocorrer daqui para frente.

Evidente que a morte do cinegrafista Santiago no Rio de Janeiro trouxe o tema com muito mais calor à discussão. A gente percebe que muitas vezes o foco fica voltado à atuação da Polícia Militar, que teria sido ruim, mas, se fizermos um paralelo com outros países, no dia em que tivemos mais manifestantes no País tivemos um milhão de pessoas nas ruas, 44 prédios públicos invadidos, 65 mil policiais militares atuando, a gente não teve uma morte. Poucos dias depois, no Egito, a gente abriu o dia com 40 pessoas mortas. Agora, na Venezuela, já superaram – se não estou enganado – mais de 35 mortos nos conflitos.

Evidente que temos que acertar muita coisa. A Secretaria Nacional e o Ministério da Justiça têm trabalhado juntamente com a Secretaria de Reforma do Judiciário, juntamente com o Conselho Nacional do Ministério Público para que as Corregedorias possam atuar, para que a gente tenha a Corregedoria próxima ao local das manifestações para receber as denúncias, mas a gente entende que, dado o tipo de trabalho, dada a forma como isso se apresentou também às polícias, a gente teve uma atuação que não produziu a quantidade de mortes ou de resultados ruins que a gente tem visto no Mundo.

Então, Senador, estamos abertos à discussão. O Ministério da Justiça e a Secretaria Nacional de Segurança Pública têm discutido, têm debatido e têm aprofundado o debate sobre tudo que envolve esse movimento novo que vivemos no País.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Dr. Marcello Barros, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Eu queria ver se a Secretaria da Comissão conseguiu reunir as principais propostas, para que eu possa, neste momento, apresentá-las aqui e, ao mesmo tempo, ouvir a opinião dos nossos convidados sobre os encaminhamentos que pretendemos fazer a partir desta audiência.

Não sei se a Senadora Ana Rita quer fazer alguma colocação. *(Pausa.)*

Então, a Senadora Ana Rita com a palavra neste momento.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Eu quero aqui parabenizar a Mesa, todos os nossos convidados pela participação, pelas colocações aqui feitas.

Fiquei muito feliz de poder ouvir os representantes do Movimento Passe Livre. Acho que trazem aqui uma visão importante. Na verdade, é preciso realmente garantir as condições necessárias para que as manifestações sociais, que buscam assegurar direitos da nossa população, sejam respeitadas.

Entendi, na avaliação do Movimento Passe Livre, que não há nenhuma opinião a favor, nem contra o movimento Black Bloc, que é o que nos preocupa hoje, porque esse movimento pode – e me parece que é isso que está acontecendo – gerar na sociedade uma opinião contrária aos movimentos sociais. A opinião pública não diferencia muito a atuação dos movimentos sociais do movimento Black Bloc. Para alguns é tudo a mesma coisa. Não fazem muito essa distinção.

Então, eu, particularmente, tenho uma preocupação muito grande no sentido de criminalizar os movimentos sociais. Não podemos retroceder na nossa história. Precisamos avançar, garantir o direito de expressão da sociedade, dos movimentos que lutam legitimamente para garantir seus direitos. Nesse caso, direito ao passe livre, direito a ter acesso às informações reais de forma correta. São diversos os movimentos sociais – movimento sindical, movimento popular, enfim – que lutam para garantir os seus direitos.

Recentemente, no meu Estado, o movimento de professores por uma educação pública de qualidade foi brutalmente confrontado com a Polícia Militar, que jogou bomba em cima dos professores. Esse tipo de comportamento da polícia nós não podemos permitir. Por outro lado, a gente percebe que há classe de policiais ainda altamente discriminada e muitos profissionais sem condições dignas de trabalho também.

Então, esses são sinais da sociedade que no dia a dia se apresentam. O Poder Público, tanto o Poder Executivo quanto o Legislativo, e todo o sistema de Justiça precisam ter um olhar atento a essa realidade para dar uma resposta efetiva.

Mas também não tiramos aqui a responsabilidade das instituições privadas, que também têm o seu papel a cumprir. E como nós, hoje, estamos falando da violência contra jornalistas – e os números aqui apresentados pela Fenaj foram ratificados pela Abert e pela ANJ –, eu não tinha noção de quantos profissionais da comunicação morreram, principalmente neste ano, em 2014. Eu me surpreendi. Só em 2014, quatro profissionais, jornalistas, já foram assassinados. Em 2013, também foram quatro. Quer dizer, em um ano, em 2013, quatro foram mortos; em três meses, em 2014, quatro já foram mortos. Se seguir esse ritmo, até o final do ano, quantos serão mortos?

Estamos falando especificamente de jornalistas, mas quando olhamos outras pessoas da sociedade civil e do movimento social, quantas pessoas estão sendo mortas, agredidas, por lutarem pelos seus direitos! Uns, no seu legítimo exercício profissional, e precisam ter as garantias para exercer sua profissão. E aí comungo das opiniões da Fenaj, de que é preciso realmente oferecer aos trabalhadores da área de comunicação condições dignas de trabalho, pois precisamos da informação, a sociedade precisa da informação. E quanto mais fidedigna, melhor. Para isso, o profissional precisa estar junto, precisa estar no meio, precisa acompanhar de perto. Ele não pode emitir uma opinião de longe, distante, fazendo um juízo de valor sobre aquela manifestação. Ele precisa estar junto, acompanhando. Para estar junto, ele precisa estar protegido. E quem vai oferecer proteção a ele? É quem lhe paga, é quem o coloca no meio da manifestação.

Aqui, eu vejo que os canais, as redes de comunicação precisam realmente pensar sobre isso e oferecer aos profissionais condições de trabalho, como foi bem lembrado pelo Ministério da Justiça. Esta semana, vimos o caso dramático de um trabalhador da construção civil, de 23 anos, que perdeu a vida. A empresa é responsável, ela precisa cumprir com o que prevê a legislação, oferecer ao trabalhador condições para que ele exerça sua profissão. Assim o é com os profissionais de imprensa. Esse é o papel que precisa ser adotado.

Por outro lado, comungo plenamente com a opinião de que, na sociedade contemporânea, não pode haver comportamentos do período da ditadura militar, em que tudo se resolve na base do cassete, da paulada, da pancada. É preciso preparar os profissionais de segurança pública para lidar também com os movimentos sociais, com as manifestações públicas. Nós vivemos em uma sociedade democrática. É preciso conviver harmonicamente, preservando a integridade física da população, com certeza, mas assegurando que os movimentos possam se manifestar.

Eu entendo que precisamos conhecer melhor essa questão dos Black Blocs. Particularmente, eu tenho a opinião de que não podemos permitir esse tipo de comportamento agressivo, arrogante e violento. Violento, sim. Não deixa de ser violento. Quebrar patrimônio privado ou público é uma ação violenta também. Minha opinião é esta: é uma ação violenta. Quando se quebra a vidraça, por exemplo, de uma instituição pública, utiliza-se recurso público para refazer aquilo. Respeitamos o princípio do movimento, mas é um princípio, na minha opinião, muito questionável e que pode se confundir com os movimentos sociais legítimos, como o Movimento Passe Livre, que, do ponto de vista dos direitos humanos, é o que mais existe de saudável. É a luta social para conseguir melhorar as condições de vida da nossa população, assegurar aos jovens, aos estudantes, passagens mais adequadas. Sabemos que há uma exploração das empresas de transporte coletivo no que se refere ao valor das passagens, principalmente da população pobre, que depende do transporte público. Precisamos oferecer cada vez mais transporte de qualidade. Ninguém agüenta mais tantos carros na rua. Precisamos pensar na mobilidade urbana para toda a população e não para alguns. O transporte público é para toda a população, independentemente de classe social. Se for de qualidade e atender as necessidades das pessoas, é para atender a todos, independentemente da classe social. Precisamos pensar sobre isso. E o Movimento Passe Livre cumpre um papel muito importante nesse sentido.

Ao fazer essas considerações, Sr. Presidente, expresso um pouco a minha opinião pessoal em relação ao movimento. E quero agradecer profundamente a presença de todos neste debate tão importante. Lamentavelmente, não temos aqui a presença de um número maior de Parlamentares porque acontecem neste momento também outras reuniões. Mas este é um debate que a sociedade acompanha pela TV Senado e que contribui, sim, para formar uma opinião a respeito do que acontece em nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita.

Nós pretendemos até as 11h, porque se iniciam outras reuniões, como da Comissão de Educação, onde temos diversos projetos.

Como é de praxe, tomei nota da maioria das manifestações. E deixo claro que há um projeto lá na CCIJ que vai aprofundar esse debate e, no meu entendimento, seria importante que houvesse uma audiência pública lá também, porque, pelo que recebi aqui, é um projeto duro em relação à questão dos movimentos. Por isso, eu recomendaria que a gente tentasse provocar também lá um debate semelhante a este, que, para mim, foi de alto nível.

Quero cumprimentar todos os nossos convidados. Aqui, todos explicitaram seus pontos de vista com muita clareza, apontando qual o caminho que entendem ser o mais correto para manter a integridade, seja das pessoas ou do patrimônio, sem que em nenhum momento isso venha a tolher, inibir, proibir as manifestações populares. Foi isso o que entendi.

Mas vamos dar, no mínimo, dois minutos para cada um dos convidados para suas considerações finais.

Depois, eu apenas vou citar o que cada um encaminhou para a Mesa. Por exemplo, o Movimento Passe Livre encaminhou cinco questões que entende serem o ponto de vista deles; a ANJ a mesma coisa; o Ministério da Justiça também levantou questões. Todas ficarão aqui registradas.

Agora, devido ao nosso tempo e para que no final eu possa ler o que foi apresentado à Mesa, vou conceder de dois a três minutos para cada um dos convidados antes de encerrar esta audiência pública.

De pronto, eu já recomendo que haja, devido ao projeto em debate na CCJ, uma audiência pública lá sobre o tema. Acho que com isso todos ganham.

Vou inverter agora. Vou pegar a minha lista e segui-la.

Passo a palavra para o Cled Pereira, do Movimento Passe Livre, para em dois ou três minutos fazer algumas considerações sobre o tema em debate.

O SR. CLED PEREIRA – Queria começar dizendo que nós do Movimento Passe Livre sequer temos uma posição fechada a favor ou contra os Black Blocs. O que a gente acha que não dá é que eles sejam demonizados sem que haja uma discussão social sobre se a tática de atacar bancos é ou não legítima e que isso não seja colocado no mesmo patamar da agressão contra pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Isso não entra aqui. Pode ter certeza de que não entra na nossa discussão.

O SR. CLED PEREIRA – Lembrando sempre que, por exemplo, no caso dos rapazes que atingiram o Santiago, eles não eram Black Blocs, como ficou difundido; eles eram apenas pessoas mascaradas na manifestação, e ser um mascarado na manifestação não quer dizer que se é um Black Bloc. Eu tenho minhas opiniões pessoais, as minhas críticas a favor e contra o Black Bloc, mas não acho que dá para criminalizá-lo *a priori*.

A gente do Movimento Passe Livre...

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mais um minuto.

O SR. CLED PEREIRA – ... luta hoje por tarifa zero, pelo transporte universal para todo mundo, porque a gente entende isso como justiça social.

Por último, para encerrar, a gente tem que tomar uma medida contra a violência em todas as manifestações. E, como ficou entendido aqui em todas as falas, quem pratica violência, majoritariamente, é a polícia. Então, a gente tem que tomar alguma atitude contra a violência nas manifestações.

Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Cled Pereira, expressando, de forma bem resumida, o seu ponto de vista sobre o tema.

Agora o Dr. Marcello Barros, do Ministério da Justiça.

O SR. MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA – Fiquei com uma certa preocupação de a gente pensar que o movimento social possa fazer com que uma ação violenta, com ataques seja a pessoas, seja a profissionais da imprensa, sejam a policiais e a instituições, possa ser legitimada.

Há uma figura no País que não pode ser subvertida – nesse sentido, os direitos, as garantias e os deveres estão todos previstos em lei: a gente tem um Código Penal, um Código de Processo Penal, as outras leis – e que a manifestação não exige de quem participa, de quem trabalha ou de quem tem a função inclusive de reprimir nenhuma delas. Então, sejam policiais, sejam todos aqueles que estão envolvidos, no cometimento de crime, a ação penal, a atuação penal não vai poder se furtar a fazer a sua apuração e o julgamento com o devido processo legal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – V. S^a tem 40 segundos ainda.

O SR. MARCELLO BARROS DE OLIVEIRA – Está bom.

Por fim, o Ministério da Justiça continua aberto ao debate, a sugestões, com relação aos temas que comentamos aqui, seja da atuação das polícias militares, seja de alterações legislativas, como da garantia da segurança dos profissionais de comunicação que atuarão nas manifestações. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Marcello Barros, que falou em nome do Ministério da Justiça.

Por favor, o Sr. Ricardo Pedreira, jornalista, Diretor-Executivo da Associação Nacional de Jornais.

O SR. RICARDO PEDREIRA – Queria primeiro cumprimentar, mais uma vez, a iniciativa da Comissão de Direitos Humanos do Senado. Acho que é muito positivo esse debate. Contribui. No nosso ponto de vista, a questão de um protocolo unificado de atuação das polícias militares é fundamental.

Agora, quero registrar que é interessante termos informados do que o Marcello nos passou quando comparou a atuação das polícias militares do Brasil naquele dia com a atuação da polícia do Egito. Precisamos ver que há um esforço. Nós temos que buscar aprimorar essa atuação. Daí que as nossas sugestões são todas nesse sentido de melhor qualificar as polícias militares e melhor treinar as polícias militares e os próprios jornalistas. Equipá-los, também, com essa ajuda de algum processo de desburocratização, de simplificação na compra de equipamentos.

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO PEDREIRA – Naturalmente, o entendimento é de que as manifestações devem se dar em um ambiente da mais absoluta liberdade. E saudar o Ministério da Justiça na condução desse processo. Acho que nós vamos poder avançar e construir, enfim, avanços concretos mesmo. É isso.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Dr. Ricardo Pedreira, jornalista que falou pela ANJ.

O Dr. Aurélio teve de se retirar.

Chamamos o representante do Movimento Passe Livre, o Sr. Paulo Henrique da Silva Santarém.

O SR. PAULO HENRIQUE DA SILVA SANTARÉM – Reiterando o que já foi dito, o Movimento Passe Livre é radicalmente contra qualquer ato de violência que temos na sociedade.

O que nós discutimos são as formas de se reagir a essas violências estruturais que nós sofremos, que são: racismo, machismo, segregação social, violência de classe, todas essas violências estruturais que nós sofremos na sociedade. Nós discutimos as formas de reagir a elas. Essas violências se expressam cotidianamente sobre os nossos corpos, e as formas de reagir a elas nós discutimos. Existem formas mais adequadas e menos adequadas, mas a reação à violência não pode ser confundida com a violência original.

Então, nós somos radicalmente contrários a qualquer forma de violência e lutamos por uma sociedade de paz, mas a paz se exerce com igualdade. Isso tem que ser muito claro. Nós não defendemos a violência em momento algum aqui.

Sendo assim, por exemplo, a criminalização de certas formas de reação, ponderadas ou imponderadas, amplia um arco de ações.

Nós lutamos por tarifa zero no transporte coletivo, porque achamos que é uma violência o trabalhador ou qualquer pessoa ter que pagar por um direito, ter que pagar pelo transporte. Pode pagar se quiser, como há escolas públicas e privadas, hospitais públicos e privados. Mas tem que ter o direito assegurado ao transporte pela cidade. E se não tem, é uma violência que nós temos contra a mobilidade dessas pessoas.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO HENRIQUE DA SILVA SANTARÉM – Uma pessoa que está pagando pelo seu direito e que tem um transporte coletivo que quebra, e que destrói o dia dela como um todo regularmente...

Isso é anterior ao MPL. Isso não pode ser vinculado a qualquer instrução que a gente der à população, nós não temos esse poder.

As pessoas queimam ônibus em todo Brasil, porque o ônibus é ruim. Essa prática de queimar ônibus como, na nossa leitura, legítima reação ao sistema de transporte precário, violento, inclusive, assassino – porque muita gente morre nesse transporte coletivo imbecil que a gente tem no Brasil – não pode ser vinculada a um projeto de lei para agravantes de crimes durante manifestações. Essas pessoas não podem ser vinculadas a isso, mas esses projetos aqui vinculam todas as formas de resistência à violência que a gente sofre como formas ilegítimas.

Tenho mais um minuto, não é?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você tem agora um segundo, mas como você precisa de mais um minuto...

O SR. PAULO HENRIQUE DA SILVA SANTARÉM – Não, é porque parecia que eram dois.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Não, mas eu vou te dar mais um minuto.

O SR. PAULO HENRIQUE DA SILVA SANTARÉM – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Vai lá, mais um minuto.

O SR. PAULO HENRIQUE DA SILVA SANTARÉM – Então, nós queríamos só colocar isso.

E, por fim, se vamos falar de uma linha estrutural, nós concordamos. É um dado: a polícia, talvez, em manifestações do Brasil, mate menos; mas, para anistia internacional, é a polícia que mais mata no Planeta. Nós temos os autos de resistência aí. Então, a gente não pode ignorar isso. Não é porque em manifestações nós te-

nhamos... E aí tem que ser feita uma análise se a repressão política, repressão pública é grande ou é pequena, mas isso já é outro papo. A gente não pode negar que a polícia no Brasil é uma das que mais mata no Planeta. A gente tem 50 mil mortes por ano por arma no Brasil, de diferentes formas; 50 mil por ano é um dado antigo, de 2006, 2007. Nós temos que avaliar hoje. Nós temos um processo de auto de resistência para ser efetivado; nós temos um programa estruturante do Governo, que é o Juventude Viva, que é para atenuar a morte da juventude negra que o Estado comete. Essa morte da juventude negra é cometida pelo Estado.

Então, nós só queremos deixar isso claro: a polícia mata muito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi o Paulo Henrique da Silva Santarém, representante do Movimento Passe Livre, que mais uma vez expressou o seu ponto de vista.

Ele fala uma frase que é interessante; diz ele assim: “Nós somos contra todo tipo de violência.” Eu acho que ficou muito clara a sua fala: todo tipo de violência, e não só a questão do patrimônio ou isso ou aquilo, das formas que ela se desenvolve no País.

Agora passo a palavra ao Diretor de Comunicação da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Sr. Théo Rocheford.

O SR. THÉO ROCHEFORD – Senador Paulo Paim, agradeço a oportunidade, cumprimento-o pela iniciativa extremamente importante e necessária, porque o que se trata aqui é de garantia de direitos na sociedade brasileira – quer dizer, direito de manifestação, direito de reunião, direito de expressão de cada cidadão e, fundamentalmente, o direito de liberdade de imprensa, que cumpre um papel importante em qualquer democracia.

Então, eu fico à disposição, agradeço a oportunidade. Para próximos eventos, estamos à disposição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem, esse foi o Théo Rocheford, que falou pela Abert.

Agora, pela Fenaj, o jornalista José Carlos Torves, que encerra a fala; sem prejuízo, claro, se o Senador quiser usar a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS TORVES – Bom, a violência contra os jornalistas brasileiros cresceu muito nos últimos cinco anos, e nós ficamos entre os países mais violentos do mundo contra profissionais da imprensa.

Então, essa necessidade, que nós estamos buscando há um bom tempo – tanto a Abert como a MJ são testemunhas de que nós temos procurado encaminhar um protocolo de segurança no modelo da OEA, que achamos que é o que melhor atende às nossas necessidades –, não começou agora com as manifestações de junho e, muito menos, com o assassinato do Santiago. Até para ressaltar: nós não acreditamos que tenha sido um acidente; para nós foi um assassinato doloso. Essa é a opinião da Fenaj.

Entendemos que essa audiência pública foi fundamental e deve ocorrer mais para nós discutirmos todo o aparato de sugestões, para que a gente melhore.

Quero dizer ao Ministério da Justiça – nós comparecemos à primeira reunião que foi chamada para discutirmos logo após o assassinato do Santiago – que continuamos à disposição. Achamos que foi importante, mas só esse treinamento militar dos jornalistas, que atendeu 70 jornalistas, é insuficiente para a grandeza deste País.

Achamos importante implementar o protocolo de segurança como uma cartilha para as polícias militares, assim como várias medidas são fundamentais. Vamos continuar dialogando para alcançarmos uma situação melhor no País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem. Esse foi José Carlos Torves, que falou pela Fenaj.

Eu, por uma questão de justiça, tenho de apresentar aqui três mensagens que chegaram.

A primeira que é de Wellington Francisco da Rocha, da Bahia, que diz que nós temos de ter uma política que vá na linha da pedagogia familiar; ele resume aqui que tudo começa com a família, com políticas públicas para a família.

Já Ana Paula Nunes Brito aproveita o momento para dizer que é contra as cotas para negros no serviço público. Está registrado. Falo tudo. Posso até discordar, mas falo o que recebo. Claro que minha posição é outra.

Tem também uma da Marilidia Puliero: “Tirar comentarista de programa de TV que discordam do Governo é uma forma de violência contra os profissionais da imprensa ou não?” Na verdade, ela faz uma afirmação. Claro que é uma violência; ninguém está dizendo que não, seja onde for, em qualquer país que acontecer. Não sei se foi aqui ou se ela está se referindo a outro país.

Só vou registrar, porque, como se diz, há controvérsias sobre todos os pedidos, o que foi aqui feito. Acho que unifica a nós todos – entendo que unifica – o que vou falar primeiro: todo mundo aqui é unânime – e que vá também para a CCJ – em ser contra a criminalização dos movimentos sociais; nesta Mesa ninguém se posicionou de forma diferente. E somos contra – e vou pegar a sua frase se você me permitir porque ela nos unifi-

ca – qualquer tipo de violência, sem especificar qual a violência, porque de fato é com isso que me identifico e tenho certeza de que mesa também se identifica. Somos contra qualquer tipo de violência.

Depois vem a proposta da Fenaj sobre a adoção de um protocolo de segurança para jornalistas como o protocolo da UEA, que regula a relação entre empresas e jornalistas. Depois, a reavaliação dos custos de formação dos policiais militares – isso vamos encaminhar naturalmente ao Ministério da Justiça; a finalização das investigações de crimes contra comunicadores; e a instituição do Observatório da Violência contra os Comunicadores.

Abert: treinamento para a qualificação da atuação policial, função do Governo Federal; padronização e análise das estatísticas de violência contra a imprensa por meio, também, de um observatório, por exemplo, formado por segmentos da sociedade.

O Movimento Passe Livre levantou aqui cinco questões que vou ler. Eles disseram e reafirmaram, no final, porque as encaminharam, inclusive, por escrito para esta Presidência: regulamentação de armas não letais; corregedorias independentes; desmilitarização das polícias militares; treinamento e regulamentação direcionada e exclusiva para a ação de policiais em manifestações – seria aquilo que outros já falaram, é a preparação maior –; e a garantia do direito ao anonimato em manifestações com forma de proteção aos manifestantes.

Essas são as reivindicações do Movimento Passe Livre, que ficam registradas aqui na Casa.

O que vou incluir? Acho que nós deveríamos, a partir desta audiência, convidar – inclusive, se depender de mim, todos – os que estão aqui na Mesa para participarem de uma audiência na CCJ antes da votação final de um projeto que está lá e que vou resumir: a CCJ examina a tipificação do vandalismo e agravantes por crime durante a manifestação. A proposta considera agravante, por exemplo, qualquer tipo de proteção contra a identidade do manifestante. Enfim, isso é considerado crime e se aumentam as penas, inclusive.

Se vocês concordarem, se todos concordarem, vou ao menos propor que a CCJ faça uma audiência pública antes de votar esse projeto que, pelo que vi aqui, vai na contramão pelo menos daquilo que pensam os líderes do Passe Livre. É importante que eles ouçam vocês também, como vocês aqui tiveram essa oportunidade. Todos têm direito a dar a sua opinião e ouvir o contraditório das partes.

Meus amigos e minhas amigas, a nossa audiência cumpriu o seu objetivo, mas eu não vou encerrar, com certeza absoluta, sem deixar de ouvir esse lutador, que é o companheiro Senador Capiberibe, que ontem foi o agente principal de uma grande sessão no plenário desta Casa, que eu simplificaria dizendo: ditadura nunca mais! Ontem lembramos os 50 anos desse fato lamentável.

Com a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Violência do Estado, também, nunca mais!

Sr. Presidente, Paulo Paim, Srs. Convidados, vou tratar de ser muito breve aqui, mas gostaria de fazer um resumo da minha experiência.

Eu reconheço que o Estado brasileiro, a sociedade brasileira é de pouca tradição democrática, mas de excesso de violência institucionalizada do Estado. Ao longo de toda a história do Brasil, desde a Proclamação da República até este 1º de abril de 2014, esses últimos 30 anos foi o mais longo período de estabilidade democrática que nós tivemos. Mas nós não deixamos de conviver com as sequelas e com os vícios da repressão e da ditadura.

Pela primeira vez, eu considero que a ditadura caiu ontem no Brasil, ou caiu esta semana. Pela primeira vez, depois de 50 anos, desde a derrubada do governo constitucional de João Goulart, da tomada do poder através das armas, do fechamento do Congresso, esses anos todos, pela primeira vez, nós estamos discutindo a ditadura civil milita, no Brasil, com absoluta liberdade, com absoluta independência.

Alguns órgãos de comunicação que apoiaram a ditadura fizeram autocrítica, reconheceram o erro, e, mais do isso, agora, sim, estão comunicando, de fato, a outra versão da história e não, a versão da ditadura. Isso faz uma grande diferença em todos os aspectos da sociedade brasileira, incluindo a violência estatal, a violência do aparelho repressivo do Estado.

Nós temos um problema a ser resolvido, porque a violência praticada hoje pelas forças de segurança tem origem lá atrás, tem origem na impunidade dos torturadores, daqueles que sequestraram, torturaram, assassinaram opositores da ditadura. Era um a violência com um objetivo claro: calar, silenciar, impedir qualquer forma de manifestação e de resistência à ditadura. E para se retomar o caminho da democracia foi necessária uma negociação em plena ditadura.

A Lei da Anistia foi negociada em 1979, com centenas de brasileiros nas prisões, milhares de exilados e ainda sob a égide de um ditador. Então era impossível fazer mais do que foi feito. Mas é preciso entender que essa prática de repressão, de violência praticada pelos órgãos do Estado continuou. Só mudaram, digamos, as vítimas. Hoje já não se pratica, imagina, já não se pratica mais a violência contra os opositores do Governo, por exemplo; no entanto, a violência continua feroz, continua-se praticando o sequestro de pessoas, a ocultação de cadáver e a tortura em todo o Brasil. Quantos Amarildos desapareceram ao longo desses últimos 10 anos?

Eu não vejo, de fato, uma alternativa que possa substituir esse quadro que não seja uma revisão da Lei de Anistia.

Eu entendo que a revisão da Lei de Anistia não tem uma preocupação exclusiva com o passado, até porque os criminosos da ditadura, os crimes da ditadura e aqueles que os praticaram estão quase todos acima de 75, 80 anos. E com a lentidão da nossa Justiça, evidentemente que é fora de questão qualquer tipo de punição para os crimes do passado. Mas a revisão da Lei de Anistia teria um impacto direto na repressão hoje. Seria uma maneira de estancarmos a prática da tortura pela repressão. Seria uma maneira de estancarmos o sequestro de pessoas pelos órgãos de segurança.

E eu falo da minha experiência como gestor público. Eu fui governador do meu Estado, e as polícias militares têm uma vinculação muito forte com o Exército, tinham uma vinculação muito forte com a violência institucionalizada da ditadura. E aí nós então debatemos, discutimos e implantamos uma política completamente alheia a essa orientação repressiva. Chegamos ao ponto de eliminar o batalhão de choque, até porque as manifestações populares não são caso de polícia, são caso de política. Então, a partir desse princípio, nós eliminamos, acabamos com o batalhão de choque e construímos uma polícia que se implantou sem esse negócio de – como é que chamam hoje? – ocupação, não é? Eu nunca vi nada igual. Como é que se ocupa o espaço urbano onde vivem brasileiros e brasileiras como qualquer um? Não, a nossa polícia se implantou de forma interativa com as comunidades, e aí nós passamos a controlar as ocorrências policiais. O soldado da Polícia Militar não passa de um cidadão fardado, com autoridade delegada. E essa Polícia passou a conviver com a comunidade, interagir e controlar o crime. Então me parece que está na hora de nós revermos isso.

Vamos rever a lei que garantiu a impunidade para os torturadores, para aqueles que praticam a violência em nome do Estado. Como já disse, não vai ter nenhuma repercussão no passado, mas vai ter sim uma forte repercussão no presente. Eu tenho convicção de que isso terminaria fazendo com que se revisse toda a política, principalmente em relação às nossas polícias militares, que têm que se desvincular totalmente da orientação do Exército.

Nossas Forças Armadas são treinadas para defender a Nação e são treinadas para matar, claro, para a guerra. As forças de segurança pública são treinadas para proteger o cidadão, mas não é o que nós estamos vendo. Isso passa por uma mudança profunda na sociedade brasileira. A democracia no nosso País avançou e vai continuar avançando, e o povo nas ruas é que vai ajudar a promover esses avanços na democracia.

E nós aqui temos que estar atentos com o desejo da sociedade brasileira. E, entre outros, é o de fazer dessa sociedade uma sociedade pacífica, uma sociedade onde as pessoas possam voltar a desfrutar das nossas ruas e avenidas, porque hoje nós não temos liberdade. Nem eu aqui em Brasília posso, depois das oito horas da noite, andar na minha quadra. Nós chegamos ao absurdo de vivermos confinados e com medo. Então essa violência estimulada pelo aparelho de Estado terminou se espalhando pelo conjunto da sociedade brasileira.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Muito bem.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Apoio Governo/PSB – AP) – Eu espero que os senhores que aqui estão reflitam sobre a necessidade da revisão da Lei de Anistia, não para olhar o passado, mas para olhar o presente e o futuro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Esse foi o Senador Capiberibe, que deixa clara a sua visão, que não é nenhum tipo de revanchismo, como alguns querem colocar, mas olhar o presente e projetar o futuro com essa visão.

Havia, por parte do meu gabinete, a intenção de que eu apresentasse um projeto sobre o tema do jornalista, já que o eixo do debate foi a violência contra os jornalistas. Eles fizeram um projeto, naturalmente, com a assessoria do Senado, que vou simplificar. Eu falei, rapidamente, com o Torves, que me disse que por ele tudo bem. Isso não quer dizer que o projeto não possa ser aperfeiçoado, discutido. Vamos ver quem é o relator.

O que diz o resumo do projeto? Que, aos profissionais que atuarem em atividades externas que impliquem risco de integridade física será devido o adicional previsto no §1º do art. 193 da CLT, aprovada pelo Decreto 5.452. É assegurado – estou resumindo – ao jornalista que atuar em atividades externas – aqui seria “profissionais de comunicação”; aqui a gente faz o ajuste, porque a intenção é apresentar hoje – seguro de vida em grupo feito e custeado pela empresa empregadora.

Na justificativa, eles dizem que, de acordo com o Relator Especial das Nações Unidas sobre Proteção e Promoção do Direito à

Liberdade de Opinião e Expressão, Frank La Rue, um jornalista é morto por semana no mundo simplesmente por praticar o seu trabalho. Os ataques vão desde invasão de computadores até assassinatos, passando por assédio, intimidações, sequestros e detenções ilegais.

O relatório anual da organização Repórteres sem Fronteiras, com sede em Paris, também apontou que o Brasil se tornou o país mais mortal das Américas para jornalistas. O relatório aponta que, com cinco jornalistas mortos no país no ano passado, em relação à América Latina, o Brasil passou a ocupar o lugar antes ocupado pelo México. As organizações calculam que 114 jornalistas foram feridos desde junho de 2013, por conta de protestos que tomaram conta do Brasil, a chamada “primavera brasileira”, e afirmam que o domínio do crime organizado avança em inúmeras regiões.

Esse é o quadro que motiva a apresentação da presente proposta. Claro que o que se deseja é um país com segurança, realmente democrático, no qual se respeitam as diferenças e a liberdade de opinião, as manifestações dentro de padrões de civilidade e paz. Entretanto, não é o caso que vemos. Não podemos fechar os olhos a essa realidade. É inadmissível que não tentemos minimizar, de alguma forma, a situação dos nossos profissionais, que diariamente arriscam suas vidas para trazer conhecimento da realidade em que vivemos. Garantir a eles o seguro de vida e a percepção de um adicional certamente não diminuirá o risco a que se submetem, entretanto, pode e deve trazer algum conforto alguma medida de reconhecimento do valor e da coragem dos profissionais da imprensa.

São essas as razões, enfim, pelas quais os consultores entenderam que poderíamos apresentar ao projeto.

Como o projeto me foi apresentado agora, eu vou olhar o projeto com os profissionais da imprensa e hoje, amanhã ou depois de amanhã, depois de passar um pente fino, podemos apresentá-lo, entregá-lo. Refiro-me aqui não somente aos jornalistas, mas aos profissionais da imprensa, o.k?

Está encerrada a nossa audiência pública.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 8 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 2 minutos.)

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 2 DE ABRIL DE 2014, QUARTA-FEIRA, CONVOCADA PARA AS 11 HORAS, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às onze horas e dezoito minutos do dia dois de abril de dois mil e quatorze, no Plenário número dois, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência da Senhora **Senadora Ana Rita**, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senhores Senadores e Senhoras Senadoras **Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Eduardo Suplicy, Vanessa Grazziotin e a não membro Senadora Gleisi Hoffmann**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. É registrada a presença da Deputada Federal Mara Gabrilli. A Senhora Presidenta declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação da seguinte Pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 14 de 2014-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim e da Senadora Ana Rita, aprovado em 12/03/2014, para **“Debater e marcar o Dia Mundial de Conscientização do Autismo”**. A Senhora Presidenta anuncia que a Audiência Pública ocorre com caráter interativo, com a possibilidade de participação popular, por meio do Portal e-Cidadania – link: <http://bit.ly/CDHAutismo>, e do Alô Senado, pelo número 0800612211. A Senhora Presidenta faz suas considerações iniciais e, às onze horas e vinte e quatro minutos, passa a presidência dos trabalhos para o Senador Wellington Dias. O Senhor Presidente eventual, Senador Wellington Dias, apresenta os senhores convidados, faz suas considerações iniciais e pede que tomem lugar à mesa. Logo após solicita aos presentes que fiquem de pé para a leitura da Oração da Criança Autista, realizada por Tiago (criança autista). O Senhor Presidente passa a palavra aos convidados, nesta ordem: Fernando Cotta, Diretor Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil; Cláudia Moraes, Coordenadora do Movimento Orgulho Autista Brasil no Estado do Rio de Janeiro; José Ronaldo Lopes Ribeiro da Cruz, Pai de Autista e ativista na causa; Ulisses da Costa Batista, Representante do Movimento de Pais de Autistas; Evellyn Diniz, Diretora de Relações Institucionais do Movimento Orgulho Autista Brasil; Nilton Salvador, Pai de Autista e Autor de 6 livros sobre o Autismo. O Senhor Presidente franqueia a palavra aos senhores senadores e à Deputada Federal Mara Gabrilli. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra aos convidados, para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz os seguintes **encaminhamentos**: 1) solicitar audiências de um grupo de trabalho da CDH composto pelos Senhores Senadores e Senadoras Ana Rita, Paulo Paim, Wellington Dias, Gleisi Hoffmann, pela Deputada Federal Mara Gabrilli e por representantes dos movimentos em defesa do autista com as seguintes autoridades: Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Ministro de Estado da Saúde e Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O encontro tem por escopo discutir a maior participação das entidades no processo de regulamentação da Lei nº 12.764/2012, sobretudo da alínea “c” do art. 3º da minuta de decreto; 2) requerer uma Sessão Temática no plenário do Senado Federal com o tema: *Au-*

tismo; 3) encaminhar ofício da CDH para o Ministro de Estado da Educação solicitando um reforço do Ministro junto ao Conselho de Reitores para que acatem a sugestão da Deputada Federal Mara Gabrilli, no sentido de que seja incluída a disciplina autismo na grade curricular do curso de medicina; e 4) encaminhar ao Ministério Público Estadual denúncia apresentada pelo expositor Ulisses da Costa Batista, envolvendo o atendimento no Centro Integrado de Atenção à Pessoa Com Deficiência da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência – CIAD/SMPD, do Rio de Janeiro. Fazem uso da palavra as Senadoras Ana Rita e Gleisi Hoffmann e os Senadores Wellington Dias e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e um minuto, lavrando eu, *Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio*, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro das notas taquigráficas. – Senador **Wellington Dias**, Presidente eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Rita. Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Bom dia.

Declaro aberta a reunião 19ª Reunião, extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos do Requerimento nº 14, de 2014, da CDH, de autoria do Senador Wellington Dias e também do Senador Paulo Paim, aprovado em 12 de março de 2014, para debater e marcar o Dia Mundial de Conscientização do Autismo.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em fazer comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal E-cidadania, no *link* <http://bit.ly/CDHautismo>, conforme aparece na tela e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Então, as pessoas que nos acompanham pela TV Senado poderão acessar esta Comissão através do *link* que está na tela e também através do Alô Senado.

Antes de convidar as pessoas que irão participar desta audiência pública, vou fazer uma breve introdução sobre o assunto, sobre o tema, para contextualizar esse debate, mas, de antemão, quero aqui agradecer profundamente ao Senador Wellington Dias, ao Senador Paulo Paim, autores deste requerimento, a todas as pessoas que aqui estão – depois, seus nomes serão citados – crianças autistas, familiares autistas. É muito bom a presença de vocês. Já quero aqui, de antemão, fazer um agradecimento a todos vocês.

Hoje, a nossa audiência pública tem um significado muito especial, porque, em 2 de abril, comemora-se o Dia Mundial de Conscientização do Autismo como estabelecido pela Organização das Nações Unidas, a ONU, desde 2007. Para isso iluminam-se de azul prédios e monumentos ao redor do mundo.

O azul foi a cor designada para o autismo, por ter uma incidência bem maior em meninos que em meninas – mais de quatro para um.

Nesta data, pais, profissionais e governantes unem suas forças para conscientização e alerta sobre uma síndrome cada vez mais presente entre as crianças.

Conforme pesquisa do governo dos Estados Unidos, divulgados no final de março último, houve aumento de quase 30% em relação aos dados de 2008 e de quase 60% em relação a 2006, quando havia um caso em cada 110 crianças.

Esses dados mostram que em 2010, os casos de autismo alcançam cerca de 1,5% da população com oito anos de idade, ou seja, um caso em cada 68 crianças.

Mesmo o autismo podendo ser detectado a partir dos dois anos de idade, a maioria das crianças foi diagnosticada após os quatro anos, o que reforça a necessidade de ampliarmos o conhecimento da sociedade sobre o assunto.

Não há evidências de que o autismo esteja relacionado com alguma região ou etnia, e por isso a ONU considera as estatísticas americanas válidas para calcular o número de casos em todo o planeta.

No Brasil estima-se mais de dois milhões de pessoas com autismo. Ainda sem saber ao certo o que causa a síndrome, cientistas do mundo inteiro têm trabalhado em conjunto na busca por respostas.

No final de 2012, uma Lei Federal foi aprovada equiparando em direitos os autistas aos deficientes, além de outros benefícios. Essa Lei, nº 12.764/2012, também conhecida como Lei Berenice Piana, foi oriunda de uma Sugestão Legislativa apresentada pela Associação em Defesa do Autista, cuja proposta eu tive a satisfação de relatar e ver aprovada com Projeto de Lei de autoria da Comissão de Direitos Humanos.

E, nesta audiência, nossa Comissão retorna ao tema, somando forças ao objetivo de conscientizar a sociedade a respeito desta complexa síndrome, para que haja mais suspeita, mais diagnóstico, mais tratamento, mais respeito e menos preconceito

Então, é com esse objetivo que esta audiência pública foi solicitada pelo Senador Wellington Dias, pelo Senador Paulo Paim, e todos nós a aprovamos aqui para que pudéssemos ter a oportunidade de fazer o debate.

Dessa forma, convido o Senador Wellington para compor a Mesa; o Senador Paulo Paim, que prefere ficar aí. O Senador Wellington vai convidar todas as pessoas que farão parte desta Mesa para contribuir com este debate.

Eu passo, então, a Presidência para o Senador Wellington Dias para que ele possa, então compor a Mesa e dar continuidade ao debate.

Muito obrigado.

Senador Wellington, sente-se aqui, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Bom dia. Também quero saudar a Senadora Ana Rita, nossa Presidenta, e todos os participantes. Iniciando a composição da Mesa, quero desejar também as boas-vindas a todos os que participam.

Convido o Fernando Cotta, Diretor-Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil; a Cláudia Moraes, Coordenadora do Movimento Orgulho Autista Brasil no Estado do Rio de Janeiro (*Palmas.*); José Ronaldo Lopes Ribeiro da Cruz, pai de autista, ativista da causa (*Palmas.*); Ulisses da Costa Batista, representante do Movimento de Pais de Autistas (*Palmas.*); Evellyn Diniz, Diretora de Relações Institucionais do Movimento Orgulho Autista Brasil (*Palmas.*); e Nilton Salvador, pai de autista e autor de três livros sobre o autismo (*Palmas.*).

Lembro aqui a importância deste momento: há um esforço do Congresso Nacional, e aqui destaco o trabalho do Senador Paulo Paim, da nossa querida Senadora Ana Rita e de outros membros do Congresso Nacional, em que, a cada ano, buscamos, tanto na Comissão de Direitos Humanos, outras vezes na Comissão de Assuntos Sociais e, dependendo da abrangência do tema, também na Comissão de Educação ou no plenário, tratar do assunto.

Normalmente nesse período, fazemos um balanço do avanço que tivemos e de quais são os desafios que temos no momento. A partir daí, numa audiência como esta, recebemos subsídios que são apresentados por profissionais ou por quem lida no dia a dia com autistas. Nessas oportunidades, conseguimos obter subsídios que contribuem para que o Congresso Nacional, para que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados, nessa integração com os governos (Governo Federal, governos estaduais, governos municipais) e também o setor privado, avance mais e mais.. Esse é o sentido desta audiência.

E, ao abrir esta audiência, por sugestão dos participantes, poderíamos convidar o Tiago para que ele possa fazer aqui a oração da criança autista.

Convidamos então o Tiago.

Vamos ficar todos de pé para ouvir o Tiago fazendo a oração.

O SR. TIAGO DA COSTA FRANCO –

Bem-aventurados os que compreendem o meu estranho passo a caminhar.

Bem-aventurados os que compreendem que, ainda que meus olhos brilhem, minha mente é lenta.

Bem-aventurados os que olham e não veem a comida que eu deixo cair fora do prato;

Bem-aventurados os que, com um sorriso nos lábios, me estimulam a tentar mais uma vez.;

Bem-aventurados os que nunca lembram que hoje fiz a mesma pergunta duas vezes;

Bem-aventurados os que compreendem que me é difícil converter em palavras os meus pensamentos;

Bem-aventurados os que me escutam, pois eu tenho algo a dizer;

Bem-aventurados os que sabem o que sente o meu coração, embora não possa expressar;

Bem-aventurados os que me amam como sou, tão somente como sou, e não como eles gostariam que eu fosse.

Amém. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Muito bem. Essa oração, pelo que aqui está identificado, é da Escola Classe 45, de Ceilândia. Foi trazida aqui para ser conhecida neste Dia Mundial da Conscientização do Autismo. Então, iniciando os trabalhos, gostaríamos de passar a palavra ao Diretor Presidente do Movimento Orgulho Autista do Brasil, Fernando Cotta.

O SR. FERNANDO COTTA – Muito obrigado, Senador Wellington. Cumprimento V. Ex^a, cumprimento o Senador Paim, esse mártir da luta das pessoas com autismo no Brasil. É uma pessoa que nos apoia a todo momento, desde o começo, desde 2009, quando começamos a discutir nesta Casa Legislativa este anteprojeto de lei que hoje, verdadeiramente, faz parte da legislação brasileira, a Lei Berenice Piana. Fomos muito bem acolhidos por esta Casa.

Senadora Ana Rita, também quero cumprimentar V. Ex^a pela bela iniciativa que teve, pela abertura, que fez a diferença para as pessoas com autismo, para essas famílias tão sofridas do Brasil. Quero cumprimentar também os nossos colegas de luta que vieram aqui, da Escola Classe 45, da Ceilândia. (*Palmas.*) Parabéns por estarem aqui lotando este auditório hoje.

São vocês que fazem a diferença. É muito importante que esses exemplos, como o dessa criança que leu, que conseguiu nos passar a Oração da Criança Autista de forma tão bela, de forma tão clara, possam demonstrar, Senador Paim, a diferença que essa legislação faz quando obriga que as pessoas autistas sejam recebidas hoje em qualquer escola do Brasil. Hoje, nenhuma pessoa autista pode ter recusada a sua matrícula em qualquer escola do Brasil. A educação faz essa diferença. Essas pessoas conseguem, elas demonstram que conseguem. Nisso, o Senado Federal brasileiro teve o papel fundamental de trabalhar. Nós conseguimos, em tempo recorde. Entramos com a lei em 2009 e, no final de 2012, a lei foi sancionada. É uma lei que andou muito rapidamente, dentro, é claro, da referência que temos da tramitação das leis brasileiras.

E, graças ao esforço, principalmente dos Senadores e de alguns Deputados que trabalharam e conseguiram ouvir os pais, ouvir essas mãezinhas sofridas, essas famílias, essas associações que participaram o tempo todo do processo, conversando com cada um dos relatores, com cada um dos presidentes de Comissão, conseguiu-se essa lei. E, hoje, estamos aqui, justamente, para reclamar, Senador Wellington, que precisamos retirar essa lei do papel.

Temos exemplos, ainda, mas são muito poucos, na realidade, das pessoas com autismo. Para o V. Ex^a ter uma ideia, Senador Paulo Paim, a última informação que tivemos, oficialmente, vinda dos Estados Unidos é que, a cada 50 nascimentos, nasce uma pessoa dentro do transtorno do espectro autista. Esse é número muito grande, é quase uma epidemia, dependendo da forma como for observado esse dado. Então, precisamos estar atentos, o Brasil precisa, realmente, estar preparado para isso.

Eu sei que o Senador Wellington tem uma autista. Somos colegas nesse sentido, não é, Senador? Também sou pai de um autista, o meu Fernandinho, que tem 16 anos. Chama-se Daniele, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Daniele.

O SR. FERNANDO COTTA – A Daniele está com quantos anos?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – A Daniele está com 16 anos.

O SR. FERNANDO COTTA – A mesma idade do meu filho. Somos conhecedores dessa causa e dessa luta, e sabemos que os mais pobres é que sofrem, muitas vezes, com a falta de acesso. E o importante do acesso é esse resultado muito prático que vimos aqui nessa audiência.

E quero cumprimentar, em especial, a Alice Caetano, do GDF, que é quem proporcionou – muito obrigado, Alice! – que essas pessoas estivessem aqui hoje conosco, que a escola estivesse hoje aqui conosco, e esses alunos pudessem participar aqui desta forma.

Também vou de cumprimentar o Sr. Lennon Custódio, Assessor da Deputada Mara Gabrilli, que foi a nossa principal Relatora – uma pessoa também com deficiência – nessa questão do autismo na Câmara dos Deputados. Muito obrigado, Lennon, por vir aqui representar a Deputada Mara Gabrilli.

E queria chamar a atenção, Senador Paim, Senadora Ana Rita, principalmente para a dificuldade, ainda, do acesso de políticas públicas para as pessoas com autismo. E políticas públicas digo sempre que é um nome muito pomposo, é um nome muito bonito, mas isso vai desde a vaga no estacionamento, a vaga reservada no estacionamento para as pessoas com deficiência, até a isenção de um imposto para adquirir um veículo por causa da dificuldade de locomoção de muitas pessoas com autismo, por causa da dificuldade de lidar com essas pessoas. É uma política muito ampla em que a pessoa autista também inserida.

Estamos em um momento, agora, muito delicado, vamos dizer assim, porque a lei foi aprovada, foi sancionada pela Presidente, no dia 28 de dezembro de 2012 – portanto, pouco mais de um ano –, e estamos, agora, numa fase de regulamentação. Há um decreto de regulamentação que está para ser publicado e que deveria, na realidade, nortear de que forma que esta lei será executada. E, lamentavelmente, nós que participamos desde o começo – Berenice Piana, Ulisses Batistas, o Movimento Orgulho Autista Brasil, que também está aqui hoje – lamentavelmente somos sequer convidados para discutir essa regulamentação.

Digo isso, porque somos as pessoas que conhecemos a fundo nossos filhos. Somos os que os levamos nas escolas, que os levamos no posto de saúde, no hospital, que recebemos os não de muitos gestores que não conhecem esta lei, que não sabem, ainda, que existe uma lei ou que, mesmo sabendo, recusam-se a cumprir essa lei. E, há, por exemplo, um caso – alínea “c”, do art. 3º, da Lei Berenice Piana, que, lamentavelmente, sugere que as pessoas autistas devam ser atendidas nos Centros de Atenção Psicossocial (Capes).

E, lamentavelmente, Senador Wellington, temos muitas, mas muitas histórias nesses centros em relação a pessoas autistas, em relação a denúncias de abuso, denúncias de abandono, enfim, de maus-tratos, de maus atendimentos dessas pessoas.

Quando a lei fala de lugares específicos, estabelecimentos específicos para atender autistas, é por causa da especificidade dessas pessoas. Não queremos nada mais especial que ninguém não; nós só queremos aquilo de que a lei fala, aquilo que a lei diz e pelo que tanto lutamos: a especificidade das pessoas com autismo. Essa talvez hoje deva ser a principal reivindicação das pessoas com autismo.

Eu trago aqui um manifesto. Tivemos uma lindíssima caminhada, muitos aqui participaram dessa caminhada no domingo agora, em comemoração ao Dia Internacional do Autismo, esse dia que a ONU consagrou para as pessoas com autismo. Reivindica-se o cumprimento das leis, a aprovação da PEC 347, de 2009, e da PEC 528, de 2010.

Uma garante acesso à educação sem limite de idade, o que ainda é um problema que temos. As pessoas que dependem dessas escolas públicas com determinada idade muitas vezes são colocadas para fora, são convidadas a sair. Primeiro, vão frequentando menos dias: “Não, vamos nos cinco dias da semana, agora passa para três dias, dois dias” e aí, lamentavelmente, essas pessoas ficam, muitas vezes, trancafiadas em casa. Escola é muito importante, é fator de mudança, de qualidade de vida muito grande para essas pessoas. É a vida dessas pessoas.

E a outra, a PEC nº 528, que garante renda mínima para as pessoas autistas, pessoas com deficiência intelectual e deficiência múltipla, sem o limitador de renda. É o BPC (Benefício de Prestação Continuada) sem o limitador de renda. E, por que isso? Porque os pais de autistas sabem tanto quanto eu o que gastamos para cada produto, para cada serviço, para tudo que existe para as pessoas com autismo, é tudo muito mais caro para nós, e sabemos disso.

Então, por isso é que estão em tramitação essas propostas de emenda à Constituição. Peço a este Senado que tenha uma atenção maior com isso.

Os CAPS não são locais adequados para pessoas autistas. Isso foi pedido nessa caminhada, que em várias partes do Brasil ainda se realizará.

Eu queria, por último, Senador Wellington – sei que estou me alongando – reportar apenas que...
(Soa a campanha.)

O SR. FERNANDO COTTA – ... acabei de, só finalizando, ganhar do Dr. Ulisses Costa esse livro: *Autismo no Brasil, um Grande Desafio: a História de Luta de um Pai e a Origem da Lei Berenice Piana*. Certamente, muitos aqui estão citados. Quero agradecer e sugerir que realmente façam parte, que aprendam – como muito bem D. Berenice coloca – como nós aprendemos, como se faz uma lei aqui no Senado. Os Senadores escutam sim, nos conhecem, sabem quem somos, e nós agora sabemos como nos dirigir a esta Casa Legislativa brasileira, aprendemos como se faz uma lei e como essa lei pode modificar nossas vidas.

Senador Wellington, quero, por último, passar a V. Exª uma denúncia feita no Facebook do Movimento Orgulho Autista Brasil de um jovem que se chama Flávio Henrique. Esse jovem é uma pessoa com síndrome de Asperger. Para não me alongar mais, eu queria lhe passar para que depois o senhor tenha conhecimento. Peço a esta Comissão a gentileza de, de alguma forma, tentar tomar ciência desse caso e procurar ajudar essa pessoa, essa família.

Agradeço a todos e reporto também – ia me esquecendo – que ganhei também camisas muito bonitas. A Senadora já colocou aí a camisa. Aqui está. O Ronaldo Cruz, que é do Rio Grande do Norte, está com todo um trabalho aqui – vou fazer assim para que as câmeras possam pegar – para que essas pessoas com autismo tenham qualidade de vida. Que essas famílias possam ainda mostrar para este Brasil que, se tiverem o atendimento adequado e precoce, como diz esta lei por que nós todos brigamos aqui – é uma lei de iniciativa realmente popular; uma lei de iniciativa dos pais, das mães, das associações e das pessoas com autismo –, elas podem trabalhar e ter também a chance de contribuir para o PIB deste Brasil, ao invés de ficarem lotando os manicômios (os antigos manicômios) e as clínicas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Nós agradecemos aqui ao Fernando Cotta, nosso Presidente.

Gostaríamos de ouvir a Cláudia Moraes, Coordenadora do Movimento Orgulho Autista Brasil, no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. CLÁUDIA MORAES – Vamos recomeçar.

Bom dia, Senadora! Bom dia, Senador! Bom dia, Senador Wellington e demais! Cumprimentando vocês, cumprimento a Mesa, que tão ilustre hoje se encontra aqui. Na minha opinião, essas são as pessoas que fazem a verdadeira luta no Brasil pelo autismo. Então, nós estamos, assim, muito felizes por estarmos juntos aqui, tendo esta oportunidade que nem sempre nos é dada. Congratulamo-nos com vocês.

Eu me chamo Cláudia Moraes. Sou da cidade de Volta Redonda, no Rio de Janeiro. Represento o Estado do Rio de Janeiro como Coordenadora do Movimento Orgulho Autista Brasil.

Eu tenho um filho autista, de 25 anos, que se chama Gabriel e foi por ele que eu entrei nessa luta. Lutando por ele, eu acabei lutando por todos. Todos os brasileiros sem voz.

Então, humildemente, eu me coloco aqui para ajudá-los a ter essa voz.

O Brasil está 70 anos atrasado em relação ao autismo, com falta de tratamento, educação específica, políticas públicas e pesquisas. Por isso, serei obrigada a utilizar dados americanos.

O autismo é a deficiência que mais cresce nos Estados Unidos. As características marcantes são os desafios da comunicação, a interação social prejudicada e comportamentos repetitivos.

Crianças com autismo podem experimentar condições coexistentes, tais como a síndrome de x frágil, crises epiléticas, esclerose tuberosa, síndrome de Tourette, problemas de aprendizagem.

Meu filho é um desses casos: ele é autista, é epilético, tem TOC e tem distúrbio do sono.

Então, é uma síndrome muito complicada.

Os cientistas não são claros a respeito de por que cerca de 20 a 30% das crianças autistas desenvolvem epilepsia no momento em que atingem a idade adulta.

O autismo foi inicialmente chamado de autismo infantil precoce ou síndrome de Kanner. A proporção, como já foi dito nesta mesa, é quatro vezes maior em meninos do que em meninas.

Ao longo das décadas de 70 e 80, o autismo passa a ser visto predominantemente como um distúrbio cognitivo. Nessa época, ele deixa de ser considerado como uma condição que envolve retraimento social e emocional e passa a ser concebido como um transtorno do desenvolvimento, envolvendo déficits cognitivos severos, com origem em alguma forma de disfunção cerebral.

O autismo não é considerado, hoje, um estado mental fixo, irreversível e imutável, mas o resultado de um processo que pode, ao menos em parte, ser modificado por meio de intervenções terapêuticas. Ele não pode ser causado por fatores emocionais ou psicológicos. As evidências apontam para multicausalidade, e descobertas recentes apontam a possibilidade de o autismo ser causado por uma interação gene/ambiente.

A síndrome autística foi dissociada das doenças mentais, desde a década de 80, passando a ter as suas especificidades respeitadas.

Então, aqui, fiz um pequeno resumo do que é a síndrome. Realmente vim aqui para falar isso. A Lei nº 12.764/12, de autoria do ilustre Senador Paulo Paim, denominada tão sabiamente de Lei Berenice Piana, onde todas as mães de autistas foram homenageadas.

Eu tenho uma honra tremenda de falar que essa lei me representa e que essa senhora de caráter tão reto e de luta constante também me representa.

Foi uma lei construída com o esforço dos pais, Senador, liderados por aquela que dá o nome à Lei, por Ulisses da Costa Batista, por Fernando Cotta, por Nilton Salvador, entre tantos outros pais que, como eu, trabalharam mais anonimamente.

Essa nossa luta é recente, começou em 2009 e cresceu até chegar à sanção da nossa Presidente Dilma. Depois de passadas todas as penas, pessoas que se dizem representantes dos familiares dos autistas vêm e querem modificá-la. E eu pergunto a vocês: se a Abra (Associação Brasileira de Autismo) comemorou 25 anos de existência, onde estavam os seus dirigentes nesses anos todos, que, amparados pelos órgãos governamentais, nem ao menos esboçaram um projeto de lei? Por que só agora, depois de sancionada a lei, aparecem essas entidades querendo impor seus desejos? E desejos próprios. E, pelo visto, nada parecido com o da grande maioria dos pais.

Quanto pais me escreveram – temos uma rede social de pais muito grande e intensa – perguntando o que é Abra, o que é Abraça, pois eles nunca tinham ouvido falar. E não são pais de pequenas cidades, de rincões do Brasil, não. São pais de Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, grandes centros. Então, como essas entidades podem ter autoridade de falar em nome de todos os pais? De norte a sul deste País, temos as associações que representam as cidades. Por que elas, em sua totalidade, não foram consultadas para saber se as mudanças propostas pela Abra e Abraça batiam com os seus anseios? Por que uma entidade de representatividade nacional como o MOAB (Movimento Orgulho Autista Brasil), situada aqui em Brasília, não foi ao menos convidada para participar dessas reuniões?

Excelências, pais e convidados, não podemos deixar que qualquer interesse escuso, seja ele político-financeiro, seja de outra ordem, atrapalhe aquilo que é de direito dos nossos filhos. E, como eu disse lá atrás, está vindo com 70 anos de atraso.

Por que nós, pais, não acreditamos em CAPS para o tratamento de uma pessoa com autismo? E aqui eu não falo como uma pessoa leiga, que nunca entrou, não. Eu levei meu filho a CAPSi, eu levei a CAPS, e eu não posso dizer que ele teve um ganho durante os anos em que passou nesses locais. Ele está há seis meses em um centro de tratamento específico e teve melhoras significativas. Então, anos de trabalho em CAPSi não nos renderam nada.

Nós não acreditamos, porque, pela Lei Berenice Piana, a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência. Para todos os efeitos legais, é pessoa com deficiência.

Não somos e jamais fomos preconceituosos em relação às pessoas com doenças mentais ou usuários. Mas, como pais, entendemos que o autista, por ter comprometimento em áreas importantes do desenvolvimento, necessita substancialmente de cuidados psicoeducacionais e de uma equipe multidisciplinar que seja formada e adequada para as suas especificidades. E a gente sabe que o CAPS não está de acordo com as especificidades dos autistas.

O autista, na maioria das vezes, não compreende e nem tem malícia para entender situações graves que acontecem nos CAPS, como surtos de abstinência, surtos de outras ordens.

Uma vez, eu estive num CAPS com meu filho, e uma moça que tinha esquizofrenia teve um surto sério na frente dele. Foi um problema para todos nós, para ele e para a moça, porque ele não entendia aquela situação que estava sendo exposta ali.

O CAPS, não sei se vocês sabem, é um local de portas abertas, onde o usuário pode entrar e sair na hora que bem entende. Os autistas, ao contrário, necessitam de estruturação e regras definidas. Eles não sabem lidar com imprevistos, e eles podem prejudicá-los.

Jamais postulamos que os autistas sejam melhores ou piores do que as pessoas com doenças mentais ou dependentes químicos. Nós entendemos, sim, que são casos diferentes, com necessidades diferentes.

Seria desumano, tanto para o autista quanto para um doente mental, ter os seus direitos expurgados por uma decisão arbitrária, que diz ter ouvido os pais através de duas entidades, que jamais realmente ouviram a maioria dos pais e sinceramente não representam essa maioria.

O que eles querem fazer irá atingir pessoas que não podem se defender, nem tampouco escolher para onde podem ir, mas nós, pais, os familiares, podemos e temos a obrigação de defendê-los enquanto estivermos vivos.

Pedimos, então, a supressão da minuta da alínea “c”, do art. 3º, que como está descaracteriza a nossa lei, rejeita o trabalho árduo dos pais que idealizaram e trabalharam por ela, pensando, sim, no bem-estar e no desenvolvimento dos autistas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Nós agradecemos aqui a exposição da Drª Cláudia e queríamos registrar aqui a presença de alunos e professores da Escola Classe 45, do Setor P/Sul, de Ceilândia, Distrito Federal. Aqui agradecemos a todos que compõem esta unidade, através do Diretor Fernando Tiago Santos, que está ali. Registro a presença do Tenente Coronel Leite e do Sargento Magalhães, que fizeram o transporte e a alimentação dos alunos. Bem-vindos! É um prazer aqui receber os pais.

Passamos aqui a palavra para o pai de autista, ativista na causa, José Ronaldo Lopes Ribeiro da Cruz.

O SR. JOSÉ RONALDO LOPES RIBEIRO DA CRUZ – Bom dia a todos, ao Senador Wellington Dias, que preside esta Comissão de Direitos Humanos, neste dia tão importante para os autistas do Brasil, em que tenho a honra de estar aqui para reivindicar o direito do meu filho e de todos os autistas do Brasil.

Gostaria de frisar uma coisa superimportante. O Senador Wellington Dias, que preside hoje esta Comissão, conhece de perto o que nós, pais, passamos, dia a dia. Ele também é pai de um autista. E hoje temos ilustres Senadores que participam desta Comissão, que têm causa, que têm luta, em defesa daqueles que mais necessitam.

Hoje nós temos a presença também do Senador Wellington Paim, que tem um trabalho digno...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Paulo Paim.

O SR. JOSÉ RONALDO LOPES RIBEIRO DA CRUZ – Paulo Paim, desculpe-me.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Parece que eu ouvi Wellington Paim...

O SR. JOSÉ RONALDO LOPES RIBEIRO DA CRUZ – Os dois.

Desculpe-me, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Ele é meu professor.

O SR. JOSÉ RONALDO LOPES RIBEIRO DA CRUZ – Eu acompanho pela TV Senado, pela rádio Senado, sua luta em defesa dos aposentados, e, quando soube da sua participação tão especial na Lei do Autista, admirei mais ainda o seu trabalho. E participo sempre do seu trabalho político em prol dos mais necessitados no nosso País, assim como o Senador Wellington Dias e assim também como a Senadora Ana Rita, através do seu trabalho tão perfeito lá em Vitória, em favor das mulheres, da violência contra as mulheres.

Eu tinha feito um discurso para falar aqui tudo aquilo que passou na minha vida, na vida da minha esposa e principalmente na vida do meu filho que é autista. Ele tem nove anos. Mas, diante de tantas informações que recebemos, vou falar hoje, não olhando no papel, mas olhando para o coração e a boca, dizendo tudo aquilo por que passamos.

No dia em que recebemos a notícia, no dia 27 de dezembro de 2012, que o autista tinha a sua lei e que aí ia começar o nosso grande trabalho em prol dessas crianças, desses adolescentes, desses adultos, que sofrem

desse transtornos no Brasil, ficamos contentes e alegres em saber que tínhamos uma lei e que poderíamos fazer um trabalho.

Esperamos pela regulamentação dessa lei. E foi quando veio a tristeza de sabermos que estávamos, em vez de avançando, retrocedendo no tempo, porque tínhamos já atendimento através do CAPS em todo o Brasil. Para quem não sabe, o CAPS é o Centro de Atenção Psicossocial em todo Brasil, principalmente nas capitais, e neles existe um atendimento a pessoas de transtornos mentais e dependentes químicos e outras drogas, e nesses centros são atendidos autistas.

Os profissionais de nível superior como psicólogos, neurologistas, fonoaudiólogos, todos eles são pessoas qualificadas para a sua função como profissional, mas o Brasil ainda precisa ter profissionais capacitados para atender os autistas, e temos essa grande carência no Brasil inteiro, de não termos profissionais capacitados para o atendimento de autista no Brasil.

Diante disso, Senadores e convidados aqui presentes, no acompanhamento que fazemos no dia a dia, ficamos contentes em saber que tínhamos no Ministério de Saúde uma portaria que direcionava o autista para onde hoje, através da lei, justamente o autista é direcionado, que não a Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012, que instituiu a rede de cuidados de pessoas com deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Dentro dessa portaria, consideram-se várias outras como a Lei nº 8.080, a 8.142, a 6.949, a 7.612, a 4.279, a Portaria do Ministério da Saúde; a Resolução de 2001, o relatório mundial de deficiência, considerando-se também a Portaria nº 2.488, do Ministério da Saúde, e também o Plano Viver Sem Limite, que é voltado aos deficientes.

E quando soubemos que os autistas do Brasil estavam sendo direcionados novamente ao CAPS, foi com grande tristeza que recebemos essa informação, ou seja, de que uma minuta estava sendo preparada para regulamentar a Lei do Autista, retrocedendo no tempo e colocando novamente os autistas nos CAPS do Brasil inteiro. E tem mais: o CAPS é para atendimento de transtorno mental, não para autista. E tem muito mais ainda: O CAPS do Brasil inteiro estão com demandas reprimidas e agenda para tratamento por tempo indeterminado.

O meu filho chamado Mateus, nove anos de idade – sendo eu ativista e conhecendo toda a causa autista no Brasil – não está em nenhum tratamento no Brasil, ele está agendado por tempo indeterminado.

Hoje, o meu filho tem uma lei, está-se trabalhando na regulamentação, e ele não tem um tratamento. E aí eu pergunto: Como é que fica a gente nesse nosso Brasil? Para ser atendido no CAPS? Como, já que nem o CAPS tem, porque existe um agendamento. Sabemos que transtorno do autismo é permanente. Não se pode dizer: curou-se um autista e vai entrar, em um agendamento, outro autista no lugar dele.

Então, precisamos rever essa questão para que, dentro dessa rede de pessoas com deficiência, se possa fazer, dentro da Lei 12.764, um trabalho digno, de confiança e com capacitação para todos os autistas no Brasil.

E, para encerrar, eu gostaria, assim como fiquei altamente emocionado com as palavras da nossa criança Tiago ao fazer a oração do autista, fiz uma carta para o meu filho.

Carta de um pai ao seu filho autista.

Nasceste em belo dia azul, dia de sol, de mar e de muito lindo céu azul. A sua cidade natal é Natal. Nasceste na primavera da independência e da liberdade. Dois de setembro de 2004 é a data marcante. Em nossas vidas, foi um fato emocionante. O seu crescimento, ao sabermos do seu transtorno, nos trouxe a preocupação, porém, jamais a decepção ou a frustração; pelo contrário, nos trouxe a alegria, a compreensão, o respeito aos nossos semelhantes especiais. E nasceste em momento significativo de fé, profético e brilhante, porque és Mateus, que significa “presente de Deus”.

A nossa luta em favor da sua causa é constante e perseverante sempre. Desistir jamais; perder as esperanças nunca, porque o mundo é azul, o mar é azul, o espaço é azul e o teu símbolo é azul.

O aprendizado é divino, e eu tua mãe, Bruna Priscila, aprendemos mais do que te ensinamos.

E esse aprendizado transformou-se na forma do amor, da sensibilidade, da beneficência, da benevolência, da superação e da essência da vida.

Acreditamos nos homens e mulheres de boa vontade. A prova disso é a sua lei, oriunda de uma grande batalha de mães e pais, guerreiros azuis assim como o seu, de mulheres e homens dignos que nos representam no Congresso Nacional e no Poder máximo Executivo do nosso Brasil.

A única e grande decepção de nossas vidas e sei que da maioria dos autistas e pais de autistas do nosso País é a falta de respeito à sua lei e à sua regulamentação. Não se faz suco de laranja com limão, não se semeia amor com mentiras e não teremos uma Nação livre, humana, igualitária, próspera e amada enquanto o art. 5º da nossa Constituição Federal não for respeitado.

Hoje, filho, é um dia especial para você e também para dois milhões de coirmãos autistas no Brasil e de outros milhões espalhados em todo o mundo. Hoje é dia de pedirmos mais conscientização, de alertarmos o nosso País e

o mundo de que seu jeito diferente de ser é normal ao convívio do dia a dia e que sua inclusão social é um direito adquirido e uma necessidade urgente que precisa ser reparada o mais rápido possível.

Saiba sempre que você e todos os autistas do Brasil e do mundo terão sempre a nossa dedicação, a nossa luta e o nosso amor eterno.

Te amamos muito, Mateus. Ronaldo Cruz, seu pai [é assim que ele me chama]. Bruna Priscila, sua mãe [é assim que ele a chama] seus irmãos Lucas e Tiago, suas avós Elzamar e Graça e toda a sua família e seus amigos.

Obrigado a todos os presentes pela atenção esperando que a lei do autista seja respeitada, porque um país em que suas leis não são respeitadas, em que historicamente são desvirtuadas do seu objetivo jamais poderá ser um país de desenvolvimento, de austeridade, de respeito e de democracia.

Viva o dia 2 de abril, Dia Internacional da Conscientização do Autista.

Ronaldo em 2 de abril de 2014, Senado Federal, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Muito obrigado a todos vocês. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Agradecemos ao Ronaldo, que fala aqui com a voz do coração.

Passo imediatamente a palavra para Ulisses da Costa Batista, representante também do Movimento de Pais de Autistas, que tem bastante publicações nesta área.

O SR. ULISSES DA COSTA BATISTA – Bom dia, Exm^{os} Senadores Wellington Dias, Paulo Paim, A Senador Ana Rita teve que se ausentar, mas disse que retornaria.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Só para justificar S. Ex^a está na Comissão de Constituição e Justiça, em que está havendo uma votação, neste instante, e aqui temos que “trocar pneu com carro andando”.(Risos.). Está S. Ex^a agora participando de uma votação.

Por favor!

O SR. ULISSES DA COSTA BATISTA – Exm^{os} pais, que representam e são a causa do nosso existir, o motivo de estarmos aqui.

Eu gostaria de começar fazendo um resumo do que foi a chegada ao projeto de lei ao Senado.

O tema das nossas palestras e a motivação de estarmos aqui é saber que autismo, no Brasil, é um grande desafio. Essa frase foi dita por meu filho em uma entrevista à TV Brasil em agosto de 2009. Ele tinha apenas 13 anos de idade.

Na entrevista, não imaginei que o repórter faria esta pergunta: Rafael, o que é ter autismo? E o Rafael respondeu: Ter autismo não é somente ter uma deficiência, mas é um grande desafio, e por isso nós estamos aqui.

Não quero deixar passar despercebido, mas já foi dito aqui que o Centro para Controle de Prevenção de Doenças – CDC em inglês – publicou, em 27 de março agora, que uma em cada 68 crianças americanas de 8 anos de idade tem autismo. Vale lembrar que, na década de 90, havia um caso de autismo para cada 2.500 crianças nascidas. Como o Presidente Fernando Cotta, do Moab, acabou dizer, parece que é uma epidemia. E, no Brasil, não temos estatísticas.

Quero reafirmar – estou aqui hoje representando também a Berenice Piana – que somos contra a letra “c” do art. 3º da minuta do decreto de regulamentação da Lei Federal nº 12.764, que fala sobre a qualificação e o fortalecimento da rede de atenção psicossocial no atendimento das pessoas com transtornos do espectro do autismo.

Como o nosso querido pai, Ronaldo, acabou de dizer, a Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, do gabinete do Ministro da Saúde, institui a Rede de Atenção Psicossocial. Então, a Rede de Atenção Psicossocial, na qual estão os CAPS, foi criada para o transtorno mental e para as necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. Logo, a Lei nº 12.764 – lei feita por nós, vocês vão ver mais à frente – reconhece o autista como pessoa com deficiência, e não com doença mental.

Por isso, a nossa insistência em recusar essa letra “c” do decreto, que reconhece que a Rede de Atenção Psicossocial é o lugar do transtorno do espectro autista. Nós somos contra. E por que somos contra?

Estou trazendo e vou entregar nas mãos do Senador Wellington Dias a história do Daniel, 21 anos, autista, mora na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Dezesesseis anos de CAPS não foram suficientes para que ele pudesse ficar nessa situação. Ele entrou lá, agravou-se o problema do autismo. Ele tinha atendimentos semanais de uma vez por semana. Não se trata pessoas com autismo com uma vez por semana de atendimento. Isso não existe. O atendimento é multiprofissional com carga horária de, no mínimo, 20 horas semanais. Foi assim que meu filho foi tratado. No mínimo. Mas isso em entidade privada, com o pai que tem posses pagando. Caso não fosse possível, as crianças eram encaminhadas para o Caps, e aí está o resultado: Daniel, 21 anos.

A mãe relata aqui no e-mail que vou passar para o Senador Wellington Dias que o CAPS, ao final, com 16 anos de atendimento, disse: “Ele escolheu ficar no quarto, trancado, dentro de casa”, como se autista tivesse

escolha no Brasil, como se o autismo fosse um decreto de prisão, onde lá ele devesse ficar. Não, nunca e jamais. O autismo é uma síndrome que tem tratamento, mas países desenvolvidos criaram terapias para isso. É um desafio para a ciência? É. É um desafio para a política? É. É um desafio para a família? Não. A família acolhe o seu filho. Ele sempre será filho, mas é um desafio, sim, para a sociedade e para os legisladores.

Então, aquilo ali não é lugar de autista nunca.

Eu vou passar a história dessa senhora. O seu filho, com 21 anos, tem que ficar ali. O CAPS disse: “É lá que seu filho tem que ficar. Infelizmente ele escolheu ficar ali”, como se fosse escolha do autista ficar preso dentro de casa. Aquelas grades são os cômodos onde ele fica.

Vimos também o caso de um rapaz de 21 anos. Dezesesseis anos de CAPS. Agora uma mãe que tem os dois filhos com autismo: Jonathan, com oito, e Adriano, com sete, para os quais também não há tratamento adequado. Lá no Rio de Janeiro foi criado, a partir da Lei nº 4.709 – a primeira lei municipal no Brasil, que ajudei a fazer, em 2007 –, o Cema, um centro especializado municipal para atendimento do autista. Em 2009.

Passados os anos, essa mãe colocou os dois filhos no Cema, com atendimento multiprofissional, com fono, terapeuta ocupacional, psicólogo. Esse Cema foi sendo degradado. Não foi feito investimento, e o que era para ser um modelo para o Brasil, porque foi criado a partir da Lei nº 4.709, que eu ajudei a redigir, esse Cema hoje não funciona mais. Essa mãe não tem para onde levar os meninos e diz que para o CAPS ela não os leva, porque ela conhece muitos adultos que passaram pelo CAPS e que tiveram o autismo agravado.

Eu também tenho essa matéria, e vou entregá-la nas mãos do Senador, como exemplo de que quem está vendo que hoje não há atendimento adequado.

E a história da Lei nº 12.764? Como chegou ao Senado? Eu tenho o privilégio de dizer que fiz parte dessa luta, que começou com os pais, e não com a entidade. Foram os pais.

Em 2000, tramitou na Justiça de São Paulo ação civil pública determinando que o Estado pagasse o tratamento de autistas em unidades específicas. Transitou em julgado em 2006. O Estado de São Paulo é condenado a pagar o tratamento ou em unidades próprias, dissociadas do CAPS – não pode ser CAPS – ou em unidades privadas.

Em 2005, entrei na Defensoria Pública do Rio, solicitando também os mesmos direitos. Foi feita uma ação civil pública contra o Estado do Rio de Janeiro, em 2005. Estamos em 2014. Ganhamos uma liminar em 2011, condenando o Estado a pagar o tratamento, e o Estado usa de recursos para não cumprir o ganho da liminar. Ganhamos a liminar, mas não a decisão definitiva. Por força da liminar, o Estado já deveria cumprir, mas está alegando e postergando a decisão.

Em 2007, a Defensoria Pública entra com uma representação contra o Brasil na OEA por não haver tratamento específico para o autismo.

A primeira lei municipal no Brasil é a Lei nº 4.709, que ajudei a fazer. O primeiro artigo reconhece a pessoa com autismo como pessoa com deficiência, porque sempre pensei que é impossível uma pessoa que tem distúrbio de fala, que não fala, que não se comunica, que não se integra com a família e com outras pessoas não ser deficiente e não ser acolhida como pessoa com deficiência.

Em abril de 2009, escrevo uma carta para a Presidência da Comissão de Direitos Humanos, enviando em anexo todas essas ações, matérias de jornais, com autistas enclausurados, pedindo ao Senador que a presidia na época que nos concedesse essa audiência. A audiência foi concedida.

Eu ainda não conhecia Fernando Cotta, não conhecia Berenice Piana. No dia da audiência, soube que Berenice é moradora do Rio de Janeiro também. Eu não conhecia, e ela já vinha mantendo contatos acelerados com o Senador Paim para que essa audiência acontecesse. Então, em 24 de novembro de 2009 aconteceu a audiência que deu origem ao Projeto de Lei nº 1.631. Nessa audiência, conheci Fernando Cotta, a Srª Berenice, Cláudia Moraes, que está aqui, e tantos outros pais. E, dessa audiência, com a presença do Senador Paim, saiu um grande movimento para fazer esse projeto. E de seu primeiro artigo,...

(Soa a campainha.)

O SR. ULISSES DA COSTA BATISTA – ... que reconhece a pessoa com deficiência, eu fiz parte.

Senador, gostaria de pedir dois minutos, para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Pode prosseguir.

O SR. ULISSES DA COSTA BATISTA – Obrigado.

Em seguida, matérias de jornais, como falei, me moveram a deixar o anonimato, sair da inércia e ir à luta por políticas públicas.

Por favor, você poderia clicar no *link* do *Jornal Extra* de agosto de 1999?

Em 1999, eu havia acabado de receber o diagnóstico...

Não foi possível. Deixa. Eu acho que seria necessário o *pen drive*.

Tudo bem. É uma matéria em que a mãe abandona o menino com autismo no Hospital Psiquiátrico Pedro II porque não tinha condições de tratar esse menino. Quando li essa matéria, pensei: “Meu Deus! Eu tenho condições de pagar pelo tratamento do meu filho, mas uma pessoa que não tem condições abandona um menino de dez anos, que não falava, com autismo severo. Cadê as políticas públicas?”

O jornal *O Globo*, de 2006, fala dos “meninos do porão”. Vários pais de autistas têm conhecimento da história que foi luta em São Paulo, histórias de meninos abandonados no porão, escondidos porque não havia tratamento.

Revista *Época*, de 2007 e 2008, matérias falando sobre o tema. Autistas em cativeiro. A história de meninos enclausurados em casa.

E no *site* do Senado, em 2010, uma senhora do Ministério Público veio trazer a denúncia de que em abrigos estavam sendo colocados autistas abandonados porque os pais não tinham como tratar e colocavam em abrigos, como se zoológico de gente fossem.

Então, todas essas matérias coloquei nessa petição, nessa carta, pedindo audiência. E tudo isso por quê? Por causa dos nossos direitos, o direito à saúde (art. 196 da Constituição). É dever do Estado garantir políticas sociais e econômicas de acesso universal e igualitário ao serviço de saúde (art. 197).

A Lei 8.080 do SUS, vou passar.

Mas é para que vocês vejam que leis já nos garantiam o atendimento.

Há a Lei 7.853, a Lei dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que garante saúde, educação. Não se pode discriminar pessoas com deficiência. É crime.

A Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de 2006: “A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem o direito de receber a proteção da sociedade e do Estado...” Propósito primeiro, que é promover, proteger e assegurar o desfrute igualitário de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Tudo isso se resumiu no projeto de lei que originou a Lei nº 12.764, pela qual estamos aqui para lutar pela sua implementação.

No art. 2ª da Lei nº 12.764, está garantida a participação da comunidade. Nós colocamos isso na Lei 12.764. A comunidade deve e pode participar da implementação das políticas públicas e, por isso, nós estamos aqui. Precisamos e devemos participar delas, os pais, as associações, e não um grupo que se diz representante dos pais, para colocarem, no decreto de regulamentação, algo com que não concordamos.

Portanto, é dever de todo cidadão brasileiro consciente dar o melhor de si para que o convívio com as demais pessoas seja justo e solidário, fruto de processos culturais e educacionais para que alcancemos uma organização social tão necessária quanto o ar que respiramos.

É por isso que estamos aqui. As futuras gerações irão se beneficiar da nossa luta. Não podemos nos furtar à obrigação de colocar luz onde havia dor e sofrimento. Ainda existem autistas presos dentro de casa, que nunca tiveram tratamento.

Muitos passaram pelo CAPS. Não condenamos o CAPS, ele foi criado para atender saúde mental, usuários de droga, mas ele não é específico para o autismo e, por isso, essa lei foi feita por nós, pais. E, por isso, é nosso dever lutar até que a organização social pela qual lutamos seja tão necessária quanto o ar que respiramos.

E, por fim, a foto do meu filho, motivo pelo qual eu comecei esta luta.

Meu filho não faz atendimento público, é privado.

Eu estou aqui defendendo os direitos das pessoas que não podem estar, e tive a graça e o privilégio de quem luta, de quem persiste, e vi meu filho se formar, o ano passado, no ensino médio, sabendo que ele é um representante desse segmento. Muitos desses meninos poderiam estar nessa condição, deveriam estar, mas não estão, porque não receberam o diagnóstico precoce, não tiveram estimulação adequada.

Por isso, ele está aqui, e ele não teve um momento fácil durante toda a sua vida. Durante a escola, sofreu muito *bullying*, agressões físicas, levou cusparadas na escola, porque não era compreendido. Mas esse menino é exemplo de luta.

Como o pai acabou de dizer, o Ronaldo, para mim também é um privilégio ser pai de um menino com autismo. Isso deu à minha vida muito mais dignidade.

Por isso, estamos aqui, pais, lutando e desejando que amanhã tenhamos uma sociedade melhor, sem discriminação, onde o autista, estimulado, possa se formar, possa trabalhar e possa viver de maneira digna.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Nós é que agradecemos e o parabenzamos por esse exemplo, essa vitória do Rafael.

Passamos, imediatamente, à Evelyn Diniz. Acho que vão ter que trocar aí de lugar.

Antes, eu queria só dizer, enquanto a Evelyn se organiza, que foi trazido aqui à Comissão um fato que já é público, que foi publicado no Facebook.

O Cristiano Camargo faz um apelo sobre um absurdo: o Flávio Henrique da Silva tem síndrome de Asperger, e faz uma denúncia: há uma operação para mudar o diagnóstico dele. E ele faz aqui um texto – e quem faz um texto desse pode ser tudo, menos um deficiente mental grave, enfim – em que denuncia que inclusive pessoas da família estão querendo mudar o diagnóstico dele. Ele trabalha, e o objetivo é acelerar uma aposentadoria que a família acha que ele tem direito ao mudar esse diagnóstico.

Então, Cristiano Camargo, pela OAB do Distrito Federal, faz um apelo no sentido de que possa a Comissão fazer contato com Flávio Henrique para que possamos, então, examinar como ajudar, dialogar com a família, com quem for necessário, sobre isso.

Então, eu vou encaminhar à Comissão.

Evellyn Diniz, Diretora de Relações Institucionais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Eu quero só fazer uma ponderação que todos vão entender: com todo o cuidado. Não estamos fazendo prejulgamento aqui, não.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com todo o cuidado. Sim, sim, sim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Às vezes, uma distorção entre a família e a pessoa pode criar constrangimentos inadequados. Então, não estamos fazendo na leitura nenhum prejulgamento. Recebemos a denúncia e vamos ajudar a ajudar resolver. Ponto.

Eu tive esse cuidado porque tive uma situação no Rio Grande do Sul em que eu, ingenuamente, fiz um encaminhamento e depois vi que não era bem assim a história, que não é o caso – claro. Não estou fazendo nenhum julgamento. É só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com certeza, muito bem observado. Acolho até para ressaltar.

O que recomendo aqui é mais um contato com a família, com a empresa para ver como ajudar.

Pois não.

O SR. FERNANDO COTTA – Rapidamente, Senadores, eu só queria dizer que o Movimento Orgulho Autista Brasil tem uma página no Facebook, e recebemos do Cristiano Camargo, que é um escritor que esteve aqui conosco, inclusive, ano passado, recebeu essa denúncia e a repassou, colocou isso publicamente na página do Facebook do Movimento Orgulho Autista Brasil.

Nós sempre somos bem recebidos nesta Comissão. E, aproveitando essa oportunidade do Dia Internacional do Autismo, peço que deem encaminhamento para que esta situação seja, de fato, resolvida da melhor forma. Por favor, zelem por esta situação como tão bem zelaram pelos autistas quando da criação da lei. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – O.k.

Evellyn Diniz, por favor.

A SRª EVELLYN DINIZ – Boa tarde a todos os presentes! Gostaria de agradecer à Casa a oportunidade de estar aqui, hoje, representando os autistas do Brasil.

Cumprimento os Senadores Paulo Paim e Wellington Dias. É uma honra estar nesta mesa com pessoas tão experientes, tão gabaritadas, com tanta história. Estava falando com o Nilton ali antes de começar. São 30 anos na luta! Eu fico tão pequena perto de vocês, pessoas realmente muito batalhadoras. Tenho muito orgulho mesmo de estar aqui, com vocês, representando o Movimento Orgulho Autista Brasil, que me acolheu aqui em Brasília. É um movimento ativo, com pessoas íntegras, que lutam pelos direitos dos filhos e pelos filhos dos outros também.

Sou mãe de uma menina de sete anos, Estela. Já foi dito aqui que é mais comum em meninos do que em meninas. Então, quando a gente encontra mãe de menina, é uma festa. Somos mães de menina.

Então, é um prazer mesmo estar aqui, com vocês, hoje. Eu não fiz muitos planejamentos porque eu sabia que tudo seria dito aqui por essas pessoas. Mas eu gostaria de fazer um apanhado geral.

Os números já foram citados. Nos Estados Unidos, hoje, um para cada 65. Eu já ouvi um para cada 50. E aqui, no Brasil, é muito alarmante também. Apenas não temos números oficiais. Gostaríamos de reivindicar que isso fosse feito e fosse reparado, até porque, quando a gente tem números, fica bem melhor de trabalhar e justificar a nossa luta.

Moro aqui em Brasília. Minha filha está em escola pública. Também não está tendo nenhum atendimento. O atendimento é assim: uma fila com 65, 100, 200 crianças. A gente vai a um posto, faz uma consulta, pede para falar com o neurologista. Eles ligam um ano depois, faltando menos de 24 horas para você estar lá sem nenhum planejamento, com uma criança que necessita de rotina estruturada, de conversa, de explicação. Realmente, de que precisamos? Terapias multidisciplinares, educação decente, saúde, e aí eu planejei só fazer um breve apanhado desde o começo.

Vamos começar do topo, pesquisa e prevenção. No Brasil, ainda não se fala em prevenção do autismo. Já se sabem algumas causas, as pesquisas estão bastante avançadas, inclusive temos um pesquisador importante, Alysso Muotri, que está nos Estados Unidos, brasileiro, com uma equipe brasileira, pesquisando a cura. Já encontrou um medicamento, que ainda não pode ser testado em humanos, a gente sabe que leva anos do momento da pesquisa em laboratório, mas ele já fez reversão do neurônio autista. E é impressionante, realmente as pesquisas têm avançado, e o Brasil precisa investir em pesquisa básica, pesquisas sérias, que realmente vão tratar o autismo como ele é. Não é uma doença psicológica, não há nada que nenhuma mãe, nenhum pai, nenhuma família possa ter feito que possa ter causado o autismo da criança. Isso é muito importante ser dito, porque ainda hoje o discurso da mãe geladeira está presente por aí afora, de forma mais branda, de forma mais enfeitada, mas é ainda muito presente esse discurso da mãe geladeira aqui no Brasil. Eu quero dizer que eu não sou uma geladeira. Pelo contrário, não me pegou esse discurso. Enfim, as pesquisas apontam para fatores ambientais, é uma síndrome multifatorial, de múltiplos impactos, e por isso necessita de muito estudo e muita intervenção mesmo.

Então, prevenção, pesquisa, diagnóstico precoce, não existem ainda no Brasil. As mães sofrem com essa questão de não ter o diagnóstico. Muitas vezes as crianças são diagnosticadas na escola, sob o olhar atento dos professores, que veem que aquela criança tem um atraso. Pais de primeira viagem que têm um único filho dificilmente vão conseguir detectar aquilo tão cedo, tão precocemente. Eles não têm um parâmetro em casa para dizer “olha, essa criança não está igual aos outros irmãos”. Portanto, é muito importante que o diagnóstico precoce seja uma realidade no nosso País, porque o diagnóstico precoce vai possibilitar a intervenção precoce, e a intervenção precoce é muito importante, é a base para que essa criança chegue à escola, em idade escolar, já com essas comorbidades aí amenizadas, as comorbidades do autismo.

O que a gente tem visto, percebido na nossa vivência como país é que esses déficits na saúde estão resvalando diretamente na educação. Então, está ficando complicado no meio da educação, e está ficando complicado porque você pega criança sem diagnóstico, sem tratamento, sem terapias, que nunca fizeram uma terapia multidisciplinar, que nunca foram ao consultório de um neurologista, algumas não têm diagnóstico fechado, e isso resvala na educação, Senadores. Isso complica a vida da educação brasileira.

Então, a gente precisa investir na saúde por isso. E aí a gente cai na história de novo dos CAPS, que todo mundo já falou aqui, a supressão da letra “c”. É muito importante que a gente não ande na contramão. O artigo vai contra mesmo, ele rema contra a própria lei. Não podemos deixar que a essência da lei Berenice Piana se perca. Eu queria deixar isso bem registrado. Já foi falado, mas também é uma posição nossa.

Deixo também claro que a questão da inclusão é importante. Uma escola não exclui a outra, todo ano a gente vive esses fantasmas, “vamos acabar com escola especial”, “vamos acabar com classe especial”, “vamos acabar com redução nas classes”, “vamos colocar o aluno dentro de uma sala com 40, isso é a inclusão”, e nós sabemos que não é, até porque algumas crianças sequer tiveram um trabalho de base bem feito para estar em convivência com dez crianças, o que se pode dizer então de conviver com 30, 40 crianças numa sala de aula, com um professor despreparado? Nós precisamos preparar e capacitar nossos professores.

Então, a gente termina esse passeio por essas necessidades do autista aí no mercado de trabalho. Gostaria de lembrar que o País tem uma dívida com o autista adulto, anos e anos, como a Cláudia muito bem colocou, a gente está aqui com 70 anos de atraso em tudo, em pesquisa, em números, em diagnóstico, em prevenção. Então, a gente precisa lembrar que essas pessoas deveriam já estar inseridas no mercado de trabalho. O que eu quero para a minha filha e o que todos os pais aqui desejam é que nossos filhos tenham um desenvolvimento pleno. E a gente sabe que a mente, o cérebro não é estático. Ele está em constante processo de plasticidade, a gente precisa promover isso, dando as ferramentas que o autista precisa no que diz respeito a sua saúde, a sua educação, para ele chegar lá.

Lembro ainda das mães que estão em casa, como eu, que não podem trabalhar porque as crianças não têm terapia multidisciplinar no contraturno. Não recebemos nada por isso. Ficamos em casa, não temos como aumentar nossa renda familiar, consequentemente, não temos como pagar terapias caríssimas, particulares, para nossos filhos. Isso é um problema! As mães, quando souberam que eu viria, disseram: “Por favor, fale nas mães, diga que nós estamos em casa, diga que nós queremos voltar ao mercado de trabalho e nós precisamos que nossos filhos tenham terapia multidisciplinar como eles realmente merecem, escola inclusiva como eles realmente merecem.”

E é isso, nós não podemos mais esperar.

(Soa a campainha.)

A SRª EVELLYN DINIZ – O autismo é assim. A gente corre contra o relógio todos os dias, independente da idade. Quem tem filho com sete, com dez, com trinta, a gente corre todos os dias contra o relógio. Então, a gente pede que este País tão rico olhe por essas pessoas, porque são pessoas de mentes muito peculiares;

como diz a autista Temple Grandin, são mentes necessárias. Então, não podemos deixar essas mentes subutilizadas. Vamos colocar essas pessoas para gerar riquezas para nosso País, que já é tão rico, e tenho certeza que pode providenciar o que nós necessitamos para nossos filhos.

Queria deixar aqui meu abraço para nossa querida Berenice Piana, que deve estar nos assistindo neste momento, agradecer a ela e a todos vocês que aqui estão por tudo que fizeram. Sou privilegiada por já estar nesse processo, minha filhinha com sete anos, mas de ter tido vocês aí atrás para carregar esse peso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Nós é que agradecemos. Falou com o coração.

Passamos para o Nilton Salvador, pai de autista e autor também de três livros sobre o autismo, o que ainda é muito raro na literatura brasileira. Ainda temos poucos escritos sobre esse tema.

O SR. NILTON SALVADOR – Obrigado, Senador.

Senador Paulo Paim, quando o Senador Wellington falou em três livros, quero dizer que são seis livros, e que, em 1993, eu lancei meu primeiro livro sobre autismo, chamado *Vida de Autista: uma saga real e vitoriosa contra o desconhecido*. E, no lançamento no saguão da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, por uma especial deferência do Deputado Francisco Appio, naquela época, passava ao longe, no mesmo saguão, conversando com o Deputado Mendes Ribeiro, o então Deputado Federal Paulo Paim. Ele não foi comprar meu livro *Vida de Autista* lá porque, evidentemente, compromissos outros ele tinha.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Deixe-me contar algo, se me permite um aparte.

O SR. NILTON SALVADOR – Sim, com certeza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Moramos juntos, logo que cheguei a Brasília, eu, o Lula e o Olívio. E os petistas simpáticos a nós três chegavam e faziam “buquiméqui” para ver qual dos três era o mais pão-duro. Até hoje não descobriram. (*Risos.*) Vai ver foi isso.

O SR. NILTON SALVADOR – É possível! Mas eu tenho essa lembrança gratíssima do Senador Paim. E também, em virtude do tratamento do meu filho, mudamos para Porto Alegre, porque no Rio Grande do Sul havia, à época, a escola de psiquiatria mais evoluída da América Latina, talvez pela proximidade com a Argentina, de onde era originária Arminda Aberastury e outros cientistas das neurociências. Conheci muito bem o Senador naquela época e o via amassando barro, se molhando nas madrugadas, em busca da sua posição eleitoral, atravessando a pé a Avenida Farrapos, muitas vezes, e conversando com essas pessoas. Coincidentemente, muitas vezes, ele conversou comigo. Poderá um dia ele lembrar, num exercício de memória os locais em que nos encontramos.

Quis o destino que estejamos aqui hoje. Quis o destino que eu venha falar em nome dos autistas do Brasil. A Evellyn acaba de citar que tudo já foi falado sobre isso, mas eu tenho um recado especial, porque nós temos uma preocupação imensa sobre o que está acontecendo.

Eu fiz, então, o meu sexto livro depois de 1993, em que eu contei 20 anos de história do meu filho. Vinte anos depois, eu coloquei, então, na editora os livros *Vida de Autista* e *Eles Crescerão*. Naquele primeiro livro, eu contei de zero a 20 anos. E, neste aqui, eu conto de 20 a 38 anos, que ele tem hoje.

Na página de agradecimentos, na página de registros desse livro, eu faço uma homenagem para as Deputadas Federais Mara Cristina Gabrilli e Rosane Cavalcante de Freitas, a Rosinha da Adefal, e ao Senador da República Paulo Renato Paim. É uma homenagem por suas proposições, esforços e apoios como determinantes na história do Brasil, que resultaram na promulgação na Lei nº 12.764, de 2012, que aos autistas proporcionou que ninguém nunca poderá lhes tirar o direito de exercer sua cidadania.

Então, antes de começar a minha fala, Senador, eu queria lhe entregar esse livro. Eu não posso me levantar porque estou desabilitado das pernas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas eu posso.

O SR. NILTON SALVADOR – Então, Senador, eu quero fazer a entrega deste livro ao senhor e prometer ao Senador Wellington Dias, parceiro também na questão do autismo, por causa de sua filha, que eu trarei um livro para ele também nesse sentido. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Ele não sabe, mas a Mesa toda aqui pediu – seria no encerramento mas eu o faço agora – que eu fizesse essa entrega a ele, numa homenagem a toda a família autista do Brasil e do mundo, pela sua história, pelos livros. Então, pediram que eu lhe entregasse este pequeno mimo e o diploma. (*Palmas.*)

Diz o diploma: “Presidente do Conselho Brasileiro do Prêmio Orgulho Autista confere a Nilton Salvador, do livro *Vida de Autista*, o segundo prêmio Orgulho Autista 2006/2007 por ter sido o mais votado em todo o Brasil na categoria livro destaque.” Eu só resumi aqui o que está escrito.

Uma grande salva de palmas para ele. (*Palmas.*)

Foi o mais votado em todo o País pelo que escreveu em homenagem à família autista.

O SR. NILTON SALVADOR – Estou doentinho da perna, não do coração.

Muito obrigado, Senador. Deus o abençoe!

Então, voltando àquilo que nós nos propomos, eu também, nesta pequena fala, fiz uma revelação. Pouca gente sabe que ele é chamado também de Paulo Renato, nos meios mais pessoais do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – É porque o nome é Paulo Renato Paim.

O SR. NILTON SALVADOR – Exatamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Mas o nome parlamentar acabou ficando Paulo Paim.

O SR. NILTON SALVADOR – E aí está, não é?

É a história do “para dentro e para fora”: o professor de Português às vezes perdoa, não é, Senador?

Excelentíssimos senhoras e senhores componentes desta reunião de debates e revelações; excelentíssimos pais de autistas, no sentido duplo da palavra; e demais presentes... Por que no sentido duplo da palavra? Porque o pai de autista também é mãe do autista, e a mãe do autista também é pai do autista. (*Palmas.*)

Considerando a Convenção Interamericana para Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, promulgada em 1999, na Guatemala, da qual o Brasil é signatário, discriminação contra as pessoas com deficiência significa toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas na condição de deficiente de seus direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

Dirijo-me, com isso, ao Conade (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência), que tratou da regulamentação da Lei nº 12.764, a conhecida Lei Berenice Piana, de 27 de dezembro de 2012, em nota pública do dia 22 de fevereiro deste ano, 2014.

Lamentavelmente e sem o conhecimento e participação de comunidades afins, o Conade aceitou opiniões de entidades que contribuem com a causa do autismo, porém em nível de interesses privados e, com isso, o Conade está destruindo o que preconiza a Lei nº 12.764, quando, no seu item c, em mensagem subliminar, apresenta uma proposta que diverge do sentido da lei que se pretende regulamentar.

Nossa presença aqui e por isso o nosso rogo é para alertar o Conade que ainda há tempo para que sejam evitados mais sofrimentos para a comunidade autista de todo o Brasil com uma proposta que, além de divergir, está ferindo frontalmente o art. 5º da Constituição brasileira, que insurge contra a Lei nº 12.764, aprovada por todas as instâncias do Congresso Nacional, Ministério da Saúde, Secretaria de Direitos Humanos e outros até sua promulgação em 28 de dezembro de 2012.

(*Soa a campanha.*)

O SR. NILTON SALVADOR – O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade), na sua 90ª Reunião, em 21 de fevereiro, decidiu, em encontro específico e por ato de extrema infelicidade, na proposição pelo seu art. 3º que os autistas, embora não esteja escrito, porém implícito, deverão ser tratados pelos CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), trazendo com isso perplexidade aos seus pais e a todas as comunidades responsáveis e afins, uma vez que é de conhecimento, inclusive do Governo, que essa instituição não tem capacidade e capacitação profissional específica nos seus quadros para tratar dos milhões de deficientes na condição de autista.

O CAPS, senhoras e senhores, é uma realidade em vigor do Ministério da Saúde, conforme Portaria nº 3.088, de 23 de novembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental – a conhecida esquizofrenia – e com necessidades decorrentes do uso do *crack*, álcool e outras drogas no âmbito do Sistema Único de Saúde, carentes de tratamento contínuo, em que se descarta totalmente a possibilidade de atender ao autista, pois descaracteriza tudo que se busca em relação à inclusão dele na sociedade.

Causa-nos profunda estranheza que o Conade, ao apresentar a minuta do Decreto da Lei nº 12.764, faz entender que, quando o elaborou, não estava informado de que o autismo é uma deficiência múltipla e complexa, não podendo ser considerada no mesmo nível da esquizofrenia e incluída nas áreas de tratamento de drogas lícitas e ilícitas que interferem por ilusão química o uso compulsivo; daí a especificidade da existência dos CAPS.

No campo das suposições, tomamos a liberdade de pensar que uma conselheira do CAPS talvez tenha o privilégio de ter seu filho autista atendido por equipe multidisciplinar especializada, na iniciativa privada, um sonho intangível de quase toda comunidade autista, o que revela um profundo desconhecimento de causa de quem se utiliza de atendimento naquelas instituições públicas de saúde.

A Coordenação da Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde equivoca-se, por meio da sua Coordenadora Vera Mendes, quando faz surgir mais um ente indefinido sobre os autistas, ao dizer que o decreto em pauta refletirá a integração das agendas nos cuidados com os autistas, como que desconhecendo

o que está estabelecido na Lei nº 12.764, tão duramente conseguida. Apesar desse esforço da coordenadora, inegavelmente, no exercício que reúne as representações do Governo, da sociedade civil e especialistas, o Conade falhou quando deixou de dar conhecimento e participação aos familiares e às comunidades afins do autismo de suas decisões, sem as quais não pode ser considerada a democracia, elegendo opiniões de entidades de cunho privado que, além de não atenderem às demandas coletivas da sociedade, mais uma vez, ferem a Constituição brasileira no Capítulo dos Direitos Fundamentais.

Lamentavelmente, o Conade, em nota pública, quando fala em associados da ABRA e ABRAÇA, não ilustra quem são essas entidades, além das informações publicadas na internet, uma vez que agora a maioria dos pais de autistas com quem se discute esse tema pela grande rede e em nível nacional já sabe de seus verdadeiros objetivos depois da publicação que indica subliminarmente a utilização do CAPS na regulamentação da Lei nº 12.764. A ABRA e ABRAÇA deveriam divulgar, pensamos, quem são os seus associados e seus números para conhecimento de todos, antes de tomar autoridade, falando por aqueles que estão na condição de autista e desautorizadamente em nome dos pais de todo o Brasil, levando o Conade ao equívoco que está em debate.

(Soa a campanha.)

O SR. NILTON SALVADOR – E mais: quer nos parecer que a reunião que aprovou o texto da regulamentação da Lei nº 12.764 carece de legalidade e que a audiência não procede e não tem legitimidade, tendo em vista que não cabe a instituições de cunho privado, como é o caso da ABRA e ABRAÇA, o direito do voto por seus representantes, e ainda conselheiros do Conade defenderem a posição do Governo, uma vez que são por ele subsidiadas, ficando, nesse caso, impedidas de efetivamente defender os autistas, que necessitam de real assistência, como aconteceu na 90ª reunião, em 21 de fevereiro deste ano, que aprovou o texto da regulamentação que está sendo debatido.

Para o tratamento do câncer, temos o Inca, que trata de câncer; para os hemofílicos, temos centros de tratamento para hemofílicos; e para os diabéticos, temos instituições que tratam dos diabéticos. É de se perguntar por que os familiares de instituições dos movimentos pró-autistas do Brasil não foram ouvidos e respeitados, além das entidades citadas, uma vez que há anos vêm travando frentes de luta incansáveis aos seus direitos, lutas que culminaram na promulgação da Lei nº 12.674, como tão bem conhecem a luta insana que foi feita o Senador Paim e o Senador Wellington, que chegou durante o período da sua criação.

Entidades como essas não tomaram a dianteira da proposição, congratando todos os pais de autistas possíveis do Brasil, utilizando-se das redes sociais, a exemplo do Conade, que o fez para instituir a Rede de Atenção Psicossocial, como uma patrona do tratamento dos autistas com sofrimento ou transtorno mental com necessidades decorrentes de *crack*, álcool e outras drogas lícitas e ilícitas. O autismo não está inserido nesse contexto. Autistas são pessoas com deficiência para todos os efeitos legais, de acordo com a convenção da ONU e a Lei nº 12.764, que tem o Senador Paim como patrono e que, para ser cumprida, os pais de autistas interessados se engalfinham todos os dias nas portas das escolas e de instituições de tratamentos, em todos os quadrantes nacionais das áreas médica e de educação, e, não raro, só acontece o atendimento com o amparo do Ministério Público. O Brasil é signatário da Carta da Guatemala, que fala sobre a discriminação, mas, nesses momentos, isso não é visto.

Sobre esse conhecimento, senhoras e senhores, quando fala o Conade que a discriminação e o preconceito existem, não comenta que o CAPS é um fornecedor de remédios controlados para curar o que não é doença, quando deveria ser também uma instituição para dar atendimento terapêutico. Não nos cabe crítica ao Conade jamais; cabe-nos, sim, alertá-lo pela inoportunidade que nos parece estar querendo criar, além da lei já existe, em relação aos autistas. Da mesma forma, também rebatemos seus comentários, pois os assuntos discutidos em rede sociais servem puramente de discussão para geração de orientação e rumos a serem tomados. É de se perguntar se os pais de autistas permitiriam que os seus filhos fossem incluídos no mesmo nível, juntamente com alcoolistas, esquizofrênicos e outras especificações de transtornos, simplesmente desprezando todos os esforços despendidos durante anos a fio. É de se perguntar se é da alçada do Conade tratar de discriminação e preconceito, pois que, embora integrante da Secretaria de Direitos Humanos, esta não se manifestou a propósito dessa discussão, por mais esforços nesse sentido que muitos pais fizessem, a exemplo deste signatário.

Ao comentar sobre a contrariedade do Conade aos comentários que perpassaram as redes sociais, devo dizer que a liberdade de expressão também é um direito. Muitos escrevemos nas redes sociais, porém o que observamos é que não falta responsabilidade aos pais de autistas, sob pena de angariarem sérios danos contra si mesmos e seus filhos.

Cumpre-nos, sim, perguntar ao Conade, conforme está na sua nota pública, quem é essa centena de entidade que lhe forneceu contribuições sobre o transtorno do espectro do autismo e seus familiares, pois que em nosso Estado, o Paraná, por exemplo, não tivemos conhecimento dessa atuação. E mais: não somos asso-

ciados da ABRA e da ABRAÇA, que evidentemente não nos representa regionalmente. Essa reflexão faltou ao Conade sobre seus conceitos e direito de expô-los.

Toda a argumentação que aqui falei acredito que já foi ouvida por todos os presentes e interessados da causa autista com as mesmas palavras um incontável número de vezes. Nada tem de novo, além do nosso rogo, para que o Conade revise a sua decisão daquilo que seja o ideal para a regulamentação da Lei nº 12.764, com sua participação.

Considerando o Decreto nº 7.612, de novembro de 2011, que institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Plano Viver sem Limite, que não está sendo aplicado na sua essência, assim como o acesso à educação, ao ensino profissionalizante, à moradia, ao mercado de trabalho e à previdência e assistência social para cumprimento das diretrizes que trata esse artigo, no seu item c, é que gostaríamos de tirá-la enquanto seja possível.

Meu caríssimo Senador Paulo Paim, nossa amada e idolatrada salve, salve, Deputada Mara Gabrilli... (*Palmas.*)

E a Deputada Rosinha da Adefal, que aqui não está, temos o prazer de receber aqui, bem na minha frente, essa figura impoluta, de caráter sem jaça, o pai do Supla, que ainda na segunda-feira... (*Palmas.*)

...Emocionou a todos no programa Bem Amigos falando do seu pai. Dizendo que podem não permitir o pai dele falar, mas deixem-no cantar.

Então, eu espero que seria uma homenagem extraordinária se o Senador viesse aqui cantar aqui aquela música de que ele tanto gosta.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Você o provocou, agora nós vamos ter que ouvi-lo. No bom sentido. Vai ser uma alegria ouvi-lo, com certeza. Ele não se encabula. (*Risos.*)

O SR. NILTON SALVADOR – Então, senhoras e senhores, nós estamos atravessando no Brasil uma época de extrema sensibilidade.

Nós, da comunidade autista do Brasil, o Movimento Orgulho Autista do Brasil hoje já tem consciência da sua importância.

Nós, estarrecidos, não gostaríamos de ler, aqui nesta Comissão, nem no próximo encontro, que o segundo censo do IBGE, entidade, sem sombra de dúvidas, das mais acreditadas neste País, que no Brasil existem 45,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, o que representa 23,92% da população brasileira. O Conade foi criado para que essa população possa tomar parte do processo de definição, planejamento e avaliação das políticas destinadas à pessoa com deficiência, por meio da articulação e diálogo com as demais instâncias de controle social e os gestores da Administração Pública direta e indireta.

Reiteramos, Senador Paulo Paim, nossos agradecimentos por tudo o que já fez, e sabemos que ainda fará, pela comunidade de autistas do Brasil no Dia Mundial da Conscientização do Autismo. Nesse dia, como eu gostaria de estar aqui festejando, celebrando com todos, mas, lamentavelmente, tive que me manifestar dessa forma controlando o meu próprio pranto. (*Palmas.*)

Que o meu braço não seja curto para poder abraçá-los todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Nós agradecemos ao Nilton Salvador e nos somamos a essa importante homenagem feita por intermédio das entidades e também do nosso Senador Paim. Agradecemos as presenças do nosso Senador Suplicy, da nossa querida Deputada Mara Gabrilli, que nos alegra também com a sua presença.

Vamos, agora, passar a palavra ao plenário. Acho que o Senador Paulo Paim havia solicitado a palavra, além de outras pessoas inscritas, como a Luciana Mendina aqui presente, que falará logo em seguida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Senador Wellington Dias, serei muito rápido. Primeiro, quero dizer que a pessoa humilde é, na verdade, um gigante. E V. Ex^a, com a humildade e a grandeza de sempre, como eu fui coautor do requerimento, V. Ex^a, por duas vezes, já me convidou para que eu presidisse a reunião, e eu disse a V. Ex^a e também respondi aqui a alguém que havia me perguntado, que a melhor forma de homenagearmos a todos neste momento, primeiro, é deixando V. Ex^a presidir – aliás, não é deixar, mas ter o prazer em vê-lo presidir a audiência, pela sua liderança incontestável, pelo quadro do Brasil que V. Ex^a, V. Ex^a não é só o quadro do seu Estado, e por seu pai de uma autista, da Dani.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – É, a Dani.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Permita-me V. Ex^a que eu diga que quando eu fui procurado por um grupo de pais, V. Ex^a sempre esteve nos bastidores contando-me a sua história, a sua vida. Talvez, em um primeiro momento, o Senador Wellington Dias não esteve na linha de frente. Mas eu quero dar esse depoimento e dizer que ele sempre esteve me subsidiando, contribuindo. E, para mim, é uma das melhores imagens que eu tenho de projetos de que eu participei nesta Casa, porque esse veio, de fato, de baixo para cima. Um grupo de pais me procurou e disse: “Olha, estamos te procurando, mas nós estamos achando que também

não vai dar em nada”. Alguns me disseram isso. Lembro-me que estavam lá o Ulisses, o Fernando, a Berenice, enfim, muitos estavam lá. E ali, naquela conversa, foi indo, indo, avançamos, enfim, a lei, hoje, é uma realidade.

Eu queria pedir uma salva de palmas para este que não apareceu tanto, o Senador Wellington Dias. *(Palmas.)*

Ele foi fundamental para essa lei existir, porque no dia que vocês chegaram aqui ele não estava aqui, mas depois eu fui falar com ele, que me disse ser parceiro, que estava junto, e mesmo na redação final, no dia de acertar a redação, ele foi negociar no Palácio, para construirmos o grande entendimento.

Vou fazer essa rápida fala, Senador Wellington, tendo em vista a sua liderança, porque sei que o Palácio lhe ouve muito. Então, permita-me que eu divida esse encaminhamento em nome dos Senadores e da própria Deputada Mara, que esse grupo, os que lideraram a formulação da lei... porque foram eles que lideraram a formulação da lei, nós fomos instrumentos, eu diria que eu fui a pena, a caneta, V. Exª e nós, mas foram eles quem redigiram essa belíssima lei, que V. Exª inclusive ajudou, no início e no último momento, na redação final da negociação.

Que o Conade ouça esse grupo de pais que aqui está liderado pelo Movimento Orgulho Autista Brasil, pela Berenice. Lembro-me de que tive a ousadia de, no dia em que a lei avançou, ir à tribuna para dizer que eu gostaria de dar o nome desta lei de todos os pais e mães dos autistas, mas como eu só posso dar o nome de um, aí tive o atrevimento de citar, da tribuna, o nome da Berenice Piana, e depois fui saber que vocês já estavam pensando nessa ideia, mas eu os atrolei. Peço desculpas, então, porque eu fui à tribuna e falei que seria uma homenagem belíssima. Eu gostaria de dar o nome de todos: Ulisses, Fernando, Cláudia, das mães que estão aqui.

Mas o que eu quero, na verdade, é pedir que o Conade ouça o Movimento Orgulho Autista do Brasil. Foi por intermédio deles que a lei foi formulada. Eles foram fundamentais, foram os heróis desse processo. Foi uma batalha vitoriosa, e os heróis são os pais e as mães dos autistas. Então, que o decreto não saísse sem que eles fossem ouvidos. Nós fizemos isso naquela questão do “preferencialmente”, na matéria das pessoas com deficiências, e foi um longo debate e chegamos ao entendimento. Por que nessa questão do autista a gente não há de chegar? Acredito que vamos chegar.

Eu acompanhei, claro, o debate, e recebi também a nota promovida e divulgada pelo Conade, recebi um material intenso de vocês, e agora o belo depoimento do Nilton Salvador, aqui, como escritor, que escreveu livros e livros. E lembro de novo, aqui que foi o mais votado de todos os que receberam esse prêmio até hoje! Eu até recebi, só queria ter o número de votos que você teve, viu? Vamos cuidar para você não ser candidato a Senador ao mesmo tempo que eu, porque ele foi o mais votado de todos. *(Palmas.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT – RS) – Olha que o Caxias vai reclamar. Dizem, lá no Sul, que eu sou torcedor do Caxias, que é minha cidade natal, e eu joguei lá, no Flamengo, e depois acabei ficando Caxias.

Para encerrar, o meu pedido seria este: que a gente peça uma audiência ao Conade, juntamente com pessoas do Governo que estão interagindo no decreto, para que essa posição muito clara de vocês em relação à letra C do art. 3º seja mudada.

Parabéns a todos vocês! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Nós que agradecemos.

Eu queria apenas sugerir, porque temos aqui já algumas propostas que serão encaminhadas. A exemplo dessa manifestação que aqui chegou, além da do Ulisses Costa, nós vamos encaminhar para que possamos ter, por parte das autoridades, essa análise, tanto a do Cristiano Camargo com o Flávio Henrique, como a do Ulisses Costa.

Acho que nós poderíamos marcar uma agenda com o Antonio José, que é o Presidente do Conselho, o Secretário Nacional, uma pessoa muito sensível, e com a Casa Civil, porque, na verdade, em última análise, quem vai fazer o decreto é a Casa Civil, lá com o Ministro Aloysio Mercadante ou o Beto Vasconcelos, que está, hoje, assessorando a Presidenta, inclusive nessa área jurídica. Acho que nós poderíamos tratar... Porque acho que há um consenso. Eu também compreendo a importância e o papel do CAPS, avalio que, em determinada situação de falta de diagnóstico, é possível que um pai, uma mãe, alguém possa, até por não ter informações adequadas, encaminhar, ou quem estiver mais próximo, como o CAPS. Aliás, a proposta que nós temos tratado, e eu cito aqui o exemplo do meu Estado, eu sempre digo que, se o Piauí pode, então qualquer Estado pode, que a gente tenha em cada unidade da Federação um centro mais especializado nessa área da pessoa com deficiência, como Cabeça de Rede, e com especializações nessas áreas tratadas. *(Palmas.)*

É claro que a deficiência visual, a deficiência auditiva, as deficiências como a síndrome de Down, o autismo, aquelas inclusive que têm uma demanda maior, porque temos aqui, como foi dito, ainda com base no censo de 2010, 45 milhões de pessoas, e com certeza, com alguma deficiência. É claro que o que não sabemos é exatamente quantas pessoas há em cada deficiência, até para que se tenha dados mais precisos por Município, por Estado, para que se tenha um trabalho mais acurado.

O que a lei tem de fantástico é definir o que é o autismo. A partir da definição, que não havia, o Brasil não reconhecia o autismo, acho que, por isso, distorções como essa ainda hoje vindas da Rede, a partir da definição do que é o autismo, orienta todas as profissões, inclusive, toda a rede de atendimento, de serviços, de proteção, tanto para o setor público como para o setor privado.

Quanto à aprovação da lei, é claro que nós comemoramos. Qual é o desafio que eu vejo? Há necessidade, na minha visão, de se ter a implementação. Nós temos, nos Estados, hoje, a partir da primeira lei da pessoa com deficiência, agora aprimorada com o Viver sem Limite, nós passamos a ter em cada Estado, parece-me que quatro Estados brasileiros ainda não completaram, o Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, a partir do Conade (Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência).

O que eu acho que a gente precisa agora trabalhar – é uma sugestão que eu coloco aqui para o debate até –: vamos ter um conselho específico por Município, por Estado e, no nacional, a partir da lei, para tratar da pessoa com deficiência, porque um dos artigos da lei fala da participação da população nas políticas públicas ou – que é o caso, pois já acontece em algumas áreas – ter uma câmara especializada nessa área do autismo, uma câmara temática.

Disso a gente precisa tratar, até para poder encaminhar como proposta. Eu aprendi que, se a gente não manda, muitas vezes um mastigado, uma proposta já mais desenhada para as assembleias legislativas, para as câmaras municipais, para as áreas sociais ou especializadas até da pessoa com deficiência em cada Município, em cada Estado, ela não anda.

Então, eu acho que esse é um ponto que eu vejo como importante.

O outro, como fala da obrigação de um trabalho integrado, eu creio que nós vamos ter que também encaminhar, minha Presidenta, para o Governo, para a Presidenta da República e para as áreas onde temos uma interface maior com a política específica do autista, a necessidade de ter uma área em cada um dos setores, assim como hoje já há a preocupação com a mulher, a preocupação com a pessoa com deficiência. Se há uma lei com uma política própria, nós estamos aqui tratando agora da lei da síndrome de Down, então, há necessidade de se ter alguém que, na saúde, que na educação, que nas políticas sociais, que nas políticas do trabalho, que cada política que o País faz, haja a presença de alguém que seja ouvido, que possa até, fazendo essa interface, estar trabalhando.

Aqui, eu queria apresentar à Comissão... Eu estou numa Frente Parlamentar da Primeira Infância e acho que o grande desafio que nós temos está principalmente na carência no diagnóstico. Ainda hoje, para muitos pais, para muitas famílias e para muitos profissionais, o autista é um deficiente mental. Ponto. Ou seja, não existe ainda, no nosso País, uma rede adequada para que a gente possa ter, como já define a lei, um cuidado especializado, um cuidado específico. Por isso, a dificuldade que a gente tem na saúde, numa regulamentação como esta, na educação, como a gente teve aqui na discussão do Plano Nacional da Educação, a necessidade de se ter essa rede. Então, eu acredito que nós vamos ter que também direcionar essa discussão. Ou seja, a partir da lei, a lei não é um fim em si mesma, ela é um instrumento, ela é a base, ela é agora um direito, um amparo, enfim, a partir do qual a gente vai trabalhando. Quanto mais rápido possível avançar, melhor.

Então, eu acho que um primeiro passo é cuidar para que não saia a regulamentação com distorção. Por isso, eu me proponho aqui, minha Presidenta, com os demais membros da Comissão e com a participação da Câmara, e a gente marcar essa agenda. Eu me comprometo de estar solicitando essa agenda tanto ao Antônio José, que hoje é o Presidente do Conade, como com a Casa Civil, para que a gente não seja atropelado pela regulamentação.

Fiquei preocupado, confesso. Quando eu vim aqui hoje, confesso não estava com nenhuma informação sobre isso. Eu fiquei preocupado porque eu achei que era o art. 3º, item c, da lei. Fiquei aqui e não achei. Pensei: será que fizemos uma lei com uma barbaridade dessa? Não era da lei. Mas o fato de ainda estarmos vivendo a semana do Dia Mundial da Conscientização do Autismo, eu acho que é importante correr. Saindo daqui, já vamos tentar fazer esse contato. Pelo amor de Deus, se existe alguma coisa preparada, suspenda aí porque tem divergência grave e vai dar problema. Então, para a gente trabalhar isso.

Eu queria ainda dar aqui uma sugestão sobre a Lei da Primeira Infância. Nós temos a lei que trata da criança e do adolescente. Ela, no seu arcabouço e no que está desenhado, cuida muito da parte da criança, principalmente a parte dos quatro anos de idade, por isso a creche, por isso o ensino infantil, por isso um conjunto de medidas estão sendo tomadas. Ela cuida bem do adolescente, mas não temos ainda um desenho maior nessa parte da primeira infância, ou seja, desde a gestação, desde o preparo dos pais.

Vamos receber aqui, neste mês de maio, um dos maiores cientistas do mundo, o Dr. Jack Shonkoff – não sei se o nome é bem esse –, um cientista americano que coordena estudos na área do cérebro. O que ele revela é que o ser humano é formado, é formatado principalmente até os seis anos, um dado que acho que diz tudo. Com dois meses de vida, o bebê recebe, grava e entranha no seu cérebro 700 informações por segundo.

Aos 70 anos de idade, para darmos um exemplo, isso cai para 60 a 70 informações por segundo. Chega a um determinado momento da vida, isso já se sabe, na casa dos 30, 35 anos, gera uma plasticidade no cérebro, que fica difícil de mudar. Por que somos contra a redução da maioridade penal? Porque criança é criança, bebê é bebê, enfim, é mais fácil modular, alterar, melhorar o ser humano ainda na fase da infância e da adolescência do que com a idade mais avançada. Então, isso tem base científica.

Quero aqui mostrar que é importante que o Brasil tenha, por uma iniciativa da Presidenta Dilma já teve, um plano nacional feito para a primeira infância, mas há necessidade de ter algo mais sólido. Queria que pudessemos ter a Comissão de Direitos Humanos abraçando a aprovação desse projeto: há um na Câmara, que o Deputado Osmar Terra encabeça, e um no Senado, assinado por vários Senadores, que eu estou encabeçando. Acho importante termos um acompanhamento especial para aprovação. Se for aprovado primeiro o da Câmara, tratamos aqui no Senado para agilizar. Se for aprovado primeiro no Senado, a Câmara tem esse compromisso de fazer andar.

Estou dizendo isso, porque haverá o debate com esse cientista e ele, entre outras novidades que trará, dirá que já é possível – vou usar um termo aqui que não sei se é apropriado – a cura de determinadas síndromes e do autismo, na visão dos cientistas, se descoberto até seis meses de vida. Qual é o problema? É que ainda se há dificuldades de descobrir até seis meses de vida. Um conjunto de cientistas de vários países... no Brasil, Bahia e São Paulo estão sediando experiências nessa direção.

O que eu quero aqui revelar... Tenho uma filha já de 16 anos, que teve convulsões agora, depois de 12 anos. Ela teve convulsão até os 4 anos de idade e vinha no acompanhamento de tal modo que chegou até janeiro deste ano sem ter convulsões, o que é um dos grandes desafios que os pais, que os profissionais têm no limite da medicação. Por isso o diagnóstico é essência. É uma atrofia leve? É uma atrofia grave? O que gerou? O que se tem de diagnóstico, que caso a caso. A ciência mostra que se conhece ainda muito pouco do cérebro e não dá para discutir com tanta firmeza.

Então, havendo diagnóstico no primeiro momento, é possível à ciência – e ainda estão tentando encontrar a forma dessa descoberta, como já tem o teste da orelhinha, o teste do pezinho, o teste da linguinha, enfim, a ideia é esta – de encontrar um mecanismo de, nos primeiros momentos, se ter já a descoberta e um diagnóstico. Junto com isso, está na rede. Em boa parte de determinadas situações, é possível ter um tratamento com solução definitiva, se descoberto precocemente.

Então, esta é a grande bandeira que teremos que travar no nosso País, ou seja, poder, já nas maternidades, nas áreas, ter o diagnóstico. É preciso ter um preparo, desde as unidades básicas de saúde e seus profissionais até as redes especializadas, para fazermos isso. Estamos aqui correndo contra o tempo, estamos tratando aqui de situações em idade mais avançada, mas acho que esse é um desafio que eu queria dividir aqui, com esta Comissão.

A vantagem da lei da primeira infância é trazer para o País a responsabilidade e a obrigatoriedade dessa rede em vários aspectos, não só no aspecto da saúde, mas também para garantir que tenhamos condições do diagnóstico.

Então, quero aqui, em resumo, manifestar o compromisso, como foi sugerido pelo Senador Paulo Paim, de tratar, SOS, da situação do decreto, da regulamentação; recomendar medidas, através da Comissão, que possamos, direcionar para as entidades que estão aqui e para as que não estão aqui. Assim, teremos, em todos os aspectos: trabalho educação, saúde, o que precisamos para orientar os Municípios, orientar os Estados, apresentar às Assembleias, às Câmaras, as áreas que já foram criadas para providências no cumprimento da lei. A lei que não é cobrada não é cumprida pelo menos na integralidade. Há esse aspecto.

E há um último ponto – encerro com isso –, que é preparar o sistema. Além do Executivo, além do Legislativo, creio que há o sistema. As Defensorias não estão preparadas para cuidar disso. Há necessidade de que tenhamos um diálogo com a Defensoria-Geral da União, com as Defensorias dos Estados para lidar com esse tema. As pessoas que têm baixa renda e não podem contratar um advogado. que não podem fazer o enfrentamento com o conhecimento da lei podem se apegar aos defensores, mas, se eles não estiverem preparados, vai dar problema. Há uma lei, a Justiça tem que ser especializada, o Ministério Público, juízes, enfim, precisam ser especializados para dominar. Precisa haver, então, uma interface com as entidades do Judiciário no sentido de se avançar nessa direção.

Perdoem-me por estar, como Presidente, usando tanto tempo, mas a ideia central é de que medidas vamos tomar para que, em 2015, quando estivermos aqui, medirmos em que avançamos em relação a este momento aqui, hoje, ou seja, sabermos onde estávamos e onde chegamos. Então, já passo a palavra à Luciana e, em seguida, aos que puderem inscrever-se durante a fala dela.

A SRª LUCIANA MENDINA DE SOUZA – Senador Wellington, é justamente sobre o diagnóstico precoce que eu gostaria de falar.

Acho que também vou me emocionar. Sou mãe de autista, e o diagnóstico do meu filho Bernardo foi feito antes dos dois anos de idade, o que possibilitou que ele fizesse um tratamento intensivo caro, pago por mim. Nesse tempo, ainda fiquei viúva e, portanto, cuidei de tudo sozinha, mas ele está praticamente curado. Então, é exatamente o que o senhor está falando. Acredito que existe cura, que a questão é o diagnóstico precoce. É lógico que, em algumas situações, o grau é muito severo, e pode não haver cura infelizmente.

Estou aqui falando justamente em nome da Senadora Angela Portela, porque há um projeto de autoria de S. Ex^a que torna obrigatória a adoção pelo SUS de um protocolo que estabeleça padrões para avaliação de risco para o desenvolvimento psíquico das crianças. Traduzindo, seria o seguinte: desde o nascimento do bebê até um ano e meio ele terá acompanhamento pelo SUS por um médico pediatra, porque é difícil colocar outro profissional, que vai avaliar a criança, o bebê e falar se a criança apresenta sintomas, se a criança não está evoluindo bem, para que possa haver a cura realmente efetiva. A gente está falando de tratamento, como o senhor falou, mas não da prevenção. E o que se busca é prevenção. A gente quer realmente resolver o problema.

Esse projeto da Senadora Angela já foi aprovado aqui no Senado, está tramitando na Câmara agora. Então, contamos até com a colaboração dos Senadores para aprová-lo o quanto antes e também com a colaboração da Deputada Mara.

Realmente, vou falar o seguinte: meu filho começou o tratamento e, com menos de dois anos, foi possível perceber isso. Tratamento diário. Ele fazia todos os dias tratamento e realmente foi caro, o Governo não dá nada nesse sentido. Eu só podia trabalhar seis horas por dia, fiquei viúva, é muito difícil a gente não se emocionar... Ulisses, como eu... (*Palmas.*)

... Ulisses, como eu, teve condições de pagar. Mas o que eu quero é que todas as crianças do Brasil tenham um tratamento decente. Todas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Deputada Mara Gabrilli.

A SR^a MARA GABRILLI (PSDB – SP) – Obrigada, Senador.

Também me emocionei. Eu entendo muito profundamente a sua fala. Eu fico pensando pelo lado da pessoa com deficiência. Eu só estou aqui por causa disso. Eu gostaria de que todas as pessoas tivessem um pouco de oportunidade por saber o quanto a oportunidade pode fazer com que uma pessoa com qualquer tipo de deficiência tenha qualidade de vida.

Eu me sinto uma pessoa privilegiada e muito melhor por ter recebido essa relatoria e ter podido fazer esse relatório. Eu sinto que o meu mandato valeu a pena por causa disso. Eu embarquei num universo que, embora eu achasse que conhecesse um pouco, era muito desconhecido para mim. Não que hoje eu possa dizer que conheça muito desse universo, mas tive uma pitada do mundo azul na minha vida e, com certeza, não sou a mesma antes e depois de ter recebido esse relatório. Confesso, Senador, que no dia em que eu soube que o relatório estava indo para as suas mãos eu chorei. Eu chorei porque eu falei assim: puxa vida, que caminho mais ousado de felicidade poder chegar nas mãos de um pai, de um pai de autista, que realmente sabe do que ele está falando.

Eu tenho muita gratidão às famílias porque, tudo o que eu escrevi ali, foi por conta do que eu aprendi com elas. Eu nunca, nunca tinha conhecido um segmento, dentro de todos os segmentos que as pessoas atuam, tão articulado, tão envolvido emocionalmente. Parece que a força das pessoas que têm o transtorno do espectro autista passa de uma forma tão contagiante para os familiares que vira assim um colosso a se trabalhar. Então, o universo é muito fascinante! E sabendo de todas as dificuldades, eu fui uma mera mediadora. É claro que queremos ver a legislação funcionar.

Estava ouvindo muito atentamente suas palavras, porque, muito antes de sair esse texto que a gente tem hoje, que a gente teve conhecimento, as mães já estavam mandando *e-mails* e falando seus pontos de vista. A gente pensou até uma forma de trabalharmos daqui para frente.

Um exemplo muito interessante que acho que pode nos servir como caminho é o exemplo da Apae de São Paulo. A Apae descentralizou a estimulação precoce, deixou de ser a instituição única a fazê-lo para espalhar isso por todo Estado de São Paulo. Aconteceu esse caminho. Acho que é uma história de sucesso que a gente pode ter como parâmetro para pensar daqui para frente.

Quero me colocar à disposição com relação a esse texto do decreto para continuarmos trabalhando. Sabemos que é um assunto que tem posições diferentes, mas acho que tem uma questão que é igual para todo mundo: a qualidade de vida da pessoa que tem o transtorno. Disso não tem como escapar. Chega uma hora em que não existem posições diferentes que não levem a essa mesma questão. Então, acredito que a gente consiga fazer uma regulamentação da lei que seja a melhor possível para os nossos autistas.

Tenho recebido muitos *e-mails*, já que você falou da sua filha que teve convulsão, de pais pedindo para que alguns medicamentos sejam aprovados e que possam ser utilizados no Brasil, como o medicamento vindo

do canabidiol. Foi uma febre de receber *e-mails* desse tema nessas últimas semanas. Acredito que, de tantos *e-mails*, dá para a gente começar a notar que alguma evidência deve ter na questão das convulsões. É uma medicação que, na Europa e nos Estados Unidos, é comprada na farmácia com muita facilidade e é barata, mas, aqui, no Brasil, a medicação nem entra.

Então, acho que a gente deveria aproveitar o momento, porque está se construindo a política pública, e pensar também na dispensação desse tipo de medicamento que tanto pode favorecer o público autista. É claro que, com a força dos Senadores, a gente se empodera para trabalhar esses temas.

A gente sabe que, com doenças raras, com autismo, quando o diagnóstico é precoce, há diferença. Isso pode nortear toda uma vida, vide o depoimento da mãe – até um ano e pouco não é tão precoce assim, poderia ter sido até mais cedo. Quantas mães não têm essa oportunidade no Brasil? Temos que prestar muita atenção na regulamentação da lei, porque a gente quer que chegue a todo o Brasil. Nossa, Evellyn, Cláudia, Salvador, Fernando Cotta, Ulisses, cujo rosto eu conheci hoje! Li tantos *e-mails* do Ulisses. Foram tantos! Acho que do Ulisses foi o primeiro que eu recebi quando fui nomeada relatora. Eu estava dentro do avião. A hora que cheguei, liguei o meu iPad e falei: “Nossa, o que está acontecendo?” A minha caixa estava lotada! O primeiro *e-mail* que eu li foi o do Ulisses e, a partir de então, passei a receber vários. Marcou muito para mim.

Só tenho a agradecer a todos vocês e me colocar à disposição para fazer uma observância importante nesse caminho da Apae, que acho que pode nos ajudar em um norte mais específico para a regulamentação da lei no que diz respeito à questão dos CAPS, porque acho que a gente precisa ter centros especializados, capacitados, qualificados para receber essas pessoas. Independentemente do nome que vai ter esse centro, a gente precisa ter essa qualificação. E acredito que seja essa a preocupação dos pais, porque não estão vendo esses centros tão qualificados assim para receber e fazer esse atendimento de referência.

Então, vamos construirmos isso juntos, porque acho que o Governo não vai se opor, pelo amor de Deus, já que tem a lei e precisamos aprimorar o texto. É aprimorá-lo que eu acho que a gente precisa.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigado.

Então, Senadora Ana Rita, somente como sugestão para tentarmos caminhar nessa direção: acho que poderíamos trabalhar, a Comissão de Direitos Humanos pode fazer uma interface com esse trabalho com a Câmara, com o apoio das Consultorias do Senado e da Câmara, com as experiências acumuladas dos que estão em torno das entidades e com o que a gente puder buscar de experiências já praticadas em alguns lugares.

Eu aprendi, quando a gente vai para o Executivo, por ter vivenciado a experiência de governador, aprende a lidar com mil coisas. Quem é um prefeito, quem é um governador, imaginem um Presidente da República, lidam com mil coisas por dia. Então, se você já tem uma minuta pronta, por que o Governo está pedindo a minuta do decreto? Ao chegar do Conanda, imagina-se que já se discutiu com amplos setores da sociedade, porque é um conselho da pessoa com deficiência. Por isso, tem que discutir.

Há uma câmara especializada lá para cuidar do autismo, para evitar problemas como esse, ou não? Então, acho que, se pudermos ter, com base no que está na lei, a apresentação de um conjunto de medidas para os diferentes setores a que a lei remete, acho que vai andar mais acelerado. Então, eu me proponho, aqui, minha Presidenta, a trabalhar. A Deputada Mara, eu tenho certeza, bem como o Paim, o Suplicy, a Angela, outros que não estiveram aqui mas também lidam com a causa.

Gostaria que tivéssemos esse olhar especial para essa Lei da Primeira Infância. E novamente direi que estava aqui no debate do teste da linguinha. Qual é o debate? É que não dá para votar, é muito caro. Agora tudo é muito caro! E eu volto novamente a perguntar: como o Estado do Piauí implantou e os outros não podem fazê-lo?

Se um Estado com as dificuldades maiores do que as dos outros implanta, porque os outros não podem implantar? Nós implantamos em toda rede o teste da orelhinha, o teste do pezinho; enfim, tudo o que tinha. Ai, quando a gente, lá na frente pega os dados...

A SRª MARA GABRILLI (PSDB – SP. Fora do microfone.) – Senador, para que é o teste da linguinha?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Ele faz hoje o diagnóstico precoce de possibilidade de diabetes, de um conjunto de doenças. É grande o espectro. E a ciência avalia... qual é o problema, no caso do cérebro? É que não se pode fazer os exames que a ciência tem hoje, tipo o áureo, raios X, etc, pelo impacto que tem na vida do bebê, especialmente numa fase... Ou seja, os raios, as cargas dadas não são recomendadas pela ciência. Então, a ciência está atrás de formas que não tragam problemas, não tenham efeitos colaterais.

Aqui foi citada a questão do medicamento. Pegando o caso da Daniele, minha filha, qual a dosagem adequada para controlar a convulsão, o que já não é fácil, ao mesmo tempo para que ela tenha a possibilidade de dormir um mínimo adequado? Pois, quanto menos se dorme, mais problemas são gerados. E que tenham

uma vida; que possam frequentar escola, que possa lidar com as outras pessoas, enfim. Esse é o problema do diagnóstico a que eu me refiro: é difícil! São poucos os profissionais preparados no Brasil, mesmo os neurologistas, mesmos os neuropediatras ainda têm pouco conhecimento. Então, terão de se abrir, pelo Poder Público, os caminhos, porque ainda é muito caro; há que ir a outros países, aos grandes centros. Se há problemas em São Paulo, imagine... Eu estive em São Paulo, agora, com uma equipe de profissionais na análise e constatei que são poucos ainda. A Dr^a Elza Massa, que coordenou a equipe desse trabalho, disse que se pode contar nos dedos o número de profissionais especializados em autismo no Brasil.

Então, o que eu quero aqui, com isso, é dizer que há um conjunto de medidas a serem tomadas. Nós podemos, pela Comissão, apresentá-las direcionando para cada área. Em relação a uma situação como essa da liberação dos medicamentos, nós vamos ter que tratar no Ministério da Saúde, mas, principalmente, na Anvisa. Por exemplo, foi passado agora para a Daniele, a minha filha, um medicamento que ainda não entra no Brasil. Aliás, o Brasil já reconhece, porque é signatário de uma entidade mundial; então, se é aprovado lá, pode vender, pode ser utilizado no Brasil, pode ser receitado no Brasil. Contudo, para ser comercializado, é preciso de determinados procedimentos. Vejam que coisa maluca!

A SR^a MARA GABRILLI (PSDB – SP) – Senador, eu queria até aproveitar para pedir a ajuda da Comissão, Senadora, para uma questão que eu acho que pode mexer na gênese desse problema. Eu fiz um requerimento ao MEC, o Ministério da Educação, pedindo que me ajudasse com o Conselho Nacional de Educação, e por quê? Pedindo a inclusão de autismo como disciplina obrigatória na faculdades de Medicina. (*Palmas.*)

Eu acho que, se a gente conseguisse isso... Por que os médicos têm tão pouco conhecimento da área? Por que saem tão poucos diagnósticos? Porque não é uma disciplina obrigatória. Então, seria de se fazer essa mudança na grade curricular do curso de Medicina. Eu acho que, com isso, nós promoveríamos uma mudança muito grande no decorrer do tempo, formando médicos mais qualificados para observar o autismo, e não ficaríamos esperando para ver se o médico vai querer se especializar em algo parecido. Então, que seja uma disciplina obrigatória.

Com a ajuda do Senado para tentarmos fazer essa mudança, por meio do Conselho Nacional de Educação, eu acho que avançaríamos muito.

Assim, eu queria pedir a ajuda da Comissão nesse sentido. Eu fiz esse requerimento na ideia de que o MEC iria me ajudar nessa transformação, mas o MEC me respondeu: “Ah, mas não é comigo”. Eu sei que não é com eles, não seria...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Com o Conselho. Nesse caso, permita-me, nós teremos de tratar também com o Conselho dos Reitores, porque, no Brasil, existe a tal da independência das Universidades, e, com a interpretação que é dada, muitas vezes, ela vira um extraterrestre dentro do Brasil.

A SR^a MARA GABRILLI (PSDB – SP) – É por isso que eu pedi ao MEC, na tentativa de que ele se tornasse um parceiro, até porque não se trata de chegar lá em enfiar isso goela abaixo da universidade, mas que houvesse esse entendimento sobre a importância disso.

Então, estou convidando vocês a construirmos juntos uma ideia nesse sentido, que entendo ser uma boa provocação para os médicos em prol de uma mudança muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Muito bem.

Vamos, em seguida, passar para as considerações finais, encaminhando já para o encerramento.

Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador Wellington Dias, primeiramente, estou feliz pela discussão que aqui se faz novamente sobre a questão do autismo. A Comissão de Direitos Humanos promoveu esse debate no ano passado, contribuiu para a aprovação da lei, mas ouvir vocês aqui, hoje, é sempre um grande aprendizado. E eu digo, Senador Wellington, que, para resolvermos os problemas, é preciso que nós nos coloquemos no lugar do outro, porque, muitas vezes, discute-se um problema sem entender a realidade daquelas pessoas que se busca ajudar.

Então, no que se refere às pessoas com deficiência em geral, Mara – você que é da área e que é uma grande lutadora – e, em particular, da pessoa autista, só consegue dimensionar, de fato, o problema quem vivencia aquele problema dentro de casa. Quem está fora não tem a menor noção. Eu imagino – viu, minha companheira que se emocionou? – que quem vive de fato o problema é que consegue dimensionar.

Então, como é bom ter pessoas como o Senador Wellington, pai de uma menina autista, o Senador Lindebergh, pai de uma menina com deficiência, com síndrome de Down, o Deputado Romário, a Deputada Mara Gabrilli, a nossa companheira Rosinha da Adefal... O processo político precisa ser cada vez mais amplo para poder dar oportunidade de haver as mais variadas representações no espaço do Legislativo. É muito importante termos pessoas da área ajudando a pensar a nossa legislação e, assim, fazermos as alterações necessárias ou a

criação de novas leis que venham a atender de fato às reais necessidades da nossa população, porque quem não vivencia, muitas vezes, não consegue ter a dimensão, embora tenha interesse, tenha o objetivo de colaborar.

Então, eu quero só reafirmar aqui o compromisso da Comissão de Direitos Humanos de continuar colaborando, continuar defendendo a causa das pessoas com deficiência. Hoje, o autista é considerado uma pessoa com deficiência em função dessa lei que foi aprovada e, portanto, passa também a ter todos os direitos assegurados a qualquer pessoa com deficiência. Ele agora existem as especificidades, e dessas especificidades a gente precisa cuidar.

Então, o Senador Wellington, membro da Comissão, já está fazendo alguns encaminhamentos importantes e pode contar conosco nesses encaminhamentos. Ao final de toda audiência pública, nós fazemos o levantamento de todas as demandas, das propostas, das sugestões e fazemos todos os encaminhamentos necessários, ou através de audiência com as autoridades ou através de requerimentos, pois esta Comissão tem a prática de poder encaminhar aquilo que vem como sugestão. Então, vocês poderão contar conosco como parceiros, com o Senador Wellington, com a Deputada Mara. E aqui, Deputada, pode ter certeza de que nós poderemos, juntamente com a Câmara, juntamente com o seu mandato, juntamente com a senhora, fazer esse encaminhamento junto ao MEC, a quem de direito, ao Conselho Nacional de Educação... Vocês podem ter a Comissão de Direitos Humanos, pelo menos enquanto eu estiver na Presidência desta Comissão, como uma grande parceira nessas lutas.

Então, quero parabenizar todos vocês, parabenizar o Movimento Orgulho Autista do Brasil, que tem algumas representações aqui, parabenizar os pais e mães de crianças autistas, e parabenizar o Senador Wellington, juntamente com o Senador Paim, que propôs a realização deste momento, e quero dizer que a Comissão continua à disposição de todos vocês, pois quero continuar, juntamente com a nossa equipe aqui, colaborando com esse trabalho.

Então, Senador Wellington, parabéns pela iniciativa...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Obrigado.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... e um grande abraço a todas as famílias que aqui estão, famílias de autistas, às crianças que já estiveram aqui... Ainda tem um menininho aqui. Então, quero parabenizar todos vocês pelo dia de hoje, inclusive, que é um importante dia de luta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – A coisa de que eles mais gostam, normalmente, é de bater palmas, viu? Eu sempre levo a minha filha quando vou para uma atividade da política, porque, se ninguém bater palmas, ela bate. (*Risos.*)

Aqui também está presente a nossa Senadora Gleisi. Quero fazer o registro de que, quando nós tivemos a discussão aqui, foi com ela que negociamos e encontramos aqui o texto da Lei do Autismo. Ela era, na época, a nossa Ministra da Casa Civil e, em nome da Presidenta, nos ajudou nesse trabalho, assim como na discussão do Plano Nacional da Educação, do programa Viver sem Limite, o que nos alegra muito.

Eu quero passar a palavra para ela, mas vou fazer um registro. Hoje, eu recebi, pela manhã, a ligação de duas pessoas do meu Estado. Não posso deixar de falar isto aqui. A Dª Helena é mãe de dois jovens – hoje são dois adolescentes – autistas. Ela é Presidente da AMA, uma entidade do meu Estado que cuida da causa dos autistas. E o Dr. Benjamim, que é um neurologista que está desesperado porque dirige uma organização social responsável pela administração do nosso complexo na área da pessoa com deficiência, tanto na área de saúde como na área da educação. E está havendo problemas lá de repasse de recursos os órgãos parceiros, do Estado. Vou direcionar ao Governador do Estado, ao Secretário de Saúde, ao Município, enfim, para não deixar que tenhamos situações como essa. Pede o nosso apoio porque houve uma mudança na Lei dos Cebas, no certificado de entidades de pessoas com deficiência, e eles não estão conseguindo renovar. Já tinham inclusive convênios, parcerias, e estão pedindo agilidade lá, no Ministério da Saúde, e vamos tratar lá com o Ministro Arthur Chioro.

Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Obrigada. Senador Wellington, quero cumprimentá-lo. Cumprimento também a Senadora Ana Rita, a Deputada Mara Gabrielli, as entidades que estão aqui neste momento, nesta audiência, pais e mães que participam desta audiência.

Peço desculpas, eu gostaria de ter vindo antes, mas nossa reunião na Comissão de Constituição e Justiça acabou há pouco tempo, e não tive condições. Mas eu não poderia deixar de vir aqui para reafirmar meu compromisso com a pessoa com deficiência e meu compromisso com a família dos autistas, com a família azul.

Tive essa oportunidade de que o Senador Wellington falou, de estar na Casa Civil quando discutimos a lei que foi aprovada pelo Congresso, que a Presidenta sancionou. Iniciei também a discussão sobre a regulamentação da lei. Coincidentemente, ontem falei com o Ministro Chioro sobre a alínea c, e disse: “Olha, Ministro, não podemos mandar como está, esta é uma matéria complexa, temos que mandar a regulamentação naquilo em que temos consenso e consciência de que vai avançar; as demais questões temos que encaminhar e discu-

tir com quem está envolvido, não é?” É sempre assim, esse é o princípio básico. Então, espero que realmente o envio do decreto final à Casa Civil para que a Presidenta assine já se dê de forma mais adequada, de maneira que possamos comemorar todos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Só para entender. Pelo que a nossa Senadora falou, ainda está com o Ministro Arthur Chioro?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Essa é uma notícia boa.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Apoio Governo/PT – PR) – É. Não foi para a Casa Civil, porque haviam me procurado, até a Berenice do Rio, perguntando se o decreto já estava sendo assinado pela Presidenta. Eu disse: desconheço, vou ver na Casa Civil. De fato, o decreto não estava lá, a minuta do decreto está no âmbito do Ministério da Saúde ainda. Conversei com o Ministro para que possamos fazer algo que seja consensual, ou seja, às vezes você não consegue resolver todas as situações, mas então vamos focar naquilo que é consenso, em que podemos avançar, e, naquilo em que não houver avanço, aprofundamos a discussão, já regulamentando aquilo em que podemos avançar. Foi o que pedi a ele.

Acho que seria importante também, Senador Wellington, Senadora Ana e Deputada, fazer rumo a uma ligação para o Ministro, conversar com ele, porque o Ministério da Saúde – claro, tem o Ministério da Educação também – é o coordenador desse processo, para mandar a minuta de decreto para a Casa Civil, e a Presidenta despachar.

Eu queria apenas reafirmar aqui o compromisso que temos. Meu mandato de Senado está à disposição. Quero dizer às entidades que podem ter certeza de que sempre vamos procurar construir de maneira conjunta as coisas, ouvindo sempre para que a legislação, os atos, os encaminhamentos sejam frutos de consenso e possam avançar, e nunca prejudicar a nossa luta e o avanço de que precisamos.

Parabenizo vocês todos que estão à frente dessa caminhada e dizer que, sem vocês não teríamos avançado em nada, nem no setor público. Às vezes, o Estado brasileiro, no afã de querer ajudar, acaba substituindo aqueles que já fizeram muito, ao longo de muito tempo, achando que ele sozinho pode dizer o que é certo e o que é errado.

O Estado brasileiro, as três esferas da Federação, tem que aprender muito com quem já está nessa caminhada há muito tempo, quando o Estado não estava presente. Então, tenho muito respeito pelos movimentos, pelas entidades que precederam o Estado, que precederam as políticas públicas. Elas têm que estar sempre inseridas na discussão para que qualquer decisão tenha respaldo na realidade e possa fazer efeito positivo.

Obrigada, Senador Wellington, parabéns a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Sou eu que agradeço. (*Palmas.*)

Não sei se a equipe conseguiu captar, mas depois posso tratar das principais informações. Estamos encerrando no horário limite, porque vai começar a sessão do Senado.

Veio-me aqui agora, nas falas das Senadoras Gleisi e Ana Rita, uma última proposta. Como é um tema pouco conhecido – aliás, me inspirei aqui um pouco em sua fala também – aqui no Senado, foi criada a figura da sessão temática. Fizemos uma agora sobre Down. Foi muito positivo porque tratamos da síndrome de Down e tivemos a oportunidade de termos, no plenário do Senado, um conhecimento mais aprofundado sobre o tema. Acho que poderíamos aproveitar esse momento, em que estamos caminhando para a regulamentação, e propor ao Presidente Renan Calheiros realizarmos uma sessão temática, tendo o autismo como tema. Está certo? (*Palmas.*)

Acho que é muito importante. Nunca se esgota.

Pois não, Senadora.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – Senador, rapidamente, só para orientar, porque temos que fazer uma reunião deliberativa rápida, prevista na convocação.

Então, solicito a V. Ex^{as} que, ao encerrar esta audiência, permaneçam todos...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – Já fui avisado.

A SRª ANA RITA (Bloco Apoio Governo/PT – ES) – ... à mesa, porque será rápido, e liberamos vocês posteriormente. É para ganharmos tempos antes de a sessão começar.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco Apoio Governo/PT – PI) – O.k. Então, sobre a audiência pública, nós aqui agradecemos a presença e a participação de todos. A audiência foi muito proveitosa, o objetivo era este, de aprendermos mais. Aliás, há uma frase, Senadora Gleisi, que acho ótima, dita pelas pessoas com deficiência: “Nada sobre nós sem nós”. Hoje, exercitamos isso.

Então, declaro encerrada a audiência pública. Já vamos entrar na pauta deliberativa.

Fiquem à vontade para se retirar ou permanecer.

(Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 2 minutos.)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS SETE HORAS E TRINTA MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às sete horas e trinta minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Jayme Campos, Eduardo Amorim e Antônio Carlos Rodrigues**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os comunicados da Presidência da Comissão e Requerimento do Senador **Ricardo Ferraço**. Tem início a apreciação da pauta. Item 1 – **Mensagem (SF) nº 5, de 2014**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com os arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor JORGE LUIZ MACEDO BASTOS para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT*”. **Relatoria:** Senador **Valdir Raupp**. **Resultado:** Lido o relatório, o Presidente concede vista coletiva da matéria, nos termos do Ato nº 01, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 04, de 2013-CI). A pedido do Senador **Antônio Carlos Rodrigues**, o Presidente propõe inversão de pauta, que é acatada pelos membros desta Comissão. Passa-se à deliberação dos itens 4, 5, 2 e 3, sucessivamente. Item 4 – **Ofício “S” nº 35, de 2013**, de autoria da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, que “*encaminha relatório relativo ao cumprimento, por parte do Estado de São Paulo, dos limites e parâmetros da Parceria Público-Privada, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004*”. **Relatoria:** Senador **Antônio Carlos Rodrigues**. **Resultado:** aprovado. Item 5 – **Ofício “S” nº 45, de 2013**, de autoria do Governo do Estado de São Paulo, que “*encaminha, nos termos do § 1º do art. 28 da Lei Federal 11.079/2004, documentação relativa ao processo de parceria público-privada para prestação dos serviços públicos de transportes de passageiros da Linha 6 – Laranja do Metrô de São Paulo*”. **Relatoria:** Senador **Antônio Carlos Rodrigues**. **Resultado:** aprovado. Item 2 – **Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2013**, de autoria do Deputado **Ivan Valente**, que “*altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir acesso público a dados e informações empregados em análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo*”. **Relatoria:** Senador **Inácio Arruda**. **Resultado:** Retirado de Pauta. Item 3 – **Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2009**, de autoria do Senador **Jefferson Praia**, que “*estabelece normas relativas ao controle centralizado de informações sobre as obras públicas custeadas com recursos federais*”. **Relatoria:** Senador **Jayme Campos**. **Resultado:** aprovado, com a Emenda nº 06-CI (Substitutivo). Fazem uso da palavra os Senadores **Jayme Campos, Valdir Raupp, Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro, Walter Pinheiro e Inácio Arruda**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e doze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Leitura de documentos e requerimentos.

Recebemos do Sr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor-Presidente da Eletrobras Eletronuclear, um ofício que finaliza assim:

Com o intuito de contribuir para que outras dúvidas sobre a questão do programa nuclear brasileiro e um melhor entendimento sobre a geração de energia nuclear possam ser expostos e dirimidos, submeto à consideração de V. Exª o convite aos membros desta Alta Casa Legislativa de uma visita ao sítio da CNAEA – que é a Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, sítio onde se encontram as usinas nucleares Angra 1, 2 e a usina de Angra 3, que está em construção –, oportunidade na qual os Srs. Senadores poderiam verificar as condições operacionais das usinas de Angra 1 e 2 e o progresso do novo empreendimento de Angra 3. A data de tal evento estaria dependendo da disponibilidade de agenda de V. Exªs, no caso, todos os integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura. No aguardo de sua resposta, aproveito a oportunidade para expressar protestos de respeito.

O Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva participou de uma audiência pública aqui nesta Comissão, no último dia 27 de novembro de 2013.

As Sras e os Ss. Senadores que desejarem participar de uma ida ao local onde estão as usinas nucleares, lá em Angra dos Reis, por gentileza, entrem em contato com a Secretaria desta Comissão.

Requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1, DE 2014 – CI

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para tratar da situação energética no País. Para tanto, recomendo a presença dos seguintes convidados: Sr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério das Minas e Energia; Sr. Mauricio Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética; representante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; Sr. Adriano Pires, Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura; Sr. Cláudio Salles, do Instituto Acende Brasil; Sr. Hermes Chipp, Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Justificação.

O advento de um chamado “apagão” no dia 04 de fevereiro, nas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil suscitaram questionamentos acerca do atual estado do sistema elétrico no País. O apagão atingiu entre 5 e 6 milhões de pessoas, afetando 11 Estados.

[Continua o requerimento dizendo:] No meu Estado, o Espírito Santo, o atraso das obras de expansão da rede básica é preocupante. Aliado à falta de manutenção, o resultado é um sistema sobrecarregado, elevando o risco operacional e fragilizando o atendimento ao consumidor.

Para discutir o tema proposto acima, peço apoio dos meus pares na aprovação deste requerimento.

Assina este requerimento S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço.

Comunicados.

Panorama econômico. Situação na Argentina.

A situação econômica da Argentina tem se agravado, com a junção de vários fatores negativos. Verifica-se aumento da inflação que, em termos reais, estaria acima de 28% – naturalmente, ao ano -, apesar de os índices oficiais situarem-se na casa dos 10%. O empresariado tem reclamado da manipulação dos índices por parte de órgãos oficiais.

O governo busca controlar preços, inclusive dos combustíveis, como na semana passada, mas há ameaça de desabastecimento, na medida em que o comércio teme não ser capaz de repor seus estoques com medo de espiral inflacionária.

O peso tem sofrido forte desvalorização e são claras as possibilidades de crise cambial grave, com as reservas internacionais da Argentina abaixo de US\$28 bilhões. As reservas cambiais são tema particularmente sensível para a sociedade argentina, pois, desde os tempos de Perón, largas parcelas da população costumam adquirir dólares como reserva de valor. A moeda norte-americana é habitualmente utilizada como proteção para a instabilidade econômica. Ademais, o dólar funciona como importante e cotidiano referencial de preços.

Além das desconfianças no mercado internacional, por causa do não pagamento da dívida externa em 2002, o crescente intervencionismo estatal na economia tem afastado possíveis investidores. De outra parte, pressionado pelo descontentamento de amplos segmentos da sociedade, o governo argentino tem adotado um discurso cada vez mais radical contra o liberalismo econômico e a livre iniciativa.

Após a crise de 2003 e o *default* que se seguiu, a economia passou, no entanto, por um período de crescimento acelerado, a partir de 2003. Essa fase foi possibilitada pelo cenário internacional extremamente favorável, com a forte procura por *commodities* como a soja e com os preços remuneradores de então. A Argentina logrou, ademais, ultrapassar a crise internacional de 2008 com medidas fiscais e monetárias expansionistas. A continuidade dessas medidas reflete-se, entretanto, nos atuais níveis de inflação e na inquietação social.

O governo tem reagido com políticas econômicas erráticas, o que tem aumentado a instabilidade. A situação cambial, com reservas em deterioração, já prejudica o Brasil, que tem suas exportações de veículos diminuídas por causa dos controles adotados por seu importante parceiro comercial. Os empresários brasileiros temem exportar para o mercado argentino e mesmo deixar de receber tempestivamente por operações já realizadas. O Banco Central da Argentina tem controlado e postergado a liberação de divisas para pagamento de importações.

A falta de credibilidade externa, que existe desde o *default*, mas que agora está mais aguda, significa risco de contágio para o Brasil, aos olhos dos investidores internacionais. A proximidade e o estreito relacionamento comercial aumentam a suspicácia, apesar de a nossa situação ser mais sólida, inclusive pelo volume de nossas reservas cambiais. Ademais, já está difícil para o Brasil diferenciar-se dos demais emergentes, pois os

grandes fundos veem a queda de exportações, o déficit público e o baixo crescimento como fatores que não recomendam o investimento, embora não haja risco imediato.

O agravamento da crise no país vizinho coincide com cenário global mais difícil, em que se confirmam tendências do último trimestre de 2013. A recuperação da economia norte-americana, ainda que pouco robusta, fez com que o Federal Reserve desse início ao *tapering*, o processo de diminuição paulatina de liquidez na economia. A injeção de recursos para combater a crise de 2008 já cumpriu seu papel, e o enxugamento da liquidez já faz com que o mercado internacional retire recursos dos chamados emergentes e os direcione para investimentos mais seguros nos Estados Unidos e na União Europeia. A quantidade de fundos disponíveis para investimentos diminui e os juros sobem para todos os emergentes, que veem suas moedas se desvalorizarem rapidamente.

A retomada americana continua lenta, e a zona do euro sai da crise com vagar, às voltas com persistente desemprego. De sua parte, a China cresce na faixa de 7.5% (e não mais acima de 10%), e sua política atual de privilegiar o consumo e o padrão de vida internos diminui suas importações de *commodities*, que tanto ajudaram os emergentes. O Japão, apesar do êxito atual de seu programa de aumento de liquidez, não pode substituir a China e a União Europeia como importadores de produtos de base.

Assim, o cenário atual mostra mercado importador menos dinâmico e mercado financeiro menos favorável para os países em desenvolvimento. A retirada de capitais, bem como a valorização e o encarecimento do dólar, dificultam a obtenção de recursos tanto para investimentos quanto para a cobertura de déficits na balança comercial. Essa situação leva à diminuição acelerada das reservas dos emergentes.

Nesse cenário, cresce a importância de se manter contas públicas saudáveis e transparentes e de procurar o incremento de exportações de modo a evitar déficits na balança comercial, que serão cada vez mais difíceis de serem financiados. Para o aumento das exportações, nas atuais condições, é essencial melhorar a competitividade. Melhores condições de competição internacional dependem, atualmente, no caso do Brasil, de aperfeiçoamento da infraestrutura de transporte, armazenagem e escoamento por nossos portos dos produtos agrícolas e minerais que dominam a nossa pauta de exportações. De outra parte, a competitividade industrial tem como requisitos básicos, além de inovação tecnológica e preparo da mão de obra, um adequado suprimento energético. Em síntese, a posição de um país emergente em quadra de dificuldades como a atual depende, em grau bastante elevado, de sua infraestrutura.

Segundo comunicado.

Notícias e panorama da infraestrutura na palavra de especialistas.

Há sinais de alerta no setor de energia. Além do apagão registrado na terça-feira da semana passada (que afetou vários milhões de pessoas), todas as térmicas estão ligadas, os reservatórios das principais hidroelétricas continuam a baixar e o preço da energia, como se diz, estourou.

Os níveis de alerta são definidos por meio de resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O Custo Marginal da Operação – calculado por fórmulas matemáticas e modelos computacionais – estabelece quatro níveis de alerta baseados no valor desse custo. Quando ultrapassa R\$1.364,42 por megawatts/hora, o modelo alerta para a necessidade de corte de 5% no consumo.

Segundo o documento “Sumário Executivo do Programa Mensal de Operação”, divulgado na sexta-feira passada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), esse custo atingiu agora o valor de R\$1.691,39 o megawatt/hora naquelas duas regiões. Embora reconhecendo o déficit e a necessidade de racionamento identificada pelo Programa, o ONS descartou a adoção de cortes, porque a maior parte do País encontra-se no período úmido, o que conduz à expectativa de reversão do atual cenário hidrológico.

O órgão diz que já esperava que o custo de geração de energia ultrapassasse o primeiro patamar de déficit, mas avalia que esse é um modelo meramente econômico, pois serve apenas para calcular o preço da energia. O modelo mostra apenas que, quando o custo de geração de 1MW ultrapassa o primeiro patamar estabelecido, fica mais barato reduzir o consumo do que atender a demanda a esse preço.

Nota do Ministério de Minas e Energia divulgada essa semana afirma que “apesar das adversidades climáticas que o País enfrenta, com a consequente redução da afluência hídrica aos reservatórios, o fornecimento de energia elétrica do País está assegurado, em quantidade e qualidade necessárias”.

O Ministério diz ainda que por causa da grande expansão da capacidade de geração e transmissão, o sistema elétrico brasileiro tem equilíbrio estrutural entre oferta e demanda. E isto, para o Ministério, “representa segurança para o abastecimento do País”.

Por outro lado, a redução de água nos reservatórios das principais hidroelétricas do País chegou à Região Nordeste, segundo levantamento diário do Operador Nacional do Sistema Elétrico. Apenas a Região Norte apresentou elevação do nível de seus reservatórios. A redução nos níveis dos reservatórios verificada nas Regiões

Sul, Sudeste e Centro-Oeste, devido à ausência de chuvas, agrava-se com a alta do consumo, provocada pelo forte calor registrado nos últimos dias, nas últimas semanas.

O consórcio formado pelas empresas State Grid (chinesa), Furnas e Eletronorte (subsidiárias da Eletrobrás, como sabemos), venceu o leilão de concessão da linha de transmissão da hidroelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu. Os 2,1 mil quilômetros de cabos de alta tensão entre Xingu, no Pará, e Estreito, em Minas Gerais, passando por Tocantins e Goiás, levarão ao Sudeste a energia fornecida pela terceira maior usina hidroelétrica do mundo, com potência de 11,2 mil megawatts. O projeto inclui a montagem de duas estações conversoras, para reduzir a tensão. O contrato prevê o início da operação em janeiro de 2019.

O deságio de 38% oferecido pelo consórcio vencedor foi ressaltado pela Presidenta Dilma Rousseff, para quem haverá um maior desconto na conta de luz.

Por outro lado, a Aneel vê restrições graves em 15% das obras de projetos que forneceriam energia para 25,8 milhões de pessoas. Essas obras estão sem previsão para entrega. Segundo levantamento da Agência, dos 42.750,5 megawatts de projetos autorizados, 6.455,1 megawatts são projetos com restrições graves ou moderadas, desde problemas no financiamento a falhas no fornecimento de gás. Esse montante seria suficiente para abastecer 25,8 milhões de pessoas.

Os números da ANEEL constam do Relatório de Fiscalização da Agência, publicado em janeiro. O documento é atualizado mensalmente. Um terço da capacidade de geração dessas obras refere-se a térmicas fósseis, à base de gás natural, diesel, óleo combustível ou carvão.

Um exemplo de térmicas sem previsão de operação é a de Jacuí, no Rio Grande do Sul, que deveria ter entrado em operação em 2009, mas as obras estão paradas devido a problemas de licenciamento ambiental. Segundo o relatório, Belo Monte está atrasada, mas a Norte Energia, responsável pela obra, diz que 45% dela estão concluídas e que o ano previsto para início de funcionamento – 2015 – está mantido.

Na avaliação de especialistas, esses projetos sem previsão de conclusão revelam a falta de planejamento do Governo e a vulnerabilidade do sistema elétrico nacional. Segundo Adilson de Oliveira, especialista em energia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, “obras paradas não seriam preocupantes se o sistema não estivesse operando no limite”. Para ele, “o Governo estimula o consumo, reduzindo tarifas ou por meio do programa Minha Casa Melhor (que oferece facilidades para a compra de eletrodomésticos) e não consegue ampliar a oferta de energia, como deveria”.

Já se encontra em elaboração, pelo Governo, o PAC 3, para ser executado a partir de 2015. Com previsão de lançamento no próximo mês de abril, o PAC 3 terá perfil voltado para obras de caráter social e urbano, com impacto no dia a dia das pessoas, em atendimento às demandas das ruas.

O PAC 3 foi inspirado pelas manifestações ocorridas a partir de junho do ano passado, quando surgiram pressões populares por melhorias nos serviços públicos, principalmente de transporte. Essa opinião não me parece estar de acordo, porque, pelo conhecimento que eu tenho em relação ao PAC 3, ele já está planejado desde o início do ano passado, então, não é uma decorrência dessa manifestação de ruas, ou seja, o Governo, nesse caso, não está agindo sob pressão de quem quer que seja. Faz parte do planejamento já adotado pelo Governo desde o início do ano passado.

Um dos pontos centrais do programa é a mobilidade urbana em grandes e médias cidades, com atenção especial para contornos rodoviários e a pavimentação de vias urbanas para tirar o trânsito pesado dessas cidades e aliviar o trânsito local.

Outro aspecto a ser contemplado é a expansão de redes de telecomunicações para oferecer uma banda larga melhor, com a ampliação do PAC Cidades Digitais. Segundo técnicos que trabalham na proposta, a ideia é melhorar tanto a oferta de Internet banda larga quanto a velocidade. Eles lembraram que o setor de telecomunicações tem grande apelo junto à camada mais jovem da população, que foi às ruas e está sempre conectada em redes sociais como o Facebook e o Twitter.

Também devem entrar na nova etapa do PAC obras de saneamento básico e do Programa Minha Casa Minha Vida, que afetam diretamente a qualidade de vida das pessoas.

Terceiro comunicado.

Ciclo de audiências públicas e fórum de infraestrutura.

Na 59ª Reunião desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, em 11 de dezembro de 2013, foi aprovado o Requerimento nº 58, de 2013, que prevê a realização periódica do Fórum Nacional de Infraestrutura, cuja primeira versão acontecerá nos dias 27 e 28 de março próximo.

Com isso, os ciclos de audiências públicas que a Comissão vem realizando desde o ano passado – dentro da agenda de debates denominada “Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País” – terão continuidade nos meses de abril e maio, quando serão abordados os chamados temas transversais.

Nesse novo ciclo de audiências, serão debatidos os principais gargalos que, ainda que não sejam de natureza específica dos setores da infraestrutura, afetam diretamente todos os seus segmentos. Os temas transversais que serão discutidos estão assim discriminados: (1) Educação, qualificação profissional e escassez de mão de obra; (2) Gestão e investimentos, planejamento integrado e políticas públicas; (3) Burocracia, excesso de exigências de licenciamento e rigor na fiscalização; (4) Carência e deficiência dos projetos de engenharia; (5) Necessidade de revisão/modernização da legislação vigente (geral e específica do setor) e (6) Políticas fiscal, monetária e tributária.

As audiências terão o mesmo formato das anteriores, com a presença de especialistas dos setores acadêmico, governamental e da iniciativa privada, ocorrendo sempre às segundas-feiras, às 18h, na sala da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e terão como subsídio e base norteadora as conclusões e propostas constantes do Relatório Final do Fórum Nacional de Infraestrutura, que, como disse, será realizado nos dias 27 e 28 de março próximo.

Com essa programação, a Comissão de Serviços de Infraestrutura terá encerrado o ciclo de audiências públicas destinadas a debater e propor soluções aos diversos problemas que afetam a infraestrutura nacional e, conseqüentemente, o desenvolvimento do País. Contudo, essa programação se efetivará sem prejuízo de outras audiências públicas específicas que venham a ser requeridas pelas Sr^{as} e Srs. Senadores, que poderão se realizar também em nossas reuniões ordinárias das quartas-feiras.

Em relação ao Fórum Nacional de Infraestrutura, e conforme ofício e documentos anexos já enviados aos gabinetes das Sr^{as} e Srs. Senadores integrantes desta Comissão, gostaria de fazer a leitura da programação do fórum, bem como de suas diretrizes e roteiro dos trabalhos das mesas-redondas, nos seguintes termos.

Data da realização do I Fórum Nacional de Infraestrutura – Soluções para o desenvolvimento brasileiro: 27 e 28 de março de 2014 (quinta e sexta-feira).

Local: Senado Federal, Auditório Petrônio Portella, onde será feita a abertura. As mesas-redondas serão realizadas nos plenários das Comissões e o encerramento se dará no plenário da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Objetivos do fórum:

1. Agregar os estudos já feitos pela Comissão de Serviços de Infraestrutura no biênio 2009/2010 e em 2013 (Ciclos de Debates e demais audiências públicas) e mobilizá-los para sua inserção nas agendas das políticas econômicas, sociais e de desenvolvimento.

2. Criar novo espaço de mobilização periódica das principais competências (especialistas) sobre os diversos segmentos da infraestrutura.

3. Reforçar o suporte de qualificação ao planejamento das ações governamentais.

Quanto à formatação, no primeiro dia do fórum, que será 27 de março deste ano, uma quinta-feira, teremos, na parte da manhã, às 9 horas, abertura e orientações aos participantes. À tarde, às 14 horas, mesas-redondas divididas por segmentos da infraestrutura, com quatro a oito especialistas do setor, sendo um coordenador e um relator.

No segundo dia, sexta-feira, 28 de março, na parte da manhã, às 9 horas, haverá a sistematização das propostas e a elaboração dos relatórios, e à tarde, às 15 horas, uma plenária de apresentação dos relatórios e encerramento.

Participantes desse fórum: integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura; especialistas dos diversos segmentos da infraestrutura; convidados especiais; Parlamentares, consultores e demais interessados.

Os especialistas serão escolhidos, prioritariamente, dentre os palestrantes dos ciclos de audiências públicas realizadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura em 2013. Eles comporão as mesas-redondas específicas de cada segmento da infraestrutura, sendo, obrigatoriamente, representantes da iniciativa privada, do setor acadêmico, da Administração Pública e de entidades da sociedade. Preferencialmente, os grupos das mesas-redondas serão compostos de forma paritária, de acordo com a representação (exemplo: dois da iniciativa privada, dois do setor acadêmico, etc.).

Participarão, claro, os integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura: membros titulares e suplentes da Comissão.

Como convidados Especiais, titulares dos Ministérios afins aos setores da infraestrutura (Casa Civil, Transportes, Minas e Energia, Cidades, Planejamento, Integração Nacional) e dos demais órgãos afetos (agências reguladoras, DNIT, Ibama, TCU, DNMP, Eletrobras, etc.).

Convidados: Senadoras e Senadores não integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Deputados Federais, consultores das duas Casas e demais interessados nos temas (imprensa, órgãos públicos, entidades civis, universidades, ONGs, etc.).

Dinâmica do fórum: a abertura será conduzida pelo cerimonial e coordenada pelo Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Serão convidados, em caráter especial para integrar a Mesa, com direito a palavra, os presidentes dos Poderes da União ou seus representantes e autoridades da República.

As mesas-redondas serão divididas de acordo com os seguintes setores:

1. Transporte de Cargas;
2. Transporte de Passageiros – dividimos o setor de transportes em transporte de cargas e transporte de passageiros, por motivos que nos parecem óbvios;
3. Energia Elétrica;
4. Combustíveis;
5. Mineração;
6. Telecomunicações;
7. Saneamento, Abastecimento e Irrigação.

Cada mesa-redonda será conduzida por um coordenador convidado pelo Presidente desta Comissão dentre os Senadores integrantes da Comissão ou dentre os especialistas. O relator de cada mesa será designado pelo coordenador. Cada mesa-redonda será assessorada por um consultor da Casa e secretariada por um servidor da Comissão de Infraestrutura.

De cada mesa-redonda será extraído um relatório a ser apresentado na plenária de sexta-feira à tarde, antes do encerramento.

Servirá de subsídio aos trabalhos dos especialistas nas mesas-redondas um documento-base contendo dados, estatísticas e opiniões colhidas nas audiências públicas realizadas pela Comissão no biênio 2009/2010 e em 2013, e um roteiro de resultados esperados com questionamentos e provocações, de acordo com cada segmento da infraestrutura.

Na reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura seguinte ao fórum, que será realizado no dia 2 de abril, será apresentado o relatório final (sistematização dos relatórios de cada mesa redonda), para discussão aqui nesta Comissão e sua votação.

As proposições legislativas (projetos de lei, PECs, requerimentos, indicações, etc.) e demais sugestões oriundas do relatório final serão materializadas até a segunda reunião seguinte à da apreciação do relatório final. Para cada uma será designado um relator. Aquelas que forem posteriormente aprovadas serão apresentadas regimentalmente, para início de tramitação no Senado Federal, como de iniciativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Para o encerramento do fórum, além do Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que o conduzirá, farão parte da Mesa, com direito a palavra, o Presidente do Congresso Nacional, os coordenadores das mesas redondas, representando cada grupo, e o Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Roteiro e diretrizes para os trabalhos das mesas-redondas.

Aqui, achamos por bem dar uma base para que as mesas-redondas possam apoiar-se e, conseqüentemente, dar respostas às principais demandas que aqui foram ouvidas no decorrer das audiências públicas realizadas, visando facilitar o seu trabalho. Então, como roteiro e diretrizes para os trabalhos das mesas-redondas, estabelecemos o documento-base, levantamento, aqui já citado, das informações oriundas das audiências públicas da Comissão de Infraestrutura no biênio 2009/2010 e em 2013.

Constarão: temas centrais; os dados trazidos – informações, opiniões, dados e estatísticas; as propostas apresentadas – recomendações gerais quanto a providências a serem tomadas para o setor, incluindo, se houver, ações quanto às políticas públicas, gestão, planejamento e sugestões de alterações da legislação do setor ou de nova proposta legal; contradições – dados e opiniões divergentes entre palestrantes, ainda que em ocasiões distintas; observações, se necessário, para fins de esclarecimentos pontuais ou genéricos; e questionamentos/provoações, como base para os resultados esperados.

A intenção final é que os relatórios dos grupos (mesas-redondas) possam apresentar não só uma radiografia dos principais gargalos do respectivo setor, mas, sobretudo, e com foco nos objetivos do fórum, propostas concretas de ações por parte da Comissão de Infraestrutura, como: (1) o envio de recomendações e sugestões ao Poder Executivo e aos órgãos e entidades do setor; (2) a fiscalização efetiva, periódica e permanente por parte do Congresso Nacional; (3) a iniciativa (apresentação) de proposições legislativas para aperfeiçoamento e modernização das normas vigentes (PECs, projetos de lei, requerimentos, indicações, etc.); e (4) outras, de acordo com o entendimento do grupo de especialistas.

Resultados esperados: de forma pragmática e norteadora dos trabalhos, cada mesa-redonda deve elaborar seu relatório contendo respostas e sugestões às seguintes indagações/provoações, de acordo com cada setor/grupo:

– Transporte de Cargas, por exemplo. Algumas perguntas que deverão ser respondidas pela mesa-redonda respectiva:

- Como se pode acelerar a captação de investimentos em portos privados?
- O que pode ser aproveitado da experiência internacional de concessões de obras públicas?
- Como garantir uma rede nacional de transporte de cargas de alta capacidade?
- Que gargalos que impactam a navegação de cabotagem e a navegação interior, e quais medidas concretas poderiam estimular o uso desses modos de transporte?

Quanto ao transporte de passageiros:

- Que propostas concretas podem ser sugeridas para se elevar a qualidade do transporte urbano no Brasil, considerando a necessidade de modicidade tarifária?
- Como elevar o nível de investimento em transportes urbanos no Brasil, especialmente no tocante a sistemas de alta capacidade?
- O marco legal atual atende às necessidades do setor de transportes rodoviários?
- Como solucionar os conflitos que se dão no acesso à infraestrutura aeroportuária, em especial *slots* de pouso e hangares?

Em relação à mesa-redonda que vai tratar da questão da energia elétrica:

- As dificuldades conjunturais enfrentadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em pleno período de chuvas, para garantir a segurança energética resultam de falhas dos modelos de operação hidrotérmica? Se não, quais as causas desse risco extemporâneo e que ações estruturais deveriam ser tomadas para mitigá-lo? A crescente inserção de fontes alternativas, como eólica, termossolar, fotovoltaica, biomassa, traz inegáveis benefícios para o meio ambiente e deve ser estimulada. Por outro lado, sua crescente inserção no Sistema Interligado Nacional vem impondo mudanças no seu planejamento e operação. A presença dessas fontes na matriz elétrica impõe mais riscos para a segurança energética do País? Se sim, como mitigá-los?

Outra pergunta:

- As políticas nacionais para as fontes alternativas estão adequadas? Os incentivos tributários e não tributários vigentes são suficientes para a inserção de fontes alternativas como termossolar, fotovoltaica, maremotriz? A pressão sobre as tarifas enfrentadas por países como Alemanha e Espanha devido aos incentivos às fontes alternativas pode ocorrer no Brasil? Se sim, como evitá-la?

- As redes inteligentes estão sendo crescentemente adotadas em vários países do mundo. Quais os benefícios para a sociedade da adoção dessa tecnologia e o que se deve fazer para acelerar a sua implantação no Brasil? Um dos benefícios dessa tecnologia é facilitar a adoção de geração distribuída, pelo uso de medidores inteligentes. Quais os benefícios e problemas decorrentes da implantação de geração distribuída nas redes de distribuição? O que seria melhor para o País: o sistema de *net metering* ou o de *feed-in tariff*?

- Há espaço para a implantação de hidroelétricas com reservatório na Amazônia? De que forma as questões socioambientais, inclusive a questão indígena, poderiam ser equacionadas de modo a não impactarem na previsão de entrada em operação das obras? Qual a qualidade da comunicação do Governo com a sociedade no tocante a essas questões?

- Usinas nucleares são uma das possíveis fontes de energia para operação na base já na próxima década, em face do inevitável esgotamento do potencial hidráulico. Se a decisão do Governo for mesmo de apoiar a construção de nucleares, como deveria lidar com a enorme rejeição da sociedade a essa fonte de energia? As usinas termonucleares são realmente um risco para a população? As novas gerações tecnológicas de usinas termonucleares são realmente seguras? Caso usinas nucleares sejam implantadas, de que forma a iniciativa privada poderia participar da exploração dos serviços? O monopólio estatal sobre pesquisa, lavra, enriquecimento e reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados poderia ser flexibilizado para admitir a participação da iniciativa privada? Quais os possíveis riscos dessa flexibilização?

- A Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, causou uma benéfica e substancial redução nas tarifas reguladas, mas não ficou imune a críticas. A redução tarifária foi motivo de unânime apoio por parte da sociedade. Mas há enorme divergência em relação aos impactos negativos que essa lei teria trazido para o setor elétrico, na visão de diferentes segmentos afetados. Qual a opinião dos senhores, que faziam parte daquela mesa-redonda, quanto aos impactos dessa lei? Houve alteração unilateral de regras? Houve quebra de contrato? As concessionárias ficarão descapitalizadas? Perdeu-se uma oportunidade de aumentar a competitividade da indústria nacional, representada pelos consumidores livres? Em resumo, o balanço da lei é positivo ou negativo para o setor elétrico?

- Em relação aos combustíveis petróleo e gás, a maior produção de petróleo em decorrência das descobertas do pré-sal possibilitará, entre outras coisas, aumentar a arrecadação do Governo e tornar o País mais relevante do ponto de vista geopolítico. Em que medida os atuais regimes de outorga – concessão e partilha

– contribuem ou atrapalham para que se alcancem tais objetivos? Há alterações no marco regulatório que os senhores recomendariam?

– A descoberta de novas tecnologias de extração do gás de folhelho (*shale gas*) alterou substancialmente o mercado energético norte-americano. Os senhores temem que essa nova indústria possa inviabilizar financeiramente a extração futura no pré-sal? Quais os principais desafios para a exploração do gás de folhelho no Brasil? É necessário aperfeiçoar o atual marco regulatório? Em caso afirmativo, em que direção?

– Como os senhores veem a atual capacidade financeira e técnica de o Brasil vir a explorar adequadamente o petróleo, o gás natural e outros hidrocarbonetos líquidos? Em que medida o atual marco regulatório contribui ou atrapalha a exploração?

– Muito se comenta sobre os benefícios que os requerimentos de conteúdo local para os insumos da indústria de petróleo trazem para a indústria nacional. Pouco se discute, entretanto, sobre os custos dessa política. Esses custos são insignificantes? Há formas mais eficientes de incentivar a indústria nacional? Em que atividades a contratação de fornecedores locais é mais recomendável? Como os senhores veem os fornecedores locais nos próximos 20 anos?

– Como os senhores veem a defasagem existente entre o preço doméstico e internacional da gasolina? Quais as vantagens e desvantagens dessa política? Os senhores recomendam alguma ação específica por parte do Congresso Nacional?

– Considerando as diversas etapas da produção de petróleo e os limites de financiamento, a Petrobras deveria concentrar seus esforços na extração, no refino ou tentar expandir moderadamente as duas atividades?

– A Lei do Gás (Lei nº 11.909, de 2009) e o decreto que a regulamentou (Decreto nº 7.382, de 2010) trouxeram importantes alterações para o mercado de gás, como o fim do monopólio da Petrobras sobre os gasodutos, além da criação da figura do consumidor livre, do autoprodutor e autoconsumidor. Decorridos quase quatro anos desde a regulamentação, como os senhores veem o mercado de gás? Quais os principais desafios a serem enfrentados nos próximos anos? Para enfrentar tais desafios, é necessário alterar a legislação atual? Como?

Em relação ao etanol:

– O setor sucroalcooleiro passou por forte crise em 2008, em parte devido à crise financeira internacional, que derrubou o preço das *commodities*, mas também em razão de fatores endógenos, como endividamento dos usineiros e quebra de safras. Atualmente, as restrições ao aumento do preço da gasolina impactam negativamente a rentabilidade – atual e projetada – do setor. Os senhores veem necessidade de políticas específicas para o setor sucroalcooleiro? Que medidas seriam essas e, em particular, quais dependeriam de decisões do Congresso Nacional?

– Uma das críticas mais fortes que se faz ao etanol é o eventual desmatamento de matas para o plantio de cana-de-açúcar. É possível conciliar a expansão da cultura da cana-de-açúcar com a preservação do meio ambiente?

– Apesar de ainda não ocorrer em exploração comercial, o futuro do etanol parece estar na produção a partir da lignocelulose, que aumentaria significativamente a produtividade da cana-de-açúcar. Como o Brasil se encontra no desenvolvimento dessas pesquisas? Corremos o risco de perdermos o “bonde da história” e ficarmos reféns de tecnologias de baixa produtividade?

Em relação à mineração.

O Executivo enviou para o Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 5.807, de 2013, que traz profundas modificações no marco legal da mineração. Inicialmente, falava-se em três projetos de lei: um para modificar a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – a esta sigla já nos referimos diversas vezes: CFEM –, outro para transformar o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) em agência reguladora e, por fim, um projeto para alterar a sistemática de atribuição de títulos minerários, mas o Executivo optou por um projeto de lei único, englobando os três temas citados.

Pergunta-se:

– Qual seria a melhor forma de discutir, votar e aprovar o novo marco regulatório da mineração: num projeto de lei único ou em projetos de lei separados?

– É necessário ou vantajoso que a aprovação e/ou entrada em vigor das mudanças inseridas pelo novo marco legal da mineração ocorra simultaneamente ou isso poderia ocorrer gradualmente, de uma forma específica a ser definida?

A perspectiva de mudança do marco regulatório de uma atividade econômica inevitavelmente leva a desaceleração do setor regulado, pois os agentes refreiam seus investimentos, aguardando a definição do novo marco legal bem como o entendimento do efeito das novas regras sobre suas atividades.

Pergunta-se:

– As regras de transição previstas no novo marco regulatório minimizam a insegurança jurídica e respeitam os direitos adquiridos?

– O que pode ser proposto para tornar a transição para o novo marco regulatório mais suave e minimizar a judicialização de questões e a solução de continuidade dos investimentos do setor?

É usual que haja alguma tensão entre o ente regulador e os agentes econômicos por ele regulados. Mas é fundamental, na boa regulação, que haja equilíbrio entre esses atores. O ente regulador deve contar com os instrumentos necessários para garantir o bom funcionamento do setor regulado, e os agentes econômicos devem sentir-se seguros do respeito a seus direitos e da preservação do valor de seus investimentos.

Pergunta-se:

– O modelo de regulação proposto no novo marco regulatório da mineração, decalcado no setor de petróleo e gás natural, é o ideal?

– O papel da União, Estados, Municípios e mineradores está bem balanceado?

– Há possíveis fontes de insegurança jurídica capazes de afastar investidores?

– A criação do Conselho Nacional de Política Mineral e da Agência Nacional de Mineração, bem como a definição de suas respectivas atribuições são adequadas para o setor mineral brasileiro?

– A Agência Nacional de Mineração, de acordo com o estabelecido pelo novo marco legal, contará com instrumentos necessários para o bom desempenho de suas atribuições?

– Há pontos da estrutura de regulação proposta que podem ser aperfeiçoados?

O novo marco legal da mineração é praticamente omissivo com relação aos aspectos ambientais dessa atividade econômica.

Pergunta-se:

– Qual seria o tratamento legal mais apropriado para os aspectos ambientais da mineração: aplicar unicamente as leis ambientais gerais ou incluir aspectos ambientais específicos no marco legal da mineração?

– Quais aspectos ambientais específicos poderiam constar do novo marco legal da mineração?

Contemporaneamente muito tem se falado do chamado licenciamento social de grandes empreendimentos.

Pergunta-se:

– Considerando as peculiaridades do setor, o novo marco legal da mineração deveria abordar essa questão?

– Como o novo marco legal poderia tratar do licenciamento social dos empreendimentos minerários?

Um dos objetivos anunciados do novo marco regulatório é promover os investimentos e adensar a cadeia produtiva dos bens minerais. Sobre isso, indaga-se:

– Há algum aspecto relevante para atração de investimentos para a mineração que poderia ter sido tratado no marco legal proposto e não foi?

– Há aspectos da proposta apresentada que podem ter o efeito contrário às expectativas do Executivo, afastando investimentos na mineração?

– O adensamento da cadeia produtiva do setor mineral é tema mais afeito à produção mineral ou depende fundamentalmente de políticas industriais?

– Como integrar academia, governos e empresas para estimular as atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) no setor mineral?

– Como financiar as atividades de PDI no setor mineral?

– O que poderia ser acrescentado ou modificado no novo marco legal para aumentar a atratividade da mineração brasileira?

Uma das razões apresentadas pelo Executivo para justificar as alterações na sistemática de outorga de títulos minerários, em especial, o fim do direito de prioridade, constantes no novo marco regulatório da mineração, é a alegada especulação com títulos minerários, que não seria coibida pelo marco legal vigente.

Pergunta-se:

– A especulação com títulos minerários é um entrave para o desenvolvimento da mineração brasileira?

– Os mecanismos previstos no Projeto de Lei nº 5.807, de 2013, são necessários e podem ser eficazes para combater a alegada especulação com títulos minerários?

– Os procedimentos e trâmites burocráticos, como a chama pública, introduzidos pelo novo marco legal podem emperrar a mineração?

– Há algo mais que possa ser incluído ou modificado no novo marco regulatório para desestimular práticas especulativas com títulos minerários?

– Qual é o efeito que o novo marco legal da mineração pode ter sobre a pesquisa mineral?

Há extensas áreas do País, como terras indígenas e unidades de conservação, onde não é possível realizar pesquisa e produção mineral.

Pergunta-se:

- Seria adequado tratar da mineração nessas áreas especiais no novo marco legal?
- Como a mineração dessas áreas especiais poderia ser tratada no novo marco legal?

Existem certos minerais que, pela sua abundância no País, importância econômica ou tecnológica, podem ser vistos como estratégicos.

Pergunta-se:

- Como selecionar os minerais estratégicos?
- Os minerais de elementos terras-raras devem ser vistos como estratégicos?
- Os minerais estratégicos devem receber tratamento preferencial na legislação?
- Essa previsão deve constar do novo marco legal da mineração? De que forma?

Segue, aí, mais uma série de perguntas em relação a essa área de mineração.

Temos, depois, o item telecomunicações: expansão da infraestrutura de banda larga no País. Há também diversas perguntas feitas a esse respeito.

Dentro de telecomunicações, temos o tópico: “Ampliação da cobertura e melhoria da qualidade dos serviços de telefonia móvel”, que é um assunto recorrente e fruto de aborrecimento para todos os usuários. Aqui se seguem diversas perguntas específicas sobre a situação.

Segue-se a isso a questão da segurança cibernética, tema que está muito em voga depois dos últimos acontecimentos, tendo como fulcro a ação do governo norte-americano.

Em seguida, a questão dos satélites nacionais, o que é muito importante. Em 2016, deveremos lançar o nosso primeiro satélite geoestacionário. Há perguntas específicas sobre isso.

A sétima mesa-redonda é sobre saneamento, abastecimento e irrigação, com vistas a tratar da Política Nacional de Recursos Hídricos. No particular, há aqui diversas questões. A regulação da vazão dos rios, também seguido de diversas questões. Saneamento básico, outro problema gravíssimo que o País enfrenta, sobre o que também há várias indagações.

Além das indagações específicas de cada setor – as de alguns setores eu acabei de ler –, há também as seguintes indagações, que são comuns a todas as mesas-redondas:

– Diante dos dados, propostas e contradições constantes do documento-base e, em face dos debates e conclusões da mesa-redonda, o que o grupo de especialistas recomenda à Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, em termos de ações e iniciativas a serem apresentadas no Congresso Nacional e recomendações que serão encaminhadas aos Governos federal, estaduais, municipais e ao Poder Judiciário?

– Considerando que a Comissão de Serviços de Infraestrutura iniciará, a partir de abril, novo ciclo de debates abordando temas transversais à infraestrutura, como: (1) educação, qualificação profissional e escassez de mão-de-obra; (2) gestão e investimentos, planejamento integrado e políticas públicas; (3) burocracia, excesso de exigências de licenciamentos e rigor na fiscalização; (4) carência e deficiência dos projetos de engenharia; (5) necessidade de revisão/modernização da legislação vigente (geral e específica do setor)...

Só nisto aqui que acabei de ler, vemos o grande entrave das obras de infraestrutura no País. Para as obras de infraestrutura do País, sobretudo para aquelas constantes dos dois PACs que já foram lançados, não faltam recursos. O Governo Federal vem liberando, a tempo e a hora, os recursos necessários para o andamento, dentro do cronograma físico-financeiro, dessas obras. Essas obras estão paralisadas e estão sofrendo esse adiamento em função de uma concorrência predatória entre os órgãos fiscalizadores da União, que disputam entre si o troféu de quem consegue parar mais obras e de quem consegue multar mais obras. Esse é um absurdo, e temos de trabalhar para evitar isso.

É claro que a fiscalização deve existir. Onde há recurso público investido, há de haver uma correta fiscalização, mas não uma concorrência entre os órgãos fiscalizadores para saber qual deles vai paralisar mais obras, criar mais entraves e, com isso, suscitar, de forma equivocada, na consciência ou no inconsciente coletivo, sempre aquela indagação: se parou obra é porque houve algum desvio ou está havendo algum desvio.

Como eu digo, essa forma de divulgar é uma mentira, é uma meia verdade. A meia verdade é pior do que a mentira pura, pronta e acabada. Então, não é isso. Nós estamos sofrendo enormes prejuízos no andamento das obras da nossa infraestrutura, com reflexos extremamente negativos no nosso desenvolvimento econômico, no nosso desenvolvimento social, no nosso crescimento econômico. Esse é um dos pontos que aqui está.

Além da burocracia, com esse excesso de rigor em licenciamentos e nas fiscalizações, é claro que há também deficiências na área de projetos. No começo, sobretudo, das obras do PAC, houve essa deficiência. É verdade que a falta de projetos executivos de boa qualidade trouxe, logo no início, muitas dificuldades para o andamento das obras, mas isso já foi corrigido.

Há também a questão da educação, da qualificação profissional, que é um dos gargalos existentes. Já foi abordada aqui, por diversas vezes, a falta de qualificação da mão de obra. A mão de obra especializada é uma necessidade que o mercado tem hoje para melhorar o andamento das obras.

E aí continua:

– As políticas fiscal, monetária e tributária, ainda considerando as principais competências do Poder Legislativo de fiscalizar e de legislar, que diretrizes, recomendações ou propostas concretas o grupo de especialistas aponta para outros trabalhos do Congresso Nacional, em geral, e da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em particular?

Sr^{as} e Srs. Senadores, essa é a versão preliminar da programação do fórum e do roteiro de trabalho das mesas-redondas. Nesse sentido, eu gostaria de reforçar aos integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura que esses documentos que eu acabei de ler foram entregues nos respectivos gabinetes parlamentares – já estão nos gabinetes dos diversos Senadores e Senadoras integrantes desta Comissão –, como os anexos do Ofício nº 2, de 2014, desta Comissão, que também consulta sobre o interesse de S. Ex^{as} as Sr^{as} e os Srs. Senadores integrantes da Comissão em atuar na coordenação de alguma mesa-redonda durante os dois dias do fórum, ou seja, 27 e 28 de março, quinta-feira e sexta-feira, nos períodos da manhã e da tarde. A manifestação desse interesse poderá se dar até a próxima reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no dia 19 de fevereiro, quarta-feira que vem.

Além disso, como esclarece o ofício enviado às Sr^{as} e aos Srs. Senadores, os integrantes desta Comissão poderão também, até a próxima reunião, encaminhar sugestões, críticas, indicações de especialistas, para que possamos fechar, em definitivo, a programação do fórum e o roteiro de trabalho das mesas-redondas.

Observo também que os internautas que acompanham os trabalhos desta Comissão, assim como os ouvintes e os telespectadores da Rádio Senado e TV Senado, poderão também, até a próxima quarta-feira, enviar os seus questionamentos aos especialistas ou para a Secretaria desta Comissão para que sejam objeto de consideração durante os trabalhos das mesas-redondas do fórum. Os encaminhamentos podem ser feitos pelos seguintes canais já conhecidos: pelo Alô Senado; pelo telefone 0800612211; na internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado; ou pelos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo Twitter: @AloSenado.

Assim, reforço a S. Ex^{as} Sr^{as} e Srs. Senadores que as propostas e observações, assim como a eventual manifestação de interesse na coordenação de alguma mesa-redonda, sejam apresentadas até a nossa próxima reunião do dia 19, quarta-feira que vem.

Por fim, esta Presidência tem a certeza de poder contar com o apoio e, principalmente, com a efetiva participação de V. Ex^{as} nesse evento que realizaremos e que consistirá, tenho certeza, num novo paradigma das atividades e contribuições do Senado Federal, em geral, e, em particular, da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Passamos ao primeiro item da nossa pauta do dia de hoje.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2014

– Não terminativo –

Submete, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com os arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, à consideração de V. Ex^{as} o nome do Sr. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Relatório: Pronto para deliberação.

Observação: *será concedida automaticamente vista coletiva após apresentação e discussão do relatório, nos termos do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, também desta Comissão de Serviços de Infraestrutura).*

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp para proferir o seu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Raupp. Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor de Mello, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Senhora Presidenta da República, por meio da Mensagem nº 5, de 2014 (Mensagem nº 13, de 2014), da Presidência da República, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Conforme o disposto no art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, e nos arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, é da competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares de cargos públicos que a lei determinar, nos ter-

mos do que está no dispositivo constitucional. No âmbito do Senado Federal, o assunto cabe a esta Comissão de Serviços de Infraestrutura. Registre-se que, nesse particular, o indicado apresentou documentação que atendeu a todas as exigências referentes ao processo de aprovação de autoridades de que trata o Ato nº 1, de 2009, da Comissão.

A ANTT, entidade integrante da Administração Pública Federal, indireta, submetida à regime autárquico especial, é vinculada ao Ministério dos Transportes e foi criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Estabelece o art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, que os membros da Diretoria da ANTT serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos.

Jorge Luiz Macedo Bastos é cidadão brasileiro, graduado em Administração de Empresas pelo Centro Universitário Augusto Motta, no Rio de Janeiro (RJ), com pós-graduação em Gestão de Projetos pelo Instituto Brasileiro de Mercados de Capitais (IBMEC), e em Gestão de Negócios, pela Fundação Getúlio Vargas, ambos no Rio de Janeiro.

Sua experiência profissional registra atividades tanto no setor público como na iniciativa privada, com destaque para atuações nos seguintes postos e instituições: Ouro Preto Consultoria, como consultor-sênior, onde atuou na área administrativa; Associação Salgado de Oliveira, exercendo o cargo de Assessor da Presidência, responsável pela implantação dos *campi* de Juiz de Fora e de Belo Horizonte, em Minas Gerais; e de Salvador, na Bahia; Universidade Salgado de Oliveira, como Diretor, responsável pela implantação dos *campi* de Brasília (DF); Senado Federal, como Assessor Técnico do Gabinete do Senador Wellington Salgado e do Gabinete do Senador Hélio Costa.

Entre 2010 a 2013, já exerceu a função de Diretor da ANTT e no momento exerce a função de Diretor-Geral da mesma agência reguladora.

A análise do *curriculum vitae* anexado à Mensagem nº 13, de 2014, evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para o desempenho das atividades do cargo de Diretor da ANTT, para o qual foi escolhido pela Excelentíssima Senhora Presidente da República.

Constata-se, ainda, que o indicado apresentou as declarações e as informações exigidas pelo Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura” do Senado Federal.

Em vista do exposto, Sr. Presidente, e em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, III, alínea “f”, combinado com os arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submetemos à apreciação e julgamento desta Comissão a indicação do Senhor Jorge Luiz Macedo Bastos, constante da mensagem presidencial referida.

É o parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Valdir Raupp, pela leitura de seu relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão, com redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, também desta Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com a palavra, S. Ex^a o Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Solicito a inversão dos itens 4 e 5.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – S. Ex^a o Senador Antonio Carlos Rodrigues solicita a inversão de pauta, passando, agora, aos itens 4 e 5, que têm S. Ex^a como relator.

Coloco à deliberação do Plenário a solicitação. (*Pausa.*)

Não havendo discordância dos presentes, fica concedida, então, a alteração solicitada por S. Ex^a o Senador Antonio Carlos Rodrigues e passamos imediatamente ao item 4 da pauta do dia de hoje.

ITEM 4

OFÍCIO “S” Nº 35, de 2013

– Não terminativo –

Encaminha relatório relativo ao cumprimento, por parte do Estado de São Paulo, dos limites e parâmetros da Parceria Público-Privada, nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 11.079, de 2004.

Autoria: Secretaria de Planejamento e Des. Regional do Estado de São Paulo

Relatoria: Antonio Carlos Rodrigues

Relatório: Pelo conhecimento e posterior arquivamento, bem como pela comunicação dessa decisão ao Ministério da Fazenda

Com a palavra S. Ex^a o Relator, Senador Antonio Carlos Rodrigues.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Relatório.

Trata-se do Ofício S nº 35, de 2013, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Governo do Estado de São Paulo, referente a uma concessão administrativa, tendo como contratante a Fundação para o Remédio Popular, e visa à adequação da infraestrutura existente da Indústria Farmacêutica de Américo Brasiliense.

Análise.

Cabe ao Senado Federal analisar os limites e parâmetros da Parceria Público-Privada, da Lei nº 11.079, de 2004.

Esse dispositivo determina que as despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas não excedam, no ano anterior, a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos dez anos subsequentes não excedam a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

Voto.

Diante do exposto, manifesto meu voto pelo conhecimento do Ofício “S” nº 35, de 2013, por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura e posterior arquivamento, bem como pela comunicação dessa decisão do Senado Federal ao Ministério da Fazenda.

Esse é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado a S. Ex^a o Senador Antonio Carlos Rodrigues pela leitura do seu relatório, que coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 5

OFÍCIO “S” Nº 45, de 2013

– Não terminativo –

Encaminha, nos termos do §1º do art. 28 da Lei Federal 11.079/2004, documentação relativa ao processo de Parceria Público-Privada para prestação dos serviços públicos de transportes de passageiros da Linha 6 – Laranja – do Metrô de São Paulo.

Autoria: Governo do Estado de São Paulo.

Relatoria: Antonio Carlos Rodrigues.

Relatório: Pelo conhecimento e posterior arquivamento, bem como pela comunicação dessa decisão ao Ministério da Fazenda.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Antonio Carlos Rodrigues para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Relatório.

O Ofício “S” nº 45, de 2013, enviado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo trata do processo de contratação de PPP na modalidade de concessão patrocinada, para a prestação dos serviços públicos de transportes de passageiros da Linha 6 – Laranja – do Metrô de São Paulo, que possui 15km de extensão no trecho Brasilândia – São Joaquim, com 15 estações enterradas.

Análise.

Cabe ao Senado Federal analisar os limites e parâmetros da Parceria Público-Privada nos termos da Lei nº 11.079, de 2004.

Da análise dos dados constantes dos autos do presente Ofício “S”, conclui-se que o Governo do Estado de São Paulo, no que se refere à Lei de PPPs, permanece habilitado tanto a obter garantias da União para realizar operações de crédito como a receber recursos federais a título de transferências voluntárias.

Voto.

Em face do exposto, voto para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura tome conhecimento do Ofício “S” nº 45, de 2013, e proceda ao seu arquivamento, com o envio de cópia da presente deliberação ao Ministério da Fazenda, para dar ciência ao órgão competente, nos termos da Lei nº 11.079, de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a.

Em discussão o relatório apresentado por S. Ex^a o Senador Antonio Carlos Rodrigues. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2013

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir acesso público a dados e informações empregados em análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo.

Autoria: Deputado Ivan Valente

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Na Reunião de 17.12.2013, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.

Foi apresentado, em 11 de fevereiro, por S. Ex^a o Senador Acir Gurgacz, voto em separado. Como nenhum dos dois está aqui presente, eu retiro de pauta o item 2 e o incluo na pauta da próxima reunião, porque é uma matéria controversa e seria importante a presença dos dois Srs. Senadores na sessão.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 439, de 2009

– Não terminativo –

Estabelece normas relativas ao controle centralizado de informações sobre as obras públicas custeadas com recursos federais.

Autoria: Senador Jefferson Praia

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Jayme Campos, desejando-lhe as melhores boas-vindas nesse seu retorno, para proferir o seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o projeto de lei do Senador Jefferson Praia, que nós temos o privilégio de relatar aqui, é extremamente meritoso e, desta feita, Sr. Presidente, se me permite, com a devida vênha, nós queremos ler o nosso relatório.

Submete-se à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 439, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, cujo objetivo é estabelecer normas para a criação de um cadastro centralizado de informações sobre todas as obras de engenharia e serviços associados custeados com recursos orçamentários públicos.

O cadastro deverá conter um conjunto de informações necessárias ao acompanhamento de cada obra, proporcionando um instrumento de gestão e controle da Administração Pública.

O projeto, composto de dez artigos, estabelece, no art. 1º, que as normas relativas ao controle centralizado de informações abrangem todas as obras públicas custeadas com recursos dos orçamentos da União, inclusive as executadas por terceiros mediante convênios ou instrumentos congêneres.

No art. 2º, Sr. Presidente, dispõe que a União manterá um cadastro informatizado unificado e relaciona as informações mínimas, tais como: número de identificação, coordenadas geográficas da obra, e suas características; localização precisa, descrição, dimensões, com respectivas unidades de medida; valor estimado da obra ou do serviço; data de início e de término da execução da obra ou serviço. As informações devem ser atualizadas sempre que ocorrerem modificações contratuais. Exigem-se, ainda: programa de trabalho referente à alocação orçamentária de recursos federais; identificação das anotações de responsabilidade técnica de cada projeto, orçamento, execução e fiscalização da obra ou serviço, contemplando todo o histórico de responsabilidade técnica ao longo do empreendimento.

O §2º do artigo estabelece a maneira de identificação individualizada de cada obra física por meio de código, e os §§3º, 4º e 5º definem as formas de atribuição das coordenadas e estabelecem que os sistemas informatizados deverão conter mecanismos automáticos de controle e verificação de consistência dos dados relativos aos identificadores e coordenadas geográficas.

O art. 3º dispõe que não poderão ser celebrados contratos, nem emitidos empenhos sem o registro prévio da obra ou do serviço no cadastro.

O art. 4º, por sua vez, estabelece o prazo máximo de um ano a partir da publicação da lei para a implantação do cadastro, cuja regulamentação e implantação estarão a cargo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou de outro órgão a quem o Poder Executivo redistribuir; e, ainda, que o cadastro estará aberto à consulta pública na rede mundial de computadores, para fins de controle social.

No art. 5º é facultado à União prestar cooperação aos demais entes da Federação mediante cessão de utilização do cadastro.

No art. 6º é determinada a responsabilidade pessoal do ordenador da despesa se descumpridas as exigências constantes do art. 3º.

Por fim, Sr. Presidente, este aqui é o relatório que já se encontra à disposição desta Comissão.

Se me permitem os demais Senadores que já tiveram acesso a este relatório, quero entrar na fase de análise, pelo fato de que o relatório é bastante extenso.

Análise.

Cabe a esta Comissão, em consonância com o art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matéria pertinente a obras públicas em geral, entre outras.

Trata a proposta de implantar, por via legal, um cadastro de informações sobre obras realizadas, direta ou indiretamente, com verbas públicas. Consiste, segundo seu autor, de um mecanismo imprescindível à gestão adequada de recursos públicos, cuja necessidade foi apontada pelo Tribunal de Contas da União, órgão responsável por esse controle, em suporte à atividade fiscalizadora do Congresso Nacional.

A gestão eficiente de obras públicas está intrinsecamente associada ao controle de sua execução e dos gastos correspondentes e, a nosso ver, constitui tema de extrema relevância em um país como o Brasil, em que as demandas são enormes e urgentes, os orçamentos vultosos e os recursos escassos. Ademais, a necessidade de transparência no uso de recursos públicos tornou-se exigência de uma sociedade com maior consciência de sua cidadania. Como assevera o ilustre Senador Cícero Lucena, em seu relatório na CCT:

Nosso País é um dos poucos do mundo cuja Constituição garante a qualquer pessoa acesso à informação detida pelo Estado (art. 5º, XXXIII) e, na outra ponta, obriga os agentes públicos a obedecerem ao princípio da publicidade de seus atos (art. 37, caput). Assim, cabe aos Poderes Públicos se estruturarem para atender a esses mandamentos constitucionais.

Apesar disso, há muito pouca transparência e o controle é, em geral, reconhecidamente deficiente na execução de obras com recursos públicos.

Ademais, o grande volume de obras empreendidas pela União, diretamente ou por repasse de recursos, em uma trajetória de descontinuidade histórica na execução e controle das despesas de investimento, torna escassas ou inexistentes as informações mais básicas sobre o conjunto do esforço federal na construção e investimento físico.

Conforme atesta o autor da proposição que ora examinamos, o Governo Federal desconhece quantas obras começou, quantas concluiu e – pior – quantas tem em andamento. Assim, mesmo um gestor bem-intencionado encontra enormes dificuldades em manter, conservar e ampliar a infraestrutura a seu cargo, pois muitas vezes sequer conhece quais obras deve atender.

O problema é ainda mais grave no caso de recursos que são repassados aos Estados e Municípios, para a execução de investimentos por meio de convênios. Esses são investimentos que, em geral, decorrem de emendas parlamentares ao Orçamento. Deveriam, pois, ser objeto de intensivo acompanhamento, já que foram originados sem qualquer prévio estudo de custo.

Essa questão já foi objeto de um rigoroso e amplo escrutínio do Congresso Nacional e do Tribunal de Contas da União. Este último, concluindo sua análise por meio do Acórdão 1.188/2007–Plenário, apontou como imprescindível a criação de um cadastro único de obras no Governo Federal, como forma de alcançar um controle nos padrões necessários à preservação do Erário e à eficácia nos investimentos.

Sr. Presidente, o relatório está muito bem-feito. Acho bacana o projeto. É um projeto meritório, que vai dar transparência sobretudo ao acompanhamento das obras em nosso País.

Acho que alguns milhares de obras, não só por causa do recurso de emendas propostas por nós, Senadores e Deputados Federais, muitas vezes terminam. Vou citar um exemplo, Presidente Collor. Nós estivemos, neste fim de semana, numa região chamada Médio Norte do nosso Estado, que V. Exª teve a oportunidade de visitar quando Presidente da República, em Tangará da Serra. Temos o projeto Dr. Olacyr de Moraes, que era um projeto indiscutivelmente invejado naquela oportunidade, o início da grande política do agronegócio no nosso Brasil. V. Exª esteve lá como Presidente e viu. Naquela região, eu estive em um dos Municípios que me parecia ser pequeno, parece-me que é Alto Paraguai, com orçamento mensal da ordem de R\$900 mil/mês. Ele tem doze

obras paralisadas, ou seja, os recursos que foram para lá dão para atender 30%, 40%, 50%. Então, é um dinheiro praticamente jogado fora. A obra tem que ter continuidade e, acima de tudo, os valores têm que ser reais. O Parlamentar, muitas vezes, com sua boa vontade, se a obra custa R\$1 milhão, ele muitas vezes destina R\$500, R\$400, R\$600 mil, mas não é o suficiente, até porque a Prefeitura não tem a capacidade de dar a contrapartida.

Nesse caso, esse projeto é meritório, porque vai haver acompanhamento real não só das obras dos Municípios através das emendas, principalmente, como também das obras dos governos estaduais e, por conseguinte, da própria Federação.

V. Exª fez alguns relatórios aqui, fazendo um comentário a respeito de algumas centenas de obras que estão paralisadas em nosso País, que iniciaram e, algumas delas, até hoje não foram concluídas.

Então, o projeto é interessante.

Diante do exposto, nós votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2009, com a Emenda nº 1– CCT– CCJ; a Subemenda nº1–CCJ à Emenda nº1– CCT; as Emendas nºs 3, 4 e 5–CCJ; e a mudança que sugerimos no art. 3º, na forma do seguinte Substitutivo que nós já lemos aqui.

O meu voto é pela aprovação do projeto do ilustre Senador Jefferson Praia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, a V. Exª, Senador Jayme Campos, pela apresentação de seu relatório, que coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o relatório referente ao Projeto de Lei do Senado nº 439, de 2009, de autoria de S. Exª, o Senador Jayme Campos.

As Srªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para seguimento da sua tramitação.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Srªs e Srs. Senadores, informo que ainda hoje, a partir das 14 horas, haverá reunião da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano (CISPID), para deliberação de requerimentos.

Esta Subcomissão é dirigida por S. Exª o Senador Inácio Arruda.

Convoco, por fim, as Srªs e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião a realizar-se no dia 19 de fevereiro de 2014, quarta-feira, às 7h30, neste plenário, com pauta deliberativa, inclusive nesta reunião haverá a sabatina do senhor indicado para a Agência Nacional de Transportes Terrestres, cujo relator de sua indicação por S. Exª Presidente da República é S. Exª o Senador Valdir Raupp, que acabou de ler o seu relatório favorável à indicação.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Exª o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, queria fazer um apelo a V. Exª, no sentido de que, através da Comissão de Infraestrutura, nós fizéssemos um pedido de informação para o Ministério dos Transportes em relação à tão comentada e propalada Ferrovia FICO, que é a Ferrovia Centro-Oeste, saindo do Estado de Goiás em direção à Lucas, com variante ao Estado de Rondônia.

Causou-me surpresa, no dia de ontem, Senador Raupp, o fato de que a Presidente Dilma esteve em Lucas do Rio Verde, lançando o início da colheita da soja. E ali havia uma expectativa muito grande de toda a população, sobretudo dos produtores rurais, sobre a Presidente Dilma lançar oficialmente, ou seja, pelo menos já anunciar quando iniciaria essa obra, em que pé está esta obra, se existe projeto, de que forma será construída, quais as fontes de investimento. Acho que houve uma frustração, Senador Valdir Raupp. V. Exª, como um grande representante do Estado de Rondônia, imagino que aguardava, e não só o mato-grossense daquela região, como também o próprio Estado de Rondônia. E a Presidente não anunciou essa obra.

Muitas pessoas já me telefonaram perguntando: “Olha, como está de fato essa Ferrovia FICO Centro-Oeste?” Esta é uma ferrovia que vai atender a demanda da produção não só do norte do Estado, aqueles produtores que estão ao longo da BR-163, como também os produtores da região do médio e baixo Araguaia, que é uma vasta região do nosso Estado, que, inclusive, tem hoje uma produção invejável e, a cada dia que passa, aumentada.

Então queria indagar a V. Exª se a Comissão, por meio de V. Exª, poderia naturalmente indagar ao Ministro dos Transportes, ao Presidente da Valec, que é mais que uma autarquia, a um órgão do próprio Ministério dos Transportes como está o andamento.

E V. Exª pode me pergunta por que tenho tanto interesse. Pelo fato de que já desfilaram com essa obra lá, ou seja, já propalaram tanto. Houve mais de 10 audiências públicas, com alguns andando 200, 300, 500 quilômetros, dizendo: “Olha, o ano que vem virá a FICO.” Isso vem se arrastando no mínimo há oito anos. Então, queremos saber a verdade: vai sair ou não? Qual é o trajeto, ou seja, para onde vai demandar, até porque

cidadãos estão preocupados: “Olha, anunciaram que esta obra ia sair em tal lugar aqui, passando por Gaúcha do Norte, passando perto de Paranatinga, etc, e a obra até agora nada”. E já há um comentário de que talvez poderá mudar, ou seja, não será mais o trajeto previsto inicialmente e anunciado.

Então, queria pedir a V. Ex^a, como ex-Presidente da República, conhecedor profundo dos problemas do Brasil e, sobretudo, como Presidente desta Comissão, um grande Senador da República, para fazer uma indagação. Na Comissão de Infraestrutura, V. Ex^a já teve a oportunidade de ver aqui esse anúncio dessa obra há algum tempo. Tem vindo o pessoal do DNIT, da Valec, do Ministério dos Transportes, que vêm e anunciam, contudo, até agora, Presidente, só conversa fiada. Tudo que se ouviu falar aqui, com desculpas ao General Fraxe, do DNIT... Ele já veio aqui e já anunciou... Ele veio aqui, no ano passado – eu anotei, até disse que iria gravar o que ele dizia, como fazia o Juruna –, e anunciou o início da pavimentação da BR-174, uma estrada estadual que foi federalizada. Todavia, mesmo estando no PAC, no RDC, até agora, nada. Já vi muitos topógrafos passando por lá, e o povo fica naquela esperança, naquela expectativa, pensando: “Ah, agora já licitou”. Mas quando é que se vai montar o canteiro de obras? Eles poderiam, pelo menos, colocar ali um trator para engambelar o povo, pelo menos para ficar a esperança, porque, como dizem, a esperança é a última que morre.

Mas, apesar do nosso querido general, por sinal muito bom para falar, extremamente simpático, até agora não está fazendo acontecer nada não. Nada vezes nada, nada! E ele esteve aqui dizendo que, em setembro, no mínimo, ou seja, demorando muito até setembro do ano passado... Ocorre que estamos em fevereiro, entrando em março, ou seja, seis, sete meses depois, e até agora não vi nada. Eu estou querendo, inclusive, fazer uma visita ao general e dizer a ele que gravei o que ele disse aqui. “General, eu gravei o que o senhor disse lá na Comissão. O senhor lembra que foi lá e assegurou para todos nós que ia sair...”

Então, Sr. Presidente, nós temos que dar um basta nessa engambelação. Isso gera uma expectativa... Até porque, como eu ando muito pelo interior do Estado, sou, a toda hora, indagado pelo pessoal sobre como é que vai etc. E a gente começa a entrar também na conversa fiada e a passar a conversa que ouvimos aqui. Só que a gente passa por mentiroso. Isso não é bom! Isso é muito ruim, sobretudo para nós, políticos, que temos uma história com o Estado, para mim que já fui governadores, para o meu irmão que já foi governador, que fizemos um trabalho em conjunto. Então, isso é muito ruim!

Dessa maneira, aproveitando a presença do Senador Valdir Raupp... Parece até, Senador – e conversei, inclusive, com a Deputada Maninha, sua esposa –, que o trajeto da ferrovia já está meio complicado, que já não vai ser por onde estava previsto inicialmente. Isso nos deixa realmente bastante preocupados, até mesmo indignados, pelo fato de isso já vir se arrastando há bastante tempo.

Eu tenho quase certeza de que o Senador Raupp já fez algumas audiência públicas lá por Rondônia, em Vilhena, Ji-Paraná, gerando uma expectativa, e, ao que parece, a coisa está enrolada, embolada, sem nenhuma perspectiva.

Esses comentários eu os faço como cidadão mato-grossense, como Senador, como ex-governador, e espero que a Comissão de Serviços de Infraestrutura, se possível... Naturalmente, se depender de um requerimento meu – não apenas meu, mas como de qualquer outro Senador –, nós vamos fazer essa indagação ao Ministro César Borges, por quem tenho o maior respeito e admiração.

Agora, de engambelação, de tapeação, chega!

Obrigado, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado a S. Ex^a Senador Jayme Campos.

V. Ex^a acaba de elaborar verbalmente um requerimento de informações a S. Ex^a o Ministro dos Transportes. Assim, peço a V. Ex^a que o formalizasse – e já dou como lido esse seu requerimento –, porque, já na próxima reunião, nós o levaremos à deliberação.

Pela ordem, S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, para contribuir com a indagação do nobre Senador Jayme Campos, aduzo que a informação que tenho é de que os projetos, os estudos, como o EVTEA, já estão prontos de Lucas do Rio Verde a Vilhena (RO), que é o primeiro trecho, o trecho intermediário que já está contemplado no Programa de Aceleração do Crescimento.

Contudo, o Senador Jayme tem razão quando reclama do atraso. Aliás, tudo no Brasil atrasa muito. Já é comum.

Na China, visitei uma obra que estava em andamento, ainda na fase inicial, há um pouco mais de dois anos – uma linha de trem de alta velocidade que ia de Xangai a Pequim, com 1.300km de extensão. Essa obra, um ano depois ou pouco menos que estivemos lá, já havia sido inaugurada e está em pleno funcionamento. Uma obra de 1.300km! Então, a China está fazendo uma revolução nessa área de ferrovias, tanto de cargas como

de passageiros, com trens de alta velocidade. Os trens de carga na China viajam a 200km/h! Aqui, no Brasil, andam a 60km/h. Vejam a diferença!

Eu estou trabalhando, Senador Jayme Campos, no trecho que vai de Vilhena a Porto Velho, que está sendo licitado. Já estamos na fase de seleção das empresas para o trecho da ferrovia, a FICO, que é uma extensão para Rondônia, que futuramente poderá chegar até o Acre e, talvez, até uma interligação com o Peru. Há muito interesse das autoridades peruanas em levar essa ferrovia até o Peru. Ela se interligaria até as ferrovias peruanas, que é a famosa Ferrovia Transcontinental, que sairia tanto da Bahia quanto do Rio de Janeiro e chegaria a Rondônia, ao Acre, passando pelo Mato Grosso. É uma ferrovia, sem dúvida, muito importante, porque as nossas BRs não estão comportando mais o volume de cargas. Não adianta restaurar a BR-364, pela qual eu, o Senador Acir Gurgacz, o Senador Ivo Cassol, todos nós lutamos tanto aqui para que tivesse início uma restauração pesada de Vilhena a Porto Velho. Ela está sendo feita, mas já está estourando novamente. São mil e tantas carretas por dia, caminhões de até nove eixos que não podem nem rodar à noite, porque são monstro, passam arrebitando tudo. Então, não adianta mais restaurar as novas rodovias, porque as carretas as acabam arrebitando. A ferrovia seria uma alternativa, pois, além de baratear o custo do frete, do transporte, ainda desafogaria as nossas BRs tão sofridas.

E a inversão de carga para o Norte, para os rios, para o rio Madeira, o Porto de Porto Velho, para Belém, Santarém via Mato Grosso é uma alternativa para desafogar os portos também do Sul e Sudeste. Os Portos de Paranaguá e Santos não suportam mais filas de não sei quantos dias – sei lá, 20 dias, 30 dias, até 60 dias – para descarregar e carregar.

Então, é uma alternativa importante. Somo-me a esse apelo do Senador Jayme Campos para saber o que está acontecendo nesse trecho de Lucas do Rio Verde a Vilhena. Depois vem o trecho de Vilhena a Porto Velho. Esse, sim, ainda está em fase embrionária. Estão ainda licitando os estudos e o projeto para poder licitar a PPP. Eu acredito que essas ferrovias não têm outra forma de se constituir se não for parcerias público-privadas. Será a iniciativa privada construindo, a exemplo do modelo energético das hidrelétricas, que são feitas com financiamentos, com pouco dinheiro público. Obras de R\$20 bilhões, R\$30 bilhões não teriam como ser construídas apenas com dinheiro público.

Eu queria aproveitar o embalo desta fala sobre infraestrutura. Ouvi atentamente, se não na totalidade, grande parte do pronunciamento do Presidente Collor sobre esse programa, esse foro de debates sobre infraestrutura do nosso País, que é muito importante, necessário e oportuno. Nós temos que definir os modelos que nós queremos daqui para frente.

Na área da energia elétrica, hoje o Brasil vive um risco. É verdade, não adianta esconder que os reservatórios de grande parte do Brasil estão baixando, e as térmicas estão quase no limite. Uma contradição: lá no Norte, as usinas estão com os reservatórios superlotados. Não há como segurar mais água. As usinas do Madeira estão fazendo um esforço gigantesco para segurar o máximo de água. Estão no limite máximo os reservatórios, a ponto de quase transbordar e o rio enchendo, enchendo, enchendo. O rio Madeira atingiu ontem o pico máximo histórico: 17 metros. Em frente à nossa capital, Porto Velho, há bairros alagados. A tendência é continuar chovendo até o dia 20 de março. A enchente de São José, do dia 19 de março... Então, há uma preocupação nesse sentido.

Eu queria até alertar, Presidente, a Defesa Civil nacional, porque lá em Rondônia já estão todos alerta para que se volte também para Porto Velho, pois há um risco muito forte de uma enchente recorde em Porto Velho. Choveu muito no ano passado, choveu muito ainda no início deste ano, e o rio Madeira não para de encher. Então, há essa preocupação. Eu não sei se isso está acontecendo pela construção... Há quem diga que é pela construção. Eu acho que não é. Choveu demais mesmo. Os reservatórios estão segurando o máximo de água possível para não alagar mais Porto Velho, e eu espero que a natureza possa nos ajudar naquela região, onde, ao contrário de outras regiões que estão precisando de muita chuva, está chovendo demais. Mas este Brasil é rico, é grande. O Brasil já é um gigante e vai sê-lo cada vez mais no futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

Com a palavra, S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Obrigado, Presidente.

Queria só contribuir com a fala do Senador Raupp, que está acompanhando mais de perto o trecho de Lucas do Rio Verde em direção a Vilhena. A qual conclusão eu chego? Primeiro, para que essa ferrovia tenha mais viabilidade econômica, ela tem que ter qual ponto de partida? Aqui de Goiás, aqui do sul, chegando a Lucas e depois em direção... Claro, nada tem de impedimento legal, jurídico ou o que seja de, concomitante ou simultaneamente, elas serem trabalhadas, porque essas obras serão feitas praticamente pelo primeiro projeto

apresentado. Segundo a engenharia financeira, serão 70% financiados pelo BNDES; 15% de compra antecipada da produção, ou seja, do que será transportado nessa ferrovia; e algo parecido, em torno de 7,5 ou 8,5%, mais ou menos, para o cidadão, o *pool* de empresas que vai compor, sei lá quais serão as interessadas em entrar de contrapartida. Então, na verdade, serão 70% mais 15%, o resto será do setor privado, que vai dar a contrapartida.

Só que uma engenharia financeira como essa aqui demanda tempo, e acima de tudo, estabelecer também até regras claras: a questão jurídica, qual a concessão, como vai ser a forma de pagamento, como vai ser o embarque, o transbordo. Se o senhor fizer uma reflexão, o senhor conhece bem o Brasil, vai haver alguns entraves, vai fazer alguns transbordos em relação a outras ferrovias, inicialmente até pela norte-sul, vai ter que fazer algum desembarque, algum trabalho nesse sentido, e com outras ferrovias que cortam esses ramais.

Então, feito isso, terá que haver concessão da própria ALL, o senhor saber disso. A ALL vai ter que abrir mão de alguns trechos, permitindo que o grupo detentor, que vai ganhar eventualmente esse trecho da execução e, depois, a operação dela, vai ter naturalmente que fazer grandes negociações para que de fato, acho que não tem dificuldade, ela possa ser materializada.

Agora, o que me causa preocupação é que até agora nada de concreto existe. Primeiro, o senhor sabe disso, alegaram que o Tribunal de Contas da União achou os valores que seriam praticados muito altos, ou seja, me parece que estava superfaturada em 30%. Parece-me que isso já foi reduzido. Já reduziram para 20%, e me parece que o Tribunal de Contas da União quer chegar a bons termos, reduzindo os valores apresentados inicialmente, para que o Tribunal dê o aval definitivo para a execução dessa obra.

Então eu acho que é fantástica a obra, é importantíssima, Presidente Collor. Todavia, ela precisa sair do papel. O Raupp foi feliz aqui. Não é só na China; no Japão tem dia de iniciar e dia de terminar. Aqui não tem nada. Aqui vieram aqui poucos dias atrás, lançaram aqui, falaram aqui da duplicação. Agora saiu, depois de dois anos, saiu a famosa PPP. Mas eu fiz uma aposta lá em Cuiabá: duvido se essa duplicação da BR-163, saindo do Mato Grosso do Sul, ingressando no Estado do Mato Grosso até a cidade de Sinop... É uma obra! Porque vinha naquela expectativa... Olha, se tudo correr bem... O nosso amigo Raupp foi generoso aqui.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – Dez anos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Dez anos? Eu aposto: em menos de quinze anos não se conclui essa obra, não. Há um pequeno trecho, de Nobres – não sei se você conhece o Mato Grosso –, de Rosário a Nobres, de no máximo 25km. Sabe quanto tempo lá, Presidente Collor? Três anos e meio. E ainda grama mais este ano! Vinte e cinco quilômetros! Claro, é uma obra cheia de problemas, tecnicamente falando. Tem que fazer corte na Serra da Caixa Furada, tem alguns viadutos. Tendo em vista que é entrada de algumas cidades, Rosário e Nobres, tem que fazer viaduto, passagem para carro entrar para a cidade e para carro que irá passar por fora.

Então gera uma expectativa, e até agora nada. Lançou o primeiro trecho agora, Rondonópolis-Jaciara, 70km. Para atender toda essa demanda, duplicando do Mato Grosso do Sul, nossa divisa com o Mato Grosso do Sul, até Sinop é algo para 15anos, Raupp, no mínimo. Só que a população fica naquela expectativa. Será quando, daqui a dois anos, três anos?

Fica ruim, fica muito ruim para o Governo. Isso gera uma expectativa de tal maneira que daqui a pouco há uma frustração, até no setor produtivo, no empresariado, que perde a crença de fazer alguns investimentos. Alguns já falam em construir posto, outros em construir não sei que mais, outros fazer um... E daqui a pouco não vira nada, Presidente Collor. Não vira nada! Só conversa fiada.

A BR-163 está esburacada, está uma vergonha. Estamos no pico da safra, iniciamos a colheita. Sofreu-se tanto com os buracos que há lá. Ontem mesmo houve um acidente. A Presidente Dilma estava em Lucas e ficou presa lá. Havia acontecido um acidente e não houve nem o carro do Samu, bombeiro para resgatar o cidadão. Claro, ele não estava na comitiva da Presidente Dilma, mas todo o pouco equipamento que existe na cidade ali, estava naturalmente apoiando a presença da comitiva presidencial. Entretanto, houve um acidente lá, e o cidadão morreu, sabe por quê? Três horas e meia para chegar os bombeiro, e acima de tudo buraco pra dedéu! Você não sabe para onde você corre. Você sai para a esquerda, buraco; você sai para a direita, buraco. Então está difícil, muito ruim, e agora nós vamos transportar quantos milhões de toneladas? Já temos dificuldades de armazenamento, que V. Ex^a sabe; agora mais as estradas, é complicado. Então, acho que a Comissão de Infraestrutura tem de apresentar esse requerimento, solicitando ao Ministro César Borges informações precisas, para nós termos até uma satisfação a dar, de forma concreta e transparente, à sociedade mato-grossense.

Essa é a minha observação e agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Jayme Campos, sempre preocupado com os problemas que afligem o seu Estado e, sobretudo, a população, que necessita de estradas de boa qualidade para a sua mobilidade, além da área econômica, que, para o es-

coamento de sua safra, precisa também de rodovias em condições, para que esse custo Brasil seja reduzido. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Passo a palavra, pela ordem, a S. Ex^a o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente Collor, demais Senadores, eu não poderia deixar, primeiro, de destacar essa agenda proposta por V. Ex^a, o Fórum Nacional de Infraestrutura, que pelo meu entendimento, é uma agenda para se discutir soluções e não para se fazer diagnósticos, porque ninguém aguenta mais no Brasil fazer diagnósticos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Isso.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – E as soluções não caminham!

E tocando em temas – eu vi aqui a agenda – extremamente relevantes. Primeiro, a questão do transporte, preocupação muito bem registrada pelo Senador Jayme Campos. Há a questão também do transporte de passageiros, não só cargas, mas passageiros também, uma leitura da realidade atual dos Municípios.

Energia elétrica, a que eu gostaria de fazer depois alguns comentários, também é um tema que preocupa a todos nós. Eu não tenho, Presidente Collor, eu não vejo o cenário de suprimento de energia elétrica como muitas pessoas têm apregoado. A situação do sistema é delicada, mas muito longe de um racionamento, e eu queria depois até fazer uma abordagem específica sobre isso.

Combustíveis: defasagens, dificuldades que a Petrobras enfrenta, o planejamento estratégico da Petrobras, a Lei do Gás, que foi uma grande conquista, um trabalho iniciado aqui no Senado Federal, mas que ainda poucos resultados tem trazido, principalmente para um setor tão importante e que vem se desenvolvendo ao longo dos últimos anos.

Mineração. Nós não podemos esquecer que está tramitando na Câmara o novo Código Mineral, um tema de extrema relevância na geração de riquezas do País e de interesse de vários Estados brasileiros.

Telecomunicações, assunto também complicado. Estamos vendo aí o desafio da internet, estamos vendo as dificuldades da telefonia, especificamente e especialmente a telefonia celular. Portanto, é relevante essa discussão.

Além desses temas, há a questão de saneamento, abastecimento e irrigação. E eu espero contribuir com V. Ex^a para que a gente faça um debate, uma discussão aprofundada sobre esses temas.

O maior desafio do Brasil continua sendo a logística. Passaram-se anos e anos, e nós não encontramos até agora os caminhos necessários para que, efetivamente, nós venhamos a consolidar soluções perenes, principalmente atendendo à infraestrutura do nosso País. Eu não vou entrar aqui no mérito, nos prazos de licenciamento ambiental, nos prazos de liberação de áreas pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, as dificuldades da nossa burocracia. O Brasil, lamentavelmente, é um País de origem ibérica, e portanto extremamente complexo quando o tema é burocracia. O Brasil é um País complicado, e portanto, é essa complicação cultural, histórica talvez, que prejudica o bom andamento de muitos projetos importantes para o nosso País. Nós precisamos nos debruçar e com coragem, sem hipocrisia, mas com coragem, sobre temas que efetivamente afetam investimentos importantes no Brasil.

Eu queria, Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade, fazer alguns comentários sobre esse desligamento que ocorreu, esse apagão que ocorreu na semana passada e que atingiu vários Estados brasileiros.

Primeiro, registrar, Sr. Presidente, que, pelo relatório encaminhado à ONS e pelo também o relatório encaminhado pela Liderança do PT, houve dois curtos circuitos, um entre Colinas, no Tocantins e a Usina de Serra da Mesa. São investimentos privados e também de companhias estaduais. É importante registrar que uma das empresas é do fundo FIP Brasil, controlada pelo BTG, e a outra, a Cemig, controlada pelo Governo de Minas Gerais. Houve essa primeira ocorrência às 14h03 na Linha de 500kV. Portanto, é uma linha importante, porque é uma linha de extra alta tensão, entre Miracema e Colinas. Primeiro, houve um curto monofásico e, na sequência, outro curto circuito na Linha de Transmissão Miracema-Colinas C2. Evidentemente, uma ocorrência como essa exige um trabalho intenso, especialmente no Operador Nacional do Sistema e das empresas envolvidas para se descobrir efetivamente o que aconteceu.

Mas o que eu gostaria de deixar aqui, independentemente de responsabilidades... Isso o ONS e as empresas vão detectar, porque os sistemas têm equipamentos de proteção que indicam claramente o que aconteceu; quer dizer, basta olhar os oscilogramas e olhar o sequencial de eventos que vão saber exatamente o que houve, se foi um acidente, se foi um problema nas próprias linhas ou se, inclusive, foram raios. Eu ouvi, semana passada, alguns registros de que as linhas de transmissão são projetadas para não sofrerem curto-circuito oriundos de raios. Isso é um pouco de exagero. Isso é igual falar que um carro-forte não pode ser assaltado ou, então, que um banco é inexpugnável. É claro que existem dispositivos projetados, cabos para-raios, para-

-raios. Há todo um sistema de proteção, evidentemente, para mitigar os efeitos de descargas atmosféricas, mas nenhum sistema no mundo é imune a descargas atmosféricas. Isso acontece. Não é freqüente, mas acontece, especialmente em linhas de extra alta tensão como linhas como essas de 500kV.

Portanto, Sr. Presidente, além de fazer esse registro, eu quero também dizer a V. Ex^a que o sistema de proteção operou corretamente. Por que estou falando isso? Primeiro, ao eliminar o curto. Segundo, ao cortar cargas. Esse sistema não existe de agora. Nos idos de 1983, 1984, já operávamos com esses sistemas não só de alívio de carga, mas de alívio de geração na interligação Norte/Nordeste. E esse sistema foi implantado em várias regiões também.

O que faz esse sistema? Ele, com avaliação de frequência, calcula o número de cargas que têm que ser eventualmente cortadas e automaticamente manda desligar. Foi o que aconteceu. O alívio de carga verificou que a frequência baixou, porque se perderam linhas que estavam despachando mais de 3 mil megawatts, e tiraram as cargas. Por quê? Para o sistema não cair.

E por que estou falando isso, Sr. Presidente? Porque, quando o sistema fica sobrecarregado, há um risco grande de as usinas saírem. Quando as usinas saem do sistema interligado, para voltar, o tempo é muito maior. Estou falando isso, porque eu não li não; eu vivi isso. E eu vivi desligamentos em usinas em que trabalhei, em que levamos quase cinco horas ou seis horas para voltar a restabelecer as cargas, o sistema todo.

Então, esse sistema de alívio de cargas mantém o sistema operando. Portanto, a retomada é muito mais rápida, e é por isso que isso aconteceu.

Então, eu não poderia deixar de destacar esse assunto. Agora, registro, claro, que a situação não é amena. Não estamos em céu de brigadeiro. Nós temos reservatórios deplecionados por essa estiagem que atinge principalmente as Regiões Centro-Oeste, o Sudeste e o Sul. Os reservatórios não se recuperaram. Esse período é típico de recuperação de reservatórios e, realmente, os reservatórios não estão respondendo.

Eu acho que tudo isso, também, serve de lição, principalmente para o planejamento do setor de energia elétrica. Nós temos que discutir, desavergonhadamente, a questão de usinas com reservatórios de acumulação e usinas de fio d'água. As grandes usinas que estão construídas no Brasil são todas a fio d'água.

Portanto, não há regularização. Belo Monte, no nosso Estado do Pará, do nosso querido Senador Flexa, é fio d'água; Jirau e Santo Antônio, da terra do Senador Raupp, Rondônia, também, as usinas são a fio d'água.

Portanto, não há acumulação. Quer dizer, estamos perdendo a oportunidade de regularizar os nossos reservatórios. Aí, vem o quê? Despacho térmico. Não há como escapar, não há como escapar.

Nós vamos usar a disponibilidade do programa das termoelétricas de gás natural, das termoelétricas a carvão e as termoelétricas a óleo.

Eu vi, ontem, um levantamento do operador nacional do sistema: nós batemos de despacho de termoelétricas, 12 mil megawatts. É um recorde na produção de termoeletricidade no Brasil. E estamos partindo, a despeito do discurso de energia eólica, energia solar... isso é bonito, o discurso, mas não resolve. Principalmente, a energia eólica, porque a tese é "quando venta muito, tem pouca água, e, quando tem muita água, venta pouco", sem reservatório de otimização, ou de regularização nas barragens, também ficamos à mercê. E à mercê de quê? De termoeletricidade, que, sem dúvida nenhuma, gostando ou não, para garantir a segurança energética do País, vamos ter que implementar e escolher. Vamos fazer gás natural? Vamos fazer usinas nucleares?

Eu me lembro bem de que, quando fizemos as termoelétricas, Senador Flexa, eu era diretor da Petrobras, fomos muito criticados. Mas, se não fossem as termoelétricas feitas naquela época de 2001, 2000 e 1999, o que seria? São elas que estão segurando e garantindo a boa operação do sistema elétrico brasileiro.

E, portanto, temos que encarar essas dificuldades e essa nossa realidade com franqueza, para que o Brasil não tenha ou não sofra com os riscos de um racionamento, porque esse, sim, é o maior mal. Nós estamos muito afastados de uma situação de racionamento. Agora, hoje, existem condições que podem nos levar, no futuro, a essa situação.

Portanto, precisamos tomar as medidas necessárias para impedir que isso aconteça.

Acho que um grande mal para um país é um racionamento de energia. Eu convivi com vários. Eu convivi com o racionamento de 1988, aliás, de 1985, de 1988, de 2001. Isso é terrível para a economia do País, e a população sofre com isso.

Então, precisamos tomar medidas importantes. E, aí, quero fazer um registro: manifesto, primeiro, a minha preocupação com o Sistema Eletrobras. Fruto da renovação das concessões, a Eletrobras, hoje, apresenta números preocupantes. Portanto, precisamos tomar medidas rápidas para que a Eletrobras não deteriore suas contas e, ao mesmo tempo, os investimentos já compromissados pela Eletrobras não tenham solução de continuidade. Eu não vou entrar, aqui, no mérito, até para não me estender muito, no porquê de isso estar acontecendo, mas isso é uma realidade.

Ao mesmo tempo, o despacho de termoelétricas, naturalmente, eleva o custo da tarifa. Isso vai ser repassado para a tarifa, e eu acredito que seria desaconselhável, até porque nós saímos, recentemente, de uma redução tarifária. Alguém tem que pagar a conta, porque as distribuidoras não resistem, não suportam. Portanto, isso vai para o Tesouro, muito provavelmente, fundos de R\$18 bilhões, que os mais realistas falam em R\$24 bilhões, necessários para fechar essa conta toda.

Então, estamos num dilema, e o dilema é o seguinte: por exemplo, existe gente que não recebeu CCC do ano passado, e a Petrobras está pressionada também. Temos, aí, um quadro, na área de energia, preocupante. Volto a dizer, não é um quadro que vai trazer problemas no momento, mas iniciou um processo que, se não forem tomadas medidas duras, vamos ter dificuldades mais à frente.

Acho que o adicional no custo da energia, em janeiro, deve ter rodado, se eu não estou enganado, mais ou menos em R\$1 bilhão. Fevereiro vai, mais ou menos, a R\$1,5 bilhão. Como as distribuidoras vão pagar essa diferença? Quer dizer, a situação, agora, já entrou na questão das distribuidoras.

Portanto, essa é uma questão fundamental que vamos, necessariamente, debater nesse I Fórum Nacional de Infraestrutura, proposto por V. Ex^a. Acho que a situação é delicada. Ela exige um debate amplo, sem politização, olhando, efetivamente, os interesses do Brasil; exige de todos nós uma discussão do planejamento do setor de energia elétrica, dos entraves, dos problemas, das dificuldades que atrasam a sua implementação, como, também, a situação econômico-financeira das empresas. E ainda há essa diferença, que será, muito provavelmente, pelo menos essas são as indicações, bancada pelo Tesouro Nacional, que tem um compromisso com o superávit primário.

Portanto, o que ficou para trás não vai ser pago de imediato. Esse desembolso vai ser feito mensalmente e calibradamente, de olho, também, no superávit primário do Governo Federal.

Portanto, é uma situação que preocupa, é uma situação relevante, e precisamos ficar muito atentos para que não tenhamos problemas que enfrentamos em décadas anteriores e que trouxeram prejuízos incalculáveis para o País.

O pior é não ter energia, e nós já temos experiências consideráveis do estrago que um racionamento da energia traz para a economia brasileira. E acho que, nesse Fórum e na própria Comissão de Infraestrutura, que é o local adequado para se fazer esse debate, vamos ter oportunidade de falar bastante sobre esses temas, porque são temas de extrema relevância. E se a logística não caminhar, não andar, o Brasil não progride.

Temos que cumprir esse nosso papel aqui, no Senado Federal, e na Comissão de Infraestrutura, tão bem comandada por V. Ex^a, no sentido de mitigar esses danos e procurar fazer com que a logística brasileira caminhe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Delcídio do Amaral.

Em relação ao fórum a que V. Ex^a se referiu – e hoje foi anunciado o programa do Fórum Nacional de Infraestrutura –, o objetivo é exatamente este: não é fazer qualquer tipo de diagnóstico, mas, sim, apontar soluções efetivas para cada um dos setores elencados e facilitar o trabalho das mesas redondas. Nós já colocamos algumas perguntas objetivas, para que não se discuta muito o que fazer entre os integrantes das diversas mesas redondas, e outras mais que os integrantes julgarem conveniente oferecer.

Quanto aos comentários que V. Ex^a faz sobre a recente ausência de energia, eu li aqui o relatório da Agência Nacional de Energia Elétrica sobre o que eles chamam de custo marginal de operação, calculado por fórmulas matemáticas e modelos computacionais, que estabelece quatro níveis de alerta baseados no valor do custo.

Quando o custo ultrapassa – são números muito exatos; isso também me chamou a atenção – R\$1.364,42 por megawatt/hora, esse custo muito em função do acionamento das termoelétricas, o modelo alerta para a necessidade de corte de 5% no consumo.

Segundo documento sumário executivo do programa mensal de operação, divulgado na sexta-feira passada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), esse custo atingiu, agora, até sexta-feira, o valor de R\$1.691,39 por megawatt/hora. Portanto, maior que os R\$1.364,42. Quando atingindo esse nível, o modelo alerta para a necessidade de corte de 5% no consumo. Então, no momento, esse custo está em R\$1.691,39.

Embora reconhecendo o déficit e a necessidade de racionamento identificada pelo programa, o ONS descartou a adoção de cortes, porque a maior parte do País encontra-se no período úmido, o que conduz à expectativa de reversão do atual cenário hidrológico.

O órgão ONS diz que já esperava que o custo de geração de energia ultrapassasse o primeiro patamar de déficit, mas avalia que esse é um modelo meramente econômico, pois serve apenas para calcular o preço de energia. O modelo mostra apenas que, quando o custo de geração de um megawatt ultrapassa o primeiro patamar estabelecido, fica mais barato reduzir o consumo do que atender a demanda a esse preço.

Quer dizer, é um triste dilema que estamos vivendo hoje. E temos que rogar aos céus para que as chuvas comecem a acontecer nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT – MS) – É só para fazer um registro. É claro que, por exemplo, distribuidoras têm um determinado nível de não contratação ou de descontração, mas têm que buscar energia no mercado livre. Mercado livre já abateu mais de R\$800 o megawatt/hora.

E só fazer uma ressalva a esse relatório da Aneel. Na verdade, o foco hoje, pelo menos na minha visão, do setor de energia é econômico-financeiro. Hoje, o nosso grande desafio é esse, ou seja, é o buraco nas contas. São os números que foram demonstrados. Quem paga? Do jeito que as coisas estão sendo encaminhadas, vai ser o Tesouro. Isso preocupa. Preocupa-me essa deterioração das contas das empresas de energia porque isso, sim, pode levar a um desabastecimento no futuro, por problemas nos investimentos.

Agora, estamos ainda num período ruim. Tivemos um período complicado de seca, mas – volto a insistir – o momento não é ainda de... Falar em racionamento é um exagero.

Com todo o respeito que tenho a muitas pessoas que têm falado sobre isso, o sistema tem as condições necessárias para suprir o País como um todo.

Agora, existem problemas estruturais, econômico-financeiros, que têm de ser atacados, porque, aí sim, podem levar o País a essa situação que preocupa a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Delcídio do Amaral.

Contamos com a participação de V. Ex^a proativamente, nesses dois dias. São uma quinta-feira e uma sexta-feira – a participação de V. Ex^a é muito importante –, a partir das 9h da manhã.

Esticamos um pouco o horário. Começaria às 6h30min, mas S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão solicitou que fosse colocado um pouco mais adiante, então vai começar às 9 horas, Senador, o nosso fórum.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Senador Walter Pinheiro, seja muito bem-vindo. Senador Flexa Ribeiro, seja muito bem-vindo.

Pela ordem, S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, só, muito rapidamente, para parabenizá-lo.

Li o documento, que foi aqui distribuído, sobre o 1º Fórum Nacional de Infraestrutura. Acho que é perfeito. Vem coroar a série de audiências que V. Ex^a tem conduzido, não só no ano que passou, mas já no seu primeiro mandato à frente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal.

O mais importante – acredito – é que, como V. Ex^a colocou, o Fórum não é para levantar os problemas de infraestrutura, mas para conseguir as soluções. Ou seja, ele irá indicar aos governos que virão como atacar as dificuldades, para trazer uma infraestrutura ao País que produza o desenvolvimento.

O Senador Delcídio do Amaral, com a *expertise* que tem na área de eletricidade, nos coloca um quadro sombrio.

V. Ex^a fez a leitura de um valor de megawatt/hora, dizendo que, se ultrapassado, teria de haver um racionamento de 5%. E se ultrapassou muito, em mais de 20% o valor.

Então, fico preocupado. Fico preocupado, porque nós não queremos isso, mas estamos à véspera de um nó no sistema de infraestrutura. As coisas estão ficando sem controle, me parece, porque ora é na energia, ora é nas estradas ou nos portos, nas hidrovias, nas ferrovias. Quer dizer, as dificuldades estão surgindo em cada modal de transporte, em cada ponto da infraestrutura do País, a cada dia que passa.

E não podemos ser passageiros desse processo. Nós temos de conduzir – em especial, V. Ex^a, por ter exercido a Presidência da República, por ser Presidente da Comissão de Infraestrutura e pelo conhecimento que tem – a Comissão de Infraestrutura, no sentido de realmente dar aos governantes futuros, de qualquer partido que sejam, pelo menos a proposta, as sugestões que a Comissão, uma das mais importantes do Senado Federal, vai realizar.

Quero parabenizá-lo. Li aqui. É até uma matéria densa, são dois dias de discussões intensas, mas, como V. Ex^a colocou, a própria Comissão já levanta os questionamentos em cada setor, para facilitar a discussão, fazendo com que essa seja mais objetiva e que ao final se tenha, realmente, um documento que seja denso, mas que não seja extenso.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

Conto com a participação efetiva de V. Ex^a na discussão desses diversos temas.

V. Ex^{as} leram o documento. Assim, solicito que, caso desejem participar, na condição de coordenadores, dessas mesas-redondas que serão instaladas, comuniquem à Secretaria da Comissão para que possamos anotar e dar consequência a isso. É muito importante a participação dos Srs. Senadores. Nós vamos ter especialistas, pessoas que já participaram de audiências públicas aqui e outras que ainda não participaram. Vamos ter representantes do Governo, vamos ter representantes do mundo acadêmico. Esse é um fórum político com base técnica, mas com enfoque político de oferecer soluções efetivas aos governantes caso queiram e se disponham a desatar esse nó logístico que trava o desenvolvimento da infraestrutura no País.

Então, a participação política dos Srs. Senadores nas mesas-redondas é muito importante, para que não fiquemos numa visão muito tecnicista ou muito academicista. Daí a minha solicitação para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores integrantes desta Comissão efetivamente participem desses dois dias de fórum a fim de que possamos cumprir a missão que nos é dada constitucionalmente pelo Regimento desta Casa, que é trabalharmos pelo processo de melhoria da infraestrutura no nosso País.

Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro.

Pela ordem, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, quero primeiro parabenizar V. Ex^a. Já tinha recebido, no gabinete, essa proposição de fórum que V. Ex^a faz para tratar da infraestrutura, no final de março. Considero isso importante, neste momento, na sequência do que V. Ex^a fez ao longo do ano 2013, buscando identificar, buscando chegar aos pontos cruciais, identificar os gargalos. E acho que agora V. Ex^a faz, de forma competente, apontando um caminho, uma discussão sobre as alternativas, principalmente a consolidação de alguns programas.

Só quero chamar atenção desta Comissão para a questão da matriz energética ou dos problemas ocasionados no período. Quero chamar a atenção desta Comissão. O Senador Delcídio – não me recordo se o Senador Petecão e o Senador Flexa estavam – participou de uma reunião que fizemos, em 2011, com o Ministro Lobão. A Presidenta desta Comissão era a Senadora Lúcia Vânia, e a primeira preocupação que levantamos foi este tema em que o Senador Delcídio tocou agora. Naquele momento, Senador Flexa, tínhamos uma pendência que resultou na medida provisória: o problema das concessões, o que aconteceria em 2015. Sem nenhum tipo de adivinhação, todos os técnicos do setor – e até particularmente meu companheiro Delcídio do Amaral – levantavam uma questão fundamental, ou seja, antecipar o processo da renovação, porque o ponto crucial é exatamente esse tocado por Delcídio, ou seja, investimento.

Essa não é uma área em que se faz um investimento hoje, Flexa, e se colhem resultados amanhã. O processo de investimento para essa área e o processo de entrada em operação dessas estruturas é um processo lento. Não tiro um operador e substituo por outro, não abro um leilão para mudar uma concessão do dia para a noite. Um operador seja ou não um *player* internacional não chega aqui da noite para o dia; não consigo fazer investimentos e tocar o sistema da noite para o dia, até porque também há outro detalhe. Hoje, pelo próprio cenário internacional, não estamos tendo gente com dinheiro disponível para isso.

Então, é bom lembrarmos que, com todos esses problemas, se pegarmos um dado interessante, que é o que aconteceu com a matriz energética de lá para cá, veremos que há um crescimento de 67% se não me falha a memória, Delcídio, do que nós tínhamos em 2011. Agora isso é suficiente? Não. Porque muita gente vem e fala que precisamos ver essa alternativa. Nós crescemos absurdamente. Do que foi ofertado de energia eólica, pegamos 45%, Senador Delcídio, mas a nossa matriz eólica vai entrar com menos de 2%, menos de 2%, as térmicas com 29, 30%. Portanto, a geração hidrelétrica ainda é a geração que sustenta o nosso sistema.

É um sistema robusto, não resta a menor dúvida. Nós passamos por um período de seca, e eu até brincava com o Delcídio, as pessoas insistem, insistem, insistem, mas não temos como armazenar energia. Você armazena água. É água que armazenamos, você guarda água. E, dessa água, o manejo depende exatamente do que está acontecendo com o clima.

Portanto, o que temos que discutir agora são esses processos. Lembro-me de que, naquela reunião com o Ministro Lobão, eu me indispus um pouco com o Ministro, porque eu estava extremamente agoniado, defendendo a antecipação. Cheguei inclusive a apresentar uma Proposta de Emenda à Constituição para antecipar. E me agoniava porque o Ministro Lobão dizia que tinha energia sobrando, e eu não estava vendo energia sobrando. Nós temos um sistema robusto, mas vamos enfrentando um problema. Os três últimos problemas ocorridos no sistema, Senador Delcídio, em todos os três aconteceram coincidências muito profundas, principalmente em uma região do Estado. E, em outra, não dá para alguns dirigentes nossos, Delcídio, apresentarem declarações de forma açodada às vezes tão desfocada da realidade de um sistema como este.

O nosso sistema de proteção, por exemplo, é um dos melhores do mundo. Aliás, é o que é utilizado no mundo inteiro. É a mesma matriz de proteção. Depois as pessoas vêm consertando as suas declarações. Portanto, não custa nada fazer uma averiguação, primeiro, para uma declaração *a posteriori*.

Eu me lembro de que, no primeiro incidente envolvendo a usina Luiz Gonzaga, ou o Gonzagão, como chama a nossa turma do setor elétrico, foi um negócio impressionante. Ao invés de isolar o sistema, fizeram foi jogar o defeito do sistema no efeito dominó. Depois veio o que aconteceu no Piauí, em que açodadamente alguém disse que pegou fogo numa fazenda. E, quando fomos verificar, era uma fazenda que tinha capim, não era nem uma Mata Atlântica. Pode-se até dizer que estava um pouquinho mais alto e o fogo chegava lá em cima.

Então, vamos devagar, porque, às vezes, vamos pegando erros e tem... Como agora o curto-circuito numa determinada região do Estado, e, logo em seguida, é bom lembrar isso, o sistema conseguiu isolar esse defeito não permitindo que ele se espalhasse por todo o sistema nacional.

Portanto, esse é um debate importante fazer de forma muito direta. Tivemos problemas com as eólicas no que diz respeito às linhas de transmissão e de distribuição. Agora, mais do que nunca, temos que olhar para isso e identificar a maior falha. É como vamos tratar a questão dos investimentos nesse setor, que é um setor que necessariamente precisa passar por um processo de reinvestimento permanente, é um setor que precisa ter um acompanhamento fidedigno, até porque vamos crescendo e, na medida em que vamos crescendo, vamos aumentando também a nossa capacidade de realizar. E a capacidade de realizar se faz inclusive consumindo, e consumindo uma matriz essencial, que é a matriz energética: elétrica, eólica, solar ou térmica. Eu estava dizendo para o Delcídio, nossas térmicas bateram no pico, chegaram no ponto para poder exatamente suprir tudo. Nós temos capacidade, nós temos condição de fazer isso.

Então, é importante termos um nível maior de discussão desta matéria, como propõe V. Ex^a aqui, da mesma forma como tratamos outros setores, ou seja, com acuidade, com decisão, entendendo a necessidade para o crescimento e para a manutenção dessa estrutura.

Acho que é importante, meu caro Presidente, que retomemos, antes desse seminário, uma conversa como a que tivemos, de pé de orelha, na última vez, no gabinete do Ministro. Não é preciso que ele venha aqui, nos dispomos a ir lá. Seria uma conversa para dizermos onde estão os gargalos, quais são os problemas, qual é o nosso papel do lado de cá.

Às vezes, as pessoas vão dizer que o nosso papel é só constatar, criticar.

No segundo problema ocorrido no Piauí, por exemplo, terminei entrando em uma das rádios com um dirigente do sistema, e só não saímos na mão, porque um não estava ao lado do outro, era via rádio; não era ao vivo. Mas aí o cara diz: "você do Congresso..." Ora, aprovamos tudo o que foi pedido para cá. Veio medida provisória, não sei o quê, tal, tal, tudo o que veio foi aprovado. Então, vamos lá, o que podemos fazer a mais? O que dá para fazermos? Acho que esse foi o espírito que norteou toda a linha de debate que aqui V. Ex^a traçou em 2013. Tentamos identificar e dizer o seguinte: está bom, há algo do lado de lá, qual é o nosso papel nessa história para não dizerem que aqui só atirarmos pedra? Não quero atirar pedra, quero puxar o fio, botar linha de transmissão e distribuição para chegar à casa das pessoas.

Estamos com um dilema na Bahia. Vou lá naquela região neste final de semana, em Caitité, Guanambi, meu caro Delcídio. Montamos um baita parque eólico. Vamos caminhar para termos talvez, Inácio, juntamente com o Rio Grande do Norte e Ceará, a maior planta eólica da América Latina. Agora, precisamos pegar esse vento e, como diz o outro, canalizar na casa dos outros. Por enquanto, está batendo só nas pás, rodando, mas precisa chegar à casa do sujeito. A Chesf ganhou os leilões para construção dessas linhas, então precisamos ver o que aconteceu. Problema ambiental? Vamos ver como é que solucionamos.

Inclusive, Senador Collor, em um momento crítico com a Chesf, patrocinei a reunião entre a Chesf, o governo da Bahia e representantes do Ministério em Salvador. Botei meio ambiente, ambiente pela metade, ambiente inteiro, todo mundo junto, para acabar com esse negócio de um acusar o outro, vamos ver onde está o problema, para tentarmos, de uma vez por todas, buscar essas soluções. Agora, há uma parte que nós, do Parlamento, não podemos fazer. Não cabe a nós fazer essa cobrança. Eu diria até que é uma forma de escapar, buscar, meu caro Delcídio, fazer um vazamento para tentar escapular pela tangente. Então, não dá. Digam para gente o que gostariam de ver aprovado para buscarmos a solução.

O outro lado é uma parte que está muito...quem está no sistema tem a capacidade de executar esse negócio. O sistema hoje tem a participação de diversos atores que não são estatais, diversos fatores que não são da estrutura pública, mas esse serviço é público e é essencial.

Portanto, é fundamental o que V. Ex^a traz. É bom termos acesso aos relatórios, conhecer o que é identificação, mas gostaríamos também de ter um nível de interação para dizer: está bom, está aqui. Depois de constatado, dizermos: e aí, para aonde vamos? Vamos ligar o quê? Como diz o outro, botar na tomada? Então, vamos lá, vamos embora. Mas para meter a mão no interruptor tem que saber se do outro lado está chegando energia. Portanto, é fundamental que façamos isso.

E eu me dispus, tivemos boa vontade, fomos lá para fazer reunião com o Ministro, estivemos aqui, aprovamos tudo, vem medida provisória, quebrou-se lança, fez-se o que foi possível. Dissemos: vamos lá, é isso aqui? É. Então, vamos embora, vamos fazer.

Reconheço o esforço, reconheço tudo isso, quero insistir nisso, Delcídio, esse sistema nosso é robusto, por isso me desesperei quando um técnico deu uma explicação acerca de um negócio que aconteceu no Piauí. Eu disse a ele: rapaz, você está tornando vulnerável algo que não é vulnerável! Imagine um canavial pegando fogo ali, todo dia vamos ter queda de energia em Alagoas. A prática é comum! Imagine no interior da Bahia. Há um bocado de gente que chega ali, toca fogo na sua roça para plantar de novo. E é botando fogo na roça e apagando a luz. Não pode ser. Esse não é o sistema. O nosso sistema não tem essa fragilidade toda. De jeito nenhum. Então, vamos embora contar a verdade. Vamos sentar e colocar na mesa a verdade da verdade, porque é mais fácil para gente tentar encontrar a solução.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro.

Esse primeiro fórum, mais uma vez repetindo, tem exatamente esse objetivo. O diagnóstico esta Comissão já obteve nessa série de audiências públicas realizadas. Esse diagnóstico já nos foi oferecido no embate, nas discussões entre aqueles que aqui vieram nos dar a sua contribuição, vindos do mundo acadêmico, do mundo empresarial, da iniciativa privada, do próprio governo.

Então, com base nesse diagnóstico que aqui foi feito é que esta Comissão está realizando no final deste mês, esses dois dias de fórum. Vamos pedir, nessas diversas mesas-redondas que serão formadas, àqueles que delas participarem que apontem as soluções. Queremos soluções!

E elencando essas soluções, que façamos chegar às mãos daqueles diversos gestores das áreas aqui especificadas.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, quero, primeiramente, cumprimentá-lo pela iniciativa da realização do Fórum Nacional de Infraestrutura. Ele, inclusive, é resultado de um trabalho que já vem sendo desenvolvido por V. Ex^a, ocupando aqui às segundas-feiras, em revezamento em algum momento com a Comissão de Assuntos Econômicos, e às quartas-feiras.

Como V. Ex^a diz, e insiste, que o nosso problema não é mais de diagnóstico, e sim de soluções, é porque o diagnóstico já foi apresentado. Então, já sabemos o que queremos em várias áreas. É essa assertiva que V. Ex^a quer buscar na realização do Fórum. Talvez uma questão central para nós, em todas essas áreas que V. Ex^a levanta, é o fato de que todas elas dependem, talvez possamos dizer, da geração de energia, porque não há nenhuma atividade, nem a mineração, nem as telecomunicações, nem o transporte, nem o saneamento, nem a irrigação, que não estejam dependendo da capacidade do País de fornecer a energia suficiente para que possamos desenvolver essas atividades.

Então, aqui temos um problema central. Onde temos um problema grave? É na questão, primeiramente, do planejamento; depois, na capacidade de executar. Planeja-se: “dentro de dois anos, vou ter de operar esse sistema”. Normalmente, no setor privado, no comércio, em qualquer atividade, pensam, por exemplo: “vou construir um centro de compras” – aqui, o nome era Conjunto Nacional; depois, colocaram até uma placa de *shopping*, porque se tinha de copiar os *shoppings* americanos. Mas se alguém quer construir um *shopping*, ele capta os recursos, anuncia o empreendimento e marca o dia para inaugurar: “vamos inaugurar no dia tal.

No setor público brasileiro, durante largo período, esquecemos que esse problema de planejar tinha importância. Isso serve para Município, para Estado e para a União. No setor de energia, criou-se uma empresa de planejamento. Podemos dizer que é uma coisa nova. Você imagina um país que tenha um setor elétrico com várias hidroelétricas fornecendo energia elétrica, com empresas geradoras, da União e de alguns Estados, um sistema interligado, e não se tem uma empresa ou um setor que cuide exclusivamente do planejamento, mesmo sendo o país continental como ele é.

Então, você tem um sistema interligado. Esse sistema precisa ampliar o fornecimento. Ele precisa atender uma demanda crescente. Eu cito um exemplo muito simples. Nós fizemos o Luz para Todos. O Luz para Todos, como V. Ex^a bem sabe, fez chegar energia elétrica à casa dos milhões de brasileiros que não tinham energia. Então, essa energia dá para movimentar um liquidificador, pode colocar um ferro elétrico, pode colocar uma máquina de lavar, mas não pode colocar uma máquina para fazer uma pequena empresa, uma pequena indústria para aquele pequeno produtor rural, aonde chega aquela energia. Isso porque aquela energia monofásica que foi oferecida não dá essa condição, o sistema fica muito pesado, a carga fica muito pesada e vai desabar.

Precisamos sair do Luz para Todos, que fez chegar aquela energia monofásica, que tem uma capacidade limitada, para oferecer uma rede trifásica, para operar máquinas de maior porte. Isso porque, na medida em que você tem a energia, quando você pode desenvolver a economia local, a capacidade de organização daquela comunidade vai crescendo, exigindo máquinas de maior porte.

Esse equipamento você só opera se tiver uma oferta razoável de energia. Você não tem. Você tem centenas de assentamentos, você tem milhões de pequenos produtores rurais que precisam ter essa energia sendo oferecida trifásica.

É o esforço que deveríamos fazer agora. O Luz para Todos deveria ser concluído e, imediatamente, ser iniciada a construção da rede trifásica. Onde você passou com aquele único pedacinho de fio, naquele mesmo poste você vai colocar a rede trifásica para oferecer energia com muito mais qualidade e capacidade produtiva.

Isso é ao mesmo tempo. Quem pensou, digamos, no Luz para Todos, imediatamente, na sequência, teria de estar planejando fazer chegar a rede trifásica. Mas isso não se deu. É como se disse: “já basta você ter um ponto de luz na sua Casa. Já é o suficiente”. Não é. Para quem quer a economia crescendo, se desenvolvendo, e com a necessidade que o Brasil tem, não poderia ter parado aí. Você precisava avançar mais e de forma mais rápida. Isso é uma exigência do planejamento.

O segundo é captar recursos no Brasil, e nós somos muito assustados com isso no Brasil. O Brasil pegou os bancos públicos dos Estados e teve de juntar tudo. Pegou-se a denúncia de corrupção que havia em um banco público estadual e, em vez de cassar os corruptos, colocá-los na cadeia, exigindo a devolução dos recursos públicos, o bancos foram fechados, liquidados. Isso acabou também com a capacidade dos Estados.

Um banco que foi vendido agora para um grupo chinês era um banco privado, mas ele começou como um banco da Diocese do Crato, era o Bicbanco. Era quase um banco público ligado à Igreja, mas no Município do Estado do Ceará. Lá no Cariri, há quase 60, 70 ou 80 anos. Construiu-se ali um banco, e ele ofereceu condições para aquela região se desenvolver àquela época.

Hoje, liquidou-se tudo isso. Qual é o banco que está voltado no Brasil exclusivamente para a infraestrutura de energia? Qual é? É o BNDES, que está voltado para todas as outras. Não está voltado para esta.

Podemos ir à Europa e ver como é; podemos ir aos Estados Unidos e ver como é o sistema financeiro com instrumentos capazes de responder às necessidades de investimento. Tudo bem: podemos planejar fazer a linha trifásica agora. Não temos dinheiro. Quem vai bancar isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Claro. O que eu estou falando, você chegou com a monofásica, mas não chega com a trifásica não só porque não tem energia, e sim porque não tem planejamento para dar resposta a essa necessidade, garantir os recursos e executar.

O Brasil tem meios, tem condições fabulosas. Você chega à Região Norte, você tem capacidade, porque tem água suficiente, você tem capacidade de armazenar, você tem capacidade de gerar energia eólica. Imaginem que estamos com a geração eólica, estamos gerando. Quem pode dizer que a Chesf pode ganhar uma obra para fazer uma linha de interligação, uma linha de transmissão que interliga as eólicas sem antes ter resolvido o problema ambiental? Claro que isso não foi resolvido.

Isso aqui é dificuldade na capacidade de executar. Não é o problema... O planejamento e a execução estão agarrados um ao outro aqui, e se está mostrando incapacidade.

Esse é o problema, amigo, porque quando você diz que a Chesf ganhou a obra de construção de uma linha de transmissão para interligar o sistema eólico, já há um projeto executivo, já está pronto, já passou pela parte ambiental. E a gente não consegue executar. Nós estamos gerando – é isso mesmo. Nós estamos gerando na Bahia. São 2%. Mas 2% têm muita importância na hora crítica. No Ceará, nós estamos gerando e não estamos interligados. No Rio Grande do Norte, nós estamos gerando... Estamos gerando assim: está rodando a pá, mas não tem para onde despachar. Isso é brincadeira.

Este é o problema grave do planejamento, depois dos recursos para garantir a construção de novas unidades, de novas usinas. E não ter o receio da multiplicação do nosso *mix*. Nós não podemos depender apenas da hidrelétrica, nem muito menos da eólica. Temos que ampliar esses sistemas de geração eólica, de geração solar.

Em um país com essa dimensão, com essa quantidade de sol espalhado pelo território inteiro, a nossa distribuição solar é mínima. É uma incapacidade e uma lerdeza e, às vezes, um preconceito contra esse tipo de energia, como se estabeleceu no Brasil em relação à energia nuclear também. Quer dizer, é certo preconceito, certo receio, certo medo, certo terror que se cria contra determinadas fontes de geração de energia. Então, eu advogo que a gente amplie a energia solar, amplie muito; amplie muito a energia eólica. Há todas as condições.

E hoje temos condições de trazer para cá, para o Brasil, as empresas que fornecem os equipamentos. Até hoje, estamos sem construir geradores eólicos ou construímos um gerador pequenininho, de 600W, um negócio assim pequenininho, que dá para uma esquina; não dá para um Município sequer. Então você tem que ter as empresas, trazer para cá.

Nós fizemos um financiamento, Presidente, através da Finep – dinheiro público portanto, emprestado ou doado para fazer desenvolvimento de pesquisa –, para termos uma placa de captação solar de qualidade.

Foi encubada uma empresa na Universidade Federal do Rio Grande do Sul; essa placa foi desenvolvida. É uma placa sofisticada, moderna, mas ela precisa ser construída. A empresa que encubou não tem a capacidade de produzir em escala. Ela desenvolveu, mostrou que tem uma placa de alta qualidade. Agora, eu preciso contratar o Petecão, que tem força lá no Acre, para botar uma empresa e fornecer, industrializar aquele produto de forma e em uma escala que permita chegar a todo Brasil e competir com grandes conglomerados que estão desenvolvendo essas placas hoje, principalmente, na China, na Europa e nos Estados Unidos.

Quer dizer, os Estados Unidos agora estão até comprando da China as suas placas de captação solar. Mas podemos desenvolver isso. Isso aqui é um país continental, interligado com toda a América do Sul. Então, não temos capacidade de fazer isso?

Eu acho que esse fórum é muito importante e já vai dizer – que eu imagino que é o que V. Ex^a deseja – como tem que ser feito; vai dizer: “olha, precisamos fazer isso”. Porque o problema existe, está ali, já foi examinado, já foi discutido, inclusive, aqui nesta Comissão. Agora precisamos tomar tais providências.

Eu não quero nem entrar no problema do setor financeiro, que é outro problema grave no Brasil, que precisa de coragem política, de mudar a correlação de forças políticas. Porque, mesmo você tendo um governo disposto – como é o Governo da Presidente Dilma e como foi o do Presidente Lula, que tem grande disposição do ponto de vista político –, é preciso força política.

E força política e correlação de forças no Congresso Nacional e na sociedade. Não basta só correlação de forças aqui no Congresso Nacional. É preciso uma correlação de força na sociedade, para que haja uma unidade política capaz de enfrentar os gargalos do sistema financeiro no Brasil, que é muito mais grave. É preciso muita força para enfrentá-los para depois dizermos que vamos ter um sistema financeiro capaz de financiar a logística brasileira, capaz de financiar a produção de energia no nosso País, a interligação do território.

É um absurdo você ter milho sobrando no entorno de São Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, e o milho apodrecer lá e não conseguir chegar à Bahia, ao Ceará, a outras regiões do Brasil.

Esse é o problema grave nosso, que já diagnosticamos, mas precisamos agora partir para solução, construir, fazer as coisas. Acho que é o desejo que V. Ex^a tem estampado aqui na discussão, nos debates das segundas e quintas-feiras. E acho que é possível. E eu tenho encontrado seguidamente a Presidente Dilma, e o sentimento da Presidente Dilma é nesse rumo, nesse sentido.

E acho que este fórum vai ajudar também o sentimento que ela tem demonstrado em todas as ocasiões quando discutimos a logística e a infraestrutura inclusive na área de energia do nosso País.

Portanto, cumprimento V. Ex^a. Vamos estar aqui nos dias determinados por V. Ex^a para acompanhar esse importante fórum de dois dias, não vai matar ninguém. Mesmo com a eleição nas bicas, a gente pode garantir que nesses dois dias estaremos aqui para acompanhar este fórum que é de grande importância.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Inácio Arruda.

Mais uma vez, desculpem a insistência, gostaria de lembrar que foi feita hoje a apresentação, e solicitamos às Sr^{as} e Srs. Senadores as suas participações no sentido de oferecer a sua contribuição no elenco de perguntas que devem ser colocadas para cada uma das mesas-redondas, do que deva ser adicionado ou do que deva ser suprimido.

Esse é um fórum da Comissão de Serviços de Infraestrutura e, além disso, a participação efetiva de V. Ex^{as} nos dois dias em que realizaremos esse I Fórum Nacional de Infraestrutura é fundamental; fundamental para darmos um norteamento político das discussões, para não deixarmos que ela caia no academicismo ou que caia no tecnicismo.

É muito importante que todos estejamos participando e, definitivamente, engajados nesse processo, já que esse fórum decorre da participação e da sugestão de todos no decorrer desse período em que realizamos tantas audiências públicas para fazermos o diagnóstico dos nós que atravancam o avanço da infraestrutura no nosso País.

De modo que, antes de encerrarmos a presente reunião e, agradecendo mais uma vez a presença de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores, informo que, ainda hoje, a partir das 14h, haverá reunião da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, o CISPID, para a deliberação de requerimentos, esta Comissão que tem como Presidente S. Ex^a o Senador Inácio Arruda.

E convoco, por fim, as Sr^{as} e Srs. Senadores para a nossa reunião a realizar-se no dia 19 de fevereiro de 2014, quarta-feira, às 7h30, neste plenário, com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 7 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 13 minutos.)

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS SETE HORAS E TRINTA MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às sete horas e trinta minutos do dia dezanove de fevereiro de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, Wilder Moraes, Blairo Maggi, Alfredo Nascimento, Humberto Costa, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Ruben Figueiró, Jayme Campos e Antônio Carlos Rodrigues**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação da ata da 1ª reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos os Requerimentos de autoria do Senador **Jorge Viana** e os comunicados da Presidência da Comissão. Tem início a apreciação da pauta. Item 1 – **Mensagem (SF) nº 5, de 2014**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com os arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor JORGE LUIZ MACEDO BASTOS para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT*”. Relatoria: Senador **Valdir Raupp**. O Presidente submete ao Plenário e é aprovada a abertura do processo de votação. O Senhor **Jorge Luiz Macedo Bastos** faz sua exposição. Às 8 horas e 39 minutos, o Presidente passa a presidência ao Senador **Acir Gurgacz**. Às 9 horas e 12 minutos, o Presidente em exercício passa a presidência ao Vice-Presidente da Comissão, Senador **Sérgio Petecão**. Atuam como escrutinadores os Senadores **Blairo Maggi e Acir Gurgacz**. É encerrado o processo de votação. Aprovado o indicado com 21 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Resultado**: Sabatina realizada com indicação aprovada. Item 2 – **Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2013**, de autoria do Deputado **Ivan Valente**, que “*altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir acesso público a dados e informações empregados em análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo*”. Relatoria: Senador **Inácio Arruda**. **Resultado**: Retirado de Pauta. Item 3 – **Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2012**, de autoria da Senadora **Lúcia Vânia**, que “*altera os arts. 40, 55 e 99 e acrescenta o art. 98-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever, nas contratações que envolverem a execução de obras e serviços de engenharia, a obrigação do contratado de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público os correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro, e dá outras providências*”. Relatoria: Senador **Ricardo Ferraço**. **Resultado**: Retirado de Pauta. Item 4 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 1, de 2014**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que “*requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para tratar da situação energética no país, recomendando a presença dos seguintes convidados: Senhor Márcio Zimmermann – Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia (MME); Senhor Maurício Tolmasquim – Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Representante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); Senhor Adriano Pires – Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE); Senhor Claudio Salles – Instituto Acende Brasil; Senhor Hermes Chipp – Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)*”. **Resultado**: aprovado. Item 5 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 2, de 2014**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que “*requer, nos termos regimentais, seja designada delegação para representar a Casa, composta por quatro Senadores, no VII Fórum Mundial Urbano, que ocorrerá entre os dias 5 a 11 de abril do corrente ano, em Medellín, Colômbia*”. **Resultado**: aprovado. Item 6 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 3, de 2014**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que “*Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX do art. 90, com o inciso I do art. 104 e também com o inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes as seguintes informações relativas à Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico): 1) Ante a aprovação do cálculo dos valores atinentes à construção da referida ferrovia, pelo Tribunal de Contas da União, no dia 12 do corrente mês, qual será o primeiro trecho novo licitado e quando será lançado, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, seu respectivo edital? 2) Qual é o traçado já definitivamente aprovado e o cronograma estimado para a realização das obras? 3) Qual é o custo geral do projeto, quais os órgãos e agentes governamentais e privados responsáveis por sua execução e quais são suas fontes de financiamento?*” **Resultado**: aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores **Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Blairo Maggi, Jayme Campos, Ivo Cassol, Inácio Arruda, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Clésio Andrade e Flexa Ribeiro**.

Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e doze minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 1ª Reunião. As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Requerimentos.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 4 de 2014

Requeiro, com fundamento no art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para discussão sobre operação, cobertura territorial e tarifas praticadas nos serviços de telefonia celular no País, inclusive em relação à conexão 3G/4G. Para participar da referida audiência, requeiro sejam convidados: Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Sr. João Batista de Resende; Presidente da Claro Serviços de Telecomunicações do Brasil S.A., Sr. Carlos Zenteno; Presidente da Oi S.A., Sr. Zeinal Abedin Mahomed Bava; Presidente da TIM Participações S.A., Sr. Rodrigo Abreu; Presidente da Vivo S.A, Sr. Antônio Carlos Valente.

Assina o requerimento S. Exª, o Senador Jorge Viana.

O requerimento irá à pauta da próxima reunião para deliberação.

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 5 de 2014

Requeiro, com fundamento no art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para discutir sobre a gradativa escassez de água e seus reflexos no abastecimento dos centros urbanos, sobre as perspectivas de racionamento, inclusive em cidade do porte de São Paulo, a maior da América Latina, bem como as propostas visando a reverter a atual situação. Para participar da referida audiência pública, requeiro sejam convidados: Diretor-Presidente da ANA (Agência Nacional de Água), Sr. Vicente Andreu Guillo; Secretário-Executivo do Ministério das Cidades, Sr. Carlos Antonio Vieira Fernandes; Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), Srª Dilma Pena.

Assina o requerimento S. Exª, o Senador Jorge Viana.

O requerimento irá à pauta da próxima reunião para sua deliberação.

Comunicados.

Aliança do Pacífico.

No dia 10 deste mês, os presidentes dos países que integram a Aliança do Pacífico – Chile, Colômbia, Peru e México – assinaram acordo que desgrava 92% dos produtos negociados dentro do bloco. Esse acordo deverá entrar em vigor tão logo sejam cumpridas as etapas de aprovação pelos Parlamentos dos quatro membros, o que se espera para o próximo ano.

Trata-se de importante passo na consolidação da Aliança, que tem procurado evitar entraves burocráticos e a criação de uma estrutura pesada. Com uma abordagem pragmática, os negociadores da Aliança deixaram de lado, no momento, os produtos chamados “sensíveis”, basicamente agrícolas. São produtos que poderiam travar as negociações e mesmo fazê-las fracassar. Assim, resolveu-se a situação de 92% da pauta e se continua a negociar os 8% restantes.

A Aliança do Pacífico tem dado prioridade também à integração com as cadeias produtivas internacionais e tem buscado estreitar o relacionamento com as economias mais dinâmicas da Ásia e do Pacífico. De outra parte, registre-se que seus componentes caracterizam-se por dar ênfase à economia de mercado, à segurança jurídica para investidores e à menor intervenção estatal na economia. São países que têm obtido bons índices de crescimento e apresentado condições para a atração de capitais externos.

Fundado em junho de 2012, o bloco ajudará seus membros a prosperar em cenário internacional particularmente difícil. De um lado, verifica-se o progresso das negociações para a formação de dois megaespaços comerciais, quais sejam, o acordo entre os Estados Unidos e a União Europeia e a Parceria Transpacífico, também de iniciativa norte-americana. De outro, os Estados Unidos iniciaram o processo de enxugamento da liquidez proporcionada pelos *quantitative easing*, como aqui já mencionado em outra reunião – a política de estímulos que combateu a recessão ocasionada pela crise de 2008.

Os megaespaços de livre comércio diminuirão a margem de manobra dos países que deles não participam ou com eles não tenham acordos, e a diminuição de liquidez já tem diminuído o fluxo de investimentos para países em desenvolvimento. Deve-se registrar que a formação das novas áreas de livre comércio verifica-se por meio de regras próprias, à margem da Organização Mundial do Comércio.

Além da importância dada ao comércio com a Ásia, os países da Aliança para o Pacífico têm acordos de livre comércio com os Estados Unidos, com a União Europeia e estão favorecendo a adesão de novos países como a Costa Rica e o Panamá. Trata-se, inegavelmente, de um empreendimento bem dinâmico.

Esse dinamismo contrasta com a atual conjuntura do Mercosul, que, fundado em 1991, tem sofrido desvirtuamento das finalidades para as quais foi criado. O Mercado Comum do Sul tem passado por injunções políticas e se perde em estrutura burocrática pesada. Parceiro comercial importante como a Argentina adota medidas protecionistas contrárias ao Tratado de Assunção e não é penalizado, e o protecionismo torna-se norma, e não exceção. O Brasil, maior país do bloco, perdeu sua capacidade de iniciativa. Pela primeira vez desde a sua criação, não se realiza a reunião presidencial e, assim, não se consegue chegar a uma posição comum para as negociações de acordo com a União Europeia. Dos membros do Mercosul, dois países, a Argentina e a Venezuela, caminham rapidamente para a crise econômica e cambial grave, com sérias consequências de instabilidade social.

Tendo dedicado seus esforços na área do comércio internacional às fracassadas negociações da Rodada Doha da OMC, sem ter negociado acordos de livre comércio de monta, e ainda com o Mercosul paralisado, o Brasil corre o risco de ter de enfrentar a atual conjuntura internacional de forma isolada. Nessa quadra que se afigura mais difícil para a colocação de nossos produtos no mercado internacional, pois terminou a fase áurea de demanda e de preços de *commodities*, é imprescindível que o Brasil aumente sua competitividade. Para isso, deverá esforçar-se para desenvolver, o quanto antes, uma infraestrutura adequada. Para a produção de manufaturados, devemos ter produção energética confiável, e para a exportação de produtos minerais e agrícolas, é essencial a infraestrutura de transporte e também de armazenamento.

Segundo comunicado.

Acerca do problema da competitividade brasileira, gostaria de fazer aqui uma leitura resumida de editorial publicado no final do ano passado num veículo, intitulado “O Brasil está ficando para trás na produtividade”, que bem reflete o que esta Presidência e também os integrantes da Comissão de Infraestrutura têm reiteradamente manifestado em nossas reuniões e em todas as nossas audiências públicas.

Diz o editorial que os ganhos de produtividade são, portanto, um objetivo comum a todos, e não apenas das empresas. Ele faz um comparativo entre competitividade de empresas particulares e governamentais.

Nesse sentido, são preocupantes os vários indicadores que comparam a competitividade da economia brasileira às demais. O País não aparece bem na foto, só conseguindo ficar à frente da Argentina ao se avaliar a situação do Sul do continente. No entanto, mesmo a desses nossos vizinhos passou a crescer mais rápido. O quadro é mais perturbador ao se comparar o avanço da produtividade do trabalho nas nações mais desenvolvidas.

Segundo o Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcelo Neri, na década de 1990, a produtividade do trabalho nesses países correspondia a entre 180% e 200% da média brasileira. A diferença aumentou para 300%, ampliando a distância que nos separa das economias avançadas.

O próprio Ipea está empenhado em mapear iniciativas públicas capazes de estimular ganhos de produtividade. O trabalho deverá ser apresentado na reunião que chefes de governo e de Estado dos países que formam o grupo do Brios (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) terão em Fortaleza, no mês de março.

Subsecretário da Secretaria de Assuntos Estratégicos, o economista Ricardo Paes de Barros adianta que podem ser mapeadas cerca de 100 iniciativas públicas direcionadas a aumento de produtividade. O problema é que essas iniciativas não compõem uma ação coordenada, e, portanto, os resultados acabam ficando aquém do desejado.

O Brasil precisa remover urgentemente gargalos de infraestrutura (as recentes licitações para concessões de rodovias, aeroportos e portos devem contribuir para isso) e de reformas também para simplificar a estrutura tributária, eliminar burocracia e tornar o mercado de trabalho mais flexível, além de melhorar a qualidade da educação e da formação profissional dos trabalhadores.

Isso é algo que já foi detectado desde 2009, quando realizamos aqui um ciclo de audiências públicas para tratarmos dos gargalos que impediam o avanço da nossa infraestrutura, na medida do crescimento da economia brasileira.

E, assim, encerra o editorial desse periódico brasileiro.

Terceiro comunicado:

Notícias e Panorama da infraestrutura na palavra de especialistas

As quedas de energia continuam preocupando os brasileiros. Sábado passado, dia 15, foi a vez dos alagoanos, afetados por um blecaute de cerca de uma hora, que deixou 70% do Estado sem energia e atingiu também a vizinha cidade de Santana do São Francisco, em Sergipe. No início do mês, 12 estados foram atingidos, além do Distrito Federal. Também na semana passada, um blecaute deixou os Estados do Rio e Espírito Santo sem luz, por duas horas.

As discussões sobre as dificuldades enfrentadas pelo setor elétrico no País estão na ordem do dia. O Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, já sinalizou que a conta do estresse no sistema elétrico deverá chegar ao bolso dos consumidores, porque o acionamento de usinas térmicas – que têm um custo muito mais elevado que o das hidroelétricas – não conseguirá ser bancado pelo Governo. Segundo o Ministro, a segurança do setor elétrico “é grande e sólida”, mas, diz ele, “se tivermos que ter uma sobra de energia elétrica para garantir uma segurança ainda maior da que temos hoje, teremos de pagar por isso”.

De acordo com o Ministro, o Brasil tem 126 mil megawatts de capacidade instalada, que nos bastam por hoje. Se quisermos maior segurança, com 130, 150 ou 200 mil megawatts, entende o Ministro que o consumidor e a sociedade terão de pagar.

O Governo reservou R\$9 bilhões no Orçamento para conter os aumentos na conta de luz, mas, segundo os especialistas do setor, seriam necessários de R\$18 a R\$22 bilhões para isso. Segundo o Ministro Lobão, o Governo avalia o cenário para decidir a respeito de novos aportes federais à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – fundo setorial que banca o programa de desconto na conta de luz – cujo rombo, hoje, é de R\$5,6 bilhões, que deverá ser cobrado, naturalmente, nas tarifas.

Na última sexta-feira, pela segunda semana consecutiva, o Operador Nacional do Sistema Elétrico indicou que os custos de energia ultrapassaram o patamar inicial de risco e que, de acordo com resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o ideal seria racionar o fornecimento em 5%. Porém, da mesma forma que no documento da semana anterior, o racionamento não foi sugerido, sob o argumento de que o País está no período de chuvas e que o cenário pode ser revertido.

O sistema elétrico brasileiro, concebido a partir do racionamento energético ocorrido em 2001, baseia-se na ideia de que as usinas térmicas atuariam como um *backup* para enfrentar situações conjunturais do mercado de energia. Segundo especialistas, o que se tem visto, porém, é a exceção virar regra e o que era conjuntural transformar-se em uma solução estrutural.

As térmicas, usinas caras e poluentes, foram acionadas no final de 2012, funcionaram a pleno vapor em 2013 e prosseguem ligadas em 2014. Por outro lado, um ano após o Governo Federal ter antecipado a renovação das concessões das geradoras de energia elétrica, com redução de até 70% em suas receitas, para forçar um preço menor na conta de luz, as três empresas que não aderiram ao plano – Cemig, em Minas Gerais, Cesp, em São Paulo, e Copel, no Paraná – foram as que mais se beneficiaram: sem a renovação, ficaram com energia disponível no mercado livre, que está pagando hoje R\$822,83 o *megawatt*/hora.

O Professor Nivalde de Castro, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, disse que, quando as discussões tiveram início, em setembro de 2012, não se poderia prever que o preço da energia no mercado livre subiria tanto. Segundo o professor, se as empresas estão ganhando, quem está perdendo é o consumidor, uma vez que o Governo terá que aportar mais recursos para evitar a alta nas tarifas, o que prejudica os contribuintes.

O analista Antônio Junqueira, do BTG Pactual, afirma que, mesmo com as chuvas, os reservatórios das hidrelétricas devem baixar de 42% para 38,4% na média. Segundo Antônio Junqueira, as empresas geradoras de energia que optaram por não renovar contratos de concessão com o Governo tomaram uma decisão estratégica acertada. Na avaliação do analista, as termoeletricas deverão seguir com elevado nível de despacho de 14.500 *megawatts* por mês até o final do ano. No seu entender, essa situação manterá o preço da energia no mercado livre em um alto patamar, ainda que abaixo dos atuais dos R\$822,83 o *megawatt*/hora, valor considerado recorde.

Por outro lado, ambientalistas e especialistas defendem o aumento dos investimentos em fontes de energia renovável no Brasil, País que tem grande potencial no setor.

A Agência Nacional de Energia Elétrica acredita que fontes como a eólica, solar e hídrica deverão ter 80% de aumento na demanda, no mundo, nos próximos anos, o que não significa necessariamente um aumento substancial da participação dessas energias na matriz energética dos diversos países..

O Diretor de Inovação e Tecnologia da Agência Internacional de Energias Renováveis – Irena, na sigla em inglês –, Dolf Gielen, acredita que o Brasil tem potencial para que as fontes renováveis cheguem a 55% da geração de energia no País até 2030. Porém, ele entende que o Governo precisa adotar políticas mais agressivas para atrair investimentos.

O biólogo André Nahurm, da World Wildlife Fund Brasil – a sigla é WWF Brasil –, recorda que o País vem reduzindo os investimentos em projetos de energias renováveis. Em 2012, os investimentos no setor foram de US\$7.2 bilhões contra US\$3.4 bilhões do ano passado. O especialista engrossa o rol dos que defendem a necessidade de mais investimentos em outras fontes de energia como solar, biomassa e eólica.

Outra preocupação foi manifestada pelo Professor Tarso Azevedo, especialista em floresta e clima. Ele critica o fato de o Brasil apostar todas as fichas no pré-sal em um momento em que os países desenvolvidos estão reduzindo sua demanda por energia em geral. Não entendi muito bem o argumento desse professor. Segundo o professor, um dos entraves para o desenvolvimento das energias sustentáveis no Brasil é o planejamento feito pela empresa de pesquisa energética baseado no custo presente da energia. Para ele, é preciso uma visão de longo prazo. Se não tiverem economia de escala, as fontes renováveis nunca serão mais baratas.

Como exemplo, ele lembra que, no ano passado, em determinadas horas do dia, a Espanha conseguiu gerar 100% de sua energia através do sol. No seu entender, o Brasil tem grande potencial, mas não o está utilizando.

A economista Paula Barbosa, especialista em petróleo e gás, entende que o Brasil precisa ampliar de forma agressiva os seus programas e os investimentos em geração de energias renováveis. Ela destaca o gigantesco potencial em energia eólica, solar e nos biocombustíveis do País, embora não acredite que possamos abrir mão do petróleo tão rapidamente.

Ressalta a economista que, apesar de a matriz energética brasileira ser uma das mais limpas, as renováveis respondem por 42% do total, contra a média mundial de 13%, o governo tem de incentivar o desenvolvimento dessas fontes, cuja participação caiu de 44 para 42%, de 2011 a 2012, em virtude do gozo das usinas térmicas.

A matriz energética mundial tende a ficar mais limpa nos próximos 20 anos. O Relatório World Energy Outlook, de 2013, da Agência Internacional de Energia, aponta que a participação das fontes renováveis vai passar de 13% da matriz energética mundial, em 2011, para cerca de 18%, em 2035. O gás subirá de 21.3% para 23.69% no mesmo período; e a falta de petróleo cairá dos atuais 31% para 27%, o que ainda o mantém isolado na liderança.

Apesar do forte avanço das fontes renováveis, como a eólica e a solar, os especialistas internacionais acreditam que o petróleo continuará como principal fonte energética do mundo ainda por muitos anos. A alta do consumo de petróleo será puxada pelas economias emergentes, como a China e Índia, que responderão por cerca de 75% do aumento da demanda até 2035, segundo análise da Ernst & Young.

O consultor Alexandre Rangel, do Centro de Energia e Recursos Naturais, desta Ernst & Young, alega que o crescimento da demanda por energia é o que impulsiona o avanço das fontes renováveis e do gás nos Estados Unidos, mas os problemas são o alto preço de distribuição do gás e a falta de escala das renováveis.

O cenário previsto no relatório da Agência Nacional de Energia aponta para que a geração de energia eólica e solar deverá crescer quase 460% até 2035, enquanto a geração hidroelétrica terá um avanço de 67% no período, seguida pela biomassa, com um aumento de 42%. A energia nuclear crescerá 66%, passando de 5.16 da matriz, para 6.44, no mesmo período.

Outro comunicado, eu pediria à Secretaria que distribuisse entre os integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura o acompanhamento dos compromissos assumidos pelo Diretor-Geral do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes –, na audiência pública desta Comissão, no último dia 20 de março de 2013, e que está atualizado até o dia de hoje, 19 de fevereiro de 2014.

Eu pediria às Srs. e Srs. Senadores que, tendo a oportunidade de ler esse relatório, verificarem se em seus respectivos Estados as obras aqui elencadas e que dizem respeito aos seus Estados correspondem ao que aqui está indicado e informado pelo Diretor-Geral do DNIT.

Antes de iniciarmos a sabatina do Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos e dando, portanto, por aberta a pauta do dia de hoje, gostaria de informar que a população mais uma vez pode participar ativamente da nossa reunião, enviando suas perguntas e suas considerações. Para participar, basta ligar gratuitamente para o Alô Senado, pelo telefone 0800612211, ou enviar sua contribuição pela Internet, no endereço www.senado.leg.br/alos Senado, ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook ou pelo Twitter @AloSenado. Portanto, qualquer cidadão, qualquer pessoa poderá participar desta sabatina e enviar a sua pergunta ou o seu comentário, caso deseje.

Quero, mais uma vez, agradecer a participação de todos os internautas, o que tem sido uma constante nas nossas audiências públicas e nas nossas sabatinas.

Item 1 da pauta.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 5, de 2014 **– Não terminativo –**

Submete, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com os arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor JORGE LUIZ MACEDO BASTOS para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Autoria: Presidenta da República

Relatoria: Valdir Raupp

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

No último dia 12 de fevereiro de 2014, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria.

Reunião destinada à sabatina do indicado, conforme art. 2º, inciso IV, do Ato nº 1, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI).

Convido para que tome assento à mesa o Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, indicado para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, desejando-lhe as melhores boas-vindas.

Ao final da exposição, será concedida a palavra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que desejarem sabatar o indicado, como é praxe, mediante e conforme lista de inscrição que será feita por ordem de chegada dos Srs. Senadores ao recinto.

Passo, portanto, a palavra ao Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, indicado para a Diretoria da ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres, para fazer a sua exposição. V. S^a. tem a palavra e dispõe de vinte minutos.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Bom dia. Cumprimento o Presidente Collor e agradeço pela deferência da leitura da minha indicação; cumprimento os Srs. Senadores, os servidores da Agência, aqui presentes, os membros da imprensa e os demais espectadores desta audiência.

Queria falar sobre a gestão da agência nesses três anos e seis meses em que estou como Diretor; falar um pouco dessa trajetória como Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

São grandes os desafios que a ANTT tem pela frente e, nesses três anos, pude participar ativamente desses desafios.

Recentemente, tivemos as concessões rodoviárias. Os contratos atuais foram feitos. Temos contratos em três fases na agência. A primeira fase foi antes da criação da agência, com as concessões da Dutra, da Ponte Rio-Niterói, da Concepa, no RS, e da Concer, no RJ. Essas foram as concessões da primeira fase.

Nessa primeira fase, esses contratos têm algumas deficiências. Foram feitos na época em que o Brasil começou o plano de concessões. Daí por diante, esses contratos foram melhorando gradativamente com a entrada da agência. A agência, percebendo as dificuldades dos contratos, foi modificando-os conforme fazia as novas concessões.

A segunda fase já foi feita pela agência, não pelo corpo da agência, mas foi feita pela agência a licitação. Então, esses contratos foram os da primeira fase. Foi dado desconto muito grande, e as pessoas achavam que não seriam cumpridos, havia algumas dúvidas a respeito desses contratos, e o tempo veio dizer que esses contratos acabam sendo viáveis, desde que a agência atue para regular, para cobrar a execução dessas obras.

Então, dentro desses desafios, na segunda etapa, este ano seria o quinto ano de concessão da segunda etapa. Havia obras a concluir, e estavam atrasadas. A agência tomou por base cumprir o contrato e fazer um Termo de Ajuste de Conduta com as concessionárias, para que elas cumprissem o contrato, sendo penalizadas pelo não cumprimento, podendo haver até um processo de caducidade. Então, o processo do TAC foi elaborado neste ano, e, quando as concessionárias não cumprirem o TAC, em vez de as multas serem aplicadas diretamente à concessionária, essas multas vão reverter para modicidade tarifária. Então, o usuário que não obtém o serviço que a concessionária tem de fornecer vai ser beneficiado com a redução da tarifa.

Essa foi a maneira que nós, da Agência, encontramos para fazer esse contrato realmente funcionar. O que realmente acontece? Quando as concessionárias são multadas, elas recorrem. Elas têm direito de recorrer. Nesse contrato, o governo nunca demora muito tempo para receber essa multa. Nessa forma do TAC, a multa é imediatamente convertida para modicidade tarifária. Esse foi um dos principais pontos, acho, que fizemos.

Com a celebração do TAC, o que aconteceu? Obrigamos a concessionária a executar integralmente as obras do concessionário. Hoje, há 562 obras em execução, investimento já contratado superior a R\$1,8 bilhão,

aproximadamente cinco mil pessoas trabalhando nas obras, além dos próprios funcionários da concessionária. Esse foi um dos pontos que atacamos neste ano.

Outro ponto foram as concessões rodoviárias, os novos contratos. Tivemos cinco novos contratos feitos neste ano: conclusão do processo licitatório de outorga das rodovias federais. Principais resultados: 4.248 quilômetros concedidos à iniciativa privada, em cinco trechos licitados, investimento superior a R\$28 bilhões, mais de R\$15 bilhões nos primeiros cinco anos de contrato, porque esses contratos foram feitos em cinco anos para duplicação de todo o trecho concedido.

O incentivo tarifário, por antecipação das obras. Então, quer dizer, se o concessionário vencedor antecipar as obras, vai ter uma redução, um incentivo na tarifa. E, além da antecipação das obras, se ele conseguir reduzir acidentes com vítimas, também vai ter um benefício na tarifa. Essas foram as premissas que achamos interessante e colocamos nesse contrato. O processo de licitação, não preciso falar, foi um sucesso muito grande. Conseguimos, Presidente, uma média de desconto da tarifa proposta de 52%. Então, foi uma grande vitória, com a ajuda do Ministro César Borges, que nos ajudou muito nesse processo. Foi resultado de um trabalho muito grande da Agência, da equipe da SUINF e de toda a Agência na elaboração desse processo; foi muita luta, foram muito criticados em alguns pontos, mas, no final, o resultado foi muito bom.

Agora, temos outro grande desafio, que é regular esses contratos. Nós precisamos fazer com que as concessionárias cumpram o que ficou estabelecido. Esse é o grande desafio da Agência, que está pronta para que esses contratos sejam cumpridos à risca e a tempo.

Sobre esses contratos, o Governo se propôs a obter a licença ambiental para que os concessionários comecem a obra porque, tendo em vista a experiência da ANTT sobre esses contratos de concessão rodoviária, a grande dificuldade, Presidente, é obter as licenças ambientais. Então, encontramos uma dificuldade muito grande nos órgãos por mais que o Ibama seja parceiro. Há terra indígena...

Por exemplo, na Serra do Cafezal, para se obter uma licença, demorou quatro anos. E o que morreu de gente naquela rodovia! Havia uma senhora, D. Léa, que tinha uma fazenda, entrou na Justiça porque ela não queria... E o Ibama não dava licença, aí ia para o Ministério Público. Demorou quatro anos para se obter uma licença. Enquanto isso, quantas vidas não foram ceifadas nesses quatro anos? Então, hoje a obra da Serra do Cafezal está sendo tocada e, acreditamos, em um ano e meio ou dois anos, ela estará concluída. São obras fundamentais para o País, são trechos perigosos e de grande fluxo de veículos, de caminhões, que carregam a riqueza do Brasil, principalmente no sul do País.

Esses entraves são diários na agência. Como já temos experiência nisso, procuramos, nesses contratos novos, botar o Governo também como parceiro, para obter essas licenças. Essa foi uma diretriz do Governo que eu acho que foi muito bem colocada, porque vai facilitar demais esses contratos.

Esse eslaide é sobre os novos contratos.

Vamos passar para as concessões ferroviárias.

O Governo propôs a construção do novo modelo de concessão ferroviária para garantia da competitividade e eficiência. O que o Governo propôs hoje é um novo modelo de ferrovia, que seria a ferrovia... Hoje nós temos as concessionárias que cuidam tanto da infraestrutura quanto do material rodante. O que o Governo propõe? Que tenhamos um concessionário que cuide da infraestrutura e o material rodante, e todo o resto ficaria sob a responsabilidade de um operador ferroviário independente. Esse é o modelo que a agência está construindo para que, nas novas licitações, seja feito dessa forma.

Nós fizemos a revisão das metas atuais de produção e redução de acidentes para conferir maior eficiência dos trechos rodoviários hoje concedidos. No início do ano, celebramos um termo de ajustamento de conduta (TAC) entre a MRS e a ALL Malha Paulista, com definição de prazos para execução de obras e implantação de sistema para compartilhamento de acesso ao Porto de Santos. Isso foi feito pela Agência, no início do ano, para que fosse mais eficiente esse acesso ao Porto de Santos. Tinha uma pendência entre a MRS e a ALL sobre quem deveria fazer. A Agência entrou como órgão regulador para poder fazer com que isso funcionasse, e está funcionando. Hoje o fluxo de trens na região melhorou bastante.

Também fizemos a análise e a autorização da duplicação da estrada de Ferro Carajás, com investimento de quase R\$6 bilhões. A outra foi a conclusão do trecho Alto Araguaia à Rondonópolis, com investimento autorizado de R\$600 milhões. É o terminal novo de Rondonópolis, que a ALL concluiu esse ano e foi inaugurado inclusive pela Presidenta Dilma.

Transporte de passageiros.

Um dos grandes resultados foi a aprovação do plano de outorgas pelo Ministério do Transporte e pelo TCU para licitação de 2 mil linhas regulares.

Presidente, hoje o transporte de passageiro interestadual é um serviço muito bem avaliado. O serviço de transporte de passageiro de longa distância é um transporte bem avaliado, mas, por determinação da Consti-

tuição, como o serviço é público, tem que ser licitado. É um desafio muito grande para a Agência. Talvez o maior desafio da Agência seja esse plano de outorga, essa licitação de 2 mil linhas regulares, porque vamos trabalhar com um sistema que hoje funciona bem e vamos ter que licitá-lo por obrigação constitucional.

Outro é a aprovação do plano de outorgas pelo Ministério, em análise pelo TCU, para a realização da licitação do serviço de transporte semiurbano do Distrito Federal e Entorno.

Outro problema tremendo que temos hoje é esse transporte do entorno do Distrito Federal. A ANTT é responsável por todos os transporte interestaduais. Esse transporte do Distrito Federal e entorno é um transporte eminentemente urbano, mas a ANTT tem que administrar isso por força de lei, porque é um transporte de um Estado para outro. Estamos tentando, junto ao Distrito Federal e ao Governo de Goiás, fazer um consórcio no qual quem tem *expertise*, que é o Distrito Federal, com esse transporte interno poderá nos ajudar a melhorar esse transporte semiurbano. Esse é realmente um desafio muito grande também.

Outro desafio foi a contratação dos estudos para o transporte ferroviário no corredor Brasília/DF-Anápolis/GO-Goiânia/GO e Luziânia/GO-Brasília/DF. Contratamos esses estudos para ver a viabilidade de esse corredor ter trem de passageiro, principalmente Luziânia/GO-Brasília/DF, e Brasília/DF-Anápolis/GO-Goiânia/GO, passageiro com carga.

Outro foi a contratação para a realização dos estudos do novo marco regulatório do serviço de transporte ferroviário de passageiro.

Ainda não falei, mas quero cumprimentar o senhor pelo 1º fórum nacional que está implementando através da sua Comissão. Acho isso fundamental. Gostaria muito que a Agência, caso eu venha a ser reconduzido, participasse do fórum, para dar subsídio. Eu acho que essa discussão tem que ser em alto nível. Eu acho que o senhor está trazendo um debate muito importante para o País.

Eu tenho acompanhado, aqui, o senhor falando que ia trazer soluções, porque se a gente ficar debatendo os problemas, a gente não vai nunca à ferida para resolver o problema.

Então, essa sua proposta eu acho que é fundamental. O senhor tem todo o nosso apoio e eu gostaria muito de participar e contribuir para que isso tenha soluções. Eu acho que é importantíssimo.

A respeito do transporte ferroviário de passageiros, nós precisamos encarar isso e ver, realmente, a necessidade, porque o Brasil deixou de lado o transporte ferroviário de passageiros.

Nós temos feito, na Agência, alguns estudos a respeito disso, da viabilidade de alguns trechos dessa malha que nós temos hoje, da viabilidade do transporte de passageiros, e, por incrível que pareça, há muita viabilidade, há muitos trechos que têm viabilidade. Então, nós vamos tratar disso no novo marco regulatório, para entender melhor.

Agora, nós temos a fiscalização e serviço dentro da ANTT. O principal resultado, no ano passado, foram 320 mil ônibus fiscalizados em 2013.

Nós temos um problema muito grande dentro do transporte, que é o ônibus pirata.

A ANTT, com apoio da Polícia Rodoviária, tem feito um trabalho de fiscalização muito grande para reprimir esse transporte, porque, além de ser um transporte clandestino, ele é perigoso para o usuário.

Então, nós precisamos fazer uma campanha muito grande a respeito disso e é muito delicado você parar um ônibus desses, que vem com família, com criança e tudo, dentro de uma rodovia. Você tem que parar, tem que interromper a viagem e a pessoa tem que ficar esperando vir um ônibus para fazer o transbordo, um ônibus que seja autorizado. Esse é um serviço muito delicado da Agência, que ela tem feito com a maior presteza.

A outra foi a operação da JMJ, que fiscalizou 4.400 ônibus, sendo... Nós apreendemos 266 ônibus clandestinos, com uma redução de 67% no índice de acidentes nesse período em que a Agência atuou.

Foram mais de 20 milhões de fiscalizações...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Dr. Jorge, por gentileza. O que é JMJ?

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Foi a Jornada Mundial da Juventude, que teve o Papa...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Ah, está certo, o.k.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Então, mais de 20 milhões de fiscalizações no transporte rodoviário de carga e excesso de peso.

Só em multas, foram efetuados 172 milhões para o cofre público, em multas e verbas de concessões rodoviárias e ferroviárias.

Quanto às multas, Presidente, para mim, principalmente, quem multa muito regula mal. A gente precisa reduzir a multa e evitar mais.

Os principais desafios da ANTT são:

– avançar num programa de investimento em logística para a concessão dos novos trechos rodoviários. Nós temos, já, um desafio pela frente, agora, que a Presidente nos colocou, que são quatro novas rodovias para

serem estudadas: a Ponte Rio-Niterói, cujo contrato termina no ano que vem, e nós já estamos estabelecendo, já fazendo um novo contrato de concessão para a Ponte Rio-Niterói;

- avançar num programa de investimento em logística para a concessão dos novos trechos ferroviários;
- a fiscalização de obras vitais para o País, como a construção do contorno de Florianópolis, na BR 101, Santa Catarina;

- a duplicação, na Serra das Araras, da Rodovia 116, a Dutra, que é uma das principais rodovias do País, se não a principal, que é a Rio-São Paulo;

- a implantação da ligação da Ponte Rio-Niterói com acesso à Linha Vermelha, porque esse é um dos pedidos da população;

- a realização do processo de outorgas do serviço de transporte rodoviário regular de passageiro, que é aquilo que falei antes que entendo como o maior desafio da Agência no momento;

- a implantação do monitoramento automatizado para a operação do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros (Monotriip). Deixem-me explicar o que é isso. Dentro da nova licitação, os ônibus, hoje, têm de estar monitorados o tempo todo. Então, você vai saber onde o ônibus está, se ele está atrasado, por exemplo. No aéreo, você tem lá que o avião atrasou; nas rodoviárias, você vai ter a informação de se o ônibus vai chegar no horário, como está, o passageiro que vai fazer a baldeação vai saber em que lugar o ônibus está. Nós estamos desenvolvendo isso para colocar em todos os ônibus;

- a implementação e identificação eletrônica do Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Carga (RNTRC). A Agência tem por dever saber toda a frota de caminhões do Brasil. Este é o registro que nós temos: o Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Carga. Quando os senhores veem um caminhão em que está escrito RNTRC/ANTT, aquilo é o registro desses caminhões na Agência;

- aprimorar e apoiar o transporte multimodal de cargas por meio de identificação dos corredores logísticos prioritários e levantamento dos terminais intermodais;

- a criação de um Centro de Supervisão Operacional com Informações Gerenciais para o Monitoramento e Fiscalização Ininterrupta. Presidente, nós vamos criar, dentro da Agência, um Centro de Controle em que teremos, em todas as rodovias concedidas no Brasil, o monitoramento dentro da Agência. Por contrato, a concessionária, na praça de pedágio, quando tem um movimento muito grande e fica acima de três ou cinco metros, é obrigada a abrir a cancela. E nós temos que sempre disponibilizar um fiscal para ficar nas concessionárias. Hoje, com esse sistema, nós, lá da Agência, podemos controlar todas as praças de pedágio. Estou falando só um fato desses. Quando chega ao limite, a Agência aciona a concessionária para que ela abra a praça de pedágio para que o fluxo siga sem interrupção. Essa é uma das grandes vantagens desse Centro de Controle que vamos ter na Agência, além de controlar todos os acidentes. Toda intervenção que vem acontecendo nas rodovias hoje são monitoradas por contrato. Todas as rodovias concedidas são integralmente monitoradas por contrato;

- a expansão do quadro de servidores, porque nós dobramos a nossa malha concedida com o mesmo quadro funcional. Então, nós temos um grande desafio que é melhorar o nosso quadro de funcionários, porque, com essas novas concessões, duplicamos a nossa malha com o mesmo quadro;

- aperfeiçoamento do processo fiscalizatório de ferrovias. Hoje, temos uma malha muito extensa de ferrovias com um número pequeno de fiscais, e é feito individualmente. Precisamos implementar um processo de fiscalização que seja mais moderno para nós obtermos um maior resultado sobre essa fiscalização ferroviária;

- melhoria do marco regulatório do setor. Nós estamos trabalhando para essa melhoria do marco regulatório intensamente.

Esses são os grandes desafios e o que nós fizemos durante esse período na agência, Senador.

Quero agradecer, estou à disposição dos senhores para qualquer dúvida que tenham sobre a agência. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Jorge Luiz Macedo Bastos, indicado para a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres pela sua exposição.

Antes de passar a palavra a S. Ex^{as} os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras, consulto V. Ex^{as} sobre a possibilidade de darmos início ao processo de votação do relatório antes do final da arguição do candidato.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro, portanto, aberto o processo de votação para a Mensagem do Senado Federal nº 5, de 2014.

Informo às Sr^{as} e Srs. Senadores que as cédulas de votação devidamente rubricadas já se encontram sobre a mesa.

Como primeira pergunta ao Dr. Jorge: com as novas demandas para a agência, os arranjos institucionais conseguirão atender ao requerido, considerando seu quadro atual? E como fica o caso dos excedentes do concurso para a ANTT de 2013?

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Acir Gurgacz.

Vamos fazer uma série de três perguntas, cada bloco com três perguntas, para que V. S^a possa respondê-las ao final de cada grupo de indagações de três perguntas.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Saúdo-os, Sr. Presidente Fernando Collor e Dr. Jorge, que vem à Comissão para esta sabatina.

Entendo, Dr. Jorge, que a outorga e a terceirização, vamos dizer assim, da manutenção das rodovias é de fundamental importância, principalmente quando se passa a outorga antes da construção, como é o caso da 163. A empresa que ganhou a outorga vai ter que executar a duplicação, e com certeza, pela lógica, essa execução terá mais eficiência, ou seja, a empresa que vai dar a manutenção vai construir a rodovia. Isso quer dizer, no meu entendimento, que a empresa vai fazer um serviço mais eficiente, e acredito que, daqui por diante, se pudermos avançar nessas outorgas, incluindo a construção, o resultado será muito mais positivo. Então, quero cumprimentar o trabalho que faz a agência com relação às outorgas, não só das rodovias, mas também das ferrovias.

Acredito, Sr. Presidente, que o próprio financiamento das obras deveria estar incluído. O BNDES pode financiar essas obras e no período de execução, temos a carência, e depois o pedágio pode ser cobrado apenas quando houver a conclusão das obras, coincidindo com o final da carência dessas obras. Acho que isso é uma medida importante.

Com relação à pesagem dos veículos, Sr. Jorge, temos um problema hoje nas estradas. Os ônibus nas BRs têm que seguir as filas dos caminhões. Temos filas de caminhões nas balanças, e os ônibus, com 40, 60 passageiros, têm que aguardar a fila dos caminhões para pesagem com as pessoas dentro, de madrugada.

Os ônibus não são feitos para carregar carga, são feitos para transportar passageiros. No meu entendimento, a pesagem dos veículos deveria ser feita nas rodoviárias, não ao longo da BR, onde os passageiros não têm nenhuma condição de espera, a não ser ficar dentro do ônibus. Há casos em que os passageiros aguardam meia hora, uma hora, até duas horas dentro dos ônibus, Sr. Presidente, para a pesagem, e são tratados os ônibus como os caminhões. Não que os veículos sejam diferentes, mas o que transportam é completamente diferente. Então fica essa sugestão, Dr. Jorge, para que haja uma modificação. Já existe um projeto de lei, mas entendo que não é necessário um projeto de lei para que a gente dê prioridade aos veículos de passageiros em relação aos de carga.

É só uma sugestão para que V. Ex^a leve ao Conselho e faça essa modificação.

Com relação às concessões e às licitações das linhas, sugiro também que seja feita a autorização. Com a autorização, fica o Governo com uma condição melhor de substituir as empresas ao longo da execução que não atendam à qualidade do serviço. Entendo que seria muito mais importante para o Governo e para a Agência uma autorização do que uma concessão. Porque, para você cancelar ou substituir uma concessão, é muito mais difícil. E uma autorização fica mais fácil. Se a empresa não atender às necessidades da população, a autorização fica com uma facilidade grande para substituição e a concessão mais difícil.

São essas minhas colocações. Cumprimento-o pelo trabalho que vem fazendo à frente da ANTT.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Acir Gurgacz.

Passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor de Mello, Sr. Jorge Macedo Bastos, sabatinado, senhoras e senhores, eu queria perguntar ao Dr. Jorge se ele tem conhecimento e qual a sua avaliação da volta à estatização das rodovias no Rio Grande do Sul.

Várias rodovias estaduais tinham sido concessionadas, pedagiadas. Voltaram, o Estado retomou, acho que quebrando até algumas concessões, e mais, ampliando para a malha federal, pedindo a delegação de algumas rodovias federais no Rio Grande do Sul para que o Estado possa gerir essas concessões. O que acho um retrocesso, com todo respeito. Talvez a intenção seja boa, mas sabemos que as empresas públicas ao longo do tempo passam a ter dificuldades, até com o inchaço da folha de pagamento, com essa questão toda que conhecemos muito bem. No início, pode até ser uma empresa enxuta e dar conta de prestar esse serviço, mas sabemos que, ao longo do tempo, a tendência, como a maioria das empresas estatais, é ter uma série de dificuldades e problemas.

Então, é esse o questionamento que eu faço.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, o Senador Valdir Raupp.

Passo a palavra a S. Ex^a, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Muito obrigado, Presidente Collor. Já aproveito para cumprimentá-lo e cumprimentar o nosso Diretor da ANTT, que está sendo reconduzido – ou o será aqui, tenho certeza, após a abertura da urna –, Dr. Jorge Bastos.

Dr. Jorge, tenho duas perguntas para fazer. Antes disso, felicito-o pelo trabalho que vem realizando à frente da ANTT. Tenho acompanhado, temos tido várias demandas na ANTT, principalmente por parte dos caminhoneiros de Mato Grosso, maior produtor de grãos do País, de fibras e de carnes também. Então, como só temos uma ferrovia que sai do sul do Brasil, do sul do Estado de Mato Grosso, todo transporte é feito de caminhão, uma parte de trem. A ANTT também regula isso.

As demandas dos nossos transportadores são sempre bastante grandes. Às vezes são demandas muito pequenas, que nem deveriam estar incomodando a Agência nem os usuários ou aqueles que executam os trabalhos. Mas quero felicitá-lo pelo trabalho que vem sendo feito. Agradeço pela forma gentil com que nos tem atendido lá. Tenho certeza de que isso continuará da forma como está sendo feita hoje com sua recondução à frente da ANTT.

Gostaria de fazer duas perguntas mais para o esclarecimento do público do que propriamente para um entendimento pessoal. É o seguinte. No Estado de Mato Grosso, foi concedida à iniciativa privada agora a BR-163, desde Sinop até Rondonópolis, depois, no Mato Grosso do Sul, desde a divisa de Mato Grosso, Sonora e Itiquira, até a cidade de Guaíra, no Paraná, ali na ponte do Rio Paraná. Então, quem ganhou terá obrigação de construir e começará a cobrar pedágio depois de 10% da sua duplicação, do trecho que pegar não duplicado. Quero crer que aquele que está duplicado não conta nos 10%, senão eles já começariam a cobrar pedágio amanhã, porque já há uma parte lá duplicada.

A pergunta, em termos do usuário, seria: qual vai ser o papel efetivo da ANTT nesse negócio? No momento em que estiver começando a cobrar pedágio, no momento em que os buracos surgirem nas pistas, no momento em que o serviço não for bem atendido – e é uma possibilidade grande, porque naquela região chove muito, você passa de manhã e não tem um buraco, e na época da chuva, à tarde já tem um buraco lá –, o cidadão deverá recorrer a quem? À ANTT? Em casos de não ter um cumprimento correto, em cima do contrato, é à ANTT que devemos recorrer? Quer dizer, fica a pergunta para que o usuário tenha em mente.

Muito bem, foi concessionado, o preço é R\$2,60 por eixo, tem que ter 10% duplicado e depois, em cinco anos, tem que ter o resto. Nós esperamos que, em cinco anos, esteja tudo duplicado, desde Rondonópolis até Sinop, e desde a divisa de Mato Grosso até a divisa de Mato Grosso do Sul, e de Mato Grosso até o Paraná.

Então, a pergunta é: e se não acontecer isso em cinco anos? Nós vamos reclamar para quem? Para o Papa, para o bispo, para a Agência? A Agência tem instrumento para chegar lá e pegar os concessionários e falar: “olha, você não cumpriu e a multa é X mais Y”, quer dizer, o cara vai ter que dar um jeito? A Agência tem força para fazer isso? Ou o concessionário vai ficar muito tranquilo: “olha, eu não consegui cumprir, porque caiu a demanda, caiu o número de caminhão na estrada, porque a soja do norte começou a sair para o norte, vieram outras coisas e a quantidade de caminhão, de veículos não é mais a mesma” e queira ficar empurrando com a barriga como a gente já viu em outras privatizações. Aliás não foi concessão, foi privatização em que os concessionários simplesmente disseram: “olha, não atingiu o objetivo do número de carros por dia, por mês, e eu não tenho condições de fazer o investimento”. Então fica a pergunta: a Agência tem condições de executar?

A outra pergunta é sobre as regras para as concessões, não a regra geral, mas as exigências que uma concessão dessa faz para quem vai operar a rodovia. Por exemplo, as exigências da BR-163 devem ser bem grandes, deve ter que ter guincho, telefone, ambulância, médico, quer dizer, tudo que você colocar ali dentro tem custo, vai para a tarifa. Então, se você não tem uma alta densidade de veículos andando, muito provavelmente você não consegue concessionar essas rodovias.

Vou citar a experiência que temos em Mato Grosso – e eu gostaria de convidar o Dr. Jorge para fazer uma viagem conosco, para olhar *in loco* esse tipo de situação. Nós temos rodovias que foram construídas há cinco anos, quando eu era Governador do Estado, em consórcio com os produtores rurais. E lá nessas rodovias nós fizemos os pedágios. As exigências que temos nas rodovias são mínimas perto das exigências da nacional, o que é compreensível porque o número de veículos é menor, o número de caminhões e veículos pequenos andando é menor. Mas essa exigência menor permite que essa rodovia, mesmo com baixo volume de tráfego, seja bem cuidada. Quer dizer, não há buracos, está sempre recapeada, está sempre com a sinalização em dia, está com as laterais com o mato cortado, bem roçado, bem cuidado. E ela tem um fluxo menor. É aquela história, o tamanho da festa diz o tamanho do patrocínio. Tem pouco dinheiro, você cuida bem e não faz muita coisa.

A minha segunda pergunta é: as exigências para determinadas rodovias podem ser diferentes ou a Agência sempre pede o mesmo tipo de situação para qualquer concessão que vai ser feita, sendo uma rodovia de grande fluxo ou uma rodovia de pequeno fluxo? E explico o porquê da pergunta. Porque entendo que há muitas rodovias no Brasil, Dr. Jorge, de baixo fluxo, mas de grande importância regional para quem vive e

para quem tem negócios nessa atividade. E, se as exigências não fossem tão altas, pequenos grupos ou grupos econômicos pequenos de determinadas regiões poderiam assumir essas rodovias não para ganhar dinheiro com a rodovia. Não é para ter uma concessionária que fature, que tenha um faturamento alto, mas, sim, uma concessionária com locais que cuidem daquela rodovia, com o pouco dinheiro ali arrecadado, Senador Jayme, que possam cuidar, que não deixem dar buraco, que não deixem, enfim, a rodovia se acabar para depois começar de novo, porque, em muitas situações, vemos que perdemos as rodovias, temos que começar de novo da base, vem de cima para baixo, para poder fazer um bom asfalto novamente.

Então, a minha pergunta é esta: há como diminuir as exigências em determinadas rodovias para que empresários locais, grupos locais, interessados e usuários possam efetivamente também participar desse processo, e não só as grandes companhias nacionais, que precisam de alguns bilhões de reais para tocar esses empreendimentos.

No mais, mais uma vez, cumprimento pelo trabalho que o senhor vem fazendo e desejo que tenhamos uma votação tranquila, e que você seja reconduzido à Agência Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi. Antes de passar a palavra, vamos ouvir o Dr. Jorge, para fazermos em duas etapas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem. É que nós estamos com falta de quórum. Está bom.

Então, passamos ao Senador Jayme Campos, para fazer as suas colocações.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, meu caro Dr. Jorge, Presidente da ANTT, novamente indicado para reeleição aqui – tenho certeza de que vai ser reconduzido ao cargo novamente, até pelo trabalho que vem fazendo frente a essa agência – Colegas Senadores, eu serei bem prático aqui, Senador Acir Gurgacz.

Eu não tive a oportunidade de chegar aqui a tempo para ouvir a sua fala desde o início, mas já conheço mais ou menos o trabalho que a ANTT tem realizado em todo o Território Nacional. Todavia, meu caro Jorge, não sei se você tem capacidade para fazer, dadas essas informações, pelo fato de que muitas coisas não acontecem lá.

Sabemos que é uma agência. Entretanto, acho que, pela vivência e, sobretudo, pela participação informativa que a ANTT deu ao processo de licitações, sobretudo no transporte rodoviário e ferroviário, é uma pergunta muito interessante, particularmente para o meu Estado do Mato Grosso.

O projeto fala acerca das privatizações, em especial em relação à BR-163. Há pouco tempo, foi licitada a privatização de alguns trechos. Eu imagino que não são todos os trechos ao longo da BR-163 que – Rondonópolis a Posto Gil e, depois, até Sinop – tiveram os lotes licitados. E, certamente, será definido quem vai ser detentor das concessões para explorar esse transporte.

Minha pergunta, se V. Ex^a tiver condições de me responder – não fique nem um pouco constrangido, às vezes não é da sua área: o trecho que demanda Rondonópolis até Sinop, todos eles já foram licitados ou apenas parte desse trecho foi licitado? Ou seja, vamos imaginar que haja cinco pedágios, seis pedágios. Foi licitado um? Foram licitados dois? Eu não sei se V. Ex^a tem condições de me dar essa informação. Há uma indagação constante.

O primeiro trecho eu já sei que está sendo executado, de Rondonópolis demandando para a cidade de Jaciara. Todavia, há um trecho mais embaixo, que já está duplicado, que é na Serra de São Vicente. E aí, por conseguinte, passando por Cuiabá, Várzea Grande, demandando a região norte do Estado, particularmente ao longo dessa BR tão importante que corta o nosso Estado. Essa é a primeira indagação, se o senhor puder me informar.

Segundo, mais importante ainda: o Governo Federal já vem, ao longo de pelo menos sete ou oito anos, falando da Ferrovia Centro-Oeste, ou FICO, que demanda Goiás ao Mato Grosso; depois, uma variante indo ao Estado de Rondônia, particularmente, acho que até Porto Velho. E eu pergunto ao senhor: essa obra estava com alguns problemas de ordem de valores que seriam praticados quando da sua concessão. Isso me parece que, em parte, foi solucionado pelo Tribunal de Contas da União. Parece-me que, no último dia 12, o Tribunal de Contas da União deu o sinal verde, em parte, tendo em vista que há ainda alguns pontos teriam de ser resolvidos.

Eu pergunto ao senhor: essa obra já tem pelo menos projeto? Já há pelo menos projeto dessa obra? Qual o prazo para a sua licitação? Em quantos lotes será dividida, ou seja, será apenas uma concessionária, uma empresa, um grupo ou um consórcio que vai explorar ou haverá mais participantes nesse evento? Por outro lado, qual o prazo – se V. Ex^a tem condições de me informar – que há para o início para essa obra?

Se me perguntassem: “Por que o senhor quer saber se há projeto, quantas concessionárias vão explorar esse trecho nessa concessão, qual o prazo para iniciar e qual o prazo para concluir?”, é bom que se chame atenção, Dr. Jorge, para a questão de que aqui, no Brasil, virou um escárnio, um desrespeito ao povo brasileiro, pois, aqui, iniciam-se obra, que falam que vão inaugurar com um ano, dois anos, mas se passam cinco, dez,

quinze anos. V. Ex^a é testemunha de muitas dessas obras em nosso País, não só em termos de ferrovia, como é o caso da Ferrovia Norte-Sul, da Ferronorte, Transnordestina etc., etc., mas também é o caso da transposição do Rio São Francisco e assim por diante. Isso também passou aqui. Essa obra foi falada e comentada algum tempo. Quero saber quanto tempo. É possível o senhor falar: “Essa obra vai ser licitada em tanto tempo, vai iniciar daqui a tanto tempo e o seu prazo para conclusão”? Já estamos lá, em Mato Grosso, numa expectativa muito grande. E quero saber o seu trajeto de forma oficial, ou seja, de onde vem, onde vai passar, mais ou menos, só para a sociedade bem acompanhar.

Por outro lado, eu queria fazer aqui um apelo. É a ANTT que coordena as privatizações, ou seja, as concessões, em conjunto com o Ministério dos Transportes e o DNIT. O Blairo já colocou aqui em relação a algumas privatizações do Estado, que foram obras construídas por PPPs também – caipiras, como eles chamavam num tempo atrás, quando Blairo era governador –, que deram bons resultados, pavimentando as rodovias. Eu acho que tem de haver uma maior facilidade. Há alguns estrangulamentos críticos, graves, até humilhantes. O Senador Suplicy comentava aqui dos atrasos dos ônibus que ficam atrás dos caminhões.

Isto aqui é uma foto, Acir Gurgacz, de um contorno que há na minha cidade. Quando Júlio Campos, meu irmão, foi governador, ele fez o contorno sul, e eu, quando fui governador, fiz o contorno norte. É o que, até hoje, está salvando a lavoura lá. Por aqui, trafegam, por dia, mais ou menos, vinte e tantos mil caminhões. Essa área passou a ficar dentro do perímetro urbano da cidade, porque, tanto na esquerda como na direita, hoje, há milhares de famílias. Só em um bairro aqui, há 6 mil famílias. Para atravessar uma avenida chamada Avenida Filinto Müller, daqui para lá, às vezes, fica-se esperando uma hora. Nesses 27km aqui – são 27km, Jorge –, sabe o quanto está se gastando? Cinco horas, cinco horas e meia! Eu comentava com o Senador Blairo Maggi, no dia de ontem, que isso aqui é uma vergonha. Isso é humilhante, sobretudo para os nossos motoristas, que transportam a riqueza do nosso Estado e do Brasil, pois quase 70% de toda a riqueza nacional são transportadas na base do pneu – pouco em cima do transporte hidroviário e menos ainda, imagino, do transporte ferroviário.

O Ministro César Borges e o Governador Silval Barbosa já fizeram acordo, convênio, delegação, e isso aqui não virou nada, só conversa fiada. Eu queria ver se a ANTT... Por que não privatiza esse...? Privatizam, mas com mais celeridade, porque isso é insuportável. De uma forma célere. O próprio empresariado mato-grossense entraria numa concessão. Talvez fosse um dos melhores pedágios do Brasil, evidentemente com preços exequíveis. Da maneira que está aqui, é insuportável, está atrasando um caminhão cinco, seis horas num trecho de 27km. Além de estar abarrotada de carros, ela está totalmente deteriorada. O piso está acabado desde a sub-base, na base, com a capa asfáltica esburacada.

Então, eu acho que a ANTT, não sei se poderia, nesse caso particularmente, facilitar as coisas, no bom sentido, ou seja, ser mais ágil. Aqui no Brasil nada anda, Jorge. Estão devagar as coisas aqui. Quando eu falo da privatização, da concessão da BR-163, Governador e Senador Blairo Maggi, V. Ex^a que é de Rondonópolis também sabe, existe um trecho que está sendo tocado lá, V. Ex^a é testemunha, de Rosário Oeste a Nobres, o senhor sabe há quanto tempo tem aquela obra? Ali não dá 30km, passei lá semana passada. Quatro anos ou mais ou mais de quatro anos. A obra deu problema. V. Ex^a sabe disso. O viaduto lá já deu problema. Estão tentando fazer um reforço estrutural, pois foi muito mal dimensionado, muito mal calculado. Nesse caso, eu acho que a ANTT tem um papel preponderante, tendo em vista que ela é uma agência reguladora. É óbvio, evidente, que são políticas públicas de governo. Tem que ser de Estado, não de governo, que está, às vezes, de plantão. De Estado.

Então, eu queria fazer um apelo para o senhor em nome do povo mato-grossense, sobretudo daqueles sofridos motoristas de empresas, algumas das quais estão com prejuízo pelo fato de que está sendo oneroso e, acima de tudo, quem está pagando a conta é o povo brasileiro, que está consumindo essa produção. Esta época do ano já subiu o preço do frete lá em Mato Grosso. Por quê? As estradas estão muito ruim, muito precárias. Foi feito um trabalho na BR-163 de restauração do Crema, mas se o senhor vir lá, 30% já foram deteriorados. E não faz muito tempo porque o transporte de carga lá é muito pesado, são carretas, treminhões com setenta e tantas toneladas. É humanamente impossível ter uma estrada de boa qualidade. Eu não sei qual é o encaminhamento, se a ANTT tem autoridade para iniciar um processo de encaminhamento, porque para o Governo não há condição. É uma demora. Ainda falei: ó meu Deus do céu! As pessoas ficam naquela expectativa! Um grupo de empresários...

Há 500 empresas naquela rodovia, 500 empresas. Eles me chamaram para uma reunião; fui sábado lá. Eles não sabem... Primeiro, acabou com o comércio. Está falindo literalmente todo mundo; só ficou caminhão enfileirado na estrada. E o “trem” não anda. Para eles, foi prejudicial. Em vez de ficar bom, ficou ruim, porque não há condições nem de se trafegar. Os caminhões da cidade não podem entrar nas oficinas, nos estabelecimentos comerciais pelo tráfego. Você passa uma hora para atravessar da Filinto Müller para o São Mateus. Uma hora! Excesso de caminhões.

Essa é a minha indagação sobre a Fico, sobre a Imigrantes e, particularmente, sobre a privatização da BR-163. Quanto tempo para termos pelo menos 50%, 60% ou os 100% prontos dessa obra que demanda Rondonópolis a Sinop? Essa é a minha informação.

Muito obrigado, Jorge. Sucesso para o senhor de novo. Meu voto é do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Com a palavra o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Nosso sabatinado, Dr. Jorge Luiz, é com alegria que nós estamos aqui hoje participando da Comissão de Infraestrutura, ocasião em que vamos ter oportunidade de lhe colocar como Diretor-Geral da ANTT não interinamente, como V. S^a está hoje procedendo, para preencher a vaga, mas sim para completar e termos, da nossa agência, a condição de fazer o papel complementar, que é a fiscalização, os leilões, as licitações, a privatização especialmente de todas as áreas.

O senhor tem conhecimento, como os demais Senadores têm conhecimento aqui, porque temos empresários dentro do Senado – e, quando falo em empresário, falo também de empresário do transporte interestadual urbano, como do setor produtivo, do qual sou um deles, como o Senador Blairo Maggi, Jayme Campos e tantos outros aqui –, que a nossa infraestrutura viária do Brasil está hoje em frangalhos. Está em uma situação difícil. Quando olhamos para outra área do nosso País, a de ferrovia, vemos que ela também não anda. As ferrovias estão em muita dificuldade. Se nós queremos ter a nossa produção agrícola com menor custo mundial – e nós temos condição para isso, porque os nossos subsídios aqui são diferentes dos dos Estados Unidos, diferente do de outros países –, nós temos que ganhar no custo, não da produção, mas do transporte. Sem falar, muitas vezes, que há outra situação grave que é a questão dos nossos portos.

Mas vamos falar em termos de ferrovias. Temos a situação, por exemplo, da nossa BR-364. Nós já fomos lá – um grupo aqui desta Comissão de Infraestrutura –, estivemos com o Ministro dos Transportes, estivemos com o Diretor do DNIT; foi dada a ordem de serviço; a empresa está executando a obra da BR-364, mas o movimento de carga lá na BR-364 é tão grande que a manutenção e a recuperação da rodovia, infelizmente, nunca é com concluída e termina não aguentando e ela vira pedaços logo, logo.

E, se nós tivéssemos, urgentemente, o trecho – não é Lucas do Rio Verde ou não sei onde lá – para interligar... A questão da ferrovia, quando você fala em interligar a região do Mato Grosso, Vilhena e Porto Velho, nesse caso é o inverso. Trata-se de uma proposta que fiz, na época em que eu era Governador, para fazer a ferrovia ligando Sapezal a Porto Velho, para que pudéssemos transportar esses grãos. Com isso, com certeza, melhoraria o preço de produção para o produtor de soja ou de milho, que depois vai transportar sua produção. Nós temos a quantidade do custo benefício do investimento. Vale a pena.

Não é diferente aqui em Mato Grosso com o novo modal que está surgindo agora no Brasil. Meus parabéns ao Senador Blairo Maggi, que é uma pessoa arrojada, determinada, porque, lá atrás, ele viu o modal de Sapezal, Vilhena, Porto Velho. Tanto que foi lá e criou uma infraestrutura em Porto Velho para poder transportar essa soja. Hoje não está diferente com a 163 para poder fazer via Pará, via Tapajós, com uma infraestrutura logística, para nós continuarmos exportando o nosso produto. Com certeza, Dr. Jorge, se lá também tivesse uma concessão para poder fazer toda aquela região de Sinop, Sorriso, aquela região da 163, essa produção teria um custo menor de frete e o produtor ganharia, porque certamente o comprador repassaria isso para o produtor. E quem paga sempre a conta é o produtor. No Brasil, quem paga tudo é quem produz ou quem consome, porque acaba colocando na conta da dona de casa que vai comprar o arroz, o feijão, comprar tudo.

Então, nós estamos com um problema deficitário grande nessa questão de infraestrutura logística, tanto de rodovias como de ferrovias.

Hoje, nós temos aí oportunidade, com o senhor sendo sabatinado aqui, de levar essa recomendação dos Senadores para que possa ser feita a correção dessas distorções.

Que V. S^a consiga fazer esse trabalho como diretor-geral de fato e de direito, não só interinamente. E logo, também, preenchida essa vaga, que V. S^a deixe e passe para que seja outro a concluir também. E, ao mesmo tempo, que a ANTT tenha todos os diretores e com isso consiga produzir, fiscalizar, acompanhar, para que essas empresas que ganharam licitação, que ganharam os trechos para fornecer o serviço, tenham sempre o serviço de qualidade. Muitas vezes é muito difícil acontecer isso.

Portanto, desejo sucesso nessa sua caminhada. Estou dando um voto de confiança para o senhor, para que o senhor possa fazer – já dei o voto de confiança – esse trabalho e possa ter independência. A Agência vem exclusivamente para ter independência em suas ações e fiscalização, para que possamos ter confiança em nível de Brasil e o Brasil ganhe com isso. É só isso que eu tenho buscado aqui como Senador da República.

Então, estamos em uma situação grave, no Estado de Rondônia, no Acre, com a questão das enchentes. É uma situação difícil que há pela frente com as nossas rodovias em dificuldade. Se nós tivéssemos muitas ferrovias, com certeza facilitaria esse trecho. Penso que também uma outra ferrovia... Na época o pessoal do Peru veio comigo várias vezes a Rondônia, para que se pudesse fazer um traçado de Porto Velho até Cruzeiro do Sul, no Acre, na terra do Jorge Viana, do Tião Viana. Por que Cruzeiro do Sul? Porque é o pico menos alto dos Andes que há no meio desse caminho. Em outros lugares temos altitudes de até 4,5 a 5 mil metros nos Andes e, em Cruzeiro do Sul chega a 2 mil metros de altitude. Então facilitaria e colocaria o produto nosso – a soja, tudo – já no outro lado, no Oceano Pacífico, facilitando com isso e ganhando no benefício.

Portanto, sucesso nessa caminhada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Ivo Cassol. Como último inscrito, passo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, eu já estava contemplado com a fala do Jayme. Mato Grosso é muito grande, alargou para quase o Brasil inteiro.

Mas, Sr. Presidente, eu quero reforçar aqui dois aspectos, meu caro Diretor sabatinado Jorge, que eu considero muito importante. Primeiro esse problema da logística. Nós, no ano passado, numa situação gravíssima de estiagem em quase todo o Nordeste, especialmente Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e uma parte do Piauí, muito grande, tivemos uma necessidade imensa para transportar milho por esse território gigantesco do Brasil. E o milho estava sobrando em Mato Grosso, em Goiás, tinha milho até em Rondônia disponível para ser transportado, mas ainda não tínhamos como levar o milho para a Região Nordeste. Nós tínhamos que mandar o milho para o Sudeste, para poder contratar em São Paulo, ou trazer o milho da Argentina, porque não tínhamos como transportar o milho do Mato Grosso.

Então, uma situação que exige uma inversão gigantesca de investimento no Brasil. Isso tem a ver com o centro da política econômica, não é só uma vontade da Agência, é uma decisão de Governo de fazer uma inversão enorme, no sentido não só de atrair investidores para esses empreendimentos, mas, sobretudo, de ele ter a capacidade de investir na logística do nosso País.

Então, este é um problema: a ligação do nosso território, a integração do nosso território. A nossa malha ferroviária e rodoviária é uma malha ainda muito difícil. Via de regra, a gente assiste a reportagens de uma das maiores rodovias do mundo, que é a rodovia que começa em Cabedelo e vai terminar no oeste paraense, que é a Transamazônica, que vai terminar no Amazonas. Então, essa rodovia é motivo de reportagem diária por conta da sua manutenção, por conta da capacidade de operar daquela rodovia, que tem trechos enormes. E claro que alguns trechos são atrativos, porque você já tem uma demanda tão grande que eles são atrativos para investidores, mas têm uns trechos que não são.

Então, como a Agência trabalhar junto com o Governo, junto com o DNIT para a gente garantir que essas rodovias tenham a capacidade de transportar uma carga muito importante para nós que, muitas vezes, é alimento para a população e para os animais?

Outro aspecto é o problema ferroviário também da nossa ligação. Quer dizer, os entendimentos para... Eu vi a exposição e pensei: "Agora vamos fazer uma nova modelagem ferroviária para ver se elas se tornam atrativas". Então, acho que também isso é muito importante.

No caso de Estados como os do Nordeste você tem as regiões metropolitanas que têm um adensamento que você poderia dizer que ele é atrativo. Quando você sai das regiões metropolitanas normalmente você diminui aquele número de carros, transportando cargas principalmente, e você diminui a atração para investidores. Mas é uma malha que nós consideramos que nós temos que pensá-la em perspectiva.

Veja uma situação. Nós propusemos que a BR-304, no trecho que vai de uma localidade chamada Boqueirão do Cesário, no Ceará, que é o entroncamento com a BR-101 e com a BR-116. Então da BR-116 sai a BR-304. Ela vai até a BR-101, na altura de Natal, na cidade de Parnamirim. Ela faz a ligação com a BR-101. A BR-101 vai alargada até Salvador, e a BR-304, que sai desse trecho, dentro do Ceará, atravessa parte do Rio Grande do Norte, não se conseguiu ainda entrar no procedimento de você duplicar aquela via. Da cidade de Pacajus até esse entroncamento da BR-304 com a BR-116, também nós estamos pleiteando que você duplique essa via. E que a BR-222, do Pecém até o Maranhão, ela seja duplicada.

Ora, aí vem a seguinte solicitação: vamos a uma exigência preliminar que é o projeto de viabilidade, o estudo de viabilidade, se ele garante que nós vamos ter carga, se ele garante que esse trecho comporta uma duplicação ou não.

Quer dizer, nós estamos perguntando isso hoje. Agora, alguém teria coragem de perguntar, há 50 anos, se deveria ser feita a Avenida 23 de maio na cidade de São Paulo? Alguma inteligência rara faria isso? Ou exami-

caria que, inaugurada em 1976, a BR-116, no trecho de Fortaleza a Pacajus não precisaria ser duplicada? Foi de 1976, mas em 1986 já precisava. Imagina em 2006, que é quando ela praticamente foi duplicada nesse trecho.

Então, de Itaqui no Maranhão, a Pecém no Ceará, e a Suape em Pernambuco, não há o que discutir sobre a duplicação da BR-116, da BR-222 e da BR-304.

Nós temos três portos, nós temos a ligação de três portos. Então, perguntar ou cobrar um relatório que dimensione essas rodovias, se elas podem ou não ser duplicadas é uma coisa de você olhar: você vai ter uma refinaria em Pernambuco, uma refinaria no Ceará e uma refinaria no Maranhão, e uma quantidade gigantesca de caminhões transitando entre essas três refinarias.

É praticamente o seguinte: você já pode dizer na Agência que o estudo de viabilidade já está feito, porque se você tem uma refinaria aqui, essa outra aqui e essa aqui, elas estão ligadas transportando combustível, equipamentos e material para suporte, só essas três refinarias já resolveriam o problema de viabilidade. Agora, além disso, você tem siderúrgicas, você tem petroquímica, você tem uma infinidade de investimento de grande impacto, montadora de automóveis, então, você tem uma infinidade de projetos que estão sendo executados, de grande impacto, que vão elevar gigantesicamente a presença principalmente de caminhões transportando carga nessa região que já garantiria tranquilamente o estudo de viabilidade.

Então, eu já solicitaria a V. S^a que levasse esse relatório pronto na mente, porque se você tem grandes equipamentos entre esses três Estados, vir discutir relatório de viabilidade... Está na cara, é só olhar e pensar o País um pouco mais adiante, para não ficar pensando o País idiotamente, quer dizer pensando só no dia. Você olha e diz: “Não, não tem caminhão suficiente não”. Agora tem três refinarias, três portos e possivelmente vai ter algum navio, vai ter algum caminhão transportando algum material. Então, por isso, merece você fazer esse tipo de duplicação dessas vias melhorando o transporte de cargas nessa região.

Era esse pleito que eu gostaria que V. S^a pudesse levar à Agência para a gente já examinar, já estudar e já pressionar, digamos assim, o próprio Governo, o próprio DNIT, a começar a trabalhar na duplicação desses trechos, que são muito importantes, não só para a atividade econômica direta dessa área portuária da refinaria e das siderúrgicas, mas também para uma região que tem um forte impacto turístico e que se você tiver vias mais apropriadas, você pode fazer um turismo de automóvel sem precisar pegar avião para cima e para baixo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado Senador Inácio Arruda. Pela ordem, Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco Minoria/PSDB – GO) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de usar a palavra para cumprimentar o Dr. Jorge Luiz e dizer da nossa satisfação de vê-lo à frente da Diretoria da ANTT e dizer que confiamos no seu trabalho e esperamos que ele tenha muito sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia. Com a palavra...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, vamos iniciar o processo de resposta aí...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – De apuração?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – De apuração não, da resposta, até porque eu queria fazer um apelo para V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Nós só teríamos uma pessoa só e eu pediria para...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Não precisa pedir não, Sr. Presidente, eu posso pedir pela ordem. Da mesma forma que a Senadora Lúcia Vânia, que eu também solicitei a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Mas V. Ex^a é a próxima. É isso que eu estava aguardando, a senhora terminar o diálogo com o Senador Blairo para chamá-la.

V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Apoio Governo/PCdoB – AM) – Muito obrigada.

Então, apenas para cumprimentar o Dr. Jorge Bastos pelo trabalho que vem realizando e desejar que, tenho certeza e convicção absoluta que os próximos quatro anos serão tão frutíferos e até mais do que agora.

Tudo que eu queria falar o Senador Inácio Arruda já falou, gastou um bocadinho do tempo do nosso partido, mas Dr. Jorge Bastos eu não poderia, com a sua presença aqui, o senhor que coordena as concessões, os leilões, enfim, que é um setor que cada vez mais avança, a Parceria Público-Privada, que é o setor de transporte terrestre.

Eu sempre tive uma curiosidade, porque o Governo Federal concede estradas à iniciativa privada. Não há nenhum projeto do Governo Federal para ele próprio fazer essas concessões. Eu conversava com o Senador Blairo Maggi e ele me dizia que o Governo do Mato Grosso faz isso; o Governo do Mato Grosso já pratica esse tipo de coisa. Então, se o senhor já recebeu alguma demanda e qual é o seu pensamento acerca dessa questão? Como é que o Governo poderia, nas suas próprias estradas, que não estão concedidas à iniciativa privada,

cobrar pedágio? Porque, na realidade, não seria uma concessão, seria apenas a cobrança do pedágio para a manutenção. Olha, o Mato Grosso faz isso, e com sucesso, segundo o Senador Blairo.

E, para discutir o desenvolvimento do Brasil, eu creio que nós temos que discutir o desenvolvimento do Brasil com a ótica da integração do Território nacional. Nós temos todo um Nordeste que carece de infraestrutura, nós temos uma Amazônia em que boa parte dela vive isolada, meu Estado vive isolado, a única forma de transporte para chegarmos ao Centro-Oeste, ao Sul, ao Sudeste do País é por via aérea ou fluvial, não chegamos por estradas, está aí a BR-319.

Por que, então, no somatório desses esforços no sentido de garantir condições não só para a manutenção das estradas, das ferrovias, mas para o avanço dessas de que muito nós precisamos, se a ANTT já foi demandada alguma vez sobre isso do Governo Federal com algum projeto, alguma coisa, ou se há algum estudo para iniciar essa cobrança de pedágio dentro das próprias estradas? Porque os pedágios que existem são muitos caros, mas o povo não reclama muito porque anda em boas estradas, em estradas duplicadas, estradas com mais segurança e maior qualidade. E, por que o Governo não faz isso diretamente?

No mais, desejar a V. S^a e a toda a sua equipe muito sucesso nos trabalhos à frente da ANTT.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Conforme a nossa assessoria aqui da Mesa, foram feitos alguns questionamentos ao Sr. Jorge. Então, nós vamos passar a palavra ao Sr. Jorge para que ele possa responder aos questionamentos feitos pelos nobres Senadores.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Pois não, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu gostaria de pedir a V. Ex^a, se possível, é claro. Eu tenho um compromisso e acredito que também outros Senadores aqui, nós temos a CAS que vai funcionar agora e eu tenho vários projetos. Queria consultar se é possível, por exemplo, o Senador Valdir Raupp foi o primeiro Senador que fez as indagações, depois o próprio Presidente Acir Gurgacz, que vai continuar, eu imagino, presidindo a reunião, e depois o Senador Blairo Maggi, se ele me permite, eu queria apenas pedir a V. Ex^a se o Sr. Jorge poderia responder às três indagações minhas, porque eu tenho que participar de uma votação, de um relatório que eu vou ler na Comissão de Assuntos Sociais.

Eu queria só saber se o Senador Blairo Maggi, gentilmente, eu imagino que essa pergunta interessa a todos nós lá do Mato Grosso, poderia permitir que o nosso ilustre sabatinado nos respondesse.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Já consultei aqui o Dr. Jorge e, ouvindo a orientação do Senador Inácio, ele disse que o Estatuto do Idoso lhe garante isso. (*Risos.*)

Então, Dr. Jorge, agradecendo a assessoria do Senador Inácio.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Senador, muito obrigado pela pergunta. V. Ex^a falou sobre o projeto da 163; ele é integral, ele não é subdividido, a concessão é única. Já vou até responder ao Senador Blairo, porque ficou definido que a cobrança do pedágio só vai ocorrer depois de 10% das obras de duplicação concluídas. Então, a concessionária só pode cobrar o pedágio depois de 10% das obras de duplicação concluídas. O projeto é único, é um todo. V. Ex^a falou da concessão do contorno. Só queria que V. Ex^a repetisse qual é a...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu fiz a pergunta sobre a ferrovia, qual é o prazo, se há projeto, se está licitado, quando, eventualmente, vai ser lançada a obra.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Perfeito.

Foi concluído no TCU, o TCU já deu o O.k. para a licitação da Fico. O projeto já está pronto, nós vamos divulgar qual é o trecho, pois, trata-se de trecho integral também, não é subdividido, um concessionário único para todo o trecho. Nós mandamos agora para o Ministério dos Transportes, que vai marcar a data da licitação e ver qual é o prazo.

Mas a ANTT já fez todos os estudos e está entregando na segunda-feira para o Ministério dos Transportes todo o projeto pronto.

O prazo de conclusão da obra é de quatro anos. O Governo está vendo os interessados. Não adianta a gente colocar uma licitação em que não haja interesse. Então, está se conversando sobre isso. O Ministro César Borges está à frente desse processo aprofundando os estudos, ele tem como prioridade essa ferrovia, ele está trabalhando com afinco para colocar essa licitação na rua, para que ela seja um sucesso. É importante para o País e para o Estado de Mato Grosso, que é o celeiro do Brasil.

Sobre o contorno, que o senhor falou, eu tenho que saber se esse contorno está...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Está federalizado. Pelo menos foi declaração do Ministro...

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Ele foi federalizado?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Foi federalizado agora. Era uma MT estadual.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Então, eu acho que está dentro da concessão. Se estiver dentro da concessão, vamos fazer o melhor traçado para que acabe com esse fluxo. Com certeza, ele deve estar dentro da concessão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Só faço mais uma indagação, nesse caso, para concluir aqui. Nessa concessão da BR-163, entraria esse contorno? Porque, na verdade, a BR-163 passa por cima, ou seja, trafega por Cuiabá e Várzea Grande. Há uma superposição de três rodovias federais: a 364, a 163 e a 070. Todas elas cruzam Cuiabá e Várzea Grande. Entretanto, existe esse contorno, que é a Imigrantes, que imagino que o Governo vá, nesse projeto aí – eu imagino – fazer também pedágio, pelo fato de ser inserida também nessa concessão, que você está me dizendo que é um trecho único. Um trecho único, no meu entendimento, será apenas uma concessionária do trecho Rondonópolis-Sinop ou vai ser seccionado em um, dois, três?

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – É um concessionário único.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Único. Então, o mesmo que ganhar Rondonópolis, Posto Gil, Sinop, seja lá que for, é o mesmo trecho que vai ao Mato Grosso do Sul, é uma BR só em ambos os Estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, será a mesma licitação? O trecho de Mato Grosso do Sul será também o mesmo concessionário?

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Não. No Mato Grosso do Sul foi outro concessionário que ganhou. Então, são dois trechos independentes: o trecho do Mato Grosso e o trecho do Mato Grosso do Sul.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – E para acabar, concluindo, para ser bem pragmático, V. Ex^a sabe mais ou menos quando essa obra, de fato, poderá ser concluída? Há um prazo estabelecido contratualmente, do ponto de vista jurídico, garantido, assegurado de que esse trecho vai ser concluído daqui a cinco, dez, vinte, dois, quatro anos. Qual o período de execução dessa obra?

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – O que ficou estabelecido – é até uma resposta também para o Senador Blairo Maggi – foi um prazo de cinco anos para duplicação. Esse trecho de Mato Grosso, estamos assinando o contrato provavelmente na semana que vem. Aí ele tem o prazo de cinco anos para conclusão da duplicação. A fiscalização é toda da ANTT, Senador. Então, a ANTT fica com a obrigação de obrigar o concessionário a cumprir tudo o que ficou estabelecido no contrato, todas as penalidades, a ANTT é responsável. Estou até propondo abrir uma unidade em Mato Grosso, porque vamos ter muita rodovia para fiscalizar lá e fica longe. Então, estamos propondo, estamos precisando de verba para abrir uma unidade no Mato Grosso para que... Nós vamos ter... E a proposta do Governo ainda é fazer uma licitação até Miritituba. Então, o senhor vê que é um trecho muito grande que vamos ter lá em Mato Grosso, ainda mais agora com a Fico saindo. Então, uma das nossas reivindicações é abrir uma unidade em Mato Grosso.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Fora as outras que estão pedindo também, que vai chegar e precisar colocar a ANTT mesmo lá.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Obrigado.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Respondendo ao Presidente Collor. Realmente, o nosso quadro atual está muito defasado, muito defasado. Nós precisamos aumentar o nosso quadro funcional. Nós já fizemos essa reivindicação ao Ministério do Planejamento, espero que sejamos atendidos em breve.

O Presidente Collor também falou do excedente do concurso. Nós estamos trabalhando junto ao Ministério do Planejamento para que os excedentes do concurso – eles estão aqui (*Palmas*.) Estamos trabalhando junto ao Ministério do Planejamento para que esse excedente venha a se somar ao nosso quadro funcional a fim de que possamos desempenhar bem a nossa função. Dependemos disso. A Agência está carente. Precisamos que vocês venham trabalhar conosco o mais breve possível.

O Senador Acir falou das outorgas. Senador, a minha opinião eu já externei para o senhor e já falei aqui: eu acho que hoje o serviço de transporte de passageiros interestadual é muito bem avaliado. Todas as pesquisas mostram isso.

A ANTT está cumprindo o seu compromisso constitucional de fazer a licitação. E nós entendemos que essa é a nossa obrigação. E também entendemos que é um serviço muito bem prestado, mas vemos a nossa dificuldade em fazer uma licitação que seja concluída com êxito.

É, portanto, um grande desafio que temos pela frente, mas são desafios que estamos lá para superá-los.

Quanto à pesagem dos ônibus. Também concordo com o senhor, mas há uma dificuldade muito grande para estabelecermos essas balanças nos terminais. Hoje, temos terminais que não têm sequer a mínima infraestrutura para receber o passageiro. E botarmos balanças nesses terminais já é uma coisa muito complicada. Vejo com muita dificuldade essa pesagem dos ônibus nos terminais. Primeiro, precisávamos equipar esses terminais melhor e termos uma condição para o passageiro, porque hoje, infelizmente, só em grandes centros temos terminais que são adequados aos passageiros, e não temos essa condição. Mas entendo que precisamos minimizar essa pesagem dos ônibus, Senador.

Estava falando que não temos estrutura hoje nos terminais. Só em grandes centros é que temos estruturas em terminais. Temos terminais hoje que não têm estrutura para receber o passageiro.

Estamos, hoje, dentro das rodovias concedidas, com um processo de fiscalização de pesagem eletrônica. Então, o caminhão e o ônibus não vão ter mais que parar. Tudo isso vai ser fiscalizado eletronicamente; só os caminhões com excesso de peso vão ser parados e os ônibus também. É uma atitude que a Agência está tomando para melhorar o tráfico e para melhorar para os usuários das rodovias, mas também para os caminhoneiros, pois a maioria dos usuários de rodovias é caminhoneiro. Está aqui o China que é o representante dos caminhoneiros. Muito obrigado pela sua presença.

Portanto, vamos fazer a pesagem eletrônica desses caminhões e ônibus nas rodovias federais concedidas.

O Senador Valdir Raupp perguntou sobre a concessão do Governo. Aí eu já respondo à Senadora Vanessa nesse aspecto. Ele falou do Rio Grande do Sul. O Governo montou uma administradora para administrar essas concessões no Rio Grande do Sul. As notícias que temos é que eles estão tendo algumas dificuldades para administrar essas concessões. Eu acho que é uma dificuldade grande que tem o Governo para administrar uma concessão dessas. Teria que montar um órgão para estabelecer isso.

Na iniciativa privada, há mais agilidade até para cumprir esses compromissos de obras, há mais agilidade que o Governo.

Eu entendo dessa forma, mas o Senador Blairo Maggi tem uma parceria de sucesso no Mato Grosso. Então, nós precisamos estudar isso com mais afinco. Acredito que precisamos estudar os dois casos e ver o que se pode concluir. Mas há algumas dificuldades.

Agora o Senador Blairo Maggi falando da 163; com 10% da obra, ele vai poder cobrar o pedágio.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Dez por cento fora aquilo que o Governo está duplicando.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – As obras que o DNIT está fazendo não contam nada. Das obrigações da concessionária, do trecho que ela tem que duplicar, ela só pode cobrar pedágio depois de concluído 10%.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – *Grosso modo*, Mato Grosso é o seguinte: vai ter 400 quilômetros duplicados pelo DNIT praticamente. O trecho é de 800, então ele tem que fazer mais 40 quilômetros em todo o trecho para poder cobrar o pedágio. *Grosso modo*, é isso.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Perfeito.

E toda a fiscalização, porque o senhor perguntou: a quem usuário vai recorrer se a estrada tiver buraco? É à ANTT.

Além da duplicação, Senador, ela tem que manter a rodovia em condições. A rodovia tem que ter um parâmetro de asfalto, de condições de acostamento, tudo isso é obrigação da concessionária. Nos primeiros 18 meses, ela já tem que estar com a rodovia em condições, sem buraco, com a via em perfeitas condições.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sinalização e tudo mais.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Sinalização, guincho, ambulância, serviço que tem que prestar. Ela tem um tempo mínimo para prestar um serviço num acidente que aconteça na rodovia. Tudo isso está estabelecido no contrato. São condições que ela tem que dar logo no início, assim que assumir a concessão. Antes de cobrar o pedágio, ela já tem que dar o guincho, já tem que prestar o serviço. Tudo isso está estabelecido no contrato.

Ao Senador Jayme Campos eu já respondi.

O Senador Inácio Arruda fala dos trechos a serem duplicados.

Senador, a Empresa Brasileira de Logística foi criada com esse intuito. Então, vamos levar essa reivindicação a EBL para que ela estude. Acho que é importante esse estudo para que leve ao Governo a possibilidade de duplicação desses trechos. Eu acho que a EBL vai cumprir uma lacuna que estava em aberto no Governo, que é um estoque de projeto. A EBL é uma das grandes empresas que hoje vão dar subsídios a todos nós a respeito de projetos estruturantes para o País, que é muito importante.

À Senadora Vanessa eu respondi em outra pergunta.

Se alguns dos senhores quiserem fazer alguma indagação...

Eu só queria agradecer a presença dos servidores da ANTT e toda a diretoria, que tem me ajudado muito nesses três anos e seis meses em que fiquei como Diretor da Agência. E quero agradecer aos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, eu não fazer nenhuma pergunta ao Dr. Jorge, mas queria apenas dar um testemunho do excelente trabalho realizado pelo Dr. Jorge Bastos na ANTT – aliás, não só ele, mas também a equipe de diretores nomeada pela Presidenta Dilma na interinidade. Trata-

-se de uma equipe harmônica, que, sem dúvida alguma, tem enfrentado grandes desafios, que são a logística do nosso País.

Então, registrando meu voto favorável, queria pedir a V. Exª que, logo após a apuração, o processado pudesse ficar pronto, porque a ideia é levá-lo, hoje ainda, à tarde, para o Plenário do Senado, tendo em vista que o Dr. Jorge encerrou o seu período na presidência na data de ontem. A ANTT não pode ficar acéfala; é o único diretor com mandato. Os outros diretores são interinos nomeados. Então, na verdade, temos de agir rapidamente para que a Agência possa continuar funcionando bem. Faço este apelo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Tem o nosso apoio.

Já agradecemos as respostas do Sr. Jorge aos nossos Senadores. Convidamos aqui dois escrutinadores, Senador Acir e Senador Blairo, para conferir os votos, apesar de o Senador Jucá ter declarado o seu voto, mas o voto é secreto.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Mas está para cair.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Precisamos fazer a contagem dos votos, e a assessoria da Mesa já me comunicou que, até às 14h, Dr. Jorge, o resultado estará na Mesa, para que possamos tomar as devidas providências em Plenário. *(Pausa.)*

(Procede-se à apuração dos votos.)

Resultado da votação: 21 votos a favor.

Parabéns pela unanimidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Gostaria, mais uma vez, de agradecer ao Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos pelas explicações dadas aos nobres Senadores e parabenizá-lo pelo resultado.

O SR. JORGE LUIZ MACEDO BASTOS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Boa sorte.

O Sr. Jorge está liberado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Vamos dar continuidade aos trabalhos da Comissão com os projetos não terminativos.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 2013

– Não terminativo –

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para garantir acesso público a dados e informações empregados em análise de revisão de tarifa de remuneração de serviço de transporte público coletivo.

Autoria: Deputado Ivan Valente

Relatoria: Senador Inácio Arruda

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

1. Na reunião de 17.12.2013, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria;

2. Em 11.02.2014, o Senador Acir Gurgacz apresentou voto em separado, pela aprovação do projeto nos termos do substitutivo que apresenta;

3. Matéria constou da pauta de 12.02.2014.

A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz, para a leitura do seu voto em separado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Muito bem, Sr. Presidente, nós mantemos o voto em separado, pois entendemos que a matéria é da maior importância e o voto em separado vai trazer mais transparência. É exatamente aquilo de que trata o projeto: transparência com relação às planilhas e às tarifas públicas do transporte coletivo urbano do nosso País. É um tema recorrente, principalmente nas grandes capitais, a questão da tarifa urbana. Nós temos que deixar a tarifa urbana cada vez mais clara, que a planilha seja realmente transparente, que todos os custos estejam aos olhos da população que paga a sua passagem. Existe um desequilíbrio econômico entre a capacidade de pagamento e os custos, e precisamos fazer um trabalho a fim de diminuir esses custos para o trabalhador brasileiro. O trabalhador que usa o ônibus é aquele que não tem condições de comprar um automóvel, não tem condições de comprar uma motocicleta, depende do transporte público de passageiros. Portanto, nós do Legislativo, aqui no Senado, e o Executivo municipal, estadual e federal temos que fazer um esforço no sentido de diminuir o máximo possível o custo das passagens de ônibus. É nesse sentido que nós apresentamos e mantemos o voto em separado.

São essas as considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Para discutir, o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu considero o projeto extremamente importante. É importante dar transparência, efetivamente, ao custo e à cobrança das passagens de ônibus municipais, principalmente, que têm sido objeto inclusive de manifestações públicas. Há todo um contexto no momento, e a matéria requer atenção.

O Senador Acir Gurgacz parte do raciocínio, que considero correto, de que, em tese, a sociedade não deve ser onerada por conta de concessões dadas a determinados setores. Eu considero o princípio válido, mas esse princípio tem que ser trazido para a luz da realidade também.

Eu queria propor aqui uma ponderação. Por exemplo, em Boa Vista, a legislação federal dá ao idoso, de acordo com o Estatuto do Idoso, abatimento na passagem, assim como ao estudante. A cidade de Boa Vista tem várias outras concessões: doador de sangue não paga, policial militar não paga, funcionário dos Correios não paga... E aí você tem realmente um IPK muito baixo: as pessoas que pagam passagem por quilômetro. E é isso que custeia o serviço, que custeia a passagem.

Mas temos que ver, de outro lado também, que, de repente, se inserirmos tudo de uma vez, quer dizer, quem arcaria com isso? Os Municípios, que já estão em uma situação pré-falimentar?

Nós vimos aí que por conta da manifestação e do não aumento na cidade de São Paulo, que é o terceiro orçamento do Brasil, gerou-se um rombo na cidade de R\$800 milhões, exatamente a diferença na cobrança do aumento. Vocês imaginem se, amanhã, disserem o seguinte: “Não, agora os estudantes da cidade de São Paulo pagarão meia e a outra metade da passagem será custeada pelo orçamento municipal.” Nós teremos aí, em tese, uma inviabilização daquilo que está sendo votado aqui.

O que eu queria propor? Primeiro, que nesse processo de exclusão de as concessões serem diluídas pela sociedade, fossem excluídos o passe estudantil e a passagem do idoso. São duas questões de volume que, em tese, onerariam demais os cofres públicos. O restante seria custeado pelo Poder Público, mas a gente daria um prazo de entrada em vigor de três ou quatro anos para a adequação às leis municipais e, principalmente, o orçamento municipal. Não adianta a gente aprovar uma lei e, no próximo ano, chegar a dizer: “Agora, a prefeitura vai pagar tanto.” Vai tirar de onde? O Orçamento já é engessado: 25% já são da educação; 45% são de pessoal; 6% são da Câmara de Vereadores; 15% são da saúde. Quer dizer, nós temos de ter...

Sou favorável ao projeto do Acir, mas com esses ajustes que, considero, trazem para a realidade operacional, Senador Blairo, um ponto de vista importante. Quer dizer, senão a gente vai aprovar uma lei que vai criar um problema, que vai criar uma crise, nos Municípios, principalmente nos Municípios médios e grandes que têm um volume grande de transporte de passageiros urbanos. Não sei se o orçamento das prefeituras, de uma hora para outra, comportará uma mudança como essa.

Então, sugeriria esses ajustes. Acho que seria um avanço. Não tem por que os Correios não pagarem as passagens dos seus funcionários tendo em vista que cobram para fazer a entrega. Não tem por que a Polícia Militar não dar o vale-transporte ou não pagar efetivamente o transporte dos policiais militares. Se uma cidade quer dar prioridade a doador de sangue, O.K. A questão não é da sociedade como um todo. É uma prioridade importante? É. Então o orçamento municipal vai custear essa prioridade. Agora, para a educação e para o idoso o volume é tão grande que seria, eu acho, um choque nas finanças públicas se tentar fazer isso de imediato.

Então, fica aqui essa reflexão para que a gente possa debater sobre o assunto.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para fazer uma colocação antes do Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Na verdade, agora a palavra estaria com o Relator.

Vamos ouvir o Senador Acir e, em seguida, o Senador Blairo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Obrigado, Presidente.

Com relação ao custo da passagem dos estudantes, Senador Romero Jucá, e da gratuidade dos idosos, hoje quem paga essa passagem é o usuário que utiliza o sistema, só ele, é só ele que paga. O que estou propondo é que toda a sociedade ajude a pagar a passagem do idoso, que esse encargo não fique só para o trabalhador que depende do transporte urbano, que é a pessoa que não tem condição de comprar um carro, que não tem condição de comprar uma motocicleta, que não tem o transporte da empresa para ir buscá-lo e levá-lo em casa. Diria que é o brasileiro com a menor condição financeira que nós temos em nosso País. É dessa pessoa que quero tirar esse encargo.

É um tema que pouco é discutido e sempre escondido do coitado do trabalhador. Ele não sabe, ele não sabe que paga a passagem do estudante e do idoso. É algo como, por exemplo, o trabalhador pagar a passagem do filho do seu patrão, porque o filho do seu patrão não paga a passagem, mas ele paga. Agora, ele paga a dele e a do estudante que não está pagando a passagem. É uma conta difícil de fazer, mas essa discussão

tem de vir à tona, nós temos de debater e de informar à sociedade que a composição tarifária é dessa forma. E tirar esse custo do trabalhador.

Com isso, nós vamos ter condições de baixar o preço das tarifas no Brasil inteiro, no País inteiro, que é exatamente o movimento das ruas de hoje.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Só para fazer uma observação, na verdade, é o seguinte: primeiro, é importante dizer que grande parte da tarifa do transporte público que é pago hoje para o trabalhador é pago pelas empresas, porque tem o vale-transporte. Então, na verdade, isso é um custo, e é diluído nas empresas.

Depois, o seguinte: eu concordo que é preciso discutir essa questão. Agora, eu acho que a gente aprovar uma lei... Por exemplo, a questão dos idosos é uma lei federal. O Município vai impor uma despesa que ele não pode deixar de cumprir. Como é que ele vai deixar de cumprir o Estatuto do Idoso?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Mas se a lei é federal, a União vai ter que bancar essa despesa. É evidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Então, a gente teria que estar discutindo aqui a criação de um imposto que vai fazer com que possa ser diluído na sociedade, e não nos compradores de bilhete, de transporte coletivo. Essa é a questão. Nós vamos aumentar imposto numa altura dessa? Nós não vamos aumentar imposto.

Então, a minha preocupação é a seguinte, é que, normalmente, quando o Governo Federal e o Governo Estadual, quando a gente legisla aqui, a gente está estourando as despesas nas costas dos Municípios, e os Municípios, é o que eu disse, tudo já é vinculado, Município não tem espaço, os Municípios brasileiros, hoje, estão à míngua.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Tá, e o trabalhador pode arcar com essa despesa?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não, não. Não é o trabalhador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Nós vamos colocar nas costas do trabalhador, então, Senador?

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – O trabalhador paga uma parte, o trabalhador avulso, mas o empregado doméstico recebe o vale-transporte, o trabalhador de empresas recebe o vale-transporte. Quem é que paga a tarifa, que paga pela metade, que é custeada direto de um volume maior? Os estudantes.

Eu estou a favor do seu projeto. Eu só acho que a gente precisa viabilizar, porque, senão, a gente vai criar uma bomba-relógio e não vai resolver.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – É que o projeto – eu vou ter que entrar, porque...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Senador Inácio...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu estou na frente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – ... o projeto é muito bom, mas ele causa um impacto que não é suportável. Não é. O Senador Acir conhece o tema demais, sabe que os Municípios estão muito imprensados, que já trabalharam nessas margens intensamente, no cálculo da tarifa, que é distinto. São dois assuntos distintos: é o que é que eu vou tirar do Município para formatar a tarifa, o preço, o que é que eu ponho na planilha, e, ao mesmo tempo, o que é que é a transparência, o que nós estamos querendo.

O projeto que está sendo discutido é de você abrir a planilha. Sei que na planilha tem tantos idosos, tem tantos estudantes, que a depreciação do carro custa tanto, que o combustível custa tanto, que tributos de ICMS é tanto, de IPI é tanto, de ISS é tanto, pode movimentar aqui ou não pode movimentar. É isso que nós queremos abrir para o distinto público, para ele saber o que é que é.

Eu participei quatro anos do Conselho Municipal de Transporte Público da cidade de Fortaleza. Discutíamos, intensamente, esse tema da planilha aberta. Na época, discutíamos abertamente. Depois, fechou-se novamente. Não se sabia mais como é que era o preço formatado ao final.

O que nós queremos é isso: abrir essa planilha. O que o Senador Gurgacz quer é incluir o item na planilha. Quer dizer, de como resolver o problema do custo de estudantes, principalmente, que é o mais pesado, e dos idosos, que são conquistas. Nós não temos como fazer, e jogar isso para o Município, sinceramente, eu acho que não dá. Por enquanto, não dá.

Como é que nós vamos que fazer? O projeto que trata de abrir a planilha e dar transparência está resolvido, não tem problema nenhum. É um projeto simples, fácil. Agora, incluir esse item não é fácil, porque nós estamos transferindo... Eu não vou falar nem nas pequenas cidades e médias cidades. Eu falo das capitais, mesmo para São Paulo, que é uma cidade rica, mas cheia de dívidas, está muito impactado. As outras todas teriam um impacto, eu considero, muito grande.

O Senador Acir conhece o tema, sabe do tema. Sabe que é um impacto muito grande. Uma boa parte dos Municípios já trabalhava na margem do ISS, já entregaram o ISS, praticamente. É quase simbólico já.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Não, lembrar que, além do ISS, esse, o ano que passou, eu fui Relator...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Fizemos uma desoneração grande.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – ... nós desoneramos PIS/Cofins e desoneramos a folha de pagamentos.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – E, em alguns Estados, os Governos Estaduais acordaram com as capitais a redução do ICMS, em alguns, de forma drástica.

Então, nós tivemos uma compensação razoável para que a planilha pudesse se manter num valor adequado e compatível com esse trabalhador que não tem acesso ao vale transporte, que não tem acesso a um subsídio maior para a sua passagem.

Então, eu pediria, assim, Senador Gurgacz, que nós pudéssemos votar o projeto como ele veio, do Senador Ivan Valente, que é uma coisa simples, que é abrir a planilha, e que voltássemos ao tema como projeto de lei, que o Senador pode dar entrada, para discutir como vamos fazer, porque, sinceramente, se a União não responder por esse impacto, eu acho que não há condições de se jogar isso nas costas do Município, que não aguenta, não suporta.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Lembrar que, quando...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Só fazer um lembrete, para ajudar no debate.

Quando o Presidente Renan levantou aquela questão do vale-transporte do estudante, o custo levantado foi de R\$10 bilhões que a União teria de entrar com recurso, ou seja, algo extremamente vultoso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Então, não é um impacto fácil de ser absorvido...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Sr. Presidente, para colaborar com a discussão.

Eu entendo a posição do Senador Gurgacz e a acompanho. Eu também entendo o que está sendo colocado aqui: já existe uma conta hoje e essa conta tem de ser colocada em algum lugar. Na realidade, o voto em separado do Senador Gurgacz pelo menos vai fazer uma coisa: estancar essa sangria, porque, todos os dias – quem já foi governador sabe –, vem da Assembleia Legislativa proposta para isentar A, para isentar B, para isentar C. É uma pressão todos os dias. No Município, a mesma coisa. E as pessoas acham que ninguém tem de pagar essa conta. E quem paga a conta, efetivamente, é o trabalhador, é o usuário mais simples e o menos aquinhado do processo, porque aqueles que trabalham nas empresas regulares têm vale-transporte. Um monte de gente tem, mas aquele que até está desempregado e, efetivamente, tem de comprar a passagem dele é quem paga essa conta. Não tenha dúvida. Ele está indo a pé ou, quando ele consegue, ele está indo de ônibus, mas ele paga integralmente. Então, eu acompanho a posição do Senador Gurgacz.

Sei que há um passivo a ser resolvido, mas pelo menos entendo o seguinte: aprovada essa nova lei, nós não vamos ter mais a complacência do prefeito, do governador de fazer média com a Câmara Municipal ou com a Assembleia Legislativa, fazendo as concessões que não devem ser feitas. Eu sempre fui contrário a isso. Quando governador, briguei muito contra a questão dos passes livres para diversas categorias. Sempre votei todos os projetos e fui criticado por isso, mas entendo que quem paga a conta, efetivamente, é aquele que não tem condições, é o menos organizado, é o menos representado. Sobra para ele. Os demais acabam tendo benefício...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu estou de acordo, desde que aprovemos aqui também uma lei complementar ou até uma emenda à Constituição que zere o ICMS no transporte público.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco Maioria/PMDB – MG) – Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Mas esse é o problema, amigo. É que há um impacto, Acir. Se jogar essa questão para os Municípios, há um impacto imediato nos Municípios.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Passou o tempo das bondades. Já não dá mais. Tem de ser sério aqui o negócio.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – É um problema grave. Não é um problema de bondade. Eu considero que transporte público massivo, transporte para trabalhadores, metrô, trem e ônibus, tem de ser subsidiado, sim. É assim no mundo, o mundo inteiro é subsidiado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Quem tem de subsidiar é a sociedade, é o contexto, o que está se propondo aqui, não individualmente uma categoria ou outra.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Claro, claro. Mas é isso mesmo. Agora, o Poder Público, que é o responsável pela concessão, estabelece quais subsídios precisa e quer dar. É ele. E ele banca o subsídio. Essa é uma discussão grande no Brasil inteiro. Nós estamos travando esse debate agora.

Evidentemente, aprovada uma mensagem dessa natureza, a resposta de impacto para os Municípios vai ser muito grande, negativamente. Não é problema de estancar, não. Não tem nada a ver com estancar, se vai estancar ou se não vai estancar. Isso não tem nada a ver com estancar. O que vai fazer é o seguinte: agora, vamos aprovar para o Município bancar. Sempre vai ser assim. O Erário vai ter de bancar. Não estanca.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Aí estanca, porque o prefeito vai ter a responsabilidade. Quando olhar, vai dizer: “Opa, essa conta vai vir para mim”. E aí fala: “Vetado. Câmara, vocês nem tralhem com esse assunto”.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Mas há lei que é federal. Por exemplo, a questão do idoso é o Estatuto do Idoso, que é federal...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Há coisas que estão estabelecidas, que são da União, outras já são do Estado. Não estou dizendo para eliminar, mas...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – O problema, Blairo, é que se faz aqui. Faz uma lei federal e manda para o Município. É o que nós estamos fazendo, nós estamos empurrando isso para o Município.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Mas nós temos de ter a responsabilidade de não fazer isso.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Mas nós estamos fazendo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR – MT) – Nós fizemos tantas outras coisas aqui já. Outro dia, votamos aqui o negócio de...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Se nós inserirmos a proposta do Senador Acir, com todo o respeito, porque eu também estou de acordo que os subsídios devem ser bancados pelo Poder Público... Mas impactar os Municípios agora quando eles já reduziram ISS? Praticamente quase todos os Municípios reduziram drasticamente o ISS. Quando fizemos uma desoneração grande do ponto de vista do Governo Federal? Mesmo os Estados reduziram o ICMS. Jogar essa conta aqui para os Municípios? Sinceramente, eu acho que não está correto.

Deveríamos separar. Vamos votar a questão da transparência, e o voto em separado vamos transformar num projeto e vamos discutir um novo projeto de lei, que deve tramitar aqui no Congresso Nacional e aqui no Senado, sem problema. Inserir aqui na questão da transparência acho que não ajuda; é um complicador.

O da transparência é uma coisa fácil de ser feita; é apenas o debate. O que se quer é abrir o debate da formatação da planilha com o conjunto da população. Obrigar esse debate a ser feito abertamente na sociedade. A outra é você inserir um custo que impacta muito o Município, muito. A minha cidade, por exemplo, é muito impactada, se nós fizermos isso. Não é uma conta fácil. Para nós, não é. Teríamos de dar aí uns cinco ou seis anos, para poder ajustar o nosso calendário de custos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Concedo a palavra ao Senador Clésio Andrade.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco Maioria/PMDB – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu acompanho o Senador Acir Gurgacz e daria algumas posições que, talvez, pudessem ajudar no debate.

Na realidade, a tarifa do ônibus nada mais é do que o somatório de gastos de diesel, combustível, peças, pessoal, mecânico, motorista, cobrador, todo esse somatório dividido pelo número de pagantes.

De acordo com o que vem acontecendo, a redução do número de pagantes, o que está acontecendo, Senador Inácio Arruda? E eu faria a ponderação a V. Ex^a. Está ficando inviável a tarifa. Todas as desonerações feitas estão esgotadas. Nos próximos 12 meses, estamos prevendo aumento de diesel violento, porque a Petrobras está quebrando, e, com certeza, vão tentar corrigir em cima do diesel e da gasolina.

Então, há uma pressão de custo tão séria nesse segmento que não temos como, a essa altura, arrancar minhoca do asfalto. Não temos saída. Então, todo o esforço da sociedade tem de haver, inclusive com sacrifício dos próprios Municípios, seja na decisão política de não dar mais gratuidade, seja na questão política de participar desse processo de forma direta ou indireta, com recursos da União, ou não.

Então, dentro desse processo, temos obrigação no Congresso de agir nessa hora, porque temos aí um problema gravíssimo de mobilidade urbana no País, problemas de trânsito seriíssimos, cada dia piorando. A velocidade comercial que nós chamamos reduzida.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Vamos fazer, Senador Clésio.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco Maioria/PMDB – MG) – Em alguns momentos, hoje, os ônibus estão andando a 8km/h nas áreas urbanas, e isso está onerando.

Então, a tarifa ficou inviável. E 50%, realmente, são pagos pelo empresário, Senador Romero Jucá. Mas 50% são exatamente as pessoas que não têm condição de pagar que pagam – aquele que está desempregado, aquele que tem dificuldade, o aposentado que tem o salário reduzido.

Então, temos de conter esse aumento de tarifa, buscando reduzir o que for de impostos, como se está fazendo, e evitando também que se façam novas gratuidades. Não porque seja contra a gratuidade – tem de ser feita –, mas com alguém que pague por aquilo. Somos a favor da gratuidade para alguns segmentos, mas que o Município, o Estado, a União pague por isso.

Dentro disso, acompanho o Senador Acir Gurgacz, com essas explicações.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Eu acho melhor nós fazermos o inverso: vamos propor ao Governo Federal, em vez de mandar gratuidade para os Municípios, que crie a bolsa-transporte.

O SR. CLÉSIO ANDRADE (Bloco Maioria/PMDB – MG) – De repente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sinceramente, porque empurrar para o Município, Senador Acir – desculpe-me, Senador Clésio –, mas não podemos fazer isso.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Não é empurrar para o Município. A responsabilidade pelos idosos...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Não, aqui é o seguinte.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – ... é exatamente do Governo Federal. Não é dos Municípios.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Nós estamos discutindo...

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Sérgio Petecão...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Querem tomar a palavra do Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – A discussão deste projeto, com voto substitutivo do Senador Acir, é da maior importância. Quando falamos que vai passar para o contribuinte, para quem usa efetivamente o ônibus, falamos em passar para a sociedade. Na realidade, é a sociedade como um todo que vai pagar o diferencial de tarifa. Agora, como fazer isso? Acho que o Senador Acir quer reduzir a tarifa e dar transparência ao processo de cálculo.

Quanto à transparência, acho corretíssimo. Quanto mais aberto for, quanto mais transparente for, quanto mais a sociedade participar da discussão, menos problemas terão no caso dos aumentos necessários, porque o diesel sobre, a mão de obra sobre, o pneu, o próprio veículo sobe, e é preciso transferir isso. Mas transferir dentro da condição de suportar pela sociedade, por aqueles que efetivamente pagam. Não tenho dúvida disso.

Agora, como criar, Senador Acir, mais um imposto que não há como sustentar? Como defendermos aqui a criação de novos impostos? Isso é inimaginável! Agora, como fazer com que essas gratuidades, tanto do idoso quanto do transporte de estudante, do transporte do policial militar, como fazer isso de forma que não seja a sociedade quem pague, e, sim, através de uma transferência do Governo Federal, o que não deixa de ser a sociedade. O Governo Federal acaba ficando com praticamente toda a arrecadação, cria essas gratuidades e isso atinge diretamente a população. Então, como fazer isso é o entrave. Poderíamos aprovar a transparência, esse é um assunto pacífico, e, junto com o Senador Acir, propor um novo projeto, estudado, de forma que a gente possa ver de onde tirar os recursos para atender às necessidades de tarifa diferenciada.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Só para contribuir, poderíamos criar um espaço de dois anos, como V. Ex^a bem colocou, para que a gente possa deixar a cargo tanto do Governo Federal como dos Estaduais e Municipais criar alternativas para resolver esse problema. Sabe por que, Senador Jucá? Se nós não tomarmos alguma medida esse assunto vai continuar em pauta e crescendo. Então, se dermos um prazo para que as prefeituras, os Governos de Estados e o Governo Federal se adequem a essa medida, acho que seria interessante. É o momento. As ruas pedem uma ação clara. E essa é uma ação clara para que a gente possa, realmente, discutir com clareza toda a questão tarifária brasileira com relação ao transporte urbano, evidentemente.

Então, sugiro que a gente dê um prazo nesse voto em separado, Sr. Presidente, para que as instituições todas possam se adequar.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – Para que possa ser definido como o financiamento se dará. Senador Acir, eu propus isso porque estou favorável ao projeto.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eu sei disso, mas o debate é importante, Senador.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB – RR) – O que minha experiência mostra é que se aprovarmos aqui algo muito peremptório, o que vai acontecer? Esse projeto vai voltar para a Câmara, onde o texto original vai ser votado, e ele fala só da transparência, tudo isso vai cair por terra. Se a gente construir uma solução que leve a se buscar um mecanismo operacional que traga para a realidade o custo... Com esse adendo de que em três anos se discutirá a forma de financiamento do marco para a adequação de tudo o mais, eu voto com V. Exª nesse projeto, mas para que se gere o debate. Volto a dizer que a minha expectativa é de que, quando chegar à Câmara esse projeto será restabelecido na norma original do projeto, mas pelo menos se criou uma situação. Eu acho que abusos têm de ser contidos, e as posições de legislação federal que geram demandas e gastos para os Municípios também têm de ser contidas. O furor de criar obrigações para os outros pagarem, que o Congresso tem, efetivamente, tem de ser contido, porque a situação de Municípios e Estados, principalmente os Estados mais pobres, é uma situação de extrema penúria, e não é possível a gente criar mais encargos.

Com esse adendo, voto com V. Exª. Acho que a gente gera um debate que vai tomar conta do Governo Federal, do Governo Estadual e dos Governos Municipais.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – E a população também. Só para concluir, Sr. Presidente, eu incluo, então, três anos, como sugestão do Senador Romero Jucá, para que as instituições se adaptem e criem soluções para o financiamento dessas tarifas.

Entendo que é altamente importante para a população neste momento, que está nas ruas pedindo uma tarifa mais barata, uma tarifa mais baixa. Entendo que, dessa forma, Senador Inácio Arruda, vamos ter tempo e, junto com as prefeituras, os governos estaduais e a União, junto conosco, vamos achar uma alternativa de financiamento dessas passagens.

Obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, na qualidade de Relator da matéria, eu imagino que a primeira coisa que deveríamos fazer é a transparência. Depois, discutiríamos como e o quê faria parte da planilha, que é que o Senador Acir quer. Então, é como se a gente atropelasse a transparência para já incluir um novo item. Então, nesses termos, eu pediria, para que a gente pudesse examinar isso com a cautela necessária, porque aqui, se fosse para a gente discutir só a transparência, não haveria embaraço. Agora, discutir a inclusão de um item que tem esse impacto é outra realidade. Aí, sim, move com o sentimento das ruas, é bem diferente. Move, e move negativamente, não move favoravelmente.

Nesse sentido, eu peço que a gente possa retirar de pautar para dar uma reexaminada no texto, ver as proposições. Eu, por exemplo, acho três anos pouco, então é insuficiente, absolutamente insuficiente para os Municípios.

Portanto, eu gostaria de propor a V. Exª que a gente pudesse retirar a matéria de pauta, voltar a examinar com calma, discutir com o Senador Acir o seu voto em separado, com a cautela necessária, e ver se é possível nós votarmos um projeto conjunto. Se não for, na próxima reunião votaríamos de qualquer maneira com o voto em separado e com o projeto que nós apresentamos.

Assim, a minha proposta é que a gente possa retirar de pauta para reexaminar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Eu sugiro que a gente vá aos votos, Sr. Presidente, é importante nós sairmos daqui com essa questão definida. Nós precisamos dar um prazo para que a gente tenha uma definição exata do valor da tarifa e que haja uma mudança no cálculo dessa tarifa do transporte urbano brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Mas, Senador Acir, o que eu entendi aqui da proposta do Senador é no sentido de dialogar, de dialogar mais um pouco para encontrar uma alternativa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Claro.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Nós vamos ter três anos pela frente para dialogar; três anos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Não, ele está pedindo um prazo para que nós possamos dialogar.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Nós queremos ver se é possível um acordo com V. Exª. Se não for, votaremos.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – É, aí colocamos para votação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Pode colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Não, mas aí não. Ele, como Relator, está pedindo...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Nem há quórum para votar. Basta pedir verificação que vai cair a reunião de qualquer maneira.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Vamos entrar nesse entendimento? E aí, na próxima reunião, votamos. Eu acho que dialogar é sempre bom. Eu acho que os dois estão com o mesmo propósito, de ajudar. Então, eu acho que uma boa proposta seria, neste momento, nós deixarmos para votar na próxima reunião.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco Apoio Governo/PCdoB – CE) – Quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Ok. Pode ser? Esta Presidência acata este entendimento.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Qual é a posição?

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Maioria/PSD – AC) – Que comece o diálogo a partir de agora. (Pausa.)

Item 3.

Nós temos aqui um pedido de retirada de pauta do Relator do projeto, Senador Ricardo Ferraço.

Está retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, de 2012

– Não Terminativo –

Altera os arts. 40, 55 e 99 e acrescenta o art. 98-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever, nas contratações que envolverem a execução de obras e serviços de engenharia, a obrigação do contratado de fornecer ao órgão ou entidade aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público os correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro, e dá outras providências.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço

Relatório: Pela rejeição.)

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 1, de 2014

– Não terminativo –

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para tratar da situação energética no País, recomendando a presença dos seguintes convidados: Senhor Márcio Zimmermann – Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia (MME); Senhor Maurício Tolmasquim – Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Representante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); Senhor Adriano Pires – Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE); Senhor Claudio Salles – Instituto Acende Brasil; Senhor Hermes Chipp – Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Observação: O requerimento foi lido na reunião do dia 12.02.2014.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aprovado o requerimento.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 2, de 2014

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos regimentais, seja designada delegação para representar a Casa, composta por quatro Senadores, no VII Fórum Mundial Urbano, que ocorrerá entre os dias 5 a 11 de abril do corrente ano, em Medellín, Colômbia.

Autoria: Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano (CISPID)

Observação: O requerimento foi lido e aprovado na 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano – CISPID – em 12.02.2014.

Em discussão o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, aprovado.

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 3, de 2014

Requer, nos termos do §2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX do art. 90, com o inciso I do art. 104 e também com o inciso I do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado dos Transportes as seguintes informações relativas à Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico): 1) Ante a aprovação do cálculo dos valores atinentes à construção da referida ferrovia, pelo Tribunal de Contas da União, no dia 12 do corrente mês, qual será o primeiro trecho novo licitado e quando será lançado, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres, seu respectivo edital? 2) Qual é o traçado já definitivamente aprovado e o cronograma estimado para a realização das obras? 3) Qual é o custo geral do projeto, quais os órgãos e agentes governamentais e privados responsáveis por sua execução e quais são suas fontes de financiamento?

Autoria: Senador Jayme Campos

Observação: Lido na reunião de 12.02.2014.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aprovado.

Já encerrando nossa reunião, tenho uns agradecimentos de nosso Presidente.

Conforme divulgado por esta Presidência, na reunião da semana passada, no Fórum Nacional de Infra-estrutura, a ser realizado nos dias 27 e 28 de março, aqui no Senado, naquela mesma reunião, a programação e o roteiro dos trabalhos foram distribuídos a todos os integrantes desta Comissão para conhecimento e coleta de sugestões, com prazo para manifestação até a reunião de hoje.

Como o envio das contribuições e a partir de hoje definiremos a programação e o roteiro final, bem como os nomes dos especialistas que serão convidados, nesse sentido gostaria de agradecer a todos os Senadores pela grande participação no encaminhamento de suas propostas e de indicação de nomes, especialmente aqueles que manifestaram interesse e se prontificaram a atuar como coordenador de mesa. A permanente colaboração e participação de S. Ex^{as}, tenho certeza de que garantirão resultado positivo das atividades do Fórum, consequentemente, o sucesso do evento.

Mais uma vez, muito obrigado.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores e convoco para nossa próxima reunião que será realizada no dia 26 de fevereiro de 2014, quarta-feira, às 17 horas e 30 minutos, neste plenário. Desculpem-me, corrigindo, às 7 horas e 30 minutos da manhã. Sinceramente não vi, mas falaram que eu disse às 17 horas. Corrigindo mais uma vez, às 7 horas e 30 minutos da manhã impreterivelmente. Quem quiser chegar mais cedo, a Mesa agradece.

Está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 12 minutos.)

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS 07 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às sete horas e trinta minutos do dia doze de março de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ruben Figueiró e Jayme Campos**. Registram presença como não-membros os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy e Casildo Maldaner**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos. São lidos os Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao **Requerimento nº 01, de 2014 – CI**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que, “*requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para tratar da situação energética no país, recomendando a presença dos seguintes convidados: Senhor Márcio Zimmermann – Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia (MME); Senhor Maurício Tolmasquim – Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); Representante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); Senhor Adriano Pires – Diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE); Senhor Claudio Salles – Instituto Acende Brasil; Senhor Hermes Chipp – Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).*”

O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer suas exposições o Senhor **Márcio Zimmermann**, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; o Senhor **Maurício Tolmasquim**, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética; o Senhor **Hermes Chipp**, Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico; o Senhor **Luiz Eduardo Barata Ferreira**, Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; e o Senhor **Claudio Sales**, Presidente do Instituto Acende Brasil. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Ricardo Ferraço**, **Valdir Raupp**, **Walter Pinheiro**, **Sérgio Petecão** e **Casildo Maldaner**. Nada mais havendo a tratar, a Reunião é encerrada às doze horas, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura. Comunicados.

1) A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 88-GP/TCU, de autoria do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes, Presidente daquela Corte, encaminhando cópia do Acórdão nº 162 (acompanhado de Instrução Técnica), proferido nos autos do Processo nº TC-015.963/2013-6, que trata de levantamento das obras paralisadas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Na forma do Ato nº3-CI, de 2012, o Aviso será encaminhado à Consultoria Legislativa para análise e, caso cabível, sugestão de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão.

Cópias destes documentos encontram-se à disposição de S. Ex^{as} as Sr^{as} e Srs. Senadores integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

2) A Presidência do Senado Federal, na segunda quinzena de fevereiro, e após a realização de reunião com as Lideranças partidárias, realizada no dia 18 de fevereiro, e, posteriormente com os Presidentes das Comissões permanentes no último dia 25 de fevereiro, deliberou quanto ao conjunto de projetos que integrarão a pauta prioritária deste ano.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura sugeriu a inclusão de 22 projetos relacionados aos temas mais urgentes, como transportes e energia. Porém, na reunião realizada, deliberou-se pela inclusão de sete projetos.

São eles:

- PLS nº 559, de 2013, que trata de licitações e contratos da Administração Pública, cujo Relator é S. Ex^a o Senador Ministro Francisco Dornelles;

- PLS nº 379, de 2008, que trata do incentivo à exploração e implantação de centrais de geração a partir de fonte eólica; Relator S. Ex^a o Senador Acir Gurgacz;

- PLS nº 1, de 2011, que altera base de cálculo da compensação financeira pela exploração de recursos minerais, para que considere o faturamento bruto resultante da venda do produto mineral – Relator S. Ex^a o Senador Aécio Neves;

- PLS nº 11, de 2013, que determina a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide/combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados, também sob a relatoria do Senador Aécio Neves;

- PLS nº 148, de 2013, cuja relatoria é do Senador Blairo Maggi, que torna obrigatório plano de ação para atendimento emergencial aos usuários em caso de acidente de trânsito ou de ações de defesa civil nas rodovias sob regime de concessão;

- PLS nº 723, de 2007, que denomina “Governador Ottomar de Sousa Pinto” a BR-174, em Roraima, no trecho da divisa dos Estados Amazonas e Roraima, à fronteira Brasil-Venezuela, cujo Relator é S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro, e

- PLS nº 271, de 2008, que trata do Estatuto do Motorista Profissional, sob a relatoria de S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço.

No intuito de atingir a meta estipulada pelo Senado no tocante à temática prioritária desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, eu solicitaria a S. Ex^{as} os Srs. Relatores que, das matérias aqui relacionadas que ainda não tenham concluído seus pareceres, por gentileza, apressassem os mesmos, para que possamos apreciá-los e, conseqüentemente, deliberar a respeito.

3) Panorama econômico internacional: América do Sul, Venezuela e União Europeia.

Além da Argentina, outro membro do Mercosul também enfrenta graves dificuldades. A Venezuela é palco de crescente onda de violência, com manifestações de insatisfação reprimidas com dureza pelo governo que, por sua vez, tem patrocinado passeatas em favor do Chavismo. Os protestos têm participação proeminente de estudantes de classe média, levaram à prisão do líder opositor Leopoldo López e também,

lamentavelmente, a várias mortes. Há hoje profunda divisão na sociedade venezuelana, já refletida na estreita margem da vitória do atual presidente nas eleições de abril do ano passado, após a morte do antigo Chefe de Estado Hugo Chávez. Sem a capacidade de liderança e o apelo popular de Chávez, o Presidente Nicolás Maduro foi eleito com 50,61% dos votos contra 49,12% do segundo colocado.

Em relação à atual instabilidade política, o governo do Presidente Maduro ataca o “inimigo externo” – entre aspas –, culpa os Estados Unidos, e mira os – entre aspas – “fascistas” da oposição, no estilo do falecido Hugo Chávez. Recebeu solidariedade do Mercosul, por meio de nota no qual o bloco condena como criminosas as ações de protesto. A Unasul manifestou-se também em apoio a Maduro. A violência política tem como pano de fundo a deterioração da situação econômica do país, apesar de a Venezuela ser detentora da maior reserva de petróleo do mundo, logo acima da Arábia Saudita. Tem dependência extrema, em torno de 95%, das exportações de petróleo, com uma economia cada vez menos diversificada. Mais da metade dos ingressos governamentais são oriundos do setor petrolífero. Ademais, as reservas internacionais da Venezuela estão em torno de US\$20 bilhões e a inflação oficial é superior a 50%.

Desde o período de Chávez, no âmbito da revolução bolivariana e da busca do socialismo do século XXI, tem sido aumentada a interferência governamental na economia, por meio de nacionalizações, regulamentações, controle de preços e de câmbio. Os efeitos da crise internacional de 2008/2009 foram combatidos com forte incremento dos gastos públicos, aumentos de salários e de crédito. A política fiscal expansionista levou ao aumento da inflação e ao desabastecimento, inclusive de bens básicos de consumo. A empresa estatal de petróleo PDVSA, passou a ter o que o regime chavista chama de função social, e seus fundos são utilizados tanto para projetos assistenciais, quanto para apoiar a política externa, com a venda de petróleo subsidiado a países aliados. O governo venezuelano tem reagido à pressão inflacionária com tentativas de controle estatal de preços. Tem, por outro lado, reiterado as fortes intervenções no mercado cambial, inclusive postergando a liberação de divisas para pagamentos devidos a empresas estrangeiras. Acresce a isso a continuidade do problema energético, com falhas constantes no abastecimento elétrico por causa da falta de investimento em infraestrutura.

No plano diplomático, realizou-se, nos últimos dias de fevereiro, ofensiva diplomática do Chanceler venezuelano Elías Jaua, que visitou o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai – a iniciativa desse périplo indica também a seriedade da situação da Venezuela. O governo Maduro tem lutado contra o tratamento da crise pela OEA, a Organização dos Estados Americanos, da qual participam os Estados Unidos, e tem defendido a discussão do tema na Unasul, onde pode contar com ambiente mais favorável, e seguramente o terá. O Brasil votou, em 07 de março, contra o envio de observadores da OEA à Venezuela. No Chile, depois da posse da Presidente Michelle Bachelet, ocorrida ontem, dia 11, será realizada hoje, quarta-feira, a reunião de ministros da Unasul sobre a situação venezuelana.

Esse cenário de deterioração econômica, conjugado com a instabilidade política crescente, em um país dividido, é fator de preocupação para o Mercosul, no momento em que busca chegar a acordo comercial com a União Europeia.

Nessa vertente, registre-se a realização, no dia 24 de fevereiro, em Bruxelas, da 7ª Reunião de Cúpula entre o Brasil e a União Europeia. O encontro foi palco de declarações de ambas as partes manifestando vontade política de se chegar a um acordo comercial, mas não se avançou em termos concretos. Ainda não se colocaram na mesa de negociações as listas de ofertas de liberalização, o que se espera possa ser feito a partir do dia 21 deste mês de março, quando está marcada reunião de técnicos das duas partes. O empresariado brasileiro tem manifestado forte interesse em impulsionar o acordo Mercosul-União Europeia, pois a diplomacia brasileira tem dado ênfase às estagnadas negociações da rodada Doha da Organização Mundial do Comércio.

O Brasil tem visto ser diminuída sua margem de manobra nas negociações internacionais na área do comércio e a sua única possibilidade imediata de competir será por meio da concentração de esforços no estabelecimento de uma infraestrutura eficiente. Os problemas que já se indicam no escoamento atual da safra de grãos realçam a importância vital do nosso setor de infraestrutura.

4) Panorama da infraestrutura na palavra de especialistas.

As informações mais recentes dão conta de que o Governo está estudando modificações na fórmula de cálculo do preço da energia. A intenção é conter o desequilíbrio de caixa do setor elétrico, para evitar reajuste de até 18% nas contas de luz neste ano, com impacto, é claro, direto na inflação. Daqui a pouco, esta Comissão receberá representantes do Governo e especialistas, em audiência pública, para tratar da situação energética do País.

O acionamento generalizado de termelétricas e a disparada dos preços da energia no atacado transformaram-se numa ameaça simultânea às empresas, ao Índice Geral de Preços e às contas públicas. Entre as pos-

sibilidades em estudo pelo Governo, estão um relaxamento de exigências em contratos de concessão e uma alteração na fórmula para definir o preço da energia negociada no mercado livre.

Segundo Mikio Kawai Junior, diretor-executivo da Safira Energia, pelo menos metade do custo extra da eletricidade térmica prevista para este ano – uma soma de quase R\$20 bilhões – já é bancada pelo Tesouro Nacional. Se todo esse custo extra fosse repassado aos consumidores, as tarifas teriam de subir mais de 18%, num período de 12 meses, a contar da data de reajuste anual fixada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O Banco Central prevê 7,5% de reajuste médio das tarifas neste ano.

Aqueles que defendem a adoção de um preço médio para a energia de curto prazo ressaltam o grande descompasso entre o custo operacional da energia térmica – em torno de R\$400,00 por megawatt/hora – e o valor que ela alcançou no mercado livre – hoje em torno de R\$822,00. O Coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Nivalde de Castro, acredita que o modelo de cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), que mede a energia a curto prazo, deverá ser mudado, pois “o Governo prioriza o controle da inflação”.

Já o especialista Adilson de Oliveira, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lembra que o custo mensal das térmicas está em torno de R\$3 bilhões e os rombos acumulados desde 2012 ainda não foram totalmente equacionados pelo Tesouro. Em vez de subsidiar as distribuidoras para arcar com as despesas da energia mais cara, Oliveira propõe um novo enfoque para o problema: na sua opinião, seria bem mais simples e barato oferecer descontos na conta de luz para quem economizasse, do que ter de aportar bilhões de reais no gasto extra. Segundo o especialista, as vantagens obtidas abrangeriam desde a segurança do abastecimento até a redução das perdas na caixa da Petrobras com importação de combustíveis e das pressões fiscais.

Apesar de o nível das represas das hidrelétricas do Sudeste e do Centro-Oeste ter subido 0,8 ponto percentual no último fim de semana, graças às chuvas, a situação ainda é a pior desde 2001. O quadro se reflete no fato de o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) ter autorizado, para esta semana, a geração de 17,44 mil megawatts médios de energia térmica, 6,9% acima da semana passada.

A estiagem de fevereiro gerou uma conta de R\$ 3 bilhões a R\$ 3,5 bilhões para as distribuidoras de energia elétrica. O custo decorre do acionamento total das usinas térmicas e da chamada “exposição involuntária” das próprias distribuidoras, que não conseguiram contratar todo o suprimento de eletricidade nos leilões do Governo e precisam, agora, comprar 3,5 mil megawatts médios no mercado de curto prazo.

Em janeiro, segundo informam representantes do setor elétrico, a conta já havia sido de R\$1,8 bilhão, o que eleva o custo, no ano, para mais de R\$5 bilhões. Pelas regras atuais, as distribuidoras são obrigadas a assumir essa despesa, mas o montante elevado pode levá-las à insolvência. A situação levou o Governo a adotar uma solução temporária para bancar as despesas com o programa de desconto nas contas de luz.

Decreto publicado na última sexta-feira permite que a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) pague as despesas das distribuidoras com a compra de energia no mercado de curto prazo, usando R\$1,2 bilhão de recursos do Tesouro Nacional. O documento não faz menção às despesas geradas pela energia produzida nas usinas térmicas, mais caras, claro, que as hidrelétricas. O decreto dispõe que será pago apenas o gasto com a compra de energia no curto prazo relativo ao mês de janeiro. No ano passado, o Governo assumiu a despesa do ano todo.

A falta de chuvas e o aumento do preço da energia no mercado à vista obrigaram o Operador Nacional do Sistema Elétrico a colocar em operação todas as usinas térmicas, – claro, também muito mais caras –, que deveriam ser usadas apenas em casos de emergência. Hoje, há usinas gerando o megawatt/hora a R\$1.145,00. O sistema está sob pressão, mas o Governo nega a possibilidade de racionamento.

O Professor e ex-Ministro José Goldemberg, da Universidade de São Paulo, afirma que “um dos erros do novo modelo elétrico foi a ênfase dada à redução das tarifas”. Para ele, “a modicidade tarifária foi o pecado original do Governo, pois a ideia da eletricidade barata inibiu a diversificação das fontes de energia na matriz. Como não havia leilões específicos por fontes e regiões, alguns projetos não conseguiam competir com outras mais baratas. Isso retardou, por exemplo, a entrada em operação das eólicas” – concluiu o Prof. Goldemberg.

Por sua vez, Maurício Tolmasquim, um dos palestrantes do dia de hoje, presidente da Empresa de Pesquisa Energética defende que o modelo tem como uma de suas características a de conciliar o planejamento estatal com a competição pelo mercado, criando condições de atratividade para o capital privado, pois trouxe segurança energética e jurídica por meio da criação de regras claras e estáveis. Para ele, o modelo também propiciou a diversificação da matriz com novas fontes, como a bioeletricidade e a energia eólica.

Por outro lado, relatórios de acompanhamento realizados pela Aneel revelam que a ampliação do fornecimento de energia gerada pelas usinas térmicas – movidas a óleo, gás e carvão – está comprometida. Os dados da Agência apontam que, entre 2014 e 2020, mais de 6.900 megawatts de geração térmica deveriam ser

adicionados à matriz energética do país. No entanto, um terço dessa potência, equivalente a 2.340 megawatts, não tem previsão para sair do papel. E outros 1.020 megawatts apresentam uma série de restrições para entrar em operação. Esses números referem-se a empreendimentos que já foram outorgados pela Aneel e que estão, ou deveriam estar em fase de implantação pelas empresas.

Especialistas do setor afirmam que boa parte das dificuldades de viabilizar estas usinas está no modelo de leilão feito pelo governo. Como as térmicas são fontes mais caras que a hidrelétrica ou a eólica, acabam por ficar fora das contratações de energia.

Segundo o Presidente da Associação Brasileira de Carvão Mineral, Luiz Fernando Zancan, “o setor precisa que o Governo estabeleça condições mais condizentes com a realidade das usinas térmicas, caso realmente queira contratá-las”.

Na avaliação de Luiz Fernando Vianna, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), a crescente dependência da geração térmica tem sensibilizado o Governo. Até o início do século, a geração de energia no país era, basicamente, hidrelétrica, com o acionamento de usinas térmicas apenas em situações complementares.

Como observa o Presidente da Apine, esse cenário mudou e, hoje, o sistema brasileiro é hidrotérmico, pois as usinas térmicas entraram para a base do abastecimento. Ele acredita que o Governo está sensível a essa realidade e que, no leilão do segundo semestre, haverá espaço para a contratação de novas térmicas.

O parque de geração térmica instalado no País possui 1.823 usinas em operação. A maior parte delas – 1146 unidades – é alimentada por óleo diesel, uma das fontes mais poluentes de energia. “A demanda das térmicas por combustíveis, devido ao baixo nível dos reservatórios das hidrelétricas e ao aumento do consumo no mercado interno reforçaram o peso do óleo no déficit da balança comercial no mês passado, quando a importação de petróleo respondeu por 38% desse déficit”.

Hoje, o potencial de geração de todas as térmicas do país é de 36.538 megawatts, o que equivale a 29% da capacidade instalada, um total de 126,7 mil megawatts. A energia gerada pelas hidrelétricas representa 67,65% desse total.

5) Por fim, o último comunicado sobre o 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, que será realizado nos dias 26 e 27 de março aqui na Comissão de Infraestrutura. Serão sete mesas-redondas tratando, cada uma delas, de um tema específico na área de infraestrutura do País. Já foram convidadas diversas autoridades, especialistas, pessoas do mundo acadêmico, professores, iniciativa privada, governo, com o objetivo, esse 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, de apresentar respostas ao diagnóstico que aqui já foi realizado nas duas séries de audiências públicas que esta Comissão realizou em 2009 e, agora, neste ano, todas tratando gargalos que impedem que a nossa infraestrutura acompanhe o ritmo de crescimento do País. Onde estão esses gargalos? Feito esse diagnóstico – porque esses gargalos existem – estaremos objetivando, neste fórum, oferecer respostas para a cura desse mal que afeta o nosso setor de infraestrutura, com base, repito, no diagnóstico feito nas duas rodadas de audiências públicas.

Eu gostaria de lembrar às Sras e Srs. Senadores, como já anunciado nas últimas reuniões, que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizará nos próximos dias 27 e 28 de março o 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, oportunidade em que serão debatidas e apresentadas sugestões e propostas concretas para solucionar os principais problemas da infraestrutura.

Trata-se de iniciativa no sentido de consolidar todas as discussões oriundas dos ciclos de audiências públicas promovidos pela Comissão no biênio 2009/2010 e no ano de 2013.

O Fórum está formatado em sete mesas-redondas, com a participação de renomados especialistas, divididas nos seguintes temas: Transporte de Cargas, Transporte de Passageiros, Energia Elétrica, Combustíveis, Mineração, Telecomunicações e Saneamento, Abastecimento e Irrigação. O abastecimento aqui, claro, não é o abastecimento de grãos; é o abastecimento especificamente no setor elétrico.

Essas mesas-redondas acontecerão nos plenários das Comissões Permanentes do Senado, no dia 27, a partir das 14h e, no dia 28, a partir das 8h.

A abertura será no dia 27 de março, às 9h, no auditório do Interlegis, e contará com a presença de diversas autoridades da República. O encerramento será no dia 28, às 14h, no plenário desta Comissão.

Mais uma vez, conto com a colaboração e a participação das Sras e Srs. Senadores para o efetivo sucesso do encontro bem como com a participação dos nossos internautas e telespectadores da TV Senado e ouvintes da rádio Senado. Por sinal, gostaria, mais uma vez, de me dirigir a esses que nos prestigiam com as suas audiências, que hoje daremos início, daqui a mais alguns minutos, à audiência pública em que estaremos tratando da questão do setor energético no País. E aqueles que queiram acompanhar podem enviar suas perguntas, suas indagações, suas dúvidas para o Alô Senado, pelo telefone 0800-612211, ou enviar sua contribuição pela internet no endereço www.senado.leg.br/alosenado, ou ainda nos perfis do Alô Senado no Facebook, ou pelo

Twitter: @AloSenado. A participação de todos é muito importante para que tenhamos um êxito dentro dos nossos objetivos e do que pretende o requerimento apresentado por S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço, que motivou a audiência pública do dia de hoje. Portanto, qualquer cidadão, ouvinte ou telespectador, pode desde já enviar a sua pergunta ou o seu comentário aos nossos convidados.

Iniciando a pauta do dia de hoje, a presente reunião destina-se à realização de audiência pública em atendimento ao Requerimento nº 1, de 2014, desta Comissão, de autoria de S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço, aprovado em 19 de fevereiro passado, para tratar da situação energética no País.

Para debater o tema foram convidados os seguintes especialistas, a quem aproveito para desejar boas-vindas e convidar para que tomem assento à mesa: Dr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética; Dr. Hermes Chipp, Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico; Dr. Luiz Eduardo Barata Ferreira, Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; e Dr. Claudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil.

Iniciando a nossa audiência pública de hoje, passo a palavra ao Dr. Hermes Chipp, Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico, para sua explanação, que será feita dentro dos quinze minutos regulamentares.

Tem V. S^a a palavra, Dr. Hermes Chipp.

O SR. HERMES CHIPP – Bom dia, Senador, demais autoridades presentes e convidados. Muito obrigado pelo convite e pela oportunidade de fazer alguns esclarecimentos sobre a situação de atendimento energético ao sistema interligado nacional.

A minha parte vai ser dedicada ao atendimento conjuntural, ou seja, à operação do sistema, porque depois acredito que o Dr. Maurício e o Márcio Zimmermann falarão da parte de planejamento e da parte que eu chamo de estrutural.

Bom, antes de começar a apresentação, acho que é importante neste plenário ter oportunidade de fazer uma colocação que tenho feito em nível até mundial, porque hoje estou presidindo um grupo de 16 operadores dentre os maiores operadores do mundo, inclusive o dos Estados Unidos, dos maiores da Europa e da Ásia, e esse problema que vou colocar é mundial.

Nós estamos enfrentando, em termos institucionais e estruturais, um dilema que eu chamo de dilema do contraditório, porque as sociedades estão exigindo, Senador, tarifa baixa, segurança – ou seja, não blecaute – e uma matriz limpa. Essa equação não fecha. E a gente vê nos jornais os pleitos da matriz limpa de qualquer maneira.

A matriz limpa leva a estabelecimentos de fontes mais na periferia do sistema, como eólicas e biomassa. Felizmente, no caso do Brasil, elas estão localizadas em áreas em que nós temos transmissão, sistemas que eu chamo de subtransmissão, mais robusta, com grande potencial em São Paulo, em Minas. Mas para a eólica, você precisa instalar geração praticamente distribuída, e aí você aumenta, afasta as fontes, que hoje são térmicas, no centro de carga e passa a instalar fontes na periferia. Isso implica expansão do sistema de transmissão, quer dizer, investimento, usinas na Amazônia, que nós temos que aproveitar, também distante do centro de carga, o que aumenta o risco de ocorrências, porque o sistema fica mais distante da carga que ele tem que abastecer.

Então, esse problema não é privilégio do Brasil. Por sorte, apesar disso, nós temos diversas fontes. Temos também o privilégio... O Brasil, nesse aspecto, é considerado um país privilegiado porque tem oportunidade de diversificar a matriz olhando sempre o binômio custo/segurança. Esse *trade-off* entre custo e segurança está presente o tempo todo e nós temos condições de resolvê-lo.

Com relação ao abastecimento do sistema, eu vou ser bem objetivo. Como nós estamos trabalhando hoje? Nós estamos enfrentando... A partir do final de dezembro se estabeleceu um sistema de alta pressão no Atlântico, muito próximo às Regiões Sudeste e Centro-Oeste, onde estão os principais reservatórios do País, a Bacia do Rio Grande, a Bacia do Rio Paranaíba e as bacias de São Paulo, e atravessamos um janeiro que foi um dos piores do histórico. Esse sistema bloqueia a entrada das frentes frias do sul e não deixa chegar chuva a essas bacias. No Nordeste nem se fala, porque não sobe para o São Francisco.

Então, o que aconteceu? Isso vem acontecendo desde o final de dezembro até meados de fevereiro. Quando chegou a meados de fevereiro, esse sistema começou a se diluir. Ele não se diluiu totalmente, afastou-se do continente, está mais no meio do Atlântico, conjugadamente com a temperatura da superfície do mar, um pouco mais alta do que o normal, um ou dois graus mais alta na média, o que também contribui para que essa alta pressão fique mais tempo nessa posição, e começou a se diluir a partir da segunda quinzena de fevereiro. Na segunda quinzena de fevereiro e em março, agora, nós começamos a mudar a perspectiva de chuva. Começou a se verificar, dito pelo meteorologista... Nós estamos tendo uma reunião semanal, às vezes duas, provocada entre o Ministério de Minas e Energia e o Ministério da Ciência e Tecnologia, justamente para especialistas ficarem mais próximos e para que nós possamos antecipar a política de operação. Ou seja,

há uma expectativa de chuva numa bacia, nós sabemos que vai chover em curto prazo. O erro é pequeno, não é grande; erra-se em intensidade, não em qualidade. Quando se diz que vai chover em sete dias na bacia tal, não há dúvida de que chove. Quando chega para 15 ou 30 dias, a incerteza é muito maior, e não é só aqui no Brasil, é em todo mundo. À medida que vai se afastando, a previsão climática vai ficando mais incerta.

Essa chuva está se configurando em março, principalmente na Bacia do Paranaíba. Em Tocantins já vem há algum tempo, não teve problema, nunca tem, pois sempre verteu, nos 83 anos de história, e em São Paulo e no sul vem oscilando, com mais chuva no sul, porque as frentes não passavam, elas concentraram mais no sul, e menos em São Paulo, nessas principais bacias do sistema e no Rio São Francisco.

Qual é a previsão de meteorologia e de clima com a qual a gente trabalha? Olha, ela vai continuar em março, não com uma condição extremamente favorável, mas não tão desfavorável como foi janeiro e primeira quinzena de fevereiro. E o período úmido, tradicionalmente, termina em abril, às vezes prolongando um pouco. Quando ele atrasa, como atrasou, quando a gente olha o espelho, pelo histórico, às vezes ele prorroga um pouco mais, até maio. Então, eu diria que a gente está numa situação de melhoria, caracterizado pela melhoria, hoje... Podem ver o nosso quadro no *site* do Operador: a Bacia do Paranaíba está com afluência de 83%, quando chegou, em janeiro, a vinte e poucos, entre 20 e 25.

Então, a Bacia do Rio Grande ainda não apresentou melhora significativa, embora a gente esteja acompanhando diariamente com os meteorologistas próximos. Porque esse período é vital; é muito importante, até abril principalmente.

O que eu diria: nas reuniões do Comitê de Monitoramento e do nosso Conselho de Administração, pelas simulações que eu tenho apresentado, sistematicamente, quando a gente olha o prognóstico de curto prazo – ou seja, março – e a indicação dos meteorologistas para abril, que é o que a gente tem em termos de previsão de clima – evidentemente, mais incerta quanto você se afasta –, e no período seco (maio a novembro), a gente não tem nada mais além da previsão de vazão com relação aos modelos estocásticos de previsão de vazão. O que é isso? É olhar o passado recente e fazer o prognóstico futuro, porque existe uma correlação úmido/seco. Quer dizer: quando o período úmido não é muito bom, o seco não é excepcional, só raramente, quando olharmos pelo retrovisor o histórico.

Então, olhando esse quadro, com essas previsões, nós não temos indicação de problemas no atendimento em 2014. E isso está indicado nos riscos quando se usa a outra metodologia, a metodologia probabilística. A gente apontou, na semana passada, riscos entre 2% e 5% quando você olha duas mil séries sintéticas, porque, aí, quando o passado recente é ruim, esses cenários são desfavoráveis, apresentando risco maior. Se melhorar o passado recente, esse cenário estatístico melhora. Esta é a análise probabilística.

Pois bem; é esse o quadro que a gente tem. E, na última nota do Comitê de Monitoramento – e ela não mudou, continua acompanhando essa expectativa –, a menos que ocorra uma série pior do que as piores séries do histórico, nós não teríamos problemas de atendimento em 2014. Esse é o quadro que o Operador tem hoje.

Assim, como minha apresentação, para ser objetivo, bem sintético e conciso, era isso que eu teria a comentar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Hermes Chipp, Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico, pela sua breve explanação.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Claudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil.

O SR. CLAUDIO SALES – Obrigado.

Sr. Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Fernando Collor, meus cumprimentos e meus agradecimentos pelo convite.

Srs. Senadores aqui presentes, companheiros de mesa, Sr. Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann; Dr. Hermes Chipp, Presidente do ONS; Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da EPE; Sr. Luiz Barata, Presidente da CCE; senhoras e senhores, nos 15 minutos que me foram dados, eu vou abordar a questão com foco na situação atual, chamando a atenção para os aspectos de robustez do abastecimento e de robustez financeira do setor elétrico.

Do ponto de vista do abastecimento, eu quero refletir com os senhores que a segurança do suprimento de 2014 vai depender fortemente da hidrologia desses próximos meses; e, no que diz respeito ao aspecto financeiro, 2014 será um ano de alto custo, e o fluxo de caixa das distribuidoras não comporta, não tem musculatura para enfrentar a demanda por esses recursos.

Em vez de usar indicadores – e há várias medidas, o mercado fala em indicadores de probabilidade de risco de racionamento e coisas desse tipo –, eu quero me valer aqui de um *benchmark* que, talvez, esteja na cabeça de todo mundo. Refiro-me a quando, em 2001, enfrentamos uma situação terrível, que nos levou ao racionamento, com consequências muito negativas para a economia do País como um todo.

Então, comparativamente com aquela ocasião, no mesmo mês, como é que nós estamos?

O que a figura mostra são os quatro subsistemas em que está dividido o setor elétrico. O mais relevante deles... Veja que, no Nordeste, o traço mais escuro é o comportamento da energia armazenada, vale dizer, o nível dos reservatórios em 2001; e a linha mais clara, a realidade que estamos vivendo hoje. No Nordeste, o traçado, pelo menos até agora, estava semelhante. Na Região Norte, em alguma medida, semelhante; na Região Sul, nós estamos em situação pior do que naquela época. Todavia, eu quero focar a atenção no das Regiões Sudeste e Centro-Oeste, que é o mais relevante.

Aqui, estou reproduzindo esse eslaide, até porque ela representa, como se pode ver no gráfico em forma de *pizza* ao lado, 70% da nossa capacidade de armazenamento. Olhando rapidamente para esse eslaide, vemos que o nível de armazenamento nessa região está bastante semelhante, na faixa dos 35%, ao que havia em 2001.

Essa informação por si só é preocupante, e quero agravar provocativamente o nível de preocupação quando faço referência ao que está no próximo eslaide, que mostra a capacidade de armazenamento em proporção ao nível de consumo existente. Isso é medido em meses. A energia armazenada seria suficiente para abastecer o nosso consumo por quantos meses? Estou usando ainda os dados daquele subsistema Sudeste/Centro-Oeste. Em 2001, a energia armazenada era suficiente para suportar teoricamente o consumo por 2,1 meses e, agora, é suficiente para suportar o consumo por apenas 1,7 mês, tendo em vista que o consumo cresceu mais do que a energia armazenada efetivamente naqueles reservatórios.

Por outro lado, a visão boa deste momento é que, diferentemente daquela época, nós temos um parque termelétrico muito mais robusto. E aí recomendo que, por enquanto, olhem apenas a última linha, que mostra a participação da geração termelétrica no total da nossa geração. Em 2001, a situação era crítica, acionou-se o que se podia, o que se dispunha de usinas termelétricas, e isso foi suficiente só para 7,7% da nossa carga, do nosso consumo, da nossa geração naquele momento. Hoje, o parque termelétrico está sendo acionado a ponto de atender, em média, 19% no mês da nossa carga ou do nosso consumo.

Não vou me prender ao detalhe desse eslaide. É um número que, certamente, o Dr. Hermes Chipp conhece de cor. É o retrato do nosso parque termelétrico total, do qual, efetivamente, o Operador Nacional do Sistema tem capacidade de acionar diretamente cerca de 21 mil *megawatts*. É com isso que ele tem trabalhado.

Dou um pouco mais de detalhe sobre a questão do nosso parque termelétrico, porque isso faz a ponte para o tema seguinte, que são as questões ligadas ao custo da energia no momento.

Esse gráfico em forma de *pizza* mostra o nosso parque termelétrico. Em tons mais escuros estão aquelas usinas que, teoricamente, de forma simplificada, eu descreveria como usinas que têm um custo mais baixo de instalação e que, portanto, requerem menor capital, mas que, quando acionadas, têm um custo operacional mais elevado. Já as áreas de tonalidade mais clara mostram o caso contrário, usinas que têm um custo operacional relativamente mais baixo. O que esse gráfico mostra é que quase a metade do nosso parque instalado é constituída dessas usinas que, quando acionadas, têm um custo operacional mais alto.

É importante entender que esse parque termelétrico instalado que existe hoje foi construído ao longo do tempo, certamente partindo de premissas diferentes da realidade que, conjunturalmente, nós estamos vivendo hoje. Então, faz muito sentido, sim, em alguma medida, haver usinas que tenham baixo custo de instalação, porque, supostamente, elas ficariam paradas na maior parte do tempo e, quando acionadas, no horizonte da vida útil delas, poderiam ter o custo mais elevado. Porém, essa seria uma solução mais econômica vista no longo prazo ou vista no sistema como um todo.

Porém, a reflexão que cabe é: dadas as características do Brasil de hoje, as usinas hidrelétricas já são construídas a fio d'água predominantemente, ou seja, sem reservatório de acumulação. Um dado que demonstra isso, pegando os últimos 12 anos, é que nós tínhamos uma capacidade de armazenamento em reservatórios de acumulação referente a cerca de seis meses ou de seis meses e meio do nosso consumo. Hoje, essa capacidade é de cerca de quatro meses ou de quatro meses e meio do nosso consumo. Ou seja, a presença de reservatórios de acumulação vem decrescendo em relação ao nosso consumo. Se fôssemos prorrogar por um horizonte mais extenso, a tendência dessa curva ou dessa linha seria a mesma, e é natural que assim seja, porque os aproveitamentos existentes hoje são predominantemente para usinas a fio d'água.

Então, se a realidade é essa, nós temos de ter esse gráfico em mente, para considerar a possibilidade de fazer com que haja a predominância de um parque termelétrico em que o acionamento seja feito com um custo operacional mais baixo do que aquele verificado no retrato que nós tiramos da realidade de hoje.

Dando um salto para a questão da vulnerabilidade financeira – estou exatamente na metade do meu tempo –, acho que o que chama a atenção do problema tem origem em dois grandes aspectos: o primeiro é o que estou chamando aqui de exposição involuntária das distribuidoras no mercado de curto prazo. O que é isso? Muito sumariamente aqui descrevendo, as empresas distribuidoras de energia só podem contratar energia através dos leilões, e elas contratam em leilões com cinco anos de antecedência e, para início do fornecimento, com três anos de antecedência e com um ano de antecedência. A existência desses leilões com um ano de

antecedência é essencial até para assegurar que, no caso de desvios nas projeções feitas pela distribuidora em relação ao seu consumo, ela tenha oportunidade de contratar as diferenças que ela precise.

Em 2012 não foi realizado o Leilão A-1; em 2013, foram realizados dois leilões, mas, em grande medida, muito frustrantes, uma vez que efetivamente conseguiram contratar talvez sequer a metade da demanda que as distribuidoras tinham para esse um ano. A principal razão disso, eu apontaria, foi que não houve oferta, tendo em vista o preço teto estabelecido no leilão. As distribuidoras ficaram frustradas na sua capacidade de contratar. Daí o fato de elas estarem expostas involuntariamente ao mercado de curto prazo. Essa energia que ela não conseguiu contratar no leilão, ela é obrigada a contratar no mercado de curto prazo, pagando este PLD, que é o apelido do preço de curto prazo, que hoje está no seu limite teto.

Outra causa de exposição involuntária é a adoção do novo regime de concessão de cotas de energia, que variam em função das condições hidrológicas. Então, se a empresa que recebeu as cotas mas não está conseguindo receber a energia naquela proporção, a distribuidora fica sujeita a comprar PLD, PLD este que varia fortemente em função das condições hidrológicas.

Há um outro componente que quero destacar, porque ele tem fortíssimo impacto, mas tem sido muito pouco falado, que é também a exposição de empresas distribuidoras de energia, os contratos por disponibilidade. Vou tentar sumarizar o que é isso. Trata-se do seguinte: quando se contrata no leilão a energia proveniente de uma hidrelétrica, o que a distribuidora está contratando é uma quantidade de energia. Aquela hidrelétrica vai produzir x megawatt/hora dentro do período do contrato, e isso terá um preço.

Quando, ao contrário, pelas regras do leilão, se contrata energia proveniente de uma termelétrica, o contrato é feito por disponibilidade. Na verdade, o que a distribuidora estaria contratando é um aluguel, digamos assim, dessa usina termelétrica, e, pela regra, quando essa usina termelétrica vem a ser acionada, a distribuidora adianta o recurso para o custo variável, basicamente o combustível para o acionamento das usinas, e esse adiantamento ela vai receber no ano seguinte, em doze parcelas, a partir do reajuste tarifário. Ou seja, é um contrato por disponibilidade, mas no qual a distribuidora se expõe ao mesmo tipo de situação do exemplo anterior, em que ela tem que adiantar o recurso, recurso este que hoje chega a montantes altíssimos em função da conjuntura em que estamos vivendo, em que o preço de curto prazo está na ordem de R\$822,00 megawatt/hora. Para efeito de comparação, o preço teto do Leilão A-1 foi, se não me engano – o Maurício Tolmasquim pode me corrigir – da ordem de 192, por produto de um ano. Foi o mais caro. Enfim, essa diferença, a distribuidora, *grosso modo*, está pagando, tendo que adiantar e, obviamente, sem recurso para isso.

As estimativas são variadas, mas, para se ter uma ordem de grandeza, hoje estima-se que o nível de exposição das distribuidoras, enfim, de recursos que elas teriam que adiantar para poder pagar esse dinheiro, que só poderiam receber de volta a partir de daqui a um ano, a ordem de grandeza é acima de R\$10 bilhões. E só para comparar esse volume de recursos com os recursos totais de que dispõe a distribuidora, o indicador mais relevante talvez seja o Lajida, o Ebitda, que os americanos chamam, na linguagem, digamos, contábil, de capacidade de geração de caixa de uma empresa. O Lajida das distribuidoras todas somadas, a ordem de grandeza dela não chega a 10 bilhões. Quer dizer, a capacidade de geração de caixa das distribuidoras, em conjunto, é de aproximadamente 10 bilhões. E a demanda, a pressão sobre o caixa para adiantar esse recurso e receber só um ano depois, seria maior do que isso. O que mostra uma impossibilidade nos termos de isso acontecer.

Agora, na última sexta-feira, no dia 7...

Desculpe, para fechar este ponto, chamo a atenção para o fato de que, no caso de distribuidoras que têm uma grande participação em seu portfólio de usinas termelétricas contratadas por disponibilidade, elas estão sendo fortemente impactadas por esse problema, num volume que deve ser da ordem de 30% do impacto geral no caixa das distribuidoras. Ou seja, a ordem de grandeza é muito rigorosa e atemorizadora diante desse fato. E com um agravante: esse fenômeno atinge distribuidoras, vale dizer, e consumidores discricionariamente, porque como a distribuidora não tem controle na decisão de quem ela vai comprar energia, isso é produto do leilão que o Governo organiza e que distribui, então, os resultados do leilão, há casos de distribuidoras que têm muitos contratos nessa condição, e há casos de outras que não.

O benefício da existência da termelétrica é democratizado. Ela entra no sistema e beneficia igualmente todos os consumidores, mas o ônus de pagar essa conta mais cara, de ter que fazer esse adiantamento, recai sobre os consumidores de uma determinada concessionária que tenha calhado, dada a maneira como o leilão foi organizado, receber uma parcela maior de usinas termelétricas.

(Soa a campanha.)

O SR. CLAUDIO SALES – Eu vou acabar, se V. Exª me permitir, em um minuto ou um minuto e meio, no máximo.

Então, esse é o fenômeno. E, para enfrentar o fenômeno, o ato mais recente foi esse decreto que saiu na sexta-feira, em que o Governo, então, designou recursos para enfrentar o problema apenas no âmbito do mês

de janeiro. E, assim mesmo, não a totalidade dele, porque ele faz referência apenas ao aspecto da exposição involuntária das distribuidoras, não trata do mesmo fenômeno e da mesma ordem de grandeza, eu diria, da exposição por contratos de disponibilidade.

O que deve ser feito, na minha visão e na visão do que temos debatido no Instituto? Trata-se de uma conjuntura apertada, provocada por n fatores, um deles, certamente, é a condição climática. Mas o que se pode fazer? Supondo que, do ponto de vista do tratamento conjuntural, está sendo feito o que deve, quer dizer, o operador nacional do sistema está operando com os recursos que tem de forma mais eficiente possível, é: contar com a população, comunicar as reais condições do sistema de forma precisa, clara e didática; informar indicadores que facilitem o acompanhamento das condições do sistema; promover a conservação e a racionalização do consumo, falar sobre isso publicamente, preparar um programa de redução de consumo, caso necessário, para evitar, no caso da fatalidade de haver uma chuva muito desfavorável, nos defrontar com situação semelhante a que já tivemos no passado e que foi extremamente problemática, inclusive pelo despreparo para uma situação daquele tipo; assegurar recursos financeiros de forma programada e antecipada, não pode ser a conta-gotas, mês a mês; implantar o regime de bandeiras tarifárias, que é um regime que estava para ser implantado neste ano, e não foi; e aprimorar o regime de leilões, principalmente nesse aspecto, a fim de permitir que os leilões induzam, no futuro, a implantação de usina do tipo e nos locais mais adequados para a eficiência e segurança do sistema, pois, hoje, o que se tem observado, do nosso ponto de vista, é uma comunicação inadequada, com ênfase muito grande na ausência de risco e nenhuma iniciativa para promover a conservação.

Desculpe, mais 30 segundos.

Deve-se evitar a tentação de intervir na formação de preço. É importante que seja assim, que exista esse PLD que dê a indicação para que os geradores disponibilizem mais energia e para os consumidores reduzirem o consumo. O mercado de curto prazo é essencial para esses ajustes. É impossível imaginar um setor elétrico na base do *cost plus*, sem a existência de um mercado que suporte situações desse tipo.

Por último, deixo uma reflexão que fui buscar, inspirado em Abraham Lincoln: eu acredito no povo. Se lhe for apresentada a verdade, pode-se depender dele para enfrentar qualquer crise nacional. A grande questão é lhes oferecer os verdadeiros fatos.

Muito obrigado a V. Ex^a, inclusive pela tolerância em relação ao tempo. Muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Grato ao Dr. Claudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil, pela sua apresentação.

Passo a palavra agora ao Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Obrigado, Senador Collor.

Srs. Senadores, membros da Mesa, é uma honra estar aqui de novo nesta Comissão.

Eu queria pegar aqui o início da palestra do Hermes e dizer que, realmente, nós estamos passando, em 2014, por uma situação de hidrologia muito ruim. Talvez seja, se nós considerarmos o Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste juntos, a pior hidrologia dos últimos 80 anos. Nós registramos hidrologias desde 1931. Quer dizer, conjuntamente, provavelmente, essa é a pior hidrologia dos últimos 80 anos.

Dito isso, por que nós não estamos alarmados, não estamos achando que é uma situação de crise? Porque, apesar de nós estarmos numa situação, eu diria, em janeiro e fevereiro, muito pior em termos de hidrologia do que foi em 2001, que originou o racionamento, nós temos uma situação estrutural completamente distinta de 2001. Em 2001, o País não estava preparado para enfrentar uma situação de hidrologia ruim como a que nós temos hoje. Hoje, apesar de estarmos numa situação pior, nós temos uma situação estruturalmente muito mais sólida.

Em 2001, faltava-nos capacidade de geração, faltava-nos capacidade de geração de usinas. O que aconteceu? Se nós pegarmos de 1996 a 2000, o consumo cresceu 26,5% e a capacidade instalada cresceu apenas 24%. Ou seja, a capacidade de usinas, a capacidade instalada de geração cresceu, entre 1996 e 2000, 7% a menos que o consumo. Então, a capacidade instalada não acompanhou o consumo.

Entre 2001, que foi o ano do racionamento, e 2013, essa situação se inverteu: o consumo cresceu quase 51% e a capacidade instalada cresceu quase 73%. Ou seja, a capacidade instalada de usina de geração cresceu 43% mais, a sua taxa de crescimento foi 43% maior do que a taxa de crescimento do consumo. Nós expandimos. O Brasil expandiu a capacidade de usinas muito mais do que o seu consumo. Esse é o principal fator. Mas há um segundo.

Nós, nesse período, diversificamos a matriz elétrica. Nós tínhamos uma situação em que a participação de termelétricas era muito pequena. Se nós pegarmos apenas as termelétricas que estão no Sistema Interligado Nacional, tirarmos a nuclear e pegarmos a de combustíveis fósseis e de biomassa, entre 2001 e 2013, houve um crescimento de 351% do parque de térmicas. Isso dá um crescimento anual de 13,4% ao ano. Ou

seja, cresceu a quantidade térmica 13,4%, que é um recurso que o operador não tinha em 2001 e que passou a ter agora em 2013.

Para se ter uma ideia, as térmicas no Sistema Interligado Nacional – os dados são um pouco diferentes dos que foram apresentados, porque eu estou pegando só o SIN, o Sistema Interligado Nacional – representavam 10% do parque da capacidade instalada de energia elétrica em 2001. Hoje representa 22% – mais do que dobrou. Ou seja, o que eu estou querendo dizer é: nós temos, hoje, uma situação estrutural completamente distinta daquela que levou ao racionamento de 2001.

Outra maneira de a gente analisar que nós temos essa situação diferente é comparar oferta com demanda, hoje a gente tem mais oferta do que demanda.

Essa comparação é complicada, porque a gente não pode comparar a capacidade instalada com o consumo. Uma usina hidrelétrica vai ter uma capacidade instalada de 11 mil megawatts, como Belo Monte, mas vai gerar, em média, quatro mil e pouco, por quê? Porque depende da água que está passando. Então, a quantidade que pode gerar uma planta depende do seu cenário de hidrologia.

Então, existe, no setor elétrico, um critério para calcular essa quantidade que as usinas podem gerar, que é o critério de 5% de risco de racionamento. Considerando esse critério, nós temos um excedente de oferta de 6.209 megawatts médios. Quer dizer, existe, hoje, mais oferta do que consumo para o sinal do risco de 5%: 6.209 megawatts médios. Mas, como eu disse, vamos supor que a gente estivesse considerando a pior hidrologia, que foi a de 1953. Mesmo considerando a pior hidrologia, que foi a de 1953, nós ainda teríamos um excedente de cerca de mil megawatts médios, que são mais ou menos 1,6% da carga.

O que estou mostrando? É que existe, em condições rigorosas de hidrologia, um excedente. É claro, como foi bem dito pelo Hermes, que a gente pode estar passando por uma situação pior. A gente nunca sabe, mas, dada a situação dos últimos 80 anos, nós estamos seguros.

O que eu acho que é importante é entender como nós chegamos a essa situação de robustez que nos permite ter tranquilidade para enfrentar uma situação conjuntural difícil.

Foi fundamental a implantação do novo marco regulatório, em 2004, que trouxe de volta o capital privado para investir no setor elétrico e liberou a Eletrobrás, que estava proibida de investir, para também investir.

Então, esse marco regulatório foi fundamental, porque o que acontecia antes de 2001? Por que não havia investimentos? Não havia investimentos porque era muito arriscado para o investidor privado investir.

O que nós fizemos, então? Construímos contratos de longo prazo, quer dizer, todo gerador participa de leilões e, ao ganhar leilões, ele ganha um contrato, se for hidrelétrica, de 30 anos, e se for termelétrica, de 20 anos. Com esse contrato, ele vai ao BNDES, o BNDES aceita esse contrato como garantia – ele precisa só de garantia corporativa durante a construção e, depois, aceita o próprio contrato como garantia – e o investidor, com muito pouco recurso, às vezes, com 20 a 30% do total do investimento, alavanca a construção de uma usina.

Nós vimos, então, proliferar um número enorme de investidores privados no País, que, hoje, investem no setor elétrico porque é um bom negócio.

Eu diria que mais interessante que investir no setor elétrico, mais seguro, talvez sejam só em títulos do Tesouro Nacional. Por quê? Porque pelo contrato que o gerador assina com o setor elétrico – pode ter a maior crise, pode cair a economia, pode cair a demanda –, o gerador tem a sua receita garantida, e isso trouxe para ele segurança para investir.

Além disso, foi introduzido o mecanismo de leilão, que foi fundamental, porque o que havia antes do modelo? A distribuidora contratava energia de uma geradora do mesmo grupo empresarial, que tinha uma térmica, contratava mais caro, fazia um contrato bilateral mais caro, tendo uma energia mais barata ao lado.

Nós falamos: “Olha, isso não pode ser assim. Nós vamos dar transparência ao processo.” Introduzimos leilões públicos, as distribuidoras só podem contratar através de leilões públicos. A distribuidora não pode mais escolher de quem ela vai comprar, como ela fazia antes do novo modelo.

Essa competição permitiu trazer transparência e permitiu ao consumidor ter tarifas mais baixas.

Além disso, reduziu o risco do investidor, pois só podem entrar em leilão usinas que tenham licença ambiental prévia, que foi também um critério adotado para o caso de uma pessoa ganhar, por exemplo, a concessão de uma hidrelétrica e depois não poder construir porque não tinha licença. Foi feita essa discussão.

Enfim, foi feita uma série de situações que permitiram que, desde 2005, nós tenhamos feito 27 leilões de contratação de energia nova.

Senador Collor, nesses 27 leilões, nós contratamos 731 usinas, totalizando 67.378 megawatts. Para se ter uma ideia, todo o parque instalado brasileiro tem 126 mil megawatts. De 2005 para cá, foi contratada metade da capacidade toda instalada de geração no Brasil, e com grande diversificação da matriz, porque entraram, como já disse, as térmicas, mas também entrou a eólica, entrou térmica a biomassa, entrou térmica a gás, entrou térmica a carvão, entraram pequenas centrais hidrelétricas. Houve uma conjunção de fontes.

Então, eu queria frisar este ponto: temos, sim, uma situação hidrológica ruim, é uma questão conjuntural. Se tivéssemos a estrutura que tínhamos em 2001, já teríamos que ter decretado racionamento há muito tempo. Felizmente, preparamos o País para enfrentar essa situação, que é uma situação complicada, de fato, em termos de hidrologia. Mas hoje o Operador tem uma capacidade instalada muito maior do que tinha em 2001, para enfrentar a mesma situação.

Queria aproveitar os últimos minutos para falar um pouquinho, rapidamente, sobre a questão financeira.

Realmente, o Claudio tem razão: é hoje... Se nós não temos, vamos dizer... A questão de segurança está sob controle, nós temos uma questão de custos financeiros, que é o custo das térmicas, que têm de ser acionadas, é o custo da desconstrução de algumas distribuidoras. E eu queria só afirmar o seguinte: o Governo tem acompanhado a situação, e eu posso afirmar que não deixará que nenhuma crise chegue às distribuidoras. Então, é só para tranquilizar: temos ciência de que existe uma conta grande para ser paga, pois há um custo para se operarem essas térmicas, mas estamos acompanhando, e não se deixará que algo aconteça com as distribuidoras. Nada acontecerá com as distribuidoras.

Queria fazer também uma pequena observação sobre a questão do leilão A-1, que é o leilão de energia existente. As distribuidoras, alguns geradores... Não houve oferta suficiente existente para atender à demanda das distribuidoras. Saiu na imprensa, em várias colunas, e foi repetido aqui um pouco pelo Cláudio, uma ideia de que o preço que foi colocado para o leilão foi um preço baixo. Eu queria dar o seguinte dado: a energia existente que estava contratada pelas distribuidoras estava contratada a R\$100,00 o megawatt/hora. Antes do leilão, o Ministério solicitou ao Operador Nacional do Sistema que, naquele momento, fizesse a previsão, com os dados que ele tinha no momento de hidrologia, de qual era a perspectiva do custo marginal de operação, que é o que forma o preço no mercado *spot*. Naquela época, naquele momento, o Operador Nacional do Sistema deu a melhor estimativa, que era R\$183,00 o megawatt/hora – a energia estava contratada a R\$100,00. Apesar disso, como nós sabíamos da importância, como o Ministério sabia da importância dessa contratação, resolveu, em vez de dar os R\$183,00, dar 5% acima no teto, e colocou R\$192,00 por megawatt/hora. Ou seja, naquele momento, a energia estava sendo contratada a R\$100,00, e foi proposto recontratá-la a R\$192,00 por megawatt/hora, que é 5% acima da melhor expectativa que se tinha na época.

É claro: em janeiro e fevereiro, aconteceu uma hidrologia inesperada, muito ruim, e os preços foram muito mais altos do que isso. Mas isso ninguém tinha bola de cristal para saber naquela época.

É claro que fico imaginando se naquela época o Ministério tivesse colocado o preço a R\$400,00, R\$500,00, tivesse havido chuva em janeiro e fevereiro, o preço *spot* estivesse lá embaixo e o Governo tivesse de justificar como contratou a R\$400,00, R\$500,00 uma energia que estava a R\$100,00 e que, no mercado *spot*, estaria muito barata. Então, se a situação fosse contrária... A gente costuma dizer que isso é questão de engenheiro de obra feita. Depois que a questão está pronta, fala-se que poderia ter sido melhor. Poderia. Naquele momento foi tomada pelo Ministério – nós fomos consultados – a melhor decisão que se poderia com as informações que havia na época. Quais eram as informações? A previsão de que o Operador poderia fazer com os dados que ele tinha naquele momento. É claro que isso muda em hidrologia, e esses dados são diferentes.

Mas, eu queria, só para encerrar, Senador, deixar as minhas duas mensagens.

Primeiro, temos, sim, um período de hidrologia muito ruim. Talvez janeiro e fevereiro tenham sido os piores dos últimos 80 anos. Felizmente, março está revertendo um pouco a situação, mas temos uma situação estrutural boa, que nos permite enfrentar essa situação.

Segundo, realmente existe uma questão financeira que afeta as distribuidoras, mas o Governo está atento e não deixará que haja qualquer risco para essas distribuidoras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado, Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética.

Passo a palavra ao Dr. Luiz Eduardo Barata Ferreira, Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

O SR. LUIZ EDUARDO BARATA FERREIRA – Bom dia, Senador Collor.

Obrigado pelo convite e pela oportunidade de comparecer aqui à Comissão de Infraestrutura do Senado e falar sobre a comercialização de energia no Brasil, que é a última etapa da indústria de energia, se consideramos que na indústria de energia nós temos a geração, a transmissão, a distribuição e, por último, a comercialização.

Eu vou fazer o uso de algumas transparências para contextualizar esta minha apresentação.

Rapidamente, a estrutura e gestão do setor elétrico está aqui apresentada, com as instituições. A Câmara de Comercialização está aqui embaixo, ao lado do Operador Nacional.

O modelo brasileiro optou por separar as atividades de operação técnica, responsável pela segurança do sistema elétrico e pelas atividades comerciais. Cabem, então, as atividades de operação técnica e de segurança ao Operador Nacional e a gestão comercial do sistema, à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A comercialização de energia elétrica se dá hoje em ambientes distintos no Brasil. A partir de 2004, com o novo marco, separou-se o nosso sistema em dois ambientes de contratação: o Ambiente de Contratação Regulada e o Ambiente de Contratação Livre. No Ambiente de Contratação Regulada atuam as distribuidoras, que são como compradores e que fornecem energia para consumidores cativos. Quem são esses consumidores cativos? São os consumidores residenciais e consumidores comerciais e industriais que não podem optar pelo seu fornecedor de energia. Como já foi mencionado aqui, as distribuidoras contratam energia através de leilões. Já no Ambiente de Contratação Livre, como o próprio nome menciona, a contratação é feita de forma livre, os compradores são consumidores livres ou consumidores especiais e comercializadores e eles fazem essa contratação através de contratos livremente negociados. Em ambos os ambientes, os vendedores são geradores de serviço público, produtores independentes, comercializadores e autoprodutores.

O nosso mercado de energia é um mercado de contratos, sendo necessário, após o fechamento da operação, fazer uma conciliação, conciliação essa feita num período mensal, através da liquidação de diferenças no mercado de curto prazo.

Também já foi algumas vezes mencionada aqui a palavra, o mercado de curto prazo, onde se liquidam essas diferenças. Para essa liquidação, utiliza-se, então, o Preço de Liquidação das Diferenças.

A CCE, como operadora do mercado de energia, tem uma série de atribuições, das quais vale a pena a gente destacar a operação e liquidação desse mercado de curto prazo, também chamado de mercado *spot*; o cálculo do Preço de Liquidação das Diferenças, que é o PLD; e a operação dos leilões, para o mercado regulado, por delegação da Aneel. Além dessas atividades, há uma série de outras, mas, pelo tempo, vale a pena a gente passar.

Hoje atuam no mercado de energia em torno de 2.700 agentes. Quem são esses agentes? São geradores autoprodutores, geradores de serviço público, distribuidores, comercializadores, produtores independentes, consumidores especiais e consumidores livres. Hoje, majoritariamente, a grande maioria desses agentes são consumidores especiais e consumidores livres, totalizando quase que 1.800 desses agentes. Em segundo lugar, vem a categoria dos produtores independentes, depois comercializadores, depois, então, os distribuidores.

A conciliação a que me referi no processo mensal busca fazer a diferença entre valores contratados e valores efetivamente realizados ao longo do mês. Então, cada um dos agentes tem uma energia contratada, porque o marco regulatório de 2004 estabeleceu que todos os agentes que atuam no setor de energia no Brasil, para ter a segurança do suprimento de energia, têm que estar 100% contratados. Então, esses agentes têm que estar previamente contratados. Ao final do mês, faz-se uma comparação entre energia contratada e energia efetivamente consumida. Essa diferença é liquidada no mercado de curto prazo, ao Preço de Liquidação das Diferenças. Aqueles agentes que não estão 100% contratados são, então, penalizados.

O Preço de Liquidação das Diferenças é calculado a partir do Custo Marginal de Operação, que é determinado a partir da operação do sistema e é uma atividade do Operador Nacional. A partir da determinação do Custo Marginal de Operação, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica estabelece o Preço de Liquidação das Diferenças.

Este preço tem sofrido algumas variações, variações essas que são função justamente das questões climáticas do País, dada a característica da nossa matriz. Então, se formos verificar, sempre esses picos, que significam aumentos grandes do Preço de Liquidação das Diferenças e, por trás, trazem um aumento acentuado do CMO, vão nos mostrar grandes variações de afluências nas nossas bacias. Atualmente, já mencionado aqui, estamos com o nosso PLD no seu preço teto nos supermercados sudeste e sul e próximo do teto nas outras regiões. Na Região Nordeste, a região verde, e um pouco mais abaixo, na Região Norte.

O consumo de energia no Brasil – hoje na faixa de 62 mil megawatts médios, está dividido em dois ambientes, como já mencionamos: o Ambiente de Contratação Livre responde hoje por 27% e 73% está a cargo do Ambiente de Contratação Regulada.

Responsáveis pelas liquidações, ao longo de 2013, nós liquidamos, no mercado de curto prazo, R\$15 milhões. A marcação amarela significa os valores inadimplidos ao longo do ano. Verifica-se, então, um crescimento dessa inadimplência ao final do ano, mas esse valor já foi reduzido em janeiro e deve ficar na faixa de 1%.

Não fazemos apenas a liquidação no mercado de curto prazo, mas somos responsáveis também por mais quatro liquidações, que são a liquidação dos mecanismos de sobras e déficits, de energia de reserva, cotas de garantias físicas e cotas das duas usinas nucleares de Angra. E isso totalizou, ao longo de 2013, praticamente R\$20 bilhões.

Uma das funções da Câmara é prestar informações ao mercado de energia, assegurando transparência e simetria nas informações. Então, ao longo dessa última década, nós vimos disponibilizando para o mercado um conjunto de informações de forma a permitir que os agentes possam atuar no mercado com conhecimento, com informações para fazer as suas melhores operações. Então, hoje, no nosso *site*, estão disponibilizadas todas essas informações que permitem que os agentes e a sociedade tenham informações de como funciona hoje o mercado de energia no Brasil. Adicionalmente, nós fazemos mensalmente uma explicação da determinação do preço de liquidação da diferença através de uma transmissão ao vivo, disseminando informações para todo o País.

Obrigado, Senador, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Luiz Eduardo Barata Ferreira, Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Encerrando a oitava dos nossos palestrantes de hoje, passo a palavra ao Dr. Márcio Zimmermann, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Obrigado, Presidente Collor, eu gostaria de cumprimentar os Senadores aqui presentes da Comissão de Infraestrutura. É uma satisfação muito grande voltar a participar, ter a oportunidade de participar na Comissão de Infraestrutura, que muito tem contribuído. Falando como Ministério, resalto a importância de o Ministério sempre ter a oportunidade de debater nesta Comissão. Eu mesmo já tive a oportunidade de diversas vezes participar aqui e nós sabemos o quanto é enriquecedora, esclarecedora esta oportunidade de tanto apresentar quanto receber perguntas e questionamentos por parte dos próprios Senadores.

Presidente Collor, eu acho que, no momento atual, quando a Comissão de Infraestrutura organiza um evento como este, é uma oportunidade ímpar de, de repente, nós estarmos aqui, começando pela ponta, o Barata, que é um profissional de mais de, não vou falar o tempo, mas deve ser de mais de 30, 40 anos, que trabalhou no setor por vários anos, hoje é Presidente da CCEE, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, dando aquela visão do comercializador, a visão da Câmara de Comercialização, mas aliado a toda uma bagagem, porque ele é um membro também do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico; o Dr. Tolmasquim, que teve uma participação ativa, ele mesmo teve a oportunidade de comentar, ele liderou, à época, junto com a Presidente Dilma, todo aquele processo de reestruturação, uma reestruturação necessária que foi feita no setor elétrico brasileiro, que, afinal, em 2013 ele tinha vindo de uma crise muito forte, precisava ser repensado – e foi – e é esse o modelo que nós temos hoje funcionando, também com longos anos aí tanto na academia quanto no setor. E é até interessante, ele é de uma empresa de planejamento, e eu me lembro de que alguns anos atrás havia uma discussão muito grande de que, na verdade, não se precisava de planejamento, que o mercado resolveria tudo.

Mas quando se ia à pátria do capitalismo, os Estados Unidos, e via que a estrutura de planejamento energético dentro do departamento de energia contava com 600 profissionais de alto nível.

Então, esse foi um resgate importante que o Brasil fez de toda a história de planejamento que o setor elétrico teve no passado. Aqui está o Dr. Altino, que coordenou isso no passado. Hoje, ele é Secretário de Planejamento do Ministério. Como foi importante a retomada disso!

O Dr. Hermes Chipp também é outro membro do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico. Não vou falar do tempo, porque também vai ultrapassar... Mas foram longos anos de Eletrobrás, foram longos anos como diretor operador, desde a década de 90, e como presidente agora, já no segundo mandato. É também um profissional com larga experiência. Também participa ativamente do Comitê de Monitoramento.

Claudio Sales – eu até estava conversando com ele – veio para o setor na década de 90, com uma longa história também da década anterior. Ele tem feito um trabalho muito interessante através do Instituto Acende Brasil no sentido de, desligado de segmentos, tentar estudar e aprofundar a questão. Como é amigo também do Ministro Lobão, ele frequenta muito o Ministério, levando sempre até lá as contribuições dele e do grupo de estudos dele.

Presidente Collor, aqui, tivemos a oportunidade de falar muitas coisas talvez para quem não acompanha o setor no dia a dia. Mas acho que é importante começarmos a ver, primeiro, que esse modelo que se implantou a partir de 2003 nasceu justamente num pós-acionamento. E, num pós-acionamento, você teve de fazer diversos ajustes, porque você estava com uma aversão àquele tipo de situação que levou a uma queda de PIB muito forte do Brasil, que teve um prejuízo econômico muito forte. Você organizou o Ministério. E passou a haver esse Comitê de Monitoramento, que não existia no passado – esta foi uma das primeiras coisas detectadas – e que é importante. Hoje, o Ministério, o Governo não tem miopia em relação ao que está ocorrendo no setor. Nós temos um diagnóstico perfeito. Nós fazemos um acompanhamento perfeito.

Muitas vezes, por exemplo – toco neste ponto –, vejo o problema de que atrasou a obra x, de que atrasou a obra y, de que o relatório da Aneel fala isso. Nós temos um departamento que atua junto com instituições

como ONS, Aneel e EPE e que trabalha firmemente nesse monitoramento. É como uma sala de situação que funciona diretamente trabalhando com isso.

Aí esta é a primeira reação que vem: “Ah, atrasou a obra tal, e, então, instantaneamente, o sistema está fragilizado.” Não! Planejamento você expande por faixa, até porque você mexe com outra variável, que são as oscilações que existem no consumo. E o que você tem conseguido quando analisa por que nós dizemos com tranquilidade que o sistema está em equilíbrio estrutural? Quanto àquela necessidade que tínhamos de expansão, o sistema está se expandindo adequadamente. Pode-se dizer: “Ah, atrasou a usina tal”. O parque eólico da Bahia deu muito motivo de divulgação na mídia, porque, numa das linhas, a Chesf teve um problema sério com o IPHAN ou com outro órgão lá, e a linha acabou não ficando pronta. Acho que eram 300 *megawatts* ou 400 *megawatts* ou algo parecido. Mas, quando você vai na faixa fazendo blocos e quando flutua o mercado, tudo isso nos dá tranquilidade, porque estamos monitorando isso e podemos afirmar tranquilamente que o Brasil está em equilíbrio estrutural na oferta de energia.

Nós voltamos a outro ponto que foi muito bem comentado aqui pelo próprio Hermes. É o aspecto que é levantado: “Bom, mas o Brasil está passando por um momento conjuntural ruim”, em termos de um país que serve de exemplo para o mundo por ter o maior percentual de energia renovável na matriz energética. E na matriz elétrica é um dos maiores do mundo, com praticamente 80%.

Ele tem conseguido expandir. Hoje ele não consegue expandir e atender totalmente ao seu mercado com a hidroeletricidade. Já faz algum tempo. Os requisitos socioambientais da sociedade cresceram, e, a partir disso, passou a haver expansão também do parque termoeletrico.

Aí nós voltamos às origens: quando os canadenses nos deram o modelo com o qual nós trabalhamos aqui no Brasil, o nosso modelo energético foi muito baseado nas origens do Canadá, que não deixava de ser um modelo hidrotérmico. Então, já nos princípios, ele tinha um percentual teto. No Brasil, passou anos sem crescer muito e, de uns anos para cá, aumentou.

Nesse modelo hidrotérmico, a lógica dele – isso foi bem falado aqui – é a seguinte: conjunturalmente, se estou com a água, a percepção de afluência, se os modelos de otimização energética indicam a necessidade de gerar térmica, ele manda gerar. O pessoal confunde. Muita gente faz confusão: “As térmicas são energia de reserva.” Não são. No Brasil nós contratamos térmica. Uma vez nós contratamos térmica emergencial. Foi naquela crise do racionamento em 2001/2002. Nos leilões que nós contratamos, de 2005 para cá, as térmicas que entraram venderam garantia física. Elas entraram estruturalmente. “Mas é um problema haver térmica no País”. Vamos dar uma volta no mundo: como é que a demanda térmica é atendida no mundo, a demanda de energia? São 68% de térmicas oriundas de combustível fóssil. Vejam bem, 68% de toda a energia produzida no mundo são de térmicas de combustível fóssil. Se colocarmos a nuclear e as outras cresce o percentual térmico.

E o Brasil, quando contratou essas térmicas? “É um problema a térmica ficar gerando direto.” Eu tenho visto até declarações de que isso vai quebrar tudo, que não aguenta, não sei quê. Não! O Brasil está usando o mesmo tipo de térmica que é instalado em qualquer lugar do mundo, ou vocês acham que nós compramos uma térmica para ficar decorando estrada, que não vai gerar nunca? Não! Você contratou térmica realmente que participa da nossa matriz, e o fato de gerar ou não tem a ver somente com a percepção de risco, com a percepção de preço, do custo da água em função de uma expectativa de afluência, já que a nossa base é hidrelétrica, mas o equipamento térmico é igual aqui, ao dos Estados Unidos, ao da China e ao da Europa. Não há diferença. E lá elas operam continuamente respeitando taxas de indisponibilidade, indisponibilidade programada, como qualquer, inclusive, máquina de usina hidrelétrica. É a regra. Ninguém vai deixar uma máquina hidrelétrica operando 100% do tempo. Também para manutenção, e é o que ocorre com térmica também. Este é o processo: uma usina hidrelétrica está negociando sempre com o operador, e uma usina termelétrica também faz sua negociação.

Agora, no atual momento, conjunturalmente – este é o ponto importante –, esse é um daqueles períodos em que geramos térmica. O que ocorre, que foi bem abordado por todos eles, inclusive pelo Claudio, é o aspecto de que, quando eu gero térmica, tenho que pagar, a empresa que tem contratado a térmica tem que pagar um determinado valor que, dependendo do combustível que ela usa, pode ser de patamar mais alto. Realmente existe isso. Realmente é assim.

Quando nós fazemos uma análise daqueles anos hidrológicos bons, vemos que o nosso preço de energia fica lá embaixo, porque o custo da água está muito baixo. Na verdade, o ideal é que, naquela época, eu já pegasse uma parte para cobrir depois, quando eu precisar gerar, já que, no meu modelo, é normal acionar a térmica. No modelo que o sistema elétrico brasileiro tem, ele aciona a térmica de uma forma integrada para otimizar, da forma melhor, o custo final dessa operação desse sistema hidrotérmico. Então, o aspecto da térmica é um ponto importante.

Outro aspecto é que o Brasil não tem conseguido mais crescer e diminuiu a capacidade de regularização, o que significa – vi até um quadrinho que apareceu outro dia na Rede Globo –, há a questão de tantos anos, que, com os reservatórios cheios, eu aguentava quatro anos, tinha uma capacidade de regularização de três ou quatro anos, e, agora, eu aguento cinco ou seis meses.

Na verdade, eu vejo que isto esteve muito em pauta, foi uma discussão praticamente nacional: fazer usina com reservatório. Eu só peço que essa turma que levanta a bandeira da usina com reservatório nos ajude a viabilizar todas as usinas hidrelétricas, porque nenhum modelo, nenhuma usina que nós licitamos até hoje foi licitada canibalizando um aproveitamento hidrelétrico. Usina com características de engenharia pode ser com reservatório ou fio d'água. O fato de as licenças terem saído para usinas a fio d'água por causa do impacto ambiental menor foi se implantando. Então, é uma discussão profunda para se fazer na sociedade.

Eu só não sei hoje o quanto nós vamos conseguir avançar em usinas com reservatório, já que a nossa fronteira é a Amazônia, onde há os maiores potenciais hoje e onde a gente está investindo em geração. E tem a característica de ser uma região muito plana. Então, para fazer usinas com grandes reservatórios, nós corremos o risco de ter de fazer algumas “balbinas” da vida, o que teria um impacto bastante complexo.

De qualquer forma, se o mundo gera 80% de termelétrica para atender à sua demanda elétrica e os países são viáveis, se dão bem economicamente, não é possível que o Brasil não consiga ter uma matriz que tenha 20%, 30% de termelétrica e fique com preços altamente viáveis. Não existe essa possibilidade.

Agora, quando nós voltamos para esse Brasil, nós vemos que é um país que tem hoje consumo *per capita* de 2,4kWh. O europeu trabalha com quatro vezes mais do que isso; o americano, com seis vezes mais do que isso. Nós temos um desafio. Por isso é importante, quando nós falamos, Presidente, da importância do modelo, resgatar um ponto que o Tolmasquim tocou ainda há pouco: atrair o investimento privado.

O setor elétrico brasileiro, nos últimos anos, foi o setor elétrico do mundo que mais atraiu investimentos estrangeiros. Quando nós falamos que montou-se um modelo que se antecipa, tenho demanda, faço leilão e, em todos os leilões nossos, nós contratamos que só é obrigada a participar do leilão a empresa distribuidora e todas as demandas foram atendidas, isso nos leva àquela tranquilidade de dizer que nós estamos em equilíbrio estrutural.

Quanto ao modelo, mesmo quando se fala da 579, da Lei 12.783, nós fizemos leilões na sequência, lembramos que a Lei 12.783 não tem nada a ver com a expansão do setor elétrico; era só o caso de empresas estatais que já tinham usinas há 50, 30, 40 anos, que já tinham que devolver a concessão, e foi devolvida. Só isso. Não tem nada a ver. O problema é que nós fizemos leilões na sequência de usinas, de linhas de transmissão e foi um sucesso para a disputa, porque todo mundo já sabia a regra. Em 2005, no primeiro leilão, já sabiam: vou lá, vou disputar a usina, vou operar e manter, ganhar, investir, operar e manter, implantar usina durante cinco anos, depois, recuperar o meu investimento em 30 anos e pronto. Mas o assunto é misturado, como se fosse uma coisa com a outra – a medida 579 tem a ver com uma situação de baixa fluência hoje –, e não tem nada a ver.

Às vezes, eu vejo uma confusão que ocorre: “Ah, porque ocorreu a medida eu tive que gerar mais térmica”. Não tem nada a ver. A geração térmica que teria de ser feita no sistema hidrotérmico como o nosso é a mesma que teria que ter ocorrido com a 579 ou sem a 579. É uma característica natural. Não tem nada a ver. Mas até isso é confundido.

Então, senhores, eu acho que um aspecto que, no Senado Federal, é importante nesta Comissão nós trazermos é aquele aspecto da seriedade com que é tratado esse assunto, a forma como o Ministro Lobão tem conduzido o Ministério de Minas e Energia no sentido da abertura para todos os debates, abertura para todas as competências técnicas que nós temos no âmbito da estrutura setorial. E até, não é diferente, porque o Senador Lobão, o Ministro Lobão é originário desta Casa, foi Presidente desta Comissão e tem trabalhado ativamente com os técnicos que compõem a estrutura do setor elétrico de forma bastante responsável e sempre passando aquela tranquilidade no sentido de que o Ministério está acompanhando *on-line*, quer dizer, direto essa crise conjuntural que nós temos.

Mas, ao mesmo tempo, nós temos a tranquilidade de dizer que nós estamos com esse equilíbrio estrutural sendo conquistado ao longo dos últimos anos e com um aspecto saudável que é: continuamos atraindo o investimento privado, tanto o privado nacional como internacional. Eu só cito um dado. Hoje nós estamos trabalhando com, se considerarmos toda a capacidade instalada do Brasil, praticamente cento e trinta e poucos megawatts; com o que entra este ano, cento e trinta e quatro mil e pouco. Se nós consideramos de 2003 para cá, demos um salto de cerca de 50 mil, 60 mil megawatts. Essa é uma capacidade bastante razoável.

Às vezes, há um aspecto. Eu já vi também um gráfico na televisão comparando a potência que cresceu e esquecendo que houve um crescimento nesse período de muita geração térmica. Isso significa que os nossos lastros de garantia física também cresceram.

Então, mais uma vez, eu acho que não tenho como deixar de comentar que eu, ao longo dos anos, até por ter vivido bastante tempo no setor, vi que os modelos dos países vão evoluindo, vão ajustando modelos, mas uma coisa que me chama a atenção pela minha própria passagem pelo Ministério é o despertar que houve, em outros países, de características positivas do nosso modelo. Eu me lembro de que um ministro inglês – e olha que na Inglaterra nasceu aquele modelo nosso da Coopers, que a Margaret Thatcher fez na década de 80 – esteve aqui. A Inglaterra agora está precisando fazer expansão de geração. E ele fez um comentário que achei interessante. O Brasil, na época do modelo da Coopers, foi lá e pegou as bases, já que a Inglaterra tinha feito aquela revolução na indústria de energia elétrica no mundo. E o Brasil usou muito aquilo, participou ativamente – o Barata comentou, o pessoal aí – na época do RE-SEB. E hoje ainda nós temos vários pontos que são... Mas uma coisa que não fechava no Brasil e por isso deu aquele problema que o Tolmasquim falou ainda há pouco, da expansão na década de 90, é que eu não conseguia fechar a atratividade para o investidor vir, porque eu não dava o PPA. O PPA (Power Purchase Agreement) é o contrato de compra de energia de 20, 30 anos, 15 anos. Aí esse ministro inglês disse o seguinte: “Nós agora estamos copiando vocês. Para viabilizar, nós estamos precisando expandir a geração para trocar fonte, não sei quê.” E antes eles só trabalhavam com contratos de curto prazo. E falaram: “Nós vimos acompanhando o modelo de vocês, vocês conseguem fazer uma expansão dentro de regras de mercado, e agora nós vamos usar contratos de longo prazo como vocês fizeram.”

(Soa a campainha.)

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – E isso para garantir financiabilidade, para garantir essa expansão que eles tinham lá.

Então, acho que, por mais que os modelos evoluam, é importante observar: esse modelo saneou vários gargalos que nós tivemos no passado e continua muito vivo. Prova é que em todo leilão que faço, a atratividade, a oportunidade de vir, de expandir a energia nova ocorre naturalmente.

Presidente Collor, para encerrar esta participação aqui, mais uma vez agradeço a oportunidade excelente que está dando para nós, do setor elétrico, de podermos dar nossa visão. Estamos à disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério das Minas e Energia, pela sua apresentação.

Seguindo a lista de Srs. Senadores inscritos, o primeiro é o autor do requerimento que proporciona a audiência pública de hoje, S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr. Presidente, usando a expressão do Dr. Márcio Zimmermann, estamos aqui com a história viva do setor elétrico brasileiro. Dr. Márcio declarou – não sei se deveria, mas declarou – que nós temos convidados aqui com duas, três, quatro décadas de experiência. *(Risos.)* Não fui eu que disse, foi o Dr. Márcio. Experiência e vivência no setor elétrico brasileiro. E esta é uma oportunidade ímpar para esta Comissão de Infraestrutura porque este tema está frequentando o dia o dia, o cotidiano, a rotina dos brasileiros. Não há quem não esteja preocupado com a evolução do sistema elétrico brasileiro, dada a conjuntura de estresse hídrico, que vem acompanhada de um conjunto de especulações muito forte. Essas especulações fazem algum sentido porque, à medida que as autoridades do Governo afirmam risco zero, alguns apagões localizados, aqui e acolá, acabam gerando muita instabilidade no sentimento da população brasileira. Ainda que explicações e justificativas sejam dadas para cada um desses apagões, isso acaba gerando uma confusão nesse momento conjuntural que estamos atravessando.

A todo momento, somos questionados sobre a real situação do sistema elétrico brasileiro. Eu pude me permitir, ao longo dos últimos dias, fazer uma leitura mais atenta... Não sou especialista nem tenho a pretensão de ser, mas nós estamos aqui diante de pessoas que têm uma vida devotada a essa causa, e esta é uma oportunidade ímpar para todos nós.

Quero saudar a forma tranquila e segura com que todos os senhores se manifestaram em relação ao tema. Isto é muito importante para a sociedade brasileira: a tranquilidade com que V. S^{as} se dirigem a todos em relação a essas questões.

Mas, ainda assim, quando a gente tem acesso a documentos como o Acende Brasil acaba de divulgar... É um documento que não deixa de reconhecer o quanto, nos últimos anos, nosso sistema elétrico ganhou robustez, não só em capacidade de geração, mas também em linhas de transmissão. É notável. Nos últimos anos, sob o governo do Presidente Lula e também da Presidente Dilma, incorporou-se ao sistema elétrico brasileiro 50%, basicamente, do total de toda a história brasileira. Isso é notável. V. Ex^a foi Presidente da República e sabe o desafio que é colocar de pé programas dessa magnitude. Enfim, nos últimos 11 anos, colocou-se de pé 50% da capacidade ofertada de geração do nosso País. Isso não é pouco, isso é um esforço notável. E me parece que há reconhecimento de todos os especialistas em relação a esse esforço nos últimos anos.

Ainda assim, a gente chega à conclusão de que, por maior que tenha sido o êxito desse programa, ele é insuficiente para suportar a oferta de energia de que nosso País necessita para que a gente possa crescer a taxas de que também nós, brasileiros, necessitamos.

Em que pese toda essa tranquilidade, chama atenção, além desse reconhecimento, no documento do Acende Brasil, publicado recentemente, “Aprimoramentos para o Setor Elétrico: Propostas [para o futuro] [...]”, as suas conclusões. Diz aqui o Acende Brasil:

Há uma perturbadora falta de coordenação na implantação dos novos empreendimentos de energia: há usinas que não podem operar por falta de transmissão; há linhas de transmissão ociosas por falta de subestações para receber a energia; há distribuidoras que incorrem em sobrecustos por atraso de obras de transmissão; o processo de licenciamento é uma constante fonte de incerteza, mesmo após a emissão das licenças; e a construção de novos empreendimentos é prejudicada por paralisações, vandalismo e depredações.

A eficácia dos leilões como instrumentos de promoção eficiente da expansão por meio da concorrência tem sido lesada por inúmeros fatores que prejudicam a isonomia competitiva nos leilões: participação de empreendedores que desonram os compromissos assumidos; segmentação arbitrária do mercado; dirigismo governamental conduzido por meio de estatais de energia e fundos de pensão estatais que atuam como acionistas do grupo controlador das empresas de energia ou pela concessão de financiamentos de bancos públicos; e falta de iniciativa para resolver gargalos regulatórios que impedem a evolução eficiente do setor, como, por exemplo, no caso de fornecimento de gás natural para termelétricas.

Há um reconhecimento, por parte de todos, do esforço que a entidade tem feito para trazer a debate esses elementos, e nosso Secretário-Executivo também admite, evidentemente, as contribuições que o Acende Brasil traz ao debate.

Então, fica a impressão de que não temos apenas, ou não estamos apenas diante de um desafio relacionado ao estresse hídrico; nós temos um conjunto de outras variáveis que estão influenciando para, de alguma forma, não permitir, ainda que haja um reconhecimento por aquilo que foi feito nos últimos anos, aquilo que poderia ser feito se alguns desses gargalos fossem superados num ambiente de trabalho cotidiano.

Eu queria me dirigir ao Dr. Claudio Sales, para que ele pudesse fazer uma abordagem para além do problema relacionado ao estresse hídrico. É fato que, nos últimos anos, o País optou pelas usinas a fio d’água, e isso gerou certa fragilidade do sistema em relação ao regime de chuvas, porque, por razões socioambientais, fomos obrigados a partir para esse sistema. E é curioso e contraditório, porque fizemos essa opção para diminuir os custos ambientais e tivemos de ativar as nossas termelétricas, que são altamente poluentes. Então, é como se um esforço fosse anulado por um outro esforço, e chama a atenção o fato de não termos desenvolvido termelétricas com outras fontes, como gás, por exemplo, biomassa e outras mais, que são menos poluentes. Então, são aspectos estruturais que se misturam a aspectos conjunturais dessa crise que estamos enfrentando.

Assim, surgem perguntas como as que quero dirigir a V. S^{as}, agradecendo a oportunidade desta conversa franca, que é acompanhada pela TV Senado e que dá oportunidade aos contribuintes brasileiros de terem acesso a uma fala direta em lugar das especulações frequentes e cotidianas.

Qual é a verdade sobre o risco de racionamento? Foi dito que há uma diferença básica entre 2001 e 2014. Se não chover até o final do mês de abril ou de maio, qual é o plano B? Há que ter um plano B se formos surpreendidos por bom ou mau humor de São Pedro. Quer dizer, nós estamos hoje absolutamente dependentes dessa circunstância.

Vamos precisar racionar energia? O que está sendo feito de concreto para evitar isso e quais serão os ônus sobre os consumidores? Ou seja, esses custos adicionais serão absorvidos pelo Governo ou terão de ser absorvidos ou compartilhados com a sociedade brasileira?

Por que tanto atraso em obras de geração e transmissão, que são estratégicas? Temos a todo momento anúncio do Governo de volumes significativos da capacidade instalada de, em média, nos últimos 11 anos, algo em torno de 4 mil megawatts por ano, sendo adicionados ao sistema brasileiro. Como todos esses megawatts anunciados não estão sendo capazes de atender ao crescimento de consumo da população brasileira, enfim, do nosso País?

Quanto custará ao Tesouro Nacional a conta de compensação do déficit tarifário no setor elétrico? Quando e como pagaremos essa conta? Quer dizer, há especulações a todo momento na imprensa de números que variam entre R\$22, R\$24, R\$25, R\$28 bilhões de sobrecusto em função do acionamento de nossas termelétricas.

Como está estruturada a cadeia de abastecimento? Em que falhamos e em que aspectos podemos melhorar para evitar se repita a situação atual, em que usinas prontas não entregam energia por causa da falta de linhas de transmissão, em que pese, do ponto de vista do conjunto, ser irrelevante – estamos falando aqui dos parques eólicos da Bahia e do Rio Grande do Norte, da ordem, quero crer, de 1.200 a 1300 megawatts. Mas, ainda assim, são contribuições importantes que, no conjunto dessa parte, auxiliam muito com o todo.

Para os leigos e para a população brasileira de forma geral, o que interessa é ter energia confiável e a um preço justo. Com tantos apagões, a confiabilidade parece estar piorando, assim como o custo da operação das usinas termelétricas está aumentando e se tornando elevadíssimo para a sociedade brasileira.

Temos um ambiente institucional que ajuda ou atrapalha os negócios e o desenvolvimento nacional? Como podemos evoluir nesse ambiente de negócio? Até que ponto os trâmites burocráticos agravam os impactos de uma seca? O que podemos fazer no curto, médio e longo prazo? Estamos realmente expandindo um sistema com as usinas de que precisamos? Estamos tendo as usinas certas nos locais certos? Por que tantas usinas a óleo para serem operadas na base com custos tão elevados? Não seria mais interessante e menos custoso se estivéssemos expandindo com usinas de baixo custo de operação? Já falamos aqui em biomassa, gás, etc.

Enfim, essas questões todas perpassam no imaginário das pessoas, das pessoas leigas, sobretudo, que não tiveram a oportunidade, como V. S^{as} tiveram, para se especializar ao longo de suas vidas.

Então, esse é o sentido desta audiência pública na Comissão de Infraestrutura, para que os brasileiros que nos acompanham possam ter acesso a declarações e manifestações claras e objetivas em relação a essas questões.

Há reclamações sobre a estrutura tributária do setor elétrico. Não é o momento de nós, em função da circunstância e da conjuntura, fazermos uma revisão da carga tributária do setor elétrico brasileiro?

Enfim, são questões a que, a todo momento, somos alçados. Há questionamentos por entidades, por associações. Há mesmo, na última semana, documento de mais de 15 entidades do setor, solicitando ao Ministério das Minas e Energia uma interlocução mais frequente, decisões compartilhadas nesse ambiente de crise.

Enfim, essas são as questões, Sr. Presidente, que eu gostaria de dirigir, com a máxima vênua e respeito, ao conhecimento e à *expertise* de V. S^{as}. Essas são as preocupações e as angústias que eu tenho observado nos últimos dias e que me fizeram requerer, nesta Comissão, esta audiência pública, para que pudéssemos ter a honra de receber V. S^{as} aqui conosco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço, que é o autor do requerimento de convite aos nossos palestrantes do dia de hoje para esta audiência pública.

Eu passaria a palavra inicialmente ao Dr. Claudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil, já que S. Ex^a, o Senador Ricardo Ferraço, fez menção a um documento da lavra do Instituto, para ele adicionar e corroborar aquilo que foi dito pelo Senador Ricardo Ferraço com base no documento do Instituto Acende Brasil.

O SR. CLAUDIO SALES – Muito grato pela palavra. De antemão, cumprimento aqui o Senador Ricardo Ferraço por essa iniciativa. Acho extremamente importante e destaco alguns dos aspectos que mencionou.

Primeiro, a maneira serena com que estão sendo discutidas aqui, e acho que devem ser discutidas mesmo, todas essas questões do setor elétrico.

Segundo, a separação da discussão entre a questão conjuntural que estamos vivendo hoje e uma questão mais estrutural do setor. E, sobre isso, há esse documento a que o senhor se referiu, e cabe esclarecer que esse documento, Sr. Presidente, foi produzido a ponto de entregarmos, em meados de fevereiro deste ano, como uma proposta aos candidatos a candidato à Presidência da República, como proposta de aprimoramentos para o setor elétrico.

O que nós fizemos, dado que está para ser decidido quem vai conduzir o mandato 2015/2018, foi dar uma contribuição da nossa visão sobre os problemas do setor elétrico, que, a despeito de alguns avanços, tem ainda muito o que aprimorar.

E fizemos isso separando as grandes questões do setor elétrico em três dimensões. Primeiro, a questão da adequação da oferta, que abrange os temas inclusive com que estamos lidando aqui. A segunda, a questão da modicidade tarifária; obviamente, enfim, não basta assegurar que tenhamos a energia adequada, mas que seja o custo mais eficiente possível para os consumidores, para as indústrias e para as empresas. Terceira, a questão de credibilidade e confiança.

No setor capital intensivo, como o de energia elétrica, que depende de investimentos privados tanto quanto de estatais, investimentos feitos em curto espaço de tempo, mas para serem amortizados em décadas – 20, 30 anos –, o ambiente institucional com elevado grau de governança institucional é fundamental para que isso se dê ao menor custo possível para a sociedade.

Enfim, sobre cada um desses temas nós apresentamos diagnósticos e um conjunto de proposições, de recomendações, todas elas numeradas. Entregamos esse documento inicialmente para os candidatos, suas equipes. Logo em seguida, eu os encaminhei, porque achei que era conveniente para as autoridades do setor. Eu estava até verificando, parece que todos os presentes aqui receberam, ou devem ter recebido, meu *e-mail* de fevereiro, encaminhando esse documento, dando tempo para que houvesse a reflexão. Desde a semana

passada, Senador Fernando, tornamos isso público no nosso *site*. Então, está à disposição de toda a sociedade que o queira, e vou tomar todo o cuidado pessoal, Presidente Fernando Collor, de encaminhar diretamente também para os *e-mails* de V. Ex^{as} esses documentos tão logo eu saia daqui.

Todas essas situações que o Senador mencionou – e percebi aqui que o senhor estava tirando deste documento – são factuais e mostram o retrato das dificuldades que o setor tem de caminhar com eficiência. E isso seria possível, certamente desejável, mas, por tropeços de diversas naturezas, não estamos conseguindo. Foram citados problemas de vandalismo que atrasam obras, foram citados problemas de dificuldades de licenciamento ambiental, enfim, não vou repetir a relação dos pontos. Foram citados aspectos de descoordenação, em última instância, do planejamento entre expansão de geração e transmissão. Lembro-me de cabeça, tenho alguns exemplos. Há um caso até, para corroborar isso, de um exemplo, que está citado, de uma linha de transmissão. Os prazos concedidos nos leilões para uma linha de transmissão e para as usinas eram incompatíveis, quer dizer, a usina ficaria até pronta no prazo preestabelecido, ficaria pronta antes de estar pronta a linha de transmissão.

Enfim, a serenidade com que apontamos esses problemas tem o propósito de entusiasmar a todos para resolvê-los. É a somatória deles que mostra que, ao contrário do que intuitivamente admitimos, ou seja, que energia elétrica seria um fator de alavancagem da competitividade brasileira no cenário internacional, ela não o é, não estamos conseguindo fazer. Hoje, qualquer investidor que pense em implantar uma indústria aqui, no Brasil, vai levantar quinhentas questões sobre o abastecimento de eletricidade e custo de eletricidade que, no mínimo, se não frustram o investimento dentro do Brasil, trazem dificuldades, trazem riscos, trazem custos adicionais para esse investimento.

Esse documento, aliás, quem se der ao trabalho de ler vai perceber o esforço de síntese que fizemos porque é impossível, dada a complexidade das questões no setor, não é fácil sintetizar em meia dúzia de dezenas de páginas todos os problemas. Com humildade, reconhecemos que não temos essa pretensão, mas pelo menos estão listados, com exemplos e dados factuais, casos que ilustram e nos dão energia para enfrentar. E ali estão também as recomendações de como enfrentar.

Ainda acerca do que nos disse o Senador Ferraço, um ponto quero destacar. Tem a ver com o custo da energia na conta do consumidor. A questão tributária que o senhor levantou está mencionada ali. E vou dar um dado que não está nesse documento, mas que foi de um levantamento recente que fizemos: hoje, nos balanços das empresas, Senador Collor, tem lá, por norma da CVM, a indicação do valor adicionado. O valor adicionado posso traduzir como a geração de riquezas que a empresa é capaz de produzir a partir do custo dos insumos todos utilizados em uma empresa, de qualquer atividade, o que, graças ao seu trabalho, ela adiciona, a riqueza que ela gera, e como isso é dividido. É uma obrigação legal das empresas publicar isso no balanço.

Fizemos o levantamento das empresas no setor elétrico no ano passado. De cem por cento do valor adicionado, ou seja, da riqueza criada por elas – vou errar na segunda casa certamente, porque estou citando de memória – sessenta e tantos por cento, ou melhor, cerca de quinze... O valor adicionado é dividido entre o trabalho, quer dizer, entre os empregados da empresa, entre os financiadores da empresa, enfim, os financiamentos que toma, entre os acionistas, obviamente, que têm a remuneração pelo capital investido, e o Governo, que arrecada através de impostos etc. O dado do ano passado é o seguinte: sessenta e tantos por cento do valor adicionado pelas empresas do setor elétrico foi para o Governo; quinze e tantos por cento ou dezesseis por cento para o trabalho; outros tantos para os financiadores; e para os acionistas foi negativo. Então, é impossível imaginar um setor de infraestrutura em que investimentos são feitos no longo prazo com um cenário como esse.

Esse é mais um indicador, Senador Ferraço, que se soma aos que o senhor mencionou e que mostra como se tem que mudar e aprimorar uma série de coisas para que possamos ter contribuição do setor elétrico para o desenvolvimento do País em um nível de eficiência que todos queremos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Claudio Sales.

Antes de passar a palavra ao Secretário-Executivo do Ministério das Minas e Energia, Dr. Marcio Zimmermann, talvez, objetivando um pouco e sintetizando tudo aquilo que foi muito bem colocado por S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço, há dois pontos que, com a permissão de V. Ex^{as}, eu me permitiria levar a V. S^{as}. O primeiro deles é a percepção que a população tem do que está significando essa enxurrada de notícias que os meios nos trazem diariamente, dando conta de um iminente colapso no fornecimento de energia elétrica no País. Ou seja, há essa percepção por parte da população, e essa percepção vem também se consolidando na medida em que, aqui e acolá, existam quedas no fornecimento de energia em função de problemas nas linhas de abastecimento, de curtos-circuitos ou de eventos da natureza. Então, o modo mais fácil de se levar esse raciocínio a uma população que quer informação rápida, instantânea e sem muitas dificuldades de entendimento é de que essas interrupções no fornecimento de energia estão ocorrendo em função de uma deficiência no sistema

de fornecimento de energia elétrica no nosso País. Quando vem o noticiário dizendo que há possibilidade de racionamento, isso automaticamente se instala na cabeça de todos, e fica essa situação criada.

Acho que uma resposta objetiva a esse ponto, ou seja, de dizer à população, dentro daquilo que S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço colocou, é se existe ou não, de uma vez por todas, mesmo com a previsão de que os meses a partir de março e abril não sejam tão copiosos em termos de precipitação pluviométrica, possibilidade de haver esse racionamento.

Em segundo lugar, essas quedas no fornecimento de energia elétrica que ocorreram recentemente deveram-se a uma falta de capacidade de gerar energia ou foram fruto de acidentes nas linhas de transmissão? E que acidentes foram esses?

A outra questão é a seguinte, da qual se fala muito: isso vai custar mais ao contribuinte. O contribuinte terá que participar dessa conta, já que o Tesouro Nacional, em função do acionamento das termelétricas, que estão aí para serem acionadas em momento de necessidade... Ninguém poderia ter, como disse o Dr. Tolmasquim, bola de cristal para saber que iria haver essa longa estiagem, razão pela qual isso não foi previsto no orçamento, ou seja, não foi previsto esse gasto de cerca de R\$20 bilhões adicionais em função do racionamento das termelétricas. Esses R\$20 bilhões a mais serão arcados com recursos do Tesouro? Ou há possibilidade de, para cobrir os recursos decorrentes do acionamento das termelétricas, isso ser repassado ao consumidor final? Então, essa seria a terceira questão.

Passo, então, a palavra ao Dr. Márcio Zimmermann.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu não estava aqui no início e não sei se as perguntas são feitas por bloco ou individualmente. Eu poderia fazer umas duas ou três perguntinhas antes do Ministro falar para aproveitar o embalo?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Se V. Ex^a me permitir, primeiro, o Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Ah, o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – O Relator está fazendo as suas perguntas e está encerrando. Em seguida, passaremos a palavra ainda ao segundo inscrito, S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro, e, em seguida, V. Ex^a, Senador Valdir Raupp, se V. Ex^a concordar.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado.

Com a palavra o Dr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Obrigado, Presidente.

Acho que o Senador Ferraço foi muito feliz em traduzir exatamente a percepção pelo bombardeio que nós temos de informações hoje. Há uma mistura total na mídia ou dos próprios especialistas de plantão de assuntos que, às vezes, são tecnicamente totalmente desconectados e eles conectam achando que... E isso gera muita confusão.

Quando nós falamos, por exemplo, bem pontualmente: a obra de transmissão atrasou e a geração... Bom, o nosso modelo funciona da seguinte forma: nós fazemos um leilão, alguém vai e “bida”, disputa com outros, e têm sido muito disputados nossos leilões, ganha a linha e esse leilão tem data para a linha entrar em operação. Quem entrou no leilão “precificou” esse risco e tem de conseguir licença ambiental para conseguir implantar no prazo. Uns estimaram errado. Então não é um problema de planejamento. Não tem nada a ver com planejamento. Nós licitamos a linha e licitamos a usina. Na usina, o ganhador diz que vai entrar daqui a três ou cinco anos. A linha, como foi planejada, é para entrar na data. Agora, empreendedor tem problema. Às vezes ele não “precificou” direito o risco de licenciamento socioambiental. E esse é um desafio que pode desmontar o negócio dele. Então esses empreendedores, essas empresas que ganham em leilão têm que ter a consciência de conseguir entrar na data.

Outro aspecto que achei importante na sua fala, Senador, foi o de gás natural. Só para o Senador ter uma ideia, daqueles 21 mil que foram falados, acho que 13 mil – não é, Hermes? – são de gás natural.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – No Brasil, daqueles 21 mil, nós temos 2 mil a carvão, 2 mil nuclear, ou 4 mil, 13, 14 mil a gás, o que dá 18 mil, e 3 mil a óleo. Então, nós já temos muito gás. Agora, o gás do mundo está vivendo um momento em que, em função da redução de geração nuclear no Japão, o mercado *spot* do gás, do GNL, subiu de preço. Hoje mesmo o preço está US\$20 por milhão de BTU. Quando você traz o preço

internalizado e paga a companhia de gás estadual mais imposto, isso eleva o preço a patamares altíssimos, o gás para contrato de *spot*, os contratos de mais longo prazo.

Às vezes há uma mistura. O Brasil, na verdade, ainda não tem produção de gás suficiente para uma oferta para o setor elétrico maior. Então nós temos três plantas de regaseificação, o que significa que nós importamos gás natural liquefeito, que é uma *commodity* com preço internacional; é como o petróleo, segue determinado padrão, e nesse nós temos uma capacidade que já está em torno de 40 milhões de metros cúbicos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Fora a Bolívia. Só que, da Bolívia, o gás vem direto pelo gasoduto. Esse vem comprimido, liquefeito, vem para cá e é regaseificado e injetado nos gasodutos. Esse é que tem o preço mais caro que a *commodity* internacional. O outro é uma *commodity* regional, um acordo, um tratado que existe entre Brasil e Bolívia. Então, há diferença de preço. Só que o mundo inteiro hoje atenta: como é que os Estados Unidos conseguem gerar, porque lá o gás está US\$2 por milhão de BTU? Se eu consigo comprar o GNL a US\$20, aquele gás do *shale gas* ou o gás não convencional eles estão conseguindo a US\$2, US\$3, US\$4 por milhão de BTU, isso significa que eles pararam de gerar carvão. Os Estados Unidos geravam praticamente metade da sua matriz a carvão. Com o advento de crescimento da exploração do gás não liquefeito, eles passaram a exportar o carvão. Aí ocorreu outro fenômeno: a Alemanha, que tinha todo aquele conceito de aumentar a participação de renovável e tal, por uma lógica econômica, passou a importar o carvão americano porque o preço estava muito baixo. A Alemanha, não sei se vocês sabem, o atendimento ao mercado de energia elétrica naquele país é quase 40% só de carvão. O restante, a maior parte, é gás natural, eólica. O carvão tem um peso muito grande.

Outro aspecto que eu achei excelente que o Senador tenha tocado de novo é este da usina a fio d'água. Quer dizer, na usina fio d'água, eu tenho um aproveitamento. Nesse aproveitamento, faço o inventário, eu localizo – essa é uma locação técnica – onde é usina fio d'água, onde é usina de reservatório. Tudo isso é feito. O que tem ocorrido é que o grande potencial brasileiro de usinas com reservatório é uma característica geográfica da Região Sudeste e Centro-Oeste. O Sul, por exemplo, faz usina desde a década de 30, 40 e você praticamente não vê usina com reservatório lá. Por quê? São cânions, usinas encaixadas, que não têm lógica de... No Sudeste era assim. Só que, no Sudeste, isso está acabando.

Então, é uma vocação, é uma característica natural do Brasil não conseguir mais aquela regularização pluviannual dos princípios do nosso modelo. Quando começamos a planejar o sistema, Canabira, etc., na década de 60, era assim. Mas hoje não há mais isso. Você conta nos dedos. Eu me lembro de que a última grande usina de reservatório que havia aqui no Sudeste, que até hoje ainda não foi feita, era Ipueiras. Deu uma polêmica muito grande, porque ela era uma usina que gerava pouco na cabeceira. Era de mil e poucos quilômetros quadrados, mas era uma típica usina com reservatório, que ajudava a regularizar. Essa ainda não saiu e esperamos que um dia venhamos a conseguir. Mas não existem mais muitas.

E quando se vai para a Amazônia, por exemplo, o projeto Belo Monte, falam: “Só fazem usinas fio d'água” e tal. Mas Belo Monte sempre foi assim. O projeto, que é da década de 80 ou da década de 90, já era uma usina com essa característica. O projeto de 1992, que mudou o da década de 80, reduziu o lago para não inundar uma terra indígena ali, mas o lago sempre foi de usina fio d'água. Não é usina de reservatório, é usina fio d'água nos dois projetos, se otimizou fazendo aqueles canais para não se inundar a terra indígena. Havia usinas a montante, como Altamira, de 6 mil quilômetros quadrados, que, no dia em que a sociedade tomar a decisão de fazer, fará. Mas que se analise bem, porque lá há esta característica: inundar grandes planícies. Formam-se áreas muito grandes, com meio metro de água, que viram um grande pântano. Então é quanto a isso que se tem que tomar cuidado, e há decisão técnica.

Só para não me alongar, com relação ao risco de racionamento, eu acho que foi muito bem explicado aqui. Na verdade, você planeja, você expande um setor, dentro de um setor como o nosso, o elétrico, com regras dentro de uma expectativa de que é um sistema dimensionado para aguentar um determinado nível de estresse. O que nós temos dito é que, se o sistema está equilibrado estruturalmente, ele aguenta aquele nível de estresse para o qual ele foi planejado. É essa a situação que nós estamos falando. Agora, se der uma condição de estresse pior do que aquilo que foi planejado e implantado nesse sistema, aí não tem... Porque, senão, você teria que investir muitas vezes mais. É aquele negócio: se você quer uma confiabilidade de 100%, o investimento tem que ser... E não existe no mundo ninguém que tenha implantado um sistema com 100% de probabilidade de não ter... Então, nós tínhamos um critério de risco. E, nesse critério de risco, que é a coisa importante, quando você não faz a expansão que tem que fazer, você o deixa deformado estruturalmente. Aí ele não aguenta o critério de risco para o qual ele foi planejado. Mas, se eu estou mantendo a expansão dele de forma estruturada, atendendo aos critérios estruturais, ele aguenta aquilo para o qual foi planejado. É isto que afirmamos hoje: esse nosso sistema aguenta.

Com relação aos atrasos de obras de geração e transmissão, é aquilo que comentei e acho que tem muito a ver com a parte do negócio. Como é um sistema totalmente liberado para os agentes disputarem leilão, precisarem... Ninguém é obrigado a ir a leilão. Vai porque acha que é um bom negócio, porque tem condições de executar a obra. Ninguém é obrigado! Então, essas empresas... E a própria discussão, às vezes, como acho que o Claudio Sales comentou, da própria característica de licenciamento socioambiental no Brasil, as dificuldades que têm, é uma discussão permanente. O meio ambiente tem auxiliado muito essa evolução. Acho que já tivemos... É só ver que, hoje, o Brasil já está com três usinas que receberam aquele certificado de mecanismos de desenvolvimento limpo de carbono, da ONU, e usinas grandes na Amazônia. Jirau, Santo Antônio, Teles Pires já estão com certificado de crédito de carbono. Isso era inimaginável antes! Esse trabalho, essas exigências socioambientais que ocorreram permitiram isso.

Acho que com relação ao aspecto da Carta das Associações – e estou vendo até o Dr. Pedrosa aqui –, o Ministério sempre esteve aberto para conversar com as associações. O Ministro, até sobre essa carta em que disseram que gostariam de participar do CMSE, conversar com o Ministério, acompanhar mais, chamou-os para uma reunião na terça-feira, eu acho, que está agendada. Não é isso, Pedrosa? *(Pausa.)*

Terça-feira? *(Pausa.)*

Sim.

Então, acho que isso é permanente.

Vi aqui também o Luiz Carlos, da Abradee, que está sempre interagindo com o Ministério, e o pessoal da Apine.

Então, acho que é natural. É um Ministério setorial, e acho que é natural que as Associações trabalhem sempre no sentido de aumentar essa interação. Até porque ninguém é dono da verdade, acho que todas as contribuições o Ministro considera que elas sejam bem-vindas.

Com relação ao custo desse aspecto da exposição involuntária das distribuidoras, realmente o primeiro decreto saiu pagando o mês de janeiro, antecipando. Não é Tesouro é que vai pagar isso; um dia, a distribuidora, o próprio consumidor irá pagar, mas quem lê o decreto, a nota que o Ministério soltou, vê bem claro que o Ministério está consciente do problema que está gerando nas distribuidoras que têm contrato por disponibilidades. Ela foi para um leilão organizado pelo Governo onde só tinha térmica, e ela completou a térmica por disponibilidade; e a térmica por disponibilidade, em um sistema hídrico como o nosso, é uma solução econômica, em 15 anos, muito bonita, mas pode ter anos, como está sendo este ano, em que vai gerar um sobrecusto muito grande, e, normalmente, não se deixa um colchão na distribuidora que aguarde, por todo ano, um gasto desse. Então, é natural que tenha uma forma de... Estamos estudando um instrumento e proximamente vamos ter que trabalhar. Estamos conscientes do problema. E quanto à exposição involuntária, vamos também tentar trabalhar com formas de reduzir, o máximo possível. A distribuidora também não tem culpa desse processo.

Com relação às colocações do Presidente Collor, acho que S. Ex^a tocou em um ponto muito importante, complementando o Senador Ferraço, mas a percepção que existe... Por exemplo – e quem é do setor sabe bem –, como observo se o sistema elétrico está degradado? E o Dr. Hermes é especialista em operação. Se eu tiver aprofundamentos de níveis de tensão com risco de perda de estabilidade, se eu tiver sobrecarga em linhas de transmissão, isso, teoricamente, degrada as condições em que vou operar. Tivemos uma carga recorde agora. Chegamos a 87 mil megawatts, 85,7 mil megawatts, em fevereiro, naquela onda de calor muito forte. Vocês podem perguntar para o Dr. Hermes. Não tivemos, em nenhum momento, degradação de níveis de tensão, nem sobrecarga. Então, o sistema, já que a expansão tem sido feita, a ampliação daqueles 70 mil para 116 mil km de linha da rede básica, isso tirou... Não vivemos com estrangulamento. Isso é importante, só que, Presidente Collor, temos situações em que ocorrem...

Uma linha tem, por critérios e padrões, é dimensionada para ter tantos desligamentos por anos. São quatro, acho que é nesse patamar, por 100km. Um desligamento por 100km por ano. Às vezes, isso ocorre e provoca... Só em rede básica estou falando, na rede acima de 230kV, grandes sistemas– tronco. Então, às vezes, ocorre uma situação de desligar que, teoricamente, estaria dentro daquilo projetado, dentro da engenharia que a concebeu, mas ocorre e causa uma perturbação. Se ocorre nesse momento, e acho que essa percepção é importante, começa haver uma mistura: o sistema já está à beira de um racionamento, está estressado, e se mistura isso à condição elétrica de uma interrupção temporária – e o Ministro insiste nesse termo, interrupção temporária, que é o termo técnico que se usa. Iniciou-se aí uma degradação plena. E isso que o Senador falou é perfeito. É essa percepção que está chegando à população, e não tem nada a ver. São coisas distintas: um é elétrico; outro, energético, no nosso jargão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com a palavra o Dr. Hermes Chipp, Presidente Operador do Sistema.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Ele pode ter aparte?

O SR. HERMES CHIPP – Solicitei o aparte porque é muito relevante em função do que o senhor colocou.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Não. O aparte deve ser solicitado ao Presidente da Mesa e não ao convidado.

O SR. HERMES CHIPP – Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Mas está concedida a palavra a V. Ex^a.

O SR. HERMES CHIPP – Obrigado. (*Risos.*)

A questão mais importante é a seguinte. Você dimensiona o sistema em função de um critério de segurança, que é manter a continuidade de suprimento às cargas quando você perde um elemento da rede. Esse é um critério de referência mundial e está ligado à tarifa. Se você dimensionasse um sistema com um critério mais seguro, custaria muito mais. Todos esses desligamentos de médio para grande porte são originados por contingências duplas ou múltiplas, não simples, para as quais o sistema é planejado.

Então, às vezes, Senador, a gente vê uma notícia, e colocada na mídia não por jornalistas, mas por especialistas, como se essa origem fugisse da origem, como se não soubessem que isso é feito assim e que nem todo desligamento é um problema, um apagão. E agora não tem mais distinção: 10 megawatts, se desliga, é apagão; 10 mil, também é apagão, embora conheçam a questão. Então, parece-me, quando leio, quando faço a leitura de cidadão, que há outros interesses nessas conotações.

Da mesma forma, é o risco de racionamento. E vou chamar o Paulo Pedrosa para ouvir, porque sua colocação em *O Globo* foi muito interessante. Ele esclarece que o sistema é dimensionado para um risco de 5%. Lembra? Acho que foi sábado que você fez isso (*Pausa.*)

Não que a gente vá aceitar, quando houver uma série nesse risco de 5%, comodamente o déficit. Não! Vamos trabalhar usando outros recursos para que não haja.

Então, essas coisas precisam ser conceitualmente esclarecidas, senão fica aquele negócio de não querer pagar pela segurança, mas querer a segurança, e isso não fecha. Foi o que eu disse no início. Não fecha!

Eu não querer apagão e segurança de 100% no atendimento energético com um percentual de térmica que está aí não é possível. Algum risco sempre existe, o.k.? Porque é concebido para que haja...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES. *Fora do microfone.*) – E para suportar.

O SR. HERMES CHIPP – E para suportar. Então, isso tem que ser esclarecido à sociedade, porque para a mídia, agora, qualquer desligamento não pode haver. Contingências múltiplas... Nada é aceitável. Se foge da origem – e a origem é essa de que eu estou falando – precisa ser esclarecido, porque às vezes parece que há outras conotações, outros interesses, ao saberem colocar de forma equivocada.

Por isso, as questões que o senhor colocou são muito relevantes para que aqui possam ser esclarecidas. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Obrigado, Dr. Hermes Chipp.

Passo agora a palavra ao Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Obrigado, Presidente Collor.

Eu vou ser muito breve. V. Ex^a tocou num ponto fundamental que é uma confusão que se faz entre dois fenômenos. Nós temos, na língua portuguesa, uma grande riqueza e, infelizmente, a imprensa usa a mesma palavra para dois fenômenos diferentes. Então, apagão é usado hoje tanto para representar uma interrupção temporária do fornecimento – por exemplo, quando há uma queda de uma linha; e apagão é referido ao risco de faltar energia por falta de capacidade, por falta de água e não se poder suprir, quando há, então, racionamento.

Apagão, hoje, é uma palavra usada para dois fenômenos completamente distintos. Um é uma interrupção porque caiu uma linha ou houve um problema numa linha qualquer e outro é não ter água na hidrelétrica ou capacidade para gerar energia. São dois fenômenos diferentes.

Isso cria uma confusão, porque chega uma hora em que se diz: “Realmente o risco de racionar energia em 2014 tem probabilidade baixíssima”. Aí, de repente, por um azar, cai uma linha, há um problema no sistema e se interrompe o fornecimento. Então dizem: “Puxa, falaram que não ia ter apagão e teve apagão”. Bom, o que se falou foi que o risco de racionar é muito baixo, mas ninguém pode garantir que não haja um acidente na linha de transmissão. Nós temos 116 mil quilômetros de linhas de transmissão de rede básica.

Como foi bem dito, essa rede de transmissão é planejada supondo que pode ter um desligamento a cada 100km por ano. Ora, se é feito esse planejamento, significa o quê? Que existe uma possibilidade – que é pequena, mas existe – de haver uma interrupção, porque para evitar que houvesse qualquer interrupção, seria preciso um nível de redundâncias tão grande que sairia caríssimo ser pago. Então, cria-se uma confusão.

Eu não sei como resolver, não sou da imprensa. Sei que a imprensa tem esse papel de ter que simplificar para poder comunicar. Mas nesse esforço de comunicar, acaba às vezes criando uma certa confusão, porque logo após afirmar que o risco de racionar é muito baixo, afirma que há uma interrupção.

Acho que também foram muito importantes os pontos do Senador Ferraço. O secretário passou por todos eles. Eu só queria pegar aqui duas questões para mostrar como são complicadas as coisas. Por exemplo, foi mencionado o problema de interrupções. Mesmo depois da licença prévia ambiental, às vezes há interrupções da obra. E tem mesmo. Esse é um problema que o setor elétrico enfrenta. Essa interrupção vem por quê? De repente é porque o Ministério Público vai até lá e entra na justiça, a qual aceita e manda interromper a obra, às vezes com a licença tendo sido concedida.

É claro que, olhando com o olhar do setor elétrico, é algo indesejável. Por outro lado, isso faz parte do fato de estarmos num sistema democrático. É do direito que haja contestações e, mesmo que a gente não concorde, faz parte do processo. Então, não sei qual é a solução para essas questões. A gente pode esclarecer, mas por mais que se esclareça sempre vai haver uma organização, uma parte da sociedade que vai achar que tal obra não foi licenciada como deveria ter sido, e aciona o Ministério Público, o qual vai à justiça, que, por sua vez, para a obra.

É claro que isso, do ponto de vista tanto do Governo quanto do investidor, é um fato totalmente indesejado, porque o investidor terá um atraso no seu retorno e o Governo também tem um atraso. Mas são fatos que fazem parte da democracia. O regime democrático pressupõe esse tipo de contestação, e a gente tem que enfrentá-la da melhor maneira possível.

O que tentamos sempre fazer no planejamento é cada vez mais saber que esses fatos ocorrem e antecipar o máximo possível as indicações das obras para serem licitadas. Então, na questão da transmissão, temos tentado ao máximo antecipar as obras de transmissão e dar um prazo maior nos leilões, porque já sabemos que eventualmente poderá haver questionamentos. É claro que isso tem um custo. Qual é o custo? Quanto mais o planejador tenha que antecipar a previsão da obra, maior a probabilidade de sobredimensionar ou dimensionar errado, porque se está antecipando a previsão daquela obra. Mas estamos tentando enfrentar essa situação.

Portanto, só para encerrar, queria dizer que da maneira que o documento Acende Brasil coloca dá uma impressão... Eu entendo que faz parte do trabalho dos agentes setoriais fazer pleitos, porque todo setor tem seus pleitos, mas na hora que a gente lê a lista dos pleitos, às vezes pode passar para a sociedade a percepção de que temos um sistema frágil, quando na realidade não temos.

Se formos até perguntar a posição do Claudio, acho que ele não vai falar que estamos num sistema que tem um problema muito grande. Há coisas que podem ser melhoradas? Sempre há. Mas eu diria que a gente tem hoje o sistema suficientemente sólido para passar pelo problema conjuntural pelo que estamos passando.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Grato ao Dr. Maurício Tolmasquim. Eu indago ao Dr. Luiz Eduardo Barata Ferreira se gostaria de acrescentar algo ao que já foi dito?

O SR. LUIZ EDUARDO BARATA FERREIRA – (*Fora do microfone.*) Não.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. S^a. Pergunto a S. Ex^a Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Apenas a questão da carga tributária. Mesmo nessa circunstância, considerando o que foi dito aqui, questiono se não chegou o momento de refletirmos sobre essa elevadíssima carga tributária beirando a casa dos 70% do valor adicionado, como o Dr. Claudio Sales disse aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Dr. Márcio Zimmermann.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Quando nós estávamos discutindo, à época, a Medida Provisória nº 579, um dos grandes pontos que estavam em discussão no Brasil era que a quantidade de encargos – você tinha tributos e encargos – era bastante alta e que isso estava tirando a competitividade até da indústria nacional. Nós mesmos tivemos uma discussão aqui, na Comissão de Infraestrutura. Acho que o Claudio estava e o Pedrosa também estava. E na época esse foi um ponto muito levantado.

O esforço que se fez daquela vez, na 12.783, que foi um primeiro passo, foi tirar determinadas características que tínhamos, que o consumidor de energia estava pagando e que, no fundo, eram encargos para cobrir determinadas responsabilidades do Estado brasileiro, como o Programa Luz para Todos, a Tarifa Baixa Renda e outros, que estavam onerando e aumentando a tarifa brasileira.

Esse esforço é muito grande e até hoje em dia é confundido com aquela regra que o Tesouro assumiu, em nome da sociedade brasileira esses encargos. Disto ninguém está lembrando, mas na CDE o Tesouro também está aportando para pagar esses encargos que saíram do consumidor de energia de elétrica. Até porque em nenhum lugar do mundo isso vai para o consumidor. São desafios sociais do país que a própria sociedade, como um todo, paga. Essa é uma parte importante, porque daqueles percentuais altos nós conseguimos sair para um patamar menor.

Há grande discussão que envolve outros aspectos da tributação. Há Estados em que a gestão do ICMS, como Minas Gerais, em que por fora e por dentro dão quase 42%. É um percentual altíssimo.

Então, é um desafio da própria sociedade brasileira, porque trabalhar penalizando um insumo importante como é a energia elétrica... Energia elétrica hoje, em uma casa, tem uma importância muito maior do que tinha no passado, porque a sociedade está evoluindo, a sociedade brasileira está tendo acesso a mais eletrônicos e também a própria indústria. Então, quando se começa a onerar com impostos desse tipo, acaba-se por tirar a competitividade industrial e aumentando, colocando um sobrecusto. Então, eu acho que é um desafio permanente que envolve toda a sociedade no sentido de trabalhar para que não ocorram abusos como o efeito do ICMS na conta de luz, que é muito exagerado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. S^a, Dr. Márcio Zimmermann; muito obrigado a V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, eu quero dizer, mais uma vez, da importância desse debate, não só por conta do clima, e aí não é o clima que está levando à falta d'água, mas é o clima em relação exatamente à percepção sobre o que tem acontecido com o setor.

Há algo que a gente identifica bem nesse processo de audiência, que é um pouco até dessa polêmica de com os fatos são revelados, como os fatos são anunciados ou como são contados. E aí, Tolmasquim, algo me chamou a atenção, porque geralmente o técnico tende a usar uma linguagem que dificilmente a população entende. Vou lhe dar um exemplo bem claro.

Recentemente, participamos de um evento em que um ministro brasileiro fazia parte da mesa de abertura, e o CEO da China Mobile fez uma intervenção e um outro ministro asiático cobrou dele – e eles só falam em chinês, não falam em outra língua – se ele poderia voltar a tocar em um tema, agora, em inglês, porque a tradutora, por não ser do setor, por não ser técnica, poderia ter feito a tradução e obviamente induziu esse ministro asiático a um erro na interpretação daquilo que CEO da China Mobile havia dito. Ele voltou ao microfone, em chinês, e disse: “Ainda bem que você encontrou o erro na tradutora em inglês. Se eu falar em inglês e você perceber esse erro eu quem estarei dando o atestado do erro”. E o nosso ministro brasileiro, que estava na Mesa, inclusive falou em inglês e não, em português. Então, esse é um ponto que eu acho problemático.

Eu queria chamar a atenção de três aspectos. Um com o último fato recente: o desligamento exatamente por conta das linhas de transmissão do Tocantins. Ou seja, algo que você induz na rede, algo que você provoca. Ou como em um sistema de segurança, de todo o sistema, seja ele de comunicação, de energia, de água, você faz exatamente para tirar a parte que ofende para permitir que o sistema não provoque quedas em dominó, usando uma linguagem mais apropriada para a sociedade. Pois bem, mas a leitura que a gente passa para a sociedade, a informação vai recheada de problemas e, na cabeça das pessoas, esse foi um processo também como parte de um dominó.

Quer um exemplo disso? O que aconteceu em Luiz Gonzaga naquele período? Eu estou dizendo isso porque, inclusive, eu respondi aqui, da tribuna do Senado. Um técnico do setor foi à imprensa e disse: “Não, não tem nenhum problema.” E deu uma justificativa completamente, me perdoe a expressão, atabalhoada. Nós tivemos um efeito complicado em Luiz Gonzaga. Houve um erro e era importante que o setor elétrico assumisse o erro naquele processo de Luiz Gonzaga. Houve um erro, um erro na operação para fazer exatamente o desligamento de uma parte que ofendia. Se havia um problema em Luiz Gonzaga que foi provocado – depois de muita análise – a partir de um aquecimento de um componente de um determinado setor lá na usina, não se poderia dizer, por exemplo, que essa coisa foi normal. Caiu, só que ela caiu e ela foi mantida no sistema e foi derrubando outros sistemas.

Depois, nós tivemos a história da queimada no interior do Piauí. Ora, se qualquer grama, se qualquer mato ou se qualquer agricultor, neste País tocar fogo numa roça sua e o sistema cair, a gente explica isso? É óbvio que eu vou ter problema numa linha de transmissão, é óbvio que eu posso ter um sobreaquecimento numa determinada etapa, e posso ter um apagão, que é um apagão de trecho, não é um apagão de sistema.

Portanto, essa é a complicação que eu acho importante a gente resolver, porque quem dá uma informação dessa nega, por exemplo, toda essa estrutura que a gente reconhece.

Esse é um dos sistemas mais robustos do mundo. Na medida em que eu dou uma informação atabalhoada dessas, eu ponho em risco toda a estrutura e toda a robustez de um sistema que conseguiu se interligar, que conseguiu mesclar, que conseguiu trabalhar com alternativas, que conseguiu, inclusive, introduzir um processo até de remanejamento de regiões, e a gente termina achando que com um simples fato de tocar fogo no mato eu deixo esse sistema vulnerável.

Então, isso não é um sistema de comunicação, é um sistema de energia, mas num sistema de energia essa informação é decisiva, inclusive, para o conceito e a imagem, porque, senão, todo mundo, quando chegar

determinada hora, dirá assim: “Vou aproveitar, aqui, deixe-me ligar a minha máquina logo, porque como esse sistema é robusto, mas falha de vez em quando, deixe-me ligar logo o meu negócio, aqui, porque, senão, daqui a pouco, às seis da tarde, eu não tenho mais energia e não boto minha maquininha para produzir sorvete.” Imagine isso num processo em cadeia. Obviamente, vou ofender vários sistemas.

Então, acho que essa coisa da interligação do sistema, esse equilíbrio estrutural em que o sistema opera, esse equilíbrio de planejamento em situações extremas, que tem revelado a robustez, os investimentos feitos pelo Governo, que não são poucos, essa coisa da própria questão do SIN, o próprio desligamento, são uma prova de como o sistema reage bem a esse tipo de estrutura, assim como a própria questão da avaliação do Operador Nacional, principalmente no que se refere a diagnósticos. Então, são elementos, em minha opinião, fundamentais para a gente trabalhar esse planejamento energético e os planos, principalmente decenais.

Então, esse é um contexto que nós temos que discutir: como andar, como caminhar, como fazer, porque, senão, nós vamos ficar, toda vez, respondendo só na probabilidade. A probabilidade, segundo Pascal, “é a medida do quão provável um evento aconteça dentro de um número de possíveis resultados.” Só que isso, na cabeça de quem está na ponta, Tolmasquim, não funciona. O cara quer meter a mão no interruptor dele e quer ver a lâmpada acender. Então, eu acho que esse é o aspecto.

Outra coisa para que quero chamar a atenção é exatamente essa lógica do crescimento.

Nós fizemos uma reunião com o Ministro, aqui, no início dessa Legislatura. Fomos ao gabinete, propusemo-nos fazer lá, Senador Collor. E o Ministro deu uma resposta à gente um tanto quanto perigosa. Ele disse assim: “Eu não tenho problema de geração no País.” Se eu não tenho problema de geração, para que eu estou comprando tanta briga, fazendo tanta usina a fio d’água?

Então, não dá para fazer esse tipo de alocação sem levar em consideração aquilo que o sistema já aponta, inclusive no seu planejamento. A gente pega da EPE e vamos lá: qual é a perspectiva de crescimento de consumo? É de 51%. Aí, quando eu vou botar isso nessa necessidade para 2021, eu encontro a necessidade de produzir 52 gigawatts para atender exatamente a essa demanda de consumo, que é superior ao crescimento do PIB. Nós não temos PIB de 4,2%, de 4,6%, mas no setor elétrico a gente encontra um crescimento de 4,2% 4,6%.

Portanto, ao alocar essas questões, dá para a gente ver o que aconteceu. Quer dizer, eu tinha o quê? Eu tinha 127 mil megawatts em dezembro de 2013; agora, eu estou trabalhando com uma capacidade, se eu comparar isso, 67 vezes por cento maior do que os 74,8 que eu tinha em 2001. Isso não é qualquer coisa! Isso não é um negócio que cresce da noite para o dia. Esse não é um setor, Zimmermann, em que eu chego na prateleira e digo: “Ó, me venda aqui”, como quem vende um *device*, como quem vende qualquer aparelho.

Esse é um negócio em que principalmente a sua estrutura mais complicada e mais cara está exatamente na distribuição, porque eu enfrento não só problemas ambientais; enfrento, também a própria dificuldade de fazer chegar mão de obra e uma série de coisas.

Então, este é um aspecto importante para a gente começar a entender. Nesses 2,8 mil empreendimentos que eu tenho no Brasil, como é que eu toco isso, como é que eu gerencio, como isso se processa?

Aí, quando vem para a questão da eólica, dos 52 de que eu acabei de falar aqui, nós estamos com 7 giga, 1,4 em operação e, aí, estou apontando para diante, para chegar só em 11, ou seja, se eu descontar dos sete que eu tenho hoje, para 2021, eu vou produzir só mais quatro. Então, não é pouco, entendeu, Márcio?

Essa coisa que aconteceu na Bahia pode até ter um peso, sob o ponto de vista quantitativo, pequeno, mas ela tem um impacto no setor elétrico, nessa leitura de apagão, de capacidade, de robustez, muito grande, porque quem respondeu por aquilo foi, nada mais, nada menos, a Chesf. Não foi uma empreiteira qualquer, não foi, com todo respeito, nenhum cacete armado, foi a Chesf, uma empresa acreditadíssima sob o ponto de vista da sua atuação. Alguém pode dizer: “Ah, mas o problema foi ambiental, foi aqui, ali, acolá.” Sim, meu velho, mas aí não dá!

Então, o fato de você, inclusive, passar na cabeça do consumidor brasileiro que eu estou pagando alguém que está me entregando energia e essa energia não chega à casa do consumidor, isso tem uma quebra da confiança, isso tem uma quebra daquilo que é a coisa mais importante para o setor elétrico, que é confiar no projeto que nós estamos fazendo. Esse é o aspecto fundamental. É isso que põe um setor, inclusive, em bancarrota.

Então, na realidade, eu, por exemplo, vou analisando, aqui, ali, acolá, e não se vislumbra nenhuma situação de alarme no setor elétrico. Agora, é necessário que a gente vislumbre, também, a possibilidade de ir atendendo essas questões.

Eu me lembro de quando nós fizemos um debate, aqui, Presidente Collor, com o pessoal da ANA e todo mundo se assustou quando os técnicos da ANA apontaram e disseram: “Olhem, a nossa capacidade de reserva de água vai chegar aos limites, em torno de 30%.” Eu disse: “Esse cara está exagerando!”

Qual é a nossa capacidade de reserva hoje? Trinta e quatro. E ele falava em relação a outro tipo de atendimento.

Portanto, nós temos dois processos ainda caminhando para a frente. Por exemplo: as nossas térmicas vão precisar fazer manutenção agora em maio e agora em setembro, justamente no período em que nós vamos conviver com o processo, também, de chegada da seca, uma nova etapa. Nós estamos tendo, agora, a chegada de uma seca replicada sobre outra de que a gente não conseguiu se desvencilhar, ou seja, a quantidade de chuva que veio desse período para cá não é a média histórica. Pelo contrário, está muito abaixo da média histórica, e das piores.

Então, é uma situação que se agrava. Esse é um aspecto importantíssimo.

Quando a gente chega aqui e pega o Sudeste com uma capacidade de armazenamento lá embaixo, a gente diz: “Não, mas eu encontro água no Norte.” Sim, mas, aí, volto a falar daquele mesmo problema que nós temos no setor: eu posso até ter muita área de reservação no Norte, mas, para eu tirar energia, o maior ponto de consumo do Brasil não está no Norte, por mais que o Norte tenha crescido. Se você pegar dados do setor elétrico, em termos percentuais, a região que mais cresceu nos últimos anos foi exatamente a Norte. É natural, pelo deslocamento para crescer, para chegar empresa, para desenvolver, mas não é o maior centro de consumo.

Então, se eu tenho uma maior capacidade de reservação... E eu não armazeno energia, eu armazeno água. Meu capacitor é o lago. Portanto, se eu tenho que tirar desse setor, que é a melhor capacidade minha de armazenamento, energia para trazer para cá, significa dizer que eu vou aumentar o custo com linhas de transmissão. E, conseqüentemente, isso tem que chegar a uma conta. Não há almoço de graça, ou melhor, não há distribuição de graça. Então, isso vai bater na ponta, que é a questão central da tarifa e, conseqüentemente, o custo de operação para essa questão.

Aí nos assusta, porque, quando a gente vai pegando esse dado entre o que está acontecendo com o setor, essas usinas de geração e as linhas de transmissão, a gente vai ver que perdeu ao longo dos anos. Se a gente fizer a comparação, é o inverso. A nossa capacidade de armazenamento caiu absurdamente. Tanto o é que o dado agora apresentado pelos senhores aqui é de seis meses para três meses. Então, você vai vendo o que isso significa. Eu estou levando em consideração o que vai acontecer em 2019, o que foi dito aqui, inclusive, por todos os senhores sobre essa questão.

Então, preocupa-nos muito, quando se refere a essa expansão da oferta, o custo dessa geração de energia. Preocupa, porque não tem jeito. Entendeu, Zimmermann?. Não dá para a gente pegar e achar que isso é só talvez um probleminha com ICMS, que se vai resolver. Não vai resolver, porque Estados vão continuar entendendo que energia e comunicação são as principais fontes para os Estados resolverem o problema do pacto federativo, que não sai. Então, se esperarmos a solução por isso, nós vamos cada vez mais enfrentar um problema que é a questão desse descompasso nessa balança.

E aí há outra coisa também. A Resolução nº 3 do CNPE trata de uma internalização. É importante também a gente entender, nesse mecanismo da chamada aversão ao risco hidrológico, o que isso vai significar para a gente na hora de gerar e na hora de distribuir. E estou me referindo exatamente a custo, a essa situação clara da nossa chamada demanda e projeção de consumo de energia.

Então, Presidente Collor, a minha preocupação se levanta exatamente nisto: o diagnóstico do ano base de projeção, ter essa referência, a avaliação do impacto desse cenário macroeconômico. Isso não é uma ilha; pelo contrário, esse é o setor que liga, o setor que alimenta, o setor que leva, o setor que interliga. Então, esse cenário macroeconômico sobre o nível de atividade, principalmente no setor agropecuário, industrial, de serviço, bate na ponta, no perfil das famílias.

Por exemplo, o governo inglês fez agora um negócio importantíssimo. O grande debate que se estabelece no mundo é *smart grid*. No mundo inteiro, em todos os setores, a discussão hoje é a questão do *smart grid*, para chegar a *smart city*. O governo inglês foi lá e disse: “Para eu chegar a *smart city* e operar a partir do *smart grid*, eu preciso resolver um problema meu, que eu posso solucionar com o *smart meter*. Eu preciso medir, eu preciso transformar. A minha forma de chegar à eficiência energética não é só trocando a geladeira; eu preciso chegar à casa do cara.” E fez uma baita licitação de €6 bilhões, para fazer toda a reformulação no Estado inglês dessa aplicação do *smart meter*, para resolver um problema de eficiência energética, para resolver um problema inclusive de devolver às pessoas a informação. Sei lá – “como é a qualidade do seu consumo?” Nessa licitação, o governo inglês inclusive não colocou só energia, não, colocou gás também.

Eu acompanhei, poucos dias atrás, o resultado desse processo. Fui lá para ver exatamente qual era o tipo de processo que se tinha adotado, qual o sistema que se tinha implantado. Então, você vai alterando. Por que os caras fizeram isso? Foi só por gracinha, para pegar informação da casa dos outros? Não, para resolver um problema crucial: como é que eu chego à ponta do consumo, dando informação a esse sujeito, que vai resolver o problema dele? Como é que ele trabalha o seu consumo, mas como é que eu ofendo cada vez menos o meu sistema? Lógico! A preocupação do setor elétrico é essa. Eu tenho que ter preocupação em gerar, tenho que

ter preocupação em distribuir, mas a preocupação central é como é que eu opero um sistema banindo dele os ofensores. É a gestão, o gerenciamento.

Então, não basta só a gente afirmar que o meu sistema no Brasil é robusto, que a minha estrutura de geração e distribuição de energia é uma das melhores do mundo, que a minha matriz é uma das mais limpas do mundo. Não basta só isso. Eu preciso agora é que isso seja gestado de maneira tal que essa robustez, que essa eficiência eu consiga aplicar no sistema, para poder ter consequência. E é essa consolidação que acho importante sob o ponto de vista do que me referi aqui. Nós estamos falando de uma carga que cresce 4,2% ao ano. Então, depois, a gente vai bater na porta de quem? E Governo Federal vai continuar fazendo? Eu acho que essa questão da participação principalmente do setor privado é fundamental.

E, por último, Presidente Collor, eu queria abordar dois pontos que envolvem a questão da eólica ou até das renováveis, que acho fundamentais. Todo o mundo tem se movido intensamente. Por exemplo, essa semana vi que uma determinada empresa faz a gestão de todo o seu sistema eólico a partir de um ponto na Europa. E vai fazendo a gestão do seu sistema com o que ela tem no Brasil, com o que ela tem na Índia, com o que tem na Europa, com o que tem nos Estados Unidos. E vai trabalhando a lógica da eficiência disso como a sua grande virtude, para tentar vender os seus serviços, vender a sua energia e, ao mesmo tempo, tentar entrar nesse bom debate.

E a preocupação, meu caro Márcio, é que, no próprio acompanhamento apresentado pela Aneel – e acho que é importante o Ministério botar a mão nisso –, dos 6,4 gigawatts de expansão de geração eólica até 2015 apenas 24% não enfrentam qualquer problema para entrar em operação. Não dá para um sistema tão robusto deste, Márcio, um sistema com capacidade, com técnicos, não sei quê, afirmar na saída, na largada que não vou ter problema, Senador Collor, somente 24% de tudo que vou gerar desses 6,4 giga até 2015! Aí é passar um atestado negando tudo que nós acabamos de dizer aqui no início. Esse é tão robusto e eu não consigo fazer essa gestão, eu não consigo fazer esse aporte. Está errado isso. Então, qualquer um, Tolmasquim, lá fora vai-se dizer: é apagão na certa. Se a pessoa está me dizendo que só vai conseguir me entregar 24% do que ele está me prometendo, então, estou roubado.

Essa coisa que acho que é fundamental para se entender. Por exemplo, saber a qual o percentual nós queremos chegar. Se a previsão é chegarmos em 10% dessa geração eólica, temos de ver como vamos aportar isso. Acho fundamental que, em 2022, a gente consiga chegar a esses 17 giga de energia eólica, mas tendo a capacidade de saber que eu vou entregar 100%. Eu vou gerar isso e vou chegar com isso na ponta.

Quais são os gargalos? Ambientais? Então vamos atacar, ver como vamos fazer. E que maneira vamos fazer.

E a segunda questão que quero abordar, encerrando, é exatamente sobre o atraso dessas usinas hidrelétricas e o custo da operação das termoeletricas.

Não me lembro agora se foi o Dr. Cláudio que falou sobre o custo que aportamos quando acionada uma termoeletrica. Fala-se em 50% de adicional numa estrutura dessa.

Estou me baseando em dados de levantamento dos próprios técnicos do setor. Com base nessa análise e em dados divulgados pela própria Aneel, essa energia limpa gerada por usina hidrelétrica ou por pequenas centrais hidrelétricas e eólicas, que hoje não têm impedimento nenhum para entrar em operação, corresponde a quase 60% da demanda estimada dos 13,5 mil megawatts, para o que pelo menos o setor está trabalhando para acontecer em 2012 a 2013.

É uma questão complicada, porque você pode levar a um custo, meu caro Senador Collor, de algo que está na casa de R\$200,00 por megawatt – por exemplo, o que aconteceu em setembro passado – poder chegar à casa dos R\$800,00 por megawatt. Então, não há setor que se sustente com isso.

Eu vou cobrar isso de quem? Sair de R\$200,00 para R\$800,00? Obviamente os Estados vão gostar. Se sair de 200 para 800, vai gerar mais dinheiro, a pessoa vai lá e cobra os 42% dele de ICMS. Isso resolve um problema no pacto federativo, e a gente continua introduzindo um problema sério no nosso sistema.

Então, para que a gente não perca de vista essa coisa, para que a gente não perca esse debate e, também, não perca a perspectiva de resolver esse problema, acho que esse é o principal ajuste que temos que fazer na estrutura de governo.

Por isso é importante o debate nesta Casa, ver qual é a contribuição, até porque, para nós, tudo que foi pedido, do ponto de vista de legislação, aqui apresentado, meu caro Ferraço, nós respondemos de forma, inclusive, integral, dizendo: vamos lá, o que é possível fazer.

Eu, por exemplo, cheguei a reclamar muito, porque eu dizia o seguinte: nós temos que correr, vamos ter concessões que vão vencer em 2015. Esse não é um setor que chamo um leilão de noite e, no outro dia, tem alguém se apresentando para operar o sistema. Não é assim que a banda toca. Eu preciso saber também quem está ávido e disposto a entrar com investimento. Por exemplo, se a notícia do sistema é ruim, de certa forma,

ela também provoca... Aí, Tolmasquim, na linha do que você falou do investimento, o cara pode achar que é um grande negócio, mas, no mercado, a informação é mais forte do que a energia.

Portanto, esse é um ajuste que precisamos fazer para ter a capacidade de apontar essa perspectiva nossa para 2021, 2022, com a certeza de que vamos manter a robustez, vamos reduzir custo e vamos, cada vez mais, fazer uma alteração nessa nossa matriz, que é a possibilidade de energias renováveis entrarem nisso, com a chegada da biomassa, da solar, que é um negócio que a gente foi retardando muito, e, de uma vez por todas, entrar na onda do vento, porque, se tem dado certo aqui é preciso que a gente encare isso como um elemento capaz de nos dar mais do que 1.9 que a eólica tem dado ao sistema no período atual.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Walter Pinheiro, pela sua intervenção.

Passo a palavra ao Dr. Hermes Chipp, Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico, para oferecer a sua contribuição na parte referente ao que toca diretamente ao setor de operação nacional do sistema.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR – ES) – Presidente Collor, eu gostaria que o senhor me inscrevesse, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Já está inscrito, Senador.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Se puder, serei bem breve, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pois não, V. Ex^a também já está inscrito.

Estou inscrevendo por ordem de chegada, fica mais fácil.

Com a palavra, o Dr. Hermes Chipp.

O SR. HERMES CHIPP – Muito obrigado, Senador.

Sobre essa parte que me cabe responder, acho que o Senador foi muito feliz ao colocar, no meu entendimento, dois aspectos. O primeiro é não explicar de forma simples tudo que acontece, desculpa para tudo. Isso é a primeira coisa. É tentar, é um esforço muito grande, porque envolve uma questão de comunicação relevante, que é explicar um assunto complexo, tornar simples um fenômeno complexo, de forma clara para a sociedade, de forma que ela entenda.

O senhor, por exemplo, tocou em dois pontos importantes: falou do mato – qualquer queimada não pode causar blecaute, nem grandes desligamentos, tem que ser isolada. Agora, há uma questão que o setor elétrico não explicita: existe uma restrição enorme para poda, até poda seletiva tem. Então, veja bem, não precisa fogo para ter curto-circuito. Basta ter ionização do ar. Então, às vezes é uma coisa que não se consegue explicar. O fenômeno tem que ser estudado para entender, não é simples. O segundo é a questão de diferença da nossa legislação em relação a outros países. Por exemplo, na Austrália, não pode haver árvores a 25 metros laterais da linha de transmissão. Aqui tem poda seletiva embaixo da linha. Quer dizer, não é uma questão do setor elétrico, são restrições ambientais. Então, são coisas que têm que ser trabalhadas.

A outra é a comunicação. Por exemplo, nesse evento e outros em que houve desligamento seletivo, a gente não pode dizer, como o senhor falou: esse sistema é robusto na hora em que está com o desligamento de carga, mesmo seletiva, as menos essenciais, porque o cidadão que ficou preso no elevador – não é uma carga essencial, mas ficou preso no elevador – quer acender o interruptor e ser correspondido. Então, um sistema que perde toda a interligação Norte-Sul, como recentemente, e você mantém o sistema interligado, o Norte e Nordeste intactos, e desliga 7%, 8% da carga de toda a Região Sudeste/Sul, para não haver o efeito dominó, mostra robustez; porém, você não pode dizer nessa hora: “o sistema atuou com sucesso”. É um sistema complexo, com 116 mil quilômetros de linhas de transmissão; daí você dizer: “Cortamos só 7% da carga com um evento triplo de linha de 500KW...” Porque, na hora que a carga está interrompida, não interessa.

Então, essa questão de comunicação, para explicar, precisa ser muito trabalhada. Este é um ponto.

Outro ponto que ele levantou e que estou acompanhando com grupos, ao longo de todo o País, diz respeito às questões da eólica. Existe problema de gestão? Sim; de algumas concessionárias, da própria Chesf em algumas questões, mas não é a maioria delas. A maioria das questões diz respeito a atrasos que a gente tem que dizer e não diz: restrições ambientais, Instituto do Patrimônio Histórico, problemas fundiários, problemas de todo tipo, exógenos ao nosso setor. E o setor elétrico, para mim, vem assumindo tudo, como se tudo estivesse no nosso colo.

Isso que o senhor colocou é muito importante, porque é um problema de comunicação, para esclarecer essas coisas à sociedade.

Então, são esses os dois pontos que eu acho que... O outro eu acho que cabe ao Secretário, mais apropriadamente, responder.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado pela sua orientação, Dr. Hermes.

Então, seguindo a orientação do Dr. Hermes, passo a palavra ao Dr. Márcio Zimmermann, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Senador Walter Pinheiro, V. Ex^a fez colocações bastante importantes. Eu vou começar por uma que V. Ex^a citou muito, o *smart grid*. Na verdade, eu não sei se o Senador sabia, mas o Brasil, já desde a concepção desse sistema, não usa essa... Que está sendo muito ligado à distribuição de energia. Por outro lado, contudo, o sistema elétrico brasileiro, com essa característica de interligar grandes sistemas de bacias hidrográficas, com linhas longas, teve de desenvolver uma inteligência em cima de como gerenciar essa rede e, aí, desenvolveu um tal de *smart grid* ou algo parecido.

E o que significa? Hoje, em termos de otimizar a rede de transmissão... Muitas vezes se fala: “Ah, o Brasil tem 116 mil quilômetros de linhas, então tem muita perda”. A perda, aí, é de algo em torno de 3% a 4%. Isso é uma eficiência, na grande transmissão, rede básica. E, por outro lado, o fato de você ficar interligando bacias hidrográficas com diversidade hidrológica permite um ganho de 20% de eficiência, aproximadamente. Então, as próprias origens do Brasil, na geração e na grande transmissão, já trazem uma otimização muito grande.

Nós defendemos que o Brasil – e temos conversado sobre isso com as empresas – tem um problema, por exemplo, em perdas localizado na distribuição de energia elétrica. E há grandes empresas investindo em sistemas de *smart grid*. Na Inglaterra, eu participo de um diálogo de energia com os ingleses – e eles fazem uma pressão adicional até porque eles vendem os equipamentos –, onde nós sempre explicamos que o nosso problema não está na perda em transmissão. Nós temos um foco para evoluir – e vamos evoluir dentro de uma estratégia de cada empresa –, mas nós sempre chamamos a atenção para o fato de que, para a distribuidora, o retorno é muito rápido, porque, como a perda no Brasil no sistema de distribuição é muito grande... E, aí, é outra coisa: separar o que é transmissão do que é distribuição. E o entendimento disso é difícil. Mas a perda no sistema de distribuição é altíssima, chega a patamares – o Nelson não está mais aí, não é? – da faixa de 12% ou algo parecido. Então, são perdas grandes que a gente verifica nessa rede.

Então, eu acho que o *smart grid* vai vir; a tendência é você sofisticar mais isso, e os investimentos que as distribuidoras estão fazendo começam visando a redução de perdas, e esse investimento vai se pagar rapidamente.

Um aspecto, Senador, que eu gostaria de comentar mais uma vez, primeiro até pelo fato de o Senador ter várias dúvidas, é que, em nome do Ministro, eu colocaria o Ministério à disposição para podermos interagir. Eu vi que há muitas dúvidas ou informações que o Senador teve, e nós poderíamos ajudar a esclarecer mais pontos a V. Ex^a.

Eu acho que, por exemplo, com relação a custo de térmicas, conforme eu disse, essas térmicas que nós temos aqui não são daquelas que o Senador deve lembrar da época da CBE – a térmica emergencial, que foi um quebra-galho num racionamento, quando se foi atrás de um motor gerador diesel. Aqui, não; aqui são térmicas que nós levamos para leilão; elas assinaram contrato para vender energia estrutural, para atender o crescimento de mercado no Brasil, A térmica, aqui, não é...

E, aí, como eu disse ainda há pouco – e não sei se o Senador estava presente –, só para V. Ex^a ter uma ideia, no mundo inteiro, a geração termoelétrica baseada em combustível fóssil representa 68% da geração mundial. Com outras térmicas, deve-se chegar a 80%, talvez um pouco mais. As renováveis representam 18% no mundo. Aqui, no Brasil, é o contrário: quando estamos gerando muito em térmica, chegamos a 20%. E os países são viáveis; os preços que se praticam aqui se praticam lá. Então, o que existe é que nós temos custos operacionais, em anos hidrológicos bons, baixíssimos e custos operacionais, no ano que eu tenho que gerar, maiores. Na média, é bem abaixo daquele que tem 70% de térmica. Essa é a nossa lógica.

Por isso, então, nós podemos dizer que esse sistema vale a pena conhecer, porque, em termos de custos finais de operação, quando você analisa friamente a fonte, nós temos uma base que me provoca... De oito anos, quando todo mundo está sorrindo com um PLD baixo, podemos ter dois anos em que o PLD é mais alto. Então, essa é uma característica. E é uma característica... Por exemplo, quando eu e Tolmasquim estávamos no leilão de usinas, em 2008, lá, com a CCE, em São Paulo, e nós precisávamos contratar, o mundo estava entrando em uma crise. Era setembro, não é? Mas eu tinha a demanda; as distribuidoras haviam informado que eu precisava contratar. E o que apareceu de oferta? Somente térmicas. E o que nós contratamos? As térmicas que vieram. Esse é o processo que você faz no leilão se não houve outra oferta. Nós tínhamos dificuldades provavelmente.

Eu lembro que, no Brasil, por exemplo, anos atrás, era pecado pensar em grandes usinas hidrelétricas. Todo mundo batia que usina hidrelétrica não podia sair. O Presidente Lula fez um esforço enorme para conseguir viabilizar. Foi a inflexão, não é? Nós tínhamos, em 2003, mais de 40 usinas paralisadas, que não tinham solução ambiental nem empresarial, nada. Quando se conseguiu, em 2006/2007, a licença das usinas de Santo

Antônio e Jirau, nós comemoramos; foi uma inflexão. O Brasil voltou a fazer grandes usinas hidrelétricas. Fazia tudo – pequenas, médias, grandes –, mas não tinha por que não fazer. E, aí, as ONGs internacionais, com outros interesses, criticavam enormemente.

O senhor sabia, por exemplo, que as usinas do Madeira sempre foram, desde a década de 80, por característica de projeto, a fio d'água? Sempre foram! Até porque à frente é a Bolívia; e eu não posso fazer reservatório lá dentro. Não tem como! Posso até incentivar que eles venham a fazer, mas são usinas a fio d'água. E, diga-se de passagem, o senhor sabe qual é o fator de capacidade das usinas do Madeira? De 67% a 68%. É altíssimo! É um patamar talvez mais alto que o de Itaipu, que tem toda uma regularização à montante. Lá tem uma regularização natural, pelas águas que vêm dos Andes, e aquele período que ela capta na Bolívia em todos os afluentes.

Contudo, o mais surpreendente: o Brasil, que era condenado – “fazer usinas na Amazônia nem pensar!” – por algo que virava uma briga ideológica, agora, como eu comentei ainda há pouco, está recebendo – as empresas lá do Madeira e da Amazônia, onde nós estamos construindo mais de 20 mil MW – o certificado do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, concedido pela ONU. É o reconhecimento internacional daquilo que o Brasil sempre defendeu, ou seja, que pequena, média ou grande usina, não interessa... Uma pequena usina pode produzir um impacto ambiental ainda maior que uma grande usina.

Então, essas reversões servem para nós continuarmos expandindo. Agora, não podemos entrar em depressão porque a capacidade de regularização natural do Brasil está acabando, o potencial. Eu não posso sonhar. Outra vez me perguntaram: “mas a usina de Tucuruí tem um grande reservatório”. Um reservatório de regularização anual – pergunte ao Dr. Hermes. Ele enche e esvazia todos os anos. Não é isso, Dr. Hermes? É! E são 3 mil km², ou seja, é enorme o reservatório, mas é de regularização anual. Por quê? São rios com grandes volumes de água. Se eu for fazer isso na Amazônia, para regularizar aqueles rios e naquelas planícies, provavelmente, eu teria que fazer reservatórios de 20 mil km² ou algo assim, do tamanho do Estado de Sergipe, a maior parte dele com meio metro de água, gerando mais metano que uma térmica a carvão.

Então, eu acho que esse ponto é importante.

Ainda outro aspecto que eu considero importante – e o Senador bem o disse: com relação às concessões, sempre alertamos e fizemos uma discussão, que começou em 2008, para uma medida que saiu em 2012. O Ministério começou a discutir, quando o Ministro criou, dentro do Conselho Nacional de Política Energética, em 2008 essa discussão. É claro que o aprofundamento final se deu no último mês, como é natural, mas essa discussão de que a concessão tinha que voltar para o Estado brasileiro, porque o Estado brasileiro nunca deu rio para ninguém, tinha que voltar. Isso já era... E nós conversamos, na época, 2008/2009, com a maior parte das associações, fechamos um relatório que recomendava isso. Então, muitas vezes, há um questionamento que mistura esses assuntos com a situação atual, mas não teria nada a ver.

E outra coisa para a qual eu chamaria a atenção é um aspecto que considero importante: térmica tem manutenção como a hidrelétrica. O Dr. Hermes, lá, tem uma lista de máquinas hidrelétricas que estão em manutenção e tem uma lista de máquinas térmicas que estão em manutenção. E elas estão seguindo normalmente, não é?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – ... vão pegar um período que não é simples, não é?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Mas é normal, em qualquer fonte.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Estamos falando de...

É claro que é em qualquer fonte, porque qualquer equipamento precisa de manutenção. É natural! Até porque... Talvez, se tivesse sido uma manutenção...

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – E o setor elétrico trabalha com programas de manutenção...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – ... mais apurada, a Luiz Gonzaga não teria caído.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Qual foi o fenômeno de Luiz Gonzaga? Só para saber. Qual foi o evento? Eu não sei qual foi o evento de Luiz Gonzaga.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Walter Pinheiro, V. Ex^a poderia explicitar o que aconteceu em Luiz Gonzaga?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Houve um problema na usina de Luiz Gonzaga no ano passado...

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Qual é a Luiz Gonzaga?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Na Região Nordeste...

O SR. HERMES CHIPP (*Fora do microfone.*) – Na região de Sobradinho. A antiga Itaparica.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Ah, Itaparica. Mas que problema houve lá, que eu não entendi?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Houve um problema técnico.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Que problema técnico? Uma ocorrência no equipamento, que falhou? Aquele cartão famoso?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Isso.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – A do cartão famoso? Sim. Mas ocorreu...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Uma fadiga extremamente natural.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Não é fadiga, é...

Senador, eu trabalhei tanto com operação quanto com manutenção; ao longo da minha carreira, eu passei por várias áreas. Numa empresa, você tem programas de manutenção...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Eu também sou profissional de manutenção. Conheço equipamentos, não da área de energia, mas da área de comunicação.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Certo. Então, as empresas têm programas de manutenção, as empresas têm metodologia, têm engenharia de manutenção e sabem a hora... A arte está em saber a hora de intervir e no tempo certo. Então, eu imagino que todo o nosso sistema esteja operando dentro da tranquilidade, onde eu paro quando tenho que parar, uma máquina de uma hidrelétrica, bem assim como uma térmica. Esse é o normal do setor elétrico. Essa é a nossa regra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Pois é; mas nós, por mais obrigação... Porque, se eu falho, aparece na hora.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Essa que é a diferença. Não estou tratando...

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Então, essa é uma história que nós temos, ou seja, de preservar isso.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – ... de proteção. É esse o discurso. A proteção não é um enfeite, mas a garantia do serviço que tem que ser entregue. Essa que é a diferença.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Só para o Senador entender, nós temos a agência reguladora nacional. Ela faz a fiscalização em cima das empresas, a fim de saber se estão cumprindo os seus planos de manutenção. Essa é a estrutura setorial. Agora, se ocorreu um evento, como o senhor falou, em que uma empresa não deu a manutenção ou avaliou a sua engenharia de manutenção erroneamente, vindo-se a comprovar isso, provavelmente, a Aneel deve ter feito a fiscalização e aplicado as sanções necessárias. Acho que essa é a regra normal do setor.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Mas a multa não vai me reconduzir de forma alguma. A energia que perdi, eu a perdi.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Eu não falei da multa, mas das sanções normais.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Mas é o que estou lhe dizendo. A sanção é essa, Márcio. Por isso, a agência não se pode transformar em caixa registradora. Ela deve ser eficiente.

Estou dizendo isso, porque o senhor colocou algo que é diferente. Por exemplo, o aspecto da fiscalização em todos os sistemas tem de se antecipar, Márcio. É isso! É óbvio que haverá fadiga, que haverá problemas de operação, que haverá erro humano e uma série de coisas, como problemas climáticos. Então, é por isso que se faz plano de manutenção, para evitar exatamente que, quando isso se processa, não haja a interrupção do serviço. Inclusive, a obrigação dos senhores é a de brigar por isso, para garantir a chegada do serviço mesmo diante de alterações climáticas, mesmo porque temos uma baixa capacidade de prever essas alterações climáticas, ainda que os acertos sejam cada vez maiores.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Deixe-me só fazer um complemento?

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Por favor, Dr. Márcio.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Eu só queria completar um ponto, Senador, quanto a esse aspecto da projeção. Por exemplo, a Aneel aplicou uma punição à empresa Chesf, que é da sua região. O que ocorreu com a Chesf? A Chesf começou sistematicamente a atrasar a implantação de empreendimentos de transmissão. O que a Aneel fez? Suspendeu a Chesf, até que ela zerasse, de participar dos leilões. Essa é uma medida que é papel da Aneel adotar. E é importante que ela faça isso. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Márcio Zimmermann.

Ainda para complementar as respostas às perguntas feitas por S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro, passo a palavra ao Dr. Maurício Tolmasquim.

Em seguida, se houver comentários adicionais do Dr. Hermes Chipp, do Dr. Claudio Sales e do Dr. Luiz Eduardo Barata Ferreira, será concedida a palavra a S. S^{as}.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador, V. Exª tocou em pontos importantíssimos. Acho que o principal é a questão da informação e da comunicação. Acho que temos de realmente melhorar isso.

Estou voltando agora da Europa, de onde cheguei ontem à noite. Fui convidado para participar de um grande evento no campo da energia solar da Associação Europeia de Energia Solar. Eu estava justamente na abertura do evento, com a plenária lotada. Em cima do palco, todos eram europeus. E eu, um brasileiro, estava ali, diante de um público europeu. Não foi à toa que o Brasil foi convidado. Não foi o Tolmasquim que foi convidado, mas alguém do Brasil que foi convidado.

A Europa está olhando para o Brasil. Lá, nessa questão de energia eólica, está se rateando. Eles contrataram sistemas de incentivo a preços muito caros. Com a questão da crise econômica, isso está rateando. A Espanha está revendo os incentivos. Portugal está revendo os incentivos. A Alemanha está revendo os incentivos. E o Brasil está tendo uma expansão bastante importante com os preços mais baixos que, talvez, existam no mundo.

Então, nós precisamos ver o *case*. A Agência Internacional de Energia fez uma transparência na abertura do evento, dividindo o mundo em dois: a parte de cima, o norte, que está em crise; a parte de baixo do Hemisfério, onde está a grande esperança, onde está o Brasil, a China, a Turquia e outros países. E uma das coisas que todos os debatedores colocaram era a importância de a Europa se integrar em termos de transmissão. Eles falaram: “Olha, o nosso sistema só terá futuro se nós interligamos os países, se pensarmos no continente europeu interligado.” E eu, ali, calado – claro, com certa ponta de orgulho –, pensando que vivemos em um país continental completamente interligado, de Norte a Sul, com operação centralizada, que é o que nos permite termos essa diversificação da matriz que nós temos hoje. Está caminhando para ter diferentes formas, convivendo.

Esse ativo que nós temos aqui, no Brasil, não existe em outro lugar do mundo. Não existe! Nós, brasileiros, construímos um sistema que é almejado pelo mundo todo, que a Europa sonha em ter. A gente costuma, no seminário lá fora, pegar o sistema de transmissão brasileiro e botar sob o mapa da Europa. Se a Europa tivesse o sistema que o Brasil tem de transmissão, Portugal poderia negociar energia com a Rússia. Ao botar o sistema de transmissão, se a Europa tivesse o sistema de transmissão brasileiro, Portugal estaria conectado à Rússia. E não está. O mundo lá seria diferente.

Portanto, eu acho que nós temos aqui uma falha enorme de comunicação. Eles estavam discutindo lá mudança climática, como aumentar a meta. Oitenta por cento da nossa geração são de fontes renováveis. Lá, 20% são renováveis.

Então, há uma questão que acho fundamental: falta essa comunicação.

É claro que os sistemas interconectados, continentais, como o Brasil, só têm muitos bônus. Têm alguns ônus também. É claro, quando se está totalmente interconectado, o risco de ocorrências e das consequências das ocorrências é maior, porque você está num país que tem a geração dentro de cada unidade da Federação. Então, se cada unidade tem a sua térmica, está ilhado ao risco de acontecer um problema de transmissão, que é muito menor do que se ocorrer em um país continental interconectado.

Agora, se vocês me perguntarem “em que país você prefere morar”, eu prefiro o Brasil interconectado, porque, do ponto de vista da racionalização dos recursos energéticos, ela é muito maior. Podemos usar nosso potencial hidrelétrico do Norte, podemos usar o nosso potencial de ventos do Nordeste, do extremo Sul, podemos usar o nosso potencial da biomassa de São Paulo e do Centro-Oeste, o carvão, se for necessário, do Sul, quer dizer, nós funcionamos de forma cooperativa. Esse é um ativo cuja riqueza nós, brasileiros, não temos noção.

Eu queria pegar alguns pontos importantes que foram mencionados. Essa questão de atraso de linha de transmissão para parque eólico. Essa é uma coisa totalmente indesejada e que não se repetirá. Não se repetirá por quê? Porque nós mudamos a sistemática. O que nós fazíamos antes? Nós tínhamos o leilão. A gente tem inscritos no leilão cerca de 400, 500, 600 parques eólicos a cada leilão. Investidores pequenos, grandes e médios querem participar do leilão. A gente habilita uma quantidade, e depois que alguns ganham, a gente vê quem ganhou – a gente não sabe, a princípio, onde vai ganhar –, a gente projeta o sistema de transmissão.

Por que a gente estava fazendo isso? Para tirar o ônus da construção da transmissão dos donos dos parques. O problema é que, ao fazer isso, você chegou a uma situação em que a ideia era o parque e a linha chegarem juntos. O que a gente não esperava é que quem ganhou o leilão da linha de transmissão, por diferentes motivos, atrasasse a entrega da linha. Há uma discussão do Iphan, falando que o agente entrou depois, mas o fato é que a linha atrasou. Para evitar isso, o que nós estamos fazendo? Nós estamos vendo onde nós temos o potencial eólico e estamos licitando, planejando a transmissão antes de as usinas serem leiloadas. É claro que existe o risco de ficar eventualmente um pouco ociosa, mas a gente vai levar a transmissão antes.

Eu estava conversando aqui com o Hermes, que é operador, e me parece que acabou de entrar as estações João Câmara e Igaporã, que permitem a conexão de alguns dos parques do Rio Grande do Norte e de Salvador, que estavam fora.

Neste ano, vamos eliminar o problema da transmissão das eólicas. Não vai haver mais o problema. Todas as eólicas estarão com a sua transmissão e o problema será zerado. Eu acho que essa informação é importante. É um aprendizado, tentamos facilitar a vida das eólicas, fazendo com que elas não tivessem que construir a linha de transmissão. Uma boa intenção que acabou não dando certo porque quem ganhou o leilão da linha de transmissão não teve condições, pela questão do licenciamento, de construir a tempo. Então, mudamos o modelo. É assim: vamos aprendendo e evoluindo.

Para terminar, eu queria voltar a uma questão que foi abordada, em relação ao ICMS, que eu acho que é muito importante.

V. Ex^a falou muito bem, a maneira mais fácil de os Estados arrecadarem é taxando comunicação, combustível e energia, porque é muito difícil sonegar. É daí que vem a receita. Mas existe uma perversidade enorme nisso, porque energia elétrica é um bem essencial à vida de qualquer cidadão, é um bem essencial à atividade produtiva, e é justamente aí que há uma carga de imposto muito grande. E é importante nós enfrentarmos esse problema.

E é aí que eu acho que esta Casa tem um papel importante. Esta Casa representa as diferentes unidades da Federação. O Senado tem o papel importante de tentar encaminhar essa discussão. É claro, eu sei que não é fácil, mas esse é um desafio importante. Há situações como, se não me engano, em Minas Gerais, em que eu observava que o imposto que se paga por energia elétrica é muito maior do que, por exemplo, o imposto para armas ou bebidas, coisas de relevância social muito menor. Quer dizer, do ponto de vista social, não há muita lógica, mas do ponto de vista econômico talvez haja, porque é ali que está a arrecadação. Mas eu acho que nós temos que enfrentar isso. Eu sei que é uma questão difícil e creio que tem que haver uma união entre o Executivo, o Legislativo e os Governos dos Estados para tentarmos solucioná-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Tolmasquim. Eu indagaria a S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro se...?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Está bem?

E eu indagaria, agora, ao Dr. Claudio se deseja fazer algum comentário. *(Pausa.)*

Com a palavra, o Dr. Claudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil.

O SR. CLAUDIO SALES – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Collor de Mello, Presidente da Comissão.

Tantas coisas foram ditas, eu teria que selecionar algumas. Primeiro, apenas como pano de fundo, devemos pensar que o setor elétrico tem evoluído, sim, de forma importante. Se eu fosse destacar os principais marcos desse desenvolvimento, partindo da década de 90, sobre a qual já fui denunciado, porque eu já estava no setor elétrico, ali, o abastecimento de energia era absolutamente precário no Brasil. De lá para cá, foi mudada a regra tarifária para estabelecer tarifa por preço-teto; foi criado o sistema de contrato de concessões, a Lei de Concessões; foi criada a agência reguladora; várias evoluções. Mais adiante, destaco, certamente, a introdução do mecanismo de leilões, que propiciou o avanço já mencionado aqui largamente. Enfim, são mais em torno de avanços importantes do setor elétrico, mas isso não preclui o fato de que há, sim, muito que aprimorar, e aqui mesmo foram denunciados vários problemas, todos factuais.

Neste caso, foram tratadas questões emergenciais, que eu acho que foi o que motivou a audiência, a conjuntura crítica que estamos vivendo, mas também foi trazida a debate uma série de questões estruturais do setor.

Vou selecionar duas delas. Primeiro, do ponto de vista conjuntural, digamos, de emergência, já se falou muito sobre a questão de abastecimento e riscos, indicadores, e a nossa posição no instituto é que deve-se forçar a mão na clareza de comunicação para a sociedade, porque, mesmo que, na hipótese do ponto de vista da operação de sistema, se esteja atuando de maneira ótima para tratar essa questão, nós estamos deixando de lado a participação que a sociedade pode ter numa economia em que qualquer 1%, a esta altura do campeonato, posto que voluntária, seria de extrema relevância para aumentar exponencialmente a segurança do sistema como um todo.

Ainda quanto ao aspecto emergencial, eu mencionei dois, um de abastecimento, outro financeiro. Aí, sim, eu quero até usar a metáfora do racionamento financeiro. Quer dizer, o setor elétrico está – eu espero – longe de uma situação de racionamento de energia, mas, sem dúvida, já está numa situação de racionamento financeiro, como demonstra o conta-gotas com que está sendo feito o aporte para que as distribuidoras possam canalizar os recursos para pagar a energia que está sendo consumida. Ora, isso é paradoxal quando se pretende, num setor, capital intensivo, com investimentos de longo prazo e coisas desse tipo.

Portanto, eu acho que uma ênfase maior – e aí a voz desta Casa pesa para que isso aconteça – deve ser dada para que se dê uma formulação nessa equação de aportes para poder fazer frente a esse custo que, conjuntamente, está ocorrendo para a energia de maneira mais previsível e cobrindo todos os elementos, não

apenas o caso daquelas empresas distribuidoras que estão expostas a uma situação de descontração de energia, como também – e é expressivo esse montante – o caso daquelas que têm no seu portfólio um volume grande de usinas termoeletricas que estariam demandando recursos para bancar os combustíveis que estão sendo atualmente utilizados fora do alcance das distribuidoras ou do caixa das distribuidoras.

Por último, agora olhando para uma questão mais de longo prazo, poderia selecionar vários temas, mas vou ficar com a questão tributária, que tem a ver com a conta de luz.

O pano de fundo da questão tributária, certamente, é, digamos, o próprio problema tributário do Brasil, que hoje já tributa cerca de 36% a 37% do PIB. Quer dizer, é difícil imaginar que um país vai se tornar cada vez mais competitivo e alavancar o seu desenvolvimento a partir disso com tamanha carga tributária.

Quando a gente olha o setor elétrico – já foi dito, com muita propriedade, acho que pelo Dr. Tolmasquim –, essa coisa é mais grave porque se trata de um insumo essencial e ele é mais perversamente taxado.

E aí, Senador Walter Pinheiro, eu quero contradizê-lo um pouco no que diz respeito ao entusiasmo necessário para enfrentar problemas. Por maior que seja o problema, falando de impostos, em relação ao ICMS, eu acho que esta é a Casa mesmo que deve gerar o entusiasmo para enfrentar esse problema. E a origem desse problema é simplesmente a seguinte: é do ICMS que se valem os Estados para a chamada guerra fiscal, ou seja, para dar benefícios para atrair investimentos para o Estado a partir de isenções de ICMS. Porém, dois ou três setores, como o imposto é pago no destino em que ele é consumido – estou falando de energia elétrica, telecomunicações e combustível –, essa área fica isenta da guerra, imune à guerra fiscal. Portanto, o que na prática está acontecendo, que é um fenômeno do qual o País se tornou preso, é a redução de ICMS dada em vários setores contrabalanceada com a severidade na cobrança de ICMS deles.

Quer dizer, essa equação tem que ser mudada. É difícilimo. E eu concordo, Senador, com o senhor, que é uma missão de Hércules, mas, do princípio democrático, eu acho...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Quem recuou nesse debate foi o Governo central, não foi o Senado não.

O SR. CLAUDIO SALES – Pois é, exatamente. Quem pode ser Hércules talvez seja...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Nós colocamos na pauta, o Governo central foi que recuou.

O SR. CLAUDIO SALES – Se é uma missão para Hércules, que o Parlamento seja o Hércules nessa história. E acho que, a partir daqui, tem que haver a discussão. Porém, eu não quero deixar... Estamos falando no desafio do ICMS. Porém, há o PIS/Cofins, que é aproximadamente 8% da conta de luz e é atribuição do Governo Federal. O PIS/Cofins no setor elétrico, em 2008, 2007 aproximadamente, por mudança de regras, praticamente dobrou sua incidência na conta de luz. Portanto, são os dois impostos que, do meu ponto de vista, deveriam ser alvos maiores do empenho desta Casa se a gente quer ter um país mais eficiente no que diz respeito... Isto até já foi dito aqui: se para energia elétrica o Brasil tem tantos atributos naturais, qualidade, diversidade de fontes, sistema interligado, etc., por que, a despeito disso tudo, a gente não faz da energia elétrica, na ponta, um fator de ganho de competitividade no Brasil? Porque estamos sendo incompetentes no resto. Então, temos que fazer e não recusar o desafio dessa missão

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito bem, Dr. Claudio.

Posso prosseguir, Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Pode, pode.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Então, passo a palavra ao Dr. Hermes Chipp.

O SR. HERMES CHIPP – Só um aparte, Claudio, com relação ao que você vem colocando, com relação à racionalização de energia – claro, racionalização de energia como se fosse uma geração adicional. Quando se corta no consumo, é como se se estivesse acrescentando geração. Mas veja bem: eu acho que essa coisa tem de ser vista de uma forma muito tranquila, e não precipitada, porque é o tipo da coisa que não se pode causar, se não for estritamente necessário.

Nós temos um comitê de monitoramento, e o Operador, pelo menos uma vez por mês, apresenta a evolução hidrológica, seu acompanhamento e a utilização de todos os recursos disponíveis para o plenário. E ele coloca isso com a maior clareza.

Fazendo uma analogia, eu fico raciocinando como se fosse o médico no hospital. O paciente está no quarto, há o CTI e há a declaração: "Morte terminal. Não há jeito". Ninguém tira o cara do quarto e bota no CTI sem necessidade.

Então, quando houver necessidade, a gente vai dizer para colocar, para tirar do quarto e botar no CTI. Quanto a isso, vocês podem ter a maior tranquilidade. Nós vamos pelo menos dizer. Se vai ser feito ou não, a decisão não é nossa. Mas, que nós vamos indicar, vamos. E ninguém faz isso, ninguém tira esse cara do quarto

para o CTI, antes de abril. Aliás, com uma visão prospectiva melhor agora. Não excelente, mas melhor do que nós tínhamos.

Então, só isso que eu quero colocar para você, não discordando, mas para fazer uma reflexão, porque você vê umas coisas importantes na mídia, alguém já decretando racionamento antes de abril. É uma coisa impressionante! E nós ali pegando um megawatt na unha, sabendo o que se está fazendo. Você sabe que a gente sabe o que está fazendo. E nós estamos expondo o que nós estamos fazendo. Uma reunião mensal para 150 agentes. Todo mundo tem tudo o que a gente está fazendo.

Agora, decretar racionamento antes de abril, com a visão prospectiva mais favorável do que a gente tinha, seria inadequado.

É só isso que eu quero colocar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Dr. Claudio, nós temos ainda dois Senadores que estão posteriormente...

Pergunto a S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA. *Fora do microfone.*) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Passo a palavra agora a S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão, Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e, em seguida, a S. Ex^a o Senador Casildo Maldaner.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Quero agradecer ao Presidente Collor. Vou procurar ser bem objetivo e bem breve, até porque o nosso espelho se alista aqui – é o nosso Senador Walter Pinheiro. Eu sou só um curioso.

Eu sou Senador pelo Acre. Hoje, lá no Acre – todos os senhores sabem –, estamos passando uma situação muito difícil. E, como o senhor disse... A pergunta vai para o Secretário Márcio Zimmermann.

A situação da hidrelétrica do Jirau e Santo Antônio. Nós que acompanhamos a discussão sobre a construção dessas hidrelétricas concordamos com o senhor: realmente foi uma dificuldade, por conta de alguns ecologistas, ambientalistas. Foi um debate muito acirrado, principalmente do meu Estado. Mas é verdade que nós estamos diante de uma situação em que o Acre está isolado.

Eu recebi uma ligação de um jornalista boliviano, e ele queria porque queria que eu dissesse que nosso Estado estava isolado por conta da construção das hidrelétricas. E eu não tenho essa informação, não tenho como dar essa informação. E até gostaria, se o senhor pudesse me dar essas informações, não só agora, mas depois, por escrito, para que eu possa... Até porque sou defensor das hidrelétricas, sei da importância dessas hidrelétricas para o nosso País, inclusive estive lá visitando a hidrelétrica do Jirau.

E hoje o que se divulga no nosso País é que as consequências dessas alagações – como chamamos lá na região – da BR-364, que isolaram o nosso Estado, são exatamente por conta da construção da hidrelétrica. E mais: não sei se o senhor ouviu falar que existia uma possibilidade de essa hidrelétrica vir a ruir e inundar a cidade de Porto Velho. O senhor ouviu falar; isso foi divulgado na mídia. Então, eu gostaria de saber o que há de concreto nisso, porque gera intranquilidade.

E desculpem-me, senhores – digo isso para todos –, mas eu acho que o Governo Federal deveria, neste momento em que passamos por esta situação difícil – o povo de Rondônia e do Acre –, criar uma audiência pública, Presidente Collor, para dizer isso para a população. Porque os senhores sabem que não isso tem nada a ver, mas a pessoa que está lá na ponta não sabe. E essa desinformação causa uma intranquilidade muito grande para o cidadão comum, para a pessoa que não tem a obrigação de saber.

Então, eu gostaria, Secretário Márcio, que o senhor pudesse me dar explicações, porque eu percebo que as autoridades bolivianas tentam semear um pouco dessa discórdia, porque o território boliviano está alagado. E espero que não tenha nada a ver, porque está a 2 mil km de distância dessas hidrelétricas, que, como o senhor disse, é de fio d'água, não há reservatório. Mas eu queria saber o que há de concreto, o que há de concreto hoje, o que o Governo Federal tem a dizer para o povo do Acre para nos tranquilizar em relação a essa situação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão.

Passo agora a palavra a S. Ex^a o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Caro Presidente Collor, Ministro Zimmermann e demais componentes da Mesa, Senador Petecão – o Senador Walter Pinheiro deu uma saída, mas volta –, serei breve.

Eu senti por parte do Walter Pinheiro uma... Ele tem como praxe – vejo isso na atuação dele no plenário – agir sempre como um planejador. Ele tem muita queda para isso, ele luta. Aliás, como profissão, ele leva isso muito de perto. E senti nele uma espécie de racionamento e planejamento de alguns setores do nosso Governo

como um todo. Ele delineou e discorreu sobre vários temas, inclusive sobre o ICMS ou coisa que o valha, a carga tributária sobre a energia, chegou até ao Pacto Federativo, mas não é hora de... Nós vamos levar isso, porque ele leva o conjunto. Se nós levarmos o conjunto da carga tributária nacional, nós sabemos que praticamente dois terços da arrecadação nacional, entre os Estados, Municípios e a União, ficam com a União, hoje, no Brasil.

É claro que o ICMS é uma carga muito forte em relação à energia elétrica. Esse é um setor importante da nossa economia, no Brasil, não há dúvida. Mas aqui há aquela responsabilidade de nós analisarmos o conjunto da arrecadação nacional, quanto fica com a União, quanto fica com os Estados, quanto fica com os Municípios, desse bolo todo. E a resultante disso está aí, e vejo sempre o Senador Walter Pinheiro pregar isto da tribuna, que nós temos que viver todos os setores da economia nacional, o setor calçadista, o setor agropecuário, todos os setores, para poder competir com o mundo, porque a indústria brasileira não pode concorrer com a indústria internacional, porque não dá, e aí vem o desemprego.

O Senador Walter Pinheiro, como planejador por excelência, leva muito em consideração essa questão da arrecadação nacional dos dois terços, mais ou menos, da União. E aí como é que nós vamos enfrentar o Pacto Federativo? É claro que a questão do ICMS é uma competência do Senado, sem dúvida alguma. Nós temos que tentar corrigir isso, e aí a comunicação que às vezes pode ser falha, como diz o Dr. Maurício, tem que ser feita entre os diversos órgãos do Governo Federal, o Governo Federal com o Congresso e com o Senado, porque essa energia que mencionou o Claudio, a de Hércules, essa tem se passado, mas nós não podemos é recuar. E o Governo, para enfrentar isso, não quer abrir mão desses quase dois terços da arrecadação nacional. E a nossa batida nessa carga dos 37%, 38%, 36%, 35% do PIB nacional é uma... Isso aí tem reflexos, e a indústria nacional está berrando. Quando da reunião agora do Ministro Mantega com os grandes, a associação média nacional dos empresários já levantou isso no Brasil aos quatro ventos. E nós, que estamos penando, que estamos vendo, como é que nós vamos concorrer com o mundo? Então, é uma questão que não é fácil. Tem que levar o conjunto. E é obrigação nossa aqui pensar o conjunto, mas sem deixar de lado um setor tão importante como esse.

Eu sei que o Senador Walter Pinheiro é muito rígido nisso, e ele também analisou os diversos setores, não só o das hidrelétricas: o da energia da biomassa, as termelétricas. E ele culmina até como certo poeta, com aquela de levarmos a economia “aos ventos”, no que se refere à energia eólica. “Vamos aos ventos!” Há até um pouco de romance nisso. Ele congrega esse conjunto – a gente nota – pela atuação dele aqui na Casa.

Mas eu acabo de chegar e apenas quero pegar essa carona. Eu acabo de chegar da posse de uma nova Associação dos Pequenos Produtores de Energia Elétrica, as famosas PCHs do Brasil. Eu que venho de um Estado do Sul, que é Santa Catarina, digo que as condições físicas da Região Sul principalmente são muito favoráveis a isso. O Ministro, que é de lá, conhece bem. E essa nova associação tomou posse agora há pouco. Vim de lá e soube deste encontro na Infraestrutura, soube que os senhores estariam aqui e decidi vir. E eu senti neles que essas dezenas e dezenas de pequenas hidrelétricas podem desenvolver e equilibrar pequenos riachos, que podem oferecer 1 megawatt, 2 megawatts, 3 megawatts, 5 megawatts, 8 megawatts, 10 megawatts, 12 megawatts, e isso ajudaria. E nós temos aí dezenas, senão centenas de propostas emperradas, paradas! Não andam. Nós estamos nessa. E isso eles me trouxeram. Eu posso pegar isso com uma demonstração mais detalhada e, naturalmente, levar ao Ministério de Minas e Energia. Eu recebi isso, e lá está dito “associação nacional”, quer dizer, isso serve para o Brasil. O aproveitamento de quedas d’água no Brasil, que isso vem ajudar no conjunto. Às vezes eles dizem que há certo racionamento no planejar. Racionamento no planejar essas questões. E nós precisamos partir mais para cima disso.

“Fale isso, Maldaner! Vamos, Casildo! Vamos levantar esse setor, a gestão desse conjunto!”

Às vezes não é muito a falta de gente, mas nós precisamos agir um pouco mais. Eu senti isso neles.

Então, eu trago essa preocupação das pequenas hidrelétricas – vim de lá agora, fui prestigiar esse acontecimento –, para nós avançarmos nisso. Acho que vem colaborar nesse conjunto da cesta da geração de energia para o Brasil. E eles dizem que as pequenas, além da sustentabilidade – a gente pega o equilíbrio nisso, inclusive para ajudar até no meio ambiente – geram não só a energia, que vem para a região ou vem interligar – você pode criar o peixe, pode fazer aquilo, gera o turismo, que pode agregar esses valores todos. Eles levantam essa tese.

E eu mesmo, quando fui governador do Estado, comeci a sentir isso. Na época, não estava em moda o meio ambiente. Falava-se em meio ambiente, e a gente até um dia, num encontro em que fui, que não era assunto pontual, eu ainda questionei: “Por que não falar no ‘todo’ ambiente? Só se fala no “meio” ambiente. O pessoal levou tudo com certa brincadeira, mas, na verdade, é isso.

Então, trago esse pedido lá da posse, Ministro Zimmermann – eu, como catarinense, embora gaúcho de nascimento, mas catarinense de criação. Eles já pediram que eu trouxesse esta preocupação, para andarmos junto e ajudarmos no conjunto a cesta de energia no Brasil.

São essas as considerações que aproveito para fazer.

Agradeço, Presidente Collor, por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Casildo Maldaner.

Antes de passar a palavra ao Sr. Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann, a quem foram dirigidas as perguntas formuladas por S. Ex^{as} o Senador Sérgio Petecão e o Senador Casildo Maldaner, eu gostaria de adicionar a essas que já foram feitas aquelas que me foram solicitadas fazer por parte de S. Ex^a o Senador Valdir Raupp, que é de Rondônia. Uma delas me parece que foi respondida já na intervenção última do Dr. Maurício Tolmasquim.

“Dos 167 parques eólicos instalados no País, 36 deles ainda não têm linhas de transmissão. Quando o Governo Federal pretende instalar essas linhas de transmissão?”

Acho que isso já ficou colocado aqui pelo Dr. Tolmasquim.

Outra pergunta de S. Ex^a o Senador Valdir Raupp: “Qual é a previsão de ligação do Linhão de Rondônia para o sistema nacional?” Estou lendo literalmente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – A resposta é que já foi ligado. Ótimo. E já está operando.

Outra pergunta de S. Ex^a o Senador Valdir Raupp: em recente artigo publicado pela *Carta Capital*, com o título “O Brasil tem meia Itaipu à espera de aprovação. Por quê?” – e isso tem vinculação com a colocação feita por S. Ex^a o Senador Casildo Maldaner –, a reportagem diz, ainda, que a Aneel aprova menos do que 35 projetos de PCHs por ano, e que, se fosse para aprovar todos os pedidos existentes, a agência gastaria 22 anos. Por que tanta lentidão na apreciação desses pedidos, pois todos nós sabemos da importância dessas PCHs?

É uma pergunta selecionada dentre as muitas que chegaram de internautas.

Esta, pelo Alô Senado, do Sr. Bernardo Vicente de Oliveira, de Belo Horizonte, Bairro Cachoeirinha:

Devido a grandes empreendimentos hidrelétricos localizados [estou lendo literalmente também] afastados dos grandes centros de consumo, o país vai demandar grandes linhas de transmissão. Essas linhas devem ter um alto nível de confiabilidade para mitigar os “apagões”. [Está vendo? É coisa que já ficou no inconsciente coletivo] Como a administração planeja aumentar o nível de fiscalização dessas grandes linhas de transmissão?

Eu agradeço a participação de todos os internautas e de todos os que, pelo Alô Senado, deram a sua contribuição à audiência pública do dia de hoje por intermédio do Sr. Bernardo Vicente de Oliveira.

Concedo a palavra ao Sr. Secretário Executivo do Ministério das Minas e Energia, Dr. Márcio Zimmermann.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Obrigado, Presidente.

É muito importante ter oportunidade de comentar o que o Senador Sérgio Petecão registrou, porque é um grande assunto que está na mídia. Hoje, há uma enchente no Rio Madeira. O Rio Madeira, para quem não sabe, nasce, na verdade, perto dos Andes, atravessa toda a Bolívia e, com as cheias dos afluentes, chega ao Brasil, em Abunã. No trecho brasileiro, existem duas usinas que foram feitas, as usinas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Isso. Ele entra no Brasil como Madeira, onde as duas usinas, Jirau e Santo Antônio, foram implantadas.

Bem, qual é o critério no Brasil? O Brasil constrói hidrelétricas há mais de 100 anos. No processo de construção, a hidrelétrica é dimensionada para aguentar uma cheia com tempo de recorrência – isso é probabilístico – de dez mil anos. Só para se ter uma ideia, por exemplo, na usina de Itaipu, a cheia de projeto era de 63 mil metros cúbicos por segundo. A cheia de projeto das usinas do Rio Madeira é de cerca de 82,6 mil, 83 mil metros cúbicos por segundo. Então, ao dimensionar a barragem, considera-se o nível máximo normal em que a usina opera e, depois, o nível que chamamos de máximo *maximorum*, em que, na ocorrência do nível de maior cheia, naturalmente, o reservatório subiria. É assim que trabalhamos no setor.

No caso, sempre que se constrói uma hidrelétrica, a ANA e a Aneel avaliam, analisam a área que o reservatório vai ocupar. Leva-se para o leilão o estudo de viabilidade da usina nova, que foi analisado e habilitado pela EPE. A usina vai a leilão já com todo o EVTEA (Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental) aprovado pela Aneel; depois, há a parte da ANA (Agência Nacional de Águas), que dá a declaração de reserva hídrica; depois disso, é identificado, dentro dessa área prevista do reservatório que você tem que desocupar, aquilo que é previsto sair – se é a estrada, se tem que fazer tal ponte. E a ANA tem lá os critérios dela, que ela usa com tempos de recorrência de cheia maior ou menor, dependendo do tipo de obra que há.

Então, isso é o normal, é o que ocorre no Brasil, e o Brasil tem muita experiência nisso, sempre fez isso e, na verdade, no passado, fazia com menos recursos, porque, hoje, com a evolução tecnológica, fazer um desenho de um reservatório é bem mais simples do que foi no passado. E se, no passado, não houve grandes problemas ...

É claro que a população de Rondônia está sofrendo, e o Acre também está sendo impactado porque há uma estrada que está inundada. Eu não sei qual é ...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – É a BR 364. *(Fora do microfone.)*

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Ela passava dentro do reservatório, não foi realocada?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Passa ao lado.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Ao lado? Então, ela tinha que ser alteada ou havia algum critério?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Altearam, mas a enchente atingiu ...

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Bom, aí eu acho que as agências devem estar vendo tecnicamente se houve algum aspecto que não foi cumprido e que tinha de ser cumprido, porque reservatório não tem segredo: é aquilo que foi... Afinal, em todos que nós fizemos no Brasil até hoje, nós não tivemos problema. Então, deve haver alguma ... Eu acho que as agências mesmo, a Aneel e a ANA, têm que fazer uma avaliação, porque eu vejo que há um grande questionamento lá.

Com relação ao aspecto da Bolívia, Senador, na verdade, houve organizações que atuavam na Bolívia e que levaram o Brasil para o Tribunal de Águas quando o Brasil estava licenciando a Usina do Madeira. Então, havia uma briga muito ideológica. E o Brasil sabe o que é isso, porque, quando o Brasil começou a estudar Belo Monte, na década de 80 e 90, lá em Altamira chegou a haver uma rua com 100 ONGs internacionais. Então, elas iam atuando contra, porque havia uma tendência mundial de ser contra hidrelétricas. E hoje isso passou. Hoje, para a ONU estar dando esse certificado para nós é porque mudou a visão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Está fora de moda, não é?

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – É. E aí, querer, de repente, que uma cheia que não tem nada ver com ... Até porque a usina foi projetada para 80 e poucos mil; não é nem para 50. Então esse problema... A barragem toda, a engenharia brasileira de grandes barragens – ainda falei isso outro dia – é uma das melhores do mundo, é a que continuou praticando ao longo do... Os europeus pararam de fazer hidrelétricas; o americano... Hoje somos nós, os chineses e mais algum... Portugal tinha um... E o Brasil nunca teve problemas com grandes barragens. Então, essa preocupação de romper essa barragem, quer dizer, nós temos que ter técnica. Os órgãos técnicos que aprovaram e as empresas que estão envolvidas nisso ... Se eu analisar Santo Antônio e Jirau, duas das empresas que estão construindo lá fizeram Itaipu. As duas empresas que estão lá – a grande construtora que está em uma e a que está na outra – participaram da construção de Itaipu. É um exemplo de sucesso. E, das usinas que operam lá, uma delas é a Tractebel, que é o maior produtor independente de energia do Brasil, privado; e, do mundo, é dos maiores. De outro lado, o grupo Eletrobrás também; há a Chesf que tem uma experiência antiga; Furnas ...

Mas é claro que, se há dúvidas, acho que isso tem de ser levantado. Eu acho que está sendo levantado lá. E aí as agências, ANA e Aneel, que aprovam o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica, e que fiscalizam é que podem responder.

Com relação ao Senador Casildo e ao Senador Raupp, eu faria um comentário. Eu concordo tanto com o Senador Casildo como com o Senador Raupp. Na verdade, há um problema de processo, porque, quando você olha pelo ângulo da agência, ela tem centenas e centenas de projetos – às vezes, projetos de baixa qualidade e projetos de boa qualidade. Mas junta tudo; isso entra numa fila. Aí, fica humanamente impossível fazer aquilo que o Senador disse: mais do que 30 e poucos por ano ou coisa parecida.

Numa época, eu cheguei a discutir – o Nelson era o diretor-geral –, eles iam estudar, porque eu achava que era uma das formas que poderia agilizar isso..., porque para nós interessa, ao Brasil interessa o PCH. Nós ficamos contentes com o fato de que, ano passado, as PCHs voltaram para os leilões, mas nós poderíamos acelerar. Eu concordo com o Senador. E uma das formas que eu me lembro de ter discutido com o Nelson na época era por que a Aneel não organizava convênios com universidades que tenham áreas – por exemplo, a de Itajubá tem uma área bem especializada na questão de PCH – e com outras instituições. Ela faria um convênio e contrataria essas universidades para agilizar esses processos de análise.

Eu confesso que não sei como é que ficou o resultado, mas eu acho que é saudável e foi bom ter tocado nisso. Eu vou procurar saber como é que evoluiu, porque acho que é uma forma que ajudaria muito a destravar isso. Depois, informo aos Senadores. Eu achei bem interessante essa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Está bem.

Outro aspecto é o das grandes linhas de transmissão. Considero um ponto importante. Se eu aumentar muito a transmissão em regiões como a Amazônia, eu já estou construindo mais de 20 mil, e a tendência é de que o potencial remanescente hidrelétrico esteja na Amazônia. Então, eu vou ter grandes troncos de energia, de transmissão. E isso realmente exige sistemas bastante confiáveis.

Atualmente, a própria EPE começou a estudar junto com o Ministério. Foram tomadas definições. Por exemplo, o Rio Madeira tinha grande transporte de grandes blocos de energia daquelas usinas, e a carga lá é

pequena. Mesmo a usina ficando interligada ali, mas é só uma parte menor dela que vai atender Rondônia e Acre. Mas nós fizemos em corrente contínua.

Eu só quero fazer um histórico. Não quer dizer que corrente contínua seja a solução para todos os males do mundo. Mas eu só digo o seguinte; corrente contínua nós fizemos a do Madeira, de Porto Velho até São Paulo – são de 2.300 a 2.400 quilômetros.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Araraquara.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Araraquara, exatamente. O que significa isso? Significa que o Brasil não é novo na corrente contínua. O Brasil implantou o sistema de Itaipu em 50 Hertz, que transmitia em corrente contínua. Se perguntar para o Hermes qual é a linha que tem o melhor desempenho no Brasil, é a corrente contínua.

Bom, nós tínhamos o bloco que liga outras usinas, do Amapá, Belo Monte, cuja expansão está evoluindo. O Brasil, que teve um papel ímpar de desenvolvimento da transmissão no mundo, licitou há dois meses a primeira linha em 800KV de corrente contínua. Nós só temos operando uma na China, e o Brasil agora vai ter essa.

Essa é uma preocupação que grandes troncos no sistema continental como o nosso, nós temos que cada vez fazer crescer a robustez dessas interligações. Nós temos tido um bom entendimento, até uma boa troca de experiência com a China, que, num determinado momento, pegou muita experiência do Brasil – que tinha feito Itaipu, que tinha trabalhado com máquinas de 700MW, que tinha sistema de 600KV. O tempo passou, e a China hoje é o país que chamou os europeus, os grandes fabricantes e desenvolveu níveis de tensão maiores. O que o Brasil está fazendo, por exemplo, que pouca gente sabe? Nós estamos fazendo o laboratório de ultra-alta tensão. Nós trabalhamos em alta tensão, extra-alta e ultra-alta agora. Lá no Cepel, em Adrianópolis, nós temos um centro de pesquisa que foi a base para o Brasil, na década de 70/80, desenvolver e se expandir na transmissão dos 500KV, dos 750KV, dos 600KV de Itaipu.

A partir de dois anos atrás, o Ministério de Ciência e Tecnologia, o Ministério de Minas e Energia e a Eletrobrás começaram a investir nesse novo laboratório. Inclusive, já há uma pequena parte – e o Hermes e o Tolmasquim estiveram lá recentemente – que realiza alguns ensaios para tensão de 800KV e 1.100KV. Então, na verdade, é uma preocupação que o Brasil tem, de continuar desenvolvendo tecnologia para níveis maiores de ultra e alta tensão e justamente porque você quer; é um país que tem o que Tolmasquim citou e que citei outro dia num jornal: que é um sonho. Os americanos já disseram que sonham ter um sistema de transmissão como o nosso, que permite que venha energia de um Estado tal, que produz não sei o quê. Estive, no ano passado, em uma reunião ministerial, no lugar do Ministro Lobão, da Agência Nacional de Energia, e eles também olham para o Brasil babando, porque lá eles têm problemas daquela fonte intermitente, que é a eólica, e aí quando baixa, que poderia estar sendo utilizada uma outra fonte para dar equilíbrio, como não tem interligações fortes, tem que queimar gás a um preço alto para ajustar a curva de geração da eólica.

Então, como o Brasil é muito ligado em transmissão, o Ministério se preocupou, junto com o MCTI, de continuarmos trabalhando na melhoria contínua e evolução dessa parte de transmissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado Dr. Márcio Zimmerman.

Indagaria a S. Ex^a Srs. Senadores Sérgio Petecão e Casildo Maldaner se estão satisfeitos com as respostas. (*Pausa.*)

Acredito que sim.

Passo a palavra ao Dr. Claudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil, que havia solicitado a palavra anteriormente às perguntas formuladas pelos Srs. Senadores.

O SR. CLAUDIO SALES – Mais uma vez agradeço V. Ex^a. Muito brevemente, apenas porque foi falada aqui a questão de comunicação, a comunicação para a sociedade do que de fato está acontecendo e o desafio que isso é, em todos os aspectos. Concordo totalmente com isso.

Lato sensu, do ponto de vista da percepção que colhemos – acredito que a maioria dos senhores há de concordar comigo –, o que se passou para a sociedade brasileira mais recentemente é que a energia no Brasil estava ficando mais barata, além do que a segurança do abastecimento e a qualidade de abastecimento eram próximas da perfeição.

Isso contrasta com o sentimento que se percebe também, enfim, no convívio e na situação que estamos vivendo.

Enfim, por mais desafiante que seja essa questão, insisto na nossa posição de que o Governo deveria ser mais humildade nessa comunicação, dando o dado e contando com a compreensão da sociedade, que sempre se reverte positivamente em relação a esses momentos.

Estou falando nisso, porque possivelmente não foi isso que o Dr. Hermes quis dizer, mas só para efeito de clareza. Mas, em nenhum momento, estaria dizendo que se deve pensar em decretar racionamento agora, até porque ele mesmo apontou que, enfim, no final do período de chuvas que se examina, vale dizer, final de

abril, daí por diante. Longe disso, mas, por outro lado, insisto em não menosprezar a capacidade de reação positiva que tem a sociedade brasileira diante de situações críticas como essa, e qualquer resultado positivo que venha daí, dada a situação crítica dos nossos reservatórios hoje, a dependência forte que temos de chuvas mais benevolentes num período menor, como só agora temos no final de março e abril, qualquer resultado, efeito positivo dessa compreensão, seria extremamente benéfico e valorizado.

Portanto, acho que vale a pena tentar se comunicar melhor com a sociedade em relação a isso.

A energia não ficou mais barata, a despeito de algumas iniciativas, como a redução de encargos etc., e estamos, como foi demonstrado aqui – é até próprio da natureza do nosso sistema – expostos a um risco com que, enfim, estamos sendo conjunturalmente forçados a conviver, mas que realisticamente deveria ser compreendido.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Claudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil.

Agora, passamos às considerações finais dos senhores convidados a participar da audiência pública de hoje, Dr. Maurício Tolmasquim e, após, se algum dos senhores quiser fazer alguma consideração, lhes será facultada a palavra.

Dr. Maurício Tolmasquim.

O SR. MAURÍCIO TOLMASQUIM – Muito grato, Senador.

Só queria pegar aqui um ponto que eu acho que é importante, e aí é um ponto em que eu discordo do Cláudio, – a gente poderia dizer: a energia ficou mais barata, 20% em média, para os brasileiros, dependendo da classe industrial ou residencial mais ou menos, mas, em média, 20%, de forma estrutural. Reduziram-se 20%, estruturalmente, no preço da energia no Brasil. Isso não significa que não possa haver aumentos conjunturais. É claro que, na hora em que se tem de acionar mais termoeletricas, tem de pagar para essas termoeletricas, o preço aumenta, mas ele vai aumentar sobre uma base 20% menor do que seria se não tivesse tido a medida.

Então, a gente precisa entender o seguinte: a energia estava neste patamar e se trouxe para um patamar 20% menor. Agora, tem a térmica, desfaz-se da térmica, vai ter um custo, e esse custo incide sobre esse patamar, menor 20% do que o anterior. Ou seja, se não houvesse tido essa redução, o custo da térmica estaria incidido sob um patamar 20% em média superior.

Então, é importante saber isso. É uma conquista enorme pela qual a associação dos consumidores, o próprio Acende Brasil e as distribuidoras todas batalharam durante muito tempo, o que foi conquistado agora, que é reduzir a tarifa de forma estrutural do Brasil, e isso foi concedido e dado. Mais uma vez, isso não significa que não possa haver variações para cima ou para baixo, conjunturais, conforme as circunstâncias.

Agora, vai aumentar, eventualmente no ano que vem, no momento em que for a tarifa para pagar o custo das térmicas; na hora em que melhorar a hidrologia e desligar as térmicas, esse custo vai baixar de novo. Então, são variações conjunturais.

Acho necessário a gente fazer esse esclarecimento, porque esse foi um ganho importantíssimo, conquistado pela sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da EPE.

Eu indago a V. S^a, Dr. Luiz Eduardo Barata Ferreira se gostaria de fazer alguma consideração?

O SR. LUIZ EDUARDO BARATA FERREIRA – Só um agradecimento pela oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. S^a, Dr. Luiz Eduardo Barata Ferreira, que é Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

Dr. Hermes Chipp já fez as suas considerações. O Ministro Zimmermann...

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Posso fazer só uma...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pois não. Dr. Márcio Zimmermann.

O SR. MÁRCIO ZIMMERMANN – Só para lembrar isso que o Tolmasquim comentou. Acho que é muito importante, porque também ocorreu muita confusão da forma como foi colocado.

Você imagine o seguinte. Você tinha um preço médio, uma energia que estava sendo entregue no mercado, no início de 2012, custando isso. Aí, você tirou um naco, que foi aquele percentual das concessões que concordaram em prorrogar, que venceu, e isso deu uma redução estrutural de 20%. Então, o setor baixou, passou a trabalhar nesse patamar.

Bom, com relação à térmica. Se eu estivesse no patamar anterior, eu teria gerado a mesma térmica?

Então, na verdade, eu teria um delta a mais aqui em cima, daquele preço que era.

O que ocorreu?

Eu tinha vindo para o patamar aqui de baixo, que diminuiu 20%. Se gerei a térmica, que já existia no sistema, é claro que ela sobe um pouco, mas bem menos, porque eu fiz uma redução de base.

Então, é só um comentário, porque é importante separar isso para entender: Aquela energia que era entregue por R\$120,00 ou R\$130,00 o megawatt/hora, ela caiu para R\$26,00 e continua até hoje a R\$26,00, para remunerar somente o O&M e não mais o investimento, que já estava depreciado. É só isso.

E, Sr. Presidente, só mais uma vez agradecendo à Comissão de Infraestrutura pela oportunidade e pelo excelente debate aqui de que a gente teve a oportunidade de participar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Márcio Zimmermann pela sua participação.

Eu gostaria de solicitar a S. Ex^{as} os Srs. Senadores que permanecessem aqui no recinto, porque vamos dar por encerrada esta reunião e, em seguida, teremos a reunião com pauta deliberativa.

Então, pediria paciência dos Srs. Senadores e que aqui permanecessem, por favor.

Antes de encerrarmos a presente reunião, eu agradeço a presença de todos, em especial dos nossos convidados, Dr. Márcio Zimmermann, Secretário Executivo do Ministério das Minas e Energia; Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética; Dr. Hermes Chipp, Operador Nacional do Sistema Elétrico; Dr. Luiz Eduardo Barata Ferreira, Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; Dr. Claudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil.

Por fim, convoco as Sr^{as} e os Srs. Senadores para a nossa próxima reunião, a ser realizada imediatamente após o encerramento desta, com pauta deliberativa.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas.)

ATA DA 4ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 2014, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às doze horas e um minuto do dia doze de março de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ruben Figueiró e Jayme Campos Antônio**. Registram presença como não-membros Registram presença como não-membros os Senhores Senadores **Eduardo Suplicy e Casildo Maldaner**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação das atas das 2ª e 3ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. É lido o Requerimento de autoria do Senador **Fernando Collor**. Tem início a apreciação da pauta. Item 1 – **Projeto de Lei do Senado Federal (PLS) nº 313 de 2013**, de autoria do Senador **Antonio Carlos Valadares**, que “Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer os direitos básicos do consumidor de serviço de transporte aéreo de passageiros”. **Relatoria ad hoc**: Senador **Walter Pinheiro**. **Resultado**: Aprovado. Item 2 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 4, de 2014**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, “requeiro, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para discussão sobre operação, cobertura territorial e tarifas praticadas nos serviços de telefonia celular no País, inclusive em relação à conexão 3G/4G. Para participar da referida Audiência, requeiro sejam convidados: – Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Sr. João Batista de Resende; – Presidente da Claro Serviços de Telecomunicações do Brasil S.A., Sr. Carlos Zenteno; – Presidente da Oi S.A., Sr. Zeinal Abedin Mahomed Bava; – Presidente da TIM Participações S.A., Sr. Rodrigo Abreu; – Presidente da Vivo S.A., Sr. Antônio Carlos Valente”. Faz uso da palavra o Senador **Walter Pinheiro**, solicitando a inclusão de um representante do Ministério das Comunicações. **Resultado**: Aprovado. Item 3 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 5, de 2014**, de autoria do Senador **Jorge Viana**, “requeiro, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para discutir sobre a gradativa escassez de água e seus reflexos no abastecimento dos centros urbanos, sobre as perspectivas de racionamento, inclusive em cidade do porte de São Paulo, a maior da América Latina, bem como as propostas visando reverter a atual situação. Para participar da referida Audiência Pública, requeiro sejam convidados: – Diretor-Presidente da ANA – Agência Nacional de Água, Sr. Vicente Andreu Guilho; – Secretário-Executivo

do Ministério das Cidades, Sr. Carlos Antonio Vieira Fernandes; – Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, Sr^a. Dilma Pena.” Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e dezenove minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 4ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 2ª e da 3ª Reuniões.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas.

Requerimento.

Nos termos do art. 58, inciso VI, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal, e em atendimento à Resolução nº 44, de 2013, que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, requero que, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, seja estabelecido como objeto da referida avaliação o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal. Assinado Senador Fernando Collor.

Esse requerimento lido nesta reunião será levado à deliberação de S. Ex^{as} na próxima reunião desta Comissão.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, de 2013

– Não terminativo –

Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer os direitos básicos do consumidor de serviço de transporte aéreo de passageiros.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Indico como Relator *ad hoc* S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro.

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro para a leitura do relatório.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, a proposição em análise acrescenta parágrafo único ao art. 6º da Lei nº 8.078, de 1990, nosso velho conhecido Código de Defesa do Consumidor, para disciplinar os direitos básicos do consumidor de serviço de transporte aéreo de passageiros.

A intenção do nobre Senador de Sergipe Antonio Carlos Valadares é que, basicamente, o consumidor seja informado acerca do número de assentos da aeronave por categoria tarifária; seja informado sobre as tarifas aeroportuárias e as restrições aplicáveis ao bilhete ofertado...

Aliás, quando eu falei aqui do *smart grid*, por exemplo, essa é uma das coisas que precisamos aprender a utilizar. Essa informação precisa chegar à mão das pessoas; é uma das questões centrais.

Também a indenização por danos morais e materiais em caso de cancelamento de voo; indenização por danos morais e materiais em caso de extravio de bagagem – que é o outro drama e no que também dá para usar a mesma técnica de *smart grid*, pois não custa nada uma bagagem levar um pedaço de papel, que pode conter ali uma... Todo mundo acha que é sofisticado, mas pode conter uma informação para o sujeito rastrear a bagagem dele, Senador Collor. Também o consumidor deve ser reembolsado dos valores pagos por bilhete não utilizado em no máximo 30 dias; e ser atendido por outras empresas aéreas em caso de súbita paralisação pela empresa contratada.

A preocupação do Senador Antonio Carlos Valadares não é acerca de nada que já não tenha acontecido, ou melhor, que não está acontecendo. Portanto, é uma previsão para cobertura e respeito aos direitos dos consumidores brasileiros.

Portanto, as alterações legislativas propostas devem ser incluídas no Código, segundo a proposta do próprio Relator desta matéria, o Senador Flexa Ribeiro.

Não se trata de nenhuma mercadoria ou serviço em particular, mas apenas o atendimento ao consumidor em geral.

Ante o exposto e com base no relatório, Sr. Presidente, na condição de Relator *ad hoc*, voto pela aprovação do PLS nº 313, de 2013, nos termos da emenda substitutiva que foi apresentada pelo Senador Flexa Ribeiro e que acresce aqui aos arts. 228, 229 e 231, conforme matéria, inclusive, apresentada no texto e assinada pelo Senador Flexa Ribeiro.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro pela leitura do relatório, que coloco agora em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o referido relatório.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2013.

A matéria vai à Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para seguimento de sua tramitação.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 4, de 2014

Requeiro, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para discussão sobre operação, cobertura territorial e tarifas praticadas nos serviços de telefonia celular no País, inclusive em relação à conexão 3G/4G. Para participar da referida Audiência, requeiro sejam convidados: – Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, Sr. João Batista de Resende; – Presidente da Claro Serviços de Telecomunicações do Brasil S.A., Sr. Carlos Zenteno; – Presidente da Oi S.A., Sr. Zeinal Abedin Mahomed Bava; – Presidente da TIM Participações S.A., Sr. Rodrigo Abreu; – Presidente da Vivo S.A, Sr. Antônio Carlos Valente.

Autoria: Senador Jorge Viana

Observação: o requerimento foi lido na reunião do dia 19 de fevereiro de 2014.

Coloco em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Para discutir, com a palavra, S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, acho que é importante ajustar. Esse requerimento até foi apresentado na quarta-feira pelo Senador Jorge Viana, e eu havia, inclusive, conversado com ele sobre a oportunidade de ajustar um pouquinho essa questão do entendimento nesse debate, até um pouco no espírito do que V. Ex^a tem feito aqui, nesta Comissão.

Esse tema que o Senador Jorge... Até no dia não pude, exatamente porque estava, nesse dia, saindo para ir para o evento mundial, em Barcelona, que trata da questão do desenvolvimento da tecnologia móvel, que é exatamente o escopo desse requerimento.

Mas há em curso, Sr. Presidente, pilotado pela Agência, o debate sobre a questão da utilização da faixa de frequência de 700 MHz. É a saída ou o desejo, melhor dizendo, de muita gente, de que as televisões que ocupam essa faixa de frequência no chamado canal analógico... Já que elas devem migrar para o digital, há o desejo de que essa faixa seja efetivamente disponibilizada para a comunicação móvel no Brasil, de preferência para aplicação dessas tecnologias.

Para que quem está nos ouvindo e os Senadores tenham a percepção do que aquilo significa, isso é determinante, Presidente Collor, para preço de equipamentos e para utilização de serviços.

Por exemplo, se alguém hoje compra um equipamento desses ou um aparelho, como todo mundo conhece, um celular, como é chamado no Brasil, num determinado lugar – nos Estados Unidos ou até na Europa –, esse mesmo aparelho não pode ser utilizado no Brasil exatamente pela faixa de frequência. Isso, Petecão, é que faz a inviabilidade, por exemplo, da adoção de algumas tecnologias e, ao mesmo tempo, a inviabilidade de cobertura. Consequentemente, isso afeta preço, porque é determinante... Caso se vá usar uma tecnologia em determinada frequência, há a chamada infraestrutura. Isto é o que estávamos discutindo aqui, as linhas de transmissão. Quando botamos uma Estação Rádio Base, a linha de transmissão do setor de telecomunicações é o vento, a frequência caminha pelo vento, mas aí é preciso enxergar outra Estação Rádio Base ou, numa lin-

guagem antiga, como chamávamos no setor, a chamada “visada direta”. Uma torre precisaria enxergar a outra para o sinal ser realimentado.

No Brasil, Petecão, o telefone é chamado de celular, porque cada torre dessas irradia; por isso, telefone móvel no Brasil é chamado de celular, porque sai célula.

Então, para que a gente tenha cobertura em todos os lugares, eu preciso que o raio de cobertura dessa célula seja grande ou que essa célula, saindo agora de uma estação, encontre outra, no velho conceito da Matemática, de que os conjuntos têm uma inserção. Porque, se eles ficarem separados no meio, dá o que a gente chama de, na realidade, de espaço vazio; ou a não cobertura se completa e, então, você tem a queda do serviço.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Porque você não tem a interseção, e aquilo cai, entra numa área de sombra, como é muito chamado.

Esse é um debate que se estabeleceu agora no mundo inteiro. Tive oportunidade, Senador Collor, de participar desse debate em dezembro na UIT, que é quem padroniza isso no mundo, e agora no congresso de Barcelona, sobre esse tema. Então, queria que a gente fizesse uma pequena transformação, para que isso não ficasse exclusivamente restrito ao processo de debate, como se isso não estivesse acontecendo.

Não adianta eu discutir 4G sem discutir, por exemplo, o que o Governo vai fazer com essa questão. Não tem como chegar ao Acre, por exemplo. Se eu usar sempre a frequência de 2.5 giga no Acre significa dizer que, a cada quatro quilômetros, tenho que botar uma torre para atender o povo do Acre. Isso é custo.

Para a gente ter uma ideia de volume disso, usando 2.5 giga no Brasil para atender a demanda de chegada dessa tecnologia 4G, nós precisaríamos instalar hoje 60 mil torres. Portanto, além dos problemas ambientais, temos os problemas estruturais. Uma torre não é só um conjunto de peças de aço. Uma torre tem que ter equipamento, tem que ter Rádio Base, tem que ter retificador, tem que ter uma série de coisas.

Então, queria, se fosse possível, que a gente fizesse o debate exatamente com esse escopo. Acrescer a esse requerimento, e eu tinha conversado com o Jorge Viana, no sentido de que a gente pudesse discutir essa questão de cobertura, o custo, a redução para a questão da banda larga, a chegada da banda larga e a adoção de uma faixa de frequência para que a gente pudesse resolver o problema no Brasil com as operadoras.

Mas aí eu gostaria de acrescentar a esse conjunto de expositores alguém do Ministério das Comunicações, porque acho importante. A Anatel está decidindo o uso da faixa, mas a política é decidida pelo Ministério. Portanto, seria importante discutir essa política, porque a tecnologia, Senador Collor, por exemplo, 4G agora já é um debate do passado no mundo; estamos discutindo 5G, que é o famoso LTE avançado. Agora, estamos discutindo outra coisa. As operadoras começam a se mover.

No dia em que nós abrimos o congresso em Barcelona foi o dia do anúncio, por exemplo, da aquisição de uma das plataformas, de um dos aplicativos mais utilizados no mundo hoje, o *Whatsapp*, por uma das empresas. O *Facebook* tinha adquirido um aplicativo que, até dois anos atrás, ninguém conhecia. Para que tenhamos uma noção, esse aplicativo, Senador Collor, matou o SMS, aquele velho recado, o torpedo como o brasileiro também costumava chamar.

Um torpedo, por exemplo, eu falei neste instante da China Mobile. A China Mobile tem 800 milhões de consumidores; 800 milhões de clientes tem a China Mobile. Se cada cliente da China Mobile passava um SMS ou um torpedo de R\$1,00, já sustentava uma China Mobile. Então, isso não acontece no mundo inteiro. Isso não é um vício de nós outros do lado de cá; isso é um vício no mundo inteiro. É a utilização das plataformas com aplicativos que você não tem como faturar.

Portanto, estamos entrando em outro modelo de negócio nessa área, que implica também a chegada de aplicativos. Consequentemente, estou fazendo essa defesa, Petecão, desse negócio dos 700, porque precisamos entrar num outro debate, que é a chamada internet das coisas. Não basta chegar só com cobertura ao Acre, mas com internet das coisas: chegar saúde, chegar educação, chegar clima, chegar com ferramentas para agricultura. Do contrário, não adianta botar banda larga no interior do Acre e no interior da Bahia. Para quê? Os que podem pagar vão continuar pagando para ter esse serviço. É isso que não pode. Isso é importante chegar, para que façamos chegar nos rincões deste País os serviços usando o que de mais moderno está se discutindo no mundo, para que a cidade não só seja digital, mas que o cidadão seja digital, que o serviço bata na pele do cidadão independente de seu local de moradia, de onde está sua geografia, independente de sua condição social, sua condição política ou sua condição econômica.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro.

Continua em discussão o requerimento apresentado por S. Ex^a o Senador Jorge Viana, com o acréscimo sugerido e solicitado pelo Senador Walter Pinheiro, de incluir, na relação daqueles que já foram aqui citados,

na relação aqui explicitada, convite a um integrante do Ministério das Comunicações, para participar dessa audiência pública.

Então, continua em discussão o requerimento, com essa inclusão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 4, de 2014, de autoria de S. Ex^a o Senador Jorge Viana, com o acréscimo no convite a ser formulado e endereçado a um integrante do Ministério das Comunicações, para participar da audiência pública objeto do requerimento de S. Ex^a o Senador Jorge Viana.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 5, de 2014

Requeiro, com fundamento no art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com o art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para discutir sobre a gradativa escassez de água e seus reflexos no abastecimento dos centros urbanos, sobre as perspectivas de racionamento, inclusive em cidade do porte de São Paulo, a maior da América Latina, bem como as propostas visando reverter a atual situação. Para participar da referida Audiência Pública, requeiro sejam convidados: – Diretor-Presidente da ANA – Agência Nacional de Água, Sr. Vicente Andreu Guilho; – Secretário-Executivo do Ministério das Cidades, Sr. Carlos Antonio Vieira Fernandes; – Presidente da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp, Sr^a Dilma Pena.

Autoria: Senador Jorge Viana

Observações:

O requerimento foi lido na reunião de 19/02/2014.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 5, de 2014, desta Comissão de Infraestrutura.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião a realizar-se no dia 19 de março de 2014, quarta-feira, às 7h30min, neste plenário.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 12 horas, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS SETE HORAS E TRINTA MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às sete horas e trinta minutos do dia dezenove de março de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Dalcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Wilder Moraes, Cidinho Santos, Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Ruben Figueiró e Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação da ata da 4ª reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos os Comunicados da Presidência da Comissão e o Requerimento de autoria do Senador **Fernando Collor**. Tem início a apreciação da pauta. Item 1 – **Mensagem (SF) nº 18, de 2014**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MÁRIO POVIA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ*”. Relatoria: Senador **José Pimentel**”. Relatoria *ad hoc*: Senador **Wilder Moraes**. Resultado: Lido o relatório, o Presidente concede vista coletiva da matéria, nos termos do Ato nº 01, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 04, de 2013-CI). Item 2 – **Mensagem (SF) nº 19, de 2014**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ*”.

Relatoria: Senador **Jayme Campos**. **Resultado:** Lido o relatório, o Presidente concede vista coletiva da matéria, nos termos do Ato nº 01, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 04, de 2013-CI). Item 3 – **Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2012**, de autoria da Senadora **Lúcia Vânia**, que “*altera os arts. 40, 55 e 99 e acrescenta o art. 98-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever, nas contratações que envolverem a execução de obras e serviços de engenharia, a obrigação do contratado de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público os correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro, e dá outras providências.*” **Relatoria:** Senador **Ricardo Ferraço**. **Resultado:** aprovado o relatório.

Item 4 – **Aviso nº 56, de 2013**, de autoria do **Tribunal de Contas da União**, que “*encaminha cópia do Acórdão nº 2186/2013 (acompanhado das peças que o fundamentam), proferido pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado do Plenário de 14/08/2013, ao apreciar o Processo de Levantamento nº TC-013.036/2012-2, acerca da solvabilidade das dívidas de Estados e Municípios com a união ao final dos contratos de renegociação*”. **Relatoria:** Senador **Walter Pinheiro**. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores **Jayme Campos, Walter Pinheiro, Ricardo Ferraço, Wilder Moraes e Flexa Ribeiro**. **Resultado:** aprovado. Item 5 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 6, de 2014**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que “*nos termos do art. 58, inciso VI, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal, e em atendimento à Resolução nº 44, de 2013, que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, requeiro que, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, seja estabelecido como objeto da referida avaliação o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal*.” **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e quarenta minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 4ª Reunião.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Comunicados.

Recebemos de S. Exª o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, ofício nos seguintes termos: “Com meus cordiais cumprimentos e, nos termos regimentais, dirijo-me a V. Exª para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força”... Por ofício endereçado por S. Exª o Senador Gim, Líder do Bloco Parlamentar União e Força, a S. Exª o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, que nos remete esse ofício com o seu conhecimento, ele informa que o Bloco Parlamentar União e Força indica o nobre Senador Cidinho Santos como membro titular para integrar a Comissão de Serviços de Infraestrutura desta Casa em vaga anteriormente ocupada por S. Exª o Senador Blairo Maggi. “Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protesto de consideração.”

Então, a partir de hoje, S. Exª o Senador Cidinho Santos passa a ser integrante, na condição de titular, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, substituindo S. Exª o Senador Blairo Maggi, que tirou licença.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 234, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 524 (acompanhado de Instrução Técnica), proferido nos autos que tratam de auditoria operacional realizada no Programa Minha Casa, Minha Vida, gerido pela Secretaria Nacional de Habitação, do Ministério das Cidades.

Na forma do Ato nº 3 desta Comissão, de 2012, o Aviso será encaminhado à Consultoria Legislativa para análise e, se cabível, sugestão de iniciativa ou providência a ser adotada no âmbito desta Comissão.

Cópias desses documentos encontram-se à disposição de S. Exªs as Sras e os Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Leitura de requerimento que será colocado na pauta da próxima reunião para deliberação.

REQUERIMENTO Nº – CI, DE 2014

Com base no art. 58, §2º, incisos II e VI, da Constituição Federal, combinados com o art. 142, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligência desta Comissão de Serviços de Infraestrutura em Maceió, Alagoas, para verificar e debater questões inerentes à infraestrutura

no Estado, tais como as obras do Canal do Sertão, da BR-101, da BR-316, no trecho Inaja-Carié, na BR-416, no trecho Ibateguara-Colônia Leopoldina, entre outras.

Autor: Senador Fernando Collor.

Como disse, o requerimento vai à pauta da próxima reunião para deliberação.

Comunicado sobre o 1º Fórum Nacional de Infraestrutura.

Gostaria de lembrar a S. Ex^{as} as Sr^{as} e os Srs. Senadores, como já foi anunciado diversas vezes nas reuniões passadas, que esta Comissão realizará nos próximos dias 27 e 28 de março – portanto, quinta e sexta-feira da semana que vem – o 1º Fórum Nacional de Infraestrutura – Soluções para o Desenvolvimento Brasileiro, oportunidade em que serão debatidas e apresentadas sugestões e propostas concretas para solucionar os principais gargalos da nossa infraestrutura.

Convite neste sentido foi encaminhado por mim pessoalmente, por intermédio de S. Ex^a o Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil, Senador Aloizio Mercadante, a ele próprio e também a Sua Excelência a Senhora Presidente da República para se fazerem presentes na abertura desse 1º Encontro Nacional de Infraestrutura, que será realizado aqui nos dias 27 e 28 de março próximos.

Trata-se de iniciativa no sentido de consolidar todas as discussões oriundas dos ciclos de audiências que aqui realizamos, nesta Comissão, no biênio 2009/2010 e também no ano de 2013.

O Fórum está formatado em sete Mesas Redondas, com a participação de renomados especialistas e divididas nos seguintes temas: 1) Transporte de Cargas, 2) Transporte de Passageiros, 3) Energia Elétrica, 4) Combustíveis, 5) Mineração, 6) Telecomunicações e 7) Saneamento, Abastecimento de Água e Irrigação.

Essas Mesas Redondas acontecerão nos plenários das Comissões Permanentes do Senado, no dia 27, a partir das 14 horas e, no dia 28, a partir das 8 horas.

A abertura será no dia 27, quinta-feira, às 9 horas, no auditório do Interlegis, e contará com a presença de diversas autoridades. O encerramento será no dia 28, às 14 horas, no plenário desta Comissão, oportunidade em que serão apresentados os relatórios das mesas-redondas.

Mais uma vez, conto com a colaboração e a participação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores para o efetivo sucesso do evento, assim como dos internautas, que poderão acompanhar ao vivo os debates e encaminhar suas sugestões e também propostas àqueles que estiverem participando desse encontro.

Outro comunicado, sobre a cheia do Rio Madeira.

O nível do Rio Madeira continua a subir, depois de bater, há um mês, o recorde histórico de 17,52 metros, ocorrido em 1997. A Agência Nacional de Águas informou que a cota do Madeira atingiu, na última segunda-feira, uma nova máxima: 19,14 metros. Entre desabrigados e desalojados, já são mais de 12,5 mil em Rondônia.

Aqui, apresentamos a S. Ex^a, o Senador Valdir Raupp, digno representante do Estado de Rondônia, bem como aos outros representantes, aqui no Senado Federal, do Estado de Rondônia, as nossas condolências pelos estragos que vêm sendo causados por essas enchentes, a nossa solidariedade e a nossa continuada atenção para que as ações do DNIT e de outros órgãos vinculados ao Governo Federal e à área de infraestrutura estejam sendo feitas de acordo com as expectativas da população de Rondônia e, também, do Estado do Acre.

De acordo com a Defesa Civil Estadual, existe uma tendência de estabilização do nível do rio, uma vez que as chuvas na Bolívia diminuíram, mas ainda não tem como dizer quando as famílias desabrigadas poderão retornar às suas casas. Oficialmente, nenhuma morte relacionada à cheia foi confirmada.

Além de Porto Velho e dos distritos localizados no eixo da BR-364, Baixo e Médio Madeira e margem esquerda do rio, foram afetados também pela enchente os Municípios Nova Mamoré, Guajará-Mirim e Candeias do Jamari.

Anualmente, com o período de chuvas na região amazônica – dezembro a abril -, o nível do Rio Madeira aumenta, atingindo o máximo no mês de abril. A cheia deste ano, ao contrário, começou a preocupar já em dezembro do ano passado, quando atingiu a cota de 14,12 metros, cinco metros acima em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em Guajará-Mirim e Nova Mamoré, há dificuldades de abastecimento por causa do tráfego pela rota alternativa criada após o isolamento dos dois Municípios. A BR-425, que liga Porto Velho até a fronteira com a Bolívia, está coberta pela água do Madeira. Nas comunidades ribeirinhas, parte da rodovia federal BR-319, sentido Porto Velho, também está totalmente inundada, impedindo o trânsito.

Além dos danos causados em Rondônia, a cheia do Rio Madeira, considerada a pior dos últimos cem anos, também isolou o Estado do Acre, que já sofre também com a cheia do Rio Acre. O único acesso por terra, a BR-364, está parcialmente interditado e apenas caminhões conseguem atravessar, mesmo assim, com bastante dificuldade.

Segundo a prefeitura de Rio Branco, a cheia do Rio Madeira está comprometendo a renovação do estoque de alguns alimentos. Se a BR-364 for totalmente fechada, o Poder Público definirá estratégias de abastecimento que não sejam pela rodovia. Entre as opções, estão a utilização de balsas e barcos no Rio Juruá e a aquisição de alguns alimentos no Peru.

Autoridades estaduais descartam a possibilidade de racionamento de combustível. Segundo a assessoria do Governo do Acre, a BR Distribuidora autorizou o transporte do produto da base da Petrobras em Cruzeiro do Sul para abastecer os postos da capital, Rio Branco.

Contudo, a medição feita na manhã de segunda-feira, dia 17, revela que o nível do Rio Acre está abaixo da cota de transbordamento, que é de 14 metros, marcando 13,66 metros. Com os sinais de vazante, o Poder Público já inicia as ações para que as famílias possam retornar para suas casas.

Por fim, recebemos a informação que o DNIT está monitorando os pontos da rodovia BR-364 que estão sob interferência da cheia do Rio Madeira. No primeiro ponto, nas proximidades do distrito de Jaci-Paraná (próximo ao quilômetro 800), há equipes do DNIT controlando o tráfego, bem como maquinário e pessoal do Consórcio Santo Antônio Energia realizando intervenções para conter eventuais erosões e o efeito da correnteza sobre a pista. O trânsito para veículos de pequeno porte está interrompido. Entre os quilômetros 868 e 882, há equipes do DNIT realizando controle de tráfego no local e, tendo em vista a altura da água sobre a pista (em torno de 95cm em alguns pontos), o tráfego está liberado apenas para veículos de grande porte. O ponto de atracação da balsa foi deslocado para dentro do distrito de Abunã, pois oferece melhores condições de segurança para aquela operação. Após a balsa, na altura do quilômetro 940, há um outro ponto de alagamento, porém foram realizadas intervenções para garantir condições de tráfego.

Nesse sentido, reiteramos nossa solicitação ao Ministério dos Transportes, e especialmente ao DNIT, que continuem envidando todos os esforços possíveis para realizar as obras essenciais e assim amainar, o quanto antes, a difícil situação de acesso e travessia das estradas em Rondônia e no Acre, bem como minorar a situação de dificuldades e de angústias por que passam milhares de brasileiros que residem nesses dois queridos Estados de Rondônia e Acre.

Outro comunicado.

Audiência pública sobre o setor elétrico.

Atendendo ao Requerimento nº 01, desta Comissão, de 2014, de iniciativa de S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizou na quarta-feira, 12 de março, audiência pública para tratar da situação energética no País, com a participação do Dr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; Dr. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética; Dr. Hermes Chipp, Presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico; Dr. Luiz Eduardo Barata Ferreira, Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica; e Dr. Claudio Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil.

Para o Dr. Hermes Chipp, nós estamos enfrentando em nível mundial, em termos institucionais e estruturais, um dilema que ele chama de “dilema do contraditório”, porque as sociedades estão exigindo tarifa baixa, segurança e uma matriz limpa. Essa equação não fecha, e se veem nos jornais os pleitos da matriz limpa de qualquer maneira, o que leva ao estabelecimento de fontes mais na periferia do sistema, como eólicas e biomassa.

Assim como o aproveitamento das usinas na Amazônia, também distantes do centro de carga, isso implica em expansão do sistema de transmissão, quer dizer, mais investimento, o que aumenta o risco de ocorrências, porque o sistema gerador fica mais distante da carga que ele tem que abastecer.

Com relação ao abastecimento do sistema, a partir do final de dezembro se estabeleceu no Oceano Atlântico um sistema de alta pressão, muito próximo às Regiões Sudeste e Centro-Oeste, onde estão os principais reservatórios do País: a Bacia do Rio Grande, a Bacia do Rio Paranaíba e as bacias de São Paulo. Assim, atravessamos um janeiro que foi um dos piores do histórico, explicou o palestrante. Na segunda quinzena de fevereiro e em março, começou a mudar a perspectiva de chuva, com previsão de melhora para o período úmido que se prolonga até abril ou maio de todos os anos.

Com esse quadro, com essas previsões, segundo ele, nós não temos indicação de problemas no atendimento em 2014. Olhando duas mil séries sintéticas – continua –, a gente apontou, na semana passada, para riscos entre 2% e 5%. Essa é a análise probabilística. A menos que ocorra uma série pior do que as mais baixas séries do histórico, nós não teríamos problemas de atendimento em 2014. Ele se refere ao fornecimento de energia elétrica. Esse é o quadro que o Operador Nacional do Sistema tem hoje e que consta da última nota do Comitê de Monitoramento, concluiu o Sr. Chipp. Ou seja, ele diz que a possibilidade de haver racionamento de energia encontra-se hoje entre 2% e 5%. Ele diz que tem certeza de que isso não vai acontecer em função dessa série histórica probabilística a que se referiu e que teve oportunidade de ler.

A segurança do suprimento de energia elétrica em 2014 dependerá da hidrologia dos próximos meses, afirmou o Dr. Claudio Sales, segundo palestrante a usar da palavra. E 2014 será um ano de alto custo e o fluxo de caixa das distribuidoras não suporta o ônus de lidar com a elevação de gastos operacionais ocasionada pelo intenso despacho termelétrico.

O nível dos reservatórios se assemelha a 2001, situação terrível, que nos levou ao racionamento, com consequências muito negativas para a economia do País como um todo, lembrou o Dr. Sales. Embora os níveis sejam parecidos, a Energia Armazenada é menor em relação à carga – carga significando consumo – atual, pois corresponde a apenas 1,7 meses de suprimento, contra 2,1 meses em 2001. A boa notícia, segundo ele, é que temos mais capacidade termelétrica, com participação de 30,3% na capacidade instalada contra os 16,6% de então. Enquanto em 2001 as termelétricas foram capazes de contribuir com apenas 7,7% da energia gerada, atualmente estão fornecendo 19% do total da energia gerada.

O problema é que a composição das usinas do parque termelétrico existente não é apropriada para operação com elevado fator de carga, sendo que quase metade delas tem custo operacional elevado. Diante da impossibilidade de aumentar a capacidade de reserva das hidrelétricas, precisamos fazer com que haja a predominância de um parque termelétrico em que o acionamento seja feito com um custo operacional mais baixo.

Há dois aspectos principais que comprometem as finanças das distribuidoras, ambos devido a fatores gerenciados pelo Governo, afirmou o Dr. Sales: primeiro, a exposição involuntária das distribuidoras ao mercado de curto prazo, ocasionada pela subcontratação de energia nos Leilões de Energia A-1 geridos pelo Governo Federal, e pela adoção do novo regime de concessões em que as cotas de energia variam em função das condições hidrológicas; e, em segundo lugar, a exposição aos Contratos por Disponibilidade nos quais o comprador paga um valor adicional quando as termelétricas são acionadas. Segundo ele, o Decreto 8.203 (de 07/03/2014) proporciona recursos para cobrir a exposição involuntária, mas não trata do problema decorrente da exposição aos Contratos por Disponibilidade.

As distribuidoras, informou o palestrante, apenas reportam a quantidade de energia que precisam contratar para atender a carga prevista, e o Governo é quem gerencia a contratação e a composição da energia contratada em cada modalidade. Devido a uma incompatibilidade entre o regime de contratação e a regulação tarifária, há um descasamento temporal entre despesas e receitas, cabendo às distribuidoras pagar o Custo Variável Unitário, conhecido como CVU, dos Contratos por Disponibilidade de forma antecipada, passando a receber apenas a partir da data de reajuste anual.

O problema é acirrado pelo fato de os Contratos por Disponibilidade não serem distribuídos de forma uniforme entre as distribuidoras. O impacto sobre cada distribuidora depende de quanto foi contratado em cada leilão (sendo que a contratação não é gerenciável pelas distribuidoras). A exposição das distribuidoras monta a mais de R\$10 bilhões, quando estas dispõem de capacidade de geração de caixa inferior a esse valor, argumentou o palestrante.

O que deve ser feito, disse o Sr. Sales, é: comunicar à população as reais condições do sistema de forma precisa, clara e didática; informar indicadores que facilitem o acompanhamento das condições do sistema; promover a conservação e racionalização do consumo; preparar um programa de redução do consumo, caso necessário; assegurar recursos financeiros de forma programada e antecipada para preservar a saúde financeira do setor; implantar o regime de Bandeiras Tarifárias; e, por fim, aprimorar o regime de leilões para induzir a implantação de usinas do tipo e nos locais mais adequados para a eficiência e segurança do sistema.

Hoje, o que se tem observado é uma comunicação inadequada, com ênfase muito grande na ausência de risco e nenhuma iniciativa para promover a conservação. Deve-se evitar a tentação de intervir na formação do preço. É importante que seja assim, que exista esse Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) para dar a indicação para que os geradores disponibilizem mais energia e para que os consumidores reduzam o consumo. O mercado de curto prazo é essencial para esses ajustes. É impossível imaginar um setor elétrico na base do *cost plus*, sem a existência de um mercado que suporte situações desse tipo, concluiu o Dr. Sales.

Em resposta a questionamento, asseverou que, em 2013, de todo valor agregado pelas empresas do setor elétrico, mais de 60% foram absorvidos pelo Governo, cerca de 16% foi para remunerar o trabalho, outro tanto foi para os financiadores e a parcela dos acionistas foi negativa. É impossível imaginar um setor de infraestrutura em que os investimentos são feitos no longo prazo com um cenário como esse, concluiu o Dr. Sales.

O Dr. Maurício Tolmasquim, o palestrante seguinte, frisou que registamos hidrologias desde 1931 e se considerarmos o Sudeste, o Centro-Oeste e o Nordeste juntos, temos provavelmente a pior hidrologia dos últimos 80 anos. Contudo, não estamos alarmados, não achamos que é uma situação de crise, afirmou ele, porque, apesar da situação hidrológica pior do que foi em 2001, que originou o racionamento, nós temos, segundo ele, uma situação estrutural completamente distinta.

Entre 2001 e 2013, o consumo cresceu quase 51% – ou seja, em 12 anos, o consumo de energia elétrica cresceu quase 51% – e a capacidade instalada cresceu quase 73%, ou seja, taxa de crescimento da geração 43% maior do que a taxa de crescimento do consumo, uma situação aparentemente bem confortável. Além disso, nesse período, diversificamos a matriz energética, explicou o palestrante. Existem, hoje, para o sinal do risco de 5%, 6.209 megawatts médios a mais de oferta do que de consumo. Mesmo considerando a pior hidrologia, que foi a de 1953, nós ainda teríamos um excedente de cerca de mil megawatts médios, correspondentes a mais ou menos 1,6% da carga.

Nós temos uma questão de custos financeiros, que é o custo das térmicas que têm de ser acionadas, e o custo da descontração de algumas distribuidoras. O Governo tem acompanhado a situação e não deixará que nenhuma crise chegue às distribuidoras, afirmou o Dr. Tolmasquim. Temos ciência de que existe uma conta grande a ser paga, pois há um custo para operar essas térmicas, mas estamos acompanhando, e não deixaremos que nada aconteça com as distribuidoras, reafirmou ele.

Em resposta a questionamentos, o palestrante explicou que há um uso inadequado do termo “apagão”, usado tanto para uma interrupção parcial do fornecimento por questões operacionais, como para uma possível falta de capacidade de geração ou fornecimento. O sistema pode ser melhorado, mas é muito sólido, afirmou, e o problema da transmissão de algumas eólicas será resolvido ainda em 2014.

Já o Dr. Luiz Eduardo Barata explicou que o modelo brasileiro separa as atividades de operação técnica, responsável pela segurança do Sistema Elétrico – atribuídas ao Operador Nacional do Sistema (ONS) –, das atividades comerciais, que cabem à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Além disso, a partir de 2004, com o novo marco regulatório, separou-se o nosso sistema em dois ambientes de contratação: o Ambiente de Contratação Regulada, que hoje responde por 73% da energia contratada, e o Ambiente de Contratação Livre, responsável pelos 27% restantes.

O nosso mercado de energia é um mercado de contratos, sendo necessário, após o fechamento da operação, fazer uma conciliação, o que se dá mensalmente através da liquidação de diferenças no mercado de curto prazo, afirmou ele. A diferença entre valores contratados e valores efetivamente realizados ao longo do mês é liquidada utilizando o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), calculado a partir do Custo Marginal de Operação (CMO) determinado pelo Operador Nacional do Sistema.

Grandes aumentos do PLD refletem aumento acentuado do CMO e são decorrência de grandes variações de aflúências nas nossas bacias hidrográficas. Atualmente estamos com o nosso PLD no seu preço-teto nos submercados sudeste e sul, e próximo do teto nas outras regiões. Ao longo de 2013, liquidamos, no mercado de curto prazo, R\$15 bilhões. Somados à liquidação dos Mecanismos de Sobras e Déficits, de Energia de Reserva, de cotas de Garantias Físicas e de cotas das duas Usinas Nucleares de Angra, isso totalizou, ao longo de 2013, praticamente R\$20 bilhões, concluiu o Sr. Barata.

O último palestrante, Dr. Márcio Zimmermann, afirmou que o sistema está se expandindo adequadamente e que, por meio do Comitê de Monitoramento, há um acompanhamento perfeito dessa expansão e um monitoramento de todos os problemas, o que permite afirmar que o Brasil está em equilíbrio estrutural na oferta de energia.

Hoje o sistema elétrico não consegue expandir e atender totalmente ao seu mercado com a hidreletricidade, disse ele, pois os requisitos socioambientais da sociedade cresceram, e, a partir disso, passou a haver expansão também do parque termelétrico.

As térmicas que entraram nos leilões, de 2005 para cá, venderam garantia física, entraram estruturalmente, pois o sistema é hidrotérmico. As térmicas realmente participam da nossa matriz, asseverou o palestrante. O fato de gerar ou não tem a ver somente com a percepção de risco, com a percepção de preço, do custo da água em função de uma expectativa de aflúência. O equipamento térmico aqui é igual ao dos Estados Unidos, ao da China e ao da Europa, onde elas operam continuamente, disse ele.

Quando se trata de térmica, continua o Dr. Zimmermann, a empresa que tem contratada essa energia realmente tem que pagar um determinado valor que, dependendo do combustível que ela usa, pode ser de patamar mais alto. Se o mundo gera 80% de termelétrica para atender à sua demanda elétrica e os países são viáveis e avançam bem economicamente, segundo ele, não é possível que o Brasil não consiga ter uma matriz que tenha 20%, 30% de termelétrica com preços altamente viáveis.

A Medida Provisória nº 579 tem a ver com uma situação de baixa fluência hoje, mas não tem nada a ver com a necessidade de geração térmica. A geração térmica que teria de ser feita no nosso sistema hidrotérmico é uma característica natural, é a mesma que teria que ter ocorrido com ou sem a MP 579, concluiu o Dr. Zimmermann.

Respondendo a questionamentos, o palestrante afirmou que o atraso nas linhas de transmissão é problema de avaliação de riscos pelo empreendedor e não de planejamento do sistema. Disse, ainda, que em nenhum

momento houve degradação de níveis de tensão, nem sobrecarga, e que interrupções parciais são previstas no dimensionamento do sistema, o qual demandaria aumento de custos para elevar o nível de segurança.

Quanto à estruturação do sistema, o Dr. Zimmermann afirmou que o Brasil não usa os chamados *smart-grids* e que a interligação dos sistemas de transmissão proporciona um ganho de eficiência da ordem de 20% e que as perdas são da ordem de 3% a 4%, ressalvando que, nos sistemas de distribuição, onde há grandes perdas de até 12%, os *smart-grids* fatalmente chegarão.

Com relação aos custos, segundo ele, os altos encargos já foram retirados, restando problemas na área de tributação, especialmente quanto ao ICMS que em alguns Estados chega a 42%. A exposição das distribuidoras, afirmou o Dr. Zimmermann, está em estudo e o Decreto editado em janeiro apenas antecipou recursos, mas, em algum momento, as distribuidoras ou os próprios consumidores terão que pagar, concluiu o palestrante.

Próximo comunicado.

Notícias e Panorama da Infraestrutura na Palavra de Especialistas.

Um dia após a audiência pública desta Comissão, semana passada, cujo relato acabamos de divulgar, o Governo anunciou o pacote de medidas para evitar o colapso financeiro das distribuidoras de energia. Essas medidas têm sido extensivamente comentadas por especialistas do setor desde seu anúncio, num tom de certo ceticismo.

De maneira geral, os analistas acreditam que o pacote – pelo qual foram liberados, a fundo perdido, mais R\$4 bilhões do Tesouro, a serem somados aos R\$8 ou R\$9 bilhões já previstos no orçamento – embute despesas extras que chegarão ao bolso do consumidor.

Em comentário recente, o Presidente da Consultoria Thymos, João Carlos Mello, acredita que a crise energética custará R\$34 bilhões ao País, somadas as despesas do Governo em 2013 e 2014 com o acionamento das usinas térmicas e a alta dos preços *spot* do megawatt/hora. Entende o especialista que R\$18 bilhões desse total serão pagos, futuramente, pelos consumidores, mediante reajustes anuais na conta de luz, assim como os restantes R\$16 bilhões de aporte por conta do Tesouro Nacional.

Foram R\$13 bilhões transferidos pelo Tesouro às distribuidoras, em 2013, via Conta de Desenvolvimento Energético; desse total, R\$10 bilhões serão ressarcidos com reajustes das tarifas, diluídos em cinco anos, a partir de 2015. No corrente ano, serão gastos mais R\$21 bilhões, dos quais apenas R\$8 bilhões serão repassados às contas de luz, a partir do próximo ano.

Outro aspecto levantado com insistência pelos especialistas refere-se à ameaça provocada pelo uso prolongado das termoeletricas. O Diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico (Ilumina), engenheiro Roberto Pereira Araújo, recorda que essas usinas não foram projetadas para operar por muito tempo, ininterruptamente, pois têm de parar em dado momento para manutenção. Segundo ele, os relatórios diários do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) revelam que diversas unidades já não conseguem gerar a energia programada, devido à perda de eficiência.

Além disso, segundo o diretor da Ilumina, o gasto de R\$18 bilhões acumulado com combustíveis das termoeletricas, desde 2012, já superou o custo estimado da Usina de Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia, que é de R\$15 bilhões. Para ele, teria sido melhor o Governo admitir o alto risco e iniciar negociações com a indústria para a redução do consumo de energia, além de criar incentivos à diminuição dos gastos residenciais.

Para o economista Adilson Oliveira, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), as medidas anunciadas pelo Governo servem apenas de transição até o próximo ano, o que revela, no seu entender, “total falta de planejamento”.

As notícias dão conta de que o Governo deposita suas esperanças no leilão especial de energia, programado para o próximo dia 25 de abril, e na renovação de contratos de hidroelétricas, que colocarão no mercado 1,2 mil megawatts em valores mais baixos. O Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, acredita que o impacto sobre as tarifas poderá ser diluído com parcelamentos das dívidas das distribuidoras e o barateamento de energia com o retorno, para o Poder Executivo, de concessões das usinas que não aderiram, em 2012, ao plano de redução da conta de luz.

O Secretário-Executivo Zimmermann afirmou que melhores condições serão oferecidas às empresas participantes do leilão de abril. O Governo tem ouvido queixas de representantes, especialmente da indústria, preocupados com a disparada dos preços da energia.

Vale ressaltar que, além de gerarem energia cara, em virtude do alto preço dos combustíveis, as usinas térmicas são poluentes, pela queima de óleo combustível e emissão de CO² e outros gases. Por isso, muitas delas foram programadas para serem acionadas apenas em situações de emergência, como *backup*, nos casos de redução do volume de chuvas nas regiões das principais usinas hidroelétricas.

O anúncio extemporâneo do pacote, previsto inicialmente para o fim de abril, deveu-se à possibilidade de continuidade do baixo nível dos reservatórios das usinas hidroelétricas, apontada pelos relatórios do pró-

prio Governo. O Operador Nacional do Sistema Elétrico afirma que essas represas necessitam chegar ao final do próximo mês, quando termina o período das chuvas – ou seja, final de abril –, com um volume mínimo de água equivalente a 43% de sua capacidade, para afastar os riscos ao fornecimento de energia.

Porém, para o Diretor-Executivo da Safira Energia, Mikio Kawai Junior, só um dilúvio em maio impediria que a maioria das térmicas continuasse ligada até o fim deste ano. Por sua vez, a maior consultoria em energia do País, a PSR, divulgou, em seu mais recente relatório mensal, o Energy Report, dados segundo os quais o risco de racionamento de energia no Brasil já chegou a 24%, ante os 18,5% previstos anteriormente. O relatório sugere que o Governo pode estar subestimando a probabilidade de necessidade de decretar o racionamento de energia no País.

Nessa mesma linha, o economista e professor da PUC-Rio, Rogério Furquim Werneck, em recente comentário, acredita que a possibilidade de que um racionamento de energia elétrica se faça necessário tornou-se preocupantemente alta e vem aumentando a cada dia. Para ele, o Governo recusa-se a tomar medidas preventivas que se adotadas a tempo poderiam reduzir substancialmente o risco de ocorrência de um quadro mais grave de insuficiência de oferta de energia.

Werneck recorda o pronunciamento à Nação feito pela Presidenta da República, em janeiro do ano passado, para anunciar a redução das tarifas de energia elétrica, quando ela garantiu que não havia nenhum risco de racionamento ou de qualquer tipo de estrangulamento no curto, no médio ou no longo prazo.

Para o economista, essa negação da existência do problema impõe ao País sério risco de que os danos dos desdobramentos da crise energética sejam muito maiores do que poderiam ser. Segundo ele, famílias e empresas não vêm sendo devidamente alertadas para o grave quadro de escassez que hoje se vive. Tarifas de energia continuam sendo pesadamente subsidiadas pelo Tesouro, ressaltava o economista, para quem tudo indica que esses subsídios com que o Governo vem sustentando artificialmente suas promessas de energia barata deverão ser intensificados.

Passando à pauta do dia de hoje, item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 18, de 2014

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MÁRIO POVIA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Leitura do relatório, conforme art. 2º, inciso II, do Ato nº 1, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI)

Indico como Relator *ad hoc* S. Exª Senador Wilder Moraes, para leitura do relatório.

Observação: Será concedida automaticamente vista coletiva após apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, nos termos do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão, redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, também desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Concedo a palavra a S. Exª, o Senador Wilder Moraes, para a leitura do relatório.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoridade/DEM – GO) – Obrigado, Presidente.

Vamos ao relatório.

Com base no art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Senhora Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Senhor Mário Povia para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes. Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 18, de 2014 (Mensagem nº 37, de 2014, na origem), à qual se encontra anexado o *curriculum vitae* do indicado e demais documentos pertinentes.

O Sr. Mário Povia nasceu na cidade de Osasco (SP) em 1963. É engenheiro, graduado pela Universidade Mackenzie, e bacharel em Direito, pela Universidade Paulista. Possui pós-graduações nas áreas de administração de empresas e direito processual e do trabalho, ambas pela Universidade Mackenzie, e em regulação de serviços públicos, pela Fundação Getúlio Vargas.

O histórico profissional do indicado registra que ele é servidor efetivo da carreira de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários, tendo tomado posse em janeiro de 2006. Nesse período, foi Presidente do Conselho de Autoridade Portuária do Porto Organizado de São Sebastião; na Antaq, foi assessor da Superintendência de Portos, assessor técnico da Diretoria, Superintendente de Portos e, finalmente, desde dezembro de 2012, ocupa interinamente cargo de Diretor.

Além dos cargos citados, o indicado foi Diretor da Associação dos Servidores da Antaq e da Associação Nacional dos Especialistas em Regulação.

Constata-se, ainda, que o indicado apresentou as declarações e as informações exigidas pela Resolução nº 41, de 2013, do Senado Federal, que alterou seu Regimento Interno “para disciplinar a apreciação da escolha de autoridades pelas comissões”, e pelo Ato nº 1, de 2009 – CI, alterado pelo Ato nº 4, de 2013 – CI, que “disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura”. São elas relativas a: existência de parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas a sua atividade profissional; participação em empresas ou entidades não-governamentais; regularidade fiscal; ações judiciais; e participação de conselhos de administração de empresas estatais ou de direção de agências reguladoras. Foi também apresentada argumentação escrita destinada a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo.

Consideram-se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001. Por fim, cabe mencionar que, segundo as informações apresentadas, o indicado não mantém ou manteve, nos últimos doze meses, vínculos com empresa que explore atividades reguladas pela Antaq, e portanto não se verificaram as situações de impedimento previstas no art. 58 da supracitada lei.

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Mário Povia, constante da Mensagem nº 18, de 2014 (nº 37, de 2014, na origem), para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea “f”, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2005.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª, o Senador Wilder Moraes, indicado Relator *ad hoc* desta Mensagem, pela leitura do relatório.

Gostaria de informar às Sras e aos Srs. Senadores aqui presentes que S. Exª, o Sr. Ministro José Pimentel, na tarde-noite de ontem, comunicou que, em virtude do convite que recebeu de Sua Excelência a Senhora Presidenta da República para hoje viajar com ela ao Ceará, terra de origem de S. Exª o Senador Ministro José Pimentel, ele não poderia estar hoje aqui para leitura do seu relatório que trata da indicação do Dr. Mário Povia para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Em função disso, foi indicado S. Exª o Senador Wilder Moraes como Relator *ad hoc*. S. Exª acaba de fazer a leitura do relatório que coloco agora em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão, redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Passamos ao item 2 da pauta, não terminativo.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 19, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Jayme Campos

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Leitura do relatório, conforme art. 2º, inciso II, do Ato nº 1, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI)

Será concedida automaticamente vista coletiva após a apresentação e discussão do relatório na sua primeira etapa, nos termos do Ato nº 1, de 2009 (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.)

Concedo a palavra a S. Ex^a, Senador Jayme Campos, para proferir o seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Infraestrutura, demais Senadores e Senadoras, antes de mais nada, quero agradecer a V. Ex^a por ter me designado para relatar essa matéria, que tem como finalidade a indicação do ilustre Dr. Fernando José de Pádua para Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Agradeço a confiança de V. Ex^a, até porque aqui há demonstração inequívoca e clara da forma democrática com que V. Ex^a conduz os trabalhos desta Comissão, dando oportunidade a todos os demais Senadores e Senadoras de relatar matérias importantes, sobretudo como esta que estamos relatando nesta manhã.

Por meio da Mensagem nº 19, de 2014 (nº 38, de 2014, na origem), a Senhora Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Senhor Fernando José de Pádua Costa Fonseca para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

A Antaq, autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes, foi criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que “dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes”.

Determina o art. 53 da mencionada Lei nº 10.233, de 2001, que os membros da Diretoria da Antaq serão nomeados pela Presidência da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, III, “f”, da Constituição Federal. Em complementação, estabelece que o ocupante de cargo de Diretor da instituição deve ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de suas especialidades.

Cabe à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em razão das competências previstas no art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito estabelecido no art. 383, também da nossa carta regimental.

Consta dos autos da presente Mensagem o *curriculum vitae* do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, I, a (redação da RSF nº 41, de 2013), e ao disposto no art. 1º, inciso I, do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que “disciplina o processo de aprovação de autoridades”.

Segundo informa o currículo apresentado, o Senhor Fernando José de Pádua Costa Fonseca é cidadão brasileiro, nascido em 6 de dezembro de 1959. Sua formação acadêmica abrange a graduação em Engenharia Civil, realizada na Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro (Uberaba-MG) entre 1978 e 1983, e pós-graduações/especializações em Engenharia Econômica pela AEUDF (março/dezembro de 1985); MBA em Regulação e Concessão de Serviços Públicos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) (março/agosto de 2000); em Gestão Ambiental no Setor de Transportes pela Universidade de Brasília (setembro de 2002 a junho de 2003); e MBA em Defesa da Concorrência pela FGV (setembro de 2009 a agosto de 2011). Consta ainda a participação em cursos, seminários e missões no exterior relacionados ao setor portuário.

Iniciou sua vida profissional na Empresa de Portos do Brasil S/A (Portobrás) como engenheiro de portos e vias navegáveis em dezembro de 1983, tendo mantido seu vínculo até dezembro de 1990. Nessa instituição ocupou cargos de chefia relacionados à elaboração de propostas orçamentárias, assim como planos de desenvolvimento e expansão para setor portuário brasileiro.

A partir de 1990, passou a ocupar cargo de engenheiro sênior na Companhia Docas do Rio de Janeiro, tendo sido requisitado, já em março de 1991, pelo Ministério dos Transportes para ocupar diversos cargos em comissão, todos relacionados ao planejamento e desenvolvimento da infraestrutura de transportes.

No ano de 2002, foi então requisitado pela recém-criada Agência Nacional de Transportes Aquaviários para novo exercício de cargo em comissão, o que se deu até a sua admissão efetiva, em dezembro de 2005, para o cargo de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários, no 1º concurso público promovido por aquela autarquia.

Uma vez pertencente aos quadros da Antaq, passou a desempenhar funções relevantes como de Gerente-Geral, Gerente-Executivo e Superintendente, todos dentro da Superintendência de Portos, onde exerceu atividades de fiscalização, planejamento e elaboração de normas referentes às outorgas portuárias. Finalmente, em dezembro de 2012, foi nomeado para exercer interinamente o cargo de Diretor da Antaq, cargo para o qual agora é indicado pela Excelentíssima Senhora Presidente da República para exercer mandato.

Cumpram-se ainda sua participação como presidente e presidente suplente em diversos Conselhos de Autoridade Portuária, desde 2002 até o ano de 2012.

A análise do *curriculum vitae* encaminhado evidencia, assim, que a formação acadêmica, a trajetória e o desempenho profissional do indicado credenciam-no para o exercício do cargo para o qual foi escolhido pela Excelentíssima Senhora Presidente da República.

Consideram-se atendidos os requisitos estabelecidos no art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, bem como as exigências constantes do art. 383, I, do RIsf (redação da RSF nº 41 de 2013), e do art. 1º do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no tocante ao fornecimento, pela autoridade indicada, da documentação necessária à análise desta Comissão (*curriculum vitae* e demais declarações exigidas). Ainda de acordo com a documentação apresentada, não se verificou a existência de quaisquer dos impedimentos constantes do art. 58 da Lei nº 10.233, de 2001.

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Fernando José de Pádua Costa Fonseca, constante da Mensagem nº 19, de 2014.

É o meu relatório.

Quero concluir, Sr. Presidente, dizendo a V. Exª e aos demais Senadores, como membro desta Comissão já por mais de quatro anos, se não me falhe a memória, ou seis anos que participo desta Comissão, que é um privilégio quando temos a satisfação de relatar a indicação do Dr. Fernando. Para mim, particularmente, é um dos melhores currículos que esta Comissão verá e, com certeza, a sua aprovação se dará na próxima semana.

Tenho feito algumas críticas aqui quanto à indicação de pessoas que não tem nada a ver com o setor, em que pese, muitas vezes, o cargo ser político. Mas, particularmente, como é uma agência reguladora, é mais que importante nós indicarmos pessoas do calibre, do estafe, da grandeza e sobretudo da competência do Dr. Fernando.

Por isso, sinto-me honrado sobremaneira de relatar o nome de S. Sª e, acima de tudo, agradeço a V. Exª a confiança de termos a oportunidade ímpar de relatar aqui este nome que, com certeza, vai contribuir sobremaneira para fazermos um bom trabalho na defesa intransigente da construção e da implantação de novas hidrovias em nosso País, que certamente será um dos melhores transportes. Temos certeza de que o Brasil precisa desse transporte intermodal, rodoviário e ferroviário, mas, acima de tudo, hidroviário, que é menos poluente e mais barato.

De maneira que tenho a certeza de que o Dr. Fernando fará um trabalho exemplar diante daquela agência que é a Antaq.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esse é o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Jayme Campos pela leitura do seu relatório referente à Mensagem nº 19, de 2014, de autoria de Sua Excelência a Senhora Presidenta da República, que indica do Sr. Fernando José de Pádua Costa Fonseca para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Eu gostaria de registrar a presença entre nós, aqui em nosso plenário, dos senhores – citarei por ordem alfabética –: Adalberto Tokarski, Fernando José de Pádua Costa Fonseca e Mário Povia, indicados pela Presidência da República para cargo de diretores na Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Sejam V. Sªs muito bem-vindos à nossa reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Coloco, com algum atraso, mas o faço agora, em discussão a matéria referente à leitura do relatório de S. Exª o Senador Jayme Campos.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2009, redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Hoje, Senador Cidinho Santos, fizemos a leitura aqui do Ofício recebido de S. Exª o Senador Renan Calheiros dando conta da sua indicação como membro titular desta Comissão. Seja muito bem-vindo, Senador.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, de 2012

– Não terminativo –

Altera os arts. 40, 55 e 99 e acrescenta o art. 98-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para prever, nas contratações que envolverem a execução de obras e serviços de engenharia, a obrigação do contratado de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público os correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro, e dá outras providências.

Autoria: Lúcia Vânia

Relatoria: Ricardo Ferraço

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

Matéria constou da pauta de 14.02.2014, quando foi retirada a pedido do relator, para reexame

Concedo a palavra a S. Ex^a o Sr. Senador Ricardo Ferraço para proferir seu relatório.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, antes de iniciarmos a minha relatoria, consulto V. Ex^a se os dois diretores indicados por Sua Excelência a Presidente serão sabatinados na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Serão sabatinados na próxima quarta-feira, dia 26.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Ambos os indicados.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Ambos os indicados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado de autoria da ilustre Senadora Lúcia Vânia, por força da aprovação do Requerimento nº 438, também apresentado pela autora, que altera dispositivos da Lei nº 8.666, para prever, nas contratações que envolverem a execução de obras e serviços de engenharia, a obrigação do contratado de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público os correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro, além de outras providências.

Nesse sentido, o projeto altera, também, o inciso XVII do art. 40 da referida Lei das Licitações, para determinar que o edital de licitação deverá indicar obrigatoriamente, no caso de obras e serviços de engenharia, definição:

a) das informações referentes aos estágios dos cronogramas físico e financeiro, que permitam aferir objetivamente os respectivos andamentos;

b) da periodicidade, nunca superior a um ano, em que as informações a que se refere o item a deverão ser prestadas.

O projeto altera, ainda, o art. 55, para incluir entre as cláusulas necessárias em todos os contratos que envolvam obras ou serviços de engenharia as que estabeleçam: a) a obrigação do contratado de dar conhecimento dos estágios dos cronogramas físico e financeiro, com as informações e em periodicidade nunca superior a um ano definidas no contrato, ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e, quando solicitado, ao Ministério Público, e b) a suspensão dos pagamentos ao contratado que descumprir a citada obrigação, até que seja regularizada sua situação.

O PLS também introduz o art. 98, para tipificar como crime o ato de deixar de suspender os pagamentos ao contratado que não cumprir a obrigação de fornecer ao órgão ou entidade contratante, aos órgãos de controle interno e externo e, quando solicitado, ao Ministério Público as informações referentes aos correspondentes estágios dos cronogramas físico e financeiro nos contratos que envolvam obra ou serviço de engenharia. A pena estabelecida é de detenção, de seis meses a dois anos, além de multa.

A alteração no art. 99 da citada Lei objetiva inserir o novo artigo ao referido dispositivo, que determina que a pena de multa cominada aos crimes previstos na Lei nº 8.666 consiste no pagamento de quantia fixada na sentença e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente.

Na justificação, S. Ex^a, a autora da proposição, registra que lhe chamou a atenção o fato de que, em levantamento de obras inacabadas realizado pelo Tribunal de Contas da União, foi identificado que nenhum órgão gestor das obras possuía, à época, sistema automatizado que permitisse acompanhamento adequado do andamento dos projetos, situação que permanece inalterada, o que demonstra o baixo nível de profissionalismo na gestão pública dos contratos federais de obras e serviços.

Dessa maneira, a autora argumenta que, em se tratando de obras financiadas por recursos da União, quanto maior a transparência, maior a confiabilidade, colocando as informações à disposição de quem tem a obrigação de acompanhar seus andamentos. E acrescenta que, em muitas oportunidades, alega-se não ser possível reunir informações confiáveis – fato esse que evidencia as falhas sistêmicas no controle de informações. Nem mesmo o Parlamento tem acesso a tais dados. O mesmo pode-se dizer dos órgãos de controle e do Ministério Público.

O projeto recebeu, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, em 13 de novembro de 2012, parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em face da aprovação do relatório do Senador Anibal Diniz, que concluiu pela rejeição, devendo, ainda, ser examinado, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nessa Comissão, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Compete a esta Comissão opinar sobre o mérito da proposição, nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição em análise veio ao exame desta Comissão por força da aprovação de requerimento da autora do projeto.

Em face da nossa integral concordância ao percuente parecer da Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização, que concluiu pela rejeição do projeto, só nos resta incorporar a decisão daquela Comissão.

O objetivo central do projeto, que é tornar mais rigorosa a fiscalização das obras e serviços de engenharia por parte dos órgãos de controle interno e externo e Ministério Público, pode ser colimado com os atuais mecanismos legais e institucionais que a Administração Pública dispõe para acompanhar a execução dos contratos que tenham por finalidade a realização de obras e serviços de engenharia.

Constatamos que algumas dessas medidas já estão contempladas em normas legais em vigor, em especial na Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 (Lei de Licitações), e que estão bem apanhadas no processo que foi relatado pela Comissão de Fiscalização do Senado que considerou essas propostas já contempladas na Lei nº 8.666.

O art. 7º, §2º, I, e o art. 40, §2º, I, desta lei, por exemplo, já preveem que o cronograma físico-financeiro deve constar do projeto básico que deve acompanhar o edital.

Estabelece o art. 67 da referida Lei de Licitações que a execução de cada contrato deve ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes à execução da obra ou serviços.

Ainda da mesma Lei, há o art. 65, inciso II, alínea c, que veda a antecipação do pagamento com relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.

Também há inúmeras recomendações por parte do TCU com o objetivo de se manter a regularidade do cronograma físico-financeiro das obras e serviços de engenharia, documento em que estão previstas as etapas ou parcelas de execução da obra ou prestação dos serviços, datas e o desembolso que a Administração deve fazer por ocasião das medições e efetivação dos pagamentos.

Por sua vez, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com redação dada pelo art. 2º da Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, exige dos entes federados, por meio dos seus arts. 48 e 48-A, a divulgação de dados referentes à execução financeira dos respectivos contratos, inclusive os relativos às obras e serviços e engenharia, conforme preveem os seus arts. 48 e 48-A.

Feitas essas considerações, não obstante os elevados objetivos pretendidos por S. Exª a Senadora Lúcia Vânia, autora do PLS nº 118, de 2012, concluímos pela prejudicialidade do projeto em exame, haja vista já existir adequada legislação para que Administração exerça efetiva fiscalização sobre a execução de serviços e obras de engenharia. Ou seja: norma e diploma legal há em excesso. Se, eventualmente, o ordenador não faz, é por incompetência ou mesmo por displicência ou descumprimento dos seus compromissos.

Sr. Presidente, com esse relatório, nós estamos votando pela prejudicialidade... *(Falha na gravação.)*... apresentadas.

É como relato, agradecendo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Ricardo Ferraço pela elaboração e leitura de seu relatório que coloco, agora, em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para seguimento de sua tramitação.

Item 4, caráter não terminativo.

ITEM 4

AVISO Nº 56, de 2013

– Não terminativo –

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.186/2013 (acompanhado das peças que o fundamentam), proferido pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado do Plenário de 14/08/2013, ao apreciar o Processo de Levantamento nº TC-013.036/2012-2, acerca da solvabilidade das dívidas de Estados e Municípios com a União ao final dos contratos de renegociação.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Walter Pinheiro

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Concedo a palavra ao Senador Walter Pinheiro para proferir o seu relatório.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, a matéria em questão trata do Aviso nº 56, de 2013, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.186, obviamente acompanhado das peças que o fundamentam, e foi também objeto de apreciação na sessão extraordinária, de caráter reservado, do plenário no dia 14 de agosto de 2013.

Estou apresentando o nosso relatório, submetendo-o a esta Comissão, com todos os documentos que compõem o processado.

Apresento também aqui a nossa análise em relação ao voto do Ministro-Relator, principalmente no que diz respeito à própria questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, que é o objeto da apreciação, ou melhor, o norte a ser seguido pelo Tribunal de Contas da União em relação a esta matéria.

O acordo aqui apreciado teve um minucioso levantamento realizado pela Secretaria do Tesouro, Sr. Presidente, que faz um relatório de fiscalização e que inclui os aspectos legais e operacionais atinentes ao refinanciamento da dívida de Estados, ou melhor, dívida dos Estados e Municípios e os instrumentos utilizados pela União para acompanhar os fluxos dessas dívidas, a trajetória efetiva de sua amortização, os subsídios concedidos no refinanciamento, a estimativa dos resíduos e a avaliação dos riscos sistêmicos que decorreriam da eventual incapacidade de pagamento das dívidas.

Portanto, o nobre Relator faz as seguintes constatações no seu relatório: 1) robustez das regras do refinanciamento da dívida subnacional; 2) esforço fiscal significativo dos Estados; 3) processos de gestão e controle compatíveis com o grau de relevância e materialidade dos haveres financeiros da União; 4) desconsideração dos saldos de provisão para perdas prováveis relativos aos haveres, principalmente, Sr. Presidente, levando em consideração a apuração da dívida consolidada líquida da União; 5) trajetória da amortização dos refinanciamentos compatível com os prazos e demais condições estabelecidas; subsídios de R\$230 bilhões concedidos pela União aos entes devedores; 6) estimativas de valores residuais a pagar compatíveis com as expectativas de quitação no prazo adicional máximo de 120 meses, com exceção do cenário projetado para o Município de São Paulo, que, eu diria, inclusive é um dos Municípios brasileiros que, assim como alguns Estados, ostenta uma das posições mais difíceis neste momento; 7) riscos decorrentes de possíveis alterações das regras do refinanciamento da dívida subnacional – é, portanto, o sétimo item levantado pelo nobre Ministro-Relator do Tribunal de Contas.

S. Exª relata, ainda, que o montante de recursos fiscalizados foi da ordem de R\$465,5 bilhões, correspondente ao saldo dos haveres financeiros da União, ao final de agosto de 2012, relativos aos refinanciamentos ao amparo das leis citadas anteriormente.

Estou mais até comentando o relatório, Sr. Presidente, do que, efetivamente, fazendo a sua leitura *ipsis litteris*, na inteireza, mas entendo também que é importante ressaltar que o próprio Ministro do TCU, quando apresentou o seu voto, levou em consideração a análise dessa matéria por parte do Congresso Nacional, uma vez que o Executivo enviou para cá o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 238, que ora estamos apreciando aqui no Senado Federal.

Mas, por entender que essa questão do proposto pelo Executivo não infringe, pelo fato de o Executivo ter enviado, por si só, ou até pelo fato da apreciação por esta Casa, o nobre Relator entendeu que o PLP não infringe o *caput* do art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal e até cita, muito claramente, o fato de o PLP ter sido remetido para a Câmara dos Deputados e para apreciação aqui no Senado da República. Aliás, aqui, inclusive, cita o nobre Relator que, desde 28 de outubro de 2013, a matéria tramita aqui no Senado Federal.

Portanto, não obstante isso, o Relator ressaltou que não considera adequado o método utilizado pelo Ministério da Fazenda para calcular o “excesso de arrecadação”, pois não toma por base a estimativa de receita constante na Lei Orçamentária Anual (LOA), que deve ser também um dos balizamentos.

Cita um pouco mais adiante o Relator que, como compensação à renúncia de receita decorrente das mudanças contratuais, obviamente isso implicaria a chamada discordância, por parte do TCU, em relação à metodologia aplicada pela Secretaria do Tesouro. Considera, assim, que utilizar a estimativa de receita quando da programação financeira viola preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Constituição, na medida em que possibilita ao Poder Executivo de forma unilateral alterar a peça orçamentária aprovada pelo Congresso Nacional.

Dessa maneira, Sr. Presidente, o acordo decide ainda por dar ciência ao Ministério da Fazenda, órgão responsável pela Exposição de Motivos, apresenta o referido acordo sugestões aos órgãos internos do TCU, como a de levantamento, pela Segecex, de outras relações financeiras intragovernamentais, a exemplo do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (Pnafe) e, à própria Semag, para autorizá-la ao monitoramento deste Acórdão.

E decide o nobre Relator pelo encaminhamento do acórdão e dos autos à Presidência do Senado e às Comissões, por exemplo, esta, para a apreciação.

Diante do exposto, Sr. Presidente, recomendamos o conhecimento do Aviso nº 56 e dos autos anexados por esta Comissão, e que, após o exame da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, não havendo outras providências a adotar, o processo seja arquivado, com a devida comunicação à Mesa, nos termos do art. 143 do Regimento Interno do Senado Federal.

É esse o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Walter Pinheiro pela leitura do relatório referente ao Aviso nº 56, de 2013.

Coloco em discussão o relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Para discutir S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acompanhei o relatório encaminhado pelo Tribunal de Contas da União, relatado pelo eminente Senador Walter Pinheiro. O entendimento que eu tive aqui, Senador Walter, é de que o próprio TCU tem uma visão explícita em relação ao endividamento dos Estados e também dos próprios Municípios brasileiros.

Na verdade, já se encontra aqui tramitando há algum tempo um projeto de rolagem da dívida dos Estados. Infelizmente, lamentavelmente, o Poder Executivo, há menos de trinta dias, me parece que esfriou essa votação. Inclusive, já estava determinando a votação pelo Plenário da Casa. Tramitou na Comissão de Assuntos Econômicos e na CCJ e, por incrível que pareça, o Governo retirou a matéria e me parece que retornou para as mesmas Comissões para ser discutido novamente.

Na verdade, aqui nós temos que fazer uma análise muito criteriosa e, sobretudo, zelosa, tendo em vista que a maioria dos Estados brasileiros tornou-se engessada; estão impotentes para levar a cabo novos investimentos na medida em que os próprios números de que hoje nós temos conhecimento, e naturalmente os Governadores, são números exagerados e, sobretudo, que não são compatíveis, como teriam de ser, com o endividamento dos Estados.

O próprio indexador hoje praticado pelo Governo Federal está fora do foco. É um indexador que foi contratado dez, doze anos atrás e, lamentavelmente, as coisas mudaram no mundo contemporâneo, sobretudo a questão da macroeconomia pelo mundo. E o Governo não tem demonstrado nenhuma boa vontade no sentido de melhorar a condição dos Estados e Municípios.

Por incrível que pareça, V. Ex^a tem acompanhado, acho que uma das políticas que tem sido muito penalizadoras em relação aos Estados é que o Governo tem feito cortesia com o chapéu dos outros; é a questão da redução dos tributos, como é o caso do IPI da linha branca, de automóveis; a desoneração, particularmente no meu Estado de Mato Grosso, e a outros Estados da região, a questão da desoneração em relação, sobretudo, ao agronegócio, à questão da soja, o que tem dado um grande prejuízo, particularmente ao Mato Grosso, que, pelos números que temos, tem perdido algo em torno de R\$1,8 bilhão. Dois anos desse valor ou de pelo menos 50% desse valor seriam suficientes para fazer investimentos em logística e infraestrutura de que o Estado precisa.

Em boa hora, o próprio Tribunal de Contas está fazendo este relatório e demonstrando que é fundamental que o Governo Federal tome algumas providências.

Senador Walter Pinheiro, V. Ex^a que, indiscutivelmente, é uma liderança não só no seu Partido, o PT, mas nesta Casa, tendo já liderado seu Partido aqui, acho que o Governo tem que colocar para frente o projeto que se encontra paralisado para rolagem da dívida, ou seja, a renegociação da dívida. Caso contrário, vai ficar o que estamos vendo aí: os Estados numa situação crítica, muitos deles sem poder de investimento, os Municípios também, muitos deles, como é o caso da cidade de São Paulo, que também está com uma dívida quase impagável, e o Governo me parece que tem sido apenas um agiota em relação a alguns financiamentos; quase a maioria é de empréstimos contraídos no exterior, são empréstimos internacionais. E o Governo, lamentavelmente, não tem tido nenhuma boa vontade no sentido de reduzir essas dívidas e permitir que os Estados voltem a investir naquilo que fundamentalmente é importante para o seu desenvolvimento e, sobretudo, para dar melhor qualidade de vida a sua população.

Espero que algo seja feito. Por própria orientação do TCU, essa matéria teria que ser encaminhada à Mesa do Senado Federal. Todavia, faço um apelo aqui, particularmente em nome de Mato Grosso, de que fui Governador e sei da dificuldade daquele Estado. Chega-se ao mês, Presidente Collor, de se gastar 20% da Receita Corrente Líquida, da dívida. Isso inviabiliza... E, por incrível que pareça, nós pagamos R\$2 bilhões. A dívida, quando foi contraída, era de R\$2 bilhões; pagamos R\$3 bilhões e agora devemos R\$5 bilhões. É impagável! Eram R\$2 bilhões; pagamos R\$3 bilhões; e ainda devemos R\$5 bilhões! Isso é com todos os Estados. O próprio Walter sabe disso. Imagino que acontece com o próprio Estado da Bahia. Está impagável. O Governo tem que fazer algo.

Acredito que o Congresso tem a responsabilidade de votar a rolagem da dívida dos Estados, para tornar essa situação mais viável, caso contrário vai continuar, diariamente, semanalmente, prefeito e vereador vindo aqui, de pires na mão, e sem conseguir nada.

O Governador de Mato Grosso ainda teve muita sorte. Com as obras da Copa do Mundo, conseguiu alavancar os recursos, parece-me, da ordem de R\$3 a R\$4 bilhões, que está investindo em VLT, nas trincheiras, nas obras de mobilidade urbana, alguns acessos, algumas ruas. Particularmente, eu acho que o melhor empréstimo que ele contraiu foi um financiamento, através do BNDES, para pavimentar algo em torno de 1,8 mil a 2 mil quilômetros de asfalto. Vai ser um investimento realmente importante para o nosso Estado, permitindo ligar todas as cidades nas estradas-tronco. Sou contra – já disse aqui e repito – o VLT. Acho que é uma obra que ele iniciou, não vai terminar; só para 2017. É R\$1,5 bilhão no primeiro instante e, no segundo instante, vai precisar de mais R\$1,5 bilhão, uma obra malprojetada, projeto feito por meio de Google, etc, etc. Não vai chegar a lugar nenhum.

A tese que defendo é que o Governo também seja mais criterioso quando financia obra, seja para Município, seja para Estado. Criterioso, até porque tem a obrigação de fiscalizar, e muitas obras não estão sendo fiscalizadas; estão sendo liberados recursos pela Caixa Econômica e também pelo BNDES através do RDC, que considero outro absurdo, outra falsidade, outro estelionato. Esse negócio de RDC não existe; quem faz projeto faz as obras. Lá, em Mato Grosso, aconteceu, Presidente Collor.

Inclusive esta Comissão aqui tem uma Subcomissão de Fiscalização das Obras da Copa do Mundo, que, se não me falha a memória, já visitou alguns Estados. Nós temos que evitar alguns Estados e cobrar das autoridades competentes, principalmente da Caixa Econômica Federal e do BNDES, que estão alavancando esses recursos, que vão fiscalizar. Está indo dinheiro para o ralo. E não é pouco, não, Presidente Collor; é muito dinheiro. Então, a Subcomissão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Desculpe-me, a Comissão de Fiscalização, exatamente, tem que voltar a fiscalizar e a exigir da Caixa Econômica. Caso contrário, vamos gastar um tufo de dinheiro, bilhões, e não vamos chegar a lugar nenhum, por incrível que pareça.

Em algumas das obras da Copa do Mundo, além dos recursos contraídos através de financiamento, o Estado está aportando dinheiro que deveria ser aplicado nas rodovias e pontes. Há um fundo chamado FE-THAB, que este ano vai arrecadar quase R\$1 bilhão, sendo que 50% desses recursos, por autorização da própria Assembleia Legislativa, estão sendo alocados nessas obras e, lamentavelmente, muitas delas não vão ser concluídas. E outras que já foram concluídas, por incrível que pareça, estão desmoronando, algumas caindo, como vi lá alguns acessos, algumas pontes que foram construídas em Cuiabá, em que a obra já está acabando antes de ser inaugurada.

Então, é um papel preponderante, sobretudo desta Comissão aqui do Senado, de fiscalizar. E V. Exª tem essa missão nobre de não deixar o dinheiro do financiamento da Caixa Econômica ser jogado no ralo e, acima de tudo, de não nos deixar mato-grossenses pagar caro essa conta. Vai ser caro, não para hoje, mas para as futuras gerações. A fiscalização... Com o andamento da Copa e, sobretudo, com o fato de já estarmos a menos de 90 dias, aquilo está correndo como se fosse água rio abaixo.

Então, tem a obrigação de fiscalizar. Caso contrário, serão bilhões e bilhões jogados fora, ou seja, indo para o ralo. São obras de má qualidade, Presidente Collor. Qualquer leigo no assunto, não precisa ser engenheiro nem técnico, não precisa ser pedreiro nem mestre de obras, qualquer leigo por completo vai ver que as obras são de péssima qualidade.

E a minha preocupação – e tenha certeza, do próprio Senador Cidinho – é que o Estado vai pagar caro e, acima de tudo, a nossa população, que já está pagando caro por falta de saúde, educação e, lamentavelmente, o que se percebe agora é pouca fiscalização por parte dos órgãos responsáveis.

Essa era observação que eu queria fazer. Quero cumprimentar pelo relatório do Senador Walter.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Exª o Senador Jayme Campos. Continua em discussão a matéria, para fazer observações quanto ao que aqui foi colocado por S. Exª o Senador Jayme Campos, coloco a palavra ao Relator, S. Exª o Senador Walter Pinheiro; em seguida, a S. Exª o Senador Ricardo Ferraço.

Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, creio que, nessa matéria, particularmente, até o que levanta aqui agora o Senador Jayme Campos, já foi objeto – e aí eu quero insistir nessa linha – de debate de nossa parte e do Senado Federal como um todo, inclusive em 2011.

Então, eu continuo insistindo que, entra governo, sai governo, o Governo Federal, independente de quem esteja no governo, tem uma posição muito firmada de cada vez mais ir concentrando na União. E quero insistir, Senador Jayme, que houve um erro patrocinado por nós aqui no Senado, porque todos nós sabemos que governo é assim. Estou falando inclusive do meu governo.

Os governos tendem a trabalhar numa lógica de arrecadação, e esse é o ponto crucial que a gente tem enfrentado, eu diria, no Estado brasileiro como um todo, um problema sério. Eu falei aqui de São Paulo, mas poderia citar Alagoas, que está completamente envolvida num processo de honrar uma dívida estabelecida, com uma taxa de juros extremamente estratosférica – portanto, algo danoso para qualquer tipo de Estado – e num processo cada vez mais complicado do ponto de vista da outra resposta, que é a questão da arrecadação de cada Estado.

Então, quando nós discutimos esse tema aqui, Senador Ricardo Ferraço, nós o discutimos como se pudessemos, de uma vez por todas, fazer o debate do Pacto Federativo, quer dizer, do todo, resolver as questões. Eu não estou contra aprovar o projeto da dívida, mas continuo com a posição... Defendi que nós devíamos ter que votar, mas estou com a posição de que hoje, concretamente, é importante para alguns Estados, mas vamos deixar uma lacuna muito grande. Por exemplo, Senador Jayme, todo o dinheiro que foi passado para Estados e Municípios para investimento são novos empréstimos. Ontem nós aprovamos no plenário mais um para o Estado do Paraná. O meu Estado da Bahia, por exemplo, no ano passado, conseguiu, Senador Flexa, extrair uma verba de R\$5,6 bilhões, tudo financiamento. Aprovando uma dívida da forma como está, sem convalidar, por exemplo, a outra regra e sem a gente discutir a questão do alongamento, eu consigo reduzir a taxa de juros, mas não dou alívio imediato. O grande problema do Mato Grosso e da Bahia, hoje – o senhor fala em 20%, eu posso falar em 15% de comprometimento no nosso Estado – é o desembolso. Então, se eu pudesse hoje, além de reduzir esses juros da dívida, ter a possibilidade, Senador Collor, de alongar, eu resolveria um problema de caixa dos Estados no atual momento, teria a capacidade de suavizar esse desembolso e, conseqüentemente, sobrar pelo menos recurso para investimento por parte dos Estados.

Então, esse é o debate que a gente não fez aqui, a gente recuou. Eu continuo insistindo: houve uma operação errada, patrocinada por dentro da Casa. Mataram a MP nº 599, que tratava dos dois fundos, o Fundo de Desenvolvimento e o Fundo de Compensação das Perdas. Temos que discutir desenvolvimento econômico! Alagoas, Pará, Mato Grosso, Bahia, Espírito Santo, Goiás, meu caro Líder, os nossos Estados vão ganhar de volta a capacidade de planejar o seu desenvolvimento, de acordo com a sua realidade, não de acordo com essa perversidade da concentração que a gente tem no Brasil.

Estamos aí com um embate com o comércio eletrônico, que também não conseguimos mandar: aprovamos aqui e do lado de lá não andou. E, lamentavelmente, o Relator é um Deputado de Sergipe, que está apanhando mais do que mala velha para largar o mofo, como se diz no interior. Sergipe está sofrendo! Do ponto de vista desse novo ordenamento, que foi o debate que iniciamos aqui em relação ao ICMS, um dos Estados que mais perdem no Nordeste é o Sergipe.

Volto a um exemplo que eu historicamente tenho apresentado: há uma fábrica de chuveiros elétricos instalado em Sergipe. Hoje, se a gente for medir a temperatura ali, não agora, mas lá pelo meio-dia, em qualquer praça em Aracaju ou em Salvador, meu caro Flexa, só vamos encontrar 30 graus, mole, mole. Então, uma fábrica que se instala no Estado de Sergipe para vender chuveiro elétrico para aquecer a água, o mercado dela não está lá. E há outro componente claro nisso, que é a população consumidora: São Paulo tem 45 milhões de habitantes, três vezes a Bahia. Pelo menos, tem três vezes mais capacidade de consumo do que o meu Estado, numa lógica direta. Portanto, a distribuição e o debate sobre as regras têm que levar em consideração, de forma inversa, essa situação.

Quando a gente faz uma discussão dessa aqui, eu diria até do ponto de vista da infraestrutura, eu continuo... E o Senador Ricardo Ferraço até foi meu parceiro nessa grita que fizemos na CAE, porque foi um absurdo a gente ter interrompido esse processo. Se o Governo não queria, Senador Jayme, o Senado da República não podia acatar esse não querer. Aqui nós estamos debatendo exatamente a situação de Estados e tentando apontar um caminho, porque senão vamos ficar a vida inteira, mais do que de pires na mão, o que é pior, sempre correndo atrás do prejuízo. No próprio debate envolvendo essa medida – está aqui o Senador Flexa, que é testemunha – fizeram um reordenamento: eu resolvo um problema no Norte do País, mas mato o Pará. Quer dizer, não dá para tratar essas questões sem envolver todos.

Estou publicando um artigo esta semana, espero que o jornal publique, que não haja pressão, mostrando, por exemplo, o que o BNDES tem feito com nós do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, do ponto de vista do percentual que se investe. Deveria ser o contrário, Senador Jayme. A lógica deveria ser invertida, até para superar as dificuldades. Eu insisto, colocar gasolina em Roraima não é garapa, não é fácil. Quem é que vai atraído

pelas boas condições de uma Roraima, de uma Rondônia, de um Acre, para se instalar? Ou até mesmo no Pará? Aí, entra no outro debate: a questão do mercado consumidor, a infraestrutura, a logística, todos esses aspectos.

Portanto, essa é uma discussão que nós fazemos e que não pode ficar só sob o aspecto financeiro, tem de ter um debate sobre o aspecto econômico e, principalmente, com a matriz de desenvolvimento. Então, esse é o debate que nós, no Senado, deixamos passar batido, forçamos a barra.

Na quarta-feira da semana passada eu falei isso no plenário de novo, Senador Jayme, dizendo, inclusive, do meu descontentamento, de forma muito veemente. Continuo achando que nós, Senado, erramos, porque nós votamos aqui o ICMS de importação – e aqui está o Senador Ferraço, que brigou muito, se bateu mais que caranguejo na lata quando a fervura está aumentando, por conta da questão do Espírito Santo. Mas, qual era o passo seguinte? Nós vamos para o ICMS importação, para dar mais três passos: dívida, ICMS e a questão do comércio eletrônico. E aí? Até agora nada. Na realidade, eu estou convencido de que deram um calote, assumiram uma dívida com a gente, de tocar três projetos, e nós tomamos um calote. Eu disse isso na quarta-feira da semana passada.

Esse não é um debate qualquer, Senador Collor. Esse deve ser o debate principal da campanha deste ano. Quero ver governador fazer campanha. Apresenta o seu programa de governo: vou fazer, vou fazer, vou fazer. Com o quê? Então, esse é um debate que os candidatos a governadores no Brasil vão ter de enfrentar. O grande tema é esse. Como nós vamos eleger governadores para, de uma vez por todas, mudar essa regra? E a briga com o Governo Federal não é só isso; é mudar as condições para a gente botar o Brasil para crescer. Inclusive o que fez com que a gente crescesse timidamente, mesmo num período de crise, foi exatamente isso. Eu não conheço atividade econômica na União, eu não conheço a atividade econômica nem no Estado, e a atividade econômica tem de estar num lugar, na estratosfera não funciona. Então, ou você pensa localmente e encaixa isso do ponto de vista do que é esta Federação ou vamos continuar nessa história, todas as vezes de pires na mão, na dependência, e a gente vai continuar cada vez mais concentrando. Eu insisto nisso.

Fizemos até um debate sobre o setor elétrico na semana passada onde eu disse que o rio corre sempre para o mar. De vez em quando tem um lago na frente para gerar energia e isso é interrompido; mas toda vez que se precisa gerar energia o cara vai lá, abre a comporta, e o rio volta para o mar. Então, precisamos discutir isto: como a gente consegue, armazenando aqui e ali, para atender o sofrimento e as dificuldades. Portanto, esse é o debate. O Senador Collor pode até nos dizer, Senador Jayme, que esta Comissão não é o palco, mas é nesta Comissão, por exemplo, que está a principal questão desse desenvolvimento econômico: o gargalo da infraestrutura. Por outro lado está a principal questão, porque, investir em infraestrutura, investir em logística, é a parte mais cara.

Nós discutimos aqui, volto a dizer, o setor de energia na semana passada. E a parte de infraestrutura consome, no barato, de 30 a 35% de todo e qualquer investimento. Estou falando em energia; se formos falar nas outras áreas é pior ainda, como nas telecomunicações, nos portos, nos aeroportos. Essa é a área que, inclusive, defasou e que precisa de maior volume de recursos.

Qual é a capacidade que tem o Mato Grosso, o Pará ou a Bahia? Fui Secretário de Planejamento do meu Estado, Senador Collor, e toda vez que você fechava o programa para o ano seguinte dava até dor no juízo, porque eu pensava: o que sobra para investimento? De uma Receita Corrente Líquida de aproximadamente R\$20 bilhões, Senador Wilder, a gente tinha R\$1,2 bilhão, R\$ 1,5bilhão para investimento num Estado do tamanho de um país, com 70% do seu território no Semiárido, com uma malha rodoviária completamente arrebentada, sem infra, com gargalos estruturais problemáticos. E aí, com R\$1,2 bilhão? Vem para onde? Vem para o financiamento e morre na mão aqui de novo. Tome dinheiro do BNDES, que libera quando quer, quando pode ou quando interessa. Ou vai para Banco Mundial, vai para Banco Interamericano, vai atrás de fundo aqui, fundo acolá e o fundo vai cada vez aumentando o rombo dessa questão, o que interfere diretamente na crise de gestão. Aí, vamos ter problema de custeio, vamos ter problema de pessoal, vamos ter problema de serviço.

Esse é o debate, nessa linha é o entendimento. Então, acho que o que o tribunal faz aqui, Senador Jayme, é exatamente isso. Diz que o Congresso está discutindo, mas aqui o Tribunal pega uma matéria, analisa os aspectos e diz: “Olha, tudo bem, está correto aqui e acolá, mas o gargalo continua.” Então, nós temos que botar o dedo na ferida aqui. Se Governo não quer, a gente aqui tem que fazer como dizem lá na Bahia: botar o guizo no rabo do gado para esse negócio para funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a, Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra S. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço, continuando a discussão sobre o Aviso nº 56, de 2013.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Sr. Presidente, eu me associo às manifestações do Senador Walter Pinheiro, porque imagino que sendo o Senado da República a Casa da Federação brasileira, a instituição que em tese deveria representar uma relação estável entre os entes federados, na direção de

redesenhamos o Pacto Federativo surrado, esgotado, com fadigas de toda ordem, nós estamos aqui, na prática, nos perdendo em discussões quase que homeopáticas, porque deixamos de fazer o debate essencial para fazer o debate acessório. E essa é a manifestação que faz o Senador Walter Pinheiro.

Sr. Presidente, quando essas dívidas dos Municípios brasileiros foram renegociadas em 1997, à luz do Plano Real, a União naquele momento incorporou como seu passivo R\$100 bilhões...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Me permite um aparte, ilustre Senador?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioridade/PMDB – ES) – Pois não, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – A primeira rolagem da dívida foi feita anteriormente. O FHC já era Ministro do então Presidente Itamar Franco – eu fui governador de Estado naquela oportunidade –, e nós fomos forçados a fazer uma rolagem da dívida, com faca no peito, na sangradeira, desculpando aqui minha sinceridade. Fui um dos primeiros governadores de Estado da Federação que rolaram a dívida e fomos pressionados. Eu saí como Governador de Mato Grosso na vanguarda da privatização. Nós privatizamos, por exemplo, o Banco do Estado de Mato Grosso. Demos o *start*, conseguimos, entramos para o setor elétrico, com a concessionária, a Cemat, Centrais Elétricas Mato-grossenses, mas com faca no peito. A rolagem jamais... Ela aconteceu em 1994, se não me falha a memória, mas foi com faca no peito; eles que ditaram uma regra, não melhoraram nenhuma condicionante. Por incrível que pareça, o que estava estipulado... Depois foram aparecendo aquelas dívidas que estavam ali e nem sabíamos de companhias de armazenamento do Estado, INSS e FGTS. Isso foi inserido e não se estipulou nem o valor, o percentual daquilo que você arrecadava para pagar. Chegou um determinado momento, Ricardo, que o Estado tinha que desembolsar 22,1%. Isso praticamente quebrou o Estado, e todos os meses estávamos aqui de pires da mão falando com o Murilo Portugal, que era o chefe do Tesouro Nacional, que as contas do Estado estavam bloqueadas. Então, a rolagem aconteceu anteriormente, Ricardo, mas com faca no peito, como bem esclareci aqui, faca na sangradeira, pressionando os governadores. Não só nesse sentido, como também para diminuir o tamanho do Estado, como o caso, particularmente, nosso. Nós acabamos com sete secretarias naquela oportunidade, acho que diminuímos 300, 400, 500 cargos comissionados, que eram os DAS e, acima de tudo, fomos forçados a vender praticamente a preço de banana, dizendo que o Brasil tinha que sair dessa situação, tinha que privatizar os bancos. O Bemat, que estava com um PL saudável, terminou entrando no negativo. Depois houve uma intervenção, porque o Vereador que assumiu deixou correr à revelia. Houve a intervenção e largou um passivo para nós naquela época de R\$400 milhões. Essa dívida até hoje nós estamos pagando.

Só quero fazer esta observação, Ricardo: a primeira rolagem que houve foi antes de 1994, quando iniciou o Plano Real, mas com a faca no peito, matando já os Estados naquela oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioridade/PMDB – ES) – Mas eu me refiro às negociações que houve em 1997, a essas renegociações dos 27 Estados, dos quais 24 Estados toparam essas negociações à época, por conta da conjuntura econômica e de a proposta feita pelo Governo Federal ser favorável aos Estados e aos Municípios. Naquele momento, isso foi favorável. A mudança de conjuntura hoje coloca na prática isso numa condição desfavorável e é por conta disso que o PLC 99 está sendo debatido hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, para posteriormente ir à Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu quero ater-me, Sr. Presidente, à questão deste projeto, que vai abrir novas oportunidades, se aprovado, para que Estados e Municípios possam se endividar de novo. Esta é a questão. Os Municípios se os Estados poderão se endividar de novo. Sessenta e seis por cento – esse é o número exato, Sr. Presidente – dessa renegociação é do Estado de São Paulo. Ao repactuarmos esse ativo ou esse passivo, de novo estamos trabalhando na contramão das políticas de desenvolvimento regional, porque nós vamos fortalecer a iniquidade em nosso País, mais uma vez.

O relatório lido pelo Senador Walter Pinheiro atesta a solvabilidade dos Municípios brasileiros, exceto do Município de São Paulo. Ou seja, nós vamos abrir possibilidade de os Municípios e Estados se endividarem, mas não há nenhuma premissa de que a determinação de que esses novos financiamentos sejam para infraestrutura, por exemplo. São investimentos que podem ser feitos de novo para custeio de máquina, para gasto com pessoal. E nós, que estamos na Comissão de Infraestrutura, debatendo, encaminhando soluções ou tentando encaminhar soluções nos limites das nossas prerrogativas, de novo podemos ver a possibilidade de os Estados e Municípios se endividarem, quando eles deveriam se endividar, mas que esse endividamento estivesse condicionado à melhoria da infraestrutura brasileira, que é um dos maiores gargalos, uma das maiores armadilhas para que o Brasil possa continuar crescendo.

Eu acho que este tema merece ser debatido aqui, na Comissão de Infraestrutura, no momento em que estamos aprovando um aviso de um acórdão muito bem estruturado por parte não apenas do Senador Walter Pinheiro, mas também do Tribunal de Contas da União.

É a manifestação que faço, Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, se o Senador Ricardo Ferraço me permite...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Senador Walter Pinheiro

O SR. PRESIDENTE (Walter Pinheiro. Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Há dois problemas nisso aí, Senador Ricardo, e V. Exª cita muito bem. O primeiro é esta questão: a abertura de novos financiamentos já vem este rótulo: é para ajuste fiscal dos Estados e Municípios.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Guarda-chuva atuando.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Bem direito.

Segunda questão. Há um ponto em que o Senador Jayme abordou e de que V. Exª fala dele com propriedade: o esforço feito no passado até se desfazendo de ativos com privatizações, etc., todos estes recursos dos bancos que foram vendidos e das companhias de distribuição de energia dos Estados que foram vendidas foram utilizados para pagamento da dívida, Senador.

Então, em infraestrutura, em investimentos futuros, a gente vai vendo cada vez mais essa incapacidade de resposta por parte de cada Estado. E nós estamos falando de Estados. Quando a gente descer aos detalhes, por exemplo, das capitais brasileiras, meu caro Senador Ferraço, é muito complicado. A cidade de Salvador, por exemplo: eu me lembro de que eu era Secretário de Planejamento e vim aqui em 2009, para uma discussão com o Governo, com o Prefeito da cidade e o Governador do Estado, que era já o debate sobre o metrô em relação à Copa do Mundo. Havia uma divergência, naquela época, do Prefeito em relação à nossa posição, por exemplo, pela adoção de trilhos na cidade de Salvador. O Prefeito disse: “O Município banca fazer o corredor de ônibus. Eu quero tomar o recurso para isso”. Então, o Secretário do Tesouro folheou lá, foi daqui para ali, e disse: “A capacidade de endividamento da cidade de Salvador está na casa dos R\$30 milhões”.

Salvador é uma cidade que tem uma arrecadação péssima. Hoje eu posso dizer aqui que o Município de Salvador tem, para investimento, algo em torno de R\$100 milhões. Uma capital com três milhões de habitantes tem R\$100 milhões! O orçamento da cidade de Salvador é menor do que o orçamento de Belo Horizonte, é menor do que o orçamento de Recife. Não estou fazendo a comparação por ser pior ou melhor: estou fazendo a comparação inclusive pelo tamanho dessas capitais.

E não estou levando esses dados nem para outras cidades. Se nós formos pegar cidades de médio porte no Brasil, principalmente para que estão no Nordeste ou no Norte do País, é difícil.

Esse é um tema, Senador Ricardo, sobre o qual eu acho que temos de fazer a discussão exatamente pelo caminho de volta. Não pelo dinheiro, mas pela necessidade de desenvolver. Esse é o debate. Por isso, eu acho importante quando uma Comissão destas chama ao debate, para ver se se abrem as cabeças. Essa é uma das coisas por que sempre me bati, Senador Collor. Desde que cheguei aqui, terminei até me dedicando muito a essa área de planejamento e orçamento. Mesmo na época da Ditadura, Senador Collor, quando a Ditadura Militar fez o Decreto 220, chamou-o de Orçamento Programa; o Decreto 200, que orientava essa questão do orçamento, foi chamado de Orçamento Programa. Decreto feito pela Ditadura. E nós, anos e anos depois, com todos os avanços, continuamos discutindo orçamento como um conjunto de cifras. Está errado! Ele tem que ser debatido e discutido sob o eixo do desenvolvimento econômico, na perspectiva do desenvolvimento social. Portanto, é inverter a lógica. Depois, se encaixa o orçamento.

O correto é imaginar, é pensar, é ter a capacidade de olhar um País deste tamanho e apresentar propostas com as quais a gente supere as desigualdades. A gente não tem conseguido fazer isso. Eu tentei fazer esse debate, Senador Collor, quando do PPA. Eu fui Relator do PPA. Rodei o Brasil. Lembro-me de quando fizemos a discussão de reduzir o número de programas para 65. Disseram: “Você é maluco? Só 65 programas?” Então, vamos botar 650, para fazer brincadeira.

Na realidade, eu acho que esse é o eixo que é importante de ser retomado a partir destas discussões aqui no Senado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – Por isso mesmo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Continuando a discussão, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB – ES) – ... Concluindo a minha manifestação e fazendo coro com o Senador Walter Pinheiro, o voto do eminente Relator Ministro Valmir Campelo é muito rico em informações e elementos para este debate que estamos fazendo aqui no Congresso Nacional, sobretudo no Senado.

A certa altura, Sr. Presidente, afirma o Ministro Relator em seu voto:

A renegociação das dívidas subnacionais pela União aliada ao marco regulatório estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à trajetória bem-sucedida do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal

dos Estados contribuíram, sobremaneira, para o reequilíbrio das finanças públicas nacionais, nos últimos quinze anos, e para a melhoria do ambiente macroeconômico brasileiro.

Ou seja, é muito rico em informações o relatório do Ministro Valmir Campelo. Ele atesta, mais adiante, que o levantamento da STN sobre refinanciamento de dívidas de Estados e Municípios levou às seguintes constatações:

a) robustez das regras do refinanciamento da dívida subnacional; b) esforço fiscal significativo dos estados e municípios; c) processos de gestão e controle compatíveis com o grau de relevância (...); d) desconsideração dos saldos de provisão para perdas prováveis (...); e) trajetória [veja bem, Sr. Presidente] da amortização dos refinanciamentos compatível com os prazos e demais condições originalmente estabelecidos; subsídios de R\$230 bilhões concedidos pela União aos entes devedores; f) estimativas de valores residuais a pagar compatíveis com as expectativas de quitação no prazo adicional máximo de 120 meses, com exceção do cenário projetado para o Município de São Paulo (...)

Então, eu fico a imaginar – pode ser que a minha intervenção seja um pouco atrasada; eu admito e peço desculpas – se não seria o caso de convidarmos, para esta Comissão, o Ministro Relator Valmir Campelo, para que nós pudéssemos fazer um debate sobre esse levantamento que fez o TCU acerca da solvabilidade dos Municípios e dos Estados subnacionais. Esse é um tema absolutamente atuante porque isso tem a ver com o quê? Com a capacidade de investimento que o nosso País, os nossos Estados e Municípios têm ou deixam de ter em função de gestão para atividades relacionadas à infraestrutura.

Eu quero crer que seria oportuno haver mesmo um convite ao Ministro para que ele pudesse estar conosco aqui para um debate dessa qualidade.

Vamos adiante no voto do Senador Walter Pinheiro, mas vou requerer que nós possamos convidá-lo para fazer um debate aqui nesta Comissão.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço.

Fundamentalmente, eu acredito que, se me permitirem esta rápida intervenção, à União não interessa, em momento algum, abrir mão de um centavo sequer do que arrecada – aliás, não é somente à União, nem aos governos estaduais, nem aos governos municipais –, quando se fala em fazermos uma reestruturação, em rediscutirmos o Pacto Federativo, falar de uma redução, mesmo que temporária, da arrecadação é falar de cor-da em casa de enforcado. É proibido.

Lembro-me – e acho que todos nós nos lembramos –, quando da discussão, aqui, há uns anos, da instituição do Imposto Único, de que nós tivemos dois grandes embates: o primeiro, da estrutura da máquina arrecadadora, porque não queria, via na instituição do Imposto Único a sua perda de influência, de poder, enfim, e até mesmo de razão de ser; o segundo, por outro lado, porque a instituição do Imposto Único acarretaria, num primeiro momento, uma diminuição da arrecadação da União, de Estados e de Municípios, mas com a perspectiva de, 18 meses após a instituição do Imposto Único, essa arrecadação aumentar. E não foi possível levar adiante a discussão, não foi possível que isso pudesse ser concretizado.

Hoje, nós vivemos uma situação que me parece paradoxal. Como aqui já foi dito por S. Ex^{as} os Srs. Senadores, os Estados estão superendividados, não têm condições de rolar as suas dívidas, porque esses juros são extorsivos, e, ao mesmo tempo, nós vemos aí empréstimos e mais empréstimos sendo concedidos aos Estados, aumentando, consequentemente, ainda mais o potencial rombo nas suas contas.

Vem este termo: “o empréstimo para ajuste fiscal”, mas o ajuste fiscal significa muita coisa; pode significar um guarda-chuva imenso que abarca todo e qualquer tipo de aplicação desses recursos, porque tudo vai resultar num ajuste fiscal.

De modo que concordo com S. Ex^{as} que essa é uma discussão momentosa, essa é uma discussão mais do que oportuna que se continue fazendo, mas tendo consciência de que vamos encontrar sempre uma dificuldade, talvez intransponível, de se fazer a rediscussão do Pacto Federativo sem que atinjamos a arrecadação, sobretudo da União.

Mas é válido, é oportuno e alguma coisa deve ser feita, porque essa bolha está prestes a explodir, sobretudo nos Estados consumidores, porque, nos Estados produtores, há uma relação na arrecadação diferente; agora, nos Estados consumidores, que são a grande maioria dos entes federados da nossa República, esse cenário é ainda mais trágico.

Mas concordo que o debate deve ser levado adiante, e a Mesa fica aguardando o requerimento que S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço acaba de sugerir, para convidarmos S. Ex^a o Ministro Valmir Campelo a comparecer a esta Comissão para falar sobre o seu relatório aqui apresentado no Aviso nº 56, de 2013.

Continuando a discussão, S. Ex^a o Senador Wilder Moraes.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoria/DEM – GO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Ouvindo atentamente os colegas Senadores, principalmente o Jayme Campos e também o Senador Walter Pinheiro, na posição de Senador e empresário, eu fico um pouco decepcionado com a política, porque em vários momentos – e a gente faz isso na iniciativa privada – poderia ter planejamento. Exemplo: num grande evento como a Copa do Mundo, como disse o Senador Jayme.

Na Copa de 1950, tivemos seis cidades e agora nós estamos com doze cidades. Talvez, Walter, com a falta de investimento, não seria a época de a gente fazer nem em seis, mas em cinco, e deixar para a população a infraestrutura necessária, principalmente nas cidades, os estádios que tiveram ou têm vocação para o futebol.

Imaginem o critério que foi utilizado, que era o da FIFA: o critério era transporte urbano, para se escolher uma capital, aeroportos, segurança pública, opção de lazer e hotelaria. Nós pulverizamos o dinheiro e não vai ficar nada de infraestrutura para essas cidades a não ser as arenas.

Então, eu acho que nesse debate a FIFA teve muito mais influência do que o Governo. Talvez, Walter, devesse escolher a capital Salvador, escolher uma capital do Nordeste em que a gente poderia investir e diminuir. Quando você pulveriza, não faz nada por ninguém. São Paulo poderia ter tido duas arenas para jogos e talvez o Rio, enquanto, nessas cidades, seria um problema a menos porque a população iria ter investimento em infraestrutura.

Então, eu acho que falta, por parte do Governo, foco para fazer a centralização e o planejamento financeiro. Hoje, há questão da dívida dos Estados e Municípios... Esse evento tão grande eu acho que serviria muito para divulgação e o Brasil ganharia muito na parte turística, porque seria mostrado para o mundo inteiro. E nós vamos mostrar uma coisa: belas arenas, que vão demonstrar a falta de planejamento e a falta de investimento em infraestrutura.

Então, eu acho, Presidente, que ter escolhido doze cidades para sediar a Copa foi uma falta de responsabilidade do Governo, que poderia ter reduzido isso e, sim, ter deixado investimento em infraestrutura no Brasil.

Era isso o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Wilder Moraes.

Continua em discussão a matéria.

Para discutir, S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, aqui já foi bem debatida essa questão do voto do Ministro Valmir Campelo. O que nós vemos, na verdade, é o Congresso não fazendo a sua parte, porque, se o Executivo não quer fazer e o Congresso quer, ele pode, tem condições para isso. Mas, lamentavelmente, nós temos apenas aprovado aquilo que vem de lá, que vem como ordem do Executivo. Aquilo que todos nós discutimos aqui, essa questão das dívidas dos Estados e Municípios, a questão do marco da mineração e tantas outras ficam aqui dormitando por anos, enquanto o Governo não “autoriza” – entre aspas – o Congresso a aprová-las. Lamento isso.

Nós estamos discutindo a questão da renegociação das dívidas. Os Estados brasileiros estão – não só os Estados, mas os Municípios mais ainda – todos endividados. O Executivo, em vez de fazer, com o Orçamento da União, as obras de infraestrutura nos Estados e, evidentemente, nos Municípios, apenas oferece aos Estados e Municípios uma nova linha de crédito, aumentando a dívida, o que não vai resolver.

Parece-me que o Senador Jayme Campos tem um projeto que propõe que 20% da parcela a ser paga da dívida sejam reinvestidos em infraestrutura. E foi dito aqui, não sei se pelo Ministro Guido Mantega quando debateu com ele a ideia, que seria infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu entendo isso, porque a União iria receber a parcela a cada mês e 20% disso voltaria como recurso do Tesouro para se investir em infraestrutura, pelo menos para minorar a situação dos Estados.

Parece-me que só seis Estados da Federação brasileira estão com ajuste fiscal em dia. Só seis. O Pará, graças a Deus, está ajustado. Por quê? Porque tínhamos uma dívida pequena e uma capacidade de endividamento muito grande. Então, dá para ir levando, mas é uma sangria pagar a cada mês 15%, 16% da sua renda líquida. Por quê? Porque isso não é mais empréstimo; são juros. Isso é agiotagem do Governo Federal em relação aos Estados e Municípios, que são entes que precisam realmente de desenvolver a sua infraestrutura. É lamentável, Senador Collor.

O Senador Walter Pinheiro é um Senador da Base; mais do que da Base, é do Partido da Presidente, mas ele tem coerência e firmeza naquilo que ele diz aqui. E não só aqui; ele diz no plenário e em todas as Comissões por onde vai e de que faz parte. Realmente não é esse Governo aí, não. São os Governos que precisam fazer a reforma tributária ou a revisão do Pacto federativo e ninguém faz.

Um dos pontos que será debatido na campanha eleitoral deste ano, sem dúvida nenhuma, será a questão do Pacto Federativo. Não há mais como manter aquilo como está: a União concentrando a renda, e Estados e Municípios mendigando algum recurso para fazer alguma obra para sua população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação o relatório apresentado por S. Ex^a Senador Walter Pinheiro em relação ao Aviso nº 56, de 2013.

S. Ex^{as} as Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o aviso.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, e Fiscalização e Controle para seguimento de sua tramitação.

Item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 6, de 2014

– Não terminativo –

Nos termos do art. 58, inciso VI, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso IX, do Regimento Interno do Senado Federal, e em atendimento à Resolução nº 44, de 2013, que estabelece procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, requeiro que, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, seja estabelecido como objeto da referida avaliação o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal.

Autoria: Fernando Collor

Observações:

Lido em 12.03.2014

Isso porque nos foi solicitado para que nós estabelecêssemos aqui, no âmbito da Comissão, qual seria a nossa referência para avaliar os trabalhos no setor de infraestrutura. E nós entendemos que as obras do PAC, talvez pelo seu montante, por sua notória importância, fosse aquele a ser considerado alvo de nossa atenção.

Daí esse requerimento, de minha autoria, que foi lido em 12 de março de 2014.

Coloco em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação o requerimento.

As Srs. e os Sr^{as} Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Antes de darmos por encerrada esta reunião, eu gostaria de, mais uma vez, apresentar, em nome de todos os integrantes desta Comissão, a S. Ex^a Senador Cidinho Santos os nossos votos de boas-vindas, de bom retorno a esta Comissão. S. Ex^a agora está participando dos nossos trabalhos na condição de membro titular da Comissão de Serviços de Infraestrutura, substituindo S. Ex^a o Senador Blairo Maggi. Seja, portanto, muito bem-vindo, Senador Cidinho Santos.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores, lembro que, nos próximos dias 27 e 28 de março, estaremos realizando o I Fórum Nacional de Infraestrutura – Soluções para o desenvolvimento brasileiro, oportunidade em que serão debatidos e apresentados não mais diagnósticos da situação da nossa infraestrutura, mas soluções objetivas para esse diagnóstico realizado nas inúmeras audiências públicas que realizamos em 2009/2010 e no ano de 2013.

A presença de S. Ex^{as} será muito importante para o êxito deste encontro.

Portanto, agradecendo mais uma vez a presença de todas as Sr^{as} e dos Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 26 de março de 2014, quarta-feira, às 7h30min, neste plenário.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 40 minutos.)

ATA DA 6ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS SETE HORAS E TRINTA MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às sete horas e trinta minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Cidinho Santos, Alfredo Nascimento, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Romero Jucá, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles, Ruben Figueiró e Jayme Campos**. Registra presença como não-membro o Senhor Senador **Casildo Maldaner**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos

trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação da ata da 5ª reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos os Comunicados da Presidência da Comissão e os Requerimentos de autoria do Senador **Ricardo Ferraço** e da Senadora **Lúcia Vânia**. Tem início a apreciação da pauta. Item 1 – **Mensagem (SF) nº 18, de 2014**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MÁRIO POVIA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ*”. Relatoria: Senador **José Pimentel**”. Relatoria *ad hoc*: Senador **Wilder Moraes**. Item 2 – **Mensagem (SF) nº 19, de 2014**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ*”. Relatoria: Senador **Jayme Campos**. O Senador **Jayme Campos** solicita abertura do processo de votação. O Presidente submete ao Plenário e é aprovada a abertura do processo de votação. Os Senhores Mário Povia e Fernando José de Pádua Costa Fonseca fazem suas exposições. Fazem uso da palavra os Senadores **José Pimentel, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Acir Gurgacz, Cidinho Santos, Jorge Viana e Sérgio Petecão**. Encerrado o processo de votação, atuam como escrutinadores os Senadores **Flexa Ribeiro e Cidinho Santos**. Aprovados os indicados dos itens 1 e 2, com 19 votos favoráveis, 1 voto contrário e nenhuma abstenção. **Resultado**: Itens 1 e 2 com sabatinas realizadas e indicações aprovadas. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e trinta e oito minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente Da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 6ª reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 5ª Reunião. As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Leitura de documentos.

Ofício recebido de S. Exª o Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, dando conta de que o Senador João Claudino, indicado de S. Exª o Senador Gim, Líder do Bloco Parlamentar União e Força, passará a integrar, como membro suplente, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura. Ofício esse ratificado por outro, de autoria de S. Exª o Senador Wellington Dias, Líder do Bloco de Apoio ao Governo, dizendo que: “Nos termos regimentais, comunicamos que o Bloco de Apoio ao Governo mantém a cessão da vaga de suplente na Comissão de Serviços de Infraestrutura, anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Lopes, ao Bloco Parlamentar União e Força”.

Em seguida outro ofício, também de S. Exª o Senador Gim, e endereçado a esta Comissão por S. Exª o Senador Renan Calheiros, dando conta de que, em função dessa vaga, já colocado por S. Exª o Senador Wellington Dias, o novo ocupante será S. Exª o Senador Marcelo Crivella, também na condição de membro suplente na vaga anteriormente ocupada por S. Exª o Senador Eduardo Lopes.

Leitura de requerimento:

REQUERIMENTO Nº – CI, DE 2014

Requeiro, nos termos do §2º do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ministro do Tribunal de Contas da União, Valmir Campelo, para comparecer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), com vistas a apresentar exposição informativa sobre o Aviso nº 56, de 2013 (nº 1.448 GP/TCU, de 28 de agosto de 2013, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.186, de 2013 – TCU – Plenário, acompanhado das peças que o fundamentam, proferido na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado do Plenário de 14 de agosto de 2013, ao apreciar o TC nº 013.036/2012-2, acerca da solvabilidade das dívidas de Estados e Municípios com a União ao final dos contratos de renegociação.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Feita a leitura deste requerimento, será incluído na pauta da nossa próxima reunião para deliberação. Outro requerimento de autoria de S. Exª a Senadora Lúcia Vânia.

REQUERIMENTO Nº – CI, DE 2014

Em atenção à Resolução nº 44, de 2013, tendo em vista o disposto no §1º do art. 96 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminho sugestão para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura promova a avaliação das políticas públicas relacionadas às concessões de rodovias e ferrovias, especialmente na Região Centro-Oeste do País. É conhecido o gargalo imposto pelo grande déficit de infraestrutura na Região.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

Ela apresenta justificção.

Do mesmo modo, o requerimento lido nesta reunião será colocado à deliberação dos senhores integrantes desta Comissão na nossa próxima reunião.

Comunicados.

Rebaixamento do risco de crédito brasileiro

A agência de classificação Standart & Poor's confirmou na tarde do dia 24, segunda-feira última, o rebaixamento do risco de crédito do Brasil. O *rating* do País caiu de BBB para BBB-, o nível mais baixo dentre aqueles considerados como grau de investimento. Juntamente com o corte soberano, a agência reduziu também as notas da Petrobras, da Eletrobras e da Samarco, informando que, por enquanto, não mexeria nas avaliações de outras empresas acompanhadas.

O rebaixamento do Brasil se deu pelo que a agência chamou de "sinais mistos" do Governo, com implicações negativas para a credibilidade da política econômica. Alegou, ainda, como fatores que contribuíram para a medida, a perspectiva de menor crescimento da economia nos próximos anos e a maior dificuldade de ajuste da política em ano eleitoral.

Para a analista da Agência S&P (Standard & Poor's), Lisa Schineller, o rebaixamento do Brasil é reflexo de uma "derrapagem" da política fiscal, cuja credibilidade se enfraqueceu de forma sistemática. Para ela, "houve uma piora consistente nos indicadores brasileiros, compatível com um país de *rating* BBB-". Na visão da analista, apesar dos esforços do Governo de reprogramar e cortar alguns gastos, o País terá dificuldades para alcançar a meta formal de superávit primário de 1,9% do PIB. Ela destacou ainda os problemas enfrentados pelo Brasil no setor elétrico, com margem limitada do Governo para repassar os maiores custos para as tarifas. Além disso, segundo a agência, de alguma forma a vulnerabilidade externa do País cresce ou deverá crescer nos próximos anos.

Apesar das críticas, a agência declarou estar "confortável" em manter o Brasil na categoria de países com grau de investimento. Segundo sua análise, "o ambiente institucional e os resultados mostram que o Brasil tem condições de absorver eventuais choques", recolocando a perspectiva da classificação como estável, ou seja, sem previsão de novo rebaixamento no curto prazo.

Em nota, o Ministério da Fazenda alegou que "a decisão da agência S&P de alterar a classificação de risco do Brasil é inconsistente com as condições da economia brasileira e a mudança anunciada é contraditória com a solidez e os fundamentos do Brasil".

Para o ex-Presidente do Banco Central Gustavo Loyola, o Governo ainda não mostrou nenhuma sinalização de que está comprometido com maior austeridade fiscal. Segundo ele, há um problema de falta de credibilidade na política fiscal. E continua: "O Governo anuncia a meta, mas logo em seguida anuncia um gasto que não estava previsto."

Para Carlos Kawall, economista-chefe do Banco Safra, a combinação de crescimento baixo da economia com abuso da chamada "contabilidade criativa" na gestão das contas públicas levou ao rebaixamento do País. Além disso, para ele, "houve uma fragilização institucional, que fica clara com o projeto de mudança retroativa do indexador da dívida de Estados e Municípios." De acordo com o economista, a resposta do Governo às preocupações da agência de classificação talvez tenha vindo um "pouco tarde e, no geral, ainda deixou dúvidas sobre a qualidade do ajuste" – no caso, o contingenciamento orçamentário e a meta de superávit primário de 1,9% para este ano –, "principalmente depois do anúncio do pacote para o setor elétrico e da mudança do indexador da dívida do BNDES com o Tesouro Nacional", continua ele.

Na avaliação de Tony Volpon, diretor da Nomura Securities, o Brasil não está "à beira do precipício, mas este [rebaixamento] foi um passo concreto nessa direção, em um momento em que outros países da América Latina, como o México, vão no sentido contrário, com elevação do *rating*". Mais ou menos...

Já para o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, mesmo sendo cético em relação à atuação e à credibilidade das agências de *rating*, o rebaixamento da nota brasileira provocará alguma instabilidade nos mercados. Ao lembrar a atuação das agências na pré-crise de 2008, o economista ponderou que não faz sentido elevar a nota do México e reduzir a nota do Brasil, já que, no ano passado, "crescemos mais do que o México. Então, apontar o baixo crescimento futuro como um problema não faz sentido". Tem razão. Comparando os dois pa-

íses, Belluzzo alega que a situação da economia brasileira, mesmo não sendo a desejável, é melhor do que a mexicana, assim como nossa política fiscal. Sem dúvida.

Segundo comunicado: notícias e panorama da infraestrutura na palavra de especialistas.

Relatório do Banco Mundial sobre o Índice de Desempenho Logístico de 160 países, divulgado em Washington na última quinta-feira, registra o recuo do Brasil da 45ª posição obtida em 2012 para a 65ª no ano passado. O índice classifica os países sob os vários aspectos do comércio, como a qualidade da infraestrutura, o sistema alfandegário, a pontualidade no embarque e a qualidade e competência logística.

Nesse recuo de 20 posições, o Brasil ficou atrás de outros países emergentes como a China (posição 28), a África do Sul (posição 34), o Chile (posição 42), o México (posição 50), a Índia (posição 54) e a Argentina (posição 60). Dos emergentes mais importantes, apenas a Rússia ficou atrás do Brasil, na posição 90. O melhor desempenho geral coube à Alemanha, seguida pela Holanda, Bélgica, Reino Unido e Cingapura. Os Estados Unidos obtiveram o 9º lugar.

Quanto à possibilidade de racionamento de energia – que continua a ser um dos assuntos do momento – a Medida Provisória 641, editada pelo Governo na última segunda-feira, dia 24, autoriza a contratação e venda de energia de usinas em atividade no mesmo ano da licitação, no leilão marcado para 25 de abril e destinado a reduzir a exposição das distribuidoras aos preços recordes da eletricidade no curto prazo. O objetivo do Governo é substituir os 3,3 mil megawatts médios que as distribuidoras estão sendo forçadas a comprar no mercado livre, por R\$822 o megawatt/hora, e também reduzir o impacto nas contas de luz em 2015.

Ao mesmo tempo, segundo portaria do Ministério de Minas e Energia publicada anteontem no *Diário Oficial da União*, as usinas termoeletricas só poderão vender eletricidade baseada na potência total instalada, e não a energia efetivamente gerada, ficando excluídas da disputa as usinas térmicas cujo custo operacional seja superior a R\$300,00 o megawatt/hora, assim como aquelas cuja venda mínima de geração seja superior a 50% da potência.

Em encontro recente com 13 economistas-chefes de grandes instituições financeiras, o Secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, e o de Política Econômica, Márcio Holland, explicaram o pacote de socorro às distribuidoras e deixaram claro que, para o Governo, não há risco de racionamento de energia elétrica. Na avaliação dos secretários, o que há é “um desequilíbrio financeiro de curto prazo causado pelo uso mais prolongado das térmicas devido à falta de chuvas”. Segundo a avaliação de um dos economistas presentes ao encontro, “não existe plano B. O Governo está apostando nas chuvas. Se elas não vierem, algo será pensado para 2015”.

Segundo relatórios do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), enquanto a participação das usinas hidroelétricas recuou de 91,2% para 79,2% de 2011 a 2013, a produção das térmicas cresceu de 8,4% para 19,8% no mesmo período. Em oito anos, a produção de energia no País por combustíveis fósseis, biomassa e reatores nucleares subiu 662%, conforme dados do ONS. Nos primeiros dois meses de 2006, a geração termoeletrica era de 2.575 megawatts médios e, no último mês, ela já tinha passado de 19.624 megawatts médios. Dos 51 mil megawatts de potência agregada ao sistema interligado nacional nos últimos 13 anos, 48% são provenientes de termoeletricas.

Na opinião do consultor Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), “o Brasil está cada vez mais dependente das termoeletricas [...]”. Todo mundo sabe. A energia gerada pelas termoeletricas já corresponde hoje a 20% do consumo elétrico nacional.

O Presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, sugere que os novos projetos de geração térmica sejam mais robustos, mas com custos finais mais baixos. Diz ele: “Atualmente, cerca de metade das usinas são de baixo investimento inicial, mas com despesa operacional mais cara. Essa situação obriga à ligação de cada vez mais unidades.” O custo operacional das térmicas está estimado em R\$1,3 mil o megawatt médio. Enquanto as hidrelétricas geram 1 megawatt/hora a R\$30,00 em média, o mesmo custo para as termoeletricas é de R\$200,00, chegando até R\$500,00. E para 42% dessas usinas, o custo médio passa de R\$200,00 o megawatt/hora.

Por sua vez, o Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, voltou a afirmar que o emprego de termoeletricas não deve recuar e sua participação no abastecimento nacional deverá crescer e se consolidar nos próximos anos, pois “essas usinas não são mais simplesmente de reserva, são parte do arranjo estrutural do sistema”.

O Presidente da Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidrelétricas (AbraPCH), Ingo Pugnali, disse que “se as autoridades não dificultassem tanto a expansão de fontes renováveis, as termoeletricas só seriam usadas nas emergências”.

Na realidade não são as autoridades de Governo que estão dificultando a expansão das fontes renováveis. São dificuldades de ordem dessas fiscalizações sistemáticas que vêm sendo feitas e com as consequentes paralisações, que independem da ação do Governo.

A Associação encaminhou à diretoria executiva da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e ao Tribunal de Contas da União (TCU) queixa formal contra a resistência do órgão regulador em aprovar pareceres para a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Segundo ele, o maior foco da resistência está na Superintendência de Gestão e Estudos Hidroenergéticos (SGH) da Aneel, cujas cobranças burocráticas retardariam projetos em pelo menos cinco anos.

Dados da Aneel dão conta da existência de cerca 1.160 propostas de novas Pequenas Centrais Hidroelétricas ainda por serem avaliadas, que acrescentariam mais 10,3 mil megawatts ao Sistema Interligado Nacional (SIN) nos próximos três anos. Mas, segundo Pugnaroni, há 640 projetos prontos para iniciar a operação, gerando 7 mil megawatts – quase meia Itaipu. Ele ressalta que, para esse tipo de usina, o único risco operacional é o hidrológico. Porém, em razão do pequeno porte, esse risco é bem menor que o verificado nas grandes usinas atualmente.

O executivo questiona a prioridade dada pelo Governo a grandes construções hidrelétricas, como as usinas do Norte, como Belo Monte, no Rio Xingu (PA), com custos estimados em R\$ 30 bilhões, e fortemente subsidiadas pela União. “Se as autoridades do setor elétrico não dificultassem tanto a expansão das fontes renováveis, as termoeletricas só seriam usadas nas emergências, sem gastar R\$32 bilhões para tentar evitar o apagão”, finalizou.

É um pessimismo brutal!

Na apresentação feita pelo Ministério de Minas e Energia, na semana passada, as associações do setor elétrico, o Governo contemplou um cenário em que choverá este ano 75% da média histórica e um recorde de 16.300 megawatts de usinas térmicas serão gerados até o fim do período seco. O nível dos reservatórios nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, que constituem a principal fonte de abastecimento do País, pode chegar ao fim de novembro com apenas 15,7% da capacidade máxima.

Isso faria o subsistema Sudeste/Centro-Oeste entrar na próxima temporada de chuvas, a partir de dezembro, com o pior índice de armazenamento já registrado desde 2000 – inferior ao volume de água estocado às vésperas do racionamento de energia de 2001.

Só que hoje nós estamos muito mais bem preparados para enfrentar um eventual prolongamento da estiagem.

Na apresentação, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) partiu da premissa, em todos os cenários simulados, que o volume armazenado estará em 34% no fim de abril, quando termina a temporada de chuvas. As simulações apresentadas deixaram o setor privado em alerta, apesar das declarações tranquilizadoras dadas após a reunião. O encontro foi pedido pelas associações do setor elétrico para aprofundar o diálogo com o Ministério. Como essas simulações também levaram em conta estiagens muito severas na Região Sul – onde as chuvas não têm desapontado –, elas foram classificadas pelo Governo como um cenário extremamente improvável. Isso se explica porque, até o corrente mês de março, a afluência na Região Sul atingiu 141% da média histórica. Em 1934, o ano do cenário mais pessimista, choveu 49% da média entre maio e novembro. No Sul, essa é a temporada de chuvas, ao contrário das demais regiões.

O engenheiro Mário Veiga, da Consultoria PSR, descreveu como “operação kamikaze” uma queda dos reservatórios a níveis próximos de 10% da capacidade. Para o especialista, há “sério risco de perda de controle operativo” caso esses níveis sejam atingidos. As hidrelétricas, segundo Veiga, não conseguiriam produzir a quantidade de energia fixada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico e, segundo relatório da PSR, “como consequência, poderia ocorrer um colapso de suprimento, como se fosse um blecaute geral que persistiria por várias horas e talvez até dias”.

Por outro lado, o Prof. Pedro Jacobi, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e do programa de pós-graduação em ciência ambiental, e especialista em governança ambiental e em recursos hídricos, acredita que a atual crise de racionamento de água em cidades de São Paulo e Minas Gerais exige que a infraestrutura seja repensada, que a gestão pública sensibilize as pessoas para lidar melhor com os recursos naturais e promova um melhor planejamento e investimento.

Na avaliação do especialista, “as pessoas não têm a percepção de que existem limitações reais, pois, para elas, a água sempre sai da torneira”. Este processo de “corresponsabilização”, afirma Jacobi, tem que ser contínuo, não apenas nos momentos de escassez. Ele acredita que há risco de o racionamento se alastrar no País, se não houver planejamento adequado e se a variabilidade climática for cada vez mais sistemática.

Ele defende que equipamentos sanitários mais eficientes deveriam inspirar políticas públicas e que o racionamento teria que atingir aqueles que mais consomem, assim como a política de preços: para ele, o grande nó encontra-se na incoerência de se cobrar daquele que tem pouco e cobrar muito pouco daquele que tem muito.

Na sua opinião, o Poder Público precisa tornar os cidadãos mais cientes de questões relacionadas aos recursos naturais. E vai por aí, essa coisa repetitiva, que já sabemos.

Uma boa notícia nos dá conhecimento de que quatro dos maiores exportadores de grãos no País – Bunge, Cargill, Maggi e Dreyfus, responsáveis por 70% das exportações – formaram uma empresa para disputar os leilões de ferrovias, tendo proposto ao Governo mudanças nas ferrovias que serão oferecidas como concessão federal.

Junto com a Estruturadora de Negócios Estação da Luz Participações (EDLP), as gigantes do agronegócio estão dispostas a construir e operar novas linhas férreas em Mato Grosso. O objetivo principal da nova empresa é o de atuar como transportadora independente de carga ferroviária. Tal modelo não existe no Brasil, mas será criado com base no novo modelo para ferrovias proposto pelo Governo.

O grupo apresentou ao Ministro dos Transportes, César Borges, uma proposta de mudança nas linhas a serem oferecidas como concessão federal, que prevê apenas um ramal em Mato Grosso. Após estudar 40 mil rotas de escoamento de grãos no País, o grupo concluiu como ideal encurtar a linha em 500km, mediante a construção de três ramais que levarão 98% da produção de soja, milho e farelo de Mato Grosso aos portos da Região Norte – em ligação com as hidrovias – o que vai baratear o frete em R\$40,00 por tonelada.

Por sua vez, o Ministro dos Transportes anunciou que o Governo vai aumentar a reserva criada para garantir a receita dos concessionários de ferrovia, hoje composta por títulos do Tesouro Nacional, no valor de R\$15 bilhões. Esse montante receberá novos aportes à medida que as concessões forem avançando.

Por fim, durante o lançamento do edital de licitação dos 43 quilômetros de extensão do Pedral do Lourenço, localizado entre as cidades de Santa Terezinha do Taurí e Ilha do Bogea, no Pará, a Presidente Dilma Rousseff afirmou que a remoção de pedras e rochas submersas no Pedral do Lourenço, no Rio Tocantins, acima das eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí, irá viabilizar uma das mais importantes hidrovias do País – a hidrovia do Tocantins. O edital foi lançado semana passada, durante cerimônia em Marabá.

Esse é um tema que sempre nos é trazido aqui, nesta Comissão, por S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro, que deve estar, de alguma forma, alentado com esse edital lançado pela Presidenta Dilma Rousseff na semana passada sobre o Pedral do Lourenço.

O último comunicado é sobre o Fórum Nacional de Infraestrutura.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura realizará, como já foi anunciado aqui algumas vezes, nos próximos dias 27 e 28 de março – portanto, a partir de amanhã –, o 1º Fórum Nacional de Infraestrutura – Soluções para o Desenvolvimento Brasileiro, oportunidade em que serão debatidas e apresentadas sugestões e propostas concretas para solucionar os principais gargalos da infraestrutura.

O evento tem como principais objetivos:

- 1) agregar os estudos e diagnósticos já feitos pela Comissão de Serviços de Infraestrutura e mobilizá-los para sua inserção nas agendas das políticas econômicas, sociais e de desenvolvimento;
- 2) criar novo espaço de mobilização periódica – no caso, anualmente – das principais competências técnicas sobre os diversos segmentos da infraestrutura; e
- 3) reforçar o suporte de qualificação ao planejamento das ações governamentais, ou seja, qualificar as políticas públicas.

Trata-se, portanto, de iniciativa no sentido de consolidar todas as discussões oriundas dos ciclos de audiências públicas promovidos pela Comissão de Serviços de Infraestrutura no biênio 2009/2010 e no ano de 2013. O primeiro ciclo tratou dos “Desafios Estratégicos Setoriais”. O segundo ciclo, realizado em 2013, denominou-se “Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do País”.

É importante realçar que a concepção do Fórum extrapola a simples discussão. Essa é uma fase que a Comissão já promoveu e esgotou por meio daqueles dois grandes ciclos de debates, quando foram realizadas 52 audiências públicas e ouvidos mais de uma centena de especialistas das áreas acadêmica, empresarial, de entidades especializadas e o do setor público. Além disso, a Comissão contou também com diversas outras audiências requeridas pelos Senadores, sempre tratando de temas específicos da infraestrutura.

Por isso, o foco, no momento, é o de propor soluções e apontar os caminhos para superar os desafios e preencher os déficits de nossa infraestrutura, exatamente com base nos extratos dos debates já realizados. Para tanto, os resultados consistirão desde a sugestão de novas políticas públicas e de medidas ou ações pontuais em cada setor, até a apresentação de proposições legislativas para aperfeiçoamento da legislação correspondente.

O Fórum está formatado em sete mesas-redondas, com a participação de reconhecidos especialistas, e divididas nos seguintes temas: 1) Transporte de Cargas, 2) Transporte de Passageiros, 3) Energia Elétrica, 4) Combustíveis, 5) Mineração, 6) Telecomunicações e 7) Saneamento, Abastecimento de Água e Irrigação.

Cada mesa-redonda contará com quatro a cinco convidados do respectivo segmento, dos quais um atuará como coordenador. Em duas das mesas – Energia Elétrica e Transporte de Passageiros – os trabalhos serão conduzidos por integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, S. Ex^{as}. os Senadores Delcídio Amaral e Acir Gurgacz.

Essas mesas-redondas acontecerão, paralelamente, nos plenários das Comissões Permanentes do Senado, na quinta-feira, portanto, amanhã, a partir das 14h e, na sexta-feira, a partir das 8h.

A abertura do Fórum será no dia 27 de março, amanhã, às 9h, no auditório do Interlegis, e contará com a presença de diversas autoridades, tendo já confirmada a presença de vários Ministros de Estado cujas pastas são ligadas aos setores da infraestrutura e do Presidente do Congresso Nacional, Senador Calheiros.

O encerramento será no dia 28, sexta-feira, depois de amanhã, às 14h, neste Plenário da Comissão de Infraestrutura, oportunidade em que serão apresentados os relatórios das mesas-redondas. Teremos ainda, no encerramento, a presença, como convidado especial, do Embaixador Rubens Barbosa, Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Os relatórios das mesas-redondas serão em seguida sistematizados e reunidos em um único documento, na forma de Relatório Final, a ser discutido e votado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, em sua reunião do dia 2 de abril, quarta-feira da semana que vem.

Assim, mais uma vez, desejo contar com a colaboração e a participação de S. Ex^{as} as Sr^{as}. e Srs. Senadores para o efetivo sucesso do evento, assim como dos internautas de todo o Brasil, que poderão acompanhar ao vivo os trabalhos de cada mesa-redonda e encaminhar suas sugestões e propostas aos especialistas, por meio do canal e-Cidadania, na página do Senado Federal.

Tenho certeza de que este 1º Fórum Nacional de Infraestrutura será de grande valia para ajudar o Brasil, a sétima economia do mundo, a sair da 65ª posição no Índice de Desempenho Logístico divulgado recentemente pelo Banco Mundial, como já anunciado aqui, e que apura a logística de 160 países em várias dimensões do comércio. Certamente é um dado preocupante e o Congresso Nacional, dentro de suas atribuições constitucionais, tem o dever de auxiliar o Governo a implantar, em definitivo, uma infraestrutura brasileira ampla, diversificada e eficaz. E é isso o que nós, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, estamos fazendo neste momento.

Iniciando a pauta de nossa reunião do dia de hoje:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 18, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor MÁRIO POVIA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: José Pimentel

Relatoria Ad Hoc: Senador Wilder Moraes

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

– No dia 19 de março de 2014 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria nos termos do Ato nº 1, de 2009-CI

(redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 19, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Autoria: Presidente da República

Relatoria: Jayme Campos

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

– No dia 19 de março de 2014 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria nos termos do Ato nº 1, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI).

Convido para que tomem assento à mesa os Srs. Mário Povia e o Sr. Fernando José de Pádua Costa Fonseca, indicados ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), desejando-lhes as melhores boas vindas em nome dos integrantes da Comissão.

Informo aos senhores indicados que o tempo destinado para a exposição será de 15 minutos, com a tolerância habitual de mais cinco minutos.

Passo a palavra, para iniciarmos as sabatinas do dia de hoje, ao Sr. Fernando José de Pádua Costa Fonseca.

O SR. FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA – Bom dia a todos.

Inicialmente, gostaria de cumprimentar S. Ex^a o Presidente desta Comissão, e, por intermédio de S. Ex^a, eu gostaria de transmitir os meus cumprimentos aos Senadores desta egrégia Comissão.

Eu também gostaria de registrar os meus sinceros agradecimentos ao Ministro Antonio Henrique, que juntamente com a Excelentíssima Presidente da República, Dilma Rousseff, encaminhou meu nome a esta Casa para aprovação e deliberação dos senhores.

Militando no setor há aproximadamente 30 anos, de forma ininterrupta, desde quando me formei, e sendo, com muito orgulho, pertencente ao quadro técnico da agência, admitido mediante concurso público realizado em 2005 e tendo o privilégio de ter participado da instalação da agência em 2002, por conta da edição da Lei 10.233, de 2001, sinto-me extremamente honrado e ao mesmo tempo comprometido com o setor.

O cargo de Diretor da agência reguladora, ou seja, que regula e fiscaliza o setor aquaviário, que envolve subsetores hidroviários, de navegação marítima e portuário, sem dúvida alguma é de vital importância para a economia do País.

Só para conhecimento dos senhores, através do modal marítimo, transitam 98% de nossas exportações.

Ano passado, a título de exemplificação, o setor portuário movimentou 931 milhões de toneladas de carga. Vocês podem imaginar a teia de relações econômicas, enfim, comerciais, por trás desses números, gerando riqueza, ou melhor, impostos, emprego, riqueza, ou seja, é um setor vital para a economia do País, consequentemente para a sociedade a qual os Srs. Senadores bem representam aqui nesta Casa.

Então, é com muito orgulho que a gente se submete aqui à apreciação desta egrégia Comissão.

Para facilitar e, principalmente, observar o tempo estabelecido aqui pelo Presidente, eu gostaria, de forma muito sintética, de abordar a atuação da agência, nos termos da lei de sua criação, procurando fazer o *link* em relação a cada um dos setores que ela regula e fiscaliza, mostrando o que já foi feito e o que pretendemos fazer no caso de obtermos a aprovação, o referendo desta Casa.

Inicialmente, só para contextualizar, nossa agência hoje dispõe de um quadro técnico altamente especializado, composto de 360 servidores. Com a perspectiva de um próximo concurso que se avizinha, devemos complementar nosso quadro no sentido de contar com uma força de trabalho de 500 servidores, não só lotados na própria sede localizada aqui em Brasília, como também distribuídos ao longo de 14 escritórios regionais, que, em última análise, são o braço de fiscalização da nossa agência junto ao setor regulado.

Ou seja, a agência atua precipuamente na regulação e fiscalização do setor, isto é, regulando e fiscalizando as atividades dos entes econômicos e eventualmente públicos que lá operam. Diferentemente de um órgão como, por exemplo, o DNIT, que é responsável pela execução direta de obras e intervenções no setor de infraestrutura como um todo, a agência, apesar de não fazê-lo, mas, através de uma série de mecanismos normativos e de uma série de iniciativas, como a realização de estudos técnicos altamente gabaritados, fornece as ferramentas necessárias para que esses investimentos, essas ações em prol do setor se desenvolvam e, de forma profícua, atendam ao mercado e, consequentemente, à sociedade.

Então, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, eu gostaria de falar de forma muito sintética e bem objetiva em relação a cada um dos subsetores em que a agência atua, na perspectiva das propostas de encaminhamento que a gente pretende adotar doravante, no caso de ser devidamente chancelado por esta egrégia Casa.

Inicialmente, eu gostaria de destacar o subsetor hidroviário. Acho que dispensa maiores comentários a enorme vocação que nosso País tem para realmente melhorar essa matriz. É um País de dimensões continentais em que, sem dúvida alguma, o modal hidroviário se encaixa como uma luva – permitam-me usar esse termo. Por quê? Por nós sermos um País de dimensões continentais e por, eventualmente, sermos obrigados, vamos dizer assim, a escoar cargas de baixo valor agregado, mas que têm uma importância vital para a balança comercial brasileira. O modal hidroviário, sem dúvida alguma, aplica-se como o mais adequado e eficiente para a matriz de transportes, sem falar na questão da sustentabilidade ambiental efetivamente atrelada ao modal.

Dentro dessa ótica, a agência tem desenvolvido uma série de estudos. Eu poderia até citar um que, sem dúvida alguma, é bastante interessante, que é o PNIH (Plano Nacional de Integração Hidroviária), no qual foi feito todo um mapeamento georreferenciado, com a inclusão de estudos de demanda, com a indicação de gargalos, de pontos carentes de intervenções de engenharia, enfim, com uma série de informações e de subsídios extremamente interessantes para o estabelecimento da política setorial.

Eu também gostaria de destacar um estudo recentemente feito relacionado ao setor, envolvendo um diagnóstico da situação de transporte de passageiros na Amazônia. Como todos sabem, naquela região, os rios são as estradas que atendem a população. Consequentemente, esse diagnóstico foi muito importante no

sentido – volto a repetir – de estabelecer uma série de sugestões. Esse estudo, inclusive, foi feito em parceria com a Universidade Federal do Pará, para justamente auxiliar os órgãos competentes na sua política setorial, inclusive no nível de investimentos. O estudo foi muito interessante no sentido até de se definirem as linhas de transporte que lá operam. Inclusive, incorporamos até as linhas estaduais. Como todos sabem, a agência regula o transporte aquaviário interestadual ou, eventualmente, internacional. O transporte estadual e municipal se encontra sob a esfera estadual, mas, mesmo assim, tendo em vista a relevância do tema para a sociedade, a agência achou por bem estender isso e, conseqüentemente, estabeleceu um diagnóstico bastante interessante.

Isso serve como exemplo para os senhores da forma proativa com que a agência se porta em prol do mercado a ser regulado. No setor hidroviário, existem algumas demandas que a agência vem tratando e discutindo, em prol do seu desenvolvimento, a exemplo do PL nº 5.335, de 2009, de autoria do saudoso Senador Eliseu Resende. Estamos discutindo a questão do uso múltiplo das águas. A agência tem participado ativamente desse processo. Isso vai ser muito interessante, porque, de forma objetiva, nos termos da lei a ser editada, nós vamos definir, de forma muito precisa, as responsabilidades e as competências, que, de certa forma, são sobrepostas, envolvendo o setor de energia, o setor energético, bem como o setor de transportes, no sentido de facilitar efetivamente a realização, a implantação de obras de transposição de nível, no caso as eclusas, que é uma das formas de transposição de nível.

Enfim, é um setor que, sem dúvida alguma, traz enormes perspectivas para o País. Com certeza, em função dos estudos que vêm sendo desenvolvidos, das perspectivas de empreendimentos que vêm se avizinhandos, a gente espera para os próximos anos um *input* bastante considerável a respeito.

Temos algumas dificuldades localizadas a exemplo da questão ambiental. Hoje ainda existe uma discussão intensa sobre a definição clara a respeito das responsabilidades em relação a quem deverá licenciar essas obras. E os senhores sabem, obviamente, que hidrovias envolvendo a região da Amazônia, como também do Rio Paraguai, têm um forte apelo ambiental. Então, essa questão, em muitos casos, de certa forma, cria algumas dificuldades para fins de agilização do processo.

Temos outras questões também que já são mais complexas, que eventualmente poderiam até ser discutidas aqui nesta Casa, envolvendo alguns dispositivos constantes da Lei de Crimes Ambientais e que eventualmente podem gerar dificuldades para fins de licenciamento.

Existem alguns dispositivos na Lei nº 9.605/98 que objetivamente impõem responsabilidades criminais ao técnico licenciador, por exemplo. Isso aí, de certa forma, cria um certo temor desses licenciadores, e, com isso, os níveis de exigência apresentados por ocasião desses licenciamentos são, em muitos casos, talvez até exagerados. É aquela história: com base no princípio da precaução, esses licenciamentos, de certa forma, são retardados e inibidos de investimentos.

Bem, no setor de navegação marítima, conforme falei para os senhores anteriormente, 98% das nossas exportações transitam pelo modal marítimo. Logo, é de importância vital também para a nossa sociedade.

A lei que regulamenta o setor, a Lei nº 9.432, de 1997, estabelece o rol, o raio de atuação da agência reguladora, ou seja, a navegação marítima de longo curso, de cabotagem, de apoio marítimo – que, hoje, por conta das perspectivas do pré-sal, vem sendo muito demandada, com perspectiva de enorme crescimento no futuro – e de apoio portuário. Ou seja, são ações que, sem dúvida alguma, a agência vem, através de seus normativos...

(*Soa a campanha.*)

O SR. FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA –Recentemente, nós fizemos uma revisão geral desses normativos no sentido de tornar célere o processo de outorga de empresas brasileiras de navegação, nos termos da lei anteriormente mencionada aos senhores, justamente para propiciar a proliferação de novas empresas brasileiras nesse mercado extremamente auspicioso, principalmente tentando coibir algumas dificuldades de ordem operacional.

Dentro dessa linha, eu gostaria de registrar uma iniciativa bastante interessante que foi implantada na agência em meados do ano passado. Nós implantamos o Sistema Sama (Sistema de Afretamento na Navegação Marítima e de Apoio). Até então, o sistema era extremamente arcaico, “dinossáurico”, melhor dizendo. Uma proliferação enorme de papéis, faxes, enfim, de certa forma isso depunha, vamos dizer assim, contra o bom senso e, principalmente, contra uma empresa que precisa atuar de forma proativa e célere nesse mercado extremamente competitivo e importante para o País. E com a perspectiva, que é o mais importante, da transparência do processo, ou seja, essa é uma condição *sine qua non* para que seja observado por todos aqueles que tratam a coisa pública.

Então, esse processo Sama é um processo de afretamento automatizado, informatizado, que facilita e vem sendo bastante eficiente, logicamente carecendo de alguns ajustes, que já foram detectados. E certamente, se nós tivermos oportunidade de continuar na agência a partir do referendo dos senhores, deveremos implementar no sentido principalmente de evitar e minimizar eventualmente o desvirtuamento por parte de

alguns *players* que atuam no mercado, principalmente no que se refere à cabotagem. Essa cabotagem hoje é restrita à navegação, às empresas brasileiras de navegação, mas, eventualmente, na ausência de embarcações de bandeira brasileira, podem e devem se valer do afretamento de embarcações estrangeiras. Daí o porquê do Sistema Sama, sua importância dentro desse contexto.

A navegação de cabotagem é muito importante. Nós temos uma costa que gira em torno de 8,5 mil quilômetros, salvo engano. As principais instalações portuárias se situam ao longo da nossa orla. As perspectivas para esse crescimento, de acordo com nossa opinião, são irreversíveis. Por exemplo, como fator que comprova essa tese, eu citaria o crescimento irreversível das grandes embarcações de longo curso que aportam em nossos portos. Então, não existe razoabilidade minimamente econômica de se imaginar que essas grandes embarcações irão escalar todos os portos ao longo da costa. A tendência é que, a partir de determinados portos concentradores distribuídos ao longo do nosso litoral você se valha obrigatoriamente da navegação de cabotagem, através do *fit service*, e, para isso, é importante que também sejam implementadas algumas medidas em prol desse desenvolvimento.

A Lei do Caminhoneiro também é outro fator, por incrível que pareça, importante em prol da cabotagem. Por quê? Porque uma das dificuldades que o modal tinha era em relação à questão do tempo de oferecimento do serviço contratado. Tendo em vista essas exigências que passaram a ser agora estabelecidas para o transportador rodoviário, é mais um *plus* em prol da cabotagem, sem falar em outros pontos, alguns deles até de ordem institucional, que certamente vêm e devem ser atacados de frente. E todos esses pontos já foram devidamente diagnosticados pela nossa área técnica na agência reguladora. Certamente, se nós tivermos o privilégio de ser guindados ao cargo de diretor da agência reguladora, deveremos também implementar.

Bem, com relação ao setor portuário, de forma bem objetiva, a Lei nº 12.815, de 2013, deu um outro cenário. Quer dizer, o objetivo principal foi justamente eliminar, elidir uma série de questões que certamente inibiam investimentos, principalmente investimentos do setor privado. Então, dentro dessa linha, ou seja, apesar de a Lei nº 8.630 ter garantido um enorme avanço ao setor portuário, já a partir do estabelecimento da possibilidade da operação do comando único, através de operadores privados, em função de alguns dispositivos constantes na 8.630, ela certamente inibiu, interferiu no desenvolvimento do setor, principalmente em nível de aporte de investimentos privados. Então, essa lei realmente veio nesse sentido.

Enfim, o assunto é muito denso. Eu, até para cumprir rigorosamente o prazo estabelecido por V. Ex^a, me disponho a, por ocasião do debate, entrar nos detalhes a partir das indagações que os Srs. Senadores, com toda competência, farão a este servidor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Fernando José de Pádua Costa Fonseca, indicado para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu queria solicitar à Presidência, capitaneada por V. Ex^a, Presidente Collor, que nós abrissemos o processo de votação, tendo em vista que muitos Senadores, evidentemente, passarão por aqui, assinarão a presença, mas todos nós teremos que participar de outras Comissões.

Nesse caso, como já ouvimos aqui a fala do indicado, o Dr. Fernando, V. Ex^a poderia abrir o processo de votação enquanto aguarda, naturalmente, a exposição que vai ser proferida aqui pelo Dr. Mário Povia.

Então, faço essa solicitação de, se possível, nós já abirmos o processo de votação para a indicação do Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB – AL) – Consulto as Sr^{as} e os Srs. Senadores sobre a solicitação formulada por S. Ex^a o Senador Jayme Campos, de nós darmos início ao processo de votação dos indicados.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Declaro aberto o processo de votação para as Mensagens do Senado Federal nºs 18 e 19, de 2014.

Informo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que as cédulas para votação encontram-se aqui na mesa à disposição de S. Ex^{as}.

Dando continuidade às sabatinas do dia de hoje, passo a palavra ao Sr. Mário Povia, para fazer a sua exposição.

O SR. MÁRIO POVIA – Ex^{mo} Sr. Senador Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Presidente Fernando Collor; Ex^{mo} Sr. Relator, Senador José Pimentel; Ex^{mas} Sr^{as} Senadoras e Senadores integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal e demais presentes, foi com grande

honra que recebi a notícia da indicação de meu nome por parte da Excelentíssima Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff para compor a diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Integro os quadros da Agência há pouco mais de oito anos, quando fui nomeado no cargo de especialista em regulação por meio de concurso público.

Antes de falar da trajetória da Antaq ao longo dos últimos anos, gostaria de dizer que ocupo interinamente a Diretoria da Agência há cerca de um ano e meio, a exemplo do meu colega Dr. Fernando Fonseca, que aqui se pronunciou, sendo que até bem pouco tempo atrás dividíamos as funções com o Ministro Pedro Brito, fato que muito me orgulhou.

A agência é hoje referência na produção de dados estatísticos do setor aquaviário nacional. Dificilmente V. Ex^{as} encontrarão algum trabalho denso sobre o setor que, em determinado momento, não apresente um gráfico ou um dado estatístico tendo como fonte primária a Antaq.

Também muito nos orgulha a qualidade da interlocução que a agência mantém com o setor regulado. Sabemos que é inerente à atividade regulatória a existência de conflitos de interesse entre usuários, prestadores de serviço e o próprio Poder Público, mas nossa Agência permeia bem com todos os atores desse processo e, hoje, posso lhes dizer, com absoluta convicção, que desfruta do respeito de todas essas instâncias.

Com um quadro de servidores dotado de grande *expertise*, a Antaq encontra-se atualmente em um círculo virtuoso. Reputo que conseguimos atingir uma condição de melhoria constante de nossa atividade, a partir da implementação de nosso Planejamento Estratégico, o que não significa em absoluto que não tenhamos no que melhorar.

No âmbito da governança e da transparência, observa-se a total aderência dos procedimentos da agência à Lei de Acesso à Informação. Nossas reuniões de diretoria são transmitidas em tempo real pela Internet e a pauta correspondente divulgada com antecedência.

Os cenários de curto e de médio prazo são desafiadores e demandarão do corpo técnico da agência inspiração e muita transpiração, essa aliás, já vem sendo a tônica dos últimos anos, desde que o novo marco regulatório para o setor portuário começou a esboçar seus primeiros contornos e para o qual tivemos a honra de prestar nossa contribuição.

O grande desafio da atividade regulatória é assegurar a prestação do serviço adequado, cujo conceito envolve a entrega dessa contraprestação à sociedade, considerando aspectos de regularidade, continuidade, segurança, eficiência, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade tarifária.

O cidadão, como usuário, tem o direito de receber os serviços nessas condições. O prestador tem a obrigação de entregar o serviço correspondente, sendo remunerado a um preço justo. O Governo, por sua vez, tem a atribuição de conduzir esse processo dentro de uma política pública preestabelecida, e é a partir desse cenário que começa o trabalho da agência reguladora, no sentido de viabilizar todos esses interesses em prol do Estado.

Qualquer desarranjo nessa equação demandará uma ação concreta do órgão regulador. Exsurge, dessa lógica, o fato de as agências reguladoras serem órgãos de Estado e não de Governo.

Propiciar um ambiente que contemple segurança jurídica e estabilidade regulatória, bem como assegurar à sociedade a prestação do serviço adequado é a razão de ser de uma Agência Reguladora. Para isso editamos normas e realizamos as fiscalizações.

Zelar pela preservação de um mercado competitivo, mitigando assimetrias, combatendo o abuso do poder econômico, carreando esforços para que a atividade seja atrativa e viável a investimentos, são pontos inafastáveis da boa prática regulatória, que deve ainda cuidar da implementação de políticas públicas formuladas em âmbito ministerial.

O Brasil possui atualmente ferramentas de planejamento das quais jamais dispôs. O Plano Geral de Outorgas, o Plano Nacional de Logística e Transportes e o Plano Nacional de Logística Portuária, são exemplos disso.

Temos hoje, devidamente mapeada, a matriz de origem e destino de cargas. Dispomos de estudos de alta qualidade acerca da distribuição da matriz de transporte existente e metas fixadas para a matriz desejada no curto e médio prazo, indicando-nos as distâncias ideais para uso dos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário, que não necessariamente são concorrentes entre si, na medida em que podem conviver harmonicamente, operando de forma complementar e sinérgica e com viabilidade econômica.

Não faz sentido, Srs. Senadores, que mercadorias procedentes do sul do Brasil, com destino à Região Nordeste, por exemplo, sejam transportadas na carroceria de um caminhão em vez de seguir no porão ou convés de uma embarcação.

A navegação de cabotagem no Brasil tem que ser estimulada, sob pena de toda a sociedade arcar com os custos de nossa inoperância ou ineficiência. Somos responsáveis por cada centavo pago a mais nas gôndolas dos supermercados em razão de uma logística inadequada.

A burocracia tem se mostrado como importante impedância para o desenvolvimento da navegação de cabotagem no Brasil. A necessidade de viabilizarmos a chamada operação Porta a Porta por parte de operadores logísticos multimodais é urgente. Para isso devemos carrear nossos esforços para dispormos de terminais ou de estruturas específicas destinadas a atender essa modalidade de transporte.

A desoneração tributária neste setor é outra medida que se mostra necessária. Temos um diagnóstico claro do que é necessário, precisamos tratar agora de ações objetivas. E aqui faço um aparte para o evento que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura realizará amanhã e depois de amanhã, I Fórum de Infraestrutura, com o tema cabotagem na pauta.

A criação no bojo do novo marco regulatório da Comissão Nacional das Autoridades nos Portos – Conaportos, já está se debruçando sobre a questão da burocracia, visando à obtenção de ganhos sinérgicos entre as diversas autoridades que atuam nos portos. O Porto Sem Papel, projeto desenvolvido pela SEP, também contribuirá para a redução da burocracia no setor.

Para se ter uma ideia, Excelências, do número de autoridades intervenientes no porto, eu cito aqui, como exemplo, a Receita Federal, a Polícia Federal, a Vigilância Sanitária, a fiscalização agropecuária, a Capitania dos Portos, a Autoridade Portuária, além dos entes privados, operadores portuários, armadores, agências marítimas, transportadores e consignatários de mercadorias.

A propósito da Conaportos, gostaria de citar uma das primeiras medidas tomadas pelo colegiado no sentido de assegurar que as autoridades federais estejam com suas estruturas em funcionamento 24 horas por dia no âmbito dos portos organizados.

Já detectamos nas fiscalizações da Antaq uma série de terminais portuários que não seguem tal rotina, sobrecarregando as infraestruturas viárias. A Antaq atuará efetivamente para que esses terminais operem em regime integral, respeitando, inclusive, cláusulas contratuais neste sentido.

Muito se fala na espera das embarcações para atracar nos terminais, incorrendo no chamado custo de *demourage*, contudo, é importante que se cite os gargalos que se vem enfrentando nos acessos terrestres aos portos organizados.

Recentemente uma verdadeira força-tarefa tendente a minimizar os gargalos no escoamento da safra no Porto de Santos foi instituída. A criação de pátios de triagem e o agendamento para recepção de veículos nos terminais vêm se constituindo em medida eficaz para o escoamento da safra de grãos. Cito aqui ações da Secretaria de Portos, do Ministério dos Transportes, do Governo do Estado de São Paulo, das Prefeituras de Santos, Guarujá e Cubatão, bem como da Polícia Rodoviária e da ANTT nesse processo, além, evidentemente, da Antaq.

Reforça-se, aqui, a necessidade de o porto operar 24h por dia, na medida em que se constata que as vias de acesso e os pátios de triagem operam sobrecarregados no horário comercial, ficando ociosos à noite e nos finais de semana. Foi no bojo dessa ação que a Antaq instalou, no Porto de Santos, o primeiro de uma série de postos avançados de fiscalização, que já está atuando ativamente e atuando aqueles terminais que descumprirem as determinações.

Chamo a atenção de que a Antaq recebeu a incumbência de fiscalizar terminais portuários arrendados e os operadores portuários somente com a edição do novo marco regulatório para o setor portuário.

A propósito da novel legislação para o setor, gostaria de pinçar alguns pontos que impactaram a modelagem de exploração de arrendamentos e outorgas de terminais privados. Dizer a V. Ex^{as} que a novel legislação para o setor andou bem ao tratar do tema de forma holística e estruturada. O novo marco está alicerçado em um tripé que envolve a redução do chamado custo Brasil, um choque de oferta de infraestruturas portuárias e a melhoria da gestão portuária.

A licitação de mais de uma centena de arrendamentos portuários, o término da exigência de movimentação de cargas próprias para os terminais privados e a possibilidade de prorrogação antecipada dos contratos de arrendamento em vigor mediante a realização de investimentos proporcionarão um verdadeiro choque de oferta de infraestruturas portuárias.

Destaco aqui o esforço empreendido pela agência no sentido de revisar todo o seu arcabouço normativo, adequando-o ao novo marco, buscando preservar os contratos, na qualidade de ato jurídico perfeito, objeto de tutela permanente por parte da Antaq.

No âmbito da busca pela redução do chamado custo Brasil, importante observar a modalidade de licitação de arrendamentos portuários, cabendo ao vencedor do certame oferecer maior capacidade de infraestrutura, em vez do maior valor de outorga, critério utilizado anteriormente, o que onerava o empreendedor antes mesmo de iniciar as suas atividades.

Cabe destacar, ainda, a implantação do Programa Nacional de Dragagem (PND), na sua segunda versão, cujos resultados permitirão a recepção, pelos terminais, de embarcações de maior porte, aumentando o nível de consignação com a consequente e imediata redução no valor dos fretes. Sobre este ponto em particular,

há que se observar as recentes estatísticas de movimentação de cargas no Porto de Santos, um dos principais do País, que vem acumulando sucessivos recordes de movimentação com redução no número de atracações. Isso, por si só, Excelências, já é resultado; é a materialização de ganhos de eficiência no setor portuário.

Da leitura crua da novel legislação, talvez não esteja suficientemente clara a questão envolvendo a melhoria da gestão portuária. Isso porque o tema envolve mais uma medida administrativa do que propriamente legislativa. Tive a oportunidade de integrar o Grupo de Trabalho que está tratando do tema em âmbito interministerial, visando à formulação de uma série de medidas tendentes a dotar as Companhias Docas de uma melhor estrutura para fazer frente às suas missões institucionais.

A elaboração de novos estatutos, de um contrato de gestão contemplando metas e prioridades, o estabelecimento da remuneração variável para os dirigentes, a possibilidade de utilização do Regime Diferenciado de Contratações e a adequada provisão de recursos financeiros e humanos tendem a propiciar uma gestão mais eficiente por parte daquelas autoridades portuárias.

Uma visão integrada do sistema portuário nacional, como elo de uma cadeia logística, fez com que investimentos federais fossem carreados para uma série de projetos correlatos. Destaco aqui a duplicação de uma série de trechos de rodovias federais que acessam os mais diversos portos, intervenções pontuais em acessos terrestres locais e a construção de vias perimetrais, desviando o tráfego de veículos pesados das áreas urbanas dos Municípios, bem como o investimento em ferrovias, que cortarão o País de norte a sul e de leste a oeste, integrando as malhas existentes.

A alteração do regime regulatório de exploração da malha ferroviária é outra medida tendente a elevar o patamar de eficiência dessas importantes estruturas para o escoamento de cargas.

É preciso diminuir as perdas na cadeia logística, o que fará com que o produtor, no campo, seja mais bem remunerado e que os preços dos produtos nas gôndolas dos supermercados sejam reduzidos.

São, portanto, Excelências, medidas em curso, com períodos de maturação distintos – é verdade –, mas que me fazem ter uma visão bastante otimista com relação ao futuro do setor portuário nacional, bem assim da logística integrada.

Embora a atividade portuária seja a que mais demande a estrutura da Antaq, é preciso que se diga das competências da Agência nas áreas ligadas à navegação interior e marítima. O compromisso da Antaq com o desenvolvimento do setor hidroviário nacional mostra-se cada vez mais presente. Na estrutura atual da Agência, dispomos de uma superintendência voltada exclusivamente para a navegação interior. Se, de um lado, já verificamos significativos avanços na movimentação de cargas escoadas pelos rios brasileiros, certo é que muito ainda se está por fazer.

Vemos com muito otimismo os avanços na licitação das obras de derrocagem do Pedral do Lourenço, assunto seguramente conhecido por V. Ex^{as}.

Outro ponto merecedor de destaque refere-se à construção de barragens nos rios brasileiros, visando à geração de energia, que, muitas das vezes acabam por inviabilizar a navegação em determinados trechos. É imperioso que os projetos de construção de usinas prevejam, na sua origem, a construção de sistemas de eclusagem, permitindo a navegação na região e respeitando o uso múltiplo das águas. A Antaq participa de discussões no âmbito do projeto de lei que tramita nesta Casa e no Congresso Nacional.

A Agência cuidou ainda de elaborar estudos acerca dos principais corredores hidroviários existentes em nosso País. Denominado Plano Nacional de Integração Hidroviária, o PNIH é mais uma ferramenta colocada à disposição de órgãos governamentais e da sociedade, com vistas a orientar políticas públicas, investimentos em obras e logística, visando à utilização racional e orientada desse valioso ativo, até então subutilizado em nossa matriz de transporte.

Tratamos pontualmente das bacias Amazônica, do São Francisco, do Tocantins-Araguaia, do Paraguai, do Paraná-Tietê e da Bacia do Sul. A pujança do agronegócio brasileiro clama por uma estrutura logística adequada, sobretudo na Região Norte e na Região Centro-Oeste do País. Refiro-me ao escoamento de grãos pelo chamado Arco Norte, que, inclusive, aliviará a forte demanda na movimentação dessas cargas nos portos do Sul e Sudeste do País, fazendo com que nossas *commodities* agrícolas se tornem mais competitivas no mercado internacional e o produtor rural possa, enfim, se apropriar de maiores ganhos.

Projetos na região de Santarém, Miritituba, Santarenzinho, Barcarena, Outeiro e ainda nos portos de Santana, no Amapá, e Itaqui, no Maranhão, inauguram as iniciativas de investimentos portuários na região nessa nova etapa.

Não menos importante é o tema envolvendo a qualidade dos serviços prestados na movimentação de passageiros na Região Norte. Regular e fiscalizar essa atividade é, antes de tudo, assegurar àquela população condições de dignidade humana. Temos plena consciência do que representa o transporte hidroviário de passageiros na região, eis que se trata, na realidade, das estradas d'água. Disponibilizar instalações que ofereçam

minimamente condições de segurança e conforto àquela população está na matriz de prioridade no âmbito do planejamento estratégico da Agência.

É cediço que a regularização de uma série de terminais visando à obtenção de outorga junto à Agência tem-se mostrado de difícil viabilização, na medida em que os interessados têm que comprovar a titularidade da área, questão quase que intransponível na maioria dos casos, dados os problemas fundiários que assolam a Região Norte do País. Diante disso, logramos êxito em inserir em nossas normas de outorga a figura do registro, que se de um lado não representa uma outorga em sentido estrito, de outro lado possibilitará que cheguemos a essas instalações com nossas atividades de regulação, ainda que básicas em um primeiro momento.

Eu gostaria de explicar aqui a S. Ex^a o Presidente Collor que a gente acabava não fiscalizando algumas instalações que não conseguiam obter outorga da Agência: fiscalizávamos os outorgados e não fiscalizávamos os “clandestinos”. Isso vai permitir que a gente chegue com uma fiscalização, com uma regulação um pouco mais forte nesses terminais.

Também na área de transporte regular de passageiros, a Antaq produziu recentes estudos, dessa feita com a cooperação da Universidade do Pará, que, igualmente, poderá subsidiar políticas públicas locais e de âmbito nacional para aquela atividade. Um adequado mapeamento dessas instalações rudimentares tenderá, inclusive, a fornecer subsídios para uma política pública de construção de pequenos portos fluviais, a exemplo daqueles construídos recentemente no Estado do Amazonas.

Na área de navegação marítima e de apoio, a Antaq atua como poder concedente das outorgas das empresas brasileiras de navegação e também é responsável pelas autorizações de afretamento, além de fazer a representação do Brasil junto a organismos internacionais. A área de apoio marítimo tem uma forte ligação com a exploração de hidrocarbonetos na costa brasileira, atendendo uma série de estruturas *offshore* vinculadas à produção de óleo e gás. Com o advento da chamada camada do pré-sal, essa atividade da Agência encontra-se muito demandada – esse assunto, inclusive, o Dr. Fernando Fonseca abordou aqui com profundidade, há pouco.

A exemplo da navegação interior, a navegação marítima também possui, na estrutura da Antaq, uma superintendência exclusivamente dedicada a este setor.

Já comentamos aqui questões envolvendo a navegação de cabotagem, mas dos temas afetos à navegação de longo curso e afretamento, caso tenhamos o nosso nome aqui aprovado aqui por esta Casa, temos intenção de desenvolver uma regulação mais forte no âmbito da Agência.

Destaco a entrada em funcionamento do Sistema de Afretamento na Navegação Marítima de Apoio (Sama), ferramenta que veio sistematizar o procedimento de circularização, gerando mais eficiência, segurança e transparência.

Excelências, evidentemente, que não há tempo para abordar aqui todos os assuntos, mas eu não posso concluir sem antes comentar da área de fiscalização, que, no bojo das discussões em nosso planejamento estratégico, também ganhou o *status* de superintendência.

Nossas normas de fiscalização em processo administrativo já se encontram devidamente revisadas e aprovadas em consonância com o novo marco regulatório. Os manuais de procedimento estão prontos e deverão orientar nossas equipes de fiscalização a realizar um trabalho homogêneo, de norte a sul do País, de forma objetiva e célere, visando dar efetividade aos respectivos procedimentos.

A Antaq dispõe, atualmente, de 14 unidades regionais, que, em última análise, são as responsáveis pela realização das fiscalizações. Encontram-se instaladas em Corumbá, Porto Velho, Manaus, Belém, São Luiz, Fortaleza, Recife, Salvador, Vitória, Rio, São Paulo, Paranaguá, Florianópolis e Porto Alegre. Nessas unidades, contamos com servidores que compõem um quadro técnico de alto nível, plenamente capacitados para enfrentar os novos desafios impostos à Agência.

Antes do novo marco, nosso universo de entes fiscalizados totalizava 786; agora, são 1.273 – um aumento de 62%, consubstanciados em arrendatários e operadores portuários, cuja competência passou à atribuição da agência no âmbito da novel legislação.

Com a realização de nosso concurso público, recentemente aprovado, assimilaremos esse aumento de demanda mantendo a qualidade das fiscalizações realizadas. Mostra-se imprescindível, em face das novas competências da Agência que nossa equipe de fiscalização frequente, de forma perene, o cais dos portos organizados. Em razão disso, vamos instalar postos avançados de fiscalização no âmbito dos principais portos brasileiros. Conforme abordado, já o fizemos em Santos, de forma antecipada, no bojo do engajamento de medidas de escoamento da safra naquele porto.

Gostaria de citar o convênio firmado com a ANTT, visando a uma fiscalização sinérgica junto aos operadores dos ramais ferroviários que se encontram dentro dos portos organizados. O nosso objetivo, no âmbito da atividade de fiscalização, não é o de aplicar multas. Desejamos um setor aquaviário pujante, prestando serviços em conformidade com leis, normas e contratos.

Para finalizar, eu gostaria de citar as prioridades que se encontram atualmente no radar da Agência e que pretendemos levar a efeito em curto prazo, caso tenhamos nossa indicação aprovada nesta Casa. São elas: 1) licitação de mais de uma centena de arrendamentos portuários; 2) adaptação de 134 outorgas e instalações portuárias privadas; 3) reequilíbrio econômico-financeiro e a prorrogação antecipada de contratos em vigor relativos a cerca de 40 arrendamentos portuários – esse número pode aumentar; 4) revisão das normas de ocupação de áreas portuárias e de parâmetros regulatórios na movimentação e armazenagem de contêineres; 5) desenvolvimento de mecanismos regulatórios para o acompanhamento de arrendamentos e autorizações de terminais – isso advém da nova lei; 6) desenvolvimento de um nível mais elevado de regulação nas atividades da navegação de longo curso e de afretamento de embarcações; 7) sistematização e ajuste das tarifas de infraestrutura praticadas pelas autoridades portuárias consoante estudo produzido pela própria agência; 8) implementação da metodologia de análise de impacto regulatório; 9) desenvolvimento do sistema de outorga eletrônica para as áreas de navegação.

Concluo reiterando o meu agradecimento pela indicação e pela paciência de V. Ex^{as} em acompanhar o pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Mário Povia pela sua exposição.

Como primeiro Senador inscrito para as perguntas aos sabatinados, S. Ex^a o Senador Jayme Campos e, em seguida, S. Ex^a o Senador Ministro José Pimentel, que tem a palavra.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT – CE) – Sr. Presidente, Fernando Collor, senhores expositores e convidados para expor a sua exposição como próximos dirigentes da nossa empresa, da nossa entidade, da Antaq, nossos Senadores, quero começar registrando que o currículo, tanto do Dr. Fernando como do Dr. Mário, os indica e qualifica para o exercício dessa atividade. São servidores de carreira extremamente dedicados. Eu, que tive o privilégio de ser o relator da indicação do Dr. Mário, tive o cuidado de não só analisar a documentação apresentada no encaminhamento da sua indicação, mas também de levantar outros dados dentro da empresa, dentro da agência, da Antaq.

Portanto, nosso parecer, Sr. Presidente, mantém-se na sua globalidade. Com a exposição do Dr. Fernando e do Dr. Mário, nós temos condições de deliberar e o meu voto, embora reservado, será “sim” para os dois dirigentes. Ao término, Sr. Presidente, vou também requerer urgência para que, sendo aprovados na Comissão, possam ir de imediato ao plenário do Senado Federal.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Ministro José Pimentel.

Pela ordem e como...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Eu quero ser signatário, junto com o ilustre Senador Ministro José Pimentel, em relação ao pleito que ele solicitou à Presidência desta Comissão, para encaminharmos com urgência os nomes indicados do Dr. Fernando e do Dr. Mário Povia ao plenário da Casa, para ser votado, se possível, ainda no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – A Mesa acolhe a solicitação de V. Ex^{as}.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Jayme Campos como Senador inscrito para perguntas aos sabatinados.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Presidente Collor, ilustre indicados, Dr. Fernando e Dr. Mário Povia, antes de mais nada, quero dizer da minha alegria, do meu contentamento ao relatar, por indicação de V. Ex^a, a indicação do Dr. Fernando José de Pádua.

Sem sombra de dúvida, após análise bastante criteriosa, diante de seu currículo apresentado nesta Comissão, eu tenho certeza absoluta de que estamos relatando um dos melhores quadros dessa agência de regulação do sistema do transporte aquaviário do Brasil. Funcionário concursado, já há muito anos trabalhando na Antaq, tem, sem sombra de dúvida, todos os requisitos exigidos para o bom trabalho e, sobretudo, à consecução daquilo que se propõe essa agência reguladora o Dr. Fernando o tem. Entretanto, eu queria dirigir, em rápidas palavras, alguns questionamentos particularmente, desta feita, ao Dr. Fernando e, depois, se V. Ex^a permitir, também ao Dr. Mário Povia.

Pelo que se depreende da análise do seu currículo, V. S^a acumulou grande experiência como engenheiro de portos e vias navegáveis. Nesses 12 anos de serviços prestados à Antaq, Dr. Fernando, eu gostaria de saber como V. S^a avalia o processo de normatização do setor e qual seria a sua opinião às contribuições que nós, legisladores, poderíamos oferecer para o aperfeiçoamento das leis federais que regulam.

V. S^a se dirigiu aqui também, na sua fala, em relação às hidrovias, sobretudo algumas em que há alguns questionamentos jurídicos, particularmente no Mato Grosso, há duas hidrovias que já assoreávamos há mais

de 30 anos, para elas voltarem a ser navegáveis, particularmente do Rio Paraguai-Paraná, que demanda a cidade de Cáceres, indo a Corumbá e depois saindo para o mar. É uma obra importantíssima para o desenvolvimento socioeconômico da região oeste do Estado e, por que não dizer, de todo o Mato Grosso, até para escoar a grande produção que temos ali da soja, da carne, da madeira, etc. etc. Infelizmente, há um questionamento pelo fato de que o Ministério Público, lá atrás e depois, com a aquiescência da própria Justiça Federal, lamentavelmente, interrompeu a possibilidade de nós termos aquele rio sendo navegável.

Eu quero saber se a Antaq, diante daquilo que foi barrado por uma liminar da Justiça Federal de Mato Grosso, já preparou alguns estudos, alguns levantamentos em relação a sua navegabilidade, sem nenhum prejuízo para a questão ambiental, porque havia um questionamento dizendo que a navegabilidade traria sérios prejuízos para a questão dos nossos ecossistemas, tanto na margem direita, como margem esquerda daquele tão importante rio para nosso Estado. Por isso, eu gostaria de ver se há algum estudo, não só em relação a esse rio do nosso Estado, como também em relação ao rio Teles Pires/ Tapajós, que seria a grande saída da nossa produção, sobretudo ao longo da BR163, e, nesse exato momento, estão sendo construídas e edificadas ali três usinas hidrelétricas com potenciais, uma, de quase 400 megawatts, outra, de 840 megawatts e, outra, se não me falha a memória, na ordem, mais ou menos, de 660 megawatts.

O questionamento que eu faço é porque são rios, com certeza, com todas as condições para terem a sua navegabilidade. Todavia, quando se constroem, ali, essas usinas, eu imagino que nós tínhamos, pelo menos, Presidente Collor, que largar asclusas, para não acontecer como aconteceu na barragem na Usina de Jirau e em Tucuruí, que, depois de muitos anos foi executada com custo altíssimo. Queria ver, então, nesse caso, quais as providências, qual o trabalho, quais os estudos que a Antaq tem desenvolvido, não só no Mato Grosso, mas, particularmente, no Brasil, pelo fato de que todos nós sabemos que é um transporte mais barato, é um transporte não poluente e que, com isso, nós teríamos, se fosse investido, um transporte intermodal que melhoraria sobremaneira a questão tarifária, a questão de preço no escoamento da produção de nosso País.

Faço essa indagação para o senhor e, se V. Ex^a me permite, eu não sei se eu posso me dirigir, já ao ilustre indicado também, Dr. Mário Povia.

V. Ex^a disse aqui, em relação à questão dos portos, mas eu vou me ater, aqui, nos seguintes termos. Todos nós sabemos a questão dos gargalos que existem na nossa infraestrutura logística e que atingem, significativamente, a questão do escoamento da produção, particularmente, aqui, eu vou me referir ao meu Estado, que consiste da falta de silos de armazenamento para grãos na sua origem. Assim, é fundamental que o disciplinamento do fluxo de caminhões de transporte de grãos para o embarque nos portos ocorra de forma satisfatória. No final do ano passado, V. S^a declarou que a intenção da Agência era adotar medidas mais pedagógicas quanto à sanção aplicada às administrações portuárias e às empresas que permitissem o tráfego regular de caminhões. Como a Antaq tem administrado o espaço de reguladoras de cargas para a safra de 2014 e que melhorias pretende implantar?

Eu digo isso, porque eu tenho acompanhado, através dos veículos de comunicação de circulação nacional, que ainda há um verdadeiro clamor dos motoristas. Vi, há poucos dias, no Jornal Nacional, e V. S^a também deve ter acompanhado, alguns caminhões há quatro ou cinco dias, em que pese, hoje, ter um agendamento. Na realidade, ainda tem sido penalizado aquele caminhoneiro que trafega nas estradas brasileiras.

No nosso Estado, quando se desloca, vamos imaginar, de Sorriso ao porto de Santos ou ao porto de Paranaguá, são 1,6 mil, 1,8 mil quilômetros. Esse cidadão, e praticamente a maioria absoluta daqueles que são caminhoneiros no Brasil, já vive com dificuldades. Além disso, nessa época do ano, sobe o preço do transporte, todo mundo sabe, em 10%, 12%, 15%, chega ao cúmulo do absurdo. Na roça, para tirar da lavoura, chegou a subir, este ano, em Mato Grosso, algo parecido com 20%, por falta até de caminhões à disposição, naturalmente, daqueles que produzem e que plantam em Mato Grosso.

Então, eu quero saber as providências, mas de forma efetiva, para não ocorrer, como está ocorrendo. Ainda fica muita gente na fila, parado, alguns com dificuldade até de pagar a sua alimentação, no aguardo do desembarque do seu produto.

Há cerca de 20 dias, com a proposta da divulgação pela Secretaria de Portos de uma lista de 159 áreas cujos contratos vencerão em 2017 e que poderão ser relicitados sem renovação, V. S^a afirmou que a Agência respeitará os contratos vigentes. Qual a sua opinião a respeito do modelo considerado predatório das concorrências para a operação de portos brasileiros e da eventual insegurança jurídica que pode acarretar?

Eu concluo dizendo que espero que V. Ex^a me dê uma resposta – ambos indicados – de forma satisfatória, até para dirimir algumas dúvidas que eu ainda tenho em relação a esse modelo praticado. Certamente a Antaq tem um papel preponderante na boa execução e, sobretudo, na fiscalização desse setor que hoje, sem sombra de dúvidas, é de vital importância para a produção, sobretudo para o escoamento da produção através dos nossos portos.

Muito obrigado.

Parabéns ao Dr. Fernando! Parabéns ao Dr. Mário Povia! Espero que vocês façam um belo trabalho, sobretudo pela capacidade que ambos têm para serem bons diretores da nossa Antaq.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, Dr. Fernando Fonseca, Dr. Mário Povia, indicados à Diretoria da Antaq, eu queria fazer uma pergunta aos dois.

Recentemente nós aprovamos, aqui no Congresso, a Lei dos Portos, que ocasionou uma reforma – eu diria – portuária. Eu queria saber se V. S^{as} concordam, acham que foi correta a lei que foi aprovada, se têm alguma sugestão a ser feita e também, da mudança da Antaq do Ministério dos Transportes para a Secretaria de Portos, se foi correta essa alteração.

O Pará tem hoje, no momento, um papel preponderante no escoamento da safra do norte de Mato Grosso pelo Porto de Vila do Conde. E agora, com o derrocamento do Pedral do Lourenço – o edital foi lançado, e a abertura será dia 8 de maio –, nós vamos ter mais uma via navegável, não só para exportar, mas também para importar os insumos de grande importância. Com a conclusão da expansão do Canal do Panamá, prevista para 2015, o Porto de Vila do Conde e os portos do Pará serão os portos mais próximos dos mercados consumidores, em especial, da Ásia, pois será possível atravessar para o pacífico pelo Canal do Panamá.

Então eu perguntaria para os senhores quais as providências que a Antaq está tomando com esse *boom* que haverá no Pará.

Hoje, temos instalação em Santarém, Santarémzinho e Miritituba. Há mais de 15 terminais privados sendo construídos. Então, a expectativa é que, a partir do ano que vem, de 2015, com a BR-163 totalmente pavimentada, seja escoado por esses portos alguma coisa em torno de 6 milhões de toneladas. Então isso vai demandar uma fiscalização e um suporte muito grande. Quero saber qual a visão dos senhores e o que a Antaq pode fazer para que não haja, não tenhamos as mesmas dificuldades que há em Santos e Paranaguá, ou seja, que a fila não saia do Sul e venha para o Norte.

Perguntaria também sobre os estudos apresentados pela EBP (Estruturadora Brasileira de Projetos), que é uma consultoria que foi criada com oito bancos privados e o BNDES para concessão e arrendamento de áreas e instalações portuárias previstas no Programa de Investimento e Logística. Esses ajustes e arrendamentos foram alvo central de questionamentos de empresas e governos estaduais, insatisfeitos com o modelo desenhado pelo Planalto. As audiências públicas feitas dirimiram essas dúvidas ou elas persistem e qual a opinião dos senhores com relação à EBP?

E, para concluir, Presidente Collor, todas as Agências Reguladoras que vêm ao Senado Federal, todas elas têm uma reclamação única sobre os recursos necessários para desenvolver as suas atividades. Então, eu perguntaria se, na visão dos senhores, a Antaq está com os recursos necessários ou se está havendo contingenciamento por parte do Governo desses recursos. E, com relação ao quadro de pessoal, seria satisfatório ou é necessário haver um incremento para que a Antaq possa efetivamente desenvolver as suas atividades, em especial no sistema hidroviário, e espero que agora a gente possa ter, por parte do Governo Federal, uma efetiva implantação do sistema como modal de transporte para o nosso País.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Agradeço a S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro e passo a palavra aos sabatinados para responderem ao primeiro bloco de perguntas, iniciando as respostas pelo Dr. Mário Povia, indicado para o cargo de Diretor da Antaq.

O SR. MÁRIO POVIA – Pois não, Presidente Collor.

Senador Jayme Campos, a questão do escoamento de safra, a questão dos motoristas e *vis-à-vis* os pátios de triagem colocados à disposição. No âmbito desse piloto, poderia chamar assim o Porto de Santos, evidentemente, já detectamos que os pátios de triagem existentes são insuficientes. Nós temos dois hoje em funcionamento – salvo engano, em Cubatão – e, agora, um terceiro, já sendo utilizado, no interior de São Paulo, no Município de Sumaré. Nós tivemos a oportunidade de participar de uma reunião de alinhamento dos procedimentos desse escoamento de safra em Santos, em que houve a exposição de uma série de interessados que dispõem de área para a criação desses pátios, áreas enormes no alto da serra, região de Ribeirão Pires, em São Paulo, e em algumas áreas do interior também.

A maturação desses projetos o senhor sabe que não é rápida e isso vai ficar talvez para a próxima safra, porque são pátios também. O nível de intervenção, em geral, não é muito grande, desde que a área não tenha

mata nativa, porque nesse caso o licenciamento ambiental pode nos causar um pouco de atraso nas perspectivas, no cronograma previsto.

Gostaria de salientar essa visão holística efetivamente que temos. Poderia citar o Governo, mas a Antaq está nesse processo – a Agência sempre como órgão de Estado, e não como órgão de Governo – desde a própria discussão do marco regulatório. Essa é a visão holística de toda a cadeia. Deve-se conversar, por exemplo, com a concessionária da rodovia, ter postos de fiscalização da ANTT, ao longo do trecho Sorriso-Santos, orientando o caminhoneiro, dizendo-lhe: “Você precisa de uma senha. Você já dispõe dessa senha?” Quer dizer, todo esse trabalho pedagógico foi desenvolvido, permitindo a ele, inclusive, que, se eventualmente tivesse saído da origem sem a senha, obtivesse ao longo do trajeto, bem como uma reprogramação, porque a agenda tem um *gap* de seis horas de tolerância e, evidentemente, no meio do caminho, podem surgir imprevistos, congestionamentos, principalmente ao entrar no Estado de São Paulo. Então, esses ajustes estão sendo cuidados.

Nós já temos efetivamente resultados positivos para o próprio caminhoneiro, que, na safra anterior, chegou a ficar, três, quatro dias, na Cônego Domênico Rangoni, na Piaçaguera-Guarujá, mas que, hoje, e reclamam, com razão, estão ficando seis a sete horas. Também não é razoável que fiquem seis a sete horas, não devem ficar, mas não podemos deixar de considerar que já houve “um ganho”, se podemos chamar assim, entre aspas: a morosidade que ocorreu, o ano passado, não está ocorrendo este ano.

Recebemos relatórios diários, Sr. Senador, de como está transcorrendo esse fluxo. Há uma força-tarefa, há um QG, em Santos, em que esse monitoramento é feito. E os problemas têm surgido, sim – às vezes, há congestionamento, houve uma colisão na entrada de um pátio.

Então, um ponto de gargalo, e são veículos pesados, até chegar um guincho, isso demora três a quatro horas até liberar e, nessas três a quatro horas, é inexorável que surjam congestionamento. Mas são questões pontuais, e esse mapeamento essa ação pró-ativa e essa pronta correção das irregularidades têm levado a um escoamento melhor, mas que há, sim, que sofrer novas melhorias. Acho que, nesse sentido, quanto à questão dos motoristas de caminhões, eles, seguramente, é que deverão responder a isso, mas acho que já existe aí um diagnóstico melhor em relação à safra passada, longe ainda de ser o ideal.

E as penalizações da agência não são para os transportadores – é importante que fique claro isso. O liame jurídico, o liame regulatório que a agência detém é com o terminal portuário. É o terminal o responsável pelo agendamento, é o terminal que diz a capacidade que ele tem por hora, por dia, por semana, enfim, de recepcionar esses veículos.

Então, ele dimensiona, junto com a autoridade portuária, com a Codesp – sentamos, previamente; fizemos algumas reuniões com eles, e essa questão foi pacificada, em termos de capacidade. Então, ele agenda aquilo que é capaz. Mas volto a dizer que existe uma questão aí: os pátios continuam ociosos à noite e nos finais de semana, o que nos leva a crer que o funcionamento 24 horas não vem sendo respeitado. Esse é um diagnóstico que estamos concluindo, agora, e vamos nos debruçar em cima disso.

Há cláusulas contratuais desses arrendatários, para que operem, no porto, 24 horas. No lado da água, sabemos que operam; no lado de terra, parece que não. E isso onera toda uma infraestrutura que, no caso de Santos, é muito interessante, é muito boa, mas que, nas madrugadas de final de semana, o pessoal brinca e diz: “Dá para jogar bola no pátio.”, e, já na segunda-feira, nas primeiras horas, começa um fluxo, com uma fila. Então, isso temos que trabalhar, e esta é uma solução importante: se distribuirmos isso ao longo das 24 horas do dia, isso, seguramente, vai-nos dar um ganho de eficiência, e vamos trabalhar para isso.

Com relação, ainda, a sua questão sobre os 159 arrendamentos dos contratos vencidos em vigor, a respeito desses 159 arrendamentos portuários, isso está no plano das novas licitações. São áreas ou *greenfields*, novos arrendamentos, ou contratos vencidos, cujos operadores portuários não foram retirados da área, Senador. É importante que se diga isso.

A agência é sensível, a Secretaria de Portos também, ao princípio da continuidade. Não faz o menor sentido tirarmos de lá um operador portuário e deixarmos a área ociosa, não prestando o serviço, o interesse público, e deixando as instalações pegando ferrugem. O que temos feito são contratos que chamamos de transição ou emergenciais, por 180 dias, mantendo as empresas na operação, enquanto a licitação não ocorre – preserva-se, assim, o princípio da continuidade e, enfim, mantém-se em operação.

O porto, a autoridade portuária, poderia retomar essa área, e ela mesma operar no limite? Sim, mas isso tem-se mostrado uma solução difícil: primeiro, porque as docas não dispõem de estrutura de pessoal, para fazer essa atividade; depois, questões de alfandegamento, de fiel depositário. Sempre é uma transição complicada, e isso não ocorre automaticamente, para fazer isso, para funcionar, um ou dois meses, talvez, não seja, efetivamente, o que se deseje.

Temos feito esses contratos de transição, e não temos tido problemas com os órgãos de controle externo, isso está tudo muito bem fundamentado. A gente acredita que esteja em prol do interesse público nessas questões.

Quanto aos contratos em vigor, a Lei 12.815, no seu art. 57, tratou de contemplar a possibilidade de uma prorrogação antecipada para esses contratos em vigor. Eles estão mantidos sim *in totum*, o novo marco não fere direito adquirido, não fere ato jurídico perfeito. Quero dizer que para a Antaq isto é cláusula pétrea: a preservação dos contratos. Se nós não tutelarmos isso, nós vamos ter problemas. Nós não podemos fazer do Brasil uma aventura de investimentos. Isso tem que ser tutelado, e a gente tem sim defendido os contratos em todas as instâncias, Sr. Senador.

Aí, eu não entendi quando o senhor falar do modelo predatório. Eu não entendi especificamente. Nós não vemos no setor portuário nenhum modelo predatório. Nós temos alguns regimes jurídicos distintos de exploração de áreas portuárias, mas, felizmente, Senador Jayme Campos, todos os empreendedores deste setor estão usufruindo de lucro, de retorno financeiro adequado. Nós não temos empresas no setor quebrando, ao contrário, a atratividade do setor está preservada, sejam aqueles operadores que operam dentro do porto organizado, em regime público, sejam aqueles detentores de outorga, em terminais privados. A gente está sempre atento a isso, junto com a Secretaria de Portos, em verificar. Como eu disse a V. Ex^{as}, nós temos, hoje, uma matriz de origem e destino de cargas, nós temos, hoje, estudos de planejamento que não dispúnhamos anteriormente, que nos permitem, de certa forma, fazer as outorgas com base em estudos de demanda, de modo a preservar quem está já operando e assegurar atratividade para os entrantes.

Eu respondo também ao Senador Flexa. Senador Flexa, eu reputo que a nova Lei dos Portos foi boa. Nós fomos, inclusive, pela agência, convidados à discussão da nossa legislação. Nós entendemos que os critérios de licitação recém adotados desoneram o investidor num primeiro momento. É um modelo bastante interessante o de permitir que as empresas “bitem” por maior capacidade, em vez de “bidar” por maior valor de outorga. Isso desonera. A empresa foca os seus recursos no investimento produtivo, digamos assim. Então, eu acredito que, com relação à nova Lei dos Portos, ela apresentou, nessa nova modelagem para arrendamentos portuários, Senador Flexa, um ganho para o setor portuário.

Na questão das autorizações para terminais privados, eu também reputo que as modificações foram positivas. Nós estávamos sob a égide do Decreto 6.620, que impedia autorizações para empresas operarem terminais privados, sem que dispusessem de carga própria preponderante. Isso criou um gargalo no setor. Nós acabamos não disponibilizando arrendamentos dentro dos portos públicos e acabamos impedindo que privados obtivessem outorga no regime de TUP, aí, criamos um gargalo. E o senhor sabe muito bem, a lei é de mercado, quando a gente tem pouca oferta de infraestrutura, os preços sobem. Então, parte da questão de custos portuários hoje, notadamente na área de contêineres, o fato de esses custos terem subido, em certa medida, foi em razão de um gargalo que acabou ocorrendo no setor, agora, já minimizado com a entrada de dois grandes operadores em Santos e também com o Porto de Itapoá, em Santa Catarina.

Na questão de custo Brasil, que é outra vertente da nova Lei dos Portos, parece-me que as medidas tomadas também foram acertadas. A questão de trabalhar com custos de praticagem, criar o Conaportos também com a questão de burocracia, parece-me que são medidas estruturantes, que foram muito bem discutidas com a sociedade e vêm a contribuir.

Evidentemente, o grande ganho do setor foi em 1993, quando as operações foram passadas para os privados. Ali nós vimos a página do setor portuário, já com grandes ganhos de eficiência ao tirarmos do setor público a operação portuária. O balanço que faço da Lei dos Portos é que ela foi positiva. Não sei se ela pode ser aprimorada, estamos ainda testando o modelo de licitação. Estamos agora com o Bloco 1 no Tribunal de Contas, já em vias de aprovação, imagino eu. Temos de levar essas licitações adiante, temos de colocar esses primeiros operadores nas áreas e ver como o modelo se conforma. Temos de testar mesmo o modelo. Mas, eu reputo que ele foi muito bem discutido aqui no Congresso, foi muito bem discutido com a sociedade, com a própria Agência reguladora. Eu me lembro de pelo menos um ano e meio de discussões da nova lei. Acho que o modelo acabou sendo acertado. Pode melhorar alguma coisa? Pode, a gente gostaria de ter na lei uma certa autonomia, seja para a Agência reguladora ou para a Secretaria de Portos, para tratar de algumas alterações nos arrendamentos portuários. Por exemplo, a empresa demanda por um acréscimo de área e a gente às vezes entende a viabilidade, vê a possibilidade, mas, se a área é um pouco maior, a gente se pergunta: mas, não é o caso de se licitar essa área, não entregar ao arrendatário? No Porto de Vila do Conde, que tem tanta área ainda disponível, por que não permitir a essa empresa que explore uma área ainda maior, mediante investimentos? Ainda estamos amarrados à questão da discricionariedade, está bem fechada, ela não avançou nesse ponto, e a gente entende até um pouco disso, porque, no meio da discussão, surgiu a operação Porto Seguro, o Senhor acompanhou isso, e o Governo resolveu segurar um pouco a questão da discricionariedade nesse aspecto.

A alteração da SEP, da vinculação da Antaq para a SEP junto ao Ministério dos Transportes, e eu queria ressaltar essa questão, pois há uma atecnia aqui, Senador. Eu diria que há uma vinculação primária com a SEP, mas continuamos vinculados, sim, ao Ministério dos Transportes. Toda a área de navegação da Agência é de competência do Ministério dos Transportes. Então, a lei talvez tenha entendido que, preponderantemente, portos demandem um pouco mais da Agência do que as áreas de navegação, mas, seguramente, a Agência tem, sim, essa dupla vinculação, que não é hierárquica, é funcional, tanto com a Secretaria de Portos como no Ministério dos Transportes. Então, continuamos, sim, alinhados com políticas públicas, somos implementadores de políticas públicas formuladas pelo Ministério dos Transportes também.

Há uma questão orçamentária aqui. Quando estávamos vinculados ao Ministério dos Transportes, tínhamos um orçamento maior, tínhamos uma “folga” um pouco maior no orçamento, mas eu quero dizer que a Secretaria de Portos, que está vinculada diretamente à Presidência da República, nessas questões orçamentárias, tem contribuído muito com a Agência, sobretudo quando chega determinada época do ano, quando os nossos recursos vão, realmente, se esvaindo por conta das fiscalizações, por conta das despesas correntes da Agência.

A questão envolvendo a demarcação do procedimento do Pedral do Lourenço, da licitação, a gente recebe essa notícia com extrema alegria, imagino que também o Senador Flexa, pois sabe há quanto tempo esse assunto está na Mesa. Acho que viramos uma página importante. Vamos torcer para que essa licitação ocorra. É uma obra grande e, seguramente, vai fazer com que o escoamento da safra pelo que chamamos de Arco Norte seja potencializado.

Na questão do Canal do Panamá, o Senhor tem toda razão. Vai viabilizar, sim, a chegada dessas *commodities* a um custo muito competitivo para os mercados asiáticos. Nós temos um estudo na Agência, e, se o Senhor me permitir, eu lhe encaminharei, sobre os impactos do Canal do Panamá, sobretudo nos portos da Região Norte do País. Eu terei um imenso prazer em encaminhar já com algumas conclusões. Evidentemente, são projeções. Nós temos que, também, de novo, testar e ver como isso vai ocorrer, mas também estamos bastante otimistas com relação a isso.

Os portos do Pará: como o senhor observou, a região de Miritituba vai ser muito demandada por terminais privados, o Porto de Vila do Conde também, Santarémzinho e Santarém.

Nós temos, sim, que nos debruçar em fiscalização, a exemplo do que está sendo feito em Santos com o escoamento.

Parece que em Santarém tem um problema, os veículos passam dentro da zona urbana. Talvez uma intervenção aí, se fazer um contorno, uma perimetral, alguma coisa nesse sentido. Não sei como isso pode ser feito, mas a Agência vai-se debruçar, seguramente, numa solução que impacte minimamente a questão da mobilidade urbana.

Quero dizer que os portos, sem dúvida, têm esse impacto “negativo” nessa questão de mobilidade urbana, mas são geradores de emprego, geradores de renda e há, sim, uma possibilidade de um convívio harmônica entre o porto e a cidade.

Nós temos isso muito claro em Itajaí, por exemplo, onde, em Santa Catarina, algumas cidades, especificamente, viraram polos portuários numa questão sinérgica, uma coisa muito interessante: universidade com cursos portuários. Isso eu acho muito importante.

A BR-163, de novo, aquela visão holística de que a gente estava falando.

A gente espera, também, que as ferrovias cheguem. Vai ser muito importante. Escoar grãos por ferrovia é fundamental, e a questão das audiências públicas e dos estudos da EBP. Muito bem.

Os estudos da EBP são muito bons, S. Ex^a, Senador Flexa. Eles são melhores do que os estudos que nós recebíamos anteriormente. Evidentemente, a magnitude dos trabalhos realizados pode, evidentemente, ser merecedora de uma ou outra ressalva.

Já no âmbito de aprovação da Agência na Secretaria de Portos, uma série de alterações foi feita. No âmbito das audiências públicas, uma série de alterações foi feita, e, sim, nós estamos aprimorando o modelo.

Agora, os estudos recebidos originalmente são muitos bons e quero dizer que os estudos não são da EBP.

A partir do momento em que nós aprovamos esses estudos, eles são do Estado brasileiro, eles são nossos e nós consideramos, sim, e defendemos os estudos que foram produzidos.

Eu acho que o TCU está debruçado sobre essa questão e nós esperamos um desfecho favorável, para que a gente não tenha que postergar essas licitações e esses investimentos de que o Brasil tanto precisa.

Houve críticas do modelo utilizado, principalmente lá em Miramar, na questão do gás.

Nós nos alinhamos inclusive à questão da modelagem. Nós falamos: “Ó, nós não queremos... O porto não deve ser sócio de uma indústria que, eventualmente, seja instalada dentro dele. Aqui tem um modelo diferenciado para se aquilatar àquele bem, quanto vale a remuneração dele à autoridade portuária.”

Quando a gente apropria dentro do estudo de viabilidade técnica e econômica a própria receita do negócio, a gente desvirtua o modelo. Então, aí, sim, estamos debruçados em cima disso, para corrigir esse efeito colateral, digamos assim, do modelo quando a indústria está dentro do porto. E nem se diga, aqui, que a gente quer punir a indústria que está dentro do porto. A indústria está lá por algum motivo: ou é um moinho, ou é alguém atendendo *offshore*, ou, no caso de Miramar, alguém recebendo da área primária do porto o gás ou o combustível e já processando para uma rede de distribuição.

Há um legítimo interesse público, fundamental para a região, e nós estamos muito atentos a isso.

Acerca, finalmente, dos recursos financeiros e humanos, se são suficientes: tranquilamente, não. Precisamos de mais recursos financeiros e humanos.

A Antaq é penalizada porque nós sempre fomos muito rigorosos com a nossa questão orçamentária. Fomos sempre muito disciplinados e, quando vem um corte linear, os disciplinados pagam um preço maior.

Então, com relação a isso: sim, a gente precisa de mais recursos financeiros, mas eu queria dizer aqui, de novo, a compreensão que a Secretaria de Portos está dando ao problema. Nos contingenciamentos, nós estamos, realmente, sendo menos onerados com eles.

Com recursos humanos, nós temos um concurso aprovado, com 142 vagas. Esse foi aprovado recentemente. Nós só vamos colocar esse pessoal para jogar em campo no ano que vem, infelizmente. Precisamos desse pessoal. Para o senhor ter uma ideia, o nosso quadro é de 470, pela lei. Faltam, ainda, 260 desses 470. O que a gente espera é, com esses 140 e os 50%, chegar bem próximo do limite legal, já previsto em lei, para encarmos esses desafios. No médio e no longo prazo, vamos precisar, sim, bater à porta, aqui, para tentar com que a lei seja um pouco mais generosa em termos de recursos humanos, até porque, desde a sua criação, com a Lei nº 10.233, de 2001, até hoje, as competências da Agência aumentaram significativamente. Acho também, Srs. Senadores, que nós estamos desempenhando um trabalho para a sociedade numa gama muito maior do que aquela prevista originalmente na nossa lei de criação.

Eu não sei se estão satisfeitos, se eu abordei todos os assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado.

Passo a palavra ao Dr. Fernando José Pádua Costa Fonseca, do mesmo modo, indicado para Diretor da Antaq.

O SR. FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, Senador Jayme Campos, eu queria registrar, de público, meus sinceros agradecimentos pelas suas generosas palavras, proferidas por ocasião da leitura do meu relatório. Sinceramente, agradeço de coração. Acho até que o senhor exagerou. Muito obrigado!

Na sequência, muito embora o Dr. Mário Povia já tenha, com muita competência, exaurido o tema, vou me permitir fazer algumas complementações.

No que diz respeito ao nosso posicionamento sobre o novo marco regulatório estabelecido para o setor portuário, por meio da Lei nº 12.815, de 2013, eu gostaria de contextualizar, até para facilitar o entendimento geral, e, depois, recair na lei propriamente dita.

O modelo que vigorava antes, a antiga Lei nº 8.630, era caracterizado pela concentração no Estado em relação à administração, operação, gestão do setor portuário nacional, que, na época, estava sob a responsabilidade da antiga Empresa de Portos do Brasil, Portobrás. O cenário era de enormes dificuldades, principalmente para a realização de investimentos em infraestrutura.

Como todos sabem, o comércio exterior demanda ações efetivas, ágeis em prol do seu acompanhamento. Realmente, o setor portuário, da forma como vinha sendo operado, se ressentia de uma série de dificuldades, principalmente para aporte de recursos e aumento dessa oferta de infraestrutura e superestrutura portuária. E o grande mote da antiga Lei nº 8.630, que foi revogada recentemente pela nº 12.815, foi justamente esse, ou seja, àquela época, possibilitou a participação privada na operação, na prestação do serviço portuário, de modo a facilitar, a induzir o investimento privado na oferta, na ampliação da infraestrutura portuária e superestrutura.

Nesse sentido, até por questões de dificuldades de caixa, do superávit primário etc., realmente, houve um processo maciço de privatização de serviços através de arrendamentos portuários em todos os portos públicos brasileiros. Com isso, sem dúvida alguma, houve investimentos bastante significativos, principalmente em superestrutura, ou seja, renovação de equipamentos portuários, implantação de novos sistemas informatizados, enfim, uma série de medidas em prol da eficiência. Houve ganhos substanciais a respeito, e isso é inequívoco, inclusive com a redução de custos para os usuários, de forma geral. Esse foi o setor.

Naquela época, o legislador, com muita sapiência, previu a possibilidade de que terminais de uso privado – antigamente chamados de terminais de uso privativo – também pudessem operar carga de terceiros dentro do seu negócio. Isso gerou, por conta dessa possibilidade não muito devidamente, vamos dizer assim, equacionada no âmbito legal, uma série de dificuldades – inclusive uma série de judicializações envolvendo

o setor e, de certa forma, comprometendo e inibindo a atratividade e os níveis de investimento cada vez mais demandantes para o setor. Quer dizer, a perspectiva, à época, tinha uma lógica econômica. Ou seja, imaginem os senhores um terminal de uso privado – privativo, à época – especializada na movimentação de grãos, cuja operação é nitidamente sazonal. Não tem a mínima razoabilidade econômica você fechar, breçar esse terminal para que pudesse operar, subsidiariamente, enfim, essa instalação ao longo do ano, até para poder otimizar aquele ativo imobilizado, que envolve custos de capitais significativos.

Então, com o novo marco regulatório, estabelecido pela Lei nº 12.815, essa questão, felizmente, foi devidamente equacionada. E não temos dúvida nenhuma. Já temos – o Dr. Mário é testemunha também – sentido vários *inputs* no mercado no sentido de ampliar a oferta de infraestrutura nesse sentido. Em algumas regiões, a exemplo da região de Miritituba – de certa forma até respondendo a colocação de V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro –, já existe uma série de projetos em maturação, vários deles já com pedidos de outorga, algumas até concedidas para justamente atender a demanda crescente de grãos que se avizinha para aquela região, principalmente a partir de uma série de investimentos de intervenções estruturantes naquela região. Basicamente, em relação à região acima do paralelo de 16, salvo engano. Ou seja, já dentro do novo marco regulatório que se estabeleceu, recentemente, de forma muito competente, a partir das discussões aqui, nesta Casa. Então, esse é o cenário.

Em linhas gerais, outra medida que achei muito interessante, que, de certa forma, também vem em prol do aumento da infraestrutura, aumento da oferta: existe uma previsão legal no marco regulatório que possibilita a antecipação da renovação de contrato de arrendamento em relação aos atuais players que operam dentro de portos públicos. Isso é realmente uma medida extremamente interessante no sentido de também contribuir e complementar, enfim, a oferta de investimento no setor portuário. Ou seja, possibilitando mais condições para que haja uma competitividade nesse setor.

Como todos sabem, um setor que, em linhas gerais, opera em regime de preços livres, regulados quando necessário, evidentemente, a competitividade é fundamental dentro desse processo. Então, a Lei nº 12.815, que foi editada com o novo marco regulatório, com muita propriedade, previa essa possibilidade.

Nesse sentido, nós já temos – o Dr. Mário comentou – uma carteira de 39 empreendimentos exatamente dentro dessa ótica: alguns deles reequilibrando intervenções que já foram realizadas anteriormente, mas, principalmente, já com projetos por parte dos players já instalados e operando de forma muito competente no setor portuário brasileiro, já pleiteando antecipações de seus contratos de arrendamento, que são contratos longos, possibilitando, assim, a realização de investimentos no curtíssimo espaço de tempo. Isso é muito importante e vem em prol, exatamente, da diretriz principal que foi a base pela qual o marco regulatório foi revisado e devidamente instalado.

Compartilho também da mesma opinião do Dr. Mário Povia no que diz respeito a eventuais ajustes que, eventualmente, poderiam ser observados e implementados a partir, enfim, da observância em relação ao processo de implementação da nova lei portuária em relação ao setor.

Essa questão da ampliação de instalações portuárias existentes seria realmente uma alteração bastante interessante, caso fosse capitaneada pelo setor e pelos senhores.

Imaginem, a título de exemplificação, em especial em relação aos terminais de contêiner, hoje os terminais já começam a operar com embarcações de porte bastante relevante.

Hoje, já operamos com embarcações que operam e transportam, em termos bem objetivos, nove mil TEUs, ou seja, diferentemente daquelas embarcações cujos contratos foram celebrados lá atrás, em que as embarcações tinham um porte bem menor.

Para que os nossos portos possam realmente atender e, principalmente, para que esses operadores possam prestar os serviços, é importante, em muitos casos, que vários desses berços sejam devidamente ajustados à nova realidade.

Conforme bem colocou o Dr. Mário Povia, por conta de essa questão estar devidamente explicitada – lógico, observando-se determinadas condicionantes, é claro –, isso leva a uma série de dificuldades, até para que nós, lá na Agência, possamos endossar e, principalmente, dar encaminhamento, de forma segura, tranquila e, principalmente, sem maiores problemas *a posteriori*, por parte dos investidores. São investimentos – volto a dizer – que envolvem valores significativos de capital.

Então, seria uma alteração bem interessante.

Na sequência, em relação às colocações que o Exm^a Senador Jayme Campos fez em relação à Hidrovia do Paraguai, eu realmente compactuo com ele na íntegra. As colocações que ele fez, sem dúvida, demonstram profundo conhecimento da questão que envolve, em especial, a Hidrovia do Paraguai.

É uma hidrovia que, em linhas gerais, não demandam investimentos significativos e intervenções de engenharia. Pode ser que eu esteja enganado, mas parece-me que não há necessidade de obras de transposição, mas basicamente de balizamento, dragagens pontuais.

Realmente, a questão ambiental é um grande gargalo, principalmente no trecho Corumbá e Cáceres. De certa forma, vem na mesma linha que coloquei inicialmente: em relação à questão de licenciamentos, existe toda uma discussão, que envolve o Ministério Público, sobre a responsabilidade de esse ou aquele em licenciar, sobre se seria o Ibama ou o órgão estadual de meio ambiente. Essa é uma questão, realmente, que mereceria uma reflexão por parte da sociedade, no sentido de que se deixasse isso muito claro, até para justamente facilitar e acelerar esses investimentos nesses segmentos, que, sem dúvida alguma, têm enorme perspectiva.

Quando comparamos, por exemplo, o caso do sistema hidroviário do Mississippi, nos Estados Unidos, com o nosso, verificamos que eles se assemelham muito. Acho que esse é um indicativo do que pode ser feito para o setor.

Enfim, acho que soluções de engenharia são importantes, mas há algumas medidas que, certamente, com toda a certeza, poderiam vir em prol até do destravamento de alguma dessas dificuldades, a exemplo do que está sendo feito agora, conforme foi também colocado aqui pelo Dr. Mário Povia na sua brilhante exposição envolvendo a discussão que vem sendo travada, nesta Casa, sobre o PL nº 5.335, de 2009, e que, de forma muito objetiva, define as responsabilidades principalmente sobre essas obras de transposição envolvendo não só o setor energético, como também o setor de transporte, para justamente dar eficácia e, enfim, destravamento a algumas dúvidas e questionamentos eventualmente levantados.

Só para finalizar, em relação às colocações do Exmº Senador Jayme Campos, sobre o mapeamento da situação hidroviária, repito a colocação que fiz inicialmente: a Agência realmente vem produzindo uma série de estudos extremamente interessantes, que servem, inclusive, de ferramentas, de subsídios para o estabelecimento da política setorial, a exemplo do PNIH, Plano Nacional de Integração Hidroviária.

Foi feito realmente um mapeamento preciso e fidedigno sobre todo o setor hidroviário brasileiro. Ou seja, foi feito um levantamento de demanda, de gargalos, de intervenções necessárias, oportunidades de negócios para cada um desses corredores hidroviários, vamos dizer assim.

Na sequência, a primeira colocação feita pelo Senador Flexa Ribeiro, acredito que já tenha, de certa forma, colocado a minha posição sobre a situação atual da Lei nº 2.815, que é o novo marco regulatório para o setor. Sobre a vinculação institucional da agência que passou a ser a SEP, o Dr. Mário Povia realmente esgotou o tema, e eu compactuo na íntegra o seu entendimento, ou seja, apesar de institucionalmente estarmos vinculados, não subordinados, é importante que se diga, à SEP, continuamos também tendo a vinculação, sob a ótica da navegação, ao Ministério dos Transportes.

Sem dúvida alguma, se pudéssemos concentrar isso tudo num único ente, certamente, acho, haveria ganho de eficiência nesse processo. Mas essa é uma decisão que cabe, vamos dizer assim, às instâncias superiores.

Sobre as perspectivas do que o Canal do Panamá impõe, imputa ao setor portuário, em especial aos portos localizados nas Regiões Norte e Nordeste, sem dúvida alguma os estudos confirmam essa perspectiva. Foi bem colocado que temos um estudo específico sobre isso, que realmente traça um diagnóstico, enfim, uma perspectiva bastante interessante a respeito do assunto. Sem dúvida alguma, reforçando o que eu já falei anteriormente, existem enormes perspectivas de crescimento para o escoamento dessa produção pela Região Norte, principalmente em nível de grãos, usando inclusive o modal hidroviário. A região de Miritituba, que é um distrito do Município de Itaituba, sem dúvida alguma se tornou um grande oásis para esses novos terminais.

Já há algumas outorgas conferidas a respeito, outras ainda em processo de discussão e de avaliação interna, algumas em processo de maturação por parte dos *players*. Isso, sem dúvida alguma, vai dar um novo cenário para o escoamento da safra, realmente desafogando os portos da Região Sul, especialmente o Porto de Santos, que não obstante uma série de medidas que estão sendo previstas para o Porto de Santos, a exemplo dentro desse pacote de arrendamentos portuários, uma melhoria a partir da licitação do terminal na ponta da praia, uma melhoria de ordem operacional, inclusive com uma série de medidas a serem adotadas pelos futuros exploradores dessa instalação no que se refere à questão ambiental, que é uma questão sensível.

Já temos também, nesse mesmo diapasão, uma outorga que já foi conferida, uma ampliação de um terminal de uso privado ao fundo do estuário do Porto de Santos, em que brevemente passa a ser explorado pela VLI justamente para aumentar a oferta de infraestrutura para escoamento da safra de grãos, utilizando única e exclusivamente o modal ferroviário. Com isso, desafogando as cidades. Isso é importante. São medidas que, em paralelo, vão dar um novo contexto, em especial para o escoamento da safra.

Sobre os estudos da EBP, compactuo na íntegra, assino embaixo em gênero, número e grau no que se refere à qualidade dos serviços nos trabalhos realizados pela Consultora EBP. Eu, que já tenho alguma experiência, algum tempo de militância no setor e já tive oportunidade de me defrontar com uma série de estruturas de consultorias, sem dúvida alguma é um trabalho muito bem elaborado. É óbvio que a perfeição... Sempre pode haver alguns problemas e eventuais ajustes. E esses ajustes constituem um dos objetivos pelos quais a gente faz as consultas públicas e as audiências presenciais, ou seja, justamente para colher da sociedade os

inputs no sentido de aprimorar esses documentos em prol de uma qualidade que certamente prevalecerá e será devidamente considerada e endossada mais à frente.

Temos conhecimento de que a consultora que subsidia e dá apoio à Agência Reguladora nesse sentido tem feito trabalhos para outro setor de infraestrutura com resultados bastante alvissareiros em nível das licitações que foram e que estão sendo promovidas.

Sobre as audiências públicas, já comentei, estamos na expectativa de brevemente lançar o primeiro bloco de licitação, envolvendo os portos de Santos e do Pará, Ilha do Conde, terminal de Oiteiros e Miramar. Já estamos com esses estudos ajustados a partir dessas contribuições, após intenso debate técnico, avaliação técnica criteriosa por parte das agências reguladoras, juntamente com os demais colegas, não só da consultoria como da Secretaria de Portos.

É importante frisar que esse programa está inserido dentro do PIL, Programa de Investimento em Logística. Ou seja, é um projeto que se adéqua de forma concatenada a todos os setores de transporte, como um todo. Certamente, esperamos brevemente colocar em licitação, assim como os demais projetos, envolvendo os outros portos no País.

Ou seja, na realidade, o foco principal são contratos. A linha de corte dos projetos são os contratos de arrendamento vencidos ou a vencer até 2017 e que, até por conta de *inputs*, de recomendações e determinações dos órgãos de controle externo, estamos sendo obrigados a licitá-los novamente.

Então, o projeto tem como mote principal exatamente equacionar essa questão e principalmente alavancar a realização de novos investimentos, sem perder a perspectiva de também considerar, nesse processo, a possibilidade de novas oportunidades de negócios. Já foram devidamente detectadas em vários portos brasileiros excelentes oportunidades de negócios para investimentos privados.

Essa é a expectativa. Torcemos justamente para que venha em prol do aumento da infraestrutura tão demandada por parte do setor portuário e da economia brasileira.

Em nível de contingenciamento e orçamento, sigo também na linha do que o Dr. Mário Povia colocou, nossa agência é uma agência relativamente enxuta. Só para reiterar, o seu corpo diretivo é composto de apenas três diretores, diferentemente das demais agências reguladoras, onde, se não me engano, são cinco diretores. E isso com um raio de abrangência significativo e relevante, envolvendo o modal aquaviário, hidroviário e de apoio marítimo, etc., e o portuário, sem dúvida.

Para isso, principalmente a partir do novo marco regulatório, que nos imputou uma série de novas obrigações nos termos da lei, o nosso quadro realmente precisa ser mais à frente, devidamente melhor calibrado para poder atender com a competência e a necessidade requerida para o caso, que a sociedade demanda e cobra da nossa agência reguladora.

Em linhas gerais, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Indago a S. Ex^{as}, os Senadores Flexa Ribeiro e Jayme Campos, se estão satisfeitos com as respostas. (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Passamos agora ao segundo bloco de perguntas, iniciando por S. Ex^a, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Antes de entrar no tema, parabeno V. Ex^a, Sr. Presidente, pela iniciativa da realização do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, da maior importância para o nosso País, porque vai ouvir pessoas ou segmentos que têm uma relação direta com todos os temas. Só para registrar, são temas como energia elétrica, transporte de passageiros, transporte de cargas, comunicações, combustíveis, mineração, saneamento, abastecimento e irrigação. São temas da maior importância para a infraestrutura do nosso País.

Parabeno V. Ex^a pela iniciativa de realizar o 1º Fórum Nacional.

Saúdo e cumprimento o Dr. Fernando Fonseca e Dr. Mário Povia pela indicação para diretores da Antaq.

A minha colocação é com relação à Hidrovia do Madeira. A Hidrovia do Madeira tem tido, a cada ano, uma importância cada vez maior na exportação de grãos, na exportação de carnes também – bovina, principalmente – da produção do Estado de Rondônia e da produção do norte do Mato Grosso.

Todos sabem da enchente que há agora, nesse momento, no Rio Madeira. Nesse momento, a navegabilidade está perfeita em função da enchente. Por outro lado, temos problemas com relação ao Porto de Porto Velho, porto que já é antigo. Pergunto se há estudo para construção de um novo porto para Porto Velho, para que se dê vazão a essa nova realidade de uma região que está sendo exportadora não só de grãos, mas também de produção de carne e outros elementos que, com certeza, começarão a ser exportados, porque é uma nova fronteira de exportação em função de sua posição geográfica.

A dragagem do Rio Madeira também é outra questão importante. Nesse momento, nós temos uma cheia, Presidente. Mas, todo ano, há a cheia e há a seca. E a seca necessita da dragagem e da sinalização do Rio Madeira. São dois pontos importantes.

Nesse momento, nós temos Guajará-Mirim isolada por terra, mas não utilizamos a hidrovia do Mamoré e do Guaporé. Poderíamos ter um transporte de passageiros entre Guajará-Mirim, Costa Marques, Pimenteiras, Cabixi. Não utilizamos essa grande ferramenta que nós temos para transporte de cargas, tanto para Guajará-Mirim e vice-versa, e de passageiros também. Nós não temos em Guajará-Mirim um porto; como também não temos em Costa Marques, não temos em Pimenteiras, não temos em Cabixi.

Eu pergunto se há – estudos eu sei que há – estudos para construção desses portos de passageiros nessas cidades de Guajará-Mirim, Pimenteiras, Costa Marques, Cabixi. São regiões que estão em franco desenvolvimento na Região Norte, principalmente, lógico, evidente, no nosso Estado de Rondônia, que também liga a Hidrovia Paraguai-Paraná, exatamente saindo de Guajará-Mirim. Temos, evidente, um problema em Costa Marques por conta de uma pedreira, mas, na cheia, ela tem uma movimentação normal. E mesmo na seca há como fazer a passagem para o transporte de passageiros, fazendo essa ligação. Então, eu pergunto se há um planejamento com relação a essas duas questões.

Eram as minhas colocações.

Peço a gentileza, Sr. Presidente, pois eu tenho a reunião às 10 horas na Casa Civil para tratarmos da transposição. Não é a transposição dos rios, mas a transposição dos servidores do Estado de Rondônia para os quadros da União. É uma questão que já vem sendo debatida há alguns anos, e essa reunião é com a Ministra Miriam também e com os representantes do Estado de Rondônia.

Então, eu peço licença para sair. Peço desculpa aos nossos convidados; não poderei ouvir a resposta com relação a essas duas questões – tanto de Guajará-Mirim e dos portos do Guaporé e, principalmente, da dragagem do Madeira e do Porto de Porto Velho.

Agradeço a atenção do Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Acir Gurgacz.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria cumprimentar o Dr. Fernando, o Dr. Mário e trazer aqui o abraço do Senador Blairo Maggi, que pediu para que reiterasse a vocês o apoio por parte do Senador – por conhecer o trabalho de vocês perante a Antaq – e a certeza de que vão dar continuidade a esse trabalho.

Também queria reiterar o relatório do Senador Jayme Campos, que foi maravilhoso, colocou os perfis de vocês, os currículos e, com certeza, vai continuar engrandecendo a nossa Antaq.

Também, por dever de ofício, quero dizer que me ligou ontem um engenheiro de Corumbá, Rodomildo Rodrigues Silva, da Antaq, que também me pediu: “Cidinho, eu queria que você estivesse na Comissão amanhã, pela manhã, para apoiar nossos diretores. Eles fazem um trabalho excelente. São pessoas competentes.” Eu falei: “Rodomildo, eu já assumi o compromisso de estar lá.” E, aqui, estou reiterando o apoio ao Dr. Fernando e ao Dr. Mário.

Eu queria reiterar aquilo que o Senador Jayme falou sobre a preocupação do Estado de Mato Grosso em relação à navegação do Rio Paraguai e também da hidrovia Teles Pires-Tapajós.

Dr. Fernando e Dr. Mário, entendo que a Antaq, além de ser uma agência de controle e de fiscalização, é também uma agência de estudos e de pesquisa. O Estado de Mato Grosso poderia ser estudado. Poderia ser colocado um escritório em Mato Grosso, para justamente continuar esse trabalho de pesquisa da hidrovia Teles Pires-Tapajós, da hidrovia do Rio Araguaia e da hidrovia do Rio Paraguai. Esse é um anseio. Tanto se fala de ferrovias e de rodovias, mas, em Mato Grosso, a hidrovia ainda caminha a passos muito lentos. Então, talvez, a instalação de um escritório da Antaq em Mato Grosso fosse de fundamental importância.

Eu queria deixar aqui apenas dois questionamentos, duas perguntas. Uma delas é relativa ao processo de arrendamento de instalações portuárias em portos públicos: de que forma o modelo de concessão desenvolvido pela Antaq pode incentivar a concorrência efetiva dentro dos portos e entre os portos? Como o modelo de concessões lidará com o risco de concentração de mercado nos portos? Esse é o primeiro questionamento.

A segunda pergunta segue também essa esteira. É aquilo que o Dr. Mário estava falando sobre a navegação de cabotagem. A navegação de cabotagem é aquela realizada em portos ou em pontos do território brasileiro, utilizando-se a via marítima ou essas vias navegáveis interiores. É o modo de transporte ambientalmente mais eficiente e seguro, com potencial de crescimento rápido no Brasil. Em que pode contribuir para desafogar as estradas brasileiras? Que fatores impedem que a navegação de cabotagem tenha um desenvolvimento mais adequado no Brasil?

São essas as minhas perguntas.

A votação é secreta, mas me permitam revelar que votei, sim, para a indicação dos dois diretores, porque tenho ótimas recomendações. Tenho a certeza de que vão continuar fazendo um excelente trabalho à frente da Antaq.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Cidinho Santos.

Indago se algum Senador tem mais algum questionamento a fazer.

Com a palavra, S. Ex^a o Senador Jorge Viana.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra o S. Ex^a o Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu só queria reiterar o requerimento feito pelo Senador Jayme e também pelo Senador Flexa, para que se colocasse, com urgência, a matéria em votação no plenário do Senado, de preferência na sessão de hoje à tarde. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – A Mesa coloca V. Ex^a como signatário do pedido de urgência, que a Mesa acolheu, conforme V. Ex^a informou. Muito obrigado.

Com a palavra, S. Ex^a o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente. Agradecendo a V. Ex^a, eu queria cumprimentá-lo pela iniciativa da realização do Fórum Nacional de Infraestrutura. Acho que é uma boa iniciativa da Comissão.

Como V. Ex^a tem feito, temos procurado debater aqui – sou, inclusive, proponente – uma questão que é do interesse de todo cidadão brasileiro e que é importante para a estratégia de desenvolvimento do País, que é a infraestrutura. Hoje, todo e qualquer cidadão discute a infraestrutura do Brasil, discute a questão dos portos, dos aeroportos, das estradas, das ferrovias, primeiro porque o cidadão brasileiro, nos últimos anos, especialmente nos últimos dez anos, alcançou o direito de ser consumidor. Então, tem andado mais de avião, tem adquirido seus veículos. À tarde mesmo, nós vamos aprovar uma nova proposta de Código do Consumidor, por conta das mudanças que estamos experimentando no Brasil.

Especialmente, isso traz um desafio para o nosso País: o de adequar a infraestrutura que temos. A área em que os senhores atuam é uma área chave e é uma das mais cobradas. Acho que o Brasil perdeu o *timing* de modernizar seus portos, de fazer bom uso da malha hidroviária que nós temos. Lamentavelmente, isso nunca vira política.

A Presidenta Dilma, agora – o Senador Flexa, que está aqui, é um dos baluartes dessa luta –, esteve no Pará. A luta foi porclusas; depois, a luta foi para viabilizar o uso das própriasclusas, e, só agora, a obra vai se realizar.

Nós estamos vivendo agora – eu queria ser bem breve – um grande drama no Acre por conta de um rio: o Rio Madeira transbordou numa dimensão inimaginável. Ele está 1,5 metro acima da cota da maior cheia que já houve. Eu estou falando do quarto rio mais veloz do País. Ele hoje está tendo um volume de água que chega a 50 vezes o volume de água do Rio São Francisco, em algumas partes do Rio São Francisco, 50 vezes.

É uma parede de água de quase 20 metros de altura. É o mesmo rio para o qual o Senador Acir pede que tenha alguma dragagem. É essa a mudança. Você tem uma alteração de 17 metros de água ao longo do ano. Então, imagine o que é uma parede de dezenas, em alguns lugares, de quilômetros de largura, no caso, sempre 3, 4 quilômetros de largura, por uma altura dessas.

E é uma formação que vem desde o Rio Madre de Dios. Começou a chover em janeiro lá em cima, destruiu estrada nos Andes, depois veio para Bolívia, no Beni, e essa água chegou com uma força que ninguém conseguia prever. Nunca apareceu ninguém estudando: “olha, pode haver alguma cheia que interdição a BR-364.” Interditou. A lâmina de água, Sr. Presidente, na BR-364, hoje, chega a 1,7 metro acima do leito da estrada. Quando se faz uma BR, normalmente se faz uma recorrência de cem anos. Ela margeia o Rio Madeira, então, o estudo deveria ter levado em conta a possibilidade da maior cheia nos cem anos. Então, ou houve um erro muito grave, ou está tendo uma grande mudança no clima, na chuva, no regime de chuvas naquela região.

Questiona-se o papel das hidrelétricas, mas estamos com a cheia do Beni a 500 quilômetros acima das hidrelétricas. Quinhentos quilômetros. A cheia é por conta de água. Agora, obviamente, se não subir o leito da estrada por conta do lago da hidrelétrica... para isso formalizei, inclusive, um pedido.

Mas o que eu pergunto aos dois convidados, inclusive, é que uma das dificuldades nossas na região, aos dois convidados, a V. S^{as}... Um dos questionamentos que o povo do Acre, com justa razão, faz é que nós temos um serviço de exploração, de travessia de veículos, de balsas no Rio Madeira, alguns chamam de quase como

uma máfia, eu não vou a tanto, mas é um abuso, porque é uma mina de ouro. Imagine que toda e qualquer tentativa de construir a ponte sobre o Rio Madeira foi inviabilizada por uma ação jurídica daqueles que têm o controle do transporte, que diz respeito diretamente à Antaq.

Eu já estive na Antaq ainda na outra direção e faço este pedido, este alerta: mais uma vez, uma parte do nosso problema é porque não temos a ponte sobre o Rio Madeira. A ponte sobre o Rio Madeira, por que nós lutamos há mais de dez anos, é dentro do Estado de Rondônia. As do Acre fizemos todas. Foram mais de dez pontes. E essa não sai, porque há um serviço que controla – inclusive, há um Parlamentar, um Deputado, que é um dos sócios – a travessia com serviços de balsa, que é uma concessão, e ele não admite que saia a ponte, e ninguém toma nenhuma providência. Agora, no ano passado, a última licitação foi cancelada. Passamos o ano inteiro fazendo uma nova licitação, no final do ano, foi feita a licitação, e, como houve essa cheia, provavelmente o projeto vai ter que ser adequado – ainda bem, porque, como a estrada, deve estar fora dos padrões.

Eu faço esse apelo, para que esse processo seja acompanhado. Veja bem: isso interdita um Estado do País, por conta do interesse particular de um cidadão ou de uma empresa que não admite a ponte. E eles usam recursos de bons advogados, entram na Justiça, normalmente existe uma falha ou outra no processo, e é cancelado. Isso está ocorrendo há mais de dez anos. Aqui, em nome de quem vive naquela parte mais ocidental da Amazônia, eu, além de cumprimentá-lo, já espero que possam, de fato, ajudar a pôr na agenda do País as questões que envolvem o melhor uso desse maravilhoso potencial que temos que são as nossas hidrovias, de melhorarmos os nossos portos, tão carentes de melhorias.

Esta é a Comissão adequada para alertarmos sobre isso. Faço esse apelo para que acompanhem esse projeto de perto. Está aqui o Senador Sérgio Petecão. A situação é muito grave. A Antaq tem diretamente uma relação com isso. Na última vez em que cobramos isso, houve uma melhoria, eles puseram uma balsa a mais. Mas veja bem, Presidente Collor, eles controlam o serviço 24 horas por dia durante o ano inteiro. As contas que fazem é de que dá um lucro livre de R\$300 mil, R\$400 mil por mês. E aí eles põem a balsa do jeito que querem. Há período do ano em que se forma uma fila de mil caminhões para a travessia, e a população do Acre sofre, porque fica muito mais cara essa travessia. Tudo é muito caro – o custo por cada carro –, e o serviço é de baixíssima qualidade. Além disso, consome um bom tempo daquilo que não pode ser consumido, o que implica o aumento do transporte de mercadorias e, obviamente, do próprio preço das mercadorias.

Então, faço esse apelo em nome das Bancadas do Acre e de Rondônia, para que esse processo possa ser acompanhado e para que essa empresa possa ser cuidada não pelo que está fazendo de bom, mas por colocar em risco a população, especialmente do Acre, pelo serviço prestado, que é de qualidade não só duvidosa, mas também muito ruim, inferior ao necessário.

Vamos aprovar o Código do Consumidor, hoje à tarde, na Comissão de que faço parte. Acho que esse é o interesse do consumidor acriano, porque, com essa situação que estamos vivendo – vou falar sobre isto hoje à tarde –, as companhias aéreas dobraram o preço da passagem, e agora temos uma situação duplamente grave no Acre.

Então, obrigado, Presidente. Desculpa. De alguma maneira, estou relatando, aqui na Comissão de Infraestrutura, uma situação por conta da infraestrutura que um Estado brasileiro está enfrentando, no caso o meu Estado, o Acre.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Jorge Viana.

Por último, com a palavra, S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD – AC) – Presidente Collor, quero agradecer.

Não vou ser repetitivo, porque eu acho que o Senador Jorge Viana foi muito feliz na sua colocação, mostrando um problema que atinge o nosso Estado há muitos anos. Graças a Deus, encaminhamos esse processo da construção da ponte sobre o Rio Madeira. Esse é o sonho de todo acriano. De fato, é um verdadeiro transtorno por que a nossa população passa. Estou falando de uma estrada que foi criada na expectativa de ser a grande estrada para o nosso País, que é a saída para o Pacífico.

Hoje, nós temos essas balsas, que prestam um serviço de má qualidade, e muita gente está ganhando dinheiro com isso.

O meu pedido é na direção do pedido do Senador Jorge Viana, para que a Antaq possa fazer um serviço de fiscalização, dada a importância da travessia por essa ponte sobre o Rio Madeira, que atinge diretamente o nosso Estado. Ali já é o final do Estado de Rondônia e é a entrada do Estado do Acre. Milhares de turistas que hoje tentam fazer essa travessia da estrada do Pacífico, que é a entrada do Peru através do nosso Estado, passam por essa dificuldade também.

Então, quero parabenizar o Senador Jorge Viana e também pedir, em meu nome e em nome do povo do Acre, que a Antaq possa dar uma atenção especial a esse problema que atinge a todos nós.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Sérgio Petecão.

Com a palavra, o Sr. Fernando José de Pádua Costa Fonseca, indicado para o cargo de Diretor da Antaq, para as respostas às perguntas formuladas.

O SR. FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA – Obrigado, Presidente.

De forma bem objetiva, vou começar das últimas intervenções para as primeiras.

Em relação à colocação de V. Ex^a, Senador Sérgio Petecão, de forma bem objetiva, Senador Jorge Viana, a partir desse informe que os senhores colocaram aqui, a gente pretende, se vier a ser realmente efetivado no cargo de diretor, fazer umas diligências pormenorizadas para avaliar, de forma pragmática e objetiva, essa questão. Esse é o primeiro ponto.

Outro ponto que eu gostaria de ressaltar e que acho que vem também na mesma linha que o senhor defende é a melhoria da qualidade do serviço prestado, consequentemente com a redução de custo para os usuários, dentro dessa linha que o senhor brilhantemente colocou aqui neste momento.

Recentemente, a Agência editou, ao revisar uma série de normativos, as normas de outorga para exploração de serviço de travessia interestadual e internacional, propiciando a possibilidade de que microempreendedores pudessem também participar desse mercado, ou seja, aumentando a possibilidade da concorrência, que, de acordo com o nosso entendimento, é o melhor caminho e o mais eficaz para se lograr êxito em casos como esse que o senhor falou. Quer dizer, a Agência, através de uma deliberação de seu corpo diretivo, baixou essa resolução adequando a norma, primeiro, tornando-a menos densa em nível de exigências documentais, logicamente, observando aquele mínimo necessário para que haja uma atuação segura e eficiente da prestação de serviço, mas também possibilitando que novos *players*, talvez com dificuldades adicionais, principalmente em nível de capacidade financeira, pudessem exercer essa atividade.

Então, entendemos que, a partir do momento em que você possibilita essa abertura de mercado, a tendência é de que haja novos *players*, consequentemente, de forma atravessada, combate-se esse tipo de suposta abusividade. Esse é um ponto.

E reitero, a Agência, através da sua Superintendência de Fiscalização, através de seus órgãos locais vai, efetivamente, realizar uma diligência, no sentido de colher um panorama fidedigno dessa situação, até para tomar as providências necessárias, caso venham a ser requeridas.

Sobre a colocação, se V. Ex^a me permitir, Senador Cidinho, de certa forma, também, agregando as considerações que foram feitas pelo Senador Acir, envolvendo o sistema hidroviário, sem dúvida alguma, existem projetos para a construção de um novo porto, o porto de Porto Velho. Falo isso com base num estudo que foi anteriormente mencionado por mim, o Plano Nacional de Integração Hidroviária. Como uma das medidas importantes para melhorar a oferta de serviço portuário, existe a previsão, a sugestão, a recomendação da construção de um novo porto público em Porto Velho, muito embora, saibamos que existem alternativas que também viriam em prol do atendimento dessa mesma demanda. Inclusive, eu até gostaria de aproveitar a oportunidade e registrar o pioneirismo que foi observado pelo Ex^{mo} Senador Blairo Maggi, quando, em 1996, salvo engano, de forma muito competente, com visão de mercado esplêndida, lá atrás, projetou uma logística na qual através do escoamento da produção da região de Sinop pela BR-364 em direção a Porto Velho, para, de lá, através de uma companhia de navegação criada, Hermasa, transportar essa carga para depois dar o tombo e transportá-la através de embarcações de grandes dimensões para o mercado exterior, ele já tinha a visão de que realmente era por essa logística que essa produção deveria ser eficientemente escoada.

Então, realmente, aproveito a oportunidade, Senador, para registrar porque, sem dúvida alguma, foi uma medida extremamente interessante, na época, posso lhe garantir eu estava no Ministério dos Transportes, a gente até recebeu com certa reticência, era realmente uma iniciativa visionária, sem dúvida alguma, e que, agora, se confirma pela realidade de mercado atual.

Então, nesse sentido, acho que é muito importante o setor hidroviário, principalmente para o escoamento da produção de *commodities*, ou seja, esses produtos têm uma parcela significativa na balança comercial brasileira, é muito importante o País, pelo menos os estudiosos costumam ressaltar de forma muito apropriada que, da porta da fazenda para dentro, é *top* nessas questões, em termos de produção, de qualidade, enfim, de eficiência na produção de alimentos. Realmente, na infraestrutura, na inspeção, no escoamento estariam as nossas grandes eficiências. A Agência, até por obrigação legal, nos termos da Lei nº2.233, tem por obrigação tentar criar os mecanismos e principalmente as condições para que as intervenções e as medidas de ordem institucional etc sejam envidadas para, justamente, minimizar, melhorar, essa questão.

Sobre a possibilidade da criação do escritório regional da Agência em Cuiabá. Nós já temos um escritório na região de Cáceres, de Corumbá, desculpem-me. Enfim, a gente imagina que já está atendendo a contento dentro daquele espírito que a Agência entende como conveniente para a atuação desse escritório. Mas nada impede que a gente possa fazer uma avaliação, talvez dentro de um novo cenário, sempre com o objetivo de dar eficiência à prestação dos serviços por parte dessa Agência, o que a sociedade demanda.

Com relação à última colocação... Aliás, só para finalizar a questão do Madeira, a gente tem conhecimento através de estudos, conforme falei anteriormente, da PNH, que sem dúvida nenhuma hoje o Madeira está refém de algumas dificuldades, principalmente envolvendo a dragagem, a sinalização. Enfim, intervenções que a Agência não pode implementar diretamente. Conforme falei inicialmente, através dos nossos estudos, principalmente dos nossos diagnósticos, a gente pode encaminhá-las às esferas competentes com vistas à solução ou pelo menos à minimização do problema.

Por último, para finalizar, no que diz respeito à sua preocupação, é plenamente justificável o que V. Ex^a colocou, Senador Cidinho, sobre a questão da eventual concentração de mercado por parte dos *players* que atuam nos arrendamentos de portos públicos. Quero dizer que essa sua preocupação é plenamente procedente. A Agência, inclusive, no que se refere ao atual modelo que está sendo estudado e que hoje se encontra sob análise da corte de contas, tem a preocupação, justamente, de evitar esse tipo de coisa até porque, conforme falei inicialmente, é um mercado que trabalho, em linhas gerais, em regime de preços livres e a competição é fundamental nesse sentido. Então, a concentração vem na contramão dessa proposta. Posso garantir-lhe que a Agência tem mecanismos para minimizar esse problema. Nós casos dos arrendamentos que estão sendo propostos agora, só para exemplificar essa questão, a gente está prevendo, em algumas modelagens, condicionantes para evitar exatamente isso. Ou seja, eventualmente um determinado *player* já opera um terminal, por exemplo, de veículos num dado porto. Se nós viermos a licitá-lo, conforme está previsto no planejamento que está em curso e que hoje se encontra sob a análise do Tribunal de Contas, se houver uma licitação naquele mesmo porto público para se evitar a concentração, a gente criará algumas restrições para que não haja essa concentração. É um exemplo. É importante frisar, também, que em alguns casos a concentração pode ser, também, benefício, ela pode gerar eficiência. Então, é importante, também, que nesses casos, quando houver, você também crie alguns mecanismos, a exemplo de se estabelecer uma tarifa-teto para, justamente, minimizar e evitar práticas abusivas, ou seja, na contramão do que prevê a Lei Antitruste, o que não é nada recomendável para o setor.

Em linhas gerais é isso. Espero que eu tenha atendido, ao menos em parte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Dr. Fernando Fonseca. Passo a palavra ao Dr. Mário Povia, também indicado ao cargo de Diretor da Antaq para as suas respostas.

O SR. MARIO POVIA – Obrigado.

Primeiramente quero externar a solidariedade com relação ao que vem ocorrendo em Rondônia, no Acre. De nossa parte, a agência está mobilizando todos os esforços no sentido de disponibilizar autorizações extraordinárias, atracções em áreas não outorgadas, enfim, para que ocorra um adequado, um possível escoamento de cargas na região, para que não haja um colapso de abastecimento, tanto no Acre quanto em Rondônia.

Realmente, como bem observou o Senador Jorge Viana, é impressionante o aumento nos níveis do Madeira e realmente causando uma série de transtornos, tanto no Estado de Rondônia quanto no Acre.

Então, fica a nossa solidariedade e as nossas providências, no que for possível, no âmbito da Agência, nossas equipes já estão instruídas nesse sentido de prontamente responder a qualquer demanda emergencial na região.

Dr. Fernando já respondeu praticamente a questão *in totum* colocada pelo Senador Acir com relação a Porto Velho. Acerca da questão dos estudos do Madeira-Mamoré, a Agência já desenvolveu isso dentro da Bacia Amazônica, temos um estudo recente acerca de navegabilidade, abordando inclusive as questões de necessidade de intervenção, dragagem e sinalização.

Acho que podemos também trabalhar numa divulgação melhor desse estudo. Vamos identificar o que foi feito na agência para encaminhar aqui para o Senado. Os estudos são recentes, estão atualizados, até georreferenciados, o que muito nos orgulha. Então, vamos encaminhar para cá, principalmente para alguns Senadores, que atuam mais na Região Norte, dado o foco do estudo nessas regiões.

A questão do porto de passageiros também o Dr. Fernando já abordou estudos recentes produzidos. Lembro que está a cargo do DNIT essas intervenções. A agência atua aí sob o aspecto regulatório, identificando pontos de demanda e contribuindo com a política pública.

Há alguns meses, o Governo chegou a sinalizar, S. Ex^a o Presidente Collor, com a possibilidade de criar uma Valec das hidrovias. Quero dizer que vemos isso com muito bons olhos, não sei se isso irá adiante, mas

sempre quando se foca, quando se tem uma empresa voltada a um foco específico, temos observado ganhos. Então, parece-me que, para as hidrovias, seria, Senador Flexa, medida bastante interessante se pudéssemos sugerir ao Governo pensar em algo nesse sentido. Não é nenhuma crítica ao DNIT, mas levando-se em conta as inúmeras atribuições que tem o DNIT hoje, tanto na questão ferroviária quanto na questão rodoviária, realmente é difícil, é uma agenda pesada, é um número de atribuições muito grande. Se, de repente, uma empresa focada nessa questão hidroviária passar a existir, talvez consigamos ganhos significativos.

Dr. Fernando também já falou da BR-364, da experiência da Hermasa, no transbordo em Itacoatiara. São impressionantes os números de movimentação de soja na região, feito praticamente dentro de um projeto da iniciativa privada.

Senador Cidinho, sobre a regional do Mato Grosso, nós não temos mesmo, a nossa regional é em Corumbá, mas podemos estudar sempre, em que pese as dificuldades que temos em questões orçamentárias, mas, sem dúvida nenhuma, há possibilidade de dirigirmos um foco maior de fiscalização para região, uma atenção maior da Agência, talvez possamos trabalhar uma logística interna que permita que os fiscais visitem, com maior frequência, a região do Mato Grosso. Enfim, isso é possível, sim, e podemos nos engajar em medidas dessa natureza.

Quanto à questão de estimular concorrência, o Dr. Fernando já abordou e o modelo prevê o estímulo à concorrência, colocando a impossibilidade de licitantes lidarem em licitações em que já operem aquela carga no porto, se é que há já uma relevante participação no mercado. Então, o modelo contempla essa solução.

Quero dizer que é objetivo da agência, sim, sempre contemplar o aspecto concorrencial, na medida em que se mostra a medida mais saudável para o mercado e dizer também que há uma concorrência intra e inter-portos e que é importante também ter um olhar, porque, às vezes, dois terminais pequenos acabam inviabilizando um ao outro ou não tendo a sinergia adequada.

Então, se de repente aquela zona de influência do porto está também na zona de influência de outro porto próximo, podemos até, em determinada situação, admitir um único terminal concorrendo com terminais de outros portos. Temos estudos, produzimos estudos nesse sentido exatamente para que tenha uma melhor eficiência dos portos.

No modelo de concentração, temos uma gerência de regulação portuária – o Dr. Fernando, inclusive, foi gerente muitos anos dessa gerência –, que se debruça exatamente em cima disso, nas questões de concentração. O setor portuário, às vezes, tende mesmo a ser um setor naturalmente concentrador, em razão dessa característica de não termos tanta disponibilidade assim, principalmente nos portos públicos, para arrendamento. Aí o elogio ao modelo que permite portos privados em regiões próximas que, observadas as assimetrias, possam concorrer em igualdade de condições.

Eu queria lhe responder também a questão sobre cabotagem, os fatores que impedem o desenvolvimento da cabotagem. Nós temos estudos sólidos, um diagnóstico pronto com relação a isso.

Eu queria aproveitar para parabenizar a iniciativa desta Comissão de Infraestrutura pelo fórum que se realizará amanhã e depois de amanhã, tratando de temas que seguramente contemplarão a navegação de cabotagem. Quero reiterar que o diagnóstico está pronto. Nós temos dificuldades sobretudo no porta a porta. A empresa, quando precisa de um produto, precisa se assegurar de que aquele produto vai estar na planta na hora em que ela precisa.

O modal rodoviário responde muito bem a isso, mas, quando nós temos o modal rodoviário chegando, um transbordo no porto e um novo transbordo rodoviário, ocorre o que nós chamamos de uma burocracia maior. Principalmente dentro do porto, nós não temos áreas segregadas ou destinadas à cabotagem. Acaba entrando todo um processo de alfandegamento. A Receita não precisa, evidentemente, olhar uma carga que é nacional. Mas tudo isso está dentro de uma estrutura que, como eu mencionei aqui há pouco tempo atrás, tem muita gente: Receita, Polícia Federal, Capitania, autoridade portuária.

O importante é que operadores portuários multimodais, aqueles que detêm a *expertise* do porta a porta, de destino e origem de carga, tenham condições de atender esse mercado. Eu acredito que se transpusermos essa impedância, nós conseguiremos, sim, chegar a novos patamares de movimentação de carga. Não é um processo fácil, mas eu acho que, debruçando-nos e colocando isso como prioridade, nós conseguiremos.

Eu acho que há portos hoje ainda ociosos que poderiam funcionar muito bem como polos de cabotagem. Vou dar o exemplo de Pelotas, Cabedelo, Ilhéus, portos que têm capacidade ociosa e que poderiam perfeitamente servir de pontos de atração para cabotagem. Como eu disse, não faz nenhum sentido uma carga de arroz, por exemplo, sair do Rio Grande do Sul e ir de caminhão para o Nordeste. Isso é uma providência que nós temos que tomar.

Estamos muito otimistas com relação ao fórum que esta Comissão estará promovendo, a partir de amanhã. Inclusive, mais uma vez, parabéns, Presidente Collor, a iniciativa desta Comissão.

Por fim, com relação ao que propôs o Senador Jorge Viana e o Senador Sérgio Petecão, vamos, sim, tratar pontualmente dessa questão envolvendo a travessia entre os Estados do Acre e de Rondônia sobre o Rio Madeira, para verificar o que está acontecendo e, sobretudo, se o serviço prestado está realmente adequado à proposta. Essa empresa é outorgada, ela é objeto de fiscalização da agência. Sem dúvida nenhuma, vamos nos debruçar sobre isso e fazer um levantamento e um diagnóstico de como está a situação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado ao Dr. Mário Povia por sua explanação.

Dou por encerrado o processo de votações em relação às Mensagens nºs 18 e 19, de 2014, e convido S. Ex^{as} os Srs. Senadores Flexa Ribeiro e Cidinho Santos para atuarem como escrutinadores.

Então, para o Dr. Mário Povia, 19 votos favoráveis; um contrário, nenhuma abstenção. Para o Dr. Fernando José de Pádua Costa Fonseca (idêntico): 19 votos favoráveis; um voto contrário e nenhuma abstenção.

Muito obrigado a S. Ex^{as}, Senadores Flexa Ribeiro e Cidinho Santos que atuaram como escrutinadores.

Declaro aprovada a indicação do Sr. Mário Povia para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviário (Antaq) por 19 votos favoráveis e um voto contrário.

Do mesmo modo, declaro aprovada a indicação do Sr. Fernando José de Pádua Costa Fonseca para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviário (Antaq) por 19 votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção.

Gostaria de agradecer a presença dos Srs. Mário Povia e Fernando José de Pádua Costa Fonseca, desejando-lhes uma profícua e exitosa missão.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as Sr^{as} e Srs. Senadores, convido a todos para o 1º Fórum Nacional de Infraestrutura: Soluções para o Desenvolvimento Brasileiro, a ser realizado por esta Comissão nos dias 27 e 28 de março; portanto, amanhã e sexta-feira. Amanhã, na quinta-feira, a abertura será às 9h no Auditório Antonio Carlos Magalhães, na sede do Interlegis, sublinhando a importância da participação de todas as Sr^{as} Senadoras e de todos os Srs. Senadores.

Por fim, convoco nossa próxima reunião a realizar-se no dia 2 de abril de 2014, quarta-feira, às 7h30min neste Plenário.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada 10 horas e 38 minutos.)

ATA DA 7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2014, TERÇA-FEIRA, ÀS DEZ HORAS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia primeiro de abril de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Delcídio do Amaral, Jorge Viana, Inácio Arruda, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, José Pimentel, Vanessa Grazziotin, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol, Ruben Figueiró, Jayme Campos e Eduardo Amorim**. Registra presença como não-membro o Senhor Senador **Casildo Maldaner**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação da ata da 6ª reunião, que é dada como lida e aprovada. São lidos os Comunicados da Presidência da Comissão e os Requerimentos de autoria do Senador **Ricardo Ferraço** e da Senadora **Lúcia Vânia**. Tem início a apreciação da pauta. Item 1 – **Mensagem (SF) nº 17, de 2014**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ADALBERTO TOKARSKI para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ*”. Relatoria: Senador **Flexa Ribeiro**. Resultado: Lido o relatório, o Presidente concede vista coletiva da matéria, nos termos do Ato nº 01, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 04, de 2013-CI). Item 2 – **Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 1, de 2014**, de autoria do Deputado **Eliene Lima**, que “*altera as Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para aumentar a capacidade instalada dos aproveitamentos de potenciais hidráulicos para geração de energia elétrica que ficam dispensados de obter autorização, devendo apenas ser comunicados ao poder concedente, e dá outras providências*”. Relatoria: Senador **Ivo Cassol**. Resultado: Aprovado. Item 3 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 7, de 2014**, de autoria do Senador **Fernando Collor**, que “*com base no art. 58, §2º, incisos II e VI, da Constituição Federal, combinados com o art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de diligência desta Comissão de Serviços de Infraestrutura em Maceió, Alagoas, para verificar e debater questões inerentes à infraestrutura no Estado, tais como as obras do Canal do Sertão, da BR 101, da BR 316*”.

no trecho Inajá-Carié, BR 416 no trecho Ibateguara-Colônia Leopolodina, entre outras”. **Resultado:** Aprovado. Item 4 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 8, de 2014**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que “requeiro, nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ministro do Tribunal de Contas da União, Valmir Campelo, para comparecer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), com vistas a apresentar exposição informativa sobre o Aviso nº 56, de 2013 (nº 1.448 GP/TCU, de 28 de agosto de 2013, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.186, de 2013 – TCU – Plenário, acompanhado das peças que o fundamentam, proferido na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado do Plenário de 14 de agosto de 2013, ao apreciar o TC nº 013.036/2012-2, acerca da solvabilidade das dívidas de Estados e Municípios com a União ao final dos contratos de renegociação.” **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e vinte e um minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 7ª Reunião, Extraordinária, da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da 6ª Reunião. As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Gostaria, inicialmente, de tecer alguns comentários, especialmente a S. Ex^{as} os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que integram esta Comissão de Serviços de Infraestrutura com relação à realização desta reunião extraordinária.

Considerando que o Conselho Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) necessita compor o seu quadro de diretores para fazer frente às decisões daquele colegiado e, com base nos atos e procedimentos desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, é que esta Presidência entendeu conveniente a realização da presente reunião extraordinária, viabilizando, assim, a realização da sabatina do indicado pela Mensagem do Senado Federal nº 17, de 2014, em nossa 9ª Reunião, a ser realizada no dia 2 de abril, portanto, amanhã. Tal procedimento está de acordo com os atos normativos desta Comissão e propiciará a celeridade requerida na tramitação da referida mensagem, sem prejuízo da análise de V. Ex^{as}.

Leitura de requerimento para ser colocado na pauta deliberativa da nossa próxima reunião.

REQUERIMENTO Nº – CI, de 2014

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do senhor Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional, dentre os convidados da Audiência Pública, objeto do Requerimento nº 8 de 2014, lido na 5ª Reunião Extraordinária, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), na data de 19 de março de 2014, com vistas a apresentar exposição informativa sobre o Acórdão nº 2.186, de 2013 – TCU – Plenário, especialmente sobre os resultados apresentados pela Secretaria do Tesouro Nacional em cumprimento ao determinado no item 9.3 do referido Acórdão.

Vem a exposição do autor do requerimento, S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço, em que, dentre outras coisas, ele coloca, na sua justificação, que as dívidas dos Estados e Municípios com a União vêm sendo debatidas no Congresso Nacional, sobretudo a partir do ano de 2013, em decorrência do contraste entre a trajetória declinante das taxas de juros no País e a evolução do índice de correção dessas dívidas, o que ocasionou a apresentação de diversas propostas de alterações dos contratos.

Esse é o requerimento apresentado por S. Ex^a o Senador Ricardo Ferraço.

Outro requerimento.

REQUERIMENTO Nº 11 – CI, de 2014

Em atenção à Resolução nº 44 de 2013 e tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 96 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminho sugestão para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura promova a avaliação das políticas públicas relacionadas à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, fundo setorial que congrega despesas associadas às políticas do setor de energia elétrica pagas, principalmente, por consumidores de energia e pelo Tesouro Nacional.

Vem a justificação da Srª Senadora Lúcia Vânia, que apresenta este requerimento, dizendo, dentre outras questões, que, além de proporcionar uma visão mais clara sobre os resultados efetivos das despesas pagas por consumidores de energia elétrica e contribuintes, a Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal contribuirá para o aumento da transparência das contas do setor elétrico e para o incremento da eficiência das políticas públicas do setor.

Como disse, requerimento apresentado por S. Exª Senadora Lúcia Vânia.

Passando à pauta do dia de hoje, item 1:

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 17, de 2014

– Não terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Sr. ADALBERTO TOKARSKI para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Autoria: Presidenta da República.

Relatoria: S. Exª o Sr. Senador Flexa Ribeiro.

Relatório: pronto para deliberação.

Observação: *será concedida automaticamente vista coletiva após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, nos termos do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, também desta Comissão).*

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Flexa Ribeiro, para proferir o seu relatório.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente, Senador Fernando Collor; Srs. Senadores, a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Adalberto Tokarski para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes e criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Estabelece o art. 53 da referida lei que os membros da diretoria da Antaq devem ser brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos, devendo ser nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Senado Federal.

O Sr. Adalberto Tokarski nasceu na cidade de Barbosa Ferraz (PR), em 1960. É engenheiro civil, graduado pela Universidade Católica de Goiás no ano de 1986.

O indicado foi nomeado Gerente de Desenvolvimento e Regulação da Navegação Interior da Antaq em 2006 e, desde agosto de 2011, ocupa o cargo de Superintendente de Navegação Interior da Agência. Nesse período, foi também Presidente do Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Vila do Conde, Belém, Santarém, Outeiro e Miramar, entre 2007 e 2008; e representa a Antaq no acordo da Hidrovia Uruguai-Brasil, desde 2009.

Além disso, seu currículo profissional registra que foi Presidente da Agência de Desenvolvimento do Corredor Centro Norte, no período de outubro de 2005 a setembro de 2006; representante do setor hidroviário nas Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), nos anos de 2004 e 2005. Além dos cargos citados, foi Diretor de Obras da Administração Regional de Santa Maria (DF), em 1994; e Secretário de Obras da Prefeitura de Alto Taquari (MT), nos anos de 1987 e 1988.

O indicado declarou formalmente não possuir parentes que exercem ou tenham exercido atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional; não existirem ações judiciais nas quais figure na condição de réu ou de autor; e não ter atuado, nos últimos cinco anos, em juízos ou tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras; juntou certidões com o objetivo de comprovar situação regular perante o Fisco Federal e o do Distrito Federal. Consignou, também, ser sócio proprietário, desde março de 2004, da empresa Ageara Publicidade e Eventos, atualmente em processo de encerramento; ter sido presidente das seguintes entidades sem fins lucrativos: Agência de Desenvolvimento Sustentável do Corredor Centro Norte (Adecon), entre outubro de 2005 e setembro de 2006; e Agência de Desenvolvimento dos Empreendedores do Tocantins Araguaia (Apamara), entre março de 2004 e setembro de 2006.

Apresentou, ainda, argumentação escrita com o objetivo de demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo, por intermédio da qual, além das informações que constam do seu *curriculum vitae*, revela ter sido responsável pela elaboração de normas técnicas do setor de navegação interior e participado de comissão que elaborou norma para outorga dos terminais portuários de uso privativo de turismo e da elaboração do planejamento estratégico da Agência, tendo liderado o projeto Incentivo à Regularização.

Por fim, cabe mencionar que, segundo as informações apresentadas, o indicado não mantém ou manteve nos últimos doze meses vínculos com empresa que explore atividades reguladas pela Antaq e portanto não se verificaram as situações de impedimento previstas no art. 58 da Lei 10.233, de 2001.

Esses são os elementos disponíveis para que esta Comissão delibere sobre a indicação, pela Senhora Presidente da República, do Sr. Adalberto Tokarski para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro pela apresentação do seu relatório, que coloco agora em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do §2º do art. 2º do Ato nº 1, de 2009-CI, com a redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, de 2014

– Não terminativo –

Altera as Leis nºs 9.074, de 7 de julho de 1995, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para aumentar a capacidade instalada dos aproveitamentos de potenciais hidráulicos para geração de energia elétrica que ficam dispensados de obter autorização, devendo apenas ser comunicados ao poder concedente, e dá outras providências.

Autoria: Deputado Eliene Lima.

Relatoria: S. Ex^a o Senador Ivo Cassol.

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Ivo Cassol para proferir o seu relatório.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero aqui, com alegria, deixar o meu abraço aos demais colegas desta Comissão.

O art. 1º altera o art. 8º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para aumentar de 1.000kW para 3.000kW a potência máxima dos aproveitamentos de potenciais hidráulicos dispensados de concessão, permissão ou autorização, os quais devem apenas ser comunicados ao poder concedente.

O que acontece? Hoje, nós temos as CGHs de zero a 1MW, para cujo empreendimento se requer, simplesmente, um comunicado à Aneel, com as licenças ambientais estaduais e o projeto básico, a fim de se possa fazer esse empreendimento. Todavia, com tantos projetos de usinas hidrelétricas que a Aneel tem hoje para analisar, em nível nacional, esses pequenos projetos de até 3MW, muitas vezes, ficam estagnados, ficam paralisados ou ficam para segundo plano, deixando-se, com isso, de gerar milhares de empregos e milhões de reais em impostos. Isso sem contar a enorme quantidade de PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) – mais de 700 empreendimentos pequenos – de até 3MW a serem feitos Brasil a fora, tanto no Nordeste quanto no Sudeste e no Centro-Oeste, com vistas a abastecer as pequenas cidades, especialmente cidades isoladas, a exemplo de tantas cidades isoladas que temos Brasil a fora, onde pode ser feito esse pequeno empreendimento sem a burocracia existente hoje via Aneel.

Tanto assim que, nesse projeto que veio da Câmara dos Deputados, a Aneel já foi ouvida, oferecendo parecer favorável à matéria, tendo em conta que, além de gerar empregos, vem a aumentar ainda mais o fornecimento de energia em curto prazo. São pequenos empreendimentos que podem ser feitos em seis meses, um ano, ajudando a diminuir o caos energético que existe hoje.

Se deixarmos de 1 MW a 3MW, como está aí hoje, vai acontecer que continuará o mesmo sistema para quem tem uma de 30MW, de 25MW ou de 3MW.

O art. 2º modifica o art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para aumentar a potência máxima dos aproveitamentos de potencial hidráulico que necessitam de autorização de 30.000kW para 50.000kW, destinados a produção independente ou autoprodução, tendo ou não as características de pequena central hidrelétrica.

Por fim, o art. 3º traz a cláusula de vigência: a data de publicação da Lei.

Não foram apresentadas emendas ao PLC nº 1, de 2014, na Comissão de Serviços de Infraestrutura no prazo regimental.

Análise.

O PLC nº 1, de 2014, atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, pois trata de geração de energia elétrica, matéria incluída entre aquelas disciplináveis por lei federal, em conformidade com os arts. 22, IV, e 48, *caput*, da Constituição Federal, e não consta do rol das matérias de iniciativa privativa do Presidente da República, listadas no art. 84 da Carta Magna.

Com relação aos requisitos de juridicidade e de regimentalidade, verifica-se que eles foram plenamente atendidos, e, além disso, a matéria vem redigida de acordo com a melhor técnica legislativa.

Quanto ao mérito, é matéria, sem dúvida, de valor e oportuna, mormente tendo em vista o momento que o Brasil atravessa, de séria ameaça ao fornecimento de energia elétrica.

O sistema elétrico brasileiro estruturou-se nas últimas décadas em torno de grandes hidrelétricas ligadas aos consumidores por meio de longas linhas de transmissão. Nos últimos anos, a frequência dos chamados apagões mostrou a fragilidade do sistema de transmissão, e, nesses últimos meses, a baixa pluviosidade reduziu perigosamente a capacidade de geração hidrelétrica.

A construção de mais centrais hidrelétricas de pequeno porte – sobretudo, as de pequeno porte de até 3MW – traria duplo efeito positivo para a robustez do sistema elétrico brasileiro: aumentaria a potência instalada do parque gerador e distribuiria geograficamente a geração, de forma que seria reduzida a dependência, hoje existente, em relação a longas linhas de transmissão.

Assim sendo, ao incentivar a implantação de centrais hidrelétricas de pequeno porte, por meio da redução da burocracia necessária para a realização dos empreendimentos, o PLC nº1, de 2014, aperfeiçoa a legislação vigente e contribui para o desenvolvimento do sistema elétrico do Brasil.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do PLC nº 1, de 2014.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Ivo Cassol, pela leitura de seu relatório, que coloco agora em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para seguimento de sua tramitação.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, tem a palavra S. Ex^a o Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Eu gostaria de solicitar o regime de urgência, para que o projeto fosse remetido ao plenário, a fim de que pudesse haver a sua aprovação. A situação que o Brasil vive hoje é de falta de energia elétrica. Nesses pequenos empreendimentos, se nós dependemos do sistema da Aneel, tanto faz se é 1MW ou se são 2MW, 30MW ou 40MW, a burocracia é a mesma. É como alguém que vai pegar um financiamento no BNDES: para pegar R\$1 milhão ou R\$1 bilhão no BNDES, a burocracia é a mesma. Então, com isso, nós vamos evitar a burocracia, deixando para os Estados a definição. Cada Governo de Estado é que dá a licença ambiental para a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas, de pequenas UHEs.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – A solicitação de V. Ex^a será acolhida pela Mesa Diretora da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 7, DE 2014

– Não terminativo –

Com base no art. 58, §2º, incisos II e VI, da Constituição Federal, combinado com o art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de diligência desta Comissão de Serviços de Infraestrutura em Maceió, Alagoas, para verificar e debater questões inerentes à infraestrutura no Estado, tais como as obras do Canal do Sertão, da BR-101, da BR-316 no trecho Inajá-Carié, da BR-416 no trecho Ibatiguara-Colônia Leolpodina, entre outras.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Observação:

Lido em 19.03.2014.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 8, DE 2014**– Não terminativo –**

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 58 da Constituição Federal do Brasil e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Ministro do Tribunal de Contas da União Valmir Campelo para comparecer à realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), com vistas a apresentar exposição informativa sobre o Aviso nº 56, de 2013 (nº 1.448 GP/TCU, de 28 de agosto de 2013, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão nº 2.186, de 2013 – TCU – Plenário, acompanhado das peças que o fundamentam, proferido na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado do Plenário de 14 de agosto de 2013, ao apreciar o TC nº 013.036/2012-2, acerca da solvabilidade das dívidas de Estados e Municípios com a União ao final dos contratos de renegociação.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Observação:

Lido em 26.03.2014.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Vale lembrar que, hoje, anteriormente a esse que foi colocado para deliberação das Sras e dos Srs. Senadores, foi lido um requerimento do Senador Ricardo Ferraço pedindo para incluir, nesta audiência pública, o Dr. Arno Augustin, Secretário do Tesouro Nacional. O requerimento em relação ao convite do Dr. Arno foi lido hoje para deliberação na reunião da quarta-feira da próxima semana, visto que a pauta de amanhã já foi distribuída com antecedência de 48 horas, de acordo com o Ato nº 2, de 2009, desta Comissão.

Antes de encerrarmos a presente reunião, agradeço a presença de todas as Sras e dos Srs. Senadores e convoco nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 2 de abril de 2014, amanhã, às 7h30, neste plenário, quando será apresentado o relatório do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura: Soluções para o Desenvolvimento Urbano. Imediatamente após a reunião, realizaremos a sabatina do indicado para a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), conforme a Mensagem nº 17, de 2014, de autoria de Sua Excelência a Senhora Presidenta da República.

Dito isso, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 21 minutos.)

ATA DA 8ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2014, QUARTA-FEIRA, ÀS SETE HORAS E TRINTA MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às sete horas e trinta minutos do dia dois de abril de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Wilder Moraes, Cidinho Santos, Alfredo Nascimento, José Pimentel, Wellington Dias, Lídice da Mata, Vanessa Grazziotin, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Ruben Figueiró e Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e são lidos os Comunicados da Presidência. Tem início a apreciação da pauta. **Apresentação do Relatório Final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura**, realizado nos dias 27 e 28 de março de 2014, de autoria do Senador **Fernando Collor**. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às oito horas e dezesseis minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 8ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura. Comunicado da Presidência.

Notícias e panorama da infraestrutura na palavra de especialistas.

A crise de abastecimento de água em grandes cidades brasileiras, provocada pela seca dos últimos meses, tem como agravante o atraso ou mesmo a não execução de obras importantes capazes de garantir o abastecimento de água e saneamento básico em várias regiões do País. Especialistas da Agência Nacional de Águas (ANA) alertam que – a menos que sejam concluídos projetos relevantes até o próximo ano – cerca de 30% da população brasileira (ou 62,5 milhões de habitantes) enfrentarão problemas de escassez de água em 2025.

Dos 16 projetos previstos nas dez maiores regiões metropolitanas do País, apenas cinco foram concluídos. Entre eles, o chamado Eixão das Águas, no Ceará, canal de 225km que leva água do Açude Castanhão, no interior do Estado, para Fortaleza, cuja construção demorou doze anos. Assim como a reforma da Estação de Tratamento do Guandu, no Rio de Janeiro (que abastece 70% da cidade com água captada no rio Paraíba do Sul) e o reforço do Sistema Alto Tietê, que responde pelo abastecimento de quatro milhões de habitantes da região metropolitana de São Paulo.

As demais obras ou estão em andamento ou algumas delas ainda nem se iniciaram. Entre os entraves, os especialistas afirmam que esse atraso se deve – em alguns casos, principalmente – à demora na obtenção de licenças ambientais e na conclusão do processo licitatório, além da dificuldade técnica de tocar projetos de grande porte. É o caso vivido pelo Departamento de Água e Esgotos da cidade de Porto Alegre, que aguarda há três anos o licenciamento ambiental para iniciar as obras do projeto de captação de água no delta do Rio Jacuí, ao custo de R\$86 milhões.

Por outro lado, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) trabalha com a expectativa de recuperação do nível dos reservatórios das Regiões Sudeste e Centro-Oeste ao longo deste mês de abril, mas o “alerta amarelo” de um possível racionamento de energia deverá permanecer, embora segundo cálculos do ONS, as usinas devem registrar um nível de armazenamento de 40,7% no final de maio. O nível atual é de 36,02%. Mesmo assim, o temor quanto a um eventual racionamento continua, pois o Diretor-Geral do ONS, Hermes Chipp, disse ser necessário um nível mínimo de 43% para garantir o fornecimento de energia, sem riscos, até o próximo ano.

Interessante observar que, nos últimos dez anos, o período seco, que vai de maio a outubro no centro e no sul do País, tem sido regularmente mais chuvoso que a média histórica. Se o nível de armazenamento chegar em novembro a 40,5%, ficam minimizados os riscos de um eventual racionamento.

Por outro lado, o setor de açúcar e do álcool – o elo mais frágil da matriz energética, impensado pela indústria petroleira e pela geração elétrica – tem feito reiterados pedidos de socorro ao Governo Federal. Empresários das usinas de etanol do País – concentradas no Triângulo Mineiro, em Goiás e no oeste de São Paulo – reclamam da política do Governo de obrigar a Petrobras a vender gasolina importada por preços irrealistas. Os empresários recordam que, em vez de exportar etanol, o Brasil passou a importar o combustível dos Estados Unidos e não consegue produzir derivados de petróleo em quantidade suficiente para atender o consumo interno.

Na última quinta-feira, o Conselho Monetário Nacional definiu a política oficial de socorro ao setor sucroalcooleiro neste ano. Uma das decisões foi a regra para financiamento da estocagem de etanol combustível, com uma linha especial de R\$2 bilhões. O objetivo é estabilizar a oferta e combater a atual oscilação do preço, que já chegou às bombas dos postos. Em 2013, o Conselho Monetário Nacional aprovou liberação de crédito pela mesma razão. O pagamento deverá ocorrer em três prestações mensais, a partir de maio próximo.

Dados da ANP mostram que o déficit da balança comercial de combustíveis deverá se ampliar em 2014. Apenas o rombo provocado pelas compras de óleo diesel será de US\$9 bilhões neste ano e o da gasolina, de US\$2,5 bilhões, considerando-se uma alta de 4% na demanda de derivados de petróleo.

O Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Adilson Oliveira, acredita que a situação no setor energético vai piorar, sobretudo por causa do peso cada vez maior do parque termoeletrico na garantia de abastecimento de casas e empresas. Para ele, os brasileiros devem preparar o bolso para começar a pagar mais pela conta de luz no fim deste ano. Segundo o professor, o encarecimento da energia elétrica será inevitável, uma vez que a capacidade do Tesouro de bancar os subsídios está se esgotando.

Em comentário recente, o Presidente da Thymos Consultoria, João Carlos Mello, ressalta que, de março a dezembro deste ano, as térmicas projetam receita bruta de R\$24 bilhões, montante que poderia ser economizado com uma campanha nacional em favor da economia voluntária do consumo residencial de eletricidade. Ele estima em 30% o reajuste no valor dos contratos de energia a serem negociados em 2015. Na última sexta-feira, a Câmara de Compensação de Energia Elétrica fixou para esta semana o preço de R\$822,83 para o megawatt médio, recorde em vigor desde fevereiro.

Para o Diretor da Safira Energia, Fábio Luiz Cuberos, a ativação das termoeletricas é uma resposta inevitável diante do estresse hídrico, mas, “ao contrário de 13 anos atrás, o problema para o consumidor, ao menos por enquanto, não é a falta de energia, mas sim o aumento no valor da conta a ser paga”. Avalia o especialista que os estragos poderiam ser minimizados se houvesse melhor manutenção nos equipamentos da rede e um

melhor planejamento na expansão do parque gerador e das linhas de transmissão do sistema, sobretudo no Nordeste. A média de atraso nas obras de ampliação da oferta de energia no País passa de dez meses.

Apenas as concessionárias que não aderiram ao plano de redução da conta de luz têm registrado ganhos atualmente. Dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica mostram que as geradoras Cemig, Cesp e Tractebel e outros agentes como o Banco BTG Pactual estão entre os que mais faturam com a crise do setor. O volume financeiro total em fevereiro já foi apurado, mas ainda não divulgado. Técnicos do Governo dizem que chegará próximo a R\$6 bilhões, mais que o dobro de janeiro. As distribuidoras que comercializam energia mais cara no atacado receberão, do Tesouro Nacional, pelo menos R\$23 bilhões entre 2013 e 2014, para continuarem fornecendo energia.

Ao mesmo tempo, a agência de classificação de risco Standard & Poors – que há uma semana rebaixou a classificação do Brasil – advertiu na sexta-feira que a fraca expansão econômica pode derrubar ainda mais a nota de crédito do País. Para os especialistas da agência, o Brasil pode ter a nota ameaçada novamente, caso a economia continue a avançar em ritmo lento nos próximos cinco anos.

Passando à pauta da reunião de hoje, a presente reunião destina-se à apresentação do Relatório Final do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura – Soluções para o Desenvolvimento Brasileiro, promovido por esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizado no Senado Federal nos dias 27 e 28 de março de 2014, quinta e sexta-feira da semana passada.

Passo a ler a apresentação do Relatório Final.

Sr^{as} e Srs. Senadores integrantes desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, na tarde da sexta-feira passada, dia 28 de março, promovemos o encerramento do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura – Soluções para o Desenvolvimento Brasileiro, quando foram apresentados pelos respectivos coordenadores os relatórios das sete mesas-redondas.

Na oportunidade, tivemos também a palestra final do Embaixador Rubens Barbosa, Presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

De acordo com a programação do Fórum e, conforme anunciado no encerramento do evento, os relatórios das mesas-redondas contendo propostas e sugestões para cada setor serão submetidos à consideração desta Comissão em sua reunião de hoje.

Antes, porém, da apresentação dos relatórios, gostaria de reiterar minhas considerações acerca dos trabalhos desenvolvidos durante o Fórum, bem como os agradecimentos feitos no encerramento do encontro.

Conforme divulgado desde o início, o emblema do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura esteve contido nas palavras de Arnold Toynbee, de que o Brasil só será uma grande potência no dia em que adquirir o dom da eficiência.

Ao finalizarmos as atividades no último dia 28, duas certezas passei a ter: a primeira é de que a condução dos coordenadores e o trabalho realizado pelos integrantes das mesas-redondas cumpriram fielmente o conselho de Toynbee. Graças a eles, a eficiência imperou em nossas atividades, sobretudo pela metodologia adotada e seguida à risca pelos participantes.

A segunda certeza extraí das próprias apresentações dos coordenadores. Pelos resultados expostos e pelas propostas sugeridas, não tenho dúvida em afirmar que cumprimos, eficientemente, a tarefa. Ou seja, o objetivo de propor soluções reais e exequíveis para superar os gargalos e déficits da infraestrutura brasileira foi alcançado.

Assim, minha convicção hoje é de que este Fórum produziu um caderno de instrumentos de contribuição para que o Brasil, por meio de ações, medidas e iniciativas dos Poderes da República, possa construir o “espaço seguro” a que me referi na abertura do evento. No caso, o intuito desta construção é o de permitir ao País atrair investimentos e promover mais adequadamente seu desenvolvimento econômico e social, campos esses em que a infraestrutura exerce papel predominante.

Nesse sentido, vale citar as palavras do economista Luiz Gonzaga Belluzzo, que oportunamente assinala que “o novo papel do Estado deve estar concentrado na indução da cooperação, na coordenação dos atores e na redução da incerteza. Sua tarefa não é a de ‘escolher vencedores’, mas a de criar condições para que os vencedores apareçam.” Ou seja, nosso “espaço seguro” também passa, inevitavelmente, por uma infraestrutura diversificada, sólida, ampla e eficaz.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a continuidade da missão oriunda do Fórum ficará agora a cargo da Comissão de Infraestrutura, que terá a responsabilidade de analisar e acolher o que foi debatido e proposto por cada uma das mesas-redondas.

Mais do que isso, haveremos também de materializar esses resultados de modo a encaminhá-los, em alguns casos ao Executivo, em suas três esferas, e, em outros, apresentá-los como iniciativas aqui no Legislativo.

Assim, enaltecendo a excelência do produto final do Fórum, gostaria de novamente prestar os agradecimentos a cada um dos participantes e parabenizá-los pelo trabalho desenvolvido.

Aos coordenadores das Mesas, agradeço pela missão cumprida, especialmente pela integral fidelidade às expectativas e à concepção do Fórum.

Especial agradecimento faço as S. Ex^{as} os Senadores Delcídio Amaral e Acir Gurgacz pela colaboração e disponibilidade na coordenação das suas mesas, assim como ao Prof. Luiz Curi, pela concepção e formatação do Fórum.

Aos especialistas integrantes de cada um dos grupos, agradeço o empenho, a disposição e a competência que apresentaram no curso dos trabalhos.

Muito obrigado a S. Ex^a o Embaixador Rubens Barbosa, cuja capacidade e conhecimento sempre engrandecem qualquer evento da magnitude e complexidade como foram as do Fórum.

Mais uma vez, agradeço o Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, pelo incondicional e imprescindível apoio institucional à realização dos trabalhos.

Agradeço também a presença dos convidados, observadores e demais ouvintes que estiveram presentes ao evento, bem como os internautas e cidadãos que acompanharam as mesas-redondas e enviaram os seus comentários.

Da mesma forma, o meu reconhecimento de sempre à equipe de consultores legislativos do Senado Federal, que desde o início nos auxiliou com sua costumeira dedicação e qualidade técnica. Eles seguirão nos assessorando na continuidade dos trabalhos no âmbito desta Comissão.

Por fim, gostaria de registrar o meu muito obrigado aos demais setores funcionais do Senado Federal, sem os quais não obteríamos esse sucesso: à Diretoria-Geral, na pessoa do Diretor-Geral Antônio Helder Medeiros Rebouças; à Secretaria de Comunicação Social, na pessoa de seu Diretor Davi Emerich; à Secretaria de Editoração e Publicações, na pessoa de seu Diretor Florian Augusto Coutinho Madruga; à Consultoria Legislativa, na pessoa do Consultor-Geral Paulo Mohn; à Secretaria de Comissões, na pessoa de seu Diretor Flávio Heringer; à Coordenação de Relações Públicas, na pessoa da Coordenadora Andréa Valente da Cunha; ao Instituto Legislativo Brasileiro, na pessoa da Diretora Executiva Helga Mara Teixeira; a toda a equipe da Secretaria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, na pessoa de seu Secretário Álvaro Araujo Souza; e à equipe do meu gabinete parlamentar, na pessoa do Chefe de Gabinete Joberto Mattos de Sant' Anna.

Sr^{as} e Srs. Senadores, antes da apresentação dos resultados do Fórum, eu gostaria de esclarecer que os relatórios completos de cada mesa-redonda já foram encaminhados ontem, eletronicamente, ao gabinete de V. Ex^{as} integrantes desta Comissão e serão agora distribuídos aqui, na nossa reunião. Esse material constitui o relatório final do Fórum, no qual constam as 101 propostas e sugestões que foram sistematizadas e consolidadas em uma matriz sintética, em forma de tabela, produzida pela consultoria legislativa da Casa, no sentido de facilitar a análise por parte de V. Ex^{as}. Desse trabalho resultaram 78 recomendações das 7 mesas, sendo 60 indicações, 14 proposições legislativas, PECs e projetos de lei, 2 propostas de criação de grupos de trabalho de especialistas no âmbito desta Comissão e 2 propostas de estudo da consultoria legislativa, por meio de nota informativa.

Nessa matriz, com a síntese das recomendações dos grupos, as propostas e sugestões estão divididas por cada setor da infraestrutura que correspondeu a uma mesa-redonda e, dentro desses setores, divididas em três colunas de acordo com a destinação das propostas, ou seja: 1) propostas e sugestões ao Poder Executivo; 2) sugestões ao Poder Legislativo; e 3) aos demais entes federados, ao Poder Judiciário ou, quando for o caso, propostas comuns a mais de um Poder ou ente.

Assim, após a leitura que farei em seguida desse material, será concedida vista coletiva aos membros da Comissão, para que, na próxima reunião do dia 9 de abril, possamos apreciar o relatório final do Fórum.

Lembro, por fim, que as sugestões de proposições legislativas, projetos de lei, PECs, etc. já estão sendo materializadas dentro da técnica legislativa pela consultoria para então serem apresentadas na forma de anteprojetos na reunião desta Comissão do dia 16 de abril próximo, portanto, daqui a duas semanas.

Cada anteprojeto será posteriormente distribuído a um relator integrante da Comissão. Aqueles que vierem a ser por nós aprovados serão, por fim, apresentados regimentalmente à Casa como de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para dar início ao processo legislativo ordinário.

A leitura que passo a fazer agora constitui o extrato das propostas apresentadas na matriz sintética a que me referi.

1º Fórum Nacional de Infraestrutura.

Recomendações.

Mesa Temática de Energia Elétrica.

Recomendações da mesa ao Poder Executivo:

1. Assegurar que a tarifa de energia reflita o sinal de preço adequado aos consumidores, considerando destacadamente as condições conjunturais de custos da operação do sistema;
2. Evitar a criação de novos subsídios cruzados na tarifa de energia elétrica;
3. Aprimorar a gestão do processo de licenciamento ambiental pela criação de um fórum que congregue representantes de todos os órgãos responsáveis pela outorga de licenças (órgãos estaduais de meio ambiente, Iphan, ICM-Bio, Secretaria de Vigilância em Saúde, Funai, Fundação Palmares, dentre outros), com participação do Ministério Público, com o objetivo de compatibilizar os prazos de licenciamento com o planejamento setorial.

Parece fácil, mas vai ser uma tarefa de Hércules.

Ainda da mesa que tratou do tema energia elétrica.

Recomendações ao Poder Legislativo:

1. Adotar uma lei que regule as redes inteligentes (*smart grid*), que estabeleça de forma harmônica os interesses de consumidores e distribuidoras, dentro do sistema de *net metering* (já existe o Projeto de Lei n. 84/2012, de autoria de S. Ex^a, o Senador Blairo Maggi, que pretende regular a matéria);

2. Regulamentar o art. 231 da Constituição Federal (Projeto de Lei Ordinária sobre o que dispõe o §3º do art. 231 [e aqui cito]: “O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos projetos da lavra, na forma da lei”);

3. Considerar a flexibilização do monopólio estatal do setor nuclear (Proposta de Emenda à Constituição ao art. 21, XXIII), promovendo mudanças no marco institucional e regulatório do setor para realizar a separação das atividades executivas das atividades regulatórias e fiscalizatórias, bem como permitir a abertura deste segmento ao setor privado na parte convencional da usina, reservando ao Estado as atividades relacionadas à tecnologia do combustível;

4. Retomar a discussão sobre a construção de reservatórios e o uso múltiplo da água; dialogar com a imprensa; motivar a discussão ampla com a sociedade civil; realizar audiências públicas.

Recomendações a outros entes Federativos, ao Judiciário ou a mais de um Poder ou ente Federativo:

1. Reduzir os tributos que incidem sobre a conta de luz, especialmente PIS/Cofins e ICMS, que oneram os custos da produção, tornando o País menos competitivo no cenário internacional;

2. Criar incentivos para microgeração distribuída, por meio de financiamento específico, desoneração tributária e regulamentação do ICMS para evitar a duplicidade de incidência.

Considerações e Recomendações feitas pela mesa que tratou do segmento combustíveis.

Recomendações ao Poder Executivo:

1. Modificar a função do Conselho Nacional de Política Energética, para se tornar formulador de políticas, deixando de ser somente um órgão consultivo;

2. Elaborar e submeter à análise do Poder Legislativo um plano plurianual de produção e consumo de combustíveis a ser previsto anualmente;

3. Possibilitar à Agência Nacional do Petróleo a revisão, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, da política de conteúdo local, incorporando a experiência adquirida na execução desta política para fomentar a competitividade da indústria doméstica;

4. Seguir uma regra transparente e previsível para o preço dos derivados, baseada no custo de oportunidade balizado pelo preço internacional, por se tratar de um monopólio de fato. A política de preços de combustíveis praticada pela Petrobras – e, digo eu, imposta à Petrobras – é prejudicial ao Estado, à economia nacional – particularmente à indústria do etanol – e à própria Petrobras. Apesar de a lei garantir a liberdade de preços, o Governo intervém de forma discricionária sobre os preços;

5. Apoiar as iniciativas de pesquisas que avaliem as consequências da elevação do teto da mistura de etanol à gasolina para 27%;

6. Incorporar ao programa Inovar-Auto incentivos para ganhos de eficiência no uso de etanol dos motores *flex* e híbridos;

7. Reconhecer que as termoelétricas deverão assumir papel mais preponderante, passando a operar também na base do sistema, por isso, foi proposta a realização de leilões específicos para biomassa e gás.

Recomendações ao Poder Legislativo:

1. Realizar um ciclo de audiências para discutir com maior profundidade a estrutura organizacional do setor de combustíveis, pelo Senado Federal;

2. Criar um grupo de trabalho de especialistas, no âmbito desta Comissão, para elaborar um marco regulatório específico para a exploração de gás de folhelho (*shale gas*) no Brasil, por ser uma atividade bem distinta da exploração convencional;

3. Permitir à Petrobras declinar, quando julgar conveniente, de sua prerrogativa de ter 30%, obrigatoriamente, do consórcio e ser operadora única dos blocos do pré-sal;

4. Fixar volume mínimo do excedente de óleo destinado à União no regime de partilha, para que o risco da exploração seja suportado em maior parte pelo contratado;

5. Elaborar um regime tributário (incluindo a Cide) para o setor de combustíveis que valorize as externalidades positivas do etanol e que garanta sua competitividade, dada a importância estratégica do etanol para o País;

6. Realizar um ciclo de debates pelo Congresso Nacional quanto ao impacto do *shale gás* sobre o setor do petróleo, inclusive quanto à competição por mão de obra e mercados consumidores. Por isso, recomendou-se a realização de ciclo de debates pelo Congresso Nacional.

Recomendações a outros entes federativos, ao Judiciário, ou a mais de um Poder ou ente federativo:

1. Permitir que a ANP faça acordos semelhantes a termos de ajustamento de conduta para a substituição de eventuais multas por outras contrapartidas, uma vez que a exigência de conteúdo local para os insumos da indústria de petróleo é meritória, mas sua implementação precisa ser repensada. Apontou-se o risco de as empresas não cumprirem o nível de conteúdo local acordado com a ANP, com efeitos nocivos sobre a produção de petróleo;

2. Manter o programa de refino, mesmo reconhecendo a necessidade de recursos para exploração do pré-sal.

Recomendações da mesa redonda que tratou de mineração.

Recomendações ao Poder Executivo:

1. Criar uma agência reguladora para o setor mineral, nos moldes do que dispõe a Lei Geral das Agências, garantidos os recursos humanos, materiais e financeiros necessários para o exercício, com autonomia, de suas atribuições. Não atendendo a essas condições é preferível reaparelhar o DNPM para evitar uma ruptura institucional sem benefícios;

2. Reforçar o papel da CPRM, com garantia do fluxo contínuo de recursos, para a realização de levantamentos geológicos básicos e suas demais atribuições;

3. Criar um conselho representativo do setor mineral para discutir e sugerir políticas públicas que afetam o setor, com função consultiva, e não executiva. O conselho deverá ter o importante papel de sensibilizar outras áreas do Governo para as questões da mineração;

4. Criar mecanismos de incentivo e fomento para a exploração de minerais considerados estratégicos, porém sem a criação de códigos específicos para esses minerais;

5. Homologar, pelo Ministério da Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de bacharelado em Geologia e Engenharia Geológica;

6. Adotar uma política industrial para estimular a transformação mineral, criação de incentivos para o desenvolvimento de serviços e tecnologias na área de mineração, criação de mecanismos de incentivo ao investimento nacional na pesquisa mineral.

Recomendações ao Poder Legislativo:

1. Estudar a flexibilização ou a extinção do monopólio da União sobre a pesquisa, lavra e comércio dos minerais nucleares;

2. As alterações do Código de Mineração em tramitação no Congresso não devem prejudicar os direitos adquiridos;

3. Revisar a legislação que estabelece restrições para a atividade de mineração em faixa de fronteira.

Quanto à Mesa Redonda do setor de telecomunicações.

Recomendações ao Poder Executivo:

1. Avaliar a possibilidade de criação de uma agência específica para cuidar da segurança cibernética;

2. Aplicar os recursos do Fistel e regulamentação da redução das alíquotas para os serviços máquina a máquina;

3. Privilegiar, nos editais de licitação das faixas de frequência para a quarta geração de telefonia móvel (4G), a cobertura, o preço para o consumidor e a qualidade dos serviços em detrimento da arrecadação;

4. Propor criação de Cide específica para atender a política governamental de transferência de renda, mas que incida sobre bens e serviços não essenciais.

Recomendações ao Poder Legislativo:

1. Criar regulamentação específica, no âmbito do Marco Civil da Internet, que discipline ações de segurança cibernética, dispondo sobre a atuação conjunta dos diversos agentes envolvidos (militares, policiais e empresas de telecomunicações), em particular sobre o compartilhamento de informações gerenciais e de segurança sobre a rede;

2. Utilizar os recursos do Fust. Para tanto, seria relevante a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei originário do Senado Federal (PL nº 1.484, de 2007), que possibilita a utilização de recursos do fundo de serviços prestados em regime privado, entre eles os de provimento de conexão à Internet em banda larga;

3. Homogeneizar as legislações estaduais e municipais na instalação da infraestrutura de suporte dos serviços de telecomunicações. Para tanto, seria relevante a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei originário do Senado Federal que disciplina a matéria (PL nº 5.013, de 2013);

4. Alterar o modelo tributário do setor, principalmente no que diz respeito ao ICMS. Sugestão de apresentação de proposta de emenda à Constituição que altere o art. 155 da Carta Magna possibilitando ao Senado Federal estabelecer limites às alíquotas do ICMS para serviços de competência da União, inclusive telecomunicações, considerados, por lei, essenciais.

Recomendações e conclusões da Mesa Redonda que tratou do transporte de carga.

Recomendações ao Poder Executivo:

1. Diminuir os níveis decisórios, tendo em vista a existência, atualmente, de muitos atores intervenientes nos processos na área de infraestrutura de transporte. No mesmo sentido, deve-se buscar harmonizar a atuação dos órgãos envolvidos;

2. Incluir o Programa de Segurança Ferroviária (Prosefer) no PAC;

3. Assegurar a disponibilidade de engenheiros e demais profissionais no corpo técnico dos órgãos do Executivo em qualidade e quantidade necessárias para enfrentar os desafios da área;

4. Elaborar planejamento integrado e sistêmico para todo o setor de logística e transportes, tendo como referência as boas práticas de planejamento dos setores elétrico e de telecomunicações;

5. Fortalecer participação da iniciativa privada na elaboração de projetos, destacando a necessidade de regulamentação, mediante decreto do Poder Executivo, do art. 21 da Lei nº 8.987, de 1995;

6. Buscar tratamento isonômico na formação de recursos humanos para o setor aquaviário em relação aos demais setores.

Recomendações ao Poder Legislativo:

1. Criar grupo de trabalho com a incumbência de propor uma Lei Geral que disponha sobre a organização dos serviços de transportes, a estrutura governamental do setor e outros aspectos institucionais envolvidos;

2. Alterar a legislação de obras públicas de forma a viabilizar que os prazos para execução de serviços de manutenção de obras sejam compatíveis com a vida útil dos projetos;

3. Elaboração de norma geral para instituir, por lei, a responsabilização – nos moldes da Anotação de Responsabilidade Técnica de engenheiros, arquitetos e agrônomos no âmbito dos CREAs – de servidores públicos que atuam nas áreas de fiscalização, controle e auditoria, por prejuízos causados em obras com recursos públicos, em virtude de seus relatórios, pareceres ou decisões. Observação: essa foi uma proposta individual do coordenador, debatida no grupo, mas não constante do relatório da mesa-redonda.

Recomendações a outros entes federativos, ao Judiciário, ou a mais de um Poder ou ente federativo:

1. Eliminar excessos de controle de meios (desburocratização dos processos de concessão e licitação) e reduzir os níveis de decisão nos licenciamentos e harmonização entre os mesmos;

2. Assegurar o papel institucional das agências regulatórias e garantir sua efetiva independência financeira e administrativa, sua autonomia decisória e a competência técnica dos quadros permanentes e da diretoria;

3. Avaliar mecanismos para simplificar e melhorar a competitividade da navegação interior e de cabotagem técnica dos quadros permanentes e da diretoria;

4. Elevar o nível de investimento federal em infraestrutura de transportes, contemplando também as redes estaduais e municipais;

5. Garantir o uso múltiplo das águas de modo a não inviabilizar a navegação interior;

6. Fortalecer o papel da autoridade portuária.

Resultados, considerações e recomendações da mesa-redonda que tratou do transporte de passageiros.

Recomendações ao Poder Executivo:

1. Capacitar e fornecer assistência técnica, por parte da União, para elaboração de projetos municipais, que devem estar integrados com o planejamento sistêmico da mobilidade;

2. Prorrogar as outorgas existentes, com aproveitamento dos investimentos e da infraestrutura privados (intermunicipal e interestadual);

3. Estabelecer, no ordenamento interno, os mesmos limites de peso e dimensões aplicados ao ônibus no transporte internacional de passageiros no âmbito do Mercosul, por meio de Acordo sobre Pesos e Dimensões de Veículos de Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas (Decreto nº 7.282, de 1º de setembro de 2010) – intermunicipal e interestadual;

4. Viabilizar investimentos em ampliação, manutenção e construção de aeroportos, controle de tráfego aéreo e desenvolvimento de novas rotas aéreas;

5. Criar um novo fundo nacional do desenvolvimento do transporte urbano.

Recomendações ao Poder Legislativo:

1. Alterar a legislação da Cide-Combustíveis para que os recursos sejam destinados a baratear a tarifa do transporte coletivo de passageiros;

2. Aprovar o Reitup (Regime Especial de Incentivos para o Transporte Urbano de Passageiros), com redução das tarifas, isenções de impostos e outros incentivos ao transporte coletivo de passageiros;

3. Adotar a pesagem dos ônibus nas rodoviárias, e não nas estradas, como medida de economia de tempo nas viagens e respeito aos direitos dos usuários do serviço público, na linha do proposto no PL 6.580, de 2013 (PLS 29, de 2012), de autoria do Senador Acir Gurgacz;

4. Criar grupo de trabalho de especialistas no âmbito da Comissão de Infraestrutura para atualizar o Código Brasileiro da Aeronáutica;

5. Aumentar o limite de participação do capital estrangeiro nas companhias aéreas como forma de se promover a redução de custos.

Recomendações a outros entes federativos, ao Judiciário, ou a mais de um Poder ou ente federativo:

1. Realocar o ônus financeiro das gratuidades, que hoje onera a tarifa que é cobrada dos usuários do sistema. É preciso que as gratuidades hoje existentes sejam custeadas por recursos extraordinários como forma de se buscar a modicidade tarifária. Deve-se, ainda, evitar que novas gratuidades sejam aprovadas sem que o Poder Público indique a devida fonte de custeio extratarifária;

2. Criar fontes alternativas de financiamento para o transporte coletivo de passageiros: recursos orçamentários de maneira geral (subsídios);

3. Instituir uma planilha nacional de custos, metodologia a ser adotada por todos os Municípios que desejam ter acesso às desonerações federais; obrigatoriedade de dar publicidade às planilhas de custos das empresas, permitindo um maior controle social sobre a formação dos valores da tarifa;

4. Formar convênios para transporte público nas Regiões Metropolitanas e RIDEs, buscando-se uma maior harmonização entre os entes federativos que viabilize o planejamento e operação integrada dos sistemas;

5. Prever serviços de mobilidade específicos que atendam de forma individualizada às pessoas com deficiência, em vez de adaptação obrigatória de todo o sistema de transporte coletivo: infraestrutura e veículos;

6. Desonerar a carga tributária da cadeia produtiva do transporte, em especial do ICMS sobre a tarifa, nos moldes do serviço de transporte aéreo; equalização do ICMS sobre óleo diesel entre os Estados em 4% (intermunicipal e interestadual);

7. Equalizar o ICMS sobre óleo diesel entre os estados em 4% (aviação civil);

8. Abrir diálogo junto à Petrobras para revisão da fórmula de precificação do QAV, querosene de aviação (aviação civil).

A mesa-redonda sobre saneamento, abastecimento de água e irrigação faz as seguintes recomendações.

Ao Poder Executivo:

1. Elaborar uma Política Nacional de Segurança Hídrica voltada para a construção e o gerenciamento de reservatórios de usos múltiplos.

Ao Poder Legislativo:

1. Alterar a Constituição para sanar os problemas decorrentes da dominialidade, particularmente o dos rios estaduais que deságuam em rios federais e o da existência de barragens e transposições feitas pelo Governo Federal;

2. Alterar a Lei de Recursos Hídricos para determinar que os planos de recursos hídricos sejam indutores do planejamento dos diferentes órgãos setoriais e vinculantes para os Estados, e que considerem as potencialidades econômicas das bacias;

3. Alterar a Lei de Recursos Hídricos para possibilitar que os recursos financeiros provenientes da outorga sejam utilizados em instrumentos de incentivo para a atuação do setor privado na qualificação da gestão de recursos hídricos.

Terminada a leitura do Relatório, conforme já informado, todo esse material fica agora submetido à consideração dos integrantes desta Comissão, para apreciação na próxima reunião do dia 9, quarta-feira que vem.

Lembro, por fim, que as proposições legislativas sugeridas pelas mesas-redondas estão sendo, agora e neste período até o dia 16, materializadas dentro da técnica legislativa e serão apresentadas na forma de anteprojeto na reunião do dia 16 de abril, quando, então, serão distribuídas aos seus relatores. Aquelas que forem aprovadas terão o seu processo legislativo iniciado regimentalmente, como de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Obrigado a todos pela atenção.

Na bancada de cada um dos Senadores, há uma pasta que contém tudo isso que acabo de ler, este Relatório, bem como os resultados, na íntegra, das conclusões a que chegaram as sete mesas-redondas que compuseram o 1º Fórum Nacional de Infraestrutura.

Eu gostaria de registrar a presença, no plenário da Comissão, do Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquários (Antaq), Sr. Mário Povia – muito obrigado pela presença! –, e do Sr. Contra-Almirante da Marinha do Brasil, Sr. Jorge Machado. Sejam muito bem-vindos a esta Comissão!

Antes de encerrarmos esta reunião, agradecendo a presença de todas as Srs e Srs. Senadores, convoco nossa próxima reunião a realizar-se imediatamente após o encerramento desta neste plenário.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 7 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 8 horas e 16 minutos.)

ATA DA 9ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 2014, QUARTA-FEIRA, IMEDIATAMENTE APÓS A 8ª REUNIÃO, NO PLENÁRIO Nº 13 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

Às oito horas e dezesseis minutos do dia dois de abril de dois mil e catorze, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **Fernando Collor**, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Presentes os Senhores Senadores **Jorge Viana, Walter Pinheiro, Acir Gurgacz, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro, Wilder Moraes, Cidinho Santos, Alfredo Nascimento, José Pimentel, Wellington Dias, Lídice da Mata, Vanessa Graziotin, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Ruben Figueiró e Jayme Campos**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara a abertura dos trabalhos e submete à Comissão a dispensa de leitura e aprovação das atas das 7ª e 8ª reuniões, que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação da pauta. Item 1 – **Mensagem (SF) nº 17, de 2014**, de autoria da Presidenta da República, que “*submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ADALBERTO TOKARSKI para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ*”. **Relatoria:** Senador **Flexa Ribeiro**. O Senhor **Adalberto Tokarski** faz sua exposição. Fazem uso da palavra os Senadores **Jayme Campos** e **Valdir Raupp**, para solicitar a abertura do processo de votação. O Presidente submete ao Plenário e é aprovada a abertura do processo de votação. Fazem uso da palavra os Senadores **Cidinho Santos, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Ruben Figueiró e Wilder Moraes**. Atuam como escrutinadores os Senadores **Jayme Campos** e **Wilder Moraes**. É encerrado o processo de votação. Aprovado o indicado com 15 votos favoráveis, 02 contrários e 1 abstenção. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Item 2 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 9, de 2014**, de autoria da Senadora **Lúcia Vânia**, que “*em atenção à Resolução nº 44, de 2013 e tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 96 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminho sugestão para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura promova a avaliação das políticas públicas relacionadas às concessões de rodovias e ferrovias, especialmente na Região Centro-Oeste do país. É conhecido o gargalo imposto pelo grande déficit de infraestrutura na região*”. **Resultado:** Aprovado.

Item 3 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 10, de 2014**, de autoria do Senador **Ricardo Ferraço**, que “*requero, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do senhor Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional, dentre os convidados da Audiência Pública, objeto do Requerimento nº 8 de 2014, lido na 5ª Reunião Extraordinária, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), na data de 19 de março de 2014, com vistas a apresentar exposição informativa sobre o Acórdão nº 2.186, de 2013 – TCU – Plenário, especialmente sobre os resultados apresentados pela Secretaria do Tesouro Nacional em cumprimento ao determinado no item 9.3 do referido Acórdão*”. **Resultado:** Aprovado. Item 4 – **Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 11, de 2014**, de autoria da Senadora **Lúcia Vânia**, que “*em atenção à Resolução nº 44 de 2013 e tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 96 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminho sugestão para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura promova a avaliação das políticas públicas relacionadas à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, fundo setorial que congrega despesas associadas às políticas do setor de energia elétrica pagas, principalmente, por consumidores de energia e pelo Tesouro Nacional*”. Faz uso da palavra o Senador **Flexa Ribeiro**. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e três minutos, lavrando, eu, Álvaro Araújo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e publicada, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas, no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Declaro aberta a 9ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da 7ª e da 8ª Reuniões.

As Sras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

Iniciamos com o primeiro item dos nossos trabalhos.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 17, de 2014

– Não Terminativo –

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor ADALBERTO TOKARSKI para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

Autoria: Presidente da República

Relatório: Pronto para deliberação

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Observações:

Sabatina do indicado, conforme o art. 2º, inciso IV, do Ato nº 1, de 2009-CI (redação dada pelo Ato nº 4, de 2013-CI).

Observação: no dia 1º de abril de 2014, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria nos termos do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão, com redação dada pelo Ato nº 4, de 2013, também desta Comissão.

Convido, dando-lhe boas-vindas a esta Comissão, para que tome assento à mesa, o Sr. Adalberto Tokarski, indicado para exercer o Cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Vou passar a palavra ao Sr. Adalberto Tokarski, indicado, como disse, para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários. V. 5ª dispõe de 15 minutos para a sua apresentação aos integrantes desta Comissão.

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Ex^{mo} Sr. Senador Presidente da Comissão de Serviço de Infraestrutura do Senado Federal, Presidente Fernando Collor; Ex^{mo} Sr. Relator, Senador Flexa Ribeiro; Ex^{mos} Senadores integrantes desta Comissão; demais presentes, primeiramente, gostaria de agradecer a Excelentíssima Senhora Presidente da República Dilma Rousseff pela indicação de meu nome ao Senado Federal para apreciação, com vistas a exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviário (Antaq).

Ao me apresentar, gostaria de salientar que há mais de dezesseis anos exerço atividades profissionais ligadas ao setor hidroviário, sendo nove destes na iniciativa privada e os últimos sete anos e meio, como gestor na Antaq.

Ressalto que, pela primeira vez, a Antaq tem a possibilidade de ter um diretor com ascendência puramente do setor hidroviário; tem a possibilidade. Por isso mesmo, gostaria de repassar a visão que tenho sobre esse setor, que talvez boa parte da sociedade não conheça totalmente.

Por nossos rios, foram movimentados 80,3 milhões de toneladas em 2013, o que significaria, Ex^{mo} Sr. Presidente Fernando Collor, 1,784 milhão de viagens de um caminhão bitrem de 45 toneladas, ou melhor, propiciaria uma redução de 10.490 toneladas de CO₂, caso fossem transportados por caminhões.

Evidenciado esse plano, este é um modal de transporte mais amigável ao meio ambiente. As principais vantagens desse modal, como menor custo, maior segurança, ser ambientalmente correto, entre outras, os Ex^{mos} Srs. Senadores desta importante Comissão já o sabem, mas olhemos no detalhe.

A Hidrovia Tietê-Paraná, no mês de março de 2013, transportou, a partir de Goiás, mais precisamente de São Simão, 191 mil toneladas de grãos, que seguiram pelos Rios Paranaíba, Paraná e Tietê. Depois, chegaram a Pederneiras, em São Paulo, e, de trem, até Santos. Imagine se essa navegação fosse paralisada por um mês. Nós precisaríamos colocar, nas rodovias do Estado de São Paulo, mais 4.244 bitrens de 45 toneladas para transportar, por essas rodovias paulistas, esse mesmo volume.

Com isso, percebe-se que o transporte hidroviário não é tão singelo, até porque, se fizermos as contas do que se precisaria para os 80 milhões de toneladas que são transportados em todas as hidrovias brasileiras, por conseguinte, poderia o Ex^{mo} Senador Cidinho, que, daqui a pouco, estará aqui, me perguntar: há quanto anda a evolução do transporte hidroviário no Brasil?

Ora, a Hidrovia Tietê-Paraná, que é dotada de eclusas nos seus barramentos, vem crescendo 10% ao ano nos últimos dez anos. E, agora, com o investimento que a Transpetro está realizando para construir 80 barcas e 20 empurradores, para transportar etanol por essa hidrovia, esse número irá aumentar ainda mais rapidamente. Some-se a isso o R\$1,5 bilhão que o Governo Federal, em conjunto com o Governo do Estado de São Paulo, está investindo nessa hidrovia. Notadamente dá para perceber que essa hidrovia não terá só um aumento de 10% ao ano. Ela, em poucos anos, irá duplicar os 6 milhões de toneladas que hoje ela transporta.

Nessa hidrovia, Ex^{mo} Sr. Senador Presidente Collor, temos, inclusive, um trabalho que a Antaq coordena, que é funcionamento do G5 + 1. O G5 são os cinco Estados da hidrovia: Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, o + 1 é o Governo Federal, que participa com o Ministério dos Transportes, o DNIT, o Ministério da Agricultura e a Antaq. Esse grupo preparou um levantamento sobre os custos dos investimentos necessários para esta hidrovia, bem como proporcionou um ambiente favorável a uma ação conjunta do Governo Federal e do Governo do Estado de São Paulo na hidrovia, que é um investimento de R\$1,5 bilhão.

Ex^{mo} Senador Presidente Collor, nós vemos que, em hidrovias, há uma ação de Estado; uma ação de Estado por parte do Governo Federal e há uma ação de Estado por parte do Governo do Estado de São Paulo. Isso é muito importante, porque um planejamento de hidrovia passa, de repente, apenas quatro anos do mandato de um governador ou de um presidente ou de uma presidenta. Então, esse é um exemplo que vamos buscar. Inclusive, o Mato Grosso do Sul já pediu, Ex^{mo} Sr. Presidente Collor, a criação de um grupo de que participe o Governo Federal com os seus entes, o Governo do Mato Grosso do Sul e o Governo do Mato Grosso, para que, com uma ação conjunta mais forte, consigamos destravar alguns aspectos da Hidrovia do Paraguai, uma hidrovia que tem um pouco mais de três mil quilômetros, onde se navega precisando simplesmente de dragagem, praticamente.

E o que mais poderia perguntar o Ex^{mo} Senador Wilder Moraes, lá de Goiás, terra em que me formei? A resposta é só que, na Amazônia, apenas três novas empresas de navegação têm previsão de investimento de mais de R\$6 bilhões; isso em barcas, empurradores, terminais e portos. São mais, pelo menos, 300 barcas, com maior capacidade de transporte e tecnologia de navegação avançada para os próximos cinco anos.

Hoje, Ex^{mo} Sr. Presidente Collor, nós temos, transportando cargas no Brasil, 1,6 mil embarcações. Só na Amazônia, nós vamos ter, nos próximos cinco anos, mais de 300 novas barcas. Por que falo isso? Porque passam pela minha mesa, como Superintendente de Navegação da Antaq, todos os pedidos de busca de financiamento junto ao Fundo de Marinha Mercante.

Então, veja só: na Amazônia, há um crescimento importante, continuo, até porque é o seguinte: acima do Paralelo 16, se nós cortarmos o Brasil um pouco acima da divisa do Mato Grosso do Sul com o Mato Grosso, onde está o Paralelo 16, e pegarmos a produção acima desse paralelo, nós poderemos verificar que a produção só de soja e milho passou de 87 milhões de toneladas.

Isso significa o quê? Cinquenta e quatro por cento da produção desses grãos no Brasil. Notadamente a produção excedente dessa região, como está acima do Paralelo 16, onde o consumo interno é por volta de 17 milhões, com 60 milhões de toneladas, o que faz? Eu até brinco com uns parceiros meus do Mato Grosso sobre o quanto o Governo Federal sempre defendia uma logística para o Mato Grosso. Eu brinco, falando o seguinte: nós saímos com a nossa produção, saímos com nossos caminhões lá do centro do continente, centro do Brasil, arrebitando as rodovias. Precisamos, então, do quê? De uma nova saída.

Como bem ouvi o Ex^{mo} Sr. Presidente Collor, no fórum, dizer: há saída; existe uma saída estratégica que é a saída norte. Dessa forma, se você for para o norte, você vai evitar congestionar os portos do Sul e do Sudeste.

Esse nicho de mercado é de 60 milhões de toneladas de grãos, que podem sair pelo Norte, mais perto do mercado europeu e do americano. Além disso, com a duplicação do Canal do Panamá, teremos acesso a um caminho que será mais perto para a Ásia também. Essas empresas, vendo esse nicho de mercado, já começaram a se instalar na Região Amazônica. São estas três empresas, Presidente, que estão investindo, só elas – em porto, terminal, embarcações –, mais de R\$6 bilhões. E há mais outras empresas que nos consultam diariamente sobre a potencialidade dessa saída.

E aí eu digo o seguinte: a partir de Miritituba, no Pará, já se iniciou, no mês passado, o transporte de grãos vindos do norte de Mato Grosso, saindo pelo Rio Tapajós, no Pará. O volume a ser transportado pela saída norte, que já acontece a partir de Porto Velho, Santarém e agora Miritituba, vai aumentar consideravelmente. Em breve, poder-se-á também operar a partir de Vila do Conde.

Ex^{mo} Sr. Senador Flexa Ribeiro, meu Relator, a quem cumprimento, conterrâneo no aspecto de que sou também cidadão paraense na luta por essa saída pelo Tocantins, o que nós temos? Na região de Belém, mais precisamente na região de Barcarena, onde há o Porto de Vila do Conde, temos hoje um grande terminal dedicado a receber e soltar grãos para os navios. Temos um segundo, que está buscando autorização da Antaq, está num processo final na Antaq, que provavelmente, caso seja autorizado, vai nos dar opção, Presidente Collor, de

ter dois, a partir dessa região. E o Governo Federal, nesse planejamento da nova lei, também coloca o Porto de Outeiro, que está no Grupo 1, para ser arrendado; mais de um terminal, para mais de um arrendatário. Então, nós vamos ter em breve, nessa região, três terminais, sendo um público, para receber os grãos tanto vindos do Tocantins, vindos do Rio Tapajós, a partir de Miritituba, Santarém, quanto vindos de Porto Velho.

E aí eu gostaria de dizer, por exemplo, ao Senador Valdir Raupp, que ouvi algumas vezes em pronunciamentos: concordo com S. Ex^a quando diz que, nos barramentos de Santo Antônio e Jirau, seria importante haver as eclusas, porque agora, por exemplo, época em que estamos num regime de cheia, uma tremenda cheia no Rio Madeira, nós poderíamos adentrar até praticamente o Mato Grosso. O Estado de Rondônia estaria todo interligado, caso nós tivéssemos essas eclusas. Mas eu digo também o seguinte: nas manchetes de jornais, nós não ouvimos falar que Porto Velho está desabastecida. Por quê? Porque a cidade tem uma navegação franca pelo Rio Madeira, principalmente em águas altas.

Sendo assim, nós fizemos na Antaq, especificamente eu, como Superintendente de Navegação Interior, que atuo desde sua criação – primeiro, como gerente e, agora, há dois anos e meio, como superintendente –, nós percebemos que não existiam estatísticas e estudos com diagnósticos sobre a utilização das hidrovias brasileiras. Estudos e estatísticas, Presidente Collor, completos. Então, para a defesa de uma maior utilização dos nossos rios, com vias de transporte mais eficientes, buscou-se a celebração e um termo de cooperação com a instituição científica. A Antaq buscou um termo junto à Universidade Federal de Santa Catarina, que resultou na elaboração do Plano Nacional de Integração Hidroviária, que, no momento, repasso ao Ex^{mo} Sr. Presidente desta Comissão, Presidente Collor.

Esse estudo trabalhou, detalhou as principais hidrovias e as georreferenciou, porque, antes, era o seguinte: se nós entrássemos num mapa, elaborado por qualquer ente do Estado brasileiro, nós diríamos: “Acho que a hidrovia está mais ou menos aqui.” Não. Hoje, através do PNH, nós temos todas elas georreferenciadas. Antes de tudo, a palavra “acho” era mais utilizada quando se perguntava sobre o transporte hidroviário. Agora se sabe quantos quilômetros de vias economicamente navegadas temos. Eu não “acho” mais. Eu tenho certeza de que há, no mínimo, 20.956 km de vias economicamente navegadas no Brasil. Ou seja, saiu-se do empirismo para a base de dados técnica e consistente.

Para dotar este estudo, este plano, o PNH, de uma inteligência, foi criado o sistema Sigtaq, que é um sistema logístico baseado na ferramenta GIS, que é a mais utilizada, destinado a realizar análise e planejamentos.

Ex^{mo} Sr. Presidente Collor, hoje, se um empresário precisar de uma informação para fazer um investimento na utilização de hidrovia e solicitar à Antaq: “Preciso sair de Sinop; simule para mim quais são as opções que nós temos, saindo por rodovias, ou por rodovia e ferrovia, ou por rodovia e rios”, bastam poucos minutos para sair a simulação, mostrando as opções, as vantagens e os custos. Isso dá consistência, dá segurança para o Estado brasileiro promover o fomento ao investimento nas hidrovias de empresas. E isso já está acontecendo.

Lembro eu que, um dia, pela terceira vez, fui convidado para fazer uma palestra na Fiesp. Fui lá, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e pensei: o que eu falo para as senhoras e os senhores empresários que estarão lá? Pensei: vou fazer algumas contas e mostrar para esses senhores que detêm um poder econômico importante para o Brasil no que podem investir. E outra coisa mais: não é no que podem investir apenas, mas o que eles vão ganhar, qual a possibilidade de ganho, qual o nicho de mercado. E assim o fiz, mostrando que, através de investimento nas hidrovias, a saída pelo norte seria extremamente interessante para termos novos investimentos. E fico feliz em dizer o seguinte: dois meses depois que estive na Fiesp, Sr. Presidente Collor, estiveram lá dois representantes, diretores de uma grande empresa brasileira, uma grande construtora, para a minha felicidade, há dois meses e meio. Essa empresa esteve lá um dia antes de ser anunciado R\$1,5 bilhão em investimento em uma empresa de navegação que precisa construir porto, terminal e barcas.

Então, veja só, qual a importância de a Antaq ter elaborado esse estudo, ter criado essas ferramentas? Além disso, Ex^{mo} Sr. Senador Jayme Campos, do nosso Mato Grosso – muito falamos sobre a logística desse Estado; já falei um pouco aqui do Mato Grosso, agora há pouco, mas eu vou passar já para uma outra etapa, Ex^{mo} Senador –, nos faltava conhecimento, no caso da Antaq, Dr. Mário Povia, Diretor-Geral interino da Antaq, nos faltava um conhecimento mais aprofundado do transporte aquaviário na maior região hidrográfica brasileira. Qual? A Amazônia, que possui 16 mil quilômetros de rios, 80% do total brasileiro. E para os 12 milhões de pessoas que vivem lá, esses 16 mil quilômetros são as suas vias, são as suas estradas d’água, se assemelhando à concepção de estradas que comumente conhecemos. A saída é pela Amazônia, o acesso. Tanto, hoje, se fala da mobilidade. Na Amazônia, é pelos rios.

Precisávamos ter esse conhecimento e a Antaq, para superar essa lacuna, buscou outra instituição científica, a Universidade Federal do Pará, que é da Região, que conhece, Presidente Collor. Elaboramos o primeiro estudo completo a ser concluído sobre o transporte de passageiros na Amazônia. Foram levantadas informações de todos os terminais de passageiros de linhas regulares, estaduais ou interestaduais, a frota, a sua idade

e características, a movimentação de passageiros e as cargas transportadas por essas embarcações regionais, bem como o perfil socioeconômico dos passageiros.

Agora sabemos: são transportados, Ex^{mo} Sr. Senador Flexa Ribeiro, da Região Amazônica, só em embarcações regionais, 8,999 milhões passageiros, quase 9 milhões de passageiros, e 4,575 milhões de toneladas de cargas só por essas embarcações.

Conseguimos traçar o perfil econômico e social dos passageiros, a escolaridade, a idade, a renda familiar e a ocupação. Constatamos que pouco mais de 50% ganha até 2 salários mínimos. O estudo concluiu o seguinte, Sr. Almirante e Presidente Collor, que é socialmente importante, é extremamente importante economicamente também. Desloca 9 milhões de passageiros, quase 5 milhões de toneladas, e a grande maioria dos passageiros com um perfil econômico social de baixa renda.

Então, nós tínhamos que ter esse olhar para Amazônia, para as estradas da Amazônia, principalmente para o que se transporta lá. Não se transporta... Ex^{mo} Sr. Senador Cidinho, eu o citei no início aqui, acreditando que o senhor estaria presente logo em seguida. Na Amazônia, o transporte de cabotagem chega a Manaus e a Santarém com grandes navios. O transporte marítimo internacional adentra a Amazônia, levando cargas, cargas gerais, muitos contêineres para a Amazônia. Na Amazônia, nós temos inúmeras embarcações que transportam produtos, cargas de baixo valor agregado, minerais e também grãos. Na Amazônia, por exemplo, nós temos empresas que têm comboios, Sr. Presidente Collor, com 20 barcas de 2 mil toneladas, ou seja, 40 mil toneladas num só comboio. Elas se assemelham, Presidente Collor, às embarcações que transportam nos rios do Mississipi.

toneladas, um só comboio, se assemelham, Presidente Collor, às embarcações que transportam, nos rios do Mississipi.

Então, com esse estudo, pudemos ver a realidade e temos um diagnóstico que pode ser utilizado. Para quem? Para o Governo Federal, para os Governos estaduais e até para os Municípios. Por que, Presidente Collor? Nós contratamos um estudo em que se olhasse o terminal – olhasse se ele... Escuta, o terminal tem acessibilidade? Há alguma linha de ônibus que chega a esse terminal? Acredite, em muitos, não há a linha de ônibus. Há o terminal? Há um atracadouro? Não há o terminal?

Então, vamos ver. Fizemos um diagnóstico: onde há o terminal, há banheiro, lixeira, as condições mínimas? Aí eu lhe digo que a realidade é a seguinte: o Estado brasileiro, o Governo Federal começou, há quatro anos, a construir terminais na Amazônia, e de alguns, inclusive, se pode falar: "Ah, isso é alvo de crítica". Sim, nós ficamos mais de 20 anos sem construir terminais de passageiros na Amazônia. Nós estamos reaprendendo. E agora o Dnit está numa segunda etapa construindo terminais e acessibilidade.

Então, nós temos um diagnóstico hoje, Ex^{mo} Sr. Senador Raupp, que citei, agora há pouco, exatamente da Amazônia. Citei palavra sua, em plenário do Senado Federal, dizendo dessas dificuldades de acessibilidade que às vezes há na Amazônia, tanto que é o seguinte: sabemos de todo esse perfil e podemos ir adiante e repassar essas informações para o Brasil. Mas lhe digo, Sr. Presidente, Senador Collor, a Antaq fez isso: um evento com lançamento, para divulgar essas informações aqui em Brasília, em que estiveram mais de 50 representantes do Governo Federal e representantes dos Governos de Estado.

A Antaq fez lá, no Estado do Ex^{mo} Senador Valdir Raupp, que esteve presente, o lançamento desse estudo de transporte de passageiros. Lá em Porto Velho. Fizemos o lançamento, também, Ex^{mo} Sr. Flexa Ribeiro, em Belém, um seminário de dois dias. Mas fomos além: em Belém, provocamos a Assembleia Legislativa para que fizesse uma audiência pública para discutir esse estudo.

Fizemos também, em Manaus, capital do Estado do Ex^{mo} Sr. Senador Eduardo Braga – nesta semana ainda estávamos falando, tratando com ele do transporte de passageiros –, uma audiência pública na Assembleia do Estado do Amazonas e um evento em parceria com a Marinha. Esteve lá o Comandante do 9º Distrito, Almirante Sávio, conosco, lançando esse estudo.

Fizemos uma audiência pública em Macapá, na Assembleia Legislativa. Ou melhor, a Assembleia fez e nós fomos convidados. Ou melhor, nós fizemos a edição de poucos milhares de livros, que acabaram. Ou melhor, nós conseguimos, Ex^{mo} Senador Alfredo Nascimento,...

(Soa a campanha.)

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – ...divulgar esse estudo para toda a Amazônia, para servir de base para o seguinte, se me disserem hoje: "Eu preciso dos 30 terminais que mais movimentam passageiros na Amazônia", é praticamente com dois cliques, Presidente Collor, que sai de dentro desse estudo.

Agora falarei um pouco sobre aquilo em que atuei. Eu atuei, nesses últimos sete anos e meio, na Antaq, ajudando a elaborar normas. Aí tenho a honra de dizer, Presidente Collor, que comungo com o senhor uma ideia muito importante, uma preocupação muito importante. Quando da elaboração dessas normas – e aqui existem alguns representantes da Antaq, que estão de prova –, o senhor colocou a preocupação da questão da burocracia brasileira.

Lá na Antaq, Ex^{mo} Sr. Senador Valdir Raupp, em todas as normas a pessoa que aqui fala defendeu limpar, defendeu simplificar, defendeu desburocratizar. E assim são as normas para a navegação interior do Brasil.

Então, veja só! Nós fizemos uma norma para transporte de passageiros porque não existia, Ex^{mo} Presidente Collor. E tivemos que fazer, depois de dois, três anos, uma ou duas pequenas alterações. Por quê? Porque ela foi pensada... porque as nossas unidades regionais, que nós temos em Manaus, em Belém, em Porto Velho foram ouvidas e nós fomos para conhecer a realidade. E aí, Senador Flexa, tenho a honra de dizer e confirmar o seguinte: esse superintendente, na hora de defender a navegação interior, o transporte de passageiros na Amazônia, o faz com uma certa consistência. Por quê? Porque eu me comprometi, como Superintendente de Navegação Interior da Antaq, Ex^{mo} Senador Wilder, a que não passaria mais de dois meses sem pisar na Amazônia.

A Amazônia é tão grande, é tão diferente, às vezes ela é até – vou usar uma palavra – tão estratégica e ao mesmo tempo tem soluções que precisam da demanda de um recurso maior.

Então, a gente fez essas normas conhecendo como se dá o trabalho de transporte de passageiros. Fizemos uma norma de transporte de passageiros para navegação interior de percurso longitudinal, fizemos para o transporte de travessia no Brasil inteiro. Só que dessas travessias a Antaq só regula travessia interestadual ou internacional; entre Estados ou internacional.

Então, veja só, fizemos a norma para o transporte de carga. E lhe digo que ainda ontem a Ex^{ma} Senadora estava perguntando o que se precisa desta Casa. E lhe digo, Presidente Collor, de repente contribuir em uma discussão e até propor a mudança.

Eu digo o seguinte, o transporte de carga, conforme a Lei nº 10.233, é considerado como um serviço público. O transporte de passageiro, Ex^{mo} Senador Raupp, a gente entende que tem de ser realmente colocado como um serviço público; mas o de carga? Porque a hora em que se coloca isso, você traz para a legislação um monte de exigências, Senador Jayme Campos. E aí se burocratiza. E na hora em que perguntam para a gente por que não se avançam mais as hidrovias, Senador Collor? O transporte nelas? Eu lhes digo.

Vamos concorrer com o rodoviário, por exemplo. Vai sair um caminhão com a carga de São Paulo para Belém. Esse caminhão precisa de algumas coisas. Ele precisar ir na Antaq do setor, certo? Precisa ir ao Detran dele. E o que mais? Ter a nota fiscal, sair e andar.

Agora a embarcação, se for considerada um transporte de carga e um serviço público, tem um monte de exigências. E, além disso, uma série de outros órgãos intervenientes.

Então, está aqui um superintendente que caso seja indicado, aprovado por esta Casa, estará lutando para simplificar as normas sobre transporte de cargas no Brasil.

Ex^{mo} Senador Flexa Ribeiro, digo a V. Ex^a que ao presidir o Conselho de Autoridade Portuária, da Companhia Docas do Pará, que é principalmente os portos de Vila do Conde, Santarém, Miramar, Outeiro, passaram por minha análise, quando Presidente, o sistema de segurança do porto *ISPS Code*, a aprovação do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento dos Portos (PDZ) e o projeto de dragagem do Porto de Vila do Conde, entre outros.

Participei, de certa forma, da gestão desses portos, pois os CAPs eram, na época, deliberativos, sendo que, todo mês, estavam em Belém ou em Barcarena ou em Santarém.

Aí, eu digo o seguinte, Ex^{mo} Sr. Senador Flexa Ribeiro, pelo que convivi na Amazônia, vem a tempo a novel legislação de portos, com a edição da Lei 12.815, que abre o setor portuário principalmente para investimentos privados ao desonerar os terminais da obrigação de movimentar predominantemente carga própria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Aproveitando que o Dr. Adalberto esteja fazendo ainda a sua explanação, eu queria solicitar a V. Ex^a, em virtude de termos a CAS e outras Comissões, que abra o processo de votação para indicação do Dr. Adalberto, se possível. É óbvio, evidente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioridade/PMDB – RO) – Eu também corroboro com o pedido do Senador Jayme Campos. Se pudesse abrir, ou se ele pudesse concluir também o mais breve possível, para a gente começar o processo...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Eu coloco à deliberação de S. Ex^{as} os Srs. Senadores a solicitação feita por S. Ex^a o Senador Jayme Campos e S. Ex^a o Senador Valdir Raupp de darmos início ao processo de votação.

As Srs. e os Srs. Senadores que concordem, por favor, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Declaro...

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem, S. Ex^a o Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco União e Força/PR – MT) – Eu gostaria de solicitar que uma vez aprovado o nome do sabatinado, nós colocássemos o requerimento em regime de urgência, para votarmos, de preferência, na sessão de hoje, pois já temos os outros dois, da semana passada, que foram aprovados e estão para ser votados na sessão de hoje, no plenário da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Perfeitamente, Senador Cidinho Santos, mas teremos que esperar o resultado da votação para, então...

Declaro, portanto, aberto o processo de votação para Mensagem do Senado Federal nº 17, de 2014. Informo às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que as cédulas de votação, devidamente rubricadas, já se encontram sobre a mesa. Passo a palavra, novamente, ao Dr. Adalberto Tokarski.

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Ex^{mo} Sr. Presidente Collor, eu falei exatamente da importância... porque a desoneração de ter carga, a obrigação de ter carga predominantemente própria impedia investimentos. Inclusive o seguinte, a Antaq, por provocação da área de navegação interior... Nós já tínhamos feito isso no aspecto das ETCs para navegação interior. Essa novel lei, que estabelece o programa de arrendamento, procura normatizar também, em meu entendimento, os arrendamentos que, no passado, ao fazê-los, eram utilizados, Presidente Collor, com critérios outros que não condizem com a atualidade. Entendo que ela vem em boa hora.

Também o Programa Nacional de Dragagem vem a bom tempo, até porque cada vez mais os navios são maiores.

Vou resumindo um pouco mais. Referente à cabotagem brasileira, parece-me consenso que devemos perseguir uma saída para o excesso de burocracia e controle que os produtos movimentados pela cabotagem, que são movimentados internamente no Brasil, têm, além de procurar uma saída para uma taxaço do combustível para a cabotagem brasileira.

Finalizando, ao ver que a Antaq possui um planejamento estratégico elaborado em 2010, com base em diagnósticos sólidos e objetivos bem definidos, coloco o seguinte: ontem, conversando com o Senador Casildo Maldaner, de Santa Catarina, que prestigiou a leitura do meu relatório, a agência está desafiada a intensificar e aprofundar a implementação das mudanças na gestão, para responder às alterações ocorridas no cenário do setor regulado, destacando-se o novo marco regulatório portuário. Com a autorização já obtida para realização de um terceiro concurso para reforçar a equipe atual, é necessário agora o apoio do Governo Federal, do Congresso Nacional, para equacionar a questão orçamentária, seguramente o maior desafio para uma agência que dobrou, Presidente Collor, o número de regulados e com a novel legislação tem novas atribuições. Então, desde a questão de pessoal, que está sendo resolvida, até a questão orçamentária se vai precisar do apoio desta Casa.

A adoção de uma gestão estratégica mais agressiva passa por uma questão de natureza cultural, por novos processos de trabalho, pelo desenho de uma nova arquitetura organizacional, que dotará a agência – espero – de uma governança regulatória e tornará mais efetiva a situação institucional da Antaq.

Muito obrigado, Ex^{mo} Senador Presidente Collor. Muito obrigado, Ex^{mos} Senadores. Muito obrigado a todos que estão me ouvindo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Grato ao Dr. Adalberto Tokarski, indicado ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, pela sua exposição.

Pela ordem de inscrição, passo a palavra, inicialmente, a S. Ex^a o Sr. Relator, Senador Flexa Ribeiro, para as perguntas ao sabatinado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Presidente Collor, que preside a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, Srs. Senadores, Sr. Adalberto Tokarski, eu tive a honra de relatar a sua indicação como Conselheiro da Antaq e pelo relato há a demonstração da capacidade de V. S^a para ocupar a função, até porque há quase 10 anos, desde 2006, desempenha funções na Antaq.

Conheço V. S^a de várias reuniões ao longo de todo esse tempo, sempre defendendo o sistema aquaviário para que ele fosse, efetivamente, implantado como um modal de transporte no nosso País. Minha primeira pergunta, Dr. Adalberto, é nesse sentido. O que V. S^a fará como Conselheiro da Antaq para que, efetivamente, nós possamos implantar o modal hidroviário no nosso País? Que ele seja o modal utilizado no transporte da produção brasileira, não somente o rodoviário e o ferroviário, mas também o hidroviário?

Nesse sentido, o que V. S^a pode nos dizer a respeito da hidrovía Teles Pires-Tapajós, que é, sem sombra de dúvida, uma das mais importantes, principalmente na Amazônia em que as nossas estradas são os nossos rios? E não tem lógica de você transportar essas cargas por estradas ou por ferrovias quando elas podem e devem ser transportadas por hidrovía.

Os modais entre si não são competitivos, são complementares; a hidrovia não inviabiliza a ferrovia, que não inviabiliza a rodovia. Eles se complementam como necessários, para que haja melhor competitividade aos produtos brasileiros no mercado internacional.

Eu perguntaria a V. S^a se concorda com o atual poder do CAP, que deixou de ser deliberativo para ser consultivo? Essa mudança trouxe benefícios ou não para o desenvolvimento portuário e do usuário? Fiz essa pergunta aos outros indicados também para conselheiros da Antaq. Se a Antaq tem o seu orçamento de acordo com a necessidade, se ele é ainda pequeno, e se o número de funcionários da Antaq é suficiente para que ela possa, efetivamente, exercer a sua função como agência de regulação e fiscalização do transporte aquaviário?

V. S^a falou algumas vezes no serviço de cabotagem. Lamentavelmente, ele deixou, praticamente, de existir no nosso País. Isso traz uma perda de competitividade muito grande para os nossos produtos e, em especial, o aumento de valor, principalmente quando ele é transportado de regiões mais longínquas do setor produtivo, que ficam no Sul e no Sudeste, para a Amazônia. Então, o que fazer para que o serviço de cabotagem possa retornar, efetivamente, para o nosso País?

Eram essas as questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Flexa Ribeiro, Relator da indicação do Dr. Adalberto para Diretor da Antaq.

Passo a palavra a S. Ex^a o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, Srs. Senadores, senhor indicado, primeiramente, Sr. Presidente, desejo felicitá-lo. Ouvei, com muita atenção, o relatório que V. Ex^a fez a respeito do 1º Fórum Nacional de Direito e Infraestrutura, que, realmente, traz indicações de solução para o desenvolvimento econômico do nosso País.

Todas as indicações sugeridas pelo Fórum me parece que devem ser acolhidas pelo Legislativo e pelo Poder Executivo. Creio que tenha sido essa a primeira mais importante manifestação do Senado da República para apresentar um diagnóstico sobre a situação econômica do nosso País e quais as soluções viáveis para tanto. Quero expressar aqui o meu respeito, a minha admiração pelo trabalho realizado por V. Ex^a, um ponto alto dos trabalhos desta Comissão. Minhas homenagens.

Senhor indicado, sou de Mato Grosso do Sul, ouvi a exposição de V. S^a e lamento que apenas de passagem tenha mencionado o meu Estado, mas tenho certeza absoluta de que pelo interesse que V. S^a tem pelos problemas aquaviários dos outros Estados, poderá dar uma contribuição extraordinária para a solução de um problema extremamente preocupante, não só para o meu Estado de Mato Grosso do Sul como também para o Estado irmão de Mato Grosso.

Permitam-me aqui ler alguma coisa e finalizo com algumas indicações a V. S^a. O meu Estado é um dos maiores produtores agrícolas do Brasil. Entretanto, como todos sabem, estamos muito distantes dos portos pelos quais nossas safras podem ser escoadas. Temos, contudo, rios caudalosos que nascem no Centro-Oeste brasileiro. Esses rios poderiam se tornar importantes vias para o escoamento de nossa produção, a exemplo do que é feito no Rio Mississipi, nos Estados Unidos da América. Esse seria um transporte ambientalmente correto e de baixo custo para o produtor, conforme, aliás, V. S^a salientou várias vezes.

Entretanto, há décadas se propõe essa alternativa, mas os resultados são modestos. Talvez os únicos exemplos de monta, na história recente, seja a hidrovia do Rio Madeira, praticamente por iniciativa de empresas privadas, realizada ainda no Governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso; e a hidrovia Paraná-Tietê, pelo Governo de São Paulo, sobre o qual V. S^a fez extensa explanação.

Em resumo, interrogo a V. S^a: o que falta para que esse modo de transporte seja efetivamente utilizado? Os problemas são de ordem ambiental, de falta de financiamento, de falta de planejamento ou de todos esses fatores ao mesmo tempo? E como contorná-los?

E continuo, Sr. Presidente Collor e senhor indicado. Especificamente sobre o Rio Paraguai, gostaria de ouvir, com maior profundidade, o que já foi rapidamente exposto por V. S^a: se há efetiva gestão para viabilizar a navegabilidade em toda a sua extensão? Permitam-me, Excelências e senhor indicado, fazer um breve relato histórico sobre a importância do Rio Paraguai como meio de comunicação de pessoas e produtos até de nível internacional. Esse histórico teve maior vulto nos séculos XIX e XX.

Não sei se V. Ex^{as} sabem, mas no decorrer do ano de 1982, o Congresso Nacional enviou uma missão parlamentar à União Soviética. Nessa oportunidade, num dia de trabalho no Kremlin, foi dada oportunidade a todos nós que fazíamos parte dessa representação oferecer sugestões. Na oportunidade, Presidente Collor, tive a audácia de sugerir uma que seria o aproveitamento, a recuperação do Rio Paraguai.

Dois anos depois, recebi em meu gabinete – eu era Deputado Federal – o adido comercial da então União Soviética dizendo que eles tinham condições de realizar um trabalho de recuperação do Rio Paraguai, que àquela ocasião já se encontrava assoreado – isso na década de 80 –, e que tinham condições de realizar a

obra; tinham feito levantamentos a respeito, naturalmente via satélite, e tinham disponíveis para os estudos cerca de US\$150 milhões; para realização disso.

Entusiasmado com a manifestação e o convite que me fez o adido para conversar com o embaixador russo na ocasião, fui lá, acompanhado pelo saudoso Senador José Fragelli, que à época era Presidente do Senado. O embaixador confirmou a proposta. Fui ao então Presidente Sarney, que se entusiasmou também com a proposta, mas disse que deveria ouvir o governo da República do Paraguai, porque o Rio Paraguai é um rio internacional.

Sabem V. Ex^{as} e o senhor indicado qual foi a resposta do governo paraguaio? O Paraguai não faz negócios com comunistas.

(Soa a campanha.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – Diante dessa surpreendente resposta do governo do Paraguai, aquela ideia feneceu e hoje continua no mesmo ponto. É um dado histórico que faço questão de deixar registrado aqui para dizer que Mato Grosso do Sul, como Mato Grosso, há muitos e muitos anos deseja a reabilitação do Rio Paraguai, que atende uma imensa região, sobretudo agora que há uma explosão agrícola de dimensões extraordinárias.

Então, fica o registro aqui, senhor indicado, dessa nossa preocupação e o desejo de que essa comissão a que V. S^{ra} fez referência tenha sequência efetiva, para que a questão do assoreamento do Rio Paraguai tenha realmente uma resposta efetiva em termos de soluções e não apenas de reuniões de técnicos e outras pessoas interessadas.

Continuo, para concluir, Sr. Presidente. Nos dias atuais, essa navegabilidade foi para as calendas, com o assoreamento do rio, principalmente em consequência da desorganizada exploração agrícola nas áreas planaltinas como nós conhecemos, que é a área que fica fora da região específica do Bioma Pantanal, onde se situam os afluentes do Rio Paraguai e os constantes dos sistemas hídricos dos altos do Rio Paraguai, desde as suas nascentes no norte de Mato Grosso, os sistemas do Rio Cuiabá, São Lourenço e Rio Piquiri, o sistema hídrico do Alto Taquari e do menos violento, Rio Miranda, em Aquidauana, tudo reduzindo praticamente a navegabilidade de pequenas embarcações e barcas de transporte do minério de urucum, estes provocando a destruição das margens, o que por consequência aumenta o assoreamento. Esse sofrimento do Rio Paraguai, pergunto a V. S^a, perdurará até quando?

São essas, Sr. Presidente, minhas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a Senador Ruben Figueiró.

Agora passamos a palavra a S. Ex^a o Senador Jayme Campos, concluindo assim o primeiro lote de perguntas formuladas pelos três Senadores inicialmente inscritos.

Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoria/DEM – MT) – Sr. Presidente, Fernando Collor; Sr. Adalberto, indicado para Diretor da Antaq; demais colegas Senadores, eu serei bem mais breve do que o Ruben e do que o Flexa Ribeiro.

A minha pergunta vai, mais ou menos, na mesma direção do mestre, professor e ilustre Senador Ruben Figueiró. Mas eu quero dizer aos colegas Senadores aqui que o Adalberto é um conhecedor profundo dos assuntos da viabilidade dos nossos rios do Brasil. Por sinal, é lá da região do Araguaia e conhece bem o Estado de Mato Grosso.

Nessa oportunidade, quero dizer que é uma alegria muito grande ter a oportunidade aqui também de depositar meu voto de confiança em V. S^a. Certamente, como os demais diretores que aqui já foram sabatinados, a expectativa de todos nós é grande, sobretudo do que representa e do quanto é importante a questão de uma política hidroviária em nosso Brasil, como naturalmente a rodoviária e a ferroviária. Todavia, a minha indagação é rápida.

O senhor tem conhecimento de que já há estudo, já foi anunciada reiteradas vezes, imagino mais de 15, 20, 30 vezes, a questão da exploração na aplicabilidade da tão importante hidrovia Araguaia-Tocantins. É importantíssima e já vem anunciada há mais de 20 anos. Lamentavelmente, quase nada foi feito em termos de implantação dessa importante hidrovia, que vai permitir que toda aquela região do médio e do baixo Araguaia possa ter o escoamento da sua produção, até porque ali está se transformando também numa nova Califórnia brasileira.

Era uma região que tinha o título de Vale dos Esquecidos, de que V. S^a tem conhecimento, agora deu um *boom* e, por incrível que pareça, Presidente Collor... Inclusive, quero convidar V. Ex^a para ter a oportunidade de visitar aquela região que hoje está sendo transformada numa das regiões de produção mais importantes do Brasil. Existiam naquele território – imagino que agora ainda existem – terras baratas ainda e muito férteis.

É a região de terras mais férteis no nosso Brasil, padrão São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, etc. E dali está saindo escoamento.

Até hoje – V. Ex^a conhece, como Presidente da República que foi – não concluímos a pavimentação asfáltica da BR-158, que liga Mato Grosso ao Pará e a Belém do Pará; ou seja, a BR-158 chega até Belém. Com isso, nós atingiríamos alguns portos importantes, sobretudo o Porto do Itaqui, lá no Maranhão. Pois bem, e ali o custo para operacionalizar essa tão importante hidrovia é muito barato, ou seja, é custo quase insignificante.

Por isso, eu quero indagar o Adalberto sobre se há um estudo mais aprofundado, se há essa possibilidade da licitação, da terceirização ou mesmo da estatização pelo Governo Federal para, de fato, ser implantada essa hidrovia que certamente vai ser a redenção da região do médio e do baixo Araguaia, que é uma região grande. Sobre tudo, como ex-governador, como Senador que eu sou, sei da importância que ela representa para o desenvolvimento socioeconômico daquela vasta região de Mato Grosso.

Outro questionamento que eu faço aqui, Adalberto, é que lamentavelmente estão sendo explorados vários rios em Mato Grosso com usinas hidrelétricas. Vou citar dois aqui: o Rio Juruena e o Rio Teles Pires-Tapajós, como já disse aqui o Senador Flexa Ribeiro. São dois rios com toda a capacidade, perfeita para escoamento da produção da região; e também da região do médio norte do Estado e, sobretudo, a questão do Teles Pires-Tapajós, a região do norte do Estado, porque ao longo da BR-163, que demanda Mato Grosso ao Estado de Rondônia, estão sendo construídas agora cinco usinas hidrelétricas.

O que me chama mais a atenção, Presidente Collor, é que lamentavelmente estão fazendo essas usinas e não estão fazendo as eclusas. Na minha visão, particularmente, mesmo não sendo da área, é uma obra barata diante dos investimentos. Só vou dar um exemplo: a de Paranavaí. Está sendo investido agora nessa usina hidrelétrica algo em torno de R\$7 bilhões. É muito dinheiro.

Nessa usina, que agora se inicia na margem Sinop, são R\$ 3,8 bilhões; a de Nova Canaã, mais acima, que o senhor conhece, também é algo parecido: R\$ 4,4 bilhões; a outra usina, a de São Manoel, previsível também, na região de Apiacás, também é algo parecido e em torno de R\$ 5 bilhões.

Ora, são investimentos da ordem de R\$ 40 bilhões. Entretanto, estão se esquecendo da implantação de nossas inclusas. É um rio que, certamente, seria aproveitado de maneira racional e, sobretudo, permitindo o escoamento de nossa produção, diminuindo, sobremaneira, o escoamento daquela vasta região de nosso Estado, demandando, lá em cima de Sinop, Mutum, Lucas, já está hoje a produção em Matupá, Guarandá. Algo parecido diminuiria 1.000 quilômetros de rodovia que tráfegaria com essa produção. Ou seja, se a gente descer no rio Teles Pires, Tapajós (por ali), nós vamos diminuir, em milhas marítimas, algo parecido, conforme estudos que já temos, a sete mil milhas marítimas. V. Ex^a tem conhecimento do assunto, conhecedor profundo.

Então, acho que precisa, Senador Jorge Viana, que é um líder incontestado, sobretudo um grande Senador, um grande governador, um grande homem público deste País, o Governo Federal tem de fazer uma inversão das coisas na infraestrutura e no transporte intermodal, permitindo que façamos integrações não só nas rodovias e ferrovias, mas, sobretudo, pelo transporte mais barato e menos poluente que é o transporte hidroviário.

Nesse caso, particularmente, nós temos essa dívida que Deus nos deu, tendo ali vários rios, conforme o Senador Ruben Figueiró nos disse aqui, que é o Rio Paraguai e o Rio Paraná. Rios que já foram navegáveis, Presidente Collor. Para dar um exemplo, Cuiabá, até 1960, recebia as Charter, que saíam de Corumbá, naquela região, e vinham até Cuiabá, na ponte do rio Cuiabá. Eu era moço e enjoei de ver ao fazer visitas, pois eu tinha um tio que trabalhava na antiga Bacia do Prata, que V. Ex^a sabe, que era estatal do Governo Federal e que chegava até Cuiabá. Acabou!

Os rios Paraguai e Paraná é decisão política. Lá atrás, houve ingresso por parte do Ministério Público; depois, por decisão do Juiz Federal, viabilizava-se, ou seja, já se navegava o grande Charter, transportando nossa produção na região Oeste do Estado, saindo até Argentina, via Paraguai, Paraná e indo por meio dos Charter. Isso parou pela decisão esdrúxula, assim penso; por uma ação proposta pelo Ministério Público Federal e, depois, por decisão de um juiz federal de Cuiabá, que o inviabilizou.

Esse rio, professor e mestre Rubén Figueiró, permite a navegação. Falam de assoreamento. Todavia, o que acontece? Nós precisamos de sinalização e algumas correções no leito desse rio (é a informação que tenho) que nos permitiriam dar ali o escoamento de uma grande produção na região Oeste e até mesmo o parque do médio Norte. Por isso, é fundamental que essa nova diretoria, com Mário que responde pela Presidência, o Fernando que passou por aqui, e o senhor que é conhecedor e estudioso da potencialidade de nossos rios, fazer algo; sobretudo, acho que é possível nós compatibilizarmos a construção das usinas hidrelétricas, todavia, não se perdendo de vista a questão das eclusas.

O Ministro Edison Lobão esteve aqui, Presidente Collor, e disse que a construção dessas eclusas oneraria a tarifa, ou seja, a tarifa elétrica. Não é verdade! Até porque tendo em vista que o Governo Federal agora está acabando de licitar a renovação das concessões das usinas que estão vencendo seus contratos. Por que parte

desses recursos não é destinado para o investimento da construção dessas eclusas? Com isso, estaríamos resolvendo esse gargalo que não é só na região Centro-Oeste, na região Amazônica; mas, sobretudo, do Brasil que, imagino, perde vários potenciais que não se exploram e deixamos de explorar. Assim, diminui muito a questão do custo no transporte de nossa produção. É incompatível hoje se produzir no Mato Grosso, sobretudo nesta época do ano em que, quando chove, as estradas ficam deterioradas, acabadas! Para se ter uma noção, subiu o preço do transporte para algo em torno de 28% a 32%. Não tem produtor, não tem empresário que possa! Naturalmente, um produto precisa ser competitivo. Muitas vezes, nem aqui nos grandes centros tem rodovia. Está tudo estourado. É ponte que rodou. É bueiro que rodou. Eu imagino que não esteja como no Acre, mas está parecendo quase o Acre, que está lá também inundado. São situações críticas por falta de uma política de transporte intermodal. Certamente, não só vamos reduzir a questão do frete, mas sobretudo dar melhores condições de transporte, ou seja, do escoamento de toda riqueza, que sem sombra de dúvida é grande, é enorme na região Centro-Oeste, particularmente no meu Estado.

De maneira, Adalberto, que esse é o meu questionamento em relação ao que o senhor conhece bem: Teles Pires-Tapajós, Paraguai-Paraná, a questão do Araguaia-Tocantins e Juruena, que também é um rio navegável. Precisamos apenas de boas políticas e sobretudo de decisão de política de Estado, não de política de governo, Presidente. É de Estado!

Por isso, eu coloco aqui as minhas palavras de indagação, mas, acima de tudo, desejando sucesso a você, sorte e, se Deus quiser, faça uma boa gestão frente à direção da Antaq, com os demais pares que estarão ali dirigindo, através desse Colegiado.

Muito obrigado, Presidente Collor.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

Passo a palavra ao Dr. Adalberto Tokarski.

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Ex^{mo} Sr. Senador Flexa Ribeiro, ao responder a sua pergunta sobre o Teles Pires-Tapajós, já vou tomar a liberdade, porque é o mesmo assunto, de responder ao Senador Jayme Campos.

No nosso entendimento, nós precisamos... estamos num momento importante de não deixar que se inviabilize a hidrovia Teles Pires-Tapajós, que eu também chamo de Juruena.

Do que eu estou falando? Segundo o importante Fórum que esta Casa acabou de realizar, o representante do Ministério, o Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia confirmou que a usina de São Luís vai ser licitada ainda este ano.

Por que estou chamando a atenção? Porque é necessário que, no mínimo, Presidente Collor, deixemos a passagem da eclusa. Não estou pedindo a eclusa já não. De repente não estão preparados com o orçamento do Governo Federal. Não. Deixem o encabeçamento da eclusa. Ou, senão, considerando os estudos que praticamente estão completos, coloquem a barragem numa posição que dê condições adequadas para se ter a eclusa ou no corpo da barragem ou na sua lateral.

Caso seja feito de outra forma, o que vai acontecer? Por exemplo, existem estudos de que nessa barragem, para navegar a gente precisaria, por exemplo, de uma barragem pequena para afogar a cachoeira, Presidente Collor; uma barragem com 15 a 17 metros. Só que serão construídos 30 a 35 metros. Então, a nossa eclusa tem de ser de 30, 35. Então, por que eu falo? Porque ali é a entrada mais a montante, daí na sequência virá o Teles Pires e depois o Tapajós. Então, agora nós precisamos olhar com muito carinho, de repente sentar à mesa.

Hoje, esta Comissão tem a visão – no meu entendimento – adequada da importância de haver eclusa. É sentar à mesa. É sentar o Governo, as partes referentes ao setor elétrico, ao setor de transportes, esta Casa, representantes desta Casa, para a gente buscar uma solução, porque ela é urgente da seguinte forma: se nada se fizer, acredito que nós vamos ter um barramento. E só com barramento – como diz a própria palavra – vai-se impedir inclusive uma futura navegação.

Agora, eu estive, Senador Jayme Campos, logo após assumir a gerência na Antaq, na Federação de Agricultura de Mato Grosso, Famoto, lá na Aprosoja, para fazer uma palestra.

Naquele momento, falei que a nossa hidrovia era de médio tempo, não de curto prazo, porque existe uma complexidade. Inclusive, recebi algumas críticas, e se mostrou que se passaram sete anos e que agora – agora –, com o investimento do Governo Federal na BR-163, que está avançado para se chegar a Miritituba, já se viabiliza, já se está viabilizando, já estão saindo grãos a partir do Porto de Miritituba, Presidente Collor.

Só que nós poderíamos estar pegando esse produto 500 quilômetros mais adentro, ou melhor, mil quilômetros mais adentro, ou chegando pelo Teles Pires ou pelo Juruena.

Acontece que há duas barragens, Senador, já em construção, sem a eclusa. No meu entendimento – sou uma pessoa prática –, nós devemos centrar a energia para quê? Para navegar o Juruena. Lá acima, mais a montante, por exemplo, há a cidade Porto dos Gaúchos, não é isso, Ex^{mo} Sr. Senador Jayme Campos? Por que é

Porto dos Gaúchos? Porque chegava embarcação. Em águas altas chega. Então, precisa-se, inclusive, de menos intervenções. Por quê? Os projetos de barramento desse rio mal foram iniciados. Então, nós temos a condição de ser práticos e de traçar esse rumo.

E o EVTEA, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, está sendo concluído. Precisamos olhá-lo, vê-lo como referência. Tenho certeza de que vai indicar essa solução, dentro da minha visão, se eles forem extremamente lógicos, práticos.

Então, duas coisas: há um avanço, começamos a operar em Miritituba, e precisamos mais, para o futuro, buscar trazer a hidrovia até o Mato Grosso.

Em relação aos CAPs, Ex^{mo} Sr. Senador Flexa Ribeiro, entendo que há vantagens e desvantagens. No caso, os CAPs eram deliberativos, hoje são consultivos.

Se se pegar a lógica de desburocratizar, ao se passar pelo CAP, Conselho de Autoridade Portuária, é mais um “ou”. A gestão portuária, Dr. Mário, toma uma decisão, que teria de passar pelo CAP. O CAP analisava... Eu, como Presidente do CAP, algumas vezes devolvi o projeto. Então, vamos ver: é mais um “ou”.

No meu entendimento, há a vantagem de que se coloca a situação de todos os setores opinarem sobre a gestão, sobre aspectos de decisão do porto. Por outro lado, tem-se um “ou”, que não é um “ou” rápido assim. Então, vejo que há vantagens – se queremos desburocratizar, esta é a vantagem, a celeridade, que precisamos nos portos brasileiros – e desvantagem nesse aspecto.

Com relação ao orçamento, é notório que a Antaq praticamente duplicou, só com a edição da nova lei de portos, o número de outorga, e vai haver mais ainda. Então, vamos ver: a hora em que entrarem os arrendamentos, vai-se ter um trabalho muito maior. Já foi autorizado pelo Governo Federal – importante – um concurso, e, se se utilizarem aquelas 140 vagas mais 50%, acredito que daí vamos poder dizer que se chega a alguma coisa razoável.

Em relação ao orçamento, precisamos ficar vigilantes, porque a Antaq, no meu entendimento, passou, Presidente Collor, com as competências que têm, a ser um órgão estratégico no nível do Governo Federal, no nível do Estado brasileiro.

Então, vamos dizer, a questão do orçamento, no meu entendimento, precisará, Senador Wilder Moraes, também acompanhar.

Em relação à cabotagem, o Ex^{mo} Senador Flexa Ribeiro fez uma pergunta. Houve um tempo, Contra-Almirante Jorge Machado, lá do Estado Maior da Armada, que praticamente deixou de existir a cabotagem. Hoje ela já está sendo reativada. Existem duas empresas que, recentemente, compraram novos navios e os colocaram na cabotagem. A Antaq tem a estatística portuária brasileira muito atualizada; ela sai mês a mês e é publicada no *Anuário Estatístico*. Essa estatística mostrou o crescimento da cabotagem e o indicativo, Presidente Collor, de que a cabotagem no Brasil deverá aumentar.

Minha posição é a seguinte: nós, brasileiros, gestores, precisamos buscar uma alternativa a esse tratamento dado. E isso não é de agora. Isso que eu estou falando não é discussão de um Governo, é uma discussão de Estado. O modelo nosso colocou praticamente as mesmas obrigações da navegação de longo curso para a cabotagem.

Eu entendo que, se for sair um produto para exportação, Presidente Collor, tem que haver controle. Controle absoluto. Na entrada, controle absoluto. Agora, do Brasil para o Brasil, na hora em que se burocratiza, o que se faz? “Ah, então, vamos levar a de São Paulo para o Nordeste de caminhão; é mais fácil entrar.” Mas é mais oneroso para o Brasil! Conheço a fio. Vim do Paraná para o Centro-Oeste. Andei na BR-153, a Belém-Brasília, inúmeras vezes. Com muito medo! Com muito medo! Por quê? Por causa dos milhares de caminhões que por ali transitam. Mas eles não são dali! Eles saíram de São Paulo, estavam viajando por um dia e meio!

Aí eu vejo que esta Casa inclusive aprovou um avanço, Presidente Collor. É a Lei dos Caminhoneiros. Não era possível, para eles próprios, que um motorista dirigisse 2.500 quilômetros! Isso é quase suicídio, até porque o que acontece hoje nos acidentes no Brasil? Em 50% deles, estão envolvidos caminhões.

Temos que buscar uma solução para a questão da burocracia. E esta Casa pensa muito, esta Comissão pensa muito – não é porque estou ao seu lado, Presidente Collor. Participei de reuniões desta Comissão por várias vezes, e tive a honra de uma vez ser convidado, no passado, para colocar a posição sobre o transporte. Esta Comissão realmente consegue pensar no Brasil. Então, eu vejo que, para essa questão da burocracia e até para a questão do combustível que é utilizado na cabotagem e para a questão do *bunker*, que é utilizado na navegação de longo curso, que sai muito mais barato, nós precisamos arrumar uma solução.

Com referência à pergunta do Ex^{mo} Senador Ruben Figueiró, eu falei, Senador, não para desprestigiar a hidrovia do Paraguai. Até “eximo” – entre aspas – o Sr. Presidente Collor, porque S. Ex^a me deu bastante tempo. Mas, para tratar destas complexidades, eu não falei das hidrovias do Sul, do Tocantins praticamente, do Araguaia, do São Francisco, do Parnaíba. Não falei, por exemplo, da navegação nos rios da Amazônia – Rio Negro,

Solimões e assim por diante. Mas veja só: não passa por este gestor aqui não dar importância para essa importante hidrovia. Tanto é que, mesmo aqui, com esta sabatina, caso se confirme a posse, eu tenho uma agenda, que marquei ontem, para ir a Buenos Aires, acompanhando o MRE (Ministério das Relações Exteriores), o Embaixador para a América do Sul, para tratarmos do comboio da hidrovia. Exatamente, foi feita uma restrição por parte da Argentina, e nós vamos discutir.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoria/PSDB – MS) – (Intervenção fora do microfone.) Paraguai?

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – No Rio Paraguai, isso, no Rio Paraguai.

Vejam o seguinte: no Rio Paraguai, o aumento de carga... No caso do minério de ferro, está aumentando, e há um projeto para aumentar mais. Também, existe uma empresa que já está estruturada para retomar – tanto que está preocupada com a diminuição do comboio – o transporte de grãos no Rio Paraguai. Há também tratativas de empresas que estão interessadas em transportar álcool pelo Rio Paraguai.

Eu vejo o seguinte: o Rio Paraguai é estratégico não só para o seu Estado, Mato Grosso do Sul, mas também para Mato Grosso, certo? E, no caso específico, eu estava no Mato Grosso, Ex^{mo} Sr. Senador Ruben Figueiró, quando foram colocadas as hidrovias Paraguai e Araguaia como bodes expiatórios para parar as nossas hidrovias – vamos dizer assim –, há alguns anos, para atrasar. Tinha de ser a da vez, e colocaram a do Paraguai e a do Araguaia. Então, vejo que temos dois grandes Mississipis, característicos Mississipis.

Tive a felicidade de, pela Antaq, ajudar a liderar uma comitiva que foi ao Mississipi. Então, veja só, são três mil quilômetros no Rio Paraguai, em que dá para haver uma ampla navegação e que precisa basicamente de quê? Dragagem.

Presidente Collor, no Brasil, acho que tivemos o avanço da novel Lei nº 12.815, que coloca o Plano de Dragagem II. Quando houve o Plano I, foi muito importante. Eu estava lá no CAP de Belém, Santarém, Outeiro, Vila do Conde, presidindo-o, quando veio esse Plano.

Agora estamos indo para o Plano II. Retomamos o que ficou demandado por muitos anos: a questão da dragagem nos portos brasileiros, que é estratégica. Já tiraram alguns gargalos.

Agora precisamos – e nada melhor, porque esta Comissão tem qualidade, competência para isso, para realmente utilizar essa *expertise*, essa boa experiência, para um grande plano de dragagem no Brasil, porque é o seguinte: se houver várias empresas de dragagem fluvial, o custo vai ser muito menor; se houver várias empresas de dragagem, de repente poderemos, Presidente Collor, dobrar – dobrar – a quantidade de quilômetros de rios brasileiros navegados, só com a dragagem, e fortalecer os trechos em que já há navegação no Paraguai, em que há navegação no Araguaia.

No Araguaia há navegação. Inclusive, Sr. Deputado Daltinho, do Mato Grosso – é uma honra estar aqui nos prestigiando –, lá há navegação, só que não são de grandes barcas, é uma navegação regional.

Então, Ex^{mo} Sr. Senador Ruben Figueiró, com a novel legislação, que tira essa questão da carga própria – isso ficou pacificado –, veja que seu Estado, na minha opinião, pode participar mais, utilizar mais os rios.

Veja só, estive em Três Lagoas, há mais ou menos um mês, no encontro do G5 +1. Em Três Lagoas, há várias indústrias. Algumas, de celulose, que fui conhecer, transportam um pouco da celulose pelo rio. Poderiam transportar grãos. No caso de Goiás, que está mais acima, Senador Wilder, saem por São Simão três milhões de toneladas, e Mato Grosso do Sul, que está encostado ali, pouco utiliza a hidrovia.

E essa hidrovia, que tem agora um investimento de 1,5 milhão do Governo Federal e do Governo do Estado de São Paulo, é para quê? Para melhorar ainda mais: alargar pontes, melhorar acessos das eclusas. Então, vai ser uma navegação mais franca, vamos dizer assim.

Então, eu não só falo isso, Excelentíssimo Senador Ruben Figueiró, coloco-me à disposição para engajar nessa briga pelo Mato Grosso do Sul.

Sobre o Mississipi já falei, e ainda lhes digo. Exatamente, no passado, a mesma coisa: Itaipu, se tivesse as eclusas, seu Estado sairia para o mar através do Rio Paraná.

E colocar o seguinte, que essa nova legislação portuária trouxe, Presidente Collor, uma importante liberdade, vamos dizer assim. Então, vamos lá, vamos buscar um plano de dragagem. E lá já fala que você pode dragar, em um contrato de dez anos. No mundo que utiliza bem as hidrovias, é feito assim. Na Europa – tive a oportunidade de, pela Antaq, conhecer a Bélgica e a Holanda –, é praticamente o seguinte: contratos de dragagem permanente. A nossa Argentina – que a gente, de vez em quando, fala “ah, eles são assim e assado” –, no passado, fez contrato de dragagem, na entrada do Rio Paraguai, de 700 quilômetros, definindo o quê, Presidente Collor? “Olha, eu preciso de tal calado.”

Então, quer dizer, com a nova legislação, nós temos que perseguir dragagem e não para um ano. É tanta burocracia no Brasil. A gente gasta dois anos para fazer uma... Olha só o Rio Madeira – e não é crítica ao Governo, é ao contrário. Nós levamos dois anos tentando dragar, a gente brigando para dragar o Madeira, porque em águas baixas dificulta. Tanto é, Presidente, que alguns milhões de litros de combustível que vêm em águas

altas, em águas baixas, deixam de vir e vêm de caminhão lá de São Paulo, passando pelo Mato Grosso, Rondônia e tal. Se tiver a dragagem, isso não acontece.

Portanto, eu vejo o seguinte: minha sugestão é essa questão da dragagem em rios interiores.

Senador Jayme Campos...

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoridade/PSDB – MS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – ... agradeço o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Com licença, Adalberto.

Pela ordem, S. Ex^a o Senador Ruben Figueiró.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco Minoridade/PSDB – MS) – Sr. Presidente, infelizmente, eu tenho o compromisso de uma audiência agora às 10 horas, mas eu gostaria de agradecer a exposição feita pelo ilustre indicado, o Sr. Adalberto Tokarski, e dizer a ele que essa viagem que fará a Buenos Aires é bom lembrar que essa hidrovia que foi utilizada e muito bem delineada aqui pelo Senador Jayme Campos, ela termina exatamente no ponto de Palmira, no Uruguai, nas águas do Rio Paraná.

Isso é muito importante que seja consignado, porque não é na Argentina, é no Uruguai. É um porto tradicional que permitia, para acrescentar, que os navios internacionais viessem da Europa ou dos Estados Unidos e chegassem até Corumbá, e, de Corumbá, eram transportados, como disse o Senador Jayme Campos, até Cuiabá – isso no século passado. Que não fique nas calendas isso aí.

Meus cumprimentos a V. Ex^a e pela adesão que V. Ex^a dá agora ao meu querido Estado de Mato Grosso do Sul.

Muito obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Presidente, pela ordem, só para fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^a o Senador Ruben Figueiró.

Pela ordem, S. Ex^a o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Primeiro, quero dizer que, quando eu disse aqui que ele é mestre, professor, experto no assunto aqui, de fato eu confirmei aqui, diante da clareza em relação à matéria. Ele disse: “Olha, Palmira, no Uruguai.” Então, é um estudioso, um mestre no assunto da questão hidrovia.

Segundo, que esse...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Com a devida vênica de V. Ex^a, quero registrar aqui a presença ilustre do meu amigo particular, Deputado Daltinho Freitas, também da região do Araguaia. Quando me referi aqui à hidrovia Araguaia-Tocantins, ele também é um experto, um estudioso, sobretudo um lutador da implantação não só dessa hidrovia, mas também, sobretudo, da ligação de Mato Grosso, através de São Félix do Araguaia, ao Estado de Tocantins.

Então é um projeto maravilhoso, mas lamentavelmente até agora não há nenhuma movimentação por parte do Governo Federal.

E dizer-lhe que, se me permite o Adalberto, vou ser bem pragmático com relação à sua observação, à sua resposta, até porque tenho um compromisso. Por isso queria comentar e agradecer a V. Ex^a, Presidente.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoridade/DEM – GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Pela ordem S. Ex^a o Senador Wilder Moraes.

Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Minoridade/DEM – GO) – Presidente, primeiro quero cumprimentar o Adalberto Tokarski e dizer da grata satisfação com a indicação dele para a Diretoria Nacional do Transporte Aquaviário. A gente tem laços efetivos lá em Goiás, do irmão, da família dele.

Parabéns. Demonstrou muito conhecimento e talento. Tenho certeza de que vai ser aprovado e que tem um grande desenvolvimento desse modal de transporte no Brasil.

Também gostaria de cumprimentar, aqui presente, o nosso Deputado Adalto, lá de Mato Grosso, meu grande amigo também.

Seja bem-vindo, Adalto.

É isso, Presidente. Só quero desejar sucesso para o nosso indicado, que, tenho certeza, vai ser aprovado pela nossa Comissão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Só sugerir ao Presidente uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Wilder Moraes.

Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Solicito ao Adalberto que seja bem rápido, porque daqui a pouco não haverá nem quem faça a apuração dos votos aqui. Vai terminar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Já encerrou?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Está encerrando.

Rapidão, para nós apurarmos os votos.

Daqui a pouco não haverá nem Senador para V. Exª convidar para fazer o escrutínio dos votos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Volto a palavra ao Dr. Adalberto Tokarski, indicado para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Para concluir, Dr. Adalberto.

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Para concluir.

Inclusive duas perguntas suas já foram respondidas, mas o senhor me provocou no que eu...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – *(Fora do microfone.)*

O SR. ADALBERTO TOKARSKI – Há 16 anos. Não passo uma semana sem fazer a defesa da implantação da hidrovía Tocantins-Araguaia.

E dizia até: eu ainda vou ter cabelo para ver isso aí.

Desculpe, Sr. Presidente Collor. Não é desrespeito à Comissão. Mas é porque o tempo passa e a gente fica...

E não falo de governo, não. Eu falo do Brasil, da forma, da questão da cultura, de como está se tratando o avanço disso tudo

Mas olhe só. Eu acho que houve um avanço, Ex^{mo} Senador Jayme Campos, com a conclusão das eclusas de Tucuruí.

Acabou de ser lançado o edital do derrocamento do Pedral do Lourenço e nós temos o EVTEA que está sendo concluído para essa hidrovía.

Eu vejo o seguinte: este Rio Araguaia, só com dragagem praticamente se resolve a navegação de 1.100 quilômetros, Presidente Collor. Então eu continuo defendendo, porque, na verdade, o Rio Araguaia chega à beira da produção, da maior produção do Brasil, que é do Estado de Mato Grosso.

Enquanto tiver energia, eu vou defender, porque, na verdade, ele é como um Mississipi, porque chega ao centro do Brasil, perto de Goiânia até.

Em linhas gerais, espero ter respondido, Ex^{mo} Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Sª, Dr. Adalberto Tokarski.

Eu indagaria a S. Ex^{as} os Srs. Senadores se estão satisfeitos com as respostas oferecidas, se têm mais alguma dúvida.

Então dou por encerrada a sabatina e indago agora se os Srs. Senadores já votaram.

Todos já votaram?

Dou então por encerrada a votação e convido os Srs. Senadores Jayme Campos e Wilder Moraes para atuarem como escrutinadores. *(Pausa)*

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Minoridade/DEM – MT) – Sr. Presidente, o resultado apurado pelos escrutinadores é: 15 votos SIM; 2 votos NÃO; uma abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a S. Ex^{as} Senadores Jayme Campos e Wilder Moraes, que atuaram como escrutinadores.

Vou proclamar o resultado.

Aprovada a indicação do Sr. Adalberto Tokarski para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), por 15 votos favoráveis, 2 votos contrários e uma abstenção.

Agradeço a presença do Sr. Adalberto Tokarski, desejando-lhe uma profícua e exitosa missão como Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

Prosseguindo com a nossa pauta do dia de hoje.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 9, de 2014

Em atenção à Resolução nº 44, de 2013 e tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 96 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminho sugestão para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura promova a avaliação das políticas públicas relacionadas às concessões de rodovias e ferrovias, especialmente na Região Centro-Oeste do país. É conhecido o gargalo imposto pelo grande déficit de infraestrutura na região.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Observações:

Lido em 26.03.2014

Coloco em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 9, de 2014, desta Comissão.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 10, de 2014

Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do nome do senhor Arno Hugo Augustin Filho, Secretário do Tesouro Nacional, dentre os convidados da Audiência Pública, objeto do Requerimento nº 8 de 2014, lido na 5ª Reunião Extraordinária, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), na data de 19 de março de 2014, com vistas a apresentar exposição informativa sobre o Acórdão nº 2.186, de 2013 – TCU – Plenário, especialmente sobre os resultados apresentados pela Secretaria do Tesouro Nacional em cumprimento ao determinado no item 9.3 do referido Acórdão. Observações: O requerimento foi lido na reunião do dia 1º de abril de 2014.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 10, de 2014, de autoria de S. Exª o Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 11, de 2014

Em atenção à Resolução nº 44 de 2013 e tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 96 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminho sugestão para que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura promova a avaliação das políticas públicas relacionadas à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, fundo setorial que congrega despesas associadas às políticas do setor de energia elétrica pagas, principalmente, por consumidores de energia e pelo Tesouro Nacional.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia

Observação: O requerimento foi lido na reunião do dia 1º de abril de 2014.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento nº 11, de 2014, de autoria de S. Exª a Senadora Lúcia Vânia.

V. Exªs, Sras e Srs. Senadores, receberam também, juntamente com o relatório das mesas-redondas apresentado por aqueles que participaram do 1º Fórum Nacional de infraestrutura, o acompanhamento dos compromissos assumidos pelo Departamento de Infraestrutura de Transportes terrestres sobre a atualização das obras. Então, V. Exªs, se tiverem alguma dúvida ou se houver alguma discrepância entre o que V. Exªs conhecem *in loco* sobre o andamento dessas obras e o que está aqui apresentado pela Diretoria Geral do DNIT, por gentileza comuniquem imediatamente à Secretaria desta Comissão.

Pela ordem, S. Exª o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA) – Sr. Presidente Senador Fernando Collor, só para registrar minha alegria e parabenizá-lo pelo 1º Fórum Nacional de Infraestrutura.

V. Exª promoveu a discussão dos principais temas que definem e complicam a infraestrutura logística do nosso País. E, mais do que discutir, pelos Anais que foram distribuídos, o fórum trouxe propostas para que viesse a resolver esse gargalo.

Então, esse é um trabalho de excelência da Comissão, tão bem presidida por V. Exª, e eu quero aqui registrar esse evento e parabenizá-lo pelo 1º fórum sobre logística no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. Bloco União e Força/PTB – AL) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro, pelas suas palavras sempre generosas em relação à condução dos trabalhos desta Comissão. Mas a realização desse fórum e o seu resultado é fruto do trabalho conjunto de todos os integrantes desta Comissão, da qual V. Ex^a pontifica, sendo um dos mais assíduos, um dos mais competentes e um daqueles que mais estão contribuindo com o sucesso dos nossos trabalhos.

Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Antes de encerrarmos a presente reunião e agradecendo a presença de todas as S^{ras} Senadoras e dos Srs. Senadores, convoco para a nossa próxima reunião, a realizar-se no dia 9 de abril de 2014, quarta-feira, às 7 horas e 30 minutos, neste plenário, não sem antes cumprimentar S. Ex^a o Senador Casildo Maldaner, que hoje aniversaria.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 3 minutos.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2014.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e cinco de março de dois mil e quatorze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Anibal Diniz, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, Rodrigo Rollemberg, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Antonio Carlos Rodrigues, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino e Gim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 289, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Acrescenta o art. 12-A e modifica o art. 55 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar que a Administração Pública e as empresas contratadas divulguem, em seus sítios na Internet, informações sobre a execução de obras e serviços.” O relator designado é o Senador Aloysio Nunes Ferreira que oferece relatório pela aprovação do Projeto. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 19, de 2011**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Marinor Brito, que “Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências.” O Presidente da Comissão designa o Senador Alfredo Nascimento Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Lobão Filho, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com as emendas oferecidas, e pela rejeição das três emendas oferecidas pelo Senador Mário Couto. Após a leitura do relatório, é concedida Vista à Senadora Angela Portela, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 3: Turno Suplementar do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei do Senado n.º 343, de 2012**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que as companhias telefônicas identifiquem a prestadora de destino das chamadas realizadas pelo usuário.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 11/03/2014, foi aprovado o Substitutivo Integral ao PLS nº 343, de 2012. Anunciada a Matéria, encerrada a discussão, não tendo sido apresentadas emendas, o Substitutivo é dado como definitivamente adotado. **Item 4: Requerimento n.º 2, de 2014-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, que requerem “..., nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, para prestar informações sobre as ações realizadas em 2013 e para a realização de debates em torno dos temas “AGENDA, PRIORIDADES E AÇÕES DO MCTI PARA 2014”, e em havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna.” O Requerimento é aprovado. **Item 5: Requerimento n.º 3, de 2014-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, que requerem “..., nos termos da Resolução nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), no exercício de 2014, seja o Programa Nacional de Banda Larga.”

O Requerimento é aprovado. **Item 6: Projeto de Decreto Legislativo n.º 314, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOMBRIO FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 7: Projeto de Decreto Legislativo n.º 340, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BICO DO PAPAGAIO – AVDESBIP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maurilândia do Tocantins, Estado do Tocantins.” O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 354, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE CHARRUA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Charrua, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 337, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RESGATE CULTURAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins.” A relatora designada é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 347, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SERRA ALTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Alta, Estado de Santa Catarina.” A relatora designada é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 362, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA REVOLUÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 330, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MATA GRANDE – ADICOMAG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mata Grande, Estado de Alagoas.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 311, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CENTRAL MISSIONEIRA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 343, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RECC RADIODIFUSÃO E COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 305, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Largo do Piauí, Estado do Piauí.” A relatora desig-

nada, ad hoc, é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 247, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 262, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ESCOLA DE RÁDIO GALEÃO FM (ACERG) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 290, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.” O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria à Senadora Angela Portela, em razão do Senador Eduardo Lopes não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 383, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SUDOESTE FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro.” O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria à Senadora Angela Portela, em razão do Senador Eduardo Lopes não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 446, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ADONAI DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.” O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria à Senadora Angela Portela, em razão do Senador Eduardo Lopes não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 455, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SUL FLUMINENSE DE RÁDIO MANGARATIBA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro.” O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, redistribui a matéria à Senadora Angela Portela, em razão do Senador Eduardo Lopes não mais pertencer aos quadros desta Comissão. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 435, de 2010**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à CAMPO GRANDE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bataiporã, Estado de Mato Grosso do Sul.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 352, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à A2 COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourilândia do Norte, Estado do Pará.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 355, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à ROTA COMUNICAÇÕES LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a lei-

tura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 335, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOS MORADORES DO LAGO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 382, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO VILA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mombuca, Estado de São Paulo.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 399, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Clevelândia, Estado do Paraná.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 371, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PARAGUAÇU PAULISTA FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 326, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA PRAIA DE OUTEIRO DO MUNICÍPIO DE CEDRAL – ACOPO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedral, Estado do Maranhão.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 277, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAGOA DE MONTANHAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montanhas, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 336, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE LAJEDÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajedão, Estado da Bahia.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 332, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AREIA BRANCA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areia Branca, Estado de Sergipe.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 432, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à KRTV – COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 430, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. – SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São

José da Bela Vista, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 345, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 348, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE VIDAL RAMOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. Nesse momento, o Senador Zeze Perrella passa a presidência ao Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Alfredo Nascimento para relatar os próximos itens. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 164, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campanha, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 264, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO EDUCATIVA MAK TUB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perdões, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 391, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fervedouro, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 9 (nove) votos favoráveis. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e onze minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Zeze Perrella**, Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 25 de março de 2014.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

O item 1 é da relatoria do Senador Aloysio Nunes Ferreira, o PLS nº 289/2013, não terminativo.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2013

– Não terminativo –

Acrescenta o art. 12-A e modifica o art. 55 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar que a Administração Pública e as empresas contratadas divulguem, em seus sítios na Internet, informações sobre a execução de obras e serviços.

Autoria: Vital do Rêgo

Relatoria: Aloysio Nunes Ferreira

O relator não está presente e, como é a primeira vez, fica adiado.

O item 2 é o PLS nº 19/2011, da relatoria do Senador Lobão Filho. Pelo mesmo motivo, estamos adiando.

O item 3 é a mesma situação.

Nós vamos votar os itens 4 e 5, que já foram lidos.

Em votação e discussão o item 4 da pauta.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 2, de 2014

– Não terminativo –

Requeiro nos termos regimentais, pelo presente, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, com convite ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, para prestar informações sobre as ações realizadas em 2013 e para a realização de debates em torno dos temas “AGENDA, PRIORIDADES E AÇÕES DO MCTI PARA 2014”, e em havendo deliberação favorável, que seja agendada data oportuna.

Autoria: Zeze Perrella e outros

Observações:

Em 18/03/2014, o Requerimento foi lido em reunião extraordinária da Comissão

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está aprovado.

O item 5 já foi lido e está em discussão.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 3, de 2014

– Não terminativo –

Requeiro, nos termos da Resolução nº 44, de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que a política pública a ser avaliada por esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), no exercício de 2014, seja o Programa Nacional de Banda Larga.

Autoria: Zeze Perrella e outros

Observações:

Em 18/03/2014, o Requerimento foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Também aprovado.

Como os próximos são projetos de decreto legislativo, de caráter terminativo, e exigem quórum qualificado, a discussão e votação...

Consulto os Srs. Senadores se podemos fazer a leitura para votarmos na próxima reunião para ganharmos tempo aqui.

Seriam os itens de 6 a 39.

Os itens de 6 a 8 são do próprio Senador Alfredo Nascimento. Os itens 9 e 10 são da Senadora Angela.

O Senador poderia ler os relatórios itens 6, 7 e 8?

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 314, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOMBRIÓ FM LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 7**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 340, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO BICO DO PAPAGAIO – AVDESBIP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maurilândia do Tocantins, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 8**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 354, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE CHARRUA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Charrua, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, analisa o Projeto de Decreto Legislativo nº 314, de 2013 (nº 1.112, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sombrio FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sombrio, Estado de Santa Catarina.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha a matéria não enseja reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada.

O item 7 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2013 (nº 784, de 2012, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Voluntários ao Desenvolvimento Sustentável do Bico do Papagaio – AVDESBIP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maurilândia do Tocantins, Estado do Tocantins.

Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Voluntários ao Desenvolvimento Sustentável do Bico do Papagaio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maurilândia do Tocantins, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 8 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2013 (nº 1.087, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Charrua para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Charrua, Estado do Rio Grande do Sul.

Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Charrua para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Charrua, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esses são os meus votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos, agora, aos itens 9 e 10 relatoria da Senadora Angel Portela.

ITEM 9**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 337, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RESGATE CULTURAL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Angela Portela

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 347, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE SERRA ALTA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Alta, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Angela Portela

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Obrigada, Sr. Presidente, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Resgate Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins.

Nosso voto:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 337, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Resgate Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaraí, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o nosso voto.

O item 10 é Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Serra Alta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Alta, Estado de Santa Catarina.

Nosso voto:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 347, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Serra Alta para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse são os votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigada, Senadora Angela.

Vamos agora do item 11 ao 26, se V. Exª puder, lembrando que os itens 18, 19, 20 e 21 são redistribuição, já que o Senador Eduardo Lopes não se encontra mais na Casa. *(Pausa.)*

Até o 27, por favor, Senadora Angela. Seria do 11 ao 27, sendo que o 18, 19, 20 e 21 são redistribuição.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 362, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA REVOLUÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 12**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 330, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MATA GRANDE – ADI-COMAG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mata Grande, Estado de Alagoas.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 311, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CENTRAL MISSIONEIRA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 343, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RECC RADIODIFUSÃO E COMUNICAÇÃO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 15**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 305, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE CAMPO LARGO DO PIAUÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Largo do Piauí, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Ciro Nogueira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 16**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 247, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE PRESIDENTE PRUDENTE/SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 17**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 262, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ESCOLA DE RÁDIO GALEÃO FM (ACERG) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 18**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 290, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÃO Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Angela Portela

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 19**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 383, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SUDOESTE FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Angela Portela

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 20**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 446, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA ADONAI DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Angela Portela

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 21**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 455, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SUL FLUMINENSE DE RÁDIO MANGARATIBA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Angela Portela

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 435, de 2010

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à CAMPO GRANDE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bataiporã, Estado de Mato Grosso do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 352, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à A2 COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ourilândia do Norte, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 355, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à ROTA COMUNICAÇÕES LIMITADA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 335, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DOS MORADORES DO LAGO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Gim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 382, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO VILA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mombuca, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Gim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 399, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à GTOLL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Clevelândia, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Gim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – O item 11 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 362, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Revolução para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo.

Nosso voto:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 362, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Revolução para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 12 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Mata Grande para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mata Grande, Estado de Alagoas.

Nosso voto também é pela aprovação, tendo em vista que a documentação que acompanha o PDS não evidencia violação da legislação pertinente e que não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O item 13 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2013, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Central Missioneira Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luiz Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul.

Nosso voto é pela aprovação, tendo em vista que a documentação que acompanha o PDS nº 311, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente e que não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Opinamos pela aprovação do projeto.

O item 14 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 343, de 2013, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à RECC Radiodifusão e Comunicação Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à RECC Radiodifusão e Comunicação Ltda. para os serviços de radiodifusão e frequência modulada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

O item 15 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão de Campo Largo do Piauí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Largo do Piauí, Estado do Piauí.

Nosso voto também é pela aprovação, tendo em vista que todo o exame da documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação na legislação pertinente e não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade. Portanto, opinamos pela aprovação do ato que outorga.

O item 16 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão de Presidente Prudente/SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo.

O nosso voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação de legislação pertinente e não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e

técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga a Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão de Presidente Prudente, em São Paulo.

O item 17 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Escola de Rádio Galeão FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O nosso voto é pela aprovação, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação de legislação pertinente e que há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa

É até o item 17, Sr. Presidente? *(Pausa.)*

Até o item 27. Posso continuar, então? *(Pausa.)*

O item 18 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2013, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Central de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Da mesma forma, nosso parecer é pela aprovação, tendo em vista que a documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação da legislação que o disciplina e não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Item 19, 20, 21... *(Pausa.)*

O item 22 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2010, que aprova o ato que outorga permissão à Campo Grande Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bataiporã, Estado de Mato Grosso do Sul.

O nosso voto, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 435, de 2010, não evidenciou violação da legislação pertinente e que não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, é pela aprovação do projeto.

O item 23 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 352, de 2013, que aprova o ato que outorga permissão à A2 Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Ourilândia do Norte, Estado do Pará.

O nosso voto é pela aprovação, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação de legislação pertinente e que não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa.

O item 24 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2013, aprova o ato que outorga permissão à Rota Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Adamantina, Estado de São Paulo.

Da mesma forma, nosso voto é pela aprovação, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação de legislação pertinente e que não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa. Opinamos, portanto, pela aprovação. *(Pausa.)*

O item 25 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural dos Moradores do Lago Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Nosso voto é pela aprovação do PDS nº 335, de 2013, tendo em vista que a documentação que o acompanha não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Opinamos, portanto, pela aprovação.

O item 26 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 382, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Bairro Vila Nova para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mombuca, Estado de São Paulo.

Nosso voto, da mesma forma, é pela aprovação do PDS nº 382, considerando que toda a documentação que o acompanha está com a legislação vigente de acordo, não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Também opinamos pela aprovação.

O item 27 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2013, que aprova o ato que outorga permissão à Casulo FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itiruçu, Estado do Bahia.

Voto também pela aprovação do projeto, o PDS nº 456, considerando que o exame da documentação que o acompanha não evidenciou violação de legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Portanto, aprovamos o PDS.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senadora.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – O item 19, Presidente, ainda falta.

O item 19 aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sudoeste FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro.

Nosso voto também é pela aprovação do PDS nº 383, considerando que toda a documentação está conforme a legislação.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senadora, são os que foram redistribuídos?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – O item 20 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2013, que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Adonai de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Nosso voto também é pela aprovação, considerando que todo o exame da documentação que acompanha o PDS não evidenciou nenhuma violação de legislação pertinente, não havendo nenhum reparo quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Votamos, então, pela aprovação do PDS.

O item 21 trata do Projeto de Decreto Legislativo nº 455, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sul-Fluminense de Rádio Mangaratiba FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mangaratiba, Estado do Rio de Janeiro.

Nosso voto também é pela aprovação, considerando que toda a documentação atende à legislação. Era isso, Sr. Presidente, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senadora.

Então, vamos agora para o item 28. Não é o resto, é o restante, Senador Alfredo Nascimento. (Risos.)

Do item 28 ao item 36.

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 371, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PARAGUAÇU PAULISTA FMLTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Ivo Cassol

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 326, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA PRAIA DE OUTEIRO DO MUNICÍPIO DE CEDRAL – ACOPO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedral, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 277, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA LAGOA DE MONTANHAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montanhas, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: José Agripino

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 31**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 336, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE LAJEDÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajedão, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 32**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 332, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AREIA BRANCA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areia Branca, Estado de Sergipe.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Maria do Carmo Alves

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 33**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 432, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga permissão à KRTV – COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Ricardo Ferraço

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 34**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 430, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. – SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José da Bela Vista, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 35**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 345, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga permissão à SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 36**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 348, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE VIDAL RAMOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Item 28. Projeto de Decreto Legislativo nº 371, que renova a permissão outorgada à Rádio Paraguaçu Paulista FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraguaçu Paulista, Estado de São Paulo.

Opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Paraguaçu Paulista FM Ltda.

Item 29. Projeto de Decreto Legislativo nº 326, da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Praia de Outeiro do Município de Cedral para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedral, Estado do Maranhão.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Praia de Outeiro do Município de Cedral para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cedral, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 30. Projeto de Decreto Legislativo nº 277, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Lagoa de Montanhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montanhas, Estado do Rio Grande do Norte.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Lagoa de Montanhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Montanhas, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 31. Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Lajedão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajedão, Estado da Bahia.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Lajedão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajedão, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 32. Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Areia Branca FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areia Branca, Estado de Sergipe.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Areia Branca FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Areia Branca, Estado de Sergipe, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 33. Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2013, que aprova o ato que outorga permissão à KRTV – Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à KRTV Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 34. Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2013, que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda – SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José da Bela Vista, Estado de São Paulo.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. – SIR, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José da Bela Vista, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 35. Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2013, que aprova o ato que outorga permissão à Sinal Brasileiro de Comunicação S/C LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 36. Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Vidal Ramos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina.

Opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Vidal Ramos para explorar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Portanto, Sr. Presidente, encerro a leitura desses itens opinando pela aprovação de todos eles.

Foi-me dada a incumbência também para o Item 2. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Faltam ainda os Itens 37, 38 e 39, cuja relatoria é do Senador Zeze Perrella.

Então, convido V. Exª para ocupar o meu lugar.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR – AM) – Passo a palavra ao Senador Zeze Perrella, para relatar os itens 37, 38 e 39.

ITEM 37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 164, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campanha, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 264, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO EDUCATIVA MAK TUB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perdões, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

ITEM 39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 391, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão ao SISTEMA NOROESTE DE COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fervedouro, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

Com a palavra, S. Exª o Senador José Perrella.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Item 37, vamos para o voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS de nº 164, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Rádio e Televi-

são Século 21 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campanha, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 38. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 264, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente e que não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Educativa Maktub para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Perdões, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Item 39. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS de nº 391, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente e que não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Sistema Noroeste de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fervedouro, Estado de Minas Gerais, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alfredo Nascimento. Bloco União e Força/PR – AM) – Obrigado, Senador.

Passo a Presidência dos trabalhos ao Presidente Senador José Perrella.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – A discussão e a votação dos itens 6 ao 39 ficarão para a próxima reunião, já que não temos quórum para deliberar a matéria terminativa.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, de 2011

– Não terminativo –

Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências.

Autoria: Marinor Brito

Relatoria: Lobão Filho

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as emendas oferecidas, e pela rejeição das três emendas oferecidas pelo Senador Mário Couto

Observações:

1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

2) A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 11/03/2014 e 18/03/2014.

Com a palavra, o relator *ad hoc*, então, Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Obrigado, Presidente.

Na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, da Senadora Marinor Brito, que declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico *A Voz do Brasil* e dá outras providências.

O Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, apresentado pela Senadora Marinor Brito, propõe que se declare como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico *A Voz do Brasil*.

Inicialmente distribuído apenas à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para decisão terminativa, o projeto foi encaminhado também para audiência da Comissão de Ciência, Tecnologia Inovação, Comunicação e Informática (CCT), por força da aprovação do Requerimento (RQS) nº 572, de 2013.

Na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), foram apresentadas três emendas ao projeto, todas de autoria do Senador Mário Couto: a primeira, para suprimir, no art. 1º, a expressão “produzido e difundido sob responsabilidade dos três poderes da república”; a segunda, para suprimir o art. 2º; e a terceira, para dar nova redação ao art. 3º, retirando a expressão “zelar pela integridade do programa *A Voz do Brasil*”.

Naquela comissão, a proposição foi relatada pela Senadora Ana Rita, que se pronunciou pela rejeição da matéria antes de solicitar sua retirada de pauta, para reexame.

Em decorrência da aprovação do mencionado RQS nº 572, de 2013, tornou-se sobrestado o exame da proposição pela CE.

Análise.

A matéria conforma-se ao rol de atribuições desta Comissão, nos termos do art. 104-C, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Do ponto de vista do mérito, não há como deixar de concordar com a pertinência da iniciativa sob exame, que busca reconhecer uma inegável forma de expressão cultural como integrante de nosso patrimônio imaterial.

Observe-se que a Constituição Federal de 1988, em seus arts. 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural, ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. Os bens culturais de

natureza imaterial, a serem registrados conforme conceituado pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

A Carta Magna reconhece, assim, a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências à sociedade brasileira. Esses bens são apropriados por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos de sua identidade.

O reconhecimento do programa radiofônico A Voz do Brasil como componente do Patrimônio Imaterial do País, conforme entendemos, reveste-se de justiça. Mais antigo programa radiofônico do gênero no mundo, há 78 anos no ar, A Voz do Brasil constitui inestimável canal de acesso à informação para parcelas significativas da população brasileira. É, muitas vezes, fonte única de informação para enorme contingente de ouvintes residentes no interior, especialmente no meio rural e nos longínquos rincões do País.

O conteúdo do programa possui um lado inegável de utilidade pública, na medida em que informa sobre a liberação de verbas para prefeituras, divulga campanhas educativas, fornece informações de interesse coletivo e aumenta a transparência da atuação governamental. Dessa forma, presta-se como instrumento de fiscalização do governo por parte da população e como elemento de coesão nacional. Muitas localidades, de difícil acesso contam com o programa para manter-se a par das notícias de governo num prazo razoável.

Reconhecido o mérito do PLS nº 19, de 2011, consideramos necessário alterar a redação do seu art. 3º, sob pena de incorrer em inconstitucionalidade. Observe-se que a atribuição de competência ao Executivo mediante projeto de autoria de parlamentar sofre de vício de iniciativa.

Por sua vez, além de fugir ao escopo da proposição, o conteúdo do art. 2º encontra-se plenamente contemplado na alínea a do art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações).

Com referência à técnica legislativa, observa-se que o texto do art. 5º fere o princípio constante do art. 9º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Por fim, cite-se que a proposição segue o exemplo de outras de iniciativa do Legislativo, como foi o caso do reconhecimento do Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas – Feira Nordestina de São Cristóvão como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, transformado na Lei nº 12.301, de 28 de julho de 2010.

Com relação às emendas apresentadas pelo Senador Mário Couto, somos de parecer por sua rejeição, já que todas acabam por desvirtuar o propósito inicial do projeto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2011, com as emendas que apresentamos, e pela rejeição das três emendas oferecidas pelo Senador Mário Couto.

É o meu voto, Sr. Presidente.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista do projeto do item 2, relatado pelo Senador, para que a gente possa apresentar um voto em separado, considerando que nós temos algumas reivindicações da sociedade civil a respeito do importante relatório apresentado. No entanto, temos algumas discordâncias em relação ao relatório que extingue a obrigatoriedade do horário das 19 às 20 horas.

Então, gostaria de pedir de vista para apresentar um voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vista concedida à Senadora Angela Portela.

Vamos para o item 3.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 343, de 2012

– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que as companhias telefônicas identifiquem a prestadora de destino das chamadas realizadas pelo usuário.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1) A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com Parecer pela rejeição do Projeto.

2) Em 10/12/2013, foi concedida Vista Coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias.

3) Em 11/03/2014, foi aprovado o Substitutivo Integral ao PLS nº 343, de 2012. De acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, a Matéria é submetida a Turno Suplementar;

4) Não sendo oferecidas emendas até o encerramento da discussão, o Substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do RISF.

5) A matéria constou na pauta da reunião do dia 18/03/2014.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – A matéria está em discussão. (Pausa.) Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aprovada.

Resultado: não tendo sido oferecidas emendas no turno suplementar ao substitutivo, é dado como definitivamente adotado nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Com relação ao item 3, este que está sendo aprovado, gostaria de registrar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Aprovado com o voto contrário da Senadora Angela Portela.

Será registrado, Senadora.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Sr. Presidente, em segundo turno não há votação. Para ela apresentar voto, teria que ter sido no primeiro turno. Então, é só aprovado. Como não houve emenda, como V. Exª fez corretamente, foi aprovado o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Ok, Senador.

Vamos aproveitar o quorum e colocar em votação as rádios? Se V. Exªs puderem aguardar um minutinho, porque estão faltando dois companheiros.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Sr. Presidente, já foram lidos todos?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Todos. Todos lidos.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – É só aprovação? Então, a gente poderia fazer o seguinte, só sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vota e aguarda os dois.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Nós abrimos a votação e, enquanto isso, os Senadores ficam utilizando a palavra para discutir outras matérias em pauta. Enquanto isso, chegam os próximos Senadores.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, apenas para justificar que estávamos quase todos na outra Comissão, na CMA, que presidimos, votando também requerimentos e projetos importantes, por isso, quando chegamos, as relatorias tinham sido lidas. É apenas para justificar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Eduardo Amorim, futuro governador de Sergipe.

Vamos votar do item 6 ao item 39.

Como vota a Senadora Angela Portela?

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Voto com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senadora.

Como vota o Senador Valdir Raupp?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoridade/PSDB – PA) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Como vota o Senador Rodrigo Rollemberg?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO) – Voto com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Cícero Lucena.

Senador Cícero Lucena, como vota V. Exª? (Pausa.)

Gostaria de registrar o nosso abraço de solidariedade e de pesar pelo passamento da Srª Maria Socorro de Araújo Gomes, mãe da nossa Senadora Angela Portela, que faleceu há 15 dias. Nosso abraço e nossa solidariedade, Senadora, de todos da Comissão.

Queria aproveitar, mais uma vez, para contar com o apoio dos senhores nesse projeto da relatoria do Senador Lobão Filho, que tem como objetivo extinguir a nossa Comissão. Sabemos a quantidade de trabalho que tem nesta Comissão. Esta Comissão ser fundida com outra vai prejudicar demais os trabalhos. Gostaria de contar realmente com o apoio dos senhores para que isso não aconteça. Obviamente, não estou legislando em causa própria, porque isso seria feito após o meu mandato, mas acho um absurdo um país como o Brasil, seríamos um dos poucos países do mundo que não teríamos uma comissão exclusiva para ciência e tecnologia. Acho uma coisa temerária, ficará muito prejudicado. Vemos tantos projetos importantes que têm aqui, fora essas concessões de rádio e TV, que resultam em muito trabalho. Se for para outra comissão, ficarão comprometidas. Temo que o Brasil perca muito com isso.

Gostaria de contar com o apoio de V. Ex^{as}, para que esse relatório do Senador Lobão não seja aprovado. Vamos conversar todos nós com todos os Senadores que pudermos, porque acho uma temeridade e realmente um absurdo, respeitando obviamente a opinião do Senador Lobão.

Como vota o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Salvou o dia.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a reunião.

E esse requerimento?

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 11 minutos.)

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 1º DE ABRIL DE 2014.

Às nove horas e vinte e quatro minutos do dia primeiro de abril de dois mil e quatorze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Anibal Diniz, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Ivo Cassol e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, João Capiberibe, Lobão Filho, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino e Gim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei do Senado n.º 289, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Acrescenta o art. 12-A e modifica o art. 55 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar que a Administração Pública e as empresas contratadas divulguem, em seus sítios na Internet, informações sobre a execução de obras e serviços.” O Presidente da Comissão designa o Senador Alfredo Nascimento Relator “ad hoc”, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, é concedida Vista ao Senador Anibal Diniz, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 19, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marinor Brito, que “Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências.” Em 25/03/2014, foi concedida Vista à Senadora Angela Portela pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento, que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com as emendas oferecidas, e pela rejeição das três emendas oferecidas pelo Senador Mário Couto. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto com as Emendas nº 4 e 5-CCT e pela rejeição das três emendas oferecidas pelo Senador Mário Couto. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 149, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que “Dispõe sobre a produção e disponibilização de estatísticas oficiais.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto, com as Emendas que apresenta. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, com as Emendas nº 01 a 04-CCT. **Item 4: Projeto de Lei do Senado n.º 204, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre a inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).” A relatora designada é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, é concedida Vista ao Senador Valdir Raupp, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 5: Projeto de Lei do Senado n.º 437, de 2013**, de caráter não ter-

minativo, de autoria do Senador Pedro Taques, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de autenticação eletrônica do pagamento nos títulos, faturas ou boletos ou de cobrança.” O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 01-CCT. **Item 6: Ofício “S” n.º 2, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Comunica, em cumprimento ao art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 10.610, de 2002, a composição do seu capital social.” O Relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o relatório é pelo arquivamento da matéria. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 7: Projeto de Lei do Senado n.º 316, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para definir prazo máximo para o exame de pedidos de registro de marcas e de patentes.” O relator designado é o Senador Luiz Henrique que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as Emendas que apresenta. A deliberação da Matéria é adiada. **Item 8: Projeto de Decreto Legislativo n.º 372, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE MARIALVA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marialva, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 377, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA MURITIBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré, Estado da Bahia.” O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 381, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA KENNEDY FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Kennedy, Estado do Tocantins.” O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 358, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E DE COMUNICAÇÃO DE TIJUAÇÚ E QUEBRA FACÃO SENHOR DO BONFIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa Relator “ad hoc” o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 417, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE NIQUELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niquelândia, Estado de Goiás.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa Relator “ad hoc” o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 392, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO BRASIL NOVO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Anibal Diniz que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 414, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE TAQUARAL DE GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaral de Goiás, Estado de Goiás.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa Relator “ad hoc” o Senador Anibal Diniz, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 353, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE NOVO HORIZONTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 375, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização

à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DO VALE DO PAJEÚ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Talhada, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 351, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA REGIÃO DOS COCAIS DO PIAUÍ – ACOMCAPI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matias Olímpio, Estado do Piauí.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa Relator “ad hoc” o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 276, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CULTURA E ESPORTE DE AIUABA – AMICEA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aiuaaba, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 279, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ASSUNÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 366, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à SUPER DIFUSORA AM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angatuba, Estado de São Paulo.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa Relator “ad hoc” o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 369, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à CATAIA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Magalhães Barata, Estado do Pará.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa Relator “ad hoc” o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 379, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio EMISSORA DE EDUCAÇÃO RURAL SANTARÉM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santarém, Estado do Pará.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa Relator “ad hoc” o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 405, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DA NOVA JUVENTUDE CASTELANDENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castelândia, Estado de Goiás.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa Relator “ad hoc” o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 436, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA CALÁBRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 426, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE MINEIRA DE RADIODIFUSÃO Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa Relator “ad hoc” o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 433, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE DIRCE REIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dirce Reis, Estado de São Paulo.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa Relator “ad hoc” o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da maté-

ria. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 342, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO BABAÇU DO MUNICÍPIO DE CIDELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cidelândia, Estado do Maranhão.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa Relator “ad hoc” o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 282, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa Relator “ad hoc” o Senador Cícero Lucena, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 341, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RECREATIVA E CULTURAL DE MACURURÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macururé, Estado da Bahia.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa Relator “ad hoc” o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 403, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AMARALINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amaralina, Estado de Goiás.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa Relator “ad hoc” o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 431, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRINCESA DO OESTE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa Relator “ad hoc” o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 400, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE TALISMÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Talismã, Estado do Tocantins.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 419, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO FLAMBOYANT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto com a Emenda que oferece. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria e da Emenda. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 302, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL GAURAMENSE – ACDESGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gaurama, Estado do Rio Grande do Sul.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa Relator “ad hoc” o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 303, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO CULTURA COMUNITÁRIA FM DE SÃO JOÃO DO OESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa Relator “ad hoc” o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 308, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE INTEGRAÇÃO DE CAPÃO BONITO DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão Bonito do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.” O Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, designa Relator “ad hoc” o Senador Valdir Raupp, que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Nesse momento, o Senador Zeze Perrella passa a presidência ao Presidente Eventual, Senador Ani-

bal Diniz para relatar o os itens de 37 a 40. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 295, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE PLANURA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planura, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 304, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO NOVA GERAÇÃO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Manteninha, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 316, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à MCC – PARTICIPAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 323, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à MAGALHÃES & CASSIMIRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paula Cândido, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e a votação da matéria. Dando prosseguimento à reunião, o Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e vinte e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – Senador **Zeze Perrella**, Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 1º de abril de 2014.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com as notas taquigráficas.

A CCT recebeu do Ministério Público Federal, em Ofício Circular nº 16, de 2014, assinado pelo Procurador-Geral da República e Procurador-Geral Eleitoral, Ex^{mo} Rodrigo Janot Monteiro de Barros, convite aos Senadores que acompanham esta Comissão para participarem de audiência pública que terá por tema “A atuação do Ministério Público Federal nas eleições de 2014”.

A referida audiência será realizada no próximo dia 10 de abril, às 9 horas, no edifício-sede da Procuradoria Geral da República.

Comunicado 2:

Srs e Srs. Senadores, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 44, de 2013, passaram as Comissões Permanentes desta Casa a contar com o procedimento de discussão e avaliação de políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Federal, e cumpre-nos, então, dar seguimento ao Requerimento nº 3, de 2014, aprovado pelo Plenário da CCT, que definiu o Programa Nacional de Banda Larga como tema.

A avaliação da política pública pode compreender, segundo a mencionada resolução, várias iniciativas e diligências, tais como a requisição de informações a órgãos do Poder Executivo, ao Tribunal de Contas da União e a entidades da sociedade civil. Audiências públicas, contatos com agências reguladoras e organismos internacionais e ações de interatividade por meio do canal e-Cidadania também estão nesse rol de ações, devendo a CCT, ao final dos trabalhos e término da sessão legislativa, apresentar relatório com as conclusões da avaliação realizada e os devidos encaminhamentos.

O PNBL é uma das políticas públicas mais relevantes da atualidade, pois trata justamente da inclusão digital de considerável e desassistida parcela da sociedade brasileira, e sabemos também que o Governo Federal encontra-se em processo de avaliação do PNBL para apresentar a sua segunda versão, dando-se, aí, a oportunidade para o nosso debate.

Nesse sentido, cumpre a esta Presidência indicar, dentre os membros da CCT, a relatoria deste tema.

Dessa forma, então, indicamos o Senador Anibal Diniz, que, com toda a competência e dedicação que já lhe é peculiar, compreendemos que será o nome adequado para cumprir essa relevante função.

O Senador Anibal Diniz está a caminho.

Passamos, então, à nossa reunião deliberativa e aos itens da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2013

- Não terminativo -

Acrescenta o art. 12-A e modifica o art. 55 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar que a Administração Pública e as empresas contratadas divulguem, em seus sítios na Internet, informações sobre a execução de obras e serviços.

Autoria: Vital do Rêgo

Relatoria: Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

2) A matéria constou na pauta da reunião do dia 25/03/2014.

Indicamos o Senador Alfredo Nascimento como Relator *ad hoc*.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2013, do Senador Vital do Rêgo, que acrescenta o art. 12-A e modifica o art. 55 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar que a Administração Pública e as empresas contratadas divulguem, em seus sítios na internet, informações sobre a execução de obras e serviços.

Por força do art. 104-C, IX, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a matéria, considerando que envolve o uso intensivo da internet pela Administração para conferir maior transparência ao uso do dinheiro público na aquisição de obras e serviços.

Nos termos do art. 22 da Constituição Federal, a União detém competência privativa para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, §1º, III, também da Carta Política.

Ainda que caiba à CCJ tratar especificamente do tema, não é vedado a esta Comissão apreciar aspectos de constitucionalidade das propostas que lhe são submetidas a exame. No caso, verifica-se não haver conflito do PLS com disposições constitucionais e do Regimento Interno. Assim sendo, atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, podendo ser objeto de deliberação.

Concluimos nossa análise observando que o PLS não obriga órgãos e entidades da Administração a terem página na internet. Tão somente, aqueles que as têm deverão nelas divulgar as informações requeridas. Não obstante, União, Estados e Distrito Federal têm suas próprias páginas institucionais na internet, assim como quase a totalidade de seus órgãos e entidades.

No que se refere aos Municípios, poderia haver preocupação com os menores e mais interioranos, mas, nos dias atuais, praticamente todas as sedes de Município são alcançadas pela internet, e, arriscamos afirmar, praticamente todas as prefeituras têm página própria nessa rede mundial de computadores.

Meu voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – A matéria está em discussão. *(Pausa.)*

Em votação, o relatório.

Com a palavra, o Senador Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, se ainda for possível, eu gostaria de pedir vista dessa matéria, porque há uma polêmica a ser clareada ainda, a respeito desse debate da Lei nº 8.666. Se for possível me conceder vista para que pudéssemos apreciar na próxima semana. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vista concedida ao Senador Anibal Diniz.

Vamos ao item 2.

ITEM 2**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, de 2011****– Não terminativo –**

Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil o programa radiofônico A Voz do Brasil e dá outras providências.

Autoria: Marinor Brito

Relatoria: Lobão Filho

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as emendas oferecidas, e pela rejeição das três emendas oferecidas pelo Senador Mário Couto

Observações:

1) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

2) Em 25/03/2014, foi concedida vista à Senadora Angela Portela pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias.

O Relator *ad hoc* é o Senador Alfredo Nascimento. O relatório já foi lido pelo Relator, o Senador Alfredo Nascimento, na terceira reunião, realizada em 25/03, ocasião em que foi concedida vista à Senadora Angela Portela.

Uma vez que o relatório já foi lido, consulto o Relator, Senador Alfredo Nascimento, se gostaria de usar a palavra.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Não, porque a Senadora pediu vista.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Com a palavra, Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Sr. Presidente, nós havíamos pedido vista para apresentar um voto em separado, mas nós mudamos de ideia e vamos discutir melhor, debater melhor esse projeto, na Comissão de Educação, porque lá é em caráter terminativo.

Então, não vamos apresentar o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Então, a matéria está em discussão. (Pausa.)

Em votação, o relatório do Senador Alfredo Nascimento.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da CCT favorável ao projeto, com as emendas 1 e 2 e pela rejeição das três emendas oferecidas pelo Senador Mário Couto.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em caráter terminativo.

Do item 3 o Relator é o Senador Cícero Lucena. Vamos, então, para o item 4.

ITEM 4**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2013****– Não terminativo –**

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre a inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Autoria: Cristovam Buarque

Relatoria: Angela Portela

Relatório: Pela aprovação

Observações:

A matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Desenvolvimento Regional e Turismo, em decisão terminativa

Com a palavra, a Relatora, Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT – RR) – Vamos à análise do projeto de lei de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre a inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Análise.

Em 2012, a Fundação Getúlio Vargas, em parceria com a Fundação Telefônica, publicou o “Mapa da Inclusão Digital”, que analisou o total de 5.565 cidades do País para saber a porcentagem de moradores com computador e com acesso à internet em casa. De acordo com o estudo, a inclusão social no Brasil vem aumentando nos últimos dez anos. A taxa de pessoas com internet em casa tem crescido ao longo do tempo, de 8% (em 2001) para 33% (em 2012).

Dado que impressiona, no entanto, embora não surpreenda, é a chamada “brecha digital” constatada pela pesquisa: 90% das residências da classe A têm computador e conexão à internet, realidade presente apenas em 2,5% das casas da classe E. Em outras palavras, de cada dez lares com computador e acesso à rede, sete são de brasileiros mais ricos.

Mas o que chama a atenção na pesquisa e que merece reflexão da sociedade e do Parlamento brasileiro é a constatação de que o custo do equipamento e da conexão não é o maior impeditivo ao acesso digital. O desinteresse, demonstrado por 33,14% dos não conectados à internet, e a falta de conhecimento de como utilizá-la, declarada por outros 31,45%, aparecem como os principais fatores de exclusão.

Ou seja, a falta de educação para as novas tecnologias aparece como o principal motivo pelo qual as pessoas não se incluem digitalmente. Por um lado, o indivíduo não percebe a importância que a internet pode ter para o acesso a serviços públicos, educação, trabalho e a própria busca de emprego. Por outro, não tem conhecimento nem competência para usar a rede.

O caminho parece ser, portanto, o investimento em ações que contribuam para o aumento dos índices de inclusão digital. Conforme entendemos, as iniciativas propostas pelo PLS nº 204, de 2013, do Senador Cristovam Buarque, contribuem com esse esforço. Por isso, somos de parecer pelo seu acolhimento.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 204, de 2013, que prevê a inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida.

É esse o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Em votação o relatório da Senadora Angela Portela.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu gostaria de pedir vista desse projeto para analisá-lo um pouco melhor.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vista concedida ao Senador Valdir Raupp.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 149, de 2013

– Não terminativo –

Dispõe sobre a produção e disponibilização de estatísticas oficiais.

Autoria: José Agripino

Relatoria: Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações:

A matéria ainda será apreciada pela Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Com a palavra, o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, o relatório:

Submete-se ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 149, de 2013, de autoria do Senador José Agripino, que dispõe sobre a produção e disponibilização de estatísticas públicas.

A proposição, vazada em dez artigos, visa a regular a elaboração e disponibilização, no País, de estatísticas oficiais, de maneira a “garantir sua efetiva utilidade e promover o seu desenvolvimento sistemático e eficiente”.

O art. 2º define o que são estatísticas oficiais, registros administrativos e microdados.

o art. 3º estabelece que o propósito das estatísticas oficiais é fornecer informação pertinente, oportuna e de qualidade, para contribuir para o planejamento, a tomada de decisão, a formulação e avaliação das políticas públicas bem como o desenvolvimento científico e acadêmico.

No art. 4º, dispõe que a elaboração das mencionadas estatísticas será regida pelos princípios da legalidade, da transparência e do rigor científico, com independência técnica e em conformidade com normas nacionais e internacionais.

No art. 5º, torna obrigatória a publicação de todas as estatísticas oficiais, registros administrativos e microdados em sítios eletrônicos oficiais da rede mundial de computadores.

No art. 6º, manda que os pronunciamentos oficiais que citarem estatísticas oficiais indiquem as fontes consultadas.

No art. 7º, cria a Lista de Estatísticas Oficiais (LEOF), que inclui o Produto Interno Bruto (PIB), o tamanho da população, a Taxa de Mortalidade Infantil, além de estatísticas ou indicadores que devem ser produzidos em razão da assinatura de acordos internacionais.

Ademais, proíbe a participação, na produção das estatísticas, de mais de um órgão da administração pública em uma mesma esfera de governo e dentro de um mesmo Poder da República, e estabelece que qualquer mudança na metodologia de cálculo de uma estatística oficial incluída na LEOF deverá ser efetuada e justificada por meio de ato normativo.

Prevê que, havendo alguma modificação na metodologia de cálculo de uma estatística oficial integrante da LEOF, serão calculados com a nova metodologia os valores de sua série histórica anteriores à modificação, de forma a obter a série histórica atualizada com a nova metodologia. No caso de eventual impossibilidade de realização desse cálculo, ela será obrigatoriamente justificada em ato normativo.

Estabelece o prazo de 180 dias após a publicação da lei proposta para o início de sua vigência.

O autor justifica sua iniciativa apontando a importância de dados oficiais confiáveis no planejamento e na tomada de decisões que impactam a realidade social, demográfica e econômica dos países e das corporações. Ele afirma que o Brasil segue o movimento de disseminação de dados não confiáveis constatado na Argentina, e reclama que o Governo Federal não esclareceu como chegou ao montante de R\$70,00 para a renda *per capita* definido como delimitador da linha de pobreza.

O autor insurge-se igualmente contra as mudanças metodológicas, que sustenta serem constantes, na definição de indicadores tais como o PIB, no que entende ser uma manobra para revisar números desfavoráveis à atual gestão. Ele enfatiza a necessidade de estatísticas oficiais que possam ser analisadas e contraditadas por acadêmicos e pela sociedade como um todo, como se faz nas democracias modernas, e argumenta que, para isso, os órgãos que produzem as estatísticas oficiais devem ter independência técnica. Defende que o PLS nº 149, de 2013, modernizará esses órgãos.

A proposição foi distribuída à CCT e, em sede de decisão terminativa, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. No prazo regimental previsto no art. 122 do Regimento Interno do Senado Federal, não lhe foram oferecidas emendas.

Análise

A matéria enquadra-se entre aquelas passíveis de apreciação pela CCT, nos termos do art. 104-C do RISF, por tratar de metodologia de cálculos estatísticos e de disseminação de informações pela internet.

A iniciativa trata de questão de grande importância para o País. Cuida de adotar um maior rigor na metodologia utilizada para a produção de dados e estatísticas oficiais, impondo consistência às séries cronológicas produzidas. Essa produção é a base de todo planejamento estratégico de um país e norteia as tomadas de decisão de investidores nacionais e estrangeiros.

As providências apresentadas possibilitarão o escrutínio por parte dos diversos setores interessados (acadêmicos, investidores, produtores, planejadores, a sociedade em geral), e diminuirão a ocorrência de erros nos dados e estatísticas produzidos. Além do mais, contribuirão para evitar o descrédito dos dados oficiais do Brasil perante o mundo, pois as informações oferecidas possuirão maior confiabilidade.

Para que as estatísticas e dados oficiais de um país sejam confiáveis e úteis, é essencial que haja consistência na metodologia empregada na sua produção, para evitar solução de continuidade que impeça a análise comparativa e o acompanhamento da evolução dos diversos indicadores. É necessário, assim, haver harmonização dos métodos estatísticos ao longo dos anos.

A instituição de mecanismos que confirmam transparência às estatísticas produzidas pelos órgãos oficiais dotá-las-á de confiabilidade e respeito perante a sociedade brasileira e a comunidade internacional. Ademais, proporcionará maior visibilidade aos investimentos do governo e dará subsídios para a elaboração de políticas públicas necessárias ao desenvolvimento do País.

Entretanto, há pequenos reparos de ordem de técnica legislativa que devem ser apontados no texto do projeto em análise. No art. 1º e no *caput* do art. 2º, a palavra “lei” aparece iniciada por minúscula. O dispositivo que se segue ao art. 7º está numerado como “Art. 9º”, equívoco que acarretou a numeração analogamente equivocada do artigo subsequente, o qual deve ser corrigido de “Art. 10.” para “Art. 9º”. Apresentamos emenda de redação corrigindo essas ocorrências.

Oferecemos também emenda de redação visando a inserir a palavra “deverá”, ausente do art. 5º, §2º. Oferecemos ainda emenda, igualmente de redação, ao art. 5º, §3º, com o intuito de adequar o texto do dispositivo aos moldes preconizados pela técnica legislativa, conforme o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2013, com as emendas a que fiz referência.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – A matéria está em discussão.

Em votação o relatório do Senador Cícero Lucena.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto, com as Emendas de nºs 1 a 4, da CCT.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Vamos ao item 5, cuja relatoria é do Senador Eduardo Amorim.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 437, de 2013

– Não Terminativo –

Dispõe sobre a obrigatoriedade de autenticação eletrônica do pagamento nos títulos, faturas ou boletos ou de cobrança.

Autoria: Senador Pedro Taques

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação com emenda

Com a palavra, o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, como o projeto já foi distribuído anteriormente, irei direto à análise para ganharmos um pouco mais de tempo.

Compete à CCT, nos termos do art. 104-C, incisos II e IX, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre comunicação e informática e assuntos correlatos. Também damos parecer sobre os aspectos constitucionais, jurídicos e regimentais, cabendo eventual consulta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, conforme dispõe o inciso I do art. 101 do RISF.

O Projeto de Lei do Senado nº 437, de 2012, atende aos preceitos constitucionais de competência e iniciativa do Congresso Nacional. Conforme o art. 24, inciso VIII, da Constituição Federal, compete à União legislar concorrentemente com Estados e Municípios sobre responsabilidade por dano ao consumidor. A Lei Maior ainda dispõe, em seu art. 48, inciso XIII, que incumbe ao Congresso Nacional, mediante sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações.

A proposição não fere a reserva de iniciativa de que trata o §1º do art. 61 da Carta Magna e possui técnica legislativa adequada. Não há inclusão de matéria diversa ao tema expresso em sua ementa. Observamos apenas um equívoco de digitação, de redação. Por isso, propomos uma emenda de redação.

Finalmente, sob o aspecto formal, cabe observar que a matéria não tem implicação direta sobre o sistema tributário e orçamentário, vale dizer, não implica renúncia de receita e nem aumento de despesa fiscal.

Quanto ao mérito, o PLS parte de uma preocupação válida, que é proteger o consumidor de dificuldades para comprovar pagamentos efetivamente realizados por perda de comprovante de pagamentos. O PLS prevê no seu §2º do art. 1º que “ficam desobrigados da autenticação os pagamentos realizados pela Internet e por meio de caixa eletrônico.”

Ainda que existam formas outras de comprovar um pagamento realizado, ainda que não se tenha o comprovante autenticado, como o crédito na conta do recebedor, consideramos que essas outras formas requerem procedimentos administrativos e legais que, de fato, podem dificultar a comprovação do pagamento.

Assinalamos que a Resolução nº 3.694, de 26 de março de 2009, do Conselho Monetário Nacional, com base no art. 9º da Lei nº 4.595, de 1964, dispõe que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem contemplar, em seus sistemas de controles internos e de prevenção de riscos previstos na regulamentação vigente, a adoção e a verificação de procedimentos, na contratação de operações e na prestação de serviços, que assegurem tempestivamente cópia de contratos, recibos, extratos, comprovantes e outros documentos relativos a operações e a serviços prestados.

Evidentemente, o PLS em análise atinge a todas as instituições receptoras de documentos de cobrança.

De todo modo, hoje é bastante difundido o recebimento de contas, faturas e boletos em correspondentes bancários e lotéricas, muitas vezes em dinheiro, o que torna difícil para os pagantes terem qualquer tipo de comprovante que não o expedido de maneira avulsa pela instituição receptora.

Deve-se considerar também que os avanços tecnológicos na área de informática devem tornar insignificantes os custos de adaptação aos requerimentos da proposição. É de se observar que o autor teve a cautela de prever uma *vacatio legis* de cento e vinte dias, de modo a permitir que as instituições receptoras possam se adaptar com tranquilidade à nova sistemática.

Não resta dúvida de que as vantagens do projeto superam em muito os eventuais custos que possa trazer. Portanto, Sr. Presidente, o voto.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 437, de 2013, com a seguinte emenda de redação:

Substitua-se a ementa do Projeto de Lei do Senado nº 437, de 2013, para: Dispõe sobre a obrigatoriedade de autenticação eletrônica do pagamento nos títulos, faturas ou boletos de cobrança.

Essa é a análise e o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*) Em votação o relatório do Senador Eduardo Amorim.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CCT, favorável ao projeto, com a Emenda de nº 1.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Dos itens 6 e 7, os Relatores Senador Flexa Ribeiro e Senador Luiz Henrique não estão presentes.

Então, vamos para as rádios.

Os itens 8, 9 e 10:

ITEM 8

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 372, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE MARIALVA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marialva, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação

Observações:

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 377, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA MURITIBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Alfredo Nascimento

Relatório:

Observações:

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 381, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA KENNEDY FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Kennedy, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação

Observações:

O Relator é o Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – O Item nº 8, Sr. Presidente, trata do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 372, de 2013 (nº 1.249, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Marialva Ltda. para executar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marialva, Estado do Paraná.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 372, de 2013, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Marialva Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marialva, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sobre o item 9 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 377, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro da Muritiba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré, Estado da Bahia.

Tendo em vista que o exame da documentação não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro de Muritiba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O item 10 é o Projeto de Decreto Legislativo nº 381, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiocomunitária Kennedy FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Kennedy, Estado de Tocantins.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS não evidenciou violação da legislação pertinente, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Radiocomunitária Kennedy FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Kennedy, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

São os meus votos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) –Itens 11, 12, 13 e 14.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 358, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e de Comunicação de Tijuaçu e Quebra Facão Senhor do Bonfim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senadora Angela Portela

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 417, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Niquelândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niquelândia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatório: Pela aprovação

Relatoria: Senadora Angela Portela

ITEM 13

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 392, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Brasil Novo Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Anibal Diniz

ITEM 14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 414, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Cidade de Taquaral de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaral de Goiás, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Benedito de Lira

O Relator do item 13 seria do Senador Anibal Diniz. Se o senhor puder, Senador, relatar os itens de 11 a 14.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – O item 11 outorga autorização para a Associação Comunitária de Comunicação de Tijuaçu e Quebra Facão Senhor do Bonfim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senhor do Bonfim, no Estado da Bahia.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 358, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária e de Comunicação de Tijuaçu e Quebra Facão do Senhor do Bonfim para a execução de serviço de radiodifusão.

É o voto do Item nº 11, Sr. Presidente.

O item 12 é o ato da Câmara dos Deputados outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Niquelândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niquelândia, Estado de Goiás.

Da mesma forma, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha este PDS nº 417, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação deste ato, Sr. Presidente.

O item 13 aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Brasil Novo Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

São José do Rio Preto é a cidade do nosso Senador Aloysio Nunes Ferreira e do meu amigo Augusto Igami, lá do Acre.

Tendo em vista, Sr. Presidente, que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 392, de 2013, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo qualquer reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação deste ato que renova a permissão da outorga à Rádio Brasil Novo Ltda., da cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

E o item 14 aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária da cidade de Taquaral de Goiás, no Estado de Goiás.

Da mesma forma, com a documentação que atende às exigências na sua totalidade e não havendo qualquer reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária da cidade de Taquaral de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaral, Estado de Goiás.

É como voto, Sr. Presidente, pela aprovação dos itens 11 a 14, por atenderem às exigências estabelecidas.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos, então, para o item 15 cujo Relator é o Senador Cícero Lucena.

Então, Senador Cícero, o senhor poderia nos fazer a gentileza de ir do item 16 ao 28? Desculpe, do 15, cuja relatoria é de V. Ex^a.

ITEM 15**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 353, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Novo Horizonte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Cícero Lucena

ITEM 16**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 375, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão do Vale do Pajeú para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Talhada, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Cícero Lucena

ITEM 17**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 351, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Região dos Cocais do Piauí – Acom-capi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matias Olímpio, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Ciro Nogueira

ITEM 18**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 276, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos da Cultura e Esporte de Aiuaba – Amicea para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aiuaba, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

ITEM 19**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 279, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Assunção para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Eduardo Amorim

ITEM 20**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 366, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à Super Difusora AM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angatuba, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

ITEM 21**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 369, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à Cataia FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Magalhães Barata, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

ITEM 22**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 379, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio Emissora de Educação Rural Santarém Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santarém, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 405, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural da Nova Juventude Castelandense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castelândia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Gim

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 436, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Calábria para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Gim

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 426, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Mineira de Radiodifusão Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Ivo Cassol

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 433, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Amigos de Dirce Reis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dirce Reis, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Ivo Cassol

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 342, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão e Desenvolvimento Comunitário Vale do Babaçu, do Município de Cidelândia, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cidelândia, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador João Alberto Souza

ITEM 28**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 282, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador José Agripino

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Sr. Presidente, antes de iniciar meu voto, se V. Ex^a permite, eu gostaria de registrar que hoje nós estamos vivendo um marco histórico desta Casa. E, ao fazer este registro, vai também a sugestão.

É que o Presidente atual da Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Defesa do Consumidor (CMA), Senador Eduardo Amorim, tomou uma iniciativa que considero criativa e compatível com os dias atuais e democrática após o aniversário de 50 anos do golpe militar, completados no dia de ontem, em que foi comemorado o fim da ditadura por todos.

Pois bem, Sr. Presidente, nós sabemos que é atribuição do Presidente das Comissões definir os relatores de todas as matérias.

Uns são mais democráticos, outros são menos, uns concentram em Senadores mais ligados, outros, em menos Senadores, outros atendem ao desejo do Governo e passam somente para aquele primeiro clero dos Senadores e àqueles mais próximos das intenções e da vontade do Governo, outros, que são da oposição, algumas vezes entregam a relatoria mais à oposição.

E o Senador Eduardo, com a sua criatividade e a sua formação democrática, na minha opinião, encontrou a fórmula correta que esta Casa deveria adotar e, queira Deus, multiplicar nas demais.

É que as relatorias das Comissões sejam feitas por um sistema de rodízio. Estabelece um máximo de relatoria por Senador e, a partir daí, ele só terá direito de participar do sorteio de novas relatorias quando entregar o que lhe foi atribuído anteriormente.

Com isso, atende-se ao rodízio e respeita-se a proporcionalidade, porque a formação das nossas Comissões é conforme a bancada, o tamanho da bancada, ou seja, a proporcionalidade está respeitada. E, quanto à oportunidade dos Senadores de relatar, aquele que produzir mais vai relatar mais. Vamos, inclusive, evitar muitos casos de embargo de gaveta.

Eu mesmo sou procurado por vários segmentos, vários setores que às vezes têm projeto no Senado com quatro, cinco, seis, oito, dez anos sem ter nem relator.

Então aqui fica, primeiro, o meu reconhecimento e os meus parabéns ao Senador Eduardo Amorim por adotar isso na Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização e a sugestão para que V. Ex^a também analise.

O sorteio é feito pelo sistema de computador, como é no Judiciário, por exemplo. O Senador que não se considerar afeito àquela matéria, que não tiver conhecimento, tem plena liberdade de devolver o relatório para que haja um novo sorteio.

Então, eu acho que é algo proposto com muita felicidade, e eu queria propor a V. Ex^a, já que é uma prerrogativa da Presidência de cada Comissão, que analise a possibilidade de assim fazer.

Pois bem, agora voltando aos itens 15 ao 28 – menos o 18 e o 19, que são do Senador Eduardo Amorim –, como já foram distribuídos os relatórios, o meu voto é pela aprovação, Sr. Presidente, de todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – É o PDS, então, de...

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Para ficar registrado do 15 a 28, pulando o 18 e o 19. Não é isso?

Eu não sei mais mexer com papel não, mas tudo bem.

O item 15, Sr. Presidente, é o PDS 353, de 2013, terminativo, com voto favorável.

O item 16 é o PDS 375, também de 2013, com o parecer favorável.

O item 17, PDS 351, de 2013, também favorável.

O item 20, PDS 366, de 2013, também com parecer favorável.

O item 21, PDS 369, de 2013, também com voto favorável.

O item 22, PDS 379, de 2013, também com voto favorável.

O item 23, PDS 405, de 2013, terminativo, também com voto favorável.

O item 24, PDS 436, de 2013, com voto favorável.

O item 25, PDS 426, de 2013, também com voto favorável.

O item 26, PDS 433, de 2013, com parecer favorável.

O item 27, PDS 342, de 2013, com parecer favorável.

O item 28, PDS 282, de 2013, também favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador Cícero.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Voltamos ao item 18 e 19.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Pela ordem, Senador Anibal.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentá-lo pela feliz decisão de trazer para esta comissão o debate acerca da política nacional do Plano Nacional de Banda Larga. Esta Comissão de Ciência e Tecnologia tem toda afinidade com este tema, e realmente foi uma decisão acertada para trazer para o seu interior o debate do Plano Nacional de Banda Larga.

É um assunto absolutamente relevante, porque o Brasil fechou fevereiro de 2014 com 277,72 milhões de acessos móveis. Isso significa que nós temos uma teledensidade de 174,97 acessos a cada cem habitantes, ou seja, dá 1,34, 1,35 número de acessos para cada cidadão brasileiro, mas nós temos uma discrepância na distribuição dessa teledensidade no que diz respeito às Regiões, sendo a Região Norte, à qual eu pertenço, a que tem a menor teledensidade, de 116,57 por cem habitantes, sendo que Nordeste e Sudeste são as regiões com maior teledensidade. A explicação que nós temos para isso é absolutamente de interesse comum – e a gente vai ter que fazer esse debate, exatamente na relatoria, para construir a relatoria dessa matéria, do Plano Nacional de Banda Larga –, é que a Anatel tem um compromisso de fazer chegar a banda larga a todos os Estados, mas as operadoras não têm cumprido. Por exemplo, no Acre, apenas a Claro atingiu a meta de velocidade máxima exigida, 30% da contratada em 95% dos casos, já a meta de velocidade média, pelo menos 70% da velocidade contratada, foi cumprida apenas pela Claro e pela TIM, no Estado do Acre.

O Estado também sofre com a qualidade da banda larga fixa prestada pela Oi, a única prestadora disponível. No Amapá, a situação é ainda pior: nenhuma das quatro operadoras móveis atingiu a meta de velocidade instantânea e média da banda larga móvel. Mais que isso: ficaram muito longe dos índices exigidos. No Amazonas, Oi e TIM ficaram abaixo da velocidade média e instantânea da banda larga móvel. Situação semelhante acontece também nos Estados de Rondônia e Roraima, na banda larga fixa, a Oi descumpre os indicadores de velocidade instantânea e perda de pacotes nos dois Estados. Na banda larga móvel em Rondônia, a Oi descumpre a meta de velocidade instantânea e mínima, enquanto a TIM descumpre a meta de velocidade mínima. Em Roraima, a Oi e a TIM descumprem a meta de velocidade média e instantânea, a Claro descumpre a meta de velocidade média; e a VIVO, de velocidade instantânea.

Ou seja, posto tudo isso, Sr. Presidente, nós vamos ter que, ao longo dos debates que vamos desenvolver nessa questão do Plano Nacional de Banda Larga, trazer novamente os representantes dessas operadoras para a gente tentar construir algum tipo de contribuição a partir da Comissão de Ciência e Tecnologia, para que a gente venha a apresentar um relatório que possa dar um suporte a mais ao governo brasileiro no sentido de fazer com que essa intenção de que as pessoas tenham acesso a preço mínimo e com velocidade compatível com as necessidades de informação do povo brasileiro chegue a todos os Estados.

Em relação, Sr. Presidente, a essa discussão de distribuição dos relatórios, esse assunto é polêmico. Vamos pegar, por exemplo, o Plano Nacional de Educação. O Plano Nacional de Educação, que é um assunto absolutamente estratégico para o Governo, quando passou aqui no Senado, chegou na Comissão de Constituição e Justiça, o assunto era de tanta relevância, que o próprio Presidente avocou para si a relatoria, Senador Vital do Rêgo. Quando chegou na Comissão de Educação, quem avocou para si também foi o próprio Presidente, Senador Cyro Miranda. Isso demonstra que, na realidade, a distribuição dos relatórios é muito relacionada com a força dominante em cada uma das comissões. É natural que, numa comissão que seja gerida pela oposição, ela conduza os temas de maneira a dar, digamos assim, a coloração ao debate que é mais apropriada para o seu entendimento daquela situação, ao passo que o sorteio é algo muito solto. Eu não vejo a possibilidade de a gente colocar os destinos dos temas aqui do Senado sem levar em conta a proporcionalidade, sem levar em conta o que estabelece a direção de cada comissão.

V. Ex^a é Presidente desta comissão por fruto de um acordo que dá ao seu partido essa possibilidade, da mesma forma na Comissão de Meio Ambiente, que permitiu ao Senador Eduardo Amorim estar hoje na Presidência. Nós entendemos que essa correlação de forças está representada. Se a gente passar por cima dessa correlação de forças, eu acredito que pode ser que a gente estabeleça critérios que não sejam compatíveis com o usual aqui dentro do Senado. Mas, de toda sorte, eu acho que é válida a ideia de a gente fazer com que haja maior participação de todos os Srs. Senadores nas comissões.

O número de relatorias *ad hoc* aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia para nós também é um demonstrativo de que, na realidade, participam mais aqueles mais presentes, e eu acho que esse critério é um critério muito justo. V. Ex^a, por exemplo, hoje, acabou relatando várias matérias que vão configurar nas estatísticas de desempenho de V. Ex^a por absoluta ausência de outros Senadores que não quiseram estar presentes. Eu acho que a gente tem que estabelecer como critério maior o desejo de participar da comissão e a disponibilidade para contribuir com aquela comissão, porque isso, ao fim, ao cabo, vai determinar qual é o nível de contribuição que cada Senador pode dar àquela comissão.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – É um assunto, Senador, para o qual nós temos que olhar com um pouquinho de calma também, porque nós temos aqui 17 Senadores nesta comissão e assíduos aqui nós temos sete, no máximo. Os senhores que aqui estão hoje acho que sempre estão aqui. Então, há Senadores da comissão que eu nunca vi aqui uma vez sequer. Eu não sei se essa questão do sorteio seria também o mais adequado, mas obviamente vamos ouvir os outros membros da comissão, para a gente buscar um consenso nesse tema. Eu acho que tudo é o desejo da maioria.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Com a palavra o Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Sr. Presidente, primeiro agradeço as palavras do Senador Cícero Lucena. Agi, como sempre, de acordo com a minha consciência. Respeito e concordo com o comentário o Senador Anibal, mas discordo em apenas um questionamento: o critério da maioria, o respeito ao princípio da proporcionalidade foi e está sendo completamente respeitado. A única coisa que é diferente é que, em vez de o Presidente delegar, olhar para cada um e distribuir, essa distribuição está sendo feita por sorteio. E isso até levando-se em conta a frequência, levando-se em conta vários outros critérios e número de projetos relatados.

Entendemos que essa é uma forma. Respeito quem pensa diferente. Digo que essa ideia não custou absolutamente nada para o Senado, foi feita por servidores da Casa e está lá, à inteira disposição.

A democracia, a vontade da maioria foi e está sendo respeitada o tempo todo, inclusive o princípio da proporcionalidade na distribuição do projeto. O que é diferente é que não é o Presidente quem escolhe, as relatorias são sorteadas, e aqueles que guardam, que se avolumam com os projetos estarão fora do sorteio por já ter, lógico, um número de projetos ali em suas mãos.

Mas respeito, Sr. Presidente, claro, quem pensa diferente. Isso é lógico.

O próximo item da pauta é o item 18, de nossa relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Itens 18 e 19, Senador.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco União e Força/PSC – SE) – Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 276, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Amigos da Cultura e Esporte de Aiuaba (AMICEA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aiuaba, Estado do Ceará.

Esse foi o item 18.

Vamos ao item 19, Sr. Presidente. Também vou direto ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 279, de 2013, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural de Assunção para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará.

Esse também é o nosso voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Obrigado, Senador.

Senador Valdir Raupp, o item 33 é de V. Ex^a. Estamos aqui no item 28, que foi lido.

V. Ex^a poderia ler, como *ad hoc*, os itens 29 ao 36, lembrando que o 33 é de V. Ex^a.

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 341, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RECREATIVA E CULTURAL DE MACURURÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macururé, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senadora Lídice da Mata (Substituído por Ad Hoc)

Relatório: Pela aprovação

Relatoria Ad Hoc: Senador Valdir Raupp

ITEM 30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 403, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AMARALINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amaralina, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

ITEM 31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 431, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRINCESA DO OESTE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Sérgio Petecão (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

ITEM 32

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 400, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE TALISMÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Talismã, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

ITEM 33

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 419, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO FLAMBOYANT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação com emendas

ITEM 34

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 302, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL GAURAMENSE – ACDESGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gaurama, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Walter Pinheiro (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

ITEM 35**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 303, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO CULTURA COMUNITÁRIA FM DE SÃO JOÃO DO OESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Walter Pinheiro (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

ITEM 36**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 308, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE INTEGRAÇÃO DE CAPÃO BONITO DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão Bonito do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Walter Pinheiro (Substituído por Ad Hoc)

Relatoria Ad Hoc: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sobre o item 29, o parecer é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Beneficente Recreativa e Cultural de Macururé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macururé, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sobre o item 30, também pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Amaralina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amaralina, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sobre o item 31, também pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Princesa do Oeste Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sobre o item 32, também nosso Parecer é pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Talismã, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Talismã, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sobre o item 33, também pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2013, com a seguinte emenda de redação: substitua-se na ementa e no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2013, a denominação Associação Radiodifusão Flamboyant pela denominação Associação Radiofusão Flamboyant.

Sobre o item 34, também pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Cultural de Desenvolvimento Social Gauramense – ACDESGA, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sobre o item 35, também pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Cultura Comunitária FM de São João do Oeste, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sobre o item 36, pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Integração de Capão Bonito do Sul, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão Bonito do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Convidaria o Senador Anibal Diniz para me substituir aqui, pois vou relatar os itens 37 ao 40, para encerrarmos.

ITEM 37**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 295, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE PLANURA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planura, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

ITEM 38**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 304, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO NOVA GERAÇÃO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Manteninha, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

ITEM 39**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 316, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à MCC – PARTICIPAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

ITEM 40**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 323, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à MAGALHÃES & CASSIMIRO LTDA. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paula Cândido, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)

Relatoria: Senador Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Resultado: Feita a leitura do relatório, ficam adiadas a discussão e votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra o Senador Zezé Perrella, para relatar os Itens de nºs 37 a 40.

O SR. ZEZE PERRELLA (Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O item 37 é o PDS nº 295, de 2013, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária de Planura, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planura, Estado de Minas Gerais.

A Relatoria é pela aprovação.

O item 38 é o PDS de nº 304, de 2013 que aprova o ato que outorga autorização à Associação Nova Geração FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Manteninha, Estado de Minas Gerais.

A Relatoria também é pela aprovação.

O item 39 é o PDS nº 316, de 2013 que aprova o ato que outorga permissão à MCC – Participações LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

O relatório também seria pela aprovação.

O item 40 é o PDS de nº 323, de 2013, que aprova o ato que outorga permissão à Magalhães & Cassimiro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paula Cândido, Estado de Minas Gerais.

O relatório também é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Devolvo a Presidência dos trabalhos ao Sr. Presidente Zezé Perrella.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O item 33 tem um emenda. Vamos abrir a votação e vamos ver se conseguimos o quórum aqui.

Como votaria o Senador Anibal Diniz?

Senador Anibal, todos os itens e a emenda do 33.

Como vota o Senador Anibal Diniz?

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Voto de acordo com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Minoria/PSDB – PA. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Maioria/PP – RO. *Fora do microfone.*) – Com os Relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – E o Senador Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (Bloco Minoria/PSDB – PB) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vou dar como lida e semana que vem votamos.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 28 minutos.)

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 8 DE ABRIL DE 2014.

Às nove horas e vinte e um minutos do dia oito de abril de dois mil e quatorze, na sala sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Zeze Perrella, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Angela Portela, Walter Pinheiro, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Flexa Ribeiro, Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, Delcídio do Amaral, Rodrigo Rollemberg, Vital do Rêgo, Ivo Cassol, Benedito de Lira e Antonio Carlos Rodrigues, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Capiberibe, Anibal Diniz, Lobão Filho, João Alberto Souza, Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Aloysio Nunes Ferreira, José Agripino e Gim. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Zeze Perrella, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 1: Projeto de Lei da Câmara n.º 59, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Jandira Feghali, que “Regulamenta o disposto no inciso III, do artigo 221, da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências” O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Aprovado o Requerimento para realização de Audiência Pública, de autoria do Senador Walter Pinheiro, Extrapauta, Item 42. A matéria fica sobrestada nesta Comissão até a realização da Audiência Pública. **Item 2: Projeto de Lei do Senado n.º 289, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que “Acrescenta o art. 12-A e modifica o art. 55 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar que a Administração Pública e as empresas contratadas divulguem, em seus sítios na Internet, informações sobre a execução de obras e serviços.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, foi concedida Vista ao Senador Anibal Diniz pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto. **Item 3: Projeto de Lei do Senado n.º 204, de 2013**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre a inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).” A relatora designada é a Senadora Angela Portela que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, foi concedida Vista ao Senador Valdir Raupp pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto. **Item 4: Ofício “S” n.º 41, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 5 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Difusora de Brasília (Rádio Difusora de Brasília).” O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, foi concedida Vista ao Senador Valdir Raupp pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, favorável ao Projeto.

sora Duque de Caxias Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.” **O relator designado é o Senador Anibal Diniz que oferece relatório pelo arquivamento da matéria.** A deliberação da Matéria é adiada. **Item 5: Ofício “S” n.º 19, de 2012**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que “Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC Nº 7/12, de que trata o PDC 00879 2003, que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 21 de junho de 2012, a transferência indireta, para outro grupo cotista, do controle societário da Rádio Difusora América de Chopinzinho Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no município de Chopinzinho, Estado do Paraná.” **O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pelo arquivamento da matéria.** Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CCT, pelo arquivamento da Matéria. **Item 6: Ofício “S” n.º 44, de 2011**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 7 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Brasil Sociedade Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, no município de Valinhos, Estado de São Paulo.” **O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pelo arquivamento da matéria.** A deliberação da Matéria é adiada. **Item 7: Ofício “S” n.º 2, de 2014**, de caráter não terminativo, de autoria da Editora O Estado do Paraná S/A, que “Comunica, em cumprimento ao art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 10.610, de 2002, a composição do seu capital social.” **O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro que oferece relatório pelo arquivamento da matéria.** A deliberação da Matéria é adiada. **Item 8: Projeto de Lei do Senado n.º 316, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim, que “Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para definir prazo máximo para o exame de pedidos de registro de marcas e de patentes.” **O relator designado é o Senador Luiz Henrique que oferece relatório pela aprovação do Projeto com as emendas que apresenta.** A deliberação da Matéria é adiada. **Item 9: Projeto de Decreto Legislativo n.º 372, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE MARIALVA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marialva, Estado do Paraná.” **O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto.** Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo n.º 377, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA MURITIBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré, Estado da Bahia.” **O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto.** Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo n.º 381, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA KENNEDY FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Kennedy, Estado do Tocantins.” **O relator designado é o Senador Alfredo Nascimento que oferece relatório pela aprovação do Projeto.** Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo n.º 358, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E DE COMUNICAÇÃO DE TIJUAÇÚ E QUEBRA FACÃO SENHOR DO BONFIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.” **O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz que oferece relatório pela aprovação do Projeto.** Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo n.º 417, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE NIQUELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niquelândia, Estado de Goiás.” **O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz que oferece relatório pela aprovação do Projeto.** Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e vo-

tação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo n.º 392, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO BRASIL NOVO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Anibal Diniz que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo n.º 414, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE TAQUARAL DE GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaral de Goiás, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Anibal Diniz que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo n.º 353, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE NOVO HORIZONTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo n.º 375, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DO VALE DO PAJEÚ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Talhada, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo n.º 351, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA REGIÃO DOS COCAIS DO PIAUÍ – ACOMCAPI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matias Olímpio, Estado do Piauí.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo n.º 276, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CULTURA E ESPORTE DE AIUABA – AMICEA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aiuaba, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo n.º 279, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ASSUNÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Eduardo Amorim que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo n.º 366, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à SUPER DIFUSORA AM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angatuba, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo n.º 369, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunica-

ção e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à CATAIA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Magalhães Barata, Estado do Pará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo n.º 379, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio EMISSORA DE EDUCAÇÃO RURAL SANTARÉM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santarém, Estado do Pará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo n.º 405, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DA NOVA JUVENTUDE CASTELANDENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castelândia, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo n.º 436, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA CALÁBRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo n.º 426, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE MINEIRA DE RADIODIFUSÃO Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo n.º 433, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE DIRCE REIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dirce Reis, Estado de São Paulo.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo n.º 342, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO BABAÇU DO MUNICÍPIO DE CIDELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cidelândia, Estado do Maranhão.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo n.º 282, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo n.º 341, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RECREATIVA E CULTURAL DE MACURURÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária

na cidade de Macururé, Estado da Bahia.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo n.º 403, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AMARALINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amaralina, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo n.º 431, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRINCESA DO OESTE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo n.º 400, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE TALISMÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Talismã, Estado do Tocantins.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo n.º 419, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO FLAMBOYANT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.” O relator designado é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis, incorporando ao texto final a emenda nº 01-CCT, aprovada por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo n.º 302, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL GAURAMENSE – ACDESGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gaurama, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo n.º 303, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO CULTURA COMUNITÁRIA FM DE SÃO JOÃO DO OESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo n.º 308, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE INTEGRAÇÃO DE CAPÃO BONITO DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão Bonito do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo n.º 295, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE PLANURA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planura, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto.

Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo n.º 304, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO NOVA GERAÇÃO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Manteninha, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo n.º 316, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à MCC – PARTICIPAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo n.º 323, de 2013**, de caráter terminativo, de autoria da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CD), que “Aprova o ato que outorga permissão à MAGALHÃES & CASSIMIRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paula Cândido, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Zeze Perrella que oferece relatório pela aprovação do Projeto. Em 01/04/2014, o Presidente da Comissão, Senador Zeze Perrella, adia a discussão e votação da matéria após a leitura do relatório. Anunciada a matéria, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto por 8 (oito) votos favoráveis. Nesse momento, os Senhores Senadores Walter Pinheiro e Zeze Perrella requerem, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 42: Requerimento n.º 4, de 2014-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Walter Pinheiro, que “Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer à Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática – CCT, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada os seguintes representantes: – Sr. Marco Altberg, Presidente da Associação Brasileira de Produtoras Independentes de Televisão – ABPITV; – Sra. Leyla Fernandes, Presidente da Associação Brasileira da Produção de Obras Audiovisuais; e, – Sr. Ruben Delgado, Presidente da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro – Softex.” O Requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 43: Requerimento n.º 5, de 2014-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Zeze Perrella, Vital do Rêgo e Luiz Henrique, que requerem “..., ao Plenário da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nos termos dos artigos 90, inciso II, e 93, inciso I, ambos contidos no Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas por esta Comissão para instrução ao PLC no 21, de 2014, conhecido como o Marco Civil da Internet. Considerando que a mencionada proposição tramita nesta Casa em regime de urgência constitucional, e simultaneamente nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), além da própria Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), poderá a presente Audiência Pública ser realizada conjuntamente entre todas as Comissões constantes do despacho do Presidente da Mesa do Senado Federal, condicionado à aprovação de Requerimentos pelas mesmas Comissões. Oportunamente será apresentado o rol de expositores que serão convidados a compor a mesa da citada Audiência Pública.” O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às nove horas e cinquenta e nove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no diário do Senado Federal. – **SENADOR Zeze Perrella**, Presidente Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Declaro aberta a 5ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura, que se realiza nesta data, 8 de abril de 2014.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas. Vamos ao item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 59, de 2003

– Não terminativo –

Regulamenta o disposto no inciso III, do artigo 221, da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências.

Autoria: Jandira Feghali

Relatoria: Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo

Observações:

1) A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer pela aprovação, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo);

2) A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Com a palavra o Relator, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2003, de autoria da ilustre Deputada Jandira Feghali, tem por objetivo regulamentar o disposto no inciso III do art. 221, da Constituição, que se refere à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV, cujos percentuais deverão ser definidos em lei.

O projeto determina que as emissoras de televisão veiculem programas totalmente produzidos e transmitidos nos Estados onde estão localizadas as sedes das emissoras e/ou suas afiliadas no horário entre cinco e vinte e quatro horas. Em áreas geográficas com mais de 1,5 milhão domicílios com televisores estão previstas 22 horas semanais; nas áreas com menos de 1,5 milhão domicílios com televisores, 17 horas semanais; e nas áreas com menos de 500 mil domicílios com televisores, 10 horas semanais.

Os percentuais estabelecidos para os dois primeiros casos deverão alcançar, no prazo de cinco anos, respectivamente trinta e duas horas e vinte e duas horas, com o aumento, ao final de cada ano, de duas horas no primeiro caso e de uma hora no segundo. Na Amazônia Legal, serão considerados os programas produzidos e emitidos na região.

O projeto também torna obrigatória a veiculação de programação independente por parte das emissoras de televisão, determinando que, pelo menos, 40% das horas semanais destinadas à produção regional obrigatória sejam fornecidas por produtores independentes. Ademais, as emissoras de televisão deverão exibir em sua programação pelo menos uma obra cinematográfica ou videofonográfica nacional por semana, sendo, no mínimo, 50% de longa metragem.

Com relação aos serviços de vídeo sob demanda prestados pelas operadoras de serviços de telecomunicações, o projeto prevê a obrigatoriedade de exibição de um mínimo de 50% de programas ou obras audiovisuais de produção nacional.

A proposição também obriga que operadoras de televisão por assinatura destinem canal à veiculação de produção cultural e educativa brasileira e que um mínimo de 60% da respectiva programação sejam fornecidas por produtores independentes, mediante contrato.

Por fim, estabelece que as emissoras de rádio são obrigadas a destinar, diariamente, pelo menos 20% de seu tempo de transmissão para a veiculação de programação musical ou jornalística de caráter nacional e 10% para a de caráter regional.

As penalidades a serem aplicadas no caso de descumprimento dos percentuais mínimos previstos estão fixadas no projeto, bem como o prazo de dois anos para se adaptarem às determinações da proposição.

Desse ponto de vista, consideramos que o projeto merece ser acolhido. Diga-se que é a própria Constituição Federal, em seu art. 221, que justifica a elaboração da presente iniciativa..

Convém mencionar que a concepção desses preceitos pelo Constituinte de 1988 derivou do entendimento a respeito das características da evolução da indústria da radiodifusão no País.

De fato, o desenvolvimento técnico industrial da televisão gerou uma centralização da produção no Sudeste, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo, e a consequente hegemonia cultural da região. A estruturação do sistema de radiodifusão em redes nacionais, ao mesmo tempo em que oportunizou a construção de uma “identidade nacional”, relegou a difusão autônoma da cultura regional e local a segundo plano. Olhares independentes e visões diferentes praticamente ficaram de fora das telas de nossa televisão.

Apesar da diversidade cultural e da pluralidade de opiniões existente em um País de dimensões continentais e das diversas possibilidades de formatos e experiências possíveis de serem feitas, o que se vê na TV, com raras exceções, é uma maioria absoluta de conteúdos – ficcionais ou jornalísticos – abordando ou baseando-se na realidade do Sudeste.

Considere-se, por outro lado, que a peculiar economia da indústria de comunicação, considerada pela teoria econômica como exemplo de um mercado imperfeito, faz a livre competição praticamente impossível. O fenômeno de economia de escala característico do setor torna a entrada de novos operadores extremamente difícil.

Os crescentes custos de produção de programas consolidaram a tendência à integração vertical entre os segmentos de produção e veiculação de conteúdo. No Brasil, as emissoras geradoras de televisão aberta, ao mesmo tempo, produzem, programam e distribuem os conteúdos por elas veiculados, numa verticalização dessas atividades.

Assim, são necessários mecanismos legais de regulação que possibilitem o estímulo à produção nacional independente e à regionalização da produção cultural, artística e jornalística.

Mencione-se, nesse passo, por oportuno, nosso entendimento com relação à necessidade de se alterar a ementa do PLC nº 59, de 2003, de modo a deixar clara a real intenção do projeto. Observe-se que, da maneira em que está redigida, a ementa faz referência apenas ao inciso III do art. 221 da Constituição Federal, que se cinge à regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei.

O Brasil é muito heterogêneo, sendo que a produção de programação de qualidade depende de investimentos significativos, sendo um desafio permanente para as emissoras que se espriam por um País tão distinto em seus indicadores sociais e econômicos regionais e que modela a lógica do setor de radiodifusão para o conceito de economia de escala é fundamental.

O art. 1º incorre em dúplice errônea ao tomar como regional a produção nos estados sedes de emissoras e ao adotar critério geográfico de “produção”, e não o conteúdo cultural regional da “produção”. Ainda nesse artigo, o projeto transmuta o cumprimento da “regionalização cultural” em critério por “área geográfica”, atrelado ao quantitativo de domicílios com televisores, mesmo que dita área ou domicílios sejam computados em regiões diversas do País.

O art. 2º estabelece veiculação obrigatória de pelo menos 40% das horas semanais de produção independente, no entanto, o dispositivo constitucional somente admite “estímulo” – e não imposição percentual de veiculação obrigatória – à produção independente, e não é qualquer uma, ou qualquer conteúdo, mas desde que esta “objetive a divulgação da cultura nacional e regional”. Assim, a imposição de percentuais de produção independente não tem amparo na Lei Maior.

O conceito de produção independente, previsto no art. 3º do projeto, revela-se inaplicável ao vedar relação econômica e, ao mesmo tempo, impor a aquisição e veiculação do produto “independente” pelas emissoras. Além da ambiguidade ou indefinição no que tange à “proximidade” do parentesco, por outro lado, se o produtor é pessoa jurídica, também resta incongruente o vínculo familiar.

A exibição semanal obrigatória de obra cinematográfica ou videofonográfica nacional, prevista no art. 4º, diversamente do enunciado objetivo de regionalização, abriga conceito não versado no Projeto, incorrendo em percentual antinômico, que permite inferir como sendo bastante exibir metade de um longa metragem por semana.

O art. 5º destoa da finalidade do projeto, ao ocupar-se da produção nacional, eis que a imposição de percentual para produção independente não tem guarida na regra dos incisos II e III do art. 221 da Constituição Federal.

Quanto ao prazo de dois anos para as emissoras se adaptarem ao disposto no projeto em tela, esse se revela muito exíguo. Seria exigível maior elasticidade de prazo, eis que, para a devida implantação do projeto, as emissoras dependem, fundamentalmente, do quantitativo disponível de produções de conteúdo regional e por produtores independentes.

Resta, ainda, a necessidade de disciplinar tanto a questão da regionalização quanto a da produção independente, levando-se em consideração, na construção do texto, determinados princípios: o aprimoramento conceitual do que seja produção cultural, artística e jornalística, produção de caráter regional, atrelada à sede da emissora, produtor independente e, finalmente, o que se entende por temática regional; a previsão de tempo em minutos, de veiculação ou exibição dos programas, com apuração semanal, para permitir a flexibilização da grade e a compensação dos espaços temporais em diferentes dias, em consonância com a dinâmica inerente às programações das emissoras; os mecanismos de fomento à produção independente, bem como ao cinema nacional, assegurando a contagem em dobro do tempo de exibição de produções dessa natureza.

Nesse sentido, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, sendo meritória a matéria e levando em consideração o acima exposto, texto substitutivo é apresentado no sentido de aperfeiçoar o projeto.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Com a palavra, o Senador Walter Pinheiro. Em seguida, o Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sei que o Senador Rodrigo Rollemberg pode até me acompanhar no pedido de vista, mas eu quero, além do pedido de vista, Sr. Presidente...

O relatório feito pelo Senador Valdir Raupp é um grande e bom relatório – grande não no sentido do exagero, grande na magnitude, na pontuação, eu diria, até, na profundidade do que foi apresentado. Mas esse é um tema, Sr. Presidente, para o qual eu queria chamar a atenção, porque estamos tratando, na prática, da regulamentação de um artigo da Constituição, o 221. O Congresso Nacional, inclusive, já aprovou também matéria que, de certa forma, trata dessa questão da produção – e, obviamente, esse é o aspecto que completa a obra com o 59, porque é quando se começa a identificar exatamente a questão regional, meu caro Vital –, e isso se encaixa numa das estruturas que, a duras penas, nós conseguimos emplacar no Brasil, quando da aprovação do PL nº 116, permitindo, inclusive, a veiculação, ou seja, a utilização, por 3h30min de programação nacional. Isso ainda é muito pouco, se você imaginar uma jornada semanal ter só 3h30min de programação com conteúdo.

Eu até participei, no final de semana passada, de uma discussão com algumas empresas nessa área de produção. Há um esforço feito por nós, junto ao Governo Federal, para que essas empresas se instalem no Brasil. Inclusive, conquistamos, Senador Raupp, a marca de 50% dessa produção, dessas 3h30min, feita pelo produtor independente, o que já suscitou um crescimento enorme nessa área. Só para dar um dado, Senador Vital, estive com o Publicitário Nizan Guanaes, que todo mundo conhece, no final de semana passado. Ele me dizia que uma das pessoas da própria agência havia deixado sua agência para tocar adiante uma produtora.

Ele me falava, inclusive, em valores, em como isso cresceu da noite para o dia, tanto sob o ponto de vista de como o mercado foi aquecido, quanto sob a ótica da captação de recursos junto ao Governo Federal, até porque, nesse projeto, colocamos um fundo para atender a essa demanda. E, nesse particular, acho importante, e queria fazer uma solicitação, meu caro Rodrigo, já que V. Exª vai me acompanhar no pedido de vista, no sentido de que pudéssemos fazer uma audiência pública antes da votação, para tentarmos discutir efetivamente com esse segmento, como encaixaríamos essa questão, meu caro Presidente, Zeze Perrella sob o ponto de vista da regulamentação desse artigo.

Então, deixo já uma sugestão para que tivéssemos aqui a Associação dos Produtores Independentes, a indústria do audiovisual, o sindicato do audiovisual, e a Associação Brasileira de Produção Audiovisual, obviamente, com a presença de cineastas.

Então, acho que era importante que pudéssemos fazer isso, meu caro Raupp, até para ouvirmos dessas figuras que laboram, pois não é um embate pequeno no Brasil. O Brasil tem grandes cineastas, e nós fizemos grandes coisas no Brasil. Mas precisamos avançar muito mais porque a nossa criatividade, a nossa capacidade de produção precisa agora cada vez mais ser consolidada sob o ponto de vista dessa estrutura regional com a disponibilização. Acho que esse é o aspecto importante.

A grande conquista nossa, meu caro Rodrigo, foi o fato de ter onde escoar, ainda que de forma reduzida, mas há oportunidade. Quer dizer, quantos produtores independentes na Paraíba não vivem lá inclusive tentando arranjar um espaço para a sua rica produção cultural, meu caro Vital, mas não encontram. Não há nenhum tipo de oportunidade. E, durante anos e anos e anos, tivemos essa produção cultural, essa produção independente principalmente concentrada no eixo Sul, ou Centro-Sul, como costumamos chamar, mas, particularmente, Rio e São Paulo, meu caro Rodrigo. Falo isso sem nenhuma crítica ao Rio e a São Paulo.

O problema é que as condições dadas, a grande produção cultural sempre esteve concentrada entre Rio e São Paulo, haja visto inclusive o deslocamento de nossos artistas não só nessa área de produção quanto da própria música, meu caro Vital. É muito comum, as pessoas vão a busca de locais onde há produtora, onde há condições, onde há bons estudos, onde há inclusive os canais de escoamento.

Portanto, gostaria de fazer esse debate, deixando clara a minha posição muito favorável a esse tipo de iniciativa, regulamentação, para tentarmos também auscultar um pouco esse segmento. E assim poderemos ver o que será possível aprimorar nesse importante projeto.

Essa é a minha sugestão.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Queria a palavra pela ordem.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Sr. Presidente, só para pedir vista coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O.k., vista coletiva concedida.

Senador Walter, o senhor tem toda a razão. Inclusive, não é só na área artística e cultural que isso acontece; na área esportiva também acontece. Nós somos obrigados a assistir, em Minas Gerais, a jogos de Rio e São Paulo, sendo que o mineiro quer assistir a jogo do Cruzeiro e Atlético.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – E não é à toa que, no interior de Minas, você vai encontrar mais torcedor do São Paulo, do Flamengo do que do Cruzeiro. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Não, do Atlético, sim! Do Cruzeiro ainda não. *(Risos.)*

Mas é um absurdo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Mas o Cruzeiro já é real, não?

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Já é real, campeão de novo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Com a palavra o Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Primeiro, gostaria de saudar o Presidente Raupp pela iniciativa do projeto dessa magnitude. Eu não tinha nada a aduzir, complementar, suplementar às palavras do Senador Walter Pinheiro, que é, sem nenhum demérito a nenhum dos colegas, a maior autoridade em comunicação no Senado Federal. Assim o reconheço pela história do servidor Walter Pinheiro, do homem de telecomunicações.

E aí eu me lembro, Walter Pinheiro, do trabalho que você teve para aprovar essa lei do 116, que antes era 29. E eu tive o prazer de ser o Relator, Senador Perrella, lá na Câmara dos Deputados, na Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor. Eu fui o Relator desse projeto e, na semana passada, eu recebi a visita de Maurício de Sousa, acompanhado de Mônica – só faltou Magali. Ele me dizia, Senador Pinheiro e Senador Alfredo, da revolução que aconteceu após a criação dessa legislação que favorece o conteúdo nacional.

Para se ter uma ideia, antes dessa legislação, 90%, por exemplo, da divulgação de quadrinhos era feita com importação de Walt Disney; hoje, 95% é feita com conteúdo nacional. E as empresas, pelo menos os canais direcionados a crianças, estão numa linguagem bem própria, assediando Maurício de Sousa para ter programa, com os seus personagens, para oferecer conteúdo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Senador, permite-me uma observação?

As ilustrações do Discovery Kids, por exemplo, majoritariamente, são feitas por brasileiros.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Por brasileiros. Ou seja, hoje nós temos um mercado aquecido, um mercado nacional aquecido – eu trouxe a experiência do Maurício, você trouxe a experiência de um assessor, de um funcionário do Nizan –, então, hoje, Senador Perrella, o que nós temos que fazer é aproximar cada vez mais a sociedade dessa tese e aperfeiçoar, como o Senador Raupp está fazendo com essa iniciativa.

Eu me associo ao pedido de vista coletivo, sugerindo a V. Ex^a, na condição de Presidente, que faça uma audiência pública para que a gente possa discutir o projeto do Raupp não mais como uma ideia abstrata, subjetiva, mas com o aperfeiçoamento de uma legislação que já existe, de patrocinar o conteúdo nacional, de favorecer o conteúdo nacional, agora com uma inovação, que é a inovação trazida pelo Senador Raupp, que é a questão da regionalização. Essa é uma ideia brilhante a que eu me associo.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos votar o requerimento, Senador Walter Pinheiro? E o Senador poderia formalizá-lo depois.

Os Senadores que concordam com a audiência pública permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria está sobrestada até a realização da audiência pública.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Sr. Presidente, se V. Ex^a quiser já colocar para a próxima terça, a gente se mobiliza. Eu sei que é um dia... Mas aí os interessados também terão que se mover. E aproveitaremos uma semana e já adiantaríamos a audiência pública, e teremos condições de, na volta do feriado, no dia 22, ter a matéria de volta à pauta.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Estou de acordo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Até para não me acusarem de obstruir a votação.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Eu prefiro deixar para depois da Páscoa, porque, pelo que estou sabendo, está havendo esforço concentrado na Câmara e no Senado, e a próxima semana será meio bomba aqui em Brasília.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Por mim, tudo bem. Pode ser também no dia 22.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – De acordo, Senador Walter? *(Pausa.)*
Dia 22 então.

Vamos votar do item 9 até o 41.

Já foi lido, Senador Vital; só votaríamos para aproveitar o quórum.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Senador Zeze, o item 2 da pauta já foi lido pelo meu queridíssimo Senador Alfredo Nascimento, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, e eu gostaria que V. Ex^a incluísse na deliberação em bloco também o Item nº 2.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Será incluído, Senador Vital.

O Senador Alfredo Nascimento é o maior Senador *ad hoc* do Senado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos votar então.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 372, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO CULTURA DE MARIALVA LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marialva, Estado do Paraná.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 10

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 377, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO DA MURITIBA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nazaré, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 11

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 381, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA KENNEDY FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Kennedy, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Alfredo Nascimento

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 358, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E DE COMUNICAÇÃO DE TIJUAÇÚ E QUEBRA FACÃO SENHOR DO BONFIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Angela Portela

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 417, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE NIQUELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niquelândia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Angela Portela

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 392, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO BRASIL NOVO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Anibal Diniz

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 15**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 414, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADE DE TAQUARAL DE GOIÁS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquaral de Goiás, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Benedito de Lira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 16**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 353, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE NOVO HORIZONTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 17**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 375, de 2013**
– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DO VALE DO PAJEÚ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra Talhada, Estado de Pernambuco.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Cícero Lucena

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 18**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 351, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA REGIÃO DOS COCAIS DO PIAUÍ – ACOMCAPI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matias Olímpio, Estado do Piauí.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Ciro Nogueira

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 19**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 276, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CULTURA E ESPORTE DE AIUABA – AMICEA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aiuaba, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 20**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 279, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE ASSUNÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itapipoca, Estado do Ceará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Eduardo Amorim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 21**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 366, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga permissão à SUPER DIFUSORA AM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Angatuba, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 22**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 369, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga permissão à CATAIA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Magalhães Barata, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 379, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio EMISSORA DE EDUCAÇÃO RURAL SANTARÉM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santarém, Estado do Pará.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Flexa Ribeiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 24

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 405, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DA NOVA JUVENTUDE CASTELANDENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Castelândia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Gim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 25

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 436, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA CALÁBRIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Gim

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 26

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 426, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE MINEIRA DE RADIODIFUSÃO Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Ivo Cassol

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 27

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 433, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE DIRCE REIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dirce Reis, Estado de São Paulo.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Ivo Cassol

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 28

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 342, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO BABAÇU DO MUNICÍPIO DE CIDELÂNDIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cidelândia, Estado do Maranhão.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 29

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 282, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alto do Rodrigues, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: José Agripino

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 30

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 341, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE RECREATIVA E CULTURAL DE MACURURÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macururé, Estado da Bahia.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Lídice da Mata

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 31

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 403, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AMARALINA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amaralina, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Maria do Carmo Alves

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 32**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 431, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PRINCESA DO OESTE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Xanxerê, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 33**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 400, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE TALISMÃ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Talismã, Estado do Tocantins.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 34**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 419, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIODIFUSÃO FLAMBOYANT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação com emenda

Observações:

1) Serão realizadas duas votações nominais, uma para o Projeto e outra para a Emenda.

2) Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 35**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 302, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL GAURAMENSE – ACDESGA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gaurama, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 36**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 303, de 2013****– Terminativo –**

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO CULTURA COMUNITÁRIA FM DE SÃO JOÃO DO OESTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 37

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 308, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE INTEGRAÇÃO DE CAPÃO BONITO DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capão Bonito do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Walter Pinheiro

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 38

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 295, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DE PLANURA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Planura, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 39

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 304, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO NOVA GERAÇÃO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Manteninha, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 40

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 316, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à MCC – PARTICIPAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

ITEM 41

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 323, de 2013

– Terminativo –

Aprova o ato que outorga permissão à MAGALHÃES & CASSIMIRO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paula Cândido, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Zeze Perrella

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Em 01/04/2014, o relatório foi lido em reunião extraordinária da Comissão.

Como vota o Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Acompanho os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB – RO) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Com os relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Ele me disse que votava com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Senador Vital do Rêgo.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Com o Relator.

E uma confidência: Rodrigo me disse que ia votar com o Relator também.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos considerar o voto dele, então. Como vota o Senador Antonio Carlos Rodrigues?

O SR. ANTONIO CARLOS RODRIGUES (Bloco União e Força/PR – SP) – Com o Relator.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O voto do Senador Rodrigo foi por procuração, através do Senador Vital do Rêgo.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco Apoio Governo/PSB – DF) – Voto com os Relatores, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – A gente vai votar agora o Item nº 2.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Vamos suspender. Vamos votar o Item nº 2, para colher o último voto.

Item nº 2, então.

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2013

– Não Terminativo –

Acrescenta o art. 12-A e modifica o art. 55 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para determinar que a Administração Pública e as empresas contratadas divulguem, em seus sítios na Internet, informações sobre a execução de obras e serviços.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – Sr. Presidente, na presença do Senador Luiz Henrique e sob a presidência de V. Ex^a, há uma solicitação comum dos relatores do Marco Civil da Internet, para que V. Ex^a, na condição de Presidente da comissão de mérito, promova uma série de audiências públicas conjuntas entre a CCT, a CCJ e a CMA, para tratar do Marco Civil da Internet. É uma proposta de requerimento que faço a V. Ex^a,...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. VITAL DO RÊGO (Bloco Maioria/PMDB – PB) – ...já tendo discutido com o Relator, Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O.K. Só um minutinho, Senador Luiz Henrique.

Como vota o Senador Benedito de Lira?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Maioria/PP – AL) – Com os relatores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Era só para fechar aqui.

Aprovados todos os PDS.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Já há dois requerimentos subscritos por vários colegas para a realização de audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça e na CMA, e o importante é que se juntem esses requerimentos para que se possam fazer essas audiências públicas em reuniões conjuntas das três comissões. É a proposta que eu gostaria de formular.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O Senador Vital do Rêgo, Senador Luiz Henrique, está propondo que a gente faça a primeira já nesta próxima quinta-feira. Eu ia sugerir que fizéssemos, segundo sugestão também do Senador Vital, três audiências públicas. Eu ia dar a sugestão de que cada um de nós presidisse uma delas, os relatores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Eu já estou à disposição nesta quinta para, de repente, presidir a primeira.

O senhor tem de ir a Salvador para ver jogo do Bahia? Não?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Não, o Bahia... *(Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Na quinta de manhã. De acordo, Walter?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu gostaria de sugerir que se iniciasse o mais tardar às 9h, porque na quinta-feira temos reunião da Comissão de Relações Exteriores de modo a se poder compatibilizar as duas.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Eu gostaria de ouvir as sugestões dos senhores com relação aos convidados.

Tanto o Senador Walter Pinheiro como o Senador Luiz Henrique, com a experiência que têm...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – A ideia é fazer três audiências, é isso?

Se for isso, acho melhor a gente, inclusive, pegar...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Quinta-feira não estaria muito em cima para fazer esses convites e tudo o mais?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Não podemos fazer uma extraordinária na quarta-feira da semana que vem de repente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Na quarta-feira da semana que vem, haverá o esvaziamento natural. Se fizermos na terça, dia 15, menos mal.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Se nós fizéssemos na terça-feira à tarde?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Faz na terça de manhã mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Não estamos votando nada, o plenário vai estar esvaziado.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Terça-feira de manhã, às 10 horas, dia 15.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O.k. Depois da reunião normal, nós... Tudo bem!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Terça-feira, às 10 horas, temos a concorrência da Comissão de Assuntos Econômicos. Eu sugeriria que fosse terça às 14 horas. Dá tempo suficiente, até as 16 horas.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Se quiserem fazer isso depois da Semana Santa também, esse projeto ficou dois anos e oito meses na Câmara. Acho que nós não temos que ter essa pressa toda.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Na realidade, nessa questão do Marco Civil, acho que é importante lembrar que vamos ter um encontro mundial no dia 23 e 24 em São Paulo, que tratará não do projeto, mas do tema do projeto e não será uma reunião qualquer. O esforço que se vinha fazendo era no sentido de que essa matéria fosse entregue para que a gente pudesse apresentar isso inclusive nesse encontro mundial como uma contribuição do Brasil nessa área, tanto do aspecto da internet, como dos desdobramentos dos últimos fatos ocorridos a partir da ONU, do encontro de Bruxelas no dia 24 de fevereiro.

Só que, pelo que estou sentindo, não há a menor possibilidade. Nós não vamos votar essa matéria no Senado antes do dia 23 em hipótese alguma. Então, se é isso, o ideal seria abrir.. Estou falando em terça-feira porque, por mais que tenhamos condições de chamar e tal...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Podemos fazer, então, na quinta de manhã, Senador Walter?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Para mim, não há problema, só que eu acho que aí também...

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Nessa quinta de manhã, Senador Luiz Henrique? O senhor acha muito em cima?

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC) – Eu preferiria que fosse....

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Na terça da outra semana.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco Maioria/PMDB – SC. Fora do microfone.) – Porque aí eu relato na quinta projeto da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Então, na terça-feira da próxima semana.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Mas aí, nesse caso, seria melhor, mesmo que houvesse a concorrência com a CAE... A CAE começa às 11 horas na terça.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – Eu acho que, pela relevância do tema... A gente começa mais cedo, às 8h30.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT – BA) – Vamos acatar.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – O.k. Terça, às 8h30.

Então, vamos colocar em votação requerimento para essas audiências públicas.

Em votação.

As Sras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos formalizar isso agora.

Nós vamos conversar também com o Senador Eduardo Amorim, que é membro desta nossa Comissão. De repente, ele deixa de fazer a reunião da CMA na próxima terça.

O item 2 já foi lido e já foi votado.

Temos também o PLS nº 204, de 2013, que já foi lido.

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2013

– Não Terminativo –

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para dispor sobre a inclusão de equipamentos de informática e livros em cada moradia do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV).

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Relatoria: Senadora Angela Portela

As Sras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Os itens 4, 6 e 7 serão adiados.

São os seguintes os itens adiados:

ITEM 4

OFÍCIO “S” Nº 41, de 2011

– Não Terminativo –

Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 5 de agosto de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Difusora Duque de Caxias Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no município de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Anibal Diniz

Relatório: Pelo arquivamento da matéria

ITEM 6

OFÍCIO “S” Nº 44, de 2011

– Não Terminativo –

Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 7 de junho de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, a transferência indireta para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Brasil Sociedade Ltda., concessionária de serviços de radiodifusão sonora em ondas médias, no município de Valinhos, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatório: Pelo arquivamento da matéria

ITEM 7

OFICIO “S” Nº 2, de 2014
– Não Terminativo –

Comunica, em cumprimento ao art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 10.610, de 2002, a composição do seu capital social.

Autoria: EDITORA O ESTADO DO PARANÁ S/A

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatório: Pelo arquivamento da matéria

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião do dia 01/04/2014

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2013
– Terminativo –

Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para definir prazo máximo para o exame de pedidos de registro de marcas e de patentes.

Autoria: Senador Paulo Paim

Relatoria: Senador Luiz Henrique

Relatório: Pela aprovação com emendas

Vamos apreciar o item 5, de relatoria do Senador Alfredo Nascimento.

ITEM 5

OFICIO “S” Nº 19, de 2012
– Não Terminativo –

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC Nº 7/12, de que trata o PDC 00879 2003, que “Comunica que foi autorizada, conforme Despacho de 21 de junho de 2012, a transferência indireta, para outro grupo cotista, do controle societário da Rádio Difusora América de Chopinzinho Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias, no Município de Chopinzinho, Estado do Paraná”.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alfredo Nascimento

Com a palavra o Senador Alfredo Nascimento.

O SR. ALFREDO NASCIMENTO (Bloco União e Força/PR – AM) – Mensagem nº 274, de 2012, que comunica a autorização pelo Poder Executivo da transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Difusora América de Chopinzinho Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Chopinzinho, Estado do Paraná.

Presidente, vou direto ao voto.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício “S” nº 19, de 2012, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da Rádio Difusora América de Chopinzinho Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Chopinzinho, Estado do Paraná.

Tendo em vista o recebimento das informações solicitadas ao Ministério das Comunicações, entendemos cumpridas as determinações constantes no Ato nº 2, de 2011 (CCT), bem como as estabelecidas no art. 222, § 5º, da Constituição Federal, e no art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, que obrigam a comunicação das alterações societárias ocorridas em empresas de radiodifusão ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo.

Somos, portanto, favoráveis ao arquivamento do Ofício que comunica a transferência indireta para outro grupo de cotistas o controle societário da Rádio Difusora América de Chopinzinho Ltda., concessionária de serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Chopinzinho, Estado do Paraná.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Zeze Perrella. Bloco Apoio Governo/PDT – MG) – A matéria está em discussão. (Pausa.)

Em votação relatório do Senador Alfredo Nascimento.

As Sras e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado.

Os itens 7 e 8 também estão adiados, então, terminamos.

Não havendo mais nada a tratar...

Se alguém quiser uma cópia desse projeto da Câmara para dar uma lidinha de madrugada, está aqui, Senador Walter.

Não havendo nada mais a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 59 minutos.)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas diversos da legislação brasileira.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 326 páginas
(O.S. //743/2014)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

